

## CAPÍTULO 11

### **O *Tractado das cousas da China* de Fr. Gaspar da Cruz (1570) e o *Discvrso de la navegacion* de Bernardino de Escalante (1577)**

#### **1. Escrita, contexto e leituras do *Tractado* de Gaspar da Cruz**

Em 1610, o jesuíta Pierre du Jarric abria do seguinte modo o capítulo introdutório sobre o reino da China inserto no Tomo II da sua *Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres país de la descouuerte des Portugais*: “Le premiere, qui je sçache, qui a de nostre temps escrit de ce subject, est vn Pere de l’Ordre de S. Augustin, lequel a tiré ce qu’il en dit des memoires, que luy auoient laissé quelques Religieux de son Ordre, qui auoient esté audit país”<sup>1</sup>. Claro está, referia-se à *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran Reyno de la China* de Fr. Juan González de Mendoza, editada pela primeira vez em Roma um quarto de século antes.

A seguir, Du Jarric enumerava as duas restantes fontes ou colecções de fontes capitais de que se servira para redigir a parte que anunciava: a primeira, “vn Traicté des merueilles dudit Royaume, qu’on tient auoir esté escrit & enuoyé en Europe par le P. Alexandre Valignan Neapolitain” (alusão à *Historia del principio y progresso de la Compañia de Jesús en las Indias Orientales*, trabalhada por Valignano até 1583 e cujo manuscrito foi enviado para Roma no ano seguinte<sup>2</sup>); a outra constituída pelas cartas que os missionários da Companhia vinham remetendo do interior da China desde 1582,

---

<sup>1</sup> Pe. Pierre du Jarric, S.J, *Second Partie de l’Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres país de la descouuerte des Portugais, En l’establissement et progrez de la foy Chrestienne, et Catholique: Et principalement de ce que les Religieux de la Compagnie de Iesvs y ont fait, & enduré pour la mesme fin; Depuis qu’ils y sont entrez jusques à l’an 1600. Le tout recueilly des lettres, & autres Histoires, qui en ont esté écrites cy deuant, & mis en ordre par le P. Pierre du Jarric, Tolosain, de la mesme Compagnie. Dediée av Roy Tres-Chrestienne de France & de Nauarre Lovis XIII*, liv. IV, cap. XVII — “Du Royaume de la Chine, de sa situation, estenduë & bonnes: ensemble du nom, de la fertilité & richesses d’iceluy”, Bordéus, S. Millanges, 1610, cit. p. 498. Todas as referências e citações a partir desta edição.

<sup>2</sup> Ver *infra*, cap. 13-2 e cap. 14-1 e 2.

com destaque para a longa missiva que Diego de Pantoja expede de Pequim em Março de 1602 (retomada na sua *Relación de la entrada*, de 1605)<sup>3</sup>.

Ao lermos o conteúdo deste e dos três capítulos seguintes, aqueles onde se concentra o essencial do retrato do mundo chinês da *Histoire* de P. du Jarric, constatamos ainda que entre os autores que merecem citação confessa da sua parte se destacam D. Jerónimo Osório<sup>4</sup>, Garcia de Orta<sup>5</sup>, Giovanni Pietro Maffei (em causa os *Historiarum Indicarum libri XVI*, de 1588)<sup>6</sup> e João de Lucena (em causa a *Historia da vida do padre Francisco de Xavier* de 1600)<sup>7</sup>. Tendo presente que este francês havia ensaiado a sua vocação de biógrafo das actividades dos jesuítas além-mar com uma tradução parcial da *Historia de las Misiones qve han hecho los Religiosos de la Compañia de Iesvs en la India Oriental, y en los Reynos de la China y Iapon* de Luis de Guzmán mas que, a conselho do Pe. Fernão Guerreiro, alterara os seus projectos e abraçara a escrita de uma história original para a qual, antes de tudo, se apoiou na generosa remessa de “liures, & memoires” providenciada desde Lisboa pelo próprio Guerreiro, mais poderá espantar que desconhecesse o *Tractado das cousas da China* do dominicano Gaspar da Cruz.

Como sabemos, este último título tinha saído na cidade de Évora em 1570 e constituíra o primeiro impresso europeu apenas dedicado à China, posto que mesmo no *Milione* de Marco Polo/Rustichello da Pisa a narrativa referente ao Cataio é subsidiária do interesse genérico pelo maravilhoso Oriente. De resto — e apesar de obviamente servirem sobretudo para dar notícia dos patrocínios cedidos pela sua própria Ordem —, as linhas do “Advertissement av Lectevr Chrestien” que abrem o Tomo I da obra de Pierre du Jarric já faziam adivinhar esta algo estranha impressão. Logo aí o inaciano francês confessava a sua dívida para com “quellques notes sur l’histoire de Guzman, faites par le P. Albert Laërtius Italien”<sup>8</sup>, os dois volumes em língua portuguesa de cartas

---

<sup>3</sup> Pe. Pierre du Jarric, *Second Partie de l’Histoire des choses plvs memorables*, liv. IV, cap. XVII, Bordeús, 1610, pp. 498-499.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XVII, Bordeús, 1610, p. 502.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XVII, Bordeús, 1610, pp. 503 e 506.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XIX — “Des grandes richesses qu’a le Roy de la China, & de la police qu’il fait observer en son Royaume, avec les comoditez ou inconueniens qui s’en ensoyuent”, Bordéús, 1610, p. 539.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XX — “De la Religion des Chinois, & si la lot Christienne leur a esté autrefois annoncée: ensemble de la difficulté, ou bonne disposition qu’il y a pour l’y planter”, Bordéús, 1610, p. 584.

<sup>8</sup> Alberto Laerzio nasceu em Orte (Viterbo, Estados da Igreja) em 1577 e foi admitido na Companhia em Roma, em Setembro de 1576. Partiu de Lisboa para a Índia em Abril de 1579. Entre 1583 e 1594 serviu como mestre de noviços em Goa. Em 1596 passou a reitor de Margão e, pouco depois, foi nomeado procurador a Roma. Antes de tornar à Índia, em 1602, redigiu as notas à *Historia* de Luis de Guzmán que

precedentes do Japão entre 1549 e 1590 (alusão às *Cartas dos Reynos do Iapão & China* editadas em Évora em 1598), os dez livros da *Historia* de Lucena, as várias sùmulas dessas e de outras tantas cartas compendiadas por Fernão Guerreiro e que já se encontravam disponíveis, tal como para com Osório e Maffei, mas desse rol inaugural também não constava o nome de Fr. Gaspar<sup>9</sup>.

Este episódio é bem o espelho do relativo anonimato em que sobreviveu durante largas décadas o *Tractado em que se cõtam muito por estẽso as cousas da China, cõ suas particularidades, e assi do reyno d’Ormuz, cõposto por el R. padre frey Gaspar da Cruz da ordẽ de sam Domingos. Dirigido ao muito poderoso Rey dom Sebastiam nosso Señor*. Editado por André de Burgos, um granadino estabelecido em Évora desde o início dos anos de 1550 que se intitulava impressor e cavaleiro da Casa do cardeal D. Henrique, no respectivo frontispício indica-se o ano de 1569, enquanto no cólofon se diz que foi concluído “aos XX. dias de Fevereiro de mil quinhentos e setenta”<sup>10</sup>. A involuntária discricção pública a que nos referimos, a qual começou logo por ser sentida na sua pátria de origem conforme o atesta a desatenção de um leitor privilegiado como D. Jerónimo Osório aquando da feitura do *De rebus Emmanuelis regis*, terá vigorado até 1625, altura em que Samuel Purchas integrou no livro I do volume III da colectânea *Purchas his Pilgrimes* a primeira e única tradução que se lhe fez, em todo o caso amputada de cerca de um terço do texto original<sup>11</sup>.

Para se descobrir uma nota pausada sobre o escrito e a vida de Gaspar da Cruz quase se torna necessário recorrer à obra de um confrade e conterrâneo seu, a *Ethiopia Oriental, e Varia Historia de Covsas, notaueis do Oriente* (2 vols., Évora, 1609) do

---

Du Jarric acabará por receber das mãos de Fernão Guerreiro. Uma vez regressado ao Oriente, Laerzio será nomeado vice-provincial de Goa (1602), provincial do Malabar (1601-1611) e visitador do Japão e da China (1620). De novo procurador a Roma no início da década de 1620, voltou à Índia em 1624, onde tornou a exercer como provincial do Malabar (1625-1629). Faleceu em Cochim em Setembro de 1630. Ver, *inter alia*, Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 4, 1893, pp. 1358-1359; Alden, 1996, pp. 236-237; Maria Iris Gramazio, “Gesuiti italiani in Oriente nel XVI secolo”, in *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, IHSI, 62 (132), Julho-Dezembro 1997, pp. 284-285.

<sup>9</sup> Pe. Pierre Du Jarric, S.J., *Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres pais de la descouerte des Portugais, En l’establissement et progresz de la foy Chrestienne, et Catholique: Et principalement de ce que les Religieux de la Compagnie de Iesvs y ont faict, & enduré pour la mesme fin; Depuis qu’ils y sont entrez jusques à l’an 1600. Le tout recueilly des lettres, & autres Histoires, qui en ont esté escrites cy deuant, & mis en ordre par le P. Pierre du Iarric, Tolosain, de la mesme Compagnie*, liv. I, “Advertissement av Lectevr Chrestien”, Bordéus, S. Millanges, 1608, s. pp. [pp. 2-3].

<sup>10</sup> Ver Anselmo, ed. 1977, pp. 102 e 108, ref. 399.

<sup>11</sup> Ver *supra*, cap. 9-3. Cf. Boxer, 1953b, p. VII.

padre Fr. João dos Santos (Évora, c. 1550-Goa, 1625)<sup>12</sup>. Tratando das tartarugas que se pescavam na costa de Moçambique, Fr. João deriva para as indicações sobre a pesca com corvos-marinheiros referidas por Gaspar da Cruz no capítulo XII do seu *Tractado*<sup>13</sup>. Escrevendo sobre os “Maracatos gentios” e os eunucos da Índia, desvia para as dignidades a que ascendiam os eunucos chineses conforme “conta o Padre Fr. Gaspar da Cruz no liuro que fez da China”<sup>14</sup>. Fazendo a crónica dos primeiros dominicanos embarcados em Portugal com destino à Índia Oriental, sintetiza o percurso daquele antigo religioso, dos primeiros passos em Évora à sua morte em Setúbal, em 1570, sem esquecer a lembrança do respectivo livro<sup>15</sup>. Enfim, passando em revista as obras destes missionários nas ilhas de Solor e Timor, tanto lembra a fundação da Casa de Malaca por Gaspar da Cruz, como recolhe do prólogo do seu “liuro da China” o que este dissera a respeito da fundação das Missões dominicanas naquelas ilhas da Insulíndia<sup>16</sup>.

Só em 1642, com a edição em Madrid do *Imperio de la China y cultura evangelica en el por los religiosos da Companhia de Jesus* de Álvaro Semedo, a cultura portuguesa veio a produzir uma sistemática descritiva exclusivamente consagrada ao homem e à natureza do Império do Meio que tanto supera Gaspar da Cruz pelo conteúdo como pela sorte editorial<sup>17</sup>. Visto isto, coloca-se a questão da influência que o *Tractado das cousas da China* não deixou de exercer através dos usos e manipulações a que esteve sujeito por parte de vários autores quinhentistas, às vezes cuidadosos o

---

<sup>12</sup> Fr. João dos Santos, O.P., *Ethiopia Oriental, e Varia História de Covsas, notauéis do Oriente. Composta pollo Padre Fr. João dos Santos da Ordem dos Pregadores natural da Cidade de Euora. Dirigida ao Excelletissimo Senhor Dom Duarte Marques de Frechilla & Malagon, &c., Impressa no Conuento de S. Domingos de Euora Com licença do Santo Officio, & Ordinário, & Priuilégio Real. Ano 1609. Por Manoel de Lyra impressor*, Primeira Parte da Ethiopia Oriental, Em que se da Relacam dos Principaes Reynos desta Região, dos costumes, ritos, & abusos de seus habitadores, dos animaes, bichos, & feras, que nelles se crião, de suas minas, & cousas notauéis, que tem assim no mar, como na terra, de varias guerras, & victorias insognes que ouue em nossos tempos nestas partes entre Christãos, Mouros, & Gentios. Repartida em cinco livros; idem, *Varia Historia de Covsas Notaveis do Oriente. E da Christandade que os Religiosos da Ordẽ dos Prêgadores nelle fizarão. Segvnda Parte. Composta pollo P. Fr. Ioam dos Santos da mesma Ordem, natural da cidade de Euora. Dirigida ao Excellentissimo Senhor Dom Duarte, Marques de Frechilla, & Malagon, &c. Impressa no Conuento de S. Domingos de Euora com liçença do S. Officio, & Ordinario, & Priuilegio Real. Por Manoel de Lyra, Anno de 1609*. Todas as citações a partir destas edições.

<sup>13</sup> Fr. João dos Santos, *Ethiopia Oriental*, Parte I, liv. III, cap. XVII — “Das Tartarugas que se pescão nesta costa, até o Cabo Delgado”, Évora, 1609, fls. 95v.-96v.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, liv. V, cap. XVI — “Dos Maracatos, & Eunuchos desta costa, & das partes Orientaes”, Évora, 1609, cit. fl. 133v.

<sup>15</sup> Idem, *Varia Historia*, liv. II, cap. II — “Dos primeiros Religiosos da Ordẽ dos Prêgadores, que foraõ à India em comunidade a fundar Conuento”, Évora, 1609, fls. 28v.-29r.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. IV — “Em que se trata breuemente da Christandade que os padres de S. Domingos tẽ feito nas ilhas de Solòr, & Timôr”, Évora, 1609, fls. 30v.-31r..

<sup>17</sup> Ver *infra*, VI-I; J. Cortesão, 1993, p. 106.

suficiente para mencionarem a fonte em que se baseavam, mas a maior parte delas optando pelo plágio sub-reptício.

À parte Cristóvão da Costa, que o refere mas não o cita<sup>18</sup>, veremos que pertencem a esta falange Diogo do Couto (no primeiro *Diálogo do soldado práctico* de c. 1573)<sup>19</sup>, Bernardino de Escalante (no *Discvrso de la navegacion* de 1577)<sup>20</sup>, o supracitado Juan González de Mendoza (na *Historia del gran Reyno de la China*)<sup>21</sup>, Filippo Sassetti (em várias das cartas que escreveu entre 1580 e 1588)<sup>22</sup>, Fernão Mendes Pinto (na *Peregrinação*)<sup>23</sup>, Alessandro Valignano (na *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales*)<sup>24</sup>, o par Alessandro Valignano e Duarte de Sande (no *De Missione Legatorum Iaponesium ad Romanam curiam*)<sup>25</sup>, Jerónimo Román (na terceira parte das *Repyblicas del Mvndo*, Salamanca, 1595)<sup>26</sup>, João de Lucena (na *Historia da vida do padre Francisco Xavier*)<sup>27</sup> e Fernão Álvares do Oriente (na *Lusitania Transformada* de c. 1600-1607)<sup>28</sup>. Também podem ser colados sem demasiadas dúvidas a este grupo Fr. Agostinho de Azevedo (por via da sua *Relação do Estado da Índia* de c. 1603)<sup>29</sup> e Francesco Carletti (por via dos *Ragionamenti* que terminou em Florença o mais tardar em 1616)<sup>30</sup>.

Pese embora a natureza indirecta deste processo, já experimentámos que o mesmo não pode ser omitido na hora dos balanços que avaliam a repercussão de um texto. Contudo, logo pela pequena lista acabada de expor percebe-se que esta influência se terá exercido até 1625 num âmbito mais do que nada peninsular e, depois, em boa medida tutelado pelo acender dos interesses que os espanhóis recém-instalados nas Filipinas alimentaram pela China durante o último quartel do século XVI. Aqui, o italiano Sassetti não chega a aparecer deslocado porque residiu em Sevilha e em Lisboa entre finais dos anos setenta e inícios dos anos oitenta<sup>31</sup>. Com Valignano passa-se o

---

<sup>18</sup> Ver *supra*, cap. 10-6.

<sup>19</sup> Ver *infra*, cap. 24, n. 44.

<sup>20</sup> Ver excursos 3 e 4 a este capítulo.

<sup>21</sup> Ver *infra*, cap. 12-1 e 2.

<sup>22</sup> Ver *infra*, cap. 21-1.

<sup>23</sup> Ver *infra*, cap. 25-1.

<sup>24</sup> Ver *infra*, cap. 14-2.

<sup>25</sup> Ver *infra*, cap. 16-2.

<sup>26</sup> Ver *infra*, excurso 4 a este capítulo.

<sup>27</sup> Ver *infra*, cap. 17-1.

<sup>28</sup> Ver *infra*, cap. 23-3.

<sup>29</sup> Ver *infra*, cap. 24-1.

<sup>30</sup> Ver *infra*, cap. 21-5.

<sup>31</sup> Ver *infra*, cap. 21-1.

mesmo, quer porque transitou por Espanha e Portugal a caminho de Goa em 1574, quer porque o Pe. Matteo Ricci, o seu eventual informador no caso da *Historia del principio y progreso*, também o fez em 1578<sup>32</sup>. E com Carletti a história não é muito diferente, já que mercadejou na Andaluzia entre 1591 e 1594, entrou em Macau em 1598 e saiu de Goa em 1601).

Fora do esquema estreito da leitura-citação conhecemos também que um exemplar do “tratado de la China, por fray Gaspar de la Cruz en portugués” constava ao lado “de los simples de las yndias” de Nicolás Monardes em latim, de uns “avisos de China y Japón en portugués”, da “Asia de Juan de Barros, en portugués” ou de “vn cuadero con escritura de la China” entre os bens deixados pelo matemático, cosmógrafo e arquitecto Juan de Herrera à data da sua morte, em 1597<sup>33</sup>. O fio de Ariadne para este dado talvez o encontremos numa das duas estadas que Herrera completou em Lisboa entre Março de 1580 e Março de 1583 na qualidade de *apostador mayor de palacio* de Filipe II, na circunstância de Escalante ter sido designado por essa altura para auxiliar o arquitecto-cosmógrafo na confecção da *carta general* que deveria delimitar as possessões ultramarinas dos dois países ibéricos, ou na simples apropriação por parte de Juan de Herrera de espécimes bibliográficos levados de Portugal para Espanha por aquele monarca como se sabe que aconteceu com uma efémera tradução de Vitruvius feita em 1541 por Pedro Nunes<sup>34</sup>. Tudo isto é importante, se bem que assim continuemos apenas a ver confirmada a circulação do nosso autor em Castela.

### ***Fr. Gaspar***

Da sua Évora de origem, onde terá nascido por volta de 1520, Fr. Gaspar da Cruz transitará um dia para o convento que os Frades Pregadores possuíam em Azeitão. Embarca para a Índia em 1548 como um dos doze missionários que acompanhavam o castelhano Fr. Diego Bermúdez, superior do convento de S. Domingos de Lisboa. Há notícia de que vários dominicanos os haviam precedido, servindo isolados a bordo de

---

<sup>32</sup> Ver *infra*, cap. 14-2.

<sup>33</sup> Jesús Sáenz de Miera, “Curiosidades, maravillas, prodigios y confusión: Posesiones exóticas en la Edad de los Descubrimientos”, in *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI*, 1998, p. 140.

<sup>34</sup> Ver Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e ‘estilo chão’. O ciclo filipino”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 2, *Do “Modo Gótico” ao Maneirismo*, direcção de Paulo Pereira, Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 399.

naus da carreira, mas o grupo em causa é aquele que, por acerto entre el-rei D. João III e o provincial Pe. Fr. Francisco de Bobadilla, vai incumbido de implantar a Ordem no Oriente<sup>35</sup>.

Por este motivo, Fr. Gaspar reaparece-nos pouco depois associado à fundação dos conventos de Goa e das casas de Chaul e de Cochim, tal como em visita a Ceilão. Daí ou do Indostão segue para Malaca, mais uma vez encarregue de fundar novo convento. Em Setembro de 1555 este religioso “de muita virtude, & bõ Prêgador”<sup>36</sup> parte da praça malaia com destino ao Cambodja, uma experiência que duraria cerca de um ano e que os seus ingénuos métodos de catequese, as dissensões entretanto aparecidas no seio da comunidade portuguesa local e a oposição de um rei que era “Bramane por seita, feiticeiro por gosto, e costume, e governado por outros taes”<sup>37</sup> se encarregaram de boicotar.

Em finais de 1556 Fr. Gaspar decide-se pelo passo que dará a seguir, Cantão, “por me dizerem muitas cousas da China e a gente della ter desposiçam pera christandade e que era amiga da rezam”<sup>38</sup>. Aí entancia por pouco — mas intenso — tempo, ainda durante o mês de Dezembro. Os mandarins locais impedem estadas prolongadas de portugueses na capital do Guangdong e dissuadem qualquer natural de os acolher em suas casas. Fr. Gaspar da Cruz constatará então o mesmo que os jesuítas haviam constatado algum tempo antes: que para evangelizar a China havia que convencer o poder de Pequim e de que isso não se faria sem que “fosse mandada hũa solenne embaixada com solenne presente a el Rey da China em nome del Rey de Portugal, indo com ho embaixador padres que alcançassem licença pera andarem pella terra, mostrando serem homens sem armas”<sup>39</sup>. Como nada disto estava ao alcance das suas modestas capacidades, regressa a Malaca no princípio de 1557, não sem antes se fazer notar “em praticas pubricas, como em colloquios singulares”, tal como naquele

---

<sup>35</sup> Ver Almeida, 1968, p. 300.

<sup>36</sup> Fr. João dos Santos, *Varia Historia*, liv. II, cap. II, Évora, 1609, cit. fl. 28v.

<sup>37</sup> Fr. Luís de Sousa [Manuel de Sousa Coutinho], O.P., *Terceira Parte da Historia de S. Domingos Particvlar do Reino e Conquistas de Portvgal. Por Fr. Lvis Cacegas da mesma Ordem & Prouincia & Chronista della. Reformada em Estilo & Ordem & Ampliada em Successos & Particularidades por Fr. Lvis de Sovsa Filho do Conuento de Bemfica*, vol. 2, liv. IV, cap. VIII — “De alguns filhos d’este Convento de São Domingos de Goa, dignos de memoria”, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, colecção Tesouros da Literatura e da História, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cit. p. 276 (1.ª ed. Lisboa, Officina de Domingos Carneiro, 1678).

<sup>38</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. I — “Em que se põe ha causa porque o autor se movio a hir aa China, e deste nome China, e do nome da terra”, ed. 1984, cit. pp. 789-790.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXVIII — “Dos mouros que ha na China: e dos inconvenientes que ha pera se poder fazer christandade nella”, ed. 1984, cit. p. 884.

templo onde não encontrou melhor modo de exteriorizar a sua fé que derrubando a golpes os ídolos que se veneravam no local<sup>40</sup>. Fortuna a sua que os chineses apenas o tenham tomado por pitoresco ou por descompensado.

Entre Setembro de 1557, altura em que ainda está confirmada a sua presença em Malaca, e meados de 1560, quando é dado a dirigir-se de Goa para Ormuz com alguns outros dominicanos que aí iam fundar mais uma residência, supõe-se que tenha navegado até Macáçar e, depois, até Meliapor. Em Ormuz é provável que manuseasse a “Cronica que compos hũ Rey do mesmo Reyno”, relação atribuída a Padisha Turan Shah (r. 1347-1378), a qual se pode ler em versão resumida e traduzida por si ou por um dos seus companheiros em apêndice ao *Tractado das cousas da China*<sup>41</sup>. Deverá ter retornado à costa ocidental indiana cerca de três anos volvidos sobre a sua chegada a Ormuz. Incerta é também a data do seu regresso a Portugal, por regra apontado para 1569, se bem que recentemente esta hipótese haja sido questionada, sugerindo-se em alternativa o ano de 1564, o que quer dizer que voltara a avistar o Reino logo nos primeiros meses do ano seguinte<sup>42</sup>.

Em 1569, Fr. Gaspar da Cruz conta-se entre os vários religiosos que correm uma Lisboa assolada pela peste a socorrer e a confessar doentes. Controlada a epidemia nesta cidade, prossegue em Setúbal com a sua missão de caridade e é aí que vem a falecer a 5 de Fevereiro de 1570 tocado pelo mesmo mal. Fr. João dos Santos evoca-nos o testemunho de uma “pessoa de credito” para informar que nesta altura Fr. Gaspar estaria indigitado por D. Sebastião para bispo de Malaca<sup>43</sup>. Outros biógrafos confirmam-no, apesar de acrescentarem que não fora a morte mas o próprio quem declinara tamanha honraria<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXVII — “Dos ritos e adorações dos Chinas”, ed. 1984, cit. p. 881. Ver idem, *ibidem*, cap. XXVII, ed. 1984, pp. 880-881.

<sup>41</sup> O título completo na edição de 1570: *Relação da Cronica dos Reys Dormuz, e da fundaçam da cidade Dormuz, tirada de hũa Cronica que compos hũ Rey do mesmo Reyno, chamado Pachaturunxa, scripta em Arabigo, e sumariamente traduzida em lingoajem Portugues por hum religioso da ordem de Sam Domingos, que na ilha dormuz fundou hũa casa de sua ordem*. Ver *Tractado das cousas da China*, ed. 1984, pp. 889-896.

<sup>42</sup> Rui Manuel Loureiro, “Introdução”, in Fr. Gaspar da Cruz, *Tratado das coisas da China (Évora, 1569-1579)*, introd., modernização do texto e notas de R. M. Loureiro, Lisboa, Edições Cotovia/CNCDP, 1997, pp. 20-22 [Loureiro, 1997d]; Loureiro, 2000a, pp. 620-621.

<sup>43</sup> Fr. João dos Santos, *Varia Historia*, liv. II, cap. II, Évora, 1609, cit. fl. 29r.

<sup>44</sup> Fr. Lucas de Santa Catarina, O.P., *Quarta Parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino, e Conquistas de Portvgal [...] Por Fr. Lucas de Santa Catharina [...]*, “Catalogo dos arcebispos e bispos que n’estes reinos de Portugal, e nas conquistas teve a Sagrada Ordem de Prégadores, assim nacionaes, como estranhos. Entrão tambem os que, sendo nacionaes, tiverão estas dignidades em outros reinos”, in Fr. Luís de Sousa [ & Fr. Lucas de Santa Catarina ], *História de São Domingos*, ed. 1977, vol. 2, p. 1241 (1.<sup>a</sup> ed. Lisboa Ocidental, officina de Joseph Antonio da Sylva, 1733); Diogo Barbosa Machado,

A dúvida, de que acabou de se dar conta, sobre o momento em que Fr. Gaspar da Cruz de facto reentra em Portugal acaba por não ter demasiadas implicações para a análise do processo de escrita da sua obra. Estendendo-se para além do programa que enunciara no “Aviso aos lectores”<sup>45</sup>, ocupa os capítulos XXIII a XXVI com uma síntese dos contactos estabelecidos pelos portugueses na China até àquelas semanas do Inverno de 1556 em que auscultara o quotidiano de Cantão<sup>46</sup>. A narrativa alonga-se particularmente quando os assuntos são o arresto dos dois juncos de Diogo Pereira, em 1549, e as peripécias do grupo de cativos que daí resultou. Sendo certo que a forma final é a de um trabalho cuidado que nada tem a ver com a maior parte das redacções apressadas devidas a outros protagonistas dos Mares da Ásia que analisámos, em todo o caso isto quer dizer que a experiência que nos traz é pouco mais ou menos contemporânea da *Enformação* de Malaca de 1554, do texto ou do ditado de Galiete Pereira que os meninos do Colégio de Goa copiaram em 1561, tal como da carta que o Pe. Melchior Nunes Barreto escreveu do “porto da China” em Novembro de 1555, quando também ele tentou informar-se em primeira mão sobre esse país. Que tenhamos percebido, só uma passagem remete para uma informação recolhida, ainda que em data incerta, depois de 1556: no capítulo III Gaspar da Cruz alude ao relato que “hũ Jorge de Mello” lhe fizera após os bramás terem subjogado o “reyno dos Laos, ou Siões mãos” nesse mesmo ano<sup>47</sup>. Ora, se tal serve para alertar para a possibilidade da recolha de elementos a que o dominicano procedeu se poder ter prolongado um pouco para lá do que acabámos de considerar, nada nos confirma que a China se encontrasse entre os objectos cujo conhecimento foi então actualizado.

Experimentado dentro das muralhas de Ormuz, algures na Índia, num claustro português ou um pouco em todos ou quase todos estes ambientes, o tempo de reflexão de que Fr. Gaspar da Cruz disfrutou para preparar o seu *Tractado* detecta-se acima de tudo no exercício em que expõe lado a lado os saberes histórico-geográficos antigo e

---

*Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, p. 347. Ver, *inter alia*, Boxer, 1953b, pp. LVIII-LX; Pinto de Castro, 1984, pp. LVIII-LXII; Loureiro, 1997d, pp. 14-21; Loureiro, 2000a, pp. 618-621.

<sup>45</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, “Aviso aos lectores”, ed. 1984, p. 785.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXIII — “De como tratavam os Portugueses nos tempos passados com os Chinas, e de como armaram sobre elles”, pp. 863-865; idem, *ibidem*, cap. XXIII — “Como armaram outra vez os Chinas sobre os Portugueses, e do que se seguio desta armada”, pp. 866-869; idem, *ibidem*, cap. XXV — “Da diligencia que se fez em saber que gente eram os Portugueses: e como foy tirada ha devassa sobre suas prisões”, pp. 869-872; idem, *ibidem*, cap. XXVI — “Que contem ha sentença que el Rey deu contra os Louthias em favor dos Portugueses”, pp. 872-877.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, cap. III — “Dos Reynos que confinem com ha China: em que se daa noticia de sua grandeza: e declara confinar com ho ultimo dalemanha: porque trata de duas Rusias, e com ha hũa dellas confina ha China”, ed. 1984, p. 795. “Siões mãos” por mons, uma das principais etnias siamesas.

moderno referentes à Ásia Extrema e questiona os primeiros com auxílio dos segundos sempre que a fidelidade às heranças se lhe afigura insustentável<sup>48</sup>.

Deixando de parte a previsível glosa a Heródoto que surge a propósito das fronteiras entre a Índia e a Cítia e da tese segundo a qual a China formava parte desta última<sup>49</sup>, deixando também à margem a identificação dos mogores com os citas e a sua filiação a Jafé que foi encontrar nas *Antigualhas Judaicas* de Flávio Josefo (Josephus Flavius, 38-100), obra de história hebraica muito divulgada no século XVI (quem sabe se não através de uma das recentes edições sevilhanas, a de 1532 ou a de 1536)<sup>50</sup>, é assim quando corrige o que o agostinho italiano Jacopo Filippo Bergonense (Foresti) exposera sobre os limites da “Scynthia oriental” no seu *Supplementum Chronicarum* (obra com inúmeras edições e traduções entre 1483 e 1553)<sup>51</sup>. É assim quando recorre a um alegado tratado *Do Anticristo* do dominicano Fr. Juan de Pedraza (?-c.1560)<sup>52</sup> outra vez para precisar a geografia dos citas<sup>53</sup>. É assim quando intui a qualidade lendária do que se dizia ainda para os confins da Cítia sobre os “homens muy pequenos que pelejavam com os grifos por causa do ouro” ou do que constava sobre aqueles que, na Índia, “tinham hũ pee grande que lhe fazia sombra, alevantado sobre ha cabeça”<sup>54</sup> (imagens que evocam as tradições de Heródoto e Ptolomeu reavivadas pelos *Travels* de Mandeville e que talvez tivesse ido buscar às *Etimologias* de Isidoro de Sevilha ou ao dito *Supplementum Chronicarum* de Foresti)<sup>55</sup>. Finalmente, é assim quando repudia

---

<sup>48</sup> A seguinte passagem do capítulo XVI, que não é contrariada por nenhuma outra, indicia uma redacção feita em terra portuguesa, pelo menos parcial: “Os cinco grandes [louthias, *i.e.* mandarins] com seus assistentes trazem todos por divisa as armas del Rey [da China] nos peitos e nas costas, que sam hũas serpentes tecidas de fio de ouro, das quaes ham vindo muitas a Portugal, que se dam pera servirem nalgũs ornamentos das igrejas” — Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XVI — “Do numero e diferença dos officiais das provincias”, ed. 1984, cit. p. 842.

<sup>49</sup> idem, *ibidem*, cap. II — “Em que se mostra que terra seja ha China, e os Chinas que gentes sejam”, ed. 1984, pp. 790-791.

<sup>50</sup> idem, *ibidem*, cap. IV — “Em que se prossegue ha materia dos confines da China”, ed. 1984, p. 799. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1997, p. 99, n. 169.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, cap. II, ed. 1984, pp. 791-792. Cf. Boxer, 1953b, p. 68, n. 1.

<sup>52</sup> Fr. Juan Pedraza foi professor de Escritura em Coimbra entre 1537 e 1540. Deixou uma *Svmma de casos de consciencia aora nuevamẽte compuesta por el doctor Fray Ioan de Pedraga en dos breues volumines muy necessaria a Ecclesiasticos y seculares a confesores y penitentes* (Coimbra, João Álvares, 1567) e um *Confessionario muy prouechoso assi para Sacerdotes como para penitẽtes: por el qual todo christiano sabra enque peca e no peca si moral o venialmẽte en los diez mãdamientos y siete pecados capitales* (Lisboa, Germão Galharde, 1546), sem que conste das suas obras aquela a que Gaspar da Cruz aqui se refere. Ver Anselmo, ed. 1977, p. 27, ref. 97 e p. 181, ref. 633.

<sup>53</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. IV, ed. 1984, p. 799.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, cap. IV, ed. 1984, cit. pp. 801-802.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, cap. IV, ed. 1984, p. 801. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1997, p. 104, n. 192; Boxer, 1953, p. 87, n. 1; Loureiro, 2000a, p. 625.

toda a cartografia que pretende representar os litorais chineses sem ver o que vinha “bem apontado nas cartas de marear dos Portugueses, e nos Mappas feitos antre elles”<sup>56</sup>.

Se um esforço como este, por mais inovador que se mostrasse em múltiplos pormenores, no seu todo não se destacava por aí além de uma certa mediania quase compulsiva na época — atente-se no contraste entre a segurança com que fala do perfil costeiro chinês e o imobilismo da maior parte das ideias que guarda sobre o interior do continente —, já outra coisa sucedeu com o grosso das informações que Fr. Gaspar da Cruz veio a oferecer quer fundadas na sua passagem por Cantão, quer nos escritos ou nas conversas que manteve a esse propósito com homens do tipo daquele capitão Jorge de Melo, só que desta feita respeitantes à China.

O principal dos seus informadores lusos (neste caso tanto através do texto como por via oral) parece ter sido Galiote Pereira, a quem, de forma explícita ou implícita, se refere por várias vezes no *Tractado*. Logo no “Prologo” declara ter lido “hũ compendio que [escreveu] hũ homem fidalgo que cativo andou pola terra dentro”<sup>57</sup>. A associação é automática e vem confirmada a páginas tantas do capítulo VIII, quando diz: “Ouvi a hũ homem fidalgo e de credito por nome Galiote pereira hirmão do alcayde moor darrayolos que nesta cidade de Cansi esteve sendo cativo [...] e assi ho tinha escrito em hũ seu roteiro donde eu tirey muito do que aqui digo”<sup>58</sup>.

Galiote não deverá ter sido o único dos prisioneiros de 1549 a narrar-lhe aspectos da vida na China, em especial sobre o nunca por demais esclarecido tema da execução da justiça: “E afirmaram me hũs Portugueses que estiveram presos que hũ dia se enforcaram quoarenta presos em hũ tronco onde elles estavam, por se escapar dos açoutes quiseram antes perder ha vida”, assim se lê num dos trechos que o delata<sup>59</sup>. Os chineses residentes na capital cantonense serviram de igual modo como fonte. Para aqui, os indícios multiplicam-se em frases do género “Afirmou me hũ China velho”<sup>60</sup>, “Muitas vezes pratiquey con homens discretos, como poderia ser”<sup>61</sup>, sem esquecer a espantosa “Eu fuy enfermado por via dos regedores, que he enformaçam mais certa,

---

<sup>56</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. II, ed. 1984, cit. p. 792. Ver, *inter alia*, Pinto de Castro, 1984, pp. LXII-LXIII.

<sup>57</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, “Prologo da obra”, ed. 1984, cit. p. 783.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, cap. VIII — “No qual se tracta da nobreza das casas dos homens de sangue real e assi das casas dos regedores que ha nas cidades nobres”, ed. 1984, cit. p. 815.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, cap. XX — “Dos que sam sentenceados a morte, e de outras cousas que pertencem aa justiça, he capitulo notavel”, ed. 1984, cit. p. 856.

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*, cap. IV. ed. 1984, cit. p. 800.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, cap. XVII — “De como se fazem os Louthias, e dos estudos, e como se entendem por pena e nam por palavra em diversas lingoas”, ed. 1984, cit. p. 846.

porque lhe correm as rendas pola mão”<sup>62</sup>. Os autóctones funcionariam também como portadores e tradutores de fontes escritas locais, tal como sucede com a carta-memorial recebida em Cantão por “hũ China mercador rico” e que este preferiu reproduzir verbalmente a emprestar<sup>63</sup>.

Mais fácil deve ter acontecido a conversa que Fr. Gaspar travou com “hũ homem de boa discriçam venezeano mercador grosso, que avia algũs dias estava por via do trato em Cantam”, personagem aí arribada a bordo de uma embarcação de portugueses e que lhe passou algumas noções relativas aos confins terrestres do Império dos Ming<sup>64</sup>. Já da boca de “hũ señor da Persia” soube notícias de fortificações semelhantes à Grande Muralha edificadas na sua terra de origem<sup>65</sup>. Esta última referência é dada na proximidade ou intercalada com aquilo que parecem ser dois pedaços extraídos da *Terceira decada da Asia* de João de Barros, um alusivo à memória do expansionismo marítimo chinês e à decisão política que presidiu à retirada para dentro das suas fronteiras tradicionais<sup>66</sup> (coincidência não exaustiva com alguns parágrafos dos capítulos I e VII do livro II, por exemplo<sup>67</sup>), o outro aquele em que está a concordância com a opinião de “alguns” que tinham para si que o muro que servia de barreira entre os chineses e os tártaros media mais de cem léguas de comprido<sup>68</sup> (hipotética indirecta às mais de duzentas léguas estimadas pelo cronista no mesmo capítulo VII do livro II da *Década* de 1563<sup>69</sup>). Depois, por exemplo, para o ponto muito preciso do *curriculum* escolar chinês volta a suspeição de haver lido a *Década III*, se bem que neste caso para se contrariar o que aí vinha escrito<sup>70</sup>.

---

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, cap. XI — “Dos officiaes mecanicos, e dos mercadores”, cit. p. 826.

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXIX — “De alguns castigos de Deos que os Chinas receberam no anno de cincoenta e seys”, ed. 1984, cit. p. 885

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, cap. II, ed. 1984, cit. p. 792.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, cap. IV, ed. 1984, cit. p. 800.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, cap. II, ed. 1984, cit. p. 791.

<sup>67</sup> Ver João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. I, ed. 1992, fls. 25v.-26v.; idem, *ibidem*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, fls. 46r.-46v. Ver *supra*, Parte II, cap. 10-1.

<sup>68</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. II, ed. 1984, p. 793.

<sup>69</sup> Ver João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, fl. 44v. Ver *supra*, Parte II, cap. 10-1; Loureiro, 2000a, pp. 624-625.

<sup>70</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XVII, ed. 1984, p. 845. Cf. João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, fl. 46r.

## 2. Vinte e nove capítulos para "qualquer curioso lector"

Não moram na ordem do discurso, mas na exclusividade temática, no aprumo da prosa e na riqueza do conteúdo a força e a importância públicas do *Tractado das cousas da China* de Fr. Gaspar da Cruz<sup>71</sup>. Descontando a “Relação da Cronica dos Reys Dormuz”, que sabemos autónoma e talvez incluída no volume por capricho do impressor, este tratado surge-nos dividido em vinte e nove capítulos, assim arrumados: quatro sobre o enquadramento e a paisagem física chinesa (caps. I-IV), um sobre a divisão provincial (cap. V), três sobre a realidade urbana (caps. VI-VIII), quatro sobre a organização social, as actividades económicas e o quotidiano do mundo rural (caps. IX-XII), três sobre os usos e costumes (caps. XIII-XV), cinco sobre a estrutura do poder político e/ou o assunto conexo do sistema de exames (caps. XVI-XIX e XXII, não contabilizando algumas referências dispersas, caso da que nota a ausência de nobreza de sangue e que está no cap. VIII), dois sobre a administração da justiça e as prisões (caps. XX e XXI), quatro sobre a história dos contactos luso-chineses (caps. XXIII-XXVI, voltando a não contabilizar aqui as inúmeras referências ao tema que surgem dispersas pelo resto do texto), dois sobre as práticas religiosas (caps. XXVII e XXVIII) e um em que se “traslada” um documento alusivo a calamidades naturais ocorridas em algumas regiões do interior nos anos de 1555 ou 1556 (cap. XXIX, cuja substância tem equivalente num parágrafo da carta escrita em Cochim por Melchior Nunes Barreto a 10 de Janeiro de 1558, além de que se confirma, em boa parte, na *Enformação da China* de Amaro Pereira tramitada pelo Pe. Baltazar Gago a 10 de Dezembro de 1562<sup>72</sup>).

Evoluindo do geral para o particular, da geografia para a sociedade, da fauna e da flora para as minudências das festas, da escrita, da tipografia, do uso do chá, do hábito de atar os pés das mulheres ou da Grande Muralha, Fr. Gaspar da Cruz superava, com e sem consciência de o estar a fazer, muitos vazios informativos da Idade Média. Retomava ou superava com um pouco mais de consciência muitos dos tópicos que vinham sendo sistematizados pelas fontes portuguesas desde o início do século. Reforçava com mais consciência ainda aquele julgamento positivo que algumas destas fontes vinham expondo desde a década de 40. Mas, sobretudo, oferecia a quem o lesse

---

<sup>71</sup> Ver *supra*, Parte II, I-5.

<sup>72</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXIX, ed. 1984, pp. 885-887; Charles R. Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, tradução de Maria de Lucena Barros Sá e Contreiras, colecção Lugar da História — 11, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 137 (1.ª ed. Baltimore/Londres, The John Hopkins University Press, 1978). Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7 e cap. 9-1.

uma série de imagens e de sentenças sobre a China que, no geral, o futuro poucas vezes contrariou já que as conduziu em forma de estereótipo até àqueles que se souberam tornar célebres à sua custa: um González de Mendoza, um Álvaro Semedo, um Domingo Fernández Navarrete ou um Athanasius Kircher.

### *Fronteiras, províncias e cidades*

As considerações de ordem física do *Tractado das cousas da China* são abertas com um plágio não assumido do *Tratado* de Galiote Pereira: o nome próprio da terra era “Tame” e o nome da sua gente era “Tamgin”<sup>73</sup>. Pertencem ao mesmo retrato a noção ensinada por Heródoto da China como parte da Cítia, a denúncia dos erros de cálculo de Filippo Foresti e dos velhos cosmógrafos sobre a continuação da “ponta que fazem em que põe ha terra e gente dos Liquios”, a novidade que os corrige e que a cartografia portuguesa já atestaria de que a costa chinesa corria até Nanquim (leia-se a embocadura do Yangtze), a aceitação de limites convencionais da Ásia como aqueles marcados pelo rio Tanas (Don) e a Tartária, tudo junto à referência à muralha que “comunmente [se] afirmava aver antre os Chinas e tartaros” por causa da contínua guerra que mantinham entre si<sup>74</sup>. Estão também aqui as memórias das navegações ou da diáspora chinesa no Coromandel, no Malabar, nos baixios de Chilão, em Java, em Jantana (ou Ujantana, na extremidade de península malaia), no Sião e no Champá, parte delas passível de ter sido conferida na *Década III* de João de Barros, como afirmámos<sup>75</sup>.

É patente que Fr. Gaspar da Cruz não se sentiu satisfeito com tudo o que recebeu de Galiote porque uma das noções conservadoras que repõe é a de que a Alemanha “ou

---

<sup>73</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. I, ed. 1984, cits. p. 790. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, cap. II, ed. 1984, cits. pp. 792 e 793. Ver idem, *ibidem*, cap. II, ed. 1984, pp. 790-793.

<sup>75</sup> Uma das lembranças originais que Gaspar da Cruz aqui apresenta, no caso referente às “árvores de fruto muy antigas que dizem os da terra [de Calecute] averem sido plantadas pellos Chinas”, apesar próxima do que Garcia de Orta escreveu nos seus *Coloquios* sobre a espécie arbórea que dava a “ruim canela que he a de Malavar”, parece-nos ter demasiadas diferenças em relação ao que está nesse livro goês de 1563 para poder ser vista como provindo daí. No entanto, não deixa de ser um facto que, quando adiante se alude à desvalorização do âmbar no mercado chinês que seria resultado da excessiva oferta portuguesa deste produto, são outra vez as observações equivalentes produzidas por Orta aquelas de que primeiro nos lembramos. Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap II, ed. 1984, cit. p. 791; Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XV, ed. 1987, vol. 1, cit. p. 207. Ver *supra*, Parte II, cap. 10-6; Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XV, ed. 1987, vol. 1, pp. 206-207; Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XIX — “Da presteza e promptidam com que os Louthias sam servidos”, ed. 1984, p. 849. Cf. Fr. Gaspar da Cruz, *ibidem*, ed. 1997, p. 80, n. 93 e p. 194, n. 435.

confina coa china, ou he parte della”<sup>76</sup>. O raciocínio desenvolvido a propósito assume contornos pouco menos que silogísticos, começando por sobrepor como sabe e pode as ideias mais teóricas que certas da Rússia como “ha Scythia da banda de europa” e de duas Rússias — “Hũa que corre antre Polonia e Alemanha que entesta no lago Meothis” (o Mar de Azov), a outra a que “esta no ultimo dalemanha, que pertence aa Scithia e da fim a Europa”. Depois, especula com o alegado nome “Alimanes” que os chineses empregariam para designar as gentes da Alemanha<sup>77</sup> e confia numa notícia segundo a qual os mercenários colocados por “el Rey da China” ao longo dos “passos fracos” da Tartária eram “homens grandes, ruivos e de muita barva. e que trazem calças cortadas e espadas rombas”<sup>78</sup>.

Em contraste, salvo uma pequena hesitação sobre o lugar do “Champaa”, é exemplar a sua viagem pelos reinos da “Cauchim china”, do Laos ou “Siões mãos” (Luang Prabang), “de Camboja”, “de Siam”, “de Peguu”, “de Tanaçarim”, “de Quedaa”, de Malaca, de Pão, de Patane, “de guzarate”, “de cambaya”, “de finide” (Sinide ou Sinde, sensivelmente correspondente ao actual Paquistão), “do Delli” (cuja cabeça “se chama ho gram Samarcam, que nos Mappas se chama cabeça de Tartaria”), por Ormuz e pelas “ilhas de Japão”<sup>79</sup>. Em tal itinerário não se esquece de apontar muitas das particularidades da antiquíssima vida de relação existente entre a maior parte das estações costeiras referenciadas, de descrever a antropologia de vários dos seus povos, em particular aqueles com os quais se cruzara no Cambodja, tanto como de recuperar o que Galiote Pereira escrevera a propósito da incursão tártara de 1550 nos arredores de Pequim e Paoting. De qualquer modo, Fr. Gaspar não chama para este último ponto a fala de Galiote mas as do tal chinês velho e dos “Portugueses que estavam cativos e nos

---

<sup>76</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *ibidem*, cap. III, ed. 1984, cit. pp. 793-794. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>77</sup> Segundo Loureiro, eventual confusão com “Alimani”, palavra sínica para uma cidade do lago Balkhash, no Cazaquistão. Ver Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, ed. 1997, p. 87, n. 118.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, cap. III, ed. 1984, cit. p. 794. As últimas duas imagens repetem-se pouco à frente nos seguintes termos: “Acima do lago onde thanas tem sua origem entestam com as fraldas dalta Alemanha, ja da banda de europa, e antre elles e Alemanha ha serranias que as dividem: e destas gentes das fraldas das serras dizem os chinas que tem el Rey da China muita gente darmas salariada, que lhe guarda os passos fracos e os muros da banda dos tartaros: dizem que sam homens grandes e barbaçudos, e que trazem calças cortadas e gorras [“goiras” no original] e espadas rombas, e disse me hũ portugues que polla terra dentro fora levado cativo, que ouvira dizer aos chinas que lhe chamavam a estes Alimenes” — Idem, *ibidem*, cap. IV, ed. 1984, cit. p. 801. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1997, p. 103, n. 189. Para Boxer, aquela imagem sobre os mercenários a soldo do imperador chinês pode apenas reportar-se a russos ou alemães, apesar da ocorrência em si lhe parecer por demais improvável. Ver Boxer, 1953b, p. 71, n. 3.

<sup>79</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. III, ed. 1984, cit. pp. 794, 795, 798 e 799.

troncos presos ho anno de cincoenta”<sup>80</sup>, bem como o que ele mesmo vira em Cantão. Por certo por este motivo, enquanto os tártaros de Galiote eram “homens muito alvos”<sup>81</sup>, os do dominicano são antes “gente bermelha comunmente e nam alva”, além de que andavam nus da cintura pera cima, montavam a cavalo sobre a carne crua que comiam, untavam os corpos com o sangue dela e fediam de tal modo que um vento nauseabundo os anunciava quando ainda vinham a grande distância<sup>82</sup>.

Para tratar das “provincias em que se divide ha China” Fr. Gaspar da Cruz sujeitou-se de novo à exposição de Galiote, conforme se verifica na terminologia que escolheu para designar as que igualmente supôs serem as treze unidades administrativas deste tipo aí existentes. Em todo o caso, se é verdade que, por vezes, passagens do *Tratado* do antigo cativo nos reapareem, *verbatim*, no *Tractado das cousas da China*, noutras dão-se desacertos mais ou menos significativos em aspectos que vão das estimativas sobre o número de cidades, vilas cercadas ou povoações não cercadas ao próprio número das províncias afinal identificadas.

Por exemplo, não se colocarão dúvidas sobre qual o original e qual a cópia entre a província de “Cheguema” e a sua cidade “d’Ochô” [Hangchou] de um<sup>83</sup> e a província que “se chama Chaqueam, de que he cabeça ha grande cidade Omquom” de outro<sup>84</sup>. Igual entre a “gramde cidade de Nanquim omde antigamente foram residir os Reis da China” de um<sup>85</sup> e “ha grande cidade de Namquim” onde “residiu antigamente [...] el Rey” de outro<sup>86</sup>. Mas, também por exemplo, Gaspar da Cruz diz que o Fujian conta com dez cidades<sup>87</sup> enquanto Galiote Pereira diz oito<sup>88</sup>; segundo Fr. Gaspar existem onze cidades na “outra provincia [que] se chama Quichio”<sup>89</sup> enquanto Galiote vê “outras seis cidades” na mesma jurisdição<sup>90</sup>; no *Tractado* de 1570 verifica-se que o governo do Guangxi usa estar ligado ao do Guangdong sob a batuta de um único governador, o que

---

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, cap. IV, ed. 1984, cit. p. 800.

<sup>81</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 126.

<sup>82</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. IV, ed. 1984, cit. p. 800. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3; Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. I, ed. 1984, pp. 787-790; idem, *ibidem*, cap. II, ed. 1984, pp. 790-793; idem, *ibidem*, cap. III, ed. 1984, pp. 793-798; idem, *ibidem*, cap. IV, ed. 1984, pp. 798-802.

<sup>83</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 101.

<sup>84</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. V, ed. 1984, cit. p. 803.

<sup>85</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. pp. 101-102.

<sup>86</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. V., ed. 1984, cit. p. 803.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, cap. V, ed. 1984, p. 802.

<sup>88</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, p. 101.

<sup>89</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. V, ed. 1984, cit. p. 804.

<sup>90</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 102.

não consta no escrito passado aos jesuítas<sup>91</sup>; e são apenas duas as províncias não nomeadas por Gaspar da Cruz (Shandong e Henan)<sup>92</sup>, não cinco, como com Pereira<sup>93</sup>. Uma curiosidade, que já nos introduz o tema urbano: Gaspar da Cruz copia Galiote quando, para explorar a grandeza de Pequim, admite que esta possa ser atravessada por um cavaleiro que ande “de sol a sol”; no entanto, ao falar a seguir nas suas “ruas direitas” e na “passada [que fazem] de porta a porta” está a adulterar o que aquele “homem fidalgo” escrevera porque este referira-se à geometria das artérias e aos arcos triunfais de Chinchéu, nunca da capital<sup>94</sup>.

Compreende-se que exista maior autonomia descritiva da parte de Gaspar da Cruz quando se trata de descrever Cantão. Por um lado, o religioso calcorreara-a durante cinco ou seis semanas. Por outro, Galiote Pereira só furtivamente se lhe refere no seu texto. Apesar de tudo, processaram-se alguns empréstimos laterais, a começar pelo que Galiote dissera sobre as instalações e a vida prisional (elementos de novo transferidos por Fr. Gaspar do contexto genérico em que são dados no *Tratado* de 1553-1565 para o caso cantonense) e a terminar na *Década III*, onde João de Barros fixara a narrativa oral de Fernão Peres de Andrade numa série de parágrafos claros e expressivos que se nota não terem sido enfeitados pelo autor do *Tractado das cousas da China* (a imagem de que entre a cava cheia de água e o muro da cidade ficou “boa distancia por onde pode correr junta bom torpel de gente” é uma dessas variantes mínimas instaladas sobre o que se viu estar na crónica de Barros)<sup>95</sup>.

Ainda que escrevendo sobre o que antes fora escrito, porque capaz de observar com mais delonga que muitos ou de entrar onde outros não tinham entrado, a Fr. Gaspar da Cruz raro falta originalidade. Cantão tinha para mostrar a sua cerca “de muros muy fortes e muito bem feitos e de boa altura” construída mil e oitocentos anos antes (na verdade, só dois séculos antes), cerca que alguns portugueses diziam ser tamanha “como ha de Lixboa, e a outros pareceo mayor” por causa dos seus doze mil e trezentos passos de roda e dos seus oitenta e três baluartes. A mesma cerca era ameaçada, cortada por sete portas chapeadas de ferro de alto a baixo, cada qual com couraças e uma porta levadiça muito forte que estava sempre levantada. As couraças da “banda do arreal” tinham três

---

<sup>91</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. V, ed. 1984, pp. 802-803.

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, cap. V, ed. 1984, pp. 802-804.

<sup>93</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 101-102.

<sup>94</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. V, ed. 1984, cits. p. 803; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 105-106 e 119. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>95</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. VI — “Em ho qual particularmente se trata da cidade de Cantam”, ed. 1984, cit. p. 805. Ver *supra*, Parte II, cap. 10-1.

portas, enquanto as “da outra banda do campo” não tinham mais que uma “posta em reves”. As ruas e as travessas da cidade encontravam-se todas “lançadas a linha muy dereitas sem nhũa calidade fazerem lombo nem tortura”, sendo algumas das principais “mais largas que ha rua nova dos mercadores de Lixboa aos ferros” (leia-se Rua Nova dos Mercadores, o eixo comercial da Lisboa de Quinhentos). Estas eram muito bem calçadas, existiam alpendres ao longo das casas e arcos triunfais a atravessar as mais importantes e a servir de abrigo aos vendedores. Nalgumas ruas plantavam-se “árvores pera fazer sombra”, o conjunto emanava frescura, consumia uma imensidade de tudo — porcos, “dades” (adens ou patos), vacas, búfalos, galinhas, peixe, rãs, marisco, frutas, legumes — e continuava do outro lado dos limites num casario maior e mais populoso que a cidade intra-muros, de ruas “tambem arruadas e lançadas a linha como as de dentro, e todas pola mayor parte tambem muy bem calçadas”<sup>96</sup>.

As casas aparecem repartidas entre as “dos que regem ha terra”, as um pouco menos majestosas que essas “doutros officiaes menores” e as “da gente comum”. Quanto às primeiras, Gaspar da Cruz descreve-lhes as entradas soberbas, os alpendres altos e bem trabalhados, os pátios muito grandes e quase quadrados, o “tavoleiro muy grande” lajeado de pedras igualmente quadradas sobre o qual assenta o edificio, as árvores do perímetro exterior e os “gigantes pintados com hũs bastões nas mãos” que ladeiam as respectivas portas — este um desses tipos por muito tempo famosos na imaginação e na literatura do género e que, como Amaro Pereira<sup>97</sup>, Fr. Gaspar pensava serem “tirados polo natural” dos gigantes que guardavam aqueles passos mais frágeis da Tartária a que atrás nos referimos<sup>98</sup>. Depois, passa para o interior e vê as mesas, as cadeiras, os “muy grandes apousentos, assi pera ho regedor da casa, como pera os assistentes, como pera os mais ministros e officiaes da casa” (hierarquia de funcionários tomada dos “louteas”, “escrivães” e “parthianguons” [ou “parlialõs”] de Galiote Pereira<sup>99</sup>), além dos “grandes troncos e grandes aposentos” construídos do lado do pátio para albergarem os carcereiros e os vigias.

---

<sup>96</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. VI, ed. 1984, cits. pp. 804 e 809.

<sup>97</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

<sup>98</sup> “sam muy membrudos, poderam ser de doze ou treze palmos dalto”, acrescenta o missionário — Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. VI, ed. 1984, cit. p. 806; “perguntey aos naturaees da terra que cõprimẽto seria a estatura delles, disserãome, *que* de quinze palmos em alto”, dissera o autor da *Enformação* de 1554, só que sobre os gigantes das “casas Reais” de Pequim — Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. p. 743. Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6.

<sup>99</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. p. 115. Ver *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 115, n. 70.

As novidades são maiores a propósito das casas do povo miúdo: “pouco lustrosas” por fora, surpreendiam por dentro ao serem “alvas como leite”, lajeadas com as eternas pedras quadradas, tingidas de vermelhão ou quase preto “hum palmo pouco mais pouco menos” ao longo do chão e por terem madeira “muito lisa e muito igual e muito bem lavrada e assentada”. Todas “telhadas de muito boas telhas”, ofereciam à entrada “hũ pateo com suas saudades darvorezinhas e alegretes com hũ tanquezinho muito lindo”, bem como um alpendre aberto onde se recolhiam as mulheres e onde estavam “muito grandes almareos muito bem lavrados, que tomam hũ pano da casa, sobre os quais tem seus oratorios e deoses feitos de pao, ou de barro”. Um “templo de idolos com torres altas” erguido no centro da cidade, uma “mezquita com alcoram [minarete] muy alto e com seu curucho encima” (a mesquita Muhammaden) e uma “torre alta toda fechada per detras” da qual se avistavam as várzeas e os campos em redor (o Pagode dos Cinco Andares que viria a ser descrito em muitos textos posteriores) esgotam os edifícios assinalados por Gaspar da Cruz numa Cantão ainda marcada pelo encerramento nocturno das portas e pelas patrulhas que vigiavam cada rua ao som do tambor e à luz da lanterna<sup>100</sup>.

Como Samuel Purchas em 1625, abreviamos de forma drástica o que o *Tractado* nos conta sobre o demais edificado chinês, não porque tenha sido menos importante para a definição do tópico, mas porque conservamos frescas na lembranças as linhas de Galiote Pereira de onde provém a maior parte das referências em causa. Que baste notar que Fr. Gaspar insiste nos muros, sobremuros e varandas de “muitas das cidades da China”, no número e nas dimensões das colunas de uma certa torre que havia em Fuzhou, na nobreza e na largura das ruas, na apetência pelas formas quadrangulares, nos pátios, jardins e aposentos das moradas dos regedores, no feitio e funções dos arcos triunfais, nas torres de vigia dispostas nas fronteiras, nas pontes de pedra, no serviço dos canais urbanos, nas estradas empedradas ou de tijolo que riscavam o país interior, nos caminhos bem feitos que subiam todas as serras e todos os outeiros ou nas casas de lavradores ricos que reproduziam a ordem, a imponência e a fortaleza mesmo no mais recôndito dos lugares.

A dado momento da sua prosa, Galiote dissera do peitoril de uma ponte que se tratava de “obra romana”<sup>101</sup>. Gaspar da Cruz aproveita a deixa e afirma que, tal como

---

<sup>100</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. VI, ed. 1984, cits. pp. 806, 807 e 808. Ver idem, *ibidem*, cap. VI, ed. 1984, pp. 804-809; Boxer, 1953b, p. 99, n. 1 e p. 100, n. 3.

<sup>101</sup> Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 104. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

“ha policia do governo e leys com que governam e regem ha terra, e ho comer em mesas altas”, era de supor que os pailós fossem “envençam de memorias furtadas de Romanos”. E tira do bolso uma explicação tanto inédita como típica e susceptível de solucionar todos os melindres que houvesse sobre a unidade do género: “polo que parece que Ovidio quando foy desterrado pera os Cythas foy metido antre estes da parte do rio Thanas e os meteo nesta maneira de vida politica e custumes: porque diz elle no de Tristibus [as *Tristes*]. Nam aproveyey tam pouco antre estes barbaros Scythas pera onde me desterraram: porque os fiz viver na policia romana”<sup>102</sup>.

### *Terra, chá e eunucos*

De Cantão para o Império, assim se pode dizer que volta a processar-se o desenvolvimento do tema da navegabilidade interior e do frenesim comercial em que a China vivia imersa. Gaspar da Cruz confirma que “toda ha China por dentro se navega e toda se corre por rios que ha talham toda e regam, que sam muitos e muito grandes”. Uns a seguir aos outros, alista os juncos de guerra, os juncos “de carregaçam pera fazenda”, as “embarcações menores que juncos sobre ho comprido que chamam Bancões” (do malaio *vankan*), as embarcações ainda mais pequenas que essas a “que chamam Lanteas”<sup>103</sup>, umas embarcações “mui compridas como galees sem apellaçam [remos] e sem esporam”, os barcos mínimos onde moram os tancá ou a gente pobre — pobres que “toda via nam vivem tam pobres e tam maltratados no trajo como os que vivem pobrememente em Portugal” —, as embarcações grandes “nas quaes agasalham dous ou tres mil adens”, as embarcações onde navegam os regedores e que têm dentro “casas muito bem feitas, douradas, ricas e muito galantes” e as muitas mais que montam guarda e vigia aos rios. Daqui, duas moralidades suplementares: uma, que com tanta troca de fazendas “nada vem de fora da China, nem vay pera fora della”, pelo que “com sigo soo se pode soster”; outra, que com tantas guardas e vigias se vê “quam bem se

---

<sup>102</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. VII — “Dalgũs edificios que ha polla terra dentro”, ed. 1984, cit. p. 811. Trata-se de nova — e “coerente” — confusão geográfica de Fr. Gaspar da Cruz, pois o exílio de Ovídio deu-se para os limites do Império, em Tomes, no Ponto Euxino, no país dos Getas, perto da foz do Danúbio. Ver Fr. Gaspar da Cruz, *ibidem*, cap. VII, ed. 1984, pp. 809-813; *idem*, *ibidem*, cap. VIII, ed. 1984, pp. 813-816; Boxer, 1953b, p. 104, n. 3.

<sup>103</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9, n. 87.

governa ha China, e quanta conta se tem com fazer aos mercadores e caminhantes os caminhos seguros”<sup>104</sup>.

De Cantão para o Império, Fr. Gaspar da Cruz confirma as informações que Galiote Pereira já escrevera sobre “a gente muita em demasia” que tinha a China, o seu irrequieto afã pelo trabalho da terra ou o engenho que demonstrava numa lavoura feita com a força de um só boi e fertilizada com dejectos humanos. Sublinha o quadro idílico com motivos tão sortidos como o do desprezo dos chineses pela ociosidade e a vagabundagem (Galiote *dixit*), o da justiça e relativa leveza dos tributos, o da eficácia das bombas de água dos navios, o do emprego dos cegos na moagem do trigo (João de Barros, *Década III*, a partir da carta de Novembro de 1555 de Melchior Nunes Barreto), o do “hospital del Rey” que havia em todas as cidades para acomodar os aleijados e entrevados (Galiote, *ibidem*) ou o da oportunidade dada às cegas de se remediarem como “mulheres de partido” (Barros treslido, será o mais certo)<sup>105</sup>. Enfim, encerra-o com uma volta por todos os ofícios mecânicos, pelos mercadores de toda a lide (incluindo os da porcelana, material cujo processo de fabrico beneficia aqui de uma descrição superlativa), por uma terra farta do que se quisesse para comer, pelos numerosos viveiros de peixe mantidos por cada um nos seus quintais e cercas (Galiote) e pelo fresco peixe do mar que uma “maravilhosa industria” oferecia aos cardumes embalado em cestos duzentas, trezentas ou quatrocentas léguas para dentro do sertão (Galiote retocado literariamente)<sup>106</sup>.

De Cantão para o Império, chega a vez do esmiuçar antropológico. Na sua maior parte feios, de olhos pequenos, de rostos e narizes esmagados, os chineses trajavam “pelotes de pregas compridos ao nosso bom modo antigo”, às vezes em linho preto, às vezes de sarja de diversas cores, às vezes de seda, só de seda carmesim quando fossem regedores e obrigatoriamente de linho branco no caso de serem sem posses. Fr. Gaspar pormenoriza-lhes os barretes, as calças, as meias, as botas, os sapatos, os vestidos e as cabaias, os cabelos longos e os penteados, os crânios lisos dos “sacerdotes comuns”

---

<sup>104</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. IX — “Dos navios e embarcações que ha na terra”, ed. 1984, cits. pp. 816, 817, 818, 819 e 820. Ver idem, *ibidem*, cap. IX, ed. 1984, pp. 816-820; idem, *ibidem*, ed. 1997, p. 136, n. 281; Boxer, 1953b, pp. 113-114, n. 5; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 188, n. 144.

<sup>105</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. X — “Do aproveitamento da terra e ocupações dos homens”, ed. 1984, cits. p. 823. Ver idem, *ibidem*, cap. X, ed. 1984, pp. 820-824; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 103-105 e 120-121; *supra*, Parte II, caps. 8-7 e 10-1.

<sup>106</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XII — “Da fartura da terra e de sua abundância”, ed. 1984, cit. p. 830. Ver idem, *ibidem*, cap. XI, ed. 1984, pp. 824-827; idem, *ibidem*, cap. XII, ed. 1984, pp. 827-831.

(budistas) e os crânios cobertos de alguns dos “sacerdotes do templo de ídolos, que entre os Chinsam mais reverenciados que os outros” (taoístas). Revê-lhes as cortesias públicas e privadas, as unhas compridas, anuncia a uma Europa que quase toda o ignorava ainda o ritual caseiro da bebida de “hũa agoa morna a que chamam Cha” (do *ch’a* chinês, vocábulo que a língua portuguesa perfilhou desde então), as muitas iguarias postas à mesa e como usavam “dous paoszinhas muito galantes pera comer”, exercício tão limpo e eficaz que não lhes caía um grão de arroz<sup>107</sup>. Num capítulo à margem, comum ao tema da escravatura, vêm descritas as mulheres: “muito alvas e gentis”, de pés atados desde meninas, sobretudo se nascidas entre a “gente lustrosa”, de cabelos “muito bem pensados”, usando “sayas compridas ao modo das Portuguesas” e “de arrebuque e alvayade muito bem assentado”. Viviam por hábito recolhidas em extremo — “se nam eram algũas estalajadeiras e molheres baixas” —, eram vendidas pelos seus pais e mães aos maridos, punidas com a morte se cometiam adultério e desterradas para fora dos muros se fossem prostitutas<sup>108</sup>.

Como os antigos gentios, os chins festejavam os seus aniversários, onde comiam, bebiam e tangiam diversos instrumentos. Também os seus sacerdotes cantavam e comiam por ocasião dos sacrifícios oferecidos aos deuses, tal como todo o povo nas “festas geraes”, em especial no primeiro dia do ano e em todas as cerimónias fúnebres (coincidências não absolutas com Galiote Pereira). Representavam autos “muy bem e muito ao natural” e usavam “violas como as nossas”, umas “de feiçam de guitarras”, outras “a feiçam de viola darco”, “doçainas” [flautas], rabecas, “hũa maneira de charamelas” e “hũa maneira de cravos”, instrumentos às vezes tocados em unísono “em muito boa consonancia”. Eram bons pintores, “principalmente de folhagens e passaros”, e havia mais de novecentos anos que faziam não apenas “livros de impressam mas tambem figuras diversas”. O porte de armas estava interdito a quem não fosse soldado ou ministro dos capitães de guerra. E apesar de usarem mais “de ardis e de multidam” que de força nas coisas bélicas, acontecia-lhes acometer “animosamente” (esta uma leitura em que a sombra do penalizado e algo frustrado Galiote parece recuar ante a visão mais realista ou benevolente do homem de fé)<sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, cap. XIII — “Dos trajos e usos dos homens”, ed. 1984, cits. pp. 831, 832, 833 e 834. Ver idem, *ibidem*, cap. XIII, ed. 1984, pp. 831-834.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, cap. XV — “Dos trajos e usos das molheres, e se ha escravos na China”, ed. 1984, cits. pp. 837-838. Ver Idem, *ibidem*, cap. XV, ed. 1984, pp. 837-840.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, cap. XIV — “Dalgũas festas que os chinas fazem, e de suas musicas e enterramentos”, ed. 1984, cits. pp. 835, 835 e 837. Ver idem, *ibidem*, cap. XIV, ed. 1984, pp. 834-837; *supra*, Parte II, cap. 9-3.

De Cantão para o Império — e sempre mais ou menos como anamnese de Galiote Pereira —, Fr. Gaspar da Cruz concentra-se de seguida nos grandes motivos da administração central e provincial. Para trás já ficara o exílio dourado dos “parentes del Rey” nos paços de “Vã folim”<sup>110</sup> e a inexistência de um “señor de titulo” que fosse em toda a China, expedientes que permitiam à Corte não ter de se preocupar com quem lhe pudesse fazer frente<sup>111</sup>. Agora, abre o leque dos “louthias” principais e dos de segunda dignidade, quase todos vistos e descritos por Galiote ou grafados por ele na forma que aqui aparece: o “Tutom”, o “Ponchassi”, o “Anchasi”, o “Aitao”, o “Luthissi”, o “Taissu”, o “Chaẽ” (de que Purchas se prontificou a inventar que “useth all meanes to spie out their [dos loutiás] briberie and injustice, and hath power to displace or preferre”<sup>112</sup>) e o “Quinchai” (do chinês *Qin chai/ch'in-ch'ai*, o comissário ou legado imperial incumbido de visitar as províncias em casos excepcionais, figura apenas subentendida no texto de Galiote Pereira). Lembra a etiqueta dos casamentos imperiais, a reclusão do soberano na Cidade Proibida, o despacho dos assuntos de Estado por interpostos eunucos, o processo das embaixadas tributárias e os correios enviados até Pequim por cada uma das províncias no princípio de cada lua. As inovações expostas são de vária ordem, indo de uma muito maior pormenorização do funcionariado local subalterno às do protocolo das suas sessões de trabalho, dos cortejos das entradas e reentradas dos notáveis nas cidades às viagens e facilidades de hospedagem de que disfrutavam ao longo dos caminhos, da criadagem própria de cada oficial aos rendimentos, poupanças, condições de aposentadoria e “insignias” distintivas de uns ou de outros (não só o amarelo dos seus sombreiros, mas também as figuras de dragões tecidas nas vestes<sup>113</sup>, o metal, a largura e a espessura admitidas para os cintos, sem esquecer o “barrete alto e redondo com hũas orelhas atravessadas feitas de varinhas finas tecidas de retroz”)<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> *Huan fu (Wang-fu)*, o palácio dos príncipes de sangue real, escrito “Vão Folei” por Galiote — Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 128.

<sup>111</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. VIII, ed. 1984, cits. p. 814. Ver idem, *ibidem*, cap. VIII, ed. 1984, pp. 814-815.

<sup>112</sup> Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*, vol. 11, “Friar Gaspar da Cruz”, cap. X — “A Treatise of China and the adjoining Regions, written by Gaspar Da Cruz a Dominican Friar, and dedicated to Sebastian King of Portugall: here abbreviated”, § IV — Of their Louthias, Mandarines or Magistrates, their creation, priviledges, maintenance: Of Prisons and Tortures; Of the King and of the Embassadors, Glasgow, James MacLehose and Sons, 1906, cit. p. 525. Ver Boxer, 1953b, p. 156.

<sup>113</sup> Ver *supra*, nota 48 a este capítulo.

<sup>114</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XVI, ed. 1984, cits. pp. 840, 841, 842 e 843. Ver idem, *ibidem*, cap. XVI, ed. 1984, pp. 840-843; idem, *ibidem*, cap. XVIII — “Do provimento dos Louthias, e de seus ministros”, ed. 1984, pp. 846-848; idem, *ibidem*, cap. XIX, ed. 1984, pp. 850-853; idem, *ibidem*, cap. XXII — “Com quem casa el rey da China, e dos embaixadores, e como todos os meses

O escrutínio do aparelho de poder que lemos no *Tractado das cousas da China* não se furta a matizar a ideia de que a selecção dos seus agentes fosse apenas condicionada pelos “merecimentos e suficiencia de cada hũ”. Depois de tratar das provas de exame que aconteciam de três em três anos, dos prémios atribuídos aos bons estudantes e dos açoites ou do tronco que esperavam aqueles sem habilidade para os estudos, alude, pertíssimo de Galiote, às excepções à regra da admissão na carreira mandarínica abertas a quem se insinuava “por simpres merce, ou por fazerem algũ serviço assinalado a el Rey, ou ao reyno, ou em algũ povo, ou por terem algũ particular favor, ou abilidad”. Não obstante a razoável integridade dos “chães” escolhidos pelo imperador para executar as devassas periódicas ao exercício dos loutiás, diz-nos ainda ele que, dos capados da Corte a alguns dos restantes funcionários com alçada sobre os oficiais no terreno ou aos próprios “Locotentes” (*locum tenens*), todos estavam mais ou menos gangrenados pela corrupção e pelo compadrio — no vernáculo do dominicano, inclinados a tomar peitas ou a amigar-se com os ministros. Será útil sublinhá-lo, porque às vezes se imputa a Fr. Gaspar da Cruz a prática de uma discricionaridade positiva a roçar a utopia que se lhe não ajusta<sup>115</sup>.

### ***Escrita, açoites e incenso***

Notando que para trás ficara um terceiro ponto cuja oportunidade de ser ampliado só agora surgia, o da língua escrita que era uniforme em todo o reino apesar das falas regionais serem incompreensíveis entre si<sup>116</sup>, temos que a respectiva retoma em pleno capítulo XVII trouxe consigo nova precisão sobre os caracteres chineses, as figuras que faziam as vezes das letras e as mais de cinco mil letras que significavam cada qual uma coisa — uma “Ceo, e outra terra, e outra homem”. Mas com isto não se esgotaram os motivos de interesse. Reagindo, pelo que percebemos, ao que João de Barros afirmara sobre os lugares e matérias constantes da aprendizagem escolar chinesa<sup>117</sup>, Gaspar da Cruz explica que os chinas não aprendiam filosofia natural, que

---

he el Rey enformado de tudo ho que se passa por todo ho seu reyno”, ed. 1984, pp. 860-862; idem, *ibidem*, ed. 1997, p. 181, n. 402; Boxer, 1953b, p. 157, n. 1.

<sup>115</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XVII, ed. 1984, cits. pp. 843 e 845. Ver idem, *ibidem*, cp. XIX, ed. 1984, pp. 848-850. Cf. *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 212, n. 195.

<sup>116</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. III, ed. 1984, p. 795.

<sup>117</sup> João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, fl. 46r. Ver *supra*, cap. 10-1.

não tinham “nem escolas gerais nem particulares”, que todos os estudos de que dispunham eram “os estudos reais das leys do reyno” e que as poucas notícias a que pudessem aceder sobre os “discursos dos ceos” — assim como saber dos eclipses do sol e da lua — eram coisa para algum ou alguns em particular o ensinarem, não para as escolas<sup>118</sup>. Esta interpretação sobre o provável ponto de partida do autor do *Tractado* para o tópico curricular não faz esquecer que, tal como a sua opinião se parece querer impôr à de Barros, poderia visar uma fonte jesuítica como a *Emformação da chyna* de c. 1548 (resposta à terceira pergunta)<sup>119</sup>, o discurso conjugado das cartas que o Pe. Manuel Teixeira escreveu a 30 de Novembro de 1564 (Cantão) e a 1 de Dezembro de 1565 (Macau)<sup>120</sup> ou, em alternativa, uma releitura de textos desse tipo como aquela que Damião de Góis construiu em 1567 no capítulo XXV da quarta parte da sua *Chronica de dom Emanvel*<sup>121</sup>.

Se a dupla simulação em que Fr. Gaspar da Cruz se apoiava ao generalizar de Cantão para o Império e ao confiar tantas vezes como confiou no testemunho de Galiote Pereira continuava a ser o suficiente para que recomendasse a “policia de gentes tam alongadas de nos”<sup>122</sup> e se revisse no exemplo do reino “tam bem regido” que era a China<sup>123</sup>, por que motivo haveria de ser demasiado diferente para o retrato dos sistemas judicial e penal? Em princípio claro está que por nenhum, até porque o dominicano não passara pelas agruras do cativo. De facto, pela enésima vez como Galiote ou a maioria dos antigos prisioneiros lusos do caso dos dois juncos, vemos as audiências empenhadas em assegurar-se da idoneidade das testemunhas, os magistrados a precaver-se de erros alheios, de subornos ou de esquemas dilatatórios, a necessidade de confirmação imperial para as sentenças capitais ou a “piedade e vagar” com que os chineses as executam.

No entanto, não são deixadas em claro a “crueldade e ligeireza” dos açoitamentos, descrevem-se detalhadamente as canas com que os davam, sublinha-se o contraste entre a “carneçaria” feita pelos algozes e os entretenimentos mundanos a que os loutiás se entregavam enquanto decorriam os castigos — “praticando hũs com outros,

---

<sup>118</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XVII, ed. 1984, cits. pp. 845 e 846. Ver idem, *ibidem*, cap. XVII, ed. 1984, pp. 843-846; idem, *ibidem*, cap. XXVII, ed. 1984, pp. 877-878.

<sup>119</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

<sup>120</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

<sup>121</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-4. Cf. Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, ed. 1997, p. 187, n. 415.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, cap. XIX, ed. 1984, p. 853.

<sup>123</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXII, ed. 1984, p. 862.

comendo e bevendo e esgravatando os dentes” —, tal como passa a imagem horrível dos cadáveres feitos repasto de ratos ou de presos famintos<sup>124</sup>. Mais: também não se omitem a aspereza do quotidiano das prisões, os presumíveis para cima de quinze mil encarcerados de Cantão, as cidades dentro das cidades que era o que estes estabelecimentos afinal constituiriam, as correntes e cadeias com que se prendiam os homens à noite antes de se lhes fecharem as celas, as cangas “engessadas” nos pescoços dos sentenciados à morte, os grilhões postos nas mãos e nos pés daqueles julgados por “graves casos” ou os tratos “muy trabalhosos e rijos” com que lhes moiam os ossos. Por motivos que continuariam a decorrer de outra coisa que a simples economia discursiva, Samuel Purchas veio a aproveitar deste rol de notícias quase só a parte tenebrosa<sup>125</sup>.

Pode ser que a longa elipse de quatro capítulos que Fr. Gaspar da Cruz desenha a seguir para historiar a saga do comércio luso-chinês entre os seus primórdios na era de 1513 e o ano de 1556 não trouxesse já demasiadas novidades face ao que vinha sendo publicado pela cronística oficial do seu país. Contudo, nem por isso desmereceria o interesse do público atento nem, sobretudo, afectaria a quase qualidade de libelo em prol dos direitos de descobrimento e navegação dos portugueses em relação à China que aí ia implícita. Entre os assuntos tratados destacam-se o “escandalo” que Simão Peres de Andrade montara nas águas de Cantão, a itinerância clandestina dos seus compatriotas costa acima, incluindo às duvidosas escalas “alem de Namqui”, a perda de Liampó, o aprisionamento das tripulações do mercador Diogo Pereira e a “natural clemencia del Rey gentio” para com elas, a proeza diplomática de Leonel de Sousa e o retorno pacífico dos banidos ao Guangdong, as parcerias constantes entre as comunidades chinesas estabelecidas nas “partes do Sul” e estes europeus, ou o não menos constante conluio entre as autoridades provinciais do Império e os traficantes do mar<sup>126</sup>.

O primeiro dos dois capítulos consagrados pelo *Tractado das cousas da China* aos ritos e adorações dos chins principia colocando duas questões que não víamos expostas com igual clareza em nenhuma fonte coligida no Oriente desde meados-finais da década de 1540, uma, e o meio da década de 1550, a outra. Lembrando as

---

<sup>124</sup> Idem, *ibidem*, cap. XX, ed. 1984, cits. pp. 855 e 856. Ver idem, *ibidem*, cap. XX, ed. 1984, pp. 853-857.

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXI — “Das prisões e troncos da China”, ed. 1984, cits. pp. 859 e 860. Ver idem, *ibidem*, cap. XXI, ed. 1984, pp. 857-860; Boxer, 1953b, p. 175, n. 1 e p. 176, n. 1.

<sup>126</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXIII, ed. 1984, cits. pp. 864 e 865; idem, *ibidem*, cap. XXVI, ed. 1984, p. 874. Ver idem, *ibidem*, cap. XXIII, ed. 1984, pp. 863-865; idem, *ibidem*, cap. XXIII, ed. 1984, pp. 866-869; idem, *ibidem*, cap. XXV, ed. 1984, pp. 869-872; idem, *ibidem*, cap. XXVI, ed. 1984, pp. 872-877.

interrogações mais antigas de Francisco Xavier (1546) e Niccolò Lancilotto (1548) sobre a presença de S. Tomé na China ou o magistério que quaisquer cristãos heréticos aí pudessem ter praticado<sup>127</sup>, Fr. Gaspar serve-se do testemunho de um peregrino arménio interrogado pelos portugueses em Meliapor para afirmar a ida do apóstolo àquelas paragens, onde o mesmo teria deixado três ou quatro discípulos antes de regressar à Índia. Porém, a dúvida sobre se daqui havia resultado qualquer fruto mantinha-se em aberto conforme a seguinte alegação ao bom estilo de Melchior Nunes Barreto (1555)<sup>128</sup>: “[...] geralmente antrelles nem ha noticia de ley evangelica, nem de christandade, nem ainda de hũ Deos, nem cheiro disso, mais que terem que de cima depende tudo, assi ha criaçam de todas as cousas, como ha conservaçam e governo dellas, e nam sabendo particularmente quem he ho autor destas cousas, atribuem no ao mesmo ceo. E assi as cegas rastejam a Deos”<sup>129</sup>.

Gaspar da Cruz bate à porta da Varela do Mar, a “maneira de moesteiro” situado numa ilha fronteira a Cantão, observa-lhe o altar, uma imagem de “molher muito bem feita com hũ menino no collo”, interpela alguns seculares e “sacerdotes dos idolos” que por ali acha e volta a concluir com prudência que, no caso desses não serem vestígios de alguma gentildade mas dos cristãos do tempo de S. Tomé, “tudo he esquecido”. Refaz a leitura sobre o culto que os chineses dedicam ao céu, ao sol, à lua, às estrelas, ao diabo, a alguns antepassados e a “quantas imagens” têm. Revê o nome budista dos “deoses Omitoffois” visto por Galiote Pereira<sup>130</sup>, os cheiros de incenso, os oratórios feitos nas popas dos navios, as práticas adivinhatórias suscitadas por tudo e por nada e as injúrias, os afagos, as violências, as promessas ou as oferenda com que se premiavam ou puniam as imagens<sup>131</sup>. Alude também à dupla qualidade dos sacerdotes, à pouca estima em que os tinham a eles e aos seus deuses, às “desistorias e mintiras gentilicas” como aquelas dos homens reencarnarem em cães ou cobras, à pose atenta com que os chineses escutavam os sermões que lhes improvisara ou a essa sua feliz predisposição natural para comerem todo o tipo de carne, especialmente os manjares de porco recusados pelos islamitas<sup>132</sup>.

---

<sup>127</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

<sup>128</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7 e 8.

<sup>129</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVII, ed. 1984, cit. p. 878.

<sup>130</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9, n. 149.

<sup>131</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVII, ed. 1984, cits. pp. 878 e 879. Ver idem, *ibidem*, cap. XXVII, ed. 1984, pp. 877-880.

<sup>132</sup> Idem, *ibidem*, cap. XXVII, ed. 1984, cit. p. 881. Ver idem, *ibidem*, cap. XXVII, ed. 1984, pp. 880-882.

Com isto, parecia que a vigilância burocrática imposta à entrada de estrangeiros na China constituía o único obstáculo de monta ao exercício da actividade missionária. Corroboravam-no duas últimas constatações. Por uma parte, estava que até o que restaria da que diz descendência dos mouros de Samarcanda fora dispersa pelos quatro cantos do Império e havia visto os seus hábitos diluírem-se nos dos locais (partindo de Galiote, Gaspar da Cruz não só confunde as comunidades muçulmanas chinesas com os mogores, como desconhece a importância que essas conservavam em certas áreas do território chinês)<sup>133</sup>. Depois, assim como esse apego à “pestilencial seita” se rarefizera até deixar de ser ameaça, uma ignorância, torpeza ou vício abominável tão comum entre eles como o “pecado nefando” era outra das matérias sobre as quais, sensíveis como sabemos que eram à “rezam”, pareciam dispostos a rever o comportamento logo que doutrinados nesse sentido<sup>134</sup> (aqui, como nos repetidos julgamentos anteriores e posteriores sobre a alegada banalidade das práticas homossexuais entre os chineses ou os japoneses, o que se adivinha é uma deficiente leitura das formas orientais de exteriorização dos afectos por parte de um observador ocidental<sup>135</sup>).

### **3. Bernardino de Escalante e a entrada do *Tractado das cousas da China* no “domínio público” peninsular**

No prólogo que o impressor André de Burgos compõe para o *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz vem referido que o especial interesse de D. Sebastião pelas “cousas novas” da China tinha acabado de ser parcialmente satisfeito com uma “breve relação” escrita pelo novel capitão de Malaca D. Francisco Henriques<sup>136</sup>. Tal texto desapareceu

---

<sup>133</sup> Idem, *ibidem*, cap. IV, ed. 1984, pp. 799-800; idem, *ibidem*, cap. XVIII, ed. 1984, pp. 882-884. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3; Boxer, 1953b, p. 84, n. 2.

<sup>134</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XXVIII, ed. 1984, cit. p. 882; idem, *ibidem*, cap. XXIX, ed. 1984, cit. p. 884. Ver idem, *ibidem*, cap. XXIX, ed. 1984, pp. 884-885.

<sup>135</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, p. 110; Dolores Folch, “La visión española de China en el siglo XVI”, comunicação apresentada durante o 3.º Encontro do Ciclo de Encontros de História Luso-Chinesa: Macau e Manila – Colaboração e conflito luso-espanhol no Mar da China (séculos XVI e XVII), Convento da Arrábida, 28 de Outubro de 2000 (apontamentos nossos; comunicação não incluída nas respectivas Actas: Lisboa, Fundação Oriente, 2001). Cf., *inter alia*, Jean Lacouture, *Jésuites – Une multibiographie*, vol. 1, *Les conquérants*, Paris, Éditions du Seuil, 1991, pp. 148-149 e 153; Paulo Drumond Braga, “A Vida Quotidiana”, in *HPEO*, vol. 1, t. 1, 1998, pp. 535-537.

<sup>136</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, “Prologo. De Andre de Burgos impressor ao muito alto e poderoso Rey dom Sebastiam primeiro deste nome Rey de Portugal e dos Algarves. &c.”, ed. 1984, cit. p. 779.

dos arquivos, assim como se perdeu o rasto a uma *Relação da China, e das Ilhas de Samatra, e Java, e de Malaca com huma noticia de certa viagem nova, que se podia fazer deste Reino para aquellas partes. Derigida a ElRei D. Sebastião*, obra de um viajante contemporâneo de Fr. Gaspar chamado Vicente Pereira Sarmiento<sup>137</sup>. O sevilhano Nicolás Antonio veio a referencia-la no segundo tomo da sua *Biblioteca Hispana Nova* (Madrid, 1672) como *Noticias das maiores Ilhas da India a onde andou* [ele, “Vicentius Pereira Sarmiento”]<sup>138</sup>, referência por seu turno tomada por Andrés González de Barcia (acrescentada da nota que faz de P. Sarmiento frade) para a reedição do *Epitome de la Bibliotheca Oriental, y Occidental, Nautica y Geografica* de Antonio de León Pinelo, da qual foi responsável (Madrid, 1737)<sup>139</sup>.

D. Francisco Henriques recebe a nomeação para a capitania de Malaca em Fevereiro de 1568, mas apenas chegou ao seu destino em Novembro de 1573, pelo que o texto a que André de Burgos alude deverá ter sido escrito com base em material recolhido durante uma estada anterior no Oriente que permanece por documentar<sup>140</sup>. Quanto a Vicente Pereira Sarmiento, não se sabendo demasiado sobre ele, ainda assim sabe-se qualquer coisa: que terá nascido na vila algarvia de Lagos por volta de 1530, que embarcou para a Índia com cerca de quinze anos de idade, que estanciou no Malabar e, depois, em Malaca, que se fez autodidacta da prática médica, que a certa altura ingressou como frade na Ordem de São Francisco, que assistiu à morte de Francisco Xavier na ilha de Sanchoão (1552), que acompanhou o corpo do Santo até Goa (1554), que aí foi preso e enviado para ser julgado no Reino por o acusarem de escândalos vários (1570), que foi proibido de envergar o hábito e condenado às galés por dez anos, que esta pena lhe foi comutada ao fim de 6 ou 7 anos para tratar um favorito de D. Sebastião afectado de hidropisia, que se refugiou em Sevilha, que o cardeal-rei D. Henrique o mandou buscar de novo para acudir à doença da mulher de um fidalgo, que auxiliou a população de Tavira (Algarve) durante uma epidemia de peste nas múltiplas funções de facultativo, cirurgião e esquireiro e que acabou julgado

---

<sup>137</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 3, ed. 1966, cit. p. 786.

<sup>138</sup> Nicolás Antonio, *Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum qui ab anno MD. Ad MDCCXXXIV Floruere Notitia. Auctore D. Nicolao Antonio Hispalensi I.C. Ordinis S. Iacobi equite, patriæ Ecclesiæ canonico, Religiorum negotiorum in Urbe & Romana curia procuratore generali, consiliario Regio. Nunc primum prodit Recognita Emendata Auctor ab ipso auctore. Tomus Secundus*, apresentação di Mario Ruffini, Turim, Bottega d’Erasmus, 1963, cits. p. 329 (1.<sup>a</sup> ed. Madrid, apud Joachimun de Ibarra Typographum Regium, 1788). Ver idem, *ibidem*, ed. 1963, p. 649.

<sup>139</sup> Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Bibliotheca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 70.

<sup>140</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, ed. 1997, p. 57, n. 3.

pelo Tribunal da Inquisição de Évora por se ter decidido casar apesar das ordens tomadas no passado (1580). Desta vez, a pena seria a do degredo perpétuo para o Brasil, que se supõe que terá cumprido, assim como se supõe que tenha redigido o segundo manuscrito que o bibliófilo Pe. Diogo Barbosa Machado lhe atribui, o *Livro de varias medicinas, e modos de curar com ervas*<sup>141</sup>.

Quis-se com isto lembrar que, para lá de constituir o coroamento lógico de um vasto espólio literário que vinha sendo acumulado durante décadas pelos meios associados à empresa portuguesa no Oriente, a redacção do *Tractado das cousas da China* surge acompanhada por relações ou roteiros em que o Império dos Ming é o objecto ou o destino central. Fr. Gaspar da Cruz foi o único dos três autores portugueses referidos nestas circunstâncias que teve o seu trabalho impresso, mas deve ver-se também que, quer o capitão Henriques, quer o multifacetado Sarmiento escrevem sabendo do particular interesse de um e de um mesmo monarca pelos assuntos chineses. No entanto, esta especialmente propícia conjugação de condições favoráveis, associada àquelas da Coroa Portuguesa da época ter já interiorizado a vantagem estratégica da publicitação dos seus feitos marítimos e da China ainda não representar área de disputa potencial entre as potências peninsulares, parece que não foram suficientes para gizar um plano editorial duradouro e consistente: o *Tractado* de Fr. Gaspar não voltou a ser impresso e nem a China, nem nenhuma outra região da Ásia foram premiadas até ao termo do século com uma obra exclusiva publicada em Portugal.

### ***Dupla periferia***

Defendemos que o *Tractado* de Gaspar da Cruz terá sobretudo falhado as primeiras quatro centenas de anos da sua posteridade porque a língua portuguesa e o sistema editorial do seu país representavam uma realidade periférica e precária no contexto europeu. Certo que este título eborense saíra num ano de peste. Certo que, inclusive para o Estado da Índia, a China significava nessa altura uma geografia de interesse marginal. Certo que o conteúdo do nosso religioso vinha com erros e seria ultrapassado logo que Matteo Ricci saltasse o muro em 1583 ou que Duarte de Sande e

---

<sup>141</sup> Fernando Calapez Corrêa, “Vicente Pereira Sarmiento, um português que assistiu à morte de São Francisco Xavier”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Missionaçãõ Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. 2, 1993, pp. 359-364; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 3, ed. 1966, p. 786.

Alessandro Valignano dessem à estampa o seu *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam* (1590)<sup>142</sup>. Certo que não há comparação possível entre a elegância rústica da escrita do português e o belo castelhano clássico de um Fr. González de Mendoza, o seu concorrente potencial no mercado dos livros. Mas, por outro lado, quantos negociantes e missionários vimos nós circularem célebres pelo impresso apesar da sua alergia à gramática? E que dizer de Mendoza, cuja *Historia* não deixou de ser o sucesso que foi desde o momento mesmo da sua primeira edição apesar de ter aparecido pejada de gralhas e de partes anacrónicas? E como não pensar no assédio italiano de que foram vítimas João de Barros e Fernão Mendes Pinto, pelo menos desde 1569, por causa dos seus conhecimentos chineses, prova provada da persistente avidez internacional por este exotismo?

Ao problema da relativa marginalidade cultural e de mercado que estigmatiza de raiz o *Tractado* de Gaspar da Cruz, negando-lhe, na prática, a capacidade de concorrer com materiais equivalentes publicados originalmente em espanhol, francês ou italiano, há que juntar a excentricidade dominicana que é também muito a sua. O nosso frade entregava o seu compêndio nas mãos dos “curiosos” depois de confessar duas razões para o ter escrito: uma, divulgar o modo como os chinsos excediam tudo o que se sabia “em multidam de gente, em grandeza de reyno, em excelencia de policia e governo e em abundancia de possições e riquezas”; outra, a de que, com ele, os mesmos se compadescessem “de tanta multidam dalmas perdidas com ha ignorancia da verdade” e pedissem a Deus que ajudasse os seus servos a encaminhá-las pelo baptismo ao “gremio de sua ygreja”<sup>143</sup>. Claro que o motivo de fundo não reside em estimáveis propósitos didácticos ou no altruísmo próprio de uma alma grande. É que a China está agora para Fr. Gaspar como estivera para Francisco Xavier no fim da sua vida.

Como os jesuítas então, o dominicano pousara de escala em escala em busca de um espaço ideal para missionar. Ao contrário deles, não acumulara revezes na China porque apenas conhecera uma tentativa de fixação, a sua. E, como eles, sabia da importância do espaço editorial para cativar adeptos, esmolas e favores. Ora, tal como o mundo chinês não se autonomizou enquanto tópico nas colectâneas epistolares da Companhia de Jesus durante o século de Quinhentos porque a esperança numa nova cristandade foi passando da Índia para o Japão mas não chegou aí, assim também as

---

<sup>142</sup> Ver, *inter alia*, Boxer, 1953b, pp. LXIV-LXV; Lach, ed. 1994. vol. 1, t. 2, pp. 742 e 748; Loureiro, 2000a, pp. 622-624 e 639.

<sup>143</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, “Prologo da obra”, ed. 1984, cits. pp. 783 e 784.

prioridades editoriais da Ordem de S. Domingos vieram a ser outras porque os seus projectos no Oriente foram sendo reencaminhados para destinos que não esse. Para Solor, Timor, Flores (Larantuca e Ende), Adunara (ou Lamala) e Savu, na Insulíndia, e para os sertões inóspitos da África Oriental. Ou seja, para as partes do bolo que sobraram do exclusivo jesuítico no Japão, nas Molucas ou na própria China, ou onde não estava perdida de antemão a batalha com os muçulmanos e os seus agentes político-mercantis (desde logo, o arquipélago de Banda e o Sião)<sup>144</sup>.

Está dito que o impasse gerado em torno da importantíssima obra de Fr. Gaspar da Cruz acabou por ser desfeito por Bernardino de Escalante, mais uma das muitas figuras multifacetadas em que este tempo foi fértil. Fê-lo em 1577 no mencionado *Discvrso de la navegacion qve los Portugueses hazen à los Reinos y Prouincias del Oriente*<sup>145</sup>, texto em que sintetizou a *Década I* e talvez também parte da *Década II* de João de Barros (caps. I-V, fls. 6r.-28v.), o *Tractado das cousas da China* (caps. VI-XVI, fls. 28v.-100r.), conversas mantidas em Portugal ou em Espanha com alguns chineses (traduzidas nos caracteres que pretende signifiquem céu, rei e cidade e que aparecem desenhados no cap. XI, fls. 62r.-62v.), além do texto integral de um relatório que o capitão Diego de Artiela, um dos conquistadores das Filipinas, enviou a Filipe II em 1573 (cap. XVI, fls. 96r.-99v., sendo que, depois de descrever a China, Artiela propõe o envio de uma embaixada espanhola e de uma missão exploratória àquele Reino). Fora isto, fez um uso intermitente da *Terceira decada da Asia* e terá podido retirar algumas conclusões superficiais quer da observação dos dois livros trazidos da China que foi encontrar em poder da “Sereniss. Reina de Portugal doña Catalina”<sup>146</sup>, quer de outros objectos chineses como esses “lienços de pintura que de alla traen, que yo vi en Lisbona”<sup>147</sup>. À vista do que notaremos depois de ler o *Discvrso* capítulo por

---

<sup>144</sup> Ver *inter alia*, Raul de Almeida Rolo, “Dominicanos Portugueses nas Missões do Oriente”, in *Bracara Augusta*, Braga, Câmara Municipal de Braga, vol. 38, 85-86 (98-99), Janeiro-Dezembro 1984, pp. 237-245; Caio Boschi, “As missões na África e no Oriente”, in *HEP*, vol. 2, 1998, pp. 407 e 410-411; Manuel Lobato, “Timor”, in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, pp. 356-367 [Lobato, 2000a].

<sup>145</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion qve los Portugueses hazen à los Reinos y Prouincias del Oriente, y de la noticia que se tiene de las grandezas del Reino de la China. Avtor Bernardino de Escalante Clerigo, Comissario del Santo Oficio en la Inquisicion del Reino de Galizia, y Beneficiado en la villa de Laredo. Dirigido al Ilvstrissimo Señor Don Christoual de Rojas T Sandoual Arcebispo de Seuilla*, Sevilha, en casa de la biuda de Alonso Escrivano, 1577. Todas as citações a partir da edição fac-símile do exemplar conservado na Biblioteca de la Universidad de Salamanca: Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion qve los portugueses hazen à los Reinos y Prouincias del Oriente, y de la noticia que se tiene del Reino de la China*, Salamanca, Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Laredo, 1992.

<sup>146</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. XI — “De las letras y caracteres de los Chinas, y de sus estudios generales”, ed. 1992, cit. fl. 62v.

<sup>147</sup> Idem, *ibidem*, cap. IX — “De los gestos y trages desta gente y de sus costumbres”, cit. fl. 49v.

capítulo, a frase em que Escalante garante ter-se informado “con mucha diligencia y cuidado, de ombres fidedignos Portugueses, que an estado en aquel Reino con comercios, y otros negocios” surge apenas como solução retórica para escamotear o aproveitamento das fontes textuais a que praticamente se circunscreveu<sup>148</sup>.

Por diminuta que tenha acabado por ser a circulação deste original (apenas se encontram referenciados cinco originais da *editio princeps*<sup>149</sup>), há que contar com a correspondente — e quase simultânea — leitura inglesa por John Frampton, ainda que esta não tenha gozado de muito maior popularidade que aquela: *A Discourse of the nauigation which the Portugales doe make to the Realmes and Prouinces of the East partes of the worlde, and of the knowledge that growes by them of the great thinges, which are in the Dominions of China* (Londres, 1579<sup>150</sup>; reed. in Thomas Osborne, *A Collection of Voyages and Travels*, vol. 2, Londres, 1747<sup>151</sup>). Recorde-se que Frampton foi o antigo mercador estabelecido em Sevilha que, no mesmo ano em que dava ao público do seu país o *Discvrso* de Escalante em 46 fôlios, deu também a primeira versão inglesa de Polo: *The most noble and famous travels of Marcus Paulus* (a partir da versão de Rodrigo Fernández de Santaella, editada em Sevilha em 1503)<sup>152</sup>. Preso e torturado pela Inquisição espanhola antes de fugir de Cádiz em 1567, protegido de

---

<sup>148</sup> Idem, *ibidem*, cap. XVI — “De la orden que puede auer, para que estas gentes se tornen Christianos, y de la nauegacion que se haze dēde la Nueva España à las Islas de Poniente, que dizen Filipinas”, ed. 1992, cit. fl. 100r. Cf. Lourdes Díaz-Trechuelo, “La obra de Bernardino de Escalante”, in idem, *ibidem*, ed. 1992, pp. 53-54. Para uma aceitação ingénuo da autenticidade destes dizeres, ver Amando Melón, “El librillo de Bernardino de Escalante”, in *Estudios Geográficos – Homenaje a D. Amando Melón. I*, Madrid, Instituto Juan Sebastián Elcano, 38 (146-147), Febrero-Mayo 1977, p. 245. Quase tão taxativa quanto este autor é Lourdes Díaz-Trechuelo (Díaz-Trechuelo, 1992, p. 53).

<sup>149</sup> “Nota de los editores” in Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, ed. 1992, pp. 10-11.

<sup>150</sup> Bernardino de Escalante, *A Discourse of the nauigation which the Portugales doe make to the Realmes and Prouinces of the East partes of the worlde, and of the knowledge that growes by them of the great thinges, which are in the Dominions of China. Written by Barnardine of Escalanta, of the Realme of Galicia Priest. Translated out of Spanish into English, by Iohn Frampton*, Londres, at the three cranes in the vine-tree by Thomas Dawson, 1579.

<sup>151</sup> Bernardino de Escalante, “An account of the Empire of China [...] written by Barnardine of Escalanta, of the real of Galicia, Priest. Translated out of Spanish into English by John Frampton”, in Thomas Osborne, *A Collection of Voyages and Travels, Consisting of Authentic Writers in our Tongue, which have not before been collected in English, or have only been abridged in other Collections. And continued with Others of Note, that have published Histories, Voyages, Travels, Journals or Discoveries in other Nations and Languages, Relating to Any Part of the Continent of Asia, Africa, America, Europe [...] Compiled From curious and valuable Library of the Earl of Oxford. Interspersed and illustrated with Notes, Containing, Either A General Account of the Discovery of these Countries, or an Abstract of their Histories, Government, Trade, Religion, &c. collected from Original Papers, Letters, Charters, Letters Patents, Acts of Parliament, &c. not to be met with, and proper to explain many obscure Passages in other Collections of this kind*, vol. 2, Londres, Thomas Osborne, 1747, pp. 25-80; refs. in Lust, ed. 1992, pp. 5-6 e 67; José Luis Casado Soto, “Bernardino de Escalante, perfil sobre un paisaje en el tiempo”, in Bernardino de Escalante, *Discursos de Bernardino de Escalante al Rey y sus Ministros (1585-1605)*, presentación, estudio y transcripción de J. L. Casado Soto, Santander, Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Laredo, 1995, p. 61, n. 4.

<sup>152</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3; Beckingham, 1974, p. 188.

Edward Dyer, amigo de John Dee, o tradutor de quem falamos assinou ainda dentro de um curto período de tempo *Joyfull Newes out of the newe found worlde* (W. North, 1577, tradução da *Historia medicinal* de Monardes, de 1565; reeds. ampliadas em 1580 e 1596), *A briefe description of the portes, creekes, bayes, and hauens, of the Weast India* (H. Bynneman, 1578, a partir da *Suma de geographia* de Enciso traduzida cerca de quarenta anos antes por Roger Barlow), *A Discourse of Tartaria, Scythia and Cataia by the noth-east* (tradução pensada para o relançamento da busca da passagem pelo Nordeste, em 1580, e cujas notas foram entregues pelos mercadores da *Muscovy Company* a Arthur Pet e Charles Jackman aquando da sua partida nesse ano<sup>153</sup>) e *The Art of Navigation* (T. Dawson, 1581, a partir da obra homónima de Pedro de Medina, de 1545; reed. 1595)<sup>154</sup>.

Tal como John Frampton provocaria estragos de monta aos espanhóis e aos portugueses ao escancarar à Inglaterra as produções naturais da América, os seus portos, baías e enseadas ou por lhes sugerir que rumassem às ilhas do “Scythian sea”, à terra-firme da Ásia e a “Cambalu”<sup>155</sup>, assim tinha estado Bernardino de Escalante em relação aos lusos ao ser dos primeiros a enlaçar o tópico chinês com “la nauegacion que se haze dède la Nueva España à las Islas de Poniente, que dizen Filipinas”<sup>156</sup>. O seu *Discvrso de la navegacion*, recorde-se, é publicado no mesmo ano em que os membros do *Consejo de Indias* ponderaram a questão da conquista da China na sequência da longa lista de propostas nesse sentido que havia começado com Andrés de Mirandaola, em 1569, e culminara nas cartas endereçadas por Francisco de Sande ao seu monarca a 2 e 7 de Junho de 1576. O facto da licença de impressão desta obra ter sido passada a 19 de Julho de 1577<sup>157</sup> — depois, portanto, da negativa a tais planos que veio pela Real Cédula de 29 de Abril desse ano — não quer dizer muito até porque, como também sabemos, os proponentes da “empresa de China” não esmoreceram após este primeiro

---

<sup>153</sup> Ver “Notes given 1580: to Mr Arthur Pet, and to Mr Charles Jackman, sent by the mearchants of the Muscovy Company for the discovery of the Northeast Strait”; pub. in Richard Hakluyt, *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*, edited, abridged and introduced by Jack Beeching, Penguin Classics, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 1987, pp. 210-214. Ver também: Crane, 2002, pp. 246-247.

<sup>154</sup> Parks, 1928, pp. 272-274; Taylor, 1930, pp. 40 e 110; Williamson, 1946, p. 21; Boxer, 1963, p. 23; A. M. Quinn, & D. B. Quinn, 1974, p. 454.

<sup>155</sup> Richard Hakluyt, *The Principal Navigations*, “Notes given 1580: to Mr Arthur Pet, and to Mr Charles Jackman”, ed. 1987, cits. p. 211.

<sup>156</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. XVI, ed. 1992, cit. fl. 94r.

<sup>157</sup> Uma evidente gralha de impressão faz com que se leia: “Dada en Madrid à diez y nueue dias del mes de Iulio, de mil è quinientos y sesenta y siete años” — Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, “Licencia”, ed. 1992, cit. fls. 2v.-3r.

desaire<sup>158</sup>. Aliás, o sentido de oportunidade do autor é reforçado pela dedicatória a Don Cristóbal de Rojas y Sandoval, doutor em Teologia pela Universidade de Alcalá de Henares e arcebispo de Sevilha.

### *Escalante*

Filho do armador e capitão García de Escalante, sobrinho de Pedro del Hoyo, Secretário da Câmara de Filipe II, e descendente, segundo a heráldica consagrada, dos “muy buenos e antiguos hidalgos de Trasmiera y Santander”, Bernardino era natural da vila de Laredo (actual Cantábria), onde nasceu por volta de 1537. Em 1554 viaja com o pai na armada que transporta o rei a Inglaterra na ocasião em que este vai desposar Maria Tudor. Demora-se aí catorze meses, aproveitando para anotar inúmeros detalhes da geografia, costumes, logística e defesa do país. É possível que, logo aqui, tenha travado conhecimento com D. Cristóbal de Rojas, na altura capelão de Carlos I. Segue então para a campanha da Flandres, devendo ter regressado a Espanha entre Setembro de 1559 e Janeiro de 1561. Frequenta a Universidade, ingressa na carreira eclesiástica e, uma vez ordenado sacerdote, habilita-se a um benefício na igreja da sua terra natal. Em 1567 já deveria assinar como Comissário da Inquisição do Reino da Galiza, de onde enceta viagens a Lisboa e Sevilha durante a década seguinte.

Radicado nesta última cidade pelo menos desde o ano em que sai o *Discvrso de la navegacion*, reencontramo-lo em 1581 a exercer o cargo de inquisidor do Santo Ofício e a aceder às funções de mordomo-mor do novo arcebispo D. Rodrigo de Castro, a quem vem a dedicar a segunda das suas obras impressas, *Dialogos del arte militar* (Sevilha, 1583<sup>159</sup>; reeds. Bruxelas, 1588, 1589 e 1597; Antuérpia, 1604). Ainda no mesmo ano em que publicou este título deve ter sido convocado por Filipe II a Lisboa, onde o aguarda aquela tarefa a que nos referimos de coadjuvar o empenho que Juan de Herrera colocava desde 1580 na compatibilização das tradições portuguesa e castelhana no que respeita à cartografia do Oriente — “porque S. M. quiere que se haga aqui [Lisboa] una carta general con la demarcacion antigua [a portuguesa], porque la

---

<sup>158</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>159</sup> Bernardino de Escalante, *Dialogos del arte militar de Bernardino de Escalante Comissario del Sancto Officio, en la Inquisicion de Seuilla, y Beneficiado en la villa de Laredo. Dirigidos al Illvstrissimo Señor Cardenal, Don Rodrigo de Castro Arçobirpo de Seuilla. &c.*, Sevilha, En casa de Andrea Pescioni, 1583.

moderna está depravada, por lo que V. sabe de los portugueses”, explicara pouco antes Herrera a Juan López de Velasco, cosmógrafo-mor das Índias<sup>160</sup>.

Desta parceria sai o manuscrito de um regimento de navegação à Índia Oriental, o qual o próprio diz que foi repartido entre os pilotos da frota<sup>161</sup>. A partir de 1586 concentra-se nos planos que lhe dariam fama, os da “empresa de Inglaterra”. Com acesso privilegiado ao escritório do rei, faz-se acérrimo defensor da invasão das Ilhas Britânicas. Na linha belicista de Castro, redige numerosos documentos em que assessoria o monarca ou os seus próximos nestes assuntos, chegando a debater as suas propostas com o secretário de Estado D. Juan de Idiáquez<sup>162</sup>. A partir de 1592 assina pareceres sobre três questões que supunha decisivas para a estabilidade interna da Coroa, Aragão, Portugal e as comunidades mouriscas residentes na Península<sup>163</sup>, a que se juntarão outros sobre segurança militar do mesmo espaço (1596-1598) ou o projecto de tomada da cidade de Argel (1603)<sup>164</sup>. Sempre em Sevilha, os biógrafos confirmam-

---

<sup>160</sup> Carta de Juan de Herrera a Juan López de Velasco, Lisboa, 21 de Agosto de 1581; transcr. in A. Cortesão, 1935, vol. 2, cit. p. 282. Ver A. Cortesão, *ibidem*, vol. 2, pp. 281-285; *supra*, Parte II, cap. 8-3.

<sup>161</sup> Ver “Informe sobre el intento de reformación del arte de navegar que usaban los portugueses en sus viajes a la India oriental, tarea encargada por Felipe II a Bernardino de Escalante e a Juan de Herrera”, Madrid, 1585 (BNM, Sección de Manuscritos, Ms. 5785, fl. 179r.); transcr. in Bernardino de Escalante, *Discursos*, ed. 1995, doc. I, pp. 109-110; AGI, Mapas de México n.º 6, *Patronato*, leg. 21; ref. in Cerezo Martínez, 1994, p. 242.

<sup>162</sup> Ver BNM, Ms. 20.526, fls. 8r.-22v. e Ms. 5785, fls. 76r.-78r., San Lorenzo del Escorial, Junho de 1586; pub. in Bernardino de Escalante, *Discursos*, ed. 1995, doc. II, pp. 110-125; BNM, Ms. 5789, fl. 168r., San Lorenzo del Escorial, Junho de 1586; pub. in idem, *ibidem*, doc. III, pp. 126-128; BNM, Ms. 20526, fls. 23r.-28v., Sevilha, finais de 1586; pub. in idem, *ibidem*, doc. IV, pp. 128-133; BNM, Ms. 20526, fls. 28v.-33r., Madrid, Janeiro de 1587; pub. in idem, *ibidem*, doc. V, pp. 134-140; BNM, Ms. 20526, fls. 36r.-41r., Madrid, Janeiro de 1587; pub. in idem, *ibidem*, doc. VI, pp. 140-147; BNM, Ms. 20526, fls. 41r.-47r., Fevereiro de 1587; pub. in idem, *ibidem*, doc. VII, pp. 147-154; Archivo General de Simancas, *Estado*, leg. 165, doc. 222; BNM, Ms. 20526, fls. 47v.-52r., Sevilha, 3 de Abril de 1588; pub. in idem, *ibidem*, doc. IX, pp. 157-164; BNM, Ms. 20526, fls. 53r.-58r., Sevilha, Outubro de 1588; pub. in idem, *ibidem*, doc. X, pp. 165-171; BNM, Ms. 20526, fls. 65v.-73r., Sevilha, Setembro de 1591; pub. in idem, *ibidem*, doc. XI, pp. 180-189.

<sup>163</sup> Ver BNM, Ms. 20526, fls. 74r.-77r., Sevilha, 1592 (sobre os “problemas” dos mouriscos, de Portugal e de Aragão); pub. in idem, *ibidem*, doc. XIII, pp. 189-193; Archivo General de Simancas, *Estado*, leg. 606, fls. 246r.-247r., Sevilha, 8 de Abril de 1593 (sobre a constituição de uma armada portuguesa para a defesa das frotas da Índia Oriental); pub. in idem, *ibidem*, doc. XIV, pp. 193-196; BNM, Ms. 20526, fls. 117r.-120r., Toledo, Janeiro de 1596 (sobre o crescimento da população mourisca na Península); pub. in idem, *ibidem*, doc. XV, pp. 196-200.

<sup>164</sup> Ver BNM, Ms. 20526, fls. 79r.-90r., Sevilha, 7 de Agosto de 1596 (sobre o saque de Cádiz pelos ingleses); pub. in idem, *ibidem*, doc. XVI, pp. 200-208; BNM, Ms. 20526, fls. 91r.-109r., Madrid, 19 de Fevereiro de 1597 (sobre prevenção militar nas costas de Espanha); pub. in idem, *ibidem*, doc. XVII, pp. 208-219; BNM, Ms. 20526, fls. 110r.-116r., Sevilha, 16 de Junho de 1598 (sobre a formação de um exército profissional em Castela e Leão); pub. idem, *ibidem*, doc. XVIII, pp. 219-226; BNM, Ms. 20526, fls. 122r.-129r., Sevilha, Maio de 1603 (sobre os projectos de conquista de Argel); pub. in idem, *ibidem*, doc. XX, pp. 227-235.

no na dobragem do século como “Hermano Mayor” da Confraria dos Familiares do Santo Ofício e como administrador do Hospital de San Hermenegildo<sup>165</sup>.

#### **4. A discreta sequência dada à China de Gaspar da Cruz: da quase paráfrase de Bernardino de Escalante à glosa de Fr. Jerónimo Román em 1595**

A síntese da história de Portugal e do processo expansionista posto em marcha pela Coroa lusitana a partir da conquista de Ceuta que Bernardino de Escalante oferece nos cinco primeiros capítulos do *Discvrso de la navegacion* é como que o protótipo daquela versão da *Primeira decada* de João de Barros que Melchisedec Thévenot construirá para os leitores franceses no final do século XVII<sup>166</sup>.

No capítulo I resenha da “proto-história” dos herdeiros de Viriato à literal lança em África que se consumou em 1415: três breves fólhos — ou, com frente e verso, cerca de cinco páginas — que correspondem sensivelmente ao arco cronológico coberto pelo capítulo I do livro I da *Década* de 1552, se bem que aqui o clérigo cantábrico se sinta mais à vontade que na maior parte do texto restante para inovar frente às suas fontes básicas<sup>167</sup>. No capítulo II trata da chegada aos arquipélagos Norte-Atlânticos e da progressão litoral abaixo até à Serra Leoa, dando o conjunto de descobrimentos coordenados pelo infante D. Henrique: nem três fólhos, cronologia e matéria cobertas pelos capítulos II-XVI do livro I da mesma *Década*<sup>168</sup>. No capítulo III temos os avanços marítimos assinalados durante os reinados de D. Afonso V e D. João II (limite no Cabo da Boa Esperança, com Bartolomeu Dias) e as missões de espionagem do comércio indiano e do poder do Preste encomendadas a Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva<sup>169</sup>: cerca de quatro fólhos onde são pouco menos que anedóticas as diferenças em relação à

---

<sup>165</sup> Díaz-Trechuelo, 1992, pp. 24-28; Casado Soto, 1995, pp. 35-54 e 61-106; Geoffrey Parker, *La gran estrategia de Felipe II*, traducción de José Luis Gil Arístu, colección Historia y Geografía – Ensaio, Madrid, Alianza Editorial, 1998, pp. 311-312, 330, 448 e 452-453 (1.ª ed. New Haven/Londres, Yale University Press, 1998).

<sup>166</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7, n. 100.

<sup>167</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. I — “Del principio que tuuo el Reino de Portugal, y sucessos que vuo, hasta que el Rei don Iuan el primero conquistò à Ceuta en Berberia”, ed. 1992, fls. 6r.-8v.

<sup>168</sup> Idem, *ibidem*, cap. II — “De la diligencia que el Infante don Enrique puso en saber de los moros de Ceuta las Prouincias de los negros Ialofes, y armadas que embio en el descubrimiento de las costas de Guinea, hasta su muerte”, ed. 1992, fls. 8v.-11v.

<sup>169</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 1-1.

sequência e ao conteúdo dados por Barros na *Década I*, livro II, capítulos I e II, e livro III, capítulos I-V e XII<sup>170</sup>.

Nos perto de 8 fólhos do capítulo IV do *Discvrso de la navegacion* vem o que o cronista das *Décadas da Ásia* expusera sobre a primeira viagem de Vasco da Gama nos doze capítulos do livro IV de igual volume<sup>171</sup>. Por último, no capítulo V do seu escrito, Escalante condensa as notícias sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia que estavam nos dez capítulos do livro V da *Década I*. Aqui, tanto como aproveitou para destacar o desempenho da importante armada de prospecção comandada pelo nauta de origem galega João da Nova (1501), parece claro que teve por dispensável referir-se às expedições subsequentes de Gama (1502), Lopo Soares (1504) ou Francisco de Almeida (1505) a que Barros alude nos imediatamente posteriores livros VI, VII e VIII. No entanto, fecha o trecho em causa com o relato da defesa de Cochim (1503) que está no capítulo VII do livro VII e com as informações sobre a China que Afonso de Albuquerque foi recolher em Malaca, matéria esta que observámos vir já na *Segunda decada*<sup>172</sup>.

Do ponto de vista formal, é nítido que o *Discvrso* de Bernardino de Escalante é composto por duas partes homogêneas, uma aquela que agora se encerra, outra a que a seguir trata da China em regime de exclusividade. Contudo, isso não faz da obra um somatório descompassado de assuntos porque a lógica narrativa que o autor vinha exercitando desde a primeira linha soube encontrar no desenlace chinês, que ocorre na passagem do quinto para o sexto capítulo, um corolário natural. O que muda de forma mais contundente é a fonte nuclear do título sevilhano de 1577, que daqui para a frente passa a ser o *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz ainda que o retorno a João de Barros, neste caso à sua *Década III*, volte a suceder uma e outra vez. Depois, se bem que Escalante nos diga do cronista da *Ásia* ser ele um “historiador dotissimo”<sup>173</sup> ou anote

---

<sup>170</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. III — “Del descubrimiêto que se hizo de las costas de Guinea, en tiempo del Rei don Alôso hasta su muerte, y de las personas que el Rei don Iuan su hijo embio por el mar Mediterraneo, para que le traxessen relaciô de los estados, y comercio de la India, y de la embaxada que embio al Rei de Etiopia”, ed. 1992, fls. 11v.-16r. Cf. Díaz-Trechuelo, 1992, pp. 31-32.

<sup>171</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. IV — “Como elRei don Manuel embiò por la nauegacion del cabo de Buena esperanza à don Vasco de Gama, con embaxada al Rei de Calicut, y del sucesso que tuuo, hasta que tornò à Portugal”, ed. 1992, fls. 16r.-23r.

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*, cap. V — “De como el Rey don Manuel tornò à embiar vna armada à la India con Pedralvarez Cabral, y como descubrio en este viaje la costa del Brasil, y de las demas armadas que continuaron à yr, hasta que se ganò Malaca, y se tuuo noticia del Reino de la China”, ed. 1992, fls. 23r.-28v. Ver *supra*, Parte II, cap. 7-2.

<sup>173</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. VIII — “De la grandeza de las Ciudades y Templos y edificios que en si contienen, y ay por toda la tierra de la China”, ed. 1992, cit. fl. 34r.

que Fr. Gaspar “escriuio copiosamente las cosas que vio, y le sucedieron en el viage [a Cantão]”<sup>174</sup>, deve avisar-se que tais apreciações são circunstanciais, mais alargadas quando se trata de confrontar ou substituir a opinião de um pela do outro e estão longe de traduzir o reconhecimento explícito e generalizado pelos empréstimos tomados destes dois portugueses. Bastante razão teve o cronista agostinho Fr. Jerónimo Román quando afirmou que o livro de Gaspar da Cruz era “aunque disfaçado el librito que hizo Bernardino de Escalante que se intitula discurso de la nauegacion”<sup>175</sup>.

### ***Cruz e Barros por Escalante***

Lendo-os depressa, temos o seguinte sobre os onze capítulos do *Discvrso de la navegacion* que nos faltam. Para a descrição das coordenadas físicas e da ordem provincial chinesas que vem no capítulo VI confluem Gaspar da Cruz e João de Barros: dos capítulo I-IV do dominicano tomam-se os nomes “Tame” e “Tangis” e a cartografia da maior parte dos reinos contíguos ao Império dos Ming, enquanto se prefere o capítulo VII do livro II da *Década* de 1563 para descrever o perfil costeiro chinês, situar a ilha de Hainão e Liampó, contar, nomear e distinguir entre marítimas e interiores as quinze províncias ou comparar as dimensões do país com as da Europa<sup>176</sup>.

Para o seguimento do quadro físico e a descrição das produções que vêm no capítulo VII juntam-se o cálculo das latitudes de Hainão e das províncias setentrionais mais o retrato dos contrastes antropológicos entre o Norte e o Sul dados por Barros (*ibidem*, lv. II, cap. VII) com os tópicos da extrema fertilidade da terra, abundância de mantimentos, industriiosidade da gente, diversidade de artes e ofícios, tributação moderada, combate sem tréguas à vagabundagem e à saída dos naturais do Reino,

---

<sup>174</sup> Idem, *ibidem*, cap. XI, cit. fl. 63r.

<sup>175</sup> Fr. Jerónimo Román, O.S.A., *Tercera Parte de las Repvlicas del Mvndo. Divididas en tres Partes. Ordenadas por F. Heronimo Roman, frayle professo de la Orden de S. Augustin, y su Coronista general, natural de la ciudad de Logroño. Dirigidas al rey don Philippe II. deste nombrenuestro señor. Esta obra, christiano lector, sale corregida y censurada por el Expurgatorio del Santo Officio. Y examinada por diuersos hōbres doctos. Y tambien uan añadidas enesta segunda impresion diuersas Republicas, que nunca han sido impressas. Y estan añadidas las demas Republicas, y casi hechas otras de nueuo por el mesmo author. Con sus tablas muy copiosas*, Repvblica del Reyno de la China. Ordenada por Fray Hieronymo Roman frayle professo de la orden de sant Augustin y su Chronista, Salamanca, en casa de Iuan Fernandez, 1595, cit. fl. 211r. Todas as citações a partir desta edição. Ver Boxer, 1953b, p. LXV. Cf. Sanz, 1958, pp. XXXIV-XXXIX; Lach, 1961, p. 284; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 743.

<sup>176</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. VI — “De la descripciō dela tierra dela China, y Prouincias y Reinos notables que en si contiene”, ed. 1992, fls. 28v.-30v.

consumo exorbitante de víveres em Cantão, navegabilidade interior ou da riqueza mineral, todos assinalados por Fr. Gaspar ao longo dos seus capítulos VI e VIII-XII<sup>177</sup>.

Para o urbanismo chinês e respectiva grandeza, assuntos do capítulo VIII, Bernardino de Escalante começa por citar a contagem de 244 cidades notáveis realizada por Barros a partir de uma carta de geografia chinesa, tal como as terminações silábicas “fú” e “cheu” correspondentes a cidade e vila e os critérios estabelecidos para a diferenciação entre estas últimas e as aldeias, sempre numa cópia do livro II, capítulo VI da *Terceira década*. Para o quadro restante, joga sobretudo com o que está dito nos capítulos VI e VII do *Tractado das cousas da China* sobre Cantão para caracterizar a cidade chinesa em abstracto: os fossos, as muralhas, os baluartes, as torres, os edifícios panorâmicos, os cuidados de conservação, as portas, a geometria das ruas, os arcos triunfais, as casas dos principais funcionários ou os canais. Fora isto, traz do segundo destes capítulos algumas informações sobre Fuzhou, as estradas do interior e as casas dos lavradores ricos, bem como intercala na leitura propriamente dita da capital portuária do Guangdong feita a partir do mesmo Fr. Gaspar pelo menos três imagens oferecidas por Barros ainda a propósito de Cantão: uma para captar a largura do espaço que ia das cavas aos muros; outra para fixar o sítio da cidade no estuário de um rio semeado de ilhas e pequenos povoados férteis; e a terceira para confrontar os oitenta e três baluartes do *Tractado* com os noventa dessa *Década III*. À margem, e apenas para familiarizar o seu leitor com a matéria, diz das pontes de madeira fundadas sobre barcas vistas pelo dominicano português que elas são “à la manera dela de Seuilla, asidas con fuertes cadenas”, opta por comparar Cantão a Cádiz a fazê-lo com Lisboa e assegura que muitas das cidades dos chins eram tão navegáveis “como Brujas en Flandes” por causa dos esteiros de água que as atravessavam<sup>178</sup>.

Para a caracterização fisionómica e de costumes que vem no capítulo IX voltou a servir-se sobretudo do que estava disponível nos capítulos X-XI e XIII-XV do *Tractado* de Gaspar da Cruz: traços faciais de cada sexo, vestuário e calçado por grupos sociais, amanho do cabelo por estado civil, atrofiamento dos pés e recolhimento das mulheres, casamento e prostituição, festas e divertimentos musicais, cortesias mundanas e recepções privadas, desprezo pela indolência e protecção dos desvalidos, engenho manual e tipos de artífices, comércio logista e fabrico da porcelana, moeda, pesos e

---

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*, cap. VII — “Del temple de la tierra y cosas notables que produce”, fls. 30v.-34r.

<sup>178</sup> Idem, *ibidem*, cap. VIII, ed. 1992, cits. fls. 36v. e 38r. Ver idem, *ibidem*, cap. VIII, ed. 1992, fls. 34r.-41v..

impostos. Intercaladas, reaparecem pelo menos quatro imagens presentes na *Terceira década*, livro II, capítulo VII: uma que completa o que antes se copiara daí sobre o efeito da latitude na tipologia somática; a segunda sobre os banquetes caseiros, que não se furta a repetir que levavam a melhor aos dos flamengos e dos alemães; a terceira sobre os carros à vela; e a quarta sobre a fundição de vasos de ferro ao modo dos latoeiros de Nuremberga. Há ainda espaço para aquele comentário às pinturas chinesas vistas em Lisboa e para um outro a “vn escritorio pequeño” comprado na mesma cidade e gabado em Sevilha<sup>179</sup>. Mais livres parecem ser o paralelismo estabelecido entre o gosto da mulher chinesa e da mulher espanhola pelos enfeites<sup>180</sup> e os adjectivos escolhidos para um juízo nada favorável à índole dos chins — “son comunmente falsos y mentirosos y llenos de maldad: porque no insitẽ en otra cosa tanto, como en engañar à los con que tratan: como gẽte sin conciencia, y que tiene hecho abito al mal”<sup>181</sup>.

Como lhe é habitual, para o tema da navegação fluvial e marítima que vem no capítulo X Escalante repousou quase sempre em Fr. Gaspar da Cruz (caps. II, IX e X), excepto no par de vezes em que a fonte foi o livro II da *Década III* (caps. VII e VIII, respectivamente). Do *Tractado das cousas da China* temos o deslumbramento com o sistema de rios e canais navegáveis, o comércio interior chinês, as memórias da expansão marítima encontradas do Champá ao Coromandel, a multiplicidade de embarcações, as armadas de costa e as defesas montadas nos rios, o mecanismo de bombagem de águas dos juncos e até a aproximação à grandeza do reino através da metáfora da ponte de navios que el-rei da China poderia alinhar, se quisesse, entre o seu território e Malaca<sup>182</sup>. De João de Barros procedem dois motivos, por um lado o que aplaude a retirada chinesa dos Mares da Ásia e a compara com a imprudência de gregos, cartagineses e romanos, por outro o das técnicas construtivas e de betumagem aprendidas pelos marinheiros portugueses na China<sup>183</sup>.

Para a escrita e o sistema de ensino que vêm no capítulo XI Bernardino de Escalante acrescentou ao que está no capítulo XVII de Gaspar da Cruz e no livro II, capítulo VII da *Década* de 1563 o referido desenho dos três caracteres e uma noção básica sobre a simplicidade da aritmética chinesa. O resto é-nos familiar: de Fr. Gaspar,

---

<sup>179</sup> Idem, *ibidem*, cap. IX, ed. 1992, cit. fl. 52r.

<sup>180</sup> Ver idem, *ibidem*, ed. 1992, cap. IX, fl. 43v.

<sup>181</sup> Idem, *ibidem*, cap. IX, ed. 1992, cit. fl. 50r. Ver idem, *ibidem*, cap. IX, ed. 1992, fls. 41v.-54r.

<sup>182</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. IX, ed. 1984, p. 817.

<sup>183</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. X — “De la nauegacion que los Chinas hazen en el mar y en los rios”, ed. 1992, fls. 54r.-61v.

a escrita por figuras, a avaliação de que estas seriam mais de cinco mil e que se alinhavam de cima para baixo, o facto da língua escrita superar a diversidade de falas provinciais e ser reconhecida no Japão, na Cochinchina ou nas Léquias, as inspecções regulares a que eram submetidos os estudantes e a prática de exames trienais. De Barros, a impressão vaga de que a imprensa chinesa antecedia em muito a europeia, as três unidades de “mensura Itineraria de que ellos alla vsan”, a configuração da Grande Muralha inferida através da uma carta geográfica autóctone e o confronto das informações do cronista sobre as “escuelas generales” para ensino das leis e filosofia natural com a negativa a tais ideias por parte do dominicano<sup>184</sup>.

Para definir o poder do Príncipe e do seu Conselho Escalante traz para o capítulo XII do *Discvrso de la navegacion* quase só o que lê num *Tractado das cousas da China* que continua a não citar de forma expressa (caps. V, VIII, XVI-XVIII e XXII): o exercício de autoridade absoluta por parte do “Rei y Monarca”, os mecanismos de sucessão dinástica, o contraste entre a preponderância da burocracia e dos letrados e o exílio bucólico em que vive uma inofensiva nobreza de sangue, os estudos como forma por excelência de promoção social — ideia não temperada, diga-se, com as desconfianças afirmadas por Fr. Gaspar quanto à isenção dos loutiás —, a inacessibilidade da figura do imperador, os retratos da nova e da antiga cidade imperial, Pequim e Nanquim, o eficiente sistema de comunicações montado entre o centro e as províncias e o ritual das embaixadas tributárias. Referindo-se a dado passo aos correios internos, reconhece ter Barros escrito “que corren con pretales de caxcabeles”, mas a lembrança da utilização complementar que fez da *Década III* não foi duradoura porque nada indica sobre o capítulo I do livro V onde foi buscar os relatos da missão diplomática de Tomé Pires e das solenidades protocolares pelas quais este passou<sup>185</sup>.

Para a hierarquia, a etiqueta e os privilégios da administração provincial, tal como para os inquéritos judiciais e a execução penal, temas agrupados no capítulo XIII do *Discvrso*, quase toda a informação depende dos capítulos XVI e XVIII-XXI do *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz: os títulos e as funções do “Tutan”, do “Poncansi”, do “Anchasi”, do “Aytao”, do “Luitisi”, do “Chaen” e do “Quinchai”, o método e o aparente escrúpulo das averigações dos casos levados a julgamento, a necessidade da Corte sancionar as sentenças capitais, o ambíguo fascínio pelos castigos físicos — “vsan

---

<sup>184</sup> Idem, *ibidem*, cap. XI, ed. 1992, cit. fl. 64r. Ver idem, *ibidem*, cap. XI, ed. 1992, fls. 61v.-64v.

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*, cap. XII — “De como de todo este gran Reino dela China, es Rei y señor vn solo Principe, y del consejo que tiene y Magestad de su casa y corte”, ed. 1992, cits. fls. 65r. e 69v. Ver idem, *ibidem*, cap. XII, ed. 1992, fls. 65r.-70v.

enesto de tanto rigor, colera, y presteza, como piedad, clemencia, y vagar cõ los que an dejusticiar”<sup>186</sup> —, a vida prisional ou os mecanismos de auto-vigilância cidadã. Do rico capítulo VII do livro II da *Década III* vem o nome e a jurisdição própria do “Ceuhij”, oficial que Bernardino traduz para “Leachi”<sup>187</sup>.

Para a equiparação entre o bom governo e a boa administração civis e o cuidado posto na defesa militar, temas do capítulo XIV, Escalante ressuscita vários apontamentos dos capítulos II, III, VI, XIV e XVI do *Tractado das cousas da China*: por exemplo, sobre a máquina bélica de mar e terra, as guarnição provinciais e urbanas, o porte de armas, o conflito tártaro, os mercenários e os imaginados gigantes colocados nas passagens de montanha mais problemáticas. Da *Terceira decada da Asia*, livro II, capítulo VII, vem o cálculo sobre o comprimento da Grande Muralha, a regra que fazia com que os capitães de guerra fossem naturais das terras onde prestavam serviço, os conhecimentos de artilharia, a destreza demonstrada pelos chineses na guerra naval e o valor que exibiam como soldados (nova achega a uma conclusão dúbia de Fr. Gaspar), assim como o seu dito arrogante sobre a cegueira de todos os povos que não este asiático. Particularmente interessante é a discordância manifestada pelo cantábrico a respeito da famosa ideia que queria que fosse de origem alemã aquela soldadesca de “ombres grandes ruuios, y de mucha barba”. Como afirma, clarividente, “si esto fuera assi, mucho antes se vuiera noticia deste gran Reino”<sup>188</sup>.

Para as considerações sobre a religião dos chinas, os seus ritos, cerimónias fúnebres e luto que vêm no capítulo XV do *Discvrso* de 1577 a base cingiu-se aos desenvolvimentos que lhes correspondem nos capítulos XIV, XVII e XVIII do *Tractado* de 1570. Assim, temos aí os motivos do desconhecimento do Deus verdadeiro, da busca inconclusiva dos restos do apostolado de S. Tomé ou dos seus discípulos, das devoções ao sol, às estrelas ou ao demónio, das duas qualidades de sacerdotes, da menoridade social destes, da fé nas sortes, das oferendas, das cerimónias fúnebres, da inexistência de judeus e da descendência dispersa e esquecida dos preceitos da sua seita que era a dos mouros de Samarcanda<sup>189</sup>. O tema continua no 16.º e último capítulo, outra vez tomado em parte dos capítulos XXVII e XVIII de Gaspar da Cruz por aquilo que toca

---

<sup>186</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. XIII — “De los Presidentes y ministros que ay en cada Prouincia, y orden que tienen en el gouierno dellas”, ed. 1992, cit. fls. 81v.-82r.

<sup>187</sup> Idem, *ibidem*, cap. XIII, ed. 1992, fls. 70v.-84v.

<sup>188</sup> Idem, *ibidem*, cap. XIV — “Del gouierno y preuencion que el Rey tiene y haze para los sucessos de la guerra”, ed. 1992, cit. fl. 87v. Ver idem, *ibidem*, cap. XIV, ed. 1992, fls. 84v.-88r.

<sup>189</sup> Idem, *ibidem*, cap. XV — “De la religion, y ritos que tienen y cerimonias que vsan”, ed. 1992, fls. 88r.-94r.

os inconvenientes das leis que proibiam a presença demorada de estrangeiros na China, a predisposição dos naturais do país quer para a abominação da sodomia, quer para escutarem a palavra dos missionários católicos, as frustrações de Francisco Xavier e de outros jesuítas quando haviam tentado a entrada ou a solução diplomática antevista por Fr. Gaspar — “Porque quererlo intentar por conquista”, acrescenta Bernardino de Escalante, “serà cosa tan escusada, y dificultosa, como se puede entender por lo que se à referido de su poder y grandeza”<sup>190</sup>.

Com esta frase faz-se a ponte entre os dizeres do dominicano luso e os do capitão Diego de Artiela por interposto parecer de 1573. Se apenas atendermos à estrita lógica literária, é patente que a junção está longe de ser das mais conseguidas já que, ao transcrever o relatório do militar, Escalante insiste numa caracterização da geografia física chinesa, dos seus recursos, do seu governo, da sua gente, das suas idolatrias, da sua imprensa ou dos seus mecanismos defensivos a qual, para além de algo redundante e até menor, chega a ser contraditória. Porém, esta peça anexa não só responde na perfeição aos interesses daqueles que manobravam no sentido de consumir o avanço sobre a China a partir da base filipina, como confirma o acesso dos meios ultramarinos espanhóis da época a muitas das notícias correntes nos meios portugueses sobre o mesmo Império, a ponto de não ser de excluir que algumas delas procedam não dos mercadores mouros entrevistados por Artiela em Lução mas das páginas de João de Barros: por exemplo, outra vez a imagem dos exímios artífices do ferro, outra vez a imagem da superioridade visual dos chins sobre as demais nações, outra vez a imagem da antiguidade imemorial da sua arte tipográfica.

Especialmente novedio — e oportuno — é o inventário das capacidades militares da China, com uma infantaria de 300 mil homens e uma cavalaria de 200 mil, não contando as guarnições urbanas e fronteiriças. Diante disso, o capitão apenas pedia que lhe fosse concedido armar e abastecer dois navios de cerca de 250 toneladas providos de 40 soldados cada um. Com eles, dispunha-se a rumar àquele grande reino investido de embaixador e a regressar pelo caminho da Nova Espanha depois de ver o que houvesse para ver, a começar pelas perspectivas de trato.

Escalante apressa-se a aprovar o projecto e a acrescentar um punhado de justificações sobre a utilidade e a viabilidade de tal empresa: que aquele grande reino caía “en el distrito de la conquista de nuestro Rei catolico”; que, com o desembarcar-se

---

<sup>190</sup> Idem, *ibidem*, cap. XVI, ed. 1992, cit. fls. 95v.-96r. Ver idem, *ibidem*, cap. 16, fls. 94r.-96r.

aí uma embaixada, poder-se-ia reduzir o príncipe em questão ao governo da Santa Igreja Católica; que tudo seria muito fácil de fazer “pues ya nuestros Españoles se an auezinado tan cerca de aquel Reino, y la nauegacion à el es tã segura, y breue”; e que a retaguarda estava coberta tanto pelos meios disponíveis nos portos americanos de Acapulco e de La Navidad, como pelo conhecimento recém-adquirido do regime de ventos para a ida e para a volta<sup>191</sup>.

### *Escalante por Ortelius e Cruz por Román*

Antes de concluirmos com as citações explícitas do *Tractado das cousas da China* por Fr. Jerónimo Román, é obrigatório mencionar a notícia que aparece no verso da carta da China impressa na edição latina do *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius que se editou em Antuérpia em 1584 (“*III Additamentum*”)<sup>192</sup>. Enquanto o original do mapa em questão é hoje atribuído sem reservas a Luís Jorge de Barbuda, cartógrafo e cosmógrafo português activo durante a segunda metade do século XVI e que acabou ao serviço de Espanha<sup>193</sup>, é apesar de tudo mais arriscado afirmar quem tenha sido o autor da nota didáctica sobre o Império do Meio que o acompanha, se Barbuda, se Ortelius, se um dos agentes ou dos colaboradores próximos deste.

A fonte principal de tal texto não é outra que o *Discvrso de la navegacion de Escalante*, aliás como o reconhece de forma exemplar quem o fez. Por seu turno, disse-se que Luís Jorge conseguiu passar definitivamente para Espanha em 1579, altura em que deve ter transportado consigo a “pintura y descripcion de la China” que ofereceu como cartão de visita a Filipe II<sup>194</sup>. A questão está em que um “*pulcherrimum exemplar descriptionis Synarum regionis*” — até ver, o original ou uma cópia idêntica ao exemplar reproduzido por Ortelius — foi recebido em Roma pelo filólogo e orientalista Giovanni Battista Raimondi (c. 1540-1610) da mão de um enviado português antes de 28 de

---

<sup>191</sup> Idem, *ibidem*, cap. XVI, ed. 1992, cits. fl. 98r. Ver idem, *ibidem*, cap. XVI, fls. 96r.-100r.

<sup>192</sup> Anónimo, “CHINA”, no verso da carta “*CHINAE, olim Sinarum regionis, noua descriptio. auctore Ludouico Georgio*”, in Abraham Ortelius, *Additamentvm III Theatri Orbis Terrarum Abrahamvs Ortelivs geographiae studiosis [...], Antuerpiae Ambivaritorum*, 1584, fl. 93r.

<sup>193</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-3; *infra*, excurso 5 a este capítulo.

<sup>194</sup> Carta de Giovanni Battista Gesio a Filipe II, Madrid, 21 de Julho de 1579, Archivo del Instituto de Valencia de Don Juan, envío 44, doc. 159; transcr. in *PMC*, vol. 2, cit. p. 124. Ver também carta de Juan de Herrera a Juan López de Velasco, Lisboa, 21 de Agosto de 1581, transcr. in A. Cortesão, 1935, vol. 2, p. 282.

Fevereiro de 1576<sup>195</sup>. Como a obra de Escalante só sai entre estas duas datas e como Ortelius deve ter alcançado o seu manuscrito cartográfico pela via de Itália (caso contrário não identificaria Barbuda como “Ludouico Georgio”), parece-nos apesar de tudo mais provável que o resumo do *Discvrso* que se imprimiu na Flandres em 1584 tenha resultado de uma leitura feita nesse local ou na escala transalpina do título de 1577 ou da sua tradução inglesa de 1579<sup>196</sup>.

Quanto ao conteúdo desta descrição da China, ele não apenas traz expressa a sua dependência para com o “librillo particular de Bernardino Escalante en lengua Española” (tomamos esta e todas as demais passagens da primeira versão castelhana, editada em Antuérpia em 1588 com o título *Theatro de la Tierra Vniversal*<sup>197</sup>), como o faz para as “Decades Asiaticas” de João de Barros, o *Livro* de Duarte Barbosa, a *Relação* de Antonio Pigafetta, a carta de Janeiro de 1516 de Andrea Corsali e epístolas impressas dos jesuítas que não se identificam. De notar que, excepto Escalante, tudo o resto fora publicado pelo menos em parte por Ramusio na segunda edição das *Navigazioni et Viaggi* (1554) ou editado aí e também em italiano mas de forma autónoma, caso da *Década I* de Barros, de onde se extrairam as citações correspondentes<sup>198</sup>.

Deste modo, começa por se colher do *Discvrso de la navegacion* um pouco de tudo, ou seja, os nomes chineses da China, os seus limites, a temperança climática, a industriiosidade da gente, os recursos naturais, as produções agrícolas, o número de “ciudades famosas”, os seus traços urbanísticos e arquitectónicos fundamentais, os caracteres somáticos dominantes e os respectivos matizes, o traje e vários dos hábitos quotidianos e de cultura, a imprensa e as vocação universalizante da língua escrita, os

---

<sup>195</sup> Carta de Benito Arias Montano a Abraham Ortelius, Roma, 28 de Fevereiro de 1576 e carta de Benito Arias Montano a Abraham Ortelius, Roma, 11 de Julho de 1579, in E. W. Dahlgren, *Les débuts de la Cartographie du Japon*, Upsala, 1911, p. 44; cit. in A. Cortesão, 1935, vol. 2, p. 277, n. 1. Sobre a figura de G. B. Raimondi ver, *inter alia*, entrada “Juan Bautista Raimondi”, in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, vol. 49, Bilbao/Madrid/Barcelona, Espasa-Calpe, 1923, p. 400.

<sup>196</sup> Ver A. Cortesão, 1935, vol. 2, pp. 276-285; *PMC*, vol. 2, pp. 123-125; Díaz-Trechuelo, 1992, pp. 50-51. Cf. Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 818; Loureiro, 1994b, vol. 2, p. 1487; p. 1495, n. 1; Loureiro, 2000a, pp. 660-663.

<sup>197</sup> Abraham Ortelius, *Theatro de la Tierra Vniuersal de Abraham Ortelio, Cosmographo d’el Rey Nvestro Señor: con sus declaraciones traduzidas d’el Latin*, “CHINA”, Antuérpia, Christophe Plantin, 1588, fls. 93r.-93v. Todas as referências e citações a partir desta edição.

<sup>198</sup> Cf. Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 113; idem, *ibidem*, t. 2, Madrid, 1738, cols. 1173-1174; João Soares de Brito, *Theatrum Lusitanae Litteratum, sive Bibliotheca Scriptorum omnium Lusitanorum*, 1645, lit. L., n. 36; ref. in Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 3, ed. 1966, p. 107; Diogo Barbosa Machado, *ibidem*, vol. 3, ed. 1966, p. 107; Nicolás Antonio, *Bibliotheca Hispana Nova*, t. 1, ed. 1963, p. 35.

três caracteres seleccionados pelo clérigo cantábrico e o modo de escrita, a diversidade de embarcações e os modos de pescar, a centralização do poder e o papel do “Tutan”, a guerra com os tártaros, a força do exército e a diminuta belicosidade dos seus efectivos, a administração da justiça, a religião ou os dois tipos de sacerdotes.

Depois, da *Década* de 1552 passa o número de províncias e as impressões da riqueza superlativa do país, da habilidade mecânica dos homens e do volume de comércio da seda experimentado pelos portugueses em Liampó. De Barbosa passa a liberalidade, a correcção e os modos alemães do vestuário e da fala. Passa ainda o relato do fabrico da porcelana, o que é curioso porque com isto sacrificou-se o que Escalante copiara de Gaspar da Cruz. De Pigafetta passa o poder do rei, a fortaleza da cidade real e as exportações de almíscar. De Corsali acrescentam-se o ruibarbo e as pérolas. E dos jesuítas passa a incógnita sobre se os chineses afinal não seriam “los populos llamados em Ptolemæo Sinas”<sup>199</sup>.

Fechando o parêntesis imposto pela “disciplina do documento”, a derradeira nota. Não na primeira edição das suas *Repyblicas del Mvndo* (2 vols., Medina del Campo, 1575)<sup>200</sup>, mas na edição revista da mesma obra, que aparece publicada em Salamanca em 1595<sup>201</sup>, o agostinho Jerónimo Román fez um apanhado dos autores que um dia haviam consagrado o seu tempo ao tema chinês muito semelhante na forma àquele do jesuíta Pierre du Jarric com que abrimos este capítulo<sup>202</sup>. Na *Tercera Parte* desta obra vê ele “tres personas señaladas” em tais condições, o Pe. Francisco Xavier, o dominicano “fray Gaspar de la Cruz” e Fr. Martín de Rada — diga-se que Mendoza lhe merece uma alusão indirecta e desdenhosa no prefácio do volume em causa<sup>203</sup>.

Quando se lêem os quinze capítulos em que agrupa estes e outros testemunhos (Pigafetta a partir de Ramusio ou o próprio Escalante apesar daquela constatação de plágio que atrás referimos), observa-se que o trabalho de Fr. Gaspar é utilizado com

---

<sup>199</sup> Anónimo, “CHINA”, in Abraham Ortelius, *Theatro de la Tierra Vniversal*, Antuérpia, 1588, cits. fls. 93r. e 93v.

<sup>200</sup> Fr. Jerónimo Román, O.S.A., *Repyblicas del Mvndo Divididas en, XXVII. Libros. Ordenadas por F. Hieronymo Roman, frayle professo, y Cronista de la Orden de S. Avgustin. Natural de la ciudad de Logroño. Dirigidas ala S.C.R.M. del Rey Don Philippe, Rey de las Españas, nuestro Señor*, 2 vols., Medina del Campo, Francisco del Canto, 1575.

<sup>201</sup> Ref. *supra*, in n. 175 a este capítulo.

<sup>202</sup> Fr. Jerónimo Román, *Tercera Parte de las Repybricas del Mvndo*, Repyblica del Reyno de la China, cap. I — “Que ocasiones vuo para descubrirse este Reyno de la China, y quantos fueron los primeros que nos dieron relacion del”, Salamanca, 1595, fls. 210v.-213r.

<sup>203</sup> Cf. Gregório de Santiago Vela, *Ensayo de una Biblioteca Ibero-Americana de la Orden de San Agustín por el P. Gregorio de Santiago Vela de la Provincia del Smo. Nombre de Jesús de Filipinas. Obra Basada en el Catalogo Bio-Bibliografico Agustiniano*, vol. 3, Madrid, Imprenta del Asilo de Huerfanos del S. C. de Jesús, 1917, pp. 229-230; *idem, ibidem*, vol. 6, 1922, p. 671.

direito a referência a propósito dos deuses e dos sacerdotes<sup>204</sup>, das festas<sup>205</sup>, do enterramentos dos mortos<sup>206</sup>, dos estudos<sup>207</sup> e “de las cosas criminales”<sup>208</sup>. Se se analisar com cuidado, poder-se-á acaso perceber que o uso do português se estendeu a mais domínios que estes, mas o que cumpre destacar aqui é que, com tais citações, lhe foi permitido, senão emergir do anonimato, pelo menos erguer-se um pouco do limbo confrangedor em que vegetava há vinte e cinco anos. A precisa situação em que ainda o veio a encontrar Samuel Purchas por volta de 1625.

## 5. Actualizações cartográficas, c. 1551-c. 1590

Quer as indicações deixadas por Fr. Gaspar da Cruz quanto à tradução cartográfica de alegadas viagens lusas ao largo da província de Nanquim, quer a referência ao mapa da China de Luís Jorge de Barbuda incluído a partir de 1584 no *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius oferecem o pretexto para actualizarmos as breves notas sobre os mais destacados trabalhos de tipo cartográfico produzidos no Ocidente uma vez que havíamos interrompido tal exercício no termo da primeira metade do século XVI.

Desta vez, optamos por assinalar em conjunto as quatro décadas compreendidas entre 1551 e 1590 para que se não dane em demasia a visão de conjunto, a começar pela que às vezes respeita a um mesmo autor. Por outro lado, continua a constituir nossa opção centrar a análise nos espécimes manuscritos saídos das oficinas portuguesas ou daquelas no estrangeiro onde profissionais com esta nacionalidade exerceram a sua actividade, porquanto foi aí que se definiu a vanguarda da época no que aos perfis extremo-orientais diz respeito. Sucede igualmente que durante o intervalo em causa não se constata vazios como aquele que tínhamos tido nos anos de 1540, motivo da deriva de recurso que então se tornou obrigatório fazer através da cartografia francesa: tanto

---

<sup>204</sup> Fr. Jerónimo Román, *Tercera Parte de las Repvlicas del Mvndo*, República del Reyno de la China, cap. III — “De los Dioses, sacrificios, templos y sacerdotes que tiene el Reyno de la China”, Salamanca, 1595, fl. 214v.; idem, *ibidem*, cap. IV, — “De los sacerdotes que esta gente tiene, y de las fiestas que celebrã a sus dioses”, Salamanca, 1595, fl. 215v.

<sup>205</sup> Idem, *ibidem*, cap. IV, Salamanca, 1595, fl. 216r.

<sup>206</sup> Idem, *ibidem*, cap. V — “De los matrimonios de los de la China y como entierron sus muertos”, Salamanca, 1595, fl. 217r.

<sup>207</sup> Idem, *ibidem*, cap. X — “Del vso de las letras de los Chinas, y como graduan a sus letrados con otras cosas algunas”, Salamanca, 1595, fls. 223v e 224r.

<sup>208</sup> Idem, *ibidem*, cap. XV — “Prosigue lo tocante al proceder en los cosas de justicia principalmente en las cosas criminales”, Salamanca, 1595, fl. 234v.

sobrevivem exemplares assinados por portugueses ao longo de todas estas quatro décadas, como a *Ásia/China* lhes merece agora uma atenção em crescendo. Ainda assim, guarda-se oportunidade para pontualizar o fenómeno com objectos das escolas normanda, espanhola ou neerlandesa, por exemplo.

Sabemos que uma nova centralidade se constituiu em torno do Mar da China a partir da altura em que a retoma informal do trato luso-chinês da década de 1530 evoluiu para o *aggiornamento* relativamente pacífico frente ao Guangdong da década de 1550 e, enfim, para a formalização das escalas em Macau, entre 1554 e 1557. Em termos de cartografia portuguesa referente à *Ásia*, o tempo aqui encetado sucede ao de Gaspar Viegas e seus filiados, vindo marcado pela derradeira produção de Lopo Homem e pelas novidades oferecidas por quatro dos expoentes da última fase do período áureo da cartografia deste país, Diogo Homem, Bartolomeu Velho, Lázaro Luís e Fernão Vaz Dourado, este nada menos que o seu mais requintado autor de atlas iluminados.

Devem-se ainda quatro advertências preliminares. A primeira, a de que se o influxo de elementos patrocinado pelo incremento das viagens que demandavam os litorais chineses e pela invenção da rotas japonesas propiciou traçados cada vez mais completos das margens costeiras do Império do Meio, há que continuar a acautelar, em não poucos casos, um desfasamento temporal considerável entre o momento em que se recolhem os novos elementos e aquele em que estes são acolhidos pelos cartógrafos.

A segunda, a de que prossegue a tendência que se vinha verificando desde as primeiras décadas do século para subtrair da cartografia a exposição de dados histórico-económicos e, mesmo, aquela exuberante iconografia que contrariava a depuração geométrica em que a Renascença se revia por nem uma nem outra acrescentarem o que quer que fosse à capacidade instrumental que só a toponímia e a informação cosmográfica davam às cartas (tabelas de marés, regimentos de altura do sol, da lua ou do cruzeiro do sul, tal como as rodas que ajudavam a estabelecer o cômputo do calendário estão entre os elementos de carácter utilitário introduzidos)<sup>209</sup>.

A terceira, a de que se algumas parcelas do interior do continente vêm agora desvendadas, sobretudo no que respeita à rede hidrográfica, este tipo de conhecimento conserva-se impreciso e fragmentário, confundindo notícias com referências convencionais. Os interesses seguem focados no mar, não no *hinterland*, tanto assim

---

<sup>209</sup> A. Cortesão, 1935, vol. 1, pp. 369-370; Inácio Guerreiro, *Reflexos geo-económicos na cartografia do Oceano Índico e do Extremo Oriente dos séculos XIV a XVI*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Série Separatas — 230, Lisboa, IICT, 1993, pp. 16-17.

que entre os planisférios e os mapas à escala continental ou regional que observámos chegamos a encontrar uma carta em que o Mar da China assume um estatuto autónomo — a folha 17 do atlas anexo ao *Livro de Marinharia de João de Lisboa* (c. 1560) — e duas outras em que isso praticamente acontece para a confluência do Mar da China com o Oceano Pacífico — as cartas do Extremo Oriente, com o Japão e a parte Leste do Arquipélago Oriental, do atlas de anónimo-Diogo Homem de c. 1565 (folha 10) e do atlas de Diogo Homem de 1568.

A quarta advertência talvez devesse ter sido a primeira porque respeita à própria episteme. Em certo texto, João de Barros louva esses “rústicos pilotos” que “sem mais letras especulativas que ãa só doutrina praticada no convés de um navio, endereitam as derrotas, deminuem ou acrescentam os graus, emendam as alturas, de tal maneira reprovam as távoas do ilustre Ptolomeu, como se estudaram em algũa Universidade, e ele não em Atenas, onde gastou seus dias”<sup>210</sup>. Apesar das incongruências continentais em que depois se enredou, Gaspar da Cruz reitera este juízo ao aludir à superioridade das cartas de marear dos portugueses em relação aos clichés geográficos da herança<sup>211</sup>. É que, como vimos em qualquer dos apanhados que antes dedicámos à cartografia das oficinas lusas e conforme o continua a espelhar no pós-1550 uma toponímia quase toda ela de origem árabe ou malaia, a respectiva fonte de conhecimento do mundo oriental foi de natureza empírica, portanto pouco ou nada contaminada por aquele saber livresco que provocou noutras partes da Europa o emprego até muito tarde no século de nomes polianos como Cataio e Cipango. *Felix culpa*, como se tem dito com felicidade a propósito<sup>212</sup>.

### *Cartas manuscritas*

Abre este nosso inventário o planisfério de Lopo Homem de 1554 (Fig. 9)<sup>213</sup>. Recordar-se-á que naquele de Diogo Ribeiro de 1529 se deve ter inaugurado a referência a Cantão, que nos dois atlas anónimos de c. 1537 atribuídos a Gaspar Viegas

---

<sup>210</sup> João de Barros, *Panegírico da mui alta e esclarecida Infanta Dona Maria Nossa Senhora*, c. 1546, in João de Barros, *Panegíricos (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria)*, texto restituído, prefácio e notas por Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1943, cit. pp. 169-170.

<sup>211</sup> Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

<sup>212</sup> Thomaz, 1998, pp. 56-57.

<sup>213</sup> Lopo Homem, Planisfério, 1554, Instituto e Museo di Storia della Scienza, Florença (1 C.N.); rep. in *PMC*, vol. 1, est. 27. Ver *PMC*, vol. 1, pp. 67-68.

foi a vez de se avançar até ao “Cabo de Chincheo”, que a toponímia de Sanchoão se começa a generalizar com o mapa-mundo de Pierre Desceliers de 1542-1546, que no planisfério de Guillaume Brouscon de 1543 se dá a hipótese de uma representação pioneira da península coreana ou que, ao mesmo tempo que oferecia a novidade absoluta do arquipélago nipónico, o autor anónimo do planisfério da Biblioteca Vallicelliana de 1548-1550 estreava o traçado dos litoriais da China a Norte de Chinchéu. Recordar-se-á também termos dito sobre esta carta do mundo do patriarca dos Homens que aqui vêm dois ganhos de monta: a embocadura do Yangtze (assinalada pela inscrição “namqui”) e o nome “liampu” (por Liampó). Quanto a esta última escala, cabe lembrar como estava desarticulada havia quase uma década, que constava em texto pelo menos desde a *Enformação da chyna* de c. 1548<sup>214</sup> e que Barros já lhe estimara a latitude na *Primeira década da Asia*<sup>215</sup>. Quanto às escalas da “enseada do Nanquim”, temos o testemunho tardio de Fernão Mendes Pinto, que aí pretende haver navegado por volta de 1541-1542<sup>216</sup>. Mesmo que este aventureiro associe a esta denominação todo o Mar Amarelo a Norte do Golfo de Hangzhou, incluindo o Bo Hai (Golfo de Chihli) e o Mar do Japão, em qualquer caso damos outra vez conta de um largo hiato entre os momentos do hipotético desbravamento e do mais antigo registo cartográfico conhecido.

À parte Liampó e Nanquim, devemos assinalar os topónimos menos extremos referentes às “ilhas da veniaga”, de “Cam tam”, de “boa ventura” ou os que indicam “aqui fez rui lobo a veniaga”, “Chincheo” ou “lailo onde se fez a Veniaga”. Mas, sobretudo, devemos registar o desenho de uma linha de costa que, no seu conjunto, está mais próxima que nunca da linha de costa real deste limite continental. As inovações em sequência: um grande golfo, um promontório que passa pelo Shandong (“Xantom”, na *Década* de 1552, lembre-se), outro grande golfo onde se adivinha o de Bo Hai, uma península terminada por uma amálgama de ilhas que se ajusta aproximadamente à forma da Coreia não obstante representar o Japão, península esta que é prolongada para Norte por um litoral que corre paralelo ao meridiano de demarcação e já todo ele dentro do hemisfério espanhol. Sobre o sertão somente duas legendas em letra gigante: aquém de todas as escalas referenciadas a que diz “Sina regio”; e para a China do Norte a que traz “India extragãgẽ fluuiũ”. Sobre a superfície líquida assinala-se o “Mare chinorum”, a

---

<sup>214</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

<sup>215</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-2.

<sup>216</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. LXXI — “Como Antonio de Faria se partio de Liampoo em busca da ilha de Calempluy”, Lisboa, 1614, cit. fl. 79r.

Leste do qual surge um vasto arquipélago denominado “Os lequios” no lugar que deveria corresponder, esse sim, ao Japão<sup>217</sup>.

Deste exemplar de Lopo Homem passamos para duas das cartas do *Atlas Universal* de 1558 do seu filho Diogo, o planisfério e a carta do Extremo Oriente (desde a Índia ao Japão, com a Insulíndia)<sup>218</sup>. De fundamental, nota-se que se não há evolução face a esse seu imediato antepassado cartográfico, também não ocorrem perdas significativas: quer num quer noutra o prolongamento da costa chinesa para Norte de uma “mancha coreano-nipónica” feita de um misto de terra-firme e ilhas é, apesar do equívoco japonês, quase exacto nos contornos mas continua despido de quaisquer topónimos; por outro lado, a nomenclatura das escalas confirma quase sempre a do planisfério de 1554 com a sua ilha “Tinhosa” e “pilotaito” ao largo de Hainão, “Ruy Lobo”, “Lailo”, “Liampo”, “nãquy” ou a ilha “dos Ladrões” na boca do Bo Hai<sup>219</sup>.

É visível praticamente o mesmo na carta do Extremo Oriente (também da Índia ao Japão, com o Arquipélago Oriental) inserta no *Atlas Universal* de c. 1558 incompleto e inacabado cuja autoria é atribuída a anónimo-Diogo Homem<sup>220</sup>. Depois, tanto o planisfério como a carta do Extremo Oriente do *Atlas Universal* que Diogo Homem oferece em 1561 (ver Fig. 10) continuam a perpetuar o modelo que Lopo Homem conseguira transmitir para esta parte do mundo, sendo que a maior diferença está em que na carta regional de 1558 o que se queria que fosse o Japão se situa na extremidade da “*Leucorum Provincia*” enquanto na sua homóloga de 1561 esta designação desaparece porque as latitudes não vão até tão alto e é para o lugar da própria China meridional que como que transita o rótulo “Terra leucorr”. Entre as escalas registadas: “cantam”, “r. de cantam”, “chyncheo”, “lyãpo” e “nanquy” (a derradeira)<sup>221</sup>.

O segundo atlas anónimo no qual se reconhece a mão de Diogo Homem é aquele datado de c. 1565. Aí, tanto no planisfério com nas duas cartas que incluem troços do

---

<sup>217</sup> Ver, *inter alia*, A. Cortesão, 1935, vol. 1, pp. 346-348; Kammerer, 1944, pp. 208-209; *PMC*, vol. 1, p. 159.

<sup>218</sup> Diogo Homem, Planisfério e Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal* com 9 cartas e 3 folhas com elementos cosmográficos, 1558, British Library, Londres (Add. Ms. 5415-A); rep. in *PMC*, vol. 2, ests. 100D e 105. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 13-15.

<sup>219</sup> Ver, *inter alia*, Kammerer, 1944, p. 209.

<sup>220</sup> Anónimo — Diogo Homem, Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal* com 6 cartas e 2 folhas com elementos cosmográficos, c. 1558, BNP (Res. Ge. 5086); rep. in *PMC*, vol. 2, est. 156. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 49-51.

<sup>221</sup> Diogo Homem, Planisfério e Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal* com 13 cartas e 1 folha com elementos cosmográficos, 1561, Österreichische Nationalbibliothek, Viena (Codex Vindobonensis, 335); rep. in *PMC*, vol. 2, ests. 126 e 124. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 27-28; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 817; p. 817, n. 463.

Extremo Oriente (folhas 9 e 10) podemos observar quase em absoluto cristalizado o conceito geográfico que vinha do planisfério de 1554, situação a que, agora como antes, não será estranha uma carreira profissional como a deste Homem, realizada desde muito cedo longe das fronteiras portuguesas, sobretudo em Veneza (Figs. 11 e 12)<sup>222</sup>. No entanto, na carta do mundo há que notar o risco grosseiro de uma rede hidrográfica organizada em redor de um conjunto de três grandes lagos. Em 1568, no derradeiro atlas cuja autoria de Diogo Homem está comprovada, a dependência para com o padrão remoto de que acabámos de falar é reposta sem sobressaltos de maior, sobretudo no que toca à toponímia da carta regional (por exemplo, “a ueniaga”, “chincheo”, “Liampu” e “Nanqui”)<sup>223</sup>.

Excepcionais em todos os sentidos acabam por ser as legendas ajustadas ao interior do continente no respectivo planisfério, caso das que assinalam “Cataio”, “Cābalu” ou “Quinsai” (outra vez o “efeito Veneza”?...). Como no planisfério anterior, sai esboçada a presença de grandes lagos associados a rios, se bem que desta vez o sistema pareça compôr um corpo intercomunicante. Nas partes mais próximas do mar voltam as legendas de tipo moderno como “Leucorum terra”, “Nãqui” ou “China provintia”<sup>224</sup>. Fosse como fosse, quando se olha o invulgar mapa-mundo quase contemporâneo que Nicolas Desliens desenhou em 1566 com o Norte na base da carta, mesmo esses resquícios polianos do Diogo Homem de 1568 parecem deslizes de somenos importância: apesar do que fizera naquele seu outro mapa-mundo de 1541 e de neste caso estar a proceder à síntese dos conhecimentos mais avançados tidos à disposição dos sábios de Dieppe, Desliens não regista nenhuma escala identificável no litoral chinês, ignora a sugestão da península da Coreia que, para não irmos mais longe, se podia conferir no guia náutico de Brousson (1543), o sistema hidroográfico que vê correr mais próximo da antiga morada de Kubilai é o do Ganges, tanto como preenche a

---

<sup>222</sup> Anónimo — Diogo Homem, Planisfério, Carta com as costas desde o Golfo Pérsico ao Extremo Oriente e a parte Oeste do Arquipélago Oriental e Carta do Japão e parte Leste do Arquipélago Oriental, in *Atlas Universal* com 15 cartas e 4 folhas com elementos cosmográficos, c. 1565, Biblioteca Nacional Russa, S. Petersburgo; rep. in *PMC*, vol. 2, ests. 171, 177 e 178. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 57-60.

<sup>223</sup> Diogo Homem, Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal* com 22 cartas e 6 folhas com elementos cosmográficos, 1568, Sächsische Landesbibliothek, Dresden (MSCR. F 59a); rep. in *PMC*, vol. 2, est. 140A.

<sup>224</sup> Diogo Homem, Planisfério, in *Atlas Universal* com 22 cartas e 6 folhas com elementos cosmográficos, 1568, Sächsische Landesbibliothek, Dresden (MSCR. F 59a); rep. in *PMC*, vol. 2, est. 128C. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 31-32.

geografia terrestre da “Asie la Grande” só com nomes de gosto livresco — “Mangi”, “Zaiton”, “Quinsey”, “Can de Tartarie” ou “Cathay”<sup>225</sup>.

Recuamos agora alguns anos para pegar no fio da produção dos restantes mestres cartógrafos lusitanos. De 1559 temos as secções A e E do planisfério em pergaminho que André Homem, outro filho de Lopo Homem activo no estrangeiro, assinou em Antuérpia. “*Vniversa ac Navigabilis totivs Terraruvm Orbis Descriptio, cvm omnibvs portvbvs, jinsvlis, flvviis, promōtoriiis, statiobibvs, angvlis, ac sinibvs, adicta certissima, tvm latitvdinis, tvm longitvdinis gradvv dimensione vt nihil reliqvvm sit, qvod ad yvstvm cosmographiæ tractatvm spectare vide atvr*” (Descrição completa de todo o Orbe navegável, com todos os portos, ilhas, rios, promontórios, ancoradouros, angras e baías, e ainda a medida muito certa dos graus, tanto de latitude como de longitude, de modo a nada faltar que pareça convir a um completo tratado de cosmografia) é o título desta obra fundamental, a única conhecida deste cartógrafo e o maior planisfério náutico português da Renascença (1500 x 2940 mm).

A primeira das secções assinaladas, correspondente à parte superior esquerda da peça original e que, por ter sido cortada, acabou centrada numa grande “*Ynsula Siampagu*” rectangular que surge a dar figura à “*Cipangu*” de Polo, tem defronte as costas de “*Cathaya*” e “*Mangia*”, sensivelmente orientadas no sentido SO-NE e sem topónimo algum. Na outra secção, que é a que no original aparecia no canto oposto, repõem-se os contornos costeiros e boa parte da toponímia encontrados por Lopo Homem para o seu “*Sina regio*” (aqui apenas “*China*”). Ao largo, a Formosa (“*I. Ferosa*”) e as Riu-Kiu (“*Insulæ que dicuntur lequios*”)<sup>226</sup>.

De Bartolomeu Velho temos em datas próximas a carta do mundo em fusos em projecção polar que está na Bibliothèque Nationale de Paris (não assinada, c. 1560)<sup>227</sup> e a carta da Ásia que emparceira com outras três cartas universais — do Pacífico, do Novo Mundo e carta da Europa e África — no espólio do Instituto e Museo di Storia della Scienza de Florença (1561)<sup>228</sup>. Se bem que as diferenças de escala não permitam muito mais do que uma comparação superficial a propósito da parcela de território que nos interessa, ainda assim tal exercício dá-nos a ver a legenda “CHINA” escrita com

---

<sup>225</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-6.

<sup>226</sup> André Homem, secções A e E, in *Planisfério* (cortado em secções), 1559, BNP (Cartes et Plans, Rés. Ge. CC 2719); rep. in *PMC*, vol. 2, ests. 187 e 189. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 69-71.

<sup>227</sup> Anónimo — Bartolomeu Velho, Carta do Mundo em fusos em projecção polar, c. 1560, BNP (Res. Ge. D. 7824); rep. in *PMC*, vol. 2, est. 200. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 93-94.

<sup>228</sup> Bartolomeu Velho, Carta da Ásia, in grupo de 4 cartas universais, 1561, Instituto e Museo di Storia della Scienza, Florença; rep. in *PMC*, vol. 2, est. 204. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 95-101.

iguais maiúsculas e disposição e um traçado equivalente da linha costeira, o qual se diferencia de qualquer dos anteriores por inflectir no sentido SSE-NNO a partir da altura em que se dobra a península coreana em direcção ao Norte. Uma e outra tornaram-se famosas pela representação do arquipélago nipónico (apenas identificado na segunda carta), desenhado de forma muito melhorada no sentido N-S.

Na carta asiática temos confirmada a suspensão das referências toponímicas por alturas do Yangtze, repetindo-se várias escalas clássicas, caso de “I. tinhosa”, “aimão”, “cidade de cantão”, “I. da uiniagua”, “R. do sall”, “R. de rui lobo”, “ochimcheo”, “lequeo pequeno”, “I. fermosa”, “C. de sembor”, “R. de liãpoo”, “ho nanquim” e da “enseada de nãquim”. Contudo, a parte da figuração respeitante ao interior do continente é das mais interessantes. Primeiro, pinta-se uma malha hidrográfica que, um pouco como no planisfério de Diogo Homem de 1568, dá num único sistema composto por grandes lagos associados a rios que se imaginam separados por interflúvios baixos. Em segundo lugar, nos passos da cordilheira que assenta a fronteira entre a China e a Tartária — “Tartaria que confina coos chis”, além da qual está o “Catayo” — traça-se a Grande Muralha. Em terceiro lugar, marca-se um grande lago entre Pequim e a costa, lago esse explicado com a legenda “Cidade de samsi a qual se souerteo cõ 7: cidades e 153 pouoações no ano de 1557”. Como vimos pouco acima, Melchior Nunes Barreto evoca em carta de Janeiro de 1558 (impressa em Veneza em 1559) o medo com que recebera as “novas estranhas” das sete cidades da província de “Sanci” submersas por um cataclismo natural, relato a que Fr. Gaspar da Cruz voltaria no capítulo XXIX do seu *Tractado*<sup>229</sup>.

O convívio no *Atlas Universal* do “Livro de Marinharia de João de Lisboa” de um esboço da terra em projecção polar (20.<sup>a</sup> carta) e de uma carta do Extremo Oriente (a dita 17.<sup>a</sup> carta), ambas anónimas e contabilizadas entre as vinte de um conjunto datado de c. 1560, vem colocar algumas dúvidas que continuam por esclarecer (ver Fig. 13)<sup>230</sup>. Sem enveredarmos por uma análise de fundo, que implicaria conferir em detalhe todas as vinte cartas, temos que enquanto naquela o contorno grosseiro do litoral asiático virado a nascente tem pouco mais ou menos a mesma forma do que o que está na carta de Bartolomeu Velho com idêntica projecção, já na outra folha, lançada entre o Golfo

---

<sup>229</sup> Ver, *inter alia*, PMC, vol. 2, p. 96; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 817; Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, ed. 1997, p. 262, n. 594.

<sup>230</sup> Anónimo, Planisfério em projecção polar e Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal com 20 cartas* (in *Livro de Marinharia de João de Lisboa*), c. 1560, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa; rep. in PMC, vol 1, ests. 88A e 95B. Ver PMC, vol. 1, pp. 173-176.

do Sião e o Japão, os litorais da “China” têm sobretudo a ver com os registos de Lopo Homem, Diogo Homem e de Lázaro Luís — designadamente, semelhanças abissais com o planisfério de 1554 e a carta do Extremo Oriente de 1558 no que respeita à costa Norte da China, Léquias e Japão, enquanto boa parte das regiões continentais e insulares correspondentes, ou fronteiras, ao Sul da China como que têm um duplo próximo na carta do Extremo Oriente que está no atlas de Lázaro Luís de 1563 (fl. 6r., representando de Bengala ao “Reino de camtaom” mais “ho Reino de siaom ho Reino da china com todas suas prouinsias as Ilhas dos ladromis todo ho Iapaom” – Fig. 14)<sup>231</sup>.

Acrescentem-se a este propósito três coisas: (1) que nesta carta de Lázaro Luís se destacam de uma toponímia escassa os nomes de “chincheo”, “liampo” e “amcheo”, acima dos quais só estão o da “Emseada de nãqim” e o das “Ilhas dos ladromis” por não se chegar a perceber o Bo Hai; (2) que tanto na 17.<sup>a</sup> carta anónima de c. 1560 como no portulano de 1563 são desenhadas várias fortalezas ao longo da costa chinesa (para se ser exacto, respectivamente duas e três), sendo que a mais setentrional de Luís roça a latitude do Yangtze, acima da qual está cravado um pavilhão com quatro crescentes; (3) e que o horizonte compreendido entre o Sião e o Japão que surge na 5.<sup>a</sup> carta de um atlas anónimo de 1562 atribuído a Bartolomeo Olives volta a ser quase mimético dos protótipos portugueses que convergem na 17.<sup>a</sup> carta do atlas do nosso “Livro de Marinharia”<sup>232</sup>.

A cidade de Cantão, que merecera uma “vista” própria quer na carta anónima de c. 1560, quer no *Atlas Universal* de Lázaro Luís, tem nova representação (menos fortificada, mas nem por isso menos padronizada) na carta das costas do Extremo Oriente (fls. 18v.-19r., de Ceilão ao Japão, com o Arquipélago Oriental) do atlas atribuído ao cartógrafo e cosmógrafo Sebastião Lopes e datado de c. 1565<sup>233</sup>. O “Ilheo brãco”, “S. Joam” ou o “R. de boa uętura” enquadram esta porta da China marítima, marcando depois o litoral para Norte outros nomes como “R. de Rui lobo”, “Ochimcheo”, “C. de sembór”, “R. de liampoo” ou “o nanquim”. O remate é conseguido pelo traçado da embocadura do Yangtze, mais ou menos de acordo com a

---

<sup>231</sup> Lázaro Luís, Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal* com 13 cartas e 5 páginas com elementos cosmográficos, 1563, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa; rep. in *PMC*, vol. 2, est. 217. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 113-116.

<sup>232</sup> Anónimo - atrib. Bartolomeo Olives, Carta do Extremo Oriente e Insulíndia, in *Atlas* de 1562, Biblioteca Apostolica Vaticana, Roma (Cod. Urb. Lat. 283); rep. in *PMC*, vol. 2, p. 176, fig. 21.

<sup>233</sup> Anónimo — Sebastião Lopes, Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal* com 24 cartas e 19 páginas com elementos cosmográficos, c. 1565, Edward E. Ayer Collection, Chicago (Ayer M. S. maps 26); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 401. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 9-14.

forma sinalizada por Lázaro Luís em 1563, só que aqui com a bandeira islâmica substituída por uma única legenda que vale para esse e para todos os interiores: “TARTARIA”. Em compensação, se nem perfis urbanos, nem toponímia costeira surgem nos dois esboços de planisfério incluídos pelo filólogo, aventureiro, navegador, escritor de arquitectura naval e cartógrafo dileitante Fernando Oliveira na sua *Ars Nautica* de 1570 (o primeiro tratado enciclopédico sobre matérias navais escrito por um português), o rumo litorâneo da China vai aí acabar onde começa a massa de terra da península que está acima do Japão, numa baía imensa (o Bo Hai, a Baía da Coreia ou ambos?) posta além de uma foz do Yangtze “em cunha” como a que está em Luís e em Lopes<sup>234</sup>.

Depois dos mapas dos Homem, o segundo grande conjunto cartográfico que actualizou o perfil dos limites chineses veio assinado por Fernão Vaz Dourado entre 1568 e 1580. Apesar do seu elevado número, nas obras que dele sobreviveram verifica-se um padrão estável, decalcado com toda a evidência do que foi empregue por Lázaro Luís em 1563: uma forma conjunta dos litorais entre o Golfo de Tonquim e o Golfo de Hangzhou muito vizinha da forma exacta e fidelidade quase exemplar a uma sequência toponímica lida entre “ainao” ou a “I. tinhoza” e a “I. dos Ladrões”, no extremo oriental da “emseada de numqui”. Reservando ao seu mapa da Coreia de 1568 (encimado pela legenda que diz “Reinos da China”) o lugar próprio que lhe compete<sup>235</sup>, todas as cartas do Oriente da Ásia que rubricou entre 1570 e 1580, ou que sabemos serem suas sem termos assinatura, enquadram no espaço que vai de Ceilão ao Japão uma China em que domina o azul de múltiplas linhas de água correndo para vários pontos da costa, dão à vista pela primeira vez o nome de “macao”, assinalam com maiúsculas vermelhas “Ochincheo”, “Liampo” e/ou “Camtam”, assim como se caracterizam pelas dimensões exageradas e pela forma ovóide do estuário de Cantão<sup>236</sup>.

---

<sup>234</sup> Fernando Oliveira, Planisférios I e II, in *Ars Nautica*, 1570, Biblioteca da Universidade de Leyden (Cod. 41 Cat. Voss. Lat.); rep. in *PMC*, vol. V, ests. 525 A e 525 B. Ver *PMC*, vol. V, pp. 9-10.

<sup>235</sup> Fernão Vaz Dourado, Carta da Coreia e do Japão, in *Atlas Universal* com 14 cartas e 5 folhas com elementos cosmográficos, 1568, Fundación Casa de Alba, Madrid; rep. in *PMC*, vol. 3, est. 250. Ver *PMC*, vol. 3, pp. 9-12.

<sup>236</sup> Fernão Vaz Dourado, Carta do Oriente da Ásia, de Ceilão ao Japão, in *Atlas Universal* com 17 cartas e 3 folhas com elementos cosmográficos, 1570, Huntigton Library, San Marino, California (H.M. 41); rep. in *PMC*, vol. 3, est. 270; *ibidem*, in *Atlas Universal* com 15 cartas e 3 folhas com elementos cosmográficos, 1571, AN/TT, Lisboa; reprod. in *PMC*, vol. 3, est. 284; *ibidem*, in *Atlas Universal* com 17 cartas e 3 folhas com elementos cosmográficos, 1575, British Library, Londres (Add. Ms. 31 317); rep. in *PMC*, vol. 3, est. 306; *ibidem*, in *Atlas Universal* com 17 cartas e 3 folhas com elementos cosmográficos, c. 1576, BNL (Ilum. 171); rep. in *PMC*, vol. 3, est. 340; *ibidem*, in *Atlas Universal* com 12 cartas e 3 folhas com elementos cosmográficos, 1580, Bayerische Staatsbibliothek, Munique (Cod. icon. 137); rep. in *PMC*, vol. 3, est. 324. Ver *PMC*, vol. 3, pp. 13-16, 17-22, 23-26, 27-28 e 29-32.

Na maioria dos desenhos asiáticos produzidos por Vaz Dourado (1571, 1575, *c.* 1576 e 1580), tanto na terra chinesa como no “Aracam”, no “Siam” e na península indochinesa pintam-se pagodes com tecto de ouro, marcas das práticas budistas (em contraste, nas cartas de 1570, 1571, 1575, *c.* 1576 e 1580 há pavilhões lusos sobre Ceilão, Malaca, a “Costa de Moro” da Grande Moluca e o Japão e um pavilhão e/ou um escudo muçulmano sobre “Bemgala” e/ou o “Choromandel”, Samatra, Bornéu e Java; a partir do penúltimo destes atlas incluem-se as armas de Castela no Arquipélago). Na carta de 1575 desaparecem do interior da China os grandes lagos de onde até aí se quisera que tivesse origem a maioria do esqueleto fluvial do país, opção que prevalece nos dois mapas seguintes. Finalmente, em todas as suas cartas excepto na última está inscrita no Mar da China, à esquerda da rosa-dos-ventos e ao lado de uma longa carreira de ilhas, a seguinte legenda, também ela copiada do mapa de Lázaro Luís: “Costa de Luçois e Ilhas pela quall passou p[edro] Fidalguo vimdo de borneo em hũ Jumquo de chis correndo cõ temporall ao lomgo dela Foi tomar Lamao” — ”Lamao” pela ilha de Nan’ao, fronteira ao actual porto de Shantou, a qual era o *terminus* de parte das tradicionais linhas de navegação chinesas que demandavam a Insulíndia<sup>237</sup>.

Pertence ao muito menos notável cartógrafo Domingos Teixeira um planisfério de 1573 (com uma carta atlântica de *c.* 1570, a segunda das duas únicas espécies conhecidas de sua autoria)<sup>238</sup>. Apesar da data avançada, o modelo tomado para as costas que seguem da China à Coreia (tal como para o Japão) é o que transitara de Lopo para Diogo Homem. Como sempre, a escala deste tipo de mapas não possibilita grandes precisões toponímicas. Sobre o continente e sobre escudos portugueses, duas legendas maiores, “A CHINA” e “IAPAN”, o que era forçoso que confundisse o observador que não soubesse a posição do arquipélago e não conferisse as letras em miniatura. No que respeita à China, se o Bo Hai aparece sem nome ou nomes em redor, há menções que parecem trazidas de mapas mais ou menos próximos: “cidade de cantã”, “aqui fez rui lourenço a veniaga” (no sítio da baía de “Ruy Lobo” ou da “enseada preta”), “lailo onde [se fez a veniaga]” (no sítio de Chinchéu) ou “nanquim”.

Passam cerca de dez anos e no planisfério náutico anónimo de *c.* 1584 que Armando Cortesão atribui a Sebastião Lopes e os franceses a Pedro de Lemos<sup>239</sup> repõe-

---

<sup>237</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-3.

<sup>238</sup> Domingos Teixeira, Planisfério, 1573, BNP (Depôt 1.0.1); rep. in *PMC*, vol. 2, est. 238. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 121-122.

<sup>239</sup> Marcel Destombes, *La Mappemonde de Petrus Plancius*, Hanói, 1944, pp. 15-17; ref. in *PMC*, vol. 4, p. 18; Kammerer, 1944, pp. 212-213. Ver, *inter alia*, La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 214-

se um delta do rio das Pérolas proeminente e um litoral que daí em diante continua sem grandes recortes (e carregado de escalas conhecidas) até ao fundo estreito da “enseada de namquen” tal como tínhamos tido com Lázaro Luís, Fernão Vaz Dourado e o próprio Lopes *c.* 1565 (Fig. 15)<sup>240</sup>. A Sudeste da “China” (onde se crava um pavilhão luso com a cruz de Cristo) figura pela primeira vez na sua totalidade o arquipélago das “Filippinas”. Guardado nos arquivos da marinha francesa desde 1665, este planisfério teria enorme influência sobre a cartografia neerlandesa, assim se vê na carta do mundo publicada em Amesterdão em 1592 pelo cartógrafo, teólogo e ministro da Igreja Reformada Holandesa Pieter Platevoet, conhecido por Petrus Plancius (reeds. *c.* 1640 e 1669)<sup>241</sup>.

O derradeiro documento manuscrito a que fazemos referência neste intervalo cronológico é a carta com os litorais da Índia ao Sul da China (com a Insulíndia e as Filipinas) integrada no atlas de Bartolomeu Lasso de 1590 (truncado, pelo que se não sabe se existiria alguma carta com as costas setentrionais da China e o Japão)<sup>242</sup>. Apenas traz assinaladas quatro escalas entre a ilha de Hainão e a enseada de Cantão (novamente com uma reentrância desproporcionada e alongada em profundidade), depois da qual se remarcam algumas outras do Guangdong e do Fujian como “R. de boa ventura” (?), “R. do Sall”, “aqui fez Rui Lobo a veniaga” ou “lailo onde se fez a veniaga”. A partir do meio deste último percurso a linha da terra é acompanhada pelas ilhas do “lequio pequeno”, “Fromosa”, “dos Reis magos” e “Lequio grande”.

### *Cartas impressas*

À falta de uma representação consistente da China a Norte do Yangtze durante o período considerado por parte da cartografia manuscrita — algo que só surge numa das cartas integradas no Atlas de Ortelius de 1595, sobre um manuscrito de Luís Teixeira<sup>243</sup>

---

242; Francisco Contente Domingues, “Pedro de Lemos”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, p. 591 [Domingues, 1994c].

<sup>240</sup> Anónimo — Sebastião Lopes (?), Planisfério, *c.* 1584, BNP (Cartes et Plans, S. H. Archives n° 38); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 408. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 17-21.

<sup>241</sup> Ver *PMC*, vol. 3, pp. 97-98; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, p. 242; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 103-104.

<sup>242</sup> Bartolomeu Lasso, Carta da Ásia meridional, in *Atlas Universal* com 8 cartas (truncado), 1590, Collection W. A. Engelbrecht, Maritime Museum Prinz Hendrik, Roterdão; rep. in *PMC*, vol. 3, est. 365. Ver *PMC*, vol. 3, pp. 91-92.

<sup>243</sup> Ver *infra*, cap. 24-4.

—, coube ao antes introduzido Luís Jorge de Barbuda tentar fazê-lo naquele original de meados ou da segunda metade da década de 1570 que serviu de modelo ao mapa da China acrescentado à edição de 1584 do *Theatrum Orbis Terrarum* (“*III Additamentum*”)<sup>244</sup>. No entanto, e como logo se vê pelo seu título latino, mais até do que por esse ensaio sobre as escalas das latitudes superiores, estamos diante de um caso pioneiro pelo facto de se tratar de um exemplar exclusivamente dedicado ao Império do Meio (Fig. 16)<sup>245</sup>.

Começando pelos litorais, vê-se também de imediato que, para aquilo que esses podiam dispensar, o formato de Barbuda se aproxima muito dos de Lázaro Luís e Fernão Vaz Dourado. Na margem superior do Golfo de Hangzhou (no caso, na margem direita, porque o mapa tem o Oriente na base) está a recorrente “I. dos Ladrones”, fronteira ao Japão. Na área costeira situada para além daqui e ao longo das províncias de “Nanqvii” e “Xanton”, surgem oito topónimos junto ou a pouca distância do mar, um exercício que só tinha sido tentado por Diogo Homem nas suas cartas regionais de c. 1565 e 1568 para duas ou três escalas que não conseguimos decifrar nas reproduções que analisámos. Em todo o caso, trata-se de uma secção muito mais imprecisa e uniforme que a das províncias marítimas meridionais, bastando ler os nomes apostos à sequência em causa para se verificar como há mais dúvidas que certezas a respeito. De Sul para Norte, “Muhmou” (?), “Iamhuhu”, “Pochio”, “Sachiou”, “C. Tencheo”, “Cincheo”, “C. de Richeo” e “C. Liamton” (a península Liaodong, sem que se chegue a pronunciar a respectiva forma).

Sem menosprezar em absoluto este ensaio litorâneo, é indiscutível que Luís Jorge de Barbuda ganhou a aposta mercê da dimensão terrestre da China que tinha para oferecer. A lembrar o misto de segurança e de insegurança de João de Barros (e de Bernardino de Escalante), marca os locais mais prováveis ou menos improváveis das quinze províncias, assim como os de inúmeras cidades ou núcleos populacionais do interior, cujo estatuto vem identificado por um símbolo específico. As fronteiras estão delimitadas por um semi-círculo montanhoso, a parte Norte do qual reforçada pela Grande Muralha e explicada pela legenda que diz: “*Murus quadrigentarum leucarum, inter montium crepidinis contra Tartarorum ab hac parte a rege Chinæ, eruptiones extractus*” (Muro de quatrocentas léguas, construído entre as alturas das montanhas pelo

---

<sup>244</sup> Ver *supra*, n. 192 a este capítulo.

<sup>245</sup> Luís Jorge de Barbuda, Carta da China (c. 1575-1584), in Abraham Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia 1584; rep. in *PMC*, vol. 2, est. 239 A. Ver *PMC*, vol. 2, pp. 123-125.

rei da China contra as invasões dos tártaros por este lado). Uma densa rede hidrográfica sobrepõe-se a todo o território. Esta, apesar de ser por demais arbitrária (basta ver que, tal como na cartografia precedente, não foi ainda aqui que se entendeu o curso do Rio Amarelo), não é posta na dependência tributária de um grande lago. Certo que cinco lagos igualmente amplos e igualmente arbitrários pontuam a figura, mas os mesmos acabam por não patrocinar um sistema fluvial hierarquizado ou intercomunicante.

Na margem ocidental da China, sobre a terra dos “Bramas”, está um lago maior que todos os outros, coadjuvado pela legenda que repõe a história narrada por Melchior Nunes Barreto e já acolhida, ainda que de modo abreviado, na carta de Bartolomeu Velho em 1561 (e aí interpretada para o centro do país e não para os seus confins, como aqui): “*Lacus hic rotundus in Sancy prouincia, factus fuit inundatione A.º 1557. in quo submerse sunt ciuitatis septem; praeter opidula et pagos: & morta lium ingētem numerũ vno tantum puero in trunco arboris seruato*” (Este lago redondo na província de Shanxi, foi feito pela inundação no ano de 1557. Nele estão submersas sete cidades, além de vilas e aldeias, e grande número de pessoas, salvando-se apenas uma criança no tronco de uma árvore). Logo por cima destas linhas desenhou-se um par de carros à vela, mais uma ideia trazida da fonte literária principal que foi a *Terceira década*. A Norte da Grande Muralha está uma fileira de tendas que devem ser mongóis, estendendo-se o resto do mapa para Poente até Bengala, para o Sul até Malaca e o Norte de Bornéu, para Sudeste até às Filipinas e para Leste até ao dito Japão.

Falta abordar a questão da discutida fonte cartográfica chinesa sobre a qual teria assentado a novidade nuclear transmitida por Barbuda. Um ou vários dos documentos importados e analisados por João de Barros? Algum dos mapas ou das obras de carácter cosmográfico que os espanhóis começaram a enviar das Filipinas para a Península nos primeiros anos da década de 1570 e a que, por exemplo, o cartógrafo português poderia ter tido acesso através da cumplicidade que se sabe que manteve com D. Juan de Borja, o embaixador de Madrid em Lisboa? Algum outro mapa da China que pudesse ter circulado por aquelas alturas da segunda metade de Quinhentos em Portugal? Certo é que, indo por este caminho, não faltam possibilidades<sup>246</sup>. Contudo, antes disto preferimos pensar na hipótese de Luís Jorge ter tão somente tentado acertar a informação sobre os litorais emprestada pelo típico documento cartográfico português do seu tempo com as especulações sobre a geografia continental presentes em textos

---

<sup>246</sup> Ver, *inter alia*, Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 818-819; Loureiro, 2000a, pp. 662-663.

como os de Barros e Nunes Barreto. Como vimos, dos elementos decorativos seleccionados à legenda sobre a catástrofe meteorológica de 1557 ou à marcação das províncias, sobram pistas neste sentido, além de que, apesar de tudo, há ainda demasiadas soluções casuísticas ou convencionais — nos lagos, nos rios, até nos nomes das escalas mais a Norte — para que o tipo de inspirador tivesse sido outro.

O cartógrafo Luís Teixeira, mencionado pouco atrás por causa de um mapa a que voltaremos, escreveu a Ortelius a 20 de Fevereiro de 1592 para lhe oferecer várias cartas, entre as quais uma da China<sup>247</sup>. O impressor flamengo não a aceitou, talvez por entender que nada acrescentava à de Barbuda. No domínio da cartografia impressa deixava-se assim afirmado um patamar de inovação que, apesar de todas as fraquezas congénitas, só foi melhorado pelo mapa da Ásia de Jan Huygen van Linschoten (1596), em especial no que atendia às costas orientais chinesas, e que só pôde ser revisto na totalidade quando os jesuítas começaram a remeter o resultado das suas observações a partir do coração do Império. Por acréscimo, isto serve para que se dispense analisar em detalhe a história dos mapas divulgados pelos editores até 1584, já que não será difícil inferir qual o grau de incipiência que ia junto.

Neste capítulo, já referimos a gravura alusiva à Ásia incluída na *Cosmographia Universalis* de Sebastian Münster (1550), uma daquelas em que a ideia de um litoral chinês prolongado para Norte tal como trazida pelo *Planisfério de Cantino* (1502) é desbaratada pelo crédito que ainda se dá aos nomes antigos e ao perfil físico do Oriente dos mapas do século XV<sup>248</sup>. No mapa do Oriente que Giacomo Gastaldi cedeu a Ramusio para a edição de 1554 das *Navigazioni e Viaggi* os poucos topónimos e elementos modernos respeitantes à China que consegue diluem-se num formato que continua a ser basicamente tradicional<sup>249</sup>. Em 1564, Abraham Ortelius faz sair em Antuérpia um mapa-mundo em oito folhas no qual a massa asiática é sucedânea do mapa mural do mundo de Gastaldi de 1561 e da prosa da sua *La Universale Descrittione del Mondo*, a começar naquela terra fugidia de Anian e no estreito do mesmo nome: uma vem situada no Nordeste da Ásia, o outro separa-a da América do

---

<sup>247</sup> “[...] el portador lleva a Vossa Merçe dos piasas, delas descripciones, dela China y del Japan, las que aora nuevamente venieron en la verdad deseñadas como muestran afuera otras muchas que tengo y le mandare como le dirà el señor portador, y le prometo de hazer su libro mui copioso” — Carta da Luís Teixeira a Abraham Ortelius, 20 de Fevereiro de 1592, pub. in J. H. Hessels, *Epistolae Ortellianae*, Cambridge, 1887, p. 504; cit. in A. Cortesão, 1935, vol. 2, p. 266. Ver também: Mariana Lagarto, “Luís Teixeira”, in DHDP, vol. 2, 1994, p. 1019 [Lagarto, 1994c].

<sup>248</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-6.

<sup>249</sup> Ver Picchio, 1999, p. 341, n. 17.

Norte e ambos são inspirados no reino de “Aniu” de Marco Polo<sup>250</sup>. Três anos depois, Ortelius imprime ainda nesta cidade a sua própria *Asiae Orbis Partium maximae Nova Descriptio*. No canto inferior direito uma legenda latina confessa a utilização do mapa tripartido da Ásia de Gastaldi, publicado entre 1559 e 1561, mas basta uma análise atenta das secções a Norte dos 55° de latitude e do Sudeste para descortinarmos o mais relevante, ou seja, o modo como os traços polianos se sobrepõem aos de cartas portuguesas<sup>251</sup>.

No mapa-mundo que Gerardus Mercator estampou em Duisburgo em 1569, referido por “*Nova et aucta orbis terræ descriptio ad usum nauigantium emendate accommodata*” e marcado pelo sistema de projecção que tem o seu nome, a China e as Índias Orientais reforçam-se como objectivos apetecíveis tanto graças a um Oceano Árctico que faz crer na existência de passagens por Nordeste e por Noroeste da Europa, como em virtude da redução das longitudes da Eurásia ptolomaica. Contudo, se estes e outros arrojões o tornaram credor de merecida fama, as soluções que veio reivindicar para o Extremo Oriente continuaram a ser por demais equívocas entre outros motivos porque sempre que teve de optar entre o que traziam os modernos portulanos e o que lhe diziam Ptolomeu, Plínio ou os relatos medievais preferiu a solução conservadora. Como no domínio da cartografia impressa a influência teimava em exercer-se sem que os paradoxos contassem demasiado, quando Ortelius combinou este mapa com a sua carta asiática de 1564 para construir a “*Asiae Nova Descriptio*” que consta do *Theatrum* de 1570 o paradoxo institucionalizou-se: a sombra de Ptolomeu continuou a promover uma Ásia demasiado alongada para Oriente, de nada valendo aqui os elementos transpostos das cartas contemporâneas de Fernão Vaz Dourado<sup>252</sup>.

Este caso da grande carta do mundo estabelecida por Mercator em 1569 prova ainda que o apego à rotina por parte dos geógrafos de gabinete que monopolizavam a cartografia gravada extravasou a seu próprio terreno: veja-se o sem-número de arcaísmos daí retirados que pontuam a folha dedicada à Ásia do Sudeste do atlas iluminado que o catalão Joan Martines executou em Messina no ano de 1587 (folha

---

<sup>250</sup> Taylor, 1930, pp. 98-100; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 66-67; *Atlas das Descobertas*, ed. 1993, p. 365.

<sup>251</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6, n. 188; Bencardino, 1993, p. 53; Julian Davison & Tan Lay Kee, *Mapping the Continent of Asia*, Singapura, Antiques of the Orient, 1994, pp. 11-12.

<sup>252</sup> *Atlas das Descobertas*, ed. 1993, p. 370; Bencardino, 1993, p. 53; Davison & Lay Kee, 1994, p. 11. Ver também: Crane, 2002, pp. 121, 208, 216-224 e 242-249.

10)<sup>253</sup>. Outro dos mapas que a edição original do *Theatrum Orbis Terrarum* incluía foi o “*Tartariae sive Magni Chami Regni typus*”, onde a costa chinesa começa em “Chincheo” e evolui ao longo das províncias de “Cheqvan”, “Nanqvi”, “Xanton” e “Qvinci” (sobranceiro ao “Mare Cin”), fazendo estas, por seu turno, fronteira a Ocidente com o “Cataio”, o “Mangi” e o “Ania”.

Apesar das vicissitudes e da lentidão do processo de que foi protagonista, ainda assim há que reconhecer a maneira como o impressor Richard Hakluyt se esforçou por divulgar uma cartografia menos apegada do que todas estas ao velho: depois de, junto a uma legenda que o desculpa, reproduzir nas *Divers voyages* (1582) o em muitos aspectos da Ásia quase ptolomaico mapa-mundo de Robert Thorne de 1527<sup>254</sup>, nas *Principall navigations* (1589) insere uma adaptação do mapa-mundo de Ortelius de 1564<sup>255</sup>, acabando por enriquecer o segundo volume das *Principal Navigations* (1599) com o interessante planisfério de Edward Wright e Emery Molyneaux, aquela “true hydrographical description of so much of the world as hath beene hetherto discovered and is come to our knowledge” que reformulou todos os “Cathay Regio”, “Cathao Orientalis” ou “Mãgi pruinca” dos dois mapas anteriores e fez o melhor que pôde para dar dos litorais da China e da Coreia as singraduras e as formas que julgava certas<sup>256</sup>.

A necessidade de atender a um público para o qual se tornavam demasiado dispendiosas e pouco práticas as edições-padrão da colectânea de Ortelius esteve na origem do resumo do *Theatrum* publicado entre 1577 e 1585 sob o título de *Spiegel der Werelt* (seis edições em holandês, francês e latim). A partir de 1588, este passou a ser designado por *Epitome theatri orbis terrarum*, o título que consagraria aquele que, até

---

<sup>253</sup> Joan Martines, Carta da Ásia do Sudeste, in *Atlas* de 21 folhas, 1587, BNM (Vit. 4-20); rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 65. Ver La Roncière & Mollat du Jourdin, *ibidem*, pp. 242-243; Rodolfo Núñez de las Cuevas, “Historia de la cartografía española”, in *La cartografía de la Península Ibérica i la seva extensió al continent americà. Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia – 2on curs*, organitzat per l’Institut Cartogràfic de Catalunya i el Departament de Geografia de la Universitat Autònoma de Barcelona, 11-14 de febrer de 1991, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991, p. 171.

<sup>254</sup> Robert Thorne, “*Orbis Vniuersalis Descriptio*”, in Richard Hakluyt, *Divers voyages touching the discoverie of America*, Londres, 1582; rep. in Parks, 1928, fig. 14. A legenda do canto inferior direito avisa: “This is the forme of a Mappe sent 1527. from Siuill in Spayne by maister Robert Thorne marchaunt, to Doctor Ley Embassadour for king Henry the 8. to Charles the Emperour. And although the same in this present time may seeme rude, yet I haue set it out, because his booke coulde not well be vnderstood without the same. The imperfection of which Mappe may be excused by that tyme the knowledge of Cosmographie not then beyng entred among our Marcautes, as nowe it is”.

<sup>255</sup> Mapa-mundo sobre original de Abraham Ortelius, “*Typvs Orbis Terrarvm*”, in Richard Hakluyt, *Principall navigations*, Londres, 1589; rep. in Skelton, 1974, pp. 60-61, fig. 4.

<sup>256</sup> Edward Wright & Emery Molyneaux, mapa-mundo, in Richard Hakluyt, *Principal navigations*, vol. 2, Londres, 1599; rep. in Skelton, 1974, pp. 62-63, fig. 5. Ver Parks, 1928, pp. 72-73; Skelton, 1974, pp. 54-55 e 60-63; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, p. 31; Moreland & Bannister, ed. 1995, p. 147.

1598, foi o único atlas de bolso do mercado. Todos os mapas muito simplificados que aí se publicaram até 1601 foram da responsabilidade do gravador Philip Galle e vieram acompanhados por curtos textos da autoria de Pieter Heyns. Como a carta de Luís Jorge de Barbuda havia sido entretanto editada, é sobre o seu esboço que se grava o mapa “*China Regio Asie*” que fomos encontrar no exemplar editado em Antuérpia em 1589 (ver Fig. 17)<sup>257</sup>.

O sacrifício imposto pelos 80 x 100 mm que tem nota-se, desde logo, nas sete e não quinze províncias nomeadas. Insensível a outras fontes que não a de 1584, tudo o resto constitui uma mera “limpeza” deste desenho<sup>258</sup>. Curiosamente, na edição da *Historia* de González de Mendoza publicada em Bolonha em 1589 vem um mapa das costas chinesas diante do qual o de Barbuda/Galle passa por perfeito (Fig. 18)<sup>259</sup>. Fora de toda a dúvida uma peça de propaganda missionária, é dominado por um enorme estabelecimento europeu encimado por uma cruz. Pelas margens dispersam-se alguns edifícios mais, às vezes rematados por pináculos. Diante deles e sobre a legenda interior que diz “Sisuan” jaz uma figura que só pode ser a de Francisco Xavier. O país encontra-se delimitado por uma cadeia montanhosa contínua, neste caso conforme a mesma orientação cardeal dos mapas de Ortelius, enquanto a “Quinsai” de Marco Polo é colocada num local errado, a Norte, e a uma distância mínima de “Zaiton”. Entre o continente e o Japão passa um junco que quase parece uma galé<sup>260</sup>.

---

<sup>257</sup> Luís Jorge de Barbuda & Philip Galle, “China: regio Asie” (Mapa da China), in *Epitome theatri orteliani, praecipuarum orbis regionum delineationes, minoribus tabulis expressas...*, Antuérpia, Christophorus Plantinus, 1589, fl. 85r.; rep. in Suzanne Daveau, “O novo conhecimento geográfico do Mundo”, in Caetano (coord.), *Gravura e conhecimento do mundo*, 1998, p. 187, fig. 104. Cópia equivalente na nossa Fig. 17; rep. in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 13/14, Janeiro/Junho 1991, p. 142.

<sup>258</sup> Davison & Lay Kee, 1994, p. 12; Moreland & Bannister, ed. 1995, p. 100; Daveau, 1998, pp. 144-145.

<sup>259</sup> Anónimo, “Il Gran Regno della China” (Mapa da China), in Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Il gran regno della China, nuovamente dalli Reverendi Padri di S. Agostino, S. Francesco, & Giesù, discoperto, doue si ha piena relatione del sito, costumi, numero di Città, é Terre, che in detto Regno si ritrouano, si come nel disegno appare. Et s’intende come quei popoli sono disposti di voler accettare la Santa Fede Christiana, con alcuni miracoli occorsi nuoamente à esaltatione di Sancta Chiesa. Piu si narra dell’isole del Giapon, con il sito loro, e tutto quello s’appartiene a quei Regni. Con l’arriuo d’essi signori giaponesi à Goa. Cauati dall’oroginali dedicato alla Santità do Nostro Signor Sisto Quinto. Stampata in Bologha 1589*; rep. in Federico Romero & Rosa Benavides, *Mapas antiguos del mundo*, Madrid, Edimat Libros, 1998, p. 155. Ver *infra*, cap. 12-1.

<sup>260</sup> Cf. Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 819-820.

## **6. Mercadores, cronistas e missionários das décadas de 1560 e 1570 em balanço**

A ocasião de um contacto mais estreito do que nunca com a realidade chinesa concedida pela recém-instituída presença permanente em Macau fez das décadas de 1560 e 1570 um tempo em que a composição do retrato daquela entre os europeus assumiu contornos em boa parte definitivos. Soma-se a isto que Portugal, o país do Ocidente que desde os alvares de Quinhentos tinha vindo a funcionar como primeira porta para a entrada das notícias da China na Europa, aprofundou durante a vintena de anos em causa o interesse pela publicitação dos assuntos orientais, um fenómeno em larga medida explicado pela parcela de responsabilidade que lhe coube no movimento mais vasto por via do qual a Península Ibérica se afirmou de forma ímpar na geografia cultural europeia. Em resultado disto tudo, mas também de uma série de factores conjunturais desencontrados — estratégias missionárias específicas, o assentamento espanhol nas Filipinas ou a descoberta de uma vocação marítima por parte da nação inglesa, por exemplo —, quando começa a segunda destas décadas conseguimos ter algo em absoluto inédito na história literária da Europa: a individualização do tema chinês enquanto objecto.

Note-se ainda que o momento em que tal acontece coincide com aquele em que a grande imprensa cosmográfica do Velho Mundo deixa de ter por principais referências a historiografia peninsular, a epistolografia dos jesuítas ou as recolhas algo avulsas de Ramusio, para se centrar nos critérios editoriais que interessam mais do que nada ao “eixo” Londres-Países Baixos. No entanto, e falando apenas da China, se mudam os senhores da cultura mais influente e as suas opções propagandísticas, nem por isso se altera demasiado a qualidade das leituras propostas. Basta-nos ler Hakluyt ou os editores secundários que gravitaram à sua volta para reencontrarmos, quase intacta, a observação realista pontuada de apologias rotineiras ou de correcções cirúrgicas às cruezas menos edificantes, conforme o típico documento luso (ou avalizado pelo tutela apostólica do Império luso) que se consolidara nos anos de 1540 e 1550 e que triunfou durante o período que agora sintetizamos.

Dividimos os textos que destacámos ao longo dos três últimos capítulos entre os que foram produzidos, divulgados ou baseados em linhas assinadas por religiosos e aqueles do tipo da crónica oficial ou do memorialismo officioso e laico. Por motivos atrás explicados, enquanto as prosas ou os ditados de mercadores ou cavaleiros da

fortuna como Amaro e Galiote Pereira nos parecem fazer sentido dentro do primeiro destes conjuntos por terem sido tramitados pelos padres jesuítas, já os discursos afectos à *materia medica* de Garcia de Orta e de Cristóvão da Costa conseguem suficientes pontos de contacto com o segundo dos grupos, de tal modo que lhe podem ser anexados. Depois, existe uma dimensão complementar que importa ter sempre presente: a da intensa endogamia da maior parte destes escritos. Esta funciona em todos os sentidos possíveis: novas e antigas informações recolhidas no terreno que influenciam textos de gabinete; antigos textos de gabinete que influenciam novos textos de gabinete; antigos textos baseados em observações em primeira mão que influenciam novas recolhas originais: e, ainda, antigos e novos textos de gabinete capazes de influenciar outros onde sobressai mais uma experiência inédita na China.

Assim sendo, principiamos pela lista dos nove documentos que exibem de um modo mais ou menos evidente os sintomas de uma vocação ou de uma chancela missionária. São eles a *Enformação* de Amaro Pereira/Baltasar Gago (1562), as três cartas chinesas de Manuel Teixeira (1563, 1564 e 1565), a segunda parte dos *Comentarios* de João de Escobar (1564), a carta cantonense de Escobar a Teixeira (1565), o *Tratado* de Galiote Pereira (1553-1565), o *Tractado das cousas da China* de Gaspar da Cruz (1570) e o *Discvrso* de Bernardino de Escalante (1577). Destes, apenas os três últimos foram editados. No campo paralelo dos discursos de carácter laico temos a *Terceira decada* de João de Barros (1563), o *Tratado dos descobrimentos* de António Galvão (1563), as *Lendas da India* de Gaspar Correia (c. 1563), a quarta parte da *Chronica de dom Emanuel* de Damião de Góis (1567), o sumário sínico do *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jerónimo Osório (1571), os *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque* de Brás de Albuquerque (1576), além dos ditos *Coloquios dos simples* de Garcia de Orta (1563) e *Tractado Delas Drogas* de Cristóvão da Costa (1578). Por contraste, destes outros oito só Correia foi privado da imprensa.

Se é certo que esta dualidade de oportunidades atesta uma relativa secundarização do registo em primeira mão face à crónica patrocinada pelo poder régio ou nobiliárquico e escrita longe do teatro dos acontecimentos, não é menos verdade que os conteúdos que descolaram de uma experiência no Oriente foram, em geral, colhidos nas próprias terras da China depois de um tempo de permanência muito mais longo do que tinha sido norma até então. A primeira vez que uma narrativa de Amaro Pereira chega à Europa, vem pela via de Goa. Dificilmente Galiote Pereira terá podido fazer muito mais do que um esboço das suas observações enquanto permaneceu em solo

chinês porque passou a Malaca pouco depois de ganhar a liberdade. E é bastante provável que Gaspar da Cruz tenha escrito o grosso do volume que deixou em herança quando já se encontrava em Portugal. Não obstante, a grande vantagem de qualquer destes três autores reside no que transmitem a propósito das semanas, dos meses ou dos anos que passaram na China, tanto assim que constituem os principais escritos da época marcados por uma incursão no Reino do Meio.

O Indostão e a praça malaia perdem um pouco do seu papel enquanto plataformas para a criação de factos literários, o que não impede que continuem a executar uma arbitragem essencial: não se trata apenas das escalas goesas e malaias da *Enformação* de Amaro Pereira e do *Tractado* de Galiote Pereira, porque também duas das três cartas do padre Teixeira seguiram para Goa, foi para aí que foram os *Comentarios* de Escobar, terá sido aí que Galvão soube de vária da matéria inédita que transmitiu, tanto como foi aí que Gaspar Correia e Garcia de Orta viveram e escreveram e que Orta editou. O terceiro ponto de apoio básico do circuito continua a ser aquele que, ao mesmo tempo, serve a Europa de quase todas as novidades que há para dar em impresso, *i.e.* Lisboa (falta só a Évora de Cruz, a Burgos de Cristóvão da Costa e a Sevilha de Escalante, sendo que nestas duas últimas se publicaram apenas as reescritas que se conhece).

Veneza divulga Galiote em 1565, uma década antes de se começar a interessar por Orta e a cerca de vinte anos de distância da derradeira — e igualmente sua — tradução italiana de toda a temporada, a do *Tractado* de Costa. Por essas alturas em que editam *A discourse of a discoverie for a new passage to Cataia* de Humphrey Gilbert (1576) ou o *Hydrographical Discourse of the Five Ways to Cathay* de William Bourne (in W. Bourne, *Regiment of the Sea*, Londres, ed. 1580<sup>261</sup>), os prelos ingleses dão o *Tratado* de Galiote (1577) e o sucedâneo do *Tractado* de Gaspar da Cruz e da parte alusiva à China da *Década III* de João de Barros que representou o *Discvrso* de Escalante (1579). Galiote Pereira reimprime-se aí em 1599, Galvão tem uma primeira

---

<sup>261</sup> O título da edição original: *A Regiment for the Sea; Conteyning most profitable Rules, Mathematical experiences, and perfect knowledge of Navigation, for all Coastes and Countreys, most needful and necessary for all seafaryng Men and Travellers, as Pilots, Marines, Merchants, etc., exactly derived and made by William Bourne*, Londres, Thomas Dawson, 1573. O “Discourse” de Bourne aparece traduzido para castelhano sob o título *Discurso hydrográfico sobre la navegación al Catayo*, integrado na *Hydrografía* de Andrés de Poza: *Hydrografía la mas cvriosa qve hasta aqvi ha salido a luz, en que demás de vn derroteo general, se enseña la nauegación por altura y derrota, y la del Este Oeste: con la Graduación delos puertos, y la nauegación al Catayo por cinco vias diferentes*, Bilbao, Mathias Marès, 1585. Ver, *inter alia*, Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 14, 1962, p. 48; Taylor, 1930, pp. 42 e 155-161; Parry, 1968, pp. 344-345; Broc, ed. 1986, p. 66; González-Aller Hierro, 1998, pp. 34-35.

edição britânica abreviada em 1601 e uma segunda em 1625, quando Galiote volta a sair neste país e Cruz se estreia. As principais traduções, adaptações ou extensões do nosso conjunto de originais esgotam-se nos volumes em latim que difundem Jerónimo Osório (Roma e Colónia), Garcia de Orta e Cristóvão da Costa (Antuérpia), naqueles em francês que difundem os mesmos Osório (Genebra e Paris), Orta e Costa (Lyon) e na versão holandesa do *De rebus gestis* que sai em Roterdão. O deslizamento do controlo hegemónico deste fenómeno do Sul ibérico e itálico para a Europa do Norte é, de novo, a evidência mais forte.

Persiste ao longo das cerca de duas dezenas de anos em apreço um desacerto irresolúvel entre a relativa actualidade dos conteúdos pertencentes ao primeiro conjunto de fontes e a relativa antiguidade das informações que serviram para escrever aqueles do segundo. Há a lembrar que o texto do *Tratado* de Galiote deve ter sido fechado em meados da década de 1550, ou que transcorreram cerca de quinze anos entre o momento em que Gaspar da Cruz conheceu Cantão e aquele em que se publicou o seu livro. Por outro lado, Barros tem à sua disposição em 1563 documentos chineses capazes de revolucionar boa parte das percepções da geografia do país dos Ming. Em 1567, Góis vale-se da sua memória pessoal e de escritos inéditos vindos do Oriente para contrabalançar várias das ideias nada originais que se dispunha a reproduzir. E quanto a Orta, este demonstra-nos ter sido capaz de saber da boca do venerando Diogo Pereira de coisas do mundo comercial da Ásia Extrema que ninguém soubera ecoar assim antes de 1563. Porém, nada disto é suficiente para escamotear a norma. É que enquanto o padre Gago não espera pela libertação de Amaro Pereira para ter anotada a relação do seu longuíssimo cativo, ou enquanto Escalante parece não ter tido tempo para corrigir as contradições entre a recente carta de Diego de Artiela e o que acabava de transcrever do *Tractado das cousas da China* e da *Terceira decada da Asia*, temos que Correia, Osório, Brás de Albuquerque ou os próprios Barros, Góis e Orta subsistem numa dependência por demais evidente de relatos ou de textos dos anos dez, das cartas dos prisioneiros cantonenses dos anos vinte e trinta, de escritas mais filosóficas que antropológicas como o *De gloria* ou de outras tantas recriações transactas de biblioteca como a *Historia da India* de Castanheda.

Uma discrepância tão essencial como esta acabou por não afectar demasiado nem o arranjo, nem os princípios e os valores que nortearam a selecção dos conteúdos. Em traços gerais, o modelo em vigor é idêntico ao que fora apurado pelos registos jesuítas das décadas de 1540 e 1550, tentando obrar-se uma síntese quanto possível

objectiva da geografia, da história, da etnografia e da economia chinesas, mesmo nos casos em que o discurso próprio das crônicas repete o esquema em que a dupla Cantão-Reino surge presa a uma sequência narrativa de tipo historiográfico. Deparamos sempre com situações excepcionais, como quando a *Enformação* de Amaro Pereira, o *Tratado* de António Galvão ou os *Coloquios* de Garcia de Orta concedem um relevo inusitado à vida material. Outro sinal de divergência consistiu na relativa subalternização da modernidade pelo antigo em que insistiram Galvão, Orta ou Gaspar da Cruz a propósito dos problemas da geografia continental asiática. O autor do *Tratado dos descobrimentos* é ainda responsável por alguns dizeres fabulados a propósito do expansionismo marítimo chinês. Para Amaro e Cruz os passos mais vulneráveis das montanhas da Tartária são guardados por gigantes, tal qual vinha em certas lendas medievais. Por seu turno, tanto Góis como Fr. Gaspar recolocam interrogações várias sobre a hipótese de uma anterior cristianização da China, assunto sobre o qual todos os demais fazem silêncio. Enfim, ao inventarem um episódio de embaixada ou uma visita à China para que os respectivos louvores ao país e ao povo saíssem com mais efeito, Brás de Albuquerque e Cristóvão da Costa descubrem uma veia novelesca que anuncia outras eras, mas que tem ainda pouco a ver com uma prosa entre o espontâneo e o moderadamente intencional como é a que lemos aqui.

Como se disse a abrir, o conjunto de dados sobre a China que agora foram concedidos ao público europeu — manuscritos, inclusive — superou em muito um saldo algo precário como o da década de 1550. Amaro Pereira/Baltasar Gago, Manuel Teixeira, Galiote Pereira, Cruz, Barros e Galvão, por exemplo, recolhem ou combinam informações essenciais sobre a divisão provincial, as redes urbana e fluvial e os limites fronteiriços. A experiência dos cativos de 1549 que foram Amaro e Galiote permite conceber um retrato muito mais fiel do Guangdong/Guangxi e do Fujian interiores, passando-se um pouco o mesmo com os litorais entre o Golfo de Tonquim e o Zhejiang, acima dos quais até a cartografia de finais da década de 1580 terá ainda muitas dificuldades de perscrutar. O sítio, as defesas e o edificado da cidade de Cantão, esquadrihados por Barros à custa do relato de Fernão Peres de Andrade ou vistos por Correia a partir do texto de Castanheda, são confirmados pela visita atenta de um Gaspar da Cruz.

A soberania indisputada do imperador, bem como a máquina político-administrativa e a polícia do Império reaparecem analisadas e enaltecidas por quase todos, salvando-se os reparos suaves de Cruz às exceções ao recrutamento por mérito e

à isenção de alguns funcionários e a raiva de Amaro Pereira, torturado quanto baste para que não seja difícil imaginar nem as razões de um veredicto dado a contracorrente, nem como lhe pareceria risível o julgamento em favor da justiça chinesa concluído por Orta depois de folhear um código de direito chinês à sombra dos palmeiros de Goa. Outro registo que continua a fazer escola é aquele sobre os modos cortesões, as rotinas requintadas, o apego à razão e a capacidade intelectual do povo (Teixeira, Galiote, Barros, Góis, Osório, Orta ou Cruz, como nova excepção por Amaro).

Também continuam a ser aprofundados os tópicos da língua, da antiguidade da imprensa, do currículo escolar, da capacidade bélica e da aptidão guerreira dos chineses, tópicos estes passados à primeira linha das preocupações e devidamente ajustados por quem teve em mente objectivos missionários, diplomáticos ou militares ou fez eco deles de modo algo mais inconsciente (Amaro, Teixeira, Escobar, Galiote, Cruz, Escalante, Barros, Góis e Osório). Sobremaneira aprofundado vêm ainda os motivos das festividades, do calendário e da vida religiosa desta remota gente oriental, acabando bem nítida a percepção do budismo e do taoísmo em paralelo à das várias demonstrações de sincretismo da religião popular e sendo esgrimida, com maior ou menor intencionalidade, a ideia de que os respectivos sacerdotes ocupam um lugar irrelevante na ordem social (Amaro, Teixeira, Galiote, Barros, Góis, Osório, Cruz e Escalante).

## CAPÍTULO 12

### **Propaganda hispano-mendicante, benção papal e censura luso-jesuítica na *Historia de China* de Fr. Juan González de Mendoza, 1585-1586**

O agostinho espanhol Juan González de Mendoza (1545-1618) ocupa, por via da hipercitada *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran Reyno de la China* (Roma, 1585<sup>1</sup>; ed. ampliada, Madrid, 1586<sup>2</sup>), um lugar de tal modo destacado entre os aprendizes de sinólogo do século de Leonardo e de Magalhães que nos eximimos de lhe conferir a obra e a personalidade com uma atenção equivalente àquela que achámos dever dedicar à generalidade dos autores seus contemporâneos igualmente responsáveis pela produção do conhecimento europeu sobre a China mas menos solicitados pela fama. Para quem quiser seguir por aí, existem sínteses de referência como as que Charles Boxer e Donald Lach dedicaram ao assunto<sup>3</sup>. Por certo algo distantes no tempo e sempre passíveis de correcções e acrescentos, estas são, no entanto, já correctas e completas o suficiente para tornar redundantes novas desmontagens de fio a pavio de um texto lido e relido como a *Historia del Reyno de la China*.

---

<sup>1</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran Reyno de la China, sabidas assi por los libros de los mesmos Chinas, como por relacion de Religiosos y otras personas que an estado en el dicho Reyno. Hecha y ordenada por el muy R.O. Maestro fr. Ioan Gonzalez de Mendoza de la Orden de S. Agustin, y penitenciario Appostolico a quien la Magestad Catholica embio con su real carta y otras cosas para el rey de aquel reyno el año 1580. Al illvstrissimo S. Fernando de Vega y Fonseca del Consejo de Su Magestad y su presidente en el Real de las Indias. Con vn itinerario del nuevo Mundo. Con Privilegio y licencia de su Sanctidad. En Roma, a costa de Bartholome Grassi, 1585 en la Stampa de Vincentio Accolti.*

<sup>2</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran Reyno dela China, sabidas assi por los libros de los mesmos Chinas, como por relacion de Religiosos y otras personas que han estado en el dicho Reyno. Hecha y ordenada por el muy Reuerendo Padre Maestro Fray Ioan Gonçalez de Mendoza de la Orden de S. Agustin, predicador appostolico y penitenciario de Su Sanctidad. A quien la Magestad Catholica embio con su real carta, y otras cosas para el rey de aquel reyno el año de 1580. Al Illvstriss. señor Fernando de Vega y Fonseca del Consejo de Su Magestad y su Presidente enel Real de las Indias. Con vn Itinerario del Nuevo Mundo. Con Privilegio. Impressa en Madrid, en casa de Querino Gerardo Flamenco, Año de 1586. A costa de Blas de Robles librero.*

<sup>3</sup> Ver Boxer, 1953b, pp. LXVII-XCI; 243-310; Lach, 1961, pp. 284-301; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 751-794.

Assim sendo, concentramos a nossa análise em três pontos apesar de tudo talvez menos frequentados. Primeiro, em vez de descansarmos na contemplação do sucesso editorial do título em causa, escolhemos os aspectos relativos ao contexto que o acolheu e à circunstância, em certo sentido accidental, do selo agostinho que lhe ia apenso. Segundo, em vez da dita releitura exaustiva do conteúdo e do intrincado esquema de intertextualidades que aí ocorre, notaremos, explicando-os, os principais pontos em que a escrita de González de Mendoza ficou aquém do já conhecido, deixou de alinhar com as “ideias feitas” dos textos de referência que a precedem, ou em que parece que acelera de forma consciente o ritmo de certas tendências discursivas também trazidas de trás. Terceiro, utilizamos a quase desconhecida edição abreviada do livro de Mendoza saída em Lisboa no ano de 1586 e o coevo *Stimvlo dela propagacion dela Fee* de Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios (Lisboa, 1586) para sublinharmos o carácter construído da *Historia de China* e a artificialidade de que esta, para além de ter sido agente, foi vítima.

### **1. Entre uma mecha de arcabuz e um beijo no pé do Papa**

As imagens do beijo e do arcabuz não são em absoluto um invento nosso. Conforme a etiqueta recomendava, na dedicatória a Fernando de Vega y Fonseca — “Del Consejo de su Majestad, y su Presidente en el Real de las Indias” — Juan González de Mendoza relata como a sua obra nascera de uma ordem de Gregório XIII, dada por volta de 1583 e depois de uma audiência em que expusera ao Pontífice o que conhecia a respeito das coisas da China. Depois, foi também por ter sabido explorar o prestígio cedido por essa encomenda que o autor da *Historia de China* conseguiu boa parte do imenso sucesso editorial que teve por toda a Europa.

Quanto à outra imagem, ela está naquele trecho do livro III da Parte II em que Mendoza reescreve a relação da viagem empreendida por Fr. Martín Ignacio de Loyola ao Fujian em 1582<sup>4</sup>. Um grupo de missionários e soldados espanhóis (com um inevitável português e seis nativos filipinos) desliza sorrateiramente de Manila em direcção ao Império proibido que está em frente. Para que nenhuma suspeita recaísse sobre as suas reais intenções, desembaraçam-se das armas e dos trajos que os pudessem

---

<sup>4</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

delatar, ao mesmo tempo que distribuem breviários e cruzeiros pelas mãos de todos os tripulantes. Por inadvertência, esquecem num canto da fragata aquele acessório de bacamarte que por pouco não lhes custou a vida quando uma vistória chinesa os aborda alguns dias mais tarde. Apesar de nunca o terem utilizado, esta é bem a metáfora da duplicidade de interesses que tinha estado presente nessa aventura e em relação aos quais era cúmplice a narrativa que agora a vinha divulgar<sup>5</sup>.

Descrevemos com relativo pormenor a série de missões oficiais e semioficiais que o poder secular e as instâncias religiosas espanholas nas Filipinas lançaram na direcção da China pouco depois de terem acordado uma vaga aliança contra a pirataria com um emissário mandado à ilha de Lução pelas autoridades fujianenses. Tais tentativas são encetadas em 1575 pelos agostinhos Martín de Rada e Jerónimo Marín, devidamente apoiados por observadores militares como Pedro Sarmiento, *encomendero* de Buracay, e Miguel de Loarca, *encomendero* de Otón e antigo companheiro de armas de Miguel López de Legazpi. Em 1576, Rada e o seu confrade Agustín de Albuquerque repetem a experiência e o fracasso desse intento inaugural. Entre 1579 e 1582 ocorreram, pelo menos, três expedições franciscanas com igual destino e igual resultado. Os missionários Pedro de Alfaro e Agustín de Tordesillas mais os soldados Francisco Dueñas e Juan Díaz Prado integram a primeira. Uma outra foi confiada a Fr. Diego de Oropesa. Um naufrágio diante de Hainão e um resgate por obra e graça de um mercador luso de Macau e dos jesuítas Matteo Ricci e Michele Ruggieri, então estantes na capital cantonense, fora tudo o que Oropesa lograra. Acordada com Filipe II, a última delas era aquela que integrava Martín Ignacio. Enfim, em 1582 e 1584 o jesuíta Alonso Sánchez comanda um novo par de embaixadas e tem de digerir um novo par de fiascos.

Como também notámos, a acumulação destes insucessos estimulou a corrente que, vinda de finais da década de 1560, era favorável a uma campanha militar na China da qual pudesse resultar, quando não a sua conquista total, pelo menos a de algumas províncias ou cidades litorais. Em Manila, no Novo Mundo ou na Península Ibérica

---

<sup>5</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del gran reyno de la China: sabidas assi por los libros delos mesmos chinas, como por relacion de religiosos, y otras personas que han estado en el dicho reyno. Hecha y ordenada por el muy R.P.M.F. Juan Gonçalez de Mendoza, de la orden de S. Augustin, predicador apostolico, y penitenciario de Su Santidad: a quien la Magestad Catolica embio con su real carta, y otras cosas, para el rey de aquel reyno el año de MDLXXX. Y agora nuevamente añadida por el mismo autor. Al illust. señor Fernando de Vega y Fonseca, del Consejo de Su Magestad, y su presidente en el real de las Indias. Con vn itinerario del nuevo mundo. Con privilegio*, Parte II, libro III, cap. XIV — “Parten los padres Descalços de la isla de Luzon para la China, cuentanse las cosas que en ella vieron”, Madrid, en casa de Pedro Madrigal, a costa de Blas Robles, librero, 1587, fls. 190v.-195r. Salvo indicação expressa, todas as referências e citações a partir desta edição.

respondem por esse reacender dos ânimos belicistas nomes como os de Francisco de Sande (1576 e 1578), Diogo Garcia de Palacios (1578), Fr. Francisco de Ortega (1582), Fr. Martín de Rada (1582 e 1583), Fr. Domingo de Salazar (1582, 1583 e 1586), Francisco Cabral, S. J. (1583), A. Sánchez, S. J. (1583-1587), Diego de Ronquillo (1584), Juan Bautista Román (1584 e 1586) ou Francisco Manrique (1588). No entanto, pode-se dizer que com a nomeação de Gómez Pérez Dasmariñas para o cargo de governador das Filipinas (1589) estão condenadas a desaparecer a curto prazo as veleidades sobranes entre os adeptos deste partido expansionista.

Paralelamente, tiveram-se os múltiplos precedentes jurídicos que por pouco não comprometeram o exclusivo jesuítico relativo à missionação na China e os interesses do Padroado Português no Oriente aí subentendidos. Aludimos a propósito aos breves recolhidos em Roma pelos franciscanos Martín Ignacio de Loyola (1584) e Giovanni Battista Lucarelli da Pesaro (1585), à bula *Dum ad uberes fructus* de 1586 ou aos efeitos que a criação da diocese do Funai, em 1588, teve sobre Macau. Ora, sabemos ainda que com as ordens dadas pelo vice-rei de Goa e por Filipe II no sentido de se proceder à substituição de todos os mendicantes espanhóis por mendicantes portugueses nos conventos da Cidade do Nome de Deus (1588-1589) e com o decreto que o mesmo monarca assina, nesse ano de 89, proibindo a passagem de quaisquer religiosos das Filipinas para a China se anulou o sonho espiritual que deveria coroar aquele ambicioso projecto político-mercantil das forças aquarteladas em Manila<sup>6</sup>.

### ***Mendoza***

Tal como para muitos dos seus companheiros de ofício e de nação, o interesse pela China, para o qual Juan González de Mendoza despertou um dia, foi um produto lógico desta ambiência. Natural de Torrecilla de Cameros (Logronho), segue para o México com dezassete anos de idade na companhia de um tio. Em 1564 abandona a carreira das armas e ingressa no convento agostinho da capital da Nova Espanha. Durante cerca de nove anos estuda gramática, artes e teologia, findo o qual período é ordenado e passa a cumprir as funções próprias de um eclesiástico em terra de Missões. Como esse convento-sede de Michoacán se tivesse convertido em lugar de passagem

---

<sup>6</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

muito frequentado pelos religiosos e laicos que se dirigiam das Filipinas para a Europa, ou que transitavam daqui para ali, sucedeu que Mendoza coincidissem em 1573 com o provincial dos agostinhos no arquipélago de S. Lázaro, Fr. Diego de Herrera. O prelado vinha incumbido pelo governo das ilhas de reportar ao rei o estado da colónia e a doutrina prevalecente a respeito da China. Por indicação do vice-rei do México, Mendoza é convocado para acompanhar Herrera até Espanha, desembarcando ambos em Sanlúcar de Barrameda a 13 de Agosto de 1574. Daí, a pequena comitiva dirige-se para Sevilha e Madrid, onde acaba por entrar em meados de Setembro.

Filipe II e o *Consejo de Indias* deram o melhor despacho à generalidade dos requerimentos apresentados — ao que parece, a todos menos ao de uma embaixada ao Império do Meio — tanto assim que em Janeiro de 1575 Diego de Herrera reembarca em Sevilha acolitado por quarenta missionários destinados às Filipinas. Por motivos não apurados, o padre Juan González acaba por ser deixado para trás à última hora, o que lhe valeu a vida porque a maior parte da missão agostinha não teve forças para passar do México e os que o fizeram viriam a ter um fim trágico ante os índios da ilha de Catanduanes<sup>7</sup>.

Da cidade andaluza Mendoza sobe para uma temporada de estudo em Salamanca. Até 1580 é sucessivamente nomeado superior do convento de Soria, superior do convento de Granada e pregador de San Felipe del Real, em Madrid. Nesse meio tempo, o alarido provocado pela chegada de um novo grupo de frades da Ordem de Santo Agostinho procedente de Manila leva a que se reequacione o assunto da embaixada à China que pairava sem solução desde 1574. Diga-se, a propósito, que ecoaram sinais de tal comitiva em Inglaterra, onde o atentíssimo Thomas Nicolas traduziu e fez publicar em 1577 aquele folheto em seis páginas intitulado *The strange and marvellous Newes lately come from the Great Kingdome of Chyna* a que nos referimos antes<sup>8</sup>. Este reproduzia nada menos que um relato sobre a escala desses mendicantes na Nova Espanha feito por um mercador mexicano a um seu correspondente andaluz em Março de 1577.

Em 1580 o rei castelhano acaba por deliberar o envio de uma missão diplomática ao imperador dos chins, a quem escreve de Badajoz uma carta com data de 11 de

---

<sup>7</sup> Ver Fr. Gaspar de San Agustín, O.S.A., *Conquistas de las Islas Filipinas (1565-1615)*, libro II, cap. XXVII — “De la vida del venerable Padre Fray Diego de Herrera, y del lastimoso y fatal suceso de la misión que conducía a esta Provincia”, edición, introducción e índices por Manuel Merino, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Enrique Florez, 1975, pp. 472-478. Todas as referências a partir desta edição. Ver *infra*, n. 13 a este capítulo.

<sup>8</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

Junho<sup>9</sup>. González de Mendoza servia na altura como confessor de D. Antonio de Padilla y Meneses, presidente do *Consejo de Indias*, o que ajuda a explicar por que motivo foi incumbido de acompanhar os outros dois agostinhos encarregues de conduzir a embaixada a bom porto: Francisco de Ortega, então em Espanha, e Jerónimo Marín, que se lhes juntaria no México. As despedidas de Sanlúcar fazem-se em meados de Fevereiro de 1581 e a acostagem na América Central tem lugar a 6 de Junho seguinte. Só que, entretanto, tanto a conjuntura filipina como a mexicana haviam sofrido modificações e os dois legados vindos da Europa foram confrontados com a oposição do vice-rei, conde de Coruña, de Francisco de Sande, o governador cessante das Filipinas, e do próprio Marín, nada convencido da utilidade da diligência chinesa para o sucesso das Missões das Filipinas. O acumular de problemas leva a que Ortega decida fazer-se à vela para Madrid, ainda em 1581, mesmo antes do assunto ser devolvido à Península em termos oficiais. Mendoza ainda permanece no México por mais algum tempo, ora pregando a Bula de Cruzada, ora visitando os conventos da sua Ordem por encargo do provincial. Mas a razão que ali o trouxera vem a ser declarada improcedente pelas autoridades coloniais e na Primavera de 1582 o agostinho toma, também ele, o caminho da Europa.

Como a Corte estivesse sediada em Lisboa, é nesta cidade que Fr. Juan González volta a colocar o pé em terra e a avistar-se com o monarca. Daqui dirige-se para uma audiência com o *Consejo de Indias*, em Madrid. No entanto, o projecto da embaixada à China está agora, mais do que nunca, dependente de outras vontades que a sua. Nestas condições, a administração agostinha da província de Castela requisita-lhe os serviços e envia-o para Roma. É aqui que em 1584 nos reaparece nas qualidades de teólogo de um cardeal e de secretário do *General de las cosas de Indias*, bem como mergulhado no trabalho e disperso nas diligências tendentes à publicação da *Historia de China*. No ano de 1585, quando sai na Cidade Eterna a *editio princeps* desta obra, o seu autor volta a Espanha como pregador apostólico. Em 1586 consegue que o livreiro madrileno Blas de Robles lhe publique a versão revista e alargada daquele título. Antes que 86 chegue ao fim o nosso religioso já navega para Cartagena de Indias, onde inicia um périplo de cerca de quatro anos por vários postos principais da Nova Espanha e onde talvez tenha tentado nova oportunidade para seguir para as Filipinas.

---

<sup>9</sup> Carta de Filipe II ao imperador da China, Badajoz, 11 de Julho de 1580, AGI, t. I, *Filipinas 1537-1606*, Legajo 24, Ramo 51. Cf. *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, CEHU, 9 (32), 1966, p. 22; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, p. 181.

Mendoza volta a entrar em Madrid em Junho de 1590 e passa a Itália em 1592 por ter sido eleito definidor pela província de Castela no Capítulo Geral da sua Ordem. Reside em Roma pelo menos até 18 de Maio de 1593, altura em que é nomeado para o cargo algo etéreo de bispo de Lipari, na Sicília. Visita vários prioratos espanhóis entre 1596 e 1598, está presente em várias congregações de bispos em Madrid no início de 1599 e no final desse ano viaja para Sevilha como assistente do cardeal D. Rodrigo de Castro. Depois de uma nomeação intermédia como visitador geral de D. Rodrigo, exerce idênticas funções em Toledo junto do cardeal Bernardo Sandoval y Rojas. Em Maio de 1607 é eleito bispo de Chiapa, posto que abandona em Novembro de 1608 ao ser destacado para conduzir a diocese de Popayán. Até à data da sua morte, ocorrida a 14 de Fevereiro de 1618, sobram notícias de que a sua convivência com a sociedade peruana não foi das mais pacíficas e de que terá tentado por vários meios a dispensa daquelas ocupações<sup>10</sup>.

### *A brilhante contrafacção*

Basta-nos folhear o índice de qualquer das edições da *Historia del Reyno de la China* para reconhecermos tratar-se de uma escrita de carácter compilatório ou de um exercício que se compraz na reconstituição de textos alheios. Se bem que esteja fora de dúvida que o jogo intelectual de Juan González de Mendoza se situa num plano superior de sofisticação, de certa forma tinha sido essa a linha acabada de trilhar por Fr. Gaspar da Cruz no seu *Tractado* e, sobretudo, por Bernardino de Escalante no seu *Discvrso*. De resto, Mendoza apresenta-se em tudo muito mais como um continuador do que como um subversivo: continuador no sentido em que se aproveita do vasto cabedal informativo de procedência portuguesa e jesuítica e que já circulava em impresso; continuador no sentido em que tende a abordar de forma genérica as qualidades produtivas, tecnológicas ou sociais do mundo chinês ao mesmo tempo que insiste nas virtudes do mandarinato, nas excelências da organização piramidal da sociedade ou na dimensão cultural da realidade sínica, conforme a linha de raciocínio posta em letra de forma pelos inicianos desde meados do século; e, por último, continuador no sentido em que reclama para o seu objecto a maior das actualidades quando o que sustenta a

---

<sup>10</sup> Santiago Vela, *Ensayo de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, pp. 201-206; Boxer, 1953b, pp. LXXXVII-LXXXVIII, n. 3; pp. LXXXVII-XC; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2., pp. 746-747.

respectiva pintura é ainda uma imensa pobreza de acontecimentos e de experiências de vida.

Na perspectiva do leitor, quanto maior a familiaridade com um conteúdo mais espontânea tende a ser a identificação e as adesão que lhe devota. Juan González, repetiu-se, escreve quando os *encomenderos* e os missionários de Manila haviam colocado na ordem do dia o projecto da entrada na China, servindo-se para isso de todos os instrumentos publicitários que tinham ao seu alcance. Tal projecto era ainda atizado pela novidade da união das duas Coroas ibéricas, com tudo o que de aliciente trouxera para os espanhóis ultramarinos. Outro aspecto que contribuía para a premência do tema era a hesitação papal entre a salvaguarda dos direitos da Companhia de Jesus na terra-firme da China e no Japão e a resposta positiva às expectativas que os mendicantes do *Patronato* nutriam por iguais destinos. Ajuda à consciência pública da realidade da Ásia Extrema o verdadeiro delírio popular que deflagra à passagem da desconcertante “embaixada” de quatro *dáimios* japoneses pelas principais Cortes e cidades da Europa do Sul entre Agosto de 1584 e Abril de 1586, a jogada de mestre preparada por Alessandro Valignano e pelos jesuítas de Nagasáqui da qual nenhum dos grandes de Lisboa, Évora, Madrid, Múrcia, Pisa, Florença, Siena, Roma, Assis, Perugia, Urbino, Loreto, Bolonha, Ferrara, Veneza, Pádua, Mântua, Milão, Génova, Vila Viçosa ou Coimbra quis excluir-se<sup>11</sup>. Diante disto, restava a Mendoza saber tirar partido do vazio editorial suscitado pela ausência de um título em vernáculo sobre o Império chinês na maior parte dos países europeus<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Ver, *inter alia*, Abranches Pinto, Okamoto & Henri, 1942, pp. VII-XXI; José Guillén Selfa, *La primera embajada del Japón en Europa y en Murcia (1582-1590)*, Biblioteca básica murciana — extra 6, Múrcia, Editora Regional de Murcia, 1997, pp. 66-75 e 85-94.

<sup>12</sup> É bom exemplo do interesse público pela passagem da “embaixada” japonesa e do que afirmámos sobre a escassez de notícias respeitantes à China o seguinte opúsculo em 23 fólhos publicado por Antonio Bianco em 1586, em Turim: *Il Gran Viaggio et Ambasciata de i Re Et Principi del Giappone Che sono venuti a Roma a visitarì i luoghi Santi, & à prometter’ obediencia al Papa ài 23. di Marzo, del M D LXXXV Et la descrizione di quei paesi, del Giapon, de ‘suoi costumi & vita; Et tutto ciò de gl’è occorso dapoi che si partirono da i suoi paesi, & furono arriuati a Roma; Et le cose che si sono fatte in Roma al tempo della loro venuta, Et le Orationi ò sermoni de allora si fecero; Et gl’honori & doni che gli sono stati fatti da diuersi Principi Cheistiani; Et la copia d’una scrittura ch’essi Signori del Giapon hanno lassato alla Signoria di Venetia scritta in scorza d’arbore tradutta in Italiano. Con la grandissima Processione fatta dall’a Illustrissima Signoria di Venetia. In Turino per Antonio Bianco. Ad Instanza di Santo degli Alessandri Fiorentino librâro. 1586.*

Aquí, a China apenas vem referida do seguinte modo, logo no primeiro parágrafo: “Il Giapone è un paesi isolato, grande come tre volte l’Italia, scoperto quarentacinque anni fa da Marcanti Portoghesei nauiganti oltra l’India Orientale fra Leuanti, & Tramontana; situato nel nostro Emisfero, hauendo diametro quasi contraposto all’Italia. Giace nel mare, che bagna l’ultima parte dell’Asia, che è il gran Regno della China, ò Sina: onde è distante per il manco ottanta leghe di traghetto [...]” — *Il Gran Viaggio et Ambasciata de i Re Et Principi del Giappone*, Turim, 1586, cit. s. fl. [1r.]. Cf. Costa, 1999a, pp. 244-249, 252-253 e 257.

Entre o faro jornalístico e o aproveitamento de um modelo de escrita que aposta em incensar as virtudes da sociedade, da política e da cultura dos chineses tanto quanto se despreocupa com o detalhe das coisas materiais ou etnográficas, o autor da *Historia de China* consegue também um espaço inédito para uma voz agostinha como era a sua. Há que dizer que a experiência só se repete muito mais tarde — e num contexto em tudo outro —, com a *Conquista de las Islas Filipinas* (Madrid, 1698), crónica de Gaspar de San Agustín (Madrid, 1650-Manila, 1724)<sup>13</sup>. O entusiasmo pela China de que Mendoza dá testemunho nos primeiros anos da década de oitenta do século XVI eclipsar-se-ia pouco depois, tendo os seus confrades optado por aprofundar a presença junto das Missões filipinas.

Foi necessário esperar pelos anos de 1680, o momento em que a Coroa espanhola tenta servir-se da instalação pelo Papado de vigários apostólicos, para que a Ordem de Santo Agostinho, de todas as ordens mendicantes a que nos surge sempre mais colada ao poder régio, voltasse a mirar os agora súbditos dos Qing. O pretexto será dado pela nomeação de Alvaro de Benavente como vigário da província de Jiangxi, em 1696. Mas a verdade é que os interesses do Padroado Português já tinham sofrido um rude golpe quando a Congregação de *Propaganda Fide* indicara o dominicano Juan Baptista de Morales e o franciscano Antonio de Santa Maria Caballero como prefeitos apostólicos para a China (1643-1658). Pouco depois entravam em cena os interesses franceses por interpostas *Missions Étrangères de Paris* e com a indigitação de Mons. François Pallu para vigário apostólico de Tonquim e administrador apostólico de cinco províncias chinesas do Sudoeste e do Laos (1658). Paulatinamente, a afirmação do Estado moderno e centralizado conseguira modificar a ética das legitimidades e fazer com que a antiga lógica das Ordens, que vigorara até meados de Seiscentos, cedesse diante da lógica das nacionalidades<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Fr. Gaspar de San Agustín O.S.A., *Conquista de las Islas Philipinas: la temporal, por las armas del Señor Don Phelipe Segvndo el Prvdente; y la espiritual, por los religiosos del Orden de Nvestro Padre San Avgvstin: Fvndacion, y progressos de sv Provincia del Santissimo Nombre de Jesus, Parte Primera. Dedicada a la Exc.ma Señora Doña Maria de Gvadalype Lancastre y Cardenas, Duquesa de Avero, Arcos, y Maqueda, &c. Escriviala El Padre Fray Gaspar de San Avgvstin, natural de Madrid, Procurador General de dicha Provincia del Santissimo Nombre de Jesus, Secretario, y Difinidor della, y Comissario del Santo Oficio*, Madrid, Imprenta de Manuel Ruiz de Murga, 1698. Ver Santiago Vela, *Ensayo de una Biblioteca*, vol. 7, Escorial, Imprenta del Real Monasterio, 1925, pp. 96-104.

<sup>14</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 5-3. Ver também: Pascale Girard, *Les Religieux Occidentaux en Chine à l'Époque Moderne – Essai d'analyse textuelle comparée*, Lisboa/Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-FCG/CNCDP, 2000, pp. 19-22, 32-38 e 77-78; António Manuel Martins do Vale, *Entre a Cruz e o Dragão – O Padroado Português na China no séc. XVII*, dissertação de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Junho de 2000, pp. 43-144 (policopiado).

Voltando à *Historia del Reyno de la China*, temos que esta vem dividida em duas partes de peso desigual, cada uma delas repartida em três livros. Na primeira, a menos extensa, Fr. Juan González de Mendoza concretiza a descrição geral da China à qual nos referimos por mais de uma vez. A divisão é tão padronizada quanto o mais: as “cosas notables tocantes a lo natural”<sup>15</sup>; a “religion que los moradores tienen, y de los Idolos que adoran: y de las demas cosas tocantes a lo que ellos tienen por sobrenatural”<sup>16</sup>; e tudo o respeitante “a lo moral, y politico”<sup>17</sup>. Para aqui apoia-se de forma especial na obra de Fr. Gaspar da Cruz e na *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin, por otro nombre China*<sup>18</sup>, o relatório preliminar que Martín de Rada alinhavara conforme instruções do governador das Filipinas, logo após a sua primeira viagem ao Fujian, em 1575<sup>19</sup>. Tal documento — ou uma cópia mais ou menos exacta

---

<sup>15</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, Madrid, 1587, fls. 1r.-20r.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, Madrid, 1587, fls. 21r.-43r.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro III, Madrid, 1587, fls. 44r.-116v.

<sup>18</sup> Fr. Martín de Rada, O.S.A., *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin, por otro nombre China, y del viage que a el hizo el muy reverendo padre fray Martin de Rada, provincial que fue del orden de St. Augustin, que lo vio y anduuo, en la provincia de Hocquen, año de 1575 hecha por el mismo*, s.l.n.d. [Manila ou Cebú, entre Novembro 1575 e Maio 1576], BNP, *Fonds Espagnol*, Secc. Mss, nº 325, fls. 16r.-31r.; pub. in *Revista Agustiniana*, 8, Valhadolid, 1884, pp. 51-53, 112-122 e 293-300; *ibidem*, 9, 1885, pp. 231-237; edição crítica in Boxer, 1953b, pp. 243-310. Cópia equivalente deste escrito: *Relación de las cosas de la China que propriamente se llama Taybin, escrita por Fr. Martin de Rada, Religioso de la Orden de San Agustín*; ref. in Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 6, 1922, p. 455.

Ver também a versão da viagem de Martín de Rada in Fr. Gaspar de San, *Conquista de las Islas Philipinas*, libro II, cap. XXIV — “De lo que les sucedió a los Padres Fray Martín de Rada y Fray Jerónimo Marín en su embajada de China hasta que volvieron a Manila con los capitanes españoles que les acompañaron”, ed. 1975, pp. 451-460 (ed. de 1698: pp. 313-323); Ms. Academia de la Historia de Madrid, *Colección Salazar-Jesuitas*, t. 102, fls. 224r.-229r. Cf. *Boletín de la Academia de la Historia*, Madrid, 98, 1931, pp. 423-424; Manuel Teixeira, “Primeira missão dos Agostinhos à China”, in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Macau, 56 (645), Janeiro de 1958, pp. 501-503; Boxer, 1953b, pp. 345-346.

<sup>19</sup> Martín de Rada, dito o “Las Casas das Filipinas”, nasceu no seio de uma família nobre de Pamplona a 20 de Julho de 1533. Aos doze anos de idade é enviado para a Universidade de Paris em companhia do seu irmão mais velho, distinguindo-se no estudo das matemáticas, da geografia e da astronomia. Quatro ou cinco anos depois segundo alguns biógrafos, cinco ou seis segundo outros, Rada regressa a Espanha forçado pelas crescentes tensões religiosas entre católicos e protestantes que marcavam a França. Ingressa então na Universidade de Salamanca, cidade onde recebe o priorado de Ujué e a Abadia de Oliva em recompensa pelos serviços prestados à Coroa pela sua família e onde decide trocar a carreira secular pelo claustro: entra no convento agostiniano de Salamanca em Agosto de 1553 e aí professa em Novembro de 1554. Frequenta a Faculdade de Teologia da Universidade de Salamanca entre 1554 e 1556, após o que passa para o convento de Toledo.

Antes de 1563, Martín de Rada parte para o México. Em 1564 juntou-se à expedição de Miguel López de Legazpi e Fr. Andrés de Urdaneta que seguia para as Filipinas. Missionou vários anos na ilha de Cebú e na região de Panay, revelando-se tão competente na defesa dos nativos filipinos em relação às arbitrariedades dos *conquistadores*, como hábil na defesa da tese impossível de que aquele arquipélago caía na demarcação castelhana de Tordesilhas ante os argumentos (e o cerco) do capitão luso Gonçalo Pereira Marramaque. Entre 1572 e 1575 exerce em Manila o cargo de Provincial da sua Ordem. Em Abril desse último ano é destacado por Guido de Lavezares para a primeira das suas duas viagens à China (12 de Junho-28 de Outubro de 1575). Depois de repetir a experiência como missionário em 1576, foi eleito prior do convento de Calumpit, na província de Bulacán (31 de Dezembro de 1576), mas depressa torna a Manila e, um pouco mais tarde, a Cebú. Morre em meados de 1576 quando voltava da expedição que

dele — tê-lo-á Mendoza consultado no México durante aquele decepcionante ano de 1581 em que viu abortar a embaixada à China em que tomava parte. Este manuscrito continha algumas transcrições toscas de diversos livros comprados pelo missionário e pelos seus companheiros nas lojas de “Aucheo” (*i.e.* Fuzhou) e decifrados com auxílio de intérpretes *sangleyes* em Manila. Mendoza aproveita e deixa no capítulo XVII do livro III da Parte I da sua *Historia* uma listagem aproximada dos “mas de 100 cuerpos de diuersas materias” adquiridos por Rada<sup>20</sup>.

Tanto a *Relacion* de Martín de Rada como as páginas do dominicano português constituem fontes explícitas da Parte I do título de 1585-1586. Encontram-se na mesma situação a *Verdadera relacion de la grandeça del Reyno de China* de Miguel de Loarca (até certo ponto sobreponível à de Rada porque a experiência foi comum, sendo, porém, a crónica do soldado mais longa e mais viva que a do religioso)<sup>21</sup>, o *Livro* de Marco Polo (para o que diz respeito à religião e modo de vida dos tártaros)<sup>22</sup>, o *Livro* de Duarte Barbosa (a partir da versão de Ramusio e para o que diz respeito ao fabrico da porcelana)<sup>23</sup>, a carta do capitão Diego de Artiela a Filipe II transcrita no *Discvrso de la*

---

fizera ao Bornéu em companhia do governador Francisco de Sande, de quem era capelão e confessor. À parte um importante epistolário, vários trabalhos científicos, as obras de cariz religioso e linguístico que produziu no México e o relatório da jornada ao Fujian de 1575, redigiu uma *Arte y Vocabulario de la lengua cebuana* e pelo menos o esboço de um *Vocabulario de la lengua china* (ambos pedidos). Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 6, 1922, pp. 444-460; Boxer, 1953b, pp. LXVII-LXXVIII.

<sup>20</sup> Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, p. 227. Cf. Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. XVII — “De los libros que el padre Herrada, y sus compañeros traxeron del Reyno de la China, y las materias de que tratauan”, Madrid, 1587, fls. 89r.-91r. Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>21</sup> Miguel de Loarca, *Verdadera relacion de la grandeça del Reyno de China con las cosas mas natables de alla hecha por Miguel de Loarca soldado vno de los que fueron alla desde las Islas de Luçon que aora llaman philipinas año de 1575*, Ms. Academia de la Historia, Madrid, *Colección Salazar*, letra N, t. 4, fls. 113r.-150r. Cf. Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. I — “Dela descripcion del Reyno, y de los confines que tiene”, Madrid, 1587, fl. 1v.; Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, pp. 230-231; Boxer, 1953b, pp. 347-348; José Luis Porras, “Documentos básicos para la Historia del Asentamiento español en Filipinas en el siglo XVI”, in Florentino Rodao (coord.), *España y el Pacífico*, prólogo Leoncio Cabrero, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional/Asociación Española de Estudios del Pacífico, 1989, p. 43, n. 27; Manel Ollé, *La empresa de China – De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, El Acatilado — 60, Barcelona, Acatilado, 2002, pp. 57-58, n. 41.

<sup>22</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. I, Madrid, 1587, fls. 2v.-4v. Cf. Marco Polo, *O Livro de Marco Paulo*, liv. I, cap. lviii — “Dos ydolatras e dos errores delles [tártaros]”, ed. 1922, fls. 21r.-21v.; idem, *O Livro das Maravilhas – A Descrição do Mundo*, Parte I, cap. LXX — “O Deus dos tártaros e sua lei”, notas e introdução de Stéphane Yerasimos, tradução de Elói Braga Jr. & Zilá Bernd, 4.ª ed., coleção Descobertas L&PM, Porto Alegre, L&PM Editores, 1994, pp. 98-101; idem, *Libro de las Maravillas*, liv. I, cap. LXX — “Donde se habla del Dios de los tártaros y de su ley”, traducción de Mauro Armiño, colección Punto de lectura — 36, Madrid, Suma de letras, 2000, pp. 158-166.

<sup>23</sup> Fr. Juan González, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. X — “De la disposicion, rostos, trages, y otros exercicios de la gente deste Reyno”, Madrid, 1587, fl. 19r. Ver *supra*, Parte II, cap. 11-4.

*navegacion* de Escalante (título que nunca se cita)<sup>24</sup>, cartas de missionários jesuítas na China e as três narrativas autónomas que compõem os três livros da Parte II: a que trata da missão de Rada e Marín propriamente dita<sup>25</sup>; a que descreve a viagem de 1579 dos franciscanos Pedro de Alfaro e Agustín de Tordesillas e é decalcada de um relato composto por este último<sup>26</sup>; e a que reformula a redacção do *Itinerário* da primeira volta ao mundo dada por Martín Ignacio de Loyola entre 1581 e 1584, conforme aquele escrito do próprio onde cabe a jornada chinesa de 82<sup>27</sup>.

González de Mendoza indicia ainda haver entrevistado Jerónimo Marín na capital da Nova Espanha (de quem, como com Pedro Sarmiento, talvez tenha existido um autógrafo), ter contemplado mobiliário chinês na cidade de Lisboa em 1582, ter estudado no México ou em Espanha outros papéis e manuscritos outrora pertencentes a Martín de Rada e ter folhido alguns livros chineses em Roma e na biblioteca do Mosteiro de San Lorenzo el Real de El Escorial. À parte isto, é seguro que transcreveu cartas avulsas de jesuítas estacionados em outras partes da Ásia, para além da China, e

---

<sup>24</sup> Fr. Juan González, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. XV — “De como muchos años antes que en la Europa, se vso eneste Reyno la invención de la artilleria”, Madrid, 1587, fl. 86v.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro I, Declarase la causa que huuo para que los padres fray Martin de Herrada e fray Geronimo Marin, y los soldados que fueron en su compañía, passassen de las islas Felipinas al Reyno de la China el año de mil y quinientos y setenta y siete [por 1575], y la entrada que hizieron en el, y todo lo que en quatro meses y diez y seys dias que se detuuieron en dicho Reyno vieron, y entendieron, y lo demas que les sucedio, hasta boluer a las islas de donde hauian salido. Que todas son cosas notables y muy curiosas, Madrid, 1587, fls. 3r.-88r.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro II, En que se contiene el viaje que hizieron a este gran Reyno el año de mil y quinientos y setenta y nueue los padres fray Pedro de Alfaro, custodio en las islas Filipina, y de la orden del bienaventurado San Francisco, de la Prouincia de San Ioseph: y otros tres religiosos de su mesma orden. La entrada milagrosa en aquel Reyno, y todo lo que en siete meses que se detuuieron en el les sucedio, entendieron y bieron: que todas son cosas muy notables y curiosas”, Madrid, 1587, fls. 89r.-146v.

É por demais pertinente a comparação entre o texto de Tordesillas (na leitura de Mendoza ou conforme o manuscrito n.º 75 da col. Velázquez da Academia de la Historia intitulado *Relacion del viaje q.e hicieron a China fr. Pedro de Alfaro y otros tres religiosos de S. Francº de la provª de S. Josef al año de 1579, hecha por fr. Agustin de tordesillas*) e a *Relación de algunas cosas particulares que vimos y entendimos en el reino de la China* de Francisco Dueñas pela complementaridade que sucede entre ambos apesar de Alfaro demonstrar um desconhecimento da minuta de Dueñas (hipótese menos provável é a de que tenha optado por ignorá-la). Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, p. 231; Fr. Paulo da Trindade, O.F.M., *Conquista Espiritual do Oriente. Em que se dá relação de algumas cousas mais notáveis que fizeram os Frades Menores da Santa Província de S. Tomé da Índia Oriental em a pregação da fé e conversão dos infieis, em mais de trinta reinos, do Cabo de Boa Esperança até às remotíssimas Illhas do Japão. Repartida em três volumes. Composta pelo Pe. Frei Paulo da Trindade, filho da mesma Província, leitor jubilado de Prima e Comissário Geral dela, Deputado do Santo Oficio*, vol. 3, Parte III, introdução e notas de F. Félix Lopes, Lisboa, CEHU, 1967, p. 512, n. 3; Folch, 2000 (apontamentos nossos).

<sup>27</sup> Fr. Juan González, *Historia de China*, Parte II, libro III, Itinerario y epitome de todas las cosas notables que ay desde España, hasta el Reyno de la China, y de la China a España, boluiendo por la India Oriental, despues de auer dado buelta a casi todo el Mundo. En el qual se trata de los ritos, cerimonias, y costumbres de la gente que en todo el ay, y de la riqueza, fertilidad y fortaleza de muchos Reynos, y la descripcion de todos ellos. Ordenado por el proprio autor, assi por lo que el ha visto, como por relacion que tuuo de religiosos Descalços, de la Orden de san Francisco, Madrid, 1587, fls. 147r.-243v.

numerosos fragmentos do *Discvrso* de Bernardino de Escalante — para além de se saber que Mendoza e Escalante se encontraram em Sevilha aquando da preparação da embaixada, repare-se na coincidência de ambos em Lisboa em 1582.

Podem também caber no rol das fontes não confessas do autor da *Historia de China a Somma Orientall* de Tomé Pires (de novo na versão ramusiana), as *Décadas da Ásia* de João de Barros (neste caso, fora o que já estava em Escalante, se bem que esta hipótese não nos pareça nada evidente), tal como um ou outro nativo chinês abordado no México ou em Espanha<sup>28</sup>. Situação típica ocorre no capítulo VI do livro I da Parte I, quando o sedentário padre Juan González simula citar de uma geografia chinesa decifrada em Manila as designações das “tres medidas itinerarias” empregues naquele Império sem que, por mais que tente, consiga iludir ter-se apoiado no capítulo XI do *Discvrso* de Escalante, o mesmo é dizer no capítulo VII do livro II da *Década III* de Barros<sup>29</sup>.

### **O “best-seller”**

Desde a hora em que pôs a vista na edição da sua obra saída em Roma em 1585, Fr. Juan de Mendoza mostrou-se descontente com a estampa e o estilo, prometendo reeditá-la em Espanha com mais cuidado. Antes disso, a *Historia del Reyno de China* ainda se reimprimiu nos moldes do volume romano em Valência (1585) e em Barcelona (duas vezes em 1586), havendo quem aluda a uma primeira tradução italiana impressa em Veneza em 1585, também moldada pela *princeps* de Roma<sup>30</sup>. Igualmente conforme o formato original estarão a generalidade das subseqüentes edições italianas e as versões em castelhano de Saragoça de 1587 e 1588 e Antuérpia de 1596. O texto definitivo que se publicou em Madrid em 1586 diferencia-se sobretudo por ter incorporado a narrativa da jornada de Antonio de Espejo ao Novo México em 1583, o que levou a que o *Itinerario* que ocupa o livro III da Parte II tenha sido alargado de vinte e dois para vinte e sete capítulos. Entre o precário volume da “Stampa” de Vincentio Accolti e o termo do século XVI — e entre versões completas e incompletas — a *Historia* de Mendoza

---

<sup>28</sup> Boxer, 1953b, pp. LXXII-LXXXIII, LXXIX-LXXXI e LXXXV-LXXXIX; Lach, 1961, pp. 285-286; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 747 e 750-751; Folch, 2000 (apontamentos nossos).

<sup>29</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. VI — “De la grandeza que tiene este Reyno, y de las mesuras itinerarias que en el se vsan”, Madrid, 1587, cit. fl. 10v.

<sup>30</sup> Ver Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, p. 215; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 744.

conheceu à volta de 45 edições em sete línguas. Se bem que em menor ritmo, continuou a ser procurada no século seguinte, tanto assim que ainda era traduzida na segunda metade de Seiscentos.

Não é líquido que este título tenha dado azo a acontecimentos tão alucinantes como as seis edições romanas de 1586 por regra indicadas — um ilusionismo montado à custa de se baralharem folhas preliminares e finais, como o defendeu Santiago Vela no longínquo ano de 1917?<sup>31</sup>. Do mesmo modo, não nos parece pacífico que a desusada circulação de um material impresso como aquela que, em qualquer caso, aqui aconteceu tenha conseguido exercer uma tal influência sobre os leitores a ponto de moldar *ex nihilo* a espécie de fascínio ecuménico pela China que acabou por se instalar e que só foi abalado no termo do século XVII. Seria pedir demasiado a um instrumento que, por mais potencialidades que possuísse, se confrontava sempre com uma minoria absoluta de leitores capazes de gerir de forma tão rápida mesmo a mais sensacional das novidades. Depois, acabámos de repetir que há muito que a sedução literária pelos assuntos chineses vinha dispondo os seus argumentos pelos escaparates europeus e que um dos grandes méritos do agostinho González de Mendoza, senão o principal, residiu no saber valer-se do que as circunstâncias lhe ofereciam<sup>32</sup>. Em qualquer caso, aqui deixamos uma aproximação à impressionante contabilidade das edições completas e parciais da *Historia de China*.

Por ordem, às integrais castelhanas de Roma e Valência de 1585 seguem-se as duas de Barcelona de 1586, a de Madrid de 1586, uma em Madrid em 1587<sup>33</sup>, as de Saragoça de 1587 e 1588, uma em Medina del Campo em 1595 e a de Antuérpia de 1596, “en casa de Pedro Belleró”. As versões confirmadas em língua italiana principiam com a que se publica em Veneza em 1586<sup>34</sup>, acompanhada por uma de Génova e pelas eventuais seis de Roma, todas desse ano. São continuadas por outras em 1587 (Génova e Veneza), 1588 (Veneza), talvez em 1589 (Veneza), 1590 (Veneza), 1596 (Veneza e

---

<sup>31</sup> Ver Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, p. 217.

<sup>32</sup> Cf. Elizabeth L. Eisenstein, “La invención de la Imprenta y la difusión del conocimiento científico”, in Javier Ordóñez & Alberto Elena (comps.), *La ciencia y su público: perspectivas históricas*, traducción de María Luisa Ortega, Estudios sobre la Ciencia — 12, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, pp. 4-5; Girard, 2000, pp. 19-20.

<sup>33</sup> Ref. *supra*, n. 5 a este capítulo.

<sup>34</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Dell'istoria della China, descritta nella lingua spagnuola, dal P. Maestro Giouanni di Mendoza, dell'ord. di S. Agostino. Et tradotta nell'italiana, dal Magn. Francesco Auanzo, cittadino originario di Venetia. Parti dve, diuise in tre libri, & in tre viaggi fatti in quei paesi da i padri agostiniani, & franciscani. Doue si descriue il sito, & lo stato di quel gran regno, & si tratta della religione, de i costumi & della dispositione de i suoi popoli, & l'altra delle cose notabili*, Veneza, apresso Andrea Muschio, 1586.

Roma) e 1608 (Veneza). Em língua francesa, a *Historia de China* começou por ser posta à venda em Paris em 1588<sup>35</sup>, 1589 (duas edições) e 1600. Seguiram-se edições em 1606 (talvez Genebra), 1608 (Lyon), 1614, 1619 e 1640, as três últimas em Rouen e pelo menos as três primeiras a partir de uma tradução latina completa não referenciada. Como sabemos, Robert Parke chamou a si a tradução inglesa da obra em causa (Londres, 1588)<sup>36</sup>. Samuel Purchas abreviaria o trabalho de Parke, acrescentando-lhe algumas notas marginais (Londres, 1625)<sup>37</sup>.

Passamos, assim, à listagem possível das versões incompletas mas não menos importantes. Se ignorarmos uma notícia que dá conta de que em 1585 Martín Ignacio de Loyola escreveu e deu a pensar em Madrid um livro que intitulou *Itinerario del Nuevo Mundo* (mais do que provável confusão com o livro III de Parte II inserto na versão corrigida do ano seguinte<sup>38</sup>), resta-nos a antes mencionada edição da *Historia* que sai em Lisboa em 1586, a qual era composta pelo mesmo *Itinerario*<sup>39</sup>. Em italiano e em 1589 temos extractos da tradução de Francesco Avanzo em Bolonha (aquele título que contém o mapa da China que atrás analisámos<sup>40</sup>), Florença, Ferrara, Veneza e Brescia.

---

<sup>35</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Histoire dy grand Royavme de la Chine, sitvé avx Indes Orientales, diuisée en deux parties: contenant en la premiere, la situation, antiquité, fertilité, religion, ceremonies, sacrifices; rois, magistrats, moeures, vs, loix, & autres choses memorables dudit royaume: et en la seconde, tris voyages faits vers iceluy en l'an 1577. 1579. & 1581. avec les singularitez plus remarquables y veuës & entenduës: ensemble vn itineraire du nouueau monde, & le descouurement du nouueau Mexique en l'an 1583. Faite en espagnol par R.P. Ivan Gonçalés de Mendoce, de l'ordre de S. Augustin: & mise en françois avec des additions en marge, & deux indices, par Lvc de la Porte, parisien, docteur és droits. A monseigneur le chancelier, Paris, chez Ieremie Perie, 1588.*

<sup>36</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *The Historie of the great and mightie Kingdome of China, and the situation there of: Together with the great riches, huge Cities, politike government, and rare inuentions in the same. Translated out of spanish by R. Parke, Londres, printed by I. Wolfe for Edward White, and are to be sold at the little doore of Paules, at the signe of the gun, 1588.*

<sup>37</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>38</sup> Ver Santigo Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, p. 210. Para uma ocorrência em que é patente que a edição revista da obra do Pe. Mendoza tanto é referenciada como “o liuro que [Mendoza] fez da China” (para a generalidade das citações), como por “*Itinerario do Nouo mundo*” (para a maioria das citações do liv. III da Parte II), ver Fr. João dos Santos, *Ethiopia Oriental*, Parte I, liv. I, cap. XXV — “Dos lagartos, ou Crocodilos, que se crião no rio de Sofala, a que os Cafres chamão Gona, outros Engona”, Évora, 1609, fl. 38v.; idem, *ibidem*, Parte I, liv. III, cap. XVIII — “Dos Tubaroões de Moçambique, & de todo o mar Oceano, & de outras castas de peixe que ha neste mar”, Évora, 1609, fl. 96v.; idem, *Varia Historia*, liv. II, cap. VII — “Dos Religiosos da Ordem dos Prêgadores, que foraõ prêgar o Euangelho aos Reynos de Camboja”, Évora, 1609, fls. 38v.-39r.

<sup>39</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Itinerario y compendio de las cosas notables que ay desde España hasta el reyno dela China y dela China à España, boluiendo por la India Oriental, despues de auer dado buelta à casi todo el Mundo. En el qual se trata de los ritos, cerimonias, y costumbres dela gente que en todo el ay, y dela riqueza, fertilidad, y fortaleza de muchos reynos, y la descripcion de todos ellos. Hecha por el muy Reuerêdo padre Maestro fray Iuã Gonçalez de Mendoça de la orden de S. Augustin, assi por lo que el ha visto, como por relacion verdadera que tuuo del padre Martin Ignatio de Loyola y sus compañeros religiosos Descalços dela Orden de sant Francisco, que lo anduuieron todo el año de 1584. Impresso em Lixboa em S. Phelippe el Real. Año de M.D.Lxxxvj. Con licença da sancta y Gèral Inquisição.*

<sup>40</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 11, n. 259.

Em 1590 publica-se em Veneza um volume que apenas integra o *Itinerário* de Martín Ignacio<sup>41</sup>, acompanhado de outro em que apenas consta a relação de Agustín de Tordesillas sobre a viagem empreendida com Alfaro (portanto, os livros II e III da Parte II da *Historia del Reyno de China*)<sup>42</sup>.

A Parte I da *Historia* do padre Mendoza verteu-se pela primeira vez para língua alemã em 1589 (Frankfurt)<sup>43</sup> e teve nova tradução para este idioma por Matthies Dresser em 1597 (Leipzig)<sup>44</sup>. De 1600 há mais duas impressões em alemão (Mainz e Mogúncia). A mesma parte surgiu trasladada do italiano para o holandês em 1595 (Alkmaar e Amesterdão)<sup>45</sup>, tendo havido mais uma versão holandesa em 1656 (Delft)<sup>46</sup>. As edições latinas, subsidiárias da primeira alemã, surgiram em 1589 (Frankfurt,

---

<sup>41</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Viaggio fatto da Siviglia alla China dal P. fr. Martino Egnatio (da Loyola) dell'Ordine di San Francesco insieme con alquanti padri della medesima religione, di ordine della maestá cattolica del re Filippo. Nel quale passando per l'India Orientale, et per molti regni circondarono tutto il mondo; dove si raccontano le cose più notabili, ch'essi intesero e videro nel camino: si trata de i riti delle ceremonie et de i costumi de i popoli che trovarono, della ricchezza, dell'abbondanza et della fortezza de i paesi, che scorsero, et si descrivono, quanto più distintamente si può, i siti et le qualità de i luochi, che videro, secondo la noticia che poterono averne passando*, Veneza, appresso Andrea Muschio, 1590.

<sup>42</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Viaggio fatto alla Cina dal P. Fr. Pietro Alfaro dell'Ordine di an Francesco della Provincia di San Gioseffo (mentre era ministro delle isole Filippine) insieme con tre Padri della medesima Religione. Dove si vede, come entrarono miracolosamente in quel regno, et si fa mentione di tutte le cose belle et curiose, che notarono in sette mesi che ci stettero*, Veneza, appresso Andrea Muschio 1590.

<sup>43</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Ein neuwe kurtze doch warhafftige Beschreibung dess gar grossmächtigen weitbegriffenen bishero vnbekandten Königreichs China: seiner funffzehen gewaltigen Prouincien: vnsäglicher grosser vnd vieler Stätt fruchtbarkeit vberschwenglichen grossen Reichthums an Perlen Edelgesteinen Goldt Silber vnd andern Metallen grossen vnerhörter Kriegsmascht zu Wasser vnnnd Landy auch fürtrefflichem Wolangestellten vernünfftigem Regiment vnnnd Policye vnd dess Volks ingemein Geschick vnd Scharpffsinnigkeit dergleichen in keiner Historien weder bey Meden Persen Assyrien Indien Griechen Römern noch einigen andern Völckern in der weiten Welt jemals befunden. Bey ganz newlichen Jahren erkündiget hernacher in hispanischer Sprach beschrieben auss derselbigen in die italianische vnnnd nunmehr in Hochteutsh gebracht. Den vbrigen inhalt wirdt die Vorrede aussweisen*, Frankfurt, Sigmund Feyrabends, 1589.

<sup>44</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Historien vnd Bericht von dem newlicher Zeit erfundenen Königreich China, wie es nach vmbstenden, so zu einer rechtmekigen Beschreibung gehören, darvmb beschaffen. Item, von dem auch new erfundenen Landt Virginia. Jetzvnd auff's neue vbersehen, vnd mit einer Zusatz vermehrt newlich: wie es vmb die Religion in Perser und Mohrerland unter Priester Johan bewand sey. In druck verfertiger, durch Matthaevm Dresserm D. der Sprachen vnd Historien Professorn, Leipzig, Franz Schnelboltz, 1597.*

<sup>45</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *D'histoire ofte Beschrijvinghe van het groote Ryck van China. Eerst in spaensch beschreben door M. Ian Gonzales van Mendoza, Monick van d'oorden van S. Augustijni ende nu uyt het italiaensch nieus in Nederlantsche tale ghebracht*, Amesterdão, Cornelius Claesz, 1595.

<sup>46</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Histoire, Ofte Beschryvinghe van 'tgroote Ryck van China, Welcke vertoont, diens gelegentheyt ende groote, Rickdommen, Regeerders, wetten, Kloecheyt der Inwoond' ren, Vrugbaarheydt ende Zeden, des Wijdt-streckende, Rijckx China. Eerst, in't Spaans beschreven Door M. Ian Gonzalez van Mendoza, Moninck van d'Orden van St. Agustijn: ende nu nieuws in't Nederduyts vertaatlt*, Delft, Aernold Bon, 1656.

dedicada a Anton Fugger)<sup>47</sup>, 1595 (Antuérpia), 1599 (Frankfurt) e 1606 (Genebra). Sobre um hipotético impresso latino dado em Mogúncia em 1600 e — derivada do original espanhol — uma segunda tradução latina distribuída em 1655 em Antuérpia<sup>48</sup>, eventualmente reimpressa nessa cidade nos anos de 1665 e 1674<sup>49</sup>.

## 2. Velhas armas para um jovem propagandista: lapidagem da matéria chinesa e regresso às profecias<sup>50</sup>

Para além de um magnífico narrador, Juan González de Mendoza é um virtuoso da escrita. É fácil imaginá-lo a estender diante de si os múltiplos testemunhos que fora reunindo sobre o seu objecto, a arrumá-los por assuntos e, no fim, a traçar consecutivas bissectrizes ao que eles iam dizendo. Quando as contradições eram maiores, percebe-se ter desenhado preferências claras por certos informadores em detrimento de outros, sobretudo quando elas diziam respeito à própria qualidade dos chineses como povo.

---

<sup>47</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Nova et svccincta, vera tamen historia de amplissimo, potentissimoque, nostro quidem orbi hactenus incognito, sed perpaucis abhunc annis explorato Regno China; quindecim florenticissimis eius Prouincijs; plurimis admiranda magnitudine insignibus vrbibus; suma fertilitate; incredibili vnionum, gemmarum, auri, argenti, caeterovmq'; varij generis metallorum opulentia & copia; populurum ijs in regionibus inaudito in bellis terrestri naualiq'; adaparatu; praeclare item, prudentique optimè constitutae Reipublicae moderatione, & in vniuersum, de gentium ea morum dexteritate, ea ingeniorum acrimonia, cuiusmodo vix in vllis (clarissimarum etiam nationum: Medorum, Persarum, Assyriorum, Indorum, Graecorum, Romanorum, aut quorumcunque denique aliorum) historiarum monumentis, toto terrarum orbe reperiat. Ex Hispanica primùm in italicam, inde in Germanicum, ex hac demùm in Latinam lingvam conuersa: Operà Marci Henningi Augustani Reliquorum, quae in hisce describuntur, summan, praefatio Auctoris, & singulorum capitum alenchi docebunt*, Frankfurt, s.t.n.d. [1589].

<sup>48</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Rervm morvmque in Regno Chinensi maxime notabilivm historia ex ipsis Chinensium libris & Religiosorum, qui in illo primi fuerunt litteris ac relatione concinnata. Item PP. Augustianorum & Franciscanorum in illud ingressus. Per R. P. M. Ioannem Gonzalez de Mendoza. Ordinis Eremitarum S. P. Augustini. Opus Regibus, Principibus, Praelatis, Iudicibus, Magistratibus, Historicis, Concionatoribus utile iuxta & jucundum. Ex Hispanica lingua in Latinam transtulit F. Ioachimvs Brvlivs eiusdem Ordinis Religiosvs*, Antuérpia, apud Viduam & Hæredes Francisci Fickaert, 1655.

<sup>49</sup> Santiago Vela, *Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, pp. 206-224; Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 6, 1953, pp. 291-292; Tellechea Idígoras, 1989, pp. 89-92; Lust, ed. 1992, pp. 7-9, refs. 23-28; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 774; Costa, 1999a, pp. 251, refs. 223-225; pp. 255-259, refs. 254-265 e 280-281; p. 261, refs. 303-306; pp. 264-265, refs. 328-329 e 331-338; p. 267, ref. 361; p. 275, refs. 435-437; p. 278, ref. 456; p. 279, ref. 473; p. 290, ref. 574.

<sup>50</sup> A análise que se segue foi realizada sem que tenhamos tido oportunidade de ler o ms. da *Verdadera relacion* de Miguel de Loarca, do qual apenas recolhemos o índice reproduzido por Santiago Vela (*Ensaio de una Biblioteca*, vol. 3, 1917, pp. 230-231) e os extractos transcritos por C. R. Boxer nas notas que acompanham a versão inglesa da *Relación* de Martín de Rada (Boxer, 1953b, pp. 243 e sgs). Igual com a *Relación del Viaje que hicimos a la China desde la ciudad d Manila en las de Poniente año 1575, mandado y acuerdo de Guido de la Vazaris, governador y Capitán General que a la sazón era en las islas Philipinas* que constitui uma variante do anterior e da qual existem várias cópias manuscritas do século XVIII (p. ex., BNM, mss. 2902 e 3042; refs. in Ollé, 2002, p. 57, n. 41).

Aqui, a vantagem caiu para o lado do moderado Gaspar da Cruz e do mais moderado ainda Bernardino de Escalante. Porque por regra menos contido nas censuras do que aqueles dois, Martín de Rada esteve quase sempre em desvantagem neste confronto.

Contudo, há ainda dois outros factores que explicam a maior parte das opções críticas de Mendoza e o correspondente desacerto com o que temos nas principais fontes identificadas. Por um lado, uma reverência pelo conteúdo — em especial pelo conteúdo estatístico — de relatórios produzidos em Manila, de documentos acabados de resgatar da China pelos *castillas* (a expressão que se repete ao longo da *Historia del Reyno de China*) ou do que ele próprio extraíra por via oral de quem tinha tido o seu baptismo chinês. Por outro, uma tendência para evitar a todo o custo os pontos controversos, sendo emblemático o caso da identificação da China com o Cataio de Marco Polo patrocinada por Rada e que o autor da *Historia de China* entendeu dever desperdiçar<sup>51</sup>.

### ***Geografia, governo e cronologia***

A geografia da China é justamente uma daquelas matérias em que o padre Juan González se mostra menos à-vontade. É bom de ver que o problema está longe de resultar de um deficiente aproveitamento dos instintos visionários de Martín de Rada. Mesmo que o tivesse feito, estamos convencidos que Mendoza continuaria a tropeçar aí pois a generalidade das regressões que patrocina não decorrem tanto da ausência de elementos suficientes para a composição de um retrato menos inexacto mas, antes, de uma falta de convívio frequente e antigo com as fontes de raiz luso-jesuítica onde o respectivo processo de conhecimento desde há muito se vinha espraçando. Só essa lacuna pode explicar alguns dos absurdos do retrato do mundo físico chinês que tentou compôr e a dificuldade em valorizar os ganhos do saber empírico que parece ter-lhes estado associada.

Logo na segunda dedicatória ao leitor, González de Mendoza deixa em suspenso a dúvida, que não mais esclarecerá, sobre se no *Milione* Polo tratara dos chineses ou dos tártaros<sup>52</sup>. No capítulo XVII do livro III da Parte II a minuta de Martín Ignacio de Loyola serve-lhe para enquadrar o Reino da China entre o da Cochinchina (a Sudeste), o

---

<sup>51</sup> Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, p. 260. Ver *supra*, Parte II, cap. 3-2.

<sup>52</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, “[2.ª dedicatória] Al Lector”, Madrid, 1587, fl. B 2v.

da Tartária (a Nordeste) e o do Cataio (a Poente). Este seria um reino de gente branca, situado além da Pérsia, governado por Manuel e habitado por cristãos. Daí a Jerusalém, conclui, podia atravessar-se por terra, gastando seis meses aqueles que faziam essa caminhada e passavam pela Arábia Feliz e pelo Mar Vermelho<sup>53</sup>. No capítulo VIII do livro I da Parte I repete a associação problemática que o padre Rada apresentara entre Pequim — “la ciudad de Suntien [Shun Tian]<sup>54</sup>, que en su lengua quiere dezir ciudad del cielo” — e a Quinsai (Hangzhou) do veneziano<sup>55</sup>.

Outra incongruência de tipo geográfico vem a propósito da divisão provincial do Império Ming. Talvez induzido por um atlas chinês recolhido por Rada e para ele traduzido, Mendoza avança isolado com a ideia de que dez das quinze províncias da China eram marítimas. Quando o faz no capítulo VII do livro I da Parte I escusa-se a nomear quais<sup>56</sup>, mas ao retomar o tópico no capítulo XVII do “Itinerario y epitome” de Martín Ignacio diz antes que na costa marítima caem cinco províncias, “que son la de Canton, Chincheo, Liampon, Nanquin, y la de Paquian”<sup>57</sup>. Neste último capítulo escreve também que “en medio deste Reyno esta vna laguna muy grande, de la qual salen muchos y muy caudalosos rios *que* corren por todo el”<sup>58</sup>. Depois das cartografias de Diogo Homem, Bartolomeu Velho ou Fernão Vaz Dourado das décadas de 1560 e 1570 terem explorado uma concepção da rede hidrográfica chinesa próxima desta, reparámos já que a mesma aparece explicitamente superada no mapa de Luís de Barbuda, impresso em 1584.

Terá sido de novo com base naquele atlas autóctone, ou numa obra similar, que Mendoza tanto atreveu o cálculo inédito de 3000 x 1800 léguas para o comprimento e a largura máximas da China, como uma contagem de cidades e vilas diferente de todas aquelas que conhecemos, incluindo a que vem na *Relación* de Martín de Rada<sup>59</sup>. Igual

---

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII — “Tratase de la grandeza, bondad, riqueza, y fortaleza del Reyno de la China”, Madrid, 1587, fls. 201r.-201v.

<sup>54</sup> Shun Tian fu, “cidade que obedece ao céu”, designação da cidade e prefeitura de Pequim desde a dinastia mongol.

<sup>55</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. VIII — “De las Ciudades, y villas que tiene cada vna de las Prouincias deste Reyno”, Madrid, 1587, cit. fl. 13v. Ver Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, p. 270; idem, *ibidem*, ed. 1953, p. 270, n. 2.

<sup>56</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. VII — “De las quinze Prouincias que tiene este gran Reyno”, Madrid, 1587, fl. 11v.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII, Madrid, 1587, cit. fl. 202v.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII, Madrid, 1587, cit. fl. 202r.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro I, cap. VI, Madrid, 1587, fls. 10r.-10v.; idem, *ibidem*, Parte I, libro I, cap. VIII, Madrid, 1587, fls. 12r.-12v. Cf. Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, pp. 268-269.

se terá passado quando tentou uma aproximação ao número de contribuintes e aos montantes colectados pelo Estado<sup>60</sup>. Um pouco como Rada, realiza o estatuto particular das províncias metropolitanas de Pequim e Nanquim ao dizê-las sob a tutela do “cõsejo supremo del Rey, mediante ministros que a ellas se enbian”<sup>61</sup>. Equivalendo ao que Gaspar da Cruz averbara ao averiguar em profundidade sobre a natureza do funcionariado local subalterno, Fr. Juan González pode vangloriar-se de haver entrevisto como ninguém até aí — nem mesmo o autor de *Enformação* de 1554<sup>62</sup> — a função supervisora, o protocolo e a orgânica do poder central, repartido entre os seis membros do Grande Secretariado e os seis ministros da Corte<sup>63</sup>. Depois, deparamos com uma caracterização da Cidade Proibida a qual, pese embora as prováveis soluções retóricas e a melodia poliana, pelo menos indicia bem um esforço genuíno para reproduzir uma imagem<sup>64</sup>. Deparamos também com uma leitura muito correcta do sistema de vigilância mútua (*pao-chia*), a estrutura burocrática, coerciva e delatória através da qual se tentava prevenir o crime e a instabilidade em cada uma das células de vizinhança de um agregado urbano<sup>65</sup>.

Ao contrário do que vimos para as fronteiras ou para a hidrografia a pequena escala, é patente em toda esta derradeira série de ensaios a intenção de actualizar o saber

---

<sup>60</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. III — “Del numero de los vassallos, tributarios, y pecheros que este Rey tiene en las quince provincias de su Reyno”, Madrid, 1587, fls. 52r.-53r.; idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. IV — “Del Tributo que este Rey tiene en las quince Prouincias de su Reyno”, Madrid, 1587, fls. 53r.-55r. Cf. Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, pp. 274-278; idem, *ibidem*, ed. 1953, p. 277, n. 2.

<sup>61</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. IX — “Delos ministros, y Presidentes que tiene puestos el Rey en las Prouincias, y el orden que tiene enel gouierno”, ed. Madrid, 1587, cit. fl. 66r. Ver Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, pp. 274-278; idem, *ibidem*, ed. 1953, p. 266.

<sup>62</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6.

<sup>63</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. VIII — “Del consejo real que el Rey tiene, y el orden para saber cada mes lo que passa en su Reyno”, Madrid, 1587, fls. 63v.-66r.; idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. IX, Madrid, 1587, fls. 66r.-69v.; idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. X — “Prosigue de los ministros del Rey, y del modo que tienen en hazer justicia, y gouernar”, Madrid, 1587, fls. 69v.-74v. Ver Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 756, n. 116.

<sup>64</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. II — “Del palacio, y corte deste Rey, y de la ciudad donde biue: y como en todo su Reyno no ay ninguno que sea señor de vasallos de propiedad”, Madrid, 1587, fls. 49v.-52r.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. X, Madrid, 1587, fls. 73r.-73v. Ver Lach, ed. 1994, p. 760, n. 135; Kung-Ch'uan Hsiao, *Rural China*, Seattle, University of Washington Press, 1960; William Rowe, “Urban Control in Late Imperial China”, in Joshua Fogel & William Row (eds.), *Perspectives on a Changing China*, Boulder, Colorado, Westview Press, 1979; refs. in Martin King Whyte & William L. Parish, *Urban Life in Contemporary China*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1984, p. 231, n. 1; Peter K. Bol, “Government, Society, and State: On the Political Visions of Ssu-ma Kuang and Wang An-shih”, in Robert P. Hymes & Conrad Schirokauer (eds.), *Ordering the World – Approaches to State and Society in Sung Dynasty China*, Berkeley/Los Angeles/Oxford, University of California Press, 1993, pp. 168-169. Para uma transposição moderna do sistema de vigilância mútua na China, da qual se podem retirar várias lições em retrospectiva, ver Whyte & Parish, 1984, pp. 9-26 e 231-273.

da herança, mesmo da mais moderna. Não obstante, nada há aqui que se compare com o que o frade agostinho logrou fazer ao abordar o tema da cronologia chinesa. O seu confrade Martín de Rada introduzira a ideia de que o povoamento original do reino de Taibin acontecera pouco depois do Dilúvio, tal como repudiara o carácter fabuloso das crónicas dinásticas que fizera traduzir e começara a contagem da respectiva História pelo reinado de Yu, *o Grande* (Da Yu), o fundador da dinastia neolítica dos Xia (tradicionalmente, 2205 a. C.-1766 a. C.)<sup>66</sup>. Rada omite a segunda (Shang) e a terceira (Zhou) dinastias oficiais e não fornece a lista completa dos imperadores nem dados exaustivos a respeito da duração dos vários reinados<sup>67</sup>. Mas quer o que deu, quer o mais que Juan González de Mendoza retirou de outras fontes, fizeram com que este continuasse a pesquisa nessa direcção e, assim, alargasse a biografia dos imperadores e confirmasse a aposta na compatibilidade entre as cronologias chinesa e bíblica. Sem desprimor do contributo de Martín de Rada, pode-se considerar que o tema que apaixonaria Matteo Ricci, Álvaro Semedo, Martino Martini, Gabriel de Magalhães, Blaise Pascal, Antoine Gabil, Louis Leclerc de Buffon, Phillipe Couplet, Joachim Bouvet, Melchisedec Thévenot, Joseph Henri Marie de Prémare ou Nicolas Fréret acabou por ser desencadeado por Mendoza com uma frase quase cândida: “Por cosa muy cierta se tiene entre los moradores deste Reino que los primeros que le habitaron y fundaron fueron los nietos de Noe”<sup>68</sup>.

### ***Riqueza, isenção e vigilância***

Do erro por inércia e do simples acréscimo de conhecimento introduzido por Mendoza na *Historia de China* passamos a uma terceira característica fundamental da sua escrita. Define-a o empolamento literário de motivos presentes em textos como os de Cruz ou Rada feito sem outro propósito que o de reforçar “gratuitamente” o conceito da excelência chinesa. É esse o sentido da garantia de que a fertilidade da China “es sin

---

<sup>66</sup> Ver, *inter alia*, Kristofer Schipper, “Yu le Grand, empereur (~IIe mill.)”, in *Dictionnaire de la Civilisation chinoise*, 1998, pp. 800-801 [Schipper, 1998a].

<sup>67</sup> Ver Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, pp. 260-261 e 278-282.

<sup>68</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. III — “De la fertilidad del Reyno, y cosas que produze”, Madrid, 1587, cit. fl. 4v.; idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. I — “De los Reyes que ha tenido este gran Reyno, y de sus nombres”, Madrid, 1587, fls. 44r.-49v.; idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII, Madrid, 1587, fl. 203v. Ver Boxer, 1953b, p. 279, n. 5; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 783.

duda la mayor que se sabe de todo el mundo, aunque metamos en el el Peru y Nueva España, que son dos Reynos celebrados por fertilisimos”<sup>69</sup>. É esse o sentido da suposta opinião forjada por Martín Ignacio e pelos seus acompanhantes no caminho para Fuzhou e traduzida pela ideia simétrica de que “vieron tantas curiosidades y riquezas, que juzgaron esta tierra por la mejor del mundo”<sup>70</sup>. É esse o sentido da apologia do trabalho e da indústria dos naturais, ao parecer tanta “que ni perdonan valles, ni sierras, ni riberas donde no planten, y siembren, todo aquello que entienden que la tierra podra lleuar y produzir”<sup>71</sup>. É esse o sentido da leitura enviesada das crónicas locais que leva a que se afirme que naquele Império não havia lembrança de pestilências e que as fomes só aconteciam em “ocasiones accidentales”<sup>72</sup>. É esse o sentido das alegações inventivas de que o autor possuía um livro chinês estampado há mais de quinhentos anos e de que teria visto muitos outros idênticos àquele “assi en las Indias, como en España, e Italia”<sup>73</sup>. E talvez tenha sido esse o sentido da notícia intercalada a partir da edição de Madrid de 1586 que dá a entender que um navio daquele país aportara no México no ano anterior, de onde os tripulantes haviam seguido com as “cosas muy curiosas” que traziam “hasta llegar a España, y aun a otros reynos mas remotos”<sup>74</sup>.

A par deste género hiperbólico de escrita surgem-nos omissões que não podem ser associadas a uma coisa diferente de um propósito censório, sendo paradigmático o caso que envolve os eunucos. Um dos poucos retratos negativos pintados por Gaspar da Cruz no seu *Tractado* dissera respeito à corrupção que grassava entre os capados da Corte<sup>75</sup>. É certo que Escalante viera depois elidir esse particular, mas será também tudo

---

<sup>69</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. II — “Del temperamento del Reyno de la China”, Madrid, 1587, cit. fl. 4r.; idem, *ibidem*, Parte I, libro I, cap. IV — “Donde se prosigue de la fertilidad del Reyno, y cosas que produce”, Madrid, 1587, fl. 8v. Cf. Fr. Martín de Rada, *Relação da viagem ao Fujian* (Junho-Outubro, 1575), in Fr. Gaspar de San Agustín, *Conquista de las Islas Philipinas*, libro II, cap. XXIV, ed. 1975, p. 454.

<sup>70</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, libro III, cap. XV — “Prosiguen las cosas que los dichos padres vieron, y entendieron la segunda vez que entraron enel Reyno de la China, y los trabajos que padecieron”, Madrid, 1587, cit. fl. 198r.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro I, cap. III, Madrid, 1587, cit. fl. 5r.; idem, *ibidem*, Parte II, libro II, cap. VII — “Parten los nuestros para Aucho, y cuentase lo que hasta llegar alla les acaecio, y vieron”, Madrid, 1587, fl. 119v.

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII Madrid, 1587, cit. fl. 203v.

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. XVI — “De quanto mas antigua es la costumbre de imprimir los libros eneste Reyno, que en nuestra Europa”, Madrid, 1587, cit. fl. 88v. Cf. Fr. Martín de Rada, *Relação da viagem ao Fujian* (Junho-Outubro, 1575), in Fr. Gaspar de San Agustín, *Conquista de las Islas Philipinas*, libro II, cap. XXIV, ed. 1975, p. 458.

<sup>74</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. VII — “De la ley que tienen los Chinos de no poder hazer guerras fuera de su reyno, ni salir del, ni entrar extrangero sin licencia del Rey”, Madrid, 1587, cits. fl. 62v.

<sup>75</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-2.

menos inocente que Mendoza não só não emita qualquer reparo à fraqueza moral daqueles cortesãos, como nem sequer os refira. Sobre o problema em causa o mais que faz é minimizá-lo ou, então, tornar implícita a sua existência através do relato das medidas que correntemente eram tomadas para o prevenir entre os oficiais: “Paga a todos ellos el Rey bastâtes salarios, porque es vedado, so grauisimas penas, el lleuar derechos, o cohechos a los pleyteantes: y lo mesmo, y mas estrechamête es prohibido a los juezes”<sup>76</sup>. Em qualquer caso, até aqui pecava por excesso porque se uma coisa sucedeu aos mandarins dos Ming foi o serem os mais mal pagos de todas as dinastias chinesas<sup>77</sup>.

Prosseguindo, constatamos que já não há nem uma simples acumulação, nem uma simples amplificação nem uma simples selecção de conteúdos feitas a pensar na *utititas causae* quando se toma o conjunto de elementos que a *Historia del Reyno de China* faculta a respeito da matéria militar. González de Mendoza nunca é demasiado claro neste capítulo, mas uma das explicações para o sucedido poderá advir dele se ter querido demarcar das teses belicistas então muito em voga entre os seus compatriotas e de, para isso, ter achado que o meio mais eficaz seria o de conseguir dizer num tom aparentemente desinteressado da absoluta inexpugnabilidade do Império Chim<sup>78</sup>.

Assim, lemos que o respectivo príncipe “tiene el mesmo cuydado en la preuencion, que si tuuiera muchos, y muy grandes enemigos de quien guardarse, o a quien ofender”<sup>79</sup>. Lemos que, apesar de não usarem castelos ou fortalezas, os chineses têm grandes muralhas e baluartes em volta das suas cidades e que estas são protegidas por artilharia e vigiadas à noite por rondas metódicas de sentinelas<sup>80</sup>. Somos informados em detalhe sobre as normas de recrutamento das tropas e o tipo de armas de guerra que

---

<sup>76</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. X, Madrid, 1587, cit. fl. 70v.

<sup>77</sup> Ver, *inter alia*, Hiroschi Hino, “A concepção da China na Europa quinhentista e a sua transformação: comparação textual das obras de Gaspar da Cruz e González de Mendoza”, in *Religião e Cultura – Resumos do Simpósio Internacional Comemorativo do IV Centenário do Colégio Universitário de S. Paulo (1594-1994)*, Macau, 28 de Novembro-1 de Dezembro de 1994, Macau, ICM/Companhia de Jesus/Ricci Institut, Center for the Pacific Rim University of San Francisco/Diocese de Macau, 1994, p. 28; Hiroschi Hino, “O conceito da China na Europa quinhentista e a sua transformação: comparação textual das obras de Gaspar da Cruz e González de Mendoza”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 30, Janeiro-Março 1997, pp. 171-174; Jitsuzo Tamura (ed.), *Saigo no Tōyō-teki Shakai*, Tóquio, 1975, pp. 273-275; ref. in Hino, *ibidem*, p. 175, n. 21.

<sup>78</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 790 e 793-794.

<sup>79</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. V — “De la gête de guerra que ay en todas las quinze Prouincias deste grã Reyno, y en cada vna, assi de a pie, como de a caballo, y dela mucha vigilancia que tienen en la guarda del Reyno”, Madrid, 1587, cit. fl. 55v.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. V, Madrid, 1587, fls. 55v.-56r.; idem, *ibidem*, Parte II, libro I, cap. XVI — “Llegan los nuestros a la ciudad de Chincheo, donde son bien recibidos, y aposentados: y dizense algunas cosas de aquella ciudad”, Madrid, 1587, fl. 43v.; idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII, Madrid, 1587, fls. 206r.-207r.

usam<sup>81</sup>. É-nos assegurado que só as províncias marítimas dispõem da capacidade de “juntar mil nauios de guerra, y todos dedicados a ella, como en España diez”<sup>82</sup>. É-nos descrita a cena protagonizada por “cosa de veynete mil soldados piqueros y arcabuzeros” em manobras num prado dos arrabaldes de Fuzhou<sup>83</sup>. Vem-nos dito que quer as deficiências da sua cavalaria, quer um ânimo ou uma valentia que estariam um pouco aquém da dos soldados da Europa são compensados por uma ordem irrepreensível, pelo muito concerto com que escaramuçam, pela manha, pela astúcia e por um número de efectivos pouco menos que suficiente para empreender a conquista do mundo. Os valores esmagadores facultados a propósito apresentam-se inclusive algo inflacionados em relação ao que Martín de Rada conseguira pouco antes, o que leva de novo a presumir o recurso a uma segunda fonte trazida de Manila: 5.846.000 soldados a pé e 948.350 a cavalo<sup>84</sup>.

### “Castillas”, sotainas e S. Tomé

Para terminar, consideramos que são reconhecíveis duas áreas nas quais Fr. Juan de Mendoza demonstra à sociedade que a China não constitui para ele uma questão técnica, mas antes uma questão idiomática. A primeira — em qualquer caso bem menos carregada de consequências para a ordem do discurso que a segunda — confere com o programa patriótico. Por uma vez, dir-se-ia que a lógica nacional predomina sobre a lógica de Ordem. Sem sombra de hesitação, o agostinho espanhol começa por afirmar no parágrafo que abre o capítulo I do livro I da Parte I que a única descoberta “por clara, y verdadera noticia” daquele reino acontecera dez anos antes graças à iniciativa do governador Guido de Lavezaris e à jornada de Rada, Sarmiento, Loarca e companheiros. Quanto às décadas de frequentação lusa e à evidência escancarada de Macau, tratava-se, advoga, de um conjunto de precedentes de somenos importância

---

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. V, Madrid, 1587, fls. 55v.-57v.; idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII, Madrid, 1587, fl. 206r.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII, Madrid, 1587, cit. fl. 203r.

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro I, cap. XXVIII — “Iuntanse los Gobernadores de la Provincia para tratar del negocio delos nuestros: y resueluese que se bueluan a las islas. Veen cosas curiosas antes de partirse”, Madrid, 1587, cit. fl. 73r.

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. V, Madrid, 1587, fls. 56r.-57v.; idem, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. VI — “Prosigue de la gête de guerra que ay en las quinze Prouincias deste Reyno, y en cada vna, assi de a pie, como de a cauallo”, Madrid, 1587, fls. 58r.-60r.; idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVII, Madrid, 1587, fls. 206r.-207r. Cf. Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, pp. 272-273.

porque daí não se tinha extraído mais que uma série de notícias desencontradas<sup>85</sup>. Por outro lado, ainda que o mesmo Martín de Rada houvesse repetido algo que João de Barros publicara na *Década* de 1563 ao constatar que “por ser la nación china tan presumida que en todo el mundo entienden ser ellos los primeros”<sup>86</sup>, Mendoza preferirá escrever que os “tan claros ingenios, y tan buenos entendimientos” dos homens chineses os levam a dizer que “las demas naciones del mundo son ciegas, excepto los Españoles, a quien de poco aca hã conocido”<sup>87</sup>.

O desígnio da entrada pacífica dos mendicantes na China, de que Mendoza se confessa vezes sem conta incondicional adepto nas páginas da sua *Historia*, condiciona o aparecimento do segundo nível temático em que a forma final quase se desentende das provas empíricas para passar a ser construída sobretudo com base nas ambições do sujeito da escrita. Claro que missionários como Gaspar da Cruz não resistiram a vários expedientes mais ou menos rústicos que o padre Juan se apressa a repor. Um deles vem dito do seguinte modo no prólogo de um capítulo cujo título o resume: “Tienen estos miserables Idolatras en tan poco a sus Dioses, que da gran confianza de que llegando a tener entrada la ley Euangelica en aquel Reyno, los dexarian muy presto con las supersticiones, en particular de echar suertes cosa muy vsada en todo aquel Reyno”<sup>88</sup>. Outro consistia em fazer crer que bastava seduzir a superestrutura para que os fracos se convertessem: “Lo que se ha entendido destes Chinos es, que aunque tienen muchos errores gentilicos, serian faciles de reduzir a nuestra fe, si huuiesse libertad para predicarsela, y ellos la tuuiesse para recibirla”<sup>89</sup>. Um terceiro, mais do que à prosa dos religiosos das Missões, faz-nos recuar aos cativos portugueses de Cantão do início do século porque se liga com o sonho de uma espécie de pacto entre iguais para desmoronar de alto a baixo a ordem estabelecida: “En la gente plebeya no auria esta dificultad [de Deus os tocar], antes abraçaran con gran contento nuestra santa Ley, porque sera causa de libertarlos de la tyrania del demonio, y de los juezes y señores que los traton como a sus esclauos”<sup>90</sup>. Um quarto processo estava em louvar a capacidade de

---

<sup>85</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. I, Madrid, 1587, cit. fl. 1r.

<sup>86</sup> Fr. Martín de Rada, *Relação da viagem ao Fujian* (Junho-Outubro, 1575), in Fr. Gaspar de San Agustín, *Conqvista de las Islas Philipinas*, libro II, cap. XXIV, ed. 1975, cit. p. 458.

<sup>87</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro II, cap. V — “Delo que dicen del principio del mundo, y dela creacion de los hõbres”, Madrid, 1587, cit. fl. 30r.

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. III — “De lo poco en que estiman los Idolos que adoran”, Madrid, 1587, cit. fl. 26v.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVIII — “Tratase de algunos ritos y cerimonias, y otras señales que en este Reyno se hallan, de auer tenido noticia de la ley Euangelica”, Madrid, 1587, cit. fl. 208r.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVIII, Madrid, 1587, cit. fls. 209v.-210r.

discernimento dos nativos, tão promissora que — qual Fr. Gaspar — quando Martín Ignacio de Loyola um dia os admoestou em pleno acto de adoração aos ídolos nenhuma represália lhe tinha sido feita “o por tenerle el principal por hombre loco, o lo que es mas creyble, por hauer obrado Dios con su sieruo, y querido pagarle el seruicio que le auia hecho boluiendo por su honra, con templar la furia de aquel hõbre, y darle conocimiento de que era reprehendido con razon”<sup>91</sup>. No entanto, Mendoza trabalhou para superar a relativa fragilidade destes argumentos.

Aquilo que hoje taxaríamos de desonestidade intelectual mas que na época pelo menos também não deixaria de passar por embuste aparece-nos aqui entre as armas de arremesso utilizadas. Numa das dedicatórias que lhe eram dirigidas, o leitor desprevenido topava com o aviso de que “el rey dela China, cõ gana de recibir el, y los de su Reyno la fe Catholica, y doctrina del Euangelio, hã embiado a pedir religiosos: y en especial de la Ordẽ de S. Augustin, *que* fuerõ los primeros descubridores deste grã Reyno, y los *que* primero entraron en el”<sup>92</sup>. Dava-se como garantia de tal pedido uma carta acabada de chegar das Filipinas e assinada pelo Pe. Andrés de Aguirre, o provincial do arquipélago. Depois, apesar de já surgir sem o descaro deste preâmbulo, a intencionalidade política aí latente ressurgia intacta mais à frente ao citar-se uma missiva enviada de Macau para Manila por Fr. Pedro de Alfaro no início de 1580. Nela o franciscano afirmava ter sido convidado pelo bispo do enclave português para seguir “con muchos compañeros” para a Cochinchina na sequência de uma visita que o respectivo rei ali viera fazer “a pedir sacerdotes que los doctrinassen, y bautizassen con tanta determinacion, y ganas de ser Christianos, que en algunas partes tenian ya cortada la madera para hazer las Yglesias”<sup>93</sup>. Finalmente, sem uma carga política especial e sem

---

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVIII, Madrid, 1587, cit. fl. 209r.

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, “[1.ª dedicatória] Al Lector”, Madrid, 1587, cit. s. fl.

<sup>93</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, libro II, cap. XV — “Parten los nuestros de la China para yr a Luzon: pasan algunas tormentas: inuocã los marineros al demonio con suertes: son reprehendidos delos religiosos, y al fin llegan al puerto desseado, donde los reciben con mucha alegria”, Madrid, 1587, cits. fl. 145v.

É um facto que Nguyễn Hoàng, o príncipe soberano da Cochinchina, formula de forma mais ou menos expressa convites desta natureza numa altura em que procurava estabelecer uma rede de apoios internacionais que lhe amparassem o poder recém-conquistado. Confrontado com a necessidade de conservar a autonomia das províncias do Sul do Dai-Viet de que era senhor quer face aos seus suseranos do Norte, quer face aos Chams do Sul, volta-se para as rotas marítimas do Mar da China e repete ofertas de facilidades comerciais e navais na região de Tourane aos portugueses. Os aventureiros e mercadores lusos aí estabelecidos fazem eco destas ofertas, reclamando a vinda de religiosos da “religião dos Portugueses”. Ver carta de Pedro de Alfaro a Juan de Aroya, Cantão, 31 de Outubro de 1579; pub. in *Sinica Franciscana*, t. 2, *Relationes et epistolas Fratrum Minorum saeculi XVI et XVII*, Quaracchi-Florença, 1933, p. 182; carta de Pedro de Alfaro a Agustín de Tordesillas, Macau, 20 de Novembro de 1579; pub. in *ibidem*, t. 2, 1933, p. 52; Jacques, 1999, p. 130, n. 303.

o desaforo de outras alturas, afirmava-se ainda assim com um voluntarismo que se lhes aparentava que a proximidade moral que era suposto ocorrer entre os tártaros e os chineses fazia dos primeiros candidatos seguros a abraçar o cristianismo: “Los cuales [os chineses] si recibiesen la fe de nuestro señor Iesu Christo, es creyble que lo mismo harian los Tartaros, por ser tenidos por hombres dociles, y grandes imitadores de los Chinos”<sup>94</sup>.

Outro dos recursos empregues para aplanar as perspectivas dificultosas que, como acabou de se ver, apesar de tudo não se escondiam dos potenciais missionários da China, passou por desvalorizar o grau de idolatria reinante. Daí, por exemplo, que o ritual dos ofícios, das orações e das oferendas que os chineses faziam em honra dos seus mortos aconteça para Mendoza dentro de portas e não nos templos. Daí, também, que este circunscreva à gente plebeia a crença em “patrañas” como a de que as almas dos que viveram mal passam uma temporada expiatória no corpo de búfalos ou de outras animálias antes de seguir para o inferno e de que as almas dos que viveram bem são servidas e regaladas no corpo de reis e senhores<sup>95</sup>. Enfim, o corolário desta estratégia propagandística consistiu numa reposição inequívoca da teoria profética de que os chins tinham conhecido a religião cristã por intermédio de S. Tomé. A despeito das dúvidas

---

Apesar da modéstia daquele interlocutor asiático, os portugueses acabam por se interessar pelo convite, sobretudo a partir do momento em que dão por perdido o estabelecimento de novos laços com a baixa planície do Mecão. Dois outros factores cedo contribuem para dar continuidade à aposta num novo aliado na Baixa Indochina: a união das Coroas ibéricas (emulação do modelo expansionista espanhol e simples necessidade de buscar contrapesos político-militares) e as transformações da conjuntura regional (o progresso da islamização no Champá e a restauração da independência do Sião face à Birmânia em 1584 levam o Camboja a reclamar apoios junto dos hispânicos para resistir à tenaz). No entanto, é desde logo certo que quando Alfaro escreve em prol de uma Missão vietnamita não conhece — ou não quer conhecer — o parecer desfavorável que os superiores franciscanos de Manila se apressaram a dar, apelando para tanto à obediência ao rei castelhano e ao respeito pela delimitação papal: “En estar ay sin licencia de su Mag.d hacen contra la bulla de Alexandro VI. Su Mag.d como christianissimo ordenará lo que mas combine” — carta de Agustín de Tordesillas a Pedro de Alfaro, Manila, 17 de Maio de 1580; transcr. parcial in Jacques, 1999, cit. p. 130, n. 304.

O final do episódio é conhecido: depois de um primeiro momento em que Pedro de Alfaro e o seu companheiro Giovanni Battista Lucarelli foram acolhidos com afecto pelo bispo-governador D. Melchior Carneiro Leitão, os comerciantes e as autoridades civis do território português forçaram a partida de Alfaro para a Índia — por triste ironia, morto num naufrágio diante das costas da Indochina — e a prisão de Lucarelli, dado por mentecapto quando insistiu em regressar a Cantão para evangelizar.

Ver *supra*, Parte I, cap. 5-3 e cap. 6-4; Manuel Teixeira, “Os franciscanos em Macau”, in *Archivo Ibero-Americano*, Madrid, Padres Franciscanos Españoles, 37 (149-152), Enero-Diciembre 1978, pp. 309-323; Teixeira, 1981, pp. 51 e 58; Fr. Paulo da Trindade, *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. 1967, vol. 3, p. 376, n. 1; p. 511, n. 1; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, pp. 126-132; Jacques, 1999, pp. 129-131; Jacques Nepote, “Indochina”, in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, pp. 134-139.

<sup>94</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. I, Madrid, 1587, cit. fl. 4v.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. VI — “De como tienen por cierto que el anima es immortal, y que ha de auer otra vida, en la cual sera castigada, o premiada, segun las obras que en esta vida huuiere hecho, y cómo ruegan por sus difuntos”, Madrid, 1587, cit. fl. 34r.; idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. VI, Madrid, 1587, fls. 33v.-34v.

que Gaspar da Cruz e Bernardino de Escalante haviam manifestado a propósito, este ter-lhe-á parecido como o jogo intelectual mais eficaz para aproximar aquela estranhíssima e desconhecidíssima parte do Oriente das coisas próximas e familiares do Ocidente<sup>96</sup>.

É de reconhecer que tal jogo não se joga sem trazer na rede, limpas de demasiada deformação intencional, algumas novidades sobre os cultos chineses como é o caso da que toca Huang Di (o imperador amarelo), o primeiro patriarca taoísta da lenda, e alguns dos seus acólitos<sup>97</sup>. A *Relación* de Martín de Rada sustentou-o neste ponto, tanto quanto o fez, no todo ou em parte, a respeito de diversas deidades budistas que González de Mendoza nos descreve como verdadeiros exemplos de vida — eremitas, castas, quase santas<sup>98</sup>. E quase insuspeita nos parece também grande parte da larga digressão pela cosmologia taoísta que preenche o capítulo V do livro II da Parte I, porém só até ao momento em que o agostinho, tentando a síntese, anota: “De lo arriba dicho parece ser muy verosimil *que* el apostol S. Thomas predico en la China, de dõde se puede presumir *que* quedo impresso en sus coraçones todo aquello que hemos visto, y veremos que tiene apariencia de verdad, y conformidad con las cosas de nuestra santa fe Catolica”<sup>99</sup>.

Apesar do muito que bebeu em Fr. Gaspar ou no padre Bernardino, os termos do exercício proposto por Juan González de Mendoza para resgatar a crença numa antiga evangelização da China apagada pelo tempo fazem-nos regressar aos jesuítas Xavier e Lancilotto das décadas de 1540 e ao Lopes de Castanheda de 1554. A entrega entusiasmada à tese em si revela-se como uma forma de fazer crónica que parecia ultrapassada pelo correr dos anos. Depois, os motivos são substancialmente enriquecidos na *Historia* de 1585-1586, tal como é obviamente suscitada por um discurso mais sofisticado que o daqueles três escribas a preocupação, que agora surge, em associar os vestígios do magistério do apóstolo à gente “mas principal, y politica” de

---

<sup>96</sup> Ver, *inter alia*, Girard, 2000, pp. 19-21.

<sup>97</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro II, cap. II — “Prosigue dela religion que tienẽ, y de los Idolos que adoran”, Madrid, 1587, fls. 23v.-24r. Ver, *inter alia*, Kristoffer Schipper, “Taiöisme”, in *Dictionnaire de la Civilisation chinoise*, 1998, pp. 699-701 [Schipper, 1998b]; Anthony Christie, *Chinese Mythology*, Library of the Word’s Myths and Legends, Hong Kong, Chancellor Press, 1996, pp. 72-73 e 76 (1.<sup>a</sup> ed. 1968).

<sup>98</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro II, cap. II, Madrid, 1587, fls. 24r.-26r. Cf. Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, pp. 304-306.

<sup>99</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro II, cap. VI, Madrid, 1587, cit. fls. 32r.-32v.; idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. V, Madrid, 1587, fl. 30r.-32r.

todo o Reino do Meio<sup>100</sup>. Escreve-se noutro passo que entre as figuras de ídolos que se encontram nas províncias de “Paguia y Tolanchia”, fronteiras à Tartária, há uma por demais venerada com três cabeças a sair-lhe dos ombros e unidas por uma só vontade e querer. “Lo qual — diz Mendoza sem reбуços —, interpretado Christianamente, se puede entender ser el mysterio de la santissima Trinidad, que los Christianos adoramos, y confessamos por fe: el qual con algunas otras cosas que parece corresponden a algunas de nuestra sagrada, y catolica religion Christiana: se puede verosimilmête presumir, *que* predico eneste Reyno el glorioso Apostol de Christo, santo Thomas”<sup>101</sup>.

Verosimilhança e presunção voltam a chamar-se para estabelecer este nexos de causalidade a propósito de “algunas pinturas al modo y cõ las insignias delos doze Apostoles” que os naturais se limitavam a identificar com grandes filósofos e personagens respeitáveis do passado<sup>102</sup>. Do *Tractado* de Gaspar da Cruz procede a imagem de mulher com um menino nos braços posta num oratório de “vna casa, a manera de monasterio delos religiosos de aquella tierra”<sup>103</sup> — decerto Guang Yin, a deusa da Misericórdia dos budistas<sup>104</sup>. Sem os pruridos do dominicano português, Mendoza dá por adquirido tratar-se de novo afloramento da pregação de S. Tomé porque não se resguarda na hipótese alternativa de que esta pudesse antes ser uma gentilidade qualquer<sup>105</sup>. Mais desconcertante ainda (não obstante muito do que aí se lê provir de Rada) é a leitura que dá do credo de alguns chineses, apenas como se reformulasse o credo cristão, pois escreve ser comum entre eles entender-se “que el cielo es criador de todas las cosas visibles, e inuisibles” e que o “gouernador para las cosas de alla arriba” não foi criado “sino que es ab-eterno, y que no tiene cuerpo, sino que es espiritu”<sup>106</sup>.

Como terá sido percebido, a teoria chinesa da transmigração das almas e da reincarnação, à qual se fez uma referência pouco acima, constituiu outro terreno propício para reencontrar o reflexo desse célebre céptico que foi S. Tomé. Ao transmutá-la em noção partilhada somente entre os grupos inferiores do corpo social,

---

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. I — “De los muchos Dioses que adoran, y de algunas señales, y pinturas que entre ellos se hallan, que simbolizã en algo con cosas de nuestra Religion Christiana”, Madrid, 1587, cit. fl. 21v.

<sup>101</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. I, Madrid, 1587, cits. fls. 21r. e 21v.

<sup>102</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. I, Madrid, 1587, cit. fl. 22r.

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. I, Madrid, 1587, cit. fl. 22v.

<sup>104</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

<sup>105</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro II, cap. I, Madrid, 1587, fls. 22v.-23r.

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro II, cap. II, Madrid, 1587, cits. fl. 23v. Cf. Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, p. 304.

González de Mendoza apaga a observação de Gaspar da Cruz sobre as muitas “desistorias e mintiras gentílicas” que lá se observavam<sup>107</sup>. No entanto, resta espaço suficiente para uma caricatura cristã do ideal chinês da imortalidade, com a alma dos virtuosos a ser “lleuada al cielo, donde viuiua eternamente, con grandes regalos, hecha Angel” e a dos menos bons a ir “en compañía de los demonios, a vnas carceles muy obscuras, donde padeceran con ellos tormentos que nunca se acabaran”<sup>108</sup>.

Tanto quanto isso, do verosímil périplo do apóstolo desde a Índia até à China presumia-se terem resultado exemplos de invulgar entendimento natural como os “muchos como monasterios” que havia em todas as cidades e povoações e os muitos homens e mulheres que viviam nos campos em comunidade, clausura e obediência “a modo de nuestros religiosos”<sup>109</sup>. E era ainda por causa do legado do apóstolo com altar no Coromandel que se acreditava que a embaixada suplicada pelos mendicantes do *Patronato* a Filipe II só podia ser um sucesso — “por sin duda, no solo que la amistad de los Reyes, y sus subditos y vassallos se haria, mas que el Rey y todo el Reyno recibiriã la Fe de Christo, por simbolizar muchas ceremonias de las suyas con las Christianas, y porque su viuir moralmente guardaua en muchas cosas los diez mandamientos de la ley de Dios”<sup>110</sup>.

Assim termina o livro de Martín de Rada revisto por Juan de Mendoza.

---

<sup>107</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-2.

<sup>108</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro II, cap. VI, Madrid, 1587, cits. fl. 32v.; idem, *ibidem*, Parte II, libro III, cap. XVIII, Madrid, 1587, fl. 208v. Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 785; Hino, 1997, p. 174.

<sup>109</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro II, cap. VII — “De los templos que tienē, y de ciertas maneras de religiosos, y religiosas que ay, y de sus superiores”, Madrid, 1587, cits. fl. 34r.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, Parte II, libro I, cap. XXXII — “Llegan los capitanes Chinos con los nuestros a la ciudad de Manila, recibenlos el Gouernador y los de la ciudad con mucha alegria, y hazenles mucha fiesta: y despues de auer estado alli algunos dias, se bueluen a la tierra firme, enterados en muchas cosas de nuestra santa Fe Catolica, y con desseo de recibirla”, Madrid, 1587, cit. fls. 86v.-87r.

### 3. Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios e a edição esquecida do *Itinerario de Martín Ignacio de Loyola publicada em Lisboa em 1586*

#### *A fileira franciscana*

As narrativas dos franciscanos Agustín de Tordesillas e Martín Ignacio de Loyola divulgadas por Juan González de Mendoza na Parte II da *Historia de China* têm um parente próximo num impresso intitulado *Libro y Relacion de las grandezas del Reyno de la China. Hecho por un frayle descalço de la Orden de Sant Francisco, de seys que fueron pressos en el dicho Reyno, en la isla de Haynam. en el año de 1585*<sup>111</sup>. Provavelmente saído em Espanha em torno a 1586, trata-se do escrito de um dos expedicionários que acompanhavam Fr. Diego de Oropesa quando o grupo que este trazia de volta da Cochinchina naufragou frente àquela ilha chinesa em finais do mês de Maio de 1583. Vimos atrás que Oropesa e os seus foram conduzidos daí para Cantão e acabaram resgatados por Matteo Ricci, Michele Ruggieri e pelas gentes de Macau.

Uma das particularidades do texto em causa está na utilização que faz da *Relación* macaense de Juan Bautista Román de Setembro de 1584, a qual seguiu para Espanha apensa à cópia de uma carta remetida do interior da China para Macau pelo padre Ricci<sup>112</sup>. Como referimos no ponto em que historiámos os primeiros tempos do assentamento espanhol nas Filipinas, Román era feitor da Fazenda real em Manila na altura em que as autoridades locais o enviaram a Macau para resgatar o *San Marín*, galeão da carreira de Acapulco cuja tripulação se amotinara<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> British Museum, Londres (1312. C. D); ref. in Boxer, 1953b, p. LXXXIX, n. 1.

<sup>112</sup> Juan Bautista Román, *Relación de Juan Baptista Roman factor de las islas Philipinas en Macan, Macau, 28 de Setembro de 1584* (ms. Academia de la Historia, Madrid, *Colección Juan Bautista Muñoz*, 9-4797, vol. 18, fls. 249r.-258r.); pub. in León Lopetegui, “Contactos entre España y China en el siglo XVI”, in *Missionalia Hispanica*, Madrid, 1 (1-2), 1944, pp. 341-352; *ibidem*, transcr. parcial in Loureiro, 1997b, pp. 103-107. Todas as referências e citações a partir desta última edição. Ver também: Carlos L. Vega, “Un proyecto utópico: La conquista de China por España”, in *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, Burgos, 14-18, 1982; Ollé, 2002, pp. 156-158.

Cf. Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584 (*Copia de la carta que me escribió el Padre Matheo Risi y Saliano [por italiano] Religioso de la Compañía de Jesús que reside con el Padre Miguel Ruggiero en la ciudad de Juanquin, caveça de esta provincia de los Cantones en el Reyno de la China y donde reside el Virrey desta dicha provincia*; ms. Academia de la Historia, onde se inclui a *Relación* de Román); pub. in Pietro Tacchi Venturi (ed.), *Opere Storiche del P. Matteo Ricci*, edite a cura del Comitato per le Onoranze Nazionali, con prolegomeni, note e tavole dal P. P. Tacchi Venturi, vol. 2, *Le lettere dalla Cina*, Macerata, Filippo Giorgetti, 1913, pp. 36-49.

<sup>113</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-5.

A estada no porto português aproveitou-a este oficial para fazer um retrato resumido da realidade chinesa, das disposições defensivas às características urbanas, dos rendimentos do imperador à imagem das mulheres, da arte musical às minas e às importações de prata, do uso do papel e da tipografia aos castigos judiciais. Em algumas destas matérias surgem-nos novidades mais ou menos absolutas como quando se assinala o *pao-chia*, quando se imagina a China como um quadrado com cerca de quatrocentas léguas de lado, quando se afirma a não existência de hospitais, mosteiros ou abadias nesse país — os termos de referência são naturalmente os de um europeu — ou quando se nomeiam os “colaus” ou Grandes Secretários do governo central<sup>114</sup>.

Não obstante tudo isto, sabemos também que um dos propósitos que animaram Juan Bautista foi o da conquista da China — ou, no mínimo, dos seus lugares marítimos, províncias adjacentes e todo o Mar do Sul e do Arquipélago. Nesse sentido, tanto lhe interessou desvalorizar a capacidade do soldado chinês, como repetir que as armadas de duzentos e cinquenta vasos que patrulhavam as costas entre Cantão e Chinchéu não passavam de fumaça, que a sua capacidade de fogo era risível, que as muralhas das cidades não tinham proporção geométrica, nem travejamentos, nem fossos, nem artilharia, que a tropa não dispunha de milícia a cavalo e que bastaria meia dúzia de galeões, meia dúzia de galés, cinco mil soldados espanhóis, seis ou sete mil japoneses e três ou quatro mil índios visayas para tomar de assalto aquele quinhão de terra<sup>115</sup>. Ora, tal como sucedeu entre Juan de Mendoza e algumas das suas fontes primárias, o interessante é observar mais uma vez o contraste entre a visão tantas vezes cruel e depreciativa do homem prático que foi Román e o louvor incondicional da China ofertado por Diego de Oropesa por intermédio do seu *Libro y Relacion* a um público que importava cativar para a causa das Missões.

Os franciscanos espanhóis renunciariam por algum tempo às suas aspirações na China pouco depois de Martín Ignacio de Loyola ser levado a abandonar Macau e a rumar ao México em 1587. Apesar do breve obtido em Roma em Dezembro de 1584 e dos poderes formais que detinha para evangelizar o Império do Meio por efeito da patente, entretanto recebida, de Comissário dos padres Descalços da Ordem de S.

---

<sup>114</sup> Juan Bautista Román, *Relación*, Macau, 28 de Setembro de 1584, ed. 1997, pp. 104-106. “Coloau”, do chinês *gelao*.

<sup>115</sup> Ver Juan Bautista Román, *Relación*, Macau, 28 de Setembro de 1584, ed. 1997, pp. 104-106; *supra*, Parte II, cap. 6-4.

Francisco nessas partes, o padre Marín houvera que render-se à evidência dos obstáculos colocados diante de si pelos portugueses e pelos religiosos do Padroado<sup>116</sup>.

Tal quarentena é interrompida de modo pontual com a edição da *Historia de las Islas del Archipiélago, y Reinos de la Gran China* de Marcelo de Ribadeneyra (Barcelona, 1601)<sup>117</sup>. Tratava-se de uma jogada de antecipação destes mendicantes, interessados em editar uma crónica que os afirmasse como os primeiros missionários no Extremo Oriente, mormente face ao avanço que a Companhia de Jesus vinha conseguindo na área. Os inacianos respondem com a *Relacion de las Islas Filipinas* de Pedro Chirino (Roma, 1604)<sup>118</sup>, enquanto que os dominicanos só o farão com a *Historia de la provincia de Sancto Rosario de Philippinas, Japón y China* de Diego Aduarte (Manila, 1640)<sup>119</sup> e os agostinhos com as *Conquistas* de Gaspar de San Agustín de 1698. De qualquer modo, um tirocínio chinês nulo como era o de Ribadeneyra não permitiu que o título da sua obra correspondesse de todo ao respectivo conteúdo. Este está centrado no Japão. Da China pouco mais consta que um conjunto de referências

---

<sup>116</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-4; Fr. Paulo da Trindade, *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. 1967, vol. 3, p. 386, n. 1; pp. 515-516, n. 6.

<sup>117</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Historia de las Islas del Archipiélago, y reynos dela Gran China, Tartaria, Cvchinchina, Malaca, Sian, Camboxa y Iappón, y de lo sucedido en ellos a los Religiosos Descalços, de la Orden del Seraphico Padre San Francisco, de la Prouincia de San Gregorio de las Philippinas. Compvesta por Fray Marcello Deribadeneyra, compañero de los seys frayles hijos de la misma Prouincia Martyres gloriosissimos de Iappon, y testigo de uista de su admirable Martyrio. Dirigida a nvestro Reverendissimo Padre Fray Francisco de Sosa, Generalissimo de toda la orden de N. P. S. Francisco. A la buelta desta hoja esta la suma de toda la Historia*, Barcelona, Imprenta de Gabriel Graells y Giraldo Dotil, 1601.

No 16.º tomo do *Manual del Librero Hispanoamericano*, Antonio Palau y Dulcet faz preceder esta referência de 1601 da seguinte: Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Historia de las Islas del Archipiélago, y Reynos de la Gran China, Tartaria, Cuchinchina, Malaca, Sian, Camboxa y Japón. Y de lo sucedido en ellos a los Religiosos Descalços, de la Orden del Seraphico Padre San Francisco, de la Provincia de San Gregorio de las Philipinas*, Roma, Nicolás Mucio, 1599. Sobre esta suposta 1.ª edição, Palau diz-nos ser rara e que leva na página 713 uma “Adición de Francisco Peña, auditor de Rota, de tres capitulos, a la relación del Padre Fr. Juan de Sancta María, en que se muestra que la muerte de los seys Padres Descalzos, y otros sus allegados, en el Japón a cinco de Hebrero año 1597, fué veadadero martyrio”. Acrescenta ainda que a maioria dos respectivos exemplares, uma vez impressos, seguiram de Roma para Barcelona, onde lhes conservaram o título mas substituíram a identificação do editor e do ano, o que teria dado na edição de 1601 acima assinalada (Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 16, 1964, cit. p. 426).

Ainda que não tivéssemos podido confirmar a existência desta edição, também não nos cumpre negá-la. Contudo, veremos no ponto em que analisarmos a *Historia de las Islas* de Marcelo de Ribadeneyra por que motivo nos parece bastante improvável a existência de uma *princeps* romana desta obra dada de acordo com o calendário proposto neste apanhado bibliográfico espanhol. Ver *infra*, cap. 20-1.

<sup>118</sup> Pedro Chirino, S.J., *Relacion de las islas Filipinas i de lo que en ellas an trabaiado los padres de la Compañia de Iesus, del P. Pedro Chirino de la misma Compañia, procurador de aquellas islas*, Roma, Estevan Paulino, 1604.

<sup>119</sup> Fr. Diego Aduarte, O.P., *Historia de la provincia de Sancto Rosario de la Orden de Predicadores de Philippinas, Japón y China*, Manila, en el Colegio de Sãcto Thomas, por Luis Beltran, 1640.

naturalmente indirectas. De novo, importava a militância, não o rigor histórico e factual<sup>120</sup>.

Os religiosos de S. Francisco de Assis só muitos anos depois voltam a dar sinais de querer resgatar para a sua área de influência aquele objectivo oriental. Fá-lo-ão cerca de 1633, quando surge o manuscrito da *Relacion del viaje al reyno de la Gran China* de Fr. Francisco de Jesus de Escalona<sup>121</sup>. Os quinze curtos parágrafos em que Escalona aí condensa temas como os do cerimonial, da alimentação, da indumentária ou do edificado chinês antecedem de pouco os primeiros escritos de Antonio de Santa Maria Caballero, que sabemos prefeito apostólico para a Missão seráfica da China a partir de 1643. Nesse mesmo ano de 1633, Santa Maria e Juan Bautista Morales — o futuro governador apostólico para as Missões dominicanas na China nomeado em simultâneo a Caballero pela *Propaganda Fide* — iniciam uma viagem ao Império de Pequim “al fin de fundar Cristandad”<sup>122</sup>. Em Agosto de 1637 surgem as quinze “dúvidas” sobre as práticas acomodáticas dos jesuítas constantes da memória com que Santa Maria e Juan Pina de San Antonio ateiam o rastilho da “querela dos ritos”: *Dubitationes gravissimae quae circa novam conversionem et christianitatem regni Magnae Chinae occurrunt...*<sup>123</sup>. Em Abril de 1638 Fr. Antonio tem concluída a sua *Relacion breve de la entrada de las*

---

<sup>120</sup> Ver Juan R. de Legísima, “Prólogo”, in Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Historia de las Islas del Archipiélago Filipino y Reinos de la Gran China, Tartaria, Cochinchina, Malaca, Siam, Cambidge y Japón*, edición, prólogo y notas de J. R. de Legísima, colección España Misionera, Madrid, Editorial Católica, 1947, p. XVII; Girard, 2000, pp. 65-66, 75-77 e 122-126.

<sup>121</sup> Fr. Francisco de Jesus de Escalona, O.F.M., *Relacion brebe, del Viaje al Reino de la Gran China, i de lo que ha sucedido en aquella Conversion, i he visto para honra, i gloria de Dios, i de la Sagrada Religion, hecha por obediencia de nuestro Hermano Provincial, Fr. Vicente, en 12 Capítulos, i al fin està la Descripcion de la Monarquia China, dividia en quinze Provincias, ò Reinos, sacada de los Libros Sinicos, i Mapas de ellas*; ref. in Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cols. 144-145; idem, *Relacion del viaje al reyno de la Gran China por Fr. Francisco de Jesus de Escalona*; pub. in *Sinica Franciscana*, t. 2, 1933, pp. 215-314. Ver Legísima, 1947, p. XIX; Fr. Paulo da Trindade, *Conquista Espiritual do Oriente*, ed. 1967, vol. 3, p. 516, n. 6.

<sup>122</sup> Fr. Baltazar de Santa Cruz, O.P., *Tomo segundo de la Historia de la Provincia del Santo Rosario de Filipinas, Japón y China, del Sagrado Orden de Predicadores*, cap. XXVII, Saragoça, Pasqual Bueno, 1693, p. 408; cit. in Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna – Ensaio de Análise Textual Comparada. Tese de Doutoramento em História e Civilizações preparada sob a direcção de Jean-Pierre Berthe, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1996*, tradução de Leonor Curado Neves e Maria Alexandra Lousada, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Macau/Instituto Politécnico de Macau, 1999, p. 108, n. 86.

<sup>123</sup> Fr. Antonio de Santa Maria Caballero, O.F.M. & Fr. Juan Pina de San Antonio, O.F.M., *Dubitationes gravissimae quae circa novam conversionem et christianitatem regni Magnae Chinae occurrunt*, Manila, 20 de Agosto de 1637, Ms. Arquivos Propaganda Fide, Roma, *Scrittura Originali riferite nella Congregazione Generali*, vol. 321 (1643), fls. 399r.-422v.

*dos sagradas religiones de sancto Domingo y San Francisco en la gran China*<sup>124</sup>. O balanço de todo este novo esforço virá condensado no título de um outro texto do mesmo missionário, a *Relación de la persecución que en este reyno de la Gran China se levantó contra nuestra santa fe y sus predicadores, año del Señor de 1664*<sup>125</sup>.

### **Fr. Jerónimo**

Ante este breve historial, temos que retornar à etapa a que pertencem Agustín de Tordesillas, Martín Inacio de Loyola e Diego de Oropesa para situarmos o primeiro dos dois impressos nos quais nos centramos aqui, o do *Itinerario y compendio de las cosas notables que ay desde España hasta el Reyno dela China y dela China à España*<sup>126</sup>. Livro raríssimo e poucas vezes referenciado, conhecemo-lo apenas pelo exemplar guardado nos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, o qual tem anotada uma marca de posse que indica haver pertencido à Comunidade dos frades capuchos da Caparica (BNL, Res. 2131 P.). Na folha de rosto acrescenta-se “Impresso em Lixboa em S. Phelippe el Real. Año de M.D.L.xxxvj. Con Licença da sancta y Gèral Inquisição”. De acordo com a *Bibliografía* de António Anselmo, foi editado por André Lobato, impressor que se supõe de origem espanhola e do qual apenas se conhece cerca de uma dezena de trabalhos executados na mesma cidade entre 1583 e 1587, um deles em sociedade com Manuel de Lira, outro profissional do mesmo ofício provavelmente também natural de Espanha<sup>127</sup>.

A iniciativa que conduziu ao lançamento desta versão resumida da *Historia del Reyno de la China* de Juan González de Mendoza que apenas incluía o *Itinerario* de

---

<sup>124</sup> Fr. Antonio de Santa Maria Caballero, O.F.M., *Relacion breve de la entrada de las dos sagradas religiones de sancto Domingo y San Francisco en la gran China: Y de algunas otras cosas muy dignas de notar y de remedio*, s.l., 17 de Abril de 1638, BNM, Mss. 5930, fls. 10r.-25v..

<sup>125</sup> Fr. Antonio de Santa Maria Caballero, O.F.M., *Relación de la persecución que en este reyno de la Gran China se levantó contra nuestra santa fe y sus predicadores, año del Señor de 1664, dirigida a nuestro R. m. P. General de toda la Seráfica familia franciscana, por fray Antonio de Santa Maria, indigno hijo della, prefecto apostólico eiusdem Ordinis Minorum en este reyno de la China*, in *Sinica franciscana*; pub. in *Sinica Franciscana*, t. 2, 1933. Ver Legísima, 1947, pp. XXII-XXIII; Teixeira, 1978, pp. 339-346; Jacques Gernet, *Chine et christianisme – La première confrontation*, édition revue et corrigée, Bibliothèque des Histoires, Paris, Éditions Gallimard, 1991, pp. 19-29 (1.<sup>a</sup> ed. 1982); Girard, 2000, pp. 54-56 ; pp. 102-102; p. 207, n. 29; p. 567. Cf. Antonio de Léon Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cols. 143-144.

<sup>126</sup> Ver *supra*, n. 39 a este capítulo.

<sup>127</sup> Anselmo, ed. 1977, pp. 209 e 224; pp. 225-226, ref. 784. Cf. Maria Alzira Proença Simões, *Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI – A coleção da Biblioteca Nacional*, Lisboa, BNL, 1990, p. 146, ref. 300.

Martín Ignacio partiu de Frei Jerónimo Gracián de la Madre de Dios, carmelita descalço, além de literato e curioso da matemática, da medicina, da astrologia, da alquimia e da física (Valhadolid, 1545-Bruxelas, 1614). Filho de Diego Gracián de Alderete, secretário de Carlos V e de Filipe II, e de Juana Dantisco, filha do embaixador polaco na Corte Espanhola, Gracián passa pela Universidade de Alcalá e com apenas vinte anos de idade já ensina filosofia na Ordem na qual ingressara. Director espiritual de Santa Teresa de Jesus, participa na organização da reforma carmelita. É eleito como primeiro superior da nova província reformada (1581-1585), mas será expulso da congregação algum tempo depois por ter introduzido algumas modificações na Regra mal acolhidas internamente (1592). Tentará sem êxito a readmissão em Roma, erra pela Sicília e é aprisionado por piratas argelinos que o levam para Bizerta e Tunes (1593-1595). No entanto, não só acaba por conseguir ser resgatado, como por entrar de novo para um dos conventos romanos da sua Ordem (1595). Clemente VIII reenvia-o no mesmo ano a África com a missão de pregar o Jubileu, tendo regressado em 1596 munido de um breve apostólico que o colocava entre os carmelitas da antiga observância. Já em Bruxelas, sobressairá como confessor da arquiduquesa Isabel.

Fr. Jerónimo publica entre outras obras de carácter religioso um *Tratado de la redención de los cautiuos* (Roma, 1597; reeds. Madrid, 1603 e 1604; Bruxelas, 1609), um *Camino del Cielo* (Madrid, 1601), uma *Vida y muerte del patriarca San José* (Valencia, 1602), um *Dilucidario del verdadero espíritu... en que se declara la doctrina de la Santa Madre Teresa de Jesús* (Madrid, 1604; Bruxelas, 1608), uma *Mystica Teulugia colegida de lo que escribió San Buenaventura, del verdadero camino del Cielo* (Bruxelas, 1609) e umas muito apocalípticas *Diez lamentaciones del miserable estado de los Atheistas de nuestros tiempos* (Bruxelas, 1611). Deixa quatro escritos de carácter autobiográfico: *Peregrinaciones de Anastasio*, *Persecuciones de Eliseo*, *Diálogos de la muerte de Santa Teresa* e um *Epistolario*. Menos ou de todo aparentados com o género ascético ou mítico são os três manuscritos referenciados por Nicolás Antonio ou González de Barcia junto ao seu nome: *Martyres nuevos del Japon*<sup>128</sup>, *Discurso à manera de Demonstracion, ò Advertimiento, sobre la necesidad de la Navegacion à todas las Indias* e *Dificultades, que se siguen sobre la Navegación à las Indias*<sup>129</sup>.

---

<sup>128</sup> Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 163.

<sup>129</sup> Idem, *ibidem*, t. 2, Madrid, 1738, col. 1174. Ver entrada “Girolamo della Madre di Dio”, in *Enciclopedia Cattolica*, vol. 6, Cidade do Vaticano, Ente per l’Enciclopedia Cattolica e per il Libro Cattolico, 1951, p. 666; entrada “Jerónimo Gracián”, in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-*

No mesmo ano em que patrocina o título lisboeta de González de Mendoza/Martín Ignacio, Jerónimo Gracián faz sair — e sempre das oficinas de André Lobato ou das da parceria Lobato/Manuel de Lira — os três volumes da *Lampara encendida* ou do *Spiritv y deuocion con que se ha de dezir el officio diuino*<sup>130</sup>, um *Luz de la perfection religiosa*<sup>131</sup> e um *Stimvlo dela propagacion dela Fee*<sup>132</sup> (reeds. Nápoles, 1593; Madrid, 1603 e 1604; Bruxelas, 1609). Assina-os a todos como provincial, prior ou vigário provincial dos Descalços Carmelitas da Província de Portugal, sendo o último dos designados um pequeno livro facilmente assimilável ao *Itinerario y Compendio* tanto em função do propósito missionário que o marca, como pelo modo como trata o novo e apetecível objectivo extremo-oriental<sup>133</sup>. Analisá-lo-emos com algum cuidado em continuação, pelo que constitui a segunda das obras aqui tratadas.

### *A fileira carmelita*

O “S. Phelippe el Real” onde se imprime o *Itinerario* ou o “Sant Philippe de los Carmelitas descalços” onde ainda nesse ano de 1586 se faz o *Stimvlo dela propagacion*

---

*Americana*, vol. 26, Bilbao/Madrid/Barcelona, Espasa-Calpe, s.d., p. 895; Emilia Navarro de Kelley, “Introducción”, in Constantino Ponce de la Fuente & Fray Jerónimo Gracián de la Madre de Dios, *Beatus vir: carne de hogera. Exposición del primer Salmo seguido de Diez Lamentaciones del miserable estado de los ateístas de nuestros tiempos*, edición, introducción y notas de E. Navarro de Kelley, Biblioteca de visionarios, heterodoxos y marginados, Madrid, Editora Nacional, 1977, pp. 61-63.

<sup>130</sup> Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios, O.C.D., *Lampara encendida. Libro de la perfection religiosa: enel qual se trata lo que deue hazer el alma para con Dios, para con su proximo, y pra consigo misma: y para la perfecta guarda de su regla, y de los tres votos*, Lisboa, Manuel de Lira & André Lobato, 1586; idem, *Segvnda parte de la lampara encendida, Que trata dela Oracion mental, y de sus partes, y condiciones: y del spiritu que se ha de procurar en lo interior quando se dize el officio diuino, y se celebra el sacrificio de la missa, y se reza la Oracion del Pater noster*, Lisboa, Manuel de Lira & André Lobato, 1586; idem, *Tercera parte del spiritv y deuocion con que se ha de dezir el officio diuino, celebrar el sacrificio de la missa, y rezar el Pater noster*, Lisboa, Manuel de Lira & André Lobato 1586. Ver Anselmo, ed. 1977, pp. 223-224, ref. 779; Simões, 1990, pp. 146-147, ref. 302.

<sup>131</sup> Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios, O.C.D., *Luz de la perfection religiosa: en el qual se trata lo que deue hazer el alma para con Dios, para con su proximo, y para consigo misma: y para la perfecta guarda de su regla, y delos tres votos de Obediencia, Castidad, y Pobreza*, Lisboa, Manuel de Lira & André Lobato, 1586. Ver Anselmo, ed. 1977, p. 225, ref. 779; Simões, 1990, p. 147, ref. 303.

<sup>132</sup> Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios, O.C.D., *Stimvlo dela propagacion dela Fee. Contiene el vincvlo de hermandad entre los Padres descalços, de nuestra Señora del Monte Carmelo, y del Seraphico Padre Sant Francisco, para ayudarse y fauorescer se en la conuersion de la Gentilidad. Y vna Exortacion para ellos. Hecha por Fray Hieronymo Gracian, de la madre de Dios, Carmelita descalço. Con licencia de la santa y General Inquisicion. Impresso en Lisboa en Sant Philippe, de los Carmelitas descalços, por Andres Lobato. Año de M.D.Lxxxvj*. Ver Antonio de Léon Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epítome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 85; Anselmo, ed. 1977, p. 226, ref. 785; Simões, 1990, p. 147, ref. 304.

<sup>133</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “Os Franciscanos e a Missionação no Extremo Oriente segundo uma Obra Impressa em Lisboa em 1586” [resumo da comunicação], in *O Franciscanismo em Portugal – Actas dos III e IV Seminários*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 115 [Costa, 2000a].

*dela Fee* (“licença pera correr” dada em Lisboa a 19 de Julho) refere-se à casa alugada que os carmelitas descalços ocupavam desde Outubro de 1581 no bairro da Pampulha e que estaria na origem do convento que evocou o Santo em causa. Esses tinham sido igualmente o mês e o ano da chegada a Portugal destes religiosos. O capítulo celebrado em Alcalá de Henares a 3 de Março de 81 deliberara dilatar o instituto da Ordem a países fora de Espanha e começar pelo vizinho ocidental. A proximidade com Filipe II e a necessidade de acautelar previsíveis resistências do lado português fizeram com que o escolhido para liderar a Missão fosse o italiano Fr. Ambrogio Mariano. Depois de recolhidas as autorizações de residência da parte do arcebispo e da Câmara da cidade, o noviciado encontrar-se-ia estabelecido em Março de 1582. As primeiras religiosas carmelitas descalças chegariam de Espanha a Lisboa em Dezembro de 1584, depressa se acomodando no convento de Santo Alberto, na freguesia de Santos-o-Velho. Do ponto de vista formal, o processo culminou quando o capítulo reunido em Madrid a 19 de Junho de 1588 decreta a divisão da Ordem em províncias, fazendo da de S. Filipe de Portugal uma delas<sup>134</sup>.

Ambrogio Mariano entrara em Lisboa em 1581 acompanhado por sete religiosos. No ano seguinte despedem-se do convento de S. Filipe três padres e dois irmãos, destinados “alos Reynos de Cõgo, y Angola, en Æthyopia, para hazer fructo en las almas delos fieles, y entender en la conuersion delos Gentiles, y infieles que en ellos habitan”<sup>135</sup>. O grupo desaparece num naufrágio, mas o empenho de Filipe II garante que uma nova leva de dois padres e três irmãos se dirija para Cabo Verde no ano seguinte. Em 1584 voltam a enviar-se missionários carmelitas para o Congo, dois padres e um irmão que desta vez atingem o seu destino. Aflito com a falta de vocações, o prior Mariano decidira entretanto viajar até Espanha, de onde regressa no início de 1585 trazendo consigo Fr. Jerónimo Grácian e Fr. Antonio de Jesus, prior do Convento de Nuestra Señora de los Remedios de Sevilha. O projecto missionário ganhará outra força, mas também outro sentido, ao aperceber-se que “demas de embiar algunos a Æethyopia [*sic*], el mayor fructo que se podria hazer, seria enlas Islas Philipinas, Reynos de la

---

<sup>134</sup> Ver, *inter alia*, Almeida, 1968, pp. 183-184; entrada “Carmelita”, in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, vol. 11, Madrid/Barcelona, Espasa-Calpe, s.d., pp. 1120-1021; Maria do Pilar Vieira, “Carmelitas (Monjas Delcalças da Ordem da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo)”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 297; José Carlos Vechina, “Carmelitas Descalços”, in *ibidem*, vol. 1, 2000, pp. 299-300.

<sup>135</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Del motivo que tvvieron los Padres Carmelitas descalços, para hazer hermandad con los descalços Franciscos”, Lisboa, 1586, cit. fls. 3r.-3v.

China, y otros Reynos Oriētales, por ser gente de mas entendimiēto, y mas capaz de razon”<sup>136</sup>.

A passagem pela Península de Giovanni Battista Lucarelli a caminho de Roma (onde recolheria o breve para regressar à China que não pôde utilizar) foi determinante para o efeito, tal como o foi para a decisão pronto tomada pelos carmelitas de assentar “vinculo y hermandad perpetua” com os franciscanos. Fá-lo-ão por escritura acordada em Lisboa a 9 de Abril de 1585, assinando pelos primeiros Fr. Jerónimo de la Madre de Dios, Fr. Antonio de Jesus e Fr. Mariano, enquanto Martín Ignacio de Loyola, Fr. Francisco Ramos e Fr. Francisco Peregrino, guardião do Convento de S. José, rubricam em nome “dela Congregacion, y Prouincias dela Ordē de nuestro glorioso Padre sant Francisco, Capuchos y descalços”<sup>137</sup>. No seu *Stimvlo dela propagacion dela Fee* Fr. Gracián transcreve a minuta de tal acordo, pelo que sabemos que o respectivo âmbito precisava a ajuda recíproca na conversão das gentilidades da Etiópia, China, Filipinas e demais partes das Índias Orientais bem como das Índias Ocidentais, na redacção de catecismos em língua chinesa e etíope e na recolha de informações sobre os ofícios manuais mais estimados na China para que se providenciasse na Europa a preparação de gente e instrumentos ajustados a essa realidade.

Neste último ponto a ingenuidade dos mendicantes ultrapassa tudo o que tínhamos lido: “[...] porque fomos informados, que la gente dela China es curiosa, y amiga de trabajo, officios, y exercicios de manos, y quãdo algũ estrangeiro sabe algũ officio de curiosidad, o exercicio manual, *que* ellos no sepã, le estiman, y tienen en mucho, y llevã dõde esta el Rey dellos, cõel qual medio se puede hazer grã frvcto: procuraremos los *que* alla estuuieremos de embiar relacion delos officios, o exercicios de manos, o otras industrias, assi de cultivar la tierra, como de medicinas, y otras curiosidades, *que* alla falten, y sean estimadas y semillas de por ca, que se puedan alla sembrar, y los que aca quedaremos, nos enseñaremos los dichos officios, y exercicios manuales, para embiar alla oficiales, y instrumētos necesarios, que alla no huuiere”<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, “Del motivo qe tvvieron los Padres Carmelitas descalços, para hazer hermandad con los descalços Franciscos”, Lisboa, 1586, cit. fl. 5r.

<sup>137</sup> Idem, *ibidem*, “La Scriptura del vinculo y hermandad”, Lisboa, 1586, cit. fl. 6r. Ver idem, *ibidem*, “Del motivo qe tvvieron los Padres Carmelitas descalços, para hazer hermandad con los descalços Franciscos”, Lisboa, 1586, fls. 5r.-5v.

<sup>138</sup> Idem, *ibidem*, “La Scriptura del vinculo y hermandad”, Lisboa, 1586, cit. fls. 8v.-9r.

É este o contexto específico que tanto enquadra a publicação do *Stimvlo* como a do *Itinerario y Compendio de las cosas notables que ay desde España hasta el Reyno dela China y dela China à España*.

#### **4. Notas sobre o *Itinerario y Compendio de las cosas notables que ay desde España hasta el Reyno dela China y dela China à España* de Martín Ignacio de Loyola, Lisboa, 1586**

A abrir o *Itinerario y Compendio* estão algumas palavras dirigidas por Jerónimo Gracián aos “Padres y Hermanos Descalços, delas Ordenes del Seraphico Padre S. Francisco, y de nuestra Señora del Carmen”, as quais não mais fazem do que confirmar o que agora já sabemos ter estado em causa:

“[...] Con las naos *que* llegaron de la India à esta ciudad de Lisboa, por fin de Agosto, deste año de 86. Rescibi cartas de nuestro hermano, el Padre fray Martin Ignacio de Loyola, Comissario dela China: enlas quales demas del buẽ successo de su nauegacion, da cuẽta del grã fructo *que* se puede hazer enlas almas dela Gẽtilidad, y el aparejo *que* aora de nuevo ay para poder meterse enel gremio dela yglesia, inumerable multitud dellas, si vudiesse ministros *que* acudiesen a su cõuersiõ: y torna à encargarme lo *que* le ofreci, quando hezimos nuestro vinculo de hermandad: *que* fue animar y aferuorar a Vs. Rs. para *que* se dospongan à romar tan alta empresa. Y para poner les este animo, y eferuorarles este desseo, me parecia hazer imprimir en estos Reynos de Portugal, este Itinerario, *que* el mesmo padre fray Martin, escribio del otro viaje *que* hizo antes deste: el qual hizo imprimir en Madrid, el padre Maestro, fray Iuã Gonçales de Mendoça, dela Orden de S. Augustin, enla tercera parte de su libro, *que* trata delas grandezas dela China, añediẽdo algunas cosas de las que el mismo vio. Sera libro *que* para los que huieren de yr alas Indias, y tienẽ licencia para ello, sirua de Itinerario y directorio, *que* les de luz del camino, y noticia de algunas cosas. Para los que puedẽ y tienen talento, aprouechara de motiuo, para *que* procurẽ ser embiados, y en todos los *que* le leyeren, aun *que* no ayan de salir de España, encẽdera el fuego del diuino amor, para *que* con mayor efficacia desseen, *que* Iesu Christo nuestro Señor sea conoscido, adorado, reuerenciado y amado, en tãtos Reynos y de tantas gẽtes y naciones como enel se nõbran”<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Fr. Jerónimo Gracián, “[Dedicatória] A los Padres y Hermanos Descalços, delas Ordenes del Seraphico Padre S. Francisco, y de nuestra Señora del Carmen”, in Fr. Juan González de Mendoza, *Itinerario y compendio de las cosas notables*, Lisboa, 1586, cit. fls. 3v.-4v.

Como sai de imediato da introdução acabada de transcrever, o protótipo utilizado por Fr. Jerónimo foi a edição revista da *Historia de China* publicada em Madrid nesse ano de 1586. De qualquer forma, a indicação é-nos dispensável pois bastaria notar os vinte e sete capítulos em que se dividem os 135 fólios do *Itinerario* lisboeta para o deduzir. Depois, lendo quer os títulos, quer a matéria que consta dos cinco capítulos cruciais para os assuntos chineses (caps. XIV-XVIII), continuamos a encontrar um texto que, fora cortes de pormenor relacionados com referências a outras partes da *Historia* que aqui deixariam de fazer sentido, permanece tal qual o definitivo de Juan González<sup>140</sup>. Visto isto, importa notar algo respeitante ao capítulo que trata “delas islas de Iapon, y delas cosas de aquel reyno” (cap. XIX)<sup>141</sup>.

Para começar, desde a edição romana de 1585 este que então correspondia ao capítulo XIV<sup>142</sup> vem marcado por três ideias principais: a de que os japoneses são absolutamente inábeis para a guerra, a ponto de se dizer que dez mil piratas seus foram contidos, sem dificuldade aparente, pelas forças de uma cidade chinesa não identificada que saqueavam; a de que o acesso ao Japão é mais fácil pela via da Nova Espanha e das Filipinas do que pela via de Macau; e a de que os fracos resultados conseguidos pelos portugueses e pelos jesuítas em geral na missionação no arquipélago os haviam levado a convidar religiosos de outras Ordens para que os ajudassem em tal tarefa. Nas edições que copiaram a *princeps* de 85 escreve-se mesmo a propósito deste último ponto:

---

<sup>140</sup> Ver Fr. Juan González de Mendoza, *ibidem*, cap. XIV — “Partê los Padres Descalços dela isla de Luzõ para la China, cuẽtãse las cosas que enella vierã”, Lisboa, 1586, fls. 66r.-72r.; idem, *ibidem*, cap. XV — “Prosigue las cosas que los dichos padres vieron, y entendieron la segunda vez, enel Reyno dela China y los trabajos que padecieron”, Lisboa, 1586, fls. 72r.-76v.; idem, *ibidem*, cap. XVI — “Son embiados los nuestros ala Ciudad de Hucheufu, y cuentase lo que enella les succedio”, Lisboa, 1586, fls. 77r.-79v.; idem, *ibidem*, cap. XVII — “Tratase dela grandeza, bondad, riqueza, y fortaleza del reyno de la China”, Lisboa, 1586, fls. 79v.-87r.; idem, *ibidem*, cap. XVIII — “Tratase de algunos ritos y cerimonias, y otros señales que eneste Reyno se hallan de auer tenido noticia dela ley Euangelicxa”, Lisboa, 1586, fls. 87r.-91r.

<sup>141</sup> Idem, *ibidem*, cap. XIX — “Tratase delas islas de Iapon, y delas cosas de aquel reyno”, Lisboa, 1586, fls. 91v.-98v.

<sup>142</sup> Ver, p. ex., Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Dell'istoria della China Descritta dal P. M. Gio. Gonzalez di Mendoza dell'Ord. di S. Agost. nella lingua Spagnuola. Et tradotta nell'Italiana dal Magn. M. Francesco Auanzo, cittadino originario di Venetia. Parte Dve, Diuise in tre libri, & in tre viaggi fatti da i Padri Agostiani, & Franciscani in quei paesi. Dove si descrive il sito, et lo stato di quel gran regno, & si trata della religione, de i costumi, & della disposition de i suoi popoli, & d'altri luochi più conosciuti del mondo nuouo. Con vna copiosissima Tauola delle cose notabili, che ci sono. Alla Santità di N.S. Papa Sisto V, Capitoli XXII. del Viaggio del P. F. Martino Ignatio, cap. XIV — “Si trata dell'Isole del Giapon, & di quello, che s'appartienne à quel Regno”, Roma, appresso Bartolomeo Grassi, 1586, pp. 350-353.*

“Destá mesma opinion es el Padre visitador de la compañía, que estuu en estas Islas tres años, y ha venido agora dellas a España”<sup>143</sup>.

Sabemos que Alessandro Valignano não regressara a Espanha na altura em que o texto foi publicado pois entre 1583 e 1587 exerce como provincial na Índia. Martín Ignacio, que deixa Malaca em 1583 na peugada da nau que trazia “embaixada” japonesa mandada por Valignano ao Papa, deveria sabê-lo melhor do que ninguém quando se encontrou com González de Mendoza em Roma alguns meses depois. Mas, sobretudo, sabemos que o arquitecto das Missões da Companhia no Oriente jamais advogou a abertura da Missão japonesa aos mendicantes, antes se consumiu para o impedir. De qualquer modo, note-se que tal citação desaparece no título dado em Madrid em 1586. Nesta versão Mendoza aproveitou ainda para proceder a algumas actualizações a respeito da história recente do arquipélago nipónico. Assim, dá conta da morte de Oda Nobunaga e da regência de Hideyoshi: “A este soberbio Rey le ha sucedido en el Reyno vn hijo suyo, llamado Vozequixama, a quien por ser de poca edad gouierna el día de oy un valeroso capitan, llamado Faxiuandono [Hideyoshi]”<sup>144</sup>. A notícia desta morte, ocorrida em 1582, foi recebida na Europa em 1585 e circulou impressa a partir de 1586, desde logo conforme uma carta em que Luís Fróis trata o assunto. A dita vem nos *Avisos do Japão dos anos de 82, 83 e 84...* que saíram nesse ano em Sevilha, Roma, Milão, Paris, Veneza e Dillingen<sup>145</sup> e é muito semelhante ao relato equivalente feito pelo mesmo Fróis para a sua *Historia de Japam*<sup>146</sup>.

---

<sup>143</sup> Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Historia de las cosas mas notables, ritos y costumbres del grã Reyno de la China. Con vn itinerario del nueuo Mundo, sabidas por los libros de los mesmos Chinas, como por relacion de Religiosos, y otras personas que hã estado en dicho Reyno. Hecha por el M.R.P. Maestro Fray Iuan Gonçalez de Mendoza, dela Orden de S. Agustin, y Penitenciario Apostolico, a quien la Magestad Catolica imbio con su real carta, y otras cosas para el Rey de aquel Reyno, el año 1580. Al illustrissimo Señor Fernando de Vega y Fonseca, del Consejo de su Mag. y su Presidẽte en el rel delas Indias. Aora de nueuo añadida algunas cosas, y en muchas partes corregida de ciertos hierros*, Libro tercero, e Itinerario, cap. XIV — “Tratase de las Islas de Iapon, y de las cosas de aquel Reyno”, Saragoça, en casa de Lorenço y Diego de Robles ermanos, a costa de Pedro de Yuarra mercader de libros, y vendese en su casa, en la Cucheliera, 1587, cit. p. 516.

O citado trecho da edição de Saragoça de 1587, mas agora na leitura proposta por uma das edições italianas que também deriva da matriz romana de 1585: “[...] Tiene questa medesima opinionone vn di quei padri Giesuiti, c’hora è tornato in Spagna da quell’Isole, doue fù mandato tre anni sono con carito di Visitatore” — Fr. Juan González de Mendoza, O.S.A., *Dell’historia della China*, Capitoli XXII. del Viaggio del P. F. Martino Ignatio, cap. XIV, Roma, appresso Bartolomeo Grassi, 1586, cit. p. 353.

<sup>144</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, libro III, cap. XIX — “Tratase de las islas de Iapon, y de las cosas de aquel Reyno”, Madrid, 1587, cit. fls. 213r.-213v.

<sup>145</sup> *Avvisi del Giapone de gli anni MDLXXXII. LXXXIII et LXXXIV*, Roma, 1586, p. 49. Ver *supra*, Parte II, cap. 8, n. 125.

<sup>146</sup> Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 3, 1578-1582, cap. XL — “Da grande arrogancia e demencia a que Nobunanga foi levado por suas riquezas, poder e estado”, edição anotada por Josef Wicki, Lisboa, BNL, 1982, pp. 329-337. Costa, 1999a, pp. 213-215.

Em síntese, temos até aqui que a um claro propósito de propaganda hispano-mendicante, o padre de Mendoza agrega novidades várias sobre a política japonesa mal as encontra na fonte luso-jesuítica que as disponibilizou para os europeus. Temos também que aquele esforço propagandístico sai ligeiramente atenuado na edição revista de 1586, mas só ligeiramente. Por outro lado, volta a provar-se com este capítulo que o cuidado posto na actualização dos conteúdos constitui um aspecto de importância menor para este género de textos, pois nem a evolução interna do estatuto de Hideyoshi, nem o novo juízo que os missionários da Companhia lhe dedicaram após o primeiro édito anti-cristão de 1587, foram captados pelas versões mais tardias da *Historia de China* — como o poderia ter lido Mendoza ou algum dos seus editores, o “valoroso capitão” de ontem cedo passou a ser chamado de “tirano” pelos jesuítas, por exemplo<sup>147</sup>.

É líquido que quase tudo isto servia na perfeição os objectivos evangelizadores de Fr. Jerónimo Gracián quando este se dispôs a patrocinar o nosso título de Lisboa onde apenas está o relato da primeira volta ao mundo de Martín Ignacio de Loyola. O que não está explicado — mas também não é muito difícil deduzir — é o motivo pelo qual suprimiu a longa narrativa sobre as “islas de las Amaçonas” com a qual a edição de Madrid de 1586 conclui o capítulo japonês<sup>148</sup>.

De facto, lembrando a geografia árabe, a ilha Hespéria do *Omnium Gentes Morus* de Johannes Boemus<sup>149</sup> ou a *feminarum insvla* de Pedro Apiano (Petrus Apianus)<sup>150</sup>, nesta escreve-se a história de umas ilhas povoadas apenas por mulheres, tão aptas para o arco e flecha que tinham o peito direito seco para se exercitarem melhor com essa arma. Visitadas anualmente por tripulações de mercadores nipónicos, as nativas recebiam-nos com um estendal de sapatos e alparcatas na praia, tantos quantos os visitantes. Depois, se da convivência de algum dos casais resultasse o nascimento de um filho homem, este seria levado no ano seguinte para junto do seu pai, no Japão, guardando as mães apenas as filhas.

O narrador ainda é cauteloso quando conclui dizendo: “Esto se me haze dificultoso de creer, aunque me lo han certificado religiosos que han hablado con

---

<sup>147</sup> Costa, *ibidem*, p. 215. Ver *infra*, cap. 16-3.

<sup>148</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, libro III, cap. XIX, Madrid, 1587, fls. 215v.-216v.

<sup>149</sup> Johannes Boemus, *El libro de las costumbres de todas las gentes del Myndo*, libro III, cap. IV — “De los Penos, y de otros pueblos de la Africa”, Antuérpia, 1556, fls. 242r.-242v. Ver também: Fr. João dos Santos, O.P. *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, introdução de Manuel Lobato, notas de M. Lobato e Eduardo Medeiros, coordenação da fixação do texto por Maria do Carmo Guerreiro Vieira, colecção Outras Margens, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 313, n. 205.

<sup>150</sup> Petrus Apianus, *Cosmographia*...Paris, 1584, p. 153; ref. in Costa, 1999a, p. 216, n. 114.

persona que de dos años a esta parte han estado en las dichas islas, y ha visto las dichas mugeres: y lo *que* se me haze mas fuerça, es ver que los padres de la Compañia que viuen en el Iapon no ayen en sus cartas tratado cosa deste particular: crea cada vno lo que acerca de esto le diere mas gusto”<sup>151</sup>. No entanto, nem assim esta descrição foi reimpressa pelas oficinas de Lisboa. Considerar a propósito que se tratava de um óbvio excesso de fantasia para um público entendido será complicar demasiado a questão. É mais simples imaginar o que não pensaria a ortodoxia empedernida de Fr. Jerónimo de uma ilha famosa por uma autoridade matriarcal indisputada e pelos seus regulares festins libidinosos como argumento para recrutar missionários...

## **5. Notas sobre o *Stimvlo dela propagacion dela Fee* de Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios, 1586**

### ***Usos banais: Ramusio ou Mendoza***

A “Exortacion” redigida por Fr. Jerónimo Gracián no seu *Stimvlo dela propagacion dela Fee* (fls. 11v.-71r.) visando irmanar em Cristo as almas “dela China, y Æthiopia” com as “de España, Italia, y Palestina” começa por se decompor em três argumentos essenciais. Em primeiro lugar, recuperam-se as histórias e as peregrinações antigas de um punhado de famosos que partiram sem outro impulso que o da “curiosidad, y experiencia de cosas nueuas, y descubrimiêto de tierras no conocida[s]”<sup>152</sup>. Depois, resumem-se os modernos trabalhos apostólicos de alguns jesuítas e mendicantes. Finalmente, contradiz-se a ideia de que a qualidade bárbara e rústica das gentilidades exteriores tornava inútil qualquer esforço proselitista, para o que se traz à lembrança o exemplo e o martírio de vários apóstolos.

Como quem estivesse quase só a seguir o índice da edição de 1574 do segundo volume das *Navigazioni et Viaggi* — aquele volume onde Giovanni Battista Ramusio se esforçara por restituir a Veneza uma centralidade na exploração e conhecimento do interior da Ásia que deixara de lhe pertencer algures durante o século XV —, Gracián nomeia os itinerários terrestres ou as navegações de personagens como Marco Polo e

---

<sup>151</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte II, libro III, cap. XIX, Madrid, 1587, cit. fl. 216v.

<sup>152</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fls. 25 v. e 20v.

Cristóvão Colombo, o Oriente tartário de Haitão Arménio, a Pérsia e a Turquia de Giovan Maria Angiolello, a Moscóvia de Alberto Campense (Albert Pigghe di Kempen), o naufrágio de Pietro Quirini “70. grados abaxo del Norte” descrito por Christoforo Fioravanti e Niccolò di Michiel<sup>153</sup>, os *Commentari della Moscovia e della Russia* de Sigmund von Herberstein, o *Scoprimento dell’isola Frislandia, Eslanda, Engrovelanda, Estotilanda, et Icaria. Fatto per due fratelli Zeni, M. Nicolo il Cavalieri, e M. Antonio* (“las Islas de Frislandia, y Islandia, y otras tierras que estan de baxo del Norte” na versão de Fr. Jerónimo<sup>154</sup>), a “Latrana” (Crimeia) e a Pérsia de Giosafat Barbaro ou a embaixada de Ambrogio Contarini “al Sophi” (*Il viaggio del Magnifico M. Ambrosio Contarini Ambasciadore della Illustrissima Signoria di Venetia al Gran Signore Ussuncassan re di Persia nell’anno MCCCCLXXIII* no título de Ramusio)<sup>155</sup>.

Passando à galeria dos lançados contemporâneos, Gracián entende dever citar os trabalhos ou os caminhos entreabertos por Francisco Xavier e pelos padres de Companhia nas “Islas de Iapõ, y otras partes delas Indias Orientales, y Occidentales”, pelo dominicano Gaspar da Cruz em Malaca, no Cambodja, no Champá, no Sião e na China, pelos agostinhos Martín de Rada e Jerónimo Marín na mesma China, bem como pelos franciscanos Pedro de Alfaro, Giovanni Battista Lucarelli, Sebastián de San Francisco e Agustín de Tordesillas em Cantão<sup>156</sup>. Para desmontar a tese de que a generalidade dos povos apartados da fé fossem incapazes dela e de que todo o esforço que se desenvolvesse nesse sentido era esforço desbaratado lembra-se que Santo André “predico en Scithya, y en la Sebastopoli interior donde habitã los mas agrestes y saluages Æthiopes del mundo”, que S. Bartolomeu o fez “en vnas Indias llamadas las Phelices, y fue martirizado en Albania, Ciudad dela gran Armenia”, que S. Simão, *o Zelote*, “auiendo dado la buelta à toda Mauritania, predico en la region delos Afros”, que S. Judas Tadeu, “despues que fue à Edisea, camino toda la Mesopotania”, que S. Marcos “dio buelta à Alexandria y Egypto”, que S. Matias “entro hasta lo mas interior de Æthyopia a predicar a los Antrophagos, que son negros que comẽ hombres” e que S.

---

<sup>153</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 21r.

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 21v.

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 21v. Ver idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 20v.-21v.; Picchio, 1999, pp. 332-335, 342, 354-355 e 366-368.

<sup>156</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 26v. Ver idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 26r.-27r.

João Evangelista fora àquela exacta Ásia”que agora tâta necesidad tiene de doctrina”<sup>157</sup>.

Na lista dos exemplos não podia deixar de incluir-se S. Tomé, o que Fr. Jerónimo Gracián cumpre dizendo que este pregou “a los Parthos, Medos y Persas, Hyrcanos, Bractanos y Magos”, que chegou “ala Isla Samathra, *que* antiguamente se llamaua Trapobana”, que esteve “enla Ciudad Meliapor, que algunos oy en dia llaman S. Thome” e que “segun opinion de muchos predico en la grã China dõde ay algunos rastros de auer tenido noticia del Euãgelio”. O trecho que visa demonstrá-lo é o mais longo da sequência, mas é imediato que as referências que o compõem não só derivam da leitura do *Tractado* de Gaspar da Cruz operada por González de Mendoza, como resultam do alargamento desse conteúdo a partir não se sabe de que base. Assim, da *Historia de China* vem a “donzela sobre vn altar con vn niño enlos braços” que estava num templo de uma ilha do rio de Cantão e que “los Gentiles adoran sin saber que sea”. De outra fonte, que está por identificar, vem a frase que diz: “Tambiẽ ay por aquellas tierras tẽplos grandes cõ tres puertas, y tres cerraduras en *que* parece auer indicio de la sãctissima Trinidad, y assi dizẽ los Gẽtiles de por alli, que Dios es tres grandes”<sup>158</sup>.

Não é por acaso que Gracián de la Madre de Dios se empenha tanto em promover o espaço sínico. A despeito de dirigir a sua campanha missionária *urbi et orbi*, o facto é que a China ocupa a grande maioria das páginas do *Stimvlo dela propagacion dela Fee*. O entendimento e a capacidade racional excepcionais que principiara por observar como características inatas da generalidade dos povos do Oriente não demoram a concentrar-se nos chineses. E tamanho é o seu entusiasmo que parece não se dar conta do modo como para isso altera o significado atribuído por Mendoza a uma das imagens emblemáticas que corriam sobre esse povo desde a *Terceira decada* de João de Barros: [...] Y no son barbara [a totalidade da gente das terras que careciam de evangelização], que regiones ay de muy agudos entendimientos, tanto que pone admiracion ver el gouierno y industria de la China, que con razon estima à toda la demas gente del mundo, por barbara y ignorante, siendo ellos en el negocio de la saluacion de sus almas, y del conocimiento de Dios, los mas ignorantes de todos los criados, aunque en la policia, y gouierno temporal sean tã discretos”<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fls. 31r.-32r.

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fls. 31r.-31v.

<sup>159</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 32r.

É claro que esta apologia da superioridade cultural chinesa está longe de constituir um motivo inovador para a época. Apesar de tudo, menos vista é a informação que se lhe segue sobre os dois caminhos acabados de descobrir para a alcançar, o da navegação “por las Islas *que* llaman del Labrador, hazia la parte de Terra noua, dõde los Vizcaynos van à pescar su vacallao” e o dito mais fácil e mais seguro da navegação “por el Reyno de Mexico por donde van en mas breue a las Islas Philipinas, y de alli ala China”<sup>160</sup>. Porém, onde o texto de Jerónimo Gracián verdadeiramente nos surpreende é na citação que faz da primeira das suas fontes explícitas para o tema da China, nada menos que o manuscrito da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto.

De acordo com o que escrevemos quando da análise dos *Commentarios* de Brás de Albuquerque, a hipótese de que, por volta de 1585-1586, fosse possível aos curiosos aceder em Lisboa a um exemplar daquela obra — que esperou pelo ano de 1614 para ser impressa — nada tem de inaudito<sup>161</sup>. Acontece que Gracián abre com a referência a alguns prognósticos que os chins tinham desde tempos imemoriais sobre a conversão daquele Império “en nuestra Christiana religion”, prognósticos esses “*que* escriue Fernan Mendez enel capitulo .87. de su Itinerario”<sup>162</sup>. Ora, não só o assunto em causa surge nos capítulos XCII a XCIV da *Peregrinaçam*, como os dizeres do *Stimvlo* nem sempre combinam com as palavras da *editio princeps* da narrativa de Pinto. Uma e outra coisa só servem para confirmar a suspeita antiga de que o arranjo final desta obra para a imprensa não respeitou a vontade do seu autor, morto em 1583, como também sabemos<sup>163</sup>.

### ***As surpresas: Pinto e Sánchez***

O que Fr. Jerónimo cita à cabeça do exemplar da *Peregrinaçam* que teve ao seu dispôr é a suposta citação da “primeyra Chronica das oitenta dos Reys da China no capitulo treze” (a “primera Chronica de los 86. Reys dela China capit. 13<sup>o</sup>”, na leitura do espanhol), na qual Mendes Pinto jogou com as origens do Império chinês, com o acerto da sua cronologia pelo tempo bíblico, com a ideia de que as suas partes setentrionais estariam posicionadas “nas costas desta nossa Alemanha”, com a fundação de Pequim e, como visto, com a interferência do credo cristão na sua matriz

---

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 44r.

<sup>161</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-5.

<sup>162</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 45r.

<sup>163</sup> Cf., *inter alia*, Pinto de Castro, 1984, pp. XXX-XXXI; Garcia, 1995, pp. 11-13.

identitária<sup>164</sup>. Depois, extrai ainda daí um troço do episódio em que o aventureiro António de Faria encontra junto “a hũa ilha que se dizia Pullo Condor” um junco de léquios que transportava “hum Embaixador do Nautaquim de Lindau, Principe da ilha de Tosa” para o reino do Sião e lhe comunica muitos cumprimentos de boa amizade (*Peregrinaçam*, cap. XXXIX)<sup>165</sup>.

Neste caso, a versão do carmelita volta a não coincidir em pleno com o que está no texto impresso de Fernão Mendes Pinto. No entanto, a parte respeitante à segunda profecia que aí foi descobrir não só bate certo com ele, como deriva, sem dúvida alguma, de uma leitura literal do que é um típico exercício retórico do escritor luso. Diz Gracián que o embaixador mandou dizer a António de Faria “que tiempo vendra en que ellos se comunicaran con nosotros, por amistad de ley verdadera del Dios de la clemencia sin termino, que en su muerte dio vida à todos los hombres, con herçia perpetua en la casa delos buenos, porque assi lo tenemos que ha de ser, por nuestras prophecias: despues de passado el medio de los tiempos”<sup>166</sup>. O que conta a *Peregrinaçam* é que os do junco do embaixador responderam “que tempo viria em que elles se cõmunicarião com nosco por amizade da ley verdadeyra do Deos da clemencia sem tempo, que cõ sua morte dera vida a todos os homẽs com herança perpetua na casa dos bõs, porque assi o tinhaõ que auia de ser passado o meyo do meyo dos tempos”<sup>167</sup>.

O terceiro sinal que parecia indiciar que Deus queria ver cumpridas “en nuestros tiempos” as profecias que os próprios chineses tinham concebido quanto à sua conversão desencanta-a Fr. Jerónimo Gracián naquela dedicatória da *Historia de China* em que González de Mendoza cita uma carta do Pe. Andrés de Aguirre. “El rey dellos”, resume Gracián, “pide el baptismo”<sup>168</sup>. Quarto sinal promissor era o relato das amizades mundanas que “el Padre Rogerio, y otro su compañero llamado Matheus Ricio, tambien

---

<sup>164</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCII — “Donde teue principio a origem & fundamento deste Imperio Chim, & donde procederão os primeyros que o pouoarão”, Lisboa, 1614, cits. fl. 103r.; Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 45r. Ver Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCII, Lisboa, 1614, fls. 103v.-104v.; idem, *ibidem*, cap. XCIII — “Do que mais se passou neste negocio despous de o jejum ser acabado, & do successo que teue”, Lisboa, 1614, fls. 104v.-105v.; idem, *ibidem*, cap. XCIV — “Quais forão os fundadores das primeyras quatro cidades da China, & dase conta de algũas grandezas da cidade do Pequim”, Lisboa, 1614, fls. 105v.-106v.; Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 45r.-50r.

<sup>165</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XXXIX — “Como Antonio de Faria se partio para a ilha de Ainão em busca do Mouro Coja Acem, & do que achou antes que chegasse a ella”, Lisboa, 1614, cits. fl. 39v.

<sup>166</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 50v. Ver idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 50r.-50v.

<sup>167</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XXXIX, Lisboa, 1614, cit. fl. 39v.

<sup>168</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 51r.

Italiano” vinham forjando com três sucessivos vice-reis da província de Cantão, residentes em “Xauquin” (Zhaoqing). Contava-o Alonso Sánchez numa relação enviada das Filipinas e que chegara “este mismo año de ochêta y cinco”<sup>169</sup>. Agregada a esta fonte jesuítica vinha uma “Copia delos versos que compuso el Mandarin” (podiam ler-se as versões latina e traduzida em castelhano)<sup>170</sup> e a notícia de que Michele Ruggieri compusera “vn Cathecismo en lengua y letras dela China” que logo fizera trasladar por um letrado chinês “en mas polido lenguaje de Mandarines” (o *Tianzhu Shilu* ou *Verdadeira exposição sobre a doutrina do Senhor do Céu*, xilogravura realizada em Macau, Cantão ou em Zhaoqing em 1584 ou 1585)<sup>171</sup>. Deste livro haviam sido impressos “mil y quinientos volumenos para embiar por toda la China”, tendo-se ainda publicado à parte “los diez mandamientos de la ley de Dios los quales van cantando de niños por las calles”<sup>172</sup>.

Procede também da missiva de Sánchez a nova de que os padres da Companhia de Jesus tinham recebido “chapa” que os autorizava a subir até Pequim e de que iam consumando uma aproximação ao irmão do “rei”, motivos pelos quais pouco faltaria para que este os mandasse chamar à sua presença<sup>173</sup>. Dito isto, Fr. Gracián volta a servir-se da *Historia* de Mendoza, sendo os primeiros dois tópicos seleccionados o dos contingentes militares de infantaria e cavalaria e o dos barcos-casa. De novo, o sentido do original é adaptado à militância, quer porque se entende que dispôr a China de tantos soldados em tempo de paz só pode ser prenúncio de uma multidão de almas expectantes, “contando mugeres y niños”, quer porque as densidades daquelas

---

<sup>169</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fls. 52v., 53v. e 52r. Ver idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 52r.-55r.

<sup>170</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 56r.-57r.

<sup>171</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 57r.

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fls. 59r.-59v. Ver, *inter alia*, Manuel Teixeira, “O IV Centenário da Imprensa em Macau”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 6, Julho/Agosto/Setembro 1988, pp. 4-5; Beatriz Basto da Silva, “O Padre Visitador Alexandre Valignano, S.J. e o IV Centenário da imprensa de caracteres móveis em Macau”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 6, Julho/Agosto/Setembro 1988, pp. 11-15; Manuel Cadafaz de Matos, “A propósito do Quarto Centenário do primeiro livro impresso em Macau com caracteres móveis: o *Chrisriani Pueri Instituto* de João Bonifácio (1588) – Estudo prévio”, in Pe. Juan Bonifacio, S.J. (Ioanne Bonifacius), *Christiani Peuri Instituto (1588)*, edição anastática do exemplar da Biblioteca da Ajuda em Lisboa, estudo prévio por M. Cadafaz de Matos, Macau, ICM, 1988, pp. 10-11; Manuel Cadafaz de Matos, “A produção tipográfica da Companhia de Jesus no Oriente entre os séculos XVI e XVII ao serviço da missão portuguesa – Alguns dados para a História da Leitura a partir de catálogos bibliográficos macaenses (1584-1700)”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Missionaço Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. 2, 1993, pp. 410-412 [Cadafaz de Matos, 1993b]; Manuel Cadafaz de Matos, “A tipografia missionária portuguesa no Sul da China nos séculos XVI e XVII”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 30, Janeiro/Março 1997, pp. 33-34; Aloysius Berchmans Chang, “O significado actual do Colégio de São Paulo”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 30, Janeiro/Março 1997, p. 178.

<sup>173</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fl. 62r.

habitações flutuantes só confirmam que “sera menester” um número incalculável de ministros “para les predicar el Euangelio”<sup>174</sup>.

Nunca será de mais observar que Jerónimo Gracián adapta continuamente à sua sensibilidade de mendicante as visões dos jesuítas sobre o mundo chinês e o futuro das Missões nesse Império, caso das que foi encontrar na correspondência do Pe. Alonso Sánchez. É evidente que Juan de Mendoza antecipara parte da tarefa, por exemplo quando elegera a Corte como veículo para a conversão de tudo o resto. Nesse particular, Gracián limita-se a copiá-lo assim: “[...] està la primera Ciudad, y la mas principal de aquel Reyno, donde reside la corte y esta la Vniuersidad, y los Mandarinés y letrados, y si en ella se rescibiesse la fee Christiana, tiene se por cierto que luego se baptizaria todo el Reyno, por la gran obediencia *que* tienē todos à su ley”<sup>175</sup>.

Contudo, o relato das pequenas vitórias da dupla Ruggieri-Ricci vinha de Sánchez. Vinha de Sánchez a confirmação de que as autoridades chinesas não podiam “tener estranjeros segun sus leys”<sup>176</sup>. Vinha de Sánchez a aprendizagem camaleónica de Matteo Ricci, “tan semejante a los Chins, que no parecia sino uno dellos, enla figura del rostro, y mansedumbre, y afabilidad, que ellos estiman en mucho, y sobretodo de gran ingenio y memoria, que demas de ser buen Theologo, es buen Astrologo (cosa de que ellos gustan mucho, y entienden)”<sup>177</sup>. Indiferente ao essencial disto, mais aos relógios, às matemáticas e aos mapas que Ruggieri e Ricci por essa altura já percebiam vitais, Fr. Jerónimo apela ao recrutamento de padres-lavradores armados com alforjes de sementes a tiracolo. Escusado será dizer que não voltaram de todo a passar os contínuos avisos que um Ruggieri então ia lançando sobre a imprescindibilidade de agir com um zelo discreto, de manter à margem os belicosos portugueses e castelhanos e de negar a entrada naquela nação a todos os outros missionários, cuja impaciência e falta de tacto não duvidava que comprometeriam o projecto dos inicianos<sup>178</sup>.

Para quem lesse o *Stimvlo dela propagacion della Fee* a verdade da China era outra, mais simples, mais apelativa e, sobretudo, sem sombra de disputa entre religiosos de diferentes Ordens. O seu monarca mandara buscar missionários agostinhos, os “Padres del Seraphico Padre S. Frãscisco, entraron y son conocidos en ella” e Ruggieri

---

<sup>174</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fl. 62v. Ver idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 62r.-62v.

<sup>175</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 50r.

<sup>176</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 53v.

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 54r.

<sup>178</sup> Ver Gernet, ed. 1991, pp. 25-26; *infra*, cap. 16-3.

representava o humilde contingente dos jesuítas<sup>179</sup>. De caminho, havia o vastíssimo Novo México ou a Florida a que se associavam os nomes de Martín Ignacio de Loyola, Alvar Núñez Cabeza de Vaca, Dorantes e Castillo Maldonado, as “Prouincias delos Conchos, Pasaguates, Thobosos, Yumanos” vistas por Espejo e “al menos” os quatrocentos mil cristãos já baptizados nas Filipinas<sup>180</sup> (tudo nos caps. V-X e XIII do livro III da Parte II da *Historia de China*, edição revista). Enfim, a Ásia não era apenas a China. No reino da Cochinchina, “vno de los grandes de Oriente”, havia outro rei que pedia baptismo e religiosos. E no “gran Reyno de Cabaya”, onde o dominicano padre Fr. Silvestre residia e era visto pelo monarca “como otro Ioseph en Egypto”, se aquele tivesse quem o ajudasse “sin duda ninguna seriã luego Christianos”<sup>181</sup> (resumo da descrição do cap. XXI do mesmo livro e parte da obra de Mendoza).

Tal como nos pareceu útil insistir no característico despojamento mental com que Fr. Jerónimo Gracián, *alias* Madre de Dios, perspectiva a sorte das Missões, parece-nos justo notar que a ingenuidade, em boa parte seu sinónimo, não foi um exclusivo dos proselitistas mendicantes como ele. Poder-se-ia desde logo voltar ao texto da *Peregrinação* não fora o par de passagens citadas pelo próprio Gracián darem a entender que Mendes Pinto, mais do que convencido com o que diz, está a divertir-se à custa do leitor crédulo. No entanto, basta ir ao *Viaggio dell’Indie Orientali... Nelquale si contiene quanto egli in detto viaggio hà veduto por lo spatio di 9. Anni consumati in esse dal 1579. fino al 1588* do joalheiro veneziano Gasparo Balbi (Veneza, Camillo Borgominieri, 1590) para encontrar o que queremos<sup>182</sup>. Desejando conhecer o local de produção e os mercados de pedras preciosas, Balbi empreendeu um longo périplo que, a fazer fé no que conta, o levou da cidade dos Doges a Alepo, “Babilonia Nuova” (Bagdad), Baçorá, Ormuz, Chaul, Goa, Diu, Cananor, Ceilão, Negapatão, São Tomé de Meliapor, Pegu, Marbatão e Cochim, de onde regressa a Veneza pela via de ida. Como o título completo o indicia, trata-se de uma obra assimilável à tradição do manual de comerciantes cuja referência é *La Praticha della Mercatura*, a compilação feita no

---

<sup>179</sup> Fr. Jerónimo Gracián, *Stimvlo dela propagacion dela Fee*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cit. fl. 61v. Ver idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 61r.-62r.

<sup>180</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fl. 64v. Ver idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, fls. 62r.-64v.

<sup>181</sup> Idem, *ibidem*, “Exortacion”, Lisboa, 1586, cits. fls. 65r. e 65v.

<sup>182</sup> Gasparo Balbi, *Viaggio dell’Indie Orientali, di Gasparo Balbi, Gioelliero Venetiano. Nelquale si contiene quanto egli in detto viaggio hà veduto por lo spatio di 9. Anni consumati in esse dal 1579. fino al 1588. Con la relatione de i daty, pesi, & misure di tutte le Città di tal viaggio, & del gouerno del Rè del Pegü, & delle guerre fatte da lui con altri Rè d’Auua & di Sion. Con la tauola delle cose più notabili*, Veneza, Camillo Borgominieri, 1590.

século XIV por Francesco Pegolotti<sup>183</sup>, sucedendo ainda que boa parte do seu conteúdo indiano deriva do coevo *Viaggio di M. Cesare de Fedrici, nell'India Orientale, et oltra l'India* (Veneza, Andrea Muschio, 1587)<sup>184</sup>.

O trecho que se nos impôs vem no capítulo XLII — “Viaggio dalla città di Marbatan per Cocchi” —, o que, em teoria, nos transporta ao ano de 1586. É certo que, ao contrário das leituras de Mendoza e Gracián, os jesuítas aparecem sozinhos no terreno chinês (talvez porque a fonte fosse simplesmente uma carta interna da Companhia interceptada algures). Mas também é certo que, tanto a percepção da estrutura piramidal do Estado chinês, como a das consequências válidas e automáticas que daí poderiam derivar assim que a Missão assentasse em Pequim, são idênticas às veiculadas pela *Historia de China* ou pelo *Stimvlo dela propagacion dela Fee*. Diz assim:

“[...] Vn mese auanti, che noi giungemmo in Cocchi, arriuò in quella città una naue della China, & portò nouoa, come quel Rè haueua mandato à chiamare un padre Napolitano dell'ordine del Giesu, ilquale haueua imparato a parellare al modo della China, ch'è cose difficilissima, per hauer quel parlar settanta mila lettera, per lequali si parla. Onde mediante le sue santa lettere, & il predicare, & insegnar la doctrina Christiana couertiuu alla fede di Christo infinita moltitudine di quelle persone del regno, però di quelli che stanno alle marine doue hanno fatto far una Chiesa nella città principale di esso regno, e poi si è partito andando per il regno predicando; in modo che si era allontanato dalla città regale per uiaggio di tre mesi. Detto padre solo per la sua santa uita, & ottimi essemi hò licenza dal Rè della China di predicare, & altri non; & egli uestendo al modo di quel paese, per non dar che dire alle genti, uà porgendo la luce della scrittura frà quella gentilità; e potria esser, che hauendo il Rè mandato à chiamarlo, si uolesse far Christiano cõ tutta la sua famiglia, come si sono fatti quei del Giappan”<sup>185</sup>.

O jesuíta napolitano que surge referido é Michele Ruggieri, apesar de pormenores haver — a indumentária ao estilo chinês, por exemplo — que antes de mais nada trazem à lembrança a “imagem de marca” de Matteo Ricci. A igreja construída

---

<sup>183</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 1.

<sup>184</sup> Ver Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 469-475; idem, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 498-499. Ver também: Olga Pinto, “Ancora il viaggiatore veneziano Gaspare Balbi, a proposito della ristampa italiana di una carta dell'Asia di W. J. Blaev”, in *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei*, Rendiconti Classe di Scienze morali, storiche e filologiche, Anno CCCXLV, Serie VIII, 3 (11-12), Novembre-Dicembre 1948, Roma, Dott. Giovanni Bardi, pp. 467-471.

<sup>185</sup> Gasparo Balbi, *Viaggio dell'Indie Orientali*, cap. XLII — “Viaggio dalla città di Marbatan per Cocchi”, Veneza, 1590, cap. XLII, cit. fls. 136r.-136v.

numa cidade marítima é aquela que Ruggieri e Ricci começaram a levantar em Zhaoqing, em meados de 1584, depois de recebida a autorização expressa do governador Wang Pan. Parece certo que não olharam à geomancia do *feng shui*, o que muito perturbou os naturais, mas o incrível sucesso que essa instalação precária representou torna tudo o mais pormenores de nenhuma importância. Quanto à pregação de três meses para longe da “città principale di esso regno”, trata-se da jornada de reconhecimento do interior da China que Ruggieri e o jesuíta português António de Almeida — “giovane di rara virtù e fervore santo”, como se lhe referirá o Pe. Ricci anos depois<sup>186</sup> — realizaram a partir de 20 de Novembro de 1585.

Largando de Zhaoqing, passaram por Nanchang, a capital provincial do Jiangxi, Jingdezhen, o grande centro da fabricação da porcelana, e chegaram a Hangzhou, a capital do Zhejiang. “Vestidos como chinas nos embarcamos em a Metropoli de Cantam para a Cidade chamada Nan Hium, ultima da Provincia para o Norte”, é como começa a narrativa de Almeida, confiada aos seus confrades sob a forma epistolar e conservada inédita até há muito pouco tempo<sup>187</sup>. Foi a viagem decisiva para as expectativas da Companhia de Jesus na China, aquela que lhe valeu um jubileu com indulgência plenária acordado por Sisto V, mas também o reforço da marcação cerrada dos franco-atiradores franciscanos liderados por Martín Ignacio de Loyola e respaldados por Filipe II<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro II, cap. VII — “Come vennero dall'India per questa impresa due altri Padri: l'uno fu il P. Duarte de Sande, che avava d'essere Superiore della Missione, quale hebbe licentia per stare in Sciaochino; l'altro fu il P. Antonio d'Almeyda che fu alla provincia di Cechiano con il P. Michele Ruggiero”, ed. 1942, vol. 1, cit. p. 224.

<sup>187</sup> Carta do Pe. António de Almeida, S.J. com o relato da viagem que realizara pelo interior da China com o Pe. Michele Ruggieri, S.J., 22 de Novembro de 1585, in António de Gouvea, S.J., *Asia Extrema. Entra nella a fê: promulga-se a Ley de Deos pelos Padres da Comp.<sup>a</sup> de JESUS, Primeira Parte, Livro[s] seis. Dirigida à Magestade do Serenissimo Rey D. João 4.<sup>o</sup> nosso Senhor. Autor o Padre Antonio de Gouvea da Comp.<sup>a</sup> de JESUS na China dentro. An.<sup>o</sup> 1644*, liv. II, cap. VIII — “Primeira entrada nas Provincias Chê Kiam e Quám Sí: que effeito teve e que successo”, BAL, códice 49-V-1: *Ásia Extrema*, I, p. 154; pub. in Pe. António de Gouvea, S.J., *Asia Extrema*, vol. 2, *Primeira Parte, Livros II a VI*, edição, introdução e notas de Horácio Peixoto de Araújo, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, cit. p. 58.

A primeira edição desta carta do Pe. Almeida intercalada na obra do Pe. Gouvea (pp. 145-148 no ms. BAL, códice 49-V-1: *Asia Extrema*, I) ocorre em: Horácio Peixoto de Araújo, “Expansão missionária no Oriente”, in Cristóvão (coord.), *Condicionantes culturais da literatura de viagens*, 1999, p. 365. Ver José Maria Braga, *Jesuítas na Ásia*, Macau, Fundação Macau/Universidade de Macau/Instituto Politécnico de Macau, 1998, p. 287 (1.<sup>a</sup> ed. in *Boletim da Diocese de Macau*, Macau, 53, 1955, pp. 15-33, 94-112, 154-168, 228-303, 356-377, 426-443, 505-525, 569-586, 627-655 e 711-730; *ibidem*, 54, 1956, pp. 11-41, 116-127, 197-219 e 489-500).

<sup>188</sup> Ver Spence, ed. 1986, 196-200; Jean Charbonnier, *Histoire des Chrétiens de Chine*, Mémoire Chrétienne, Paris, Desclée, 1992, pp. 96-101; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, pp. 145-148; Eugenio Lo Sardo, “Introduzione”, in Pe. Michele Ruggieri, S.J., *Atlante della Cina*, 1993, pp. 14 e 23-28; Araújo, 1999, pp. 364-368.

## 6. Mendoza em balanço

A novidade política da União Ibérica e o entusiasmo pelos assuntos orientais em geral propiciado pela “embaixada” dos quatro jovens príncipes de Kyûshû ao Sul da Europa coincidiram com o momento culminante das reivindicações dos poderes seculares de Manila e dos mendicantes do *Patronato* por um lugar na China. Essa circunstância materializar-se-ia na primeira obra capaz de transformar o objecto chinês num sério sucesso de vendas a nível europeu: a *Historia del gran Reyno de la China* de Fr. Juan González de Mendoza. Se havia alguns anos já que o interesse pelos tópicos que dão título ao livro de Mendoza tocava um pouco todo o Velho Continente, é indiscutível que com as múltiplas edições integrais e parciais da *Historia* do agostinho espanhol que se seguiram à *princeps* romana de 1585 a cobertura noticiosa das coisas chinesas atinge proporções difíceis de repetir. Além de ter envolvido de imediato a maioria das principais cidades italianas e ibéricas, antes do termo do século XVI o fenómeno em causa era partilhado por editores inscritos em França, em Inglaterra, na Alemanha e na Holanda.

Texto compósito por excelência, a *Historia de China* faz sobretudo coincidir a herança informativa portuguesa — representada por escritos como os de Duarte Barbosa, João de Barros ou Gaspar da Cruz — com um conjunto de textos e dados inéditos que resultara de algumas das breves incursões nas províncias meridionais chinesas lideradas por agostinhos e franciscanos espanhóis, entre 1575 e 1582. Manila, Cebú ou o México desempenham agora o papel de principal retaguarda para a gestação destes novos testemunhos sobre a China, o que quer dizer que Lisboa é, por uma vez, dispensada — pelo menos formalmente — do seu habitual papel de intermediária no encaminhamento de tal qualidade de notícias para a Europa. Salientam-se desse catálogo hispânico a *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin* de Martín de Rada (1575-1576), a *Verdadera relación de la grandeça del Reyno de China* de Miguel de Loarca (1575) e os relatos da jornadas ao mundo Ming efectuadas por Agustín de Tordesillas em 1579 e por Martín Ignacio de Loyola em 1582.

Da síntese luso-espanhola assinada por Juan de Mendoza nem resulta um arranjo demasiado inovador dos materiais, nem um panegírico da realidade sínica demasiado deslocado do que vinha sendo norma conceber. É certo que o autor tanto aproveita a oportunidade para divulgar novidades absolutas de tipo estatístico, sobre a orgânica do poder central, o estatuto das regiões metropolitanas de Pequim e Nanquim, as formas de

espiritualidade chinesas ou a cronologia, por exemplo, como tem tendência para se rever num certo excesso retórico que amplifica bondades humanas e materiais que outros apontavam de modo menos vincado. No entanto, nota-se-lhe de modo particular uma falta de discernimento em assuntos fundamentais de índole geográfica. Esta arrasta consigo um recuo objectivo de informação em face do que até constava de algumas das fontes que manuseou, como sucede com as suas leituras da geometria provincial, do esboço da rede hidrográfica do país e do assunto espectral do Cataio. Por outro lado, Mendoza faz também prova de uma quase denegação do real quer quando dispensa o contributo português para a história moderna dos contactos entre o Ocidente e a China, quer quando recupera ideias, entretanto abandonadas, que confiavam numa antiga evangelização do Império do Meio como que apenas para ajudar à propaganda do acto missionário dos mendicantes espanhóis.

O epifenómeno que Juan de Mendoza foi capaz de projectar como ninguém revê-se no discreto *Libro y Relacion de las grandezas del Reyno de la China* escrito por um dos franciscanos que integraram a expedição que Fr. Diego de Oropesa realizou àquele destino em meados da década de 1580. A semelhança com o modelo da *Historia de China* é aqui reforçada pelo facto do missionário que o compôs haver incorporado trechos do informe sobre a geografia, a administração, os cultos e o sistema defensivo dos chins lavrado em 1584 por Juan Bautista Román, funcionário do aparelho colonial filipino de visita ao Guangdong. O terceiro impresso que destacámos para ilustrar o momento em causa foi o *Stimvlo dela propagacion dela Fee* composto e editado em Lisboa no ano de 1586 por Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios. Salvaguardando as devidas proporções, não apenas sucede que este carmelita reincide numa síntese luso-espanhola ao combinar obras como as de Gaspar da Cruz e Juan de Mendoza, como não hesita em manipulá-la em busca de sinais que dissessem da predisposição chinesa para aderir ao cristianismo. Se tal exercício tem como consequência imediata mais uma deriva lesiva do realismo prático das tradições portuguesa e jesuíta, tem também como resultado uma reaproximação ao generoso banco de dados de Portugal uma vez que, conforme revelámos, o *Stimvlo* resulta ser o primeiro impresso conhecido que usou fragmentos do manuscrito da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

#### **IV. A historiografia jesuítica das Missões da Índia Oriental na transição do séc. XVI para o séc. XVII**

### **CAPÍTULO 13**

## **A obra de Giovanni Pietro Maffei no contexto da historiografia eclesiástico-missional da Companhia de Jesus**

### **1. Novos estímulos à curiosidade pelas coisas chinesas**

Entre a saída da breve *Historia dos cercos de Malaca* de Jorge de Lemos (Lisboa, 1585) e o termo do século XVI viu-se que cessa a impressão de originais relevantes de autores seculares portugueses dedicados ao mundo asiático<sup>1</sup>. O assunto passa a ser abordado, mais do que nada, pela mão de religiosos, sobressaindo entre as poucas excepções o *Itinerario* de Jan Huygen van Linschoten (Amesterdão, 1596), em qualquer caso um estrangeiro. Três títulos dessa qualidade onde o objecto chinês é contemplado preenchem esse mesmo intervalo de tempo: os *Historiarum Indicarum libri XVI* de Giovanni Pietro Maffei (Florença, 1588), o *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam* de Duarte de Sande e Alessandro Valignano (Macau, 1590) e os dois volumes das *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreuerão dos Reynos de Iapão & China* (Évora, 1598).

Três títulos com selo da Companhia de Jesus, o que praticamente quer dizer três títulos pertencentes aos terrenos da historiografia ou da apologética eclesiástica. Como indicia o cabeçalho do livro do padre Maffei, este visa a crónica das conquistas lusas no ultramar oriental<sup>2</sup>. A encomenda partira do cardeal-infante D. Henrique, sempre preocupado com a falta de uma linha editorial consistente que divulgasse na Europa a história da Expansão portuguesa, algo que nem as traduções francesas parciais dos

---

<sup>1</sup> Ver *supra*, Parte II, I-3 e cap. 10, n. 212.

<sup>2</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, S.J., *Joannis Petri Maffei Bergomatis e Societate Jesu Historiarum Indicarum libri XVI. Selectarum item ex India. Epistolarum eodem interprete libri IV. Accessit Iggnatii Loiolae vita postremo recognita. Et in opera singula copiosus index*, Florença, apud Philippum Ivncam, 1588.

*Commentarii* e do *De bello Cambaico* de Damião de Góis<sup>3</sup> ou da *Historia* de Fernão Lopes de Castanheda<sup>4</sup> por Simon Goulart nem o *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jerónimo Osório<sup>5</sup>, por exemplo, tinham solucionado<sup>6</sup>. No entanto, também aqui a apropriação jesuítica dos feitos dos portugueses é um dado incontornável, razão pela qual Maffei afirma, logo no proémio, que a *História da Índia* tratará com especial destaque o estado da propagação da fé nos respectivos lugares: “Noi, perchè l’abbracciare il tutto sarebe cosa quasi infinita, abbiamo fatto proponimento di scrivere in lingua Latina solo i principj, e progressi degli scoprimenti de’ Portoghesi, e massimamente del divulgato Vangelo verso mezzo giorno, e Levante [perchè così c’è stato imposto da quelli, dal cui comandamento non è lecito partirci] solo per gloria d’Iddio, e per consolazione di tutta la Chiesa di Gesù Cristo”<sup>7</sup>.

Quer o interesse colocado pela Coroa portuguesa neste projecto editorial, quer a ampla utilização que Giovanni Pietro Maffei faz de fontes primárias oriundas dos meios administrativos do Estado Português da Índia ou do Padroado Português do Oriente, determinam que parte das mais de novecentas páginas da sua obra tenham mais parecenças com as de um Lopes de Castanheda ou de um João de Barros do que com as de uma vulgar história jesuítica. As conquistas e as formas de organização social e política dos súbditos de D. Manuel ou de D. João III no Índico até cerca de 1557 merecem-lhe um destaque que contrasta ainda com o cuidado que encontramos posto na *Historia natural y moral de las Indias* do também jesuíta José de Acosta no tratamento da geografia, da religião ou do quotidiano dos povos surpreendidos pela conquista espanhola do México.

As discretas descrições locais que o italiano acede fazer não bastam para contrariar a impressão de que entre o serviço de uma historiografia que mistura propaganda de Estado e piedosa edificação e o serviço da “etnografia” escolheu o

---

<sup>3</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-4 e cap. 10, n. 112. Ver também: Faria, 1977, pp. 63-69, refs. 39-43; pp. 77-78, ref. 49.

<sup>4</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

<sup>5</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-4. Ver também: Faria, 1977, pp. 193-194, ref. 151.

<sup>6</sup> Matos, 1991, p. 547.

<sup>7</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, S.J., *Le Istorie dell’ Indie Orientali del P. Gio. Pietro Maffei. Tradotte di Latino in Lingua Toscana da M. Francesco Serdonati Fiorentino. Citate come Testo di lingua nel Vocabolario della Crusca colle Lettere Scelte Scritte dell’India, e dal medesimo tradotte*, Tomo Secondo, libro I, “Proemio”, Bergamo, appresso Pietro Lancellotti, 1749, cit. p. 3. Todas as citações a partir desta edição, que está conforme a primeira italiana: Pe. Giovanni P. Maffei, S.J., *Le Istorie delle Indie Orientale del Rev. P. Giovan Pietro Maffei della Compagnia di Giesù. Tradotte di latino in lingua toscana, da M. Francesco Serdonati fiorentino. Con una scelta di lettere scritte delle Indie, tra le quali se ne sono molto non più stampate, tradotte dal medesimo. Con indici copiosi*, Florença, Per Filippo Givnti, 1589. Ver, *inter alia*, Albònico, 1993, pp. 198-199.

primeiro: “[...] mi sono proposto di scivere principalmente le azione de’ nostri uomini; non i riti, e gli ordini delle altre nazioni”, como repete no termo do livro VI, dedicado à China<sup>8</sup>. A dizerem-nos alguma coisa de significativo, tais rascunhos corográficos das diferentes parcelas da Ásia dizem-nos sobretudo aquilo que não vem com igual destaque nas redacções dos seus confrades espanhóis ou nos textos de europeus que não passaram pela Índia Portuguesa ou que não folhearam com demasiada assiduidade os materiais escritos daí emanados: como era a península indostânica, o Pegu, o Sião, a península malaia ou a ilha de Samatra. De facto, para além da excepção notável que fora o Cambodja de Fr. Gaspar da Cruz, este último reino, as Filipinas ou o Bornéu tendem a ser as áreas sobre as quais incide a reportagem desse segundo grupo de autores<sup>9</sup>.

Apesar do que acaba de ser notado, em nenhum momento a vantagem que Maffei empresta à glorificação da empresa de Portugal além-mar é suficiente para subverter aquela lógica de Ordem que sabemos que prevaleceu até meados do século XVII nos textos deste género. Quando faz a retrospectiva das conflituosas aproximações ao litoral de Cantão do início da década de 1520 não se furta a censurar os excessos dos portugueses e o branqueamento desses mesmos exageros supostamente levado a cabo por João de Barros, preferindo destacar a imparcialidade de Góis e de Osório: “[...] Non mi è nacosto, che il Barros diminuisce queste cose, e le fa minore colle parole, nella cui autorità fidato, arei taciuto molte cose, se il Goesio prima, e poi l’ Osorio non raccontassero chiaramente le medesime cose”<sup>10</sup>. Por outro lado, silencia em absoluto as polémicas em curso no seio da Companhia de Jesus entre os advogados da conquista militar da China e os proponentes da via pacífica<sup>11</sup>. Dois casos que ilustram bem o modo como os *Historiarum Indicarum libri XVI* se integram, antes de mais nada, nos circuitos de comunicação e propaganda dos jesuítas, onde emparceiram com cartas e compilações de cartas manuscritas e impressas, com hagiografias, com crónicas e com as demais obras intituladas histórias como eles.

Observámos que o objecto chinês fora conhecendo um paulatino ascenso de popularidade entre o público leitor da prosa jesuítica desde meados do século XVI, altura em que a curiosidade pelas novidades indianas começou a perder terreno para as

---

<sup>8</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, Tomo Primo, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, appresso Pietro Lancellotti, 1749, cit. p. 190.

<sup>9</sup> Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 448-449; idem, *ibidem*, vol. 1, t. 2, pp. 501-502; Curto, 1998c, pp. 469-470.

<sup>10</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 191.

<sup>11</sup> Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 805.

do conjunto do Extremo Oriente. Uma e outra dessas duas ocorrências permanecerão simplécticas por largo tempo, *primo* porque a China tarda em afirmar-se como tema autónomo (o que, no caso da epistolografia, não chegará mesmo a ocorrer), *secundo* porque é a resistente confiança no sucesso da Missão japonesa aquilo que, no essencial e até que os Tokugawa deliberem generalizar as perseguições anti-cristãs após 1614, ilumina o interesse por áreas periféricas desse arquipélago como o Império do Meio.

Quase se dispensa lembrar que da China arribaram, por largos anos, poucas ou nenhuma novas positivas: depois do malogrado intento de Francisco Xavier, acrescentaram-se vários como os de Melchior Nunes Barreto, Francisco Pérez, Gil de Góis ou Manuel Teixeira. Todos foram derrotados pela força de um país fechado sobre si próprio ou pelas subtilezas formais de um “sistema tributário” que não dominavam. A 14 de Agosto de 1567, os jesuítas espanhóis Juan Bautista Ribera e Pedro de Buenaventura Riera desembarcam em Macau munidos de cartas patentes para missionar na China (e no Japão) passadas pelo geral Diego Laínez. Contudo, nem a vantagem que julgaram dispôr por actuarem como agentes de Roma e não do Padroado, nem o apelo que lançaram ao cardeal Carlo Borromeo, o protector dos inicianos da sua nação junto da Cúria romana, quando os superiores dos Colégios de Goa e de Macau responderam ao desafio que a sua intrusão significava, lhes valeu na hora da verdade<sup>12</sup>. Até aos lentos progressos de Michele Ruggieri e de Matteo Ricci nos anos de 1580 escassearam motivos para que as coisas chinesas entusiasmassem os claustros dos conventos e das universidades, os gabinetes ou as mais banais salas da Europa.

Tal como a curiosidade pelas conversões japonesas funcionou como um verdadeiro seguro de vida para a difusão de novas referentes à China na Europa nas décadas de 1550 a 1580, haverá pelo menos quatro outras razões que favoreceram por via indirecta o mesmo fenómeno. Em primeiro lugar estão as sucessivas directrizes referentes à escrita e à edição da correspondência missionária que acontecem a partir de 1565, quando se estabeleceram os parâmetros a que deveriam obedecer as cartas ânuas, e, sobretudo, a partir da reforma epistolográfica que Alessandro Valignano introduz para as cartas japonesas entre finais da década de 70 e o início da de 80. Recordar-se-á que um dos objectivos desta última reforma era o de apaziguar as críticas recebidas tanto do público interno como do público exterior à Ordem a respeito dos excessos retóricos e das frequentes contradições dos respectivos conteúdos, boa parte das quais

---

<sup>12</sup> Teixeira, 1981, p. 49, Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 797-798.

devidas aos caprichos dos editores ou dos censores romanos. Mais rigor, mais simplicidade e menos prolixidade foram alguns dos pedidos formulados aos escribas das residências do ultramar extremo-oriental<sup>13</sup>.

Depois, a necessidade sentida de fidelizar leitores e adeptos e de continuar a impôr uma imagem credível da instituição levou os responsáveis jesuítas a desejar imprimir uma história geral da Companhia. A importância entretanto adquirida pelas Missões asiáticas torna-as, enquanto objecto de análise, virtualmente inseparáveis de tal projecto de auto-representação. Para não irmos mais longe, isso verifica-se no manuscrito da *Vita Ignatii Loiolæ et rerum Societatis Jesu historia*, a primeira de tais histórias. Conhecida por *Chronicon Societatis Jesu (1538-1556)*, esta biografia do fundador Loyola que Juan Alphonso de Polanco (1516-1577) foi compondo até 1574 depende em parte da transposição ou do arranjo de “cartas indianas” pois compreende um registo metódico dos progressos de cada uma das Casas e centros missionários<sup>14</sup>.

De qualquer modo, a ideia de que se deveria tratar a dimensão missionária *per se* numa obra de síntese está presente desde tão cedo quanto 1558. Pertence ao padre Pedro Juan Perpiñá (Elche, Valência, 1530-Paris, 1566), professor de humanidades na Universidade de Évora, quem nessa data propunha a escrita da história de S. Inácio e “della pasar también á hazer la historia de la India”<sup>15</sup>. Era cedo para que fosse concretizada, mas durante o generalato de Francisco de Borja (1565-1572) vozes influentes continuarão a insistir no pedido. A principal diferença é que agora passa a ser prioridade buscar algum missionário estante na Província indiana para a levar a bom termo. Em 1567 o Pe. Gonçalo Álvares, então nomeado visitador para a Índia, lia o seguinte numa missiva que lhe fora enviada: “Mírese si alguno podría buenamente hacer un sumario o breve crónica de las cosas que la Compañía há hecho en la India, y sacado

---

<sup>13</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-3.

<sup>14</sup> A referência correspondente ao 1.º vol.: Pe. Juan de Polanco, S.J., *Vita Ignatii Loiolæ et rerum Societatis Jesu Historia auctore Joanne Alphonso de Polanco ejusdem Societatis Sacerdote. Tomus primus (1491-1549)*, Madrid, excudebat typographorum societatis Sub patrocinio Sancti Francisci Salesii constituta, 1894 (pp. 5-79). Segue-se: *Chronicon Societat. Jesu ab anno 1537 Ad annum Dmi. 1549 auctore Pre. Polanco* (pp. 75-493). A obra na íntegra em 6 vols.: Madrid, 1894-1898. Ver Georg Schurhammer, “Xavierusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 62-63, 68-69, 93-94 e 97 (1.ª ed. in *Zeitschrift für Missionswissenschaft*, 12, 1922, pp. 129-165); Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 592-593; André Ravier, “Introduction”, in *La Compagnie de Jésus sous le gouvernement d’Ignace de Loyola (1541-1556) d’après les Chroniques de Juan-Alphonso de Polanco*, présentation, commentaire et tables par A. Ravier, collection Christus — 74, Paris, Desclée de Brouwer, 1991, pp. 9-14.

<sup>15</sup> Carta do Pe. Miguel Torres ao Pe. Diego Lainez, Coimbra, 29 de Novembro de 1558; pub. in *Lainii Monumenta. Epistolae et Acta Patris Jacobi Lainii Secundi Praeposti Generalis Societatis Jesu, ex Autographio, originalibus, vel Regestis Potissimum Deprompta A Patribus Ejusdem Societatis Edita*, vol. 4, 1558-1560, Madrid, Typis Gabrielis Lopez del Horno, 1915, cit. p. 5. Ver León Lopetegui, *La Universidad de Évora y la Historiografía Misional*, Coimbra, s. ed., 1967, p. 10.

com muita brevedad, nos lo podría enviar a Roma”<sup>16</sup>. Porém, o português terá feito saber que os padres que administrava estavam mais ocupados em fazer história do que em escrevê-la, além de que lhes faltavam muitas das imprescindíveis cópias de relatórios oficiais enviados ao longo dos anos para a Europa<sup>17</sup>.

Giovanni Pietro Maffei consumará este projecto em 1571 ao publicar em Dillingen o *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarvm comentarius*. Sabe-se já que se trata de uma tradução da *Historia das Missões do Oriente até o anno de 1568*, manuscrito inédito do jesuíta Manuel da Costa<sup>18</sup>. Este havia trabalhado sobre o imenso espólio não censurado de correspondência missionária pertencente aos padres de Coimbra, cidade onde leccionava. Apesar da intensa polémica que o impresso suscitou — Costa não se reviu na versão latina do italiano e Matteo Ricci corroborou-o quando escreveu que a obra trazia variadíssimos erros —, o certo é que, tanto a sua sorte editorial parece não ter sofrido com isso<sup>19</sup>, como instituiu um género literário do qual a divulgação das notícias referentes à China depressa se tornaria credora.

Perceber-se-á melhor a importância deste instrumento para o que nos interessa se se recordar que foi precisamente por esta altura que a procura de colectâneas de cartas provenientes das Missões da Companhia entrou na fase de definitivo declínio. Em Portugal assim aconteceu a partir de 1570, quando sai em Coimbra a compilação mandada fazer pelo bispo D. João Soares. Em Espanha ocorre idêntico abrandamento nos anos seguintes a 1575, data da edição em Alcalá das “Cartas japonesas” de 1549 a 1571. As colecções lusas de 1588, 1589, 1593 e 1598 (os acima destacados dois volumes de *Cartas de Iapão & China* publicados em Évora pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança) não corrigem a tendência, até porque, ao escolherem apenas o português para língua de divulgação, tinham reduzido à partida o espectro de potenciais leitores<sup>20</sup>.

“História”, “compêndio histórico”, “crónica”, “tratado”, “relação”, “labor evangélica” e “conquista” são alguns dos títulos empregues para referenciar as obras pertencentes a esse género literário particular que o título de Maffei de 1571 demarcou com clareza das epístolas, mas que também não se confunde com outros textos como os ensaios, os aforismos ou as sentenças. Sem que os seus autores se preocupassem em especificar, ou tantas vezes sequer em pensar os traços distintivos das suas obras —

---

<sup>16</sup> *Borgia*, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, vol. 4, p. 386; cit. in Lopetegui, 1967, p. 10.

<sup>17</sup> Correia-Afonso, ed. 1969, pp. 111-112; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 323-324.

<sup>18</sup> Schurhammer, “Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 65 e 96.

<sup>19</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8, notas 127-134.

<sup>20</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-3.

problema que se manteve nas bibliografias especializadas do fim do século XIX e que transitou para a época moderna —, torna-se hoje claro que há, desde a origem, um conjunto de características que individualiza cada um destes géneros narrativos vizinhos quer do ponto de vista dimensional quer do ponto de vista formal.

Cingindo-nos ao contraste entre histórias e crónicas, temos que, enquanto as primeiras tendem a cobrir um campo geográfico e cronológico mais alargado, recuando à fundação da Ordem e concedendo ao Extremo Oriente um espaço pontual, nas crónicas existe uma propensão para concentrar o espaço e o tempo de análise, logo para desenvolver tudo o que diz respeito às Missões ou a uma Missão específica. Aplicando o critério formal, percebe-se que a diferença básica assenta no facto do narrador de uma história se situar com maior frequência longe dos locais da narração (a *Historia de Japam* de Luís de Fróis é uma excepção importante) e de escrever na terceira pessoa (o que Fróis já faz, transpondo as cartas sobre o Japão que ele próprio escrevera na primeira pessoa), o que não é suposto suceder nas crónicas, onde a regra é a de um narrador-testemunha que escreve na primeira pessoa do singular ou do plural.

Sublinhe-se ainda que, quando o início do século XVII começa a divulgar com maior intensidade este tipo de fontes para a Ásia e conseguir estabelecer com elas um *corpus* coerente, ter-se-ão três ocorrências principais. Uma, aquela da China só muito tarde aparecer tratada em exclusivo, sintoma claro da condição fragmentária dos respectivos conteúdos. Outra, a da maior parte dos escritos que se lhe referem serem dados em manuscrito, desta vez sintoma evidente de um saber transitório, sujeito a constantes actualizações. Terceira, a circunstância da grande maioria dos textos agora divulgados sair de mãos de gente culta que escreve distante do terreno, a antítese perfeita do olhar do mercador e do observador menos preparado que fora preponderante até meados do século XVI<sup>21</sup>.

Estreitamente associado ao favor que os historiadores das Missões jesuítas emprestam à publicidade dos assuntos chineses está o assinalado despique que as diferentes Ordens religiosas montaram a partir de certa altura entre si com o fito de aparecer aos olhos do público como os primeiros missionários no Extremo Oriente. Este é o terceiro dos quatro factores começados a enumerar que aproveita, por via indirecta, ao mesmo fenómeno de difusão. Por seu turno, ele é em boa parte indestrinçável do derradeiro, aquele que identificamos com os actos integrantes dos processos de

---

<sup>21</sup> Ver Alao, 1997, pp. 544-546; Loureiro, 1997a, p. 355; Girard, 2000, pp. 63-80.

canonização de algumas figuras maiores da Ordem dos Franciscanos e da Companhia de Jesus. Enquanto os primeiros não perdem tempo a executá-los por interposta *Historia de las Islas del Archipiélago, y Reinos de la Gran China* de Marcelo de Ribadeneyra (1601) tendo em mente o martírio do presbítero Pedro Bautista Blázquez no Japão (1597)<sup>22</sup>, os jesuítas empenham-se nas causas de Inácio de Loyola e Francisco Xavier. Aqui, se bem que ambos os processos tenham sido concluídos no mesmo ano — 1622 —, o do “apóstolo do Oriente” será sem dúvida o mais rico de consequências para o capítulo chinês. Lançado por D. João III pouco depois da notícia da morte do padre Xavier ter sido conhecida na Europa<sup>23</sup>, desde 1556-1557 que os religiosos e os funcionários régios da Índia Portuguesa acumulam e despacham numerosos relatórios sobre a sua vida e obra<sup>24</sup>.

Viu-se que os franciscanos venceram, no plano editorial, a corrida que os opunha aos auto-denominados “soldados do Papa” quando fizeram sair em Barcelona no primeiro ano do século XVII essa *Historia* de M. de Ribadeneyra. Em última análise, a mensagem que queriam fazer passar era a de que o facho das Missões asiáticas fora mantido aceso pelos seus homens desde o século XIII, ou seja, desde que Giovanni da Pian del Carpine, Giovanni de Montecorvino e Odorico da Pordenone o tinham transportado para aí<sup>25</sup>. Em seguida, veio a igualmente vista tergiversação dos seus objectivos para as Filipinas. A China apenas regressa como prioridade desta Ordem nos escritos de Francisco de Jesus de Escalona e de Antonio de Santa Maria Caballero, estava-se já na década de 1630<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Ver *infra*, cap. 16-3.

<sup>23</sup> Ver carta do Irmão Aires Brandão aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Coimbra, Goa, 23 de Dezembro de 1554, fls. 56r. segs, ed. 1954, pp. 166 e segs..

<sup>24</sup> Referidos por “Inquirições”, tais inquéritos foram preparados em Goa, Cochim, Baçaim e Malaca. Entre os testemunhos principais estiveram os de Diogo Pereira (Goa), Galiote Pereira (Baçaim) e Duarte da Gama (Malaca), fidalgo da Casa Real que estanciou no Oriente desde 1552, foi capitão de Coullão (1544-1547) e que depois se dedicou ao comércio com a China e o Japão. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3. Ver também: Schurhammer, “Xavierforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 57-63 e 92-93; Álvaro J. da Costa Pimpão, “Prefácio”, in Pe. João de Lucena, S.J., *Historia da vida do padre Francisco Xavier*, edição fac-similada comemorativa do 4.º centenário do seu falecimento, com um prefácio de A. J. C. Pimpão, vol. 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. XVI; *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, p. 75, n. 44.

<sup>25</sup> Girard, 2000, pp. 76-77.

<sup>26</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-3. Para o tema do conflito que ocorre entre jesuítas e franciscanos por interpostos significados textuais, não pode deixar de se assinalar a *Conquista Espiritual do Oriente* de Fr. Paulo da Trindade (ms. 1630-1636), obra que este frade menor se esforçou por publicar e que foi pensada como resposta às declarações de Maffei sobre o apostolado franciscano na Índia: “[...] depois que li um livro que certo autor compôs em italiano e imprimiu em Roma, em que, com não menos temeridade que ousadia, se atreveu afirmar que os frades de S. Francisco na Índia não se ocupavam em fazer cristandades, mas somente em enterrar defuntos e cantar missas de Requiem”, como escreve, decidira-se “a tomar o trabalho de escrever esta história”. E conclui: “E pelo conseguinte o assunto dela será mostrar ao mundo a

Há um desvio idêntico da parte dos agostinhos, só que ainda mais demorado: depois das duas entradas de Martín de Rada em solo Ming em meados dos anos 70 do século XVI, a recolocação dos seus interesses na China espera pelas *Conquista de las Islas Filipinas* de Gaspar de San Agustín (Madrid, 1698) para ser formalizada pelo impresso<sup>27</sup>. É verdade que a publicação do *Itinerario de las Misiones del India Oriental* de Fr. Sebastião Manrique (Roma, 1649<sup>28</sup>; 2.<sup>a</sup> ed. Roma, 1653<sup>29</sup>) constitui uma das primeiras iniciativas editoriais dos agostinhos portugueses no sentido de divulgar o seu trabalho missionário e de responder à concorrência das outras Ordens<sup>30</sup>. No entanto, o âmbito em que mais aposta — o das comunidades situadas entre o Golfo de Bengala e Macau — tanto é bastante lateral para aqui, como não substitui a ainda mais tardia *Historia da fundação do real convento de Sancta Monica da Cidade de Goa, Corte do Estado da Índia, & do Imperio Lusitano do Oriente* (Lisboa, António Pedrozo Galvão, 1699) de Fr. Agostinho de Santa Maria, o famoso autor do *Sanctuario Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, que se venerão na Corte, e Cidade de Lisboa* (Lisboa, António Pedrozo Galvão, 10 vols., 1707-1723)<sup>31</sup>.

Já os dominicanos passam das ambições patentes no pioneiro *Tractado das cousas da China* de Gaspar da Cruz, em 1570, para as partes da Insulíndia e da África Oriental, vindo a ser os últimos a criar Missões nas Filipinas. Em consequência disso, mas provavelmente também por se sentirem intimidados pelo conteúdo das crónicas e das histórias de franciscanos e jesuítas, aguardam até 1640 para publicarem em Manila

---

falsidade do sobredito autor que, com tão pouca razão, quis pôr taxa nesta santa Província em matéria em que ela está merecendo muitos louvores” — Fr. Paulo da Trindade, O.F.M., *Conquista Espiritual do Oriente*, vol. 1, *Parte I*, “Prólogo ao leitor”, Lisboa, CEHU, 1962, cits. pp. 5 e 6.

<sup>27</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-1.

<sup>28</sup> Fr. Sebastião Manrique, O.S.A., *Itinerario de las Misiones que hizo el Padre F. Sebastian Manrique Religioso Ermita de S. Agustin Missionario Apostolico treze años en varias Misiones del India Oriental, Y al presente Procurador, y Diffinidor General de su Prouincia de Portugal en esta Corte de Roma. Con vna Summaria Relacion del Grande, y Opulento Imperio del Emperador Xa-ziaban Corrombo Gran Mogol, y de otros Reys Infieles, wn cuios Reynos assisten los Religiosos de S. agustin. Al Eminentiss. Señor, el Señor Cardenal Pallotto Protector de la Religion Agustiniiana*, Roma, Francisco Caballo, 1649.

<sup>29</sup> Fr. Sebastião Manrique, O.S.A., *Itinerario de las Misiones del India Oriental Que hizo el P. Maestro Fra Sebastian Manrique Religioso Eremita de S. Agustin Missionario Apostolico treze años en varias Misiones della dicha India Y al presente Prefecto Apostolico de la Mission Calaminense especialmente delegado por la Santidad de Innocentio X nuestro Señor. Procurador, y Diffinidor General della Prouincia Augustiniana de Portugal en la Curia de Roma. Con vna Summaria Relacion del Grande Imperio del Emperador Xa-ziaban Corrombo Gran Mogol y otros Reis Infieles en cuios Reynos assisten los Religiosos de S. Agustin. Al Eminentiss. Señor Cardenal Pallotto Protector de la Religion Augustiniana*, Roma, A la instancia de Guillermo Halle, 1653.

<sup>30</sup> Ver Maria Ana Marques Guedes, “Apresentação”, in Fr. Sebastião Manrique, O.S.A., *Breve Relação dos Reinos de Pegu, Arracão, Brama, e dos Impérios Calaminhã, Siammon e Grão Mogol*, apresent. e notas de M. A. Marques Guedes, tradução de Raffaella d’Intino, Lisboa, Edições Cotovia/CNCDP, 1997, pp. 13-19 e 21-34; Loureiro, 1997b, p. 189.

<sup>31</sup> Ver Curto, 1998c, p. 484.

o primeiro dos seus trabalho que cobre as Missões da China. Referimo-nos à citada *Historia de la provincia de Sancto Rosario de Philipinas, Japón y China* de Diego Aduarte<sup>32</sup>, narrativa que foi buscar à *Historia Ecclesiastica Indiana* de Fr. Jerónimo de Mendieta (ms. 1596) a ideia de que o seu confrade Domingo de Betanzos fora o precursor da Missão da China, ao sonhá-la nos anos de 1544-1545 como passo a dar depois do México<sup>33</sup>. Deslocadas aparecem-nos a *Ethiopia Oriental* de Fr. João dos Santos (Évora, 1609)<sup>34</sup>, libelo em prol da presença dominicana naquela parte de África, e as *Relações summarias de alguns serviços que fizeram a Deos, & a estes Reynos os Religiosos Dominicicos nas partes da India Oriental nestes annos proximos passados* dos frades António da Encarnação e Miguel Rangel (Lisboa, Lourenço Crasbeeck, 1635), onde encontramos algumas referências a Solor e a Timor<sup>35</sup>.

Com tudo isto, os jesuítas não tardam a reproduzir nos prelos a presença hegemónica que acabavam de conquistar em grandes partes da Ásia marítima, logo também na China. Como anotámos, neste capítulo a *Relación de las Islas Filipinas* de Pedro Chirino publicada em Roma no ano de 1604 constituiu um marco miliário para aqueles que actuavam no hemisfério espanhol<sup>36</sup>. Resposta evidente à *Historia* de Marcelo de Ribadeneyra, nela é tornado claro que, apesar dos esforços desenvolvidos desde o início no arquipélago filipino, o grande objectivo estratégico da Companhia está nas Missões chinesas. Chirino dá grande destaque às iniciativas que Alonso Sánchez levava a cabo nesse sentido, motivo retomado e ampliado mais tarde na crónica de Francisco Colín, *Labor Evangelica de los obreros de la Compañia de Iesvs en las islas Filipinas* (Madrid, 1663)<sup>37</sup>.

De qualquer modo, quer a antecipação de vários agentes do Padroado Português e do *Patronato*, quer a multiplicidade de géneros narrativos que serve a comunicação e a propaganda da Companhia neste domínio, impõe que continuemos a seguir em simultâneo as pistas inauguradas pelo *Chronicon* de Juan de Polanco e pela *Historia das*

---

<sup>32</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 12, n. 119.

<sup>33</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-3. Ver também: Girard, 2000, pp. 77-78 e 115-126.

<sup>34</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 11, n. 12. Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 585-586.

<sup>35</sup> Curto, 1998c, p. 477.

<sup>36</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-3.

<sup>37</sup> Pe. Francisco Colín, S.J., *Labor Evangelica, ministerios apostolicos de los obreros de la Compañia de Iesvs, fyndacion y progressos de sv provincia de las islas Filipinas, Historiados por el Padre Francisco Colín, Provincial de la misma Comañia, calificador del Santo Oficio, y sv Comissario en la governacion de Samboanga, y sv distrito. Parte primera. Sacada de los manvsriptos del Padre Pedro Chirino, el primero de la Compañia que passo de los Reynos de España a estas Islas, por orden, y a costa de la Catholica, y Real Magestad*, Madrid, por Ioseph Fernandez de Buendia, 1663. Ver Girard, 2000, pp. 126-128.

*Missões* de Manuel da Costa, tal como pelas hagiografias centradas na vida do Pe. Francisco Xavier. Ao fazê-lo, visamos também dar cobertura aos objectos literários deixados em manuscrito: ainda que não nos atrevamos a medir os efeitos que os mesmos tiveram sobre a difusão pública dos conhecimentos, as cerradas intertextualidades que se observam entre todos estes espécimes desde logo o aconselham. Por último, pode adiantar-se que, apesar dos jesuítas portugueses continuarem a dominar estes circuitos, as frequentes trocas entre o português, o latim, o castelhano e o italiano tornam mais correcto sublinhar o carácter internacional da produção em causa<sup>38</sup>.

## 2. Precedentes e sucedâneos bibliográficos de Maffei com referências à China

### *Em jeito de inventário*

Juan de Polanco colocara no início do seu *Chronicon* o material correspondente à vida de Inácio de Loyola, destacando-o assim do inesgotável acervo documental reunido nessa obra (*Chronicon*, I, 9-74). Cumprindo parte do desiderato historiográfico delineado pelo antigo geral, Pedro de Ribadeneyra (1526-1611) publicará em Nápoles, em 1572, a primeira biografia daquele fundador, a *Vita Ignatii Loiolæ*<sup>39</sup>. Concentrados desde 1563 nesta tarefa, só a partir daí os jesuítas passam a dedicar idêntica atenção à figura de Francisco Xavier. Alguns anos depois, meios muito restritos conseguiriam aceder às vinte folhas da cópia goesa de uma “Informação do padre Francisco Perez

---

<sup>38</sup> Curto, 1998c, pp. 469-470.

<sup>39</sup> Pe. Pedro de Ribadeneyra, S.J., *Vita Ignatii Loiolæ Societatis Iesv fvdatoris, libris qvinqve comprehensa. In quibus initia ipsius Societatis, ad annum usq. Domini 1556 explicantur. Auctore Petro Ribadeneira Sacerdote Societatis eiusdem*, Nápoles, Apud Josephum Cacchium, 1572.

Esta *Vita* de Loyola por Pedro de Ribadeneyra teve catorze edições entre 1572 (edição restrita de 500 cópias destinada apenas ao uso privado dos membros da Ordem) e 1600. A primeira edição espanhola — uma versão revista e ampliada da original e a primeira destinada ao grande público — levou por título *Vida del P. Ignacio de Loyola, fundador de la religion de la Compañia de Jesus. Escripita en latin por el padre Pedro de Ribadeneyra de la misma Compañia, y aora nueuamente traduzida en romance, y añadida por el mismo autor*, Madrid, por Alonso Gomez, 1583. Seguiram-se as edições espanholas de Madrid (1584, 1586) e Veneza (1586), as latinas de Madrid (1586, duas em 1595, 1596), Inglostadt (1590), Lyon (1595) e s.l. (1598), e as polacas de Cracóvia (1593 e 1600).

Schurhammer, “Xavierusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 78-82, 95 e 103-106; Sánchez Alonso, 1944, p. 86; Costa, 1999a, p. 211; pp. 235-236, ref. 66; p. 243, ref. 130; p. 244, ref. 145; p. 255, refs. 251-253; p. 267, ref. 358; p. 272, ref. 406; p. 275, refs. 430-432; p. 277, ref. 447; p. 283, ref. 505; e p. 290, ref. 568.

acerca do Principio da Companhia na India”. Incluindo a mais antiga biografia conhecida do missionário navarro, o original foi assinado em São Tomé de Meliapor a 7 de Dezembro de 1579, cerca de três anos antes da morte do seu autor, o antigo companheiro de Xavier e participante na missão diplomática de Gil de Góis à China<sup>40</sup>. Tal não invalida que a *Vida de São Francisco Xavier* que o Pe. Manuel Teixeira completou em 1581 (e que foi logo traduzida para espanhol e italiano) seja comumente vista como a primeira obra do género<sup>41</sup>. Apesar do geral Claudio Acquaviva (1581-1615) ter ordenado a sua publicação, Alessandro Valignano, que estivera na génese daquela obra, suplicaria desde Cochim em 1585 que o texto não fosse impresso antes de ser revisto com todo o cuidado. Roma acatou e a *Vida* de Teixeira permaneceu em manuscrito<sup>42</sup>.

Fonte tão fundamental quanto esta para a generalidade das subsequentes biografias de Xavier foi a primeira parte da *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales (1542-1564)*, texto do próprio Alessandro Valignano. A incumbência de escrever uma crónica sobre os trabalhos da Companhia no Oriente fora-lhe passada em 1573 pelo geral Everard Mercurian (1573-1580), na circunstância da sua primeira nomeação como visitador das Missões da Índia e do Japão (1574-1583). Ainda que Maffei tivesse acabado de publicar o seu *Rerum a Societate Iesu in Oriente gestarum comentarius*, o tema era pouco menos que virgem.

Sempre escrupuloso, Valignano preferiu demorar-se a conhecer o meio que deveria ser objecto da sua reportagem antes de o fixar na página. O manuscrito, redigido em espanhol, foi concluído em finais de 1583 e encaminhado para a Europa em 1584 na nave em que seguia a “embaixada” japonesa<sup>43</sup>. Mas as mesmas exigências de rigor que formulara a respeito da *Vida de São Francisco Xavier* de Manuel Teixeira não tardou em impô-las à sua própria *Historia*, pelo que esta só seria dada à estampa em 1899-1900

---

<sup>40</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9, n. 99.

<sup>41</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9, n. 8.

<sup>42</sup> Assinale-se que o desejo de que o texto fosse revisto antes de divulgado foi extensivo ao próprio Pe. Teixeira: “[...] O que a V. P. muito peço é que ao P. Geral passado pedy, que se a V. P. lhe parecer, que o livro presta pera alguma cousa [...], que antes que os Padres e Irmãos o vejão, o mande rever, emmendar, acrescentar ou demenuir do que en este lhe parecer melhor e mais seu serviço [...] e se lhe parecer que leve o istillo que de qua levou de se porem as cartas do P. M. Francisco nos tempos e lugares, em que forão escritas, creio que muitas ou algumas averá la ou em Portugal, que nos qua não temos, que lá se poderão acrescentar em seus lugares, se a V. P. asi parecer em o Senhor ” — Carta do Pe. Manuel Teixeira ao geral Claudio Acquaviva, Goa, 1 de Dezembro de 1581, ARSI, *Goa*, 47, fl. 158r.; transcr. in *Epistolae S. Francisci Xavierii aliaque eius scripta. Nova editio ex integro refecta*, vol. 1, 1535-1548, ed. Georg Schurhammer & Josef Wicki, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1944. cit. p. 80\*. Ver Schurhammer, “Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 73-74 e 100; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 593-597.

<sup>43</sup> Ver, *inter alia*, Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 597-599.

nos *Monumenta Xaveriana* (I, pp. 2-199). Tratava o intervalo que ia de 1542 e 1552, correspondente à época do antigo Padre-mestre, para o que tomava de muito perto a minuta do Pe. Teixeira. Uma segunda parte deveria estender a cronologia até 1574, data da chegada de Valignano a Goa. Escrita em português, no mesmo ano de 1583 esta parte encontrava-se concluída até 1564, quando foi abandonada por entretanto não terem chegado a Macau vindas da Europa as prensas necessárias à sua publicação. É nesse estado que a enviam daí para Roma em 1588<sup>44</sup>. Josef Wicki publicá-la-ai séculos depois, em 1944<sup>45</sup>.

A primeira passagem de Alessandro Valignano por Macau, entre Setembro de 1578 e Julho de 1579, tornara-o mais sensível que antes à necessidade de desenvolver o método de acomodação cultural a que o seu nome vem por regra associado. Sem lhe retirarmos o mérito devido, há que notar que as primeiras experiências de adaptação às realidades locais tinham sido desenvolvidas, quase em simultâneo, por Francisco Xavier no Japão e pelo português Manuel da Nóbrega no Brasil. Enquanto superior da Missão nipónica (1551-1570), o espanhol Cosme de Torres segue na mesma linha e vem a admitir a entrada de irmãos japoneses na Companhia, para o que muito contribuiu a sensibilidade dos padres lusos Gaspar Vilela e Luís Fróis, os responsáveis pela residência de Miyako (Kyoto)<sup>46</sup>. De qualquer forma, é indiscutível que será por intermédio de Michele Ruggieri e de Matteo Ricci que tal programa se põe em prática na China.

Valignano convoca-os para Macau, onde Ruggieri chega em Julho de 1579 e Ricci em Agosto de 1582. A ambos é dada a ordem de mergulharem a fundo na aprendizagem da língua chinesa. A Ricci, contudo, é pedida a tarefa suplementar de escrever um sumário sobre a gente, os costumes, as instituições e o governo da China. Como sucederá com a maioria das cartas e relatórios que este missionário assinou até ao final dos seus dias, tal texto conheceu uma difusão limitada, nunca tendo sido

---

<sup>44</sup> Correia-Afonso, ed. 1969, pp. 114-116; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 597-598; Bourdon, 1993, pp. 28-29.

<sup>45</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Historia del Principio y Progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales (1542-64)*, herausgegeben und erläutert von Josef Wicki S.I., Bibliotheca Instituti Historici S.I., vol. 2, Roma, IHSI, 1944. Ver também: J. Wicki, “Einführung zur Indischen Geschichte Valignanos” (Introdução à edição da *Historia del Principio y Progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de Valignano), in idem, *ibidem*, pp. 19\*-108\*; Schurhammer, “Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 76-78 e 102-103.

<sup>46</sup> Antonio Cabezas, *El siglo ibérico del Japón: la presencia hispano-portuguesa en Japón (1543-1643)*, serie Historia y Sociedad — 44, Valladolid, Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid/Instituto de Estudios Japoneses, Universidad de Valladolid, 1995, pp. 169, 126-127; Costa, 1999b, p. 23, n. 33; João Paulo Oliveira e Costa, “Japão”, in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, pp. 401-402 [Costa, 2000b].

publicado<sup>47</sup>. O que não obstou a que Valignano se apoderasse dele para as secções relativas à China da sua *Historia del principio y progreso*. Mais de sorte terão aquela carta que circulou em anexo ao relatório de Juan Bautista Román de 1584<sup>48</sup> e os diários publicados postumamente por Nicolas Trigault sob o título *De Christiana Expeditione apvd Sinas svscpta ab Societatis Iesv* (Augsburgo, 1615)<sup>49</sup>.

Nos parágrafos consagrados à China na *Historia* que Valignano escreveu até 1583 sobram também vestígios de observações feitas pelo próprio autor em Macau, bem como de dados cedidos por mercadores e missionários estabelecidos nas costas chinesas e que o visitador interpelara. O conjunto disponibilizar-se-ia para o Pe. Giovanni Maffei, que então preparava a sua *História da Índia*. À parte os detalhes sobre o aproveitamento que dela veio a fazer, tanto o livro VI, que sabemos ser sobre a China, como o livro XII, sobre o Japão, constituíam oportunidades excelentes para que glosasse a obra de Valignano<sup>50</sup>. O *Chronicon* de Polanco teria por força de chegar à sua mesa de trabalho, mas como nem esse nem nenhum outro documento dos arquivos romanos e portugueses o satisfizessem a respeito da história da Igreja no arquipélago nipónico, em 1579 age no sentido de Luís Fróis ser encarregue de escrever aquela que viria a ser a *Historia de Japam*<sup>51</sup>.

É possível que Valignano concebesse a mesma ideia por volta de 1581 porque, se se reparar, a sua *Historia del principio y progreso* é interrompida no ano de 1564, quando Fróis começa a jogar um papel de particular destaque no seio da Missão japonesa. Fosse como fosse, é por intermédio de uma carta do visitador que Fróis toma

---

<sup>47</sup> É provável que, quando redigiu esta descrição da China em 1582 a pedido de Alessandro Valignano, Matteo Ricci tenha contado com a colaboração mais ou menos empenhada do então já experimentado Michele Ruggier. Contudo, os termos exactos em que tal ajuda se terá efectivado permanecem obscuros, sobretudo atendendo às surpresas que nos revela o *Atla da China Ming*, manuscrito trabalhado por Ruggieri até 1606. Ver carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Claudio Acquaviva em Roma, Zhaoqing, 20 de Outubro de 1585; pub. in Tacchi Venturi, 1913, p. 60; carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Giulio Fuligatti, Nanchang, 12 de Outubro de 1596; pub. in Tacchi Venturi, *ibidem*, p. 217; Lacouture, 1991, pp. 254-256; Ross, 1994, p. 122. Ver *infra*, cap. 19-2.

<sup>48</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-3.

<sup>49</sup> Ref *supra*, Parte II, cap. 7, n. 43.

<sup>50</sup> Ver *infra*, cap. 15, n. 31.

<sup>51</sup> Em carta ao geral Mercurian, Maffei escreve: “Trouasi nel Giapone il P. Luigi Froes, antico in quelle parti et che scrive molto bene, per essere stato allevato da giovinetto nella segretaria di questi serenissimi Rè di Portugallo: et perché di quelle isole et christianità sin qui sono venute nuove non molto costanti et chiari, almeno quanto appartiene alla descrizione et costumi et modo di governare et altre particolarità, questi Padri stimarebbero cosa ottima che il detto Pe. Froes, hormai stanco dalle fatiche del predicare ecc., si ritirasse a fare un commentario del progresso della fede nel Giappone, et del sito della terra et di quei magistrati, et guerre che hanno impedito l’Evangelio et altre cose a proposito della historia, il quale commentario darebbe gran luce et sodisfattione. Di tutto mi rimetto alla carità et el giuditio della Paternità Vostra [...]” — Carta do. Pe. Giovanni Pietro Maffei ao geral Everard Mercurian, Coimbra, 6 de Novembro de 1579, ARSJ, *Ep. Nostr.*, 95, fl. 172v.; transcr. parcial in Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 1, ed. 1976, “Apêndice I”, cit. p. 397.

conhecimento da ordem de Acquaviva que o levará a compôr a sua obra-prima. Essa instrução pode ter sido aberta em Nagasáqui em meados de 1584. Em 1586, o padre Fróis dá por terminada a primeira parte (116 capítulos com o acontecido entre 1549 e 1578). O trabalho prosseguiu entre viagens, canseiras e sobressaltos vários até ao seu falecimento, em 1597, resultando daí uma segunda parte ainda mais valiosa (178 capítulos com o acontecido até 1593)<sup>52</sup>. Para o início da Parte I estava previsto um tratado “em que se trata do clima, qualidades e costumes de Japão, da origem de seos Idolos, culto, e adoração, do numero, *que* tem, das ceitas, e openioens que tem”<sup>53</sup>. Dele conhecemos uma tábua de 1584 com 37 capítulos tirada de “hum livro velho” e uma versão alternativa<sup>54</sup>.

Fiel a si próprio, Alessando Valignano negou-se a autorizar que a *Historia de Japam* fosse enviada para Portugal ou para Roma, quer durante a vida, quer depois da morte do seu autor. Luís Fróis tentara por mais de uma vez contornar esse obstáculo, mas o seu superior determinou que, para ser impresso, aquele “*opus immensum*” deveria ser reduzido a um compêndio breve de umas trezentas páginas. Além disso, julgava que Fróis “no tiene tanto miramiento ni en inquirir si es verdad o no lo que se diz, ni en escoger lo que es bien que escriba”<sup>55</sup>. Ora, sabe-se do horror que o português sentia ao imaginar a obra na qual consumira tantos anos amputada por mãos estranhas e condensada num livro de bolso<sup>56</sup>.

---

<sup>52</sup> Wicki, 1976, pp. 11-13 e 24-34; Bourdon, 1993, pp. 29-31.

<sup>53</sup> Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, “Taboada das couzas que se contem neste tratado, que he o principio da pr.<sup>a</sup> parte da Historia de Japão, em que se trata do clima, qualidades, e costumes de Japão, da origem de seos Idolos, culto, e adoração, do numero, *que* tem, das ceitas, e openioens que tem. 1584”, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-54, fl. 1r.; transr. in Braga, ed. 1998, p. 44

<sup>54</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8, n. 63. Ver também: Wicki, 1976, p. 20\*; Garcia, 1993d, pp. 27-28 e 43-45; George A. Sioris, “Luís Fróis: Chronicler and Interpreter of Japan, a Jesuit Between Two Cultures”, in *Luís Fróis – Proceedings of the International Conference, United Nations University, Tokyo, September 24-26, 1997*, Tóquio, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Embaixada de Portugal no Japão, s.d. [1997], pp. 3-15.

<sup>55</sup> Carta do Pe. Alessando Valignano ao Pe. geral Claudio Acquaviva, Macau, 30 de Outubro de 1588, ARSI, *Jap. Sin.*, 10-2, fl. 335r. (original, 1.<sup>a</sup> via); transr. parcial in Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 1, ed. 1976, “Apêndice 5”, cit. p. 402. Ver Helmut Feldmann, “As disputas de São Francisco Xavier com os bonzos e nobres do Japão relatadas por Luís Fróis S.J. e João Rodrigues S.J.”, in *Portuguese Voyages to Asia and Japan in the Renaissance Period*, s.d. [1994], p. 283.

<sup>56</sup> “[...] Y algunas vezes, platicando sobre la misma Historia, me tiene dicho el Pe. Visitador que, aunque de la manera que hasta agora estaa scripta puede servir con mucha comodidad para los Padres e Hermanos que quedan en Japón se recrean, viendo por extenso las particularidades de lo que los primeros Padres sus antecessores an padecido en hechar los primeros fundamentos de aquella christandad, que todavía para se inbiar a Roma y ser vista por todo el mundo, que era necesario abreviarla y resumirla en hun compendio más breve, de manera que todo lo essential della se comprehendesse en hun volume poco maior que una annua de las que vienen impresas de Roma. Y aunque yo clara y distinctamente entiendo que realmente ha en ella muchas cosas que limar, empero no se me ofrece que se pueda decenter abreviar tanto que quede en tan pequena cantidad sin falta notable, porque huma Istoria como la de Japón, en que de necesidad se an de apuntar por orden en las más de las cosas essenciaes, que se hallan recitadas en las

Em qualquer caso, no ano de 1601 Valignano enceta e conclui o primeiro volume de um tratado intitulado *Del Principio y Progreso de la Religion christiana en Japon*<sup>57</sup>. Trata do período dos superioratos de Francisco Xavier e Cosme de Torres (1549-1570), ficando por compôr os três volumes adicionais que constavam do plano inicial, um para o tempo de Francisco Cabral (1570-1580), outro para o vice-provincialato de Gaspar Coelho (1581-1590), o último para o governo homólogo de Pero Gómez (1590-1600). Escrito parte em latim e parte em espanhol, representava o segundo intento de obter uma história competente da Missão japonesa. Obra reactiva aos assaltos que os franciscanos sediados nas Filipinas lançavam ao arquipélago por essa altura, mais do que a *Historia* de Fróis (que Valignano naturalmente leu, mas que não transparece aqui) toma por guião o *De Iaponicis rebus epistolarum libri III* de Maffei, o livro que saíra em anexo ao *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarvm comentarius* de 1571.

O padre Valignano flagelar-se-á uma vez mais, considerando o seu trabalho demasiado imperfeito na forma, pelo que em 1613 a Companhia passou o testemunho daquele projecto historiográfico a Mateus de Couros, que missionava no Japão desde 1590 e aí governaria como provincial entre 1617 e 1621. Com efeito, na primeira metade da década de 1620 o padre Couros escreve por diversas vezes estar envolvido na preparação dessa crónica. Porém, a difícilima conjuntura que se abate sobre ele e os seus companheiros fazem gorar as expectativas. Tal incumbência vem a ser delegada no Pe. João Rodrigues *Tçuzzu* (*Tsuji*, intérprete), antigo missionário no país do Sol Nascente exilado em Macau desde 1610. E Rodrigues concebe um plano faraónico: nada menos que uma grande obra histórica sobre as Missões do Japão, China, Coreia, Hainão, Tonquim, Sião e Cambodja. Morto em 1633, deixará uma ínfima parte de tudo isso. Quanto ao porquê da inclusão da China numa história da Missão japonesa, o motivo era simples: “Como a missão da China em que os padres da Companhia se ocupam na conversão dos infiéis, pertence a Província do Japão, por ser fundada, e Missão feita pelos Superiores da Companhia de Japão [...] no ano 1582 [...], à história

---

cartas que de acá se an inbiado y andan en Europa estanpadas, no veo como tan larga materia (salten las cosas principales) se pueda abreviar tanto que se inclua en tan coartado compendio” — Carta do Pe. Luís Fróis ao Pe. geral Claudio Acquaviva, Macau, 12 de Novembro de 1593, ARSI, *Jap. Sin.*, 12-1, fls. 112r.-112v. (autógrafo): transr. parcial in Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 1, ed. 1976, “Apêndice 10”, cit. p. 408.

<sup>57</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Libro Primero. Del principio y progreso de la Religion Christiana en Japon y de la especial Providencia que nro Señor vsa con aquella nueva Iglesia. Compuesto por el Padre Alexandre Valig.no dela Compañia de Jesus. En el año 1601*, BAL, *Jesuitas na Ásia*, 49-IV-53, fls. 244v.-419r. Ver Braga, ed. 1998, pp. 36-40.

geral desta Província pertence a fundação desta Missão, e progresso que teve estes 37 anos que de Japão foi administrada”<sup>58</sup>.

Apesar destas promessas e do título de *Historia da Igreja do Japão... do anno de 1549 até o presente de 1634, composta pelos Religiosos da mesma Companhia* (há aqui um sentido de trabalho colectivo nunca esclarecido na íntegra), João Rodrigues concluiu somente uma descrição da terra e do povo japonês — de resto, notável — e a narrativa dos “primeiros 40 anos da sua fundação”<sup>59</sup>. Do preâmbulo a esse primeiro apartado regista-se que, das sete grandes regiões em que divide a Ásia, a China é aquela a que consagra o maior número de páginas<sup>60</sup>. Foram suas fontes as obras de Ricci, um conjunto de cartas de outros missionários da Companhia, além dos inquérios que levava a cabo em diversos sítios do Império. Descreve com particular cuidado o sistema de

---

<sup>58</sup> Pe. João Rodrigues Tçuzzu, S.J., *Historia da Igreja do Japão, na qual se contem como se deu principio a pregação do Sagrado Evangelho neste reyno pelo B. Padre Francisco Xavier, hum dos primeiros dez que com o glorioso Patrarcha Santo Ignacio fundarão a Companhia de Jesu, e o muito que nosso Senhor por elle e seus filhos obrou na conversão desta gentildade a nossa Sancta Fe catholica, do anno de 1549 no qual a Ley de Deos entrou em Japão até o presente de 1634 no discurso de 85 annos; composta pelos religiosos da mesma Companhia que do anno de 1575 ate este presente de 1634 residem nestas partes e pessoalmente se acharão em quasi tudo o que em todo este tempo socedeo como testemunha de vista e conversação com muitos dos primeyros da mesma Companhia que do principio forão continuando a conversão a que o B. Padre deu principio* (BAL, *Jesuitas na Ásia*, 49-IV-53, fls. 2r.-236v.; Biblioteca de la Academia de la Historia, Madrid, *Jesuitas*, legajo 21, paquete 6: “primeiro manuscrito”); cit. in Helmut Feldmann, “A Índia na História da Igreja do Japão de João Rodrigues, SJ”, in AAVV, *Encontros sobre Portugal e a Índia*, 2000, p. 146.

<sup>59</sup> Carta do Pe. João Rodrigues Tçuzzu para Roma, Macau, 30 de Novembro de 1627, ARSI, *Jap. Sin.*, 18, fl. 89r.; cit. in Cooper, ed. 1994, p. 305.

<sup>60</sup> No 4.º ponto do cap. I do liv. I da *Historia* do Pe. João Rodrigues Tçuzzu (liv. I: “No qual se trata do Sitio, descripção, e qualidade das Ilhas do Japão, e de algũs costumes geraes da gente dellas”), sob o título “Da China 7.ª parte da Asia”, sucedem-se as seguintes matérias: (1) “Em que se trata, e conta a sua antiguidade, nomes, China antiga, Limites antigos, e de agora, divizam, governo antigo, e moderno” (fls. 9r.-11r.); (2) “Da divizam do Imperio Sinico em Provincias” (fls. 11r.-11v.); (3) “De outros estados menores que das quinze Provincias se devidem” (fls. 11v.-13r.); (4) “Do governo do Reyno da China geral a todo o Reyno, e particular de cada Provincia, e Cidade” (fls. 13r.-14v.); (5) “Do governo particular de cada Provincia, etc.” (fls. 14v.-16r.); (6) “Do governo antigo, e moderno, e da nobreza da China” (fl. 16r.). Ver Pe. João Rodrigues Tçuzzu, S.J., *História da Igreja do Japão pelo Pe. João Rodrigues Tçuzzu, S.J. 1620-1633 – Transcrição do códice 49-IV-53 (ff. 1 a 181) da Biblioteca do Palacio da Ajuda, Lisboa*, preparada por João Amaral Abranches Pinto, colecção Notícias de Macau — 13, Macau, Notícias de Macau, vol. 1, 1954, pp. 35-62.

Independentemente disto, tanto no liv. I como no liv. II (“No qual se trata das artes Liberaes, e Mecanicas de Japão, de suas Letras, ou Carateres, antiguidade, e da lingoa, e poesia Japoa”), multiplicam-se as referências à China e aos chineses, destacando-se as que tocam as “Mensuras Itenerarias Sinicas” (ver idem, *ibidem*, liv. I, cap. VIII, § 1, fls. 46r.-46v., ed. 1954, vol. 1, p. 165), o “modo que tem os Chinas em dar presentes” (ver idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXI, § 1, fls. 84v.-86r., ed. 1954, pp. 306-311), as “cortezias, reverencias, e mesuras, que uzão entre sy os Chinas” (ver idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXII, fls. 90v.-93v., ed. 1954, vol. 1, pp. 326-337), o “modo como os Chinas convidão o banquete aos hospedes” (ver idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXIX, § 1, fls. 112v.-116r., ed. 1954, vol. 1, pp. 404-416), o “modo como os Chinas preparão o Chã, e o dão a beber” (ver idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXXII, § 2, fls. 125v.-127r., ed. 1954, vol. 1, pp. 451-456), as “Artes Mathematicas” (ver idem, *ibidem*, liv. II, cap. XI, fls. 156v.-160r., colecção Notícias de Macau — 14, Macau, Notícias de Macau, 1955, vol. 2, pp. 57-69), a “Astrologia Sinica” (ver idem, *ibidem*, liv. II, cap. XI, fls. 160r.-160v., ed. 1955, vol. 2, pp. 69-76) e a “Divizam do tempo” (ver idem, *ibidem*, liv. II, cap. XV, fls. 172v.-179r., ed. 1955, vol. 2, pp. 112-134).

exames e o recrutamento dos mandarins e dos funcionários que lhe estava associado. Quanto ao segundo apartado, dele apenas sobreviveu a história do superiorato de Xavier. De interesse menor, mostra extrema dependência da *História da vida do padre Francisco Xavier* que João de Lucena publicara em Lisboa em 1600 e da *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, manuscrito que Sebastião Gonçalves terminara por volta de 1614. Como o padre Gonçalves se tinha baseado em larga medida nos textos do padre Lucena, vê-se que a tendência endogâmica deste tipo de prosa se vai fazendo progressivamente mais séria<sup>61</sup>.

Talvez o facto de, pouco depois de lhe haverem pedido que compilasse os materiais para a história da Missão japonesa, a memória de Francisco Xavier ter sido recompensada com o decreto que o canonizava o tenha desmotivado, tanto quanto outros afazeres dispersantes, de ir demasiado além do plágio daqueles trabalhos precedentes. Ou quiçá isso seja só um sinal do tédio que o poderá ter invadido ao tomar consciência da redundância de, pelo menos, parte do seu labor — é que se crê que a respectiva parte já se encontrasse terminada em 1622<sup>62</sup>.

Como Valignano, Fróis e Couros, João Rodrigues estava em vantagem sobre os historiadores europeus de gabinete uma vez que conhecia de vista o objecto que abordava. Por outro lado, dominava na perfeição a língua japonesa, o que Valignano, por exemplo, estivera longe de conseguir. O missionário sabe de tudo isto. Comentando os registos sobre Xavier assinados por Lucena, Maffei e Orazio Torsellini — o *De Vita Francisci Xavierii* publicado em Roma, em 1596<sup>63</sup> —, concede gabar-lhes o estilo elegante, mas julga prejudicá-los demasiado o escreverem por relações alheias e os

---

<sup>61</sup> Cf. os mss. da *Historia* do Pe. João Rodrigues com a acima citada e única edição portuguesa disponível, apesar desta ser pouco fiável e limitada à descrição do Japão (fls. 2r.-181r. do códice da Ajuda): Pe. João Rodrigues *Tçuzzu*, *Historia da Igreja do Japão (1620-1633)*, ed. João Amaral Abranches Pinto, colecção Notícias de Macau — 13/14, Macau, Notícias de Macau, 2 vols., 1954-1955. Alternativa menos acessível: Pe. João Rodrigues *Tçuzzu*, S.J., *História da Igreja do Japão*, transcrição dactilografada do manuscrito realizada pelo Doutor Arcádio Schwade, da Ruhr-Universität, com correcções pelo Prof. Doi Tadao, da Hiroshima University.

Existe também uma tradução inglesa reduzida da Parte I, livs. I e II da *Historia* de Rodrigues por Michael Cooper: João Rodrigues *Tçuzzu*, S.J., *This island of Japan: João Rodrigues Account of 16th-Century Japan*, trad. e ed. M. Cooper, Tóquio, Kodansha International, 1973. Para os habilitados, tem-se ainda a edição crítica japonesa pelo Prof. Doi Tadao: *Nihon Kyōkai Shi*, trad. Doi Tadao *et. al.*, Tóquio, 2. vols., 1967-1970.

Ver Wicki, 1976, p. 14; Bourdon, 1993, pp. 31-33; Feldmann, 1994, pp. 284-286 e 297; José Bacelar e Oliveira, “Notas sobre o Padre João Rodrigues *Tçuzzu* e a sua *História da Igreja do Japão*”, in Carneiro & Matos (eds.), *O Século Cristão do Japão*, 1994, pp. 400-403; Braga, ed. 1998, pp. 23-35; Cooper, ed. 1994, pp. 303-320; Jacques Bésineau, *Au Japon avec João Rodrigues, 1580-1620*, Lisboa/Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-FCG/CNCDP, 1998, pp. 200-205; Feldmann, 2000, pp. 146-151.

<sup>62</sup> Cf. Cooper, ed. 1994, pp. 311-312.

<sup>63</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 10, n. 238.

frequentes erros e desvios da verdade em que incorrem por falta de experiência no solo das Missões. Um amor-próprio que, como se disse, de pouco lhe serviu. Por regra, o grande público cristão fascinado pela figura de Francisco Xavier e pelos êxitos dos “iniguistas” teve mesmo que se dar por satisfeito com as biografias e as histórias eclesiástico-missionais já existentes.

### *As muitas vidas de Xavier*

A vida latina de Xavier por Torsellini constituiu a primeira obra do género a ser editada e também uma das mais conhecidas e influentes. Dado quase por terminado desde finais da década de 1580, o autógrafo deste antigo professor de Humanidades no Colégio Romano foi aprovado pelos censores da Companhia em 1592. Sairia das prensas dois anos depois, contudo sem que o autor tivesse revisto as provas e controlado a infinidade de gralhas que desfiguravam os seus quatro livros<sup>64</sup>. Isso, mais uma verdadeira mina de novas informações sobre o apostolado de Francisco Xavier no Japão e na China que entretanto recebera de Portugal, levam-no a preparar uma segunda edição. É a que aparece em 1596, em seis livros, e que funcionará como modelo para várias das edições e traduções posteriores<sup>65</sup>.

Foram suas fontes principais o *Chronicon* de Polanco, a hagiografia de Manuel Teixeira, a *Historia del principio e progresso* de Valignano, os processos de canonização de 1556-1557, as cartas de Xavier (trabalho de cruzamento entre o texto de Teixeira e os originais e cópias do arquivo da Ordem), materiais sobre juventude do Santo cedidos por um familiar seu, o Dr. Martín de Azpilcueta, os escritos do

---

<sup>64</sup> Pe. Orazio Torsellini, S.J., *Horatii Tursellini e Societate Iesv, de vita Francisci Xavierii qui primus è Societate Iesv in India & Iaponi Evangelium promulgavit*, Roma, ex Typographia Gabiana, 1594.

<sup>65</sup> A biografia de Francisco Xavier por Orazio Torsellini nas suas primeira e segunda versões teria pelo menos nove edições entre 1596 e 1600, tanto em latim como em francês e em espanhol. No princípio do século XVII surgiria nova edição espanhola desta obra: Pe. Orazio Torsellini, S.J., *Historia de la Entrada de la Christiandad en el Iapon, y China, y otras partes de las Indias Orientales: y de los hechos y admirable vida del Apostolico varon de Dios el Padre Francisco Xauier de la Compañia de Jesus, e vno de sus primeros Fundadores. Escrita en Latin por el Padre Horacio Turselino, y traduzida en Romance Castellano por el p. Pedro de Guzman, Religioso de la misma Compañia*, Valhadolid, por Iuan Godinez de Milles, 1603.

Ao mesmo tempo, Torsellini organizou a primeira colectânea de cartas de Xavier, a qual conheceria quatro edições entre 1596 e 1600. O título da *princeps*: Pe. Orazio Torsellini, S.J., *Francisci Xavierii epistolarvm libri quartvr, ab Horatio Tvrsellino e Societete Iesv in latinum conversi ex hispano ad Franciscvm Toletom S.R.E. Cardinalem*. Roma, apud Aloysium Zannettum, 1596. Ver Costa, 1999a, p. 211; p. 273-274, ref. 416; pp. 276-277, refs. 445-446; p. 279, ref. 474; p. 281, ref. 484; p. 288, ref. 552; p. 289, ref. 558; e p. 290, ref. 567.

historiador da Índia Portuguesa, Miguel de Lacerda, que haviam sido peça determinante no primeiro processo de canonização de Lisboa — *Articuli de vita et gestis P. M. Francisci Xavierii* (anteriores a 1596) — e o manuscrito da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. As peças de Lacerda e de Pinto, com o que informavam a respeito do Japão e da China, facultaram, no essencial, a diferença que existe entre a *editio princeps* e a versão revista e ampliada<sup>66</sup>.

Outro texto influente veio a ser a segunda biografia impressa do Padre-mestre, a dita *Historia da vida do padre Francisco Xavier e do que fizeram na India os mais religiosos da Companhia de Iesu* de João de Lucena<sup>67</sup>. Editada em Lisboa, em 1600, esta obra monumental foi encomendada pelos superiores jesuítas em 1595 e concluída em 1599. Seria traduzida para italiano por Luigi Manson (Roma, 1613)<sup>68</sup> e para castelhano por Alonso de Sardoal (Sevilha, 1619)<sup>69</sup>, além de alguns suporem ter visto versões em latim e húngaro e uma adaptação francesa<sup>70</sup>.

Toma por referência os escritos de Marco Polo, João de Barros, Lopes de Castanheda, António Galvão, D. Jerónimo Osório, Diogo do Couto, Giovanni P. Maffei, Manuel Teixeira, Orazio Torsellini, Alessandro Valignano, Pedro de Ribadeneyra, Miguel de Lacerda e Mendes Pinto, a epistolografia de Xavier e de alguns dos que se cruzaram com ele, tal como as Inquirições de 1556-1557. Atende também a informações orais de vários dos companheiros de Francisco Xavier e às “relações” de gente como Gaspar Coelho, vigário geral de Meliapor ao tempo da passagem de Xavier por aí, D. Pedro de Castro, genro do mercador Diogo Pereira, Maria Toscana de Brito, mulher deste, ou D. Fernando de Castro, antigo capitão de Chaul (para as coisas da China). Uma vez mais, note-se que se trata de um documento cujo conteúdo extravasa em muito o âmbito restrito sugerido pelo título. A crónica secular correspondente à presença lusa

<sup>66</sup> Schurhammer, “Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 84-85 e 107; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 601-605.

<sup>67</sup> Ref *supra*, cap. 10, n. 239.

<sup>68</sup> Pe. João de Lucena, S.J., *Vita dal B. Fr. Xavier [...] trasportata nell' italiana dal P. Lodov. Manson d.m.*, Roma, Zannetti, 1613; ref. in Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 5, 1894, col. 159; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, p. 682.

<sup>69</sup> Pe. João de Lucena, S.J., *Historia de la vida del P. Francisco Xavier y de lo que en la India Oriental hizieron los demás Religiosos de la Compañía de Jesús, Trad. al cast. por el P. Alonso de Sandoval, de la misma Compañía*, Sevilha, Francisco de Lyra, 1619.

<sup>70</sup> Por vezes, surgem ainda referências não comprovadas a uma edição italiana da *Historia* de Lucena, de Guglielmo Tertuglielmi (Florença, 1612), em qualquer caso — e como as demais — anterior à segunda edição portuguesa (Lisboa, 1788). Contudo — e como a suposta húngara por Moyses Lestyan (Kassan, 1759) —, tal referência deve corresponder a uma tradução da *Vita* de Torsellini. Pimpão, 1952, p. LXXXIII; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, p. 605. Ver também: *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, t. 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 400; Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 5, 1894, col. 159; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, p. 682; Radulet, 2000, p. 401.

na Ásia merece numerosas páginas, assim como a caracterização geográfica de várias das regiões marítimas tocadas pelo padre Xavier entre 1542 e 1552, do Índico Ocidental à ilha de Sanchoão<sup>71</sup>.

Durante o ano seguinte publicam-se dois títulos de interesse maior para a nossa matéria. O primeiro é ainda uma apologia da vida e obra de Francisco Xavier, esta da autoria de Pedro de Ribadeneira (1527-1611), o biógrafo de Loyola, vindo incluída nas suas muito populares *Vidas de Santos* (Madrid, 1601)<sup>72</sup>. O segundo é o primeiro volume da *Historia de las Misiones que han hecho los Religiosos de la Compañia de Iesvs, para predicar el Santo Euangelio en la India Oriental, y en los Reynos de la China y Iapon* que o padre Luis de Guzmán faz editar em Alcalá de Henares<sup>73</sup>. Desta vez, a designação não esconde o conteúdo vastíssimo que se ambicionava cobrir. Jesuíta palenciano, Guzmán recebeu por volta de 1590 o encargo de escrever uma história das Missões lusas, o que fará a partir de certa altura em consulta estreita com o provincial de Portugal porque por tal via podia aceder a informações sobre o Japão de outra forma difíceis de compilar. Dessa e de outras iniciativas do género — a auscultação de missionários em trânsito pelas casas jesuítas de Espanha, por exemplo — beneficiou essencialmente o Tomo II, dedicado à história da Missão japonesa entre 1565 e 1600<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> Pimpão, 1952, pp. XVI-XVII e XX-XXXIV; Schurhammer, “Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 85-86 e 107-108; Schurhammer, ed. 1992, vol 3, pp. 605-606; Loureiro, 1998b, pp. 85-86. Ver *infra*, cap. 17-1.

<sup>72</sup> Pe. Pedro de Ribadeneira, S.J., *Segunda Parte del Flos Sanctorvm, o libro de las Vidas de los Santos. En la qual se contienen las vidas de todos los Santos de que reza la Iglesia Romana en los seys postreros meses del Año. Escrita por el Padre Pedro de Ribadeneira, de la Compañia de Iesvs. Dirigida a la Reyna de España D. Margarita de Austria, nra. Señora. Al cabo se pone la vida del Bienaventurado P. Ignacio Loyola y otros sus Bienaventurados hijos*, Madrid, por Luis Sanchez, 1601.

A série começara com o *Flos Sanctuorum, o Libro de las Vidas de los Santos. Primera Parte En la qual se contienen las Vidas de Christo Nuestro Señor, y de su Santissima Madre: y de todos los Santos que reza la Iglesias Romana, en los seys primeros meses del Año* (Madrid, por Luis Sanchez, 1599) e teve continuidade com o *Libro de las vidas de los Santos, que comúnmente llaman extravagantes* (Madrid, Luis Sanchez, 1604). Descontando as traduções, as múltiplas edições que conheceria na língua original bastam para que se considere das obras mais presentes nos lares espanhóis da época. Ver Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 6, 1895, col. 1738; Schurhammer, “Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 86 e 108-109.

<sup>73</sup> Pe. Luis de Guzmán, S.J., *Historia de las Misiones que han hecho los Religiosos de la Compañia de Iesvs, para predicar el Santo Euangelio en la India Oriental, y en los Reynos de la China y Iapon. Escrita por el Padre Lvis de Guzman, Religioso de la misma Compañia. Primera Parte. En la qvual se contienen seys libros tres de la India Oriental, vno de la China, y dos de Iapon. Dirigida a Doña Ana Felix de Guzman, Marquesa de Camerasa, Condesa de Ricla, Señora del Adelantamiento de Caçoila, Alcalá de Henares, por la Biuda de Iuan Gracian, 1601.*

<sup>74</sup> Pe. Luis de Guzmán, S.J., *Historia de las Misiones que han hecho los Religiosos de la Compañia de Iesvs, para predicar el Santo Euangelio en los Reynos de Iapon. Compvesta por el padre Lvis de Guzman, Religioso de la misma Compañia. Segvnda Parte. En la qvalse contienen siete libros con lo que se remata la Historia de los Reynos de Iapon, hasta el Año de mil y seiscientos. Dirigida a Doña Ivana de Velasco, y Aragon, Duquesa de Gandia, Marquesa de Lombay, y Condesa de Oliua, Alcalá de Henares, por la Biuda de Iuan Gracian, 1601.*

Quanto ao Tomo I, começa por mais uma vida de Francisco Xavier e continua com um apanhado dos progressos da actividade da Ordem até 1565 em áreas como o Brasil, a África do Sul, a Etiópia, a Índia, as Molucas ou o mesmo Japão. À parte as fontes inéditas que consultou, muitas das quais hoje dadas por perdidas, conferiu a correspondência das Missões recebida em Espanha durante a primeira metade do século, terá consultado as edições das *Cartas* de 1575 e 1598, e leu o que Polanco, Maffei, Teixeira, Valignano e Torsellini tinham para dizer, sobretudo a respeito da Índia. Um dos indícios textuais implícitos é a *Relaçam do Equebar Rei dos Mogores* do catalão Antoni de Montserrat (ms. 1582; três edições italianas em 1597<sup>75</sup>; edições francesas em 1597 e 1598<sup>76</sup>; versões latina e alemã em 1598<sup>77</sup>). Relata a primeira Missão jesuíta ao Império Mogol (1580-1583) e representa um dos textos das décadas de 1580 e 1590 que ajudaram a recuperar a confiança do público nas possibilidades da cristandade indiana, num momento em que aquele objectivo ia merecendo uma atenção decrescente (essa e as subsequentes Missões de 1591 e de 1595-1605 ao mesmo objectivo, com os materiais escritos que daí saíram, estiveram na base dessa recuperação pontual da popularidade)<sup>78</sup>. A larga secção referente à China (livro IV), como a da maior parte das que estão focadas noutras regiões, leva um apêndice de carácter geográfico a enquadrá-la<sup>79</sup>.

A tarefa de Luis de Guzmán foi continuada, em português, pelo padre Fernão Guerreiro, vindo a resultar nos cinco volumes-súmula de correspondência missionária

---

<sup>75</sup> Pe. Antoni de Montserrat, S.J. & Pe. Giovanni Battista Peruschi, S.J., *Informatione del regno, et stato del gran re di Mogor, della sua persona, qualità, et costumi, et delli buoni segni, et congetture della sua conursione alla nostra santa fede. Cauata dalla relatione, et da molti particolari hauuti de là l'anno del 1582. et del 91. et 95. Raccolta per il R. P. Gio. Battista Peruschi. Romano della Compagnia di Giesu.* Roma, appresso Luigi Zannetti, 1597; idem, *Informatione del regno e stato del gran ré di Mogor, della sva persona e costumi, et delli segni e congetture della sua conursione alla nostra Santa Fede. Cauata dalla relatione, e de molti particolari hauuti da quelli parti. Et aggiuntoui per intelligenza vna carta dell'India in molti lochi riformata. Raccolta per il Reuer. padre. Gio. Battista Peruschi romano della Compagnia di Giesu. Con vna tauola delle cose più notabili.* Brescia, appresso Pietro Maria Marchetti, 1597; idem, *ibidem*, Verona, appresso Discipolo, 1597.

<sup>76</sup> Pe. Antoni de Montserrat, S.J. & Pe. Giovanni Battista Peruschi, S.J., *Advis du royaume et estat du grand roi de Mogor tiré des annees 1582 1591, 1595; traduit de l'italien en françois,* Besançon, N. C. Moingesse, 1597; idem, *ibidem*, Paris, 1598.

<sup>77</sup> Pe. Antoni de Montserrat, S.J. & Pe. Giovanni Battista Peruschi, S.J., *Historica relatio de potentissimi regis Mogor, a magno Tamerlane orivndi, vita, morbvs, et svmma in Christianam religionem propensione. Deinde de omnivm Japoniae regnorvm, qvae vni nvnc monarchae Qvabacvndono parent, proxima ad regnum Christi conversione. Collecta ex epistolis anno M.D.XCII. XCIII. & XCV inde datis. A R. P. Ioanne Baptista Pervscho romano Societatis Iesv, Mogúncia, ex officina typographica Henrici Breem, 1598; idem, Zween kurtze Bericht, der erst, vonn desz Grosmächtigen Königes Mogor Person leben acht vnnd zur Christlichen Religion sonderer Zuneig. Der Ander von nechst verhoffter Christlichen Bekehrung der Königreichen in Japonia... Ausz allerhand schreiben... durch Johannem Baptistam Peruscum gezogen vnd ausz der Italianischen un unser hochteusche Sprach verstzt,* Mogúncia, H. Breem, 1598.

<sup>78</sup> Maclagan, ed. 1946, pp. 29-82 e 178-180; Correia-Afonso, ed. 1969, pp. 116- 118; Schurhammer, ed. 1992, vol 3, pp. 606-607; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 323, 328 e 451-467; Alden, 1996, pp. 51-52.

<sup>79</sup> Ver *infra*, cap. 17-4.

publicados em Évora e em Lisboa entre 1603 e 1611<sup>80</sup>. Por sua vez, as várias traduções parciais desta obra que surgiram nos anos seguintes tanto em espanhol como em alemão culminaram naquela preparada por D. Suárez de Figueiroa que se editou em Madrid em 1614<sup>81</sup>. Enquanto isto, lembre-se que o franciscano Marcelo de Ribadeneira lançou ainda em 1601 a sua *Historia*, provocando os jesuítas a propósito de objetivos que lhes eram particularmente caros como o Japão, Macau e Manila.

Relembre-se igualmente a publicação em Valhadolid, dois anos depois, da *Historia General de la Yndia Oriental* do monge beneditino Antonio de San Román de Ribadeneira<sup>82</sup>. Na tábua onde surgem alinhados os “autores que han ayudado para el discurso desta Historia” — procedimento metodológico raro na época e que anuncia as listagens bibliográficas mais elaboradas e sistemáticas da década de 1620, de autoria do historiador Tomás Tamayo de Vargas (*Junta de libros la mayor que España ha visto en su lengua*, ms. 1624) e do polígrafo Antonio de León Pinelo (*Epitome*, Madrid, 1629)<sup>83</sup> — surgem João de Barros (as três *Décadas*), Lopes de Castanheda, Damião de Góis (duas chamadas, sendo apenas assinalada a *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel*), D. Jerónimo Osório (o *De rebus Emmanuelis gestis*), Pedro de Mariz (alusão aos *Dialogos de varia historia*, editados em Coimbra em 1594, com segunda edição nessa cidade em 1597<sup>84</sup>), Francisco Álvares (presume-se que alusão a uma das versões espanholas da *Verdadera informaçam das terras do Preste Joam*), Giovanni Pietro Maffei, João de Lucena, Luís de Camões, Juan González de Mendoza, Bernardino de

---

<sup>80</sup> Refs. *supra*, Parte II, cap. 8, notas 93-97.

<sup>81</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 98.

<sup>82</sup> Fr. Antonio de San Román de Ribadeneira, O.S.B., *Historia General de la Yndia Oriental. Los Descubrimientos, y Conquistas, que han hecho las Armas de Portugal, en el Brasil, y en otras partes de Africa, y de la Asia; y de la Dilatacion del Santo Euangelio por aquellas grandes Prouincias, desde por principios hasta el Año de 1557. Compuesta por Fray Antonio de San Roman Monge de San Benito Natural de la Ciudad de Palencia y Profeso de San Zoil de Carrion. Al Condestable de Castilla*, Valhadolid, Luis Sanchez acosta de Diego Perez, 1603.

<sup>83</sup> Ver Agustín Millares Carlo, “Estudio Preliminar”, in *El Epitome de Pinelo – Primera Bibliografía del Nuevo Mundo*, estudio preliminar de A. Millares Carlo, Washington, D.C., Unión Panamericana, 1958, pp. XVII-XXIX; Horacio Capel, “El Epitome de León Pinelo y la continuidad de la ciencia geográfica española en el siglo XVIII – Estudio introductorio”, in Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental, Nautica, y Geografica de Don Antonio Leon Pinelo, del Consejo de su Mag. en la Casa de la Contratacion de Sevilla, y Coronista Mayor de las Indias; Añadido, y enmendado nuevamente, en que se contienen los escritores de geografia de todos los reynos, y señorios del mundo*, edición y estudio introductorio por H. Capel, vol. 1, Barcelona, Publicacions Edicions Universitat de Barcelona, 1982, pp. XVI-XVIII; Curto, 1998c, p. 466; Loureiro, 1998b, pp. 88-89.

<sup>84</sup> Pedro de Mariz, *Dialogos de varia historia em que sumariamente se referem muytas cousas antigvas de Hespanha: e todas as mais notauees, que em Portugal acontecerão em suas gloriosas Conquistas, antes & depois de ser leuantado, a Dignidade Real. E outras muytas de outros reynos, dignas de memoria. Com os Retratos de todos os Reys de Portugal*, Coimbra, na officina de Antonio de Mariz, 1594. A edição de 1597 na mesma officina. Ver Anselmo, ed. 1977, p. 262, ref. 905 e pp. 264-265, ref. 915.

Escalante, Ludovico di Varthema, Brás Afonso de Albuquerque, Jerónimo Corte-Real (alusão ao *Svcesso do Segvndo cerco de Div*, estampado em Lisboa, em 1574<sup>85</sup>), Garcia de Resende (a *Crónica de D. João II*), António Galvão, Marco Polo e as *Cartas* dos padres da Companhia. Os capítulos X a XV do segundo livro são dedicados à China (pp. 253-284 de um total de 804 pp. em quatro livros)<sup>86</sup>.

Disse-se que as iniciativas editoriais da Companhia prosseguiram com a *Relación* de Pedro Chirino, centrada nas Filipinas e impressa em Roma no mesmo ano de 1604. Do ano seguinte e das prensas sevilhanas é a *Relación de la entrada de algvnos Padres de la Cõpañia de Iesvs en la China* de Diego de Pantoja<sup>87</sup> (reeds.: Valência, 1606<sup>88</sup>; Roma, 1607<sup>89</sup>; Mogúncia, 1607<sup>90</sup>; Arras, 1607<sup>91</sup>; Lyon, 1607<sup>92</sup>; Rennes, 1607<sup>93</sup>; Munique, 1608<sup>94</sup>; Rouen, 1608<sup>95</sup>; Londres, 1625<sup>96</sup>). Desenvolvimento

---

<sup>85</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 10, n. 211.

<sup>86</sup> Ver *infra*, cap. 20-3.

<sup>87</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *Relación de la entrada de algvnos Padres de la Cõpañia de Iesvs en la China, y particulares sucessos que tuuieron, y de cosas muy notables que vieron en el mismo Reyno. Dirigido a la Excelentissima Señora doña Teresa de Zuñiga, Duquesa de Arcos*, Sevilha, Alonso Rodriguez Gamarra, 1605. Surge amiúde a referência a uma edição prévia, dada em Valhadolid em 1604. Ver, *inter alia*, Louis Pfister, *Notices biographiques et bibliographiques sur les jésuites de l'ancienne mission de Chine, 1552-1773*, vol. 1, *XVIe & XVIIe siècles*, Variétés Sinologiques — 59, Xangai, Imprimerie de la Mission Catholique, 1932, p. 73.

<sup>88</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *Relación de la entrada de algvnos Padres de la Cõpañia de Iesvs en la China...*, Valência, Juan Crisostomo Garriz, 1606; ref. in Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 12, 1959, p. 255.

<sup>89</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *Relatione dell'Entrata' d'alcvni padri della Compagnia di Giesv nella China, E de' particolari successi, che loro occorsero, et delle cose notabil, che videro nel medesimo Regno*, Roma, Bartolomeo Zannetti, 1607.

<sup>90</sup> “*Litteræ P. Jacobi Pantogiae e Societate Jesu ad P. Ludovicum Guzmanum Provinciae Toletanae Praepositum, datae Pachino, urbe Regia Sinarum, 1598-07. Idus Martias*”, in *Litteræ Societatis Iesv, anno MDCII. et MDCIII. e Sinis, Molvcis, Iapone datae, progressvm Rei Christianae in ijs oris, aliaq memoratu incunda complexae. Cum Caesareae Maiest. Priuilegio, et Superiorum consessu*, Mogúncia, Typographeo Balthasari Lippi, 1607, pp. 1-123.

<sup>91</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *Advis dv Reverend Pere Iaques de Pantoie de la Compagnie de Iesvs. Enuyoyé de Paqin Cité de la Chine, au R. P. Loys de Gusman, de la mesme Compagnie. Sur le succez de la Religion Chrestienne au Royaume de la Chine. De l'entree d'aucuns Peres de ladicte Compagnie en la Cour du Roy, et de plusieurs choses memorables, qu'ils ont veu en ce Pais là*, Arras, l'Imprimerie de Guillaume de la Riuiere, 1607.

<sup>92</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *ibidem*, Lyon, chez Pierre Rigavd, 1607.

<sup>93</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *ibidem*, Rennes, Tite Harran, 1607.

<sup>94</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *Historische und eigentliche Beschreibung, erstlich was Gestalt, vermitteltst sonderbarber Hülf und Schickung dess Allmächtigen, dann auch der Ehrwürdingen Vätter der Societeit Iesu gebrauchten Ileiss, und aussgestandene Mühe, Arbeit und Gefahr, numehr und vor gar wenig Jahren hero, das Evangelium und Lehr Christi in dem Grossen und gewaltigen Königreich China eingeführt, gepflanzt und geprediget wirdt. Am ander, wei sie alle andere Politisch und Weltlich Sache unnd Gelegenheiten afdartt beschaffen, gesunden. Alles lustig und nutzlich zu lesen. Durch Egidium Albertinum, auss einem Italienischen, und auss besagtem Königreich China herauss geschicktem Tractät verteuscht. Cum Licentia Superiorum*, Munique, Adam Berg, 1608.

<sup>95</sup> Pe. Diego de Pantoja, S.J., *Advis dv Reverend Pere Iaques de Pantoie de la Compagnie de Iesvs...*, Rouen, chez Romain de Beavvais, 1608.

de uma carta escrita pelo próprio em Pequim a 9 de Março de 1602 e que seguiu para Toledo dirigida a Luis de Guzmán<sup>97</sup>, glosa as possibilidades de missionação na China entre amostras de escrita sínica, uma descrição genérica do Império do Meio (natural e política) e referências a dois mapas do país com legendas sobre os rendimentos de cada província, o número de habitantes e a distribuição de cidades e fortalezas<sup>98</sup>.

Porém, a história missionária que se pode colocar na linha de sucessão directa da de Guzmán esperou até 1608 para ser posta à venda. Referimo-nos à *Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres païs de la descouuerte des Portugais*, escrita pela pena de Pierre du Jarric e publicada em Bordéus em três tomos entre esse ano e 1614<sup>99</sup>. Supõe-se que terá existido uma reedição francesa do Tomo I (Paris, 1615 ou 1616)<sup>100</sup>, sendo certa outra do Tomo II com o título de *Nouvelle Histoire des choses, etc.* (Arras, 1611; reed. em Valenciennes em 1611 e Arras em 1628<sup>101</sup>), além da integral latina de Colónia, em três volumes (1615)<sup>102</sup>.

Apesar de pensada para um público diferente daquele que seria visado pela maioria dos autores italianos, portugueses e espanhóis que acabamos de conferir, sabemos que a *Histoire* de Du Jarric foi preparada a partir de um incentivo de Fernão Guerreiro e com base em muito do material que o padre português diligentemente foi remetendo para França. Devido ou não a isso, o certo é que no extenso e actualizado rol de fontes que manuseia cabem, entre outras, notas manuscritas de Alberto Laerzio à *Historia* de Luis de Guzmán<sup>103</sup>, as *Cartas dos Reynos do Iapão & China* publicadas em

---

<sup>96</sup> Versão abreviada in Samuel Purchas, *Hakluytus Postumus, or Purchas His Pilgrimes*, vol. III, lv. II, cap. VI, Londres, 1625, pp. 350-379. Ver *supra*, Parte II, cap. 9, n. 122. Ver também: Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 6, 1895, pp. 172-174.

<sup>97</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>98</sup> Ver *infra*, cap. 19-1.

<sup>99</sup> Pe. Pierre du Jarric, S.J., *Troisieme Partie de l'Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres païs de la descouuerte des Portugais, En l'establissement et progrez de la foy Chrestienne, et Catholique: Et principalement de ce que les Religieux de la Compagnie de Iesvs y ont fait, & enduré pour la mesme fin; Depuis l'an 1600 jusques à 1610. Dediée a la Royne Regent, mere du Roy, par le P. Pierre du Iarric, Tolosain, de la mesme Compagnie*, Bordéus, S. Millanges, 1614. Para a ref. do tomo I (1608), ver *supra*, Parte II, cap. 11, n. 9. Para a ref. do tomo III (1610), ver *supra*, Parte II, cap. 11, n. 1.

<sup>100</sup> Ver carta do Pe. Pierre du Jarric ao Pe. René Ayrault, Bordéus, 5 de Fevereiro de 1615; transcr. in Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 4, 1893, pp. 751-752.

<sup>101</sup> Ver Maclagan, ed. 1946, p. 8.

<sup>102</sup> Pe. Pierre du Jarric, S.J., *R. Petri Iarrici Tholosaini Societ. Iesv thesavrsv Rervm Indicarvm. In quo Christianae ac Catholicae Religionis tam in India Orientali quam alijs Regionig Lusitanorum Operâ nuper detectis. Ortus, Progress. Incrementa et maxime quae A PP. Soc. Iesv ibid in dictae Fidei plantatione ac propagatione Ad Annum vsq M. DC. gesta atq exantlata sunt non minus vere quam elegantier recesetur. Additae sunt passim Earunde Regionum et eor quae ad pertinet tam chorographicae quam Historicae Descriptiones. Opus nunc primum a M. Martino Martinez e gallico in latimum sermonem traslatum*, Colónia, Petri Henningij, 1615.

<sup>103</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11, n. 8.

Évora em 1598 e as *Histórias* de Lucena, Osório e Maffei — além, claro, dos volumes de correspondência missionária compilados pelo próprio Guerreiro. Mais: lembrar-se-á também que só para o capítulo chinês recorreu a nomes como os de Mendoza, Valignano, Pantoja, Osório, Orta, Maffei e Lucena. Manuel da Costa e Torsellini são outros dois autores com os quais Pierre du Jarric estava familiarizado, ou não tivesse começado por tentar fazer uma tradução da obra de Guzmán, quase tendo completado a dos quatro primeiros livros<sup>104</sup>.

A cronologia oferece-nos a seguir um manuscrito antes referido a propósito da *Historia da Igreja do Japão* de João Rodrigues, o da *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a Divina graça na conversão dos infieis a nossa Santa Fee catolica nos reynos e provincias da India Oriental* de Sebastião Gonçalves<sup>105</sup>. Sucessivamente professor de teologia moral em Goa, reitor do Colégio de Damão, adjunto do provincial de Goa e prepósito da Casa professa desse estabelecimento português, o Pe. Gonçalves residiu na Índia durante os últimos 25 anos da sua vida, *i.e.* entre 1594 e 1619. Em 1604 é-lhe confiado o plano de uma história das Missões dos jesuítas no Oriente. Dividida em três tomos (Tomo I, de 1542 a 1570; Tomo II, até 1597; Tomo III, até 1606), esta encontrava-se terminada à altura da morte do seu autor e abarcava as Missões da África Oriental (Moçambique e Etiópia), Mesopotâmia, Ormuz, Pérsia, Socotorá, Índia, Ceilão, Malaca, Molucas, China e Japão.

Desconhece-se o paradeiro das segunda e terceira partes desta *Historia*, sabendo-se apenas dos respectivos índices. O do Tomo II, por exemplo, anuncia uma resenha sobre a história de S. Tomé e das comunidades cristãs do Coromandel, as actividades de Matteo Ricci na China e a jornada europeia dos “embaixadores” japoneses. A primeira parte começa com cinco livros sobre a vida de Francisco Xavier e foi enviada de Goa para Lisboa e Roma por volta de 1615. Viu-se que João de Lucena constituiu uma das suas fontes privilegiadas, mas esteve longe de ser a única: há indícios suficientes que atestam a utilização de Manuel Teixeira, Alessandro Valignano, Giovanni P. Maffei, Orazio Torsellini, Luis de Guzmán, Francisco Pérez, da *Vita Gasparis Barzæi* de

---

<sup>104</sup> Pe. Pierre Du Jarric, *Histoire des choses plvs memorables*, liv. I, “Advertissement av Lectevr Chrestien”, Bordéus, S. Millanges, 1608, s. pp. [p. 1]. Ver *supra*, Parte II, cap. 11-1.

<sup>105</sup> Pe. Sebastião Gonçalves, S.J., *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus, e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental, composta pello Pe. Sebastian Gonçalves, religioso da mesma Companhia, português, natural de Ponte de Lima. Anno do Senhor 1614*, Ms. BNL, *Fundo Geral*, 915; Ms ARSI, *Goa*, 37; Ms. BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-51 (incompleto).

Nicolas Trigault (ms. 1606; 1ª. ed. Antuérpia, 1610)<sup>106</sup> e das *Cartas de Iapão* de 1598, entre numerosos impressos e manuscritos. Acrescem os testemunhos orais de contemporâneos de Xavier, que avalizam percursos e milagres<sup>107</sup>. Esta obra só passaria a impresso na segunda metade do século XX<sup>108</sup>.

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, “saída à praça do mundo” em Lisboa no ano de 1614, aparece como mais uma peça de propaganda jesuítica integrada no longo processo que conduziu à canonização de Francisco Xavier. Concluída antes de 1583, dedicava largo espaço às actividades da Companhia e, particularmente, às daquele missionário e amigo de Pinto (caps. CC a parte do CCXXVI). As últimas palavras do apêndice do título da obra — título que pode bem não ter sido a cem por cento da sua autoria, como o não foi a dedicatória a Filipe III — indiciam-no com clareza: [...] *E no fim della trata breuemente de algũas cousas, & da morte do santo Padre mestre Francisco Xauier, vnica luz & resplandor daquellas partes do Oriente, & Reytor nellas vniversal da Companhia de Iesus.*<sup>109</sup>. Barros, Castanheda ou Góis para as matérias historiográficas mais gerais e Gaspar da Cruz para as da China, por exemplo, permitem antever o perfil das referências de que se bastou. É opinião pacífica que o formidável escrito de Fernão Mendes Pinto chegou à maior parte do público culto da Europa de antes de 1701, tendo conhecido divulgação equiparável à que Cervantes obteve com o seu *Don Quijote*<sup>110</sup>.

O lançamento de tal fenómeno entra a crédito da tradução espanhola e da “apologia” do seu autor que o cónego Francisco de Herrera Maldonado lança em 1620<sup>111</sup>. Este testemunha a sua curiosidade pelas coisas orientais num longo apêndice

---

<sup>106</sup> Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Vita Gasparis Barzæi, Belgæ e Societate Iesv B. Xaverii In India Socij. Avctore P. Nic. Trigault Eiusdem Societatis Sacerdote*, Antuérpia, J. Trognesy, 1610. Reed.: idem, *La Vie du P. Gaspard Barzée, Zélandois de la Compagnie de Jesus, et compaignon du R. P. Xavier aux Indes; ou les triomphes de la Croix sur les infideles Turqs, Sarrazins, Gentils, Schismatiques, Heretiques, Juifs, Athées etc. En la conquete d’un nouveau monde à la Foy Chrestienne, sous les estandarts du bon Jesus, en l’Inde Orientale, traduit du latin du R. P. Nic. Trigault, de la mesme Compagnie, par D. F. D. R. T. A.*, Douai, de l’Imprimerie Noel Wardavoire, 1615.

<sup>107</sup> Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 607-61; Curto, 1998c, p. 471.

<sup>108</sup> Pe. Sebastião Gonçalves, S.J., *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a Divina graça na conversão dos infieis a nossa Santa Fee catolica nos reynos e provincias da India Oriental*, ed. Josef Wicki, Coimbra, Atlântida Editora, 3 vols., 1957-1962.

<sup>109</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10, n. 234.

<sup>110</sup> Maurice Collis, *The Grand Peregrination*, Londres, Faber & Faber, 1949, p. 297; cit. in João David Pinto-Correia, “A construção do colectivo na *Peregrinação*: Percursos e significado”, in Seixo & Zurbach (org.), *O Discurso Literário da “Peregrinação”*, 1999, p. 186, n. 8. Ver *infra*, cap. 25-1.

<sup>111</sup> Fernão Mendes Pinto, *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto Portvgves, Adonde se Escriven muchas y muy estrañas cosas que vio, y oyó en los Reynos de la China, Tartaria, Sornao, que vulgarmente se llama Siam, Calamiñam, Pegvv, Martauan, y otros muchos de aquellas partes Orientales, que en estas nuestras de Occidente ay muy poca, o ninguna noticia. Cosas Famosas, Acontecimientos Admirables, leys, gouierno, trages, Religion, y costumbres de aquellos Gentiles de Asia.*

que faz incluir no termo da sua versão da obra de Mendes Pinto: “Catalogo de los Avtores qe han Escrito de las Indias Orientales, Iapon, y China, y de sus situaciones, nauegacion, y conquistas”. Entre 71 entradas, vêm aí as referentes a Polo, Barros, Castanheda, Resende, Osório, Góis, Galvão, Mariz, Rebelo, Couto, Corte-Real, Camões, Cruz, Escalante, Mendoza, Maffei, Guerreiro, Fróis, Lucena, Guzmán, Ricci, Valignano, Trigault, Las Casas, Pedro e Marcelo de Ribadeneyra, Francisco Álvares, Diogo de Teive, Jorge de Lemos e D. João de Castro.

No mesmo ano de 1620, Herrera Maldonado publicou ainda em Madrid uma extensa compilação de materiais referentes à China, a maioria dos quais de origem jesuítica. Dividida em vinte capítulos, teve o título de *Epitome Historial del Reyno de la China*<sup>112</sup>. Nas últimas páginas apresentava nova bibliografia actualizada com 80 obras que tratavam da Expansão ibérica, todas elas citadas no *Epitome*.

À cabeça, as “Decadas Orientales” João de Barros. Em continuação, nomes como os de Gaspar da Cruz (“Historia de la China”), Juan de Mendoza (“Historia de la China”), Martín de Rada (“su Itinerario”), Fr. João dos Santos (“Etiopia Oriental”), Francisco Álvares (“Historia de Etiopia”), D. Jerónimo Osório (“de Rebus Eman. R. Lusit.”), Damião de Góis (“Historia del Rey Don Manuel de Portugal”), Mendes Pinto (duas chamadas, uma às “sus Peregrinaciones”, outra à “Historia Oriental”), Jerónimo Román (“sus Republicas”), Juan de Mariana (“su Historia de España”), Francisco Xavier (“sus cartas”), Alessandro Valignano (“Comentaris ad Japonem”), Giovanni Pietro Maffei (seis chamadas, entre as quais uma ao “De Rebus Indicarum” e outra aos “Historiarum Indicarum”), Fernão Guerreiro (“Anales Indicos”), Luís Fróis (“De Rebus Indicis”), Luis de Guzmán (“sus misiones”), Orazio Torsellini (“In vita B. Franc. Xabier”), Diego de Pantoja (“Narrationem Sociorum in Chinam Penetratum” e “De Religionis processer apud chinensis”), Manuel da Costa (“De Reb. Indicis in Indiæ gestis”), João de Lucena (“en la vida del Padre Xabier”), Pedro de Ribadeneyra (“en la

---

*Traduzido de portvgves en castellano por el Licenciado Francisco de Herrera Maldonado, Canonigo de la Santa Yglesia Real de Arbas. Al Excelentissimo Señor Don Dvarte, Marqves de Flechilla, y Villarramiel, Marqves de Malagon, señor de las villas de Paracuellas, la Porçuna, y Hernancauallero, Alferes mayor de la Orden y Caualleria de Alcantara, y Comendador de Castiluouo, Madrid, por Tomas Iunti a costa de Manuel Rodriguez, 1620.*

<sup>112</sup> Francisco de Herrera Maldonado, *Epitome Historial del Reyno de la China. Muerte de su Reyna, madre de este Rey que oy viue, que sucedió a treinta de Março, del Año de mil y seiscientos y diez y siete. Sacrificios y Cerimonias de su Entierro. Con la Descripcion de aquel Imperio. Y la Introduccion en el de nuestra Santa Fè Catolica. Por el Licenciado Francisco de Herrera Maldonado Canonigo de la Santa Iglesia Real de Arbas de León, y natural de la villa de Oropesa. Al Excelentissimo Señor Don Fernando Aluarez de Toledo, Monroy, y Ayala, Conde de Oropesa, Marques de Xarandilla, Conde de Beluis, Conde de Deleytosa, Señor de Cebolla, y de Villahua, &c., Madrid, por Andres de Parra, 1620.*

misma vida” e “en la vida del B. Padre Ignacio”), José de Acosta (“De natura novi orbis”, “De Procuranda Indorum salute” e “De Historia Naturalis, & Moralis Indiæ”), Duarte de Sande (“Itineratio Princip. Iap.”), Matteo Ricci (“Comentaris Indicos”) ou Nicolas Trigault (“De Christiana expedit. apud Sinas”)<sup>113</sup>.

Aquando da leitura do respectivo conteúdo, ver-se-á de que modo a recorrente hierarquia temática e ideológica dos textos jesuítas é retomada por Maldonado como se de mais um dos escribas oficiais da Companhia se tratasse<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> Na listagem de “Historias i cartas de la China” que concretizará nove anos depois no seu *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental*, Antonio de León Pinelo não acrescenta demasiado à lista de Francisco de Herrera Maldonado que acabámos de resumir.

Exemplificando: depois de indicar algumas cartas dos missionários jesuítas Francisco Xavier, Melchior Nunes Barreto, Manuel Teixeira e Duarte de Sande a partir de referências ou de recolhas terceiras, León Pinelo assinala o *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz, os “Comentarios Indicos” de Matteo Ricci (um ms. italiano e outro português), o *De Cristiana Expeditione apud Sinas* publicado por Nicolas Trigault (incluindo duas das suas traduções: a castelhana e a francesa), o *Discvrso* de Bernardino de Escalante, a *Historia* de Juan de Mendoza (individualizando os relatos de Martín de Rada, Agustín de Tordesillas e Martín Ignacio de Loyola aí inseridos e algumas das respectivas traduções), a relação de Diego de Pantoja, as matérias chinesas incluídas na *Historia* de Luis de Guzmán e nas *Republicas* de Jerónimo Román, o *Epitome* de H. Maldonado e a sua tradução autónoma de Mendes Pinto, tal como várias obras de catequese, gramática ou geografia produzidas por Ricci, Rada e Ruggieri no Oriente.

Tal como o farão depois Nicolás Antonio e González de Barcia, León Pinelo assinala também a perdida *Relação da China* de Francisco Henriques que vimos surgir referida no prólogo à obra de Gaspar da Cruz (ver *supra*, Parte II, cap. 11-3; Antonio León Pinelo, *Epitome*, Bibliot. Oriental, tit. VII — Historias i cartas de la China”, Madrid, 1629, pp. 27-31). Se se conferirem outros títulos desta bibliografia, caso dos que se arrumam nas “Historias de la India” (Antonio León Pinelo, *Epitome*, Bibliot. Oriental, tit. III, Madrid, 1629, pp. 14-21) ou nas “Historias de la Abasia i Etiopia” (idem, *ibidem*, Bibliot. Oriental, tit. XII, Madrid, 1629, pp. 46-49), depressa se encontrará a maior parte dos restantes nomes que constam da lista publicada por Maldonado no *Epitome Historial del Reyno de la China*.

<sup>114</sup> Ver *infra*, cap. 25-3.

## CAPÍTULO 14

### **As “qualidades, costumbres y gobierno de los chinas” segundo a *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de Alessandro Valignano, 1583**

#### **1. O *visitatore* e as suas circunstâncias**

Alessandro Valignano — ou Valignani — nasce em Fevereiro de 1539 em Chieti (Abruzzi), no reino de Nápoles, então sob suserania espanhola. A sua é uma família nobre que mantivera grande proximidade com Gian Pietro Carafa, futuro Papa Paulo IV e cardeal-bispo da cidade de 1504 a 1524 e de 1537 a 1550. O jovem aristocrata recebe o diploma em Direito Civil pela prestigiada Universidade de Pádua quando ainda não completara 19 anos, após o que se dirige para Roma. Naquela que se antevê como uma típica carreira eclesiástica, pensaria ter garantido o favorecimento de Paulo IV, que já lhe concedera a abadia de San Stefano del Casale e o abrigara como cônego da catedral de Chieti, mas a súbita morte deste anula-lhe as esperanças. Ainda inicia um estágio na Corte Pontifícia ao serviço do cardeal Sittich von Altemps, sobrinho do novo Papa, mas em 1561 regressa a Pádua, onde retoma os estudos de Direito. Alguns meses depois uma rixa mundana atira-o para uma prisão de Veneza por mais de um ano, de onde é resgatado em Março de 1564 graças à intervenção do cardeal Carlo Borromeo, que fora já o seu protector em Roma.

Em Maio de 1566 novo volte-face: sem que a sua atitude esteja demasiado explicada, Alessandro Valignano ingressa na Companhia de Jesus como noviço, sendo recebido por Francisco de Borja na Casa de Sant’Andrea al Quirinale, em Roma. Seria este um acto resultante de uma profunda introspecção de tipo existencial, espécie de catarse para a malfadada aventura amorosa que se percebe ter estado na origem dos dissabores vividos na Sereníssima e das humilhantes súplicas que fora forçado a fazer ao *Consiglio dei Dieci* para provar a sua inocência? Ou estaremos simplesmente em presença do golpe de asa de alguém que sabia aproveitar as oportunidades e para quem

a Igreja continuaria a ser encarada como um mero instrumento para as suas ambições naturais? Como nem o próprio deixou vestígios que o permitam esclarecer, ainda hoje os biógrafos o discutem<sup>1</sup>. Certo é que, decorrido um ano de noviciado, é transferido para o Colégio Romano, onde estuda matemática com Clavius, além de física, filosofia e teologia. Quatro anos depois é ordenado, passando a servir por breve tempo como mestre de noviços de Sant'Andrea. Em Setembro de 1572 é nomeado reitor do Colégio de Macerata, mas por essa altura já as capacidades que vinha demonstrando haviam impressionado favoravelmente Everard Merkurian. Em Agosto de 1573 o recém-eleito geral fá-lo regressar a Roma, fazer a famosa profissão dos quatro votos, professar os cinco votos menores e aceitar o cargo de visitador e vigário geral da Ordem em todo o Oriente, uma das duas ou três posições de maior responsabilidade na hierarquia da Sociedade.

Houve rumores e mal-estar interno de toda a espécie por esta sucessão inusitada de promoções, sendo de assinalar que a única voz que se colocou declaradamente ao lado do novel visitador foi a de Pedro Fonseca, o assistente do geral para os territórios portugueses<sup>2</sup>. Logo a 21 de Março do ano seguinte Valignano embarca em Lisboa à cabeça de um esquadrão de missionários, não sem antes ter mantido um tenso braço-de-ferro com os Superiores lusos e com certos sectores da Corte de D. Sebastião, entretanto mais conscientes da extrema liberdade de movimentos de que gozaria. Entre outras coisas, pretextaram o elevado número de missionários espanhóis da que se preparava para ser a 27.<sup>a</sup> expedição de jesuítas destinada ao Oriente — 30, contra 6 portugueses e 6 italianos — e as origens judaicas da maior parte deles. Descodificando, passava-se sobretudo que a “Grande Missão de 1574”, como ficou conhecida, os incomodava porque esvaziava as suas competências na selecção e no adestramento prévio dos candidatos, porque preteria as Missões brasileiras em benefício das da Ásia e porque trazia consigo a novidade de que, daí em diante, tanto a preparação dos novos embarques para o Oriente, como a recepção e a triagem da correspondência dos jesuítas do ultramar oriental que se realizava em Lisboa deixavam de ser prerrogativas da liderança da Província portuguesa para passarem para as mãos de um procurador

---

<sup>1</sup> Ver, *inter alia*, Ross, 1994, p. 33.

<sup>2</sup> Ver Josef Franz Schütte, *Valignano's Mission Principles for Japan*, vol. 1, St Louis, Institute of Jesuit Sources, 1983, pp. 46-47; Ross, 1994, pp. 34-34.

nomeado pelo geral, o italiano Alessandro Vallareggio (no cargo até 1576, quando foi substituído por outro italiano, Sebastiano Sabino)<sup>3</sup>.

A armada de cinco naus que transportava Alessando Valignano e os seus lança ferro em Goa no início do mês de Setembro. A primeira estada do *visitatore* na Índia decorre entre essa altura e meados de Setembro de 1577. O português Rui (ou Rodrigo) Vicente exercia como provincial da Índia (1574-1583)<sup>4</sup>, mas a capacidade de que o napolitano ia investido tornava-o, na prática, a primeira autoridade na desmesurada área que se estendia do Cabo da Boa Esperança ao Japão: só respondia perante o geral e, para além do encargo de inspeccionar as Missões da Ásia, podia reorganizar as respectivas estruturas e métodos se o entendesse conveniente<sup>5</sup>.

Ao longo desses anos, Valignano entrará em contacto com o que resta das comunidades de cristãos de São Tomé, observará o trabalho apostólico dos franciscanos e dominicanos, e tomará o pulso à herança de Francisco Xavier nas Casas e nas Missões da Companhia estendidas de Salcete à Costa da Pescaria. Determinará ainda a instituição de cursos de línguas para os jesuítas e a catequização nos diversos dialectos locais, em especial no Malabar<sup>6</sup>. Do Indostão segue para Malaca, onde permanece entre Outubro de 1577 e Agosto de 1578. Depois daqueles oito meses que perfizeram o tempo da sua primeira passagem por Macau, chega ao porto japonês de Kuchinotsu (Cochinoçu), no Senhorio de Arima (Kyûshû), a 25 de Julho de 1579. A visita decorre até Fevereiro de 1582, quando Valignano deixa o arquipélago ao leme da “embaixada” japonesa que ia prestar obediência a Gregório XIII. Haviam sido quase três anos de minuciosa inspecção, de Amakusa a Arima, de Arima a Bungo, de Bungo a Usuki, de Usuki a Miyako (onde se entrevistou com Oda Nobugana no castelo de Azuchi), de Miyako a Nagasáqui<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Ross, *ibidem*, pp. 35-44; Alden, 1996, pp. 55, 267-272 e 298-305; Fernanda Durão Ferreira, *O Papel da Igreja Católica na Índia (1498-1640)*, Cadernos Minimal — 2, Lisboa, Hugin, 2000, pp. 90-91. Sobre a questão da presença de *confessi* nas hostes da Companhia e as futuras atitudes de Valignano para com ela, ver, *inter alia* Boxer, ed. 1993a, pp. 81-82.

<sup>4</sup> Ver Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, ed. 2001, vol. 2, p. 34, n. 23.

<sup>5</sup> Aqui, a questão decisiva era a de estabelecer ou não bases missionárias separadas no Norte do Ganges, nas Molucas, em Malaca e no Japão. Ver Spence, ed. 1986, pp. 57-58; Alden, 1996, pp. 247-248.

<sup>6</sup> Spence, ed. 1986, pp. 57-58.

<sup>7</sup> Ver Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 3, cap. XVIII — “De como veio o Padre Alexandre Valignano por vizitador de Japão, e do que em estas partes se começou a fazer com sua vinda”, ed. 1982, pp. 128-132; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XIX — “Da conversam de Arimandono e do que mais se passou no Tacacu”, ed. 1982, pp. 133-143; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XX — “Das mais couzas que socederão neste cerco e das ajudas que lhe deo o Pe. Vizitador”, ed. 1982, pp. 144-151; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXI — “Dos outros alevantamentos que houve no reyno de Bungo”, ed. 1982, pp. 152-157; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXII — “Da hida do Pe. Vizitador a Bungo e perigos que houve no caminho e de como ordenou a caza de aprovação no Usuki”, ed. 1982, pp. 158-171; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXIII

Alessandro Valignano volta a tocar Macau a 9 de Março de 1582, onde a espera da monção o faz coincidir alguns meses depois com Matteo Ricci. A 31 de Dezembro partirá, enfim, com destino à Europa. Porém, e como se sabe, a sua imprevista nomeação como provincial da Índia Oriental retê-lo-á em Goa, reassumindo as funções de visitador no início de 1587 depois de indicar o nome de Pedro Martins para o cargo que agora abandona. Investido da dignidade adicional de embaixador do vice-rei da Índia e acompanhando os quatro *dáimios* japoneses na última etapa da sua viagem de volta, regressa para aquela que será a sua segunda visita ao Japão (1590-1592). Na embarcação que os transporta vai um “parque tipográfico” de caracteres móveis com tipos de letras latinas, o qual será utilizado na escala obrigatória de Macau para uma reedição adaptada de uma obra destinada à educação cristã dos jovens que o Pe. Juan Bonifacio (1538-1606) fizera sair em Salamanca em 1575 — *Christiani Pveri Institvtio, Adolescentiaeque perfugium* (Macau, 1588)<sup>8</sup> — e para a impressão do *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanan curiam*, em 1590<sup>9</sup>.

---

— “Do collegio que o Pe. Vizitador ordenou na cidade de Funay e de outras couzas que se fizerão”, ed. 1982, pp. 172-179; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXIV — “Do perigo em que esteve Dom Bartholomeo de se perder e da morte de Dom Antonio de Firando e destruição da cidade do Facata”, ed. 1982, pp. 180-186; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXV — “Do processo das cousas do Goquinai e do seminário de Yazuchiyama”, ed. 1982, pp. 187-196; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXVI — “Do fructo que se começou a fazer em Anzuchiyama”, ed. 1982, pp. 197-204; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXVII — “De hum feito heroico que fez Justo Ucondono quando se lansou com Nobunanga, e da grande afflicção em que o cazo poz ao Pe. Organtino e a christandade”, ed. 1982, pp. 205-229; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXVIII — “Do rigurozo castigo que Nobunanga deo aos parentes de Araqui, e de como Dario foi desterrado e do perigo em que estiverão Sangadono e seo filho de os matarem”, ed. 1982, pp. 230-238; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXIX — “De huma disputa publica que tiverão entre sy os foquexus com os jodoxus em Anzuchiyama”, ed. 1982, pp. 239-244; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXX — “De como o Padre Vizitador partio de Bungo para o Miaco”, ed. 1982, pp. 245-253; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXXI — “De como o Pe. Vizitador foi ao Miaco vizitar Nobunanga e dahi foi ver outra vez a Anzuchiyama”, ed. 1982, pp. 254-263; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXXII — “De huma missão que do Miaco o Pe. Vizitador mandou fazer ao Pe. Luiz Froes ao reyno de Yechigen”, ed. 1982, pp. 264-269; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXXIII — “De outra missão que o Pe. Vizitador ordenou que fizesse o Pe. Gregorio de Cespedes com hum Irmão japão ao reino de Mino”, ed. 1982, pp. 270-275; idem, *ibidem*, vol. 3, cap. XXXIV — “Da tornada do Pe. Vizitador para Nangazaqui”, ed. 1982, pp. 276-285; Cooper, ed. 1994, pp. 53-70; Cabezas, 1995, pp. 167-176; Costa, 2000b, pp. 401-404.

<sup>8</sup> Pe. Juan Bonifacio, S.J., *Christiani Pveri Institvtio, Adolescentiaeque perfugium: autore Ioanne Bonifacio Societatis Iesv. eum libri unis, & rerū accessione pluriarū. Cum facultate Superiorum apud Sinas, in Portu Macaensi in Domo Societatis Iesv. Anno 1588. A princeps salamantina leva a referência: Authore Ioanne Bonifacio Societatis Salamanticae, Excudebat Mathias Gastius, M.D.LXXV*. Esta obra fora já reeditada em Córdova — “por Didacus Fernandez” — em 1578 e voltaria a sê-lo nesse mesmo ano de 1588 em Burgos — “por Philipe Juntam”.

<sup>9</sup> Cadafaz de Matos, 1988, pp. 9-10 e 13-36; Basto da Silva, 1988, pp. 13-17. Em carta escrita em Macau, Valignano explica do seguinte modo os planos que trazia para a impressão de livros no Japão: “Logo q chegar a Japão determino com a ajuda de Deus mandar fazer com toda a diligência uma espécie de Colopino com o qual instantaneamente se possa aprender a língua latina e a japonesa, bem como uma arte porque estes dois livros por agora são os mais necessários que se podem fazer não só para nós outros da Europa aprendermos com facilidade a língua japonesa como também para os japoneses aprenderem por eles nossa língua latina” — Carta do Pe. Alessandro Valignano ao Pe. Geral, Macau, 25 de Setembro de

No entreposto português, Valignano escreve uma longa carta ao geral com o pedido de uma embaixada papal ao imperador da China (10 de Novembro de 1588) e envia Michele Ruggieri a Roma para interceder nesse sentido. Recebe ainda aí a notícia do decreto que Toyotomi Hideyoshi publicara no ano anterior determinando a expulsão dos jesuítas de Kyoto. Depois de hábeis sondagens diplomáticas e de um atraso adicional motivado pela perda da *Nau do Trato*, acabará por pisar Nagasáqui no Verão de 1590 e conseguir ser recebido por Hideyoshi com a mesma cortesia com que o fora por Nobunaga aquando da sua precedente demora. Dissipara-se a ameaça mais imediata, se bem que o aviso tácito sobre a periclitante sorte dos cristãos japoneses tivesse sido dado para quem o soubesse ouvir<sup>10</sup>.

---

1589, ARSI, *Jap. Sin.*, 11, fl. 158r; transr. parcial in Cooper, ed. 1994, cit. p. 225. Ver Cooper, *ibidem*, pp. 225-243.

<sup>10</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-6. Ver também: Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 5, 1588-1593, cap. XXV — “De como o Pe. Visitador Alexandre Valignano com outros Padres e Irmãos, e os quatro fidalgos que foram a Roma chegarão a Jappam”, edição anotada por Josef Wicki, Lisboa, BNL, 1984, pp. 186-192; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XXXVI — “De como o Pe. Visitador começou a ordenar seo caminho para o Miaco partindo de Nangazaqui com a embaixada que trazia do Vice-rey D. Duarte para Quambacudono”, ed. 1984, pp. 270-278; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XXXVII — “Do frutto e bens que se seguirão da dilação e dettensa que o Padre fez em Murò”, ed. 1984, pp. 279-289; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XXXVIII — “De como o Padre partio de Murò e desembarcou em Vozaca e dahi se foi para o Miaco”, ed. 1984, pp. 290-297; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XXXIX — “De como foi apresentada a embaixada a Quambacudono e do bamquete que deo ao Padre e a todos os que o acompanhavão”, ed. 1984, pp. 298-309; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XL — “Dos paços e fabricas de Quambacu, e do em que excedem ou são inferiores os edificios de Japão aos nossos de Europa”, ed. 1984, pp. 310-316; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XLI — “De como Quambacu determinou mandar o retorno da embaixada e de algumas couzas que alli disse e dos bens que della se seguiram”, ed. 1984, pp. 317-320; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XLII — “Do concurso da gente que veio vizitar o Padre e do modo que os christãos lá tinham de se conservar sem Padres”, ed. 1984, pp. 321-326; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XLIII — “Do como o Pe. Visitador se tornou do Miaco para as partes do Ximo e do que lhe socedeo em Firando”, ed. 1984, pp. 327-333; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XLIV — “Da solemnidade com que o Pe. Visitador entregou em Arima a Dom Protazio a cruz do santo lenho e o estoque e chapeo que o Summo Pontifice lhe mandou pelos quatro fidalgos jappoens”, ed. 1984, pp. 334-338; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XLV — “Da nova perseguição que Yquinocamidono com outros levantarão contra os Padres e christandade”, ed. 1984, pp. 339-346; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XLVII — “De como por cauza desta perseguição se mudou o collegio e seminario e caza de aprovaçam, e o amor que estes senhores nesta trabalhoza mudança mostraram”, ed. 1984, pp. 347-349; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. XLVII — “Dos outros trabalhos, perigos e angustias em que os nossos se viram, e de como se rezolverão os fidalgos japões de todos quatro entrarem na Companhia”, ed. 1984, pp. 350-359; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LXVIII — “De outra tribulação e angustia grande em que os Padres e os Christãos se virão em Nangazaqui”, ed. 1984, pp. 360-365; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LXIX — “Das couzas que passou Quambaco com o Ir. Joam Rodriguez acerca do presente, e de como lhe tirou a falsa imaginação que tinha da embaixada que lhe levou o Pe. Visitador, etc”, ed. 1984, pp. 366-374; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. L — “Da carta que Quambaco escreveu ao Vice-Rei e do presente que lhe mandou”, ed. 1984, pp. 375-381; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LI — “Das obras que se fizerão em Nangoya e do alevantamento de hum tono de Saçuma, e de como Quambacu deo licença a Justo Ucondono que apparecesse diante delle”, ed. 1984, pp. 382-388; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LII — “De como appareceram outras novas cruces no porto de Facunda, e de varios cazos particulares que socederão em diversos lugares do Ximo”, ed. 1984, pp. 389-399; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LIII — “De outros cazos particulares e de huma missão que se fez ao reyno de Bungo e outra a yamanguchi”, ed. 1984, pp. 400-410; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LIV — “Da terceira missão que se fez do Miaco a outras partes”, ed. 1984, pp. 411-415; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LV — “De huma grave tribulação que sobreveio aos nossos e à christandade do Ximo, especialmente a Nangazaqui, causada por huma embaixada que veio de Manila

Entre Outubro de 1592 e Novembro de 1594 o padre Valignano realiza mais uma estada demorada na Cidade do Nome de Deus, aproveitando o tempo para conceder um impulso decisivo ao colégio local da Companhia e à Missão da China<sup>11</sup>. Matteo Ricci é aconselhando a seguir para Pequim, ao mesmo tempo que se lhe aprova que abandone a pantomina de bonzo budista que vinha praticando desde Outubro de 1583 em favor da de letrado e funcionário, de cabelos e barbas longas e de trajos a condizer — “poichè tutto si faceva per maggior servitio di Iddio”, assim justificara Ricci o seu pedido<sup>12</sup>. Daqui Valignano torna a partir para Goa, onde desembarca em Março do ano seguinte. Pouco depois, cessará funções como visitador das Índias, conservando apenas a qualidade de visitador da China e Japão, entretanto erigido em Vice-Província autónoma. Já ajustado nessas novas prerrogativas — decerto, as que mais eram do seu agrado —, rumo ao arquipélago nipónico para aquela que será a sua derradeira inspecção às Missões japonesas (Agosto de 1598-Janeiro de 1603). No caminho, passa por Cochim, Malaca e Macau (Julho de 1597-Julho de 1598), onde nomeia o Pe. Ricci superior da Missão da China, aprova a tradução latina do seu catecismo chinês e reforça a convicção de que este se deveria instalar em Pequim. Regressa a Macau 10 de Fevereiro de 1603 com a ambição de visitar a China e de se juntar a Ricci. A morte, vinda a 20 de Janeiro de 1606, não o permitirá, mas ainda teve tempo para tornar a Missão da China independente da de Macau e, no seguimento de uma deliberação tomada pouco antes em Nagasáqui, para acordar com os seus consultores a criação da Vice-Província da China e do Japão, independente da Província da Índia<sup>13</sup>.

Para além de numerosas instruções, cartas<sup>14</sup> e do referido primeiro livro do tratado *Del Principio y Progreso de la Religion christiana en Japon* e da *Historia del principio y progresso de la Compañia de Jesús en las Indias Orientales* que nos traz

---

para Quambacudono; e de como foi destruída a igreja e cazas de Nangazaqui”, ed. 1984, pp. 416-423; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LVI — “De como Deos N. senhor não dilatou por muito tempo o castigo destas desordens sobreditas”, ed. 1984, pp. 424-427; idem, *ibidem*, vol. 5, cap. LVII — “De alguns refrigerios que Deos deo aos Padres para mitigarem a dor das tribulações precedentes”, ed. 1984, pp. 428-436; Boxer, ed. 1993a, pp. 72-73; Cooper, ed. 1994, 71-106; Coutinho, 1999, pp. 21-23; Costa, 2000b, pp. 405-407 e 409-411.

<sup>11</sup> Ver Costa, 1999b, pp. 18-36.

<sup>12</sup> Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro III, cap. IX — “Del andata del P. Matteo Ricci la prima volta alla Corte di Nanchino e di quello che nel camino gli successe”, ed. 1942, vol. 1, cit, p. 337.

<sup>13</sup> Edward J. Malatesta, “Alessandro Valignano, Fan Li-an (1539-1606) – Estratégia da Missão Jesuíta na China”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 21, Outubro/Dezembro 1994, pp. 51-55 e 61-62; Ross, 1994, pp. 45 e 82-87.

<sup>14</sup> Ver, *inter alia*, José Maria Braga, “The Panegyric of Alexandre Valignano, S.J. (Reproduced from an Old Portuguese Codex)”, in *Monumenta Nipponica*, Tóquio, Sophia University, 5 (2), 1942, p. 239, notas 4-7. Cf. Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cols. 123, 179 e 440.

ocupados, destacam-se da vasta produção escrita de Alessandro Valignano as três versões do *Sumario de las cosas que pertenecen a la Provincia de la India Oriental* (1577, 1579-1580 e 1583)<sup>15</sup>, um catecismo escolar para uso dos japoneses (ms. 1581, com 1.<sup>a</sup> ed. em Lisboa, em 2 vols., no ano de 1586<sup>16</sup>), um “cerimonial” para os missionários do Japão (manuscrito de perto de sessenta páginas escrito de um jacto, no espaço de um dia e uma noite de 1581, e revisto em 1587)<sup>17</sup>, as “Regras” para a Missão do Japão escritas antes da primeira despedida (1582)<sup>18</sup>, o *Sumario de las Cosas de Japon* (1583)<sup>19</sup>, as *Adiciones* ao mesmo (1593)<sup>20</sup> e a importante *Apologia* de 1598, através da qual responde com vigor às investidas que os franciscanos estacionados nas Filipinas então realizavam contra a Missão do Império do Sol Nascente<sup>21</sup>.

<sup>15</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Sumario de las cosas que pertenecen a la Provincia de la India Oriental y al gobierno della*, Mss.: ARSI, Goa, 31, fls. 338r.-381r. (1577); Biblioteca Pública de Évora, CXV-2-7, 18; ARSI, Goa, 7, fls. 1r.-77r. (1579-1580); ARSI, Goa, 6, fls. 1r.-59v. BAL, 51-IV-31, fls. 1-61v. e British Museum, Londres, Add. Ms. 9852, fls. 1r.-37v. (1583).

<sup>16</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Catechismus Christianae Fidei, in quo veritas nostrae religionis ostenditur, & sectae Japonenses confuntatur, editus à Patre Alexandro Valignano societatis Iesv*, Lisboa, António Ribeiro, 1586; idem, *Catechismus Christianae Fidei, in quo veritas nostrae religionis ostenditur, & sectae Japonenses confuntatur, Liber secundus. Authore Alexandro Valignano societatis Iesv*, Lisboa, Manuel de Lira, 1586. Ver Anselmo, ed. 1977, pp. 287-288, ref. 988.

<sup>17</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Advertimientos aserca de las costumbres de los Japones, para nuestro Pe. General, los quales declarará el Pe. Diego de Mesquita, Advertimientos acerca dos costumbres dos Jappoens, Advertimentos e avisos acerca dos costumes e catangues de Japão*. A ref. da moderna, por Josef Franz Schütte: Alexandro Valignano, SJ., *Il Cerimoniale per i missionari del Giappone*, edizione critica, introduzione e note di Giuseppe Fr. Schütte, SJ, Roma, Edizioni di “Storia e Letteratura”, 1946. Ver Carmen M. Radulet, “O Cerimonial do Pe. Alessandro Valignano: encontro de culturas e missão no Japão”, in Carneiro & Matos (eds.), *O Século Cristão do Japão*, 1994, pp. 58-69.

<sup>18</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Regimento para o Procurador de Japão*, Ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 49, fls. 252r.-257v.; idem, *Regimento para os padres que estão nas residencias de Japão*, Ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 49, fls. 240r.-248v.; idem, *Sumario de algumas cousas que se hão de guardar pelos Padres nas casas e residencias de Japão para que sejam todos conformes*, Ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 49, fls. 249r.-251r.; idem, *Regimento que se ha de guardar nos Seminarios*, Ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 2, fls. 36r.-39r.

<sup>19</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Sumario de las Cosas que pertenecen a la Provincia de Japon y al gobierno della* (Cochim, 28 de Outubro de 1583), Mss. ARSI, *Jap. Sin.*, fls. 258-321; BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-56, fls. 55r.-114v.; British Museum, Londres, Add. Mss. 9852, fls. 38r.-68v. Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4. Ver também: Braga, ed. 1998, p. 67, n. 10: pp. 67-70.

<sup>20</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Adiciones* (ao *Sumario de las Cosas que pertenecen a la Provincia de Japon*), Mss. ARSI, *Jap. Sin.*, 49, fls. 323r.-385r.; BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-56, fls. 116r.-145v. Ver Braga, ed. 1998, p. 70.

<sup>21</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Apologia en la qual se responde a diversas calumnias que se escribieran contra los PP. de la Compañia de Japon, y de la China*, Mss. BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-58, fls. 1r.-187v.; Biblioteca de Évora, códice cxv/2-2; British Museum, Londres, Add. Mss. 9858. Ver Pfister, 1932, pp. 13-14; Braga, 1942, pp. 239-244 e 249; Teixeira, 1988, p. 4; Cadafaz de Matos, 1988, pp. 18-19; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 597-598; Bourdon, 1993, pp. 24-25 e 45-46; Braga, ed. 1998, pp. 94-98.

## 2. Uma solução para a “impresa desperata” da China em 22 fólhos

Três dos trinta capítulos que compõem a primeira parte da *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de Alessandro Valignano — do 26.º ao 28.º, perfazendo 22 fólhos — correspondem a uma dissertação sobre as realidades materiais, humanas, políticas e religiosas da China, enxertada sem demasiadas preocupações de continuidade naquela narrativa do périplo indiano de Francisco Xavier que funciona como fio de prumo do texto. Para a leitura do respectivo conteúdo será útil considerar o seguinte par de pontos prévios.

Em primeiro lugar, no final de 1583, quando ultimava estas páginas, o visitador sentiria no seu íntimo algo de muito semelhante ao que Xavier sentira cerca de quatro décadas antes: um ano bastara para que o mundo hindu o aborresse com o seu clima e o seu povo e, das esperanças entusiásticas na “gente branca” do Japão e da China que ainda nutria em 1597, não tardou a passar para uma prudência não isenta de alguma repulsa a respeito dos japoneses que entretanto fora conhecer às suas ilhas. Claro está que isso não chegava para os assimilar aos indianos, mais aptos para servir que para comandar, de acordo com a fórmula aristotélica que lhes aplicou, e, muito menos, para os colocar em pé de igualdade com os africanos negros, que desprezara à partida por efeito de uma afectação cultural que constituía a norma num europeu do seu tempo. No entanto, o facto era que a China e os chineses se insinuavam claramente, nesse princípio da década de 1580, como a única promessa imaculada que restava. A convocatória de Matteo Ricci para Macau traduzia isso mesmo<sup>22</sup>.

Em segundo lugar, temos de ser cautelosos com as alegações que Valignano produz a propósito das fontes que utilizou para construir os capítulos consagrados à China da *Historia del principio y progreso*. Aí, repetem-se expressões do estilo “conforme a lo que hasta agora por sus libros y informaciones pude entender”<sup>23</sup>, “conforme a lo que los chinas escriben y dicen”<sup>24</sup>, “como yo saqué en limpio por sus libros”<sup>25</sup> ou “yo tuve muchos dellos [livros chineses] en las manos, viendo sus figuras como las pintan, y haziendo que me declarassen muchas cosas, que tengo por escripto

---

<sup>22</sup> Ver Spence, ed. 1986, pp. 57-59; Ross, 1994, pp. 42-43; Alden, 1996, p. 56.

<sup>23</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales (1542-64)*, Parte I, cap. XXVI — “Del grande reino de la China y de sus qualidades”, fl. 114, ed. 1944, cit. p. 215. Todas as citações a partir desta edição.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fl. 115, ed. 1944, cit. p. 216.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fl. 116, ed. 1944, cit. p. 218.

traducidas por buenos intérpretes”<sup>26</sup>. À parte estas, não nos são facultadas quaisquer outras referências explícitas. Contudo — e, precisamente, porque o espaço continental chinês ainda está proibido à vista e os mais cotados informadores jesuítas continuam sem poder abandonar Macau ou a periferia de Cantão —, o que observamos é que grande parte do descritivo do italiano repousa sobre o compêndio de notícias chinesas que Matteo Ricci (com a eventual ajuda de Michele Ruggieri) fizera “molto in fretta” para o padre visitador<sup>27</sup> e sobre o texto que Gaspar da Cruz conseguira imprimir em 1570 (o que em boa medida quer dizer sobre a minuta, bem mais antiga, de Galiote Pereira).

Em alternativa, devemos também considerar a hipótese dos conteúdos do *Tractado das cousas da China* que aqui identificamos não terem sido lidos de forma autónoma por Alessando Valignano, mas antes aproveitados a partir do que deles acaso reemergiria naquela perdida relação de Ricci<sup>28</sup>. Por outro lado, é possível, mas não certo, que algumas secções da *Historia* de 1583 que assinalaremos de seguida subentendam interferências textuais das primeira e terceira *Décadas da Ásia* de João de Barros. De maior importância e significado que estas últimas fontes supostas são as adaptações ou as emendas que um texto como o *Tractado* de Fr. Gaspar aqui sofre por Valignano (ou o Pe. Ricci, no caso deste ter sido a voz intermediária) se encontrar apostado em conservar para a China a imagem de república platónica, tal qual esta continuara a ser veiculada desde os anos 40 por vários escritos da Companhia ou pelos autores laicos de gabinete que neles foram beber.

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVII — “Del estado dei rei de la China y de sus parientes y mandarines y modo de su gobierno”, fl. 127, ed. 1944, cit. p. 240.

<sup>27</sup> Carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Martino de Fornari, Macau, 13 de Fevereiro de 1583; pub. in Tacchi Venturi, 1913, cit. p. 30. Ver Tacchi Venturi, *ibidem*, p. 30, n. 4.

<sup>28</sup> Para se aferir desta possibilidade, o melhor indicador que nos sobra é o texto da carta que Matteo Ricci escreveu ao feitor Juan Bautista Román desde Zhaoqing, a 13 de Setembro de 1584. Lendo-a com cuidado, destacam-se pelo menos duas situações para as quais não é descartável que tenha sido empregue o retrato composto por Gaspar da Cruz. Em primeiro lugar, quando se alega que na China se chegam a realizar três colheiras agrícolas por ano. Em segundo lugar, quando além de se comparar a multidão de embarcações que aportavam em Cantão com as que afluíam às feiras de Veneza, se compara o mesmo afluxo com o que demandava as feiras de Lisboa (recorde-se que Fr. Gaspar tecera paralelismos entre a capital cantonense e a capital portuguesa a pretexto do tamanho das respectivas cercas). À parte isto, as descrições dos cortejos públicos dos mandarins e das inspeções trienais do chaem dadas por Ricci naquela carta também lembram muito as do dominicano. Ver carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, pp. 40-41, 44 e 46-47.

## *Prolegómenos*

Antes de dedicar à China o tratamento específico nos apartados clássicos que dissemos, Alessandro Valignano presta diversas notícias dispersas a seu respeito induzidas pelas memórias e pelas próprias cartas do fundador das Missões da Companhia na Ásia. Sabemos que o manuscrito da *Vida de São Francisco Xavier* do Pe. Manuel Teixeira funcionou aqui como a referência das referências, mas isso não obsta a que parte do que de mais interessante nos conta resulte do conhecimento directo adquirido ao longo dos quase dez anos de Oriente que levava. No capítulo XII, onde consta o baptismo malaio de Xavier, em 1545, estão dois bons exemplos disso. Um, quando compara a língua e a *facies* dos malaios com as dos indianos e as do conjunto constituído pelos chineses e japoneses<sup>29</sup>. Outro, quando confronta a “prosperidad temporal” da Malaca de quatro décadas atrás com a cidade “muy disminuida de gente” que foi encontrar. A praça continuava a ser “como una llave de todos aquellos mares” e a ela ainda afluíam naus vindas de Goa, Cochim, Chaul, S. Tomé, Bengala, Pegu, Sião, Java, Banda, Sunda, Solor, Timor, Maluco e, bem entendido, da China e do Japão. Porém, o seu declínio era indisfarçável, estando “muy diferente de lo que antes estava”<sup>30</sup>.

No capítulo XXIV, sobre a derradeira passagem de Francisco Xavier por Malaca, em 1552, vêm inseridos extractos de duas cartas que o antigo Padre-mestre redigira nos seus últimos dias de Sanchoão. A primeira seguira para Gaspar Barzeo e a segunda para Francisco Pérez, sendo que desta vez pouco ou nada acrescentam ao que já conhecemos pela antes citada missiva que Xavier endereçou a Barzeo a 16 de Julho, quando ainda se encontrava refém de D. Álvaro de Ataíde da Gama, o capitão do Mar de Malaca<sup>31</sup>. Como aí e na principal historiografia jesuítica subsequente, este está condenado a desempenhar o papel de “enemigo infernal” ou de “ministro del demonio” por ter esvaziado a missão diplomática que Goa enviara à China sob comando de Diogo Pereira<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XII — “Cómo el Pe. M. Francisco fué a Malaca y de lo que en ella hizo”, fl. 46, ed. 1944, p. 85.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XII, fls. 47 e 48, ed. 1944, cits. pp. 87, 88 e 89.

<sup>31</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-4.

<sup>32</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXIV — “Cómo el Pe. M. Francisco fué de Goa a Malaca y de lo que en el viage le aconteció”, fl. 109, ed. 1944, pp. 206-207; idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXV — “Cómo el Pe. M. Francisco fué de Malaca a la China, y de lo que en el viage le aconteció”, fl. 109, ed. 1944, cits. p. 207.

O relato prossegue no capítulo seguinte, onde se concentra a avaliação que o Pe. Xavier fizera dos obstáculos levantados à empresa da China pelas leis que interditavam a entrada de estrangeiros no Império e pelo poder absoluto dos mandarins. Voltam a ser citadas duas cartas que dirigira a Pérez, ambas retiradas da obra de Teixeira (22 de Outubro e 12 de Novembro). Quer numa quer noutra redescobrimos aquela figura febril para quem o apelo “de las qualidades de aquella tierra”, da “manera del gobierno” e do “saber de los mandarines” é mais forte que todos os conselhos que os portugueses e os chineses que andavam por perto lhe davam no sentido de não arriscar a loucura que forjava<sup>33</sup>. No capítulo XXIX descrever-se-á a sua morte, para o que Valignano pôde contar com o testemunho de António de Santa Fé, um chinês que estudara no Colégio de S. Paulo de Goa durante 7 ou 8 anos e que aos 20 se propusera servir de intérprete a Francisco Xavier, tendo acompanhado a sua agonia — um “buen christiano, honrrado y viejo”, conforme no-lo descreve o visitador, que fora a tempo de o encontrar vivo em Macau, em 1578<sup>34</sup>.

### ***Promissoras mundanidades***

O esboço da China física e humana que principia no capítulo XXVI é aberto com um punhado de informações que, não constituindo novidade absoluta, ainda assim confirmam o recurso a testemunhos de vista originais ou, então, sugerem o aproveitamento de provas escritas e cartográficas algo diferentes das que tinham sido manipuladas por autores como Baltasar Gago (*Enformação da China* de Amaro Pereira, de 1562), João de Barros (*Década I-Década III*), Manuel Teixeira (carta macaense de 1

---

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXV, fl. 111, ed. 1944, cits. p. 210. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXV, fls. 110-114, ed. 1944, pp. 207-214. Cf. carta do Irmão Aires Brandão aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Coimbra, Goa, 23 de Dezembro de 1554; carta do Pe. Melchior Nunes Barreto para o Pe. Inácio de Loyola, escrita entre Goa e Cochim, Maio de 1554; e carta do Pe. Melchior Nunes Barreto para o Pe. Inácio de Loyola, Malaca, 3 de Dezembro de 1554; cits. *supra*, Parte II, cap. 8-5.

<sup>34</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXIX — “De la muerte del Pe. M. Francisco, cómo murió estando para entrar en la China, fl. 138, ed. 1944, cit. p. 260. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXIX, fls. 137-141, ed. 1944, pp. 257-264; Georg Schurhammer, “Die Muttersprache des hl. Franz Xaver”, in *Xaveriana*, pp. 351-352 (1.<sup>a</sup> ed. in *Revista Internacional de los Estudios Vascos*, 20, 1929, pp. 246-255); Schurhammer, “Xavierusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, p. 100; Corrêa, 1993, pp. 360-361.

No 15.º capítulo da segunda parte desta *Historia* narrar-se-á a embaixada de Gil de Góis, de 1563. O nome do embaixador não aparece referenciado, mas, em compensação, catalogam-se os dos jesuítas Francisco Pérez, Manuel Teixeira e André Pinto. Ver Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte II, cap. XV — “Dos Padres que forão a Socotorá e à China, e da morte do Padre Patriarcha e das portas que se abrirão aa conversão em Japão”, fls. 71v.-72r., ed. 1944, pp. 442-444.

de Dezembro de 1565 para os jesuítas da Europa), Gaspar da Cruz ou Martín de Rada. As exclamações produzidas ante a riqueza inexcedível do país, a sua dimensão pasmosa, a insuperável densidade da ocupação humana ou a “ventaja” de existir “debaxo de un solo rey” constituem a parte mais banal do retrato. Mas já é menos banal que a aparência e os hábitos dos chineses voltem a surgir por confronto com os dos seus vizinhos do Japão<sup>35</sup>. Nesse sentido, tanto quanto os afirma gémeos na “delicadeza de entendimiento”, Alessandro Valignano confirma-os idênticos na cor da pele e na fisionomia.

Por outro lado, parecia que haviam estudado de propósito o modo de serem o mais distintos possível nos costumes e no modo de vida. Páginas adiante virão os detalhes: enquanto os chinas eram “sanguinos, alegres y enojados”, exteriorizando facilmente as suas paixões como “los nuestros de Europa”, os japoneses eram muito mais moderados e contidos, abstendo-se das gritarias e zaragatas, das trocas de socos e dos puxões de cabelos que os primeiros, por regra, praticavam entre si<sup>36</sup>. Dá-se a este respeito uma coincidência a reter com a primeira redacção do *Sumario de las Cosas de Japon*, que sabemos do mesmo ano da primeira parte desta *Historia*. É que, aí como aqui, Valignano estabelece o contraste entre chineses e japoneses, contraste este que, como que a sublinhar a aprendizagem das gentes extremo-orientais entretanto consumada, é substituído pela comparação entre japoneses e europeus na segunda versão do *Sumario* (1593)<sup>37</sup>.

Outra relativa originalidade do retrato chinês do visitador das Missões da Índia e do Japão que vem no princípio do capítulo XXVI da *Historia del principio y progreso* é a que toca ao enquadramento geográfico do Império do Meio. Ainda que mínimos, observamos neste particular uma série de acertos com o que corria em manuscrito ou em impresso, sempre escudados na escuta de naturais ou na leitura de livros, informações e mapas locais. Por exemplo, o país estender-se-ia dos 20º aos 47º ou 48º N<sup>38</sup>, tinha mais de 400 léguas de Norte a Sul contra mais de 300 de Este a Oeste<sup>39</sup>, construira “um muro

---

<sup>35</sup> Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VIII — “Della fisionomia, culto del corpo, vestire et altre usanza de'cinesi”, ed. 1942, vol. 1, p. 88.

<sup>36</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 114, ed. 1944, cit. p. 215; idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII — “De algunas otras costumbres y desórdenes que ay en la China y de su religión”, fl. 133, ed. 1944, cit. p. 251. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fl. 114, ed. 1944, pp. 214-215.

<sup>37</sup> Ver Malatesta, 1994, p. 64, n. 6.

<sup>38</sup> Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. II — “Del nome, grandezza, e sito della Cina”, ed. 1942, vol. 1, p. 12.

<sup>39</sup> Cf. idem, *ibidem*, libro I, cap. II, ed. 1942, vol. 1, pp. 12-13.

muy grueso de increíble circuito de poco más o menos trescientas leguas” para se resguardar da guerra intermitente que mantinha com os tártaros a Setentrião e repartia-se em 15 provincias, duas das quais — Pequim e Nanquim — “se llaman cortes, porque en Paquín, que es cerca de los confines de los tártaros, está de muchos años a esta parte el rey con su corte; y Nanquín, que está en medio de la China, aunque más llegada a la parte del mar, es también ciudad real, donde estava primero el rey con su corte, y agora tiene otros oficiales muy grandes en su lugar”. Isto seria quase um decalque da percepção pioneira de Rada sobre o estatuto metropolitano daquelas duas provincias homologada por Juan de Mendoza<sup>40</sup>, não fora o acrescento que diz que o conjunto das quinze estava de tal maneira repartido “que las siete de ellas tienen correspondencia con el consejo real de una corte, y las otras siete dependen del de la otra”<sup>41</sup>.

Na descrição da típica geometria urbana chinesa, da vida a bordo das infinitas embarcações que se amarravam nas margens dos rios, na contagem das cidades e na respectiva hierarquização Alessandro Valignano oscila entre aquilo que é comum a quase todos os autores fundamentais que o precederam e o que, apesar de não menos típico e também passível de provir de Ricci, fora expresso de modo quase idêntico por um Fr. Gaspar (a imagem da China cortada “de muy grandes y hermosos ríos”)<sup>42</sup> ou por um Barros (a autoridade que “un governador que ellos llaman Tutàn” empresta às cidades “que ellos llaman Fuu”)<sup>43</sup>. A indicação da presença de múltiplas pontes de pedra ou cal “tan grandes, anchas y bien hechas, y de tanto gasto, que parecen obras romanas”<sup>44</sup> quer-nos parecer uma adaptação do que Gaspar da Cruz escrevera a respeito dos arcos triunfais das cidades: se bem que, como sabemos, tivesse sido Galiote Pereira e não Cruz a ensaiar a tese da genealogia romana a propósito das pontes chinesas, não faz muito sentido que este constituísse o único detalhe subtraído do *Tratado* de 1553-1565<sup>45</sup>.

---

<sup>40</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-2.

<sup>41</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 115, ed. 1944, cits. pp. 216 e 217. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fls. 114-115, ed. 1944, pp. 215-217. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. II, ed. 1942, vol. 1, pp. 14-15.

<sup>42</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-2. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. III — “Delle cose che la terra della Cina produce”, ed. 1942, vol. 1, p. 20.

<sup>43</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 115, ed. 1944, cits. p. 218. Ver *supra*, Parte II, cap. 10-1. Ver também Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fls. 115 e 120, ed. 1944, pp. 217-218 e 226-227. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. II, ed. 1942, vol. 1, p. 15.

<sup>44</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 120, ed. 1944, cit. p. 227.

<sup>45</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3 e cap. 11-2.

Próxima mas não inteiramente coincidente com o desvendar progressivo de Amaro Pereira (1562) e Manuel Teixeira (1565)<sup>46</sup>, com o conteúdo do parecer do *Consejo de Indias* que rejeitou as propostas de conquista dos Ming que lhe tinham sido submetidas por Diego Garcia de Palacios na década de 1570<sup>47</sup> ou com o que Martín de Rada anotou na *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin* (1575-1576)<sup>48</sup>, vem a sua contabilidade das cidades e lugares de “1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> suerte”. As tabelas dos livros chineses que adquiriu ou conferiu para o efeito continuam a estar na base das discrepâncias, sendo que estas só parecem ser mais significativas quando se trata da “4<sup>a</sup> manera de poblaciones” — “las que ellos llaman Huy”, uma estreia tipológica ao lado dos “Fuu”, “Cheu” e “Hien” da praxe —, da 5.<sup>a</sup> dos lugares de guarnições secundárias e do grupo dos sítios ainda menores que estes<sup>49</sup>. A soma dos habitantes do Império traduzida dos mesmos compêndios administrativos ou atlas locais torna a rondar mas não encontra nenhuma das que já conhecemos: “más de sesenta millones y doscientos y cinquenta y tantos mil [vizinhos]”, aponta-se agora<sup>50</sup>.

Vistas estas avaliações burocráticas, Valignano passa a entremear as que poderão ter sido algumas das suas próprias observações (ou as de um Matteo Ricci) com uma dependência não assumida, mas maioritária, do *Tractado das cousas da China* de Gaspar da Cruz a propósito da fertilidade, da abastança e do aproveitamento intensivo da terra. Voltam a não escapar máximas já sem dono como as que referem a industriiosidade da gente, a ocupação dos desvalidos, as habilidades manuais, a proliferação de ofícios, a plena paz interna e o bom governo ou serem “los chinas de suyo más comedores que los nuestros de Europa”. No entanto, do rol das produções agrícolas aos animais de consumo, passando pelo louvor da abundância de pescado de mar e rio ou por uma nota que explica que a incubação dos ovos de adens se processava “por industria de calor, sin se hazer las madres chuecas ni entender ellas en esso”, é nítido que o modelo foi o texto do dominicano português. Até o sublinhado que Fr. Gaspar fizera à pobreza relativa dos pobres da China é aqui abordado num contexto

---

<sup>46</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

<sup>47</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>48</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-2.

<sup>49</sup> Esta contabilidade dos lugares de 1.<sup>a</sup> a 5.<sup>a</sup> ordem coincide por inteiro com o que se lê na edição de 1566 do *Guang Yutu* (Kuang-yü-t’u) de Luo Hongxian (Lo Hung-hsien). Ver Luciano Petech, “La fonte cinese delle carte del Ruggieri”, in Pe. Michele Ruggieri, *Atlante della Cina*, 1993, p. 43; *infra*, cap. 16, n. 168.

<sup>50</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fls. 115 e 116, ed. 1944, cits. pp. 218, 219 e 220. Ver *idem*, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fls. 115-116, ed. 1944, pp. 218-220. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. II, ed. 1942, vol. 1, p. 15.

idêntico ao do capítulo IX do *Tractado* de 1570 onde ele podia ser lido: “Y de todas estas cosas hay tanta abundancia, que valen todas muy baratas, tanto que excede mucho a todas las partes de Europa; porque la gente pobre, con no gastar cada día más que seys o ocho maravedís, come hasta hartar por la mañana y por la tarde”<sup>51</sup>.

Como era sina que o interior da China continuasse a estar, simultaneamente, tão perto e tão longe, também nesta *Historia* o inventário das riquezas minerais e dos produtos de exportação tem de se conformar com fórmulas vagas como a das grandes e ricas minas de prata, ouro cobre, ferro, chumbo ou estanho que haveria “en diversas partes” ou a da imensa quantidade de seda, damascos, tafetás, almíscar, azougue, cânfora, anil, vermelhão, ruibarbo, porcelana ou cangas que estavam disponíveis nos portos a troco de prata. Sem precisar de consultar os livros, o primeiro mercador ou feitor português que encontrasse em Malaca, Macau ou Nagasáqui dir-lhe-ia isso mesmo porque estas eram evidências com décadas<sup>52</sup>.

Neste capítulo, o que Valignano acrescenta é uma nova avaliação dos rendimentos imperiais com base em tabelas sacadas de livros chineses. Sabemos que Mendoza ensaiará idêntico exercício (1585), tal como fora feito antes dele por Juan Bautista Román (Setembro de 1584) e antes de todos por Martín de Rada<sup>53</sup>. Por outra parte, Ricci não só avançara pouco antes ao seu confrade Martino de Fornari com uma estimativa do género (Fevereiro de 1583)<sup>54</sup>, como insiste nesse exercício na missiva que se disse ter enviado de Zhaoqing a Juan Bautista Román (Setembro de 1584)<sup>55</sup>. Só que o visitador leu outros registos e os seus valores não batem certo nem com os dos espanhóis, nem com os que o italiano usara naqueles dois casos, apesar da conclusão mais ou menos consensual de que os tesouros das Cortes reais de Nanquim e Pequim excediam “toda fee y crédito humano”<sup>56</sup>. Assim, o máximo que se pode dizer é que surge apenas uma segunda frase de tom genérico a traír o que bem poderia ser o uso de

---

<sup>51</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 117, ed. 1944, cits. pp. 221 e 222. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fls. 116-118 e 120-121, ed. 1944, pp. 220-222 e 227-228. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. III, ed. 1942, vol. 1, pp. 17-21 e 24-25, nrs. 26-29.

<sup>52</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 118, ed. 1944, pp. 222-223. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. III, ed. 1942, vol. 1, pp. 20-23.

<sup>53</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-2 e 3.

<sup>54</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Martino de Fornari, Macau, 13 de Fevereiro de 1583, ed. 1913, p. 30.

<sup>55</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 43.

<sup>56</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 119, ed. 1944, cit. p. 225.

uma conhecida passagem da *Década I* de João de Barros, hipótese que a extrapolação africana que vai junto não anula: “[...] sin duda tiene este rey [da China] más renta él solo, que todos los reyes y señores de Europa, y por ventura aun de África juntos”<sup>57</sup>.

O panorama da China política — figura, poder e quotidiano imperiais, estatuto do mandarinato e sistema repressivo — que preenche a maior parte do capítulo XXVII da *Historia del principio y progreso* é outro apartado temático servido de modo discreto mas decisivo pelos parágrafos terminados no final da década de 1560 por Gaspar da Cruz. Quase como este antigo missionário, Valignano exemplifica a capacidade militar do Império com as largas frotas de “bancones y juncos” que os temíveis e obedecidos mandarins tinham o condão de mobilizar da noite para o dia. Exactamente como o padre Cruz, escreve sobre o tempo de sol a sol que era necessário fazer a cavalo para atravessar de ponta a ponta a cidade real de Pequim. Lembra ainda o confinamento do imperador aos muros dos seus palácios, o acesso reservado que a ele têm os eunucos e as mulheres<sup>58</sup>, as regras de acordo com as quais o mesmo casa e é sucedido pelo seu primogénito<sup>59</sup>, o exílio interno da demais parentela pago com todas as mordomias para prevenir disputas pelo trono<sup>60</sup>, a inexistência de uma nobreza de sangue, a concentração do poder nas mãos dos mandarins, a superioridade dos mandarins letrados sobre os mandarins soldados<sup>61</sup>, o limite de três anos para o exercício de qualquer género de mando<sup>62</sup>, a submissão ao sistema de exames como regra para acesso ao funcionalismo<sup>63</sup>, as aposentadorias dignas que esperam os seus membros no termo da carreira, os trajos vistosos dos oficiais, a pompa com que são transportados e as reverências que lhes eram devidas nas audiências públicas<sup>64</sup>.

---

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fl. 118, ed. 1944, cit. p. 223. Ver *supra*, Parte II, cap. 7-2. Ver também: Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fls. 118-119, ed. 1944, pp. 223-225. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VI — “Del governo della Cina”, ed. 1942, vol. 1, pp. 56-57.

<sup>58</sup> Cf. Pe. Matteo Ricci, *ibidem*, libro I, cap. IX — “Delle superstitioni et d'alcuni abusi della Cina”, ed. 1942, vol. 1, pp. 99-100.

<sup>59</sup> Cf. idem, *ibidem*, libro I, cap. VII — “Delle cortesie et alcuni riti della Cina”, ed. 1942, vol. 1, p. 86.

<sup>60</sup> Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 45.

<sup>61</sup> Cf. *ibidem*, ed. 1913, p. 46.

<sup>62</sup> Cf. *ibidem*, ed. 1913, p. 46; Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VI, ed. 1942, vol. 1, pp. 65-66.

<sup>63</sup> Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. V — “Delle arti liberali, scientie e gradi che nella Cina si danno”, ed. 1942, vol. 1, pp. 44-50.

<sup>64</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVII, fl. 121, ed. 1944, cit. p. 229. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVI, fls. 121-126, ed. 1944, pp. 229-238. Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, pp. 46-47.

Que o autor da *Historia* de 1583 escolha escrever “mandarines” em vez de “louthias” — o que Ricci também faz, ainda que só depois de Fevereiro de 83<sup>65</sup> — é uma das várias diferenças que se notam em relação ao texto do *Tractado* de 1570 que não comprometem a dependência de que falamos. De igual modo, tal dependência não sai beliscada da série de acrescentos que, sempre a despeito da hipótese de também poderem ter sido sugeridos por Matteo Ricci, parecem da própria lavra do visitador. Por exemplo, este fala do recrutamento instantâneo de exércitos de pelo menos “uno y dos millones de gente”, defende a ideia (que era de Galiote e de Ricci, mas não de Cruz) dos chineses serem “gente flaca”<sup>66</sup>, declara outra vez recorrer aos livros que se venderiam nas lojas de Cantão quando completa a pintura de Pequim com pormenores sobre os seus muros, o traçado dos seus arruamentos ou a impressão do seu congestionamento humano, vislumbra quinze palácios reais na capital onde o “rey” se recria, cada um deles em representação de uma província, compara a indumentária dos mandarins à dos venezianos (um paralelismo repetido pelo Pe. Ricci em 1584<sup>67</sup>), alude à figura de um tipo de ministros a “que ellos llaman ùpos”<sup>68</sup> e dá detalhes inéditos sobre o ritual quase galante dos açoitamentos que os mandarins de maior dignidade tinham a capacidade de infringir aos de menor estatuto<sup>69</sup>.

---

<sup>65</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Martino de Fornari, Macau, 13 de Fevereiro de 1583, ed. 1913, pp. 29-30; carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 46.

<sup>66</sup> Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, pp. 47-48.

<sup>67</sup> Ver *ibidem*, ed. 1913, pp. 42-43.

<sup>68</sup> Que recordemos, só na segunda parte dos *Comentarios* de João de Escobar e na carta que o mesmo Escobar endereçara ao Pe. Manuel Teixeira desde Cantão a 22 de Novembro de 1565 surgem alusões ao *hu-pu*, sinónimo de inspector policial ou beleguim.

Para o primeiro caso: “[...] após estes [parte do cortejo de um mandarim] hião muitos upos que são ministros da Justiça com bambus mui larguos que são canas de palmo de grusura partidas pelo meo com que azoutão e emgecutão sua Justiça” — João de Escobar, *Segunda parte dos Comentarios*, Novembro de 1564, cap. 8, fl. 56v., transcr. 1994, cit. p. 1439. Cf. *idem*, *ibidem*, ed. 1996, p. 155.

Na referida carta ao Pe. Teixeira: “[...] Chegando ao paço publico todos os Portuguezes entraram por sua ordem pacificamente [pelo meio] dos ministros Vpus [e] home’s darmas que estauão em suas estancias como V. R. ia ca ueria” — Carta de João de Escobar ao Pe. Manuel Teixeira, Cantão, 22 de Novembro de 1565, fl. 209r., ed. 1964, cit. p. 780. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 180.

Na *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto incluía no cortejo ordinário do “Chaem dos trinta & dous estudos” mais de “quatrocentos vpos cõ grande soma de cadeas de ferro muyto compridas que vão arrojando pelo chão, com hũa desordem & hum estrondo tão medonho que fazê tremer as carnes a toda a pessoa” — Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CVI — “Do regimento que se tem no dar dos banquetes nas estalagês notauéis, & do estado que traz o Chaẽ dos trinta & dous estudos”, Lisboa, 1614, cit. fl. 124v. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-2. Ver também: *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, p. 210.

<sup>69</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progresso*, Parte I, cap. XXVII, fls. 121 e 124, ed. 1994, cits. pp. 229 e 235. Ver *idem*, *ibidem*, Parte I, cap. XXVII, fls. 122 e 124-125, ed. 1944, pp. 230-232 e 234-236. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. IX, ed. 1942, vol. 1, p. 100.

O espaço dedicado ao governo da China encerra com o alinhamento de cinco qualidades específicas das quais decorreria o “grandíssimo ingenio y prudencia natural” dos mandarins. Como afirmámos, há um momento em que a utilização directa ou indirecta, mas sempre não confessa, das considerações nucleares de Fr. Gaspar da Cruz é suspensa por forma a permitir o reencontro da velha imagem de uma república platónica, sendo este esse momento.

Por ordem, Valignano começa por destacar a qualidade despótica mas esclarecida do exercício da autoridade mandarínica. Depois, vê as semelhanças que um governo “algún tanto cruel y fundado en puro temor servil” ainda assim conseguia ter com “una religión bien ordenada” dado o escrupuloso respeito pelas hierarquias que vigorava entre o povo e os mandarins, entre os mandarins e os governadores, entre os governadores e o conselho real e entre o conselho real e o rei — “de suerte que es como una respública bien ordenada, de la qual el rey es cabeça y príncipe, mas no haze sino lo que es conforme a sus leys, que con tanta consideración hizieron, gobernando con aprobación y parecer de su senado”, conclui. Em terceiro lugar, tenta demonstrar a grande diligência que era posta na boa execução das deliberações da Corte. De seguida, nota o cuidado extremo tido na conservação da paz, na vigilância cidadã e na interdição à entrada de estrangeiros (tópicos mais comuns ou menos sujeitos ao arranjo filosófico que os outros, mas que são actualizados por um par de notas pessoais sobre o estatuto dos portugueses em Macau). Enfim, torna a evocar a sabedoria da norma que força à dispersão dos filhos do senhor reinante, diz o mesmo daquela que constringe os mandarins a desempenhar os seus ofícios em províncias de onde não fossem naturais<sup>70</sup> e aprova a outra que proíbe o porte de armas<sup>71</sup>. Apenas neste quinto e último ponto se pode considerar que as páginas de Fr. Gaspar são retomadas sem restrições ou derivas<sup>72</sup>.

Pelo meio, Alessandro Valignano tece alguns comentários sobre o sistema de ensino perto ou muito perto quer do que pudemos ler na *Emformação da chyna* de c. 1548<sup>73</sup>, na *Enformação* integrada na carta goesa do Pe. Baltazar Gago de 10 de Dezembro de 1562<sup>74</sup>, na citada carta do Pe. Manuel Teixeira de 1565<sup>75</sup> ou no capítulo

---

<sup>70</sup> Cf. carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Giulio Fuligatti, em Siena, Zhaoqing, 24 de Novembro de 1585; pub. in Tacchi Venturi, 1913, pp. 69-70.

<sup>71</sup> Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 48.

<sup>72</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progresso*, Parte I, cap. XXVII, fls. 126 e 127, ed. 1944, cits. pp. 238, 240 e 241. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVII, fls. 126-130, ed. 1944, pp. 238-244.

<sup>73</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

<sup>74</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

XXV da Parte IV da *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel de Damião de Góis*<sup>76</sup>, quer do que está nas prosas de Ricci a Martino de Fornari (1583)<sup>77</sup> e a Juan Bautista Román (1584)<sup>78</sup>. É sua opinião que haveria a apoiar a realização dos exames compulsivos para o acesso às maiores dignidades e às funções de mando não apenas uma “infinidad de estudios” em quase todas as vilas e cidades, como também “grandes universidades con grandíssimo número de estudiantes, más que en nenguna otra parte del mundo”.

Quanto às matérias aprendidas, apesar das suas ciências serem algo imperfeitas e de se encontrarem num estágio semelhante àquele em que estavam entre os filósofos antigos “antes que Aristóteles las ordenasse y se esclareciesen con la luz de la doctrina christiana”, existiam provas de familiaridade com a filosofia natural e moral, a astrologia, as matemáticas, a medicina e “otras diversas ciencias, specialmente de los caracteres y lengua mandarín, que es entre los chinas como latín entre nosotros”. Num país notabilizado por ter tantos ou mais livros que a Europa e uma multidão de livrarias espalhadas pelas cidades, também era comum a aprendizagem jurídica das leis e modo de governo e a edição de livros de história e de verso, tal como sobre minas, mercadorias, animais, frutas, ervas “y otras mil diversidades”<sup>79</sup>. Nesta nota particular sobre uma actividade editorial diversificada imaginamos bem o napolitano, ou alguém por ele, a repetir a experiência que Martín de Rada vivera poucos anos antes, quando batera as tendas e os lojistas do Sul do Guangdong tendo em vista reunir a sua célebre colecção de livros.

### *A parte perversa*

Se até aqui ainda não perpassara nenhum juízo negativo a respeito do mundo chinês — e, desejado-o, sabemos que Valignano ou a sua fonte ricciniana já poderiam ter retirado do próprio Gaspar da Cruz vários motivos dessa espécie —, o visitante

---

<sup>75</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

<sup>76</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-4.

<sup>77</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Martino de Fornari, Macau, 13 de Fevereiro de 1583, ed. 1913, p. 30.

<sup>78</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 45. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. V, ed. 1942, vol. I, pp. 39-44.

<sup>79</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progresso*, Parte I, cap. XXVII, fls. 126 e 127, ed. 1944, cits. pp. 239 e 240. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVII, fls. 126-127, ed. 1944, pp. 238-240.

entra no capítulo XXVIII desta *Historia* apostado em seriar os “muchos desórdenes y muy graves” que lá aconteceriam. O texto de Fr. Gaspar não será abandonado em definitivo, mas não só se lhe continuarão a intercalar pormenores que nada têm a ver com ele, como seguirá sendo adaptado e contrariado sempre que novas provas o justifiquem ou tão-só quando isso se torna indispensável para assegurar a coerência formal do conjunto. Assim, e tal como no *Tractado das cousas da China*, Alessandro Valignano não cala os abusos dos funcionários e a corrupção que grassava entre muitos deles apesar do controlo exercido em nome do imperador pelos chaens: os mandarins praticam “muchas injusticias y tiranías” e “casi todo se haze por dádivas, sobornando los unos a los otros”, como chega a sublinhar. No entanto, juntando os efeitos desses vícios com os de uma tributação pesadíssima, acrescenta a propósito algo que Gaspar da Cruz não escrevera: “aunque la China es tan rica y abundante, hay mucha pobreza y miseria, especialmente entre los labradores y demás gente baxa que mora por las aldeas”<sup>80</sup>.

Outra das “desórdenes” dizia respeito à índole desclassificada do povo, algo antes indiciado ao se adjectivar os soldados de gente débil. Havia excepções à regra, caso dos homens valentes, grandes cavaleiros e melhores frecheiros que asseguravam as defesas do Império frente aos tártaros. Além disso, havia a esperança de alguma desta fraqueza poder ser corrigida se se impusesse um treino continuado, “porque es gente de tierra fría, blancos y bien dispuestos, que comen muy bien, y, como está dicho, son de buen ingenio y destros de manos”<sup>81</sup>. Contudo, o diagnóstico é dos menos simpáticos e recorda em muito o que foi assinado por Juan Bautista Román em 1584 tendo em mente ganhar a concordância de Filipe II para a conquista da China<sup>82</sup>. Recorda também os termos pejorativos com que Matteo Ricci se refere aos atributos bélicos e a alguns dos hábitos íntimos dos chineses na carta a Román de 13 de Setembro de 84<sup>83</sup>.

Duas coincidências que ajudam a entender o contexto em que Alessandro Valignano se move, se bem que tenhamos por adquirido que nem Ricci nem ele foram partidários das teses militaristas do feitor espanhol<sup>84</sup>. Sem segundas intenções, o que Valignano pensava era isto: “[...] como ellos [chineses] tienen tan poco uso de las

---

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 130 e 131, ed. 1944, cits. pp. 245 e 246. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 130-131 e 132-133, ed. 1944, pp. 245-246 e 249.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII, fl. 131, ed. 1944, cit. p. 247.

<sup>82</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-3.

<sup>83</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, pp. 47-48.

<sup>84</sup> Para um comentário ao trecho da carta de Matteo Ricci a Juan Bautista Román que se reporta à avaliação das capacidades guerreiras dos chineses, ver Spence, ed. 1986, pp. 60-61.

armas, y son todos criados con aquel temor debaxo de los açotes, son tan baxos de ánimo, que parece que no tienen corazón, que más parecen mugeres que hombres: y assí la gente de la China es una de las más flacas gentes de quantas hay en este Oriente, porque no parece que tienen manos ni ánimo para pelear, y un solo japon se atreve a tomar contra cinquenta y cient chinas”<sup>85</sup>.

Sempre segundo Valignano, o passivo chinês era acrescentado pela muita crueldade e desumanidade de que os seus habitantes davam provas. Para isso não só concorreria o estado de puro terror que os mandarins impunham à existência em sociedade, mas também a condição natural do povo e os decretos que interditavam os contactos com o mundo exterior. Tornando a ensaiar um juízo distinto e mais penalizador do que qualquer um dos de Gaspar da Cruz, considera a “gente común y baxa” como “la más mala que hay en el mundo, porque son notablemente enteresales y amigos de dinero, y por ganar alguna cosa se pornán a qualquier peligro y harán toda maldad”. Ladrões, traidores, trapaceiros, descortesos, mal criados com os estrangeiros e capazes de “muchas torpezas y pecados enormes” — à cabeça dos quais tinha de vir o “pecado nefando” que já escandalizara Luís Fróis ou Fr. Gaspar — são outras das perversidades que lhes assaca, a generalidade das quais, em última análise, explica com a circunstância de serem pagãos. Mais apegado à retórica que nunca, conclui: “Y no es maravilla que siendo gentiles tengan estas y otras maldades, pues no aprenden otras cosas de sus leyes malas y mentirosas; pero muchos de los que se hazen christianos salen muy buenos y devotos, que parece que saldrían todos comúnmente tales si entrasse en ellos la luz de nuestra sancta verdad”<sup>86</sup>.

Entre isto e a avaliação dos costumes nipónicos que deixa pela mesma altura no *Sumario de las Cosas de Japon* quase não há diferenças. A única será que no capítulo II desta segunda obra juntou o contributo pernicioso dos bonzos, a pobreza reinante e as contínuas guerras aos defeitos comuns a todos os povos não-cristãos para explicar o porquê dos japões desvirtuarem a prudência e a razão que lhes eram inatas com uma inclinação aberrante para os vícios e pecados da carne, para desrespeitarem os seus senhores, para a mentira, a duplicidade e a velhacaria, para serem cruéis e matarem sem

---

<sup>85</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVIII, fl. 131, ed. 1944, cit. p. 246. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII, fl. 131, ed. 1944, pp. 246-247. Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 48.

<sup>86</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 132 e 133, ed. 1944, cit. pp. 248-250. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 131-134, ed. 1944, pp. 248-252. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. IX, ed. 1942, vol. 1, pp. 102-103.

dificuldade, assim como para se entregarem durante noites inteiras à bebida, aos festins e aos banquetes<sup>87</sup>.

O padre Valignano concede-se uma trégua na listagem dos costumes que mais lhe doíam nos chineses para notar a maravilha rara que constituía alguém poder avistar uma mulher nas cidades da China, de tal modo era observado o estranho hábito da sua reclusão entre as quatro paredes das casas e o ainda mais estranho de lhes enfaixarem os pés desde pequenas para que estes não crescessem. Visivelmente, tornava a empregar o texto de Fr. Gaspar da Cruz ou a desaparecida minuta de Matteo Ricci que é de admitir que, no mínimo, o corroborasse num ou noutra destes dois pontos<sup>88</sup>. Se o parágrafo seguinte, sobre penteados, vestidos e calçado, já não concorda de novo com a descrição do dominicano, nem por isso acrescenta qualquer motivo saliente ao que há muito corria na prosa especializada<sup>89</sup>. Com isto, chega à matéria da “religión y sectas que ellos tienen”, corolário natural deste tipo de sínteses e tema dos que mais ganhou com o conhecimento de causa que a sua estada no Japão lhe trouxe.

### *Antevisão do confucionismo*

Neste ponto, quatro aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, o visitador apercebe-se da influência dominante dos seguidores de Xaca e da passagem deste culto da China para o arquipélago nipónico. Desde a *Emformação da ilha de Japão* assinada por Francisco Xavier e incluída no *Livro* coligido pelo governador Garcia de Sá que estas duas referências corriam juntas, pelo menos em manuscrito<sup>90</sup>. Em segundo lugar, identifica muitos bonzos “que viven vida recogida como hermitaños en el hiermo, y hazen muchas penitencias y abstinencias, y son tenidos de los chinas por hombres de muy sancta vida”. O Pe. Manuel Teixeira, na carta que enviara de Macau no final de 1565, referira-se de modo muito semelhante não apenas aos sacerdotes budistas, como

---

<sup>87</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Sumario de las Cosas que pertenecen a la Provincia de Japon*, 1583, cap. II; pub. in A. Valignano, *Les jésuites au Japon – Relation missionnaire (1583)*, traduction, présentation et notes de Jacques Bésineau, collection Christus — 72, Paris, Desclée de Brouwer, 1990, pp. 69-74.

<sup>88</sup> Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 43.

<sup>89</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 133-134, ed. 1944, pp. 250-251. Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 48.

<sup>90</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

também aos taíostas<sup>91</sup>. Terceiro: tal qual Gaspar da Cruz, mas não só, confia na desconfiança que os chineses demonstravam pelos seus ídolos, injuriando-os e açoitando-os quando as cerimónias e as reverências que lhes faziam se revelavam ineficazes. Em quarto lugar — e aqui estava a principal novidade, provavelmente trazida por Ricci —, visualiza “las escuelas y doctrina de unos sus filósofos antiguos, que trataron de las virtudes morales y del buen gobierno, que no la religión del pueblo común”. Minoritária e estimada pelos mandarins, como acrescenta, era da doutrina de Confúcio que falava<sup>92</sup>.

A permanente comparação que Alessandro Valignano faz entre os cultos vigentes na China e no Japão estende-a de modo a perceber a diferença que existia entre a menoridade social dos respectivos agentes nas terras dos Ming e a incómoda autoridade e poder de que os mesmos desfrutavam nas ilhas do Sol Nascente. Este exercício de correspondências prossegue a propósito da *lingua franca* representada pelos caracteres chineses. No caso, um desentendimento forçado pela falta de conhecimento da cultura em causa leva-o a tomar o dialecto mandarim por uma língua distinta do chinês escrito<sup>93</sup>. Contudo, tal não o impede de explicar com todas as letras de que forma o programado domínio da língua da Corte pelos missionários iria constituir um instrumento inestimável para que se procedesse à conversão do Império<sup>94</sup>. De acordo com a receita aprendida no Japão, chegando-se onde está “todo el poder y mando” ou, numa expressão ainda mais feliz, tomando “el agua desde el rey”, ter-se-ia decerto um fruto muito maior do que com todas as demais nações do Oriente. Depois, nada haveria a temer porquanto “ni nuestra ley es contraria al estado y grandeza de los

---

<sup>91</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

<sup>92</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 134 e 135, ed. 1944, cits. p. 253. Ver *idem*, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 134-135, ed. 1944, pp. 252-254. Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, pp. 48-49.

<sup>93</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVIII, fl. 135, ed. 1944, p. 254.

<sup>94</sup> Na versão de 1579-1580 do *Sumario de las cosas que pertenecen a la Provincia de la India Oriental* já esta reflexão sobre a importância capital da aprendizagem da língua chinesa viera expressa assim: “No sé que modo podremos tener para entrar *con* esta *gente*, mas para todo lo que pudese soceder fuera cosa muy acertada *que* algunos de los *nuestros* aprendesen la lengua mandarin aun *que* es tan dificultosa y tiene tan pocas ayudas *que* seria menester gastar mucho tiempo y trabajo y aun no sé se algun podía salir con ella especialmente en el puerto de Machao que es lugar de portugueses. [...] Ya dos padres de los *nuestros* [um dos quais seria Michele Ruggieri] estan aquí aprendiendo esta lengua y hazen en ella muy grande progreso y se puede esperar *que* no será de balde su trabajo y no tienen otra cosa *que* hazer sino aprendiendo esta lengua y para esso dexei maestros y casa alguno tanto apartado de los otros *con* todas las mas *commodidades* que son *necessarias* para esso” — Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Sumario de las cosas que pertenecen a la Provincia de la India Oriental*, 1579-1580, Biblioteca Pública de Évora, CXV-2-7, 18, fls. 169v.-170r.; transcr. in Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, ed. 2001, vol. 2, cit. pp. 469-470.

mandarines ni a su gobierno, mas antes se conforma con él; porque, a la verdad, la mayor parte de sus leyes son muy buenas y fundadas en razón”. Enfim, a paz universal que havia entre os chins, as suas inúmeras e enormes cidades e povoações, bem como a muita riqueza do rei e da terra obrariam o resto, ajudando à rápida aprendizagem do Evangelho. Não sendo muito difícil perceber porquê, para o efeito até o grande recolhimento das mulheres lhe parecia uma oportuna dádiva de Deus<sup>95</sup>.

---

<sup>95</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 135 e 136, ed. 1944, cits. pp. 254, 255 e 256. Ver idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXVIII, fls. 135-136, ed. 1944, pp. 254-256.

## CAPÍTULO 15

### **Os *Historiarum Indicarum libri XVI* de Giovanni P. Maffei, 1588**

#### **1. Anos portugueses e dispersos chineses**

##### *Maffei*

Deixando-nos estar com a definição do humanista e mercador florentino Filippo Sassetti, o “bellissimo stile latino” em que vêm compostos os *Historiarum Indicarum libri XVI* de Giovanni Pietro Maffei é o mesmo que encantara o cardeal D. Henrique quando este lera a tradução da *História das Missões do Oriente* saída em 1571 e decidira encarregar o seu autor de escrever uma obra de grande fôlego sobre a conquista e a evangelização portuguesa da Índia<sup>1</sup>.

O padre Maffei nascera em Bergamo em 1535 e fora professor de Eloquência e secretário da república de Génova (1563-1564) antes de solicitar ao geral Diego Laínez a sua adesão à Companhia de Jesus (1565). Feito noviço, logo no curso de 1567-1568 era-lhe confiada a cátedra de Eloquência no Colégio Romano, magistério que assegurou durante seis anos. Tendo lançado o *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarvm* e recebido aquele convite de Lisboa, inicia nos arquivos romanos a preparação da *Historia da Índia*. Mais ou menos por essa altura está concluída a última revisão do *Chronicon* de Juan de Polanco, uma das fontes que referirá. Ainda em Roma começa por folhear documentos inéditos trazidos pelos agentes jesuítas do Padroado, caso do manuscrito da *Relação dos governadores da India* (1571) de D. Duarte de Eça, um antigo capitão-mor de Colombo, antigo capitão de Ternate e antigo capitão de Goa<sup>2</sup>.

De seguida, Maffei viaja para a Península Ibérica, estanciando em Portugal entre 1579 e 1583. São-lhe abertos os arquivos do Reino e confiados os valiosos códices de correspondência remetida das praças e das Missões orientais. Terá assim acesso a

---

<sup>1</sup> Ver Filippo Sassetti, *Lettere edite e inedite di Filippo Sassetti, raccolte e anotate*, Florença, Ettore Marcucci, 1855, pp. 418-419; cit. in Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 325, n. 352.

<sup>2</sup> Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, p. 559.

numerosos outros relatórios de funcionários do Estado da Índia, alguns deles assinados pelos vice-reis. Além disso, consulta os fundos jesuíticos de Coimbra e Évora e compila títulos impressos ou páginas manuscritas de homens como António Galvão, Fernão Lopes de Castanheda<sup>3</sup>, João de Barros, Damião de Góis e João de Escobar (a Parte II dos *Comentarios* à embaixada de Gil de Góis). Em Outubro de 1582 acontece a referida entrevista com Fernão Mendes Pinto<sup>4</sup>, exercício que repetiu com D. Jerónimo Osório e Brás Afonso de Albuquerque. Desencadeia igualmente o mencionado encargo de composição da que virá a ser a *Historia de Japam* de Luís Fróis. Desde o Oriente, Alessando Valignano empenha-se em que os seus correligionários lhe enviem materiais úteis para o trabalho em que estava envolvido. Sabemos que a primeira parte da sua própria *Historia del principio y progresso* coube neste inventário, a qual é feita chegar à Europa na ocasião da “embaixada” japonesa. A *Vida de São Francisco Xavier* do Pe. Manuel Teixeira encontra-la-ia também o Pe. Maffei em Roma quando aí regressasse em 1584.

Entretanto, nem Portugal existia já como reino independente nem D. Henrique vivia, mas o trabalho prosseguira depois de Filipe II ter ordenado em 1582 que o cronista-mor D. António Pinheiro prestasse os seus melhores serviços ao italiano, ordem que confirmou para o sucessor de Damião de Góis no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, D. António de Castilho<sup>5</sup>. Uma vez de volta a Itália, é provável que Maffei tenha entrevistado os legados japoneses e o seu preceptor e intérprete, o Pe. Diogo de Mesquita. Deve notar-se a propósito que a oração do consistório público dado na Sala Régia de Roma em honra dos quatro jovens nobres nipónicos esteve a cargo do Pe. Gaspar Gonçalves<sup>6</sup>, o mesmo que acompanhara Giovanni Maffei na visita a Mendes Pinto e que tomara por escrito as importantes informações que o aventureiro então prestara sobre a China e o Japão<sup>7</sup>.

Antes dos *Historiarum Indicarum libri XVI*, Maffei ainda publicará um *De vita et morb. Ignatii Loiolæ* (Roma, 1585)<sup>8</sup> e começará, senão a preparar, pelo menos a

---

<sup>3</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

<sup>4</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-5.

<sup>5</sup> Ver Faria, 1977, p. 151; p. 434, ref. 375.

<sup>6</sup> Pe. Gaspar Gonçalves, *Oratio nomine legatorum japoniae habita in publico consistorio romano 23 Martij 1585*, Roma, apud Franciscum Zanettum, 1585. Reed.: Antuérpia, apud Martinum Nvtium, 1593.

<sup>7</sup> Schurhammer, “Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 65-68 e 96-98; Correia-Afonso, ed. 1969, pp. 113-114; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 560-561; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 325.

<sup>8</sup> Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *De vita et morb. Ignatii Loiolæ, qui Societatem Jesu fundavit, libri III, auctore Joanne Petro Maffeo, presbytero Societatem ejusdem*, Roma, apud Franciscum Zanettum, 1585. Ver Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 5, 1894, cols. 296-297; Auguste

pensar no *Le vite di XVII santi confessori* (1609)<sup>9</sup>. Também em Roma chegará a vez de compôr uns *Annali di Gregorio XIII* a instâncias do Papa Clemente VIII (ms. concluído em 1597, mas que não foi impresso na época, antes manipulado por Paolo Teggia, secretário da casa Buoncompagni). A primeira edição fiável desta obra só apareceu em 1742 (Roma, 2 vols.)<sup>10</sup>, poucos anos antes de um outro título seu, os *Historiarum ab excessu Gregorii XIII libri tres, Sixti Quinti Pontificatum complexi* (Bergamo, 1746)<sup>11</sup>.

Giovanni Maffei morreria em Tivoli (Roma) em Outubro de 1603, a tempo de ter tomado conhecimento de que a sua *História da Índia* fora editada pelo menos doze vezes. À *princeps* latina e florentina de 1588 somaram-se as edições latinas de Veneza (1588 e 1589), Lyon (1589), Colónia (1589, 1590 e 1593), Bergamo (1590) e Bruxelas (duas em 1600) e as edições italianas de Florença (1589), Veneza (1589) e Antuérpia (1605). A tradução francesa foi publicada em 1604 (Lyon) e, no conjunto, o título em causa reeditar-se-ia mais de trinta vezes até à actualidade apesar de não existirem quaisquer versões alemãs, inglesas ou portuguesas. Como se vê, nem a primeira nem nenhuma das assinaladas reimpressões deste livro saiu em Roma, facto associado à lembrança da controversa revisão a que os censores romanos haviam submetido o seu anterior trabalho sobre o manuscrito de Manuel da Costa<sup>12</sup>.

### **“Amacan” de tempos idos**

Exceptuando o livro VI, com a exaustiva descrição do mundo chinês que incorpora, quase nenhum dos restantes quinze livros da *História da Índia* de Maffei, tal

---

Carayon, *Bibliographie historique de la Compagnie de Jésus, ou catalogue des ouvrages relatifs à l'histoire des jésuites depuis leur origine jusqu'à nos jours*, Genebra, Slatkine Reprints, 1970, pp. 197 e 289.

<sup>9</sup> Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Le Vite di diciassette Confessori di Cristo, scelte da diversi autori, e nel volgare italiano ridotte dal P. Gio. Pietro maffei della Compagnia di Gesù*, Bergamo, Pietro Lancellotti, 1746 (1.<sup>a</sup> ed.).

<sup>10</sup> Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Degli annali di Gregorio XIII Pontifice Massimo, scritti dal Padre Gian Pietro Maffei, della Compagnia di Giesù, e dati in luce da Carlo Cocquelines sotto gli auspici della Santità di Nostro Signore Papa Benedetto XIV*, Roma, nella stamperia di Girolamo Mainardi ed a sue spese, 2 vols., 1742.

<sup>11</sup> Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Historiarum ab excessu Gregorii XIII libri tres, Sixti Quinti Pontificatum complexi. Ex interioribus Romanis Tabulariis deprompti, nunc primum prodeunt*, Bergamo, Pietro Lancellotti, 1746. Celestino Testore, “Giampietro Maffei”, in *Enciclopedia Cattolica*, vol. 7, Cidade do Vaticano, Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per il Libro Cattolico, 1951, p. 1811. Ver Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 5, 1894, cols. 294-302.

<sup>12</sup> Carayon, 1970, p. 104; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 325-326; Bésineau, 1998, p. 203, n. 15; Costa, 1999a, p. 260, ref. 293 ; p. 263, refs. 316-320; pp. 266-267, refs. 351-352; p. 272, ref. 402; p. 290, ref. 571.

como quase nenhuma das cartas inseridas nos respectivos apêndices, nos oferecem demasiados dados sobre a China e, muito menos, demasiados dados desconhecidos a seu respeito. Não quer isto dizer que seja menos interessante seguir-lhes a pista, desde logo porque se está em presença de um trabalho em larga medida desencadeado sobre fontes primárias, algo a que se furtara D. Jerónimo Osório no *De rebus Emmanuelis gestis* de 1571, a obra que funciona como o antecedente mais imediato e mais próximo nas circunstâncias de redacção deste título do jesuíta bergamesco. Depois, constitui outra originalidade a de ter resultado do uso extensivo e combinado de cartas da Companhia e de fontes seculares. Assim sendo, principiamos por anotar esse conjunto de referências dispersas, depois do que olharemos em detalhe os fólhos consagrados a “algune cose della natura, de’ costumi, e delle ricchezze di quella nazione”<sup>13</sup>.

É ainda e sempre na dependência das novidades japonesas que surge a maioria das alusões à China que encontramos do livro I ao livro V e do livro VII aos volumosos livros de correspondência colocados em anexo. No primeiro de toda a obra, Giovanni Pietro Maffei relata a navegação que Francisco Xavier empreendera de Malaca ao Japão em moldes muito próximos aos da famosa “carta grande” que o missionário remeteu de Kagoshima a 5 de Novembro de 1549<sup>14</sup>. Entre a descrição das ímpias consultas que os marinheiros chineses do navio que o transportava faziam ao ídolo que levavam a bordo, reencontramos a celebração da chegada ao porto “che chiamano Canton” e o projecto frustrado “d’andare al porto di Cinceo” por causa da presença de corsários nas águas em redor<sup>15</sup>. No mesmo livro I transcreve-se um trecho significativo da carta que o Pe. Melchior Nunes Barreto escrevera em Cochim a 10 de Janeiro de 1558 e que traz o que tinha experimentado nos litorais chineses durante o Inverno de 1555-1556<sup>16</sup>. A assistência religiosa aos perto de trezentos portugueses de Lampacau, a ida a Cantão e as “strane novelle” sobre as inundações acontecidas na província de Shanxi encontram-se entre os pontos repetidos por Maffei<sup>17</sup>.

No livro II está integrada uma carta que um outro jesuíta português de nome Gonçalo Fernandes escreveu em Goa a 1 de Dezembro de 1560, a qual, por exemplo, podemos ler na colectânea de cartas da Companhia publicada em Évora em 1598 (fls.

---

<sup>13</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro V dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 169.

<sup>14</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

<sup>15</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro I delle lettere”, Bergamo, 1749, cits. p. 13. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro Primo delle lettere”, Bergamo, 1749, pp. 11-13.

<sup>16</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7.

<sup>17</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro I delle lettere”, Bergamo, 1749, cits. p. 38. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro I delle lettere”, Bergamo, 1749, pp. 37-40.

72r.-73v.). Tendo acabado de regressar do Japão, o Pe. Fernandes conta aqui o que lhe tinha sido contado sobre o desembarque em Firando (Hirado) de uma embarcação chinesa onde vinham alguns portugueses acabados de libertar dos cárceres da China<sup>18</sup>.

Há mais crónica das vicissitudes dos ministros de Loyola nas paragens daquele extremo do Oriente no livro III. O instrumento é agora a epístola do Pe. Baltasar Gago junto à qual fora acoplada a *Enformação da China* de Amaro Pereira (Goa, 10 de Dezembro de 1562)<sup>19</sup>. Texto que podemos continuar a conferir no primeiro volume das *Cartas* patrocinado pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança (fls. 95r.-100v.), descreve a viagem de regresso a Goa do Pe. Gago. Um plano previamente traçado de entrar “nel porto di Veniaga”, onde a tripulação esperava confraternizar com os 500 ou 600 lusos que aí soíam permanecer, é anulado, já com a terra à vista, por um súbito vento contrário e uma intensa chuva. Perder-se-á toda a carga de prata e o junco onde seguiam é arrastado de encontro “ad una grande Isola della China nomata Ainane”, acabando socorridos pelos portugueses de “Amacan”<sup>20</sup>.

De tudo isto interessa sobretudo o retrato de uma Hainão abastada em frutos da Índia, produtora de gemas e pérolas, densamente povoada e com cidades construídas em pedra. Interessará também um prognóstico coerente com a época em que é escrito sobre a evangelização do Império do Meio: “[...] nella qual provincia [da China] s’è già sparsa fama, che una gente bianca colla barba lunga ha da impadronirse dell’Imperio de’Chini, il che se (come speriamo) avverrà, gli operari di tutte le compagnie de’Cristiani saranno del tutto pochi a comparazione dell’abbondanza di quella ricolta, e parimente della Giapponese, ed Indiana”<sup>21</sup>.

Giovanni Maffei voltará a referir-se aos chineses já no livro V, quando passa em revista as comunidades estrangeiras que habitavam em algumas partes do arquipélago das Molucas<sup>22</sup>. Páginas adiante menciona-se o despacho de Fernão Peres de Andrade e do embaixador Tomé Pires com ordens para estabelecer comércio, indagar sobre a natureza do país e entregar credenciais ao Rei da China<sup>23</sup>. A ida de Andrade e o seu

---

<sup>18</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro II delle lettere”, Bergamo, 1749, pp. 49-50. Gonçalo Fernandes era natural de Castelo Branco, onde nasceu c. 1521. Realiza esta episódica viagem ao Japão em 1557, vindo a falecer em Goa em 1595.

<sup>19</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

<sup>20</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro III delle lettere”, Bergamo, 1749, cits. pp. 90 e 93.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro III delle lettere”, Bergamo, 1749, cit. p. 96. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro III delle lettere”, Bergamo, 1749, pp. 90-97.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro V dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, p. 157.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro V dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 168-169.

regresso a Malaca “con grande apparato” vêm recontados no livro VII<sup>24</sup>, guardando-se para o seguinte a desagradável surpresa de Martim Afonso de Melo, quando se aprestara a confirmar as pazes e o trato com os chins mas deparou com a “subita mutazione di cose” que, por pouco, não fez dele mais uma vítima mortal do conflito que acontecia no delta do rio das Pérolas<sup>25</sup>.

A caracterização da realidade chinesa por interposto espelho japonês, ou o acompanhamento da sua actualidade a pretexto de experiências recolhidas no arquipélago nipónico, é assunto repetido no livro XII, aquele que sabemos dedicado ao mesmo Japão. Compreende-se que os motivos sejam os mais díspares: a vizinhança setentrional dos “Sciti, ovvero Tartari, ed altri popoli fieri, ma non conosciuti”, o cálculo das distâncias entre Liampó e Gotó e entre Macau e Gotó<sup>26</sup>, os “studiosi della politezza” do país, os magníficos manjares da sua gente rica, os caracteres simultaneamente “ad usanza degli antichi Egizj, e dei Chini” e a bárbara soberba de um rei que queria ser “adorati, e venerati, e circondati da schiere di armati”<sup>27</sup>. No livro XIV vem uma referência solta à pirataria endémica nos mares da região<sup>28</sup>, enquanto uma carta do missionário italiano Organtino Gnechi-Soldo (Goa, 28 de Dezembro de 1568) narra o conjunto de viagens que quatro outros jesuítas tinham empreendido com destino ou com escala programada na China<sup>29</sup>. A todos aqueles que quisessem tentar expedições semelhantes Soldo deixara um aviso singelo: “preparatevi a morire per cammino”<sup>30</sup>...

---

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VII dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 203. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VII dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 195 e 203.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VIII dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 255. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VIII dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 254-255.

<sup>26</sup> As ilhas de Fukue, Nakadori, Wake-Matsu, Naru e Hisaka tomadas pelo nome do arquipélago que formavam.

<sup>27</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro XII dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cits. pp. 381, 383, 384 e 391. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro XII dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 381-384 e 391-392.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro XIV dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, p. 431.

<sup>29</sup> Organtino Gnechi-Soldo (1532-1609) era natural de Casto, na região de Brescia, tendo entrado para a Companhia de Jesus em 1556. Destinado à missão na Ásia, chega a Goa em 1569 e ao Japão em 1570. Apesar de ter realizado estadas em Kyūshū em 1588-1590 e 1597-1598, fixará residência no centro do arquipélago nipónico e será durante vários anos superior destas Missões. Morreu em Nagasáqui.

<sup>30</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 2, “Libro IV delle lettere”, Bergamo, 1749, cit. p. 169. Ver idem, *ibidem*, t. 2, “Libro IV delle lettere”, Bergamo, 1749, pp. 167-169.

## 2. A relojoaria do Livro VI

Tanto a data de edição como a enorme popularidade depressa alcançada pela *História da Índia* de Giovanni Pietro Maffei transformaram o respectivo livro VI no último resumo geográfico-antropológico sobre a China difundido em grande escala no século XVI. Constatamos também que se trata da primeira síntese sobre o mundo chinês produzida na Europa por um jesuíta. A isto somam-se as circunstâncias particularmente favoráveis em que decorreu a preparação da obra em que está inserido.

Além de ter tido à sua disposição os arquivos romanos, sabemos que Maffei recebeu carta-branca nos principais Colégios portugueses, bem assim como nos arquivos governamentais de Lisboa. Em Roma, os gerais Merkurian e Acquaviva lêem-lhe as requisições e instruem alguns dos mais importantes agentes da Companhia colocados no Oriente no sentido de cederem tudo o que tivessem ou de escreverem o que ele sugerisse que escrevessem. Para que o seu labor pudesse decorrer rápido e confortável, em Portugal foram ainda postos à sua disposição correios, copistas, tradutores e anotadores como os padres Martim da Silva, João Rebelo, Gaspar Gonçalves e Pietro Lombardo, para referirmos apenas os mais conhecidos.

Os seus típicos humores de italiano fazem com que lhe descontemos os reparos pouco simpáticos que expressou a respeito dos costumes portugueses. Um estômago esquisito ter-lhe-ia dado algumas razões um pouco mais substanciais para que contasse o que contou a propósito da cozinha lusitana. Porém, o certo é que quando, em Fevereiro de 1584, se apresta a regressar a Itália tem consigo um manancial de informações que fariam inveja à maioria dos autores que antes dele trabalhara os temas sínicos. Visto isto, talvez a último prognóstico que se pudesse fazer fosse o de que o seu relato sobre a China não só não dissesse mais do que aquilo que já estava dito e escrito, como até se desentendesse das principais fontes portuguesas e de outras que entretanto lhe chegaram de além-mar, caso da *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano<sup>31</sup>. Ora, quem estiver disponível para dissecar beneditinamente as páginas em causa, constatará que foi este inesperado que sucedeu.

A primeira surpresa vem de Giovanni Maffei ter ignorado as sínteses chinesas dos três únicos escritores que cita neste livro VI, João de Barros (*Terceira década*),

---

<sup>31</sup> A opinião de que Maffei emprega a *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano para a construção do Livro VI da *História da Índia* é frequente. Por exemplo, encontramos-la afirmada, mas não demonstrada, por Donald Lach: Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 326; idem, *ibidem*, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 800-803.

Damião de Góis (cap. XXV da *Chronica de dom Emanuel*) e D. Jerónimo Osório (livro XI do *De rebus Emmanuelis gestis*). Como se disse, Maffei censura a versão que Barros dera dos actos praticados nos litorais do Guangdong por Simão Peres de Andrade (1519-1520) e aos quais passara a ser comum atribuir a responsabilidade quer pela ruína da embaixada de Tomé Pires, quer pelo “defeso” imposto por várias décadas à navegação portuguesa proveniente de Malaca. Em compensação, enaltece as narrativas dos dois últimos cronistas referidos<sup>32</sup>. No entanto, tudo isto aparece nas derradeiras linhas do livro em causa, quando já fora encerrada a descrição “de’costumi de’Chini” e haviam sido retomados os termos normais da crónica histórica<sup>33</sup>.

Por outro lado, em nenhum momento deste mesmo capítulo topamos com uma interferência, por mínima que seja, do texto da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto. Tal como também se viu, quando o Pe. Maffei chega a Portugal em 1579 já tinham morrido António Galvão, Lopes de Castanheda, Barros e Góis. Dos grandes prosadores das coisas orientais restavam vivos o filho de Afonso de Albuquerque, o bispo Osório e o próprio Pinto, todos por certo entrevistados pelo jesuíta. Viu-se ainda que da conversa que tivera com Mendes Pinto na casa que este habitava na margem esquerda do Tejo saíra uma informação relativa à China e à descoberta do Japão coligida e anotada pelo Pe. João Rebelo. Aludimos antes a um dos principais mistérios que pairam sobre esta entrevista, aquele que se prende com a possibilidade de Fernão Mendes Pinto ter ensinado aos seus visitantes o manuscrito concluído, ou quase concluído, a sua pretensa autobiografia<sup>34</sup>.

Fosse como fosse, entre a morte do aventureiro (Julho de 1583) e a partida de Maffei para Itália este pôde consultar tal autógrafo na Casa Pia de Lisboa, a instituição que o guardou, porque extraiu daí várias passagens relativas à vida de Francisco Xavier para os mesmos *Historiarum Indicarum libri XVI*<sup>35</sup>. Ainda que com algumas contradições pelo meio, o facto é que a generalidade daquilo que consta do registo de Rebelo pode ser reencontrado em versão ampliada nos capítulos LXXXIV a CXXXVII do título que aguardaria até 1614 para ser dado à estampa. Terá Maffei intuído desde a primeira hora a incorrigível veia ficcional do autor da obra-prima absoluta da literatura

---

<sup>32</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-1.

<sup>33</sup> Ver Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 190-191.

<sup>34</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-5.

<sup>35</sup> Ver, *inter alia*, Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 122-123; Pinto de Castro, 1984, p. XXIX.

portuguesa de viagens, ignorando, por isso, todo esse apartado sino-nipónico? É o mais provável.

Se as informações da China de Fernão Mendes Pinto talvez viessem prejudicadas por uma fama de fantasia que as precedia e se os contúdos chineses de João de Barros, Damião de Góis e Jerónimo Osório talvez fossem considerados ou algo recuados no tempo ou algo menores por não decorrerem de testemunhos vivenciais dos cronistas que os assinavam, não encontramos mais desculpas para além do puro e simples desconhecimento para que Giovanni Pietro Maffei tenha prescindido do *Tractado* de Frei Gaspar da Cruz. Sucede que a coluna vertebral do livro VI da *História da Índia* é o resultado de uma habilidosa cerzidura do *Discvrso de la navegacion* de Bernardino de Escalante com a *Historia de China* de Juan González de Mendoza.

Dito de outro modo, o que Maffei elabora em Roma algures entre a primeira ou a segunda edição da *Historia* de Mendoza e 1588 é, em essência, o plágio de um par de plágios de Gaspar da Cruz. Isto é tanto mais verdadeiro quanto, como veremos de imediato, é o Mendoza que depende de Cruz e não o Mendoza dependente de Martín de Rada ou de um atlas chinês como o *Guang Yutu* (c. 1540) de Luo Hongxian (1504-1564) o que o jesuíta italiano tende a seleccionar da segunda dessas obras espanholas<sup>36</sup>. O fundamental da parte restante provém, estamos em querer, quer da *Enformação da China* de Amaro Pereira, quer de um conjunto cartas de missionários da Companhia de Jesus. Aqui, tornam-se por vezes evidentes as semelhanças com algumas das missivas que conhecemos, mas nem nesses casos as parecenças são sempre conclusivas. Em última análise, Maffei procura analogias que simplifiquem o entendimento dos exemplos descritos, porém sem que isso se traduza em qualquer acréscimo objectivo de informação face ao que vinha nas suas fontes ou ao que era voz corrente.

### ***Escalante, 3 — Mendoza, 1***

Logo na breve introdução geográfica que abre o livro VI se pode constatar aquele sentido conservador que dizemos definir em essência o tratado em miniatura que ele é: “La regione de’Sini, chiamata oggi volgarmente la China, è l’ultima delle terre dell’Asia, e da Levante, e da Mezzodì è bagnata dall’Oceano, che fu nomato dagli

---

<sup>36</sup> Ver *infra*, cap. 16-3. Ver também: Boxer, 1953b, p. 277, n. 2; p. 359.

antichi Serico, ovvero Orientale; da Ponente confina con l'India di là dal Gange; e da Tramontana co'Massageti, e cogli Sciti detti oggi Tartari”<sup>37</sup>.

Daqui para a frente, o texto seguirá entremeando Bernardino de Escalante com Juan de Mendoza para quase tudo o que diz respeito ao natural e ao político, sequência interrompida em dois momentos-chave — nos segmentos alusivos às escolas e às liturgias dos chineses — por obra e graça das referidas minutas de tipo jesuítico. Frequentemente, torna-se impossível identificar onde termina o aproveitamento do *Discvrso* de 1577 e onde começa a translação da *Historia* de 1585-1586. Contudo, quando se percebe onde ocorre esse mesmo jogo tornam-se evidentes duas coisas: primeiro, que a narrativa concentrada de Escalante é muito mais cómoda a Maffei como guião do que a prolixa e algo dispersa escrita de Mendoza; segundo, que as suas opções neste domínio não têm nada de gratuito porque enquanto Mendoza tende a substituir Escalante quando o seu escrito logra, sem controvérsia, ser mais completo que o dele, isso deixa de acontecer naqueles pontos em que o frade agostinho se deixou tentar por contabilidades e por adjectivações de tal forma excessivas que nem a adesão entusiástica que ia recolhendo dos leitores era suficiente para sancionar.

Dos limites da terra da China passa Giovanni Maffei para três tópicos que começaram por constar da *Terceira decada da Asia* e que reencontrámos no *Discvrso de la navegacion*, sendo eles o da memória dos edifícios e da influência cultural chinesa em muitas nações da Ásia marítima, o do ensimesmamento “à cartaginesa” imposto por decreto na altura da sua máxima Expansão e o das desagradáveis consequências a que desde então se sujeitava quem saísse do Império sem licença dos mandarins. De um Escalante baseado em Barros vem igualmente a opção pelo número e pela leitura situacional — se interiores, se litorais — dos “quindici regni, ovvero provincie molto grandi”<sup>38</sup>. As ideias da afortunada salubridade, da doçura climática, da extrema fertilidade do solo, da industriiosidade da gente e da penalização privada e pública do ócio surgem indicadas a seguir, não se distinguindo sempre com clareza qual a sua exacta proveniência. No entanto, uma frase como, por exemplo, a que diz que “i lavoranti non lasciano pure un palmo di terra senza coltura”, por rotineira que nos possa parecer, deve provir de Mendoza<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell' Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell'Istorie dell'India”, Bergamo, 1749, cit. p. 170.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell'Istorie dell'India”, Bergamo, 1749, cit. p. 170.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell'Istorie dell'India”, Bergamo, 1749, cit. p. 171. Cf. Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. III, Madrid, 1587, fl. 5r.

A listagem das produções florestais e hortícolas, o louvor das flores e das propriedades medicinais de “un liquore molto sano, nomato Chia”, a descrição das facilidades do trânsito fluvial, o registo dos minérios extraídos, a sede de prata importada e a fama das porcelanas, das pérolas, das sedas, do ruibarbo, da cânfora, do almíscar (que escreve “muschio” e o qual não encontra mencionado pelos autores latinos ou gregos), do açúcar ou do mel, colocam-nos um problema idêntico: se às vezes só são notados por um desses dois textos de referência, noutras nem isso. Claro que tudo será mais simples se admitirmos que a relativa banalidade do tema explica a maioria das pequenas discrepâncias que aqui acontecem<sup>40</sup>.

Já a afirmação de que na China existiriam cerca de duzentas cidades maiores, um número indeterminado de cidades de segunda ordem e alguns lugares e castelos com três mil vizinhos, traduz a primeira opção clara de Maffei pelos números que Bernardino de Escalante copiara de João de Barros em detrimento daquilo que González de Mendoza viera propor, ninguém sabe ao certo a partir de que fonte. Quanto ao retrato da típica urbe chinesa que vem a seguir, no essencial trata-se outra vez da grosseira generalização da capital cantonense vista por Gaspar da Cruz que tanto identificámos no *Discvrso de la navegacion* como na *Historia de China*.

Talvez o que diz sobre os sítios ribeirinhos que ocupavam, os fossos largos e fundos, a solidez, a imponência, a antiguidade e o bom estado de conservação das muralhas, os terraços “dove i capitani possono andar vagando per diporto”, a rigorosa e ampla quadrícula viária, a cobertura das lojas postas de um lado e de outro das ruas, a diferença entre a altura das casas das aglomerações do interior e do litoral ou sobre o luxo asiático de “ciascun palazzo de’ Vicerè” esteja mais próximo de Escalante do que de Mendoza<sup>41</sup>. Em contrapartida, talvez esteja um pouco mais perto do agostinho logronhês do que do clérigo cantábrico quando descreve os materiais construtivos, o mobiliário e os jardins das habitações comuns, os canais urbanos ou o contínuo “giocondi canti d’uccelli, e dolce mormorio delle correnti acque” que faziam a felicidade das casas nobres espalhadas pelo país<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 171. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 170-172.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cits. pp. 172 e 173.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 172.

Só o detalhe relativo às inscrições que os vice-reis ou os governadores régios punham em destaque nos arcos triunfais no termo do exercício dos seus cargos<sup>43</sup> lembra aqui fontes alternativas como a *Enformação de hum homem honrrado* (1554)<sup>44</sup>, a carta do “porto da China” de Melchior Nunes Barreto (1555)<sup>45</sup> ou — tentando não esquecer ninguém — a *Relacion verdadera* de Martín de Rada (c. 1575)<sup>46</sup>. Ainda que laterais, diga-se também que, se a indicação que vem junto sobre os caminhos abertos “co’ picconi” através dos montes será mais do que outras comum a ambas aquelas proveniências básicas, tanto uma segunda sobre os albergues de estrada como uma terceira sobre os transportes fluviais pagos pelo tesouro real em tempo de intempérie decorrerão, com muito maior certeza, do capítulo VIII do *Discvrso* de Escalante<sup>47</sup>.

Os principais traços fisionómicos, as diferenças de pigmentação impostas pela latitude, os penteados por sexo e estado civil são tudo elementos retirados com maior probabilidade do capítulo seguinte da mesma obra de Escalante. Para o gosto e os materiais empregues no vestir, os pormenores dos enfeites femininos, o significado social dos pés pequenos e a reputada semi-clandestinidade das mulheres torna a não ser líquido definir qual dos dois textos espanhóis é seguido de mais perto. Para o casamento, o concubinato, a prostituição, as festas e as cortesias volta-se a estar com o *Discvrso de la navegacion*. Toda esta sequência fora interrompida a certa altura por uma descrição inédita sobre janelas, vidraças e engenhosas soluções como as “grotte sotto terra” que possibilitavam o refrescamento das habitações, tendo sido depois acrescentada de uma frase sobre o calendário cuja segunda parte igualmente não aparece nem no escrito de Escalante, nem no de Mendoza: “Fanno l’anno di dodici corsi lunari, ed ogno tre anni aggiungono uno alli dodici”<sup>48</sup>.

O essencial do louvor e da caracterização dos artífices pode, outra vez, ter saído do impresso sevillhano de 1577. Em contrapartida, o que é dito sobre a fundição da artilharia, a invenção da estampagem de livros e uma língua escrita capaz de superar as diferenças culturais das várias regiões da China, bate sobretudo certo com o

---

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, p. 173.

<sup>44</sup> Ver Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, p. 739.

<sup>45</sup> Ver carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, p. 85. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 139; *ibidem*, ed. 1997, p. 81.

<sup>46</sup> Ver Fr. Martín de Rada, *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin*, ed. 1953, p. 292.

<sup>47</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 173. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 172-174.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cits. pp. 174 e 175. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 174-176.

vocabulário, o conteúdo e o alinhamento dos capítulos XV e XVI do livro III da Parte I da *Historia* de Juan de Mendoza. Somando todos os antecedentes às presentes coincidências, não será inclusive de excluir que a lembrança de um par de livros chineses alegadamente folheados nas livrarias vaticana e real de San Lorenzo, em Espanha, não tenha nada de pessoal, antes represente só um piedoso pecado de escrita a que não foi capaz de resistir. Quanto à comparação que é feita na linha seguinte entre a caligrafia dos chins e os hieróglifos egípcios, se não se discute já que ela seja da sua autoria<sup>49</sup>, esta deve ainda assim ser equiparada a outras produzidas antes ou depois entre o chá dos chineses e o chá dos japoneses, entre a excelência das construções viárias da China e a antiga magnificência romana, entre os pesos de prata do país dos Ming e os antigos hábitos de pesagem do Lácio ou entre as unhas compridas dos chins nobres e os cabelos longos dos gregos: por regra, pouco mais que pequenas variações de estilo sobre imagens alheias<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Numa das cartas em que se debruça sobre a natureza da língua chinesa, Filippo Sassetti especula do seguinte modo: “[...] nella Cina, sono jeroglifici, o cosa simile a quelli, che servono per caratteri di scrittura: in che modo? Questo è il quesito” — Carta de Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 12 de Março de 1583; pub. in Filippo Sassetti, *Lettere*, 1844, cit. p. 76. Apesar da coincidência formal e da data da carta de Sassetti poderem sugerir o contrário, nada permite demonstrar a existência de um nexo de causalidade entre esta e a *História Índica* de Maffei. Ver *infra*, cap. 21-1.

<sup>50</sup> Ver Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’ Istorie dell’ India”, Bergamo, 1749, pp. 176-177. Cf. idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’ Istorie dell’ India”, Bergamo, 1749, pp. 171, 173 e 181.

A comparação entre o método de escrita chinesa e os caracteres hieróglifos egípcios ensaiada por Giovanni P. Maffei teria um eco longamente repercutido, em particular depois de Athanasius Kircher haver partido daí para sustentar a tese da origem egípcia da civilização chinesa — primeiro no *Oedipus Aegyptiacus* (Roma, 1652); um pouco mais tarde na influente *China illustrata* (Amesterdão, 1667). A seguir, para a busca aqui subentendida da natureza da língua original de uma humanidade primitiva, contemporânea de Adão e Eva e prévia às divisões ocorridas aquando da construção da Torre de Babel, prevalecerá por algum tempo a interpretação do hebraísmo chinês, *i.e.* a ideia de que os ideogramas da escrita chinesa derivavam do hebraico.

Georg Horn retomaria na sua *Arca Noae; sive Historia imperiorum et regnorum a conditio orbe ad nostra tempora* (Leyden e Roterdão, 1666) a proposta trabalhada por Kircher segundo a qual a China teria sido uma colónia de antigos egípcios, vindo a mesma a reaparecer em 1681 pela pena de Thomas Burnet, num momento em que a respectiva sustentação era já menos pacífica: *Telluris theoria sacra, originem et mutationes generales orbis nostri, qua aut jam sibiit, aut olim subiturus est complectens* (cf. ed. Amesterdão, 1699). Pierre Daniel Huet, bispo d’Avranches, prolongará a defesa da ideia em 1716 com a *Histoire du commerce et de la navigation des anciens*. Já na segunda metade do século XVIII, outro tanto farão o académico Jean Jacques Dortous de Mairan — em correspondência trocada com o Pe. Dominique Parrenin, em Pequim: *Lettres de M. de Mairan, au R. P. Parrenin, Missionnaire de la Compagnie de Jesus, à Pekin. Contenant divers questions sur la Chine* (Paris, 1759 ; reed. Paris, 1770) — e o microscopista J. Turbeville Needham, este em 1761, inspirado por um busto chinês observado em Turim.

Solicitado a dar a sua opinião sobre a teoria de Needham, algo que ponderou durante algum tempo por considerar a controvérsia irrelevante para a sua vocação, Pierre-Martial Cibot acabará por reafirmar essa leitura numa carta que seria publicada sem que o seu nome dela constasse: *Lettre de Pekin, sur le génie de la langue chinoise, et la nature de leur Écriture symbolique, comparée avec celle des Anciens Égyptiens; En reponse à celle de la Société Royale des Sciences de Londres, sur le Même sujet* (Bruxelas, 1773). Também o abade Pierre-Josephe-André Roubaud deve ser considerado aqui por ter aceite em parte esta conjectura no 1.º volume da sua *Histoire générale de l’Asie, de l’Afrique et de*

Ainda a respeito da língua escrita chinesa, note-se que se a correspondência que Giovanni Maffei começa por tentar com o latim tanto seria fácil de deduzir das sínteses de Escalante e Mendoza como fácil de encontrar em alguma carta de missionário da Companhia — por exemplo, naquela que o Pe. Manuel Teixeira escreveu em Cantão a 22 de Novembro de 1565 —, outro tanto não se passa já com a correcta identificação que sobra com o “Mandarino”, mais rara apesar de Alessandro Valignano a ter colocado na *Historia del principio y progresso* (de qualquer modo, motivo insuficiente para que

---

*l'Amérique* (Paris, 1770). Por não rejeitarem a hipótese de um vínculo secreto entre as línguas egípcia e chinesa, cabem ainda aqui de pleno direito nomes como os de Etienne Fourmont, redactor do primeiro catálogo de livros chineses do rei de França e autor de *Meditations Sinicae* (Paris, 1737), e o orientalista Maturio Veyssière de Lacroze, ambos referidos do seguinte modo numa carta que um erudito suíço que assina Bourget endereça de Neufchâtel ao próprio Fourmont em 1736: “[...] Je reviens à l'égyptien: j'ai vu avec plaisir que mes pensées s'accordent heureusement avec les vôtres, Monsieur, et avec celles de M. La Croze; c'est qu'il est possible de devenir la signification des hieroglyphes des anciens Egyptiens. Vous et M. La Croze croyez que les chinois peut y contribuer : aussi n'y a-t-il que vous ou ce sçavant qui puissois pas si loin à l'égard du chinois” — Carta de Bourget a Etienne Fourmont, Neufchâtel, 1736, BNP, Mss. Fr. n.a. 8944, fls. 11r.-11v.; transcr. in Elisseeffe-Poisle, 1978, cit. p. 68.

Para além de outros que se integram na mesma linha, Joseph de Guignes foi um dos que manteve até mais tarde e de forma mais expressiva a sua adesão ao absurdo colonial sugerido com habilidade quase irresistível por Kircher. O raciocínio de que os caracteres chineses provinham dos hieróglifos egípcios *via* língua fenícia que ensaia na sua *Mémoire dans lequel on prove, que les Chinois sont une colonie égyptienne* (Paris, 1759) passa pelo postulado de antigas invasões egípcias da Índia e da China. Tal contraria a visão corrente entre autores ingleses, que pretendia que Noé se tivesse instalado na China após o Dilúvio, constituindo, assim, o ponto de partida para que este último país se tivesse tornado no centro cultural que depois colonizara o Egipto.

Entre os primeiros que se insurgiram contra a pretensão genérica da China egípcia conta-se o nomeado Pe. Parrenin — por exemplo, veja-se a sua carta a “M. Dortios de Mairan de l'Académie royale des Sciences”, que surge incluída nas *Lettres édifiantes et curieuses* (vol. XXII, pp. 132-192 e 289-344) e onde a definição de alguns paralelismos sino-egípcios acontece a par de uma miscelânea de conjecturas intelectuais sobre a história da China e os seus costumes. Temos em iguais circunstâncias o polígrafo Jean-Baptiste Claude Isoard, mais conhecido por Delisle de Sales (*De la philosophie de la Nature, ou Traité de morale pour le genre humain, tiré de la philosophie et fondé sur la nature*, Amesterdão, 1770, vol. 1), ou Johann Georg Adam Foster, alemão de origem escocesa e educação báltica, companheiro de Cook na sua segunda viagem e o principal dos mestres de Alexander von Humboldt — este no 1.º volume da obra que intitulou *Werke* (1.ª ed. Frankfurt, 1967).

Porém, é visando especificamente a obra de De Guignes que Corneille De Pauw escreve as suas *Recherches philosophiques sur les Égyptiens et les Chinois* (Amesterdão-Leyden, 1773, 2 vols.). Sobre o suposto contacto entre egípcios e chineses, De Pauw esclarece que “jamais supposition ne fut moins fondée”. E conclui: “Jamais deux peuples n'ont eu moins de conformité entre eux que les Égyptiens et les Chinois” — Corneille De Pauw, *Recherches philosophiques sur les Égyptiens et les Chinois*, Amesterdão-Leyden, 1773, vol. 1, p. XIII; idem, *ibidem*, Amesterdão-Leyden, 1773, vol. 2, p. 329; cits. in Antonello Gerbi, *La disputa del Nuevo Mundo – Historia de una polémica, 1750-1900*, traducción de Antonio Alatorre, segunda edición en español, corregida y aumentada, sección de Obras de Historia, México, Fondo de Cultura Económica, 1982, p. 189 (1.ª ed. ital. 1955). Ver Elisseeffe-Poisle, 1978, pp. 64-66, 210-211; p. 247, n. 35; Gerbi, ed. 1982, pp. 139, 175 e 186; René Taylor, “Ermetismo e architettura mistica nella Compagnia di Gesù”, in Rodolf Wittkower & Irma B. Jaffe (org.), *Architettura e arte dei gesuiti*, traduzione Massimo Parizzi, Documenti di architettura — 67, Milão, Electa, 1992, p. 70, n. 72 (1.ª ed. Nova York, Fordham University Press, 1972); Lust, ed. 1992, pp. 27-28, ref. 96 ; p. 104, refs. 418-419; pp. 34-35, refs. 122-123; pp. 99-100, refs. 402-403; pp. 226-228, refs. 976-983; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 803.

se possa alegar ter vindo daí, até porque se viu que também ocorre no *Sumario de las cosas que pertenecen a la Provincia de la India Oriental*<sup>51</sup>).

A esta ordem de notícias seguem-se algumas outras sobre os correctivos aplicados aos mendigos e aos ociosos, a assistência oferecida nos “Spedali Regj”, o aproveitamento dos cegos e dos estropiados para actividades produtivas, as três principais medidas itinerárias chinesa, as tabuletas das lojas ou as capacidades de mobilização da marinha de guerra, conforme um desenvolvimento ou uma terminologia acima de tudo compatíveis com a *Historia de China*. Os conhecidos inventários dos meios de locomoção — carroças, carretas, carros tirados à vela, juncos, lanteias, bancões ou as naves longas “fatte a modo di galee” —, das técnicas de betumagem e bombagem dos navios, das características das residências flutuantes dos tancá ou das artes de pesca constituem outras partes que tanto podem derivar de Escalante como de Mendoza. Enquanto isto, quer as provas apresentados sobre pesos, balanças e criação de adens em barcos, quer boa parte das sequências acabadas de notar só tinham sido tão completas ou tão semelhantes na prosa do primeiro desses dois de sempre<sup>52</sup>.

### *Exames e antepassados*

Como dito, com o tema do ensino Maffei inaugura os enxertos selectivos de fontes escritas de tipo jesuítico. Ignorando a “polémica” entre João de Barros e Gaspar da Cruz lembrada por Bernardino de Escalante quando se referira ao currículo vigente nas escolas públicas da China, tal como escusando-se a comparar esses estabelecimentos com universidades, outro dos sinais intermitentemente deixados neste capítulo, afiança a existência de “eccellenti maestri” pagos com “onorati stipendj”, a instrução normal em medicina, em física e em astronomia, o conhecimento de leis escritas há mais de dois mil anos e a execução de exames trienais<sup>53</sup>. Cada um a seu modo, autores como o que assina a *Emformação da chyna* de c. 1548<sup>54</sup>, o Pe. Manuel Teixeira das cartas cantonenses de 1564 e 1565<sup>55</sup> ou Damião de Góis em 1567<sup>56</sup> tinham

---

<sup>51</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 14, n. 94. Cf. Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 803, n. 399.

<sup>52</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell' Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell' Istorie dell' India”, Bergamo, 1749, cits. pp. 177 e 178. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell' Istorie dell' India”, Bergamo, 1749, pp. 177-179.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell' Istorie dell' India”, Bergamo, 1749, cits. p. 179.

<sup>54</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

<sup>55</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

andado perto do agora reposto. Que as referências consultadas não foram pelo menos apenas essas — nem, muito menos, a *Historia* concluída por Valignano em 1583 — demonstra-o o que escreve a seguir sobre as espaçosas e bem mobiladas salas de aula (aqui só lembramos a Galiote Pereira algo parecido<sup>57</sup>), o ritual de chamada dos estudantes nos dias de exame, a qualidade escrita dos mesmos (como sabemos, Galiote andara perto ao notar a realização de exames “de letras”<sup>58</sup>), o preenchimento dos dados pessoais nas folhas de prova e a selecção posterior dos examinados — primeiro, a escolha dos 3000 candidatos melhor classificados; depois, a redução deste número para 300; por fim, a subida ao estrado dos 90 julgados “il fiore della sapienza”<sup>59</sup>.

Apercebemo-nos depressa do momento em que se fecha o parêntesis à cópia que vinha sendo feita dos dois livros privilegiados nesta sùmula quando o Pe. Maffei entende reescrever a recepção dos recém-avaliados mestres no palácio real, os faz perfilar ao lado dos “Loizj”, explica a constituição e a carreira ordinária dos “Giudici”, dos “consiglieri” e dos “magistrati” e enaltece a prevalência do mérito sobre as ambições pessoais e a lei dos corruptos. Dos pormenores sobre a administração provincial que vêm a seguir constata-se uma ressuscitada preferência pelo exposto no *Discvrso de la navegacion*, passando-se em revista os cargos, as competências e o protocolo próprios do “Tutan”, do “Poncasio”, do “Ancasio”, do “Aitan”, do “Luitisio” e dos dez “consiglieri uomini elettissimi” que coadjuvavam os quatro primeiros de acordo com a ordem e as legendas explicativas do respectivo capítulo XIII.

Tal preferência tem continuidade nos vários pontos que ilustram a execução da justiça e os rituais dos seus agentes: o aparato das audiências, as normas especiais que se aplicam para as penas capitais, a lentidão exasperante da publicação das sentenças, a economia autogestionária das prisões, a aplicação trivial de castigos corporais ou o silêncio de chumbo que rodeia a passagem dos flamejantes cortejos das figuras principais pelas ruas. Entre tudo isto, há uma única peça que nem encaixa na sequência, nem vem no livro de Mendoza: quando se diz que a gravidade dos “Presidenti” em público é tal que permanecem todo o tempo “senza mai voltar gli occhi in alcuna parte”<sup>60</sup>. Fr. Gaspar escreve-o<sup>61</sup>, Valignano também<sup>62</sup>, mas poderá isso significar outra

---

<sup>56</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-4.

<sup>57</sup> Ver Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, p. 107.

<sup>58</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>59</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell' Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell'Istorie dell'India”, Bergamo, 1749, cit. p. 180. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell'Istorie dell'India”, Bergamo, 1749, pp. 179-180.

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell'Istorie dell'India”, Bergamo, 1749, cit. p. 182.

vez algo mais que uma mera coincidência? Convenhamos que seria o cúmulo do artesanato se Maffei tivesse ido aí só para buscar essa minudência de pose<sup>63</sup>.

Porque continua a destacar as qualidades da China e porque, ao invés de um Bernardino de Escalante, está livre do serviço propagandístico dos mentores da conquista militar daquele Império, o jesuíta de Bergamo pode dizer sem complicações adicionais que a relativa falta de coragem e de firmeza do soldado chinês é como que compensada pelo número dos efectivos, pelos apetrechos de guerra e, sobretudo, pela sua boa disciplina. Daqui, adivinham-se os *itens* complementares: a rigorosa vigilância das cidades, a fortaleza e o comprimento excepcionais da Grande Muralha (“più di dugento leghe”<sup>64</sup>, que fora o cálculo de Escalante), o armamento e os soldos da cavalaria e da infantaria, a proibição do porte de armas aos não milicianos e os critérios de nomeação dos oficiais militares que prestavam serviço nas diferentes províncias.

A propósito da composição do Grande Secretariado é interessante que Maffei não veja doze conselheiros (como Mendoza), mas oito (outra vez como a *Enformação de hum homem honrrado*<sup>65</sup>). Interessante é também que pareça ter ido colher à *Enformação* de Amaro Pereira as estimativas sobre o número de mulheres do imperador — cerca de sessenta, quando Amaro dissera setenta e duas<sup>66</sup> —, a tributação do sal em Cantão e as rendas reais com o arroz numa escala secundária dessa província (apesar de converter as unidades de conta e de nem sempre respeitar as proporções facultadas pelo antigo prisioneiro português, a sua minuta coincide no essencial com aquela)<sup>67</sup>. Para os rendimentos anuais do tesouro imperial extrai, não diz igualmente de onde, um valor de que desconfia por equivaler à lendária herança de Vespasiano — “cento venti milioni d’oro”<sup>68</sup>. Fora isso, continuarão a adivinhar-se os pontos seguintes, tal como as fórmulas que com eles condizem, umas mais próximas da *Historia de China*, outras mais semelhantes ao *Discvrso de la navegacion*: o serviço dos correios montados, as

---

<sup>61</sup> Ver Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XIX, ed. 1984, p. 851.

<sup>62</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano, S.J., *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVII, fl. 126, ed. 1944, p. 237.

<sup>63</sup> Ver Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 180-183.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 183.

<sup>65</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6.

<sup>66</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, p. 184. Cf. Amaro Pereira & Pe. Baltasar Gago, S.J., *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira*, 1562, ed. 1989, p. 95.

<sup>67</sup> Ver Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, p. 185; Cf. Amaro Pereira & Pe. Baltasar Gago, S.J., *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira*, 1562, ed. 1989, p. 93.

<sup>68</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell’ Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cit. p. 185.

inspeções dos comissários imperiais itinerantes (o termo “chaem” não chega a ser emprego), as reverências que os loutiás e os governadores prestavam ao “nome del Re” escrito numa “tavola d’oro velata”, as regras da sucessão dinástica, o apartamento dos parentes do soberano, a inexistência de uma nobreza de sangue e a recepção das embaixadas tributárias<sup>69</sup>.

De novo conforme dito, a segunda principal substituição selectiva dos conteúdos disponíveis nas obras dedicadas à China pelos espanhóis Escalante e Mendoza vem Maffei introduzi-la a propósito da *vexacta questio* da religião dos chineses. Como se escreve de entrada ao jeito simplista de escola que Alessandro Valignano também exercitara na *Historia del principio y progresso*, de hora em diante passar-se-ia a tratar dos males graves e dos vícios maiores em que este povo vivia mergulhado, males e vícios que, menos clemente que o visitador napolitano, avalia superarem todos os bens e bençãos já assinalados. Importa acrescentar que várias das observações aqui expostas sobre os cultos chins continuam a decorrer umas vezes do sóbrio *Discvrso de la navegacion*, outras do colorido *best-seller* de Fr. Juan González. Mas não só sucede que tudo é recomposto de forma algo mais tortuosa que nas páginas anteriores, como acontece que o acrescento extraordinário de que falamos é em diversos aspectos mais pobre do que aquilo que acabou por substituir dito por Escalante ou por Mendoza. Apetece comparar isto com o que os jesuítas tentaram que se passasse com os trabalhos de João de Barros sobre o Japão: nessa altura, lembraremos que os padres tinham convencido o velho cronista a desprezar as informações de Mendes Pinto e a escolher antes as cartas dos missionários<sup>70</sup>; agora, ao ter de optar entre o que contavam as duas fontes impressas que empregava à exaustão e as novidades trazidas nuns quaisquer fólios de correligionários seus o Pe. Maffei nem se apercebe do muito que perde quando segue os segundos.

Tal como representa uma ideia consolidada a da pouca estima em que eram tidos os sacerdotes chineses, é imediato constatar haverem transitado do *Tractado das cousas da China* para aqui, *via* tratados de Bernardino de Escalante e/ou de Juan de Mendoza, a lembrança da imagem “mariana” de Guang Yin, a leitura da crença na transmigração das almas (dita quase conforme “i sogni di Pitagora”, como o Pe. Manuel Teixeira a 1 de Dezembro de 1565<sup>71</sup>), os retratos esquemáticos da vida monástica e dos

---

<sup>69</sup> Ver *idem, ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 183-185.

<sup>70</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-5.

<sup>71</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

cabelos ora longos, ora rapados dos sacerdotes e o registo dos cultos prestados ao céu, ao sol, à lua, às estrelas ou a monstros como o diabo em forma de serpentes. Idêntico para os rituais supersticiosos executados à volta das figuras dos ídolos ou junto às embarcações antes de se fazerem ao mar. Não já de forma desgarrada, mas no seguimento do que vinha de outros livros desta mesma *História* onde descrevera as andanças de S. Tomé pelo Oriente, Maffei dá por garantida a passagem do apóstolo pela China mesmo que aí não restasse qualquer memória disso<sup>72</sup>.

Contudo, os verdadeiros acrescentos em relação àquelas fontes surgem quando afirma que os ministros das suas seitas são chamados “Ossioni”, quando se arrepiam por se prestar culto tanto aos mortos como aos vivos (Manuel Teixeira arrepiara-se com o mesmo na sua carta de Novembro de 1564<sup>73</sup>), quando se benze por haver quem descreia na existência de uma vida para além da morte (o padre Teixeira fizera exactamente assim naquela carta de finais de 1565 ao reproduzir as teses do materialismo dos neo-confucionistas sobre a evolução das espécies e a geração espontânea<sup>74</sup>) e quando conta os desconcertantes argumentos de um presumível letrado taoísta sobre a criação da água primordial, o aparecimento da terra e o movimento das estrelas (quase tudo idêntico ao que atrás citámos da mesma missiva de Manuel Teixeira de 1565 a propósito do imemorial *consensus sinicus* que fazia com que não se preocupassem em buscar uma origem ou uma causa para o universo, em saber da sua forma ou dos seus limites, em indagar-lhe um sentido ou um fim)<sup>75</sup>.

Maffei avança depois para a descrição das cerimónias fúnebres e dos sinais de luto, o que se poderá considerar tudo menos um segundo desarranjo de cultura, simplesmente fora esta a ordem de exposição de Escalante e, está visto, não descortinava outra melhor. Reprovável, reprovável era o carácter sinuoso da gente, a sua costumeira falta de humanidade, o seu desamor aos estrangeiros, a naturalidade com que em alturas de carestia vendiam as filhas para os prostíbulos e os filhos para escravos domésticos — os *mui-tsai* —, as crueldades dos juízes, a aspereza do quotidiano das prisões, os frequentes suicídios dos reclusos e as insuportáveis torturas a que os

---

<sup>72</sup> Ver Albónico, 1993, pp. 198-209.

<sup>73</sup> Ver carta do Pe. Manuel Teixeira, Cantão, 30 de Novembro de 1564, fl. 102v., ed. 1964, p. 762. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 132.

<sup>74</sup> Ver Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 215r., ed. 1964, p. 796. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 190.

<sup>75</sup> Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell' Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, cits. pp. 186 e 185. Ver idem, *ibidem*, t. 1, “Libro VI dell’Istorie dell’India”, Bergamo, 1749, pp. 185-188. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1. Ver também: Claude Grégory, “Cosmologie”, in *Dictionnaire de la Civilisation chinoise*, 1998, pp. 253-254.

verdugos sujeitavam quem fosse apanhado nas teias de um inquérito. Tão ou mais deprimente que isto eram os modos licenciosos, as leis servis, a dita fraqueza de ânimo para a guerra que os fazia recrutar soldados estrangeiros, a bárbara arrogância de um rei que se considerava dono do mundo e filho do Céu, que humilhava os embaixadores dos reinos tributários, que fechava os olhos à pilhagem dos seus próprios oficiais e que, qual Calígula, tolerava e alimentava a degenerescência moral dos seus súbditos. Bastante mais céptico que um Valignano, conclui dizendo que a propagação da fé haveria de enfrentar todas as adversidades e mais alguma: os éditos reais eram-lhe adversos, os sacerdotes conspirariam contra ela, enquanto a fertilidade da terra, as oportunidades do mal, o gosto estreito pelo que era próprio do país e o rasto de péssimos exemplos deixado por alguns cristãos (queria dizer Simão Peres de Andrade e a respectiva escolta) indispunham de modo natural contra as coisas da filosofia celeste<sup>76</sup>.

Por este lado, nada de novo no reino da China. De facto, não há aqui um pormenor que tivesse escapado a Bernardino de Escalante ou a Juan González de Mendoza. No entanto, assim como este último se empenhara em superar as fraquezas do seu objecto com outras tantas provas de sinal contrário e uma chuva de adjectivos arrebatados, o retórico Maffei altera deliberadamente a ordem pela qual lera as referências negativas, concentrando-as nesta que é a parte onde se decide o equilíbrio formal do texto. O efeito pode chegar a ser devastador, existindo mesmo alguma perversão nos termos, como no caso do acolhimento dos embaixadores estrangeiros, onde é claro que generaliza o que os espanhóis se tinham limitado a escrever sobre a recepção dos legados de algumas “Republicas” do próprio reino<sup>77</sup>. Ainda assim, isso não chega para considerar que o jesuíta inaugure uma espécie de crítica esclarecida à embrionária sinofilia. Com o espírito simples daqueles que foram ensinados a ver o mundo a dois tons, mesmo que dissesse — como disse — que a face negra da China era maior que a iluminada, poucos sairiam da leitura deste livro VI convencidos de que essa

---

<sup>76</sup> Ver Pe. Giovanni P. Maffei, *Le Istorie dell' Indie Orientali*, t. 1, “Libro VI dell'Istorie dell'India”, Bergamo, 1749, pp. 188-190.

<sup>77</sup> Cf. Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. XII, ed. 1992, fl. 70v.; Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro III, cap. XXIII — “De la cortesia que haze el Rey deste gran Reyno a los Embaxadores que van a el de parte de Rey, Principe, o Comunidad”, Madrid, 1587, fls. 108r.-109r.

Matteo Ricci virá a escrever algo de muito semelhante ao que Giovanni Maffei compõe a propósito da recepção dos embaixadores estrangeiros depois de chegar a Pequim, mas nada indicia que este tenha utilizado qualquer uma das minutas mais antigas daquele onde tal eventualmente já tivesse sido expresso. Ver Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. IX, ed. 1942, vol. 1, p. 103.

contabilidade fosse a questão de fundo. O que contava era que aí continuava a estar um riquíssimo Império de gentios xenófobos no qualurgia entrar.

## CAPÍTULO 16

### **Ainda a China pelo Japão:**

### **o *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam* de Alessandro Valignano e Duarte de Sande (1590) e os dois volumes de cartas dos jesuítas publicados em Évora pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança (1598)**

Entre o momento em que Giovanni Pietro Maffei conclui o apanhado das fontes que utilizou para redigir os *Historiarum Indicarum libri XVI* e o dia de 1600 em que o Pe. João de Lucena veio apresentar uma nova crónica da Expansão portuguesa na Ásia a pretexto da sua biografia do “apóstolo do Oriente”, aconteceu a edição de dois dos últimos títulos jesuítas de Quinhentos em que a China saiu tratada com algum destaque. Como referimos, o primeiro deles foi o *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam*, diálogo latino escrito pelos padres Alessandro Valignano e Duarte de Sande, publicado em Macau em 1590<sup>1</sup> e cujo apartado chinês veio a ser reimpresso (sem nome de autor) em versão inglesa por Richard Hakluyt no volume II da colectânea *Principal Navigations* (Londres, 1599)<sup>2</sup>. Dissemos também que o segundo corresponde aos dois tomos das *Cartas* dos missionários da Companhia de Jesus estacionados no Japão e na mesma China impressos em Évora em 1598 graças à iniciativa e ao mecenato do arcebispo D. Teotónio de Bragança<sup>3</sup>. Apesar dos fins editoriais originalmente perseguidos por cada uma destas espécies bibliográficas não poderem ter sido mais diferentes, não só as une uma procedência extremo-oriental comum, como um acaso de

---

<sup>1</sup> Pe. Alessandro Valignano, S.J. & Pe. Duarte de Sande, S.J., *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam, rebusq; in Europa, ac toto itinere animaduversis. Dialogus ex ephemeride ipsorum legatorvm collectus; & in sermonem latinum versus ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis Iesu. In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis Iesu cum facultate Ordinarii, & Superiorum. Anno 1590.* Em tradução literal: *Diálogo sobre a Missão dos Legados Japoneses à Cúria Romana, e acerca das coisas que eles observaram na Europa e em toda a viagem. Coligido do diário dos próprios legados e vertido para latim por Duarte de Sande, sacerdote da Companhia de Jesus. No porto de Macau do reino da China, na casa da Companhia de Jesus, com licença do Ordinário e dos Superiores. No ano de 1590.*

<sup>2</sup> Ver *supra*, Parte II cap. 9-3.

<sup>3</sup> Refs. *supra*, Parte II, cap. 6, n. 66 e cap. 8, n. 87.

pirataria quis que o tipo de público que as acabou por ler saísse muito mais uniforme que o previsto.

## 1. Um livro de viagens para os colegas japoneses

Tal como anuncia o título da obra a que Duarte de Sande empresta o nome, encontramos nela um colóquio sobre a viagem que os quatro *dáimios* recrutados por Alessandro Valignano haviam feito à Europa cristã na década de 1580. Impressa na tipografia de caracteres móveis europeus que a “embaixada” dos jovens senhores japoneses trouxera na bagagem quando regressara às suas ilhas de origem, com ela visava-se oferecer aos alunos dos Colégios da Companhia no Japão uma espécie de nova *Eneida* que não só completasse o catecismo que Valignano compusera e fizera imprimir em Lisboa em 1586<sup>4</sup>, como também aquela espécie de *Odisseia* que esses estudantes podiam encontrar, desde 1588, na edição macaense do *Christiani Pveri Institvtio* de Juan Bonifacio<sup>5</sup>.

Peça de um exigente programa pedagógico delineado pelo visitador, no qual um dos principais problemas a enfrentar era o ensino do latim a mentes muito distanciadas desta disciplina, seria dentro em breve completada por uma série de cerca de uma trintena de obras divulgadas nas três localidades nipónicas nas quais o importado parque tipográfico foi sendo sucessivamente instalado, Katsusa (1590-1592), Amakusa (1592-1598) e Nagasáqui (1598-1611)<sup>6</sup>. Destacar-se-iam neste impressionante trabalho editorial o *De Institutione Grammatica, Libri tres* (Amakusa, 1594)<sup>7</sup> — uma edição simplificada e adaptada ao ensino japonês da gramática de Manuel Álvares (1.<sup>a</sup> ed. Lisboa, 1572)<sup>8</sup>, o manual que é correcto dizer que ensinou latim ao mundo —, o *Dictionarium* trilingue Latim-Português-Japonês (Amakusa, 1595)<sup>9</sup> — com 908 páginas a duas colunas e aquele que Valignano queria baseado no *Dictionarium interpretamenta*

---

<sup>4</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 14, n. 16.

<sup>5</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 14-1.

<sup>6</sup> Cadafaz de Matos, 1988, pp. 30-31; Teixeira, 1988, p. 9.

<sup>7</sup> Pe. Manuel Álvares, S.J., *Emmanuelis Alvari e Societate Iesu De Institutione Grammatica, Libri Tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iaponica*, In Collegio Amacusensi Societatis Iesu, 1594.

<sup>8</sup> Pe. Manuel Álvares, S.J., *Emmanuelis Alvari e Societate Iesu De Institutione Grammatica libri tres*, Lisboa, *Excudebat Ioannes Barrerius Typograpus Regius*, João de Barreira, 1572.

<sup>9</sup> *Dictionarium Latino Lvsitanicum, ac Iaponicum ex Ambrosii Calipini volumine de promptum: in quo omissis nominibus proprijs tam locorum, quàm hominum ac quibusdam alijs minüs usitatis, omnes vocabulorū significationes, elegantioresq; dicendi modi apponuntur: in usum, et gratiam Iaponicæ sermonem addiscunt*, Amakusa, in Collegio Iaponico Societatis Iesu, 1595.

de Ambrogio Calepino (Reggio Emilia, 1502)<sup>10</sup> —, o monumental *Vocabulario da Lingoa de Iapam* (Nagasáqui, 1603)<sup>11</sup> — obra colectiva com nada menos que 33.798 entradas, contando para o efeito as que foram incorporadas no *Suplemento* do ano seguinte<sup>12</sup> — e a *Arte da Lingoa de Iapam* de João Rodrigues Tçuzzu (Nagasáqui, 1604-1608)<sup>13</sup>.

O responsável pelo plano do *De Missione Legatorum* tinha sido, uma vez mais, Alessandro Valignano. Conforme as palavras do próprio, tratava-se de coligir e traduzir para latim as notas tomadas pelos legados japoneses durante o seu longo périplo e comunicá-las “graciosamente a toda a nação japonesa” através da forma de um diálogo fictício entre quatro personagens que os representassem<sup>14</sup>. Deste modo, temos que as vozes de Mâncio e Miguel conferem com as dos “embaixadores” Mâncio Ito, enviado do rei de Bungo, e Miguel Chijawa Seiyemon, parente do príncipe de Arima e do senhor de Omura. Depois, Martim é o nobre Martim ou Martinho Hara, filho de um barão do reino de Hizen, enquanto Julião vale por Juliano Nakaura, outro nobre de igual linhagem. Aparecem-nos todos a conversar na fortaleza de Arima com Leão e Lino, dois primos direitos de Miguel que é suposto manifestarem-se ignorantes e surpresos

---

<sup>10</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 14, n. 9.

<sup>11</sup> *Vocabulario da Lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, feito por alguns Padres, e Irmãos da Companhia de Iesu. Com licença do Ordinario & Superiores*, Nagasáqui, no *Collegio de Iapam da Companhia de Iesus*, 1603.

<sup>12</sup> *Suplemento deste vocabulario impresso no mesmo Collegio da Cõpanhia de Iesu com a sobredita licença & aprovação*, Nagasáqui, 1604.

<sup>13</sup> Pe. João Rodrigues, S.J., *Arte da Lingoa de Iapam composta pello Padre Ião Rodriguez Portugues da Cõpanhia de Iesu diuidida em tres Livros*, Nagasáqui, no *Collegio de Iapão da Companhia de Iesu*, 1608 [1604 na portada, mas 1608 no cólofon].

Ver Armando Martins Janeira, *O Impacte Português sobre a Civilização Japonesa*, colecção Documentário — 8, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970, pp. 212-214; João de Deus Ramos, “Os dicionários luso-sínicos – Relance histórico-bibliográfico”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 6, Julho/Agosto/Setembro 1988, p. 47, n. 17; Maria Leonor Carvalhão Buescu, *O estudo das línguas exóticas no século XVI*, colecção Biblioteca Breve — 71, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, pp. 68-70; M. L. Buescu, 1992a, pp. 72, 122-123, 127-128 e 134-135; M. L. C. Buescu, “Para uma gramática universal”, in Tavares (dir.), *Estudos Orientais*, vol. 3, 1992, pp. 145-149 [M. L. Buescu, 1992c]; M. L. C. Buescu, “O Dicionário das três línguas”, in Carneiro & Matos (eds.), *O Século Cristão do Japão*, 1994, pp. 441-446; M. L. C. Buescu, “Exotismo ou a *estética do diverso* na Literatura Portuguesa”, in Falcão, Nascimento & Leal (org.), *Literatura de Viagem, Narrativa, história e mito*, 1997, pp. 576-578; Turu Maruyama, “Influência dos textos portugueses no estudo da língua japonesa medieval”, in Tavares (dir.), *Estudos Orientais*, vol. 3, 1992, pp. 151-157; Maruyama, 1994, pp. 165-170; Cadafaz de Matos, 1993a, pp. 160-169; Cadafaz de Matos, 1993b, pp. 410-418; Cooper, ed. 1994, pp. 226-242; Bésineau, 1998, pp. 178-187; Jesús López-Gay, “Métodos misioneros en el Japón del siglo XVI”, in Gonçalves (coord.), *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, 2000, pp. 109-115.

<sup>14</sup> “Carta dedicatória do Pe. Alessandro Valignano aos alunos dos Seminários japoneses”, in [Pe. Alessandro Valignano, S.J. &] Pe. Duarte de Sande, S.J., *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Cúria Romana*, prefácio, tradução do latim e comentário de Américo da Costa Ramalho, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Fundação Oriente, 1997, cit. p. 19. Para as citações e referências utilizaremos esta edição, a primeira em língua portuguesa. Quando pertinente, confrontá-la-emos com o original latino de 1590.

com o que escutam por não terem nunca abandonado o Japão. Duarte de Sande, sobre quem terá sobretudo recaído a tarefa de traduzir as falas previamente compostas em vernáculo por Valignano, indica na respectiva “carta dedicatória” que à versão latina se seguiria uma segunda em japonês por forma a que, quer uma, quer outra fossem “como um perpétuo tesouro e um agradável prontuário de coisas tão necessárias e úteis”<sup>15</sup>. Dirigindo-se aos potenciais leitores europeus, Sande pede-lhes que fossem indulgentes com a banalidade de algumas explicações que iam ler porquanto não fora para eles, mas para os japoneses ainda inexperientes e leigos em quase tudo o que respeitava às “coisas nossas”, que o livro se projectara<sup>16</sup>.

É hoje praticamente certo que a anunciada impressão do *De Missione Legatorum ad Romanam curiam* em língua japonesa não se concretizou na época<sup>17</sup>. Por outra parte, a extrema raridade dos exemplares sobreviventes — doze, seis dos quais em bibliotecas portuguesas — diz quase tudo sobre a escassa publicidade que o original latino deve ter conhecido na Europa do seu tempo<sup>18</sup>. Com base em testemunhos indirectos, vários autores já aventaram hipóteses como as de que tenham ocorrido uma edição portuguesa<sup>19</sup> ou uma tradução espanhola<sup>20</sup>. Quanto à primeira, ela nada tem de plausível. Quanto à segunda, julgamos que aquilo que se querera referir é o resumo elaborado pelo Doutor Buxeda de Leyva e incorporado na sua *Historia del reyno de Iapon* (Saragoça, 1591)<sup>21</sup>. Existe ainda o caso da alegada reprodução feita em

---

<sup>15</sup> “Carta dedicatória do Pe. Duarte de Sande ao Pe. geral Claudio Acquaviva”, in idem, *ibidem*, cit. p. 21.

<sup>16</sup> Ver “Carta dedicatória do Pe. Duarte de Sande ao Pe. geral Claudio Acquaviva”, in idem, *ibidem*, p. 21.

<sup>17</sup> Ver J. F. Moran, “The real author of the *De Missione Legatorum Iaponesium ad Romanam Curiam... Dialogus*”, in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2, 2001, pp. 15 e 18-19.

<sup>18</sup> Por seu turno, estima-se que tenham sido distribuídos no Japão cerca de 1000 exemplares do *De Missione Legatorum*. Daniello Bartoli, S.J., *Dell’Historia della Compagnia di Gesu. Il Giappone seconda parte dell’Asia*, vol. 1, Roma, Stamperia del Varese, 1660, p. 174; cit. in Moran, 2001, p. 16. Ver Moran, *ibidem*, pp. 15-16; Teixeira, 1988, p. 7.

<sup>19</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1, ed. 1965, p. 744.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, vol. 1, ed. 1965, p. 744; entrada “Pe. Duarte de Sande”, in Esteves Pereira & Guilherme Rodrigues, *Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, vol. 6, Lisboa, João Romano Torres & Cia. Editores, 1912, p. 552. Ver também: António de Campos Junior, “Os Portugueses na China e no Japão, V”, in *Ta-ssi-yang-kuo – Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Português*, colligidos, coordenados e anotados por J. F. Marques Pereira, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude de Macau/Fundação Macau, série II, vol. 3, 1995, p. 281 (1.ª ed. Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, Livreiro, 1899-1900); José Maria Braga, *O início da imprensa em Macau*, separata do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Macau, Escola Tipográfica do Orfanato, 1938, pp. 20-21.

<sup>21</sup> Buxeda de Leyva, *Historia del reyno de Iapon y descripcion de aquella tierra, y de algunas costumbres, cerimonias, y regimiento de aquel reyno; con la relacion de la venida de los embajadores del Iapon a Roma para dar la obediencia al Summo Pontifice, y todos los recebimientos que los principes christianos les hizieron por donde passaron, y de las cartas y presentes que dieron a Su Magestad el Rey nuestro señor, y a los demas principes. Con la muerte de Gregorio XIII y election de Sixto V, y las cartas que dio Su Sanctidad para los reyes de aquel reyno, hasta la partida de Lisboa, y mas seys cartas de la*

Antuérpia, em 1593, com o título *De trivm regvm japonicorvm legatis (Dos três embaixadores japoneses)*<sup>22</sup>, mas nem tivemos possibilidade de cotejar tal obra, nem conhecemos quem a tivesse tido<sup>23</sup>.

Em termos teóricos, a composição em Macau pode ter demorado entre 28 de Julho de 1588, a altura da chegada dos quatro legados ao enclave luso, e 8 de Julho de 1590, quando estes embarcaram para o Japão. No entanto, e apesar do livro do Pe. Bonifacio só ter ocupado a tipografia até Outubro-Novembro de 1588, as datas de 5 de Setembro e de 4 de Outubro do ano seguinte que descortinamos nas duas licenças apostas na abertura do volume (uma do bispo de Macau, Leonardo de Sá, e a outra de Valignano e dos padres Diogo Antunes e Nicolau de Ávila) levam a pensar que a mesma impressão nunca tenha começado antes dessa altura. Neste capítulo, a única dúvida que subsiste prende-se com a possibilidade de ter aparecido uma primeira edição do *De Missione Legatorum* ainda em 1589, tal como o indicia um exemplar incompleto de 92 páginas guardado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a nota manuscrita que alguém lhe inscreveu, que outrem rasurou e que diz: “Este quaderno manda o pe. Visitador ao pe. pero da Fonseca”<sup>24</sup>.

Enquanto isto se discute — e o mais certo é que o caderno que Valignano enviou para Coimbra fosse simplesmente um esboço do que estava a ser ultimado na tipografia de Macau tendo em vista receber sugestões ou prestar contas do trabalho em curso<sup>25</sup> —, estão esclarecidas as peripécias que estiveram na origem da edição inglesa de 1599. Sucedeu que um exemplar do livro dos padres Valignano e Sande fazia parte dos

---

*China y del Iapõ, y de la llegada de los señores iapones a Goa. Recopilada por el doctor Buxeda de Leyua, vezino de la ciudad de Toledo. Dirigida al doctor Diego Clauero, Saragoça, en casa de Pedro Puig, 1591.*

<sup>22</sup> *De trivm regvm iaponiorvm legatis; qvi nvper roman profecti, Gregorio XIII Pont. Max. obedientiam pvblice praestiterunt. Varia que lectorem mirificè, delectare & piorum omnium animos ad maximas Deo gratias agendas vehementer excitare possunt, Antuérpia, excudebat Martinnus Nutius, 1593; ref. in Costa, 1999a, p. 272, ref. 399.*

<sup>23</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1, ed. 1965, p. 744; Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 7, 1896, col. 546; Braga, 1938, p. 23; José Toríbio Medina, *Nota bibliográfica sobre un libro impresso en Macao en 1590*, Sevilla, Imprenta de E. Rasco, 1894, p. 12; ref. in Rui Manuel Loureiro, “Introdução”, in Pe. Alessandro Valignano, S.J. & Pe. Duarte de Sande, S.J., *Um Tratado sobre o Reino da China dos Padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano (Macau, 1590)*, introdução, versão portuguesa e notas de R. M. Loureiro, colecção Documentos & Ensaios — 4, Macau, ICM, 1992, p. 28, n. 14 [Loureiro, 1992b]; Braga, 1938, p. 23. Ver também: *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, pp. 216-217.

<sup>24</sup> Ver A. Cortesão, 1935, vol. 1, pp. 162-163, n. 3; Francisco Leite de Faria, *Livros Quinhentistas de Autores Vimaranenses*, colecção Subsídios para a História de Portugal — 19, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 167-169; Cadafaz de Matos, 1993a, pp. 158-160.

<sup>25</sup> Ver Américo da Costa Ramalho, “O padre Duarte de Sande, S. I., verdadeiro autor do *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam [...] Dialogus*”, in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. 3, 1998, p. 219 (1.ª ed. in *Humanitas*, Coimbra, 48 (2), Miscelânea em Honra da Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, 1995, pp. 777-789).

tesouros transportados na colossal *Madre de Deus*, a nau-capitânea da armada de torna-viagem que largou de Goa com destino a Lisboa em Janeiro de 1592 com perto de 600 pessoas a bordo, entre as quais algumas mulheres e crianças e um número não determinado de escravos. Em Agosto, quando passava ao largo da ilha açoreana das Flores já desgarrada das restantes quarto naus que compunham a *carreira* desse ano, a tripulação foi surpreendida por uma esquadra inglesa comandada por Sir John Burrough (ou Borough), que aí pairava à espera de presas.

Contam-nos os relatos que a um terrível duelo de artilharia se seguiu uma abordagem que deixou o pavimento da nau portuguesa pejado de cadáveres. Fernão Mendonça Furtado, que era o capitão, aceitou render-se contra a promessa de que os sobreviventes pudessem desembarcar nas Flores. Depois de reparada e guarnecida pelos corsários ao serviço da rainha Isabel, a *Madre de Deus* foi levada para Dartmouth, onde as suas 1600 toneladas de arqueação fizeram pasmar as gentes. A carga seria posteriormente repartida em dez navios e transportada para Londres, onde a avaliaram em £ 500,000, o equivalente a metade dos rendimentos líquidos do tesouro público inglês da altura. Constavam da interminável lista das suas mercadorias vários cofres de moedas de ouro e prata, pérolas, diamantes, âmbar, almíscar, tapeçarias, tecidos de algodão e ébano. Quanto às especiarias, estas contavam-se sempre em toneladas: mais de 400 t de pimenta, 45 t de cravo, 35 t de canela, 3 t de noz-moscada e 3 t de macis. Para desespero da maior parte dos armadores envolvidos, a fatia de leão acabou confiscada pela própria rainha<sup>26</sup>.

A seu modo, Richard Hakluyt conseguiu ser não menos feliz que a soberana já que vieram parar à sua posse tanto o *De Missione Legatorum*, como um conjunto não especificado de outros livros e cartas escritas do Japão, da China e da Índia, e ainda aquilo que os interceptores ingleses depressa se aperceberam que era um “notable register or *Matroclia* [matrícula], of the whole governemente of the *Easte India* in the *Madre de Dios*”<sup>27</sup> — não por acaso a prova que um grupo de comerciantes desta nação veio a juntar à pintura das riquezas orientais produzida por Sande e Valignano quando escreveu à rainha em 1600 com o propósito de que esta se convencesse da fragilidade

---

<sup>26</sup> Ver Charles R. Boxer, “The Taking of the *Madre de Deus*, 1592”, in *The Mariner’s Mirror – International Journal of the Society for Nautical Research*, Londres, 67 (1), february 1981, pp. 82-84; Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, vol. 1, colecção Anais — 2, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, pp. 336-337 (1.ª ed. 1966); Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 4, 1580-1603, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1993, pp. 269-273.

<sup>27</sup> Henry E. Huntington Library, Ellesmere MS 2360; cit. in D. B. Quinn & A. M. Quinn, 1974, p. 305. Cf. Braga, 1938, p. 20.

das defesas ibéricas no Oriente e lhes cedesse um diploma para negociar aí. Hakluyt ganharia também um “large Italian map of the *Malucos*”, do qual fez várias cópias e que às vezes se quer que tenha tido a mesma origem. Seja como for, o restante material era mais do que suficiente para abrir o apetite de quem se pudesse ter distraído com o carregamento aprisionado nos Açores e não tivesse visto, como o vira logo o cronista anónimo da captura, que com essa acção resultavam escancarados “those secret trades & Indian riches, which hitherto lay strangely hidden and cunningly concealed from vs”<sup>28</sup>.

O livro de Alessandro Valignano e Duarte de Sande descobriram-no os ingleses dentro de uma caixa de madeira de cedro aromático, embrulhado e reembulhado em fino tecido de calicó, “as though it had beene some incomparable iewell”<sup>29</sup>. Que o perspicaz editor londrino apenas haja seleccionado o colóquio sobre a China de entre os trinta e quatro que a obra tem é algo que não espanta, pelo menos por três motivos.

Em primeiro lugar, pelo reiterado interesse que sabemos que a Inglaterra demonstrara por aquele objectivo geográfico desde que o veneziano Giovanni Caboto regressara a Bristol em 1497 jurando ter encontrado a terra do Grande Cã pela via do Noroeste, que o seu filho Sebastião e a recém-instituída *Company of merchants adventurers for the discovery of regions, dominions, islands and places unknown* (1551) haviam despachado a frota comandada por Hugh Willoughby com o intuito de atingir o Cataio pelo Nordeste (1553), que Humphrey Gilbert publicara o seu *Discours of a discoverie for a new passage to Cataia* (1576) ou que Martin Frobisher procurara o mundo mandarim nas partes da Baía de Baffin (1576-1578).

Em segundo lugar, porque nesta secção se podiam ler, mais do que em qualquer outra, várias notícias inéditas na Europa, sabendo nós hoje do contributo emprestado por Matteo Ricci e pelos seus confrades “infiltrados” para as ricas passagens sobre a religião e a cultura chinesas que aí aparecem.

Por fim — e este argumento não foi esquecido por Richard Hakluyt — porque o colóquio em causa dispõe de uma grande unidade interna, sendo mínimos e facilmente contornáveis os laços textuais que o prendem a outras partes do escrito<sup>30</sup>. Importará saber que a tradução de Londres é quase fiel e quase completa: quase fiel porque

---

<sup>28</sup> Richard Hakluyt, *The Principal navigations*, vol. 2, Londres, 1599, p. 198; cit. in Strachan, 1974, p. 211. Ver D. B. Quinn & A. M. Quinn, 1974, pp. 305-306

<sup>29</sup> Richard Hakluyt, *The Principal navigations*, vol. 2, Londres, 1599, sig. \*4; cit. in D. B. Quinn & A. M. Quinn, 1974, p. 305.

<sup>30</sup> Ver Lach, 1974, p. 220; Loureiro, 1992b, pp. 21-25.

Hakluyt evidencia um certo gosto para amplificar diversos trechos, parafraseando-os com um propósito explicativo, e porque não deixa de errar em alguns pormenores, por exemplo quando avalia as quantidades de prata que os portugueses levavam todos os anos a Cantão; quase completa porque omite um total de cinquenta e três linhas da paginação original de Sande e Valignano<sup>31</sup>.

### *A questão da autoria*

Apesar de termos chegado até aqui sem tecer qualquer comentário a respeito, a verdade é que ainda sobeja a controversa questão da autoria do *De Missione Legatorum ad Romanam curiam*. O historiador jesuíta Daniello Bartoli (Ferrara, 1608-Roma, 1685) considerou que Alessandro Valignano não apenas foi o responsável pelo projecto editorial, mas ainda quem compilou na íntegra o livro com base nos diários dos quatro jovens de Kyûshû. Feito isto, acrescenta, o visitador encarregou “un de’Padri” de Macau de o verter para latim, sendo que o nome que pelo menos se poderia ter escusado a omitir é, obviamente, o de Duarte de Sande<sup>32</sup>. Ressuscitada nos meios italianos do século XIX e continuada por estudiosos como Henri Bernard<sup>33</sup>, Johannes Laures<sup>34</sup> ou Josef Fr. Schütte<sup>35</sup>, tal leitura mantém-se preponderante, umas vezes por inércia, outras por convicção mais consciente<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> Américo da Costa Ramalho, “Algumas notas sobre a tradução inglesa (1599) do Colóquio sobre a China, escrito em latim pelo padre Sande (1590)”, in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. 3, 1998, pp. 274-276 (1.ª ed. in *In Memoriam do Prof. Doutor F. da Gama Caeiro*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1996, pp. 65-70).

<sup>32</sup> *Ambasceria de're giapponesi al Summo Pontifice estratta dal libro I delle opere sul Giappone del padre Daniello Bartoli D.C.D.G.*, Napoles, Stabilimento Tipografico di Andrea Festa, 1851, p. 92; cit. in Américo da Costa Ramalho, “Prefácio”, in [Pe. Alessandro Valignano, S.J. &] Pe. Duarte de Sande, S.J., *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, ed. 1997, p. 14.

<sup>33</sup> Henri Bernard, “Valignani ou Valignano, l’auteur véritable du récit de la première ambassade japonaise en Europe (1582-1590)”, in *Monumenta Nipponica*, 1 (2), Tóquio, 1938, pp. 86-93.

<sup>34</sup> Por exemplo: Johannes Laures, *Kirishitan Bunko*, Sophia University, Tokyo, 1957, p. 27 (3.ª ed.); ref. in Moran, 2001, p. 8, n. 5.

<sup>35</sup> Josef Franz Schütte, *Der lateinische Dialog “De Missione Legatorum Iaponensium Ad Romanam Curiam” als Lehrbuch der japanischen Seminare*, Estratto da Studi sulla Chiesa Antica e sull’Umanesimo, in *Anacleta Gregoriana*, Roma, Pontificia Università Gregoriana, 30, 1954, pp. 245-290; ref. in Moran, *ibidem*, p. 9, n. 6.

<sup>36</sup> Ver, *inter alia*, Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, tradução de Manuel Leal Vilarinho, Macau, Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, p. 47, n. 92 (1.ª ed. 1959) [Boxer, ed. 1989a]; Joseph Dehergne, *Répertoire des Jésuites de Chine, de 1552 à 1800*, Roma, IHSI, 1973, p. 741; Loureiro, 1992b, p. 18; p. 27, n. 11; Bésineau, 1998, pp. 179-180, n. 4; Costa, 1999b, p. 51.

À parte o que possa haver de tendencioso na alegação de Bartoli, é um facto que o conteúdo de uma carta enviada de Macau ao geral da Companhia pelo próprio Pe. Valignano, em 1588, corrobora a sua ideia. Escreveu o missionário italiano: “El libro del viaje destes cavalleros japones que escrivi el año pasado a V. P. que haria y embiaria este año, aunque lo comencé también no lo pude acabar. Mas con ayudo de Dios agora lo acabaré aquí en la China, y creo que será obra mui provechosa para Japon, y el padre Duarte de Sande que aqui está lo hará en latin, porque es mui buen retorico, y después de hecho se embiará a V. P.”<sup>37</sup>.

Dir-se-á, com alguma base, que Valignano não afirma mais do que acabámos de ler, ou seja, que começara a redigir um livro e que suspendera a respectiva composição em parte incerta. Dir-se-á também que noutra missiva que despachou para o mesmo destinatário cerca de dez meses depois sobram ainda menos argumentos para sustentar a exclusiva paternidade de Alessandro Valignano no caso, a menos que então se tenha apossado dele um súbito gosto pelo plural magestático. É que aí começou a explicar-se nestes termos: “El año pasado escrivi a V. P. que yvamos aqui haziendo un dialogo de la mission de los Señores iapones, y que despues de hecho le trasladeria en latin el padre Duarte, ha se hecho todo por la gracia de N. Señor y creo que será cosa provechosa para Japon [...]”<sup>38</sup>. De qualquer modo, três dias volvidos foi a vez de Duarte de Sande contar ao geral Claudio Acquaviva que Valignano lhe pedira “que fiziesse en lengua Latina un dialogo que el ordeno de la viage de los señores Japones”, acabando a confessar o seguinte: “El juizo que tiene el padre Visitador me tiene ajudado mucho para lo censurar a lo menos en la disposición y orden allende de el me dar todo hecho en vulgar. Mas como yo abbreviava y mudava el ajudado mucho con su censura”<sup>39</sup>.

Aqueles que negam que a autoria do *Dialogus* pertença a Alessandro Valignano, seja em que modalidade for, têm como primeiro argumento a licença eclesiástica que o próprio vem a assinar em conjunto com os padres Antunes e Ávila em Outubro do ano seguinte e onde se diz ter sido o livro “*compositum a patre Eduardo de Sande nostrae Societatis*”. No *imprimatur* que a antecede, o bispo D. Leonardo de Sá afirma o

---

<sup>37</sup> Carta do Pe. Alessandro Valignano ao geral da Companhia, Macau, 23 de Novembro de 1588, ARSI, *Jap. Sin.*, 11.1., fl. 27r.; cit. in Ramalho, “O padre Duarte de Sande, S. I., verdadeiro autor...”, in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. 3, 1998, p. 218.

<sup>38</sup> Carta do Pe. Alessandro Valignano ao geral da Companhia, Macau, 25 de Setembro de 1589, ARSI, *Jap. Sin.*, 11.1., fl. 157r.; cit. in Ramalho, *ibidem*, p. 218.

<sup>39</sup> Carta do Pe. Duarte de Sande ao geral da Companhia, Macau, 28 de Setembro de 1598, ARSI, *Jap. Sin.*, 11.1., fl. 169r.; cit. in Moran, 2001, p. 13 e p. 14, n. 32.

mesmo<sup>40</sup>. Depois, na carta dedicatória que Valignano dirige aos alunos dos Seminários japoneses (fl. A2) volta a explicitar-se com aparente transparência qual a tarefa que coubera ao sacerdote português. Numa das traduções possíveis, temos: “Veio agora felizmente à luz este livro, cujos factos foram todos diligentemente anotados pelos embaixadores da vossa pátria, enviados à Cúria Romana, e por mim confiados com maior empenho ao padre Duarte de Sande, da nossa Companhia, que agora vive na China e outrora se dedicou ao estudo de Humanidades e sempre teve o maior interesse pelas vossas coisas, para que ele, coligindo as informações dos próprios legados, as ordenasse e passasse para latim, compondo-as, para maior clareza, num diálogo entre os embaixadores, companheiros e parentes uns dos outros, que fosse de proveito vosso”<sup>41</sup>. Por último, ainda que sem escamotear que a iniciativa e a escolha da popular forma dialogal houvessem partido do visitador das Índias Orientais, na carta dedicatória em que saúda Acquaviva Sande não se demite uma única vez do papel de autor<sup>42</sup>.

Quando existir, ou parecer existir, contradição entre minutas para consumo público como estas quatro últimas e documentos privados como a carta que Sande enviou para o geral em finais de Setembro de 1589, aconselha a boa crítica que concedamos o benefício da dúvida à parte espontânea e suspeitemos da parte mais formal das provas disponíveis. É o que acaba de realizar J. F. Moran num artigo onde, a nosso ver, não só se exploram convincentemente algumas ambiguidades dos dizeres da portada da obra e das duas cartas-dedicatória que traz, como várias passagens menos vistas e várias incoerências das referidas cartas que Valignano e Sande dirigiram a

---

<sup>40</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, ed. 1997, p. 18.

<sup>41</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, “Carta dedicatória do Pe. Alessandro Valignano aos alunos dos Seminários japoneses”, ed. 1997, cit. p. 19. O mesmo trecho no original: “*Hic ergo feliciter in lucem prodit, cuius res omnes a uestrae patriae legatis ad Romanam curiam missis diligenter sunt notatae, et Eduardo de Sande nostrae Societatis Sacerdotis in Sinico regno nunc degenti, olim studiis humanitatis dedito, semper uestrarum rerum studioso summopere a me commendatae: ut eas ex ipsorum legatorum scriptis collectas et dispositas Latinis traderet, et causa perpiciuitatis dialogum inter legatos, socios et consanguineos habitum ad uestram utilitatem componeret*” — Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam*, Macau, 1590, cit. fl. A2. Ver Ramalho, 1997, p. 14.

<sup>42</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, “Carta dedicatória do Pe. Duarte de Sande ao Pe. geral Claudio Acquaviva”, ed. 1997, p. 21; Américo da Costa Ramalho, “Duarte Sande”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 22, Lisboa, Editorial Verbo, 1991, cols. 782-783; Ramalho, 1997, pp. 13-14.

Acquaviva pelo correio ordinário da Companhia, entre Novembro de 1588 e Setembro de 1589<sup>43</sup>.

Estamos avisados por quem procedeu a uma leitura mais ou menos atenta dos trinta e quatro colóquios de que a pessoa que os preparou recorreu a inúmeros exemplos da História de Portugal para ilustrar outros tantos aspectos da vida europeia, o que é de convir que vai pouco com a figura do jesuíta napolitano. Também se coadunam pouco com ele as reiteradas referências às virtudes dos lusitanos, à invencível fortaleza dos seus marinheiros e soldados, à fidelidade que votavam à Coroa e aos representantes desta na Índia, ao modo leal como se relacionavam com os povos orientais ou à forma benigna como tratavam os escravos. No mesmo sentido, as lembranças em tom nostálgico do Colégio e da cidade de Coimbra que temos no colóquio XXXI sugerem sobretudo a pena de alguém que por lá tenha passado. Mais: em certas passagens percebe-se de imediato o uso implícito de textos de Garcia de Resende, Damião de Góis ou D. Jerónimo Osório, assim como de prosas e versos latinos do humanista André de Resende, o que, no geral, torna a bater pouco certo com os horizontes culturais de Valignano<sup>44</sup>. Simplesmente, nem é plausível que o *De Missione Legatorum* não integrasse achegas de alguns dos jesuítas lusos que se cruzaram com Valignano durante o período de gestação da obra, a começar pelo Pe. Diogo de Mesquita, nem as demonstrações de evidente portuguesismo que acabámos de referir deixam de ser ensombradas pela diferença que há entre a largueza de detalhes e a adjectivação entusiástica emprestadas às notas sobre a passagem dos legados nipónicos pelas cidades italianas e a relativa modéstia dos trechos que recriam a ida e a volta daquele cortejo por terras de Portugal e Espanha<sup>45</sup>.

Em síntese, pensamos que não resta muita margem para negar a Valignano a efectiva responsabilidade pelos sucessivos trabalhos de conferir as notas de viagem dos japoneses, de escutar os testemunhos orais que as completaram e de compôr em vernáculo — o que aqui quis dizer espanhol<sup>46</sup> — o essencial deste diálogo. Quanto a Duarte de Sande, ter-lhe-á sobretudo cabido abreviar parte do manuscrito que lhe foi

---

<sup>43</sup> Ver Moran, 2001, pp. 7-20. Ver também: Engelbert Jorissen, “Exotic and *strange* images of Japan in European texts of the early 17<sup>th</sup> century”, in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 4, June 2002, p. 42.

<sup>44</sup> Ramalho, 1997, pp. 14-15; Ramalho, “O padre Duarte de Sande, S. I., verdadeiro autor...”, in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. 3, 1998, pp. 209-219.

<sup>45</sup> Ver Juan Gil, “Europa se presenta a sí misma: el tratado *De missione legatorum Iaponensium* de Duarte de Sande”, in Carneiro & Matos (eds.), *O Século Cristão do Japão*, 1994, pp. 413-415.

<sup>46</sup> Ver Carta do Pe. Alessandro Valignano ao geral da Companhia, Macau, 25 de Setembro de 1589; cit. in Morán, 2001, p. 13.

entregue e assinar o latim ciceroniano de todas as 436 páginas que nos chegaram. Contudo, também é nossa convicção que o Pe. Sande participou de um modo bastante activo na escrita ou na reescrita do colóquio chinês. Como tentaremos demonstrar quando analisarmos o respectivo enredo, isso parece-nos de tal forma claro que é legítimo questionar se, pelo menos nesse segmento, Sande não acabou por substituir o rascunho que o seu superior lhe haverá submetido por outro da sua inteira autoria.

Duarte de Sande, falta dizê-lo, nasceu em Guimarães em 1547 e professou na Companhia de Jesus, na casa lisboeta de São Roque, em Junho de 1562<sup>47</sup>. Ensinou a cadeira de Retórica no Colégio das Artes de Coimbra e recebeu a ordenação sacerdotal em 1577. Integrou o grupo de jesuítas que partiu para a Índia em Março de 1578 e entre os quais se contavam Michele Ruggieri e Matteo Ricci. Depois de ter sido professor e responsável pelos estudos no Colégio de Goa, veio a ser reitor do Colégio de Baçaim. Tornou-se professo de quatro votos em 1584, seguindo em Maio de 85 para Macau, onde chegou a 31 de Julho junto com aquele António de Almeida que acompanhará Ruggieri na viagem que este fará no ano seguinte à capital do Zhejiang<sup>48</sup>. Superior da Missão da China entre 1585 e 1597, Sande foi também reitor do Colégio de Macau (1594-1597) e realizou visitas às residências do interior do Celeste Império — Zhaoqing e Shaozhou — entre Agosto de 1585 e Novembro de 1587 e, de novo, em 1591<sup>49</sup>. Morre no porto macaense em Junho de 1600. Coube-lhe enviar ao Pe. geral uma importante primeira notícia sobre a nova Missão da China (1589)<sup>50</sup> e escrever as duas primeiras

---

<sup>47</sup> É habitual considerar o dia 4 de Novembro de 1531 como data de nascimento do Pe. Sande. Contudo, a passagem da carta ânua do Colégio de Macau em que o Pe. Jerónimo Rodrigues *senior* faz o respectivo obituário obriga a corrigir aquela ideia e a situar em 1547 esse acontecimento. Ver carta ânua do Colégio de Macau, 17 de Janeiro de 1600, British Library, Londres, *Add.* 9859, fl. 60r.; pub. in *Cartas Ânuas do Colégio de Macau*, 1999, p. 89. Cf., *inter alia*, Pfister, 1932, p. 44; Ramalho, 1997, p. 16.

<sup>48</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

<sup>49</sup> Ver Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, Parte I, liv. II, cap. IX — “Entre tanto que se divulga em Europa a entrada dos Padres na China, sae della o Padre Sande. Vem-se em aperto os que ficam”, ed. 2001, pp. 64-68; idem, *ibidem*, Primeira Parte, liv. II, cap. XII — “Residencia e nova Casa na Cidade Xão Cheu, na Provincia de Quám Tum”, ed. 2001, p. 84; idem, *ibidem*, Primeira Parte, liv. II, cap. XIII — “Promovem-se as cousas de Xão Cheu; Com a amisade de hum nobre socega-se o primeiro trabalho”, ed. 2001, p. 87.

<sup>50</sup> Carta do Pe. Duarte de Sande ao Pe. geral, Macau, 28 de Setembro de 1589, in *Lettere del Giappone et della Cina de gli'anni MDLXXXIX & MDXC. Scritte al R.P. General della Compagnia di Giesy*, Roma, appresso Luigi Zannetti, 1591, pp. 174-186. Reeds.: Milão, Pacifico Ponti, 1592; Brescia, appresso Vincenzo Sabbio, 1592; Veneza, appresso Gio. Battista Ciotti, 1592). Trad. espanhola in Pe. Gaspar Coelho, S.J. (ed.), *Relacion de vna gravissima persecuciõ, que vn tyrano de los Reynos de Iapon, llamado Cãbucodono, ha leuãtado contra los christianos, en los años de 88. y 89. Y de las marauillas que nuestro Señor ha obrado por medio della. Escrita por los padres de la Compañia de Iesvs que residen en el Iapon*, Madrid, Pedro Madrigal, 1591. Hipotética 1.ª ed. in Pe. António de Vasconcelos, S.J. (ed.), *Persecution de un tirano del Japon contra los christianos, los años de 1585 a 1589*, s.l.n.ed., 1591.

Ver Antonio de Léon Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cols. 162 e 181; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1,

cartas ânuas do Colégio de Macau — 28 de Outubro de 1594<sup>51</sup> e 16 de Janeiro de 1596<sup>52</sup>. Em Coimbra guardam-se vários manuscritos da sua autoria, designadamente dois discursos em louvor da rainha Santa Isabel (c.1270-1336), um de 1572 e o outro de 1574. O segundo destes intitula-se: “*De laudibus diuae Elisabethae Lusitanorum Reginae Oratio 2.ª habita ab Eduardo de Sande Conimbricae 1574*”<sup>53</sup>.

## 2. — Dizei-nos, ò Miguel, como é o reino da China

Como retórico mais ou menos experimentado, Alessandro Valignano não necessitaria recuar a Platão ou a Cícero para conferir a instrumentalidade didáctica do diálogo. Cingindo-se à tradição cristã, dispunha dos debates apologéticos concebidos por Minúcio Félix no *Octavius* (séc. III), da proposta de modelos hagiográficos do *Liber Dialogorum* de Gregório Magno (séc. VI), das aplicações à instrução catequética ou gramatical oferecidas por Alcuíno (séc. VIII), dos usos que Anselmo fizera desta forma literária no terreno da discussão teológica (séc. XI) ou das obras daqueles muitos mestres que a utilizaram para a efusão mística<sup>54</sup>.

Escolhida a forma de exposição, faltava apenas seleccionar como interlocutor uma figura simultaneamente verosímil e honorável em quem o jesuíta pudesse delegar o essencial do discurso e o essencial das suas próprias opiniões sem que os inteligentes e orgulhosos japoneses a quem o escrito ia destinado suspeitassem que era um estrangeiro que falava por ele. Ora, ninguém melhor do que Miguel Chijawa para esse desempenho, pois tratava-se de um natural do país que acumulava o estatuto de nobre de alta estirpe — dois argumentos de peso numa sociedade que tinha a xenofobia no sangue e cuja ordem feudal jamais conhecera algo equivalente quer à influência que a tradição jurídica de Roma tivera sobre vários dos feudalismos europeus, quer às Cortes com

---

ed. 1965, p. 412; Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 1, 1890, col. 192; idem, *ibidem*, vol. 7, 1896, col. 546; Carayon, 1970, p. 83; Costa, 1999a, pp. 268-269, refs. 363-366 e 375-377.

<sup>51</sup> Carta ânuas do Colégio de Macau, 28 de Outubro de 1594, ARSI, *Jap.-Sin.*, 52, fls. 40v.-46r., pub. in *Cartas Ánuas do Colégio de Macau*, 1999, pp. 55-67.

<sup>52</sup> Carta ânuas do Colégio de Macau, 16 de Janeiro de 1596, ARSI, *Jap.-Sin.*, 52, fls. 118r.-123r.; pub. in *Cartas Ánuas do Colégio de Macau*, 1999, pp. 68-79.

<sup>53</sup> Biblioteca da Universidade de Coimbra, Miscelânea manuscrita nº 993, fls. 161 e segs.. Ver Pfister, 1932, pp. 44-45; Ramalho, 1997, p. 16; Costa, 1999b, p. 51; Horácio Peixoto de Araújo, *Os jesuítas no Império da China – O Primeiro Século (1582-1680)*, colecção Memória do Oriente — 16, Macau, Instituto Português do Oriente, 2000, pp. 104-106.

<sup>54</sup> Ver Aires A. Nascimento, “O diálogo de André do Prado com o Infante D. Henrique: o *Horologium Fidei*”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 7, Março 1994, pp. 88-89.

representação dos grupos populares que os reinos ibéricos começaram por instituir no século XII<sup>55</sup>.

### *Ver um pouco melhor o sertão*

No colóquio XXXIII do *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam*, aquele que se concentra nos “costumes e administração” do reino da China, Miguel responde isolado às perguntas de dois dos seus hóspedes na fortaleza de Arima, Lino e Leão. Fora deste segmento da obra, os chineses e a China surgem referidos de relance um par de vezes, a primeira para sublinhar a desconfiança deste povo para com os estrangeiros a propósito dos tempos iniciais de Macau (colóquio II)<sup>56</sup>, a segunda para lembrar que ainda restavam alguns vestígios ténues do domínio que haviam exercido sobre vastas regiões da Ásia marítima, caso do nome dos baixios “Chilaicos”, situados entre Ceilão e o Cabo Comorim (colóquio III)<sup>57</sup>.

Bastaria esta última referência para compreender que as fontes manuseadas por quem o escreveu — textuais ou outras — não se limitaram ao que vinha na *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano nem ao que Matteo Ricci e os demais missionários fixados nos dois referidos postos do Guangdong lhe poderão ter feito chegar. Supomos que o exame interno do trigésimo terceiro colóquio, que apresentaremos de seguida, demonstrará isso mesmo. Para já, esta lembrança dos baixios de Chilão está tão próxima do texto da *Terceira década da Asia* de João de Barros que o que nos ocorre de imediato é que a génese foi essa e nenhuma das outras também possíveis, do “coloquio decimo quinto” do livro de Garcia de Orta ao capítulo II do *Tractado* de Gaspar da Cruz, passando pelo capítulo X do *Discvrso* de Bernardino de Escalante<sup>58</sup>.

Os autores do colóquio XXXIII — já que, como defendemos, o Pe. Duarte de Sande emprestou, no mínimo, um forte contributo pessoal a este segmento — não são totalmente omissos quanto a quem desempenhou o papel de seus informadores.

---

<sup>55</sup> Ver, *inter alia*, Cabezas, 1995, p. 26.

<sup>56</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio II — “Trata-se da viagem feita do Japão até ao porto de Macau do reino da China, e daí até o estreito de Singapura”, ed. 1997, p. 34. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 13.

<sup>57</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio III — “Sobre a chegada à cidade de Malaca na Áurea Quersoneso, e daí à cidade de Cochim na Índia Citerior”, ed. 1997, cit. p. 41. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 21.

<sup>58</sup> Ver *supra*, III, Parte II, cap. 10-6.

Contudo, nem isso é suficiente para esclarecer todas as nossas dúvidas, nem permite decifrar qual a quota-parte de responsabilidade de ambos por várias das novidades que o texto oferece. Por exemplo, recorde-se que Sande vivia há cerca de cinco anos entre Macau e a residência que Matteo Ricci e Michele Ruggieri tinham aberto em Zhaoqing, em 1583, pelo que o seu testemunho valeria por certo mais que o cómodo “ouvi dizer” que se utiliza para quantificar um carregamento de ouro da China para a Índia efectuado no exacto ano em que o *Dialogus* era redigido (1589, como deduzimos)<sup>59</sup>. Em qualquer caso, os padres da Companhia de Jesus merecem-lhes três menções explícitas, ainda que genéricas<sup>60</sup>. Mais enigmáticos são os comentários ao que “alguns europeus” pensavam a respeito do povoamento do Império<sup>61</sup> e, sobretudo, aos “rumores certos” que lhes tinham chegado sobre o quotidiano do imperador em Pequim<sup>62</sup>. Quanto ao uso de fontes escritas e cartográficas locais, se este parece admissível no que toca às suas “numerosas e verídicas histórias”<sup>63</sup>, passa a não ser de todo seguro no caso de um “mapa em que os chineses desenham a forma do seu reino”<sup>64</sup> porque aqui — vê-lo-emos de imediato — existe a forte probabilidade de se estar a reproduzir uma leitura de terceiros.

De facto, à pergunta sacramental, posta na boca de Lino, sobre a situação geográfica do reino tanto se responde com “a verdade recebida dos padres da Companhia que vivem na China”<sup>65</sup>, como com a alegada leitura daquele mapa. Só que nem uma nem outra destas declarações nos parece demasiado honesta ou, pelo menos, suficiente. Depois de uma soma de dados banais sobre a posição relativa da China no continente e face a “nosso Japão e Manilha”, Miguel diz dos 19º lat. N da ilha de Hainão, do prolongamento da costa fronteira para Leste até ao “promontório da cidade que se chama Nimpô” e da inflexão da mesma para Norte até aos “cinquenta graus e talvez mais”, ou seja, aquilo que recordaremos ter sido expresso na *Década III* de João de Barros. A isto acrescenta um cálculo de 540 léguas para a latitude do reino, enquanto

---

<sup>59</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII — “Trata-se do reino da China, seus costumes e administração”, ed. 1997, cit. p. 332. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 383.

<sup>60</sup> Ver idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 329, 330 e 331. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 379, 381 e 382.

<sup>61</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 331. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 381.

<sup>62</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 339. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 392.

<sup>63</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 331. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 382.

<sup>64</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 329. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 379.

<sup>65</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 329. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 379.

se refugia na falta de estimativas consistentes para se abster de indicar o valor da longitude em graus. Neste ponto, o mais que afirma é que o tal mapa chinês dá a entender que “a longitude é superada pela latitude por um pequeno intervalo”<sup>66</sup>.

Pois bem: Barros não apenas se quedara pelos valores da “largura” pela mesma sorte de motivos, como aproveitara a oportunidade para aludir à já famosa “carta de Geographia de toda aquella terra” e retirar daí as dimensões da Grande Muralha da China<sup>67</sup>. O único pormenor que aqui destoa em relação ao que está nas *Décadas* é esse da forma quase quadrangular da China, ideia que também foi adiantada por Matteo Ricci na carta que escreveu a Juan Bautista Román em Setembro de 1584<sup>68</sup> e que se manterá na sua correspondência até às vésperas de 1597, quando começa a corrigir o “dogma” dos 50° lat. N que se costumavam atribuir à posição de Pequim<sup>69</sup>. Por outro lado, não sobra aqui qualquer vestígio do rascunho astronómico que Alessandro Valignano apresentara no capítulo XXVI da *Historia del principio y progresso*<sup>70</sup>. Ora, se ainda admitissemos a possibilidade de Valignano ter sido o único responsável por esta parte do *De Missione Legatorum*, como justificariamos um desentendimento tão radical com esse manuscrito anterior, a ponto de agora se deixar em branco o cálculo da máxima distância Leste-Oeste que então não se temera expôr?

A natureza complexa da construção textual de Alessandro Valignano e Duarte de Sande continua a sentir-se ainda na mesma resposta, quando à imagem da extensão inigualável do reino da China se acrescenta uma referência à sua extraordinária fertilidade, alguns detalhes sobre o tipo de tributos imperiais e várias linhas sobre a grelha provincial. Nos dois primeiros pontos existe uma considerável coincidência com

---

<sup>66</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. p. 329. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 379.

<sup>67</sup> João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cit. fl. 44v. Ver *supra*, Parte II, cap. 10-1.

<sup>68</sup> “Quanto á la situación de la China parece que haze una quadra, la qual comiença del poniente de la Cochinchina, hasta lebante á la punta de Chincheo, provincia de la misma China, desde donde buelve la costa hazia Japón, que será desde ciento veinte grados ó ciento treinta y siete de longitud de las yslas Fortunadas, como é visto claramente por dos eclipses de la luna, el uno observado en Macan, muy diligentemente, y el otro aqui en Juaquim, que no está en muy diferente meridiano de Macan, y hallámonos en ciento veinte y quatro grados, poco más o menos [...]” — Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, cit. p. 38.

<sup>69</sup> “In questa uscita, o per dir meglio entrata più dentro della Cina [até Nanchang], che pigliai sempre il sole, discoprii molto, specialmente per la città regia [Pequim], che sta molto manco settentrionale di quello che lo facevamo. E ponendola alcuni in cinquanta gradi, ho ritrovato che sta un mese di cammino ordinario lontano da questa di ventinove gradi e mezzo [Nanchang]; per il ché non può passare di quaranta gradi; perciöchè, sebene fosse sempre diritto al settentrione e senza fermarsi nessun di e ogni giorno andassemo ventidue miglia, non ponno essere più di quaranta, benchè sempre è necessario aspettare e non si va sempre dritto al settentrione [...]” — Carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Giulio Fuligatti em Roma, Nanchang, 12 de Outubro de 1596, ed. 1913, cit. pp. 217-218. Ver Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. II, ed. 1942, vol. 1, p. 13, n.1.

<sup>70</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 14-2.

o que está na *Historia* de Valignano e, ainda que desta vez nada seja dito sobre os montantes colectados, a indicação de que os impostos eram exigidos “não apenas pelos campos, casas e transporte de mercadorias, mas por cada família individualmente considerada” volta a deixar-nos muito perto do respectivo vigésimo sexto capítulo<sup>71</sup>. Porém, uma nota suplementar sobre a capacidade exclusiva que o soberano dispõe de cobrar rendas particulares dos territórios sob sua jurisdição desvia-se do manuscrito que o visitador completara em 1583 para se reaproximar do que Ricci transmitiu ao feitor Román em 1584<sup>72</sup>. Para a contagem das quinze províncias, a sua repartição entre marítimas e interiores e a ordem das duas sequências, a *Terceira decada* continua a ser o escrito mais semelhante (só onde Barros referiu “Quincij” Sande e Valignano optaram por “Paquim”). O que autor da *Ásia* não especificara, ao contrário de Valignano na sua *Historia del principio*, fora a breve história das cidades reais de Pequim e Nanquim com que se encerra o apontamento<sup>73</sup>.

Com os esclarecimentos sobre o “muro admirável” que continha e repelia os ataques desferidos pelos tártaros sucede algo parecido, não sendo de excluir que o caso até se complique por um eventual recurso suplementar ao capítulo IV do *Tractado da China* de Gaspar da Cruz. É que se Miguel nos diz — tal qual Valignano na sua *Historia* — que a Grande Muralha se estendia por quase trezentas léguas, logo acrescenta — tal qual Fr. Gaspar<sup>74</sup> — que era muito provável que a mesma não fosse contínua, mas que atravessasse apenas as passagens baixas e fáceis, deixando que as montanhas cumprissem o seu papel de barreira natural nas partes inexpugnáveis<sup>75</sup>. Como sabemos, João de Barros começou por duvidar desta hipótese, mas acabaria por defender a natureza contínua da construção depois de a ver representada na cosmografia

---

<sup>71</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 329. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 380. Ver Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fls. 116-119, ed. 1944, pp. 220-225.

<sup>72</sup> “[...] Dexemos agora al rey, que, por quenta de pluma, es el más rico de renta que ay en todo el mundo, por que en todos sus reynos, quan grandes son, no ay ningun señor de título ni de una villa, y de todo quanto se coje, allende de otros tributos y alcabalas, le pagan el noveno y diezimo, no me acuerdo bien qual” — Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, cit. p. 43.

<sup>73</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 329-330. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 380.

<sup>74</sup> Ver Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. IV, ed. 1984, p. 800.

<sup>75</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 330. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 380-381.

chinesa que encomendara<sup>76</sup>. Neste particular, o único ponto relativamente original cedido pelo *De Missione* prende-se com a especificação das três províncias fronteiriças atravessadas pela muralha: “Xiensi, Xansi e Paquim”<sup>77</sup>.

Da geografia física, Lino leva a conversa para as multidões da China, tão desconcertantes por si próprias como pela forma ordenada como se distribuíam pelas vilas e cidades. Aqui, quer as denominações e o número das três principais categorias de aglomerados, quer a identificação das duas “vilas menores”, tornam a transitar da *Historia del principio y progreso* — a dupla Sande e Valignano apenas deixa por nomear e contar as “Huy” e por contabilizar os “lugares de guarniciones” vistos por Valignano em 1583. À margem disso, explica duas coisas para as quais não era necessária qualquer ajuda literária: que os chineses designavam por “Coancheufu” e por “metrópole” aquela cidade a que os portugueses chamavam “pelo nome vulgar de Cantão” (a confusão entre o nome da cidade e o da província que vinha do tempo dos pioneiros lusos da década de 1510), tal como reconheciam por “Hiansanhien” a vila próxima de Macau que os mesmos portugueses apelidavam de “Ansam”<sup>78</sup>.

Vindo a talho de foice falar nos barcos-residência que acomodavam famílias inteiras, tanto no mar como nos rios, o discursista aproveita para corrigir o “certo exagero” daqueles europeus que, induzidos pelos inúmeros e largos cursos de água que cruzavam o país, se tinham convencido “de que a água é não menos habitada pelos chineses do que a terra”<sup>79</sup>. Dado que o Pe. Valignano escrevera, precisamente, que a China “no parece menos poblada en el agua que en la tierra, porque toda la China está cortada de muy grandes y hermosos ríos, en la qual hay infinitas embarcaciones que sirven de casas, donde vive infinidad de gente de noche y de día con sus familias”<sup>80</sup>, não só supomos ter encontrado um dos visados, como demonstrado em definitivo que pelo menos o colóquio XXXIII do *De Missione Legatorum* não foi apenas obra do jesuíta italiano. Diga-se, já agora, que Matteo Ricci repetiu esta leitura quando considerou que a confusão de cascos, mastros e remos sobre os rios e canais da China

---

<sup>76</sup> Ver João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, fls. 44v.-45r.

<sup>77</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 330. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 380.

<sup>78</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. p. 330. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 381.

<sup>79</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 331. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 381.

<sup>80</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fl. 115, ed. 1944, cit. p. 218.

era tal “che fece dire, ad uno de’ nostri scrittori, che tanta gente in essa stava sopra l’acqua come sopra terra; il che, sabene non è vero, nondimeno è cosa che può parer vera a quei che solo fanno viaggio per i loro fiumi”<sup>81</sup>.

Na seguinte pergunta, deixada a cargo de Leão, introduz-se outra vez um conjunto de tópicos em absoluto conformes com o espírito dos capítulos chineses da *Historia del principio y progreso*: os da extrema fertilidade do solo, da invejável salubridade dos ares e da afamada paz do reino. Não obstante, não só esta leitura acrescenta bastantes elementos aos antes elencados por Alessandro Valignano, como, sobretudo, aposta desde o início em relativizar a imagem de um país superlativamente positivo que o visitador aí herdara de outros. Exemplifica o que acabamos de dizer a afirmação segundo a qual era mais corrente do que verdadeira a ideia de que a China nunca tinha sido tocada pelos três flagelos que mais afligiam o género humano, “a saber, a guerra, a fome e a peste”<sup>82</sup>.

É certo que esta fórmula tem muito de circunstancial, mas recordaremos que ela tinha sido também uma frase de Fernão Lopes de Castanheda<sup>83</sup>. Por outro lado, Miguel nega-se a reconhecer que a abundância e a fartura chinesas fossem comparáveis às da Europa, o que nos dá outra divergência explícita com os considerandos de Valignano datados de 1583. É também certo que os objectivos panegíricos que comprometiam o diálogo podem ter forçado, mais do que um genuíno rigor intelectual dos autores ou o testemunho das crónicas locais que estes alegam ter lido, um conceito algo mitigado da abundância sínica. Seja como for, a noção que se instala aqui é a de que a celebrada riqueza da China só supera a das demais regiões do Oriente e nunca a do incensado Ocidente<sup>84</sup>.

Entre os pontos que neste retrato concordam com o que está na *Historia* de Valignano destacamos o rol e a ordem por que aparecem nomeados os principais produtos minerais. Podem-se-lhes juntar as referências ao azougue, à seda ou ao almíscar, desde que consideradas sem as explicações que Alessandro Valignano e

---

<sup>81</sup> Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. III, ed. 1942, vol. 1, cit. p. 20.

<sup>82</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 331. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 382.

<sup>83</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

<sup>84</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 331. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 382; idem, *Um Tratado sobre o Reino da China*, ed. 1992, p. 71, n. 44; Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fls. 116-117, ed. 1944, p. 220.

Duarte de Sande associam a estes dois últimos produtos. Entre as principais diferenças entre um e outro destes textos encontramos justamente essas notícias sobre o processo de fabrico da seda (as quais incluem a descrição de uma cerimónia imperial que o promove) e sobre a origem do almíscar (igual à que vem no cap. III do *Tractado* de Gaspar da Cruz e se reedita no cap. VII do *Discvrso* de Escalante)<sup>85</sup>.

À margem da *Historia del principio y progreso* identificamos também aqui aquilo que Sande e Valignano contam por interposto Miguel sobre a longevidade das gentes da China, sobre as suas práticas médicas à base de jejuns, infusões de ervas e poções ligeiras, sobre os “dois mil pães de ouro” acabados de transportar para o Japão a bordo de um navio português, sobre o mínimo de 40 milhões de sestércios de prata que os mercadores lusitanos injectavam todos os anos no mercado de Cantão, sobre a imensa quantidade de pérolas que saía de Hainão (nota algo semelhante à que referimos constar de uma carta do Pe. Baltasar Gago transcrita no livro III da *História da Índia* de Maffei<sup>86</sup>), sobre as três naus de seda bruta que se despachavam anualmente de Macau para a Índia mais a quarta que ia para o arquipélago nipónico, sobre a limpeza, a beleza e a resistência da porcelana, sobre o exclusividade do fabrico do vidro na província de Jiangxi, sobre as propriedades curativas “daquele pau que, por antonomásia, se chama chinês” (possível empréstimo do 47.º colóquio de Garcia de Orta<sup>87</sup>) ou sobre a fraca aptitude da terra da China para produzir trigo, vinho e azeite<sup>88</sup>.

Completada a dissertação sobre os predicados materiais do mundo chinês, abre-se um espaço para enaltecer com um pouco mais de detenção a amenidade climática e a doçura paisagística do reino. O pretexto são agora as qualidades figurativas de umas pinturas chinesas que Leão diz ter visto, mas um leitor cauteloso perceberá que se trata de outro artifício de escrita, no caso sugestionado por uma frase da *Historia del principio y progreso* em que Valignano afirma que a natureza se tinha esmerado tanto

---

<sup>85</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 331-333. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 382-384; Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. III, ed. 1984, p. 796; Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. VII, ed. 1992, fl. 33r.

<sup>86</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 15-1.

<sup>87</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-6.

<sup>88</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. pp. 332 e 333. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 383 e 385. Ver idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 331-334. CF. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 382-385.

em fazer aquela terra fresca e abastada que esta “más parece cosa pintada que hecha por naturaleza”<sup>89</sup>.

Para justificar o terceiro dos atributos que faziam a felicidade da China, o da tranquilidade e da paz, torna a recorrer-se ao antigo manuscrito do visitador, porquanto o motivo que se evoca para o justificar é o do respeito cego que a gente comum tinha pelos magistrados inferiores, o que os magistrados inferiores tinham pelos superiores e, finalmente, o que estes tinham pelo próprio rei. Não contentes com o plágio ou com a auto-citação, Sande e Valignano parecem continuar a guiar-se por aquela *Historia* quando acrescentam o louvor da “indústria deste povo” e repõem uma série de motivos mais ou menos vulgares e mais ou menos ligados ao tema: o do engenho manual, o do desprezo pelos estrangeiros, o dos hábitos de vestir e pentear ou o da língua única que supera os particularismos idiomáticos das diversas províncias<sup>90</sup>.

Por mais banais que também nos possam parecer, o caso é que um dos conjuntos de sinais da exemplaridade civilizacional da China que Alessandro Valignano e Duarte de Sande a seguir nos facultam podia provir tranquilamente — como aquele outro dos baixios do Coromandel que já vimos — da *Terceira década* de João de Barros. Prende-se esse com a industriiosidade que os chins manifestavam na confecção de canhões e no fabrico da pólvora, com o saber náutico e militar que cultivavam desde a antiguidade e com a prudente decisão que os teria levado a prescindir do domínio que exerciam em diversas partes da Índia para salvaguardar o essencial do seu poderio entreportas.

Só depois desta reposição noticiosa Sande e Valignano têm oportunidade de actualizar o seu escrito com uma breve crónica do domínio dos Yuan e da sua derrota frente à dinastia reinante. Em qualquer caso, o reflexo é logo o de retomar duas das mais datadas ideias de Valignano: a de que os duzentos anos de paz que duravam haviam corrompido os hábitos e deixado os chineses que viviam abaixo de Pequim efeminados e sem coragem; e a de que, conforme o exemplo das hostes que tinham continuado mobilizadas a Norte na guerra com os tártaros, apenas lhes bastaria um pouco de disciplina e prática militar para voltarem a ser o que tinham sido quando fora necessário

---

<sup>89</sup> Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVI, fls. 119-120, ed. 1944, cit. p. 226. Ver Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 334. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 385.

<sup>90</sup> Ver idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 334. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 385-386.

“levantar a cabeça e erguer-se” contra o invasor estrangeiro<sup>91</sup>. A sequência encerra com um parágrafo sobre as hierarquias militares — comandantes das guarnições, chefia provincial do “chumpino” e poder supremo do “tutano” — que talvez volte a repousar na minuta que Barros imprimiu em 1563<sup>92</sup>.

### *Crónica indiscreta dos mandarins*

Já alguém notou que o livro dos padres Valignano e Sande revela sinais repetidos de uma composição apressada, tanto na paginação como na monotonia do vocabulário e da sintaxe<sup>93</sup>. O próprio Duarte de Sande escreve na epístola introdutória a Acquaviva que a ordem do seu superior Valignano tinha sido a de compôr a obra “*maturius*”, o que se não for lido como “num estilo mais maduro” pode ser dado por sinónimo de “muito depressa” ou “bastante depressa”<sup>94</sup>. Tal óbice é patente na forma desajeitada como Miguel transita dos anteriores comentários sobre a indústria artesanal e a disciplina militar dos chineses para o tema da “arte da literatura”, sem que para isso lhe tenha sido colocada qualquer pergunta específica. E é pena, porque descobrimos aqui uma das duas mais interessantes partes do tratado sobre as coisas da China que representa o nosso *Colloquium XXXIII*.

Curiosamente, a primeira preocupação de Alessandro Valignano e Duarte de Sande neste domínio foi a de contrariarem ideias enraizadas — e, de novo, subscritas por Valignano em 1583, apesar deste continuar a não ser nomeado — segundo as quais os chins cultivariam muito as artes liberais, em especial as filosofias natural e moral, e existiriam entre eles academias onde essas mesmas artes eram ensinadas. Produzida a emenda, adiciona-se então uma série notável de comentários. Desde logo, a de que este povo professava acima de tudo a arte da literatura, sendo o principal objectivo dos estudantes o de se tornarem capazes de responder a quem lhes perguntasse sobre quantas letras tinha cada página de um livro e em que lugar estavam colocadas. Tratava-

---

<sup>91</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 335. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 387. Ver idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 334-335. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 386-387.

<sup>92</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 335. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 387.

<sup>93</sup> Ramalho, “O padre Duarte de Sande, S. I., verdadeiro autor...”, in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. 3, 1998, p. 212.

<sup>94</sup> Ver Moran, 2001, p. 17, n. 50.

se da identificação do método mnemónico, cujo domínio era essencial para os jovens chineses que um dia viessem a enfrentar os exames para os cargos burocráticos. Há também verdade na sugestão de que a aprendizagem das crianças de todas as cidades, vilas e aldeias era confiada a certos “mestres contratados”<sup>95</sup>. De facto, as escolas ou os locais de ensino primário resultavam, no essencial, da iniciativa particular e de um contrato entre uma família, um grupo de famílias ou as gentes de uma mesma rua e um professor, por norma recrutado entre os indivíduos que tinham falhado o acesso ao funcionalismo através do sistema de exames<sup>96</sup>.

Não menos importante é o esclarecimento, que vem junto, sobre as designações e as equivalências dos “três graus” literários concedidos pelo regime Ming: os diplomados do primeiro grau ou grau ínfimo, diz-se, “são chamados *Siufai*”, os do segundo ou médio “*Quiugin*” e os do terceiro ou supremo “*Chinzu*”. Refira-se que o *xiuzai* (*hsiu-tsai*) ou “talento florescente” correspondia ao bacharelato em letras dos europeus, o *juren* (*chü-jen*) ou “erudito promovido” ao licenciado em letras e o *jinshi* (*chin-shih*) ou “erudito investido” ao doutorado em letras<sup>97</sup>. Sande e Valignano acrescentam a isto uma rápida indicação sobre a periodicidade e a extrema selectividade de cada uma das provas exigidas para os obter, apercebendo-se, em especial, de que os exames consistiam em comentar citações dos *Clássicos* chineses. Vem ainda aqui uma nota sobre as recompensas públicas e as oportunidades de carreira oferecidas aos mais

---

<sup>95</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 335. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 387.

<sup>96</sup> Desde que a dinastia Tang concebera o sistema mandarinal em toda a sua subtilidade, para o que generalizara o recurso aos exames, fora-se instituindo o rudimento de uma espécie de serviço nacional de educação. Até ao início da era Ming, encontramos repetidas exortações imperiais no sentido de que se criassem escolas públicas em cada sub-prefeitura e prefeitura destinadas a preparar o ensino das escolas superiores da capital, tal como reclamando que cada comunidade se empenhasse na abertura de escolas nas aldeias. Tais directrizes não fazem esquecer a circunstância de que grande parte do magistério de nível primário e, inclusive, parte do de nível secundário, tinha um carácter particular. Ver Spence, ed. 1986, pp. 155-156; Abílio Basto, *Os Exames na China Imperial*, organização, prefácio e notas de António Aresta, Macau, Fundação Macau, 1998, pp. 17-20; Ivan P. Kamenarović, *La Chine Classique*, collection Guide Belles Lettres des Civilisations — 2, Paris, Éditions Les Belles Lettres, 1999, pp. 226-227; Dawson, ed. 2000, pp. 39-40.

<sup>97</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 335. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 387-388. Ver idem, *Um Tratado sobre o Reino da China*, ed. 1992, pp. 72-73, notas 96-98; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 812; Jonathan D. Spence, *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*, tradução de Tomás Rosa Bueno & Pedro Maia Soares, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 30 e 63 (1.<sup>a</sup> ed. ingl. 1990); Basto, 1998, pp. 20-34; Claude Larre, *Les Chinois – Esprit et comportement des Chinois comme ils se révèlent par leurs livres et dans la vie, des origines à la fin de la dynastie Ming (1644)*, avant-propos de Jacques Guillermez, préface de Léon Vandermeersch, Paris, Éditions Philippe Auzou, 1998, pp. 97-98.

capazes, nota algo diferente daquela que lemos na *História* de Maffei, mas nem por isso menos correcta.

Os autores, que resistem a esclarecer onde colheram a generalidade das suas informações, apenas escrevem ter-lhes chegado “por notícia certíssima” que a quantidade de gente que no ano anterior ocorrera a Cantão para realizar o exame do segundo grau fora tal que muitos tinham morrido esmagados na abertura das portas<sup>98</sup>. Ora, sabendo das feiras de Cantão a que atendiam os mercadores de Macau e que Matteo Ricci residiu em Zhaoqing entre 1583 e finais de Agosto de 1589, acabamos por ter pistas suficientes sobre a origem de, pelo menos, uma das fontes anónimas utilizada. Sucede também que parte do capítulo V do livro I da *Storia* que Ricci deixou ao cuidado de Nicolas Trigault em 1610 conserva uma flagrante identidade de pontos de vista com o texto que estes seus confrades dedicaram ao escrutínio do “Império examinocrático” chinês<sup>99</sup>. Qual das partes leu a outra em primeira instância? Ou, em alternativa, quais terão sido as terceiras fontes responsáveis por inspirar páginas tão iguais? À vista dos resultados, concordarão connosco em como o definitivo esclarecimento disto se torna, no fim de contas, uma questão pouco ou nada determinante.

A prédica de Miguel sobre os temas do ensino termina com o que, uma vez mais, supomos tratar-se de duas interpolações textuais, uma cedida pela *Historia del principio y progreso* e a outra pelo *Tractado* de Gaspar da Cruz (que, como nas ocasiões precedentes, este possa ter chegado aqui por via indirecta é algo que também não afecta em nada o efeito final). Assim, quando Alessandro Valignano e Duarte de Sande admitem que os chins não seriam totalmente ineptos noutros saberes para além do das leis do reino e das regras de urbanidade porque os seus livros estavam repletos de preceitos de filosofia moral — tantos que “nada mais pode desejar-se em homens desprovidos da luz da fé”<sup>100</sup> — é notório que vão ao encontro da tolerância que Valignano antes anunciara em relação à moral dos confucionistas<sup>101</sup>. Em segundo lugar,

---

<sup>98</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 335-336. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 388.

<sup>99</sup> Ver Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. V, ed. 1942, vol. 1, pp. 44-50.

<sup>100</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 336. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 388.

<sup>101</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano, *Historia del principio y progreso*, Parte I, cap. XXVII, fl. 126, ed. 1944, p. 239; *supra*, Parte II, cap. 14-2.

quando declaram não querer omitir “que é grande o conhecimento da astronomia entre os chineses” e que estes até conseguiam predizer “com toda a certeza” os eclipses do sol e da lua apesar dos entendidos na matéria serem “poucos e raros”<sup>102</sup>, torna a vir-nos à memória uma frase já parcialmente citada em que Fr. Gaspar diz ser indesmentível “que se acha algũ [chim] por acerto que tem algũa noticia dos discursos dos ceos, por onde sabem os eclipses do sol e da lua”<sup>103</sup>.

É à sétima pergunta do Colóquio — que é a quarta de Leão — que o japonês Miguel explica os *dessous* da arte do bom governo da China. À primeira vista, o mais significativo do retrato está na imagem das “duas assembleias de senadores”, uma pertencente à Corte do Norte e a outra à do Sul, o que representa uma percepção do funcionamento do Grande Secretariado diferente quer da que fora dada por Juan de Mendoza, quer da que viera nos *Historiarum Indicarum libri XVI* de Maffei<sup>104</sup>. No entanto, uma leitura suplementar dá a entender que a grande maioria das informações aqui reunidas traduzirá sobretudo uma nova variação sobre o *Tractado* eborense de 1570. Senão vejamos.

Tal como o dominicano Gaspar, os jesuítas Sande e Valignano diferenciam cinco categorias de magistrados principais, a que acrescia uma série de adjuntos não especificados dos que estavam no topo da hierarquia. Por outro lado, retomam a nomenclatura do nomeado “Tutano”, do “Ganchasu” (por “Anchasi”), do “Puchinsu” e do “Chaieno”, restando apenas deslocada a do igualmente nomeado “Chumpino” que corre em Barros. Enfim, estes dois padres conhecem o princípio da rotação trienal dos cargos dos mandarins, a regra que os força a ser estranhos à província onde exerciam funções, as visitas anuais do mandarim que inquire em nome da Corte, as penas de bastonada reservadas aos que eram apanhados em falta, a pompa que acompanha os seus cortejos públicos, os detalhes arquitectónicos dos alojamentos do pessoal que serve nas casas dos magistrados, sem esquecer a forma das suas barcaças privativas<sup>105</sup>. Claro que Valignano já tinha descrito vários destes pormenores, só que, até por causa do que

---

<sup>102</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. p. 336 Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 388.

<sup>103</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. XVII, ed. 1984, cap. XVII, p. 845. Ver *supra*, Parte II, cap. 11-2.

<sup>104</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 337. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 389.

<sup>105</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 336-338. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 389-391.

sabemos sobre as fontes que utilizou para a *Historia del principio y progreso*, isso não contradiz em absoluto o anterior. Depois, também Matteo Ricci havia transmitido parte dos mesmos dados a Juan Bautista Román, a ponto de ter sido o único a dizer que os homens chamados a transportar o palanquim dos mandarins podiam chegar a ser a seis ou oito, algo que Sande e Valignano agora confirmam<sup>106</sup>. Mas o detalhe vale o que vale porque é daqueles que podiam ser comprovados sem dificuldade por alguém familiarizado com as ruas das cidades chinesas, como era o caso.

Torna a haver uma mescla de novidades e usos encobertos de textos que podem ser o *Tractado* de Gaspar da Cruz e a *Historia* de Alessandro Valignano quando o tema é o da progressão na carreira mandarínica. Novidades quanto aos sucessivos postos burocráticos que mediavam entre o dos “juízes das vilas”, na base, e os dos “senadores” de Nanquim e Pequim, no vértice da pirâmide. Em compensação, constitui uma nítida viagem de volta às fontes escritas tudo o que se prende com o trânsito dos cavalos-correios que levavam as mensagens administrativas à diferentes partes do Império, com a celeridade observada nas nomeações e a impiedade das despromoções, com a universalidade da regra que fazia depender do mérito a obtenção de toda e qualquer magistratura e com as escassas exceções abertas nesta matéria aos descendentes de algum antigo herói de batalhas<sup>107</sup>.

O previsível tema seguinte é o da figura do “rei”, aquele de quem Miguel afiança que só sabe falar por rumores alheios porque os padres da Companhia tardavam em chegar à capital. Ainda assim, dá a propósito duas novidades mais, confundidas com outros tantos ecos literários. É nova a designação do imperador: “*Van Sui*, nome com que significa desejar-lhe dez mil anos [de vida]”<sup>108</sup>. E é nova a imagem de que, nas raras vezes em que este se ausenta do seu palácio, “são utilizados doze carros, inteiramente semelhantes em obra e preço, para que ninguém possa descobrir em qual deles é transportado”<sup>109</sup> (não será de novo por coincidência que Ricci conta na sua carta de 1584 a Román este truque do cortejo, com a pequena diferença de aí os “coches” serem

---

<sup>106</sup> Ver Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 46.

<sup>107</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 338. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 391-392.

<sup>108</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 339. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 392. *Van-Sui*, de *Wan Sui Ye* ou “Senhor dos Dez Mil Anos”, o nome vulgar do imperador.

<sup>109</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 339. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 393.

dez<sup>110</sup>). Ao invés, repete-se o que se escrevia há muito sobre os mecanismos de sucessão dinástica, sobre o afastamento dos filhos nascidos depois do primogénito para longe do lugar da Corte, sobre a extraordinária grandeza dos edifícios onde vivia o soberano ou sobre as suas reuniões diárias com os magistrados supremos<sup>111</sup>.

### ***Confúcio, célebre filósofo***

As respostas que Miguel vem a dar no final do colóquio às dúvidas que, ora Leão, ora Lino manifestam em relação à moral e aos cultos chineses oferecem aquele segundo conjunto de leituras que fazem do *De Missione Legatorum* uma obra decisiva dos primórdios do orientalismo moderno. Sabemos que a preocupação jesuítica em encontrar analogias entre a moral dos chins e a moral cristã foi uma constante desde a década de 1540. Sabemos que Alessandro Valignano acabara de ir um pouco mais além que os seus predecessores ao entrever Confúcio e a hegemonia doutrinária e política dos confucionistas. Contudo, acabará por ser aqui onde, primeiro do que em qualquer outro impresso, se identificam as “cinco virtudes” da tradição confuciana. Traduzindo as palavras que foram escolhidas: a “cortesia, a piedade, a grata recordação dos benefícios recebidos, a boa fé ao contrair os negócios e a prudência em os concluir”<sup>112</sup>.

As fontes reclamadas para o efeito são outra vez os próprios “livros chineses”, com os seus pregões de tonalidade estoica que soavam como música celestial aos ouvidos dos padres de Inácio. Quatro anos volvidos sobre a redacção destas páginas, Matteo Ricci explicará ao geral Acquaviva que o mestre Confúcio lhe parecia um outro Séneca e que os *Clássicos* comentados por ele eram “buoni documenti morali”<sup>113</sup>. Apesar das aparências, faltava cumprir algumas etapas até que os missionários dessem por concluído o longo período de estudo que os fez realizar em pleno os valores éticos em relação ao Estado e à família que aí se salvaguardavam. E faltava um pouco mais de tempo ainda até que decidissem pôr termo à longa reflexão sobre o estatuto social dos

---

<sup>110</sup> Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, cit. p. 45.

<sup>111</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 339. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 392-393.

<sup>112</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 340. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 393.

<sup>113</sup> Carta do Pe. Matteo Ricci ao geral Claudio Acquaviva em Roma, Shaozhou, 10 de Dezembro de 1593; pub. in Tacchi Venturi, 1913, cit. p. 117.

diferentes cultos e, num calculadíssimo gesto de propaganda, desencadeassem o processo de aculturação à realidade específica que tinham pela frente ao arriscarem sair em público usando a barba longa e as vestes de seda púrpura dos mandarins<sup>114</sup>.

Voltando ao *Dialogus*, talvez não venhamos nunca a saber se foi Sande ou alguém como Ricci quem leu as obras chinesas onde se dividia a urbanidade ou a cortesia em dois tipos principais, “um que se observa entre iguais, e outro entre desiguais”. Isso, ou os trechos sobre a piedade filial em que se divulgava que se o próprio imperador não respeitasse o luto de um único dos seus súbditos “seria considerado pelo povo violador das leis e costumes chineses”<sup>115</sup>. No entanto, o que vale é que tais leituras acabaram por realizar-se e que os padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano as aproveitaram.

Na sua carta macaense a Juan Bautista Román, Matteo Ricci já especificara que as “religiones y setas de la China” eram três: uma chamada “*heguia*”, outra “*cilitan*” e a última “la de los letrados y esta es la más celebrada”. À margem destas existia também a seita “de los Moros”, se bem que acrescentasse desconhecer “cómo se sembró entre ellos”<sup>116</sup>. Era um pouco mais do que Valignano escrevera nos parágrafos finais do capítulo XXVIII da *Historia del principio y progreso*, mas era também muito menos do que Sande e Valignano estão habilitados a dizer em 1589-1590. Para o jesuíta de Guimarães e para o jesuíta de Chieti, a primeira das três seitas é a “daqueles que professam a doutrina de Confúcio, célebre filósofo”. Todos os mandarins a professavam, e nos dias da lua nova e da lua cheia os seus seguidores reuniam-se para venerarem uma imagem que o representava entre queimas de incenso, lume de velas e sucessivas genuflexões. Ensinavam as regras desta doutrina a “seguir a luz da natureza como um guia”, a “praticar diligentemente as [cinco] virtudes” e a trabalhar “para a justa constituição da família e do reino”<sup>117</sup>. Concluem julgando que nenhuma doutrina da China se aproximava tanto da verdade e que apenas era de lastimar que Confúcio não

---

<sup>114</sup> Ver Spence, ed. 1986, pp. 129-133; Gernet, ed. 1990, pp. 384-385; Gernet, ed. 1991, pp. 191-198; Gernet, 1994, pp. 224-226; Saussy, 1993, pp. 36-37; Araújo, 2000, pp. 210-218.

<sup>115</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. p. 340. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 393 e 394.

<sup>116</sup> Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, cits. p. 48.

<sup>117</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. pp. 340 e 341. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 395.

se tivesse referido a Deus e à vida que estava para vir, tal como tivesse dado tanta importância à fatalidade celeste e às estátuas dos antepassados<sup>118</sup>.

Compreendida grande parte das singularidades da Escola dos eruditos, na qual é nítido que têm presa a sua atenção, os padres Sande e Valignano passam bastante mais ao de leve pelos pormenores respeitantes à “seita daqueles que seguem Xaqua, ou, como dizem os chineses, Xequia”. As razões para a economia discursiva são os próprios quem no-la facultam: é que os seus dogmas não só eram tema trivial para os japoneses, como tinham sido refutados cabalmente na catequese composta pelo visitador — uma referência explícita ao catecismo latino que Valignano fizera publicar em Lisboa poucos anos antes. Assim, pouco avançam sobre o budismo para além de que os seguidores deste culto eram chamados de “*Cen*” ou “*Ceni*” na China — “e entre nós *Bonzos*”, esclarece Miguel Chijawa —, que rapavam a barba e o cabelo, que habitavam com muitos consócios em templos consagrados a Xaca ou a outras figuras da mesma doutrina, que recitavam as orações por livros ou por contas e que, apesar da infinidade de erros em que acreditavam, tinham uma vaga noção da vida futura, bem como uma vaga ideia das recompensas atribuídas aos homens bons e dos castigos atribuídos aos maus<sup>119</sup>. Sobre a “seita daqueles que se chamam *Tauzu*” acabam por dar ainda menos pormenores: que imitavam um outro varão “que eles creem insigne por santidade” e que, “à sua maneira”, eram também sacerdotes, não obstante deixarem crescer o cabelo e observarem “algumas práticas” diferentes das dos anteriores<sup>120</sup>.

O carácter subalterno do budismo e do taoísmo chineses e, sobretudo, a inversão de papéis que tal quadro dava a ver em relação à realidade japonesa — algo que Valignano também assentara em 1583 — não podiam ser omitidos por quem teatralizava um diálogo para um auditório japonês. Finalmente, tanto em contraste com a *Historia del principio y progreso*, como em contraste com as dúvidas que Matteo Ricci continuará a manifestar a respeito quase até à altura em que visita Pequim pela primeira vez — finais de 1598 —, Alessandro Valignano e Duarte de Sande sentem-se à vontade para discorrer aqui sobre a existência e as origens das comunidades muçulmanas da China. Bem antes e bem mais do que nas interrogações expressas a propósito por Gaspar da Cruz, será em Galiote Pereira e no seu *Tratado* que poderemos

---

<sup>118</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, p. 341. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 395.

<sup>119</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. p. 341. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 395.

<sup>120</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. p. 341. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 395 e 396.

encontrar um testemunho equivalente<sup>121</sup>. Miguel conta-nos que esta “superstição estrangeira” fora introduzida “desde o tempo em que os sármatas asiáticos ou tártaros invadiram o reino dos chineses e ocuparam o poder”. Que, apesar de muito numerosos, os muçulmanos que aí havia não davam sinais de propagarem a sua religião, pelo que esta mostrava ser já “obsoleta”. Que estes eram na sua maioria soldados, obtendo, às vezes, a magistratura militar. E que, por terem transcorrido quinhentos anos sobre a chegada dos seus antepassados, viviam por inteiro ao modo chinês<sup>122</sup>.

### 3. Hosanas em Évora, martírios em Nagasáqui

A décima terceira e penúltima pergunta do colóquio XXXIII do *De Missione Legatorum* — que é a sexta de Lino — incide sobre o estado da Missão chinesa (a última será de Leão e tem em vista forçar um paralelismo entre a China e a Europa que não deixe quaisquer dúvidas que pudessem restar sobre ser esta a “mais ilustre parte do orbe da terra”<sup>123</sup>). Na resposta, começa por se lembrar a morte de Francisco Xavier por aquele objectivo jesuítico e os mais de trinta anos de esforços infrutíferos que se haviam seguido até 1583, quando “dois padres da Companhia, medianamente versados nas letras e na língua chinesa, desesperando dos recursos humanos, mas apoiados no auxílio divino, conseguiram do tutano ou vice-rei a autorização de edificar uma residência e uma igreja na cidade de Xauquin, que pela sua comodidade é a capital do próprio vice-rei”<sup>124</sup>. Nem Michele Ruggieri, nem Matteo Ricci são nomeados, mas a correspondência é mais do que conhecida.

Conta-se a seguir da chamada de “outros dois padres” que estavam na Índia — António de Almeida e o próprio Duarte de Sande, como também conhecemos — e das viagens que metade deste contingente de quatro missionários tinha realizado pelas

---

<sup>121</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 124-126.

<sup>122</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. pp. 341 e 342. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 396.

<sup>123</sup> Idem, ed. 1997, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 343. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 398. Ver idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, pp. 343-344. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 398-399.

<sup>124</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 342. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 397.

províncias interiores “com a intenção de edificar nova colónia”<sup>125</sup>, ou seja, o périplo de três meses que Ruggieri e Almeida iniciaram em Novembro de 1585<sup>126</sup>. Por escreverem em finais de 1589, Sande e Valignano podiam ainda informar do fecho do estabelecimento de Zhaoqing, do saldo positivo de 70 baptizados que este legara, das súplicas que os padres apresentaram às autoridades de Cantão no sentido de não serem banidos do reino e da alternativa que acabava de se lhes oferecer em Shaozhou. Conforme dizia uma carta vinda daí há pouco, a qual se não foi de Ricci só pode ter sido de Almeida porque Ruggieri seguira um ano antes para Roma, “já lançaram os fundamentos da primeira residência, e escreveram que naquela cidade iam viver com mais tranquilidade e com melhores condições para a propagação da religião cristã”<sup>127</sup>.

Esta narrativa dos “primórdios da seara chinesa” antecipa em quase cinco anos a redacção autónoma dos sucessos da Missão da China que passará a constar das cartas ânuas do Colégio de Macau, assim que estas surgirem em 1594. Com efeito, entre a ânuas de 28 de Outubro de 1595 e a de 29 de Janeiro de 1603 (que é a quinta deste Colégio) reservam-se sempre apartados específicos para relatar o acontecido nas residências abertas, umas depois de outras, “polla China dentro” e que estavam sob sua “jurdição e emparo”, de “Xaucheo” e “Nancham” a “Nanquim” e “Paquim”<sup>128</sup>. Quando o padre reitor Valentim Carvalho assinar a 27 de Janeiro de 1604 a sexta carta da série, especificará pela primeira vez que “das rezidencias da China anexas à deste Collegio vão cartas sobre sy, em que miudamente se contão alguãs particularidades, por ser fruto de planta nova de que todos gostão mais”<sup>129</sup>. Era a Missão chinesa a ver reconhecida a sua individualidade, algo que os relatores de Macau respeitarão sempre daí em diante, salvo na missiva de 1616, onde se insere, a título excepcional, a crónica de uma visita

---

<sup>125</sup> Idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cits. p. 342. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 397.

<sup>126</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

<sup>127</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXXIII, ed. 1997, cit. p. 343. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, p. 398; carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Alessandro Valignano em Macau, Shaozhou, 9 de Setembro de 1589; pub. in Tacchi Venturi, 1913, pp. 74-83; carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Alessandro Valignano, Shaozhou, 30 de Setembro de 1589; pub. in Tacchi Venturi, *ibidem*, pp. 84-88.

<sup>128</sup> Ver carta ânuas do Colégio de Macau, 28 de Outubro de 1594, ARSI, *Jap.-Sin.*, 52, fls. 40v.-46r.; pub. in *Cartas Ânuaas do Colégio de Macau*, 1999, pp. 63-67; carta ânuas do Colégio de Macau, 16 de Janeiro de 1596, ARSI, *Jap.-Sin.*, 52, fls. 121r.-121v.; pub. in *ibidem*, 1999, pp. 74-76; carta ânuas do Colégio de Macau, final de 1598, ARSI, *Jap.-Sin.*, 52, fls. 268r.-269v.; pub. in *ibidem*, 1999, pp. 83-87; carta ânuas do Colégio de Macau, 17 de Janeiro de 1600, fls. 62r.-93r., ref. *supra*, n. 47 a este capítulo; carta ânuas do Colégio de Macau, 29 de Janeiro de 1603, ARSI, *Jap.-Sin.*, 46, fls. 318v.-322v.; pub. in *Cartas Ânuaas do Colégio de Macau*, 1999, pp. 98-113.

<sup>129</sup> Carta ânuas do Colégio de Macau, 27 de Janeiro de 1604, BAL, 49-V-5, fl. 25r.; pub. in *ibidem*, 1999, cit. p. 122.

que João Rodrigues *Tçuzzu* fizera a Cantão<sup>130</sup>. No entanto, convém recordar que, por continuarem a depender da Vice-Província do Japão, os autores das cartas ânuas do Colégio da Madre de Deus de Macau foram fazendo com que uma via das mesmas fosse enviada para Roma acrescentada à ânuas da Missão nipónica. No fundo, sabemos que tal era há muito o percurso preferencial para a divulgação das notícias sobre o Império do Meio nos circuitos da Companhia.

Manuscritos à parte, apesar do caso excepcional que representa a projecção, a partir de Macau, de um título como o *Dialogus* de Alessandro Valignano e Duarte de Sande trazendo novas detalhadas sobre o estado da incipientíssima cristandade chinesa, os únicos outros meios de propaganda do que ia sucedendo aí seguiam sendo as colectâneas de cartas impressas em diversos países europeus. De entre estas, destacámos as *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus, que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, & Europa*, editadas em Évora em dois volumes (e por duas vezes) quando corria o ano de 1598. Como se assinalou, temos aqui a mais volumosa das publicações do género saída em Portugal durante o século XVI: um extraordinário *corpus* de 209 cartas, o qual pode ser ampliado já que o efeito de uma missiva repartida por dois cabeçalhos é compensado pelos diversos casos de outras que incluem extractos de cartas avulsas. Pelo título da segunda versão do primeiro tomo, vê-se melhor que a proveniência do material oferecido não se resume ao arquipélago do Sol Nascente, antes contempla os *Reynos Iapão & China*<sup>131</sup>. Na prática, porém, há que reconhecer que tanto é mínimo o número de textos escritos na China, como o é o daqueles que observam *à vol d'oiseau* a sua civilização e a sua geografia.

### ***Hideyoshi, o irascível***

D. Teotónio de Bragança (Coimbra, 1530-Madrid, 1602), quarto arcebispo de Évora e mentor desta colecção, alimentava um antigo fascínio pelos jesuítas. Filho de D. Jaime, quarto duque de Bragança, iniciara a sua educação literária no mosteiro de Santa Cruz da cidade onde nascera. Contava dezanove anos de idade quando ingressou na Companhia por um curto período, um acto que parece ter sido impulsivo e do qual

---

<sup>130</sup> Ver carta ânuas do Colégio de Macau, 27 de Janeiro de 1616, ARSI, *Jap.-Sin.*, 114, fls. 5r.-9r.; pub. in *ibidem*, 1999, pp. 151-157.

<sup>131</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8, n. 87.

desistiu por pressão do seu irmão mais velho, o duque D. Teodósio. Em 28 de Junho de 1578 é nomeado coadjutor do cardeal D. Henrique. Cinco meses volvidos, a subida de D. Henrique ao trono leva a que D. Teotónio lhe suceda como arcebispo de Évora. Entretanto, sabemos que crescera aquém e além fronteiras a curiosidade pública pela sorte dos missionários enviados para o Japão e pelas maravilhas que se contavam de tais terras, bastando relembrar as colectâneas coimbrãs de 1565 e de 1570. O prelado participa desse interesse, estando comprovado que se corresponde e que subsidia os padres seus amigos estantes nesse arquipélago pelo menos desde 1577<sup>132</sup>. Em 1583, depois de constatar que a sua nomeação para provincial da Índia o impedia de seguir até à Europa com os legados de Kyûshû, um dos gestos de Alessandro Valignano foi o de lhe encomendar os jovens japões quando estes passassem por Portugal e pelo Alentejo para ir “beijar a mão a sua Magestade, & os pès a sua Santidade”<sup>133</sup>.

Entre as dádivas generosas que D. Teotónio tinha feito chegar ao longo dos anos a Kuchinotsu, a Usuki ou a Arima contavam-se diversos relicários, uma boceta cheia de *Agnus Dei*, várias contas valiosas, um breviário grande e até um sensacional relógio que Valignano chegou a pensar oferecer a Oda Nobunaga quando o visitasse no castelo de Azuchi, mas que acabaria por trocar por “humã cadeira de estado de veludo carmezim guarnecida d’ouro” que um seu devoto português de Macau lhe dera para esse efeito<sup>134</sup>. De qualquer modo, os precedentes eram suficientes para que Valignano soubesse de antemão que D. Teotónio de Bragança não só se alegraria ao ver os príncipes japoneses, como não se absteria de lhes fazer “muitas hõras, & fauores polo amor particular que tem a Iapão”<sup>135</sup>.

E o menos que se pode dizer é que o arcebispo deixasse os seus créditos por mãos alheias. No colóquio XVII do *De Missione*, Duarte de Sande detalha os sete dias que a expedição se demorara em Évora no caminho para Roma, em Setembro de 1584, destacando a cada passo as cortesias do “ilustríssimo arcebispo” para com os legados. Não satisfeito em mandar-lhes diariamente as refeições, este convidara-os à celebração

---

<sup>132</sup> Ver carta do Pe. Francisco Carreón a D. Teotónio de Bragança, Kuchinotsu, 15 de Dezembro de 1579, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 453v.-454v.

<sup>133</sup> Carta do Pe. Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Goa, 17 de Dezembro de 1583, in *ibidem*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cit. fl. 89r.

<sup>134</sup> Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 3, cap. XXXI, ed. 1982, cit. p. 255. Ver carta do Pe. Francisco Carreón a D. Teotónio de Bragança, Kuchinotsu, 15 de Dezembro de 1579, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 453v.-454v.; carta do Pe. Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Arima, 25 de Agosto de 1580, in *ibidem*, t. 1, Évora, 1598, fls. 477v.-497r.

<sup>135</sup> Carta do Pe. Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Goa, 17 de Dezembro de 1583, in *ibidem*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cit. fl. 89r.

da Santa Cruz que decorrera na catedral e onde o inquisidor proferiu um sermão de circunstância, fizera com que assistissem à solene procissão pública organizada nesse mesmo dia, brindara-os com um jantar de família, oferecera-lhes quatro sumptuosas tapeçarias tecidas de seda e ouro, juntara 250 cruzados para as despesas de viagem e cedera-lhes a sua própria carruagem para que percorressem a etapa seguinte até Vila Viçosa, domínios do seu irmão Teodósio<sup>136</sup>. No caminho de volta, em Outubro do ano seguinte, esperaram-nos em Évora novas amabilidades e penhores durante doze dias: os cânticos de um hino de acção de graças, todo o recheio de imagens, pinturas e relicários da capela privada de D. Teotónio, outros 1000 cruzados do bolso deste para que pudessem comprar presentes para levar para a pátria, fora as odes, os exercícios teatrais e a égloga pastoril que lhes representaram ou recitaram os estudantes da Universidade<sup>137</sup>.

Depois disto, Alessandro Valignano continuaria a contar com o entusiasmo de D. Teotónio de Bragança pelo Japão, conforme o atesta uma carta de finais de 1585 com o pedido de apoio para a criação de três montes de piedade à moda de Itália e de três hospitais “pera homens nobres, & pobres”<sup>138</sup>. A carta em causa vinha remetida de Goa e nela o visitador dava ainda mostras de um franco optimismo em relação ao estado da Missão japonesa, apesar de ter acabado de saber do episódio shakesperiano do suicídio ritual de Nobunaga, atraído pelo general Akechi Mitsuhide, e da sua sucessão por um valido de ontem, Toyotomi Hideyoshi. Das convulsões então geradas resultara a destruição da cidade de Azuchi. O seminário jesuíta local fora saqueado e incendiado, mas os alunos tinham escapado a tempo, refugiando-se com Organtino Gneccchi-Soldo em Takatsuki. No meio de todo este desastre, o que faz com que Valignano não perca a fé no futuro são as notícias que também tem da participação de “hum fidalgo Christão dos mais principais, que temos naquellas partes do Miaco” no combate que rechaçara o

---

<sup>136</sup> Ver Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XVII — “Apresentam-se ainda os acontecimentos que se passaram em Lisboa, depois em Évora e Vila Viçosa; e chega-se ao reino de Castela, a Toledo e a Mântua dos Carpetanos ou Madrid”, ed. 1997, pp. 173-174. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 183-184.

<sup>137</sup> Ver, idem, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XXX — “Ainda das coisas que em Milão e Pavia foram observadas, e da entrada na cidade de Génova, e da navegação até Espanha”, ed. 1997, p. 306. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 346-347; Pe. Luís Fróis, *Tratado dos embaixadores Iapões*, cap. V — “De como se partirão os Senhores Japões de Evora, e do que passarão em Villa Viçoza”, fls. 13r.-17v., ed. 1942, pp. 47-56; idem, *ibidem*, cap. XXIV — “De como passados a Hespanha se forão para Portugal. Do recebimento que se lhes fez na Cidade de Coimbra”, fls. 108v.-114r., ed. 1942, pp. 253-265.

<sup>138</sup> Carta de Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Goa, 23 de Dezembro de 1585, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cit. fl. 169r. Ver *ibidem*, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, fls. 168v.-169r.

exército de Akeschi, alusão ao Takayama Ukon, precisamente o senhor do feudo de Takatsuki, e à batalha de Tennozán (2 de Julho de 1582). O italiano refere também que “todos os mais Christãos daquellas partes” estavam de bem com o novo poder e que prometiam restaurar a casa e a igreja dos padres na cidade que viesse a substituir a antiga capital, assim como cobri-los de mil favores<sup>139</sup>. O que ele talvez ainda desconhecesse era que, a despeito dos missionários terem recebido em 1583 um terreno anexo ao castelo de Ôsaka, para onde transfeririam o seminário de Takatsuki, Hideyoshi se apressara a promover Takayama para o feudo de Akashi, dando já com isso um claro sinal de não querer ver alastrar perto de Kyoto e de Ôsaka o poder dos *dáimios* cristãos.

Em 1585 Toyotomi Hideyoshi far-se-á nomear *kanpaku*, quer dizer “o Regente”. Tal como Nobunaga, exercia sobretudo a sua autoridade no centro do país, enquanto os principais *dáimios* de Kyûshû, os Ryuzoji, os Otomo e os Shimazu, se entregavam a uma guerra sem tréguas pelo domínio da ilha. Largamente hostilizados por dois destes, quer os jesuítas quer os senhores cristãos locais acabaram por solicitar a entrada de Hideyoshi na contenda, ao que este responde com uma intervenção breve, mas brutal, que faz com que os Simazu retirem para Kagoshima e com que os Ryuzoji e os Otomo sejam aniquilados (Verão de 1587).

Por um momento, tudo parece correr de feição aos missionários jesuítas: várias figuras de *dáimios* cristãos emergem com um poder reforçado por terem servido na vanguarda das forças de Hideyoshi, o comércio Macau-Nagasaki prospera e até o breve *Ex pastorals officio* de 1585 ajuda a resguardar o arquipélago dos missionários espanhóis das Filipinas. Sobram espinhos como Kato Kyoomasa, fanático da seita budista Nichiron e agraciado com o feudo de Kuwamoto. Só que se trata de um inimigo jurado pontual contra vários aliados indefectíveis e, entretanto, até Hideyoshi ensaiara uma primeira aproximação aos mercadores portugueses por se ter dado conta das vantagens do comércio externo durante a campanha de Kyûshû. O que ninguém parece ter antecipado foi que o *kanpaku* não esperasse pelo fim dos festejos para testar a fidelidade do mais prestigiado dos chefes cristãos que ainda era Takayama Ukon e que, à vista da sua recusa de renegar a religião dos ocidentais, o despedisse, despojasse de todos os domínios e o remetesse para um humilhante exílio interno. Isso e as duas consequências adicionais que visavam directamente os padres: o édito de 25 de Julho de 1587, estipulando a sua expulsão do arquipélago, e o conjunto de decretos subsequentes

---

<sup>139</sup> *Ibidem*, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cits. fls. 169r.-169v.

que ordenaram a destruição de umas setenta igrejas em Kyoto, Ôsaka, Sakai, Akashi, Takatsuki e Kyûshû<sup>140</sup>.

O Pe. Valignano não andaria muito longe da verdade ao pensar que se Hideyoshi se absteve de dar cumprimento ao édito que promulgara em 1587, isso se deveu a ter receado perder o comércio luso de Nagasáqui, porto que passara a estar sob sua tutela. Terá também receado enfrentar vastos sectores da população convertidos ou próximos dos cristãos, em especial na ilha de Kyûshû. Quando anuiu a receber Valignano em Março de 1591, esforçou-se por seduzir os portugueses que este representava enquanto embaixador do vice-rei da Índia, D. Duarte de Menezes. Ao mesmo tempo, absteve-se de mencionar o édito que, em teoria, continuava em vigor, permitiu o restabelecimento oficial do culto cristão em Nagasáqui e aceitou que o nosso conhecido João Rodrigues desempenhasse as funções de seu intérprete e conselheiro permanente para os assuntos relativos aos *nambanjin* — os “bárbaros do Sul”, que é como quem diz os portugueses. Nos anos seguintes, continuará a verificar-se não só um crescimento progressivo das conversões (cerca de 300.000 cristãos em 1600, o dobro dos que existiriam em 1582), como do número de jesuítas que actuavam no país, a começar pelo clero nativo (cerca de metade do contingente na década de 1590). Ao desembarcar em Nagasáqui a 14 de Agosto de 1596 e ao viajar até Kyoto, D. Pedro Martins, que era o primeiro bispo do Japão a atingir o seu destino (D. Sebastião de Moraes, o seu antecessor, morrera à passagem por Moçambique, em 1588), pôde constatar um pouco por toda a parte essa mesma pujança<sup>141</sup>.

É aqui que volta a entrar o frequente desacerto entre a imagem que se ia construindo em Goa, Lisboa, Madrid ou Roma sobre o estado da Missão japonesa e a velocidade a que aconteciam as mudanças no terreno. Já a criação da diocese nipónica em 1588 — para mais com sede em Bungo, uma zona de fronteira para o cristianismo, e não em Nagasáqui, cidade onde os europeus exerciam um poder *de facto* — expressara sobretudo uma vontade política de quem partira do pressuposto de que a entrada dos japoneses no grémio dos povos destinados a coligar-se contra o islamismo e o paganismo era um dado quase adquirido. Agora, mal tinha acabado de se avistar com Hideyoshi e conseguido voltar a deixar convenientemente adormecida a questão do

---

<sup>140</sup> Ver Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 1, *A época em que Macau, já institucionalizada, se insere*, Macau, ICM, 1997, pp. 64-70; Costa, 2000b, pp. 404-408.

<sup>141</sup> Ver Janeira, 1970, p. 62; Boxer, ed. 1993a, pp. 137-154; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 1, 1997, pp. 68-75; Costa, 1999a, pp. 37-42 e 44; Costa, 2000b, pp. 408-412.

Édito de Hakata, o bispo D. Pedro é forçado a seguir impotente o primeiro martírio de cristãos daquele país, ocorrido em Nagasáqui a 7 de Fevereiro de 1597.

A causa aparente foi o naufrágio do *San Felipe*, um galeão espanhol que fazia a rota de Manila para Acapulco quando encalhou no porto de Hirado. Desejoso de promover o poderio do rei de Espanha junto dos comissários do xogum, o seu piloto-mor teria então proferido um conjunto de confissões desajeitadas, através das quais dera a entender que as conquistas ultramarinas dos espanhóis se apoiavam por regra numa “quinta coluna” missionária. A causa efectiva, pelo menos a menos irracional, decorria do temor nipónico ante a vitalidade do cristianismo no centro no país e as sucessivas vagas de mendicantes oriundos das Filipinas que vinham dando à costa desde 1592 à revelia do monopólio da Companhia. Assim se explica que todos os três padres e três irmãos estrangeiros supliciados fossem franciscanos e que os três irmãos jesuítas japoneses e os dezassete cristãos que morreram com eles fossem todos do Kinai. Agreguem-se as necessidades financeiras criadas por um recente sismo na região da capital, pela frustrada primeira invasão da Coreia (1592-1593) e pela preparação da segunda, a qual se lançaria a 3 de Novembro de 1597. Com uma carga avaliada em mais de milhão e meio de pesos de prata, o aprisionado navio espanhol terá representado uma preciosa ajuda, tanto para os trabalhos de reconstrução, como para os planos bélicos em marcha<sup>142</sup>.

No mês seguinte à crucificação dos vinte e seis cristãos promulgava-se um novo édito de banimento dos missionários e o bispo era obrigado a partir junto com alguns clérigos, incluindo os poucos franciscanos que sobreviveram. Contudo, a grande maioria dos missionários permaneceu nas ilhas, onde enfrentou os humores erráticos de Hideyoshi durante os dezanove meses que decorreram até à sua morte. D. Luís Cerqueira, o sucessor de D. Pedro Martins arribaria a Nagasáqui algumas semanas antes desse desenlace, acabando por fixar-se no Japão<sup>143</sup>. E se a Igreja japonesa perdeu na tormenta umas cento e vinte igrejas e viu onze jesuítas partirem para não mais voltar, tal

---

<sup>142</sup> Ver Janeira, 1970, pp. 62-65; Boxer, ed. 1989a, pp. 53-54; Gil, 1991, pp. 69-78; Jesus López-Gay, “Don Pedro Martins, SJ (1542-1598), el primer obispo portugués que visitó el Japón”, in Carneiro & Matos (eds.), *O Século Cristão do Japão*, 1994, pp. 79-94; Ross, 1994, pp. 72-77 e 86-88; Cabezas, 1995, pp. 236-259; Coutinho, 1999, pp. 57-59; Costa, 2000b, pp. 412-417.

<sup>143</sup> D. Luís Cerqueira (Alvito, Alentejo, 1522-Nagasáqui, 1614) era professor de Teologia na Universidade de Évora na altura em que foi escolhido como coadjutor e futuro sucessor de D. Pedro Martins (1592). Receberia a dignidade e a consagração como bispo em Évora (Novembro de 1593), sendo seu consagrante D. Teotónio de Bragança, quem, para mais, arcou com todos os gastos da cerimónia e financiou a sua viagem para o Japão. Ver Lopetegui, 1967, pp. 19-20; Inácia Rumiko Kataoka, *A Vida e a Acção Pastoral de D. Luís Cerqueira S.J., Bispo do Japão (1598-1614)*, tradução [do italiano] de Arlete Madeira Noronha, colecção Documentos & Ensaio — 12, Macau, ICM, 1997, pp. 43-74.

acabou por constituir um golpe muito menos significativo que aquele que adviera dez anos antes, quando não existia o universo de várias centenas de locais de culto que existia hoje, nem os jesuítas recenseados no terreno se contavam em cerca de 125, como acontecia desta vez<sup>144</sup>.

A distante Europa nunca deixou de tomar conhecimento dos sobressaltos vividos na mais oriental das Missões jesuíticas, para o que recordaremos, desde logo, a edição das cartas dos padres Luís Fróis e Organtino Soldo saída em Lisboa em 1589 e reeditada em Coimbra em 1590. O assunto era o da crise e apenas o da crise de 1587, bastando alguns dos dizeres do título da primeira delas para se ver da preocupação que tal gerou: “das grandes guerras, alterações & mudanças que ouue nos reynos de Iapão, & da cruel perseguição que o rey vniuersal aleuantou contra os padres da Companhia, & contra toda a Christandade”<sup>145</sup>. Mas o desassossego não tardou a amainar, veja-se a leitura um pouco mais distanciada desses sucessos que é oferecida nas *Cartas de Iapam* impressas em Lisboa em 1593, volume onde o público pôde também reencontrar um dos seus temas preferidos através do relato que aí se faz da chegada dos quatro fidalgos japoneses à sua terra natal<sup>146</sup>.

É crível que tenha sido por esta altura que D. Teotónio de Bragança começou a preparar a monumental colectânea que viria à luz em 1598. Tomando como base de trabalho o conjunto epistolográfico que constava da colecção saída em Coimbra em 1570, adicionou-lhe todas as cartas alusivas ao Japão que encontrou escritas até meados de 1589, com excepção das que vinham nesse livro de 93. Não esqueceu as páginas sombrias que Fróis e Organtino despacharam de Arima e de Miyako, respectivamente a 20 de Fevereiro e a 25 de Novembro de 1588, as mesmas que se deram à estampa pela primeira vez em 1589<sup>147</sup>. Só que entre um espólio que recuava a 1548 e a eterna intenção de captar adeptos, os prognósticos sorridentes e as notícias favoráveis tornavam a levar a melhor sobre os reveses. Por último, era cedo para saber dos desatinos finais de Hideyoshi, algo que teve de apoquentar os jesuítas apesar de terem sido os franciscanos do *Patronato* o principal alvo da sua fúria e de o próprio Valignano

---

<sup>144</sup> Ver Boxer, ed. 1993a, pp. 154-171; Carlos Alexandre de Moraes, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, colecção Documentos & Ensaios — 5, Macau, ICM/Instituto Rainha Dona Leonor, 1993, p. 115; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 1, 1997, pp. 79-87; Costa, 1999a, p. 30, n. 74; pp. 31-34 e 44.

<sup>145</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 89.

<sup>146</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 91.

<sup>147</sup> Ver Garcia, 1997b, pp. 21-23; José Manuel Garcia, “A edição das cartas dos jesuítas do Japão feita em Évora em 1598”, in Gonçalves (coord.), *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, 2000, pp. 414-416.

já acreditar em Fevereiro de 1600 que Tokugawa Ieyasu era o melhor *Tenka Do-No* (“O Senhor do País”) que os cristãos poderiam desejar<sup>148</sup>.

### ***Os primeiros batismos de Zhaoqing***

D. Teotónio obteve as licenças para a impressão das suas *Cartas de Iapão* ainda em 1596 e dedicou-as à memória dos “pais fundadores” Francisco Xavier e Simão Rodrigues. O arranjo interno das missivas não obedece a uma estrita ordem cronológica, antes tenta recriar a sucessão dos acontecimentos relativos àquela Missão como se de uma crónica se tratasse. Dá-nos como que o negativo da *Historia de Japam* de Luís Fróis porque o tema e os materiais de base são os mesmos ou do mesmo tipo, mas num caso há uma reescrita dos originais, enquanto no outro estes tendem a ser apresentados na íntegra ou, quando muito, resumidos ou interpolados. Por esta altura, Alessandro Valignano ditava, no outro lado do mundo, a sentença que custou à *Historia* de Fróis ter sido negligenciada durante séculos. É provável que, confrontado com estes dois volumes de cartas, o visitador tenha entendido que se tornaria demasiado redundante imprimir esse trabalho, o que, a ser verdade, quererá dizer que as suas conhecidas críticas à prolixidade e à alegada falta de rigor do missionário colocado no arquipélago nipónico apenas nos revelam parte do problema<sup>149</sup>. Tal tem até bastante razão de ser se se pensar que boa parte da *Historia de Japam* se apoia na edição das *Cartas de Iapon* publicada em Alcalá em 1575, a qual, por seu turno, traduziu as cartas da edição portuguesa de 1570, acrescentando-lhe algumas mais<sup>150</sup>.

À vista de tudo isto, não será necessário voltar aos motivos pelos quais existe tão pouco conteúdo chinês nas *Cartas* de Évora. No entanto, o largo espectro temporal contemplado facultava pelo menos uma razoável panorâmica sobre as principais iniciativas de penetração missionária no Império do Meio. Sabemos, por exemplo, que se encontram aqui a “carta grande” de Xavier (Kagoshima, 5 de Novembro de 1549,

---

<sup>148</sup> Ver Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 1, 1997, pp. 90-91; Arcadio Schward, “O Cristianismo no Japão durante o reinado de Tokugawa Ieyasu (1600-1616)”, in Carneiro & Matos (eds.), *O Século Cristão do Japão*, 1994, pp. 460-465.

<sup>149</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-2.

<sup>150</sup> Ver carta do Pe. Luís Fróis ao Pe. geral Claudio Acquaviva, Shimoneseki (Ximonoxequi), 1 de Janeiro de 1587, ARSI, *Jap. Sin.*, 10 II, fls. 222r.-222v. e 225v.; transcr. parcial in Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 1, ed. 1976, “Apêndice 4”, pp. 400-401; Garcia, 1997b, p. 23; Garcia, 2000, pp. 416-417.

para os irmãos do Colégio de S. Paulo de Goa)<sup>151</sup>, a carta em que Aires Brandão reporta as circunstâncias da morte deste (Goa, 23 de Dezembro de 1554, para os padres e irmãos de Coimbra)<sup>152</sup>, uma daquelas em que Melchior Nunes Barreto descreve os seus primeiros projectos relativos ao Extremo Oriente (Malaca, 3 de Dezembro de 1554, para Diego Mirón)<sup>153</sup> ou aquela que o mesmo Nunes Barreto manda do “porto da China” depois de ter visitado Cantão (23 de Novembro de 1555, para os irmãos de Goa)<sup>154</sup>. Encontramos também duas das cartas particulares que notámos constarem da *História da Índia* de Maffei: a que Gonçalo Fernandes utiliza para enviar novas sobre a libertação de prisioneiros portugueses dos cárceres chineses (Goa, 1 de Dezembro de 1560)<sup>155</sup> e a de que Baltasar Gago se serve para descrever o seu naufrágio em Hainão (Goa, 10 de Dezembro de 1562)<sup>156</sup>.

Entre as epístolas não citadas começa por nos aparecer o extracto de uma de Manuel Teixeira que é a única assinada em Cantão de toda a colectânea. Apenas traz indicados o ano e o destinatário — 1564, para os irmãos do Colégio de Goa — e, não obstante constituir numa mera antecipação da geografia japonesa, tem ainda neste aspecto um outro ponto de contacto com a que lemos escrita pelo próprio nessa cidade a 30 de Novembro desse ano<sup>157</sup>. De Luís Fróis é mais uma desta década e ano: a que seguiu de Firando para a Índia com data de 3 de Outubro de 1564 e que decifra um pouco mais o constante trânsito de missionários entre o Japão e Macau<sup>158</sup>.

O tema regressa numa das duas cartas que indicam de modo expresso a proveniência de Macau, a que Pero Gomes faz a 13 de Dezembro de 1582 com a narrativa circunstanciada do seu naufrágio numa praia anónima do Mar da China e do resgate milagroso por intercessão de “hũa cabeça das onze mil Virgens” e dos “Anjos da

---

<sup>151</sup> Carta do Pe. Francisco Xavier para os Irmãos do Colégio de S. Paulo de Goa, Kagoshima, 5 de Novembro de 1549, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 7v.-15v. Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

<sup>152</sup> Carta do Irmão Aires Brandão aos Padres e Irmãos da Companhia em Coimbra, Goa, 23 de Dezembro de 1554, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 28r.-30r. Ver *supra*, Parte II, cap. 8-5.

<sup>153</sup> Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto ao Pe. Diego Mirón, provincial de Portugal, Malaca, 3 de Dezembro de 1554, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 30v.-32v. Ver *supra*, Parte II, cap. 8-5.

<sup>154</sup> Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 32v.-37r. Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7.

<sup>155</sup> Carta do Pe. Gonçalo Fernandes para um Irmão do Colégio da Companhia de Jesus em Coimbra, Goa, 1 de Dezembro de 1560, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 72r.-73v. Ver *supra*, Parte II, cap. 15-1.

<sup>156</sup> Carta do Pe. Baltasar Gago aos Padres e Irmãos da Companhia em Portugal, Goa, 10 de Dezembro de 1562, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 95r.-100v. Ver *supra*, Parte II, cap. 15-1.

<sup>157</sup> Carta do Pe. Manuel Teixeira para os Irmãos do Colégio de Goa, Cantão, 1564, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 145r.-145v. Ver carta do Pe. Manuel Teixeira, Cantão, 30 de Novembro de 1564, fl. 103r., ed. 1964, pp. 763-764. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 133. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

<sup>158</sup> Carta do Pe. Luís Fróis aos Irmãos da Companhia de Jesus na Índia, Firando, 3 de Outubro de 1564, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 145v.-150v.

guarda”<sup>159</sup>. Lourenço Mexia, um padre nascido em Olivença que acompanhou Valignano durante a sua estada no Japão entre 1579 e 1582, redige a segunda dessas cartas macaenses a 6 de Janeiro de 1584. O destinatário é o Pe. Miguel de Sousa, reitor do Colégio de Coimbra, e nela resume os seus dois anos e meio de permanência no arquipélago por entre uma multiplicidade de dados antropológicos e geográficos que vão do traje à língua, dos hábitos alimentares às cerimónias religiosas, das práticas médicas aos perfis urbanos de Miyaco, Sakai e Nara. Torna a ser sintomático que tanto se abstenha de contar o que quer que seja sobre a China, como o projecto que mais o anima seja o de “acabar em Iapão”. O texto continua a ser particularmente interessante por o jesuíta comparar o defunto Nobunaga a “outro Nabucdonosor”, rejubilar com a sua morte “merecida” e confiar no pronto apaziguamento da conjuntura local por influência dos “grandes senhores Christãos” que tinham ajudado a derrotar Akechi<sup>160</sup>.

Há a hipótese de que a carta que o irmão Amador da Costa “escreueo da China estando de caminho pera Iapão a vinte tres de Nouẽbro de 1577” (para os padres e irmãos de Portugal) caiba ainda no reduzido conjunto das que se compuseram em Macau<sup>161</sup>. Seja como for, igualmente nada se diz aí que traduza um interesse mais do que passageiro pelo Império às portas do qual o missionário se abriga entre duas monções. Fixado na escala de destino — onde afinal nunca chegará —, confessa só ter sentidos para “as influencias que de seus [Japão] desejados ares nesta China sinto”. O

---

<sup>159</sup> Carta do Pe. Pero Gomes, Macau, 13 de Dezembro de 1582, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, fls. 82v.-85v. Ver carta do Pe. Luís Fróis ao geral da Companhia, Nagasáqui, 2 de Janeiro de 1584, in *ibidem*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, fl. 89v.

A praia anónima referida pelo Pe. Pero Gomes era um banco de areia da costa Sudoeste da ilha Formosa e a embarcação naufragada um junco que Bartolomeu Vaz Landeiro, um “príncipe-mercador” de Macau (palavras de Charles Boxer), colocara, como era seu hábito à disposição dos jesuitas. Ver, *inter alia*, Charles R. Boxer, “Missionaries and merchants of Macao, 1557-1687”, in *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiro (Lisboa, 1967)*, vol. 2, Lisboa, 1960, pp. 216; Boxer, ed. 1989a, p. 39; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, pp. 191-192; Maria da Conceição Flores, “A Formosa: um espaço periférico nas rotas portuguesas quinhentistas”, in M. C. Flores & João Paulo Oliveira e Costa, *Portugal e o Mar da China no Século XVI – Aspectos da presença lusa na Ásia Oriental no século XVI*, Lisboa, IN-CM, 1996, pp. 179-182.

<sup>160</sup> Carta do Pe. Lourenço Mexia ao Pe. Miguel de Sousa em Coimbra, Macau, 6 de Janeiro de 1584, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cits. fls. 126r. e 126v. Ver *ibidem*, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, fls. 123r.-126v.

É flagrante a semelhança entre os termos e os propósitos narrativos subjacentes a este relato da morte e sucessão de Nobunaga — com o justo castigo do “anjo” que passou a “tirano” por ter tentado divinizar-se e com a vitória entretanto conseguida pelos aliados japoneses convertidos ao cristianismo — e a carta em que Luís Fróis comunica à Companhia de Jesus aqueles mesmos eventos: carta do Pe. Luís Fróis para o Pe. geral da Companhia de Jesus, Kuchinotsu, 5 de Novembro de 1582, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, fls. 61r.-82r. Ver *ibidem*, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, fls. 62r.-62v.; *supra*, Parte II, cap. 12-4; Sandra Amaral Monteiro, “A morte de Oda Nobunaga. Causas e consequências (um retrato de Luís Fróis)”, in Carneiro & Matos (eds.), *O Século Cristão do Japão*, 1994, pp. 447-452.

<sup>161</sup> Carta do Ir. Amador da Costa para os Padres e Irmãos da Companhia de Portugal, China, 23 de Novembro de 1577, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 400r.-402v.

máximo que nos cede a esse respeito são as notas em que conta ter visitado o lugar onde morrera Francisco Xavier e ter-se entrevistado com três testemunhas dos seus dons de santo milagreiro: um padre de trinta anos que o navarro “resuscitou sendo minino [e] estando ja chorado, & amortalhado”; o “piloto das botas”, que era a alcunha de Francisco de Aguiar, o piloto da nau de Diogo Pereira que levava Xavier de Malaca a Sanchoão, acontecendo que o apodo se devera a ter guardado uma das botas do Padremestre como relíquia; e António de Santa Fé, o “irmão nosso China de nação” que vimos que Valignano ainda interrogaria em Macau no ano seguinte<sup>162</sup>.

O sumo da missiva de Amador está noutro ponto, tão útil para o esclarecimento do momento que o Estado Português da Índia atravessa na entrada para o último quartel do século XVI, quanto inútil para o nosso objecto de análise. Falamos da batalha naval de 1 de Janeiro de 1577 em que o capitão Matias de Albuquerque derrota nas águas de Joore as forças do sultão de Achém. Presenciada pelo jesuíta de cima do convés de uma das naves da armada lusa, traduz um dos vários combates que os portugueses foram obrigados a travar durante alguns anos com os sultanatos malaio por forma a garantir uma relativa segurança nos Estreitos, apesar de terem acabado de sair vencedores dos três sucessivos cercos de Malaca que aconteceram entre 1573 e 1575<sup>163</sup>.

O leitor que tivesse tido acesso às *Cartas de Iapão* de D. Teotónio de Bragança na altura em que o impressor Manuel de Lira as colocou à venda acabaria por descobrir em seis colunas mal contadas, ou em nem três páginas com perto de treze anos, as notícias apesar de tudo mais recentes sobre o estado da Missão chinesa. O seu autor era Alessandro Valignano e a carta aquela que ele escrevera ao arcebispo de Évora a 23 de Dezembro de 1585.

O tom é confiante, começando por dizer-se que, enfim, se abrija naquele reino tão fechado “hum pequeno postigo” por onde o Evangelho poderia entrar<sup>164</sup>. O visitador esclarece que antes de seguir para o Japão determinara a ida para Macau de dois padres para que estes aprendessem a língua da terra (Michele Ruggieri e Matteo Ricci, sempre omissos mas sempre óbvios). No regresso, encontrando-os habilitados o suficiente,

---

<sup>162</sup> *Ibidem*, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, cits. fls. 400r. e 402r. Ver *supra*, Parte II, cap.14-2; Corrêa, 1993, p. 360.

<sup>163</sup> Ver carta do Ir. Amador da Costa para os Padres e Irmãos da Companhia de Portugal, China, 23 de Novembro de 1577, in *Cartas de Iapão*, t. 1, Évora, 1598, fls. 401r.-401v.; *supra*, Parte I, cap. 3-2; Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaio – Malaca e os sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*, colecção Memória Lusitana — 1, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997, pp. 99-101.

<sup>164</sup> Carta de Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Goa, 23 de Dezembro de 1585, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cit. fl. 170r.

tratara de “entroduzilos na China como homens letrados, & que vieraõ de longas terras a fama que auia da sabedoria, & letras da China”. Para que a empresa fosse proveitosa, iam vestidos como alguns dos eruditos locais e munidos de “hum tratado a maneira de dialogo em lingua, & letras Chinas” onde constava o essencial da doutrina cristã (alusão ao catecismo que Ruggieri imprimiu em Macau ou nos seus arredores em 1584 ou 1585 por via de matriz xilográfica<sup>165</sup>), de um relógio (que viera de Goa com Ricci para ser oferecido à primeira alta personalidade que se tornasse oportuno seduzir<sup>166</sup>), de uma esfera e de um mapa-mundo “que tambem fizeraõ com letras da China”<sup>167</sup> (o *Yudi shanghai quantu* ou *Mapa Completo das Montanhas e dos Mares da Terra*, desenhado por Ricci em 1584 com a China ao centro e baseado numa projecção do mundo de Ortelius e em fontes chinesas como o *Guang Yutu* ou *Ampliação do Mapa Terrestre* de Luo Hongxian<sup>168</sup>).

Bem acolhidos pelo vice-rei da província de Cantão, continuava Valignano, os dois missionários receberam licença para aí viverem e construir uma casa com uma pequena igreja<sup>169</sup>. O idílio durava há dois anos e já resultara em três baptizados, um dos quais era “hum[a] pessoa douda, & principal, que estaua pera receber o grao de Mandarim” e que passou a chamar-se Paulo e o outro alguém “que ainda que não era de tanto ser era todauia mercador” e que sabemos por fontes complementares que se chamou João<sup>170</sup>.

Com a porta da China pela primeira vez entreaberta, eis senão quando se urdira uma conspiração infame contra os padres que suscitara a desconfiança dos mandarins. Chamados a responder às acusações de espionagem e de tráfico de crianças, o que

---

<sup>165</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

<sup>166</sup> Lacouture, 1991, pp. 251-252; Araújo, 2000, p. 101, n. 75.

<sup>167</sup> Carta de Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Goa, 23 de Dezembro de 1585, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cits. fl. 170r.

<sup>168</sup> Por sua vez, o mapa de Luo Hongxian de c. 1540 (1.<sup>a</sup> ed. 1555; presumível 5.<sup>a</sup> ed. 1579) era uma versão de um mapa-mundo chinês da dinastia Yuan que incorporara a influência da cartografia islâmica, o *Yutu* (*Yü-t'u*) ou *Mapa Terrestre* de Zhu Siben (Chu Szu-pen), de c. 1320. Ver Yolande Jones, Howard Nelson & Helen Wallis, *Chinese & Japanese maps. An exhibition organized by the British Library at the British Museum (1 february–31 december 1974) – Catalogue*, Londres, The British Library Board, 1979, p. 2; Theodore N. Foss, “A Western Interpretation of China: Jesuit Cartography”, in Charles E. Ronan & Bonnie B. C. Oh (eds.), *East Meets West – The Jesuits in China, 1582-1773*, Chicago, Loyola University Press, 1988, pp. 210-211; Richard J. Smith, *Chinese Maps – Images of ‘All Under Heaven’*, Series Images of Asia, Hong Kong/Oxford/Nova York, Oxford University Press, 1996, pp. 29-32 e 42-44. Ver também: Bencardino, 1993, p. 55.

<sup>169</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

<sup>170</sup> Carta de Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Goa, 23 de Dezembro de 1585, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cits. fls. 170v. e 171r. Ver Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, Parte I, liv. II, cap. VII — “Com algũas Curiosidades Mathematicas se estabelece mais a estada dos Padres em Xaõ Kim. Entra o Padre Francisco Cabral a visita-los”, ed. 2001, p. 54.

parece um reabrir das feridas de 1520-1521, acabaram por ser inocentados. Contudo, a lição servira para que tomassem, como nunca, consciência de que antes valia ter toda “a paciência, prudência, & bom modo de proceder fundado em espirito” que “muito feruor, & zelo desordenado de conuerter logo muita gente”. Servira também para que o visitador proibisse os seus dois subordinados de manter toda e qualquer “maneira de trato” quer com os portugueses de Macau, quer com os castelhanos que às vezes lá iam vindos de Lução. Fora isso, tudo corria pelo melhor, tendo este acabado de despachar mais dois padres para essa Missão, ambos portugueses (Duarte de Sande e António de Almeida, de novo omissos mas não menos óbvios)<sup>171</sup>.

Pudesse o leitor do momento confrontar estes dados com os que Fr. Gracián de la Madre de Dios se encarregara de facultar em 1586 no seu *Stimvlo dela propagacion dela Fee* a partir de uma carta de Alonso Sánchez e observaria que o retrato coincidia no essencial<sup>172</sup>. Pudesse o mesmo leitor recorrer a obras como a *Viaggio dell’Indie Orientali* de Gasparo Balbi, onde vimos que se intercalara uma notícia de 1585 aparentemente captada em Cochim, e avançaria um pouco nas aventuras chinesas de Ruggieri e companheiros<sup>173</sup>. Mas para compensar a década, ou mais, que teria em branco sem recorrer aos manuscritos, só se por um acaso improvável entretanto lhe tivesse vindo parar às mãos o restrito *De Missione Legatorum* ou fosse um dos felizes contemplados com a tradução parcial deste título que Richard Hakluyt não tardou a colocar no mercado inglês.

---

<sup>171</sup> Carta de Alessandro Valignano a D. Teotónio de Bragança, Goa, 23 de Dezembro de 1585, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, cits. fl. 171r. Ver *ibidem*, in *Cartas de Iapão*, t. 2, liv. I, Évora, 1598, fls. 170r.-171v.

<sup>172</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

<sup>173</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

## CAPÍTULO 17

### **Dois gémeos sedentários: os capítulos chineses da *Historia da vida do padre Francisco Xavier* de João de Lucena (1600) e da *Historia de las Misiones* de Luis de Guzmán (1601)**

#### **1. O “remake” do Pe. Lucena**

O século termina — pelo menos, o século dos jesuítas — com a publicação em Lisboa da *Historia da vida do padre Francisco Xavier* de João de Lucena S.J.<sup>1</sup> O volume in-fólio de 908 páginas sai das oficinas do requintado Poeter van Craesbeeck, impressor de origem flamenga que era discípulo de Christophe Plantin e de que se conhecem trabalhos de 1597 a 1632<sup>2</sup>. Encomendada cinco anos antes pelos superiores da Companhia de Jesus e publicada quatro anos volvidos sobre a segunda edição do *De Vita Francisci Xavierii* do seu confrade Orazio Torsellini, como sabemos, esta hagiografia do “grande físico das almas” que teria sido o navarro lusitanizado responde, desde logo, de modo óbvio pela estratégia de grupo religioso que levará à beatificação por Paulo V a 25 de Outubro de 1619 e culminará na sua canonização por Gergório XV a 12 de Março de 1622. Em sentido mais discreto, mas não menos significativo, responde igualmente pelo progressivo processo de apropriação da história oficial portuguesa pela Ordem dos inacianos, no que prefigura um reavivar da literatura conventual num contexto em que a ausência de uma Corte régia em Lisboa tende a ser compensada pelo estipêndio de Casas senhoriais à cabeça das quais está a de Bragança<sup>3</sup>.

João de Lucena dedica o seu panegírico à “Sereníssima Senhora Dona Catherina, Senhora dos estados de Bragança”, mas até a sua própria biografia parece talhada desde o início à medida desta confluência de interesses. O futuro jesuíta nascera por volta de 1549 em Trancoso, vila da diocese de Viseu. O pai era ouvidor de Barcelos e criado dos

---

<sup>1</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 10, n. 239.

<sup>2</sup> Anselmo, ed. 1977, p. 141.

<sup>3</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-2. Ver também: Saraiva & Lopes, ed. 1979, p. 456.

duques D. Teodósio e D. João de Bragança. A mãe procedia de uma família de idêntico estatuto e deu-lhe por irmão o doutor Afonso de Lucena, comendador de S. Tiago de Coelhooso, alcaide-mor de Portel, secretário da mesma duquesa D. Catarina e compilador das *Allegações de Direito* que a Casa “brigantina” apresentou em 1580 para defender as suas pretensões ao trono que acabaria ocupado pelos Habsburgo<sup>4</sup>. Em 1565 ingressa no Colégio de São Paulo que a Companhia administra em Coimbra, não sem que antes o submetam a um exuastivo inquérito de sangue por se suspeitar que os Lucena de Trancoso cruzavam algures com os hebreus. Ilibado da suspeita, aplicar-se-á no estudo das “letras humanas, e ciências severas”. Depois de tomado o grau de Mestre em Artes, passa à Universidade de Évora, onde está em 1570, onde lê Filosofia e onde coincide com o Pe. Luís Cerqueira quando este por certo ainda não sonhava com o bispado do Japão. Entre 1577 e 1581 recebe instrução teológica em Roma, distinguindo-se nos anos que se seguem como orador no púlpito. Recolhido nos últimos tempos de vida na Casa de S. Roque, em Lisboa, é aí que escreve a sua *Historia do padre Francisco Xavier* e morre em Outubro de 1600<sup>5</sup>.

A obra que tratamos aparece dividida em dez livros, os quais cumprem as sacrossantas estações que vão do “nascimento, criação, & estudos do P. Francisco” à sua “morte na ilha de Sancham”. Referiu-se também que, tal como um Alessandro Valignano em 1583 ou um Giovanni Pietro Maffei em 1588, João de Lucena faz anteceder as principais jornadas da sua narrativa de um enquadramento de tipo antropológico-geográfico, metodologia que contribui para expandir de forma notável o sentido de história clerical anunciado no título.

Depois de Goa, Ceilão, Malaca, Samatra, Java, Molucas e Japão, o Império do Meio surge caracterizado ao longo de oito capítulos consecutivos na parte final do *Livro Decimo* (caps. XVII-XXIV). A anteceder-los está um outro em que se aborda, em termos não muito distintos dos que encontrámos no capítulo XXV da *Historia del principio y progresso* de Valignano, o desembarque de Francisco Xavier no litoral chinês<sup>6</sup>. Nos capítulos XXV-XXIX, os últimos da obra, descreve-se o seu convívio com os mercadores portugueses na praia que recebeu a sua primeira sepultura, as trasladações do corpo do missionário para Malaca e para Goa, assim como todos os milagres que lhe

---

<sup>4</sup> Ver Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, tradução de Isabel Cardeal, colecção Temas de História de Portugal — 1, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 64-65.

<sup>5</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, pp. 681-682; Pimpão, 1952, pp. VII-X.

<sup>6</sup> Pe. João de Lucena, S.J., *Historia da vida do Pe. Franc.º. Xavier*, liv. X, cap. XVI — “Da constancia, & igualdade do P.M. Frâncisco nestes trabalhos, & como chegou às ilhas de Cantam”, ed. 1952, vol. 2, p. 851. Todas as referências e citações a partir desta edição. Ver *supra*, Parte II, cap. 14-2.

eram atribuídos e que haviam ficado por contar nas páginas anteriores. Destaque-se entre estes o “daquella tam estranha marauilha” da ressurreição de uma criança que o Pe. Amador da Costa registara em carta de 1577 e que D. Teotónio de Bragança incluiu no primeiro tomo da colectânea eborense de 1598<sup>7</sup>. O Pe. Manuel Teixeira, o decano dos biógrafos do antigo Padre-mestre, chegara a entrar numa polémica caseira com Pedro de Ribadeneyra por este ter escrito nas sua *Vida del P. Ignacio de Loyola* que Xavier tinha ressuscitado mortos. Lucena, que estaria a par das repetidas recusas de Teixeira em aceitar tais transcendências, opta pelo registo oposto, tecendo à volta do seu biografado uma ambiência em que o milagre e a profecia são a regra e nem sequer a excepção<sup>8</sup>.

As névoas místicas que pairam a todo o instante sobre a *Historia* de João de Lucena são servidas, isso sim, por uma prosa literária de qualidade irrepreensível. Contudo, o jesuíta beirão continua sobretudo a recorrer à “natural eloquencia, e apostolica eficacia” que o celebrizara na arte do sermão, agora que enverga a batina de historiador. Isso expressa-se, desde logo, a três níveis diferentes e é algo de que os capítulos chineses se ressentem fortemente. Em primeiro lugar, são constantes os paralelismos com a História Sagrada, modo de estimular a imaginação do leitor mas também de lhe inculcar o sentido providencialista que se pretende latente nas mais diversas situações. Em segundo lugar, encontra-se menos refém da veracidade histórica que muitos dos seus contemporâneos e até antecessores, entrando com grande facilidade em juízos opinativos e tomando por credíveis testemunhos que, de tão extraordinários, o seu próprio senso às vezes parece duvidar. Por fim, chega a ser chocante a dualidade de critérios que observa para a citação das autoridades textuais: generosamente explícito quando se trata das inumeráveis fontes bíblicas, patrísticas e clássicas que conhece do ofício de pregador; lacónico, para não dizermos intencionalmente omissos, no que toca aos autores profanos, em particular aos modernos<sup>9</sup>.

Consideram os poucos exegetas desta obra que a maior parte do material utilizado por João de Lucena para a matéria de fundo da vida do padre Xavier era constituído pelas cartas do “apóstolo”, pelas relações escritas e orais de gente que o conhecera no Oriente, pelas Inquirições de Goa, Cochim, Baçaim e Malaca e pelos

---

<sup>7</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XXVI — “Como o Padre Francisco resuscitou hum minino, & da grande diligência, que fez pera entrar em Cantam”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 887. Ver *supra*, Parte II, cap. 16-3.

<sup>8</sup> Ver Pimpão, 1952, pp. XXXIV-XXXVIII; Girard, 2000, pp. 88-93 e 96-98.

<sup>9</sup> Ver Pimpão, 1952, pp. XXXII-XXXIII e XXXVIII-XLV; Saraiva & Lopes, ed. 1979, p. 456.

testemunhos recolhidos *a posteriori* e guardados em códices manuscritos de correspondência missionária como os que existiam na Casa de S. Roque e nos colégios de Coimbra e de Évora<sup>10</sup>. Quer isto dizer que pôde prescindir, senão na íntegra, pelo menos em grande medida, de fontes impressas do mesmo tipo como as colecções de cartas dos missionários jesuítas. Passando para a unidade temática formada pelos oito capítulos acima referidos, deparamo-nos com o perfeito inverso disto. É que não só o essencial do que aí está foi trazido de textos intermediados pelo impresso, como os elementos suplementares revelam uma origem independente daquele género de notícias que os padres tinham por hábito ler nos refeitórios para edificar e captar vocações entre os estudantes e os religiosos da Companhia.

Salvo as reminiscências de tipo bíblico, clássico ou literário, são as seguintes as fontes que o Pe. Lucena indica de forma explícita nas trinta e duas páginas daquele excuro geo-antropológico que dedicou à China: o *Milione* de Marco Polo, a crónica oriental de Haitão Arménio (por certo a partir das *Navigazioni* de Ramusio), o *Tratado dos descobrimentos* de António Galvão, os *In Isaiam Paraphrasis Libri quinque* de D. Jerónimo Osório (Bolonha, 1577; reeds. Colónia, 1579 e 1584 e Roma, 1592, in *Opera omnia*, vol. 4<sup>11</sup>), a *Historia del principio y progresso* de Alessandro Valignano, os *Historiarum Indicarum libri XVI* de Giovanni P. Maffei e o relato do capitão D. Fernando de Castro, alguém que mistura as suas memórias pessoais com a tradução que alguns jurubaças lhe tinham feito de certos “anais” chineses. Acresce a isto a alegada informação de uns “livros [que] têm os Chinas”, mas trata-se de um dos vários plágios não confessos da *Historia* de Valignano que também nos surgem. A cartografia vem referida a propósito de diferentes editores-comentaristas venezianos da *Geografia* de Ptolomeu: Giacomo Gastaldi (a edição de 1548)<sup>12</sup>, Girolamo Ruscelli (talvez o comentário descritivo de 1561)<sup>13</sup>, Giuseppe Moletto (a edição que sucedeu a esta última,

---

<sup>10</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-2. Ver também: Pimpão, 1952, pp. XII-XVII.

<sup>11</sup> Ver Faria, 1981, p. 129.

<sup>12</sup> Cláudio Ptolomeu, *La Geografia di Claudio Ptolomeo Alexandrino, con alcuni comentari & aggiunte fattevi da Sebastiano munstero Alamanno. Con le tavole non solamente antiche & moderne solite di stamparsi, ma altre nuove aggiunteui di Messer Iacopo Gastaldo Piamontese cosmographo, ridotta in volgare Italiano da M. Pietro Andrea Mattiolo Senese medico Exellentissimi. Con l'aggiunta d'infiniti nomi moderni, di Città, Provincie, Castella, et altri luoghi, fatta con gradissima diligenza da esso M. Iacopo Gastaldi, il che in nissum altro Ptolomeo si ritrova. Opera veramente meno utile che necessaria*, Veneza, per Gioa. Battista Pedrezano, 1548. Ver Carlos Sanz, *La Geographia de Ptolomeo Ampliada con los primeros mapas Impresos de América (Desde 1507). Estudio bibliographico y critico. Con el catalogo de las ediciones aparecidas desde 1475 á 1883. Comentado y ilustrado con numerosos facsimiles*, Madrid, Libreria General Victoriano Suarez, 1959, pp. 197-199.

<sup>13</sup> Cláudio Ptolomeu, *La geographia di Claudio Tolomeo Alessandrino, Nuovamente tradotta di Greco in Italiano da Girolamo Ruscelli*, Veneza, apresso Vincenzo Valgrisi, 1561. Ver Sanz, 1959, pp. 206-208.

feita pela parceria Pirckheimher-Moleto e saída em 1562)<sup>14</sup> e Gio. Malombra (nova edição do Ptolomeu de Ruscelli-Gastaldi de 1561, em 1574)<sup>15</sup>.

Apesar do que possa parecer à primeira vista, o facto é que a lista acabada de citar não tem correspondência na assunção por parte de João de Lucena da maior parte dos empréstimos literários de que é credor. Tal como esses casos que envolvem o uso implícito da minuta de Valignano, muitos outros há em que, por exemplo, a *História de Maffei* surge manipulada sem que nada o assinale. Por outro lado, quer as representações modernas da cartografia ptolomaica, quer Jerónimo Osório, apenas surgem assinalados para serem contrariados. Neste característico jogo de sombras intertextual, sobra depois o contributo de todas aquelas fontes que só a familiaridade que se possa ter com este género de escritos permite identificar.

Aqui, pensamos não esquecer o essencial ao dizer que Lucena utiliza a *Terceira década* de João de Barros, os *Coloquios dos simples, e drogas* de Garcia de Orta, o *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz, a *Historia de China* de González de Mendoza, o manuscrito da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto e talvez também o manuscrito do *Tratado de las Yslas de los Malucos* de António Galvão. Valha a verdade que neste segundo elenco a ocultação de que se trata de uma procedência externa nem sempre é consumada a cem por cento: as informações do putativo Mendoza são anunciadas como sendo “bem fieis”<sup>16</sup> (apesar de também se achar que algumas delas podem pôr em causa “a fé da historia”<sup>17</sup>); Mendes Pinto é dado como “hum nosso Portugues”<sup>18</sup>; o botânico Orta passa por um “curioso”<sup>19</sup>; e o domínico Cruz é mais um dos “nossos Portugueses”<sup>20</sup>.

---

<sup>14</sup> Cláudio Ptolomeu, *Geographia Cl. Ptolomaei Alexandrini olim a Bilibaldo Picckheimherio translata, at nunc multis codicibus graecis collata, pluribusque in locis ad pristinam ueritatem redacta a Josepho Moletio Mathematico*, Veneza, apud Vicentium Valgrisium, 1562. Ver Sanz, 1959, pp. 220-221.

<sup>15</sup> Cláudio Ptolomeu, *La Geografia di Claudio Tolomeo Alessandrino, tradotta di Grego in italiano da M. Giero. Roscelli*, Veneza, apresso Giordano Ziletti, 1574. Ver *supra*, Parte II, cap. 1, n. 43. Ver também: Sanz, 1959, pp. 225-226; Davison & Lay Kee, 1994, p. 10; Moreland & Bannister, ed. 1995, p. 302; Crane, 2002, p. 214.

<sup>16</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XX — “Do rendimento, prouincias, & lugares murados do reyno da China, & varias sortes do que nella se chamam Mandarís”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 865.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 865.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XIX — “Do numero, & industria dos moradores da China”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 864.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XVII — “Dos confis, grandeza, & varios nomes do Reyno da China”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 856.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 868.

### *De onde procede o quê*

Seguindo a metodologia que Alessandro Valignano introduzira para a China na sua *Historia del principio y progresso*, o padre João de Lucena reserva os capítulos XVII-XXII para explicitar aqueles pontos de excelência que admite que essa civilização possuísse, enquanto enuncia nos vigésimo terceiro e quarto as “desordês, & prejuizos, que no mesmo reyno se seguẽ”<sup>21</sup>. Estaremos bem cientes que num *corpus* tão homogêneo e tão dependente de reutilizações de textos alheios como é o das histórias e hagiografias jesuítas deste fim-de-século as margens concedidas ao desenvolvimento de alguma originalidade autoral são sempre pouco mais que desprezíveis. A pena fluída de Lucena permite-lhe transcrever, parafrasear, modificar, resumir e intercalar com à-vontade e elegância invulgares os dizeres que toma de empréstimo, mas, até porque nunca viajou para além da Europa meridional, está impedido de inovar com conhecimento de causa como ainda assim o puderam fazer o visitador de Chieti e o padre Duarte de Sande. Praticamente tudo o que nos conta, já o tínhamos lido algures. E praticamente tudo o que não tínhamos, veio a ver-se de onde veio. A questão está naquilo que distorceu por efeito dessa mesma distância que o penaliza, das correspondências eruditas que o seu inesgotável saber livresco o intimou a estabelecer a cada passo ou tão-só do seu conhecido apetite pelo profético e pela hipérbole.

Começamos pelo inventário das principais fontes empregues em cada um desses oito capítulos do *Liuro X* e dos tópicos delas extraídos, guardando para os derradeiros parágrafos a análise das singularidades que a China esboçada por Lucena apresenta em relação às dos seus pares mais próximos.

Assim, para os “confiis, grandeza, & varios nomes do Reyno da China” (cap. XVII) temos o seguinte: do *Livro* de Marco Polo, o nome de alguns reinos e povos da Ásia interior; da *História da Índia* de Maffei, os termos genéricos da situação geográfica do país; desta, da *Historia* de Valignano ou da *Terceira decada* de Barros, a contagem do número de províncias; da *Década III*, os valores extremos da latitude e da extensão Oeste-Leste, o paralelismo entre a posição e a grandeza da China e da Europa, o perfil costeiro chinês e a identificação das três medidas itinerárias locais; do *Tractado* de Gaspar da Cruz, alguns elementos sobre a geografia e os povos limítrofes do Império, as designações autóctones para o reino e para as gentes, os vestígios da

---

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXIII — “Da insufficiencia deste gouerno dos Chijs”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 877.

Expansão marítima Ming na toponímia de algumas regiões do Índico (elementos estes que podem igualmente proceder do colóquio XV de Garcia de Orta) e as associações etimológicas entre “Cachechina”, “Cochichina” e “China”; seguramente dos *Coloquios* de Orta, a etimologia e a origem produtiva do pau da China; dos *In Isaiam Paraphrasis Libri quinque* do bispo Osório, uma nota filológica sobre a palavra “Cenim”; talvez do *Tratado dos descobrimentos* de António Galvão, a frase que explica que “chamaram, & chamam muitos Taibêcos aos mesmos Chĩs”<sup>22</sup>; e talvez do *Tratado de las Yslas de los Malucos* deste último autor, a alusão aos “appellidos de Bate Chinas”<sup>23</sup>.

Para a “calidade da terra” (cap. XVIII) temos: da *Terceira decada*, considerandos adicionais sobre a posição da China na massa euro-asiática; da *Historia del principio y progreso*, o elogio da sua amenidade climática e o rol de vários dos seus produtos agrícolas, animais e minerais; do *Tractado* de Gaspar da Cruz e, talvez, da *História* de Maffei, um e outro elemento do mesmo teor; e do 47.º colóquio de Garcia de Orta, novos dados sobre os usos medicinais do pau da China<sup>24</sup>.

Para o “numero, & industria dos moradores” (cap. XIX): da *Historia* de Alessandro Valignano, a fórmula para o cálculo das tributos e a estimativa da demografia do reino (ocorre uma diferença de dez milhões exactos entre os dois jesuítas, com o português a inflacionar a contagem, o que tanto pode ser imputado a uma deficiente leitura como a um lapso na cópia do manuscrito vindo de Macau a que teve acesso); da *Historia* de Juan de Mendoza, os números do contingente militar e a notícia de que as crónicas chinesas não registavam “de dous mil annos a esta parte” qualquer ocorrência de peste<sup>25</sup>; talvez da *Terceira decada*, os comentários sobre a antiguidade da imprensa e da “infernall inuençam da artelharia”<sup>26</sup>; do *Tractado* de Fr. Gaspar, o retrato fisionómico dos chineses (com uma comparação avulsa entre a brancura da sua pele e a dos espanhóis que parece ter correspondência com um gosto repetido por identificar indistintamente o todo peninsular, agora que se colocara entre parêntesis a independência política de Portugal); talvez também do *Tractado das cousas da China* (neste caso porque os argumentos são quase universais), as observações sobre o cultivo intensivo da terra, os trabalhos de hidráulica, a densidade do povoamento

---

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 857. Cf. *supra*, Parte II, cap. 10-2.

<sup>23</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 856. Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, pp. 851-857. Cf. *supra*, Parte II, cap. 10-2.

<sup>24</sup> Ver Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XVIII — “Da calidade da terra”, ed. 1952, vol. 2, pp. 857-860.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XIX, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 863.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XIX, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 862.

humano e a vida embarcadiça dos tancá; e de Mendes Pinto, a prodigiosa imagem das “cidades situadas sobre agoa, *que se abalauam, & mouiam todas as Luas*”, imagem que voltaremos a encontrar no capítulo XCVIII da *Peregrinaçam*<sup>27</sup>.

Para o “rendimento, prouincias, & lugares murados”, assunto acoplado ao das “varias sortes de Mandarĩs” (cap. XX) as dependências são as seguintes: da *Historia* que Alessandro Valignano completa em 1583 a discriminação dos benefícios da Coroa, a indicação (muito resumida aqui) sobre as “seis sortes de pouações”<sup>28</sup>, a explicação sobre os significados das palavras “Fu”, “Cheu”, “Hieu” e “Ilui” (já aquelas sobre os derivativos “Cãtam Fu”, “Paquim Fu” e “Nanquim Fu” têm toda a aparência de ser inspiradas por Barros)<sup>29</sup>, os quinze palácios da capital reproduzindo cada qual a sua província e talvez tanto as regras para o acesso aos cargos públicos, como o destaque sobre a centralização do poder na figura do “rey”; da *História* do Pe. Maffei, as (renitentes) estimativas aí avançadas para a fortuna do mesmo imperador, pelo menos parte do organigrama da administração central (para o funcionalismo sujeito ao “Tutam” dá-se uma terminologia demasiado próxima do português de Fr. Gaspar para ter sido traduzida) e, talvez, o louvor da solidez duas vezes milenar das muralhas das cidades (mais do que de Gaspar da Cruz, a outra hipótese é que a passagem em causa derive de Juan de Mendoza); quase de certeza do *Tractado das cousas da China*, o tempo de duração dos mandatos dos mandarins, as regras a que obedecia a sua selecção, as mordomias de que disfrutavam, os subornos com que acontecia tentarem-nos e as devassas públicas de que se instruíam alguns “ministros particulares”<sup>30</sup>; por certo da *Historia* de Mendoza, a pintura (de que está algo céptico) das setenta e muitas salas dos aposentos imperiais; talvez de uma síntese entre a Cantão do *Tractado* de Cruz e a Cantão da *Década III* de Barros, o figurino da típica urbe chinesa; e seguramente do *Tractado* de 1569-1570, a outra imagem do perímetro de Pequim medido pela andadura de um cavaleiro<sup>31</sup>.

Para a “ordem, & diligencia” do governo dos chins, mais a sua proverbial “cautela cõ os estrangeiros” (cap. XXI) as nossas conclusões de leitura são as seguintes: da *Historia* de Valignano procedem as visões do respeito pelas hierarquias e pelo

---

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XIX, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 864. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCVIII, — “De outras muytas diuersidades de cousas que vimos, & da ordem que se tem nas cidades mouediças que se fazem nos rios em embarcações”, Lisboa, 1614, fls. 112r.-113r. Ver Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XIX, ed. 1952, vol. 2, pp. 860-864.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 866.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, cits. p. 867.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 869.

<sup>31</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, pp. 864-869.

primado da lei, da autoridade do mandarinato, dos espantosos cortejos dos grandes, da eficácia do sistema de comunicações administrativas, da celeridade com que se podiam mobilizar exércitos de um a dois milhões de homens e armadas de quinhentas velas, da equivalência entre o controlo exercido sobre a entrada de estrangeiros e o que incidia sobre a circulação interna, assim como a das quase trezentas léguas do “môstruoso edificio” que fechava a China a poente<sup>32</sup>; da *História da Índia* de Maffei procede a visão das “letras jeroglificas” da *lingua franca* dos mandarins<sup>33</sup>; e da narrativa de D. Fernando de Castro procede a imagem complementar de uma “pöte sobre embarcações per distancia de cẽ legoas” que alguém propusera ao conselho real de Pequim que se montasse entre Laimpó e o Japão para apoiar a conquista daquele arquipélago e solucionar *in ovo* o problema da pirataria (convenhamos que um conceito muito semelhante ao da ponte de cerca de quinhentas léguas que Gaspar da Cruz julgara possível estender entre a China e Malaca)<sup>34</sup>.

O título que anuncia as terras antigamente povoadas e possuídas pelos chineses “& como o Rey se nam fia dos proprios naturais” (cap. XXII e último dos seis capítulos abonatórios do mundo sínico) julgamos ter sido municiado da seguinte maneira: do *Tratado dos descobrimentos* de Galvão vem uma série de observações sobre a hipótese de terem sucedido antigas navegações chinesas até ao Cabo da Boa Esperança, à Nova Espanha, às Antilhas, às Léquias ou às praias da Alemanha; da *Terceira decada* de Barros ou da *História Índica* de Maffei, as condições e o aplauso do decreto de retirada para as fronteiras originais; da *Historia* de Valignano, o dispositivo de vigilância montado em permanência nas cidades, vilas, presídios e edificios ocupados pelos mandarins, as licenças e as patentes requeridas para a entrada e a saída de gente do reino ou para a aportada de navios, as regras de sucessão dinástica, a limitação de movimentos imposta aos filhos não primogénitos do imperador, o critério de acesso à carreira pública através do mérito e das letras, o estigma que assentava sobre o ócio, a proibição do porte de armas (da qual resultava que as disputas se resolviam a soco ou com puxerem-se uns aos outros os cabelos que traziam “pouco varonilmente cõpridos, & enrançados”<sup>35</sup>), ao que se deve juntar a ideia de que os chineses não tinham pena de

---

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXI — “Da ordem, & diligencia dos Chijs em seu gouerno, & da cautela cõ os estrangeiros”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 872.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXI, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 870.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXI, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 872. Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXI, ed. 1952, vol. 2, pp. 870-873.

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXII — “Das terras, que os Chijs antigamente pouoãram, & possuãram, & como o Rey se nam fia dos proprios naturais”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 875.

morte, claramente uma leitura apressada das prerrogativas exclusivas daquelas a que hoje chamaríamos as instâncias supremas do poder judicial; da *Década III*, a contabilidade dos mais de quatro mil pobres de Cantão, a qual aparece por via das soluções inventadas para a ocupação dos doentes, pedintes e vadios, assunto que se terá completado com recurso à *História* de Maffei para o que diz respeito quer à assistência intra-familiar, quer aos “hospitais d’elRey”<sup>36</sup>.

Sob o cabeçalho da “insuficiencia deste gouerno dos Chijs” (cap. XXIII) guarda-se uma genealogia muito mais escorreita que as seis anteriores já que a *Historia del principio y progreso* eclipsa os demais contributos. De facto, vêm da modelar minuta de Valignano os juízos sobre a crueldade e a tirania dos ministros, a miséria e a opressão a que o povo viveria sujeito, a sua falta de carácter, a cobardia do soldado chinês, a impunidade de que gozavam os corsários, a contradição entre o engenho superlativo dos naturais do país e o desconhecimento que revelavam das “cousas do ceo, & da outra vida”, tal como o apontar dos pecados de gula e das torpezas “mais abominaueis, & cōtrarias á natureza” de que tanto gostariam<sup>37</sup>. Aqui e ali surgem elementos que poderão ter vindo da *História* de Giovanni Maffei, caso do dito chauvinista que compara o número de olhos dos chineses com o dos estrangeiros (João de Barros é a outra hipótese conhecida) e do reconhecimento das suas artes de comediantes, estas logo equiparadas àquele tipo de deleites que só servia para “escurecerem a rezam e apagar de todo a noticia da eternidade”<sup>38</sup>.

Finalmente, os inelutáveis dizeres sobre o obscurantismo religioso dos chineses e as “suas proprias superstições” (cap. XXIV), secção onde se voltam a cruzar com alguma complexidade vários escritos.

Em primeiro lugar Juan de Mendoza, que cede da sua *Historia* as certezas que alardeara sobre a passagem de S. Tomé pela China (Gaspar da Cruz, o seu inspirador, nunca chegou a ser tão afirmativo como Mendoza aí e como Lucena aqui). Depois temos Fernão Mendes Pinto, que lhe cede a narrativa ficcionada de uma viagem pelo interior do Império durante a qual teria deparado com uma grande cruz de pedra que os chins veneravam cantando “Christo IESV, IESV Christo, Maria sempre Virgem o

---

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXII, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 876. Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXII, ed. 1952, vol. 2, pp. 873-876.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXIII, ed. 1952, vol. 2, cits. p. 879.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXIII, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 879. Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXIII, ed. 1952, vol. 2, pp. 876-879.

concebeo, & Virgẽ o pario, & Virgem permaneço”<sup>39</sup>. Pinto cede-lhe ainda as explicações adicionais sobre as origens daquelas relíquias, transpostas para esse lugar por “hũ varam santo *que* diziam se chamaua Matheus Escandel de naçam Vngaro & natural de Buda”, personagem que era suposto haver sido martirizado pelos bonzos perto de duzentos anos antes<sup>40</sup> (tudo no cap. XCVI da *Peregrinaçam*, excepto a cronologia, que aí sofre um ligeiro acerto<sup>41</sup>; na informação tomada de palavra a Fernão Mendes pelos assessores de Maffei em 1582 há também um esboço desta história assombrosa, mas desta vez sem qualquer dado cronológico<sup>42</sup>).

Quanto a Valignano, este cede para este ponto a garantia de que na China se sabia de astrologia, medicina, filosofia moral e filosofia natural, ao lado das informações sobre o culto de Xaca, o desprezo dos mandarins pelas seitas oficializadas, o baixo estatuto social dos seus agentes e a estratégia de ganhar o reino para a fé através da conversão do soberano e dos mesmos todo-poderosos mandarins. Por sua vez, Maffei terá ensinado tudo aquilo que Lucena repete sobre a adoração do sol, das estrelas, dos demónios, de homens e mulheres ilustres, tal como sobre os princípios de cosmologia que, não por acaso, nos reaparecem classificados de “sonhos de Pythagoras”<sup>43</sup>.

### *Avanços e recuos*

Para simplificar, podemos avaliar a forma como se processa toda esta reposição informativa considerando para o efeito — e por ordem crescente de importância — quatro domínios específicos. Desde logo, encontramos dispersos pelo texto de João de Lucena um conjunto de dados que, ora são originais à vista dos últimos impressos analisados, *v.g.* as *Cartas de Iapão* de 1598, ora o são em face de qualquer das fontes

---

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXIV — “Da pouca noticia, que entre os Chijs auia da verdadeira fé, & de suas proprias superstições”, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 880.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXIV, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 880.

<sup>41</sup> Ver Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCVI — “De algũas outras cousas que vimos atè chegarmos a hum lugar onde estava hũa Cruz, & da razão porque ella aly estaua posta”, Lisboa, 1614, fls. 109r.-109v.

<sup>42</sup> Ver Fernão Mendes Pinto & Pe. Gaspar Gonçalves, S.J., *Algũas enformações da China* [Entrevista com Fernão Mendes Pinto], Almada, Outubro de 1582, ARSI, *Goa*, 38, fls. 145r.-146v., 146a-146av e 147r.-147v.; pub. in Schurhammer, “Um documento inédito sobre Fernão Mendes Pinto” in *Orientalia*, 1963, pp. 107-107. Ver também: Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 125-126; Visconde de Lagoa, *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto – Tentativa de Reconstituição Geográfica*, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, 1947, pp. 85-86.

<sup>43</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XXIV, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 880. Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XXIV, ed. 1952, vol. 2, pp. 879-883.

que sabemos terem abordado a China neste período. Não se pode dizer que o produto final saia demasiado melhorado por isso. No entanto, valerá a pena elencar alguns deles já que, quanto mais não seja, indiciam a multiplicidade dos testemunhos que aqui se cruzam.

Assim, o Pe. Lucena julga saber que “algũs de nossa minima Cõpanhia tem entrado per ella [China] [a]te a cidade, & corte de Paquim”<sup>44</sup>. Poderá estar aqui uma notícia pioneira respeitante à curta estada que Matteo Ricci realizou na capital do Império entre 7 de Setembro e 5 de Novembro de 1598 na companhia do Pe. Lazzaro Cattaneo e dos irmãos Zhong Mingren (Sebastião Fernandes) e Yu Wenhui (Manuel Pereira). Quer a data em que o inquisidor geral passou a licença de impressão desta *Historia* (29 de Dezembro de 1599), quer o conteúdo da ânuia do Colégio de Macau mais próxima deste acontecimento (finais de 1598, onde a última notícia avançada diz respeito à paragem intermédia que a comitiva liderada por Ricci realizou em Nanquim) tornam legítimo considerar a hipótese de isso ser somente o eco de uma carta como aquela de Alonso Sánchez que Fr. Jerónimo Gracián transcreveu no *Stimvlo dela propagacion dela Fee*<sup>45</sup>. Só que, como notaremos já a seguir, Luis de Guzmán assinala o mesmo episódio na sua quase simultânea *Historia de las Misiones*, citando para o efeito uma relação de mercadores chineses recolhida na Cidade do Nome de Deus ainda em 1598<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 852.

<sup>45</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5. Por manifesto erro de impressão, lê-se que a licença do inquisidor Francisco Pereira foi assinada a 29 de Dezembro de 1600. Contudo, as datas das licenças dos deputados do Santo Ofício e do ordinário que surgem a seguir — 11 e 13 de Janeiro de 1600, respectivamente — não deixam dúvidas quanto ao facto de Lucena ter concluído a sua *Historia da vida do padre Francisco Xavier* ainda em 1599.

Quanto às cartas ânuas do Colégio de Macau que relevam para o acompanhamento destes sucessos, temos o seguinte. Na de finais de 1598, o reitor Manuel Dias anuncia a partida do Pe. Ricci para Pequim, mas a última notícia que lhe chegara ainda diz respeito, como se disse, à paragem intermédia de Nanquim (ver carta ânuia do Colégio de Macau, finais de 1598, fls. 269r.-269v., ed. 1999, pp. 84-87). É só na ânuia de 17 de Janeiro de 1600 que o seu autor, o Pe. Jerónimo Rodrigues, intercala uma missiva em que Ricci relata essa sua primeira viagem à capital do Império (ver carta ânuia do Colégio de Macau, 17 de Janeiro de 1600, fls. 62r. e segs.; ref. *supra*, Parte II, cap. 16, n. 47; *Cartas Ânuias do Colégio de Macau*, 1999, p. 88). Cf. Carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Girolamo Costa, em Roma, Nanquim, 14 de Agosto de 1599; pub. in Tacchi Venturi, 1913, pp. 243-248.

<sup>46</sup> Pe. Luis de Guzmán, S.J., *Historia de las Misiones en los Reynos de la China y Iapon*, Parte I, Libro Quarto del Reyno de la China, y de la disposicion que en el ay para predicarse el Sancto Euangelio, cap. XXXIII — “Como los Padres Matheo Ricio, y Lazaro Catanio con vn hermano, fueron a la ciudad de Panquiny Corte del Rey de la China”, Alcalá, 1601, p. 384. Todas as referências e citações a partir desta edição.

Pertencem também a esta série de inéditos avulsos a inventiva passagem que associa uma certa mímica gestual à gênese das palavras “chim” e “China”<sup>47</sup> (mais um ensaio na linha dos de António Galvão), a ideia da apetência do solo chinês para produzir uma grande variedade de vegetais indianos, a crença de que os leões, os tigres, as panteras e os rinocerontes se contavam entre a sua fauna mais vulgar<sup>48</sup> (quem sabe se não um ou outro inciso das montarias do Grande Cã, das descrições das províncias do poente e até do unicórnio do reino de Basman de Polo), o elogio das propriedades terapêuticas das suas águas termais<sup>49</sup> e a indicação segundo a qual a transferência da Corte de Nanquim para Pequim acontecera em 1521<sup>50</sup> (um deslize de cem anos que não se descortina se suscitado por uma gralha de copista, se por um erro de leitura ou se até pela lembrança inconsciente da embaixada de Tomé Pires).

O segundo aspecto a salientar na obra de Lucena é o que decorre da sua veia sensacionalista. Em bom rigor, nem o tique constitui uma originalidade por aí além atendendo às necessidades e ao gosto que servia, nem será ele a comprometer a percepção mais ou menos adquirida das qualidades e das desgraças da China. De qualquer modo, valerá também a pena sublinhar este dado formal, e fazê-lo sobretudo porque marca um certo distanciamento em relação à forma relativamente sóbria de registar as coisas chinesas que fomos descobrindo nos principais documentos portugueses da segunda metade da centúria, a começar por aqueles que se elaboraram apenas com base em testemunhos alheios. Repare-se, a este propósito, na forma selectiva como o jesuíta extrai dos vários livros que tem sobre a sua mesa de trabalho os valores mais elevados que neles conseguiu encontrar sobre os rendimentos imperiais, as estimativas mais altas sobre o número de habitantes, a descrição mais fosforescente sobre os palácios de Pequim e os dizeres que faziam mais antigas as sólidas muralhas das cidades.

Acontece depois um terceiro nível de singularidades para as quais convém prestar um pouco mais de atenção porque já implicam uma leitura menos consentânea com as regras a que os textos da Companhia de Jesus nos vinham habituando nas últimas décadas. Aqui, é desde logo flagrante a marginalidade dispensada à abordagem dos grandes temas da cultura e do sistema de ensino chineses. Na mesma linha, nota-se

---

<sup>47</sup> Ver Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, pp. 856-857.

<sup>48</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XVIII, ed. 1952, vol. 2, p. 859.

<sup>49</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XVIII, ed. 1952, vol. 2, p. 860.

<sup>50</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, p. 868.

que Lucena desaproveita muitos dos esclarecimentos que tinha em seu poder sobre o delicado capítulo dos cultos. Em contrapartida, revela-se tão ou mais adepto de antigos processos de evangelização do Reino do Meio que um amigo das profecias como o programático agostinho Juan de Mendoza. Há muito arredadas da prosa dos inacianos, como vimos, estas teses de que agentes como S. Tomé tinham fundado na China uma cristandade de que ainda subsistiam alguns arcaísmos serão retomadas com ênfase por alguns dos seus mais eminentes missionários durante o século XVII<sup>51</sup>. Ora, o que aqui temos parece uma clara antecipação disso mesmo.

A quarta e última chamada reservamo-la para a contraditória leitura geográfica que o Pe. João de Lucena nos proporciona, por certo aquele ponto que mais se ressentia da sua condição de erudito sedentário. O capítulo XVII desta *Historia* ainda abre com um enquadramento promissor quando, ao reproduzir verbalmente a linha de costa entre a latitude de Hainão e o Norte tártaro, especifica a dada altura “a península, ou quasi ilha de Córe, ou Coray, a qual pelo lado occidêtal responde á prouincia de Nanquin”<sup>52</sup>. Mesmo que a cartografia manuscrita — do guia náutico de Guillaume Brouscon (1543) ao mapa em que Fernão Vaz Dourado isola a Coreia (1568) — tivesse oferecido muito tempo antes leituras equivalentes ou até melhores que esta, não se deve desvalorizar a circunstância de Lucena ter entrado em tais minúcias. O jesuíta, vimo-lo também, seguiu fiel a João de Barros ao colocar a China entre os 19° e os 53° lat. N, ou seja, tudo indica que ignorasse as correcções que Matteo Ricci já impusera ao segundo destes valores. Mas não é ainda por aqui que o seu desenho se expõe a um irrealismo grave, até porque nem Valignano, nem Maffei, nem sequer Sande tinham sido exactamente exemplares neste campo.

O problema começa a surgir quando, mais radical que Barros, nega qualquer coincidência entre a região da China e a “dos Sinas de Claudio Ptolomeo”<sup>53</sup>. Dois argumentos lhe servem: o de que o alexandrino dera uma importância tão diminuta àquelas partes que era impossível que tivesse em mente “hũa tam grãde cousa como he a China”; e o de que a “Sina” do mesmo geógrafo era limitada a Oriente pela *Terra Incognita* e se estendia para Sul até aos 8° da “escala de Cattigara”, um par de coordenadas desmentidas pelo que entretanto se soubera a respeito do Império dos

---

<sup>51</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-8. Ver também: Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, Parte I, liv. II, cap. I — “Em que tempo entrou a Fé na China e se promulgou nella a Ley Evangelica”, ed. 2001, pp. 17-18.

<sup>52</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 852.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, cit. p. 854. Cf. João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. I, ed. 1992, fl. 26r.

Ming. *Mutatis mutandis*, a China só podia ser “aquella terra nam conhecida, que Ptolomeo faz oriental á setentrional dos proprios Sinas, & toda a Serica, que he o vltimo, de que elle teue noticia na Asia”<sup>54</sup>.

Na que se revela uma dedução mais estimulante que a do parágrafo em que considerara que os termos “China” e “Chijs” derivavam de “Chincheos” da mesma forma simples “como por ventura nos veyo, a nós o appellido geral de Portugueses, & ao reyno de Portugal do porto de Gaya”<sup>55</sup>, também João de Lucena dá por adquirida a coincidência entre o antigo Cataio e a China trazida ao conhecimento da Europa pelos marinheiros lusos de Quinhentos. O raciocínio é algo arrevesado, já que parte de uma associação entre “Cantam” e o “nome de Catayo”, mas o respectivo remate não deixa quaisquer dúvidas quanto ao sentido sinónimo daquelas duas palavras: os chins eram antigamente chamados de “Cataynos” da mesma forma que o Cataio antes designava “toda a regiam”<sup>56</sup>. Porém, ultrapassada a que parecia ser a maior dificuldade, eis que se dá nova cedência aos fantasmas livrescos a propósito da fixação da equivalência para a moderna Pequim.

Veja-se o tom peremptório com que o faz. Primeiro diz: “He Paquim sem dúuida o mesmo Fu, a que Marco Paulo Veneto chama Quinsai, & interpreta cidade do ceo”. Depois justifica: “Afirmo ser [Quinsai] o Paquim, porque d’ella se chama ainda oje a mesma prouincia Quinsij; alem de contestarem cõ as marauilhas do Quĩsai de Marco Paulo as muytas, & muy estranhas, que os nossos Portugueses, & outros modernos contam do Paquim”<sup>57</sup>. Lucena é tão volúvel aos *décors* de mil e uma noites, tão fascinável pelas *mirabilia* do remoto Oriente que nem repara que ele próprio escreve que Pequim fora erigida em pleno sertão para responder às investidas dos tártaros. Bastar-lhe-ia parar um pouco para se dar conta de que a capital tinha por força de estar num local algo mais distante do mar que as poucas léguas a que Polo colocara a sua magestosa Quinsai (Hangzhou).

---

<sup>54</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Francº. Xavier*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, cits. p. 855. Ver, *inter alia*, Joachim Lelewel, *Géographie du Moyen Age*, Amesterdão, Meridian Publishers Co., 1966, vol. 4, pp. 30-32 (1.ª ed. Bruxelas, 1852-1857).

<sup>55</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Francº. Xavier*, liv. X, cap. XVII, ed. 1952, vol. 2, cits. pp. 856 e 857.

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, cits. p. 867. Cf. carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Giulio Fuligatti, Nanquim, 12 de Outubro de 1596, ed. 1913, pp. 217-218; carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. geral Claudio Acquaviva em Roma, Nanquim, 13 de Outubro de 1596; pub in Tacchi Venturi, 1913, pp. 277-228.

<sup>57</sup> Pe. João de Lucena, *Historia da vida do Pe. Francº. Xavier*, liv. X, cap. XX, ed. 1952, vol. 2, cits. pp. 867 e 868.

## 2. Uma alternativa chamada Guzmán

Em contraste com o que sucede com a hagiografia de João de Lucena, a *Historia de las Misiones que han hecho los Religiosos de la Compañia de Iesvs en la India Oriental, y en los Reynos de la China y Iapon* do Pe. Luis de Guzmán tem conseguido congregiar uma atenção bastante mais sistemática por parte da crítica moderna. Sem outras edições na época para além da que saíu em Alcalá de Henares no ano de 1601<sup>58</sup>, esta obra acaba por justificar em pleno os cuidados de exegese com que a brindam desde logo por dois motivos. Por uma parte, porque estende a cronologia das realizações jesuítas nos domínios do Padroado Português do Oriente até finais do século XVI, um ganho evidente em face daquilo que o público podia encontrar disponível na homóloga *História Índica* de Giovanni Pietro Maffei. Por outro lado, porque a conhecida dívida contraída por Guzmán junto do provincial de Portugal pelas muitas informações que o mesmo lhe cedeu não o impediram de realizar uma leitura distanciada das prioridades e dos interesses lusos, antes pelo contrário. Entre os aspectos mais interessantes que nos traz conta-se um conjunto de narrativas sobre várias das guerras que ocorreram na Ásia do Sueste durante o último quartel do século. Dá-nos também uma panorâmica nova sobre a realidade cambodjana, um domínio que, como o anterior, pôde explorar graças ao rico manancial informativo que lhe chegou através dos missionários estacionados nas Filipinas<sup>59</sup>.

Mesmo não sabendo demasiado a respeito das circunstâncias em que os seus superiores de Roma lhe encomendaram este título, é sintomático que a escolha tenha recaído sobre um espanhol. Entre outras consequências, a união das duas Coroas peninsulares implicara um rude golpe na influência que os jesuítas portugueses antes gozavam junto do poder de Lisboa. Rodeado por confessores dominicanos, Filipe II não apenas se mostra hostil para com as actividades da Companhia na Europa, como suspeita que os inicianos portugueses estivessem comprometidos com a defesa da causa dos Bragança antes e depois de consumada a anexação, motivo pelo qual logo em 1581 decreta o exílio de alguns deles. Em 1583, Claudio Acquaviva entra em cena e ordena que os seus subordinados de Portugal se abstenham de tomar partido em disputas políticas. No ano seguinte, é a vez do geral receber uma queixa através da qual os jesuítas lusos denunciavam as perseguições de que alegadamente estavam a ser vítimas

---

<sup>58</sup> Refs. *supra*, Parte II, cap. 13, notas 73 e 74.

<sup>59</sup> Cf. Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 501.

por parte dos seus confrades espanhóis a pretexto da sua origem nacional. Em 1599, o Pe. Acquaviva instrui um dos seus inspectores provinciais no sentido de punir todo e qualquer jesuíta de Portugal que manifestasse sentimentos nacionalistas, ordem que se vê na necessidade de repetir em 1600. O rumor da morte iminente do rei Filipe que corre na foz do Tejo em 1595 implica ainda o castigo severo de três sacerdotes portugueses acusados pelos representantes do monarca de instigarem o duque de Bragança a assumir o trono. Avisada do tumulto que o contrário por certo suscitaria, não será por acaso que a Sociedade não encarregou um único espanhol de proceder a inspecções em Portugal durante os sessenta anos de domínio dos Habsburgo<sup>60</sup>.

Se bem que a postura evidenciada por Madrid a respeito das Missões do Padroado tenha sido por regra mais generosa, bastará recordar os atritos suscitados pelas incursões dos mendicantes nas zonas sensíveis do Japão e da China e a ambivalência dos decretos emitidos pela Coroa a este respeito para perceber por que motivo as relações entre os superiores portugueses da Companhia de Jesus e os sucessivos monarcas espanhóis nunca puderam ser muito mais do que simplesmente correctas durante todo o intervalo 1580-1640<sup>61</sup>. Em paralelo, deve observar-se que na altura em que Guzmán inicia o seu trabalho tem lugar o duelo diplomático que opõe Filipe II ao geral Acquaviva no palco da quinta Congregação Geral (Novembro de 1593-Janeiro de 1594). A ideia era a de fazer vingar uma série de alterações às *Constituições* da Companhia que esvaziassem quanto possível a capacidade de manobra da sua cúpula e anulassem os riscos que as autocráticas monarquia e Inquisição espanholas há muito vinham dizendo serem os de uma excessiva centralização em Roma e de uma perigosa intimidade com o Papado.

Com um grupo de dissidentes espanhóis liderados por José de Acosta a operar como agente dos interesses do rei e com um dócil Clemente VIII a agir no mesmo sentido, o partido de Claudio Acquaviva vê-se confrontado com várias acusações humilhantes de abuso de competências e com a reclamação de que as congregações provinciais fossem investidas de poderes adicionais que contrabalançassem os seus. O processo parece decalcado da investida que o mesmo Acquaviva sofrera seis anos antes, quando Sisto V participara num conluio, também urdido pela diplomacia real, que exigira que o superior geral dos jesuítas deixasse de dispôr da prerrogativa de nomear os provinciais e os reitores, que se criassem capítulos provinciais detentores da faculdade

---

<sup>60</sup> Alden, 1996, pp. 89-92 e 249.

<sup>61</sup> Ver Bangert, ed. 1985, pp. 151-152; Alden, 1996, p. 93.

de proceder a tais designações e que um bispo secular inspeccionasse os seus institutos na Península. Como então, o geral conseguirá sobreviver ao embate e preservar o “carácter inaciano” da Companhia de Jesus. Poucos anos depois, Filipe III ainda tenta a sua sorte no caso ao promover um suspeito convite ao Pe. geral para uma visita a Espanha, oferta que este declina com delicadeza. O novo soberano força novo convite, desta vez através do próprio Pontífice, mas Acquaviva alega um súbito colapso, municia-se com um atestado assinado pelo médico da Cúria e consegue permanecer em Roma. Durante o meio século seguinte nem o Papa, nem a autoridade secular, tentarão novas interferências de monta no governo da Companhia<sup>62</sup>.

Aparentemente — mas só aparentemente — alheios a este clima estão a figura e o trabalho de Luis de Guzmán. Os poucos dados biográficos conhecidos dão-no como nascido em Osorno (Palencia) em 1544. Ingressa na Companhia em Alcalá no dia 3 de Maio de 1571. Em 1572 aparece como sócio do padre provincial da Província de Toledo. Um ano mais e é apontado mestre de noviços em Villarejo de Fuentes, passando a reitor do Colégio de Belmonte, a instituição onde permaneceu até 1587 e onde lhe coube acolher com discursos, música e fogo de artifício a “embaixada” japonesa organizada por Alessandro Valignano (Dezembro de 1584)<sup>63</sup>. Entre 1587 e 1588 foi provincial da Província da Andaluzia, retirando-se então para Belmonte, primeiro, e para Alcalá, depois, por motivos de saúde. Aí receberá por volta de 1590 o encargo de escrever a sua *Historia de las Misiones*, como dissemos. Em 1594 regressa às tarefas administrativas de algum destaque como reitor em Alcalá. Entre finais de 1595 e 1599 ocupa o posto de provincial da Província de Toledo, posto que retoma em 1602. Morre nesse cargo em Madrid a 10 de Janeiro de 1605<sup>64</sup>.

A secção chinesa da *Historia* do Pe. Guzmán estende-se por perto de 73 páginas e ocupa por inteiro os 33 capítulos que compõem o respectivo *Libro Quarto*. Dir-se-á que as partes que correspondem ao Japão lhe merecem uma atenção muito superior, pois preechem mais de metade dos dois volumes da obra. No entanto, não apenas o conteúdo mas até a própria amplitude desse tratamento das coisas e dos projectos sínicos bastam para impôr a diferença em relação a referências prévias como os *Historiarum Indicarum*

---

<sup>62</sup> Bangert, ed. 1985, pp. 126-132; Alden, 1996, pp. 231-233. Ver também: François Ribadeau Dumas, *Grandeur et Misère des Jésuites*, Paris, Éditions Dervy, 1994, pp. 198-203 (1.ª ed. Productions de Paris, 1963).

<sup>63</sup> Pe. Alessandro Valignano & Pe. Duarte de Sande, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses*, colóquio XIX — “Sobre várias obras construídas pelo rei Filipe, principalmente a do Escorial, e sobre o acesso à cidade de Alicante”, ed. 1997, p. 195. Cf. idem, *De Missione Legatorum*, Macau, 1590, pp. 208-209. Ver Guillén Selfa, 1997, pp. 88-89.

<sup>64</sup> Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, p. 606.

*libri VI* de Giovanni P. Maffei, a *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano, o *De Missione Legatorum* de Duarte de Sande e A. Valignano, a *Historia* de João de Lucena ou, mesmo, as *Cartas de Iapão* de 1598. Tal diferença torna-se de imediato evidente pelo facto da China, como as restantes regiões abordadas, não nos surgir aqui em função de uma sequência cronológica de acontecimentos, mas por representar uma realidade geográfica singular. Temos igualmente que esta composição se distingue de qualquer daqueles cinco títulos jesuítas por tanto oferecer um retrato actualizado, como também detalhado dos sucessivos avanços e recuos dos missionários da Companhia pelo interior do Império<sup>65</sup>.

Do ponto de vista formal, já as diferenças são menos óbvias. Luis de Guzmán reclama, desde o início, ter seleccionado as fontes mais seguras, preferido os testemunhos de vista e tomado de uns e de outros apenas o “mas cierto”<sup>66</sup>. Contudo, nem as suas referências aparecem por regra identificadas, nem escritos como os de Juan de Mendoza lhe levantam demasiados problemas de credibilidade. Depois, ainda que menos condicionado que a generalidade dos seus confrades à obrigação de concluir sobre as desvantagens que os territórios asiáticos exibiam face à Europa, vê-se por este discurso sobre a China que tal tipo de *parti-pris* não está de todo afastado do seu espírito. De igual modo, constatamos que se o seu estilo evita o sermão — assim se demarcando do de um Lucena, por exemplo —, só nesta parte descobrimos três casos em que o “castigo divino” é utilizado para justificar flagelos que afectaram adversários do bom andamento do proselitismo católico-jesuítico. Acresce que tanto agrava aquele género de distorções geográficas de carácter livresco que vimos atrapalharem o Pe. João de Lucena, como adere à forma de providencialismo que consistiu na crença de que existiria nestas partes da Ásia um duplo exótico da cristandade latina. Para esclarecer

---

<sup>65</sup> Apesar dos 11 importantes capítulos ao longo dos quais Orazio Torsellini sintetizou as actividades que antecederam a ida de Francisco Xavier à China e a sua morte em Sanchoão (*De Vita Francisci Xavierii*, 1596, liv. V, caps. I-XI), a introdução à geografia e à cultura chinesa que aí se apresenta não consegue competir minimamente nem com as de Valignano e Maffei, que lhe são anteriores, nem com as de Sande/Valignano, Lucena e Guzmán, que lhe são posteriores.

Tomando para o efeito a edição espanhola de 1603, observamos resumidos em dois fôlios apenas os tópicos da dimensão física do território, da densidade urbana, da vida a bordo de embarcações, da Grande Muralha (sem dados sobre o respectivo comprimento), da índole mais pacífica que belicosa do povo, da centralização do poder real, da aprendizagem das leis do reino numa Universidade (desta vez no singular), da exclusiva colocação de “governadores” em cidades e províncias de onde não eram naturais, do desprezo votado aos ídolos e do férreo controlo exercido sobre a entrada de estrangeiros. A *Historia del principio y progreso* constitui a única referência (implícita) utilizada. Orazio Torsellini, *Historia de la Entrada de la Christiandad en el Japon, y China*, libro V, cap. VIII — “Pretende el Padre Francisco entrar en la China, pero no tiene effecto su deseo”, Valhadolid, 1603, fls. 242r.-243r.

<sup>66</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. I — “Del Reyno de la China, y de las muchas Prouincias, ciudades, y Villas que en si tiene”, Alcalá, 1601, cit. p. 311.

devidamente estes dois últimos pontos haverá que recuar às páginas consagradas à terceira Missão jesuíta ao Império Mogol que constam do *Libro Tercero*.

### 3. A “longa marcha” de Macau a Pequim

Reservamos para o segundo dos dois pontos que dedicamos à desmontagem do conteúdo chinês da *Historia de las Misiones* do Pe. Luis de Guzmán a análise das vinhetas introdutórias sobre a geografia e a antropologia da China que ocupam os primeiros oito capítulos do livro IV, as quais por certo representam a parcela menos inovadora do conjunto. Por contraste, concentrados nos progressos da Missão os vinte e cinco capítulos sobranceiros não só facultam a diferença em relação a isso, como espelham de forma privilegiada a interferência da pauta que passaremos a chamar de espanhola no sentido do texto. Tal como explicámos e exemplificámos a propósito da *História da Índia* do Pe. Maffei, encontramos-nos ainda longe do momento em que este género de discursos deixa de ser guiado por uma lógica de Ordem para passar a ser sobretudo fiel a uma lógica nacional. Não obstante, também dissemos que as circunstâncias de Luis de Guzmán permitiram que essa se afirmasse como uma das suas principais originalidades e é justamente por aqui que vamos começar.

#### *Macau-Zhaoqing-Shaozhou*

O pioneirismo luso na navegação no Mar da China Meridional, a embaixada de “Thomas Ruyz” (Tomé Pires), a morte de Francisco Xavier numa cabana da “isla de Sanchon” e a exacta compreensão da génese e da partilha de soberania entre portugueses e chineses que sucedia em Macau vêm relatados num capítulo de abertura<sup>67</sup>. A descrição da história da presença missionária nas margens do Império do Meio conhece então um salto brusco, sendo retomada a propósito das incursões fugazes que Martín de Rada, Jerónimo Marín e Pedro de Alfaro protagonizaram na segunda

---

<sup>67</sup> Ver *idem, ibidem*, Parte I, libro IV, cap. IX — “Como los Portugueses començaron a tratar con los Chinas”, Alcalá, 1601, pp. 325-327.

metade da década de 1570<sup>68</sup>. Com isto, Guzmán impunha o seu critério: salientar as experiências daqueles que fossem da sua nação, incluindo os não jesuítas, ainda que tal chocasse, como choca aqui, com a omissão de quase tudo o que os herdeiros espirituais de Xavier e de Melchior Nunes Barreto tinham entretanto construído no empório macaense ou a partir dele. Salva-se apenas um par de notas intercalares sobre a fundação da Casa de Macau (1565), a passagem por aí de D. Melchior Carneiro, o bispo titular de Niceia e Patriarca da Etiópia (1568), e a sua morte no mesmo local numa altura em que já exercia há vários anos como bispo do Japão e da China (1583)<sup>69</sup>.

Os vinte e três capítulos que faltam até ao final do livro podem ser repartidos em dois agrupamentos distintos: aquele (dominante) onde o autor narra os avanços realizados entre 1579 e 1598 por Alessandro Valignano, Michele Ruggieri e Matteo Ricci, três personagens de entre as que mais se serviram da “barca portuguesa” e de entre as que melhor serviram os interesses de Portugal enquanto nação conquistadora e missionária<sup>70</sup>; e aquele (naturalmente menor, mas outra vez nada inocente) onde trata os dois desembarques do seu colega e patrício Alonso Sánchez (1582 e 1584).

A despeito do hiato de perto de trinta anos que acontece na *Historia* do Pe. Guzmán entre o desaparecimento de Francisco Xavier (1552) e a convocatória de Michele Ruggieri para Macau (1579), repetimos que os leitores europeus tiveram de aguardar por este impresso para poder ler uma crónica alargada das actividades que os homens forjados no espírito de Loyola realizaram durante o século XVI no Império subordinado aos Ming. Seguindo com os capítulos específicos que no-la dão, temos contado em pormenor o pedido que Valignano endereça a Ruggieri para que trocasse a Índia pela China, a tarefa que o visitador lhe atribuiu de estudar a língua local e as difíceis visitas que o recém-chegado padre fez a Cantão na companhia de comerciantes portugueses entre 1580 e 1581<sup>71</sup>. Uma precaridade em tudo idêntica marca os passos seguintes: as duas primeiras petições para a abertura de uma residência que o Pe. Michele levou “al Aytao” e as missas que celebrou na primeira capela construída em

---

<sup>68</sup> Ver idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. X — “Como algunos Religiosos han deseado entrar en la China, para predicar el sancto Euangelio”, Alcalá, 1601, pp. 327-328.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XI, — “Como el Padre Miguel Rogerio fue a Canton, y las dificultades que en el huuo”, Alcalá, 1601, p. 329.

<sup>70</sup> Eduardo Lourenço, “Portugal e os Jesuítas”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 12, Novembro 1992, p. 50.

<sup>71</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XI, Alcalá, 1601, pp. 329-330.

solo cantonense antes de ter recebido o consentimento explícito para aí se instalar (1581)<sup>72</sup>.

Luis de Guzmán exagera um pouco nas gentilezas que as autoridades provinciais dedicaram ao italiano, tal como deixa para diante a nota de que a deslocação decisiva desta etapa aconteceu em meados de 1582, quando Ruggieri subiu até Zhaoqing com o ouvidor macaense Matias Panela por exigência expressa do venal governador do Guangdong/Guangxi<sup>73</sup>. O cronista não o explica, mas sabêmo-lo nós por um texto de Matteo Ricci que enquanto o jesuíta ia em nome do bispo D. Leonardo de Sá, Panela representava o capitão D. João de Almeida e que o principal motivo para a citação prendia-se com alguns presentes que essa autoridade chinesa pretendia extorquir aos mercadores lusos que traficavam em Cantão. Para o que desse e viesse, a comitiva partira fornecida com diversos panos de seda, vestidos ondulados, espelhos de cristal e outros regalos do género avaliados em mais de mil taéis<sup>74</sup>.

A odisseia dos jesuítas tutelados por Alessandro Valignano ganharia novo alento meses adiante quando o vice-rei chinês se empenhasse pessoalmente em obter aquele relógio que dissemos ter sido trazido de Goa por Ricci. Fiel ao provérbio jesuíta que dizia “dádivas quebrantam penhas” e que outro historiador da Companhia lembrará a propósito<sup>75</sup>, Ruggieri dirige-se para Cantão com Francesco Pasio (Bolonha, 1554-Macau, 1612), um padre que se encontrava no porto português em trânsito para o Japão, onde viria a exercer as funções de vice-provincial (1600-1611) antes de suceder a Valignano como visitador das Missões da China e do Japão (1611-1612)<sup>76</sup>. Bem recebidos em Zhaoqing a 27 de Dezembro de 1582, permite-se-lhes não apenas permanecer na cidade, como lhes é providenciado alojamento nas dependências de um tempo budista (este mais um detalhe omissso na minuta de Guzmán)<sup>77</sup>.

Ruggieri e Pasio celebrarão a sua primeira missa a 1 de Janeiro de 1583 e residem no local até ao início de Março, quando se sentem na necessidade de regressar a Macau pelo facto do seu anfitrião e protector ter entretanto sido destituído do cargo que

---

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XII — “Como el Padre Miguel Rogerio, alcanço licencia para viuir en Canton”, Alcalá, 1601, pp. 330-332.

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XVI — “De como el Padre Alonso Sanchez, hizo en Canton, y negocio en Macao, hasta que boluio à Luzon”, Alcalá, 1601, pp. 340-341.

<sup>74</sup> Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro II, cap. II — “In manco di un anno intorno i Padre tre volte dentro la Cina e non potero ottenere lo stare in essa”, ed. 1942, vol. 1, pp. 161-163. Cf., *inter alia*, Teixeira, 1981, pp. 61-63; Araújo, 2000, p. 100, n. 74.

<sup>75</sup> Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, Parte I, liv. II, cap. IX, ed. 2001, cit. p. 63.

<sup>76</sup> Ver, *inter alia*, Pfister, 1932, pp. 21-22; Gramazio, 1997, p. 290.

<sup>77</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XVII — “Como el Padre Rogerio alcanço licencia del Tutan, para residir en la ciudad de Xauquin”, Alcalá, 1601, pp. 342-344.

ocupava. O Pe. Guzmán não se apercebe com clareza — e o leitor com ele — dos reais contornos deste novo retrocesso que se prolongou por perto de seis meses, em particular da partida de Francesco Pasio para Nagasáqui. Pelo meio, Michele Ruggieri ainda tenta regressar a Zhaoqing, levando desta vez consigo Matteo Ricci, mas não tarda a acordar em Macau. É apenas em Setembro de 1583 que Ruggieri e Ricci assentam na capital do Guangdong, onde fundarão as célebres residência e igreja inaugurais em solo chinês graças à indulgência do novo vice-rei e ao sempre farto apoio pecuniário da população e das instituições de Macau<sup>78</sup>.

A epistolografia missionária, que é nítido que continua a sustentar o que Luis de Guzmán aqui nos revela, serve-lhe então para repôr dois pormenores de que outras fontes já tinham dado conta: a tradução chinesa seguida de impressão do catecismo de Michele Ruggieri (1584 ou 1585); e os baptismos de um renomado letrado e de um segundo “homem honrado” chinês oficiados no posto de Zhaoqing pelo superior da residência de Macau, o Pe. Francisco Cabral<sup>79</sup> (18 de Dezembro de 1584)<sup>80</sup>. Também não constituem novidades absolutas as convocatórias de Duarte de Sande e de António de Almeida para Macau que se concretizam em Julho de 1585. No entanto, Guzmán transcreve da correspondência a que teve acesso um pouco mais do que se conhecia sobre a subida de ambos estes reforços para junto dos seus pares posicionados no interior (Agosto e Outubro de 1585, respectivamente) e, sobretudo, sobre a viagem que

---

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XVIII — “De los fauores que cada dia hazia el Tutan, a los Padres, y por su respecto otros Mandarinas”, Alcalá, 1601, pp. 344-346; idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XIX — “Como fueron echados los Padres de la ciudad de Xauquin, y despues fueron restituydos”, Alcalá, 1601, pp. 346-348. Cf., *inter alia*, Teixeira, 1981; Ross, 1994, p. 120; Araújo, 2000, pp. 101-102; Vale, 2000, pp. 29-34; Liam Matthew Brockey, *The Harvest of the Vine: The Jesuit Missionary Enterprise in China, 1579-1710*, A Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in the Department of History at Brown University, Providence, Rhode Island, May 2002, pp. 23-32 (policopiado).

<sup>79</sup> O Pe. Francisco Cabral (S. Miguel, Açores, c. 1529-Goa, 1609) navegara para a Índia em 1550 e ingressara na Companhia de Jesus em 1554. Após ter sido reitor dos Colégios de Baçaim e Cochim, desembarca em Macau em 1568, seguindo pouco depois para o Japão. Como referimos, foi superior da Missão japonesa entre 1570 e 1581. Depois disso, exerceu como superior em Macau (1582-1586), sendo em 1583, por inerência de funções, superior da Missão da China. Regressado entretanto a Goa, será nomeado provincial da Índia em 1592. Permanecerá neste último cargo até 1597 e acabará como preposito da Casa Professa de Goa.

Ver, *inter alia*, Pfsiter, 1932, p. 18, n. 1; Braga, ed. 1998, p. 287, n. 17; Garcia, 1997b, p. 26; Araújo, 2000, p. 102, n. 78.

<sup>80</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XX — “Como se començò a predicar la ley de Dios, en la Ciudad de Xauquin”, 1601, Alcalá, 1601, pp. 348-350; idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXI — “Como el Padre Alonso Sanchez, boluio segunda vez al Macao, y el peligro que tuuo para tornar á Luzon”, Alcalá, 1601, pp. 351-352; idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXII — “Como se baptizaron algunos Gentiles en Xauquin con la yda del Padre Prouincial”, Alcalá, 1601, pp. 354-355.

Ruggieri e Almeida empreenderam através do Zhejiang entre finais de 85 e o início de 86<sup>81</sup>.

Conta o Pe. Guzmán que a recepção dos dois missionários em Shaoxing não podia ter sido mais auspiciosa, com os mandarins e demais letrados “mostrando todos mucho contento con su venida”. Chega a afirmar que os bonzos dessa cidade situada a cerca de 100 Km a Sul de Xangai e a mais de 80 Km a Norte de Cantão se deslocavam à sua pousada para “oyr con gusto cosas de la ley de Dios” e que muitos de entre eles “estauan mouidos para recibir el Sancto Baptismo”.

Viviam os padres neste estado de graça, quando decidem retomar o caminho do Guangdong. Tal como pouco antes acontecera com a retirada de Zhaoqing dos padres Ruggieri e Pasio, nenhum leitor poderia adivinhar pelas suas palavras que a interrupção da estada de Ruggieri e Almeida em Shaoxing decorreria de fortes pressões das autoridades locais. Referindo-se ao sucedido, o cronista esforça-se por explicar que a ida até aí não fora motivada pela vontade de “hazer assiento”, mas apenas pelo desejo de “yr mirando la disposicion que podia auer para llegar a Panquin”<sup>82</sup>. Com tal leitura em mente, menos motivos sobriariam para que informasse da fuga atribulada do Pe. Almeida para Macau depois de ter reganhado Cantão e visto ser-lhe negada autorização para residir nessa cidade. O sacerdote português apenas pôde regressar ao continente em Agosto de 1588, o que também nunca se esclarece. Quanto a Michele Ruggieri, desceu directamente para Zhaoqing ao encontro de Ricci e Sande.

O fracasso desta expedição e o distanciamento que o vice-rei do Guangdong passou a cultivar em relação aos jesuítas depois de saber disso mesmo contribuíram de forma decisiva para que Valignano enviasse à Europa o experiente Ruggieri com o já referido intuito de obter os favores necessários à realização de uma embaixada papal ao imperador da China (Novembro de 1588). A chegada a Macau, poucos meses antes, dos quatro *daímios* japoneses e as notícias frescas que traziam do seu percurso triunfal pelos reinos e principados do Ocidente católico influíram de forma não menos evidente para forjar tal projecto diplomático.

Na que não será a última vez que o faz, o Pe. Guzmán volta a dar à sua audiência uma versão açucarada do episódio. Segundo ele, “huuo grande difficultad en la salida del Padre Miguel Rogerio, por el amor que le auia cobrado, y respecto que le tenian los

---

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXIII — “Como vinieron à Xauquin, otros Padres, y el Padre Rogerio, con otro compañero, fue a la ciudad de Chiquion”, Alcalá, 1601, pp. 355-358.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXIV — “Como los Padres voluieron de Chiquion à Xauquin, y el Padre Rogerio partio de la China para Europa”, Alcalá, 1601, cits. pp. 358 e 359.

Mandarines de la tierra”. Afirma ainda que Duarte de Sande “tuuo necesidad de boluer a Macao”, quando o correcto seria dizer que o seu abandono de Zhaoqing, em finais de Novembro de 1587, decorrera dos cada dia mais gravosos entraves à circulação que lhe vinham sendo impostos pelos chins<sup>83</sup>. Sobre a missão do Pe. Ruggieri, os compêndios informam-nos que deu em nada. Depois de desembarcar em Lisboa em Setembro de 1589 e de ser recebido em audiência pelo rei Filipe, o missionário encontra em Roma toda a sorte de dificuldades para se fazer ouvir, até porque acontecem nessa altura (1590-1591) as mortes sucessivas de Sisto V, Urbano VII, Gregório XIV e Inocêncio IX. Esgotado do ponto de vista físico, Michele Ruggieri retira-se para Salerno, onde vem a falecer em Maio de 1607 com sessenta e quatro anos de idade<sup>84</sup>.

Também nas salas romanas, onde pouco antes se tinham lido com suma satisfação as cartas em que Alessandro Valignano informava sobre os progressos centrados na Casa e na igreja de Zhaoqing e concedido o jubileu com indulgência plenária a toda a Companhia ao saberem-se as primeiras notícias sobre o longo circuito terrestre dos padres Ruggieri e Almeida, parecia arrefecer o entusiasmo por aquele objectivo<sup>85</sup>. As preocupações do momento são aí outras: as guerras religiosas em França e os repetidos assaltos ingleses à navegação oceânica.

Uma vez mais, não é disso que Luis de Guzmán nos fala. Focado no terreno, começa por contabilizar em mais de oitenta os baptismos da temporada, um número que lido assim até parecia animador. No entanto, tal não confere exactamente com a realidade sobretudo porque o cronista desconhece, ou se esquece de dizer, que o mesmo era em boa medida preenchido por idosos, doentes e crianças à beira da morte (recorde-se que Duarte de Sande falara em mais de setenta baptismos realizados nessa cidade, mas também fora omissos quanto à sua qualidade)<sup>86</sup>. Só depois de o fazer detalha o agudizar das tensões entre Ricci e Almeida, os dois únicos padres residentes em Zhaoqing, e o partido conjugado dos bonzos e de alguns mandarins locais que desembocou na ordem de expulsão para Macau. À última hora os missionários conseguiram contrariar essa sentença, negociando a partida alternativa para Shaozhou,

---

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXIV, Alcalá, 1601, cits. pp. 359 e 360. Ver idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXIV, Alcalá, 1601, pp. 358-360.

<sup>84</sup> Ver, *inter alia*, Pfister, 1932, p. 19. Para a biografia do Pe. Michele Ruggieri, ver *infra*, cap. 19-2.

<sup>85</sup> Ver Pe. António de Gouveia, *Asia Extrema*, Parte I, liv. II, cap. IX, ed. 2001, p. 63.

<sup>86</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 16-3. Ver também: Spence, ed. 1986, p. 194.

situada cerca de 200 km mais a Norte, na rota de Cantão para Pequim (finais de Agosto de 1589)<sup>87</sup>.

Seria a convivência com a tranquila gente de Shaozhou, a qual se prolongou por seis longos anos, a fazer com que Matteo Ricci amadurecesse a necessidade de abandonar a indumentária e as demais civilidades próprias de “bonzo do Ocidente” e de se metamorfosear em grave de letrado chinês, passando então a autodenominar-se “Pregador instruído” (Novembro de 1594). Luis de Guzmán não refere esses pormenores decisivos da estratégia missionária, ainda que não lhe sejam de todo indiferentes os cuidados agora postos pelos jesuítas em pregar “con el recato, y moderacion que conuenia por no alborotar assi a los Bonzos, como a los Mandarines”<sup>88</sup>. Não refere também outras vertentes fundamentais do trabalho de Ricci aprofundadas nesta segunda residência: a do estudo da matemática e da astronomia, primeiro; a da tradução latina e memorização do clássico chinês *Os Quatro Livros*, depois (1593); e — *last but not least* — a construção de uma quantidade de objectos como relógios mecânicos e solares, esferas metálicas e prismas. Em contrapartida, tem bem presente que o “assalto” à Cidade Interdita se tornara, mais do que nunca, na prioridade das prioridades<sup>89</sup>.

### ***Shaozhou-Nanquim-Nanchang***

Toda esta estratégia sofreu bastante com a morte de António de Almeida, em Outubro de 1591. Ao adivinharem esse desenlace, os superiores de Macau enviam em sua substituição o Pe. Francesco de Petris, mas o italiano não tarda a sucumbir à mesma insalubridade climática que envenenara o jesuíta luso (Novembro de 1593)<sup>90</sup>. Como o

---

<sup>87</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXV — “De la persecucion que se leuanto contra los Padres que quedaron en la ciudad de Xauquin”, Alcalá, 1601, pp. 360-362; idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXVI — “Como los Padres fueron echados de Xauquin, y se recogieron a la ciudad de Xauqueo”, Alcalá, 1601, pp. 362-364.

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXVII — “Como los Padres llegaron a la Ciudad de Xauecho, y lo que les succedio”, Alcalá, 1601, cit. p. 367. Ver idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXVII, Alcalá, 1601, pp. 364-367.

<sup>89</sup> Cf. idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXVIII — “Como el Padre Matheo Rizio entro por la China adentro, y de las cosas que en este camino vio”, Alcalá, 1601, pp. 367-368.

<sup>90</sup> Nascido em 1567 no lugar de Badia de Farfa (Rieti) e descendente de uma família nobre, Francesco de Petris fizera os seus primeiros estudos no Colégio Romano e entrara na Companhia de Jesus em 1583. Partira de Lisboa com destino ao Japão em 1586, encontrando-se a escalar Macau desde Julho de 1590 quando lhe foi ordenado que substituísse António de Almeida em Shaozhou (Dezembro de 1591). Ver, *inter alia*, Pfister, 1932, p. 45; Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. 8, *Padres da Diocese de*

dá a entender Luis de Guzmán, Matteo Ricci só ganha algum desafogo quando vê aparecer em Shaozhou o Pe. Lazzaro Cattaneo, corria o ano de 1594. Descendente de uma família nobre de velha estirpe, este missionário nascera em 1560 em Sazzano, perto de Génova. Ingressara na Companhia aos 21 anos de idade. Embarcado em Lisboa com destino à Índia juntamente com a comitiva dos legados nipónicos, fora entretanto ministro no Colégio de Goa e vivera dois anos na Costa da Pescaria. Chegara a Macau em 1593, aplicando-se desde logo no estudo da língua chinesa<sup>91</sup>. Ricci, que pouco depois receberá um convite de um alto dignatário chinês para o acompanhar até Pequim, tem assim a possibilidade de deixar a seu cargo, a 18 de Abril de 1595, a residência que dirige.

O Pe. Guzmán reproduz com detalhe as peripécias dessa viagem que se saldaria num impasse por alturas de Nanquim<sup>92</sup>. Consagra então parte significativa de um capítulo ao debuxo da monumental mas algo letárgica antiga capital do Império com base num relato deixado por Ricci. Aparentemente, tudo é novo aqui, da tripla cintura de muralhas aos respectivos comprimentos, das distâncias medidas entre elas aos efectivos das suas guarnições. Porém, uma análise um pouco mais céptica obriga a considerar a hipótese de parte destes parágrafos ter tido a sua origem mais remota no *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz. Desde logo, a leitura bucólica dos jardins e parques reais — no caso, transposta da de Pequim — dá a entender isso mesmo. É também lícito supor que outra parte deles tenha sido composta, senão com base, pelo menos influenciada por antigas imagens de Cantão como as da *Terceira Década da Ásia* de João de Barros e as do próprio Fr. Gaspar: por exemplo, há demasiado de canónico na leitura sequencial da super-fortaleza das construções defensivas, das quatro portas fronteiras umas às outras, dos seus revestimentos em ferro e da vigilância exercida desde aí sobre as entradas e as saídas<sup>93</sup>. Em última análise, os tópicos medievais do risco urbano que Marco Polo fez ecoar como ninguém continuam a prevalecer na reprodução de cada novo aglomerado descoberto.

---

Macau, Macau, Tipografia da Missão do Padroado, 1972, pp. 146-147; Gramazio, 1997, p. 281; Braga, ed. 1998, p. 289, n. 23.

<sup>91</sup> Ver, *inter alia*, Pfister, 1932, p. 51; Braga, ed. 1998, pp. 289-290, n. 25.

<sup>92</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXVIII, Alcalá, 1601, pp. 368-371.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXIX — “De la grandeza y nobleza de la ciudad de Nanquin, y como desde alli boluio el Padre a la ciudad de Nanchan”, Alcalá, 1601, pp. 371-372.

Confrontado com a proverbial irredutibilidade das autoridades chinesas em Nanquim, Matteo Ricci recua para Nanchang<sup>94</sup>, onde se estabelece a 28 de Novembro de 1595 e onde vem a compôr as suas duas primeiras obras literárias em chinês, o aforístico *Tratado da Amizade*, síntese entre a ideia chinesa da amizade e a concepção que dela tinham os estóicos ocidentais (Novembro de 95) e o *Tratado sobre as Artes Mnemónicas*, onde a antiguidade e os méritos da cultura europeia acabavam demonstrados graças a um exercício virtuosístico que incluía o poeta grego Simonides e provavelmente também os romanos Plínio e Quintiliano (Primavera de 96)<sup>95</sup>.

Ricci procede ainda à composição de um novo catecismo destinado a substituir o de Michele Ruggieri e cuja tradução em latim sabemos que foi aprovada por Alessando Valignano em 1597. Trata-se da *Verdadeira Doutrina do Senhor do Céu*, a sua obra-prima declarada. Recorrendo a uma argumentação racional de tipo escolástico, consegue seduzir os letrados que o rodeiam ao desmontar, uns a seguir a outros, diversos postulados budistas. Não tem ainda bem apreendidas as subtilezas da cultura chinesa, que prefere a busca de harmonias ao jogo da controvérsia. Não tem bem presente que o *Tianzhu shiyi* que aparece no título era igualmente o nome de uma divindade de segunda ordem do panteão budista. No entanto, a valorização que aí faz da moral confucionista, acentuando o facto de estar conforme à lei natural, garante-lhe muito do sucesso presente e futuro. Outra receita aplicada de forma consciente protege-o sobremaneira: explicar o menos possível os mistérios da encarnação e da redenção — algo que Ruggieri apresentara naquele seu escrito e que tanto escandalizava a *intelligentsia* local —, guardando apenas para as últimas vinte páginas de uma obra que terá cerca de seiscentas na versão final o que parecia indispensável dizer sobre a história da salvação, a Igreja e o baptismo<sup>96</sup>.

Esta particularíssima propedêutica do Evangelho não chega às páginas do livro IV da *Historia de las Misiones* de Luis de Guzmán. Ainda assim, o jesuíta de Palencia

---

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXIX, Alcalá, 1601, pp. 373-374.

<sup>95</sup> Ver Jonathan D. Spence, “Matteo Ricci and the Ascent to Peking”, in Ronan & Oh (eds.), *East Meets West*, 1988, p. 15; Gernet, ed. 1990, pp. 384-385; Saussy, 1993, pp. 36-37; Gernet, 1994, pp. 224-228; Ian Rae, “A abordagem “comunicativa intercultural” dos primeiros missionários jesuítas na China”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 21, Outubro/Dezembro 1994, p. 123; Cadafaz de Matos, 1997, pp. 35-36; Vale, 2000, pp. 34-38.

<sup>96</sup> Ver, *inter alia*, Joseph Dehergne, “Un problème ardu: le nom de Dieu en chinois”, in *Actes du IIIe Colloque International de Sinologie – Appréciation par l’Europe de la tradition chinoise a partir du XVIIe siècle (Centre de Recherches interdisciplinaire de Chantilly, 11-14 septembre 1980)*, collection La Chine au Temps des Lumières — 6, Paris, Les Belles Lettres, 1983, pp. 22-23; Gernet, ed. 1991, pp. 28-32; Charbonnier, 1992, pp. 103-104; Étienne Ducornet, *Matteo Ricci, le lettré d’Occident*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1992, pp. 81-148.

esclarece tudo o que hoje se sabe sobre a familiaridade ganha pelo Pe. Ricci com um médico de Nanchang e como isso lhe abriu as portas de vários mandarins e homens principais da cidade durante os três anos que viveu entre eles. Pelo meio, revela outros dos recursos que o missionário empregou para os cativar, da exibição do saber matemático aos segredos da construção de relógios, da prática versátil das artes da memória ao espectáculo de cores proporcionado por um vidro triangular<sup>97</sup>.

Vem a propósito fazer um ponto de situação dos progressos verificados nas duas Casas da Companhia que funcionavam na China em 1597, a de Shaozhou e esta nova, na capital do Jiangxi. A respeito da primeira diz-nos que continuava entregue a Lazzaro Cattaneo, mas que o secundavam já o Pe. Niccolò Longobardo<sup>98</sup> (desde Dezembro de 97, para se ser exacto) e “otro hermano” (alusão ao português João da Rocha, aí desde Julho do mesmo ano)<sup>99</sup>. Em Nanchang encontravam-se Ricci — que em Agosto fora nomeado por Valignano superior de toda a Missão —, o Pe. João Soeiro<sup>100</sup> e um irmão não identificado que conhecemos ser o chinês Huang Mingshao (Francisco Martins)<sup>101</sup>.

---

<sup>97</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXX — “De lo que sucedio al Padre Matheo Rizio, en la Ciudad de Nanchan”, Alcalá, 1601, pp. 374-378.

<sup>98</sup> Niccolò Longobardo (Caltagirone, Sicília, 1559-Pequim, 1654) frequentara o noviciado de Messina e exercera o professorado nas instituições locais da Companhia durante vários anos. Em 1596 parte de Lisboa para o Oriente, chegando à China no ano seguinte. Destinado inicialmente a Shaozhou, abrirá aí uma igreja em 1603. Em 1609 segue para Pequim, onde no ano seguinte substituiu Matteo Ricci no cargo de superior de toda a Missão da China (levantando, de caminho, a “querela do ritos”...) e onde faleceu em 1655. Ver, *inter alia*, Pfister, 1932, pp. 58-64.

<sup>99</sup> João da Rocha (Prado, Braga, 1566-Hangzhou, 1623) entrara na Companhia em 1582 e partira para a Índia em 1586, mal terminado o seu noviciado e também ele acompanhando os legados japoneses na sua viagem de volta. Assiste durante três anos a cursos de Filosofia em Goa, seguindo então para Macau, onde estuda Teologia durante outros quatro. Depois de Shaozhou, passará por Nanchang e Nanquim, residência que governa durante seis anos. Regressa a Nanchang em 1609 e vive as maiores dificuldades na altura do “Processo de Nanquim” (1615-1618), a primeira perseguição anti-cristã em que o poder central se envolveu directamente e que resultou no encerramento de cinco residências missionárias, na expulsão de quatro padres para Macau e na quase-invisibilidade dos oito que permaneceram no terreno. Nomeado superior de toda a Missão em 1622, morre pouco depois, quando se abatera sobre ele e os seus companheiros nova perseguição. Não teve tempo de tomar conhecimento da carta patente de Roma que o nomeava vice-provincial da recém-criada Vice-Província da China. Ver, *inter alia*, Pfister, 1932, pp. 67-69; Teixeira, 1972, pp. 148-149; Isabel Pina, “Os macaenses na missão jesuíta da China (1583-1630)”, in *Macau – Encontros de divulgação e debates em estudos sociais*, Vila Nova de Gaia, Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial/Colégio Corpus Christi, s.d. [1999], p. 39 [Pina, 1999a]; Araújo, 2000, p. 160, n. 199.

<sup>100</sup> João Soeiro (Montemor-o-Velho, 1566-Nanchang, c. 1606) frequentara o noviciado da Companhia em Coimbra a partir de 1584, aportara a Goa 1587 e chegara a Macau em 1591. Atinge Nanchang em Dezembro de 1595, sendo co-fundador da respectiva residência. Dominará com mestria a língua chinesa graças aos ensinamentos de Matteo Ricci e de Francisco Martins. Comporá diversas obras destinadas à instrução dos catecúmenos, designadamente um Catecismo em chinês várias vezes editado e traduzido para tonquinense em 1631. Ver, *inter alia*, Pfister, 1932, pp. 56-57; Braga, ed. 1998, pp. 290-291, n. 28; Araújo, 2000, p. 116, n. 115.

<sup>101</sup> Huang Mingshao (Francisco Martins: Macau, c. 1569-Cantão, 1606) fora com o Pe. Sebastião Fernandes um dos dois primeiros jesuítas chineses. Ingressa no noviciado de Macau com 18 anos de idade. Depois de ter sido companheiro de Ricci, regressa a Macau para acompanhar a visita à Missão que Valignano preparava pouco antes de morrer. Destinado a Cantão, é acusado de espionagem a favor dos

Soeiro e Martins tinham sido ambos despachados por Duarte de Sande em 1595. O grupo que integravam era completando por “dos estudantes naturales tambien de Macao”, *i.e.* aqueles que respondiam pelos nomes cristãos de Sebastião Fernandes e Manuel Pereira<sup>102</sup>.

### ***Nanchang-Nanquim-Pequim***

O bom acolhimento que, desta vez, Ricci viu ser-lhe dispensado foi de molde a que renascesse nele e entre a sua rectaguada do Colégio de Macau a esperança de consumir um avanço definitivo sobre Pequim. Para ilustrar essa circunstância, o Pe. Guzmán decide recorrer ao exame sumário das qualidades e dos defeitos dos chineses proposto por Alessandro Valignano na sua *Historia del principio y progreso*. Teimando em não identificar a fonte que chama a depor, enumera então várias das premissas julgadas mais promissoras pelo visitador: a docilidade da gente, a obediência que dedicavam aos mandarins, o contínuo estudo das letras, os conhecimentos que demonstravam possuir de filosofia natural e moral e a fraca conta em que tinham os ídolos. Isso seria o que ajudava àquele objectivo. Contudo, contrariava-o a inconstância caprichosa de funcionários como os “Tutanes”, pelo que alcançar, antes de tudo, a autorização do rei afigurava-se-lhe também como “el vnico y eficaz medio para salir cõ esta empresa”<sup>103</sup>.

À cópia fiel das instruções de 1583 juntava ainda duas notícias do momento, qualquer delas imbuída do seu quê de profético. Em primeiro lugar, o Pe. Soeiro descrevera uma sumptuosa festa dada em honra de doze ídolos, à qual assistira em Maio

---

sacerdotes estrangeiros e morre aí sob tortura. Ver, *inter alia*, Montalto de Jesus, ed. 1990, pp. 75-77; Braga, ed. 1998, p. 291, n. 29; Pina, 1999a, p. 38; Isabel Pina, *A Residência Jesuíta de Nanquim: das Origens à Restauração (1599-1633)*, dissertação de Mestrado em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 174 (policopiado) [Pina, 1999b].

<sup>102</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXXII — “Del fructo que se hazia en las residencias de Xaucheo, y de Nanchan”, Alcalá, 1601, pp. 380-382.

Zhong Mingren (Sebastião Fernandes: 1562-1622) nascera em Macau ou em Xinhui (Guangdong). Filho de mercadores chineses que a dada altura se estabeleceram em Macau, onde depois se converteram, fora também mercador na sua juventude, tendo sido educado pelos jesuítas. Igualmente filho de chineses, You Wenhui (Manuel Pereira: 1575-1633) era natural de Macau. Aí estudou latim, sendo depois enviado pela família para a Índia. Regressado à China e integrado na Missão, fará votos de coadjutor temporal a 25 de Dezembro de 1617, em Hangzhou. Morrerá em Nanquim. Pina, 1999a, p. 38; Pina, 1999b, pp. 171-177.

<sup>103</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXXI — “Como desseauan sacar los Padres licencia del Rey, para predicar en la China, y del fuego del Cielo que abraso parte de sus palacios”, Alcalá, 1601, cits. p. 379.

de 1597. Ora, a ordem com que a mesma se processara, as tochas ou círios que os participantes levavam nas mãos e até os cantares dos bonzos que a acompanhavam não permitiam outro juízo “sino que auia entre aquella gente algun rastro de la religion Christiana”<sup>104</sup>. Depois, no mesmo ano e no mesmo mês, consumira-se em chamas o palácio real de Pequim. Como esta tragédia acontecera quase em simultâneo à destruição pelo fogo do palácio habitado pelo imperador Mogol em Lahore e ao desastre idêntico que afectara o “tyrano Tayco Sama Emperador del Iapõ” (referência a Hideyoshi, precisamente na altura do martírio dos cristãos de Nagasáqui), tal apenas podia ser interpretado como uma série de justos castigos do Céu destinados a abrir o coração de todos aqueles soberanos que tinham recusado, ou pareciam recusar, tornarem-se conversos<sup>105</sup>.

Por força tocado por este fundo menos objectivo, o leitor entra no derradeiro capítulo consagrado ao acompanhamento do caminho que os missionários jesuítas percorreram até 1598 através da paisagem chinesa. Como ficou escrito, o teor de uma missiva recebida em Macau ainda durante esse ano faz com que Luis de Guzmán encerre o seu livro convencido da instalação segura de Ricci, Cattaneo, Fernandes e Pereira em Pequim<sup>106</sup>. De facto, a passagem por Nanchang de um conhecido de Matteo Ricci dos tempos de Shaozhou afigurara-se como a oportunidade que todos esperavam para ver concretizado esse desígnio. Tratava-se de Wang Honghui, antigo *shangshu* ou presidente do Tribunal dos Ritos de Nanquim, que regressava de um semi-exílio em Hainão provocado por intrigas dos eunucos do palácio (Guzmán conta antes que regressava de uma cura médica nessa ilha). Sobre ele dizia-se que poderia ser chamado a assumir as funções de *kolao* (primeiro-ministro do imperador). Entretanto, a 17 de Setembro deveria assistir em Pequim a uma cerimónia especial comemorativa do aniversário de Wanli. Depois de passar pela residência confiada ao Pe. Cattaneo e de saber aí do paradeiro do Pe. Matteo, compromete-se com o plano de conduzir o seu velho amigo até à capital do Norte para que este auxiliasse na revisão do pouco fiável calendário imperial. Ganharia Ricci, claro, mas Wang não ganharia menos aos olhos da Corte<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXXI, Alcalá, 1601, cit. p. 379.

<sup>105</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXXI, Alcalá, 1601, cit. p. 380. Ver idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXXI, Alcalá, 1601, pp. 378-380.

<sup>106</sup> Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

<sup>107</sup> Ver, *inter alia*, Lacouture, 1991, pp. 276-277; Ross, 1994, p. 133.

Lazzaro Cattaneo, que antecipa o que tal convite pode representar, apressa-se a seguir ao encontro do seu confrade, levando consigo João da Rocha e deixando Shaozhou entregue a Longobardo. Na prosa de Luis de Guzmán afirma-se que são os padres quem convence o mandarim do interesse que o soberano tinha num novo “calêndario de las lunas”<sup>108</sup>. Seja como for, o chinês aceita fazê-los penetrar em Pequim, pelo que os dois italianos e os dois citados irmãos chineses (Guzmán só conta um) puderam abandonar Nanchang a 25 de Junho de 1598. Na bolsa transportam uma obrigatória amostra de relógios de rodas, imagens “y otras cosittas curiosas” destinada a ofertas<sup>109</sup>. Mais do que a fama de excelentes matemáticos, relojoeiros, geógrafos ou, sequer, de moralistas, precede-os a de alquimistas, precisamente um dos motivos da sua desgraça: quando um funcionário da Corte os inquiriu sobre a transformação do mercúrio em prata fina e percebeu que Ricci era incompetente na matéria, ordenou que abandonassem a cidade<sup>110</sup>. A invasão japonesa da Coreia e o clima de perfeita paranóia em redor de todo e de qualquer estrangeiro que arrasta consigo constituem, porém, o factor decisivo para que tal fiasco aconteça. Devolvido a Nanquim, onde fixou residência em Fevereiro de 1599 e onde foi tomado por *shengren* (sábio, santo), o Pe. Ricci só regressaria a Pequim no dia 24 de Janeiro de 1601.

### ***Maquilhagens***

Duas palavras finais para os anunciados quatro capítulos e pouco em que Luis de Guzmán promove as duas deslocações que o Pe. Alonso Sánchez S. J realizou à China na primeira metade da década de 1580 a matéria determinante desta fase genética da presença missionária no Império do Meio. Sobre a viagem de 1582, o historiador narra-nos todos os detalhes da travessia de Lução à costa de Chinchéu, dos cinquenta dias durante os quais as autoridades cantonenses retiveram o grupo de espanhóis que Sánchez liderava até às diligências conduzidas pelo ouvidor de Macau Matias Panela e por Michele Ruggieri com o propósito de conseguir a respectiva libertação. Informa-

---

<sup>108</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXXIII — “Como los Padres Matheo Rizio, y Lazaro Catanio con vn hermano, fueron a la ciudad de Panquin y Corte del Rey de la China”, Alcalá, 1601, cit. p. 383.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXXIII, Alcalá, 1601, cit. p. 384. Ver idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXXIII, Alcalá, 1601, pp. 382-384.

<sup>110</sup> Ver, *inter alia*, Pfister, 1926, p. 27; Spence, ed. 1986, p. 203; Lacouture, 1991, p. 278; Ross, 1994, p. 133.

nos, depois, sobre o “negocio principal” que o Pe. Sánchez vinha tratar, a saber, o anúncio à colónia lusa da união das Coroas de Portugal e Castela. “Tratando el Discurso deste negocio blanda, y suauemente”, como diz Guzmán, o enviado do governador Gonzalo Ronquillo de Peñalosa sair-se-á airosamente da espinhosa tarefa<sup>111</sup>. Com a ajuda preciosa dos seus confrades, consegue que as autoridades civis e religiosas de Macau procedam à aclamação de Filipe II a 18 de Dezembro desse mesmo ano. Quando regressa a Manila após uma atribulada travessia que o deixou como náufrago na Formosa durante cerca de três meses<sup>112</sup>, recebem-no em triunfo<sup>113</sup>.

Voltando ao cunho vincadamente hispânico desta *Historia* de que falávamos antes, há aqui um pormenor no qual já se terá reparado. É que do mesmo modo que Guzmán informa sobre os mais variados aspectos relacionados com esse bem sucedido desempenho diplomático, não tem uma palavra que seja a respeito do verdadeiro exercício de diplomacia paralela que Sánchez realizou ao tentar obter dos mandarins de Cantão condições de negócio para os espanhóis equivalentes àquelas disfrutadas pelos portugueses em Macau. A fazer fé nas suas linhas, nem a carta que “el Mandarin grande de la Isla de Luzon” (Ronquillo) lhe confiara à guisa de procuração para o vice-rei dos “dois Guang”, nem o esclarecimento de que o padre se apresentaria como cabeça de “vna embaxada para el Aytao de la Ciudad de Canton”, subentendem qualquer alcance protocolar especial já que só deveriam ser accionados em caso de perigo ou de necessidade maior<sup>114</sup>.

Sucede algo de muito parecido a propósito da segunda passagem de Alonso Sánchez por Macau, em 1584. Luis de Guzmán conta com grande cópia de detalhes essa

---

<sup>111</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XVI, Alcalá, 1601, cits. p. 341.

<sup>112</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 16, n. 159.

<sup>113</sup> Ver Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XIII — “Como el Padre Alonso Sanchez, llego al primer puerto de la China”, Alcalá, 1601, pp. 332-335; idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XIV, “Como el Padre Alonso Sanchez, partio para Canton, y lo que en el camino le sucedio” — Alcalá, 1601, pp. 335-337; idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XV — “Como el Padre Alonso Sanchez, llego a Canton, y hallo alli al Padre Miguel Rogerio”, Alcalá, 1601, pp. 337-339; idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XVI, Alcalá, 1601, pp. 339-342.

Cf., *inter alia*, Pe. Alonso Sánchez, S.J., *Relación breve de la jornada que el P. Alonso Sánchez, de la Compañía de Jesús, hizo... desde la isla de Luzón y ciudad de Manila a los Reinos de la China*, AGI, 65-1-37; idem, *ibidem*, ed. parcial in Francisco Colín, *Labor Evangélica de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas por el P. Francisco Colín de la misma Compañía*, nueva edición por el P. Pablo Pastells, vol. 1, Barcelona, Henrich, 1900, pp. 265-308; Boxer, ed. 1989a, pp. 38-39; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, pp. 182-193; Luís Gonzaga Gomes, *Macau – Um Município com História*, organização e prefácio de António Aresta & Celina Veiga de Oliveira, Macau, Leal Senado de Macau, 1997, pp. 83-87; Braga, ed. 1998, p. 335, n. 2, p. 335.

<sup>114</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XIII, Alcalá, 1601, cits. p. 333 e 332; Ver Horacio de la Costa, *The Jesuits in the Philippines, 1581-1768*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1961, pp. 38-50.

jornada em que o jesuíta espanhol acompanhou Juan Bautista Román, o qual, por sua vez, ia encarregue de pôr cobro ao motim do galeão *San Martín*. Insiste então em duas ideias. A primeira, a de que Sánchez fora previamente sondado por Michele Ruggieri para que pedisse apoio ao rei Filipe a favor dos missionários da China, sendo essa uma das principais urgências que o trazia ali. A segunda, a de que Román se resignara a esperar que o padre concluísse tais diligências logo que deu por resolvidas as tarefas de resgate e punição de que viera incumbido<sup>115</sup>. Sobre os negócios que o feitor espanhol realizou a seguir, sobre o mandato que tinha para espionar a administração e as forças armadas chinesas e sobre a forma como ele e o Pe. Sánchez tentaram garantir a abertura de um entreposto comercial no Fujian e o trato directo entre Cantão e Manila, o silêncio é absoluto. Por outro lado, não tarda a considerar que quando Valignano enviou Ruggieri à Europa, Alonso Sánchez seguiu das Filipinas para Espanha apenas e só com o encargo de ajudar na mesma missão<sup>116</sup>. Sobre a incompatibilidade entre o projecto de embaixada delineado pelo visitador e o projecto de conquista de Sánchez (que não transparece), o silêncio é ainda mais ensurdecedor e reclama uma nota extra.

Confirma-se hoje que Michele Ruggieri havia abordado os poderes de Manila por intermédio deste seu confrade espanhol com o intuito de favorecer a incipiente Missão católica chinesa. Confrontados com os gastos inerentes à abertura da residência e da igreja de Zhaoqing, Ruggieri e Ricci acordaram entre si reatar esse contacto na busca de uma fonte adicional de financiamento. Estava-se em 1583-1584, período em que o nunca regateado apoio de Macau às actividades da Companhia não pôde, ainda assim, deixar de ser afectado pela delicada conjuntura política, pela chegada imprevista de vários fidalgos que haviam abandonado Portugal na sequência da mudança dinástica e pela perda de grande parte da carga do junco que partira para o Japão em Julho de 1582, precisamente aquele que Alonso Sánchez aproveitara para tentar chegar por via indirecta a Manila de modo a não acicatar a desconfiança de Cantão. Diego de Ronquillo, que acabava de suceder ao seu primo Gonzalo no posto de governador, acolhe com a melhor disposição possível o pedido dos padres italianos que Sánchez lhe transmite. Assim, quando este torna a Macau não só acerta com Ruggieri algumas questões de dinheiro mais prementes, como propõe a retoma do projecto de uma embaixada espanhola ao imperador da China que abortara pouco tempo antes nas mãos

---

<sup>115</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXI, Alcalá, 1601, pp. 350-352. Ver idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. XXI, Alcalá, 1601, pp. 352-354; H. de la Costa, 1961, pp. 52-57.

<sup>116</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. XXIV, Alcalá, 1601, p. 359.

de Juan de Mendoza. A oposição lusa não se fez esperar e é de imediato secundada por Alessandro Valignano. Ante isso, Sánchez passa a intrigar para conseguir ver nomeado quanto antes um “nuevo Visitador”<sup>117</sup>. Sentindo ameaçada a autonomia da Missão da China, o pragmático jesuíta de Chieti promove o português Duarte de Sande a seu superior e impõe o corte de comunicações entre a residência de Zhaoqing e as Filipinas<sup>118</sup>.

De um modo menos inocente do que ele próprio alguma vez se mostrará disposto a admitir, era inapelável que Michele Ruggieri cedera, se é que não aderira, aos interesses espanhóis no Extremo Oriente. Não será excessivo considerar que o Pe. Valignano o tenha marcado desde aí por causa disso. Assim, se este demonstra confiar nas suas qualidades de negociador ao escolhê-lo em 1588 para defender em Roma o projecto da embaixada papal, a mesma opção não deixa de indiciar a urgência que o visitador teria em afastar do terreno alguém cujas amizades hispânicas poderiam constituir uma ameaça à autoridade que exercia no terreno. A história da passagem do Pe. Ruggieri pela Península Ibérica prova que tais receios não seriam de todo infundados. Apesar de Valignano lhe ter dado instruções no sentido de que não tratasse de coisa alguma nem com os procuradores da Coroa em Lisboa, nem com Filipe II até chegar a Roma e falar com Claudio Acquaviva<sup>119</sup>, Ruggieri não soube, ou não quis, evitar nenhuma dessas escalas. Para além de audiências com o arquiduque Carlos Alberto, vice-rei de Portugal, e com os conselheiros ou ministros Cristóvão de Moura, Juan de Idiáquez e conde de Chinchón, por exemplo, destaca-se aquela que lhe concede o monarca e durante a qual o missionário insistiu na necessidade de se enviar uma embaixada espanhola ao imperador. Chegado a Sevilha em Setembro de 1587, Sánchez ter-lhe-ia preparado pelo menos parte dessa sequência de entrevistas, até porque a derrota da “Invencível Armada” não impediu que um forte jogo de interesses se movimentasse nos círculos cortesãos de Espanha a favor dos alucinantes planos da “empresa de China”<sup>120</sup>.

À distância de alguns anos, Luis de Guzmán não entra nestes detalhes, tal como passa ao lado da polémica entretanto gerada sobre o direito de mover guerra à China

---

<sup>117</sup> Carta do Pe. Alonso Sánchez ao geral Pe. Claudio Acquaviva, Macau, 22 de Junho de 1584, in José Luís Alvarez-Taladriz, “Censura del Visitador padre Alejandro Valignano, S.J., por el visitante padre Alonso Sanchez, S.J., (1584)”, in *Sapientia*, The Eichi University Review, Osaka, 13, february 1979, p. 159; cit. in Lo Sardo, 1993, p. 26.

<sup>118</sup> Ver, Lo Sardo, *ibidem*, pp. 24-26.

<sup>119</sup> Luís Alvarez-Taladriz, “El Proyecto de embajada del Papa a la China y el padre Alejandro Valignano, S.J. (1588)”, in *Tenri Daigaku Gatuhō*, 89, 1974, p. 171, transcr. in Lo Sardo, *ibidem*, p. 30, n. 170.

<sup>120</sup> Ver Lo Sardo, *ibidem*, pp. 30-31.

para fins apostólicos. Depois dos vistos pareceres negativos dados por José de Acosta<sup>121</sup>, as teses de Alonso Sánchez a este respeito continuaram a encontrar pela frente quem se lhes opusesse no plano jurídico. Tal foi o caso do frade dominicano Juan Volante, co-autor com o franciscano Jerónimo de Burgos de um projecto que visava colocar em solo chinês, à custa do rei e sem qualquer autoridade civil ou eclesiástica que os tutelasse, um contingente missionário de 60 dominicanos e outro de 100 franciscanos. Ante uma reiterada indiferença do *Consejo de Indias*, Volante ainda tentara colar-se aos planos de Sánchez, mas este recusou alegando que só um enquadramento militar como o que ele próprio concebera poderia assegurar o sucesso da experiência<sup>122</sup>. Despeitado, o dominicano fulmina-o então em carta dirigida a Idiáquez, no caso na qualidade de membro da Junta especial constituída em Março de 1588 para tratar dos assuntos orientais e para indicar um candidato ao governo das Filipinas<sup>123</sup>.

A fractura política que este debate pressupôs pode ainda ser avaliada num dos volumes da obra que continua a *Historia* de Guzmán, a *Relaçam annval das covsas que fizeram os padres da Companhia de Iesv nas partes da India Oriental* (Lisboa, 1607)<sup>124</sup>. Discorrendo sobre os primeiros frutos da actividade missionária na China, o Pe. Fernão Guerreiro aproveita para lembrar que teria sido impossível introduzir o Evangelho naquele grande reino “por força algũa, nem de poderosos armadas [*sic*], nem de grãdes exercitos, que de Portugal ou Castella puderam ir”. E justifica-se: nem a “natureza fraca” da gente ou o “pouco bellicosa” que era, nem a causa justa que pudesse haver para lhe mover guerra serviriam de coisa alguma contra a “multidam dos soldados”, o “poder das armadas” e o “gouerno com *que* tudo se gouerna” porque estes bastavam-lhe “para se poder defender a mui grãde poder do mũdo”<sup>125</sup>.

---

<sup>121</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>122</sup> Ver H. de la Costa, 1961, pp. 102-105.

<sup>123</sup> “Copia de la carta del padre fray Juan Volante a don Juan Idiáquez de Madrid a 13 de octubre 1591. Sobre que no se deve ir a la conversion de la China con armas”, BNM, ms. 2058, fls. 21r.-23r.; ref. in Lo Sardo, 1993, p. 30, n. 172, p. 30. Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>124</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 95.

<sup>125</sup> Pe. Fernão Guerreiro, S.J., *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, Livro Segvndo das Covsas da China, cap. I — “Do collegio de Machao, & estado em geral das cousas da China acerca da Christandade”, Lisboa, 1607, cits. fl. 65v. Todas as citações e referências a esta e às outras *Relações anuais* do Pe. Fernão Guerreiro a partir desta e das demais primeiras edições.

#### 4. A China de Alcalá

##### *Na pegada de Bento de Góis*

Tão ou mais sensacional que a entrada daqueles “happy few” em Pequim é a notícia que o Pe. Luis de Guzmán também oferece aos seus leitores sobre o reavivar da hipótese de que existiria para lá da cadeia dos Himalaias um reino cristão chamado Cataio. Corria agora de novo, só que com agravantes óbvias, o risco que pressupusera considerar como válida a frágil prova documental que atestava a instalação de Matteo Ricci na Corte do Reino da China. É certo que na sua *Historia de las Misiones* não há — nem pode haver — qualquer conclusão taxativa a respeito, mas tal não impede que a geografia do Extremo-Oriente passe a estar inapelavelmente condicionada por mitos e conjecturas de perfil literário que repõem *verbum pro verbo* as do tempo de Marco Polo.

Na base desta actualização informativa encontravam-se várias cartas que o Pe. Jerónimo Xavier (1549-1617), sobrinho-neto do “apóstolo das Índias”, escrevera entre 1598 e 1599 das terras do imperador Aquebar (r. 1556-1605). Juntamente com os açoreanos Pe. Manuel Pinheiro (1556-1619) e Ir. Bento de Góis (1562-1607), o padre Jerónimo fazia parte da terceira Missão jesuíta à Corte Mogol, tendo entrado em Lahore a 5 de Maio de 1595 na sequência de um convite que o próprio soberano endereçara ao vice-rei de Goa. Pouco depois, sucedeu a referida destruição do palácio real, pelo que Xavier e Góis acompanharam Aquebar e o príncipe herdeiro Salim até à sua residência de Verão, em Caxemira<sup>126</sup>. Concluídos os trabalhos de restauro, Jerónimo Xavier pôde voltar à capital<sup>127</sup>. Explica então, em missiva assinada a 26 de Julho de 98, que um mercador muçulmano levado certo dia à presença de Salim relatara (em persa) ter regressado pelo caminho de Meca de “Chambalu” ou “Cambalu”, cabeça do grande reino de “Xetay, ò Catayo”. O mesmo homem asseverara ter vivido aí durante treze anos, fazendo-se passar por embaixador de Casgar. Contara ainda tratar-se esse de um reino com mais de 1500 populosas cidades, que a sua gente era de belo parecer, branca

---

<sup>126</sup> Ver Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, Libro Tercero de las Misiones que han hecho los Religiosos de la Compañia de Iesvs, para predicar el Sancto Euangelio en otros diuersos Reynos e Islas de la India Oriental, cap. XXXVIII — “Como nuestro-Señor castigò a este Emperador, por la dureza que tenia en conuertirse, y se acabo de edificar la casa e Iglesia de los Padres en Laor”, Alcalá, 1601, pp. 267-268.

<sup>127</sup> Ver Maclagan, ed. 1946, pp. 66-69.

de cor e usava longa barba. Praticava diversas religiões, havendo muitos cristãos, mas também muitos seguidores de Moisés e muitos maometanos<sup>128</sup>.

Perguntas subsequentes à mesma testemunha tinham ajudado a esclarecer alguns dos pontos mais nebulosos da sua narrativa. Assim, numa segunda e terceira cartas ainda de 1598, o Pe. Jerónimo Xavier considera que, afinal, a maioria da população desse reino deveria ser cristã. Depois, que existiam aí muitas igrejas, algumas magníficas e todas adornadas com a Cruz. Que as crianças não eram circuncidadas, antes baptizadas. Que os seus sacerdotes eram celibatários e vestiam-se de negro como os próprios jesuítas do Mogol. Finalmente, que o rei era também ele cristão. Para atingir tais domínios, acrescenta, dever-se-ia tomar o caminho que partia de Lahore, passava por Caxemira, cruzava o Tibete e apontava a Casgar, uma rota já conhecida dos missionários. Daí a “Cambalu” haveria que contar com três meses de jornada<sup>129</sup>. Em Agosto de 1599, Xavier corrige o itinerário: Lahore-Cabul-Badaksham é a nova proposta<sup>130</sup>.

Há muito que se sugeriu que foi a leitura do mapa da Rússia, Moscóvia e Tartária, exposto no *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius, a ditar tal mudança de planos. Traçado e publicado por Anthony Jenkinson em 1562, em Londres, na sequência de uma viagem realizada em 1558 através da Rússia e do Turquestão com o propósito de alcançar o caminho para o Cataio, integrava uma informação colhida em Bokhara (na verdade, o ponto mais longínquo que visitou) segundo a qual “Casgara” (Casgar) estaria situada a 30 dias de distância da fronteira do Cataio e as portas de

---

<sup>128</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro III, cap. XL — “De la noticia que tuuo el Padre Geronymo Xauier de la tierra del Xetay, y la mission que se ordeno para yr a predicar alla la ley de Dios”, Alcalá, 1601, pp. 271-272. Cf. carta do Pe. Jerónimo Xavier ao Pe. provincial da Índia, Lahore, 26 de Julho de 1598, in ARSI, Goa, 32, fl. 708r.; pub. in John Hay of Dalgetty, *De rebus Japonicis, indicis et peruuanis epistulae recentiores*, Antuérpia, 1605, pp. 796-799. Ref. in *Fonti Ricciane*, vol. 2, *Storia dell'introduzione del Cristianesimo in Cina*, NN. 501-1000, edite e commentate da Pasquale M. D'Elia sotto il patrocinio della Accademia Nazionale dei Lincei, Roma, Libreria dello Stato, 1949, p. 393, n. 1.

<sup>129</sup> Carta do Pe. Jerónimo Xavier ao Pe. Tomás de Ituren, Lahore, 2 de Agosto de 1598; pub. in Pe. Bartolomeo Alcazar, S.J., *Chrono-historia de la Compañia de Jesus, en la Provincia de Toledo y elogio de sus varones [...]* por el P. Bartholome Alcazar, Parte II, Madrid, Juan Garcia Infançon, 1710, pp. 209-210; trad. ingl. por H. Hosten in *Journal of the Asiatic Society of Bengal*, Calcutá, 32, 1927, pp. 118-119; refs. in Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'introduzione del Cristianesimo in Cina*, ed. 1949, vol. 2, p. 393, n. 1; Maclagan, ed. 1946, p. 447; carta do Pe. Jerónimo Xavier ao Pe. geral Claudio Acquaviva em Roma, Lahore, 13 de Agosto 1598, in ARSI, Goa, 46, I, fls. 40r.-40v.; transcr. in Eduardo Brazão, *Em Demanda do Cataio – A viagem de Bento de Goes à China (1603-1607)*, 2.ª ed., Macau, ICM, 1989, pp. 38-39, n. 9 (1.ª ed. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954). Cf. Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro III, cap. XL, Alcalá, 1601, pp. 271-272.

<sup>130</sup> Pe. Luis de Guzmán, *ibidem*, Parte I, libro III, cap. XL, Alcalá, 1601, p. 273. Cf. carta do Pe. Jerónimo Xavier ao Pe. provincial da Índia, Agra, 1 de Agosto de 1599; pub. in John Hay of Dalgetty, *De rebus Japonicis, indicis et peruuanis epistulae recentiores*, Antuérpia, 1605, p. 798. Ver Maclagan, ed. 1946, pp. 405-406.

Cambaluc três meses mais adiante<sup>131</sup>. Pouco depois dessa correção, Manuel Pinheiro propõe a “sua” estrada: Lahore-Cabul-Bolch-Kalce-Casgar-Cataio<sup>132</sup>.

Já quando da primeira Missão ao Mogol, o Pe. Antoni de Montserrat (1536-1600) ouvira dizer em Caxemira que para lá dos Himalaias existia uma grande cidade onde um sacerdote dava semanalmente a comungar nas duas espécies sagradas<sup>133</sup>. Chegara a pensar-se enviar uma expedição de reconhecimento, mas o fim abrupto daquela experiência inaugural na Corte do Grão Mogol deitara tais planos por terra<sup>134</sup>. Em 1590 é ainda Montserrat quem aponta num relatório geográfico e histórico onde descreve as crenças e os costumes dos “bothis” ou “bothantes” (tibetanos) — o *Mongolicae Legationis Commentarius* — que existiam vestígios de cristãos nas encostas de “Imao” (Himalaias), sobreviventes às armas dos mouros<sup>135</sup>. Como se isso não bastasse, em 1597 Jerónimo Xavier e Bento de Góis tinham começado por escutar da boca de uns mercadores muçulmanos que num país chamado “Tebat” (desta vez à arabo-turca) se podiam encontrar igrejas, monges e bispos<sup>136</sup>.

Sem que ninguém se dê conta, funciona em todos estes casos a rotineira confusão entre budismo e cristianismo que era sugerida por uma observação superficial e externa de algumas práticas cerimoniais, a mesma que não tardará a evoluir para um

---

<sup>131</sup> Ver Abraham Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia, 1570, fl. 104. Sobre “Casara” aparece a legenda: “*Hinc triginta dierum itinere orientem versus incipiunt termini imperii Cathayae. Ab his limitibus ad Cambalu trium mensium iter interjacet*”. Charles Wessels, *Early Jesuit Travellers in Central Asia, 1603-1721*, Haia, Martinus Nijhoff, 1924, pp. 12-13; Parks, 1928, pp. 16-17 e 190-191; Richard Hakluyt, *The Principal Navigations*, ed. 1987, p. 423.

<sup>132</sup> Carta do Pe. Manuel Pinheiro, 29 de Agosto de 1599, ARSJ, *Goa*, 14, fl. 383v.; Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'introduzione del Cristianesimo in Cina*, ed. 1949, vol. 2, p. 394, n. 1 à p. 393. Ver Wessels, 1924, pp. 10-13; Brazão, ed. 1989, pp. 35-36; Albuquerque, 1987, pp. 189-190.

<sup>133</sup> Antoni de Montserrat nasceu em Vic (Osona) e ingressou na Companhia em 1558. Da Catalunha passa a Portugal, onde é ordenado sacerdote em 1561. Era prefeito de estudos em Lisboa à data da grande peste de 1569, tendo embarcado para a Índia em 1574. Escolhido para a primeira Missão ao Mogol em 1580, foi capturado pelos turcos perto de Dafar em 1589 quando rumava de Goa para um novo posto na Abissínia disfarçado de mercador arménio e acompanhado pelo Pe. Pêro Paes (Pedro Pais). Junto com o seu confrade português, será forçado ao cativo no Iémen e a servir como escravo nas galés turcas. Em 1595 é finalmente resgatado para a liberdade por intermédio de uns comerciantes hindus de Goa. Devolvido a Diu, colocam-no pouco depois em Salcete, onde morre a 5 de Março de 1600.

Ver Maclagan, ed. 1946, pp. 177-178; Alden, 1996, pp. 154-155; Josep Luís Alay, “Introducció”, in Antoni de Montserrat, *Ambaixador a la cort del Gran Mogol – Viatges d'un jesuïta català del segle XVI a l'Índia, Paskistan, Afganistan i Himàlaia*, traducció, edició i introducció J. L. Alay, col·lecció Guimet — 59, Lleida, Pagès Editors, 2002, pp. 10-22.

<sup>134</sup> Brazão, ed. 1989, p. 35.

<sup>135</sup> Ver Antoni de Montserrat, *Mongolicae Legationis Commentarius – Ambaixada davant el Gran Mogol*, ed. 2002, pp. 150-153 e 262-263. Além da *Relaçam do Equebar, rei dos mogores* (ms. Goa, 26 de Novembro de 1582) e daquele que é considerado o primeiro mapa do Himalaia (1590), Antoni de Montserrat notabilizou-se por este *Mongolicae Legationis Commentarius*, que constitui um detalhado relatório sobre a Missão de 1580-1582 (ms. 1590, com prefácio de 1591 e aditamentos posteriores). Ver Maclagan, ed. 1946, pp. 178-185; Alay, 2002, pp. 31-34 e 39-46.

<sup>136</sup> Maclagan, ed. 1946, pp. 404-405; Didier, ed. 2000, pp. 32-35.

forçar mais ou menos consciente das respectivas semelhanças: por exemplo, entre os *trapa* e os sacerdotes cristãos, entre a tríade Buda-*Dharma-Sangha* e a trindade cristã, entre o nascimento de Avalokiteshvara e o de Jesus, entre a deusa *Tara* e a mãe de Cristo ou entre as representações sacras dos budistas e os anjos e santos do catolicismo<sup>137</sup>. Entretanto, Matteo Ricci não esperara por atingir Pequim para comunicar a Roma que o Cataio da lenda e a China que percorria lhe pareciam ser uma e a mesma coisa. Apanhado na dúvida, o Pe. Nicolau Pimenta, visitador da Companhia em Goa, escreve em simultâneo ao geral, ao Papa e ao rei. A Claudio Acquaviva e a Clemente VIII pede-lhes apoio e ordem para a nova Cruzada portuguesa que deveria atingir o Cataio pela via da Índia. A Filipe III pede-lhe que a aprove.

Vários interesses nos surgem aqui entrelaçados: confirmar a existência dessa cristandade que teimava em não figurar nos mapas e, em caso positivo, resgatá-la para a órbita da Igreja romana; descobrir uma rota terrestre para a China que substituísse a longa e perigosa rota marítima; e não permitir que os ingleses e os holandeses se antecipassem no contacto directo com aquela *finis terrae orientalis* — se os primeiros o tentavam desde os tempos de Giovanni Caboto, os últimos tinham acabado de enviar três expedições para descobrir os caminhos do Norte para a Índia e para a China (1594, 1595 e 1596)<sup>138</sup>.

Tal como o Pontífice, Filipe III adere à partida em 1601 e instrui o vice-rei Aires de Saldanha no sentido de a favorecer. Por seu turno, este empenha-se por ela junto do arcebispo de Goa, D. Fr. Aleixo de Meneses. Não menos fundamental foi o apoio concedido por Aquebar, que não só se prestou a assinar cartas de recomendação e salvo-condutos, como se redimiou da fama de avaro que o perseguia libertando quatrocentas peças de ouro para custear a aventura<sup>139</sup>. Faltava designar quem a levasse a cabo, escolha que sabemos ter recaído sobre Bento de Góis. Este partira da sua S. Miguel natal para a Índia em 1582 incorporado no exército. Em 1584 ingressara no noviciado

---

<sup>137</sup> A reacção chinesa anti-cristianismo que acontece pouco depois de 1600 não se cansará de glosar a acusação de que a doutrina pregada pelos missionários jesuítas mais não era do que uma grosseira deformação do budismo. Nesse momento de aflição, de nada servirá o engenhoso contra-argumento de Matteo Ricci segundo o qual o próprio budismo era uma deformação do cristianismo tal como este fora pregado na Índia por S. Bartolomeu e por S. Tomé, sendo as Três Jóias (*Triratna*: Buda (o mestre), *Dharma* (a Lei) e *Sangha* (a Comunidade)) uma adulteração ímpia da trindade cristã. E tanto quanto isso de nada serve, também pouco ou nenhum efeito têm as probabilidades, que também visualisa, do budismo não ter sido alheio a antigas influências de origem grega: a sua teoria dos quatro elementos (os *Mahābhūtāni* da filosofia indiana) comportaria alusões a Empédocles; a tese da multiplicidade dos mundos faria eco de Demócrito; e a transmigração reflectiria Pitágoras. Ver Wessels, 1924, pp. 11-12; Maclagan, ed. 1946, p. 417; Gernet, 1994, pp. 225-226; Perez, 1992, pp. 79-80.

<sup>138</sup> Ver, *inter alia*, Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 1, 1997, pp. 161-162.

<sup>139</sup> Wessels, 1924, p. 12; Brazão, ed. 1989, pp. 36-37.

de Goa da Companhia de Jesus, mas afastara-se pouco depois, muito provavelmente porque a sua juventude conviveria mal com a disciplina dos inacianos. Viajara de seguida até Ormuz e à Persia, onde se fizera caravaneiro e integrara várias expedições à Arábia e a Ceilão. O alistamento definitivo na Ordem, na qualidade de coadjutor temporal do Colégio de Goa, só se dará em 1588. Enviado à Missão do Mogol em 1595, aí aprofunda o estudo das línguas orientais e torna-se conselheiro do imperador, chegando a ser enviado a Goa como seu embaixador (1601)<sup>140</sup>.

Largando de Agra a 29 de Outubro de 1602 disfarçado de mercador arménio, Góis *alias* Abdullah Isai ou Banda Abdullah — o “servo de Deus” — atingirá Suzhou (Jiayuguan), no extremo Oeste da China, em finais de 1605. O itinerário revela-se-lhe não só de uma desumanidade absoluta, como fatal: depois de Lahore, atravessa o Indo frente à cidade de Attoc, transpõe as montanhas do Afeganistão, toca Cabul, segue até ao Pamir pelas fraldas do Hindukush, pela província de Galcias, por Talikhan, por Teskan (reino de Samarcanda) e por Carchunar, atinge Yarcand (o trilho de Polo), no Turquestão Oriental (reino de Casgar), contorna o deserto de Takali pela sua orla setentrional e corta o de Gobi ao Sul de Hami e em direcção a Sudeste antes de passar a Grande Muralha<sup>141</sup>. Naturalmente, Luis de Guzmán não pode adivinhar que a ideia geográfica e religiosa que fará correr e morrer o irmão português é uma miragem, algo que até Matteo Ricci só pôde confirmar nessa altura. Sobraria a hipótese do Tibete, cuja suposta cristandade Góis não inquiriu para não se desviar do caminho para o Cataio, mas esse é outro tema<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> Wessels, 1924, pp. 7-8; Brazão, ed. 1989, 41-43; Albuquerque, 1987, pp. 186-188. Cf. Augusto Ribeiro, “Bento de Goes”, in *No Centenário de Bento de Goes (1607-1907) – Homenagem da Sociedade de Geographia de Lisboa, 11 de abril de 1907*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1907, p. 11, notas 15 e 16.

<sup>141</sup> Ver Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro V, cap. XII — “Del viaggio del Fratello Benedetto di Góis della nostra Compagnia che fece per terra dall'India verso Ponente mandato da'suoi superiori per scoprire il Gran Cataio sino alla città regia del Regno di Cascâr”, ed. 1949, vol. 2, pp. 391-411; idem, *ibidem*, libro V, cap. XIII — “Il resto del viaggio del Fratello Benedetto di Góis della nostra Compagnia di Cascâr sino al Cataio che ritrovò esser l'istesso che la Cina”, ed. 1949, vol. 2, pp. 413-429; idem, *ibidem*, libro V, cap. XIV — “Della morte del Fratello Benedetto di Góis e come fu liberato dalle mani de'saraceni Isac Armenio dal Fratello Giovanni Fernandes che era stato mandato a Socceo di Pacchino”, ed. 1949, vol. 2, pp. 430-445; Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, Parte I, liv. IV, cap. VI — “Parte da India o Irmão Bento de Goez em descobrimento do Gram catayo”, ed. 2001, pp. 213-216; idem, *ibidem*, Parte I, liv. IV, cap. VII — “Continuando o Irmão Goez seu caminho em busca do Cathayo, se achou às portas da China”, ed. 2001, pp. 217-221; idem, *ibidem*, Parte I, liv. IV, cap. VIII — “Morte do Irmão Bento de Goez dentro da China, assistindo-lhe o Estudante que de Pè Kim foi a recebe-lo”, ed. 2001, pp. 223-227.

<sup>142</sup> Ver, *inter alia*, A. Ribeiro, 1907, pp. 10-15; Ernesto de Vasconcelos, “Bento de Goes, explorador da Asia – O seu itinerario”, in *No Centenário de Bento de Goes*, 1907, pp. 19-23; Edward Heawood, *A History of Geographical Discovery in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Cambridge Geographical Series, Cambridge, Cambridge University Press, 1912, pp. 129-131; Henry Yule, *Cathay*

## *Ziguezagueando entre livros*

Ao localizar a China do ponto de vista geográfico no capítulo I do livro IV desta sua *Historia*, o Pe. Guzmán esquece qualquer referência ao termo surgido pela primeira vez na *Historia Mongolorum* de Fr. Giovanni da Pian del Carpine sob a forma “Kithai”. Com o nosso jesuíta, o reino da China volta a estar situado na última terra-firme conhecida da Ásia, entre o Mar Oceano, a Índia Transgangética, a Conchinchina e “los Scytas, y Magestas, que otros llamã Tartaros”<sup>143</sup> — sem grandes diferenças, a esquadria rotineira que se lê a abrir o livro VI da *História Índica* de Giovanni Maffei.

Trata-se do único trecho dos oito capítulos consagrados ao desfiar das “buenas cosas” e dos “inconuientes que se conocen de los Chinos” que não provém da *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano nem da *Historia de China* de Juan González de Mendoza. Basta este reparo para atestar como falham aqui quaisquer novidades. Nesse sentido, o único interesse que resta é o de reconhecer aquilo que Luis de Guzmán preferiu copiar de um a copiar do outro. O mais é lisura: salvo um par de detalhes que quase passa despercebido, Mendonza ou Valignano constituem perfeitos correspondentes *ante litteram* daquilo que Guzmán tem para dizer.

Veja-se a sequência que, como era obrigatório, evolui do físico para o humano e o político, terminando nas conjecturas sobre “la disposicion que ay para predicarse el Sancto Euangelio”. Para o capítulo de enquadramento, tomou-se da *Historia* de Mendoza a descrição e o comprimento estimado da Grande Muralha (“mas de quatrozientas leguas” aqui<sup>144</sup>, contra as 400 léguas naturais + 100 léguas construídas daí), quase toda a nomenclatura provincial e toda a contabilidade de cidades e vilas principais. Em contrapartida, da *Historia* de Valignano veio a estimativa do comprimento e largura máxima do reino (talvez a opção de Mendoza, com as suas 3000 x 1800 léguas, lhe parecesse demasiado inverosímil), as crónicas da antiga Expansão e da subsequente retirada para dentro dos limites históricos, a lista das disposições que

---

*and the Way Thither. Being a Collection of Medieval Notices of China, translated and edited by Colonel Sir Henry Yule, with a preliminary essay on the intercourse between China and the Western Nations previous to the discovery of the Cape Route*, new edition, revised throughout in the light of recent discoveries by Henri Cordier, vol. 4, Londres, Hakluyt Society, 1916, pp. 167-254; Wessels, 1924, pp. 14-42; Ross & Power (eds.), *Jahangir and the Jesuits*, 1930, pp. 126-182; Maclagan, ed. 1946, pp. 407-408; Brazão, ed. 1989, pp. 45-55; Horácio Peixoto de Araújo, “A viagem de Bento de Góis em busca do Cataio, na *Asia Extrema* de António de Gouvea”, in Falcão, Nascimento & Leal (org.), *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito*, 1997, pp. 21-26; Araújo, 1999, pp. 373-377.

<sup>143</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. I, Alcalá, 1601, cit. p. 311.

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. I, Alcalá, 1601, cit. p. 311.

refreavam a entrada de estrangeiros e a saída de naturais, além do alinhamento das ideias genéricas sobre o denso povoamento, o cultivo intensivo, a grande riqueza e a generosa fertilidade daquele espaço<sup>145</sup>.

Para precisar estas últimas quatro ideias, continuou a tomar-se quase tudo do escrito de Valignano: os enxames de gente que cruzavam as ruas das cidades ou viviam embarcados, os cálculos dos milhões de habitantes recenseados no país, a imagem gargantuesca dos chins, o rol das produções animais e vegetais, a barateza do pescado, os lucros conseguidos com o minério ou o fabrico da porcelana, as condições da navegabilidade interior e a aprazibilidade climática. Aqui, Mendoza concede apenas os tópicos sobre a produção de açúcar, mel e cera e sobre a fauna que pululava nos bosques privados dos mandarins, isto se não contarmos com os reparos à qualidade da seda chinesa: o agostinho considerara-a muito superior às de Granada<sup>146</sup>, algo que Luis de Guzmán contradiz implicitamente ao não admitir que seja “tan fina como la de por aca”<sup>147</sup>. Como acabámos de dizer, trata-se da primeira de duas oportunidades em que o Pe. Guzmán contraria as fontes básicas que manuseia — e que nunca cita — neste núcleo informativo.

Para o capítulo que louva o edificado e o urbanismo da China invertem-se os termos de referência, já que o principal elo de contacto é agora a *Historia* de Juan de Mendoza e não a de Valignano. Assim, temos do texto de 1585-1586 o retrato convencional da urbe à beira-rio, de ruas em quadrícula perfeita adornadas com arcos triunfais, transbordando de mercadores, protegida com cavas abertas a distâncias suficientes para que transitasse de permeio determinado número de cavaleiros e cercada de muros com largura suficiente para apoiarem a passagem de dado número de homens, muros esses que eram conservados com o mesmo esmero com que se conservavam os caminhos e as entradas das cidades e vilas. Temos também daí os perfis das habitações comuns, das casas que os vice-reis ocupavam nas sedes de província e dos palácios reais de Pequim, designadamente daquele que era suposto exhibir 79 salas, quatro delas mais maravilhosas, primorosas e ricas que qualquer das demais.

No caso, Guzmán começa por uma hesitação retórica, quase “à Lucena”, mas depois de considerar o logronhês a mais fidedigna das pessoas cede por inteiro à

---

<sup>145</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. I, Alcalá, 1601, pp. 311-313.

<sup>146</sup> Fr. Juan González de Mendoza, *Historia de China*, Parte I, libro I, cap. III, Madrid, 1587, fls. 5v.-6r.

<sup>147</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. II — “Quan poblada, fertil, y fresca sea la tierra, y el Reyno de la China”, Alcalá, 1601, cit. p. 313. Ver idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. II, Alcalá, 1601, pp. 313-314.

respectiva minuta. O epíteto é extensivo a Valignano, a quem se descobre que foi buscar a medida aproximativa do perímetro da capital e as ideias das três muralhas que circundavam o principal palácio do soberano, dos seus 15 palácios secundários e a das suas zonas de recreação ao ar livre. Pelo meio, Mendoza surge desmentido pela segunda e última vez a propósito de um pormenor de somenos: afinal, a largura das artérias urbanas não permitiria a passagem simultânea de quinze homens a cavalo, mas apenas de dez ou doze<sup>148</sup> ...

Para o curto capítulo reservado à ilustração das riquezas do imperador, a fonte nuclear torna a ser a *Historia de la China* de Mendoza. Pertencem-lhe na íntegra os montantes da tributação anual de cada vassalo do reino, a discriminação do tipo de impostos cobrados e os valores colectados nas mais diversas espécies, do ouro e da prata às pérolas, do almíscar e das porcelanas às sedas<sup>149</sup>. Do autor da *Historia del principio y progreso*, julgado desta vez como um “de los *que* hablan en esta materia, con mas limitacion y moderacion”, vem somente o total arrecadado cada ano pelo tesouro público na província de Cantão<sup>150</sup>.

Os três capítulos seguintes, pensados para ilustrar o bom e o mau do governo chinês à boa maneira de Alessandro Valignano, inspiram-se por completo nos parágrafos que o visitador concluíra dezoito anos antes desta obra ser impressa. Na selecção que realizou, Luis de Guzmán começa por enaltecer a estrutura do funcionalismo provincial, a prevalência dos mandarins letrados sobre os mandarins soldados, o facto de ser o mérito e a assistência a exames a sustentar a promoção e o prestígio dos primeiros, o limite de três anos estipulado para o exercício dos cargos que desempenhavam, a capacidade que lhes assiste de executar toda a justiça excepto a que implica a aplicação da pena de morte, os recursos postos à sua disposição pelo imperador e a solenidade das suas aparições públicas<sup>151</sup>. Depois, retoma uma por uma as cinco condições e qualidades aduzidas a propósito por Valignano, das que se associavam à proibição de porte de armas às que se prendiam com o ensino ministrado “en las muchas Vniuersidades”, com a divulgação da imprensa ou com a aprendizagem

---

<sup>148</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. III — “De los edificios de la China, y la policia que tiene en todas las ciudades acerca desto”, Alcalá, 1601, pp. 314-316.

<sup>149</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. IV — “De la grãde riqueza que tiene el rey de la China”, Alcalá, 1601, pp. 316-317.

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. IV, Alcalá, 1601, cit. p. 316.

<sup>151</sup> G Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. V — “Del gouierno que tiene en sus Prouincias el Rey de la China”, Alcalá, 1601, pp. 317-319.

da filosofia natural e moral, da astrologia, das matemáticas e do direito civil<sup>152</sup>. O ponto é rematado com um arranjo, novamente muito pouco livre, das cinco “desordenes” que tinham dado o capítulo XXVIII da primeira parte da *Historia* do Pe. Alessandro<sup>153</sup>.

Valignano e Mendoza tornam a partilhar uma responsabilidade involuntária pelo derradeiro capítulo desta introdução geo-antropológica ao Reino da China forjada pelo Pe. Luis de Guzmán na viragem do século. Os temas são aí dois, o dos traços distintivos (recorrentes) da cultura e do parecer dos chineses, por um lado, e o das suas práticas religiosas, por outro.

Para os trajos e penteados, o recolhimento não menos que monástico das mulheres, o costume de se lhes atrofiar os pés e o paralelismo entre a “condição natural sanguinea y colerica” dos chins e a dos europeus<sup>154</sup>, a leitura e os vários comentários abonatórios tecidos a respeito vêm da *Historia del principio*<sup>155</sup>. “En lo que toca a su religion”, para que digamos como ele, os contributos emprestados por aqueles dois antecedentes equivalem-se. Em González de Mendoza pôde Guzmán descobrir, desde logo, as provas que apresenta para atestar as pregações pretéritas de S. Tomé pela China: a da figura de homem tricéfala, a das pinturas com as insígnias dos apóstolos e a da imagem de mulher com um menino nos braços. Após subscrever esta teoria com mais veemência ainda que o Pe. João de Lucena, continua a copiar Mendoza nas observações sobre o culto dos demónios e duas das deidades budistas noticiadas e mal apreendidas por Martín de Rada, “Quanina” (Guan Yin, a *Bodhisattva* deusa da misericórdia) e “Neoma” (Tian Hau ou Má-Tsu, a deusa dos barqueiros e Rainha do Céu)<sup>156</sup>. Valignano, ao invés, é-lhe útil para considerar a doutrina dos livros de Xaca, a nenhuma consideração que todas essas “fabulas y mentiras” mereciam da parte dos mandarins, a irrisória autoridade dos “bonços”, a pouca estima em que até o povo tinha “sus Idolos” e o princípio estratégico fundamental que privilegiava a conversão do imperador<sup>157</sup>.

---

<sup>152</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. VI — “De algunas cosas particulares que tiene este gouierno de la China”, Alcalá, 1601, pp. 319-321.

<sup>153</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. VII — “De algunos inconuinentes que se siguen deste gouirno, y los vicios que tiene esta gente”, Alcalá, 1601, pp. 321-323.

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. VIII — “Del habito, y religion de los Chinas”, Alcalá, 1601, cit. p. 323.

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. VIII, Alcalá, 1601, pp. 323-324.

<sup>156</sup> Idem, *ibidem*, Parte I, libro IV, cap. VIII, Alcalá, 1601, p. 324. Ver Edward T. C. Werner, *Ancient Tales and Folklore of China*, Londres, Senate, 1995, pp. 144 e 165 (1.ª ed. como *Myths & Legends of China*, George Harrap & Co., 1922); Boxer, 1953b, p. 305, n. 4; Porter, 1990, pp. 51-59. Cf. Boxer 1953b, p. 305, n. 5.

<sup>157</sup> Pe. Luis de Guzmán, *Historia de las Misiones*, Parte I, libro IV, cap. VIII, Alcalá, 1601, pp. 324-325.



## CAPÍTULO 18

### **Pequim e o Preste nas *Relações anuais* do Pe. Fernão Guerreiro, 1603-1611**

#### **1. O herdeiro de Guzmán**

Os cinco volumes-súmula de correspondência missionária oferecidos às oficinas tipográficas de Évora e Lisboa pelo Pe. Fernão Guerreiro S.J. entre 1603 e 1611 representaram o primeiro aditamento importante à *Historia de las Misiones* de Luis de Guzmán<sup>1</sup>. Em termos estritamente formais, é um facto que as *Cartas de Iapão* de 1598 nos surgem como o antecedente mais imediato desta nova série de títulos. No entanto, três motivos básicos validam aquele juízo. Desde logo, o esforço de actualização que resultou num noticiário referente ao anos de 1599 a 1608, um intervalo que começa perto de onde Guzmán suspendera o seu registo. Depois, o critério seguido no tratamento da matéria-prima epistolar: o padre Guerreiro não apenas substituiu a sequência cronológica por um arranjo de tipo regional, como desvaloriza a reprodução pura e simples dos originais que compilara em benefício de um aturado trabalho de reescrita, de síntese e de uniformização estilística. Por último, há que notar que, mais do que uma história da Missão nipónica ou, sequer, das Missões da Índia Oriental, se trata de uma história integral das Missões jesuítas da Província de Portugal: do Japão, da China, da Província do Norte (Goa, Salsete, Mogol, “Cataio”, Diu), da Província do Sul (Maluco, Bisnaga, Pescaria, Maduré, Malabar), da Etiópia a Alta, de Cabo Verde, da Guiné, da Serra Leoa, de Angola, de Monomotapa e do Brasil<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Refs. *supra*, Parte II, cap. 8, notas 93-97.

<sup>2</sup> Ver Artur Viegas, “Prefácio”, in Pe. Fernão Guerreiro, S.J., *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões do Japão, China, Cataio, Tidore, Ternate, Amboónio, Malaca, Pegu, Bengala, Bisnaga, Maduré, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travacor, Malabar, Goa, Salcete, Lahor, Diu, Etiópia a alta ou Preste João, Monomotapa, Angola, Guiné, serra Leoa, Cabo Verde e Brasil. Nos Anos de 1600 a 1609. E do processo de conversão e cristandade daquelas partes: tirada das cartas que os missionários de lá escreveram. Pelo Padre Fernão Guerreiro da Companhia de Jesus, natural de Almodovar de Portugal*, vol. 1, 1600-1603, nova edição dirigida e prefaciada por A. Viegas, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. XXXIV-XXXVII.

As diversas traduções integrais e parciais para espanhol e alemão que vários destes volumes conheceram ao longo dos primeiros três lustros do século XVII ajudaram a afirmar a obra em causa como uma das principais do *corpus* histórico-missional que tratamos<sup>3</sup>. Em plano paralelo, a partir do momento em que Fernão Guerreiro conseguiu desviar o Pe. Pierre du Jarric do projecto de verter para francês a *Historia* de Luis de Guzmán e o fez enveredar pela redacção de um escrito inédito sobre a aventura missionária nos diferentes territórios sob influência lusitana, assegurou para os seus livros uma repercussão internacional ainda mais ampla do que aquela que era e continuaria a ser garantida por essas traduções explícitas publicadas em Valhadolid, Madrid, Dillingen e Augsburgo<sup>4</sup>. Consciente disso mesmo, no antelóquio ao leitor que abre o terceiro volume o Pe. Guerreiro congratula-se já com a receptividade que os volumes de 1603 e 1605 iam encontrando em Castela, França, Itália, Alemanha, e até entre “os proprios hereges”<sup>5</sup>.

No início de Setecentos, o biógrafo António Franco dizia que Fernão Guerreiro tomara à sua conta fazer os compêndios das cartas que os “nossos Padres” mandavam das Missões em que trabalhavam, movido pelo desejo de ver autorizada a Companhia<sup>6</sup>. Trata-se, como é evidente, de uma figura de estilo porquanto a tarefa que este executa se encontra enquadrada pelo plano editorial e propagandístico dos superiores da Ordem em Portugal, algo que a cadência perfeitamente regular das publicações e a permanente sujeição dos dados sobre as “qualidades das terras, gentes, & pessoas” às notícias sobre os avanços da Cristandade só confirmam<sup>7</sup>. Os vínculos que de há longa data o prendiam à instituição que queria ver promovida actuam em igual sentido.

Nascido em 1550 em Almodôvar (Ourique), Guerreiro ingressara no Colégio jesuíta de Évora em 1567. Concluídos os estudos e feitos os votos, pregara e dirigira os colégios de Bragança e do Funchal. Nesta última qualidade, fora-lhe confiada a visitação dos colégios das Ilhas. Durante cerca de dez anos compilou e trabalhou as *letras missivas* que deram a sua monumental colectânea. Responsável durante algum tempo pela Casa de provação do Monte Olivete, nos arredores de Lisboa, faleceria na

---

<sup>3</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8, n. 98.

<sup>4</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-12; *infra*, cap. 19-3.

<sup>5</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, “Ao lector”, Lisboa, 1607, s.p. [p. 1].

<sup>6</sup> Pe. António Franco S.J., *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio do Espirito Santo da Cidade de Évora*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1714, p. 861.

<sup>7</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus*, “Ao Leitor”, Évora, 1603, cit. p. 3. Ver Curto, 1998c, pp. 470-471.

Casa Professa do Colégio de S. Roque, em 1617, da qual na altura era vice-prepósito<sup>8</sup>. Um dos seus irmãos de sangue foi o também jesuíta Pe. Bartolomeu Guerreiro (1578-1642), autor de títulos como *Jornada dos vassallos da Coroa de Portugal para se recuperar a cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos, tomada pelos Holandeses* (Lisboa, 1625)<sup>9</sup>, *Sermão nas exéquias do ano, que se fizerão ao Ex.mo Príncipe D. Teodósio, segundo Duque de Bragança em Vila Viçosa* (Lisboa, 1632)<sup>10</sup> e *Gloriosa Coroa de esforçados religiosos da Companhia de Jesus, mortos pela Fé Católica na Conquista dos Reinos da Coroa de Portugal* (Lisboa, 1642)<sup>11</sup>.

Olhando o que se escreve em cada um destes cinco volumes sobre as “coisas da China”, constata-se de imediato que, em termos gerais, tal actualidade informativa específica nos surge aí bem mais rica e diversificada do que era norma nas referências do género. A abertura das quatro primeiras residências chinesas, a começar pela de Pequim, justificam em boa parte tal mudança. De qualquer modo, só num destes tomos se reserva um livro especial para a Missão da China (1607). De início associada às “coisas da Índia” (1603) ou às “coisas do Maluco” (1605), esta acaba subsidiária em relação às “coisas do Japão” (1609 e 1611), para todos os efeitos aquelas que continuavam a ser consideradas como a jóia de um conjunto no qual o espaço asiático domina sobre todos os demais. A propósito de pesos relativos, deve também ser notado que os sucessos missionários em Cabo Verde, na costa ocidental de África e no Brasil que tanto contribuem para a originalidade desta proposta editorial são agrupados dentro de um mesmo bloco, bloco sempre secundário, pelo que é deixado no final de cada um dos volumes em que aparece (1605, 1607, 1609 e 1611)<sup>12</sup>. Tudo sinais de que se teve de esperar um pouco mais até que o Império substituísse a sua centralidade índica e oriental pela atlântica.

---

<sup>8</sup> Pe. António Franco, *Imagem da Virtude em o Noviciado de Évora*, Lisboa, 1714, p. 861.

<sup>9</sup> Pe. Bartolomeu Guerreiro, S.J., *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal para se recuperar a Cidade do Salvador da Bahia de todos os Santos tomada pelos Olandezes a 8. de Mayo de 1614. e recuperada no I de mayo de 1625*, Lisboa, Mateus Pinheiro, 1625.

<sup>10</sup> Pe. Bartolomeu Guerreiro, S. J., *Sermão nas Exequias do anno, que se fizerão ao Ex.mo Principe D. Theodosio, segundo Duque de Bragança em Villa Viçosa na Igreja dos Religiosos de S. Paulo primeiro Ermitão onde o dito Senhor está depositado, em 29. de Novembro de 1632*, Lisboa, Matias Rodrigues, 1632.

<sup>11</sup> Pe. Bartolomeu Guerreiro, S.J., *Gloriosa Coroa de esforçados Religiosos da Companhia de Jesu mortos pela Feé Catholica nas Conquistas dos Reynos da Coroa de Portugal*, Lisboa, António Álvares, 1642.

<sup>12</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-3. Ver também: Curto, 1998c, pp. 524 e 526.

## 2. — Onde está o sino que tange por si?

Os materiais constantes dos capítulos chineses impressos pelo Pe. Guerreiro entre 1603 e 1611 podem ser distribuídos em três apartados genéricos. O principal tem de ser o que respeita ao acompanhamento das residências de Shaozhou, Nanchang, Nanquim e Pequim. Nele incluímos a crónica da segunda e derradeira viagem de Matteo Ricci à capital do Norte (Primavera-Inverno de 1600) e os breves retratos urbanos de Pequim e Nanquim interpolados na narrativa. O segundo núcleo temático mais extenso — mas não menos importante — concerne à insistência na tese de um Cataio cristão a partir das premissas acabadas de trazer ao conhecimento do público por Luis de Guzmán. Em terceiro lugar, temos os acontecimentos associados ao início da concorrência marítimo-mercantil holandesa e à primeira crise séria no relacionamento entre Macau e a China, fenómeno este que regressaria com intensidade redobrada durante a década de 1620<sup>13</sup>.

### *De Nederlanders in China*

É na *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs nas partes da India Oriental* de 1605 que se toma conhecimento de que a esquadra do almirante Jacob van Neck, na altura ainda posta ao serviço da Companhia Velha de Amesterdão, assomara à vista do empório português na China na manhã do dia 27 de Setembro de 1601. Com 700 homens a bordo, vinha de atacar o forte de Tidore e dirigia-se para Patane, quando um tufão a arrastara para diante daquela que os holandeses descrevem como uma cidade toda construída ao estilo espanhol<sup>14</sup>.

Sabendo dos antecedentes, com apenas perto de 600 vizinhos e sem “muros, nem fortaleza, nem presidio algũ de artelharia & soldadesca”, Macau em peso recolhe-se dentro da cerca mais alta e defensável do Colégio dos jesuítas<sup>15</sup>. Quando os holandeses mandam um esquife da nau-capitânea a terra, os portugueses não olham as bandeiras brancas postas na popa e capturam-no. Na manhã seguinte repete-se o ensaio de desembarque com um patacho, mas este é interceptado de imediato por quatro

---

<sup>13</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 5-3.

<sup>14</sup> Ver Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 2, *Da Carta de Privilégios ao primeiro Governador e Capitão-Geral*, 1586-1626, Macau, ICM, 1997, p. 77.

<sup>15</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, Livro Segundo das cousas do Reyno da China, & de Maluco dos annos de seiscentos & hum, & seiscentos & dous, cap. I — “Do Collegio de Macao na China”, Lisboa, 1605, cit. fl. 2r.

lorchas saídas do porto. Frustrado o contacto, Van Neck abandona à sua sorte os vinte homens acabados de capturar. Quanto às autoridades de Macau, estas não terão contemplações para com a esmagadora maioria deles, talvez desde logo por temerem que a presença de estrangeiros lhes acarretasse problemas com os mandarins de Cantão. Acusados de pirataria e julgados, 17 serão condenados à força e executados, pondo-se assim termo a um episódio que marca uma viragem decisiva na história da presença europeia na área. O Pe. Guerreiro, esse, alinha pelo prisma edificante que seria o das suas fontes: notando o gesto desesperado que levava os prisioneiros a converter-se ao catolicismo, escreve que os mesmos “confessaraõse sacramentalmente muitas vezes, & mostraraõ que morrião muy consolados, pedindo perdaõ a Deos, & aos circunstantes”<sup>16</sup>.

Não tendo chegado a tempo de entrar nessa *Relaçam*, seria no título de 1607 que se descreveria a captura pelo almirante Jacob van Heemskerck da primeira nau da China, em Fevereiro de 1603. Tratava-se da *Santa Catarina*, embarcação de 1500 toneladas que se dirigia para a Índia a abarrotar de cobre do Japão e de prata do México e do Peru, além de sedas e porcelanas chinesas de enorme valor quando foi surpreendida sem escolta no estreito de Singapura. A 30 de Julho desse ano, e no mesmo dia em que a nefasta notícia chegava a Macau por intermédio de um junco do Sião, duas naus e um patacho comandados por Cornelis van Veen entravam na rada da Cidade do Nome de Deus e tomavam o Navio do Trato, o qual se prepava para seguir para Nagasáqui carregado com as mercadorias e o capital que garantiam a subsistência dos comerciantes portugueses e dos missionários do Japão e da China<sup>17</sup>.

A importância destas presas pode aferir-se por dois episódios laterais. Por um lado, as porcelanas Ming da *Santa Catarina* dariam origem a um vocábulo que se imporia no tempo, Kraakporcelain (porcelana da carraca). Por outro, foi para contornar os escrúpulos jurídicos revelados pelos menonitas quando os mais de três milhões de *guilders* que aquela nau rendeu em Amesterdão fizeram considerar a hipótese dos holandeses abandonarem o comércio pelo curso que Huig van Groot concebeu o seu primeiro trabalho de Direito Internacional, o *De Jurae Proedae* (ms. 1604). Dessa vez,

---

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. I, Lisboa, 1605, cit. fl. 2v. Ver idem, *ibidem*, liv. II, cap. I, Lisboa, 1606, fls. 2r.-2v.; Boxer, ed. 1989a, pp. 56-57; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 2, 1997, pp. 77-78; Loureiro, 1997b, p. 136, n. 11.

<sup>17</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. I, Lisboa, 1607, fls. 66v.-68r. Ver Boxer, ed. 1989a, pp. 59-60; C. R. Boxer, “O 24 de Julho de 1622. Uma façanha dos portugueses”, in *Obra Completa de Charles Ralph Boxer*, vol. 1, *Estudos para a História de Macau. Séculos XVI a XVIII*, t. 1, Lisboa, Fundação Oriente, 1991, pp. 21-22 (1.ª ed. como “The 24th of June 1622. A Portuguese feat of arms”, in *Boletim da Agência Geral de Colónias*, Lisboa, 2 (15), Setembro de 1926, pp. 239-247; in *ibidem*, Lisboa, 2 (16), Outubro de 1926, pp. 264-270).

o parecer fora-lhe pedido pelos dezassete directores da Companhia Velha. Poucos anos depois chegaria a altura da Companhia Holandesa das Índias Orientais lhe encomendar e publicar o crucial *Mare liberum, sive de Jure quod Batavis competit ad Indiana commercia, dissertatio* (Leyden, 1609).

Com a generalização das ofensivas holandesas — e, em especial, com as tentativas de estabelecimento de comércio directo com a China que Wijtrant van Warwyck e Cornelis Matelieff de Jonge levam a Cantão em nome da VOC (Verões de 1604 e 1607, respectivamente), com a captura por Warwyck da *Santo António*, uma nau que fazia a torna-viagem da China (Patane, Março de 1605), e com o ensaio de assalto e conquista de Macau pela flotilha de Matelieff (Setembro de 1607)<sup>18</sup> —, dá-se início à construção da “cerca do collegio” da mesma Macau. Revelando-se mais hostis que nunca à presença estrangeira no enclave, as autoridades cantonenses não tardam a formalizar um conjunto de acusações que fazem tremer durante algum tempo as suas estruturas civis e religiosas, além da residência de Shaozhou. Fernão Guerreiro detalha na *Relaçam annal* de 1609 os onze pontos do libelo acusatório que portugueses e jesuítas viram ser-lhes dirigido na altura. Protótipo dos sucessivos memoriais e decretos imperiais que avaliarão o caso macaense nos anos seguintes, mistura acusações de espionagem a favor dos japoneses com denúncias sobre práticas de alquimia e de necromancia. No limite, chega a considerar a existência um conluio luso-nipónico-holandês para conquistar a China e fazer de Lazzaro Cattaneo o novo imperador<sup>19</sup>.

### ***Progressos em terra***

Enquanto nesta franja marítima o quotidiano do período de 1600 a 1603 acabou por ser marcado pela tentativa de reconhecimento de Van Neck, pelo assalto de Van Veen, por um incêndio que devorou a igreja e três partes do Colégio de S. Paulo e por uma típica sucessão de devastadoras intempéries tropicais<sup>20</sup>, do interior do continente

---

<sup>18</sup> Ver Boxer, ed. 1989a, p. 62; Boxer, ed. 1991, p. 22; Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, 1993, pp. 403-404 e 409-410; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 1, 1997, pp. 176-178; idem, *ibidem*, vol. 2, t. 2, 1997, pp. 77-80 e 103-114.

<sup>19</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os padres da Companhia de Iesvs*, Livro Primeiro da Provincia de Iapão, cap. XX — “De hum grande trabalho em que os Padres se viram, & cruel morte, que os Mandarias [*sic*] de Cantam deram a hum irmam da Companhia”, Lisboa, 1609, fls. 82v.-86v.

<sup>20</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. I, Lisboa, 1605, fls. 1r.-2r.

foram sendo remetidos vários maços de cartas com notícias mais animadoras. Assinada pelo Pe. Manuel Dias, reitor do Colégio de Macau<sup>21</sup>, a primeira delas dava conta da partida dos padres Matteo Ricci e Diego de Pantoja e do irmão Sebastião Fernandes para “o gram Paquim” (18 ou 19 de Maio de 1600)<sup>22</sup>. Esclarecer-se-á agora aquilo que Luis de Guzmán deixara impreciso, ou seja, que depois de semanas de impasse na capital, Ricci e os seus companheiros tinham sido forçados a regressar a Nanquim no início de 1599. Sem nunca perderem de vista o seu objectivo máximo, aqueles missionários decidiram então recorrer, uma vez mais, à generosidade dos macaenses por forma a compôr “hum presente de cousas curiosas nouas, & nunca vistas na China” destinado a “el-Rey”<sup>23</sup>. Lazzaro Cattaneo deslocara-se a Macau ainda durante esse ano para dar conta do sucedido e solicitar o apoio necessário ao projecto, regressando a Nanquim no começo do ano seguinte acompanhado pelo jovem espanhol Diego de Pantoja (1571-1618)<sup>24</sup>.

De um modo que não diverge demasiado do que consta da *Relación de la entrada* do próprio Diego de Pantoja, o Pe. Guerreiro alonga-se em pormenores sobre a jornada que Ricci, Pantoja e Fernandes realizaram entre as Cortes do Sul e do Norte entre Maio de 1600 e Janeiro de 1601. A nova oportunidade surgira-lhes por intermédio de um velho mandarim recém-convertido a cargo de quem estava o despacho das embarcações que cada ano subiam o Grande Canal com destino à Cidade Proibida. A visão do intenso trânsito fluvial e o roteiro de cada uma das paragens intermédias constituem pontos naturalmente privilegiados pela narrativa. À margem, destacam-se pormenores como o dos valores dos direitos cobrados às embarcações naquele segmento e o dos preços a que as mães, “constrangidas da pobreza”, vendiam as suas crianças ao

---

<sup>21</sup> Antes referido a propósito de uma carta ânua do Colégio de Macau (ver *supra*, Parte II, cap. 17, n. 45), o Pe. Manuel Dias *senior* era natural de Alpalhão, onde nasceu em 1559. Entrara na Companhia de Jesus em Évora no ano de 1576 e partira para o Oriente em 1585. Depois de ter sido superior das residências de Taná e Chaul, embarcou para Macau em 1593. Uma vez aí, passa a acompanhar Alessando Valignano, pelo que regressa à Índia na sua companhia no ano seguinte. Torna-se professo dos quatro votos em Goa, em 1595, cerca de dois anos antes de reaparecer em Macau, onde de imediato assume o cargo de reitor do Colégio (Agosto de 1597-Março de 1602). Viaja até Pequim em 1602, depois do que foi nomeado superior das três residências do Sul, fixando-se em Nanchang (1603-1611). Volta a ser reitor do Colégio de Macau entre 1611 e 1615. Feito visitador da Missão chinesa (1622), percorre todas as suas residências. Faleceu em Macau, em 1639, quando era desde há cerca de quatro anos visitador da China, Japão e Vietname. Teixeira, 1972, p. 149; Costa, 1999b, pp. 43-44.

<sup>22</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus*, Livro Primeiro das partes da India, cap. XXII — “Do Collegio de Macão, & residencias do Reyno da China”, Évora, 1603, p. 73.

<sup>23</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. II — “Da jornada que os nossos fizeram à Corte do gram Paquim da China”, Lisboa, 1605, cit. fl. 3r.

<sup>24</sup> Para a biografia sumária do Pe. Diego de Pantoja, ver *infra*, cap. 19-1.

primeiro que passava<sup>25</sup>. Contudo, o essencial está guardado para contar as arbitrariedades a que o grupo tinha estado sujeito por parte do poderoso administrador imperial de Tianjin, o eunuco Ma Tang. Outra vez vítimas da intriga que os acusava de transportar pedras preciosas e de serem capazes de fazer prata, os padres vêem a cobiça do chinês abater-se sobre os apetecíveis presentes destinados ao imperador, sofrem vexames sucessivos e são presos num templo.

Entre o mais, essas ofertas constavam de três pinturas a óleo (uma de Nossa Senhora e S. Lucas, outra da Virgem com o Menino Jesus e S. João Baptista e a terceira de Cristo), um par de relógios de rodas, um par de vidros triangulares, um *Theatrum mundi* de Ortelius, sete ou oito livros de matemática, um breviário dourado e um clavicórdio. No momento em que Ma Tang e os seus esbirros já se haviam apoderado um cálice de prata e de uma das mais vistosas cruces de relíquias que acharam entre as demais bagagens, descobrem no fundo dos baús três crucifixos. Se os jesuítas eram já julgados alquimistas, a visão daquele “homem crucificado, & cheo de sangue” torna-os agora nada menos que suspeitos de feitiçaria. Sem amigos que se arriscassem por eles, sem protocolo que lhes valesse e com o rio congelado pelo adiantado da estação a impedir-lhes a fuga, a oportunidade prestou-se à composição de um retrato da corporação dos eunucos que contraria a imagem de república platónica quase imaculada que vimos repetir-se vezes sem conta nos textos da Companhia. Dos “officiaes do mesmo Macon”, Guerreiro diz que são “as fezes de toda a China”. E da “chusma de belegins” que o acompanhava, garante que “mais parecião salteadores de caminhos, que ministros da justiça, nem de guerra”<sup>26</sup>.

Encontravam-se os padres nestes apuros há cinco meses quando, sem que os pormenores sejam exactamente claros, chega uma contra-ordem reclamando a sua comparência imediata em Pequim. Fernão Guerreiro — como, de resto, Nicolas Trigault ou Álvaro Semedo depois dele — descreve que “estãdo el-Rey cõ algũs de seu paço em recreação lêbrãdosse do relógio, pergũtou pello sino *que se tãgia per si*”<sup>27</sup>. Passe o arranjo poético, a verdade é que, tendo alguém mandado chamar os estrangeiros e

---

<sup>25</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. IV — “Como o Eunuco Macon começou a descobrir seu mao animo contra os padres, & o mao tratamento que lhes deu, & prisam em que os pos”, Lisboa, 1605, cit. fl. 9r. Ver idem, *ibidem*, liv. II, cap. II, Lisboa, 1605, fls. 3r.-4r.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. IV, Lisboa, 1605, fl. 6r.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. IV, Lisboa, 1605, cits. fls. 6v., 7r. e 8v. Ver idem, *ibidem*, liv. II, cap. III, Lisboa, 1605, fls. 4v.-5v.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. IV, Lisboa, 1605, fls. 6r.-9v.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. V — “Como os padres foram liures da prisam, leuados a Paquim, agasalhados na Corte, & offereceram seu presente a el-Rey, & quanto o mesmo Rey o estimou”, Lisboa, 1605, cit. fl. 10r.

forçado a devolução dos presentes confiscados, estes realizaram o troço que lhes faltava a expensas do erário imperial e toparam a cada légua com solícitos mandarins. Em Pequim alojam-nos no palácio de um eunuco da Corte, o qual intermediou a entrega das pinturas, dos relógios e do instrumento de tecla.

Recluso de si próprio, Wanli nunca receberá os jesuítas em audiência, mas fá-los retratar em tamanho natural e entusiasma-se com aqueles objectos que jamais vira. Como os relógios pedem com frequência concerto e o clavicórdio requer quem o saiba tocar, não faltarão pretextos para visitas ao interior da segunda muralha. Entretanto, porque a admissão daquele jogo de oferendas tinha sido tramitado pelos eunucos e não pelo mandarim competente do Tribunal dos Ritos, haverá ainda lugar a um quiproquó judicial. Pouco depois aconteceria um segundo momento de incerteza quando Ricci e os seus fossem utilizados como bola de arremesso numa disputa palaciana entre mandarins letrados e eunucos suscitada pela escolha do herdeiro do trono<sup>28</sup>. Porém, tudo se esclarece ou se sana sempre a contento das partes, jesuítas, mandarins e eunucos. Mais importante do que isso, o imperador empresta o seu consentimento tácito à fixação dos europeus na capital, um privilégio inédito tratando-se de estrangeiros. Não passaria muito até que o Pe. Ricci retomasse a sua rotina de erudito requisitado e pusesse a circular de mão em mão o seu *Catecismo*, o seu *Tratado da Amizade*, os seus mapas e os seus globos<sup>29</sup>. Só o “fruto com as almas” continuará a ser escasso, reflexo da influência hegemónica do budismo, do taoísmo e do confucionismo, percebida *grosso modo* por Fernão Guerreiro<sup>30</sup>, como da opção mais qualitativa que quantitativa de Ricci que lhe está ligada e que aquele também parece perceber<sup>31</sup>.

O cenário não é, nem continuará a ser, muito diferente nas três restantes residências do interior do Império. Em 1603 sabe-se que Lazzaro Cattaneo e João da Rocha acabam de converter em Nanquim dois mandarins e quatro filhos de um deles. Quanto a Niccolò Longobardo e a Francisco Martins, que também “por hora nam se

---

<sup>28</sup> Ver, *inter alia*, Braga, ed. 1998, p. 308, n. 5.

<sup>29</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. V, Lisboa, 1605, fls. 9v.-11r.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. VI — “Da gram cidade de Paquim, & do que aconteceo aos padres depois de estarem nella”, Lisboa, 1605, fls. 11v.-13r.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. VII — “Como os padres estam bem recebidos no Pachim, & começarão [a] bautisar algũs gentios”, Lisboa, 1605, fls. 13v.-15r.

<sup>30</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. II — “Da residencia, & casa de Peguim [sic], & do que nella se fez”, Lisboa, 1607, fls. 68v.-73r.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. III — “De algũas contradições, que se aleuantaram contra os Padres, & do sucesso que teueram”, Lisboa, 1607, fls. 74r.-77r.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. V — “Do que se fez na residencia & casa da cidade de Namcham”, Lisboa, 1607, fls. 81v.-82v.

<sup>31</sup> Ver Lacouture, 1991, pp. 280-288; Ross, 1994, pp. 137-140; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 2, 1997, pp. 96-101; Araújo, 2000, pp. 119-122; Vale, 2000, pp. 38-40.

dam tanta pressa a fazer Christãos, até segurarem a estada no reyno por via do proprio Rey”, teriam ainda assim concretizado mais de 100 conversões em Shaozhou<sup>32</sup>. Em Nanchang, onde apenas permanece João Soeiro, não há nessa altura quaisquer novas de trabalho apostólico a registar<sup>33</sup>. No título de 1605 anunciam-se 50 novos baptismos em Nanquim-cidade<sup>34</sup>, um “rebanho de Christo” com duzentas pessoas em Shaozhou<sup>35</sup> e “não mais que até 20. christãos” em Nanchang, local onde Soeiro ia finalmente ser ajudado por dois reforços, o Pe. Manuel Dias e o Ir. Sebastião Fernandes<sup>36</sup>. Presume-se que os números reais relativos aos cristãos chineses da época (excluindo os de Macau) tenham sido um pouco mais elevados — cerca de 400 em 1600, contra perto de 1000 em 1605<sup>37</sup> —, mas as dificuldades havidas com a sua progressão foram exactamente aquelas que o Pe. Guerreiro transmite aos seus leitores<sup>38</sup>.

Apesar das perdas implicadas pelas razias holandesas de 1603, a extraordinária capacidade de recuperação dos mercadores de Macau permitiu que Alessandro Valignano dotasse logo depois a Missão da China de recursos humanos e materiais de que esta nunca dispusera até aí. O visitador comungaria das esperanças de que o “granzinho de mostarda” que já teria nascido naquele grande campo viesse a dar “numa das maiores e mais formosas cristandades do mundo”<sup>39</sup>. Independentemente disso, o estado preocupante da Missão japonesa tornava urgente a busca de uma alternativa. Segundo Guerreiro, por volta de 1605-1606 trabalhariam na China dezasseis sacerdotes da Companhia, três padres e um irmão por residência<sup>40</sup>.

Com Michele Ruggieri, Matteo Ricci, Francesco de Petris ou Lazzaro Cattaneo, os italianos poderiam ter sido a maioria durante os primeiros anos, mas agora afirmava-

---

<sup>32</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus*, liv. I, cap. XXII, Évora, 1603, cit. p. 74.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXII, Évora, 1603, pp. 73-74.

<sup>34</sup> Idem, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os Padres da Companhia de Iesus*, liv. II, cap. IX — “De como nesta cidade começarão os padres [a] dar noticia do Euangelho, & do fruto que se começou a fazer”, Lisboa, 1605, fls. 16r.-18v.

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. XI — “Da residencia de Xauecho”, Lisboa, 1605, fls. 19v.-20v.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. X — “Da residencia de Nancham”, Lisboa, 1605, fls. 18v.-19r.

<sup>37</sup> Idem, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. I, Lisboa, 1607, fl. 66r. Cf. Dehergne, 1973, pp. 325-327; Araújo, 2000, p. 122, n. 128.

<sup>38</sup> Ver Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os Padres da Companhia de Iesus*, liv. II, cap. XII — “Do bem procedimento destes Christaães [sic], e dalgũas cousas, que nelles se vem de muita edificação”, Lisboa, 1605, fls. 20v.-24r.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. XII [bis] — “Da perseguição com que os Bonzos, & gentios aqui perseguem os cristãos, & [da] boa vontade com que os Mandarins os deffendem”, Lisboa, 1605, fls. 24v.-25v.; idem, *ibidem*, liv. II, cap. XIII — “Do fruto, que se fez em alguns lugares vizinhos desta cidade”, Lisboa, 1605, fls. 25v.-27v.

<sup>39</sup> Idem, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. I, Lisboa, 1607, cit. fl. 66r.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, livro II, cap. I, Lisboa, 1607, fl. 68r. Ver Boxer, ed. 1989a, pp. 60-61.

se um equilíbrio entre estes e os portugueses que retira sentido àquele juízo que tem para si que a Missão chinesa foi nesta altura sobretudo um *affaire* dos italianos<sup>41</sup>. Longobardo acolhe os padres Jerónimo Rodrigues e Bartolomeo Tedeschi em Shaozhou e começa por tentar negociar com os mandarins a transferência da residência do arrabalde para a cidade<sup>42</sup>. Uma carta particular de 1605 garante a existência de perto de 800 cristãos na área<sup>43</sup>, efectivo que as tensões suscitadas pela construção da muralha de Macau, em 1607, ajudaram a manter estável nos anos seguintes<sup>44</sup>. Entretanto, Soeiro acolhera Manuel Dias em Nanchang<sup>45</sup>. Apostando de início na conversão de “parentes del Rey”<sup>46</sup>, juntos acabam por apresentar para o título de 1611 um número máximo de “duzentas & tantas pessoas” baptizadas<sup>47</sup>. Em Nanquim, Rocha acolhe em duas levas muito próximas os padres Pedro Ribeiro, Alfonso Vagnoni e Feliciano da Silva<sup>48</sup>. Em

---

<sup>41</sup> Em 1617, dos oito missionários europeus que lograram permanecer no Império na sequência do primeiro processo de expulsão 4 eram italianos, 3 portugueses e 1 belga. Em 1636, quando a Missão contava já com 12 residências, encontramos 23 padres europeus assim repartidos: 11 portugueses, 9 italianos, 1 alemão, 1 francês e 1 belga. Considerando o conjunto do clero que serve na Vice-Província da China em 1645, passamos a ter 10 jesuítas portugueses contra 14 de outras nacionalidades europeias e 4 asiáticos. Ver *infra*, cap. 19-1. Ver também; Teixeira, 1972, pp. 135-175 e 204-219; Alden, 1996, pp. 275-276; Araújo, 2000, pp. 124-125, 142 e 160; Vale, 2000, p. 42. Cf. Gernet, 1994, p. 221, n. 3.

<sup>42</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. VI — “Das residencias de Xaucheo e Nanquim”, Lisboa, 1607, fl. 91r.

Natural de Montemor-o-Novo, o Pe. Jerónimo Rodrigues *junior*, nasceu c. 1575, ingressa na Companhia em 1592 e parte para o Oriente em 1596. Chega a Macau no ano seguinte, onde conclui os estudos e recebe a ordenação sacerdotal. Tendo seguido para o interior da China em 1605, deixa Shaozhou pela direcção da Casa de Noviços de Nanchang (1608) e regressará a Macau em 1609, forçado pela doença. Reitor do Colégio de Macau entre 1615 e 1618, torna-se professo dos quatro votos em 1616. Será ainda vice-reitor daquele Colégio entre Dezembro de 1624 e Julho de 1626. Morre em Macau em 1631. Quanto ao italiano Bartolomeo Tedeschi, sabêmo-lo nascido em Fivizzano (Massa-Carraca) em 1572 e entrado na Companhia em 1594. Depois de estudos preliminares em Coimbra, embarca para a Índia em 1600 e completa a sua formação em Macau (1601-1603). Residirá com Longobardo em Shaozhou, onde vem a falecer em 1609 depois de uma breve passagem por Nanquim (Outubro-Novembro 1608). Ver Teixeira, 1972, p. 150; Braga, ed. 1998, p. 295, n. 45; p. 377, n. 54; e p. 401, n. 17; Gramazio, 1997, p. 294; Costa, 1999b, p. 50.

<sup>43</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. I, cap. XVIII — “Das cousas da China”, Lisboa, 1609, fl. 74v.

<sup>44</sup> Idem, *Relaçam annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Iesvs*, Livro Terceiro das cousas do Iapam dos annos de seiscentos & seis, & seiscentos & sete, cap. XXII — “Das cousas da China, & do que se fez na residencia de Xaucheo, & Nancham”, Lisboa, 1611, fls. 215v.-216r.

<sup>45</sup> Idem, *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. V, Lisboa, 1607, fls. 84v.-90r.

<sup>46</sup> Idem, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. I, cap. XVIII, Lisboa, 1609, cit. fl. 74v.

<sup>47</sup> Idem, *Relaçam annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. III, cap. XXII, Lisboa, 1611, cit. fl. 216r.

<sup>48</sup> O Pe. Pedro Ribeiro entrou na Missão da China em 1604. Destinado a Nanquim, instalar-se-á depois na residência de Nanchang. Será responsável pela residência de Xangai, passa a Nanquim e, por fim, baixa a Hangzhou, onde falece em 1640 com mais de oitenta anos de idade.

Nascido no seio de uma família fidalga do Piemonte, Alfonso Vagnoli (1566-1640) estudara no Colégio jesuíta de Milão e partira para o Oriente em 1603. Chega a Macau em 1604 e entra na China no ano seguinte. Expulso do país em 1616, continua os seus estudos de chinês em Macau e acaba por retornar ao terreno em 1624, tendo sido missionário pioneiro na província de Shanxi. Publicará várias

1605 a perspectiva era também a de “fazer aqui cedo hũa numerosa Christandade”<sup>49</sup>, só que não houve nada que contrariasse as habituais resistências e pela última crónica de Fernão Guerreiro saber-se-á apenas de um número modesto de 76 baptizados. Para além disso, desta vez o texto nem sequer é omissivo quanto a um facto já referido: o de que muitos desses baptizados eram ministrados a crianças e a moribundos<sup>50</sup>.

Falta conferir Pequim, onde Ricci e Pantoja recebem o Pe. Gaspar Ferreira<sup>51</sup>. Auxiliados por coadjutores como Xu Bideng (António Leitão), um dos vários irmãos de etnia chinesa que desempenham um papel inestimável neste período de aprendizagem<sup>52</sup>, prosseguem na estratégia (forçada) de “irem segurando & arreigando mais as cousas de nossa santa Fe na opiniam dos grandes da corte” que entre o vulgo<sup>53</sup>. Na *Relaçam* de 1611 seguia-se com poucos novos cristãos na capital, salvando-se apenas as cerca de 150 almas ganhas por Ferreira e Pantoja nalguns lugares circunvizinhos<sup>54</sup>.

Decorre daqui que um dos aspectos que o Pe. Guerreiro não comunica é o de que o projecto missionário que ambiciona transformar o imperador numa espécie de novo Constantino se vai transformando, cada vez mais, numa miragem. Ao contrário do sonhado, boa parte dos mandarins e letrados de estatuto superior atraídos por Ricci, Rocha ou Cattaneo não se prestará jamais a servir de agente dos seus interesses proselitistas junto da Corte. Visceralmente leais, aspiram antes de tudo a um confucionismo depurado e bem fundado do ponto de vista doutrinal, capaz de operar a reforma de uma administração corrupta, de estancar aquilo que sentiam como uma

---

obras em chinês sobre temas tão diversos como doutrina cristã, ética, filosofia, economia política, etiqueta social ou história.

O Pe. Feliciano da Silva nascera em 1578, em Oliveira de Frades (diocese de Braga), e entrara na Companhia em 1593 e na China em 1605. Até 1608, residirá com Vagnoli numa igreja que este abriu em Nanquim. Com a morte de Ricci, acompanha durante algum tempo o seu sucessor Longobardo (1611). Regressa a Nanquim em 1612, onde morre em 1614. Ver Teixeira, 1972, pp. 150-152; Braga, ed. 1998, p. 300, n. 61; p. 301, n. 65; e p. 327, n. 56.

<sup>49</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. I, cap. XVIII, Lisboa, 1609, cit. fl. 75r.

<sup>50</sup> Idem, *Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. III, cap. XXV — “Do que se fez na corte, & cidade de Nanchim”, Lisboa, 1611, fls. 217r.-219r. Ver Pina, 1999b, pp. 75-94 e 139-148.

<sup>51</sup> O Pe. Gaspar Ferreira era natural de Fornos (diocese de Viseu) e ingressou na Missão em 1604. Passa pela província de Henan e funda uma igreja com residência na província de Jiangxi. Torna ao Guangdong, falecendo em Cantão em 1647, com 78 anos de idade. Entre outros textos, deixa publicadas em chinês duas obras de doutrina. Teixeira, 1972, p. 150.

<sup>52</sup> Depois de ter sido companheiro de Matteo Ricci, o macaense Xu Bideng (António Leitão: 1578-1611) seria destacado para a residência de Shaozhou, onde serviu como catequista. Pereceria durante uma travessia fluvial, ao dirigir-se daí para Macau. Teixeira, 1972, p. 207, n. 1; Braga, ed. 1998, p. 298, n. 50. Cf. Pina, 1999a, p. 38; Pina, 1999b, p. 174.

<sup>53</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. I, cap. XIX — “Do que [se] passou em Paquim”, Lisboa, 1609, cit. fl. 76r.

<sup>54</sup> Idem, *Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. III, cap. XXVI — “Do que se fez na cidade, & corte de Pachim”, Lisboa, 1611, fls. 219r.-221v.

decadência moral generalizada e de impôr uma certa ideia do “bem”. Os padres bem podiam abdicar das conversões em massa, racionalizar a sua acção e tentar seduzir pela ciência e pela técnica que o seu público predilecto os continuaria a escutar num registo diferente<sup>55</sup>.

### 3. Um Cataio fugaz

Até ao momento em que termina a *Relaçam annal* de 1605, são sobretudo de ordem geográfica os dois restantes problemas maiores colocados a Fernão Guerreiro, o dos perfis das duas principais cidades chinesas e o da posição do Cataio.

Quanto ao primeiro, é patente que nenhuma das cartas que recolhe lhe empresta o suficiente para compôr ou actualizar esse que era um friso quase obrigatório numa literatura tão unificada como a jesuíta. Sendo assim, e ainda que sem nunca o dizer, opta por copiar quase exclusivamente o que Guzmán copiara a propósito de Juan de Mendoza, de Alessandro Valignano e de Matteo Ricci. Descontando as passagens mais fantasiosas oferecidas por Mendoza, sabemos que o mesmo conteúdo deriva em boa parte de Galiote Pereira, Gaspar da Cruz e, talvez, de João de Barros.

O resultado é o que se adivinha: entre o mais, Pequim volta a ter a velha anedota sobre a extensão do seu circuito e setenta e nove salas de magnífica arquitectura<sup>56</sup>, enquanto Nanquim mantém os seus espessíssimos três muros de cantaria e a sua irrepreensível geometria<sup>57</sup>. A única originalidade vem a propósito desta antiga capital do Império. Desencantada nalguma outra fonte da Companhia mantida no anonimato e que evidencia um gosto comprometedor para pensar como Polo, traduz-se nas explicações de que Nanquim é quatro ou cinco vezes maior do que Lisboa, de que é toda retalhada de rios e de que terá como três mil pontes<sup>58</sup>. Em defesa deste inaciano que nos começos do século XVII se dedicou a ler e a retransmitir de modo fluído as mais recentes provas

---

<sup>55</sup> Ver Gernet, ed. 1991, pp. 45-58 e 91-101; Gernet, 1994, pp. 209-214 e 229-243; Willard J. Peterson, “Why Did They Become Christians? Yang T’ing-yün, Li Chih-tsao, and Hsü Kuang-ch’i”, in Ronan & Oh (eds.), *East Meets West*, 1988, pp. 130-147; Brockey, 2002, pp. 32-50. Cf. Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. IV — “Da deuoçam & bom procedimento dos Christaõs de Paquim”, Lisboa, 1607, fls. 77r.-81r.

<sup>56</sup> Idem, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. VI, Lisboa, 1605, fls. 11r.-11v.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. VIII — “Da residencia de Nanquim, grandeza & nobreza desta cidade”, Lisboa, 1605, fls. 15r.-16r.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. VIII, Lisboa, 1605, fl. 15v.

da actualidade da Missão chinesa, deve notar-se que pormenores de sumo interesse como o do urbanismo pequinês só conhecerão um registo competente nos cinco derradeiros capítulos de *As doze excellencias do Imperio da China* do padre Gabriel de Magalhães (ms. 1668), obra editada em versão francesa com o título *Nouvelle Relation de la Chine* (Paris, 1688)<sup>59</sup>.

Se bem que sem um dramatismo cronológico equiparável, sucede algo de semelhante com o segundo dos problema de índole geográfica nomeados. Transcrevendo parcialmente três cartas remetidas por Bento de Góis a alguns dos seus confrades entre 30 de Dezembro de 1602 (Lahore) e 4 de Março de 1603 (a “cento & dous coços” de Lahore), o padre Guerreiro começa por exhibir provas documentais desconhecidas de Luis de Guzmán a respeito das perspectivas abertas por aquela viagem<sup>60</sup>. No entanto, isso não poderia bastar para que soubesse nessa altura muito mais do que o seu confrade espanhol. Diz-nos ele que ainda não estava averiguado que reinos e províncias fossem essas do Cataio. Depois, serve-se de uma sempre insondável “relaçam, de pessoas & autores dinos de fè” para adiantar tratar-se do “império do verdadeyro preste Ioam do Oriente o qual antiguamente el Rey dom Ioam 2. deste Reyno, mandou descobrir por terra as partes da India, antes que os Portugueses là fossem por mar: & nam o Rey do Abexim, como até agora se cuydaa”<sup>61</sup>. Após reafirmar a ideia de uma maioria de cristãos entre várias minorias de infiéis, repete então a imagem livresca de um rei que cavalga com três cruces adiante.

Sempre de acordo com o Fernão Guerreiro de 1605, aquela cristandade remota fora semeada por alguns discípulos de S. Tomé, mas não pelo próprio, que nunca chegara a “Cambalu, oje dita, Cambaleb”<sup>62</sup>. No que, de longe, constitui o mais interessante dos seus palpites, acrescenta que os desvios à doutrina entretanto

---

<sup>59</sup> Ver Pe. Gabriel de Magalhães, S.J., *Nouvelle Relation de la Chine, Contenant la description des particularitez les plus considerables de ce grand Empire. Composée en l'année 1668. par le R. P. Gabriel de Magaillans, de la Compagnie de Jesus, Missionnaire Apostolique. Et traduit du Portugais en François par le Sr. B. [Abbé Bernou]*, cap. XVII — “Description de la Ville de Pe Kim, des murailles qui enferment le Palais de l'Empereur, & de la forme des principales maisons de la Chine”, Paris, chez Claude Barbin au Palais sur le second Perron de la Sainte Chapelle, 1688, pp. 275-296; idem, *ibidem*, cap. XVIII — “Des vingt Appartemens du Palais de l'Empereur”, Paris, 1688, pp. 297-323; idem, *ibidem*, cap. XIX — “Description de vingt Palais particuliers contenus dans l'enceinte interieure du Palais de l'Empereur”, Paris, 1688, pp. 324-337; idem, *ibidem*, cap. XX — “De plusieurs autres Palais & de quelques Temples situez entre les mesmes enceintes”, Paris, 1688, pp. 338-356; idem, *ibidem*, cap. XXI — “Des sept Temples de l'Empereur situez dans Pe Kim, & de la maniere dont ce Prince sort dans les fonctions publiques”, Paris, 1688, pp. 357-366. Ver também: *infra*, VI-1.

<sup>60</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. IX — “Da missam do Catayo”, Lisboa, 1605, fls. 62v.-64v.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. IX, Lisboa, 1605, cit. fl. 61v.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. IX, Lisboa, 1605, cit. fl. 61v.

sobrevindos entre esses irmãos de fé tinham sido sugestionados por “algũs Christaõs inficionados com a heresia de Nestorio”, os quais haviam penetrado nessas regiões na sequência de campanhas militares realizadas pelos imperadores do Cataio até às partes da Síria e da Terra Santa<sup>63</sup>. Dado que situa tal Império “na Tartaria, & pegado cõ os muros da China”, Guerreiro é capaz de relacionar isso com o que também diz que Matteo Ricci escutara em Pequim da boca de alguns mouros: que na “prouincia de Xensi a mais setentrional das quinze da China, em hum lugar de Xauquer, chamado Xuque” habitavam homens brancos de muita barba, construtores de igrejas com “campainhas”, adoradores de “Mariam”, de “Issa” e da Cruz e servidos por padres casados com uma só mulher que curavam todas as doenças sem mezinhas<sup>64</sup>. Relembre-se que serão apenas os sucessores de Ricci a desvendar os segredos do cristianismo nestoriano na sequência da descoberta em Xi’an, capital da província de Shaanxi, da famosa estela bilingue em siríaco e chinês datada de 781. Estaríamos em 1625, quinze anos transcorridos sobre a morte do Pe. Ricci e vinte sobre a saída desta segunda *Relaçam* do Pe. Guerreiro<sup>65</sup>.

A tão almejada busca de comunidades cristãs e o encontro com o mítico Preste são partidas adiadas no quarto volume da série, para o qual o jesuíta português consegue duas cartas que Bento de Góis expedira de Yarcand entre Fevereiro e Agosto de 1604. Em sede da Corte de Casgar, o missionário-aventureiro continua a crer “ser o Catayo nam o mesmo que a China, mas terra muyto vezinha & semelhante”. Sem nunca perder aquele jeito meio mercantil de olhar as coisas que se tornara característico das relações lusas, durante o ano que permanece naquela cidade contacta as caravanas que chegavam dos desertos e informa que se exportava do Cataio papel, pau de tinta, porcelanas e ruibarbo, enquanto “pello mar da outra banda” entrariam nele aljôfar, pimenta, canela e cravo. No país em si, haveria também muito gengibre e açúcar em pó. Quanto ao sonho religioso, este é reavivado à vista de uns papéis pintados onde os retratos de um homem com um barrete na mão face a um outro com as mãos cruzadas lhe sugerem a figura de um bispo. Agarrando-se a todos os indícios que pode, garante ainda que o desenho de umas porcelanas trazidas das mesmas paragens representa um frade franciscano com o seu cordão dependurado e a sua tonsura<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. IX, Lisboa, 1605, fls. 61v.-62r.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, cap. VI, Lisboa, 1605, cits. fl. 13r.

<sup>65</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6-1.

<sup>66</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. III, cap. IX — “Da missão do Catayo”, Lisboa, 1609, fls. 162r.-167v.

Enquanto preenche os fólhos consagrados à “missão do Catayo” com estas conjecturas, Fernão Guerreiro publica no tomo de 1609 que estamos a referir aquilo que, mais uma vez, poderia passar por uma contra-prova chinesa. Trata-se do relato que um judeu de Henan faz a Matteo Ricci em Pequim, no Verão de 1605, sobre a existência de comunidades de “Christãos Persas” tanto na sua província de origem, como “fora dos muros da China pera a parte do Norte”<sup>67</sup>. Com as suas igrejas já desmontadas e tão ou mais esquecidas dos seus ritos originais que os cristãos de Shaanxi pouco antes identificados pelos mouros, tais comunidades reconhecer-se-iam por fazerem o sinal da cruz diante dos alimentos e por seguirem a “lei de Xêsu que quer dizer letra de Deos, que na China se escreue, e significa por hũa Cruz muito formada”<sup>68</sup>. O Pe. Ricci pensa logo em confirmar a notícia dessas “reliquias do nome de Christo”, mas o projecto só seria concluído em 1608, quando um leigo jesuíta chinês se deslocou expressamente a Henan<sup>69</sup>. Como sucedera com as indagações em Shaanxi, este voltaria desconsolado com a falta de interesse que os descendentes dos nestorianos que encontrou dedicavam às suas origens estrangeiras, a última das heranças de que se vangloriar num Império que cultivava a xenofobia<sup>70</sup>.

Ao transpôr a Porta de Jade que dava acesso a Suzhou, ainda em 1605, Bento de Góis não só punha fim à sua “tão estranha & perigosa jornada”, como, sobretudo, se assegurava de ciência certa e primeiro do que ninguém de que “não ha no mundo outro Catayo, senão o Reino da China”<sup>71</sup>. Matteo Ricci não tarda a ser informado por correspondência (Março ou Abril de 1606), e manda ao seu encontro Zhong Mingli (João Fernandes), irmão mais novo de Zhong Mingren (11 de Dezembro de 1606)<sup>72</sup>. O chinês atingirá o seu destino em Março de 1607, poucos dias antes de Góis falecer. Ainda se comunica com o prostrado caminhante num português pontuado de latim. Depois enterra-o, recolhe o pouco que sobra dos seus mutilados diários e torna a Pequim com o único dos acompanhantes de toda aquela viagem, um cristão arménio de Lahore chamado Isaac. Será em grande parte na memória — e no persa — deste homem

---

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, liv. I, cap. XIX — “Do que passou em Paquim”, Lisboa, 1609, cits. fls. 69v. e 77r.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, liv. I, cap. XIX, Lisboa, 1609, cit. fl. 77r.

<sup>69</sup> Ver Idem, *ibidem*, liv. I, cap. XIX, Lisboa, 1609, fls. 76v.-78r.

<sup>70</sup> Ver Spence, ed. 1986, pp. 135-136.

<sup>71</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. I, cap. VIII — “Da missão, & descobrimento do Catayo, & do socesso, & fim que teue”, Lisboa, 1611, cit. fl. 24v.

<sup>72</sup> O Ir. Zhong Mingli (1581-?), cantoneze ou macaense, estudara no Colégio de Macau. Admitido na Companhia de Jesus em 1608, veio a ser preso e interrogado em Nanquim durante o “processo” de 1516-1517. Por motivos que se ignoram, foi expulso da Companhia entre 1621 e 1626. Braga, ed. 1998, p. 295, n. 42; Pina, 1999a, p. 38; Pina, 1999b, pp. 170-171.

que Ricci confiará para reconstruir o itinerário do jesuíta açoreano. Depois do ditado, Isaac seguiu para Macau, onde os padres o embarcam para a Índia<sup>73</sup>.

Através da derradeira *Relaçam* de Fernão Guerreiro, em 1611, o público leitor pôde tomar conhecimento de que os vários sonhos alimentados anos antes nas terras altas do imperador mogol e tinham esfumado com a entrada de Bento de Góis na China, depois de percorrer um caminho do qual não havia notícias factuais desde que Giovanni de' Marignolli o percorrerá para Benedito XII nos idos de 1342-1346<sup>74</sup>.

Desta vez, o Pe. Guerreiro resume a relação composta por Matteo Ricci (esboço preliminar na carta de Ricci ao padre geral de 8 de Março de 1608), a qual é adaptada e impressa por Nicolas Trigault no *De Christiana Expeditione apvd Sinas* de 1615<sup>75</sup>. Nos tomos II e III da *Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres país de la descouuerte des Portugais* (1610 e 1614), Pierre du Jarric serve-se de Guerreiro para divulgar os mesmos inquérito e esclarecimento<sup>76</sup>. A ilusão de Jerónimo Xavier e o feito do Ir. Góis oferecê-los-á também Samuel Purchas no volume III da *Pilgrimes* (1625) apoiado na assistência de Du Jarric e na dupla formada por Ricci e Trigault<sup>77</sup>. A versão original de Ricci apenas será dada em 1911, no primeiro tomo da colectânea das suas obras históricas, que esteve a cargo de Pietro Tacchi Venturi (caps. XII-XIV)<sup>78</sup>. Pelo meio, sobreviveria outra versão dos mesmos acontecimentos, a que o jesuíta António de Gouvea preparou em 1644 para a *Asia Extrema* (caps. VI a VIII do livro IV da Primeira Parte). Editada em 2001, baseia-se nos

---

<sup>73</sup> Ver, *inter alia*, A. Ribeiro, 1907, pp. 10-11 e 14.

<sup>74</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. I, cap. VIII, Lisboa, 1611, fls. 23r.-28r.

<sup>75</sup> Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Istoria de la China*, libro V, cap. XI — “Embiase desde la India a un nuestro ermano llamado Benito de Goes Portugueses a descobrir el Cataio”, Sevilha, 1621, fls. 270v.-274r; idem, *ibidem*, libro V, cap. XII — “Lo restante del camino hasta el Cataio, que es manifesto ser el Reino de la China”, Sevilha, 1621, fls. 274r.-278v.; idem, *ibidem*, libro V, cap. XIII — “Muerte de nuestro ermano Benito dentro en el Reino de la China. Despues de aver venido a recibirle uno de los nuestros embiado de Pequín”, Sevilha, 1621, fls. 278v.-282r.

<sup>76</sup> Pe. Pierre du Jarric, *Second Partie de l'Histoire des choses plvs memorables*, liv. IV, cap. XVI — “Comme le Pere Hierosme Xaur estant à la Cour du Grand Mogor, eust cognoissance du Royaume de Catay, & ce qu'il eu apprint”, Bordéus, 1610, pp. 494-498; idem, *Troisieme Partie de l'Histoire des choses plvs memorables*, liv. V, cap. XXIV — “Benoist de Goes de la Compagnie de Iesv, est enuoyé pour faire la descouuerte du Catay: & ce qui luy aduint, en vne partie du chemin”, Bordéus, 1614, pp. 145-155; idem, *ibidem*, liv. V, cap. XXV — “Benoist de Goes apres beaucoup de trauaux & dangers, trouua finalement le Catay n'estre autre país que la Chine, où il finit son voyage, & le cours de ceste vie”, Bordéus, 1614, pp. 155-162.

<sup>77</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>78</sup> Pe. Matteo Ricci, *I Commentarj della Cina*, libro V, caps. XII-XIV, in *Opere Storiche del P. Matteo Ricci*, edite a cura del Comitato per le Onoranze Nazionali, con prolegomeni, note e tavole dal P. Pietro Tacchi Venturi, vol. 1, *I Commentarj della Cina*, Macerata, Filippo Giorgetti, 1911, pp. 526-558. Cf. *supra*, Parte II, cap. 17, n. 141.

títulos de Guerreiro e de Ricci/Trigault, mas também em informações recolhidas na Índia (a partir de 1623) e na China (a partir de 1634) por este missionário luso<sup>79</sup>.

Nada nos chegou dos papéis do próprio Bento de Góis, assim como se perdeu o rasto a dois relatos alternativos fornecidos sobre o assunto por Ricci, um destinado a Francesco Pasio, vice-provincial para o Japão e a China, e o outro a Gaspar Fernandes, provincial da Índia. Finalmente, também o fiel Isaac pode ter contribuído para a divulgação desta descoberta noutras paragens. Capturado no estreito de Singapura por mais uma tripulação holandesa, narrará ao respectivo capitão a travessia que empreendera através da massa asiática ao lado de Góis. Como explica Fernão Guerreiro, “pasmado da grandeza de seu animo, das terras que corraera, dos Reinos que atrauessara & descobrira por aquelle grande sertão Oriental, *que* ha de Goa ate a China”, o holandês ordenou-lhe que passasse a escrito tal roteiro para o poder ensinar aos jesuítas do seu país<sup>80</sup>. Contudo, mais do que uma narrativa, o mais provável é que se tratasse antes de um esboço cartográfico.

De qualquer forma, sabemos que mitos da época como os geográficos tinham por hábito sobreviver por longo tempo às evidências que os corrigiam, pelo que não espanta que quando Maarten Gerritszoon de Vries parte com destino ao Norte do Japão, em 1643, leve uma instrução secundária de Antonie van Diemen, o governador-geral da VOC, a dizer-lhe que indagasse pelo rico comércio do Cataio<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Pe. António de Gouvea, *Asia Extrema*, Parte I, liv. IV, caps. VI-VIII, ed. 2001, pp. 213-227. Ver *supra*, Parte II, cap. 17, n. 141. Ver também: Maclagan, ed. 1946, p. 409; Araújo, 1997, pp. 25-26; Araújo, 1999, pp. 376-377.

<sup>80</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das cousas que fezeram os padres da Companhia de Iesvs*, liv. I, cap. VIII — “Da missão e descobrimento do Cataio e do sucesso e fim que teve”, Lisboa, 1611, cit. fl. 27v.

<sup>81</sup> Wessels, 1924, pp. 40-41.

## CAPÍTULO 19

### ***A Relación de la entrada en la China de Diego de Pantoja (1605)* e dois leitores especiais: Michele Ruggieri (1606) e Pierre du Jarric (1608-1614)**

#### **1. Antecipar Ricci & Trigault em mais de uma década**

Na altura em que Fernão Guerreiro editava em Lisboa o segundo tomo da sua obra, os jesuítas espanhóis faziam sair em Sevilha uma longa carta enviada de Pequim três anos antes pelo missionário Diego de Pantoja<sup>1</sup>. O destinatário tinha sido Luis de Guzmán, o provincial de Toledo e autor da *Historia de las Misiones* de 1601. Acabámos de observar que existe uma coincidência flagrante entre os capítulos da *Relaçam Annal* em que o Pe. Guerreiro conta a viagem que Matteo Ricci, Sebastião Fernandes e o próprio Pantoja realizaram entre Nanquim e a capital do Norte (Maio de 1600-Janeiro de 1601) e o relato dos mesmos sucessos que este castelhano aqui nos oferece na primeira pessoa. Veremos de imediato que outro tanto é válido para a descrição de vários dos incidentes que marcaram os meses de estreia desses três religiosos em Pequim. Contudo, não serão tais sobreposições parciais a anular a importância e o significado adstritos ao novo título.

Se mais motivos de interesse não houvesse, repare-se que com a *Relación de la entrada de algvnos Padres de la Cõpanhia de Iesvs en la China* temos o primeiro título jesuíta exclusivamente dedicado ao Celeste Império. Em simultâneo, assina-o não só o único inaciano espanhol que nesse momento trabalhava no interior do país, como o único inaciano espanhol que constará por largas décadas dos catálogos da Missão chinesa. Dos, pelo menos, 81 homens de Loyola que a serviram entre 1582 e 1650, 26 foram portugueses, 20 italianos, 17 nativos, 4 belgas, 4 alemães, 2 polacos, enquanto os suíços, os japoneses, os checos, os austríacos, os franceses, os lituanos, os croatas e os

---

<sup>1</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 13, n. 87.

espanhóis ofereceram apenas um representante cada<sup>2</sup>. A impressão mantém-se olhando uma listagem de 1688 que contempla o conjunto dos membros da Companhia que “entraram” na China entre 1552 (Francisco Xavier) e essa data: entre os 144 contabilizados deparamos com 38 portugueses, 33 italianos, 11 alemães (austriacos incluídos), 11 franceses, 9 belgas, 6 espanhóis, 3 polacos e 3 de outras nacionalidades<sup>3</sup>. Fenómeno que decorre do incremento na última década de Quinhentos da conhecida rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente, tem correspondência linear no sucedido noutros palcos ultramarinos da Assistência Portuguesa como a Índia e o Brasil — Brasil para onde não embarcará nenhum jesuíta espanhol *via* Lisboa entre 1583 e 1750, por exemplo<sup>4</sup>.

### ***Pantoja***

O jovem de vinte e nove anos de idade que o Pe. Lazzaro Cattaneo conduziu a Nanquim no início de 1600 havia nascido em Valdemoro (Madrid) e ingressara no noviciado da diocese de Toledo em 1589. Concluídos os estudos, procurara as Missões estrangeiras, embarcando com destino ao Japão em 1596 integrado no contingente em que ia Niccolò Longobardo. Chegado a Macau em 1599, aguardava o abrandamento das perseguições movidas à Igreja no arquipélago nipónico quando Alessandro Valignano lhe trocou os planos e determinou que seguisse para a China profunda. Braço direito de Matteo Ricci em Pequim, aí fará a profissão dos quatro votos em 1603 ou 1604.

Depois da morte deste seu confrade italiano, Diego de Pantoja ocupa boa parte do tempo a redigir as principais obras sobre temas de doutrina e apologética cristã que publicará em língua chinesa, caso de *As sete vitórias contra os sete pecados capitais*, de um *Tratado sobre a origem do homem*, de *Os doze artigos do Símbolo dos Apóstolos* e de um apêndice ao *Catecismo* do Pe. Ricci. Empenha-se também na composição de cartas geográficas e na correcção do calendário imperial. Será um dos dois missionários forçados a abandonar Pequim a 18 de Março de 1617 na sequência do processo persecutório desencadeado pelo vice-presidente do Tribunal dos Ritos de Nanquim — o outro foi o napolitano Sabatino de Ursis, seu companheiro nos trabalhos de revisão do

---

<sup>2</sup> Costa, 1999a, p. 37. Cf. *supra*, Parte II, cap. 18, n. 41.

<sup>3</sup> Alden, 1996, p. 269, n. 60. Cf. Girard, 2000, pp. 171-173.

<sup>4</sup> Ver Alden, 1996, pp. 267-272; Costa, 1999a, pp. 34-37.

calendário<sup>5</sup>. Deportado para Macau, distinguir-se-á ao lado de Nicolas Trigault e de Alfonso Vagnoli como partidário das teses de Ricci na “questão dos termos”, tendo pela frente Longobardo, De Ursis e João Rodrigues *Tçuzzu*<sup>6</sup>. Morre no enclave português em Janeiro de 1618<sup>7</sup>.

Apesar do título inventado pelo editor espanhol não o indiciar e de Diego de Pantoja apenas admitir abordar ao de leve e sem a ordem desejada “algunas cosas tocantes a la grandeza deste reyno, costumbres, gouierno, y policia del”<sup>8</sup>, a realidade é que a *Relación de la entrada* incorpora todos os elementos necessários para ser identificada como tratado.

Na *princeps* o texto vem dado na forma original da missiva, *i.e.* sem qualquer subdivisão interna ou notas que assinalem a sucessão dos tópicos descritivos e expositivos nele desenvolvidos de forma mais ou menos exaustiva. Tal critério tende a ser respeitado nas várias traduções parciais ou integrais que surgem até 1608 em português, italiano, latim, francês e alemão<sup>9</sup>. Outro foi o entendimento de Samuel Purchas, que escolheu subdividir a carta em sete capítulos, chamar às margens cada um dos principais pontos que iam sendo analisados e confrontar algumas informações que julgou mais controversas com os discursos de Marco Polo, Fernão Mendes Pinto e Matteo Ricci/Nicolas Trigault.

No essencial, a *Relación* de Pantoja compreende duas parcelas autónomas: a que contempla a narrativa da dita viagem Nanquim-Pequim, a abertura da residência jesuíta à sombra dos muros da Cidade Interdita e as perspectivas de trabalho apostólico tal qual estas se perfilavam a 9 de Março de 1602 (os assuntos que interessaram a Fernão Guerreiro)<sup>10</sup>; e o levantamento quase canónico das particularidades geográficas,

---

<sup>5</sup> O Pe. Sabatino de Ursis (1575-1620) nascera em Lecce, no reino de Nápoles, e ingressara no Colégio jesuíta de Roma em 1597, onde professou os quatro votos. Partira para a Índia em 1602, depois de uma breve passagem por Coimbra. Aí permanece durante quatro anos, chegando a Macau em 1605 e sendo enviado para Pequim em 1606. Companheiro de Matteo Ricci, destaca-se no fabrico de máquinas hidráulicas e na escrita (ou tradução) de vários livros em (ou para) chinês sobre esse tema, instrumentos astronómicos, a construção de relógios de sol e o calendário. Antes de falecer em Macau, compõe ainda em italiano uma curta biografia de Ricci que se conservará em manuscrito até ao séc. XX. Teixeira, 1972, pp. 152-153; Braga, ed. 1998, p. 294, n. 38.

<sup>6</sup> Araújo, 2000, pp. 221-224.

<sup>7</sup> Ver Pfister, 1932, pp. 69-73; Teixeira, 1972, p. 149; Araújo, 2000, pp. 136-142.

<sup>8</sup> Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, cit. fl. 1v. Todas as citações a partir desta edição.

<sup>9</sup> Refs. *supra*, Parte II, cap. 13, notas 89-96.

<sup>10</sup> Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, fls. 1r.-54v.

históricas, produtivas, etnográficas, religiosas, políticas e militares mais salientes da China<sup>11</sup>.

### **“Dos yerros notables”**

Quando o Pe. Pantoja conclui a redacção desta epístola destinada a Luis de Guzmán — e “a quien la leyere en nuestra Europa”, como acrescentou<sup>12</sup> — acumulava já cerca de dois anos de experiência do terreno, portanto muito mais do que Fr. Gaspar da Cruz, Alessandro Valignano ou Duarte de Sande antes dele. Por outro lado, vinha convivendo, dia após dia, com Ricci, precisamente numa altura em que este tratava de esclarecer duas questões magnas, a da latitude máxima do Império e a do propalado desencontro entre o Cataio e a China. Não custa adivinhar que serão essa experiência e esse convívio os responsáveis por várias das novidades que aqui se podem ler, assim como por algumas correcções explícitas a escritos antes editados sobre o tema e que o missionário espanhol gosta de afirmar com veemência.

Às vezes utilizando-os, outras não, é sintomático que declare conhecer livros chineses que informam sobre “quantas ciudades, villas y lugares ay en todo el reyno, quantas casas tiene cada uno, y quanta gente comunmente, que dá de si cada tierra y quanto paga de tributo al rey, y otras muchas cosas”<sup>13</sup>, quase de certeza alguma ou algumas das edições do mesmo *Guang Yutu* que começara por servir de modelo a Martín de Rada<sup>14</sup>. Marco Polo chega a ser citado para determinar o princípio da era mongol<sup>15</sup>, mas acabam por ser “las historias Chinas” o seu principal suporte para as delicadas questões de cronologia<sup>16</sup>. Depois, se há passagens que lembram a *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano ou a *História Índica* de Giovanni P. Maffei, outras surgem em absoluto coincidentes quer com o que Juan Bautista Román tomara do Pe. Ricci quase vinte anos atrás, quer com o que Ricci ia divulgando por essa altura no seu abundante epistolário. Por último, Pantoja tanto informa remeter junto um par de mapas locais que por infelicidade não nos chegaram (de novo provavelmente

---

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 55r.-133v.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cit. fl. 1v.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cit. fl. 60r.

<sup>14</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 62v.-63r., 122r-122v.,

<sup>15</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fl. 89r.

<sup>16</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 118r.-118v.

tomados de uma das edições do atlas de Luo Hongxian)<sup>17</sup>, como divulga pela primeira vez um conjunto de dados sobre a hierarquia e as competências dos “Seis Ministérios” da Corte que só serão retomados (e desenvolvidos) no capítulo VI do livro I do *De Christiana Expeditione apvd Sinas* de Ricci/Trigault<sup>18</sup>.

Tudo isto concorre para que optemos por seguir a ordem de um texto que exhibe as deficiências e as contradições próprias de um trabalho apressado pensando antes de mais nada nos principais ganhos informativos e nas emendas oferecidas pelo seu autor. Uma vez que já conhecemos o conteúdo chinês da segunda *Relaçam* do Pe. Fernão Guerreiro, a parte em que Diego de Pantoja reporta as duas etapas da jornada que percorreu entre Macau e Pequim tem de ser uma daquelas onde as surpresas são menores. Aí, uma das poucas exceções acontece quando avalia em mais de cem mil soldados a guarnição ordinária de Nanquim, valor que é o dobro do que Guerreiro apresenta a partir de Guzmán<sup>19</sup>. Demonstrando um interesse pelo assunto que, em todo o caso, extravasa o que Pantoja aqui denuncia, Samuel Purchas fixar-se-á antes na contradição entre os números do espanhol e os quarenta mil soldados que Matteo Ricci estimou aquartelados nessa cidade. Sob a nota marginal que diz “100000. Garrison Souldiers in Nanquim”, o editor londrino desenvolve uma solução engenhosa para as diferenças que descobriu: “Ricius saith 40000. perhaps the other 60000. are for the Countrey adjoyning, or for the Navie and Sea-guard: or Ricius might speake of the ordinary at other peaceable times, Pantogia of this troublesome time while the Japonian warre continued”<sup>20</sup>.

Não nos é menos familiar a narrativa dos eventos associados à chegada e à instalação em Pequim durante o ano de 1601. No entanto, por entre os pormenores sobre o “trago amargo” que os padres Ricci e Pantoja e o Ir. Fernandes então passaram alguns há que servem para esclarecer dois aspectos que são invisíveis no texto de Fernão Guerreiro. O primeiro prende-se com o vital trânsito de informações que os jesuítas acabados de chegar conseguem desde logo instituir com a retaguarda macaense. Numa ocasião em que a curiosidade dos seus anfitriões se revelara mais sufocante que noutras vezes, fora de facto uma notícia recente e detalhada sobre a morte e as exéquias

---

<sup>17</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 132v.-133r.

<sup>18</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fl. 103r.-103v.

<sup>19</sup> Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. VIII, Lisboa, 1605, fl. 16r.

<sup>20</sup> Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*, “Jesuits in the Far East”, cap. VI, ed. 1906, vol. 12, cits. p. 334.

de Filipe II (1598) a salvá-los do embarço<sup>21</sup>. O segundo aspecto novo é a ideia de que a anuência tácita à presença dos três religiosos católicos na capital do Império não decorria apenas do interesse suscitado pelos seus presentes exóticos ou pelos seus dotes científicos, antes teria algo a ver com uma vontade deliberada de os reter a todo o custo por se reccar, como escreve o Pe. Pantoja, “que tornassemos a nuestra tierra, a dar nueuas de su reyno, como ya hizieron com un turco que aqui està más de quarenta años”<sup>22</sup>.

A experiência que supusera a vinda por terra, rio ou canal desde Macau e a referida coincidência com as investigações que Matteo Ricci ia desenvolvendo nessa época em torno do enquadramento geográfico da China, determinam que o trecho que respeita à posição e à situação do país se conte entre os mais originais do escrito de Diego de Pantoja. Se a imagem de um território “casi quadrado” ainda evoca a carta endereçada por Matteo Ricci ao feitor Juan Román em Setembro de 1584, aquela de que este se estenderia dos 17º-18º lat. N da província de Cantão aos 42º lat. N do “mas alto del” traduz com fidelidade a correcção das velhas opiniões sobre a latitude máxima do reino que Ricci começara a anunciar em 1596-1597 e que conclui na sua *Storia* de 1608-1609<sup>23</sup>.

Também é nova a garantia complementar de que a China “tiene desde Canton por camino de agua 600. y mas leguas nuestras: mas por linea recta será quatrocientas y cincuenta”<sup>24</sup>. Fazendo suas as palavras que sabemos repetidas pelo seu superior italiano, Pantoja conclui o ponto desejoso de “enmêdar dos yerros notables, que nuestros Mapas (aun los muy modernos) tienê”. Um correspondia à tendência que vigorava para “hazer la China en un tercio mayor de lo *que* es poniêdo esta ciudad de Paquin en cincuenta grados, estãdo en verdad (como nosotros vimos, que dos vezes tomamos la altura con vn Astrolabio muy bueno) en quarenta solamête”. O segundo equívoco acontecia ao diferenciar-se o Império Chim de um reino a que tais mapas teimavam em chamar Cataio, quando um e outro seriam tão coincidentes quanto “Paquin” e “Cambalu”<sup>25</sup>.

Ainda que a carta do Pe. Diego fosse anterior em alguns meses à partida do Ir. Bento de Góis de Agra, o seu autor revela conhecer em pormenor as dúvidas entretanto surgidas entre os jesuítas estacionados na Corte de Aquebar sobre a existência do Cataio

---

<sup>21</sup> Ver Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, fls. 35v.-36r.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cit. fls. 41v.-42r.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 55v.-56r. Ver *supra*, Parte II, cap. 16-2. Ver também: Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, ed. 1942, vol. 1, p. 13, n. 1.

<sup>24</sup> Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, cit. fl. 55v.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cits. fls. 56v. e 57r.

cristão. Só que às conhecidas convicções de Ricci nesta matéria, Pantoja teve também oportunidade de juntar os esclarecimentos emprestados por duas cáfilas, uma de “Moros de algvnos reyneçuelos aqui a cerca de la China”, outra de “Turcos con sus turbantes de las tierras del Mogor, y del gran Ismael Sophi [Pérsia] y de otras partes”. Como quer uns, quer outros lhe tivessem confirmado o que já pensava e dissera, volta a garantir: “no puede auer duda, particularmente *que* estamos aqui pegados con la tierra que auia de ser el Catayo (segũ està en los Mapas) y sabemos no ay tal tierra, ni ciudades, sino *que* sã vnos Moros y Gentiles miseros”<sup>26</sup>. A par deste alvitre emitido bastante adiante do resultado da tarefa incumbida pouco depois a Bento de Góis, o espanhol capta das conversas com esses mercadores que seguiam as rotas da Ásia Central o suficiente para informar da existência de um mar de areia entre a China e o Mogol e, assim, preencher mais uma das zonas de sombra da cartografia europeia<sup>27</sup>. Pela segunda vez consecutiva, parte dos ensinamentos de Góis eram antecipados pelos missionários da Corte de Wanli.

### *Arquitectura e ciência*

Junto a alguns considerandos bastante banais sobre a grandeza das cidades e a densidade do povoamento chinês, a *Relación de la entrada* concede o primeiro retrato de Nanquim em que a prova de vista toma o lugar até aí dominante da convenção literária. Claro que os *tópoi* da praxe continuam a pontuar a descrição daquela que, a seguir a Cantão, tinha sido a segunda grande urbe reconhecida pelo Pe. Pantoja. De qualquer modo, notas que se repetem amiúde noutros bosquejos urbanos como as que falam da simetria exacta das principais vias, dos sólidos revestimentos das partes expostas ao exterior ou da imaculada tranquilidade dos parques de recreio da gente de poder, cedem diante de um conjunto de referências bem mais objectivas. É dessa forma que se passa a saber da latitude do sítio, da distância que separava a cidade do mar e do modo como essa ligação se fazia. Mais realismo e correcções várias surgem depois noutra classe de elementos: o aspecto das ruas (não só grandes e largas, como bem empedradas), o número de casas (mais de 200.000, segundo se diz) e a extensão da

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cit. fl. 59v. Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 57r.-59v.

<sup>27</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fl. 59v.

última cerca (afinal, de apenas onze a doze léguas, quando antes Guzmán ou Guerreiro haviam falado em treze ou catorze)<sup>28</sup>.

Do mesmo teor são as linhas sobre os palácios de Pequim, que o missionário visitava quando o chamavam para concertar o relógio antes oferecido ao imperador. Notou-se que esbarrará sempre com um hermético terceiro muro, mas as oportunidades foram ainda assim aproveitadas para olhar as habitações dos eunucos, a dispersão dos alojamentos reservados ao soberano, a forma como estes se elevavam sobre plataformas em tijolo, os seus portais de mármore trabalhado, as suas estruturas em madeira, os seus telhados de telha vidrada, as suas vidraças em amarelo imperial e as suas gelosias douradas<sup>29</sup>. Em jeito de remate, Pantoja julga que a uniformidade dos chineses “en todas las cosas naturales y artificiales” tem como resultado “que quien vio una ciudad de las principales, no halla nada de nuevo que ver en las otras”<sup>30</sup>. Por muito excessiva que tal generalização pudesse parecer, afinal não se duvidará que quando ensina que a regra neste tipo de paisagem consistia na existência de poucos edifícios demasiado sumptuosos, de poucos templos destacados e num padrão de casa baixa, sem janelas para a rua e aberta sobre um pátio interior, ensina-o com base na experiência e não na retórica<sup>31</sup>.

Bastante banais tornam a ser os considerandos que surgem a seguir sobre a fertilidade do reino, a riqueza piscícola, as vastas extensões irrigadas, as inúmeras vias por onde se escoia a navegação interior e as incontáveis habitações de gente pobre que flutuavam nas suas margens. Porém, não é por cumprir uma minuta relativamente estafada que o escriba se priva de acrescentar o que se lhe afigura pertinente por o ter visto “por vista de ojos”: que a maior parte do percurso entre Macau e Nanquim se fazia por um rio profundo e largo ao qual os chinas chamavam “mar pequeño”; que também havia entrado num enorme rio a que a terra misturada na água dava um aspecto por demais lodoso; que entre Cantão e Pequim as montanhas eram escassas; que a Norte de Nanquim existia uma planície de mais de cem léguas; ou que a navegação por canal entre as duas cidades reais era assegurada pelo funcionamento combinado “de unas como puertas leuadizas con *que* detienen toda la corriente tres, o quatro, o seys horas”<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 61r.-62v.

<sup>29</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 128r.-130v.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cit. fl. 63v.

<sup>31</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 63.-64r.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cits. fls. 64v. e 67v. Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 64v.-67v e 72v.-73r.

O esquema repete-se quando Pantoja arrola as distintas produções que asseguravam a quase absoluta auto-suficiência da China. Assim, entre a descrição das “mercadorias muchas y muy buenas” que se transportavam de um lado para o outro e a referência obrigatória à procura de prata no exterior, temos mais duas provas da sua experiência inédita. Por um lado, detalha-nos os preços que vigoravam para bens de primeira necessidade como o açúcar, as aves de capoeira, o peixe ou os ovos. Por outro, demonstra um saber notável a respeito das formas de pagamento, pesos e medidas, assim como sobre as trapacices mais comuns praticadas pelos feirantes e lojistas<sup>33</sup>. É a pretexto do almíscar que surge o primeiro de uma série de reparos àquele que vem referido como “un libro impresso de las cosas de la China que auia leydo quando parti de España”. Ainda que nem o *Tractado* de Gaspar da Cruz, nem o *Discvrso de la navegacion* de Bernardino de Escalante possam ser excluídos, atendendo ao teor dessas insistências posteriores o visado parece-nos ser antes Juan de Mendoza e a sua *Historia*. Tal livro, acrescenta o jesuíta, “dize muchos yerros por falsas informaciones que deuiam ya tener el que le hizo, aunque en muchas acierta”<sup>34</sup>. Se assim for, a suspeita de que o problema provinha de uma terceira fonte era acertadíssima, só faltando dizer de qual se tratava.

Diego de Pantoja afirma no termo do segmento reservado à caracterização da abundância material chinesa que esta não só era como que amortizada por um incontável número de bocas, como não existia ninguém nesse país que auferisse mais de 20.000 ducados de renda, sendo mesmo raros os que conseguiam arrecadar mais de 10.000<sup>35</sup>. Com isto, tornava a deixar-se a ideia de que a riqueza da China estava longe de superar a da Europa, ideia que Alessandro Valignano e Duarte de Sande, ainda que sem os números que agora se ofereciam e num escrito mais dogmático que este, já tinham tido a preocupação de sublinhar.

Com grande surpresa nossa, a *Relación de la entrada* mergulha então nos assuntos dos ídolos, das ladainhas, das superstições e das adivinhações sem ter uma palavra que seja sobre as grandes correntes intermediárias da religiosidade e da moral chinesas. Se estas matérias fossem sempre transponíveis, valeria no caso a *Relaçam Annval* que o Pe. Guerreiro publica em 1607. Com efeito, é apenas aí que surgem novos esclarecimentos sobre as “tres seitas diferentes, que ha na China”, a quais haviam

---

<sup>33</sup> Ver idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fls. 69r.-75v.

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cits. fl. 59v.

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, fl. 79r.

permanecido à espera de quem as retomasse com conhecimento de causa desde que Ricci remetera a Román a afamada carta macaense de 1584, que Valignano escrevera a *Historia del principio* ou que este e Sande imprimiram o *De Missione Legatorum*. Não será ainda a leitura definitiva que o Pe. Ricci deixa na sua *Storia*, mas quem leu esses comentários posteriores pôde encontrar neles sobejos elementos de interesse sobre a metafísica e a história da “seita dos Letrados” (o confucionismo), da “seita dos Tauxus” (o taoísmo) e da “seita dos Pagodes” (o budismo)<sup>36</sup>.

Ao tratar da herança tártara, Pantoja voltou a servir-se da vantagem da viagem, fosse ela a sua, fosse a do seu companheiro Matteo Ricci. Os resultados desta nova leitura são os melhores em Pequim, onde o missionário observa confluindo para mesquitas muitos seguidores de Maomé de rosto diferente do típico chim<sup>37</sup>. Mas a propósito de Nanquim caiu num equívoco patrocinado por Ricci quando referiu a existência de “vnos instrumentos Matematicos de cobre, que puede ser en toda Europa no los aya tan buenos”.

Para se ser exacto, tratava-se de um “globo graduado, con todos sus meridianos y paralelos”, de um “astrolabio que tiene entre si tres” e, por último, de uma esfera tão “perfetissimamête acabada” como esses dois<sup>38</sup>. Confrontado com as deficiências da astronomia chinesa do seu tempo, Ricci acreditou sempre que os estupendos instrumentos que encontrara no observatório e laboratório astronómico de Nanquim tivessem duzentos anos de idade e fossem obra de estrangeiros treinados no Ocidente. Desconhecia — e Pantoja com ele — que tal laboratório tinha sido criado por Guo Shoujing (1231-1316), brilhante astrónomo e matemático chinês que trabalhara durante o reinado de Kubilai Cã, numa altura em que a matemática e a astronomia árabes tutelavam o saber da especialidade<sup>39</sup>.

De resto, a desilusão com a ciência chinesa no seu conjunto representa um dos pontos que marcam a diferença entre a *Relación de la entrada* e a grande maioria dos textos que a precederam. O Pe. Pantoja demonstra admiração pelo apego destes asiáticos aos estudos e pela forma como venciam as dificuldades inerentes às “mas de

---

<sup>36</sup> Ver Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesu*, liv. II, cap. V, Lisboa, 1607, fls. 81v.-82v. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. X — “Di varie sette che nella Cina sono intorno alla religione”, ed. 1942, vol. 1, pp. 115-132.

<sup>37</sup> Ver Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, fl. 89r.

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cit. fl. 119r.

<sup>39</sup> Ver, *inter alia*, Joseph Needham, *La tradition scientifique chinoise*, collection Savoie, Paris, Hermann, 1974, pp. 55-56 ; Ross, 1994, p. 137.

quarenta mil letras diuersas” que tinham para memorizar<sup>40</sup>. No entanto, consegue ser ainda mais radical que Duarte de Sande quando conclui dizendo que os chineses “no tienen, ni estudian sciencia, ninguna mathematica, ni filosofia, o cosa semejante, sino solamente retorica, porque toda la sustancia de su saber e fama de letrados no consiste en mas que saber hazer sobre vn tema vn discurso y oraciõ”<sup>41</sup>.

Em inícios de 1583 Matteo Ricci gabava a destreza dos chins na medicina<sup>42</sup>. Na citada carta a Román não era apenas o saber médico o celebrado, mas igualmente a física moral, as matemáticas, a astrologia, a aritmética e todas as artes liberais e mecânicas<sup>43</sup>. Com Sande e, agora, com Pantoja, o antigo bom conceito ia-se estreitando. Chegados à *Storia* que inspirou o *De Christiana Expeditione apvd Sinas* o descrédito estendia-se já da aritmética, da geometria e da medicina à própria matemática aprendida com os muçulmanos<sup>44</sup>. Daí foi um passo até que o inquerito de alguns passasse a ser outro: por que motivo não tem a China ciência?<sup>45</sup> O preconceito só começaria a ser revisto por alturas da Segunda Grande Guerra e com os primeiros estudos publicados por Joseph Needham.

### **6000 anos e 6 ministérios**

A orgânica do Estado burocrático Ming, em particular a do governo central, representa o penúltimo dos capítulos sobre os quais Diego de Pantoja se debruça com proveito.

Conhecemos os avanços paulatinos que, por exemplo, se vinham registando em relação ao Grande Secretariado desde a *Enformação de hum homem honrrado*, de 1554. Utilizando ou não essa base, quer as *Histórias* de Mendoza e de Maffei, quer o *Dialogus* de Sande e Valignano, tinham-se destacado nesta matéria em tempos mais recentes. Como se referiu, Pantoja vai mais longe e identifica cada um dos “Seis Ministérios”

---

<sup>40</sup> Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, cit. fl. 90r.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cit. fl. 90v.

<sup>42</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Martino de Fornari, Macau, 13 de Fevereiro de 1583, ed. 1913, p. 30.

<sup>43</sup> Ver carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 45.

<sup>44</sup> Ver Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. V, ed. 1942, vol. 1, pp. 40-42.

<sup>45</sup> Y. L. Feng, “Why China has no science”, in *International Journal. Ethics*, 32 (3), 1922; ref. in Dawson, ed. 2000, p. 179.

(*liubu*) a cargo dos quais estava a gestão corrente: função pública, finanças, ritos, exércitos, justiça e obras públicas<sup>46</sup>. Ricci concluirá o inquérito até 1608-1609, quando se mostra capaz de transliterar as respectivas designações e de enquadrar com mais precisão as competências dos “sei principali tribunali della corte” na estrutura governamental<sup>47</sup>.

Paralelamente, a carta de 9 de Março de 1602 lega elementos bastantes para que se perceba com especial clareza o processo de centralização do poder que decorria desde o início da dinastia. Pantoja ter-se-á esquecido de detalhar o papel charneira desempenhado pelos “codiciosos” e “soberbos” eunucos do palácio, mas insiste que é a um “rey muy absoluto” que cabe decidir da vida e da morte dos acusados e das penas mais cruéis, assim como testemunha as batalhas que toda uma classe de mandarins virtuosos vinha travando para contrariar os seus excessos e arbitrariedades. Sobre a figura dos visitantes despachados pela Corte às províncias dá uma novidade de fundo: não nega que existissem mas, ao contrário do que sempre ouvira dizer em Espanha, há muito que não executavam as devassas que lhes eram atribuídas<sup>48</sup>.

O derradeiro assunto sobre o qual o Pe. Diego de Pantoja ensaia um saber diferente do que circulava nos manuscritos e impressos mais vistos ou autorizados é o da antiguidade da China. Na carta a Juan Bautista Román, Matteo Ricci fora prudente e apenas falara num “reyno antiquísimo”, conforme o que vinha nos seus “anales y crónicas”<sup>49</sup>. Mais expansivos sabemos que foram Martín de Rada e Juan de Mendoza, autores que lograram compatibilizar a cronologia chinesa com a autoridade bíblica sem colocarem em causa a fiabilidade das fontes locais<sup>50</sup>. Por entre referências explícitas a Rada e a Santo Agostinho, Fr. Jerónimo Román procedera entretanto à reanálise do problema na terceira parte das *Repyblicas del Mvndo*, tendo acabado por rejeitar essas mesmas fontes por lhe parecer que atentavam contra o tempo medido pelo texto sagrado<sup>51</sup>. O autor da *Relación de la entrada* opta por uma terceira via: não ele mas “los nuestros que de esto tratan”, como refere, haviam chegado à conclusão de que os

---

<sup>46</sup> Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, fls. 103r.-103v.

<sup>47</sup> Ver Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VI, ed. 1942, vol. 1, pp. 57-62.

<sup>48</sup> Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, fls. 102r.-105r. e 122r.-126r.

<sup>49</sup> Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, cit. p. 38.

<sup>50</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-2.

<sup>51</sup> Fr. Jerónimo Román, *Tercera Parte de las Repylicas del Mvndo*, República del Reyno de la China, cap. XI — “Del principio de los primeros reys de la China, y mudanças que a auido en la sucesion”, Salamanca, 1595, fls. 226r.-227r.

acontecimentos registados nas diversas histórias chinesas se sucediam ininterruptamente desde há “por lo menos seys mil años”<sup>52</sup>. Ainda que tal leitura carecesse de confirmação, conclui, era pelo menos certo que tinham “alguna noticia del diluio”, assim como de “cosas y algunos reys” de pouco depois dele<sup>53</sup>. Se é certo que a incipiência dos seus conhecimentos de *guanhua* ou “língua mandarínica” ajuda a explicar o porquê de tantos cuidados e reticências, não é menos patente o esforço que faz para deixar os dilemas que se pressentem ao cuidado de quem viesse a seguir.

## 2. Um *Atlante* tão luminoso quanto arcaico

### *Ruggieri*

Na imprevista entrevista que lhe fora concedida em 1589 por Filipe II, o Pe. Michele Ruggieri desdobrara um grande mapa da China feito “a guisa di gueipini”<sup>54</sup> (pára-vento) e assumira o encargo de redigir um informe depois reconhecido como “trattato composto per il re di Spagna”<sup>55</sup>. Parece que a influência de Alonso Sánchez é por demais evidente neste manuscrito, no qual o jesuíta italiano exorbita as instruções que lhe haviam sido dadas por Alessandro Valignano e reafirma a necessidade de se enviar uma embaixada espanhola ao imperador Wanli.

Sabemos que Ruggieri, aquele que fora a primeira escolha de Valignano para a Missão chinesa, aquele que se empenhara como nenhum antes dele na aprendizagem da língua local, aquele que sugerira a convocatória de Matteo Ricci e que fundara a primeira residência da Companhia de Jesus em solo Ming, terminou os seus dias em Salerno sem ter conseguido que a Corte pontificia aprovasse o projecto diplomático imaginado por Francisco Xavier e recuperado pelo visitador das Índias Orientais no final da década de 1580. Após ter contornado com esforço os obstáculos que os ministros de Filipe colocam à sua partida de Espanha, desembarca em Nápoles em Junho de 1590 mas acaba por assistir à morte sucessiva de quatro Papas e à substituição

---

<sup>52</sup> Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, cit. fl. 118r.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, Sevilha, 1605, cits. 118r. e 118v.

<sup>54</sup> Pe. Matteo Ricci, *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro II, cap. XI — “Il P. Alessandro mandò il P. Michele Ruggero a Roma per negoziar qualche imbasciata del Papa al Re della Cina per mezzo de' Padri, e mandò il P. Antonio d'Almeyda a Sciaochino dove hebbero un altro novo travaglio”, ed. 1942, vol.1, cit. p. 250.

<sup>55</sup> ARSI, *Jap. Sin.*, 101-II, fl. 200v.

das prioridades que a sua vinda representava pelas que eram impostas pelo momento político europeu<sup>56</sup>. Entretanto, Ricci aprofunda o seu conhecimento da realidade sínica e não tarda a comunicar que o envio de uma embaixada papal é, afinal, menos recomendável do que se supusera<sup>57</sup>. Valignano ainda voltará a esse projecto, motivo pelo qual o geral Acquaviva reconvoça o antigo missionário à sua presença em 1598 e o instrui no sentido de redigir a que será a *Relatione del successo della missione della Cina del mese di Novembre 1577 insin all'anno 1591 del Padre Ruggieri al nostro Padre Generale*<sup>58</sup>. Depois disso, Roma esquece-o.

Às causas conjunturais para este desinteresse pela pessoa de Michele Ruggieri juntam-se de forma mais ou menos nítida as consequências da sua conhecida inclinação pró-espanhola. Não é certo que ele se tenha avistado com Sánchez na Cúria romana nos tempos que se seguiram ao seu regresso a Itália, apesar de um e outro aí terem estado na mesma altura. Mas já é certo que coincidiu e confraternizou com Juan Bautista Villalpando, o aluno de Juan de Herrera. O arquitecto do Escorial fora uma das personagens que recebera Ruggieri em Madrid e será agora por via dos seus contactos hispânicos que o italiano logra ser introduzido em alguns dos mais afamados palácios da cidade. Virginio Orsini, duque de Bracciano, é um dos que o acolhem e recomendam, mas aqui também pode ter funcionado o facto do pai de Ruggieri haver sido administrador do feudo dos Orsini de Gravina.

De qualquer forma, a partir do momento em que Clemente VIII ascende à cadeira de Pontífice e Sánchez deixa Roma (1592) o antigo companheiro de Ricci passa a ser um homem politicamente isolado. Quando tentar publicar a versão latina do seu *Catecismo*<sup>59</sup> e uma tradução parcial do *Daxue* (“A Grande Ciência”)<sup>60</sup>, o mais pequeno dos Clássicos chineses — trabalhos que tem concluídos por volta de 1593 —,

---

<sup>56</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 17-3.

<sup>57</sup> Joseph Sebes & Jesús López-Gay, “History of the mission in China at the end of the 16<sup>th</sup> century and the role of Michele Ruggieri and Matteo Ricci”, in Pe. Michele Ruggieri, *Atlante della Cina*, 1993, pp. 39-40.

<sup>58</sup> Pe. Michele Ruggieri, S.J., *Relatione del successo della missione della Cina del mese di Novembre 1577 insin all'anno 1591 del Padre Ruggieri al nostro Padre Generale*, Ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 101-I, fls. 8r.-74r.

<sup>59</sup> Pe. Michele Ruggieri, S.J., *Catechismi Sinici Paraphrasis*; precedido por: *De Sinarum Regno, de Japonica Insula, de Corea, de Luxon*, Roma, 1590-1591, ms. Biblioteca Nazionale, Roma, *Fondo Gesuitico*, 1274; pub. in Tacchi Venturi, 1913, pp. 500 e segs..

<sup>60</sup> Pe. Michele Ruggieri, S.J., *China seu humana institutio a P. Michaelae Rogerio collecta*, c. 1593, ms. Biblioteca Nazionale, Roma, *Fondo Gesuitico*, n. 1185.

Valignano manda de longe um parecer a proibi-lo, alegando, não sem algum cinismo, que o seu agente de outrora “sabia bien poco de las letras y lengua china” (1596)<sup>61</sup>.

À falta de sucesso nas Chancelarias, o Pe. Michele conseguiu tornar-se num “sinólogo” requisitado. Contribuíram para isso as preciosidades literárias e o intérprete chinês que trouxera de Macau, mas também a mesma esmerada educação recebida desde a infância que o servira ao longo de dez anos nas Missões. Nascido em 1543 em Spinazzola (Bari, Apúlia), cedo fora confiado ao magistério dos jesuítas de Nápoles. Supõe-se que tenha ingressado na Universidade dessa cidade no início da década de 1560, época em que estavam ao rubro os debates em torno da Reforma protestante. Laureado *in utroque iure* — ou seja, em direito civil e canónico —, trabalha durante algum tempo para a máquina administrativa espanhola antes solicitar de a entrada na Companhia. Admitido no noviciado de Sant’ Andrea al Quirinale em Outubro de 1572, vive em Roma durante os cinco anos seguintes. No Colégio Romano estuda teologia e filosofia, enquanto o ambiente que aí respira o vai afeiçoando à ideia de rumar às Índias. O geral Mercurian autorizá-lo-á a partir quando ainda não concluía o curso de teologia, pelo que pôde atingir Lisboa em Fevereiro de 1578. Na capital portuguesa é ordenado sacerdote, celebra a sua primeira missa, é recebido em audiência pelo rei D. Sebastião e no mês seguinte já segue embarcado na *S. Luís* ao lado dos restantes treze religiosos que integram a 30.<sup>a</sup> expedição jesuíta destinada ao Oriente. Duarte de Sande, Matteo Ricci e Francesco Pasio, como vimos, contam-se entre os que viajam consigo<sup>62</sup>.

Entre a chegada a Goa, a 13 de Setembro de 1578, e a chegada a Macau, a 20 de Julho de 1579, o Pe. Ruggieri testou as suas capacidades de missionário na Costa da Pescaria, onde aprende o á-bê-cê da língua tamil. Mas será entre a abertura do Catecumenato de São Martinho de Tours (1580), a obra que destinou à conversão dos chineses residentes no Porto do Nome de Deus<sup>63</sup>, e a abertura da residência de Zhaoqing (14 de Setembro de 1583) que os seus dotes começam a ser postos em evidência. A um *Dez Mandamentos do Décalogo* e ao dito *Catecismo*, o qual se baseou num rascunho do jesuíta espanhol Pedro Gómez<sup>64</sup> e circulou na China, no Japão e na Coreia em mais de

---

<sup>61</sup> Carta do Pe. Alessandro Valignano ao geral Claudio Acquaviva, Goa, 16 de Dezembro de 1596; cit. in Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, ed. 1942, vol. 1, p. 43, n. 2. Ver Lo Sardo, 1993, pp. 15 e 31-32.

<sup>62</sup> Pfister, 1932, p. 15; Lo Sardo, 1993, pp. 15-18; Braga, ed. 1998, p. 288, n. 21.

<sup>63</sup> Benjamim Videira Pires, “Matteo Ricci e João Rodrigues, dois elos de interpenetração cultural na China”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 18, Janeiro/Março 1994, p. 5; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, pp. 139-140.

<sup>64</sup> Nascido c. 1534, o malaguenho de ascendência judaica Pedro Gómez entrara na Companhia em Portugal em 1553. Ensina Filosofia e Teologia durante oito anos, depois do que exerce o magistério

4200 cópias<sup>65</sup>, o italiano juntou depois um *Flos sanctorum*, um *Confessionário* e uma *Doutrina*, trabalhos muito provavelmente impressos a partir de matriz xilográfica. Deles não restam muito mais vestígios para além de algumas referências que o próprio lhes faz numa carta de 1583 dirigida a Acquaviva<sup>66</sup> e, talvez, de algumas chamadas de um *Catalogo dos Livros, que os nossos tem feito na China*<sup>67</sup>, manuscrito com 118 títulos composto ou mandado compôr em torno a 1640-1644 pelo Pe. Francisco Furtado, S. J. (Faial, Açores, 1588-Macau, 1653)<sup>68</sup>.

Fora o facto de poder ter auxiliado Matteo Ricci na escrita da relação geográfica que este cedeu a Valignano em 1582 e que constituiria uma das fontes principais da *Historia del principio e progresso*, Ruggieri terá ainda composto alguns dos escritos guardados em Nápoles num códice referenciado como *Scripta ua / P. Rogerij* (ms. c. 1581)<sup>69</sup> e colaborado na tradução dos *Quatro Livros* que o Pe. Ricci daria por terminada em 1593. Tenha ou não sido assim, nada impede também que a sua própria tradução do *Daxue* haja sido iniciada durante os 9 anos que permaneceu na China meridional<sup>70</sup>. Finalmente, é co-autor, com Ricci, de um *Dicionário Português-Chinês* (ms. 189 fls., c. 1583-1587)<sup>71</sup>, o primeiro entre esta língua e uma língua europeia<sup>72</sup>.

---

religioso na Ilha Terceira. Destinado à Missão nipónica, é retido durante algum tempo em Macau, precisamente na altura em que Ruggieri inicia a sua presença na China. Chegado ao Japão a 25 de Julho de 1583, governará essa Vice-Província entre 1590 e 1600, o ano da sua morte. Considerado como o principal animador do grupo dos “escolásticos” da Missão do Japão, distingue-se aí ao longo de dez anos como professor de ciências naturais e de filosofia das ciências, tendo deixado um conjunto de notas dos seus cursos. Entre vários dos manuscritos que legou conta-se um *Compendia catholicae veritas*. Pfister, 1932, p. 15, n. 2; Cabezas, 1995, p. 227; Costa, 1999a, p. 25; Bésineau, 1998, p. 78, n. 16, p. 78; p. 110, n. 8.

<sup>65</sup> Lo Sardo, 1993, p. 21, n. 92; Sebes & López-Gay, 1993, p. 38; Videira Pires, 1994, p. 6.

<sup>66</sup> Carta do Pe. Michele Ruggieri ao geral Claudio Acquaviva, Zhaoqing, 7 de Fevereiro de 1583; pub. in Tacchi Venturi, 1913, p. 412.

<sup>67</sup> *Catalogo dos Livros, que os nossos tem feito na China*, BAL, 49-V-11, fls. 519r.-521v. Ver *ibidem*, fls. 519v.-520v.; pub. in Cadafaz de Matos, 1988, pp. 37-38; Cadafaz de Matos, 1993b, p. 413.

<sup>68</sup> Cadafaz de Matos, 1988, pp. 32-41; pp. 55-56, n. 61; Braga, ed. 1998, p. 523, n. 37.

<sup>69</sup> Entre os escritos aí incluídos atribuíveis a Michele Ruggieri (falta um estudo competente sobre o assunto) assinala-se o texto latino *De Abiuratio Re Canonica* (com regras de direito eclesiástico), uma recolha intitulada *Sententiae siue Pronunciata Diversorum Autorum ex Diversis Libris Excerpta*, um pequeno manual de confessores em língua portuguesa (que começa com a frase: “O melhor remedio que hum peccador tem para se reconciliar com deos he cobrar a graça que depois do baptismo perdeo pollo peccado mortal, he o sacramento da penitencia que he a confissão [...]”), umas *Normas com que se Ensina a Fazer Testamento, Como se Haverá um Padre com Aproveitamento que Quer Fazer Testamento* e uma *Resposta de Algumas Dúvidas Manuais e Quotidianas se Oferece aos Confessores Máximos em Terras de Infies* (outro tratado prático para uso de confessores). Achille Pellizari, “I Manoscritti portoghesi di Napoli”, in *Portogallo e Italia nel Secolo XVI: Studi e Ricerche*, Nápoles, ed. Francesco Perrella, s.d. [1914], pp. 317-320; cit. in Cadafaz de Matos, 1997, p. 33. Ver também: Cadafaz de Matos, 1988, pp. 411-412.

<sup>70</sup> Ver Lo Sardo, 1993, p. 21, n. 92.

<sup>71</sup> Pe. Michele Ruggieri, S.J. & Pe. Matteo Ricci, S.J., *Dicionário Português-Chinês*, c. 1583-1587, ms. ARSI, *Jap. Sin.*, I, 198.

<sup>72</sup> Ver Deus Ramos, 1988, pp. 42-43; p. 46, n. 1.

O duque Gaston d'Orléans, irmão de Luís XIII, marca presença entre os que logo se interessaram pelos autorizados conhecimentos sobre a China que Michele Ruggieri ostentava ao retornar à Europa e encomenda-lhe um grande mapa daquele país. Para esta empreitada, concluída em Roma em 1590, o inaciano contou com a colaboração do reputado pintor e cartógrafo florentino Matteo Nerone. Em 1656, Nicolas Sanson d'Abbeville, o maior representante da então proeminente cartografia francesa, divulga essa carta de Ruggieri/Nerone, a qual acabaria por ser reimpressa em 1670 em versão simplificada ao lado de duas outras cartas da China mais recentes, as dos padres Martino Martini (1655)<sup>73</sup> e Michał Piotr Boym (1659)<sup>74</sup>. Entre o final de 1590 e o começo de 1591 Ruggieri conclui o prefácio da versão latina do seu *Catecismo*, versão que ia dedicada a Gregório XIV. O texto é curto, mas suficiente para incluir uma breve reportagem geográfica sobre o Império do Meio. Giovanni Botero na sua *Relazioni universali* (1.<sup>a</sup> ed. em 3 partes, Veneza, 1591-1593)<sup>75</sup> e Antonio Possevino na sua *Bibliotheca Selecta* (Roma, 1593)<sup>76</sup> confessarão também a sua dívida para com o missionário de Spinazzola a respeito do tema China.

Quando os negócios da Cúria passaram a ser um caso perdido e o Pe. Ruggieri regressa em definitivo às suas terras de origem, decide investir na interpretação das tábuas de um exemplar do *Guang Yutu*, é quase certo que na edição de 1566. Até à sua morte, em 1607, terá em mente concluir um tratado exaustivo sobre a geografia, os usos, os costumes, a religião e a filosofia dos chineses<sup>77</sup>. Apesar de não ter cumprido tal

---

<sup>73</sup> Impresso pela primeira vez em Amsterdão no ano de 1655, o *Atlas Sinensis* de Martino Martini (1614-1661) seria também incorporado no *Theatrum Orbis Terrarum sive Atlas Novus* de Joan Blaeu: vol. 6, 1655, com texto em latim, holandês, francês e alemão. Lelewel, ed. 1966, pp. 33-34, n. 23; p. 34; Dainville, 1940, pp. 333-335; Marcel Destombes, “Wang P’an, Liang Chou et Matteo Ricci – Essai sur la cartographie chinoise de 1593 à 1603”, in *Actes du IIIe Colloque International de Sinologie*, 1983, p. 59; Foss, 1988, pp. 214-219; Bencardino, 1993, p. 59; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 72 e 108.

<sup>74</sup> Consevado na Biblioteca Vaticana, o *Atlas da China* do polaco Michał Piotr Boym (1612-1659) intitula-se *Mangi Catay, quod olim Serica, et Modo Sinarum est Monarchia*. Ver, *inter alia*, Deus Ramos, 1991, pp. 39-40.

<sup>75</sup> Giovanni Botero, *La relationi universali*, Veneza, 1598, vol. II, liv. II, pp. 124-126 e 154; ref. in Lo Sardo, 1993, p. 14, n. 34.

<sup>76</sup> Pe. Antonio Possevino, S.J., *Antonii Possevi Societatis Iesv Bibliotheca selecta qua agitur de ratione studiorvm in Historia, in Disciplinis, in salute omnium procuranda. Cum Diplomate Clementis VIII Pont. Max.*, Roma, Ex Typogr. Apostolica Vaticana, 1593, pp. 581 e segs; ref. in Lo Sardo, *ibidem*, p. 14, n. 34.

<sup>77</sup> Veja-se a seguinte lista de matérias, que Ruggieri deixa dispersa por vários apontamentos. Ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 101-I: “Dei confini del Regno della Cina” (fl. 132r.); “Del numero d’habitatori e loro industria” (fl. 138r.); “Dell’ordine et diligenza degli Cinesi nel suo governo e della cautela con gli forastieri” (fl. 144v.); “Come il re non si fida dei suoi e della vigilanza che usa di dentro li luoghi” (fl. 147v.); “Come di tutto questo gran regno della Cina ne è Re et Signore un solo Principe et del consiglio che tiene et maestà del suo Palazzo et Corte” (fl. 154v.). Ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 101-II: “Della grandezza et magnificenza delle città et edifici che si trovano al presente et che alla giornata si fabricano in tutto il paese della Cina” (fl. 269v.); “Della Navigazione dei Cinesi” (fl. 272v.); “Delle lettere et carattere dei Cinesi” (fl. 275v.); “Degli Presidenti, governatori...” (fl. 277v.); “Impedimenti per la Conversione dei Cinesi” (fl. 281v.);

sonho, utilizou os dados do atlas de Luo Hongxian para sustentar o essencial do que veio a ser o seu *Teatro* ou *Atlas da China Ming*, manuscrito composto por 37 fôlios de descrições geográficas e 28 mapas e que constitui a primeira descrição completa da China produzida na Europa nos anos da passagem do século XVI para o século XVII<sup>78</sup>. Descoberto no final da década de 1980 no Archivio di Stato di Roma<sup>79</sup> e publicado em 1993<sup>80</sup>, é nele que sobretudo nos apoiaremos para indagar a forma como o nosso jesuíta tentou articular — ou não — os conhecimentos que trazia do Oriente com os que Diego de Pantoja pôs a circular em 1602.

### *Adormecer em Salerno*

A este propósito, deve-se começar por dizer que Michele Ruggieri teve consigo um exemplar da *Relación de la entrada*, do qual traduziu para os seus apontamentos e sob o título “Descriptione del Regno” o trecho que vai do início da leitura geográfica propriamente dita ao esclarecimento daqueles a que Pantoja chamou “dos yerros notables” — como recordaremos, a exagerada dimensão atribuída à China e a excentricidade chamada Cataio<sup>81</sup>. No seu espólio contava também com treze livros escritos à mão em letra chinesa e dois grande mapas com igual origem. O primeiro era o “mapa-mundo” assinado por Liang Zhou com o título *Qiankun wanguo quantu gujin renwu shiji* (*Mapa do Céu e da Terra e dos dez mil países do Mundo*)<sup>82</sup>. Utilizava para as partes relativas aos países estrangeiros o mapa-mundo de Ricci de 1584 e fora expedido de Macau em 1593. O segundo reproduzia as ilhas da foz do Xijiang. Por outro lado, é possível, mas não certo, que tivesse tido acesso à edição de 1579 do *Guang*

---

“Descriptione del Regno” (fl. 283v.); “Della grandezza della città di Nanchino” (fl. 284v.); “Entrate del Re della Cina” (fls. 285v.-286v.); “Piano dell’opera” (fl. 287v.) e “Poste da Cantone a Suon Tien” (fl. 288v.); cits. in Lo Sardo, *ibidem*, p. 14, n. 33.

<sup>78</sup> Lo Sardo, *ibidem*, pp. 12-14 e 32.

<sup>79</sup> Pe. Michele Ruggieri, S.J., *Atlas da China Ming*, Biblioteca do Archivio di Stato di Roma, *Manoscritti*, ms. 493.

<sup>80</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 1, n. 13.

<sup>81</sup> Pe. Michele Ruggieri, S.J., *Commentarii (Dei Sinis fragmentum)*, ms. ARSI, *Jap. Sin.*, 101-II. Ver *supra*, nota 77 a este capítulo. Cf. Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, fls. 55r.-60r.

<sup>82</sup> Liang Zhou, *Qiankun wanguo quantu gujin renwu shiji*, 1593, Map Room, British Library, Londres. Ver Smith, 1996, pp. 45 e 56-57.

*Yutu*. Mais hipotética ainda é a possibilidade de ter olhado uma carta geral da China estampada em 1594 com o patrocínio de Wang Pan<sup>83</sup>.

Dois objectivos principais parecem ter presidido à feitura do *Atlas da China*. Por um lado, pretender-se-ia oferecer uma ideia tão exaustiva quanto possível da perfeição formal do sistema administrativo chinês. Por outro, ambicionar-se-ia ordenar a apresentação do Império de acordo com um critério mais geográfico que político, quer dizer, que fugisse à típica leitura das treze províncias mais duas áreas metropolitanas. O resultado não terá correspondido em pleno a tais expectativas, mas é inegável que se traduziu num amplo progresso em relação ao que corria na generalidade dos manuscritos e impressos ocidentais da época.

Inspirado na divisão quadripartida que era norma das fontes chinesas e que se repetia no próprio *Guang Yutu*, o Pe. Ruggieri começou por conceber um arranjo provincial em quatro grandes áreas: China meridional-marítima, China setentrional, China Sul-ocidental e China Norte-oriental. Por aqui torna-se desde logo patente ter-se imposto a perspectiva de quem, como os mercadores ou os autores portugueses coevos, tendia a olhar o espaço em questão do Sul litorâneo para o Norte interior. Depois, o jesuíta cumpre com escrúpulo um esquema que consiste na alternância entre o desenho dos mapas de cada uma das províncias segundo o sistema chinês que tem por base uma malha quadrangular correspondendo a distâncias convencionadas e uma notícia explicativa que, também ela, responde a uma regra constante.

Assim, faculta-nos sempre informações relativas ao respectivo lugar de primeira ordem (*fu*), incluindo as distâncias medidas entre ele e os *fu* confinantes e as distâncias do mesmo face à capital imperial, após o que passa em revista as circunscrições administrativas subordinadas, os “ceu” (*zhou*) e os “hhien” (*xian*). Seguem-se as guarnições militares (*wei*) e os postos de guarda do Império (*suo*). Quando é caso disso, aparecem igualmente notas sobre a produção de cereais e de arroz e a riqueza mineral. Podem ainda ser representados alguns relevos, traçados os principais rios ou registados dados sobre algumas culturas particulares como o milho, o chá ou os legumes, sobre a residência de membros da família do imperador reinante e sobre a existência de escolas ou de “universidades de medicina e de religião”<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Lo Sardo, 1993, p. 13, n. 22; p. 14, n. 28; Petech, 1993, p. 44.

<sup>84</sup> Lo Sardo, 1993, pp. 32-33; Petech, 1993, p. 41; Bencardino, 1993, p. 55; Fernando Sales Lopes, “O *Atlante della Cina* de Michele Ruggieri”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 33, Outubro/Dezembro 1997, p. 6.

Está visto que nem teria sido possível conceber este resultado apenas com base numa experiência de cinco anos para além da redoma de Macau como aquela que Ruggieri viveu entre 1583 e 1588, nem a rápida viagem de 1585-1586 até Hangzhou lhe teria fornecido as pistas suficientes para inventariar o que divulga sobre as províncias então percorridas. Tendo-se tornado óbvio o recurso a materiais cartográficos e estatísticos chineses ou derivados de textos chineses, faltava apenas identificar qual ou quais as fontes em questão. Aqui, não tardou a impôr-se que foi o atlas de Luo Hongxian a peça utilizada de forma mais exaustiva pelo jesuíta retirado em Itália. Entre um e outro objecto há uma semelhança geral de conteúdos, de traçados hidrográficos e de contornos costeiros que torna imediata tal associação. Acresce que Michele Ruggieri não desenha a Grande Muralha, algo que o *Guang Yutu* só contempla a partir da quinta e, por assim dizer, definitiva edição de 1579. Uma última coincidência aponta no sentido desse instrumento nuclear ter sido, como referido, a respectiva quarta e rara edição de 1566: os detalhes estatístico-administrativos deixados apenas a sete cartas provinciais desenhadas pelo italiano (Pequim, Nanquim, Shaanxi, Shanxi, Zhejiang, Jiangxi e Guangdong) apenas concordam em pleno com o que vem nessa tiragem da *Ampliação do Mapa Terrestre*<sup>85</sup>.

O tipo de papel empregue, a continuidade estilística e várias anotações dispersas pelos fólios do *Atlas da China* confirmam-nos uma obra em larga medida composta em terras italianas entre 1590 e 1605. Contudo, sucede que as coordenadas geográficas dos mapas da ilha de Hainão, do Guangdong e do Fujian surgem estranhamente muito próximas das calculadas por Ptolomeu quando o normal seria que, pelo menos, se entendessem com as correcções avançadas por Matteo Ricci para a longitude de Macau na carta que escrevera a Juan Bautista Román em 1584.

O problema volta a colocar-se com a indicação das dimensões gerais da China, sobretudo desde que se sabe que Michele Ruggieri conheceu e transcreveu os cálculos inseridos na *Relación* de Pantoja. É que, primeiro, nenhuma correcção se lhe impôs fazer sobre a latitude máxima do reino, deixando supor que, tal como escrevera já depois de 1583, continuava a acreditar que este estivesse situado pouco mais ou menos entre os 18° lat. N de Hainão e os 45° lat. N, correspondendo isso a uma extensão da parte continental de perto de 600 léguas<sup>86</sup>. Em segundo lugar, ainda que entretanto

---

<sup>85</sup> Petech, 1993, pp. 41 e 44. Ver também: Song Liming & Maria Luisa Giorgi, “Nota alla identificazione dei toponimi cinesi”, in Pe. Michele Ruggieri, *Atlante della Cina*, 1993, pp. 121-122.

<sup>86</sup> Pe. Michele Ruggieri, *Jap. Sin.*, 101-I, fl. 135r.; cit. in Lo Sardo, 1993, p. 14, n. 29.

tivesse evoluído de uma estimativa segundo a qual a distância entre o cabo de “Nimpò” e os confins ocidentais da China seria de 400 léguas em linha recta<sup>87</sup> para o risco mais concreto da carta depois publicada por Sanson, onde a longitude do Império nos surge colocada entre os 130° e os 160° E, tais valores não apenas tornam a contrastar com a contemporânea opinião de Ricci (entre os 120° e os 136° ou 137° a Este das Canárias em 1584; entre os 120 e os 130 “e tanti” graus em 1585<sup>88</sup>), como colidem com os 122° long. E do mapa de “Scienci” (n.º 30) do seu próprio *Atlas*, por exemplo<sup>89</sup>. Como foi possível que, como parece, Ruggieri chegasse ao ponto de ignorar os estudos astronómicos que o seu confrade Matteo concluiu quando ambos dormiam debaixo do mesmo tecto?

Na *tavola 9*, dita “Della città di Quam Ceu della provincia di Quantum et d’alcune sue isole”, vêm algumas indicações sobre os palmares de Hainão, sobre a pesca de pérolas naquela ilha e sobre a longínqua subida de Fernão Peres de Andrade até Cantão que testemunham a interposição marginal, mas que também aqui acontece, de fontes não chinesas.<sup>90</sup> Na *tavola 12*, sobre a província de “Quantum” e dedicada a ilustrar um mapa sem título do manuscrito original (t. 11), Michele Ruggieri vai mais longe e revela estar a par da fundação da residência de “Sciauceu” (Shaozhou), um sucesso que sabemos posterior à sua despedida de Macau<sup>91</sup>. Só que, sempre apesar de Pantoja, nem a Casa de Nanchang (1595), nem muito menos as de Nanquim (1599) e de Pequim (1601) são dadas a conhecer.

O anacronismo do *Teatro* é especialmente clamante no capítulo introdutório que traz. Num latim tão correcto como o que preenche todas as restantes partes escritas nessa língua, o Pe. Ruggieri oferece aí uma breve leitura sobre a terra, a gente e a religião chinesas que dir-se-ia em três quartas partes transposta da breve notícia posta no verso do mapa da China de Luís Jorge de Barbuda e publicada por Ortelius em 1584<sup>92</sup>. Pode também dizer-se que nada do que aqui está e não estava nessa edição do *Theatrum Orbis Terrarum* acrescenta o que quer que seja às referências que era comum imprimir sobre o objecto em causa<sup>93</sup>. No entanto, temos dois aspectos que, se possível, sobressaem de entre os demais que configuram este surpreendente impasse, um pela ausência e o outro pelo erro.

---

<sup>87</sup> Pe. Michele Ruggieri, *Jap. Sin.*, 101-I, fl. 135r.; cit. in Lo Sardo, *ibidem*, p. 14 n. 29.

<sup>88</sup> Ver Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, ed. 1942, vol. 1, p. 13, n. 1.

<sup>89</sup> Lo Sardo, 1993, p. 33.

<sup>90</sup> Ver Pe. Michele Ruggieri, *Atlas da China Ming*, [tábua 9] “Jesus Maria Della città di Quam Ceu della provincia di Quantum et d’alcune sue isole”, ed. 1993, pp. 68-69.

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*, [tábua 12] “De Quantum Provincia”, ed. 1993, p. 70.

<sup>92</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-4.

<sup>93</sup> Ver Pe. Michele Ruggieri, *Atlas da China Ming*, [capítulo introdutório], ed. 1993, pp. 65-66.

No primeiro caso está o total silêncio que é feito sobre as características do governo e da administração provincial do Império. No outro, as palavras com que Ruggieri resume as crenças dos chins. Escreve ele: “est apud illos idorum quod tribus nominibus vocant: Nanuu, Homitofe, Schiechia [...]”<sup>94</sup>, parecendo assim confundir o Buda do Ocidente — “namah Amitabha” — tanto com duas divindades distintas, como com uma suposta divindade trinitária budista da qual o último elemento constitutivo é Buda Gautama<sup>95</sup>. O ponto contempla ainda uma quarta alusão concreta, esta a “Cuon in” (Guan Yin, a “Quayin” de Rada e a “Quanina” de Mendoza)<sup>96</sup>. Volta a questionar-se como foi possível um desentendimento tão sério com os conhecimentos que há muito vinham correndo sobre esta matéria, a começar por aquilo que Matteo Ricci já esclarecia em 1584 na missiva endereçada ao feitor Román sobre as “tres setas” dos chineses<sup>97</sup>.

### **3. *Faire veoir à la France, avec l’ayde de Dieu... e de Lisboa***

A nossa longa galeria de escritos jesuíticos relativos às Missões da Índia Oriental encerra com dois espécimes projectados e concluídos quase em simultâneo, as *Histórias* de Pierre du Jarric (1608-1614)<sup>98</sup> e de Sebastião Gonçalves (ms. 1614)<sup>99</sup>. Apesar das coincidências de tempo e de assunto, é também claro que cada qual pretendia responder a um propósito específico. No primeiro caso tínhamos o despertar da França missionária para os assuntos orientais. No segundo, o interesse em ver editada em Lisboa uma nova história da Companhia de Jesus no Oriente aliava-se à necessidade de produzir um texto sólido que apoiasse o projecto de uma grande obra geral da Ordem acabado de confiar ao Pe. Francesco Sacchini e aos seus colaboradores romanos. No entanto, conhecemos que tal dispersão de objectivos não impediu que, numa prova clara de que Portugal dominava os circuitos internos dos inacianos nesta matéria, a influência lusitana sobre o projecto francês acabasse por ser tão determinante quanto o foi para a tarefa confiada ao Pe. Gonçalves. Como observámos, Du Jarric deixa a meio a tradução da *Historia de las Misiones* de Luis de Guzmán e opta por concretizar um trabalho

---

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, [t. 3: capítulo introdutório], ed. 1993, p. 66.

<sup>95</sup> Ver Lo Sardo, 1993, p. 12; Pe. Michele Ruggieri, *Atlas da China Ming*, ed. 1993, p. 66, n. 3.

<sup>96</sup> Pe. Michele Ruggieri, [t. 3: capítulo introdutório], ed. 1993, p. 66.

<sup>97</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 16-2.

<sup>98</sup> Refs. *supra*, Parte II, cap. 11, notas 1 e 9; cap. 13, n. 99.

<sup>99</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 13, n. 105.

original depois de ler os conselhos e, sobretudo, de receber os livros e os manuscritos enviados pelo seu correspondente Fernão Guerreiro<sup>100</sup>.

Pierre du Jarric concretizará ao longo dos três tomos da *Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres païs de la descouuerte des Portugais, En l'establissement de la foy Chrestienne* um acompanhamento dos progressos da Missão Chinesa até ao ano de 1608, o que significa que persegue pouco mais ou menos os mesmos acontecimentos assinalados nas *Relações anuais* do Pe. Guerreiro. No caso da *História da Índia* de Sebastião Gonçalves, o plano apontava para um horizonte ainda mais curto, interrompido no ano de 1606. Contudo, acabamos por ter a sua análise irremediavelmente condicionada pelo facto de apenas se conhecerem os índices das segunda e terceira partes, sendo que a primeira suspende o noticiário em 1570. Sobram as caracterizações autónomas da China que ambos nos dão: Du Jarric nos capítulos XVII-XX do Tomo II e Gonçalves no capítulo III do livro V da dita Parte I.

Uma ideia genérica pode, desde logo, avançar-se a este respeito. Assim, não só nenhum inova em relação às fontes literárias que tem ao seu dispor para fixar à distância o mundo sínico, como a mais recente destas duas leituras, que é a do português, revela depender de uma única e em tudo inesperada minuta, o texto tomado do *Discvrso de la navegacion* de Bernardino de Escalante que surgiu apenso ao mapa da China publicado por Abraham Ortelius em 1584.

### ***A China na Histoire des choses plvs memorables do Pe. Du Jarric, S.J.***

Aproveitando os lazeres forçados pelas pestilências que afectam, durante alguns anos, Bordéus e as salas de aula onde leccionava Teologia Moral, o Pe. Pierre du Jarric (Toulouse, 1566-Saintes, 1617) consegue o tempo indispensável para redigir a *Histoire* que publicará entre 1608 e 1614. Admitido na Companhia em 1582 e já antes professor de Filosofia, assinará depois disso a versão francesa de um *Paraíso da Alma* previamente vertido do latim para espanhol por Pedro de Ribadeneyra (Bordéus, 1616)<sup>101</sup>. De qualquer modo, serão sem sombra de dúvida os volumes de carácter

---

<sup>100</sup> Ver, *supra*, Parte II, cap. 11-1.

<sup>101</sup> *Le Paradis de l'âme, ou Traité des Vertvs, composé en Latin par Albert le Grand, et traduit en Espagnol par le P. Pierre de Ribadeneyra de la Compagnie de Jesus: qui au bout de chasque chapitre à adjousté une Oraison, pour demander à Dieu la vertu qui s'y traicte: et depuis Tourné en François par*

historiográfico dedicados a Henrique IV, Luís XIII e à rainha regente a afiançar-lhe o lugar que ocupa como autor de referência.

De todos os documentos aproveitados por Du Jarric, ele próprio reconhece ter preferido a *Historia da vida do padre Francisco Xavier* de João de Lucena. Além de “homme bien versé en Cosmographie”, aos seus olhos este gozava das vantagens de extravasar largamente o tema biográfico em causa, de ter tido acesso a cópias autênticas das informações sobre a existência do “apóstolo das Índias” preparadas por ordem de D. João III e, por fim, de haver vasculhado os originais de muitas cartas escritas do Oriente que se guardavam no Colégio de Coimbra. Acrescenta depois que só quando presentira que Lucena trocava o discurso de historiador por “plusieurs discours doctes à la verité, mais plus propres d’un Predicateur”, intervalara dados de outras obras, a começar pelos da de Guzmán<sup>102</sup>. Tal esforço de legibilidade traduzira-se ainda na opção por respeitar a sequência temática desse que fora o seu primeiro autor, já que ela lhe parecera a mais cómoda para fazer entender os progressos da fé em cada uma das regiões consideradas<sup>103</sup>. Lendo a forma como se referiu ao assunto que tratamos, constatamos de imediato o cumprimento destas premissas básicas.

No Tomo I da *Histoire des choses plvs memorables* a China é somente mencionada para enquadrar do ponto de vista geográfico a viagem do Pe. Francisco Xavier ao arquipélago nipónico e a respectiva morte na ilha de Sanchoão<sup>104</sup>. No Tomo II podem seguir-se com relativo detalhe — mas com cerca de dez anos de atraso em relação ao que os leitores de língua portuguesa ou espanhola tinham na sua posse — assuntos que vão das perspectivas sobre o descobrimento do Cataio lançadas pelos jesuítas do Mogol nos finais do século XVI à frustrada tentativa que Matteo Ricci e Lazzaro Cattaneo realizaram sensivelmente pela mesma altura para se instalarem em

---

*un autre Pere de la mesme Compagnie et dedié à la Reine*, Bordéus, par S. Millanges, 1616. Reeds. : Lyon e Paris, 1647; refs. in Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 4, 1893, p. 752.

<sup>102</sup> Pe. Pierre Du Jarric, *Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales, que autres país de la descouerte des Portugais*, liv. I, “Advertissement av Lectevr Chrestien”, Bordéus, 1608, s. pp. [cit. p. 3].

<sup>103</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. I, “Advertissement av Lectevr Chrestien”, Bordéus, 1608, s. pp. [pp. 2-3].

<sup>104</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXI — “Il [Pe. Francisco Xavier] s’en va av Japon, et ce qui luy aduint en ce voyage”, Bordéus, 1608, pp. 235-247; idem, *ibidem*, liv. I — cap. XXII, “Il s’en retrovrne dv Japon avx Indes, & prend resolution d’aller à la Chine, pour y annoncer la Foy de Iesus-Christ”, Bordéus, 1608, pp. 247-257; idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXIII — “De l’ordre qv’il mit ez choses de la Compagnie auant qu’aller à la Chine, & les instructions, qu’il bailla aux Superiurs, qu’il laissoit”, Bordéus, 1608, pp. 257-264; idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXIV — “L’ambassade de Iacques Pereira est empeschée par le Gouverneur de Malaca, lequel a ceste cause est denonce excommunie par le P. Xauier, comme Nonce Apostolique”, Bordéus, 1608, pp. 264-272; idem, *ibidem*, liv. I, cap. XXV — “Il [P. F. Xavier] arrive a vne isle de la Chine nommée Sancham, ou il mourut saintement”, Bordéus, 1608, pp. 272-284.

Pequim<sup>105</sup>. No Tomo III, Du Jarric começa pela fundação do Colégio de Macau e pela bem sucedida jornada de Ricci e Pantoja em direcção à Corte de Wanli, acabando por alcançar o limite superior do intervalo coberto por Fernão Guerreiro na *Relaçam annal* de 1611 quando trata “des choses plus memorables, qui aduindrent en la Chine, pour l’aduancement de la foy, ez années 1607. & 1608”<sup>106</sup>. Como se depreende, em termos absolutos as novidades sobre os primórdios da Missão em causa continuam a ser nulas.

---

<sup>105</sup> Ver idem, *Second Partie de l’Histoire des choses plvs memorables*, liv. IV, cap. XVI — “Comme le Pere Hierosme Xauier estant à la Cour du grand Mogor, eust cognoissance du Royaume de Catay, & ce qu’il eu apprint”, Bordéus, 1610, pp. 494-498; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXI — “Les Portugais commencent de traffiquer en la Chine, & quelques Religieux de diuers ordres procurent d’y auoir entrée, & s’y arrester pour y publier la foy de Iesvs-Christ”, Bordéus, 1610, pp. 590-618; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXII — “Comme le P. Michel Roger de la Compagnie de Iesvs fut enuoyé à Macao, d’ou allant avec les Portugais à Canton, il obtint congé des Mandarins d’y auoir un logir”, Bordéus, 1610, pp. 618-623; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXIII — “D’un voyage que fait le P. Alfonse Sanchez, des Philippines à la Chine, & comme à l’occasion d’iceluy, fust donné vn ample pouuoir au P. Michel Roger d’entrer en la Chine, & d’en sortir quand bon luy sembleroit”, Bordéus, 1610, pp. 623-636; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXIV — “Comme le P. Roger obtint congé du Tutan pour luy & quelques autres de la mesme Compagnie, de resider en la cité de Xauquin; d’ou ayant esté congediés pour quelque temps, ils y furent rappellez”, Bordéus, 1610, pp. 636-646; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXV — “Comme le P. Alfonse Sanchez estant venu dereches des Philippines à Macao, voulut aller trouuer les autres Peres à Xauquin: mais ne luy ayant esté permis, il s’en retourna à Manille, non sans encourir des grands dangers: & du premier bapteme, qui fust donné en la Chine”, Bordéus, 1610, pp. 647-651; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVI — “D’un voyage que firent au dedans du país de la Chine les Peres Michel Roger, & Antoine d’Almeida, vers la Prouince de Chinquion”, Bordéus, 1610, pp. 651-657; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVII — “Comme le Pere Roger fut enuoyé en Europe: & d’une grande persecution suscitée par les Anciens de Canton, contre les Peres, qui restent à Xauquin”, Bordéus, 1610, pp. 657-664; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVIII — “Les Peres de la Compagnie sont chasses de la ville de Xauquin, par le vice-roy de la mesme Prouince de Canton, & renuoyez à une autre ville de la mesme Prouince, nommée Xauecho”, Bordéus, 1610, pp. 664-674; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXIX — “Le P. Matthieu Ricci sous la faueur d’un grand Mandarin, entre bien auant dans la Chine, & voulant s’arrester en la cité de Nanquin, il en est empesché”, Bordéus, 1610, pp. 674-682; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXX — “De la cité de Nanchan; & comme le P. Matthieu Ricci ayant eu congé du Tutan d’y faire sa residence, commence à y prescher l’Euangile: & du fruit qui se faisoit tant là, qu’à Xauecho”, Bordéus, 1610, pp. 683-691; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXXI — “Comme le feu s’estant pris au Palais du Roy de la Chine, en brusla vne partie: & d’un voyage que firent les Peres Matthieu Ricci, & Lazare Catanio vers Paquin; ou n’ayant peu s’arrester, ils s’en reuiendrent à Nanquin, & là ils furent reçeus pour habitants, d’une façon merueilleuse”, Bordéus, 1610, pp. 692-699.

<sup>106</sup> Idem, *Troisieme Partie de l’Histoire des choses plvs memorables*, liv. VI, cap. LV — “Des choses plus memorables, qui aduindrent en la Chine, pour l’aduancement de la foy, ez années 1607. & 1608”, Bordéus, 1614, cit. p. 1057. Ver idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XLIII — “Dv College de Macao en la Chine, & comme le Diable atasché par diuers moyens de le miner pour empescher le fruit que en prouient pour la conuersion des Chinois”, Bordéus, 1614, pp. 953-960; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XLIV — “D’vn voyage que quelques Peres de la Compagnie de Iesvs firent vers la Cité Royale de Paquin, pour offrir au Roy quelques presens”, Bordéus, 1614, pp. 960-970; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XLV — “L’Eunuque Macon commence à descourir son mal-talen enuers les Peres, & le mauvais traictement qu’il leur fait, les mettant en prison, & leur rauissant quelques belles pieces qu’ils portoient”, Bordéus, 1614, pp. 971-977; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XLVI, “Le Roy s’estant souenu des Peres, les mande venir à Paquin, où ils luy portent leur présent, qui luy aggreua fort, & à ceste occasion leur fait beaucoup de faueurs, & les laisse demeurer en sa Cour”, Bordéus, 1614, pp. 977-987; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XLVII — “Les Peres ayant esté bien receus à la Cour commencent d’y prescher la foy de Iesvs-Christ, & gaignent à icelle quelques personnages de marque; & de quelques difficultez, qui se presentent, en la conuersion des Chinois”, Bordéus, 1614, pp. 987-995; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XLVIII — “Des plus signalées conuersions arriuéés en Xauecho, Nanquin, & lieux circonuoisins, dez l’an 1600. jusques à celuy de 1603. & de quelques exemples rares de vertu, que donnent les nouveaux Chrestiens”, Bordéus, 1614, pp. 995-

De igual modo, o breve apanhado geo-antropológico em quatro capítulos sobre o reino da China que se apresenta no título de 1610 pauta-se por um carácter sobretudo cumulativo. Sabemos que, desde o primeiro momento, Pierre du Jarric tem consigo a *Relación de la entrada* de Diego de Pantoja, mas o facto é que não dá sinais de compreender as diferenças de natureza e de actualidade que existem entre essa missiva-tratado e os dois outros textos que cita como incontornáveis para a caracterização do universo chinês, a *Historia de China* de Juan de Mendoza e o “Traicté des merueilles dudit Royaume” de Alessandro Valignano — ou seja, a *Historia del principio y progresso*<sup>107</sup>. Referimos também que Giovanni Pietro Maffei e o decisivo João de Lucena estiveram entre os “plus graues historiens de nostre temps” utilizados nesta resenha<sup>108</sup>. Se não se questiona o desejo que sentiria de ser o mais exaustivo possível, pelo que deles tomou continua a ser lícito considerar que o jesuíta de Toulouse manifesta uma permanente dificuldade em identificar as armadilhas retóricas e os típicos desvarios livrescos legados por muitas das autoridades da sua preferência.

Existem afinal excepções, como quando o Pe. Du Jarric procede a um confronto explícito entre o escrito por Garcia de Orta nos seus *Coloquios* e o escrito por Pantoja na sua *Relación* a pretexto do ruibarbo<sup>109</sup>. No entanto, logo para o ponto crucial dos limites geográficos da China encontramos várias parcelas da duvidosa tese explanada a propósito na *Historia* do padre Lucena, incluindo o aproveitamento que aí se fazia dos *In Isaiam Paraphrasis Libri quinque* de D. Jerónimo Osório e das estimativas do divino Ptolomeu<sup>110</sup>. Um pouco à frente, a apetência não controlada pelo sensacional leva-o a copiar a descrição dos palácios reais que transitara da *Historia* de Mendoza para

---

1006; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XLIX — “Des trois sectes d’Infidelles, qui sont en vogue dans la cité de Nanchan, & de la difficulté, qu’il y a de les arracher, ensemble de quelques couersions notables qu’il y a eu jusque’à l’an 1605”, Bordéus, 1614, pp. 1007-1018; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. L — “Par quels moyens les Peres ont acquis vn grand credit en la cité de Paquin, & de là par tout le Royaume de la Chine”, Bordéus, 1614, pp. 1018-1026; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. LI, “De quelques grands dangers, dont il pleut à Dieu garantir les Peres: & de la ferueur des Chrestiens de Paquin”, Bordéus, 1614, pp. 1027-1037; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. LII — “Les Peres sont ceusez, & tenuz comme naturels de la Chine, du consentement des Cours & souueraines, & du Roy mesme, & acheptent en ceste qualité vne maison dans Paquin; où ils descouurent quelques reliques des anciens Chrestiens, qu’il y a eu autre-fois en la Chine, & taschent de les ayder”, Bordéus, 1614, pp. 1037-1042; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. LIII, “Vn fils estant au Prince, heritier de la Couronne, le Roy en fait grande feste, change de vie; & la foy de Iesvs-Christ s’estend de plus en plus en ce Royaume là”, Bordéus, 1614, pp. 1042-1048; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. LIV — “Les Peres de la Compagnie se trouuent en grande peine principalement ceux de la Prouince de Canton; là où vn frere d’icelle est cruellement meurtry à coups de fouët, par le commandement des Mandarins”, pp. 1048-1056; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. LV, Bordéus, 1614, pp. 1057-1067.

<sup>107</sup> Idem, *Second Partie de l’Histoire des choses plvs memorables*, liv. IV cap. XVII, Bordéus, 1610, cit. p. 498.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, liv. IV cap. XVII, Bordéus, 1610, cit. p. 499.

<sup>109</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. IV cap. XVII, Bordéus, 1610, p. 506.

<sup>110</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. IV cap. XVII, Bordéus, 1610, pp. 502-503.

inúmeras fontes, assim como se a visita inédita de Pantoja à Cidade Proibida, com o flagrante desmentido que lhe ia associada, se reportasse a um lugar que não esse<sup>111</sup>. O controverso rearranjo do tema da recepção dos embaixadores estrangeiros operado por Mendoza é outra das passagens transferidas para a *Histoire des choses plvs memorables* sem quaisquer intermediários<sup>112</sup>.

Toda esta tendência conservadora adquire especial significado a propósito dos supostos vestígios de uma antiga evangelização do auto-designado Império do Meio por parte de S. Tomé ou dos seus discípulos, com Maffei e Lucena a serem citados ao lado de uma carta enviada de Pequim a 15 de Setembro de 1602 pelo Pe. Manuel Dias *senior*<sup>113</sup>. Na ânuia do Colégio de Macau de 29 de Janeiro de 1603 — a qual foi publicada com a *Lettere annua di Giappone del 1603, scritta dal P. Gabriel de Matos al R. P. Claudio Acquaiuia* (Roma, 1605<sup>114</sup>; ed. francesa, Douai, 1606<sup>115</sup>), assim como em conjunto com as *Litteræ Societatis Jesu, anno MDCII et MDCIII* (Mogúncia, 1607<sup>116</sup>) — o Pe. Diogo Antunes talvez tivesse sido dos primeiros a dar conta das revelações que alguns mouros haviam feito a Matteo Ricci e a Sebastião Fernandes sobre a existência na mais setentrional das províncias chinesas de certos homens brancos e barbados que construía igrejas, comiam carne de porco e adoravam Cristo e a Cruz<sup>117</sup>. Vimos que tais imagens foram repetidas quase textualmente por Fernão Guerreiro na sua *Relaçam*

---

<sup>111</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. IV cap. XIX, Bordéus, 1610, pp. 538-539.

<sup>112</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. IV cap. XIX, Bordéus, 1610, pp. 543-544.

<sup>113</sup> Ver idem, *ibidem*, liv. IV cap. XX, Bordéus, 1610, pp. 585-586.

<sup>114</sup> “Annua del Collegio di Macao, e Residenze della Cina scritta dal Padre Diego Antunes, al Padre Prouinciale dell’ India alli 29 di Gennaro del 1603, de Macao”, in *Lettera annua di Giappone del 1603, scritta dal P. Gabriel de Matos al R. P. Claudio Acquaiuia Generale della Compagnia di Giesù. Con una delle Cina e delle Molucche*, Roma, appresso Luigi Zannetti, 1605, pp. 121-143.

<sup>115</sup> “Lettre annuelle du College de Macao, et residence de la Chine, escrite par le Pere Diego Anthunes au Pere Provincial des Indes, le 29 de Janvier 1603, de Macao”, in *Lettre annuelle du Japon de l’an milsix-cens et trois. Escrites par le P. Gabriel de Matos au R. P. Claude Acquaviva, General de la Compagnie de Jesus. Auec une Epistre de la Chine et des Molusques. Translaté d’Italien en nostre langue vulgaire. Suyuant l’exemplaire imprimé à Rome l’an 1605*, Douai, 1606 (pelo Pe. Ant. de Balinghem, S.J.), pp. 154-187.

<sup>116</sup> “*Litteræ annuæ Collegii Macaensis, et caeterorum Domiciliorum apud Sinas a P. Jacobo Antonio, ad P. Provincialem apud Indos datae, anno 1603-4 Kalend. Febr. (Macai)*”, in *Litteræ Societatis Jesu, anno MDCII et MDCIII... e Sinis, Molucis, Japone datae, progressum Rei Christianæ in ijs oris, aliaque memoratu incunda complexæ. Cum Caesareæ Maiest. Privilegio, et superiorum concessio*, Mogúncia, Typographeo Balthasari Lippii, 1607, pp. 124-146. A atribuição a Jacobo António é errónea.

<sup>117</sup> Carta ânua do Colégio de Macau, 29 de Janeiro de 1603 [do Pe. Diogo Antunes ao provincial da Índia], ed. 1999, pp. 111-112.

Diogo Antunes (Crato, 1552-Macau ?, c. 1610) ingressara na Companhia em 1570 ou 1571, segundo uns em Évora, segundo outros na Índia. Foi ordenado sacerdote antes de 1587, ano em que já se encontra em Macau. Aí fará os votos de coadjutor espiritual em Junho de 1590, destacando-se depois como pregador. Pensa-se que tenha morrido em Macau, em 1610, embora alguns biógrafos situem esse desfecho no Japão, em 1611. Ver Teixeira, 1972, p. 206; Costa, 1999, p. 41.

de 1605<sup>118</sup>. Agora, Pierre du Jarric vem oferecer o mesmo tentando fazer crer que se tratava do derradeiro indício recolhido sobre a existência de uma provável cristandade chinesa.

### *A China no que resta da História da Índia do Pe. Sebastião Gonçalves, S.J.*

Tal como Du Jarric, também nunca o Pe. Sebastião Gonçalves (Ponte de Lima, c. 1556-Goa, 1619) poderia alguma vez responsabilizar o momento em que lhe coube escrever “alguma cousa acerca dos costumes da China” pelas insuficiências do resultado. Tendo estudado no Colégio da Companhia de Jesus em Évora, ingressara no noviciado da Companhia na mesma cidade em 1574. Depois de frequentar ainda aí o curso trienal de filosofia, conhecera uma breve passagem pela secretaria da Cúria generalícia, em Roma (1583-1584). Tornara a Évora para concluir os estudos de teologia, acabando por ser ordenado sacerdote em 1588. Antes das funções que exercera na Índia a partir de 1594, trabalhou como pregador, prefeito de estudos e professor de Moral em Angra, na ilha Terceira (1589-1593)<sup>119</sup>.

Vivia o Pe. Gonçalves entre a Casa Professa e a Casa do Noviciado de Goa quando recebeu do provincial Manuel da Veiga o encargo de escrever a história das Províncias indianas da Ordem. O ano em causa sabemos que foi o de 1604. Por volta de 1606 submete à apreciação dos seus superiores romanos um arrojado plano de trabalho no qual reservava nada menos que doze capítulos para situar a China dos pontos de vista geográfico e histórico. Lendo os respectivos títulos, percebe-se de imediato que se inspirara nos capítulos homólogos do livro X da *Historia* de Lucena<sup>120</sup>. Só que o texto

---

<sup>118</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 18-3.

<sup>119</sup> Ver Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 3, ed. 1966, pp. 689-670; Josef Wicki, “Introdução”, in Pe. Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus nos reynos e provincias da India Oriental*, vol. 1, *Vida do B. P. Francisco Xavier e começo da História da Companhia de Jesus no Oriente*, ed. 1957, pp. III-V, VII e IX-X; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 607-609.

<sup>120</sup> Índice Geral ou Plano da obra do Pe. Sebastião Gonçalves: cap. I — “Descripçam do reino da China e dos varios nomes que os escritores lhe dão”; cap. II — “Do estado das provincias da China no tempo que forão senhoreadas pello Gram Cam, emperador dos tartaros”; cap. III — “Da origem do imperio dos tartaros”; cap. IV — “Dos grandes passos que o emperador dos tartaros tinha na real cidade de Cambalu, e doutras cousas que mostram sua magnificença”; cap. V — “Como o Gram Cam mandou pedir ao papa pregadores que ensinassem e divulgassem os misterios de nossa sancta fee em seus reinos”; cap. VI — “Das calidades da China”; cap. VII — “Da numerosa multidão dos naturaes da China, e de sua grande industria”; cap. VIII — “Do rendimento, provincias e lugares murados do reino da China”; cap. IX — “Dos mandarins que governão a China e christãos do ensino da cruz”; cap. X — “Do governo da China, e das terras que os chiyms antigamente povoarão”; cap. XI — “Da pouca noticia que os chins tem do

definitivo acabará por não ter nada que ver com tal projecto. Como dissemos, este corresponde a um resumo da notícia que preenche o verso da carta de Luís de Barbuda que começara a ser reproduzida em Antuérpia cerca de trinta anos antes<sup>121</sup>.

Duas razões podem ter contribuído para um desfecho assim tão medíocre. Primeiro, há que notar que entre 1606 e 1612 o autor esteve ocupado em preparar para Sacchini múltiplas anotações críticas às obras historiográficas de Pedro de Ribadeneyra, Orazio Torsellini, João de Lucena, Luis de Guzmán e Fernão Guerreiro. Depois, entre 1609 e 1614 foi chamado a desempenhar pela segunda vez o cargo de companheiro do padre provincial de Goa (a primeira ocorrera de 1597 a 1602), deveres que, talvez ainda mais do que aqueles, fizeram com que a primeira parte desta obra se arrastasse na sua escrivadinha até finais de 1614. Sem tempo ou paciência para ir mais longe, Gonçalves optaria então pela solução fácil de plagiar o consagrado e acessível *Theatrum* de Ortelius.

Ao invés de Pierre du Jarric, Sebastião Gonçalves não identifica o testemunho que utilizou para descrever as riquezas materiais da China, as majestades arquitectónicas de Cantão e Fuzhou, o calendário nupcial, a pesca com corvos-marinhos ou os efectivos militares chineses inventariados pelo capitão Diego de Artiela em 1573. Os parágrafos em causa surgem a abrir o capítulo em que se trata da chegada de Francisco Xavier à ilha de Sanchoão. Atendendo às coincidências, não nos parece crível que o Pe. Gonçalves tivesse concretizado uma leitura directa dos capítulos VII, VIII, IX, X, XII e XVI da obra de Escalante em que se baseavam. Intercalada vem a referência a um mapa do país oferecido a D. Sebastião onde o jesuíta teria observado pintados os mesmos carros à vela que aquele clérigo cantábrico também afirmara ter visto desenhados em Lisboa. Nada impede que essa notícia fosse verdadeira, mas o certo é que lhe bastava voltar a página e olhar o mapa da Barbuda aí impresso para reconhecer

---

verdadeiro Deus e das suas próprias super[s]tições”; cap. XII — “Da noticia que os portugueses teverão do grande reino da China e das primeiras naos que em tempo d’el-rei D. Manuel lá forão por seu mandado pera assentar pazes e comercio com aquelle reino”. Ver códice ARSI, *Goa*, 37, fls. 280r.-292r.; transr. in Pe. Sebastião Gonçalves, S.J., *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus nos reynos e provincias da India Oriental*, vol. 3, *História da Companhia de Jesus no Oriente (1560-1570)*, ed. 1962, Apêndice I, p. 354.

<sup>121</sup> O sacrifício da projectada introdução à China em jeito tratadístico é tanto mais óbvio quanto os doze capítulos cujas designações transcrevemos estão enquadrados por um conjunto de outros relativos à vida e obra de Francisco Xavier que, esses sim, nos reaparecem integralmente na versão definitiva da primeira parte da *Historia* de Sebastião Gonçalves. As coincidências com a *Historia* do Pe. Lucena continuam a ser flagrantes aqui. Ver Pe. Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus nos reynos e provincias da India Oriental*, ed. 1957, vol. 1, pp. 393-455. Cf. *idem*, *ibidem*, vol. 3, ed. 1962, pp. 354-355. Todas as referências e citações a partir desta edição.

as formas desses objectos exóticos que João de Barros já descrevera em pormenor na *Terceira decada da Asia*<sup>122</sup>.

É possível que nas páginas perdidas em que tratou dos trabalhos de Matteo Ricci na China Sebastião Gonçalves acabasse por cumprir com a promessa de dizer “a mais relação” dos assuntos relativos ao Império chinês que anuncia ao abrir este capítulo do manuscrito de 1614<sup>123</sup>. De qualquer forma, os receptores da sua obra não esboçaram interesse suficiente por as dar à estampa, supõem-se que tanto porque descobriram no conjunto das três partes uma colagem excessiva à hagiografia de Lucena<sup>124</sup>, como por razões análogas às que Alessandro Valignano apresentara para inviabilizar a edição da *Historia de Japam* de Luís Fróis<sup>125</sup>. Chegado a 25 de Janeiro de 1616, Gonçalves despacha de Goa para o Pe. Jorge de Gouveia, procurador das Províncias orientais em Lisboa, umas emendas à primeira parte deste seu escrito. Na carta que as acompanha indica que as mesmas eram “para mandar a Roma”, com toda a certeza de modo a que fossem incluídas na cópia já para aí enviada no princípio de 1615 e que ainda se guarda no arquivo romano da Ordem<sup>126</sup>. Ora, nem em Roma, nem em Lisboa houve quem se desse sequer ao trabalho de incluir tais correcções no texto que entretanto lhes havia chegado. Pelo menos dois outros escritos seus conheceram um fim idêntico, a ponto de se terem extraviado: uma *Relaçam do martyrio do bem-aventurado Pe. Rodolfo Aquaviva e de seus companheiros* e uma *Vida e gloriosa morte do nosso carissimo Irmão Vicente Alvres* (mss. 1609)<sup>127</sup>.

---

<sup>122</sup> Ver Pe. Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus nos reynos e provincias da India Oriental*, liv. V, cap. III — “Ajuda o B. Padre [Francisco Xavier] spiritualmente os mercadores de Sancham”, ed. 1957, vol. 1, pp. 406-408.

<sup>123</sup> Idem, *ibidem*, liv. V, cap. III, ed. 1957, vol 1, p. 406.

<sup>124</sup> Wicki, 1957, p. XXVI.

<sup>125</sup> “Alcançou este Padre [S. Gonçalves] mui vivas as memorias de S. Francisco Xavier e escreveu com muita verdade, com estylo claro e corrente, porem com demasiada erudição, que lhe arrebatava a penna a digressões mui largas e pouco conducentes ao assumpto, e por esta razão se não imprimiu [...]” — Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesu Christo*, “Prefaçãõ Isagogica”, ed. 1978, cit. p. 12.

<sup>126</sup> ARSI, Goa, 37, fls. 293r.-293v.

<sup>127</sup> Ver carta do Pe. Sebastião Gonçalves ao Pe. Claudio Acquaviva, Goa, 27 de Dezembro de 1609; transr. Pe. Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus nos reynos e provincias da India Oriental*, ed. 1962, vol. 3, pp. 389-390. De entre os manuscritos conservados, destaque ainda para uma *Informação segunda pellos PP. António Varejão, João Lobo, Francisco do Rego, Sebastião Gonçalves, e António Albertino S. I., contra a oraxe missionária do Pe. Roberto de Nobili* (ms. Goa, 1610), cuja co-autoria lhe é atribuída. Também têm passado por obras do Pe. Gonçalves um *Tratado dos Provincias, Conventos e Mosteiros da Religião de S. Francisco do Reino de Portugal e seus Estados* e um *Tratado se hé licito aos Navegantes Sacerdotes dizer Missa na Carreira da India e dar a comunhão aos passageiros*. Wicki, 1957, pp. VI-VIII.

## CAPÍTULO 20

### **Exceções espanholas à hegemonia jesuítica:**

**a *Historia de las Islas del Archipiélago, y Reinos de la Gran China* de Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M. (1601) e a *Historia General de la Yndia Oriental* de Fr. Antonio de San Román de Ribadeneyra, O.S.B. (1603)**

#### **1. Mártir sem martírio**

Fr. Marcelo de Ribadeneyra (c. 1561-depois de 1610) foi um dos quatro franciscanos forçados a abandonar o Japão no rescaldo do martírio de Nagasáqui. Fê-lo acompanhando o bispo D. Pedro Martins na carraca que seguiu para Macau a 21 de Março de 1597<sup>1</sup>. Menos de três anos antes, a 27 de Agosto de 1594, aportara em Hirado integrado na terceira embaixada a Toyotomi Hideyoshi organizada pelo governo de Manila. A primeira fora entregue em 1592 a Juan de Cobo, mas fracassara por morte deste dominicano, ocorrida na sequência de uma tormenta na viagem de regresso. O franciscano Pedro Bautista Blázquez liderara a segunda dessas missões diplomáticas em 1593. Depois de apresentar a proposta de estabelecimento de relações comerciais e amistosas entre as Filipinas e o arquipélago nipónico de que fora incumbido por Gómez Pérez Dasmariñas, Fr. Pedro consegue autorização para permanecer no país e funda com os poucos frades que trouxera um igreja e um mosteiro com um pequeno hospital para pobres e leprosos em Kyoto. Quando Marcelo de Ribadeneyra e os dois padres que vinham com ele desembarcaram com carta patente do novo governador Luis Pérez Dasmariñas para Hideyoshi encontraram já definidas as condições que lhes permitiram repartir-se por Kyoto, Ôsaka e Nagasáqui assim que foram despachados pelo *taikô*. Em

---

<sup>1</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 16-3.

pouco tempo teríamos os onze franciscanos que residiam no Japão na altura em que se decreta o drama de Fevereiro de 97<sup>2</sup>.

### ***Fr. Marcelo***

Muito provavelmente galego pelo lugar de nascimento ou pelo sangue, Fr. Marcelo ingressara na Ordem dos Frades Menores em Salamanca e fizera o noviciado no convento de San Francisco da mesma cidade. Depois de dever ter ensinado Teologia nos conventos franciscanos de Villalón, em Valhadolid, e de Villalpando, em Zamora, era reconhecido como leitor desta cátedra no convento de San Francisco de Santiago de Compostela quando se decide juntar à Missão organizada pelo Pe. Pedro Ortiz Cabezas, procurador da Província de San Gregorio, que partirá de Sevilha para as Filipinas em Janeiro de 1593. Estancia seis meses no México e atinge Manila em Maio do ano seguinte, como se vê quase na véspera de ser destinado ao Japão. Seguindo directrizes de Fr. Pedro Bautista, inaugurará o Convento de Belém de Ôsaka em parceria com outro dos futuros supliciados de Nagasáqui, o irmão Fr. Gonçalo Garcia<sup>3</sup>.

Afectado pela disenteria, Ribadeneyra acaba por abandonar este posto e partir para Nagasáqui ainda antes de se ter iniciado a perseguição. Evita ser detido pelos japões e não presencia o inaudito banho de sangue porque entretanto o escondem num navio português fundeado no porto. Em Macau apenas permanece até finais de 1597, pois em Janeiro de 1598 encontram-lo na capital filipina disposto a percorrer o país em busca de notícias para o livro que pensa escrever para ajudar à causa da canonização dos mártires. Nomeado pela sua Província procurador para o acompanhamento de tal processo em Roma, larga em Junho desse mesmo ano para a Europa pela rota das Índias Ocidentais. Tudo indica que já então levasse consigo pelo menos o rascunho da *Historia*

---

<sup>2</sup> Ver, *inter alia*, Carlos Sanz, “Primitivas relaciones de España con el Japón”, in *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, Madrid, Real Sociedad Geográfica, 102 (1-12), Enero-Diciembre de 1966, pp. 263-276; Angel Santos Hernández, “Los patronatos español y portugués: conflictos en zonas fronterizas”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. 3, 1993, pp. 524-525; Cabezas, 1995, p. 236; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 1, 1997, pp. 79-82 e 84-85.

<sup>3</sup> Considerado o melhor *língua* dos frades, Garcia nascera em Baçaim por 1560, sendo filho de pai português e mãe indiana. Servira os jesuítas no Japão como catequista entre 1574 e 1582, sensivelmente, fizera-se negociante em Macau nos anos seguintes e entrara no Noviciado dos franciscanos em Manila em 1586. Aí professara em 1587 ou 1588 e convertera diversos mercadores japoneses. Teixeira, 1981, p. 72; Cabezas, 1995, p. 250; Henrique Pinto Rema, “O Franciscano Indo-Português São Gonçalo Garcia (c. 1560-1597)”, in *O Franciscanismo em Portugal – Actas dos III e IV Seminários*, 2000, pp. 179-181.

onde trata a tragédia que vitimara Pedro Bautista e os demais missionários, já que esta receberia a primeira das suas censuras na escala que faria no México algumas semanas adiante. Enfim, após ter reembarcado em San Juan de Ulúa ou em Veracruz, desembarcou em Sevilha em meados de 1599, reunir-se com Felipe III e com o *Consejo de Indias* em Madrid e dirigiu-se a Roma no início de 1600.

Fr. Marcelo de Ribadeneyra assinala a urgência do compromisso que o traz a Roma ao apresentar um exemplar manuscrito da *Historia de las Islas del Archipiélago, y Reinos de la Gran China* a Clemente VIII e à Inquisição e ao conseguir que o Pe. Francisco de Sosa, o ministro-geral da sua Ordem, aí assinasse a respectiva licença de publicação a 6 de Junho de 1600. Sem dispormos de outras indicações a respeito da hipotética edição deste livro facultada em 1599 por Niccolò Multi, para além daquela assinalada por Antonio Palau y Dulcet no tomo XVI no *Manual del Librero Hispanoamericano*, temos de deduzir que a mesma seria inviável à vista da cronologia dos acontecimentos acabada de expor, o que compromete a tese associada de que tenha estado na origem da maioria dos exemplares alegadamente reembalados pela tipografia catalã de Gabriel Graells e Giraldo Dotil em 1601<sup>4</sup>.

Logo depois de Clemente VIII o fazer seu penitenciário — ou seja, logo depois de se avistar com o Papa em Roma — Fr. Marcelo viaja para Espanha, sabendo-se que em 1601 apresentou na Corte de Madrid uma desaparecida *Historia eclesiástica de las islas Philipinas y reynos de Japón* que escrevera com Fr. Juan Pobre de Zamora e que acabara de publicar em Itália<sup>5</sup>. A seguir, é provável que se tenha deslocado a Barcelona para seguir de perto a edição da *Historia de las Islas* aí dada ainda nesse ano. Porém, não tarda a regressar a Roma, onde é seguro que estava, senão em 1602, pelo menos em 1603.

Poucos anos decorrerão até que Marcelo de Ribadeneyra torne definitivamente ao seu país. Repartirá relíquias dos franciscanos mortos em Nagasáqui pelo convento de San Francisco de Salamaca e pelo das religiosas concepcionistas de Toro e assinará

---

<sup>4</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12, n. 117.

<sup>5</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M. & Fr. Juan Pobre de Zamora, O.F.M., *Historia eclesiástica de las islas Philipinas y reynos de Japón, y otros de gentiles de aquellas partes, adonde los frayles descalzos de san Francisco han predicado y dado testimonio del santo evangelio, dirigida a la S. C. R. M. del Rey nuestro señor Phelipe tercero, compuesta por Fray Marcelo de Ribadeneyra y Fray Juan Pobre, compañeros de los gloriosos seis religiosos franciscos descalzos, que padecieron martirio en Japón y testigos oculares de él*, Roma, c. 1600; ref. in Manuel de Castro, “Fr. Marcelo de Ribadeneira, OFM – Vida y Escritos”, in *Archivo Ibero-Americano – Revista de Estudios Historicos*. Número extraordinario con ocasión del IV Centenario de la llegada de los franciscanos a Filipinas (1578-1978) – Estudios sobre España en Extremo Oriente: Filipinas – Japón – China, Madrid, Padres Franciscanos Españoles, segunda época, 38 (149-152), Enero-Diciembre 1978, pp. 212-213 e 220-221.

correspondência como leitor de Teologia e guardião do convento de Nuestra Señora de las Fuentes (Valhadolid) em 1610, altura em que viu ser-lhe negada autorização para voltar às Filipinas<sup>6</sup>.

Para além de uma *Vida, i hechos de los Martyres, que padecieron en el Japon* impressa em 1602<sup>7</sup>, o *Epitome* de León Pinelo — na versão alargada de Andrés González de Barcia — regista reedições da parte relativa à China do título maior de 1601 em 1613 (Barcelona)<sup>8</sup>, 1643 e 1654<sup>9</sup>. Entre cartas, memórias, informes vários e outros inéditos mais, no legado do cronista referenciam-se ainda amiúde um *Libro de las Excelencias admirables de la Corona de la Virgen Santissima Madre de Dios* (2 vols., Nápoles, 1505-1506)<sup>10</sup>, um *Libro de alabanza a Nuestro Padre S. Francisco y sus doze primeros compañeros*, uma obra sobre os *Privilegios y gracias concedidas al Cordón de Nuestro Padre Francisco* e umas *Excelencias y alabanzas de Santa Maria Magdalena*<sup>11</sup>. Veremos a seguir que a tradução manuscrita da *Pratica* ou *Sermon del Gran Sacerdote de los Tartaros* que González de Barcia também indicia como sua<sup>12</sup>

---

<sup>6</sup> Ver M. Castro, 1978, pp. 183-219.

<sup>7</sup> Alusão a Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Relación del martirio que padecieron en Japón, y en la ciudad de Nagasaki, el año 1597 seis religiosos de san Francisco y otros veinte japoneses cristianos*, Roma?, c. 1602; ref. in M. Castro, 1978, p. 224.

<sup>8</sup> Alusão a Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Historia de las los Reynos de la Gran China, Tartaria, Cuchinchina, Malaca, Sian, Camboxa, y Iapon. Y de lo sucedido en ellos a los Religiosos Descalços de la Orden del Seraphico Padre S. Francisco, de la Prouincia de San Gregorio de las Philipinas. Compuesta por Fray Marcello de Ribadeneyra, Descalço de la Orden del Seraphico Padre S. Francisco. Dirigida a nuestro Reuerendissimo Padre Fray Francisco de Sosa, Generalissimo de toda la Orden de N. P. S. Francisco. Va corregido e enmendado en esta segunda impresion. A la buelta desta hoje esta la suma de toda la Historia*, Barcelona, Emprenta de Gabriel Graells, 1613. Ver Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 16, 1964, p. 426.

<sup>9</sup> Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cols. 120 e 163; idem, *ibidem*, t. 2, Madrid, 1738, col. 627.

<sup>10</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Libro de las excelencias admirables de la corona de la Virgen Santissima Madre de Dios, y Señora de todo lo criado. A cuyo honor, y gloria le dedica Fray Marcelo de Ribadeneyra, Lector de Theulugia, y Predicador de la Prouincia de Santiago de los Frayles menores obseruantes Author de el. So la Proteccion de la Illustriss. y Excelentiss. Señora Doña Mencia de Zuñiga, y Requesens, Condesa de Venauenta, y Virreyna de Napoles, &c.*, Nápoles, por Iuan Bautista Sutil, 1605; idem, *Segvnda Parte de las Excelencias Admirables de la Corona de la Virgen Santissima Madre de Dios, y Señora de todo lo criado. A cuyo honor, y gloria le dedica Fray Marcelo de Ribadeneyra, Lector de Theulugia, y Predicador de la Prouincia de Santiago de los Frayles Menores obseruantes Author de el. Seruira todo este libro no solo de Marial, para que los Predicadores tengan abundante materia para los Sermones de las Festeuidades de la Virgen Santissima, mas los contemplatiuos y deuotos hallaran consideraciones diuinas*, Nápoles, por Iuan Bautista Sutil, 1506; refs. in Hyacinthi Sbaraleae, *Supplementum et castigatio ad scriptores trium ordinum S. Francisci a Waddingo, Aliisue descriptos, cum adnotationibus ad syllabum martyrum eorumdem ordinum. Opus Posthumum Fr. Jo. Hyacinthi Sbaraleæ Minor. Conventual Soc. Theolog. Magistri. Editio Nova, Variis additamentis et indice scriptorum chronologici locupletata*, vol. 2, Roma, Dr. Attilio Nardecchia editore, 1921, p. 203; M. Castro, 1978, pp. 224-225.

<sup>11</sup> Legísima, 1947, pp. XII-XIV.

<sup>12</sup> Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 374.

corresponde apenas a um trecho da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto incluído na *Historia de las Islas*.

### ***A refrega de Roma***

Enquanto se preparava para abandonar Nagasáqui, Fr. Marcelo de Ribadeneyra expõe por carta “las objeciones por que los padres teatinos no quieren que vayan frayles franciscos al Japón”<sup>13</sup>. É claro que a batalha pela canonização dos mendicantes que liderará nos anos seguintes subentende sobretudo a mesma vontade de quebrar o exclusivo jesuíta no Japão que aí se expressa de forma eloquente. Marcelo ser-lhe-ia fiel até ao último dos seus escritos conhecidos, um informe de 23 de Novembro de 1610 que assinou em Benavente na qualidade de guardião do convento recoleto de Nuestra Señora de las Fuentes e no qual advogou “la utilidad y provecho que han prestado y pueden prestar a la provincia de San Gregorio y sus misiones los religiosos franciscanos de la observancia”<sup>14</sup>.

Como não há coincidências nestas matérias, apenas dois dias depois da assinatura dessa missiva de 1597 descobrimos a data indicada pelas autoridades da Ordem de S. Francisco para a ocorrência do primeiro de uma série de quatro prodígios principais subsequentes à morte dos vinte e seis cristãos, o de umas colunas de luz que teriam aparecido a iluminar-lhes os corpos. A 25 de Abril outras testemunhas alegarão haver visto correr “sangre pura y fresca” sobre o corpo de Fr. Pedro. Segue-se quem jure que, ao contrário do que sempre acontecia, durante muito tempo os corvos não ousaram aproximar-se dos crucificados para lhes arrancar os olhos. Finalmente, alguém

---

<sup>13</sup> Carta de Fr. Marcelo de Ribadeneyra ao Pe. Juan de Garrovillas, provincial da Província de San Gregorio, em Manila, Nagasáqui, 12 de Março de 1597; pub. in *Archivo Ibero-Americano*, Madrid, Padres Franciscanos Españoles, 15, 1921, pp. 202-203; ref. in Doroteo Schilling, et al., “Bibliografía”, in Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas del Archipiélago, y reynos dela Gran China*, ed 1947, p. XXXIX. Cf. M. Castro, 1978, p. 220.

<sup>14</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Informe del P. Marcelo de Ribadeneira, guardián del convento de Ntra. Señora de las Fuentes, de Aguilar de Campos, dado a instancias del Rmo. P. Antonio de Trejo, comisario general de Indias, en el que manifiesta la utilidad y provecho que han prestado y pueden prestar a la provincia de San Gregorio y sus misiones los religiosos franciscanos de la observancia, pues la experiencia de haber estado seis años en las misiones de Filipinas y Japón le había demostrado que “uno de los religiosos de la observancia valia por dos de descalzos”, porque “en la observancia se profesan más las letras”, Benavente, San Francisco, 23 de Novembro de 1610, ms. AGI, sign. 68.I.43; pub. in *Archivo Ibero-Americano*, Madrid, Padres Franciscanos Españoles, 13, 1920, pp. 293-300; ref. in M. Castro, 1978, pp. 225-226. Cf. Gil, 1991, p. 454, n. 81.*

dirá ter notado ao longo de quatro noites distintas, sete meses após aquelas execuções, que os cadáveres não exalavam nenhum odor<sup>15</sup>.

Logo após o sucedido, o bispo Martins convocara 22 mercadores portugueses julgados aptos a declarar e preparara o que virá a ser designado por *Instrumento auténtico de la feliz y gloriosa muerte de veinte y seis cristianos, que murieron crucificados por nuestra santa fe en Nagasaki, a 5 de febrero de 1597*<sup>16</sup>. Cerca de um ano depois, Fr. Pedro Matías de Gamarra, procurador da Observância, ordenava que se realizasse no México um conjunto de traslados de cartas e de documentos com o objectivo de sistematizar uns *Testimonios auténticos de los originales de todas las diligencias que hizo la religión Seráfica en la Santa Provincia de Philipinas acerca del Martirio de los santos San Pedro Bautista y sus compañeros protomártires del Japón*<sup>17</sup>.

Ao pisar terra japonesa, a 5 de Agosto de 1598, o novo bispo D. Luís Cerqueira apercebe-se pela gente de um navio vindo das Filipinas de que os propagandistas das coisas milagrosas não apenas as iam difundido pelo Peru, pela Nova Espanha e pela Europa através de um manuscrito de Fr. Jerónimo de Jesús, como prometiam para breve novos panfletos sobre o assunto<sup>18</sup>. Tudo indica que ainda apanhasse em andamento o processo sobre o alegado primeiro prodígio que decorrera das ordens do seu antecessor e que continuara a ser patrocinado pelo vigário-geral em exercício em Macau. Seja como for, Cerqueira apela às leis do Concílio Tridentino e instrui de forma expressa

---

<sup>15</sup> Ver *Assunto que se tomó por varones theologos y pios, y Sentencia que dio El Senor Obispo de Japón acerca de ciertos milagros aue se yvan sublicando, y de un Sumario de testigos que sobre ellos se saco*, ms. do Pe. Mateus de Couros in ARSI, *Jap.Sin.*, 31, fls. 230r.-231v.; *Auto que se fez sobre certa cousa milagrosa*, Arquivo da Província Jesuíta de Toledo, leg. 1051, n. 11; Kataoka, 1997, pp. 189-190; p. 208, n. 205.

<sup>16</sup> British Museum, Londres, Add. Mss. 9860, fls. 13r.-22r.; pub. in José Luis Alvarez Taladriz, “Primera información auténtica de los 26 santos de Japón, hecha en Nagasaki en febrero de 1597, por el obispo D. Pedro Martínez”, in *Ósaka Gaikokugo Daigaku Gakuhó*, 17, 1967, pp. 15-37. Ver López-Gay, 1994, pp. 92-93; p. 93, n. 67.

<sup>17</sup> BNM, ms. 13173; ref. in Gil, 1991, p. 454, n. 84.

<sup>18</sup> D. Francisco Tello e Fr. Juan de Santa Maria assinarão as principais versões franciscanas sobre o martírio de Nagasáqui: *Relacion que Don Francisco Tello governador y capitan general de las Philipinas embio de seys frayles españoles de la Orden de San Francisco, que crucificaron los de Iapon, este año proximo passado de 1597. En Sevilla, a treze de Marzo de mill y qvinientos y nouenta y ocho años* (edições simultâneas em Granada, Roma e Perugia, seguidas de novas edições em Munique, Paris e Lyon no ano de 1599); e *Relacion del martirio que seys padres descalços franciscos, y veynte iapones christianos padecieron en Iapon. Hecha por Fr. Iuan de Santa Maria, prouincial de la prouincia de S. Ioseph de los Descalços. Dirigida al rey nuestro S. don Felipe III.*, Madrid, En la imprenta del Licenciado Varez de Castro, 1599 (edição nesse mesmo ano em Roma, após o que aparece em Nápoles em 1600 e em Madrid em 1601 e 1618 ou 1628). Ver Sanz, 1966, p. 278; Costa, 1999a, pp. 216-219; pp. 281-282, refs. 490-493; p. 285, refs. 527-528; p. 289, ref. 555.

sobre a questão, acabando por recolher 41 testemunhos jurados de religiosos respeitáveis, portugueses, japoneses e espanhóis<sup>19</sup>.

No local, o desfecho é o esperado, tanto mais que com a Missão franciscana suprimida não está presente nenhum dos seus membros para defender a tese de um fenómeno extraordinário de origem divina. Assim, a 3 de Fevereiro de 1599 D. Luís sentencia contra a veracidade do milagre e proíbe que se volte a falar e a escrever sobre o assunto<sup>20</sup>. Em Roma, para onde Marcelo de Ribadeneira transferiu a polémica, a tão desejada bula de canonização consagrará um entendimento diverso, mas apenas a 15 de Setembro de 1627 e já com outros franciscanos no lugar do antigo protagonista<sup>21</sup>.

Pensa-se que Fr. Marcelo tenha tido uma das suas derradeiras intervenções directas nesta matéria entre 1605 e 1608, quando participa nos palcos da Cúria romana numa agreste troca de argumentos com um jesuíta, cujo nome se ignora, autor de umas *Obiectiones* à recém-aparecida *Historia de las Islas* dedicadas ao cardeal Roberto Belarmino, S.J.<sup>22</sup>. Na linha de Cerqueira, este começa por definir os frades como ignorantes ingénuos porque incapazes de distinguir fenómenos naturais de milagres. Aproveitando o embalo, censurara-lhes ainda as indiscretas exhibições de pobreza de que faziam gala e a fuga deliberada à autoridade papal quando tocara passarem para o Japão<sup>23</sup>.

Na resposta, Ribadeneira avança pelo tético e, tanto ao contrário da sentença do bispo do Japão como do que Alessandro Valignano advogara de forma expressa na sua *Apologia* de Agosto de 1598, insiste na ideia de que o que saíra do corpo de Fr. Pedro Bautista fora de facto sangue e não apenas humores corrompidos junto com os intestinos<sup>24</sup>. A seguir reconhece algo que todos os que o escutavam sabiam de cor: que se via a si próprio como peão dos interesses do rei de Espanha no Extremo Oriente e não de qualquer outra tutela disfarçada de supra-nacional. Mesquinho, acaba a classificar o seu oponente de membro de uma espécie de seita de epicuristas da

---

<sup>19</sup> *Sumario de testimonios que el Senor Bispo de Japon Don Luis Cerqueira saco en Nangasaqui, puerto de Japon sobre circa cosa maravillosa que en la relacion atras escrita se dize aver acontecido en el dicho pueblo de Nangasaqui. En 14 de março de 1597, ARSI, Jap. Sin., 31, fls. 209r.-216v.; ref. in Kataoka, 1997, p. 208, n. 209.*

<sup>20</sup> ARSI, *Jap. Sin.*, 31, fl. 231v.

<sup>21</sup> Kataoka, 1997, pp. 189-191 e n. 209, p. 208; Rema, 2000, p. 182. Cf. Cabezas, 1995, pp. 258-259.

<sup>22</sup> Anónimo (jesuíta), *Opponuntur obiectiones contra "Historiarum" scriptam a fratre Marcello de Ribadeneira, sacerdos et s. Francisci de observatia*, ms. s.d.n.l. apresentado ao Tribunal da Inquisição de Roma (Roma, c. 1602), ms. Archivo Franciscano Ibero-Oriental, Madrid, *Franciscanos*, sign. 295/19-2; pub. in M. Castro, 1978, pp. 229-234 (Apêndice 1.º).

<sup>23</sup> Ver Anónimo (jesuíta), *Opponuntur obiectiones contra "Historiarum" scriptam a fratre Marcello de Ribadeneira*, ed. 1978, pp. 229-230 e 233-234.

<sup>24</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 14, n. 21.

mercancia, homens mais políticos que cristãos e tão visceralmente gananciosos como os gananciosos japoneses que diz que baptizavam com promessas de ouro e prata<sup>25</sup>. Era a eterna querela missionológica entre inacianos e mendicantes no seu melhor.

## 2. O encoberto Mendes Pinto barcelônês

A *Historia de las Islas del Archipiélago, y Reynos de la Gran China* que Fr. Marcelo de Ribadeneyra se apressa a editar em Barcelona em 1601 com licenças do vice-rei da Catalunha e dedicatória ao geral da Ordem Seráfica exhibe uma estrutura a vários títulos desconcertante. Desde logo, não só faz tábua rasa de qualquer sucessão cronológica de acontecimentos, como não substitui a equivalência que era habitual existir entre o eixo narrativo e o eixo cronológico por um arranjo apenas pontuado pelo critério geográfico. Em segundo lugar, seguindo a bolina dos franciscanos do *Patronato* através dos Mares da Ásia abre com uma descrição das Filipinas. Por último, destina às biografias de religiosos que desfia dois livros inteiros e em tudo excêntricos face ao fio condutor da narração. Diga-se apenas que tal nunca se verifica nas crónicas coevas dos dominicanos e dos agostinhos, onde as partes que se limitam a ser biográficas no máximo ganham honras de capítulo<sup>26</sup>.

O texto abarca os anos de 1576 a 1601 e incide sobretudo nas áreas que a Ordem considera prioritárias no momento: além do arquipélago filipino, a China e o Japão dos mártires e dos pretensos milagres *post mortem*. As referências alusivas ao Império do Meio (excepto as que vêm enredadas nas histórias da vida dos missionários que são dadas soltas) ocupam treze dos vinte e seis capítulos do livro II, sendo os restantes consagrados à Tartária, à Cochinchina, a Malaca, ao Sião e ao Cambodja.

Sobre as fontes que utilizou para retratar esse país que apenas entrevira a partir de Macau, Fr. Marcelo é nebuloso quanto basta. A *Historia* de Juan de Mendoza é a única obra identificada de modo explícito, mas o autor não demora a avisar que a vai

---

<sup>25</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, O.F.M., *Responsiones fratris Marcelli de Ribadeneyra ad obiectiones quae contra suam "Historiarum" obiiciuntur*, ms. s.d.n.l. dirigido ao Papa Paulo V e apresentado ao Tribunal da Inquisição de Roma (Roma, c. 1505-1508), ms. Archivo Franciscano Ibero-Oriental, Madrid, *Franciscanos*, sign. 295/19-2; pub. in M. Castro, 1978, pp. 235-246 (cotejado com uma cópia realizada pelos jesuítas: Biblioteca Nazionale, Roma, *Fondi minori*, ms. 1137, fls. 45r.-52v.); M. Castro, *ibidem*, pp. 226-228; Gil, 1991, pp. 133-134.

<sup>26</sup> Ver Girard, 2000, pp. 122-123.

deixar de lado em razão da suficiente popularidade de que gozava<sup>27</sup>. Não obstante, percebe-se o cruzamento de três veios informativos fundamentais.

O primeiro parece provir dos participantes na expedição que o Pe. Diego de Oropesa conduziu em 1582 à Indochina e que acabou desmantelada frente ao Guangdong<sup>28</sup>. Dizemos parece porque se parágrafos há em que a confissão que o próprio Ribadeneyra faz nesse sentido não nos levanta demasiadas reticências<sup>29</sup>, outros correspondem a decalques de um qualquer texto excessivamente colado ao *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz para poder ser confundido com um novo relato autobiográfico<sup>30</sup>. De resto, esta que é segunda grande referência textual implícita será depois enxertada várias vezes sem qualquer aviso. Apesar da mesma exibir semelhanças gritantes com uma típica síntese jesuíta sobre a China, tentámos comprovar a hipótese de ter existido um uso directo, ainda que parcial, do original do dominicano luso, mas o resultado foi negativo.

Finalmente, o cronista franciscano fala-nos de umas “relaciones de suficiente probabilidad y la necesaria para historia” devidas a testemunhos de vista portugueses<sup>31</sup>. Trata-se da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto, cujo manuscrito — ou, melhor, uma cópia dele — é, mau grado tudo, mais provável que tenha consultado em Espanha na volta das Filipinas do que algures além-mar ou, depois, em Itália. Notar-se-á de imediato a coincidência temporal entre este aproveitamento e aqueles que são oferecidos pelos seus rivais Orazio Torsellini e João de Lucena. Em todo o caso, basta medir os usos referentes à temática chinesa para concluir que nunca Mendes Pinto fora tão plagiado como será aqui.

---

<sup>27</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. VI — “De los trabajos que padecieron los Frailes Descalzos en la Gran China”, ed. 1947, p. 115. Todas as referências e citações a partir desta edição.

<sup>28</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>29</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. VI, ed. 1947, p. 115.

<sup>30</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. VII — “Del fin que tuvieron los trabajos de los Frailes Descalzos, y otras cosas que supieron de la Gran China”, ed. 1947, p. 121.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. VIII — “De la noticia que hay del Evangelio en la Gran China”, ed. 1947, cit. p. 123. Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. X — “De cómo se conserva la innumerable gente que hay en la Gran China”, p. 133; Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XIV — “De algunas cosas notables de que se tiene noticia en la China del Reino de Tartaria”, ed. 1947, pp. 144 e 146; idem, *ibidem*, libro II, cap. XV — “De los sacrificios y penitencia que hacen los gentiles de aquellas partes”, ed. 1947, p. 149.

### *Rascunhos vários*

A desastrada sequência discursiva da *Historia de las Islas* reflecte bem a urgência que Marcelo de Ribadeneyra sente em transformar a humilhante retirada do Império do Sol Nascente num pretexto para recolher as esmolas necessárias a uma nova investida. Nos capítulos reservados à China existem dois sinais expressivos deste fenómeno. Um está na forma intermitente como a caracterização do país aparece e desaparece do relato e como um tópico já tratado pode ressurgir um pouco à frente como se nada houvesse sido dito sobre ele. O outro está na ignorância observada em relação ao avanço dos jesuítas pelo interior. Neste pormenor, o mais que Ribadeneyra conhece é que “dos de los padres de la Compañía están siempre dentro de aquel reino”<sup>32</sup>, o que dá a entender uma leitura dos acontecimentos interrompida na primeira metade da década de 1580, por alturas da inauguração da residência de Zhaoqing. Só não afirmamos que tenha sido surdo em relação a tudo o que se passava em seu redor durante os largos meses de 1597 em que permaneceu no empório macaense porque, noutro passo, mostra-se informado sobre uma grande fome ocorrida em 1595<sup>33</sup>.

Entre o capítulo I e o capítulo VII deste livro II (com um parêntesis no cap. V) encontramos descritos em pormenor os três desembarques de religiosos espanhóis que, sob a liderança de Pedro de Alfaro (1579), Jerónimo de Burgos (1582) e do citado Diego de Oropesa (1582), haviam estado na origem da Custódia Franciscana de Macau. Uma vez que essa aventura fora anulada por efeito somado da directriz portuguesa que determinou o regresso a Manila dos nove missionários daquela nacionalidade entretanto espalhados por Macau e Malaca (1586) e do veto que as autoridades cantonenses impuseram à presença de Martín Ignacio de Loyola (1587), nada do que Fr. Marcelo contasse sobre a presença dos da sua religião na China poderia alguma vez ir além desta última data. Em termos puramente literários, tal significa ainda que por muito que evitasse repetir as crónicas de Agustín de Tordesillas e de Martín Ignacio oferecidas por Mendoza em 1585-1586, isso era tão difícil quanto deixar de duplicar quer o anónimo *Libro y relacion de las grandezas del Reyno de la China* de c. 1586, quer o *Stimvlo dela propagacion dela Fee* que o carmelita Jerónimo Gracián de la Madre de Dios divulgara

---

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. IV — “Cómo fueron otros religiosos Descalzos al reino de la Gran China, y lo que contaron de él”, ed. 1947, cit. p. 112.

<sup>33</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. IV, ed. 1947, p. 111.

em Lisboa pela mesma altura em estreita consonância com os seus aliados franciscanos<sup>34</sup>.

Esta nova pura apologia do padroado régio e da expansão mendicante para o senhorio Ming guarda um espaço do capítulo IV para caracterizar, pela primeira vez, a antropologia chinesa. Dir-se-á que os tópicos e as leituras são os de sempre, começando num elogio da grandeza e da abastança do Império e terminando num juízo sobre os conhecimentos científicos dos chins. Mas vendo mais de perto, é para o universo retratado por Fr. Gaspar da Cruz, ainda que entretanto tornado mais fluído pelo assinalado corrector de tipo jesuíta, que apontam as notas aí dadas sobre a crueldade dos castigos corporais infligidos aos presos, sobre o traje dos homens e os enfeites das mulheres, sobre a alegada banalização do “pecado nefando”, sobre os rituais funerários, sobre as cortesias e as festas ou sobre o saber das coisas do céu e das estrelas. São particularmente indiciadoras disso as explicações sobre a medicina, a cirurgia e os usos terapêuticos da ervanária, todas muito próximas das ideias que o Pe. Matteo Ricci exprime ao Pe. Martino de Fornari na carta que lhe enviou de Macau, em Fevereiro de 1583<sup>35</sup>.

No capítulo que a seguir se oferece apenas para tratar dos poderes imperial e mandarínico a como que fidelidade à resistente matriz do *Tractado das cousas da China* aparece circunscrita aos pormenores da indumentária “de los que tienen oficio real”, dos seus cortejos e das vistorias secretas encomendadas pela Corte. A conta de quinze províncias logo patenteia uma revisão ou uma alternativa a esse escrito. Depois, Marcelo de Ribadeneyra fixa-se na lenda dos gigantes que guardariam os palácios de Pequim, algo que já se podia ler na *Enformação de hum homem honrrado* de 1554, mas não aí. Acresce que tanto a historieta das saídas do soberano camufladas numa parada de carros idênticos, como o que também refere sobre o cativoiro dos membros proscritos da família reinante e as “nueve ordenes de magistrados” que assistiam às audiências, só tem paralelo conhecido na carta de Ricci a Bautista Román, de 1584. Ao defender, no fim do mesmo fragmento de texto, que a China possuía capacidade para mobilizar, dum

---

<sup>34</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. I — “Cómo los religiosos Descalzos de san Francisco fueron la primera vez a la Gran China”, ed. 1947, pp. 101-104; idem, *ibidem*, libro II, cap. II — “De cómo fue edificado el convento de Nuestra Señora de los Angeles, en la ciudad de Macán, en la Gran China”, ed. 1947, pp. 104-106; idem, *ibidem*, libro II, cap. III — “Cómo el padre Tordesillas volvió desde la Gran China a Manila, y de lo que le sucedió en el viaje”, ed. 1947, pp. 106-108; idem, *ibidem*, libro II, cap. IV, ed. 1947, pp. 109-111; idem, *ibidem*, libro II, cap. VI, ed. 1947, pp. 115-119; idem, *ibidem*, libro II, cap. VII, ed. 1947, pp. 120-122.

<sup>35</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. IV, ed. 1947, pp. 110-113. Cf. Carta do Pe. Matteo Ricci ao Pe. Martino de Fornari, Macau, 13 de Fevereiro de 1583, ed. 1913, p. 30.

instante para o outro, duzentos mil soldados e um número indeterminado de navios, Ribadeneyra não apenas volta a ultrapassar Gaspar da Cruz, como a reacerar o passo com uma preocupação que alguns escribas da Companhia de Jesus passaram a fazer sua depois de ter sido inventada pelos espanhóis no termo da década de 1570<sup>36</sup>.

O livro II da *Historia de las Islas* faz-nos recuperar a sensação de pairarmos sobre o espírito e o tempo que confluem naquela missiva de Matteo Ricci ao *factor de la real Hacienda* por intermédio de uma paródia em que o soldado chinês é posto como cobarde e o mais dos dias tocado pelo álcool de arroz<sup>37</sup>. As notas sobre o ensino, assinalando a realização de exames em Universidades cada três anos e a presença na mais recôndita das aldeias de escolas onde as crianças podiam aprender a ler e a escrever, confirmam outra das preocupações centrais dos inquiridos jesuítas, a qual se manteve em aberto, pelo menos parcialmente, até que Duarte de Sande e Alessandro Valignano compusessem o *De Missione Legatorum* e aí explicassem o funcionamento do magistério primário<sup>38</sup>. Dá-se igual mimetismo quando o cronista franciscano associa as dificuldades do trabalho missionário aos decretos que proibiam a entrada de estrangeiros ou quando modera os efeitos da “gran ignorancia de la inmortalidad del alma” com as “muchas cosas moralmente buenas” que os chineses também saberiam fazer<sup>39</sup>.

Fr. Marcelo de Ribadeneyra utiliza pela penúltima vez essa fonte incógnita para as referências muito breves — e, acrescentaríamos, banalíssimas — que deixa sobre a fartura de pescado, a apazibilidade dos sítios de recreio da gente de posses, a eficiente vigilância das fronteiras, o sobrepovoamento do território e o concubinato<sup>40</sup>. Daí em diante o que temos em capítulos integrais ou em partes de outros é, no essencial, o assinalado plágio da *Peregrinação*. Como guardamos um ponto para a forma como Fernão Mendes Pinto tratou do objecto chinês, perceber-se-á que esteja fora de causa descrever agora todos os pormenores deste aproveitamento. Ainda assim, da leitura desta manipulação do mendicante espanhol saltam de imediato duas coisas básicas. Uma, que a mesma, até pela sua inusitada amplitude, é muito útil para comprovar que o manuscrito original do autor português foi corrigido antes de ter sido impresso em 1614.

---

<sup>36</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. V — “Del rey y magistrados de la Gran China”, ed. 1947, pp. 113-115. Cf. carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, pp. 45-46.

<sup>37</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. VI, ed. 1947, p. 116.

<sup>38</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap.V, ed. 1947, p. 114; idem, *ibidem*, libro II, cap. VI, ed. 1947, p. 119.

<sup>39</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. VII, ed. 1947, pp. 120-121.

<sup>40</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. VII, ed. 1947, p. 122.

Outra, que apesar do nulo sentido crítico que Fr. Marcelo demonstra ao aderir de modo incondicional à mais garrida das metamorfoses metafóricas de Pinto, tal é em qualquer caso um bom indicador da capacidade de sedução que esta crónica épica conseguiu gerar, inclusive entre os meios teoricamente melhor preparados, desde que esteve disponível para consulta.

### ***Plagiato de um tesouro***

Esclarecedor é o que se passa no capítulo VII, onde Ribadeneyra arrola os supostos “rastros de cristianidad” que sobejariam na Grã China. Referiu-se que João de Lucena já cedera ao episódio de Mateus Escandel que acabou no capítulo XCVI da *Peregrinaçam* e que o próprio Mendes Pinto descrevera de viva voz a Matteo Ricci em 1582. Ora, na *Historia de las Islas* a esta fantasia acrescentam duas outras com as quais o aventureiro luso buscara sublinhar o encontro na terra estranha de marcas da presença cultural e religiosa dos seus compatriotas da diáspora, a de Inês de Leiria (*Peregrinaçam*, cap. XCI) e a de Vasco Calvo (*ibidem*, cap. CXVI). Naquele caso, tratar-se-ia de uma filha do embaixador Tomé Pires, mulher que Pinto identifica com uma cruz gravada a ferro num braço antes de se pôr a rezar um padre-nosso em língua portuguesa<sup>41</sup>. A simbólica do segundo caso é idêntica: um velho português aparece ao grupo em que o narrador se faz integrar numa cidade dos confins do reino dita “Quansy”<sup>42</sup> e, depois de erguer as mãos numa prece, apresenta-se como o parente do capitão Diogo Calvo que acompanhara a embaixada de 1521 e fora feito cativo quando esta retornara a Cantão<sup>43</sup>. Fr. Marcelo é quase exaustivo na sua cópia, mas peca ao não aludir à missão diplomática de Pires e ao não resistir à falcatura grosseira de chamar “hombre español” a Vasco Calvo<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Ver Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCI — “Como chegamos a hũa cidade que se dezia Sampitay, & do que passamos com hũa molher Christam que achamos nella”, Lisboa, 1614, fls. 102r.-103r.

<sup>42</sup> Para duas propostas, mais ou menos temerárias, de identificação de “Quansy”, ver: Lagoa, 1947, p. 91; Michel Cartier, “Voyage à travers une Chine imaginaire: La *Pérégrination* de Fernão Mendes Pinto”, in *Actes du IVe Colloque International de Sinologie de Chantilly*, Paris, Ricci Institute & Maison des Sciences de l’Homme, 1991, p. 83; ref. in Loureiro, 2000a, p. 670, n. 72.

<sup>43</sup> Ver Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CXVI — “Como a caso achei nesta cidade [de Quansy] hũ Portuguez, & o que com elle passamos”, Lisboa, 1614, fls. 136v.-138v.

<sup>44</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. VIII, ed. 1947, pp. 123-127.

O reconhecimento da autoridade dos testemunhos lusitanos não consta do capítulo desta *Historia* de 1601 que abre com uma ideia mítica da fundação da China. Marcelo de Ribadeneyra prefere apelar directamente para as “historias de los chinos”<sup>45</sup>, forma aproximada da insondável crónica dos reis da China que vem citada no capítulo XCII da *Peregrinaçam*<sup>46</sup>. Ainda que sempre sem podermos contar com a sua ajuda, não é no entanto difícil descobrir a impressão digital de tudo o que vem por arrasto: os elementos sobre a fundação de Pequim retirou-os o franciscano desse e do que acabou por ser o capítulo XCIV de Fernão Mendes<sup>47</sup>; os elementos sobre a tomada tártara apenas do capítulo XCIV; os elementos sobre a Grande Muralha e a uma prisão que lhe seria anexa do capítulo XCV<sup>48</sup>; o retrato de Pequim dos capítulos CV e CVII<sup>49</sup>; a descrição das festas e dos convites usados para as mesmas dos capítulo CV e CVI<sup>50</sup>; o louvor da assistência aos pobres e aos doentes dos capítulos CXII e CXIII<sup>51</sup>; enfim, do respectivo capítulo CIX a arquitectura de duas das mais deslumbrantes invenções de Pinto que foram o “Tesouro dos Mortos” e a “Serpe Tragadora da Casa do Fumo”<sup>52</sup>.

A procedência exacta da parte da *Historia de las Islas* que nos falta decifrar esclarece-se, com igual facilidade, do seguinte modo. A pintura da China como um imenso bazar que vem no capítulo X sintetiza os capítulos XCVIII e XCIX da *Peregrinaçam*<sup>53</sup>. As opiniões sobre o exercício humano, prudente e justo da justiça,

---

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. IX — “De otras particularidades del reino de la Gran China”, ed. 1947, cit. p. 127.

<sup>46</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

<sup>47</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. IX, ed. 1947, pp. 127-128. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCII, Lisboa, 1614, fls. 103v.-104v.; idem, *ibidem*, cap. XCIV, Lisboa, 1614, fls. 105v.-106r.

<sup>48</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. IX, ed. 1947, p. 128. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCV — “Qual foy o Rey da China que fez o muro que diuide os dous imperios da China & da Tartaria, & da prisaõ aneixa a elles”, Lisboa, 1614, fls. 106v.-107v.

<sup>49</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. IX, ed. 1947, pp. 129 e 130. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CV — “De algũa pequena informação desta cidade do Pequim onde o Rey da China reside dassetto”, Lisboa, 1614, fls. 122r.-123v.; idem, *ibidem*, cap. CVII — “De algũas cousas particulares notaeis que ha na cidade do Pequim”, Lisboa, 1614, fls. 125r.-126v.

<sup>50</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. IX, ed. 1947, p. 129. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CV, Lisboa, 1614, fls. 122r. e 123r.-123v.; idem, *ibidem*, cap. CVI, Lisboa, 1614, fls. 123v.-125r.

<sup>51</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. IX, ed. 1947, p. 129. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CXII — “Do prouimento que se tem com todos os aleijados & gente deseparada”, Lisboa, 1614, fls. 132v.-133v.; idem, *ibidem*, cap. CXIII — “Da maneyra que se tem para auer em todo o reyno celeyros para os pobres, & o qual foy o Rey que isto ordenou”, Lisboa, 1614, fls. 133v.-134r.

<sup>52</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. IX, ed. 1947, p. 130. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CIX — “De outra cerca que vimos nesta cidade por nome tisouro dos mortos, de cujo rendimento se sustenta esta prisaõ, & de muytas cousas notaeis que ha nella”, Lisboa, 1614, fls. 129r.-129.

<sup>53</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. X, ed. 1947, pp. 131-132. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCVIII, Lisboa, 1614, fls. 111v.-113r; idem, *ibidem*, cap.

assim como sobre a crueldade das prisões que vêm no capítulo XI sintetizam a experiência de degredo de um grupo de nove sobreviventes de um naufrágio ocorrido na enseada de Nanquim ficcionada por Mendes Pinto nos capítulos C-CIII da sua obra<sup>54</sup>. Para aqueles juízos sobre o bom governo, o amparo público garantido a toda a sorte de desvalidos e a afectação dos recursos do tesouro real que vêm no capítulo XII reabre-se o emprego dos capítulos CXII e CXIII da mesma obra portuguesa<sup>55</sup>. Para a “noticia de las treinta y dos sectas principales que hay en aquel reino”, que está no capítulo XIII, trazem-se do capítulo CX da *Peregrinação* os elementos sobre o culto de “Nacapirau, Raynha do Ceo”, do seu capítulo CXI aqueles sobre Amida e as cento e treze sepulturas de reis, enquanto que o posterior capítulo CXIV cede as indicações sobre as seitas “Naustolins”, “Trimechau” e “Gizom” (grafias de Pinto). Já as palavras que se registam de permeio sobre “Neuma” (grafia de Ribadeneyra), a adoração dos astros, a punição dos ídolos e o lançamento de sortes revelam uma derradeira aplicação da fonte-sombra que tem raízes fundas no *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz<sup>56</sup>.

Não se imagine que Marcelo de Ribadeneyra deixou de lado o manuscrito de Fernão Mendes Pinto ao fechar o tratamento dos assuntos chineses. Como um dia se demonstrará numa muito necessária edição crítica da *Historia de las Islas*, tal influência continua a ser particularmente determinante nos capítulos respeitantes às demais regiões que o franciscano espanhol apenas descreve a partir dos livros. Sem que nos queiramos substituir a esse trabalho, podemos adiantar que os parágrafos sobre a Tartária agrupados no capítulo XIV do mesmo livro II, por exemplo, não possuem outra base que não seja o texto que o autor (ou o editor) da *Peregrinação* distribuiu pelos

---

XCIX — “Das mais cousas que vimos nesta cidade, & de outras algũas que ha na China em outras partes”, Lisboa, 1614, fls. 113v.-114v.

<sup>54</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. XI — “Del modo que guardan en sus autorizados tribunales los jueces de la Gran China”, ed. 1947, pp. 132-137. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. C — “Como chegamos à cidade do Pequim, & da prisaõ em que nos meterão, & do que nella passamos”, Lisboa, 1614, fls. 115r.-116r.; idem, *ibidem*, cap. CI — “Do que mais passou neste negocio até o feito yr concluso sobre final”, Lisboa, 1614, fls. 116r.-117v.; idem, *ibidem*, cap. CII — “Do que nos responderão estes procuradores dos pobres, pedindolhe que falassem por nõs ao Chaem que tinha em sua mão o nosso feito para o sentencear”, Lisboa, 1614, fls. 117v.-118r.

<sup>55</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. XII — “De otras cosas del buen gobierno de la Gran China”, ed. 1947, pp. 138-139. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CXII, Lisboa, 1614, fls. 132v.-133v.; idem, *ibidem*, cap. CXIII, Lisboa, 1614, fls. 133v.-134r.

<sup>56</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. XIII — “De la noticia que se tiene de las sectas de la Gran China”, ed. 1947, pp. 139-144. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CX — “Do terceyro edificio que aquy vimos por nome Nacapirau”, Lisboa, 1614, fls. 129v.-131r.; idem, *ibidem*, cap. CXI — “Do quarto edificio situado no meyo do rio, onde estão as cento & treze capellas dos Reys da China”, Lisboa, 1614, fls. 131r.-132v.; idem, *ibidem*, cap. CXIV — “Do numero da gente que viue nas casas del Rey da China, & dos nomes das dignidades supremas que governão o reyno, & das tres principaes seitas que ha nelles”, Lisboa, 1614, fls. 134r.-135v.

correspondentes capítulos CXXII, CXXVI, CXXVII e CXXVIII<sup>57</sup>. Um segundo caso óbvio surge-nos no capítulo da *Historia* de Marcelo de Ribadeneyra onde está a narração dos cortejos fúnebres do fantasioso templo de Tinagoogo que Fernão Mendes faz despontar algures no interior da Ásia. De acordo com o cronista galego, os carros triunfais que integravam essa procissão eram 1390, enquanto no capítulo CLX da *princeps* do título português apenas lemos 226<sup>58</sup>. A diferença é uma daquelas que ajuda a comprovar o que antes repetimos sobre a anónima revisão a que foi submetido o autógrafo mendespintiano. Porém, isso é apenas uma curiosidade. Parece-nos muito mais significativo que Fr. Marcelo começasse pela transcrição das belas falas rituais que iam associadas às cerimónias religiosas em causa, desde logo a que diz: “Abranda senhor a pena dos mortos, paraque te louuem com sono quieto”<sup>59</sup>. Não se trata apenas de redescobrir a cada passo o material de Pinto, mas até o seu inconfundível verbo<sup>60</sup>.

### 3. *Los Chinos sólo llaman Europeos a los Españoles*

Grande parte do material e do espírito dos *Historiarum Indicarum libri XVI* de Giovanni Pietro Maffei reaparecem na *Historia General de la Yndia Oriental* que Antonio de San Román de Ribadeneyra edita em Valhadolid no ano de 1603 com uma dedicatória ao Condestável de Castela<sup>61</sup>. Querem as escassas notas biográficas que existem sobre este monge beneditino que ele tenha composto tal obra depois de uma viagem a Portugal e por encargo expresso dos seus habitantes<sup>62</sup>. A fantasia é evidente, mas não deve ofuscar o facto do trabalho constituir um prolongamento em língua

---

<sup>57</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. XIV, ed. 1947, pp. 144-148. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CXXII — “Do mais que vimos até chegarmos onde el Rey dos Tartaros estaua, & do que passamos com elle”, Lisboa, 1614, fls. 145r.-146v.; idem, *ibidem*, cap. CXXVI — “Do caminho que fizemos desta cidade de Tuymicão até chegarmos ao terreyro das caueyras dos mortos”, Lisboa, 1614, fls. 150r.-151r.; idem, *ibidem*, cap. CXXVII — “Do caminho que fizemos até chegarmos à cidade de Quanginau, & do que nella vimos”, Lisboa, 1614, fls. 151v.-152v.; idem, *ibidem*, cap. CXXVIII — “Do caminho que fizemos desta cidade de Quanginau, até a cidade de Xolor, & do que nella vimos”, Lisboa, 1614, fls. 152v.-154r.

<sup>58</sup> Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. XV, ed. 1947, p. 149. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CLX — “Da grande & sumptuosa procissão que se faz neste pagode & dos sacrificios que se fazem nella”, Lisboa, 1614, fl. 197r.

<sup>59</sup> Fernão Mendes Pinto, *ibidem*, cap. CLX, Lisboa, 1614, cit. fls. 197r.-197v.ed. Cf. Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. XV, ed. 1947, p. 149.

<sup>60</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *ibidem*, libro II, cap. XV, ed. 1947, pp. 149-150. Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CLX, Lisboa, 1614, fls. 197r.-198v.

<sup>61</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 13, n. 82.

<sup>62</sup> Ver, *inter alia*, entrada “Antonio de San Román”, in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, vol. 52, Bilbao/Madrid/Barcelona, Espasa-Calpe, 1926, p. 1173.

castelhana da tradição centrada na narrativa histórica dos feitos heróicos que Lopes de Castanheda e João de Barros haviam inaugurado em meados de Quinhentos<sup>63</sup>. Na segunda metade do século XVII o Oriente Português viria a ser tratado em duas histórias civis e gerais que caem em pleno na linha da de San Román, a *Asia Portuguesa* de Manuel Faria e Sousa (3 vols., Lisboa, 1666-1675)<sup>64</sup> e o *Compendio de las Historias de los Descubrimientos, Conquistas y Guerras de la India Oriental* de José Martínez de la Puente (Madrid, 1681)<sup>65</sup>.

### O “São Maffei” de San Román

Antonio de San Román nasceu em Palencia e professou no mosteiro de San Zoilo de Carrión. Do seu gosto confesso pelos estudos históricos sairia também uma *Iornada y mverte del Rey D. Sebastian de Portugal* (Valhadolid, 1603)<sup>66</sup>. Avisado pelo *Epitome de las Historias Portuguezas* de Faria e Sousa (1.<sup>a</sup> ed. Madrid, Francisco Martines, 1628), um dos primeiros títulos deste polígrafo luso que sempre se serviu do castelhano para conseguir a maior difusão possível para as suas pesquisas<sup>67</sup>, González

---

<sup>63</sup> Ver Curto, 1998c, p. 483.

<sup>64</sup> Manuel Faria e Sousa, *Asia Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1666; idem, *ibidem*, vol. 2, Lisboa, oficina de António Craesbeeck de Mello, 1674; idem, *ibidem*, vol. 3, Lisboa, oficina de António Craesbeeck de Mello, 1675.

<sup>65</sup> José Martínez de la Puente, *Compendio de las Historias de los Descubrimientos, Conquistas, Y Guerras de la India Oriental, y de sus Islas, desde los tiempos del Infante Don Henrique de Portugal su inventor; hasta los del Rey D. Felipe II de Portugal, y III de Castilla. Y la introduccion del Comercio Portugues en las Malucas, y sus operaciones Politicas, y Militares [...], Y añadida vna Descripcion de la India*, Madrid, Viuda de Joseph Fernandez de Buendia, 1681.

<sup>66</sup> Fr. Antonio de San Román de Ribadeneira, O.S.B., *Iornada y Mverte del Rey Don Sebastian de Portugal, sacada de las obras del Franchi, ciudadano de Genoua, y de otros muchos papeles autenticos. Por Fray Antonio de San Roman, Monge de S. Benito, y profeso de la casa de S. Zoyl de Carrion. Dirigido al condestable de Castilla, Duque de Frias, &c. del Consejo de Estado de su Magestad, y en Presidente del de Italia, &c.* Valhadolid, por los herederos de Iuan Yñiguez de Lequirica, 1603.

No seu *Manual del Librero Hispanoamericano* (t. 19, 1967, pp. 223-224), Palau y Dulcet atribui a este autor as duas partes de um *Consvelo de Penitentes, o Mesa Franca de espirituales manjares* (2 vols., Salamanca, en casa de Alonso de Terranuoua y Neyla, 1583; reed. Sevilha, Imprenta de Andree Pescioni y Juan de Leon, a costa de Antonio Segete, mercader de libros, 1585). Com uma ou outra diferença, trata-se de um erro que tende a ser repetido e que resulta de uma confusão entre a pessoa do nosso beneditino e a de um agostinho natural de Granada, também chamado António de San Román. Ver Santiago Vela, *Ensayo de una Biblioteca*, vol. 7, 1925, p. 259; Fr. Gaspar de San, *Conqvista de las Islas Philipinas*, libro III, cap. XXVII, ed. 1975, p. 474.

<sup>67</sup> Dado como um dos maiores eruditos do seu tempo, Manuel de Faria e Sousa (Pombeiro, 1590-Madrid, 1649) residiu ininterruptamente na capital espanhola entre 1634 e a data da sua morte. Ver Manuel Lopes de Almeida, “Introdução”, in Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. 1, *Partes I e II do 1.º Tomo*, trad. de Isabel Ferreira do Amaral Pereira de Matos & Maria Vitória Garcia Santos Ferreira, introd. M. Lopes de Almeida, Biblioteca Histórica, Série Ultramarina — 6, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, pp. XI-XII; Saraiva & Lopes, ed. 1979, 452.

de Barcia confirmou há muito que na *Historia de la Yndia* Román “hiço poco mas que traducir al P. Mafeo”<sup>68</sup>. Acrescentamos nós que a impressão é idêntica quando se folheiam os seis capítulos do livro II dedicados à China e que correspondem a menos de 4% do texto integral. No seu todo, o título trata sucessos ocorridos entre 1416 e 1557, exactamente o intervalo definido pela história florentina do jesuíta de Bergamo.

Apesar do nome de Maffei constar entre as vinte entradas da tábua bibliográfica que Antonio de San Román apresenta no início desta sua obra, nas páginas em causa a única dívida reconhecida é para com uns quaisquer “graues y cuydados autores que han tratado desta materia”<sup>69</sup>. Depois de uma análise mais cuidada, reconhecemos o uso pontual da *Terceira decada da Asia* de João de Barros, dos *Coloquios dos simples* de Garcia de Orta, do *Discvrso de la navegacion* de Bernardino de Escalante e da *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano, sendo que só o primeiro destes quatro autores aparece mencionado naquela lista de autoridades<sup>70</sup>. Sobretudo curioso é não confirmarmos agora o “Fray Iuan Gonzalez de Mendoça, de la China” que constitui a respectiva décima primeira citação<sup>71</sup>. Curioso é ainda verificarmos que na única vez que San Román alega ter observado em Lisboa exemplos daquilo que escreve aconteça quando fala numas “pinturas de coches con velas”<sup>72</sup>, precisamente algo que tinha merecido um testemunho pessoal idêntico por parte de Escalante. Se bem que nos cumpra deixar toda a margem para que o leitor retire as ilações que achar mais adequadas, devemos dizer que a nossa fé na idoneidade desse depoimento do *benito* é nenhuma.

Para além do que decorre dos vários acrescentos implícitos de Barros, Orta, Escalante e Valignano, existem duas diferenças fundamentais entre o que está no livro VI da *História Índica* de Giovanni Maffei e o que se lê nos capítulos X a XV do livro II da *Historia de la Yndia Oriental* de San Román de Ribadeneyra. A primeira diz respeito à forma. Pode parecer algo de importância menor, mas é inegável que, a começar pela

---

<sup>68</sup> Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cit. col. 71.

<sup>69</sup> Fr. Antonio de San Román, *Historia General de la Yndia Oriental*, libro II, cap. XV — “En que se concluyen las cosas de la China. Del ruyn sucesso que tuuo la embaxada de Tomas Perez. Y como quedo el nombre Portugues odioso en aquel Reyno”, Valhadolid, 1603, cit. p. 281. Cf. idem, *ibidem*, “Autores que Han ayudado para el discurso desta Historia”, Valhadolid, 1603, s. pp. Todas as referências e citações a partir desta edição.

<sup>70</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-2.

<sup>71</sup> Fr. Antonio de San Román, *Historia General de la Yndia Oriental*, “Autores que Han ayudado para el discurso desta Historia”, Valhadolid, 1603, cit. s.p.

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XII — “De otras muchas curiosidades y grandezas de los Chinas”, Valhadolid, 1603, cit. p. 262. Ver idem, *ibidem*, cap. XII, Valhadolid, 1603, pp. 262-263.

vantagem da própria divisão em capítulos, o espanhol consegue uma muito maior clareza expositiva que o seu antecessor italiano. Como é natural, a segunda diferença vem da mudança que sucede no serviço da escrita. A despeito das condições em que iniciou e concluiu a sua obra, Maffei sempre representava os jesuítas do Padroado. Pelo contrário, Román encarna sem disfarces a defesa dos direitos dos mendicantes do *Patronato* em relação à missionação no Extremo Oriente. Porque sabemos que Valhadolid era, na altura, a cidade que acolhia o monarca espanhol, para todos os efeitos a personagem-chave deste processo, até no local escolhido para a edição do livro isso se torna óbvio<sup>73</sup>.

Antes de aludirmos a algumas das emendas ao material básico de Maffei que configuram tal esforço propagandístico, será interessante observar o fundamental daquilo que Antonio de San Román lhe agregou sem outro motivo aparente que o de fornecer uma imagem o mais correcta possível da China. Assim, temos que recorrer aos *Coloquios* de Garcia de Orta para completar o rol das que crê exportações do país com notas sobre produtos como a cânfora, o âmbar, o estoraque, o benjoim e o vermelhão<sup>74</sup>. Da *Terceira decada* de João de Barros traz os desactualizados cálculos sobre as suas latitudes máxima e mínima<sup>75</sup> e talvez também os nomes e a situação das quinze províncias<sup>76</sup>. Do *Discvrso* de Bernardino de Escalante vêm notícias sobre o almíscar<sup>77</sup>, a aparência física dos chineses<sup>78</sup>, os penteados das mulheres<sup>79</sup>, os hábitos de beber<sup>80</sup> e acaso ainda sobre a nomenclatura provincial já que aqui, como recordaremos, o cantábrico copiara em pleno Barros. Enfim, da *Historia* do padre Valignano introduzem-se as estimativas sobre o comprimento de Grande Muralha<sup>81</sup>, os rendimentos anuais do imperador e a colecta da prata em Cantão<sup>82</sup>. Um nome que sabemos vir entre as ajudas reconhecidas por Román é o do Pe. João de Lucena. Mais:

---

<sup>73</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4. Ver também: Costa, 1999a, pp. 201-202.

<sup>74</sup> Ver Fr. Antonio de San Román, *Historia General de la Yndia Oriental*, libro II, cap. X — “Del gran Reyno de la China, y su fertilidad: y de la Policia y Magestad de sus ciudades y poblaciones”, Valhadolid, 1603, p. 254.

<sup>75</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XIV — “De la gran renta y potencia del Rey de la China. Y de su Religion, Idolos, y otras cosas semejantes”, Valhadolid, 1603, p. 274.

<sup>76</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. X, Valhadolid, 1603, p. 253.

<sup>77</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. X, Valhadolid, 1603, pp. 254-255.

<sup>78</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XI — “De la viuienda y costumbres de los Chinas. Con otras cosas que guardan: y leys que tienen, y de sus grangerias, &c”, Valhadolid, 1603, p. 258.

<sup>79</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XI, Valhadolid, 1603, p. 258.

<sup>80</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XI, Valhadolid, 1603, p. 260.

<sup>81</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII — “De la dignidad de los que gobiernan el Reyno de la China. De sus juezes, y seueridad en castigar dos delictos. Y de la gente de guerra que sustenta el Rey: con otras cosas à este proposito”, Valhadolid, 1603, p. 270.

<sup>82</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XIV, Valhadolid, 1603, p. 273.

sabemos que Lucena recuperou de Valignano para a sua *Historia* dois desses últimos três dados. No entanto, excluímos-lo deste xadrez de intertextualidades dado que falha em especificar os picos de metal branco recolhidos naquela metrópole do Sul.

Enquadram-se ainda neste trabalho todos os pequenos paralelismos com realidades familiares a que San Román deitou mão para melhorar a legibilidade do mesmo objecto sínico. É o caso das frases que inventam semelhanças entre os seus recursos de ferro e o que existiria “en nuestra Vizcaya”<sup>83</sup>, das frases que irmanam as árvores que os chineses plantavam à porta das suas casas àquilo que se veria “en los Prados de san Geronymo de Madrid, y en el de la Madalena de Valladolid”<sup>84</sup>, das frases que comparam as festas com que ali se assinalava a outorga do grau de mestre e “la manera que se haze en la Vniuersidad de Salamanca”<sup>85</sup> ou daquelas que associam o sinal sonoro dos respectivos correios montados à “cornetilla que se usa en las postas de España”<sup>86</sup>. Verificámos que Giovanni Pietro Maffei gastou deste tipo de desdobramentos anódinos do ponto de vista das novidades. Román bem se esforça por acrescentar exemplos a esses exemplos, mas a verdade é que nunca evolui para nada de substancialmente novo, nem quando o tema dos impressos chineses o faz afirmar ter visto em poder de Tomás Gracián Dantisco — escritor e erudito colocado na real *Secretaría de lenguas e cifras* — “como vn archiuo que es de curiosidades”<sup>87</sup>.

Entre isto e as ditas distorções de sentido programático verifica-se da parte do autor da *Historia General de la Yndia Oriental* uma tendência para salientar algumas características do governo da China seriadas por Maffei tendo em vista a emenda de outros tantos aspectos da ordem social que o rodeia. Destacam-se neste clássico exercício de retórica as partes em que critica “los vicios de la ociosidad, que tiene corrõpida à España”<sup>88</sup>, as falhas de abastecimento que ocorriam nas suas “Chancillerias y carceles”<sup>89</sup>, a imprudência daqueles príncipes que se esqueciam de que um bom soldo pago a tempo e horas era “lo que haze ò deshaze el valor militar”<sup>90</sup> e a prática estabelecida de nomear “Gouernadores y juezes” para praças de onde eram naturais<sup>91</sup>. Algo que também “le valiera harto a España el hazerla, que anduieren las cosa de la

---

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. X, Valhadolid, 1603, cit. p. 254.

<sup>84</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. X, Valhadolid, 1603, cit. p. 257.

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XII, Valhadolid, 1603, cit. p. 266.

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, cit. p. 272.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XI, Valhadolid, 1603, cit. p. 261.

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XII, Valhadolid, 1603, cit. p. 262.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, cit. p. 269.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, cit. p. 270.

<sup>91</sup> Ver idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, p. 271.

justicia de otra manera”, como escreve, seria instituir inspecções periódicas do género das que o soberano chim delegava no chaem<sup>92</sup>. Seja como for, é claro que continua a não se observar aqui qualquer novidade concreta sobre o exemplo trabalhado.

Antonio de San Román acaba por se servir de mais do que um esquema para sensibilizar a Coroa de Espanha em relação à missão do Império do Meio. Em primeiro lugar, não se faz rogado e introduz opiniões em absoluto incomprováveis como a que quer que “el Rey de la China holgaria ser mas comunicable”<sup>93</sup>. Depois, glosa o que se passara com Filipe II para interpelar directamente Filipe III e confiar-lhe a tarefa de erguer “el tẽplo del Señor en aquellas partes”<sup>94</sup>. Em terceiro lugar, omite qualquer referência à Missão da Companhia de Jesus, um silêncio que chega a ser contraditório com o que está na *Historia de las Islas* de Marcelo de Ribadeneyra já que nem a dissidência, nem o rancor impediram o franciscano de ser cavaleiro por um momento e desejar aos apenas dois jesuítas que aí julgava em permanência toda a luz e favor de Deus<sup>95</sup>.

No limite, Román inventa que a única nação da Europa em contacto com a China era a sua. Começa por fazê-lo alegando que “el puerto de Cãton es plaza de nuestros Españoles”<sup>96</sup>. O dislate é confirmado pouco adiante, quando reformula o ditado que comparava a quantidade de olhos que os chineses atribuíam a si e aos estrangeiros. Desta vez lê-se: “[...] por que dicen, *que ellos tienẽ dos ojos, y los Europeos vno* (que assi llaman a los Españoles, porque ninguna otra nacion llega alla) y los demas, que estan ciegos”<sup>97</sup>. Acrescente-se que o reconhecimento do nome luso que aqui falta não será esquecido quando se tratar de descrever os excessos de “ciertos capitanes”, os quais teriam deixado a porta da China “muy cerrada al Euangelio”<sup>98</sup>. Nomeava-se a tropa de Simão Peres de Andrade, bem entendido.

---

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, cit. p. 272.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, cit. p. 273.

<sup>94</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, cit. p. 275.

<sup>95</sup> Ver Fr. Marcelo de Ribadeneyra, *Historia de las Islas*, libro II, cap. IV, ed. 1947, p. 112.

<sup>96</sup> Fr. Antonio de San Román, *Historia General de la Yndia Oriental*, libro II, cap. XIII, Valhadolid, 1603, cit. p. 274

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XV, Valhadolid, 1603, cit. p. 280.

<sup>98</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XV, Valhadolid, 1603, cits. p. 280

#### 4. Histórias missionárias em balanço

Construímos este ponto consagrado à historiografia eclesiástico-missional da Companhia de Jesus tomando por referência onze títulos assinados por agentes da Companhia de Jesus entre 1583 e 1614, o que quer dizer no intervalo que decorre entre a divulgação dos primeiros resultados do apostolado de Michele Ruggieri e Matteo Ricci no Guangdong (1582) e a publicação da primeira crónica da Missão da China representada pelo *De Christiana Expeditione apvd Sinas* de Matteo Ricci/Nicolas Trigault (1615). Nem o predomínio de uma narrativa de tipo religioso, nem a diversidade de materiais envolvidos nesta recolha — histórias da presença dos jesuítas no Oriente, martirólogos, hagiografias de Francisco Xavier, colectâneas de cartas ou livros para a catequese dos japoneses, por exemplo — invalida que o conjunto nos ofereça um punhado de descritivas geo-antropológicas sobre a realidade chinesa tanto importantes pela qualidade intrínseca como pelo impacto público que tiveram. Este *corpus* híbrido revela-nos ainda as primeiras sínteses sobre a China produzidas e assinadas pelos padres de Inácio na Europa, assim como o primeiro impresso com a chancela da Companhia exclusivamente consagrado a esse objecto.

Quatro desses onze títulos pertencem a autores que transitaram ou estacionaram de forma um pouco mais demorada por Macau ou pela China (Alessandro Valignano, Duarte de Sande, Diego de Pantoja e Michele Ruggieri). Oito dos mesmos onze foram publicados, tendo a distribuição dos respectivos originais obedecido à seguinte geografia: 3 em Portugal (as *Cartas de Iapão*, a *Historia* de João de Lucena e as *Relações* de Fernão Guerreiro), 2 em Espanha (a *Historia* de Luis de Guzmán e a *Relación* de Pantoja), 1 em Macau (o *Dialogus* de Valignano e Sande), 1 em Itália (os *Historiarum Indicarum libri XVI* de Giovanni Pietro Maffei) e 1 em França (a *Histoire* de Pierre du Jarric). Se juntarmos impressos e manuscritos com o propósito de avaliar em que lugar se efectuou a redacção ou o arranjo definitivo dos originais, passa a acontecer que 3 foram produzidos em Macau ou Pequim (Valignano, Sande/Valignano e Pantoja), 3 em Portugal (*Cartas* de 98, Lucena e Guerreiro), 2 de Itália (Maffei e Ruggieri), 1 em Espanha (Guzmán), 1 em França (Du Jarric) e 1 em Goa (*História* de Sebastião Gonçalves). A prova definitiva de que a transmissão noticiosa destas matérias dependia em muito das bibliotecas e dos agentes portugueses está em que todos os autores não-lusos que trabalharam e imprimiram na Europa recorreram aos escritos ou apelaram à intermediação dos seus confrades de Coimbra, de Évora ou de Lisboa.

Porque o que acima de tudo jogavam era a sua própria propaganda, os jesuítas aplicaram-se num vasto programa de traduções integrais ou parciais que acaba por abranger a grande maioria dos oito impressos aqui representados. Naqueles casos deixados à margem de tal esforço de divulgação internacional o défice tende a ser compensado de uma de duas maneiras: através da incorporação de trechos das obras dispensadas noutras obras pertencentes a esse universo de 8 às quais foi dada forma tipográfica (desde logo, Guzmán por Du Jarric); ou através da curiosidade crescente da Inglaterra (os fragmentos de Sande/Valignano, de Guerreiro/Du Jarric e de Pantoja oferecidos em Londres). No que concerne apenas às iniciativas enquadradas pela estratégia editorial da Companhia de Jesus observa-se que a uma ampla cobertura noticiosa nas principais línguas latinas se junta uma proliferação de centros difusores que contrasta com o sucedido em décadas passadas, bem como uma atenção particular ao público de língua alemã.

A forma complexa e até contraditória como este grupo de autores procede à selecção dos conteúdos e gere as intertextualidades que dão corpo aos seus rascunhos corográficos não nos impede de observar algumas tendências significantes. Em primeiro lugar, constata-se que a frágil experiência do terreno chinês que perdura até ao limite superior do intervalo cronológico considerado justifica (ou desculpa) o recurso ou a referência insistente ao património informativo e textual de outras eras, sobretudo àquele de matriz portuguesa. Ganha aqui especial destaque o aproveitamento do já de si compósito *Tractado das cousas da China* de Fr. Gaspar da Cruz. É certo que uma conhecida dificuldade de penetração nos circuitos europeus continuou a limitar o uso directo da obra do dominicano de Évora. No entanto, essa falha foi sendo superada graças a resumos do texto de Cruz como os propostos por Bernardino de Escalante, Juan de Mendoza, Abraham Ortelius e Matteo Ricci. Beneficiariam deles os manuscritos de Valignano, Ruggieri e Gonçalves e os impressos de Maffei, Sande/Valignano, Lucena, Guzmán e Pantoja.

Em segundo lugar, observa-se que quer a relativa rigidez da cartilha que inventaria as características da China e dos chineses, quer a escassa liberdade autoral que condiciona o típico escriba da Companhia não invalidaram a afirmação de uma clivagem quase padronizada a propósito da capacidade de discernimento entre o que constituía um ganho objectivo de informação e o que configurava um equívoco ou um vício de sentido livresco. Neste sentido, o que se dá é que enquanto a maioria dos escritores ou compiladores portugueses pode ser equiparada aos jesuítas estantes na

periferia ou no interior da China pelo facto de se manter fiel a um saber pragmático (Lucena é a excepção que confirma a regra), os não-portugueses que compõem na Europa tendem a demonstrar um muito maior conservadorismo informativo, o gosto por um certo sensacionalismo retórico ou uma atracção irresistível por lendas como aquela indo-mesopotâmica de S. Tomé que fazia acreditar numa antiga evangelização em larga escala do continente asiático (*vide* Maffei, Guzmán e Du Jarric, além do particular impasse geográfico de Ruggieri que desafia toda a nossa compreensão por parecer ocorrer quando já circulavam impressos os cálculos astronómicos de Ricci relativos aos limites da China).

A terceira tendência que conseguimos visualizar por entre a heterogeneidade formal deste conjunto de textos é a que ajuda a esbater a ideia de que a historiografia eclesiástico-missional da Companhia de Jesus da época responde, basicamente, a uma lógica de Ordem e não a uma lógica nacional. Ainda que não seja possível desmentir tal postulado, sobretudo nos segmentos que tratam de divulgar a história dos contactos entre os europeus e a China pós-1513 e os progressos da presença jesuíta no país dos Ming verifica-se ocorrerem alguns desencontros entre guiões só explicáveis pelo exercício de certas lógicas de Estado ou de certas estratégias domésticas que lhes equivalem.

Com as *Cartas de Iapão* ou a *Vida* de Lucena os jesuítas de Portugal e a Casa de Bragança asseguraram uma visibilidade às acções lusitanas no Oriente que compensou a interrupção da história oficial portuguesa determinada pela União dinástica. No seu gabinete castelhano, Luis de Guzmán reescreveu de modo anódino os controversos episódios protagonizados por Alonso Sánchez na China, ao mesmo tempo que atribuiu a esse seu confrade e compatriota um papel no estabelecimento daquela Missão que este jamais teve. A reapropriação facciosa dos factos e do destino histórico dos concorrentes ibéricos será levada ao zénite nas duas obras que juntámos aos 11 textos jesuítas mencionados, a *Historia de las Islas* do franciscano Marcelo de Ribadeneyra e a *Historia de la Yndia Oriental* do beneditino Antonio de San Román. Mais do que semelhantes aos de Guzmán, os trejeitos propagandísticos cultivados por estes dois autores equivalem aos que Juan de Mendoza inventara para servir os mendicantes do *Patronato*.

As cerca de três décadas que decorrem entre a conclusão do manuscrito da primeira parte da *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano e a edição do terceiro tomo da *Histoire des choses plvs memorables* de Pierre du Jarric permitem

concretizar um avanço assinalável no reconhecimento de muitas das principais particularidades da realidade chinesa. A estratégia de acomodação cultural delineada por Valignano, a abertura das primeiras residências jesuítas no interior do Império (1583), a elevação da Casa da Companhia de Jesus de Macau à categoria de Colégio Universitário (1594) e a fixação de Matteo Ricci em Pequim (1601) encontram-se entre os passos que tornaram viável que a generalidade dos 11 autores destacados manuseasse fontes primárias inéditas ou divulgasse em primeira mão novos esclarecimentos sobre a China.

Se fosse possível conceber um leitor de época que não só tivesse tido acesso a todos estes textos, como fosse capaz de isolar as aquisições objectivas de saber dos frequentes deslizes retóricos e dos reflexos de tipo providencialista que acabámos de assinalar, então o mesmo seria senhor de uma ideia mais precisa que nunca sobre as dimensões gerais do território, a divisão provincial, a hierarquia urbana, o desenho de Nanquim e Pequim, os rendimentos imperiais, a orgânica do governo central, a moral confucionista, os métodos de ensino e de exame, a qualidade fabulosa do Cataio cristão e a sobrevivência de vestígios de uma diáspora nestoriana. A *Storia* de Ricci divulgada por Trigault em 1615 incorporaria uma síntese exemplar da maior parte destes pontos, mas a verdade é que o essencial já fora sistematizado e já chegara à Europa. Mais: em boa parte já circulava impresso.

## V. Olhares laicos sobre a China na véspera da segunda Expansão europeia

### CAPÍTULO 21

#### **Espiões em fila indiana**

Às vezes por motivos sobretudo comerciais, na imensa maioria delas por motivos sobretudo políticos ou propagandísticos, o certo é que entre finais do século XVI e princípios do século XVII vastos sectores do público europeu foram premiados com iniciativas editoriais que completaram as leituras da geografia e da corografia chinesa oferecidas pela literatura missionária do mesmo período. Três razões maiores aparecem a suscitar o aparecimento de tais textos de natureza não religiosa ou, pelo menos, de vincado pendor laico. A primeira decorre da vista concorrência ultramarina entre portugueses, holandeses, ingleses, franceses e venezianos. A segunda está associada à tendência para a criação de uma política hispânica unificada, algo que acabámos de pressentir nas histórias de Marcelo de Ribadeneyra e de Antonio de San Román, por exemplo. Em terceiro lugar, há que contar com os hábitos culturais próprios das elites mercantis e nobiliárquicas, em princípio menos prisioneiras de uma estratégia de Estado, mas nem por isso menos activas na divulgação dos segredos dos Impérios peninsulares ou na promoção das respectivas vantagens<sup>1</sup>.

Tendo presente o que já escrevemos sobre ingleses como Humphrey Gilbert, Martin Frobisher, Richard Eden, Richard Willes, Richard Hakluyt ou Samuel Purchas<sup>2</sup> e guardando para depois o tratamento dos casos português e espanhol, incidimos aqui em sete testemunhos qualificados do movimento em causa, qualquer deles recolhido directamente para depois ser dado à margem das grandes colecções de viagens: Filippo Sassetti, Dirck Gerritsz Pomp, Jan Huygen van Linschoten, Jacques de Coutre, Francesco Carletti, François Pyrard de Laval e Jean Mocquet. Notar-se-á de pronto que

---

<sup>1</sup> Ver Curto, 1998c, pp. 462-463.

<sup>2</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

nenhum aborda os assuntos chineses em exclusivo, nem lhes confere o destaque suficiente para uma chamada ao título ou à primeira linha do impresso, do manuscrito ou dos manuscritos que assinou. Ao contrário da contemporânea produção historiográfica da Companhia de Jesus, que sabemos que se foi deixando cativar pelo Extremo Oriente na justa proporção em que se desinteressava da Índia, o olhar destes comerciantes, aventureiros ou espiões focou, mais do que nada, o Índico Ocidental onde estava a cabeça da Ásia Portuguesa. Ainda assim, da leitura do conjunto sai a ideia de que a China é percebida como uma das áreas sem a qual a nova corrida para o Oriente escasso sentido faz.

## 1. As cartas de Filippo Sassetti, 1578-1588

### *Sassetti*

A reduzida atenção que concedem ao nosso objecto determinou que excluíssemos do presente inventário a *Viaggio nell'India Orientale* de Cesare de Federici e a quase homónima *Viaggio dell'Indie Orientali* de Gasparo Balbi<sup>3</sup>. Poucas obras como estas tipificam o reacender do interesse de Veneza pelo acesso aos mercados indianos que decorre do declínio da hegemonia lusa no termo do século XVI. Poucos autores recriam como Federici e Balbi aquela acentuada curiosidade cultural e editorial italiana pelos avanços portugueses na Ásia que Fracanzio da Montalboddo e Giovanni Battista Ramusio tinham protagonizado na altura em que a Rota do Cabo roubara o monopólio das especiarias e dos produtos orientais às Rotas do Levante e em que as diplomacias de Lisboa, Roma e Veneza a cada passo se cruzavam a pretexto da palavra Índia<sup>4</sup>.

Sabemos que a Florença de onde era originário Filippo Sassetti desde cedo jogara numa colaboração comercial e financeira activa com a empresa ultramarina portuguesa, pelo que se compreende que as condições de observação de que dispôs não sejam exactamente assimiláveis às daqueles dois mercadores privados venezianos. Sabemos também que apesar de ter procurado que os amigos florentinos, a quem endereçou a correspondência que foi expedindo de Lisboa a Cochim, a fizessem circular

---

<sup>3</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

<sup>4</sup> Ver Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 468-475; Barreto, 2000, pp. 66-67.

entre os homens de letras da sua cidade natal, nenhum deles tomou a iniciativa de a publicar durante o século que corria. Era como se vigorasse uma banal lei de oferta e de procura: quem gozava de relativas facilidades em circular pelos canais do sistema colonial português não sentia especial urgência em difundir a informação neles obtida; quem se encontrava na situação inversa fazia tudo para divulgar o que alcançava daí, mesmo que, tal como Balbi executa sobre o texto do seu compatriota Federici, isso passasse por copiar boa parte das observações acabadas de imprimir por outrem.

Nota-se às vezes, com propriedade, que Garcia de Orta e Filippo Sassetti foram os dois únicos humanistas não eclesiásticos que residiram na Índia e escreveram sobre ela durante os anos de Quinhentos (Gaspar Correia e Diogo do Couto não cabem exactamente nessa categoria e o superior Luís de Camões não foi oficiante de Clio, mas de Polímnia e de Calíope)<sup>5</sup>. Nascido em 1540, Sassetti descendia de uma das famílias mais bem relacionadas com os meios comerciais da Europa, sendo neto de Francesco Sassetti, antigo administrador dos Medici. Ainda exercerá durante algum tempo a mercancia mas, porque a sua vocação era outra, frequenta a Universidade de Pisa durante seis anos (1568-1574), após o que ingressa na *Accademia Fiorentina* (1574) e na *Accademia degli Alterati* (1575). Esta faceta propiciou-lhe escritos como um *Discorso di difesa di Dante*, um outro contra Ariosto, duas *Lezione sulle imprese*, uma *Sposizione della Poetica d'Aristotile* e uma *Vita di Francesco Ferrucci*<sup>6</sup>.

Aos trinta e sete anos de idade Filippo Sassetti escreve um trabalho intitulado *Ragionamento Sopra il Commercio tra i Fiorentini e i Levantini*. Dificuldades financeiras entretanto sobrevindas forçam-no então a abraçar a carreira que sempre evitara, deixando Itália em 1578 para ser encarregado de negócios dos Capponi em Espanha e Portugal. Depois de uma curta passagem por Sevilha, desloca-se para Lisboa, onde permanece até 1582, altura em que lhe é oferecida a oportunidade de embarcar para o Malabar. Residirá ora em Cochim ora em Goa a partir de Novembro de 1583, representando aí os interesses da família do milanês Giovanni Battista Rovelasca no negócio da pimenta. Ao mesmo tempo, tem oportunidade de percorrer cidades da costa ocidental indiana como Onor, Mangalor e Calecute e de realizar operações paralelas por conta de alguns mercadores portugueses e talvez também dos Welser de Augsburg<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Ver, *inter alia*, Lach, *ibidem*, vol. 1, t. 1, p. 476.

<sup>6</sup> Ambrogio Baldini, “Filippo Sassetti”, in *Enciclopedia Italiana di scienze, lettere ed arti*, vol. 30, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1936, pp. 889-890.

<sup>7</sup> Ver Loureiro, 1998b, p. 342.

Morre em Goa a 3 de Setembro de 1588 sem ter conseguido regressar à pátria pela via das Índias Orientais e da América como planeara<sup>8</sup>.

### *Signos do Egipto, águas do Paraíso*

De entre as dezenas de cartas que este mercador-letrado foi despachando da Península Ibérica e da Índia seleccionámos cinco nas quais a China e os chineses constituem matéria de reflexão. O destinatário identificado de quatro delas é Baccio Valori, um intelectual descendente da alta nobreza toscana considerado próximo de outro dos principais correspondentes de Sassetti, o grão-duque Francesco I. Entre as fontes modernas mais cotejadas pelo florentino sempre que se referiu à Ásia em geral constam os relatos divulgados por Ramusio, as obras de João de Barros, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa e o *Rerum a Societate Iesu in Oriente gestarum comentarius* de Giovanni Pietro Maffei. No entanto, para o objecto chinês em particular notamos sobretudo o uso alternativo de “uno Portoghesi” cujo nome não se desvenda mas que logo reconhecemos ser Fr. Gaspar da Cruz<sup>9</sup>. Num segundo plano situam-se as reflexões que desenvolve a pretexto das teses geográficas de Mercator e dos comentaristas de Ptolomeu e os dados recolhidos pelo próprio em Lisboa e na Índia, incluindo de um italiano chamado Pietro Grifo que se supõe ter feito escala em Macau por volta de 1586<sup>10</sup>.

Um assunto que não podia deixar de ser transversal a estas missivas era o das mercadorias exportadas — ou supostamente exportadas — pela China. A primeira a prender a atenção de Filippo Sassetti quando ainda se encontrava em Lisboa foi o aloés, um erro que poderia ter evitado se atendesse ao livro de Orta. Em vez disso, não só repete que essa madeira provinha de uma das províncias chinesas, como faz eco de uma fábula segundo a qual ela chegaria do Paraíso Terrestre. Na base estava uma peregrina confusão entre o Ganges e o Xi Jiang protagonizada por Mercator. Tentando conciliar o inconciliável, Sassetti explica que ainda que se soubesse que o lenho aloés era trazido de um curso de água que desembocava no Golfo de Bengala e no qual os portugueses

---

<sup>8</sup> Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 475-477; José Manuel Garcia, “Filippo Sassetti”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, p. 974 [Garcia, 1994b]; Mathew, 1997, pp. 14-15, 23-24 e 172; p. 192, n. 49.

<sup>9</sup> Carta de Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 8 de Junho de 1580; pub. in Filippo Sassetti, *Lettere*, 1844, cit. p. 35.

<sup>10</sup> Ver carta de Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Cochim, 11 de Janeiro de 1588; pub. in Filippo Sassetti, *Lettere*, 1844, p. 212.

reconheciam “il Gange”, como ninguém averiguara as suas fontes existia a hipótese destas se situarem no próprio Paraíso. Por outro lado, o “gran cosmografo do questo tempi Gherardo Mercator, cercando di salvare Tolomeo, fa il Gange il primo fiume della China, detto Cantan”<sup>11</sup>. Vale dizer que naquela das cinco cartas que seleccionámos que apresenta uma listagem mais exaustiva do que se trazia dos portos chineses para a Índia, reconhecem-se referências ao ouro, à prata, ao ferro, aos diamantes, à seda, à porcelana, à cânfora e ao cinábrio, mas já não ao aloés<sup>12</sup>.

A segunda das exportações da China que este observador aborda com algum detalhe é o almíscar. Sassetti vai à raiz latina e trata-o por “musco” (como Maffei no livro VI da *História Índica* de 1588), mas todos os pormenores escritos a respeito são trazidos do *Tractado* de Gaspar da Cruz<sup>13</sup>. Junto aparece um longo trecho sobre o fabrico da porcelana citado do dito escrito luso que não identifica, mas que continua a ser a minuta de Fr. Gaspar<sup>14</sup>. É fácil compreender que o curioso florentino, tendo-o descoberto em Portugal mal aí entrou, se interessasse pelo conteúdo excepcional desse título saído em Évora pouco mais de uma década antes. Também é fácil realizar que, a despeito da sua anterior passagem por Sevilha, não retirou nenhuma destas duas lições do *Discvrso* de Bernardino de Escalante. Prova-o em definitivo a frase em que confessa desconhecer o sítio exacto onde a porcelana chinesa era produzida: “Il luogo proprio, dove ella si faccia, no lo dice [o autor omisso que segue], e perciò encora io lo tacio”<sup>15</sup>. De facto, assim tinha estado o capítulo XI do *Tractado* de 1569-1570. Escalante, pelo contrário, soube acrescentar a propósito que “a do mas y mejores [porcelanas] se hazen es en la prouincia de Saxij, y la mayor feria dellas en Liampo, que es ciudad de la mesma Prouincia”<sup>16</sup>.

As capacidades mentais e a índole dos chineses constituíram outro par de aspectos integrados na heterogénea galeria de interesses de Filippo Sassetti. Falando, na mais antiga carta desta série, das várias etnias de escravos que se avistavam nas ruas da capital portuguesa, os daquela nação merecem-lhe um elogio que até seria banal se não partisse, como se supõe, de um conhecimento de causa: “I Chini sono uomini di grande intellectto, e parimente esercitano tutte le arti, e sopra tutto imparano maravigliosamente

---

<sup>11</sup> Carta de Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 12 de Março de 1583, ed. 1844, cits. p. 74. Ver *ibidem*, ed. 1844, pp. 74-75; carta Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 8 de Junho de 1580, ed. 1844, p. 34.

<sup>12</sup> Ver carta de Filippo Sassetti com destinatário desconhecido, s.d.n.l. (algures na Índia), ed. 1844, p. 228.

<sup>13</sup> Carta Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 8 de Junho de 1580, ed. 1844, cit. p. 35.

<sup>14</sup> Ver *ibidem*, ed. 1844, p. 35

<sup>15</sup> *Ibidem*, ed. 1844, cit. p. 35

<sup>16</sup> Bernardino de Escalante, *Discvrso de la navegacion*, cap. IX, ed. 1992, cit. fls. 51r.-51v.

la cucina”<sup>17</sup>. Quase dez anos depois, a leitura dependerá sobretudo do juízo de Pietro Grifo, o qual então lhe falou de uma “gente ingannatrice, male avventurata, invidiosa, e piena di mal costume”. Sasseti, que o tinha por “uomo prudente”, aproveita para atacar o “smoderamenti de’ Portuguesi” nesse capítulo<sup>18</sup>. Ao contrário do que estes difundiam, considera agora que a China era dominada por uma inconcebível tirania e que nenhuma justiça, nenhuma polícia e nenhuma coisa boa, fora a riqueza material, se podia aí encontrar. O perfil vai rematado com uma observação nada abonatória sobre o saber científico e os estudos literários do povo em causa trazida — outra vez sem uma referência que o reconheça — do *Tractado das cousas da China*<sup>19</sup>.

É habitual destacar da correspondência indiana de Filippo Sasseti as múltiplas tentativas que realizou no sentido de compreender a constituição fonética do sânscrito<sup>20</sup>. No caso da língua chinesa, sabemos que foi responsável por ter imaginado um paralelismo com os hieróglifos egípcios não apenas equivalente, como até anterior à célebre ideia que o padre Maffei explora na sua história de 1588<sup>21</sup>. Aqui, assombra-lo-á acima de tudo o facto do mandarim ser entendido em diversas províncias da China e em diversas partes da Ásia Oriental e do Sueste Asiático apesar das marcantes diferenças linguísticas que existiam entre elas. De qualquer maneira, quer nesta apreciação do valor cultural e imperial da língua dos funcionários, quer em todas aquelas que lhe iam associadas a fonte é sempre, e só, Fr. Gaspar da Cruz (*Tractado*, cap. III e/ou cap. XVII). Se a certa altura Sasseti lembra uma frase de Aristóteles que dizia algo como “i carattere sono diversi dove sia la lingua diversa”, a razão dessa reminiscência é meramente instrumental<sup>22</sup>. Temos o mesmo quando cita e comenta as anotações a uma tábua da Etiópia da *Geografia* de Ptolomeu nas quais o tema é o da escrita figurativa<sup>23</sup>. Trata-se de uma referência à edição emendada da tradução latina de Willibald

---

<sup>17</sup> Carta Filippo Sasseti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 10 de Outubro de 1578; pub. in Filippo Sasseti, *Lettere*, 1844, cit. p. 25.

<sup>18</sup> Carta Filippo Sasseti a Baccio Valori, em Florença, Cochim, 11 de Janeiro de 1588, ed. 1844, cits. pp. 212-213.

<sup>19</sup> Ver *ibidem*, ed. 1844, pp. 212-213.

<sup>20</sup> Ver Baldini, 1936, p. 890; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 477.

<sup>21</sup> Ver carta de Filippo Sasseti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 12 de Março de 1583, ed. 1844, p. 76; cit. *supra*, Parte II, cap. 15, n. 50.

<sup>22</sup> Carta de Filippo Sasseti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 8 de Junho de 1580, ed. 1844, cit. p. 34. Ver *ibidem*, ed. 1844, pp. 34-34.

<sup>23</sup> Ver Carta de Filippo Sasseti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 12 de Março de 1583, ed. 1844, pp. 75-76.

Pirckheimer publicada por Michael Servetus (Lyon, 1535), volume que obteve numa ida a Madrid em 1582<sup>24</sup>.

## 2. A entrevista de Dirck Gerritsz Pomp, 1592

### “Dirck China”

No mesmo ano em que John Burrough capturou a *Madre de Deus* ao largo dos Açores e ofereceu à Inglaterra vários segredos sobre as riquezas e a organização do Estado da Índia que os portugueses tinham levado um século a esconder da cupidez de terceiros, o renomado marinheiro, piloto e cartógrafo Lucas Janszoon Waghenaer (1534-1605) publicou pela primeira vez, na Holanda, testemunhos em primeira mão relativos ao Oriente. Tal acontece no seu *Thresoor der Zeevaert* (Tesouro da Navegação, Leyden, 1592)<sup>25</sup>, a edição melhorada daquele que é considerado o mais antigo atlas náutico, o *Spieghel der Zeevaerdt* (Espelho da Navegação, Leyden, 2. vols., 1584-1585, com 44 cartas gravadas por Baptist e Jan van Doetecum)<sup>26</sup>. Antecipam o impacto que estava reservado a esta obra as traduções latina (Leyden, 1586), inglesa (Londres, 1588), alemã (Amesterdão, 1598) e francesa (Amesterdão, 1590) que surgiram ainda antes dessa versão revista, em especial a que foi publicada em Inglaterra com o título *The Mariner's Mirroure* e com 45 mapas inteiramente refeitos por

---

<sup>24</sup> Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental, Nautica, y Geografica de Don Antonio Leon Pinelo, del Consejo de su Mag. en la Casa de la Contratacion de Sevilla, y Coronista Mayor de las Indias; Añadido, y enmendado nuevamente, en que se contienen los escritores de geografia de todos los reynos, y señorios del mundo, y viajes diversos, y sus apendices. Al Rey Nuestro Señor, por mano de el Marques de Torre-Nueva*, Tomo tercero, Madrid, Oficina de Francisco Martinez Abad., 1738, col. 1227; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 78 e 302. Ver também: carta de Fillipo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Cochim, 11 de Janeiro de 1588, ed. 1844, p. 212.

<sup>25</sup> Lucas Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert, Inhoudende de geheele Nauigatie ende Schip-vaert vande Oostersche, Noordtsche, Westersche ende Middellantsche zee, met alle de Zee-caerten daer toe dienende. Inghelijcx het onde vermaerde Lees-caertboeck van Wisbuy vermeerderd, ende van ontallijcke fouten en valsche coersen ghesuyuert. Mitsgaders de streckinghe van Ruslandt, ende in de Witte-zee tot Ombay in Laplant. Ende oock de streckinghe vande Middellantsche oft Leuantsche zee, door de Gricxsche Eylanden tot Trapezonde in Asien. Alles beschreuen door den Eruaren Pilotot ende Steuerman Lucas Iansz. Waghenaer, residerende inde vermaerde Coop ende Zee-stadt van Enchuysen*, Ghedruckt tot Leyden, by François van Raphelengien, voor Lucas Iansz. Waghenaer, 1592.

<sup>26</sup> Lucas Janszoon Waghenaer, *Teerste Deel Vande Spieghel der Zeevaerdt vande nauigatie der Westersche Zee, Innehoudende alle de Custē vā Vranckrijck Spaignen en t'principaelste deel van Engelandt, in diuersch Zee Caertē begrepē, met den gebruijcke van dien, nu met grooter naersticheijt bij ēe vergadert en ghepractizeert, Door Luca Iansz Waghnaer Pilotot oste Stuijzman Residerende Inde Zomaerde Zeestc dt Enchuijsen*, Leyden, Christophe Plantin, 1585; idem, *Het tweede deel Vanden Spieghel der Zeevaert*, Christophe Plantin, Leyden, 1585.

Theodore de Bry, Jodocus Hondius, Johann Rutlinger e Augustine Ryther<sup>27</sup>. Por seu turno, o *Thresoor* conheceria nos dezassete anos seguintes quatro reedições em holandês (Amesterdão, 1596, 1602, 1608 e 1609) e duas edições em francês (Amesterdão, 1601 e 1606)<sup>28</sup>.

Nada mais revelador da estratégia de alargamento dos interesses holandeses e zelandeses aos portos longínquos de onde provinham as especiarias do que a forma como os dados que Waghenauer descobriu para o título de 1592 se enquadram na estrutura da obra. Animado pelo editor Christophe Plantin, este natural da importante cidade portuária de Enkhuizen (Frísia Ocidental) começara por se limitar a recolher instruções náuticas e cartas marítimas dos mares nórdicos e do Atlântico próximo até ao Sul de Espanha com o objectivo de produzir um complemento ao atlas terrestre publicado por Ortelius em 1572<sup>29</sup>. Sete anos depois, quando os sucessivos embargos que Filipe II vinha impondo desde 1580 à navegação holandesa para Portugal e Espanha tornaram inevitável o apontar de proas para a Índia, como que desaparece a preocupação em conservar essa coerência interna. É que as duas breves entrevistas a compatriotas recém-chegados daí e as parcelas de uma carta que Jan Huygen van Linschoten escrevera de Goa em 1584 agora intercaladas contrastam em absoluto com os perfis topográficos costeiros e as dezenas de páginas herdadas do *Spieghel* que as antecedem.

Sobressai destas novidades o informe de Dirck Gerritsz Pomp, um anónimo mestre artilheiro que servira durante vinte anos nas frotas da Índia Portuguesa. Nascido também em Enkhuizen por volta de 1544, Pomp vivera a adolescência junto de familiares estabelecidos em Lisboa como mercadores. Pelos dezasseis anos regressara à pátria e passara a viajar como intérprete e escrivão a bordo de navios holandeses. Teria os seus vinte e três ou vinte e quatro anos de idade quando partiu de Lisboa com destino à Índia numa das naus da armada do vice-rei D. Luís de Ataíde (Sexta-Feira Santa de 1568). Se procurava a fortuna, como é lógico que procurasse, não a tenta ou desiste de a perseguir pelo comércio uma vez que depressa se alista como perito de balística no serviço naval do monarca português. Tendo fixado residência em Goa, empreende então

---

<sup>27</sup> Idem, *The Mariner's Mirroure by Luke Wagenaer, now fitted with the necessary additions for the use of Englishmen*, Londres, Anthony Ashley (trad. e ed.), 1588.

<sup>28</sup> Ver H. Gabriel Mendes, *Lucas Jansz. Waghenauer e o conhecimento náutico das costas de Portugal no século XVI*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 24, pp. 16-20; Gunther Schilder, *The Netherlands Nautical Cartography from 1550 to 1650*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Série Separatas — 159, Lisboa, IICT, 1984, pp. 5-8; Broc, ed. 1986, p. 183; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 32, 100 e 102; Bellec, 1999, pp. 48-49.

<sup>29</sup> Daveau, 1998, p. 145.

uma primeira viagem à China e ao Japão cujas circunstâncias restam por apurar<sup>30</sup>. Nessa cidade vem a casar em 1582 com uma flamenga oriunda de Bruxelas, depois do que inicia a sua segunda travessia até Nagasáqui (Abril ou Maio de 1584). Fá-lo como condestável da *Santa Cruz*, nau de perto de 1400 toneladas construída nos estaleiros de Cochim e que seria propriedade de Francisco Pais, o capitão-mor da viagem em causa e governador de Macau em 1585.

Ao regressar à Índia cerca de quatro anos mais tarde, Dirck Gerritsz é confrontado com a notícia da morte da sua mulher e decide tomar o rumo de volta à Holanda. Concretiza-lo-á ainda como condestável da *Santa Cruz* porque este navio tinha entretanto passado para a posse do sindicato bancário alemão dos Fugger e Welser, fortemente implicado no negócio da pimenta, e porque o antigo dono fez da permanência do mestre, do contramestre e do próprio Pomp nos respectivos postos condição *sine qua non* para aceitar vendê-lo. Especial satisfação terá sentido ao ver subir ao convés, à última hora, o conterrâneo Jan Huygen van Linschoten, com quem travara conhecimento e amizade pouco depois deste se ter instalado em Goa em Setembro de 1583.

Contra o que era habitual, a armada de torna-viagem desse ano de 1589 em que a *Santa Cruz* ia integrada conseguirá chegar junta a Lisboa no dia 15 de Setembro. Apesar de ter balançado sob borrascas assustadoras, de se ter envolvido em escaramuças com três pequenos navios ingleses que a aguardavam entre as ilhas das Flores e do Corvo e de um sexto navio que entretanto se lhe colara — o galeão da pimenta de Malaca — ter encalhado na barra de Angra, numa perspectiva genérica pode-se falar num sucesso raro nesses tempos em que cargas excessivas, tripulações erráticas e o crescente profissionalismo dos piratas contribuíam para dilatar a estatística dos desastres da *carreira*.

Contudo, deverá ter sido também durante os meses em que Dirck Gerritsz adormeceu na sua invejável cabina, provando as refeições diárias e gozando das demais mordomias que lhe eram oferecidas pela Coroa lusa, que ajudou Linschoten a completar

---

<sup>30</sup> Ver “Cópia de uma carta que um filho [Jan Huygen van Linschoten] escreve ao pai, chamado Huych Joosten, de Harlema, e a Maertgen Henrics, sua mãe, de Schoonhoven, actualmente residentes em Enkhuisen”, in J. W. Yzerman, *Dirck Gerritsz Pomp, alias Dirck Gerritsz China. De eerste Nederlander die China en Japan bezocht, 1544-1604*, coleção “Eds. Linschoten-Vereeniging” — 9, Haia, Martinus Nijhoff, 1915 (a partir de cópia existente no Arquivo Nacional de Haia, n.º 212B, pp. 136-138); transcr. traduzida para português in Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas (Itinerario, Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien, 1596)*, edição prefaciada por A. Pos & R. M. Loureiro, Lisboa, CNCDP, 1997, “Anexo: Carta de Linschoten aos pais, Goa, 1584”, p. 57.

a cópia de pelo menos 2 dos 67 roteiros que integrarão o bombástico *Reys-gheschrift van de Navigatien der Portugaloyzers in Orienten* (Roteiro das Navegações dos Portugueses no Oriente, Amesterdão, 1595)<sup>31</sup>. Referimo-nos aos que descrevem a viagem de ida e volta de Macau a Nagasáqui que Pomp empreendera sob comando de Pais entre 5 de Julho de 1585 e 30 de Março de 1586 (*Reys-gheschrift*, caps. XXXVI e XLI)<sup>32</sup>. Como já se percebeu, quer essa cópia do livro de bordo da *Santa Cruz* onde um escrupuloso piloto português deixara dados de valor incalculável sobre as correntes, os tufões e os baixios que faziam os perigos do Mar da China, quer todas as restantes notas sobre matéria náutica contrabandeadas pelo ousado Linschoten, acabaram por representar para os interesses de Portugal uma perda infinitamente superior àquela que podia ter sucedido caso a armada onde seguiam os dois holandeses não tivesse chegado ao seu destino<sup>33</sup>.

Dirck Gerritsz Pomp revê a sua cidade natal em Abril de 1590, onde não tardam a apelidá-lo de “Dirck China” por causa das histórias que trouxera para contar sobre o Extremo Oriente. Essa fama leva-o a servir, de forma mais ou menos activa, como conselheiro dos vários projectos náutico-mercantis que a Holanda estudava em simultâneo: o que atendia à hipótese de explorar o caminho para a Índia pela Rota do

---

<sup>31</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Reys-gheschrift Vadde Navigatien der Portugaloyzers in Orienten, inhoudende de Zeevaert, soo van Portugael naer Oost Indien, als van Oost Indien weder naer Portugael: Inshelijcx van Portugaels, Indien nae Malacca, China, Japan, d’Eylanden van Iava ende Sunda, soo in’t heen varen, als in’t weder keeren; Item van China nae Spaensxhs Indien, ende wederom van daer nae China; Als oock van de gantsche Custen van Brasiliën, ende alle die Havens van dien; Item van ‘t vaste landt, ende die voor Eylanden (Las Antillas ghenam) van Spaenschs Indien, met noch de Navigatie vande Cabo de Lopo Gonsalves, naer Angola toe, aen de Custe van Aethiopen; Mitsgaders alle die Coursen, Havens, Eylanden, diepten ende ondiepten, sanden, drooghten, Rissen ende Clippen, met die gheleghentheydt ende streeckinghe van dien. Desghelijecks die tyden vande jare dat de winden waeyen, met die waerachtighe teekenen ende kennisse van de tyden, ende het weer, wateren, ende stroomen, op alle die Orientaelsche Custen ende Havens, ghelijck sulcks alles gheobserveert ende aen gheteyckent is, van de Piloten ende s’ Coninghs Stuer-luyden, door de ghestadighe Navigatie, ende experientie byde sesde ghedaen ende bevonden. Alles seer ghetrouwelijcken met grooter neersticheyt ende correctie by een vergadert, ende uyt die Portugaloyische ende Spaensche in onse ghemeene Nederlandtsche Tale ghetranslateert ende overgheset, Door Jan Huyghen van Linschoten, Amesterdão, Cornelis Claesz, 1595.*

<sup>32</sup> Ver John Huighen Van Linschoten. *his Discours of Voyages into ye. Easte and West Indies. Devided into Foure Bookes*, cap. XXXVI — “A voyage made from Macau in China to the haven of Langasaque or Nagasaki in the Island of Japan in the ship called the *Santa Cruz*, the captain being a Portingall called Francisco Pais, and the Gunner Dirck Gerritszoon of Enchuisen, in the Year of Our Lord 1585, written by the Pilot of the same ship”, Londres, John Wolfe, s.d. [1598], pp. 392-396; transcr. in Boxer, ed. 1993a, pp. 406-412; idem, *ibidem*, cap. XLI — “Another voyage made out of the Haven of Nagasaki from the island of Japan to Macau in China, in the *Santa Cruz*, the Gunner being Dirck Gerritszoon of Enchuisen, in Anno 1596”, Londres, s.d. [1598], pp. 400-402; transcr. in Boxer, ed. 1993a, pp. 412-414.

<sup>33</sup> Ver Boxer, *ibidem*, pp. 130-131; Charles Mckew Parr, *Jan van Linschoten, the Dutch Marco Polo – Sixteenth-Century Adventures Whose Writings Opened the Fable East to the Dutch and English. With 28 Old Engravings*, Nova York, Thomas Y. Crowell Company, 1964, pp. 97-98; Arie Pos, “Dirck Gerritsz Pomp e Jan Huygen van Linschoten, amigos-aventureiros na Índia portuguesa e pioneiros da expansão marítima holandesa”, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, Edições Távola Redonda, 3 (5), 1999, pp. 60-61, 65, 68-70 e 73-74.

Cabo; o que preferia pensar num acesso a essas partes pelo Estreito de Magalhães; enfim, o que retomava a ideia de tentar chegar à China pelo Nordeste. A colaboração com Lucas Jansz Waghenaer constitui uma das primeiras manifestações disso mesmo, com o entrevistado a divagar sobre “todo o trato de mercadorias que se verifica nas Índias, e as coisas estranhas que ocorrem nestes países”<sup>34</sup>.

Sabe-se que Dirck Gerritsz voltou a ser consultado algum tempo depois, desta feita por quatro funcionários da *Compagnie van Verre*, os quais mostraram especial interesse em conferir com ele os produtos que poderiam ser vendidos no mercado chinês. Isso sucedeu a 15 de Abril de 1595, poucos dias após Cornelis van Houtman ter partido à cabeça da primeira armada holandesa destinada à Insulíndia<sup>35</sup>. Sabe-se também que durante estes anos Pomp participou em algumas viagens de comércio a Lisboa, ao Porto e a Königsbergen, na Alemanha.

No dia 27 de Julho de 1598 Dirck Gerritsz embarca em Roterdão na expedição secreta capitaneada por Jacob Mahu e Simon de Cordes, a qual visava atingir as Molucas, Java e, eventualmente, o Japão contornando o continente americano pelo Sul. Apesar de seguir sem qualquer função específica e fora da lista de tripulantes, a morte de Mahu condu-lo em Setembro do ano seguinte ao comando da naveta *Vliegende Hert*, uma das cinco unidades dessa armada. Perdido do resto da frota e ante o panorama de fome e doença que entretanto se instalara a bordo, Pomp vem a entregar-se ao espanhóis frente a Valparaíso a 18 de Novembro de 1599. Estes interrogam-no e mandam-no sob prisão para Lima, onde estará até 1603. Em 1604 chega a Lisboa incluído num resgate de prisioneiros. Volta a Enkhuizen antes do final desse ano e ainda realiza uma derradeira viagem à Índia entre 1606 e 1608. Terá morrido no seu país pouco tempo depois<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> “Van alle den handel van Coopmanjchap die in Indien gheschiet ende wat auontueren in dese landen ghebeuren: Gheschreuen wt den mont van DIRCK GERRITZ, die daer vierentwintich Iaeren verkeert ende ghehaendelt heeft, ouer gheheel Indien” (De todo o trato de mercadorias que se verifica nas Índias, e das coisas estranhas que ocorrem nestes países; anotada da boca de Dirck Gerritz, que lá viveu durante 24 anos e tratou por toda a Índia), in Lucas Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, pp. 197-199. A respectiva tradução portuguesa in Pos, 1999, “Anexo 1”, pp. 78-84. Para as referências e as citações da entrevista de Dirck Gerritsz Pomp divulgada por Waghenaer tomamos esta segunda versão, indicando em rodapé a paginação que lhes corresponde no original de 1592.

<sup>35</sup> Mss. Museu Marítimo de Amesterdão, inv. n.º A. 4592; ref. in Pos, *ibidem*, p. 62.

<sup>36</sup> Pos, *ibidem*, pp. 62-66.

### *A Holanda tacleia*

É de crer que Waghenaer se sentisse algo defraudado com o que Pomp lhe conseguiu transmitir sobre a China já que aquilo que está na dita entrevista ao *Thresoor der Zeevaert* é pouco mais do que uma interpolação não confessa de um texto de gènesis portuguesa muito semelhante ao que, por exemplo, se obteria caso se resumisse a “descrição” posta por Ortelius no verso do mapa de Luís Jorge de Barbuda. No seu conjunto, o *tour de horizon* “anotado da boca de Dirck Gerritz” cumpre com o esquema trabalhado no início do século por um Duarte Barbosa ou um Tomé Pires, referindo uma a seguir a outra algumas das principais escalas dos litorais compreendidos entre o Cabo da Boa Esperança e o arquipélago nipónico: Sofala, Ormuz, Goa, Calecute, Ceilão, Bengala, Pegu, Malaca, Molucas e a essencial China. Além dos produtos que circulavam pelo trato marítimo, inventaria sem demasiados pormenores espécies botânicas, particularidades climáticas, originalidades culturais e até o número de soldados lusos acantonados na ilha de Gerum. No entanto, é notório que o grosso dos fragmentos alusivos ao Império do Meio e a “uma ilha situada perto da terra-firme” (Macau) dependem dessa fonte calada e com maior probabilidade trazida para aqui pelo cartógrafo frísio.

Para principiar, fala-se de um país de “muito boa gente” tão carente de prata quanto bem fornecida de ouro, pedras preciosas, sedas, pérolas, madreperla, cânfora, mercúrio, ruibarbo, fio de ouro e almíscar. Na sequência, mencionam-se alguns detalhes sobre a indumentária dos chineses, as suas unhas compridas, os seus rostos largos e em geral brancos, os seus ídolos “como diabos pintados”, os mendigos que não tolerariam, os cegos que não deixariam sem trabalho e os manjares e bebidas de que gostariam mais do que a conta<sup>37</sup>. Qualquer que tenha sido a origem exacta destas informações, o importante é que nada do que Waghenaer parece ter colado ao ditado de Pomp constituía novidade uma vez que tal circulava havia décadas num sem-número de documentos portugueses ou de raiz portuguesa e quase sempre nessa mesma forma estereotipada.

O responsável pelo *Thresoor der Zeevaert* oferece-nos poucas páginas adiante um texto anónimo sobre “como viajar da Holanda para a Índia e de novo regressar da

---

<sup>37</sup> Dirck Gerritsz Pomp & Lucas Janszoon Waghenaer, *De todo o trato de mercadorias que se verifica nas Índias*, ed. 1999, cits. pp. 81-83. Cf. Lucas Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, pp. 198-199.

Índia a casa, por mar e por terra, com o mínimo de custos e trabalhos”. Para todos os efeitos, se as lembranças assinadas por Dirck Gerritsz Pomp ambicionavam ser uma síntese geo-antropológica dos Mares da Ásia, este documento vem complementá-las ao refazer o mesmo percurso de uma forma roteirística. Simultaneamente, amplia o espaço coberto quer à rota atlântica de acesso ao Índico (Lisboa-Canárias-Cabo Verde-Guiné-Santa Helena-Cabo da Boa Esperança), quer aos itinerários terrestres alternativos (Tripoli-Ormuz ou Tripoli-Alepo-Bagdad-Baçorá-Ormuz)<sup>38</sup>.

Não afastamos a hipótese de Dirck Pomp ter continuado ser o informador aqui ouvido por Lucas Janszoon Waghenaer — pelo menos para parte substancial dos parágrafos que explicam a navegação de Portugal para as Índias Orientais, China, Japão, “outras ilhas” e “outras terras”<sup>39</sup>. Até certo ponto, constituem particulares indícios disso a referência a Macau como “ilha da China” e os esclarecimentos dados sobre a outorga e os lucros amealhados pelos beneficiários da *viagem da China e do Japão*<sup>40</sup>. Curiosamente, também no que concerne à imagem geográfica da Ásia Extrema sobra a impressão de se ter operado uma colagem de textos que contrasta com o carácter espontâneo do ditado sobre as rotas de Lisboa ao Japão *via* Goa. Acontece que a parte deste documento onde essa imagem nos surge está em sintonia com a campanha de recolha de apoios para a primeira expedição holandesa que buscou o caminho para a China pelo Cabo Norte, em 1594. Como o assunto era acima de tudo sustentado por um conjunto de premissas despidas de confirmação prática, o natural é que o mesmo fosse exposto com amplo recurso a elementos literários.

Apesar dos desaires acumulados ao longo de décadas pelos ingleses, as províncias da Zelândia e da Holanda encontravam-se à beira de investir no projecto apresentado pelo grande armador flamengo Balthazard de Moucheron (1552-c. 1610), o

---

<sup>38</sup> “Hoemen soude moghen rensen wt hollandt in Indien ende meder wt Indien t’huns comen te water ende te lande met de minste costen end moenten” (Como se pode viajar da Holanda para a Índia e de novo regressar da Índia a casa, por mar e por terra, com o mínimo de custos e trabalhos), in Lucas Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, pp. 202-204. A respectiva tradução portuguesa in Pos, 1999, “Anexo 2”, pp. 85-92. Todas as referências e citações a partir do emprego alternado da versão original de 1592 e da tradução portuguesa parcial de 1999.

<sup>39</sup> Ver Lucas Janszoon Waghenaer & Dirck Gerritsz Pomp?, “Hoemen wt Portugael sal seylen na Oest-Indien ende van daer na China, Japan ende neer ander Eylanden” (Como se deve navegar de Portugal para as Índias Orientais e daí para a China, Japão e outras ilhas”, in Lucas Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, pp. 202-203 (trad. portug. in Pos, 1999, pp. 86-88); idem, “Vande Schipvaert die wt Indien geschiet in China ende meer ander lander” (Da navegação que se faz da Índia para a China e outras terras), in Lucas Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, pp. 203-204 (trad. portug. in Pos, 1999, pp. 88-91).

<sup>40</sup> Ver Lucas Janszoon Waghenaer & Dirck Gerritsz Pomp?, “Vande Schipvaert die wt Indien geschiet in China ende meer ander lander”, in Lucas Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, pp. 203 e 204. Cf. idem, *Da navegação que se faz da Índia para a China e outras terras*, ed. 1999, pp. 88 e 89-90.

qual acreditava poder atingir o Império Ming de uma de duas maneiras: navegando para Leste do Mar Branco pelo caminho da ilha de Vaigatch até ao Mar de Kara, onde se meteria pelo rio Ob; ou, ignorando esta subida do curso do Ob, continuar para nascente até achar o mítico Cabo Tabin e o lendário Estreito de Anian, aquele que Giacomo Galtaldi recuperara na sua *Universale Descrizione del Mondo*, que fora introduzido na cartografia comercial por Bolognino Zaltieri (*Il Disegno del scoperto della Nova Franza*, in *Atlas Lafreri*, Veneza, c. 1566) e que Gerardus Mercator adoptou no seu mapa-mundo de 1569<sup>41</sup>. Parece que esta teimosia se explica sobretudo pelo facto de nem Moucheron, nem o seu aliado e generoso financiador Petrus Plancius conhecerem os resultados das expedições que a *Russia Company of London* lançara pelo Nordeste em busca do Cataio em 1556-1557 (com Stephen Burrough, do qual resultou a descoberta do Estreito de Vaigatch) e em 1568 (contando, logo de início, com um conhecimento muito pormenorizado do Estreito de Vaigatch, do Mar de Kara e do Ob).

Antes de meados da década de 1580 os ingleses não só já haviam navegado Ob acima até ao coração da Rússia, como tinham configurado que a rota pelo Nordeste era apenas aproveitável para esse comércio com os russos. Richard Hakluyt sabê-lo-ia por certo desde cedo, mas escondeu-o de Plancius e de Jacob Walcke, tesoureiro da Zelândia, apesar dos pedidos expressos de conselho profissional e dos pagamentos que estes lhe fizeram chegar por intermédio do côsul holandês em Londres<sup>42</sup>. Sem acesso a esse saber vital, o flamengo Oliver Brunel ainda jogara na miragem de um caminho para a Índia pelo Norte ao embarcar à frente de uma expedição saída de Enkhuizen em 1584. Para sua desgraça, naufragou na foz do rio Petchora, morrendo pouco depois enquanto buscava uma nova comissão na Gronelândia. Como uns bons últimos moicanos, Moucheron, Plancius e apaniguados como Waghenaer preparavam agora o dispêndio de recursos e o mais do que provável sacrifício de vidas em prol de uma aventura que só eles não viam condenada à partida<sup>43</sup>.

Nessa segunda informação incluída no *Thresoor der Zeevaert* menciona-se expressamente o “caminho mais curto do que o de Goa” do Cabo Norte ou de “Warthuys” (a ilha de Vardø) ao Japão, o qual passaria pela “terra de Nova Zembla” e

---

<sup>41</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 6, n. 188 e cap. 11-5. Ver também: La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 259-260; Davison & Lay Kee, 1994, pp. 12 e 15; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 67-68.

<sup>42</sup> Ver, *inter alia*, Tenence E. Armstrong, “Hakluyt’s use of the materials available to him – The Artic”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, pp. 254-255; D. B. Quinn & A. M. Quinn, 1974, p. 307.

<sup>43</sup> Ver, *inter alia*, Parr, 1964, pp. 209-211.

pelo Estreito de Vaigatch<sup>44</sup>. Entre aqueles dois extremos faz-se vigorar uma toponímia que, quando não é poliana, raro lhe deve em fantasia. A abrir temos as “terras do Cataio e Catago”, sinónimo de “países e reinos muito ricos sob domínio do Grande Cã da Tartária, dos quais Quinzay seria a capital”<sup>45</sup>. Daí para a frente assinalam-se escalas litorais como “Brema”, “Cianganon ou Siangrom”, “Castagara”, “Itazata” e “Tayngin”. No interior estaria a “terra quente de Tebet”<sup>46</sup>. Só ao chegarmos às indicações sobre as amostras de cristal branco, azul e pardo trazidas por Oliver Brunel do Petchora a geografia se nos torna em absoluto palpável<sup>47</sup>.

Ao contrário do que pretendia o próprio Brunel e do que se continuava a defender aqui, o sucesso desta descoberta não dependia de se iniciar a viagem em Maio e terminá-la em Agosto do ano seguinte de modo a fazer coincidir o pino do Estio com a passagem pelo Estreito de Vaigatch. O problema era que a distância a vencer até ao Estreito de Bering contava vários milhares de milhas mais do que aquelas que todos eles tinham estimado. Como se isso não bastasse, sobravam ícones virtualmente imorredoiros como *il Stretto de Ainan* ou o Oceano Árctico que Mercator inventara em 1569 para uso de marinheiros ingénus<sup>48</sup>.

### 3. O Itinerario de Jan Huygen van Linschoten, 1596

O êxito comercial que Lucas Janszoon Waghenaer obteve com o *Spieghel der Zeevaert* foi essencialmente conseguido graças a um público de intelectuais e colecionadores. As modificações introduzidas no seu sucessor de 1592 — as quais passaram por um formato mais alargado e manejável e por uma representação mais completa dos espaços litorais — não vieram modificar esse estado de coisas já que muitos dos marinheiros continuaram a preferir a prosa descritiva dos tradicionais

---

<sup>44</sup> Janszoon Waghenaer & Dirck Gerritsz Pomp?, *Da navegação que se faz da Índia para a China e outras terras*, ed. 1999, cits. pp. 89 e 90. Cf. Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, pp. 204.

<sup>45</sup> Janszoon Waghenaer & Dirck Gerritsz Pomp?, *Da navegação que se faz da Índia para a China e outras terras*, ed. 1999, cits. p. 90. Cf. Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, p. 204.

<sup>46</sup> Janszoon Waghenaer & Dirck Gerritsz Pomp?, *Da navegação que se faz da Índia para a China e outras terras*, ed. 1999, cits. pp. 90 e 91. Cf. Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, p. 204.

<sup>47</sup> Ver Janszoon Waghenaer & Dirck Gerritsz Pomp?, *Da navegação que se faz da Índia para a China e outras terras*, ed. 1999, pp. 91-92. Cf. Janszoon Waghenaer, *Thresoor der Zeevaert*, Leyden, 1592, p. 204.

<sup>48</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-5.

roteiros e os velhos mapas manuscritos soltos<sup>49</sup>. Esta constatação serve para entender o motivo pelo qual Jan Huygen van Linschoten começou por editar o *Reys-gheschrift* a despeito do plano quadripartido em que ele se insere o fazer aparecer em penúltimo lugar. Pesavam tanto as qualidades de que dispunha enquanto instrumento prático para uso dos pilotos que Petrus Plancius, também um dos financiadores da primeira expedição holandesa ao Oriente, se apressou a transcrever várias parcelas para as instruções que deu a Cornelis van Houtman pouco antes deste partir com destino a Java, em Abril de 1595<sup>50</sup>.

O texto original do *Reys-gheschrift* foi reeditado em Amesterdão em 1604, 1614, 1623 e 1644<sup>51</sup>. Em Inglaterra constituirá a terceira parte da referida tradução dada à estampa por John Wolfe em 1598 e produzida “by W.B.”, *i.e.* William Phillip<sup>52</sup>. A tradução francesa ganharia duas edições em Amesterdão, uma em 1619<sup>53</sup> e a outra em 1638<sup>54</sup>. Entretanto, Linschoten fizera sair o seu *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert naer Oost ofte Portugaels Indien* (Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas, Amesterdão, 1596)<sup>55</sup>, outro dos títulos que mais contribuíram para

---

<sup>49</sup> Daveau, 1998, pp. 145-146. Ver Raleigh Ashlim Skelton, *The Seaman and the Printer*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 24, 1970, pp. 9-11.

<sup>50</sup> Ver Parr, 1964, p. 212; Cornelis Koeman, *Jan Huygen van Linschoten*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Série Separatas — 153, Lisboa, IICT, 1984, pp. 13-14 e 17.

<sup>51</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Reys-gheschrift Van de Navigatien der Portugaloyers in Orienten, inhoudende de Zeevaert, soo van Portugael naer Oost Indien, als van Oost Indien weder naer Portugael: Inghelijcx van Portugaels, Indien, nae...*, Amesterdão, Cornelis Claesz, Amesterdão, 1604; idem, *ibidem*, Amesterdão, Jan Evertsz. Cloppenburch, 1614; idem, *ibidem*, Amesterdão, Jan Evertsz. Cloppenburch, 1623; idem, *ibidem*, Amesterdão, Everhardt Cloppenburch, 1644.

<sup>52</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9, n. 116. Ver também: Parks, 1928, p. 165; Parr, 1964, p. XVIII; D. B. Quinn & A. M. Quinn, 1974, pp. 310-311; David B. Quinn, C. E. Armstrong & Raleigh Ashlim Skelton, “The primary Hakluyt bibliography”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 2, 1974, pp. 546-547 e 573; Lust, ed. 1992, p. 84, ref. 340.

<sup>53</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Le Grand Routier de Mer, De Iean Hugues de Linschot Hollandois. Contenant une instruction des routes & cours qu'il convient tenir en la Navigation des Indes Orientales, & au voyage de la coste du Bresil, des Antilles, & du Cap de Lopo Gonsalves. Avec description des Costes, Havres, Isles, Vents, & courants d'eaux, & autres particularitez d'icelle Navigation. Le tout fidelement recueilli des memoires & observations des Pilotes Espagnols & Portugais. Et nouvellement traduit de Flameng en François*, Amesterdão, chez Iean Evertsz Cloppenburch, Marchand libraire, demeurant sur la Water à la Bible Doree, 1619.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, Amesterdão, chez Evert Cloppenburgh, Amesterdão, 1638.

<sup>55</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert, van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, inhoudende een corte beschryvinghe der felverLanden ende Zee-cuften, met aenwyfinge van alle de voornaemde principale Havens, Revien, hoecken ende plaetsfen, tot noch toe van de Portugesen ontdeckt ende bekend: Waer by ghevoecht zijn, niet alleen die Conterfeytels vande habytten, drachten, ende wesen, fo vande Portugesen aldaer residerende, als vande ingeboornen Indianen, ende huere Tempels, Afgoden, Huyfinge, met die voornaemfte Boomen, Vruchten, Kruyden, Speceryen. ende diergelijcke materialen, als ooc die manieren des felfden Volckes, fo in hunnen Godts-dienften, als in Politie en Huijs-houdinghe: maer ooc een corte verhalinge van de Coophandeligen, hoe en waer die ghedreven en ghevonden worden, met die ghedenckweerdichfte gefchiedenissen, voorghevallen den tijt zijnder residentie aldaer. Alles befchreven ende by een vergadert, door den felfden, feer nut, oorbaer, ende oock vermakelijcken voor alle curieuse ende Liefhebbers van vreemdigheden* (Itinerário, viagem ou

gerar um ambiente favorável aos projectos expansionistas holandeses, ingleses e, até certo ponto, franceses. Com ou sem caderno de frontispício, algumas cópias do mesmo devem ter sido entregues aos navegantes daquela primeira expedição à Insulíndia. Já na forma definitiva que lhe deu o tipógrafo e editor Cornelis Claesz, continuou a servir de referência para as viagens seguintes. Ainda no início da década de 1660 um homem prático como Jan van Riebeeck, governador holandês no Cabo da Boa Esperança, reconhece ter utilizado os elementos nele incluídos para organizar duas expedições terrestres em busca das lendárias minas de ouro do Monomotapa<sup>56</sup>. Apesar dessas tentativas terem fracassado, o episódio ilustra bem o prestígio conservado pelo autor, inclusive em relação àquelas muitas matérias em que se baseou em testemunhos alheios. Encontrar-se-ão nas mesmas circunstâncias as páginas que aí dedica às “coisas notáveis da China”.

### *Jan Huygen*

Jan Huygen van Linschoten veio ao mundo em Haarlem entre finais de 1562 e o início de 1563, mas a sua família surge pouco depois instalada em Enkhuizen, ao que se pensa por ter fugido às perseguições que os calvinistas infringiam aos católicos na sua cidade natal. O pai, taberneiro, prestamista e banqueiro de armadores, assim como toda a atmosfera portuária onde cresce, determinam-lhe as futuras opções. Aproveitando a tolerância que nessa altura ainda se concedia ao envolvimento de holandeses — sobretudo católicos como ele — no comércio ibérico, no dia 6 de Dezembro de 1579 Jan Huygen parte da Baía de Texel para Sanlúcar de Barrameda com o propósito de “melhorar a situação e ganhar experiência do país e da língua espanhola” junto de dois

---

navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas, incluindo uma breve descrição desses países e costas marítimas, com indicação de todos os principais portos, rios, cabos e lugares até agora descobertos e conhecidos pelos portugueses; ao que se juntam, não só os retratos de vestidos, trajes e aspecto, tanto dos portugueses aí residentes como dos indianos naturais, e seus templos, ídolos e casas, e igualmente as principais árvores, frutas, ervas e especiarias, e materiais afins, mas também os costumes destes povos, tanto nas suas religiões, como na política e administração, e ainda um breve relato dos tráficos, de onde e como são tratados e encontrados, com as histórias mais memoráveis que aconteceram aí durante a sua residência, tudo descrito e reunido pelo próprio. Muito proveitoso, apropriado e também divertido para todos os curiosos e amadores de coisas estranhas), Amsterdão, by Cornelis Claefz. op 't Water, in 't Schrijf-boeck, by de oude Brugghe, 1596.

<sup>56</sup> Arie Pos & Rui Manuel Loureiro, “Introdução”, in Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, ed. 1997, pp. 38-39.

meio-irmãos estabelecidos como comerciantes em Sevilha<sup>57</sup>. Ao chegar à Andaluzia, encontra estes seus parentes dispersos na campanha em curso para consumir a mudança dinástica em Portugal. O rumo dos mesmos acontecimentos faz com que a 1 de Setembro de 1580 se ponha a caminho de Lisboa em companhia de um fidalgo holandês, acabando por encontrar um dos seus irmãos, Willem Tin, à passagem por Badajoz. O jovem flamengo vai residir diante do estuário do Tejo até 1583, onde beneficiará de um emprego temporário junto de um dos muitos moradores da sua nação que aí viviam.

A 8 de Abril deste último ano Jan Huygen e Willem Tin embarcam na nau *S. Salvador* ao lado dos quarenta homens que formavam o séquito do dominicano D. Frei João Vicente da Fonseca, antigo pregador da Corte de D. Sebastião e recém-eleito arcebispo de Goa. Tin, cujo amo era secretário de Filipe II, servira-se dos contactos privilegiados de que dispunha para ser admitido nesse navio como escrivão e para fazer com que Jan fosse aceite com ele. Conferindo a dedicatória que acompanha o plano de Goa que Linschoten assina e inclui no *Itinerario*, podemos também especular se não se teria dado o caso deste ser na altura um protegido do cardeal-arquiduque Carlos Alberto, e que tanto isso como uma educação razoável e um domínio já competente do português e do espanhol expliquem o motivo pelo qual foi integrado com tanta facilidade no serviço de D. Vicente<sup>58</sup>.

A nave em que seguiam ambos os irmãos fundeia em Goa a 20 de Setembro de 1583 depois de uma viagem afortunada se considerarmos que o tempo médio de travessia costumava ser de 6 a 8 meses e que desta vez apenas haviam perecido trinta homens, menos de 10% do total, quando a mortalidade chegava a atingir 90% das tripulações<sup>59</sup>. Compelido pelo cargo que ocupava, Willem Tin regressará a Portugal no ano seguinte com a mesma armada. Pelo contrário, Jan Huygen consegue estabelecer-se na capital da Índia Portuguesa, onde o arcebispo o tem como uma espécie de guarda-livros e lhe dispensa uma crescente confiança.

---

<sup>57</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. I, ed. 1997, cit. p. 11. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592*, Vittegeeven door Prof. H. Kern, Tweede Druk, Herzien door Dr. H. Terpstra, Eerste Stuk, Met Portret en 15 Platen, Werken Linschoten-Vereniging — 57, capittel 1, Haia, Martinus Nijhoff, 1955, p. 1. Todas as referências e citações a partir daquela versão portuguesa, cuja paginação será confrontada, em rodapé, com a desta edição holandesa.

<sup>58</sup> O título desse plano: *A ilha e cidade de Goa metropolitana da India e partes Orientais qve esta em 15 graos da banda do norte*. Ver *PMC*, vol. 3, p. 99; Pos & Loureiro, 1997, p. 12.

<sup>59</sup> Jonathan T. Lanman, *Life on a Portuguese nao: Linschoten's voyage to India, 1583*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Série Separatas — 169, Lisboa, IICT, 1985, p. 10.

Vivia o holandês há quatro anos no palácio episcopal quando D. Vicente da Fonseca recebeu ordem de Madrid para tornar à Europa e delegou nele o governo da sua casa e a cobrança das suas rendas. Se tal correspondia a uma promoção honrosa, tudo se desmorona em Setembro de 1588 ao ser recebida no Oriente a notícia da morte do prelado. Com esta, Linschoten recebe também a notícia da morte do seu irmão Tin, que naufragara numa viagem de Portugal para Hamburgo. Foi a altura em que decidiu juntar-se a Dirck Gerritsz Pomp e rumar a Lisboa na *Santa Cruz*, cumprindo-o como feitor da pimenta dos Fugger e Welser<sup>60</sup>.

Nenhuma prova existe de que a ida Jan Huygen van Linschoten para Goa tenha estado relacionada com uma missão de espionagem. No entanto, logo na antes referida carta que endereçou aos pais em 1584 transgride de forma algo suspeita o carácter intimista que seria suposto encontrarmos numa epístola desta natureza ao descrever em pormenor as características e a proveniência de produtos como a pimenta, o gengibre, o cravo, a noz-moscada, a maçã, a canela, o âmbar, a almíscar, o anil, a laca, as pérolas ou os diamantes<sup>61</sup>. Lucas Jansz Waghnaer aproveitará daqui para o seu *Thresoor* precisamente esses trechos mais próprios de um bom avaliador de mercados que de um bom filho, mas como isso só acontece depois do regresso do viajante nenhuma conclusão definitiva pode ser retirada. O único indício que aponta nesse sentido — mas em todo o caso sempre mais do que insuficiente — prende-se com a relativa fama de que gozaria na sua cidade natal, mesmo antes daí ter desembarcado a 3 de Setembro de 1592. É verdade que é necessário descontar o facto do seu amigo Dirck Gerritsz Pomp ter retornado mais de dois anos antes dele. Ainda assim, julga-se que muitas das cartas que Linschoten escreveu de Goa durante os cerca de cinco anos que aí residiu tenham chegado a casa, quer trazidas pelos muitos bombardeiros holandeses que faziam a vida nas armadas portuguesas, quer por mercadores holandeses ou alemães que acompanhavam as caravanas de Alepo<sup>62</sup>.

Linschoten inicia a organização das memórias e dos dados práticos que aparecem no *Itinerario* na última fase da sua permanência na Índia. O trabalho prosseguiria a bordo da *Santa Cruz*, quando o mencionado ataque inglês obrigou o

---

<sup>60</sup> H. Houwens Post, “João Huyghen van Linschoten, administrador da casa do arcebispo de Goa e espião da Holanda (1583-1587)”, in *Ocidente*, Lisboa, 58 (263), Março de 1960, pp. 126-129; Pos & Loureiro, 1997, pp. 12-13.

<sup>61</sup> Ver carta de Jan Huygen van Linschoten aos pais, Goa, 1584, ed. 1997, pp. 56-58.

<sup>62</sup> Ver Parr, 1964, p. 183; Dionísio David, “Jan Huygen van Linschoten”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, p. 597. Cf. Koeman, 1984, p. 3; Pos & Loureiro, 1997, pp. 36-38. A propósito do tradicional embarque de bombardeiros estrangeiros — designadamente alemães — nas naus da *carreira da Índia*, ver, *inter alia*, Candeias Silva, 1996, pp. 116-117.

comboio de torna-viagem a buscar refúgio na barra de Angra e se deu o encalhe do galeão da Malaca. Era feitor deste Gerrit van Afhuysen, um natural de Antuérpia que Jan Huygen conhecera em Lisboa. Afhuysen convence Linschoten a permanecer na ilha para o ajudar na trasfega da pimenta que houvesse sobrado do desastre, enquanto o sindicato alemão para o qual trabalhava o destaca para negociar com a alfândega real. Algum tempo depois, Jan Huygen fez com que as suas mercadorias privadas seguissem para Lisboa na embarcação de um pescador, mas demoraria muito mais até que ele próprio trepasse para o navio de carga holandês no qual completou a última etapa da sua viagem. Entretanto, o governador da Terceira, Cristóvão de Moura, mostrara-se de tal forma agradado com o visitante accidental que não só lhe permitira explorar a ilha sem quaisquer restrições, como lhe pedira que desenhasse um plano conjunto desse território para ser enviado ao rei. Ao todo, serão mais de dois anos de permanência, pode dizer-se que voluntária (24 de Julho de 1589-Dezembro de 1591), durante os quais quer o *Itinerario*, quer o *Reys-geschrift* devem ter tomado uma forma quase definitiva<sup>63</sup>.

Assim que encerrou todos os assuntos que o prendiam em Lisboa, Linschoten partiu de Setúbal para Enkhuizen, onde a sua colecção de roteiros e os seus diários foram alvo imediato de assédio por parte do novo poder dos magistrados calvinistas, do burgomestre Meinert Simonszoon Semeyns, dos mercadores que aí congregavam rotas marítimas autónomas para a especiaria e do atento impressor Cornelis Claesz. A licença que os Estados Gerais das Províncias Neerlandesas Unidas concederam para a publicação do *Itinerario* tem data de 8 de Outubro de 1594, o que não impediu que, como vimos, o *Reys-geschrift* se lhe tivesse sobreposto na pauta do editor. Ao lado destas duas partes de uma mesma obra, Jan Huygen é encorajado a escrever uma descrição de terras não cobertas pelo *Itinerario*, designadamente as Américas e a costa ocidental africana. Será a *Beschryvinghe van de gantsche Custe van Guinea, Manicongo, Angola, Monomotapa, ende tegen over de Cabo de S. Augustijn in Brasilien* (Descrição completa da Costa da Guiné, Manicongo, Angola, Monomotapa e para além do Cabo de S. Agostinho no Brasil), trabalho de compilação de textos alheios

---

<sup>63</sup> Pierre Antoine Tiele, "Introduction", in Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies. From the old English Translation of 1598. The First Book, containing his description of the East. In two volumes. Edited, the first volume by the late Arthur Coke Burnell; the second volume by P. A. Tiele*, vol. 1, Londres, Hakluyt Society, 1885, pp. XXVII-XXVIII; Parr, 1964, pp.116-117; Pos & Loureiro, 1997, p. 36.

para o qual beneficiou da assistência do médico Berent ten Broecke, mais conhecido pelo nome latinizado de Bernardus Paludanus (1550-1633)<sup>64</sup>.

Cientista de renome, além de colega e amigo de Charles de l'Écluse, Paludanus já participara na escrita do *Itinerario*, para o qual redigiu cerca de setenta anotações, quase todas sobre matéria botânica<sup>65</sup>. A *Beschryvingh* foi posta à venda em 1596, destacando-se aí o aproveitamento de fontes como a *Historia del Mondo Nuovo* de Girolamo Benzoni (Veneza, 1565)<sup>66</sup>, a *Histoire d'un voyage faicte en la terre du Bresil* de Jean de Léry (La Rochelle [por Genebra?], 1578)<sup>67</sup>, o *Delle Navigazione et Viaggi* de Ramusio, a *Cosmographie universelle* de André Thevet (Paris, 1575)<sup>68</sup>, a *Chrónica del*

---

<sup>64</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Befchryvinghe van de gantfche Cufte van Guinea, Manicongo, Angola, Monomotapa, ende tegen over de Cabo de S. Auguftin in Brafilien, de eyghenfchappen des gheheelen Oceanifche Zees; Midtfgaders harer Eylanden, als daer zijn S. Thome, S. Helena, 't Eyland Afcencion, met alle hare Havenen, diepten, droochten, fanden, gronden, wonderlijcke vertellinghen vande Zeevaerden van die van Hollandt, als oock de befchryvinghe vande binnen landen. Midtfgaders de voordere fchryvinge op de Caerte van Madagafcar, enders 't Eylandt S. Laurens ghenoeft, met de ontdeckinge aller droochten, Clippen, mennichte Eylanden in defe Indifche Zee liggende, als oock de gheleghentheyte van 't vafte landt vande Cabo de boa Efferança, langhs Monomotapa, Zefala, tot Moffambique toe, ende foo voorby Quioloo, Gorga, Milinde, Amara, Baru, Magadoxo, Doara, &c. tot die Roo-Zee toe, en wat u dan voort vande befchryvinge ontbreect, hebby in 't boeck van Ian Huyghen van Linschoten int lange; Met oock alle de navigatien van alle vaerden die de Portugefche Piloten ende Stierluyden oyt befeylt hebben, uyt haer Zee-caertboecken ende geexperimenteerde ftrucken ghe trocken, ende in ons tale in 't licht ghebracht. Daerom is de oncofte van defe nette, perfecte Caerten ghedaen, met oock defe befchryvinghe daer op, om dat fulcks, eyfte aen 't heerlijck werck van Ian Huyghen voorfchreven. Volcht noch de befchryvinge van West Indien int langhe, met hare Caerte* (Descrição completa da Costa da Guiné, Manicongo, Angola, Monomotapa e para além do Cabo de S. Agostinho no Brasil; as particularidades do Oceano inteiro, assim como as suas ilhas, como São Tomé, Santa Helena, Ascensão, com todos os seus portos, profundidades, baixios, areias, terras, histórias maravilhosas das navegações dos da Holanda [para essas partes], tal como a descrição desses países. Seguida da descrição da carta de Madagáscar, também dita ilha de S. Lourenço, com a descoberta de todos os baixios, escolhos, & numerosas numerosas ilhas deste mar índico e a situação da terra-firme do Cabo da Boa Esperança, passando por Monomotapa e Sofala até Moçambique e mais além, passando por Quíloa, Gorga, Melinde, Amara, Baru, Magadoxo, Doara, etc. até ao Mar Vermelho. O que possa faltar à descrição, o leitor pode encontrá-lo por extenso no livro de Jan Huyghen van Linschoten [*Itinerario*]; assim como todas as navegações, sem excepção, dos pilotos portugueses, tiradas dos seus roteiros e de outras peças dignas de fé, e traduzidas na nossa língua. A bela obra de Jan Huyghen impôs que o editor não recuasse diante dos custos exigidos pelas cartas elegantes e exactas que aqui se apresentam junto com a sua descrição. No final do livro encontra-se ainda uma descrição detalhada da Índia Ocidental, com a sua carta), Amesterdão, By Cornelis Claefz. op 't Water, in 't Schrijfboeck, by die oude Brugghe, 1596.

<sup>65</sup> Ver Parr, 1964, pp. 201-205.

<sup>66</sup> Girolamo Benzoni, *Historia del Mondo Nuovo di M. Girolamo Benzoni Milanese. La qual tratta dell'isole, & mari nuovamente ritrivati, & delle nuove città da lui proprio vedute, per acqua & terra in quattordeci anni*, Veneza, apresso Francesco Rampazetto, ad instantia di Gabriel Benzoni, 1565.

<sup>67</sup> Jean de Léry, *Histoire d'un voyage faicte en la terre du Bresil, autrement dite Amerique. Contenant la navigation, et choses remarquables, veuës sur mer par l'auteur. Le comportement de Villegagnon en ce pays la. Les mœurs et façons de vivre estranges des Sauvages Ameriquains: avec un colloque de leur langage. Ensemble la description de plusieurs Animaux, Arbres, Herbes, et autres choses singulieres, et du tout inconnues pardeçà: dont on verra les sommaires des chapitres au commencement du livre. Le tout recueilli sur les lieux par Jean de Lery, natif de la Margelle, terre de sainte Sene, au Duché de Bourgogne*, La Rochelle [por Genebra?], Antoine Chuppin, 1578.

<sup>68</sup> André Thevet, *Cosmographie universelle*, Paris, Pierre L'Huillier & Guillaume Chaudière, 1575.

*Perú* de Pedro Cieza de León (c. 1550; ed. 1.<sup>a</sup> Parte, 1553)<sup>69</sup> e a *Historia del descubrimiento y conquista del Perú* de Agustín de Zárate<sup>70</sup>. Finalmente, a conselho do influente médico François Maelson (1538-c. 1600), síndico da província da Frísia Ocidental e um dos mentores da empresa de procurar o acesso à Índia pelo Norte, Linschoten compôs o *Extract ende Sommier van alle de Renten en incomsten des Coninghs van Spaengien* (Extracto e sumário dos rendimentos do rei de Espanha)<sup>71</sup>. Agregada ao *Reys-gheschrift*, esta que seria a quarta e última parte do conjunto associava uma catalogação dos proventos da Coroa espanhola referentes ao ano de 1578 a dados bastante actualizados sobre Portugal<sup>72</sup>.

Ainda antes de rever as provas tipográficas do *Itinerario* e de assinar a respectiva dedicatória aos representantes dos Estados Gerais (1 de Janeiro de 1596), Jan Huygen encontrou-se incumbido do ofício de fiscal do *Mercurius*, navio armado pelo almirantado da Noorderkwartier (secção Norte) da Holanda e um dos dois que partiram do Texel a 4 de Junho de 1594 para realizarem a primeira expedição ao Norte. A amizade com Maelson fora determinante para este envolvimento no projecto liderado por Balthazard de Moucheron. Depois de navegarem pelo Mar de Kara e de atingirem a península dos Samoiedos, os tripulantes fazem meia-volta, recuperando o porto de origem a 16 de Setembro convencidos de terem descoberto a rota setentrional para a China e para a Índia. Linschoten dará conta das suas esperanças ao príncipe de Orange, Maurício de Nassau, e a Johan van Oldenbarnevelt, o então chefe do governo da República. Torna a embarcar a 2 de Julho de 1595, desta feita como fiscal-mor dos Estados Gerais e do príncipe a bordo do *Hoop*, um dos sete navios que compuseram a segunda expedição enviada pelo lado do Ártico para inaugurar o comércio com a China e o Japão. A data tardia da largada levou a um fracasso estrepitoso já que à

---

<sup>69</sup> Pedro Cieza de León, *Parte primera De la Chronica del Peru. Que tracta la demarcacion de sus prouincias: la descripcion dellas. Las fundaciones de las nueuas ciudades. Los ritos y costumbres de los indios. Y otras cosas estrañas dignas de ser sabidas*, Sevilha, en casa de Martin de Montedoca, 1553.

<sup>70</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 7-1.

<sup>71</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Een feker Extract ende Sommier van alle de Renten, Domeynen, Tollen, Chijnfen, Impoften, Tribuyten, Thienden, Derde-penninghen, en incomften des Coninghs van Spaengien over alle zyne Coninghrijcke, Landen, Provintien en heerlickheyden, fodanich als die alles uyt de Originale Registers der respectieve Rekenamers getrocken zijn; Met een corte en clare befchryvinge, vade regeringe, macht ende afcomfte der Coninghen van Portugael. Door Ian Huyghen van Linschoten, uyt den Spaenfchen in onfe Neder-duytfche Tale ghetranfleteer ende overghefet* (Um certo extracto exacto e sumário de todas as rendas, domínios, direitos alfandegários, taxas, impostos, tributos, décimas, terças e rendimentos do Rei de Espanha sobre todos os seus reinos, países, províncias e senhorios, tal como foram tirados dos registos originais das respectivas Câmaras de Contas, com uma declaração curta e clara do governo, poder e origem dos reis de Portugal. Traduzido do Espanhol por Jan Huyghen van Linschoten), Amsterdão, By Cornelis Claefz. op 't Water, in 't Schrijf-boeck, by de Oude Brugghe, 1596.

<sup>72</sup> Tiele, 1885, pp. XXVIII-XXXI e XXXIII-XXXIV; Parr, 1964, pp. 185-190; Pos & Loureiro, 1997, pp. 15-17 e 24-30.

entrada do Mar de Kara os gelos não ofereceram outra saída que o regresso. Com a sua reputação algo abalada, o antigo valido do arcebispo de Goa que agora acertava o passo pela agenda calvinista não tomará parte na derradeira tentativa de cruzar aquele caminho, tentativa que Willem Barentsz e alguns mercadores de Amesterdão ensaiaram sem apoio estatal e sem maior sucesso tendo em mente cruzar pelo Norte de Nova Zembla (1596-1597)<sup>73</sup>.

Cerca de dois anos depois de ter recolhido a Enkhuizen, Jan Huygen van Linschoten foi nomeado tesoureiro da cidade. Esta chama-lo-á ainda para provedor do seu hospital, em 1606. A par do desempenho destas tarefas públicas e dos conselhos sobre assuntos marítimos que emprestou até à morte (8 de Fevereiro de 1611), Jan Huygen teve tempo para se dedicar ao trabalho editorial. Assim, em 1598 publica em Harleem uma tradução da *Historia Natural y Moral de las Indias* de José de Acosta, trabalho que chegara a estar previsto como “segundo livro” do conjunto definido pelo *Itinerario*<sup>74</sup>. No mesmo ano, Lucas Janszoon Waghenaer reconhece a assistência cedida por Linschoten para a composição das secções relativas ao Ártico do *Enchuyser Zeecaertboek* (Livro de Mapas Marítimos de Enkhuizen), uma edição popular do *Thresoor* destinada aos “mareantes comuns”.

Em 1601 foi a vez de saírem em Franeker os diários que Linschoten escrevera durante as duas expedições nórdicas em que participara<sup>75</sup>, especialmente importantes por completarem o conteúdo da *Waerachtighe beschryvinghe van drie seylagien, ter werelt noyt soo vreemt ghehoort* (Verdadeira descrição de três viagens por mar, tão

---

<sup>73</sup> Tiele, 1885, pp. XXXIV-XXXVI; Parr, 1964, pp. 217-270; Pos & Loureiro, 1997, pp. 17 e 19-21.

<sup>74</sup> Pe. José de Acosta, S.J. & Jan Huygen van Linschoten, *Historia naturael ende morael van de Westersche Indie: waer inne ghehandelt wordt van de merckelijckste dinghen des Hemels, elementen, metalen, planten ende ghedierten van dien: als oock de manieren, ceremonien, wetten, regeeringen ende oorloghen der indiaen. Ghecomponereert door Josephvm de Acosta, der Jesuitischer Oorden.: ende nu eerstmael uyt den spaenschen in onser nederduytsche tale overgheset: door Ian Huygen van Linschoten, Tot Enchuyzen, by Jacob Lenaertsz. Meyn 1598 [no final] Ghedruckt t’Haerlem, by Gillis Rooman, woonende in de Jacobyne-strate in de vergulde parsse, 1598.*

<sup>75</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Voyagie, ofte Schip-vaert, van Ian Huyghen van Linschoten, van by Noorden om langes Noorwegen de Noortcaep, Laplant, Vinlant, Ruflandt, de Witte Zee, de Cuften van Candenoës, Swetenoës, Pitzora, &c. door de Strate ofte Engte van Naffan tot voorby de Revier Oby. Water inne feer distinctelicken Verbaelsghewijfe beschreven ende aenghewefen wordt, alle ’t ghene dat hem op de felve Reyfe van dach tot dach bejeghent en voorghcomen is. Met de afbeeldtfels van alle de Cuften, Hoecken, Landen, Opdoeningen, Streckinghen, Courfen, Mijlen, ende d’ander merckelicke dingen meer Gelijc als hy ’t alles felfs fichtelicken en waerachtelicken nae ’t leven uytgeworpen ende gheannoteert heeft, &c. Anno 1594. en 1595* (Viagem de Jan Huyghen van Linschoten, feita pelo Norte, ao longo da Noruega, do Cabo Norte, da Lapónia, da Finlândia, da Rússia, do Mar Branco, das costas de Kanin Nos, Svjatoj Nos, Petchora etc., pelo estreito de Nassau, passando pelo rio Ob. Onde se descreve & se assinala de forma muito clara tudo o que encontrou. Com as figuras de todas as costas, promontórios, terras, passos & outras coisas memoráveis. Tudo visto pessoalmente & anotado com correcção no local. Ano 1594 & 1595), Ghedruct tot Franeker, By Gerard Ketel, 1601.

estranhas que nunca se ouviu no mundo igual), obra de Gerrit de Veer que ganharia uma enorme popularidade (Amesterdão, 1598)<sup>76</sup>. A lista termina com nova tradução do espanhol, a *Missive ofte Placaet van de Coninck van Spangien ghesonden aenden Hartoch van Lerma, aengaende het banner ende verjaghen van de Moriscos* (Missiva ou ordenação do Rei de Espanha, enviada ao Duque de Lerma, acerca do desterro e expulsão dos mouriscos, com data de 11 de Setembro de 1609). Publicada por Jacob Lenaertsz Meyn (Enkhuizen, 1609), sugere paralelismos entre aquele banimento, o dos artesãos dos Países Baixos do Sul pelos mesmos espanhóis e o dos huguenotes pelos franceses, constituindo uma peça de propaganda na linha pouco literária mas eficaz do *Extract*<sup>77</sup>.

### *Clássicos a mais*

Dado que os assuntos que foram sendo centrais em todo este novo *curriculum* passam ao lado do tema que abordamos, retomamos a análise do *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert naer Oost ofte Portugaels Indien* conferindo as múltiplas reedições e traduções que se sucederam até meados do século XVII. Assim, em inglês este título surgiu na vista tradução de 1598 (Londres), julgada pelos especialistas “loose and paraphrastic”<sup>78</sup> mas em todo o caso mais próxima do original que os resumos inseridos nas colectâneas de Hakluyt (1598) e Purchas (1625). Em alemão foi publicado em três partes na colecção dos irmãos De Bry em 1598, 1599 e 1600 (Frankfurt). Em latim teve uma primeira tradução em 1599 (Haia; talvez reeditada em Amesterdão em 1614),

---

<sup>76</sup> Gerrit de Veer, *Waerachtighe Befchryvinghe Van drie feylagien ter werelt noyt foo vreemt ghehoort, drie jaeren achter malcanderen deur de Hollandtsche ende Zeelandtsche fchepen by noorden Noorweghen, Mofcovia ende Tartaria, na de Coninckrijcken van Catthay ende China, fo mede van de opdoeninghe vande Weygats, Nova Sembla, en van 't landt op de 80. grade, dat men acht Groenlandt te zijn, daer noyt menfch gheweest is, ende vande felle verfcheurende Beyren ende ander Zee-monfters ende ondrachlijcke koude, en hoe op de laerfte reyfe tfchip int ys befet is, ende tvolck op 76. graden op Nova Sembla een huijs ghetimmert, ende 10. maenden haer aldaer onthouden hebben, ende daer nae meer als 350. mylen met open cleyne fchuyten over ende langs der Zee ghevaren. Alles met feer grooten perijckel, moyten ende ongelooftelijcke fwaricheyt. Gedaen deur Gerrit de Veer van Amftelredam*, Amesterdão, by Cornelis Claefz, op 't water, int Shrijf-boeck, 1598.

<sup>77</sup> Ver, *inter alia*, Pierre Antoine Tiele, *Mémoire Bibliographique sur les Journaux des Navigateurs Néerlandais. Réimprimés dans les Collections de De Bry et de Hulsius, et dans les Collections Hollandaises du XVIIe siècle, et dans las Anciennes Éditions Hollandaises des Journaux de Navigateurs Étrangers; la plupart en la possession de Frederik Muller a Amsterdam. Rédigé par P. A. Tiele. Avec tables des voyages, des éditions et des matières*, Amesterdão, Frederik Muller, 1867, pp. 193-194; Tiele, 1885, pp. XXXIV-XXXV e XXXVII-XL; Parr, 1964, pp. XX, 273 e 278-280; Pos & Loureiro, 1997, pp. 22-23.

<sup>78</sup> Tiele, 1885, cit. p. XLI. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

seguindo-se uma outra baseada na tradução alemã e também dispersa pelas Partes II, III e IV dos *Petits Voyages* (Frankfurt, 1599, 1601 e 1601). A tradução francesa foi distribuída pela primeira vez em 1610 (impressa em Frankfurt e lançada em Amesterdão) e reposta em 1619 e 1638 (Amesterdão). Em holandês esta obra reaparece nos c. 1604 e em 1614, 1623 e 1644 (Amesterdão), ao que se deve juntar uma edição muito abreviada de c. 1663 (Amesterdão)<sup>79</sup>.

É fácil entender o motivo pelo qual a generalidade dos noventa e nove capítulos que compõem o requisitadíssimo *Itinerario* — e entre os quais se incluem os três dedicados à China e a Macau (caps. XXIII-XXV) — resultam sobretudo de um aproveitamento combinado de fontes impressas e de narrativas escutadas a terceiros. Mesmo que se empenhasse, como declara, em trazer à luz as recordações dos perto de nove anos que gastara entre a ida e a volta da Índia “para divertimento de todos os que nisso tiverem gosto”<sup>80</sup>, Jan Huygen van Linschoten passara o período crucial de 1583 a 1589 entre Goa e os seus arredores, não constando sequer que usasse esse intervalo para percorrer os estabelecimentos portugueses da costa ocidental indiana. Ora, o livro começa precisamente com uma resenha dos principais postos da vasta área compreendida entre Moçambique e o Japão (caps. IV-XXVI). Segue-se um detalhado retrato da metrópole goesa, o qual é norma destacar como sendo o mais interessante do conjunto, mas que também não está isento de uma alargada dependência intertextual (caps. XXVII-XXXV). Encontramos quase o mesmo na longa descrição da etnografia, das religiões, da flora, da fauna e das pedras preciosas da Índia que estrutura a parte que antecede a exposição do caminho de regresso à Europa (caps. XXXVO-XCI).

Muitos dos dados que Linschoten obteve de viva voz quer em Goa, quer nos vários portos de escala que frequentou à ida ou à vinda do Oriente (Moçambique, Onor, Cananor, Cochim, ilha de Santa Helena e ilha Terceira) partiram de amigos e conhecidos não portugueses. Por exemplo, boa parte do que escreveu sobre Malaca teve origem no contado por Gerrit van Afhuysen, que aí vivera durante 14 meses. Outro flamengo estabelecido em Ceilão serve-lhe de informador para o respectivo mundo. Dirck Gerritsz Pomp, como se previa, cedeu-lhe conhecimentos sobre a China, Macau e o Japão. Não menos interessantes são as notas colhidas junto de alguns dos italianos e

---

<sup>79</sup> Tielle, 1867, pp. 83-84, 90, 91, 93, 94-96, 98, 99-100 e 101-103. Ver também, Parks, 1928, p. 63; Parr, 1964, p. XVIII; Koeman, 1984, pp. 17-19; Pos & Loureiro, 1997, pp. 38-40.

<sup>80</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, “Proémio ou prefácio para o leitor”, ed. 1997, cit. p. 65. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, “Prohemio ofte Voorreden totten leser”, ed. 1955, vol. 1, p. XCI.

ingleses que ensaiavam a reabertura das rotas terrestres para a Índia aproveitando o declínio do poderio português e o rearranjo dos equilíbrios na Ásia Central e no Norte da Índia resultante da rápida consolidação do domínio Mogol<sup>81</sup>.

Caso paradigmático é o de John Newbery e Ralph Fitch, os líderes de uma expedição organizada pela *Levant Company* e vinda de Alepo pelo vale do Eufrates em 1583. Capturados pelos portugueses quando rondavam Ormuz e, subsequentemente, libertados em Goa, saber-se-á depois que traziam cartas da rainha Isabel para Aquebar e para o imperador da China. Considerado um “right beloved friend” de Richard Hakluyt, Newbery teve várias das missivas que remeteu da Síria, da Babilónia, de Ormuz e de Goa entre Maio de 1583 e Janeiro de 1584 logo impressas nas *Principall navigations* (1589) apesar de nunca ter conseguido regressar a Inglaterra<sup>82</sup>. Por seu turno, Fitch logrou rever o seu país depois de haver sido o primeiro inglês a visitar a Corte Mogol, a descer o Ganges até Bengala e a visitar Ceilão e Cochim (1583-1591). Uma vez em Londres, apresentou “an ample relation of his wonderfull trauales” a Lord Burghley, um trabalho que por certo contrastaria com o algo decepcionante relato concebido para as *Principal navigations* (1599), já que a censura terá expurgado deste último todas as informações que considerou dever manter secretas<sup>83</sup>.

Demasiado dependente da *Viaggio nell’India Orientale* de Cesare de Federici (excepto para as paragens do interior do subcontinente que o veneziano não conhecera), Fitch incluiu no texto da sua *Long, dangerous, and memorable voyage* um breve conjunto de notas sobre o trato Macau-Japão-Macau, sobre a origem da cânfora, das pérolas e do almíscar e sobre aspectos da realidade chinesa como a aversão aos estrangeiros, os trajes de luto, o concubinato e a escrita que evidenciam um conhecido substrato lusitano<sup>84</sup>. É certo que Linschoten o escutou a propósito do caminho levantino e não de qualquer outro. Contudo, nem isso impediu que a China tratada em ambos os textos apresentasse diversas afinidades<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 3-2.

<sup>82</sup> Ver A. M. Quinn & D. B. Quinn, 1974, pp. 351-352.

<sup>83</sup> Ralph Fitch, *The long, dangerous, and memorable voyage of M. Ralph Fitch marchant of London, by the way of Tripolis in Syria, to Ormuz, to Goa in the East India, to Cambaia, to the riuer of Ganges, to Bengala, to Bacola, to Chonderi, to Pegu, to Siam, &c. begunne in the yeere 1583, and ended in the yeere 1591*, in Richard Hakluyt, *Principall navigations*, vol. 2, Londres, 1599, pp. 250-267. Ver Strachan, 1974, pp. 211-212.

<sup>84</sup> Ver “The voyage of Mr. Ralph Fitch to Goa and Siam”, in Richard Hakluyt, *The Principall Navigations*, ed. 1987, pp. 266 e 268-269.

<sup>85</sup> Ver Parks, 1928, pp. 76 e 148-149; Steele, 1974, p. 87; Lach, 1974, pp. 215, 219 e 222; A. M. Quinn & D. B. Quinn, 1974, pp. 345, 410, 419-420; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 477-482; Pos & Loureiro, 1997, p. 32.

Jan Huygen é muito mais comedido na identificação daquelas que constituíram as suas fontes escritas do que o é no caso das fontes orais. Conferindo o estado actual das pesquisas, destaca-se o recurso aos *Lusíadas* de Luís de Camões (caps. VI-XXII) e aos *Coloquios dos simples* de Garcia de Orta (caps. XLIX-LXXXVIII). Possível, mas não certo, foi que também manuseasse o *Tractado Delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales* de Cristóvão da Costa. Tal como o livro de Orta, este vem citado a partir da correspondente tradução latina de Clusius nas notas interpoladas por Paludanus, mas isso nada adianta quando se trata de tentar definir qual a versão acaso lida por Linschoten. Mais incerta ainda é a presença no *Itinerario* de parcelas de três obras que a bibliografia competente tende a referir: os *Historiarum Indicarum libri XVI* de Giovanni Pietro Maffei, a colectânea de Ramusio e a *História* de Lopes de Castanheda. Já das *Décadas* de João de Barros parece não se vislumbrar, em definitivo, qualquer traço. Falta aludir ao aproveitamento da *Historia de China* de Juan de Mendoza, nada menos que a única referência textual assinalada pelo autor flamengo<sup>86</sup>.

A bem dizer, este nunca reconhece ter aproveitado como aproveitou a composição do agostinho de Logronho. De facto, se os capítulos XXIII e XXIV do *Itinerario* são pouco mais do que um resumo dela (ao contrário do que por vezes se anota, não avistamos aqui qualquer vestígio do poema épico de Camões<sup>87</sup>), Linschoten limita-se a sugerir no termo desse extenso plágio que quem tivesse vontade de alargar os seus conhecimentos sobre o assunto devia conferir o livro de Mendoza. Ao mesmo tempo, informa sobre a existência de uma tradução latina, apontando, assim, para a versão parcial publicada em Frankfurt no ano de 1589<sup>88</sup>. O conselho até pode ter sido dado com genuíno propósito pedagógico, só que não foi certamente este o texto em que se baseou porque esta parte específica do seu trabalho evidencia um uso complementar de vários capítulos da primeira parte da *Historia* de 1585-1586 (liv. I, caps. II, III, IV, VII, VIII, IX e X; liv. II, cap. IX; liv. III, caps. II, XIII, XV, XVI, XVIII e XIX) e de

---

<sup>86</sup> Pos & Loureiro, *ibidem*, pp. 32-34. Cf Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 200-201; Loureiro, 1998b, pp. 46-47.

<sup>87</sup> Cf. Jan Huygen van Linschoten, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, ed. 1955, vol. 1, p. 94, n. 3; idem, *The Voyage of John Huyghen van Linschoten*, ed. 1885, vol. 1, p. 125, n. 4.

<sup>88</sup> Ver idem, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXIV — “Das províncias, cidades e outras coisas memoráveis do reino da China”, ed. 1997, p. 131. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 24. capittel — “Vande provincien, staden ende ander ghedenckweerdige dinghen van ’t coninghrijck van China”, ed. 1955, vol. 1, p. 108.

dois capítulos do livro III da segunda parte da mesma, ou seja do *Itinerario* de Fr. Martín Ignacio de Loyola (caps. XVII e XVIII, nas contas da versão ampliada de 1586).

É tão flagrante a proximidade entre a letra da *Historia* de Juan de Mendoza e toda a caracterização física, material e cultural da China oferecida por Jan Huygen van Linschoten que se torna redundante detalhar-lhe a sequência. Em alternativa, parece-nos mais útil concluir destacando alguns efeitos perversos que resultam para o domínio da geografia dessa confiada reprodução quase literal, sendo que esta nos aparece povoada por aquele tipo clássico de ideias que outros prosistas mais bem informados sobre as coisas chinesas já nessa altura se empenhavam em corrigir. Por exemplo: que no centro desse reino não existia nenhum “grande lago ou mar” a partir do qual derivava o essencial da sua rede hidrográfica<sup>89</sup>; que a sua fronteira Ocidental não confinava com “uma terra chamada Cataio, onde se julga haver muitos cristãos”<sup>90</sup>; que era muito arriscado continuar a situá-lo entre 19° lat. N. e os mais de 50° lat. N. “de alguns lugares”<sup>91</sup>; ou que existiam poucos ou nenhuns motivos para identificar a sua capital como “Xuntien, Taybijn ou Quinzay” e esquecer o topónimo Pequim<sup>92</sup>.

Ainda a propósito deste conteúdo chinês, evoque-se a “Annotatio D. Paludani” consagrada ao fabrico da porcelana que cai em pleno capítulo XXIII. Mais do que dispensável em face das lições sobre o tema que Linschoten acabara de fazer transitar em segunda ou em terceira mão do título de Fr. Juan de Mendoza, tem por base confessa o 92.º exercício do *Exotericarum exercitationum liber quintus decimus de subtilitate ad Hyeroninum Cardanum* de Giulio-Cesare Scaliger (Paris, 1557). Paludanus não se preocupa em esclarecê-lo, mas o facto é que esta autoridade se baseara em Duarte Barbosa, tendo-o lido na conhecida tradução italiana de Ramusio<sup>93</sup>. No entanto, o mais importante aqui será perceber que, ao transigir na co-autoria deste reputado médico,

---

<sup>89</sup> Ver idem, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXIII — “Da grande fertilidade, riqueza e poder da terra da China, e de outras coisas notáveis dela”, ed. 1997, cit. p. 123. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 23. capittel — “Vande groote vruchtbaerheyt, rijedommen ende sterckte van ’t land van China, ende andere notabele dinghen van dien”, ed. 1955, vol. 1, p. 95.

<sup>90</sup> Idem, *Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXIII, ed. 1997, cit. p. 123. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 23. capittel, ed. 1955, vol. 1, p. 94.

<sup>91</sup> Idem, *Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXIII, ed. 1997, cit. p. 127. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 23. capittel, ed. 1955, vol. 1, p. 100.

<sup>92</sup> Idem, *Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXIV, ed. 1997, cit. p. 129. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 24. capittel, ed. 1955, i, p. 103.

<sup>93</sup> Ver idem, *Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXIII, ed. 1997, p. 125. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 23. capittel, ed. 1955, vol. 1, p. 98.

conceituado humanista, afamado naturalista além de antigo cavaleiro de Malta, conde do Império e protonotário papal, Jan Huygen não buscara tanto assegurar-se de uma mais-valia científica que equilibrasse em termos objectivos a sua falta de pergaminhos universitários, mas sobretudo de uma mais-valia social que compensasse diante do público as fragilidades do seu nome anónimo.

O apelo viciante do compêndio de Mendoza estende-se a outras partes do *Itinerario* de Linschoten, caso daquela em que se caracteriza o arquipélago filipino (cap. XXII, a partir do cap. XIII do liv. III da Parte II da *Historia de China*)<sup>94</sup>. No entanto, será sempre de assinalar a espontaneidade — e até a novidade — das notas agrupadas no capítulo sobre a “cidade e ilha de Macau” (cap. XXV). Tenham ou não sido ditadas em exclusivo por Dirck Gerritsz, o resultado é um tratamento muito rico e preciso da orgânica administrativa do enclave macaense, das características da *viagem da China*, das formalidades do comércio de Cantão e dos produtos, pesos e moedas que o estruturavam<sup>95</sup>. Mais do que todos aqueles não balizados por um verdadeiro sentido utilitário, foram certamente trechos como este que ajudaram a aguçar o engenho dos sequiosos traficantes de pimenta da Europa fria.

#### 4. O roteiro oriental de Jacques de Coutre, 1592-1623

Apesar da Trégua dos Doze Anos (1609-1621) não ter contemplado a guerra na Ásia mas apenas a suspensão das expedições neerlandesas às Índias de Castela, quando esta terminou e os caudilhos holandeses propuseram ao arquiduque Carlos Alberto a Paz Perpétua, de novo se ouviu a negativa rotunda da parte dos súbditos portugueses de

---

<sup>94</sup> Ver idem, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXII — “Do cabo de Singapura até à cidade de Sião, e da costa de Camboja e Cochinchina, e das ilhas de Bornéu e dos Luções, Manilas ou Filipinas”, ed. 1997, p. 122. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 22. capittel — “Vande C. de Singapura tot die stadt van Sian, ende die custe van Camboja en Cauchinchina, ende die eylanden van Borneo, Lussons, Manillios ofte Philippinas”, ed. 1955, vol. 1, p. 93.

<sup>95</sup> Ver idem, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais*, cap. XXV — “Da cidade e ilha de Macau na China, onde os portugueses residem e fazem os seus negócios, e também do seu tráfico, mercadorias e alguns dos seus preços, com os pesos, medidas e moedas, tanto dos chineses como dos malaios, que lá têm os seus negócios diariamente”, ed. 1997, pp. 131-134. Cf. idem, *Itinerario Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naar Oost ofte Portugaels Indien*, Dat 25. capittel — “Vande stadt ende ’t eyland Machau in China, al waer die Portugesen haer residentie ende handelinge drijuen, mitsgaders hare traffijcke, coopmanschappen ende sommige prysen van dien, neffens die ghewichten, mate ende munte, soo van China als van Malacca, die daer daghelijcks handelen”, ed. 1955, vol. 1, pp. 108-113.

Filipe IV<sup>96</sup>. Foi nesse panorama de conflito aberto e de contracção já irreversível face ao avanço holandês no Oriente que o monarca recebeu c. 1626 um alvitre que começava do seguinte modo: “Mais hé nessesário *que* Sua Magestade largue a pimenta aos mercadores; com isso fará grandes guerras aos Olandezes *porque* as naos trairão tão-bem *muita* quantidade a Espanha, e os rebeldes não farão tanto proveito. Esta hé a principal mercancia *que* elles têm [...]”<sup>97</sup>. Ao contrário do que talvez se pudesse julgar, quem assim escrevia em prol do comércio livre da mais emblemática das especiarias era um flamengo de nome Jacques de Coutre, um dos muitos europeus não-peninsulares que sobreviveram até ao limite — quer dizer, até que o final da Trégua os fez vítimas da desconfiança paranóica das autoridades de Goa — à sombra do sistema comercial que portugueses e espanhóis tinham montado na Ásia.

Arbitristas como Jacques de Coutre floresceram nesses tempos em que a presença lusa no Oriente se viu ameaçada pela concorrência inglesa e holandesa e pela degenerescência do próprio aparelho administrativo ultramarino que ela pusera a nu<sup>98</sup>. O rei ou qualquer outra figura grada eram normalmente os destinatários de memoriais e relatos como este. Por exemplo, o cronista Diogo do Couto dedicará ao conselheiro de Estado conde de Salinas e Ribadeo a segunda versão do seu *Diálogo do soldado prático* (ms. 1612)<sup>99</sup>, enquanto o militar Francisco Rodrigues Silveira (Lamego, c. 1558-?, depois de 1634) começou por assinar para Filipe III a *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental* (ms.1599), tendo-a depois dedicado à regente de Portugal Margarida de Mântua (gov. 1634-1640)<sup>100</sup>.

---

<sup>96</sup> Joaquim Romero Magalhães, “Os limites da expansão asiática”, in *HEP*, vol. 2, 1998, p. 16 [Magalhães, 1998a].

<sup>97</sup> Jacques de Coutre, *Como se poderá fazer grande dano aos olandezes dando Sua Magestade licença a seus vaçalos mercadores para armar naos para a Índia Oriental, e adonde poderão achar prezas e fazer suas mercancías*, c. 1626, BNM, ms. n.º 2780, p. 486; pub. in Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, edición de Eddy Stols, Benjamin N. Teensma & Johan Werberckmoes, colección Crónicas de América — 61, Madrid, Historia 16, 1991, “Apêndice III”, cit. p. 365.

<sup>98</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6, n. 181.

<sup>99</sup> Diogo do Couto, *Observações sobre as principais causas da decadência dos portugueses na Ásia escritas por Diogo do Couto em forma de diálogo com o título de Soldado Prático*, edição de António Caetano do Amaral, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790. Cf. idem, *O Soldado Prático*, ed. 1980.

<sup>100</sup> Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, BAL, 49-XI-19 e British Library, Londres, *Add. Mss: Portuguese*, 25:412. Ver Rebelo, 1993, pp. 210-214; Curto, 1998c, pp. 465 e 469; Luís Filipe Barreto, “Dados biográficos de Francisco Rodrigues Silveira”, in Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, transcrição, notas e índice por Benjamin N. Teensma, introdução histórica por Luís Filipe Barreto, George Davison Winius & Benjamin N. Teensma, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, pp. XIX-XXI”; George Davison Winius, “Dados biográficos de Francisco Rodrigues Silveira”, in Francisco Rodrigues Silveira, *ibidem*, 1996, pp. XIX-XXVII [Winius, 1996a]; George Davison Winius, “A ideologia da *Reformação*”, in idem, *ibidem*, Lisboa, 1996, pp. XXIX-XLVII [Winius, 1996b]; Benjamin N. Teensma, “As ideias de Francisco Rodrigues Silveira no concerto de alguns coetâneos”, in idem, *ibidem*, Lisboa, 1996, pp. LI-LVIII.

Se nem sempre as advertências de uns e de outros coincidem, não será por isso que as daquele natural da Flandres são menos representativas do género que ajudou a desenvolver. De Coutre vivera cerca de trinta anos nas margens dos Mares da Ásia (1592-1623), razão de sobra para que se sentisse autorizado a apresentar as referidas propostas liberalizadoras, a reclamar, como reclamou, que os mercadores pudessem armar os seus navios e pudessem dedicar-se ao curso nos estreitos de Meca e Ormuz ou a insistir, como insistiu, na criação de um exército profissional na Índia, na necessidade da navegação em comboios, no reforço da artilharia de Goa, no restauro das fortalezas da Costa do Malabar e no levantamento de castelos no Estreito de Singapura<sup>101</sup>.

### *De Coutre*

Até pela data em que se instala na Índia, Jacques de Coutre funciona como um prolongamento natural de Jan Huygen van Linschoten. Por volta de 1591, quando contava pouco mais de quinze anos de idade, deixa a Bruxelas onde nascera forçado pela morte do pai, pela escassez de oportunidades numa terra devastada por guerras prolongadas, pelo risco de ser recrutado para uma qualquer campanha militar e, ainda, “por natural inclinación y deseo de ver el mundo”<sup>102</sup>. O destino é a Península Ibérica, o mesmo onde tantos emigrantes flamengos da época buscaram apoio junto de colónias importantes de compatriotas como as que existiam em Lisboa, Sevilha, Cádiz e Sanlúcar ou onde esperaram apenas o tempo necessário para prosseguir viagem para os portos de Itália, Ceuta, Mazagão, as Canárias, a Madeira, os Açores, as costas de Guiné e Angola,

---

<sup>101</sup> Ver Jacques de Coutre, *Imformações que dá a Sua Magestade Josephe e Jacques de Coutre, naturais da cidade de Bruges, vassalos de Sua Magestade, que elles hão estado na Índia de Portugal trinta e hum anno, cazados com molheres e filhos e filhas*, BNM, ms. n.º 2780, pp. 505-514; pub. in Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, 1991, “Apêndice IV”, pp. 382-390; idem, *Emformación para se hazer algunos castillos o fortalezas en el Estrecho de Sincapura y otras partes del sur, etc.*, BNM, ms. n.º 2780, pp. 519-527; pub. in idem, *Andanzas asiáticas*, 1991, “Apêndice VI”, pp. 395-405; idem, *Enformación para Su Magestad remediar el estado en la India Oriental*, BNM, ms. n.º 2780, pp. 528-548; pub. in idem, *Andanzas asiáticas*, 1991, “Apêndice VII”, pp. 406-427; idem, *Advertensia de Jacques de Coutto [sic] que Vuestra Señoría [D. Miguel de Noronha, conde de Linhares e vice-rei da Índia] me pidió para el bien y remedio del Estado de la Yndia, y servicio de Dios y Su Magestad*, BNM, ms. n.º 2780, pp. 550-559; pub. in idem, *Andanzas asiáticas*, 1991, “Apêndice IX”, pp. 429-438; Eddy Stols, “Introducción”, in idem, *ibidem*, ed. 1991, pp. 37-38; Magalhães, 1998a, p. 20.

<sup>102</sup> Jacques de Coutre, *Vida de Iaques de Covtre. Natvral de la Ciudad de Brugas. En Madrid Año 1640. Por su hijo D. Estevan de Couttre Cauallero del habito de Santiago*; pub. in Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, libro I, cap. II — “Del viage que hize a la India Oriental en compañía de mi hermano en el año de mil quinientos noventa y dos”, 1991, cit. p. 91. Todas as citações a partir desta edição.

Cabo Verde, São Tomé, a Nova Espanha, Manila ou Goa<sup>103</sup>. No seu caso concreto, seguirá para Lisboa cumprindo a rota que era habitual fazer quando se queria evitar a pirataria: partir dos portos zelandeses e contornar a Inglaterra por cima. Tal qual Linschoten, não tarda a que se junte a um seu irmão já estabelecido. E tal qual como ele, decide-se depressa a partir para as Índias Orientais. Irá como soldado raso numa nau portuguesa, sem fortuna e sem padrinhos, mas em contrapartida encontra também escancarado o imenso espaço imperial de Filipe II.

O “pobre soldado” que sai a barra do Tejo integrado na armada de 1592 acabará por se transformar num mercador e num lapidário abastado, num homem de confiança de vice-reis, num auxiliar valoroso de capitães de praça, num prestamista de bispos e num amigo de jesuítas. Mais do que tudo isso, aproveitou enquanto lhe foi possível a liberdade de movimentos posta à sua disposição para estanciar ou tocar lugares como Goa, Malaca, Pahang, Joore, o Sião, Manila, Patane, Cochim, Ormuz, o Bijapur, Agra, Golconda, Bardez e Pernambuco. Pelo meio, tentou empreender em três ocasiões a travessia terrestre de Goa a Espanha, consumando-a uma vez apesar de ter sido capturado pelos turcos frente à Sicília e passado por um cativo em Tunes.

Legará à família um registo manuscrito da sua vida aventureira e que cobre o período que vai do nascimento até ao ano de 1627. O seu filho Esteban encarregar-se-ia de o traduzir do português pontuado de neerlandismos em que foi composto para espanhol, havendo completado essa tarefa ainda no ano da morte do pai, em 1640. É a *Vida de Iaques de Coutre. Natural de la Ciudad de Brugas, Condado de Flandres Puesto en la Forma que está por su Hijo Don Estevan de Coutre*<sup>104</sup>, manuscrito de 518 páginas divididas em três livros e cinquenta e dois capítulos. Relato autobiográfico entremeado com excursos antropogeográficos sobre várias regiões asiáticas, apresenta uma semelhança objectiva com o *Itinerario* de Linschoten, o qual vários exegetas presumem que tenha consultado<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> Ver Eddy Stols, “Experiencias y ganancias flamencas en la Monarquía de Felipe II”, in *Las Sociedades Ibéricas y el mar a finales del siglo XVI – Congreso Internacional*, t. 5 – *El área Atlántica. Portugal y Flandres*, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V/Pabellón de España Expo '98 - Lisboa, 1998, pp. 160-169.

<sup>104</sup> Jacques de Coutre, *Vida de Iaques de Coutre Natural de la Ciudad de Brugas Condado de Flandres Puesto en la Forma que está por su Hijo Don Estevan de Coutre*, BNM, ms. n.º 2780, pp. 1-480.

<sup>105</sup> Ver Stols, 1991, pp. 28-41; Benjamin N. Teensma, “El lenguaje del manuscrito n.º 2.780 de la Biblioteca Nacional de Madrid”, in Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, 1991, pp. 60-61 e 74-75.

## *A pista flamenga*

Não se sabe ao certo da data em que Jacques de Coutre concluiu este seu trabalho, se por volta de 1627, quando acontecem os últimos acontecimentos de que dá conta, se mais tarde. Contudo — e até porque a respectiva publicação esperou até finais de século XX para acontecer — não será por aí que se compromete a valia deste testemunho para o âmbito que tratamos. Por exemplo, o flamengo observa a presença de juncos chins na ilha de Bornéu<sup>106</sup> e descreve a periferia urbana de Manila ocupada pelos *sangleyes* em 1597<sup>107</sup>, é informado do “sucesso de Macao” de 1601 que teve por protagonista Jacob van Neck<sup>108</sup>, comprova o funcionamento de Malaca como porto terminal da navegação chinesa em 1602<sup>109</sup>, desfia a lista de produtos trazidos da China e do Japão para Goa mais a dos que iam em sentido inverso no início do século XVII<sup>110</sup> e contabiliza os proveitos que essa alfândega ainda retirava do mesmo trato nessa mesma altura<sup>111</sup>. Em vários dos alvitres que preparou entre 1623 e 1629 voltará aos temas do trânsito pretérito Goa-Malaca-Macau-Nagasaki, lembrando mercadorias, tonelagens e receitas aduaneiras<sup>112</sup>.

Por contraste com Dirck Gerritsz e com Linschoten, este nosso terceiro andarilho flamengo pode não ter visto nenhum dos seus textos impresso, o que lhe coarctou boa parte do impacto potencial. Pode até ter morrido jurando lealdade à Coroa espanhola depois de se desdobrar anos a fio em pareceres sobre como “fazer dano aos rebeldes” e “el bien y remedio del Estado de la Yndia”. Mas também ninguém ignora que fora deportado de Goa para a Península em Março ou Abril de 1623 sob a acusação

---

<sup>106</sup> Jacques de Coutre, *Vida de Iaques de Coutre*, libro I, cap. XV — “De como fui de Malaca a Manilla en el año de mil quinientos noventa y siete. Lo que me sucedió hasta llegar”, ed. 1991, p. 144.

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, libro I, cap. XVI — “De lo que me sucedió en Manila, y el sucesso que tuvo con los Olandezes el doctor Antonio de Morga, y el que tuve yo en el viaje al bolver de Manila a Malaca”, ed. 1991, p. 149.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, libro I, cap. XVII, ed. 1991, pp. 156-158.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, libro I, cap. XVII — “Del viaje que hize al reino de Pattane y lo que me sucedió en él hasta hechar los Olandezes un junco mío cargado a fondo, en que perdí toda quanta hazienda tenía en el año de mil seiscientos i dos”, ed. 1991, p. 154.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, libro I, cap. XX — “Del gran comercio que solía tener la ciudad de Malaca en el tiempo que yo rezidia en ella, y de como me bolbí del sur a la India, y casé en la ciudad de Goa en el año de mil seiscientos y tres”, ed. 1991, pp. 171-172.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*, libro I, Cap. XX, ed. 1991, p. 172; idem, *ibidem*, libro III, cap. XIV — “Del gran comercio y trato que solía tener la ciudad de Goa, metrópoli de la India Oriental”, ed. 1991, pp. 347-348.

<sup>112</sup> Jacques de Coutre, *Como se poderá fazer grande dano aos olandezes dando Sua Magestade licença a seus vaçalos mercadores para armar naos para a Índia Oriental*, ed. 1991, pp. 377-378 e 381; idem, *Imfornações que dá a Sua Magestade Josephe e Jacques de Coutre*, ed. 1991, p. 386; idem, *El comercio que solía aver en la Yndia, principalmente en Malaca, antes que los Olandezes pasassen a aquel Estado*, BNM, ms. n.º 2780, pp. 515-517; pub. in Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, “Apêndice V”, 1991, pp. 392-393.

“de tener trato con los enemigos de la Europa”<sup>113</sup>. A justiça de Lisboa ilibá-lo-ia de todas essas suspeitas em 1632, no termo de um processo que o mercador teve desde cedo a oportunidade de influenciar pessoalmente — e em liberdade — a partir de Madrid<sup>114</sup>. É certo que se julga que tenha sido vítima do excesso de zelo das autoridades goesas, num caso tirado a papel químico do do célebre mercador alemão Ferdinand Cron (1559-1637), o agente dos Fugger e Welser que desde 1611 era também o único agente de Goa para o serviço de correio entre a Ásia e a Europa. Acusado de informar os holandeses estacionados em Paleacate, Cron foi preso algum tempo entre 1619 e 1620, expulso da Índia em 1624 e encarcerado em Lisboa à chegada<sup>115</sup>. Só que ninguém nos garante que nas inúmeras vezes em que Jacques de Coutre se cruzou com conterrâneos seus não lhes contasse muito do que sabia sobre as paragens asiáticas que estes começavam a investigar.

Conferindo apenas os indícios que vêm nos seus escritos, uma duplicidade assim dispôs de condições ideais para acontecer em Patane em 1602 (onde De Coutre encontrou Van Neck a negociar com a rainha local a abertura de uma feitoria)<sup>116</sup>, na Corte Mogol em 1619 (onde logo alguns dos cinco criados que o receberam eram flamengos)<sup>117</sup> ou na jornada de Alepo a Bardez em 1620 (onde foi acompanhado por um tal Jan Lucas van Hasselt)<sup>118</sup>, para não falar já na viagem pelas estradas de França e Espanha que empreendeu no final da década de 1600 depois de fugir dos calabouços magrebins — calabouços onde até topou com “un Flamenco camarada”<sup>119</sup>.

---

<sup>113</sup> *Copia de la sentencia que se dio en favor de Ioseph de Coutre, y su hermano Iaques de Coutre, los quales por orden de su Magestad fueron mandados prender en la India Oriental, y de ahì traídos presos a la ciudad de Lisboa, por el Año de 1623*, BNM, ms. n.º 2780, pp. 481 e segs.; pub. in Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, 1991, “Apêndice I”, cit. p. 361.

<sup>114</sup> Ver Stols, 1991, pp. 35-36.

<sup>115</sup> Ver Mathew, 1997, pp. 177-178 e 183-186.

<sup>116</sup> Ver Jacques de Coutre, *Vida de Iaques de Coutre*, libro I, cap. XVII, ed. 1991, pp. 155-160; Beatriz Basto da Silva, “Between Goa and Macau: Portuguese and Dutch Rivalry in the Seventeenth Century”, in *Portuguese Voyages to Asia and Japan in the Renaissance Period*, s.d. [1994], p. 119.

<sup>117</sup> Ver Jacques de Coutre, *Vida de Iaques de Coutre*, libro III, cap. VI — “De lo que me sucedió y vi en el camino, y de como hablé con el rey Mogor y con su hijo, el príncipe Sultán Corán”, ed. 1991, p. 302.

<sup>118</sup> Ver idem, *ibidem*, libro III, cap. IX — “La jornada que hize por tierra de la India a España en el año de mil seiscientos y veyente hasta llegar a Alepo, y la buelta”, ed. 1991, p. 322.

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. XI — “La huída que hize, y como me cogieron después, queriendo yo salir de La Goleta”, ed. 1991, pp. 228-229; idem, *ibidem*, libro II, cap. XII — “De como ne rescaté del cautiverio de Tunes por mil escudos en oro, y me bolbí por mar a la India”, ed. 1991, pp. 234-236. Cf. George D. Winus & Carrie C. Chorba, “Literary invasions in *La Vida de Jaques de Coutre*: do they prejudice its value as an historical source?”, in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos – Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Angra do Heroísmo, 7 a 11 de Junho de 1996)*, edição dirigida por Artur Teodoro de Matos & Luís Filipe F. Reis Thomaz, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 709-719.

## 5. Os *Ragionamenti* de Francesco Carletti, 1606-1616

Depois de Fernão de Magalhães, gente tão diversa como o missionário Martín Ignacio de Loyola ou o pirata Francis Drake não apenas se foram encarregando de banalizar a experiência da circum-navegação, como de tornar evidente a metamorfose dos próprios projectos que a animavam. Testemunhando a mesma mudança de significados que um mundo feito uno e pequeno pelo génio náutico dos povos peninsulares acabara por produzir, encontramos a figura do negociante florentino Francesco Carletti (1573-1636). Com ele, pode-se dizer que o explorador-mercador e o explorador-evangelizador enquadrados de forma mais ou menos assumida pela orgânica de um Estado que, ou era imperial, ou ambicionava sê-lo, cedem diante da imagem do agente isolado, gestor de uma mera empresa familiar que utiliza mas não se subordina aos circuitos comerciais preestabelecidos<sup>120</sup>. No limite, Carletti chegará a identificar-se como um simples “curioso” de novidades e a evocar a liberdade de viajar pelo globo sem destino certo, sem entraves e sem tutelas<sup>121</sup>. As oportunidades continuavam a ser as do Império universal de Filipe II. A perspectiva de quem delas agora se servia, essa, era mais universalista que nunca.

### *Carletti*

Francesco Carletti nasceu no seio de uma antiga família de comerciantes de Florença. O tradicional envolvimento da Toscana no comércio intercontinental português e espanhol determinava que parte dos seus interesses há muito estivessem orientados para a Península Ibérica. Por exemplo, sabe-se que o seu pai, Antonio, passara por Lisboa em 1582, onde encontrara Filippo Sassetti. Em Janeiro de 1591 é a vez de Francesco tomar o caminho de Sevilha, onde receberá uma primeira aprendizagem da profissão de mercador na casa de Niccolò Parenti, um seu compatriota aí instalado havia vários anos. Em 1593 junta-se-lhe o pai, que traz o projecto de embarcar por conta própria para Cabo Verde, onde tentaria adquirir escravos para vender em Cartagena. Os regulamentos que condicionavam a passagem de licenças aos

---

<sup>120</sup> Francisco Bethencourt, “Competição entre impérios europeus”, in *HEP*, vol. 2, 1998, p. 361 [Bethencourt, 1998b].

<sup>121</sup> Ver Bencardino, 1993, p. 56.

estrangeiros que pretendessem viajar para as Índias Ocidentais são contornados com uma série de declarações forjadas graças à cumplicidade de outro membro daquela comunidade emigrante, Cesare Baroncini, natural de Pisa e representante dos Medici na Andaluzia. A 8 de Janeiro de 1594, Antonio e Francesco Carletti partem de Sanlúcar de Barrameda, desembarcando na Ribeira Grande escassas semanas depois.

A estada na ilha de Santiago durará três meses (Janeiro-Abril de 1594), o bastante para a escolha de algumas dezenas de africanos de Cacheu ou Bissau<sup>122</sup> que logo levaram ao outro lado do Atlântico. Como a venda dessa carne humana não rendesse o esperado já que muitos dos escravos não sobreviveram à dureza da travessia e o preço de venda no mercado americano sofrera uma quebra brusca, os dois florentinos buscam de imediato como reparar o orçamento através das oportunidades de trato inter-regional que ali se lhes ofereciam.

Assim, começam por seguir — e sempre por sua conta e risco — para Nombre de Dios com um carregamento de mercadorias oriundas de Espanha, após o que continuam para o Panamá, Lima, Acapulco e Cidade do México entretidos com vários negócios (1595). Inicialmente tinham projectado esta ida até à capital da Nova Espanha para aí comprarem fazenda que depois deveriam voltar a vender no Peru. Contudo, ao ouvirem falar nos lucros fabulosos do galeão de Manila, optam por largar de Acapulco para as Filipinas, *via* ilhas Marianas (Março-Junho de 1596).

A escala seguinte é Nagasáqui, onde são recebidos pelo espectáculo dos corpos já decompostos dos 26 mártires cristãos, para mais amputados pelos caçadores de relíquias<sup>123</sup>. Estanciam no arquipélago do Sol Nascente entre Junho de 1597 e Março de 1598, quando sobem para uma embarcação japonesa capitaneada por um mestiço luso-nipónico que os levará a Macau. Carletti esquece-se de o indicar, mas é possível que se tratasse do junco pertencente a Francisco Gouveia, o qual assegurou esse trânsito por ausência da Nau do Trato do ano de 1597<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Ver, *inter alia*, Yoro Fall, “Escravidão”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, pp. 381-383; A. J. R. Russell-Wood, “Políticas de fixação e integração”, in *HEP*, vol. 2, 1998, p. 127.

<sup>123</sup> A propósito de algumas das eventuais implicações intertextuais da passagem dos *Ragionamenti* referente a este episódio japonês, ver Jorissen, 2002, pp. 45-46.

<sup>124</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos de mi viaje alrededor del mundo (1594-1606)*, estudio preliminar, traducción y notas de Francisca Perujo, Segundo razonamiento de las Indias Orientales — “En el que se cuenta el viaje hecho desde el Japón a la China, y de las cosas de aquel reino”, Serie Fuentes — 1, México, Instituto de Investigaciones Bibliográficas, Universidad Nacional Autónoma de México, 1976, p. 135. Cf. Boxer, ed. 1989a, p. 54; Anthony Disney, “Voyaging, ports-of-call and exotic hinterlands in the travel narratives of Francesco Carletti and Tranquillo Grassetti”, in Laborinho, Seixo & Meira (org.), *A Vertigem do Oriente*, 1999, p. 152, n. 8. Todas as referências ao conteúdo da obra de Francesco Carletti são realizadas a partir da citada edição de 1976.

Pai e filho desembarcam na Cidade do Nome de Deus doze dias depois da partida de Nagasáqui. Apesar de o terem feito pela calada da noite, envoltos no maior segredo e com a cobertura dos padres jesuítas que encontraram na nave, não demoram a ser interceptados pelas autoridades, que vociferam contra aquele atropelo das pragmáticas que interditavam o acesso ao hemisfério português por parte dos comerciantes vindos do lado espanhol. A réplica dos Carletti é bem florentina: dizem-se italianos de nação, vindos sem nenhum outro propósito que o de ver e conhecer terras, saídos de um país livre do domínio espanhol como era o Japão e confiantes na liberdade concedida a todas as nações de percorrer o mundo<sup>125</sup>. Entretanto, castigado pelas viagens e pela doença, Antonio Carletti falece em Julho e é sepultado por Francesco diante do altar-mor da Sé Catedral (a antiga igreja de Santa Maria)<sup>126</sup>. Este manter-se-á na colónia portuguesa até Dezembro do ano seguinte, aproveitando para negociar por interpostos mercadores de Macau na feira anual de Cantão. Ao que parece, o “honesto negreiro” de ontem ajustara-se sem dificuldade ao comércio das sedas, do almíscar, do ouro e das porcelanas.

O seguinte porto de escala de Francesco Carletti será Goa, que alcança em Março de 1600 após visitas rápidas a Malaca e a Cochim. Aí permanece durante vinte e um meses entre compras de algodão e pedras de Cambaia, festas sem conta e os cuidados quentes das filhas e das mulheres dos *casados* portugueses. Na manhã do dia de Natal de 1601 chega a vez de largar a bordo do galeão *Santiago Maior*, o principal dos três da armada de torna-viagem desse ano. Além das mais de trezentas pessoas embarcadas, tal era a carga que levava que ia enterrado no mar e com a manobra dos cabos obstruída. Junto à ilha de Santa Helena — que o capitão procurou porque trazia ordens para aguardar aí pelos dois restantes galeões que viriam directamente de Cochim — atacaram-no duas naus da companhia da Zelândia comandadas por Cornelis Bastiaensz.

Depois de dois dias de brutal duelo de artilharia e arcabuzaria sobreveio um motim de marinheiros e soldados dentro da própria embarcação e, enfim, a fatal

---

<sup>125</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 139.

<sup>126</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 139-149. Cf. Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. 1, *Séculos XVI-XVII*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, 1992, p. 6; Maria de Lourdes Rodrigues Costa, *História da Arquitectura em Macau*, colecção Documentos & Ensaíos — 13, Macau, ICM, 1997, p. 58; Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China & Descrição da Cidade de Cantão*, tradução Ilídio A. de V. Félix Alves, Macau, Leal Senado de Macau, 1999, p. 39 (1.<sup>a</sup> ed. Boston, James Monroe & Co., 1836).

abordagem dos holandeses. Estes conduziram o *Santiago* para a ilha de Fernando de Noronha, onde todos os tripulantes e passageiros sobreviventes, exceção feita a alguns escravos, foram desembarcados com duas malgas de arroz, um quanto biscoito e a roupa que traziam no corpo<sup>127</sup>. Mais florentino que nunca, Carletti reclama um tratamento especial: não sendo português mas súbdito do grão-duque da Toscana, argumenta, deve beneficiar dessa neutralidade para prosseguir com os corsários até à Europa. Para ajudar à sua causa, ter-lhes-á ainda recordado as facilidades que Ferdinando I concedia aos marinheiros dos Países Baixos em Livorno, cidade que tinha sido declarada porto franco em 1593.

O engenhoso oportunismo de Francesco Carletti surte os seus efeitos já que desembarca são e salvo em Middelburgo a 7 de Julho de 1602. Sinal definitivo daquilo que representara a sua experiência, seguem-no de livre vontade três criados, um japonês, um coreano e um africano de Moçambique. Contudo, não se livra de ver os seus bens confiscados e de argumentar durante três anos e meio ante a burocracia da VOC pela indemnização a que julga ter direito. Para isso, solicita e consegue o empenho pessoal do grão-duque Ferdinando I e da rainha de França Maria de' Medici, cujas cartas abonatórias leva ao Conselho do Almirantado e a Maurício de Nassau. O resultado serão uns magros 13.000 florins de prémio, valor manifestamente insuficiente para retornar às Índias Orientais, como chegara a pensar.

Carletti opta então por responder a um convite de Henrique IV, que terá visto nele a pessoa indicada para coordenar uma operação comercial na Holanda por conta do governo francês. Muito menos entusiasta do que o príncipe pelos empreendimentos mercantis ultramarinos, o ministro-agricultor Maximilien de Béthune, duque de Sully, esvazia esse plano à nascença, pelo que a permanência do italiano em Paris logo deixa de fazer sentido. Sem demasiadas alternativas, o mercador regressa a Florença em 1606, onde Ferdinando I o vai empregar como seu conselheiro, encarregar de seguir o projecto que visava fazer de Livorno um pólo para as trocas comerciais italianas com o Oriente e, ainda, de adquirir nos Países Baixos um grande navio para esse mesmo trato.

O canto do cisne das ambições da Toscana em tornar-se uma potência marítima intercontinental será de certa forma assinalado pela expedição ao Amazonas encomendada ao inglês Richard Thornton (1606-1609)<sup>128</sup>. Por aqui entende-se o porquê

---

<sup>127</sup> Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, 1993, pp. 376-383.

<sup>128</sup> Cf. Richard Thornton, *A happy Shipwreck, or the losse of a late intended Voyage* (ms. 1630); ref. in Taylor, 1934, p. 270.

de pouco do que foi pedido a Francesco Carletti ter tido o devido seguimento, a começar por essa compra de uma embarcação<sup>129</sup>. Depois da morte do antigo grão-duque, ocorrida em Fevereiro de 1609, Carletti torna-se *maestro di casa* de Cosimo II, cargo que ocupa até 1617. A partir desta data, os Medici incumbem-no de várias missões diplomáticas ao estrangeiro, sendo enviado a Estrasburgo e à Holanda em 1619 e a Innsbruck em 1626. Em qualquer caso, nada que se comparasse ao feito de 1594-1602, pedra angular de toda a sua vida e assunto central do testemunho e da peça literária excepcionais que constituem os doze *Ragionamenti* ou sumários que deixou inéditos<sup>130</sup>.

Por haver perdido durante a captura do *Santiago* pelos holandeses pelo menos parte das notas que fora tirando ao longo dos anos de vagamundos, Carletti teve de recorrer à memória para narrar a Francesco I e à sua Corte os exotismos que vira e os sustos pelos quais passara. Dessas palestras algo improvisadas saiu o borrão dos futuros *Ragionamenti di Francesco Carletti fiorentino sopra le cose da lui veduti ne' suoi viaggi, sì dell'Indie Occidentali, e Orientali come d'altri paesi*, texto composto a pedido do grão-duque e editado pela primeira vez em 1701 sobre uma das quatro cópias derivadas do manuscrito autógrafo que se conhecem<sup>131</sup>. Interessa ver que o autor não ambicionava publicar esta sua obra. Mais do que nada, os *Ragionamenti* inscrevem-se numa tradição trissecular de crónicas autobiográficas de mercadores particularmente cara a Florença, objectos caracterizados por fixarem uma experiência prática que depois seria sobretudo utilizada por um meio doméstico — a casa comercial de origem — ou cortesão<sup>132</sup>. Em todo o caso, trata-se de um trabalho cuidado, onde um relato de vivências, não tão expansivo como se poderia imaginar, se entretetece com o aproveitamento de múltiplas fontes escritas e cartográficas que, por norma, permanecem no anonimato.

Entre a chegada à Toscana e a altura em que se calcula que escrevesse o essencial dos *Ragionamenti* — *i.e.* de 1608 ou 1610 a 1616 —, Carletti compôs a instâncias de Ferdinando I uma *Relazione di viaggi e negozi che fannosi per tutte le Indie*, documento que serviria para avaliar as possibilidades do projecto expansionista

---

<sup>129</sup> Ver Paolo Carile, “Introduction: Le voyage et l’écriture”, in Francesco Carletti, *Voyage autour du monde de Francesco Carletti (1594-1606)*, introduction & notes de P. Carile, traduction de Frédérique Verrier, collection Magellane, Paris, Éditions Chandeigne – Librairie Portugaise, 1999, pp. 19-20 e 42.

<sup>130</sup> Francisca Perujo, “Estudio preliminar”, in Francesco Carletti, *Razonamientos*, ed. 1976, pp. IX-XIX; Bethencourt, 1998b, pp. 361-362; Carile, 1999, pp. 7-11, 25-40; Disney, 1999, pp. 140-148.

<sup>131</sup> Francesco Carletti, *Ragionamenti di Francesco Carletti fiorentino sopra le cose da lui veduti ne'suoi viaggi si dell'Indie Occidentali, e Orientali come d'altri paesi*, In Firenze, nel Garbo, a cura di Lorenzo Magalotti, nella Stamperia di Giuseppe Manni, 1701.

<sup>132</sup> Carile, 1999, pp. 11-12.

que então se encontrava sobre a mesa do grão-duque, mas que também deve ter sido útil para a escrita daquele livro<sup>133</sup>. Mais tarde pensa-se que tenha redigido um manuscrito intitulado *Della corte di Spagna, di Lisbona, della Haya in Holanda*, onde o serviço aos interesses imediatos do governo em questão continua a ser evidente. Para a sua obra-prima apelou ao modelo tradicional das recolhas de contos de que *As Mil e Uma Noites*, o *Decameron* de Boccaccio e o *Heptameron* de Margarida de Navarra constituem os melhores e os mais procurados exemplos. Para o título em si inspirou-se no pendor ficcional e no estilo oralizante que, no caso na Itália da Renascença, fora cultivado por escritores como o licencioso Pietro Aretino (1492-1557)<sup>134</sup>. Quanto à estrutura narrativa, esta divide-se em dois discursos de dimensão desigual, um (menor) que engloba os seis sumários sobre o intervalo entre a partida de Florença e a ancoragem em Manila e outro (duas vezes mais extenso) com os seis sumários que tratam o périplo oriental e o retorno à Europa pela porta dos tribunais da Holanda.

### ***Informadores de primeira classe***

Constitui um facto básico que a única oportunidade que Carletti encontrou de se embrenhar por uma terra do interior aconteceu quando subiu em barca o rio Changres, no Panamá. Todos os demais lugares que estiveram sujeitos ao seu escrutínio pessoal correspondem a escalas dispersas pelos litorais americano e asiático. Daí quer o papel determinante da manobra de compensação erudita e semi-clandestina a que acabámos de aludir, quer a cedência passiva ao fantástico e ao extravagante de tom livresco. Um exemplo sucede quando refere que existiriam na Cochinchina homens selvagens com cauda cujo sangue era utilizado para fazer tinta, genuína história chinesa já contada por Willem van Ruysbroek<sup>135</sup>. Outro quando, a propósito dos muitos sapos que vira na região de Portobelo, faz eco da crença segundo a qual estes batráquios nasceriam de gotas de chuva caídas sobre o solo<sup>136</sup>.

---

<sup>133</sup> Ver Gemma Sgrilli, *Francesco Carletti mercante e viaggiatore fiorentino 1573-1636*, Rocca San Casciano, Licinio Cappelli, 1905, pp. 232-249.

<sup>134</sup> Carile, 1999, pp. 20-22 e 24.

<sup>135</sup> Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 154-155.

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, Tercer razonamiento de las Indias Occidentales — “Trata de lo que seguíó en Cartagena o venta de los esclavos, y salida de allí hasta llegar a Panamá, ciudad situada en el mar del Sur, con muchos otros particulares”, ed 1976, pp. 33-34. Cf. Gerbi, ed. 1982, pp. 13-20.

Olhando conjuntamente a parte dos *Ragionamenti* dedicada à América e aquela que recria a geografia do Oriente, têm-se sublinhado coincidências que não podem ser inocentes com obras como a *Historia natural y moral de las Indias* de José de Acosta, a *Chrónica del Perú* de Cieza de León, a *Vita dell'Invitissimo Imperador Carlo Qvinto* de Alfonso de Ulloa (Veneza, 1560)<sup>137</sup>, a *Historia del Mondo Nuovo* de Girolamo Benzoni e o *Delle Navigatione et Viaggi* de Ramusio (relatos incluídos em qualquer dos três volumes, sendo que Carletti apenas menciona os de Amerigo Vespucci, Niccolò de' Conti e Marco Polo). Só para a segunda das partes acima referidas, evoca-se também por hábito a possibilidade de um uso concomitante das *Décadas* de João de Barros e da *Historia* de Lopes de Castanheda (porventura, e sempre que viável, a partir das correspondentes edições italianas), assim como do *Itinerario* de Linschoten e dos *Sucesos de las Islas Filipinas* de Antonio de Morga, livro publicado no México em 1609<sup>138</sup>.

Muito se tem especulado sobre a construção do segundo sumário das Índias Orientais, o mais longo de todo o manuscrito de Francesco Carletti e aquele que trata, de forma detalhada, das coisas do reino de China. Dessas análises destacam-se duas ideias fundamentais. Em primeiro lugar, que Carletti possuía fontes chinesas e que as fez traduzir a um intérprete chinês. A conclusão não é difícil dado que o próprio se refere, por diversas vezes, a livros ou a lâminas de geografia locais e à assistência recebida de tal tipo de colaborador.

Mais do que isso, sabemos que a obra em causa foi um atlas em dois volumes hoje integrado na colecção da Biblioteca Nacional de Florença e aí catalogado como *Atlas Sinicus sive regni Sinarum descriptio geographica in ipso Sinarum regno impressa, charta et characteribus sinicus*. Nele se incluem mapas das quinze províncias (havia ainda uma carta geral da China, entretanto perdida), as correspondentes legendas em caracteres chineses e cinco páginas de carácter introdutivo caligrafadas do seguinte modo: “Breve interpretazione di questo primo libro di Geografia delle XV Province della Cina, fatta dichiarare da Francesco Carletti, stando in questo paese, a un Cinese

---

<sup>137</sup> Alfonso de Ulloa, *Vita dell'Invitissimo Imperator Carlo Qvinto...*, Veneza, Vincenzo Valgrisi, 1560. 2.<sup>a</sup> ed.: idem, *Vita dell'Invitissimo Imperator Carlo Qvinto. Descritta dal S. Alfonso Vllloa, et da lvi medisimo in qveste seconda editione rivista & in piu luoghi corretta & illustrata. Nella quale uengono compresse le cose piu notabili occorse al suo tempo; cominciando dall'anno MD. insino al MDLX. Con una copiossissima tauola delle cose principale, che nella opea si contengono. Con Priuilegio dell'Illustrissimo Senato Veneto*, Veneza, appresso Vincenzo Valgrisi, 1562.

<sup>138</sup> Ver *infra*, cap. 22-3. Ver também: Perujo, 1976, pp. XXIX-XXXV.

suo amico”<sup>139</sup>. Sabemos ainda que o jesuíta Martino Martini fez uso deste documento para compôr o seu *Atlas Sinensis* de 1655<sup>140</sup>. Se bem que alguns afirmem tratar-se de uma edição quinhentista do *Yutu* de Zhu Siben<sup>141</sup>, preferimos pensar numa das várias edições do *Guang Yutu* de Luo Hongxian (ou de alguma obra daí derivada) saídas nesse mesmo século, desde logo porque a produção cartográfica de Zhu não se conhece na sua forma original, sendo sobretudo reconstituível graças à releitura proporcionada por Luo<sup>142</sup>.

A segunda ideia prioritária a reter das modernas análises críticas à parte alusiva ao Império do Meio dos *Ragionamenti* é a que sublinha as várias semelhanças que esta patenteia com a *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina* de Matteo Ricci. Neste caso, insistem tais apreciações, o problema existe sobretudo mercê do desfazamento de cerca de dez anos que acontece entre o momento em que Francesco Carletti deixa Macau e o momento em que Ricci termina o seu trabalho. Depois, surge a questão adicional do mercador florentino nunca se referir àquele jesuíta. Na verdade, Carletti declara ter trocado impressões com Alessandro Valignano e com Lazzaro Cattaneo durante o período de Março de 1598 a Dezembro de 1599 em que residiu no enclave macaense, mas nunca alude ao Pe. Ricci, que na altura sabemos que deambulou entre Nanquim a Pequim. Para superar o aparente impasse, chega-se a sugerir a hipótese de ter existido de uma fonte comum a ambos, algo para que apontariam as também profundas diferenças que ocorrem entre o capítulo chinês dos *Ragionamenti* e o manuscrito da *Storia*<sup>143</sup>.

Que ocorre uma identidade flagrante entre vários passos da obra que Matteo Ricci deixou inédita e a composição de Carletti, isso é uma daquelas evidências que, como se verá a seguir, não permite outra conclusão que não seja a resumida na palavra plágio. Mais difícil é assegurar qual tenha sido o instrumento dessa transferência, se esse (ou outro) texto ricciano, se o tal terceiro texto acaso partilhado por ambos. No entanto, parece-nos também que nem o aspecto cronológico, nem o facto destes dois autores se terem desencontrado no Oriente constituem dilemas insuperáveis.

Basta lembrar que as folhas da *Storia* de Ricci foram confiadas pelo Pe. Niccolò Longobardo, o seu sucessor em Pequim, ao Pe. Nicolas Trigault pouco antes deste

---

<sup>139</sup> Ver Perujo, *ibidem*, p. XXXII e p. 150, n. 26; Bencardino, 1993, p. 59, n. 28.

<sup>140</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 19, n. 73. Ver também: Foss, 1988, p. 216.

<sup>141</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 16, n. 168. Ver também: Sgrilli, 1905, pp. 280-281, n. 1; Perujo, 1976, p. 150, n. 26.

<sup>142</sup> Ver, *inter alia*, Boxer, 1953, pp. 268-269, n. 4; Petech, 1993, pp. 41-42; Foss, 1988, p. 210.

<sup>143</sup> Ver Perujo, 1976, pp. XXXII-XXXIII; Carile, 1999, pp. 31-32.

último partir para a Europa como procurador da Missão da China, em 1613. Trigault deixa Macau no início desse ano, cumpre a rota Goa-Ormuz-Baçorá-Bagdad-Alepo-Alexandreta-Rodes e entra em Roma no final de 1614. Vem mais morto que vivo, mas traz quase concluída a tradução latina do trabalho de Ricci — a qual repetimos que deu à estampa em 1615 com o título *De Christiana Expeditione apvd Sinas* — e dois capítulos adicionais sobre a morte e as exéquias do antigo companheiro de António de Almeida e de Michele Ruggieri. Depois de liberto dos trabalhos da Congregação Geral que elegeu Mutio Vitelleschi para a chefia da Companhia (Janeiro de 1616), o Pe. Trigault iniciou um longo périplo por França, pela Flandres e pela Alemanha antes de regressar à Península Ibérica e de reembarcar em Lisboa com destino à China (Abril de 1618).

Pois bem, o primeiro visado nessa viagem com a qual Nicolas Trigault buscou apoios para a sua Missão foi Cosimo II de' Medici, de quem o missionário recebeu um muito badalado relógio em forma de sátiro<sup>144</sup>. Como se deduz, não faltaram oportunidades para que Carletti integrasse parte do legado intelectual de Matteo Ricci nos seus *Ragionamenti*.

### ***Todos os caminhos vão dar a Florença***

Para efeitos académicos, podemos organizar as páginas do segundo sumário do segundo discurso de Francesco Carletti em três partes autónomas: uma em que o protagonista descreve a travessia de Nagasáqui para Macau; outra em que resume a sua vivência de vinte e um meses nesta colónia portuguesa; e uma última em que sintetiza em jeito tratadístico os principais aspectos da geografia e da cultura sínicas. Onde o característico colorido da prosa do florentino mais brilha é na primeira destas parcelas. Sobretudo, encontramos aí um testemunho vivencial de extremo valor sobre as condições de vida a bordo de navios de tripulação mista luso-asiática<sup>145</sup>. Já no segundo

---

<sup>144</sup> Ver Pfister, 1932, pp. 112-114; Ross, 1994, pp. 162-163; Manuel Cadafaz de Matos, “Homens e livros na China no cumprimento do ideário da *Vita Christi*”, in *Intercâmbio cultural e científico entre a Europa e a China através do livro (sécs. XVI-XVIII) – Catálogo da exposição bibliográfica organizada pela Embaixada de Portugal e pela Livraria Humanística por ocasião da visita de Estado à China de Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Mário Soares (Pequim, Abril de 1995)*, direcção, catalogação e índices por M. Cadafaz de Matos, Pequim/Lisboa, Embaixada de Portugal na República Popular da China/Livraria Humanística, 1995, pp. 7-8; Alden, 1996, pp. 140-141; Araújo, 2000, pp. 148-149.

<sup>145</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 135-137; Disney, 1999, p. 142.

segmento a sua escrita espontânea e cativante dispôs de menos oportunidades para se espriar. Em qualquer caso, o respectivo interesse historiográfico não é menor. Carletti — de resto, de forma muito próxima de Linschoten — percebe tudo o que havia para perceber sobre o sistema governativo de Macau, o funcionamento da *viagem da China*, o urbanismo do enclave, a sua orgânica religiosa, o papel que o Colégio da Companhia jogava no apoio aos interesses dos missionários estantes no Japão e no continente fronteiriço, o funcionamento das feiras de Cantão e o estatuto especial reconhecido pelos chineses ao comércio siamês. É aqui que se insere a referência ao encontro com Valignano, bem assim como a um outro com Oratio Neretti, um comerciante originário de Florença que vivia há perto de dez anos no Oriente e que fizera amizade com Filippo Sassetti nos idos de 1580<sup>146</sup>.

Intercaladas no ameno colóquio que assim se ia desenvolvendo surgem-nos então, de forma intermitente, passagens mais ou menos amplas que visam caracterizar a China dos pontos de vista físico e humano. São três as principais fontes confessas para tal exercício. Em primeiro lugar, a observação pessoal de Francesco Carletti, a qual não encontramos motivos para negar que tenha sido válida para fixar, ou para ajudar a fixar, tópicos como o da indumentária corrente entre o povo e os mandarins, o dos meios de pagamento e instrumentos empregues na pesagem de mercadorias, o da língua, o da numeração e do calendário, o da produção agrícola, da pecuária e da alimentação, bem como o dos espectáculos e jogos populares<sup>147</sup>.

Em segundo lugar acontece o aproveitamento dos ditos mapas e livros chineses, evidente no que toca aos cálculos sobre a extensão territorial da China<sup>148</sup>, à visualização de um grande deserto de areia entre poente e tramontana chamado “Sah-Bo” (com vantagem sobre os esclarecimentos emprestados a propósito do mesmo por Diego de Pantoja em 1602)<sup>149</sup>, à contagem dos efectivos militares estacionados junto à Tartária<sup>150</sup>, ao número de contribuintes da província de Pequim<sup>151</sup>, ao somatório dos homens tributários do país<sup>152</sup> e à estatística das várias circunscrições administrativas do

---

<sup>146</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 137-147 e 174-175.

<sup>147</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 143-144, 146-147, 161-162, 165-168, 170-171 e 173-174.

<sup>148</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 149.

<sup>149</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 156. Cf. *supra*, Parte II, cap. 19-1. Cf. também: Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilha, 1605, fl. 59v.

<sup>150</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 151 e 159-160

<sup>151</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 151.

<sup>152</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 156.

Império<sup>153</sup>. Carletti apresenta estas últimas divididas em quatro níveis, “fù”, “ziù”, “hiam” e “goi” (por *wei*, as guarnições militares). No entanto, os valores adstritos não acertam com nenhum dos que conhecemos apesar de se encontrarem muito próximos daqueles que vêm na carta geral da China do *Guang Yutu* de 1566 presumivelmente utilizado por Michele Ruggieri<sup>154</sup>.

A terceira fonte explicitada por Carletti corresponde às informações cedidas de viva voz por Lazzaro Cattaneo, algo que só pode ter sucedido nos derradeiros dias da permanência do mercador em Macau uma vez que já ia adiantado o Verão de 1599 quando este jesuíta regressou da frustrante jornada que fizera até Pequim no Inverno anterior com Matteo Ricci e os irmãos Zhong Mingren e Yu Wenhui. Daqui colheu — melhor, somos induzidos a acreditar que colheu — para o texto dos *Ragionamenti* uma descrição de Nanquim muito semelhante àquela meio moderna, meio literária divulgada por Luis de Guzmán no capítulo XXVII da sua *Historia de las Misiones* e copiada por Fernão Guerreiro na sua *Relaçam annal* de 1605<sup>155</sup>. Colheu também — pelo menos assim continua a dizer — o cálculo da respectiva latitude e a identificação categórica da China com o Cataio, um par de pormenores que nos remete de imediato para o conteúdo da carta que Diego de Pantoja pouco depois haveria de endereçar de Pequim<sup>156</sup>. Sem que o declare, terá ainda sabido pelo Pe. Cattaneo da água sempre turva e densa de um rio que aproveitava às inúmeras embarcações que seguiam até à Corte de Norte, outra notícia que parece antecipar o relato do Pe. Pantoja<sup>157</sup>. Fosse por culpa do missionário italiano, fosse por lapsos de leitura imputáveis a Carletti, este apenas falha de forma séria este conjunto de parágrafos quando chama ao rio em causa “Iansù” (por Yangtze) e quando identifica Nanquim com a lendária Quinsai<sup>158</sup>.

Para a presente manobra de laboratório saída do critério e do saber acessível a Francesco Carletti contribuíram de forma notória os já identificados empréstimos da *Storia* de Matteo Ricci ou de um trabalho tão semelhante a esse que não permite que adivinhemos com rigor quem é quem. Tal dá-se especialmente nos pontos em que nos

---

<sup>153</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 150-154.

<sup>154</sup> Ver Petech, 1993, p. 42.

<sup>155</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 151-152. Cf. *supra*, Parte II, cap. 17-3 e cap. 18-3.

<sup>156</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 152.

<sup>157</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 160. Cf. *supra*, Parte II, cap. 19-1.

<sup>158</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 151 e 160.

escreve os vários nomes pelos quais a China era designada no Oriente<sup>159</sup>, em que evoca o momento e as circunstâncias da fundação da dinastia Ming<sup>160</sup>, em que avalia a antiguidade mais de quatro vezes milenar do uso da seda<sup>161</sup>, em que revê a introdução da cultura algodoeira<sup>162</sup>, em que sistematiza as denominações e as competências das seis principais ordens de funcionários judiciais e dos “Seis Ministérios”<sup>163</sup> (uma novidade absoluta, uma vez que Pantoja contara, mas não transliterara, os nomes destes últimos<sup>164</sup>), em que explica as regras a que obedecia a colocação dos mandarins civis e dos mandarins militares<sup>165</sup>, em que fala da proibição do porte de armas e do apreço em que era tido quem conseguisse resistir à vingança física<sup>166</sup>, em que alude ao infanticídio e à crença “pitagórica” numa transmigração de almas de corpo para corpo<sup>167</sup> e, enfim, em que narra a vida fantasiosa de Lu Hui Neng, o sexto patriarca do budismo<sup>168</sup>.

No entanto, por muito que tudo isto nos ajude a esclarecer os enigmas que giram em torno a esta parcela dos *Ragionamenti*, ao admitirmos que Francesco Carletti tenha acedido a uma obra como a *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina* somos confrontados com quase tantas dúvidas quantas as respostas que tal tese sobre as intertextualidades em causa nos garante. Por exemplo, perguntamo-nos como foi possível que Carletti defendesse em simultâneo que o Império Chim se estendia dos 20º

---

<sup>159</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 159. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. II, ed. 1942, vol. 1, pp. 11-12.

<sup>160</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 155-156. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VI, ed. 1942, vol. 1, pp. 51-52.

<sup>161</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 141. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. II, ed. 1942, vol. 1, pp. 10-11.

<sup>162</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 143-144. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. III, ed. 1942, vol. 1, p. 20.

<sup>163</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 162-165. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VI, ed. 1942, vol. 1, pp. 55 e 57-60.

<sup>164</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 19-1.

<sup>165</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 162-163. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VI, ed. 1942, vol. 1, pp. 68-69.

<sup>166</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 163. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. VI, ed. 1942, vol. 1, pp. 69-70.

<sup>167</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 172. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro I, cap. IX, ed. 1942, vol. 1, p. 99.

<sup>168</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 168-169. Cf. Pe. Matteo Ricci, *Storia dell’Introduzione del Cristianesimo in Cina*, libro III, cap. I — “Di come si fece la residencia di Sciaocio e si tornò a porse in piedi un’altra volta l’impresa della Cina”, ed. 1942, vol. 1, p. 281.

lat. N até aos 45° lat. N, um quadro de referências que, continuando a pensar à luz dos inqueritos de Matteo Ricci, nos remete para os termos da carta enviada a Juan Bautista Román, em 1584<sup>169</sup>. Perguntamo-nos também sobre como foi possível que dissesse do ensino da filosofia moral, das matemáticas, da astronomia e da medicina quase o mesmo que o *factor* Román pudera apreciar nesse ano de 1584, sendo que o Ricci que se manifesta na *Storia* de 1608-1610 é já alguém desiludido com a qualidade do saber erudito e das ciências chinesas<sup>170</sup>. Perguntamo-nos ainda como foi possível que, tendo lido o texto que Trigault trouxe para a Europa em 1614 ou um sucedâneo que se confunde com ele, haja retratado de uma forma pouco mais que medíocre as características distintivas do taoísmo, do budismo e do confucionismo<sup>171</sup>.

No estado actual das nossas pesquisas, não conseguimos dar uma resposta categórica à velha dúvida sobre se Francesco Carletti leu ou não a *Storia* de Matteo Ricci. Agora, o que podemos afiançar com toda a segurança é que não apenas conheceu fontes jesuítas alternativas a essa do género da epístola escrita a Bautista Román a 13 de Setembro de 1584, como pelo menos contemporâneas da segunda viagem de Ricci a Pequim. Sobre as do primeiro tipo surgem-nos ainda certos sinais no juízo caustico relativo ao soldado chinês<sup>172</sup> e numa leitura sobre a zonagem climática do país<sup>173</sup>. Sobre aquelas mais tardias temos uma prova quase tão convincente quanto a que nos fornecem as explicações sobre a orgânica do governo central na notícia alusiva à venda de crianças filhas do povo miúdo por dois ou três ducados, em anos de carestia. Trata-se de algo que, até no fraseado, anda muito perto da carta que conta o itinerário que Ricci e Pantoja cumpriram de Nanquim para Pequim adaptada por Fernão Guerreiro na *Relaçam* de 1605<sup>174</sup>. Se quisermos duvidar do zeloso diarista que Carletti dá a entender que foi, ou da prodigiosa memória que os críticos lhe costumam reconhecer, podemos juntar a esta recolha noticiosa de 1600-1601 concretizada a partir de testemunhos escritos muitos — se é que não todos — dos ensinamentos geográficos que o florentino alega ter escutado de Lazzaro Cattaneo.

---

<sup>169</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 149.

<sup>170</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 161.

<sup>171</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 168-169.

<sup>172</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 163.

<sup>173</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 149. Cf. Carta do Pe. Matteo Ricci a Juan Bautista Román, Zhaoqing, 13 de Setembro de 1584, ed. 1913, p. 39.

<sup>174</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 172. Cf. Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annal das covsas qve fezeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. IV, Lisboa, 1605, fl. 9r.; Pe. Diego de Pantoja, *Relación de la entrada*, Sevilla, 1605, fl. 79r.

Tentámos, sem sucesso, perceber qual ou quais as fontes que Carletti provavelmente consultou para se referir como refere à crença vã dos chineses na alquimia, na astrologia e nas adivinhações<sup>175</sup>, ao apreço que tinham pelos prismas de vidro<sup>176</sup>, à falta de interesse que manifestavam por qualquer projecto expansionista<sup>177</sup>, à incompatibilidade entre a sua cronologia e a criação do mundo segundo Moisés<sup>178</sup>, assim como para descrever o seu calendário<sup>179</sup>, para se maravilhar com a antiguidade da sua imprensa e da sua artilharia<sup>180</sup> ou para comparar cada uma das suas províncias da China e um verdadeiro reino<sup>181</sup>. Às vezes parece seguir colado às *Décadas* de João de Barros, outras a textos como a *História Índica* de Giovanni Maffei, a *Historia del principio* de Valignano, as *Republicas del Mvndo* de Jerónimo Román, a *Storia* de Ricci ou a *Relación* de Pantoja, mas nada é conclusivo. Apesar disso, o que não nos oferece dúvidas afirmar é que se serviu de forma nada tímida de uma minuta muito próxima do *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz.

Sabemos ou suspeitamos que alguns dos mais importantes manuscritos que Ricci preparou a partir de 1582 — a começar no que Alessandro Valignano utilizou para compôr a *Historia del principio y progresso* e terminando na *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo* — reproduzem inúmeras passagens do livro do dominicano português. Contudo, depois de termos confrontado as secções pertinentes dos *Ragionamenti* tanto com todos os textos de Ricci que conhecemos, como com a demais literatura na qual identificámos um aproveitamento directo ou indirecto do *Tractado das cousas da China*, não descobrimos nenhum discurso tão afim ao de Carletti como o original de Fr. Gaspar. Evidentemente, como mera impressão que é, vale o que vale.

Pode experimentar esta ideia quem atender ao que Francesco Carletti aponta sobre o fabrico da porcelana (excepto quando a crê proveniente de uma impossível comarca de “Chaïam”)<sup>182</sup>, sobre as balanças e moedas (excepto nos vários detalhes que admitimos que conhecesse por experiência)<sup>183</sup>, sobre as manhas desonestas dos mercadores<sup>184</sup>, sobre a existência dos tancá e a criação de aves de capoeira<sup>185</sup>, sobre o

---

<sup>175</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp-142-143.

<sup>176</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 149.

<sup>177</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 159.

<sup>178</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 161.

<sup>179</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 168.

<sup>180</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 160-161.

<sup>181</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 150.

<sup>182</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 146.

<sup>183</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 146-147.

<sup>184</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 147-148.

temor reverencial que o povo demonstrava pelos mandarins<sup>186</sup>, sobre as principais produções da terra (o que não obsta aos ditos enriquecimentos vindos da passagem por Macau)<sup>187</sup>, sobre o tema indissociável dos manjares, das bebidas, das músicas e das festas (não será um chá trazido de Pequim por Cattaneo e tomado a dois a contradizer esta dependência essencial)<sup>188</sup>, sobre o concubinato, o casamento e as penas para casos de adultério, sobre os traços mais salientes do típico rosto chinês e os enfeites, sobre as saudações de rua e os palanquins onde se transportavam as mulheres ou sobre a tortura do enfaixar dos pés e a estética das unhas longas<sup>189</sup>.

Comparando o rico sumário chinês dos *Ragionamenti* com as principais abordagens ao mesmo tema disponíveis à época notamos sobretudo que lhe falta uma consciência prática dos assuntos judiciais, uma descrição mais aprofundada do sistema educativo e a apologia do sistema assistencial glosada por tantos. Em contrapartida, Carletti dá-nos uma lição sobre a escrita e a língua chinesas amiúde enaltecida pelos sinólogos e a qual o próprio diz apenas baseada nas suas recordações. Vem aí um entendimento perfeito sobre a disposição dos caracteres e sobre o facto de se tratar de uma língua composta de símbolos independentes da fonética e cujas palavras são monossilábicas e invariáveis<sup>190</sup>. Vem igualmente, quer a percepção de que a língua “mandarina” era sinónimo de “quon hoà” (*guanhua*), a língua de Corte, quer a de que o chinês escrito era partilhado por inúmeros povos vizinhos da China. Além de se socorrer do exemplo do latim para ilustrar estas propriedades veiculares, o súbdito dos Medici apelida ainda as suas letras de hieróglifos<sup>191</sup>.

Continuamos a acreditar que pelo menos parte disto tenha de facto decorrido de uma aprendizagem pessoal e intransmissível. Mas, ao mesmo tempo, são tantas as coincidências com o que nos aparece noutros textos anteriores que é impossível que só a memória lhe bastasse. Para não sugerir pistas sem demasiadas hipóteses de virem a ser confirmadas, olhemos apenas duas das que julgamos mais sólidas. A primeira é a dos capítulos III e XVII do *Tractado* de Gaspar da Cruz, que apresentam inúmeros pontos de contacto com as frases em que Francesco Carletti explica a natureza composta do mandarim, em que descreve a forma como os ideogramas são escritos do alto para o

---

<sup>185</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 160.

<sup>186</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, p. 165.

<sup>187</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 165-167.

<sup>188</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 170-171.

<sup>189</sup> Ver idem, *ibidem*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 171-173.

<sup>190</sup> Ver, *inter alia*, Perujo, 1976, p. 162, n. 45.

<sup>191</sup> Ver Francesco Carletti, *Razonamientos*, Segundo razonamiento de las Indias Orientales, ed. 1976, pp. 161-162 e 174.

fundo da folha e em que nomeia os povos que partilhavam esta língua. A outra é a das cartas de Filippo Sassetti, onde se inventa o paralelismo egípcio<sup>192</sup> e onde, melhor do que na maioria dos relatos do género, se ensaia uma explicação sobre esse alfabeto “di caratteri, o elementi semplici” onde cada figura significava um conceito<sup>193</sup>. Ora, quem mais bem colocado do que Carletti para consultar a correspondência que este seu compatriota enviara alguns anos antes para o círculo do grão-duque Francesco I?

## 6. O *Discours* de François Pyrard de Laval, 1611-1619

Usando de algum exagero literário, poderíamos dizer que François Pyrard de Laval esteve para a França como Jan Huygen van Linschoten para os Países Baixos. A retoma comercial de finais de Quinhentos, a relativa paz religiosa que se segue à promulgação do Édito de Nantes, os projectos missionários que ambicionavam apoiar a restauração do catolicismo francês, o propósito de enfraquecer o adversário espanhol e as brechas que os holandeses começavam a abrir no monopólio português, definem o contexto favorável aos feitos e à obra desta ainda hoje um pouco obscura personagem<sup>194</sup>.

Por contraste com a tradição marítima da Provença e do Languedoc, desde sempre condicionada por um mar quase fechado, o enriquecimento com o trato de longa distância vingara na Normandia dos séculos XIV e XV e continuara na Bretanha do século XVI. A aventura de Pyrard começa em 1601 em Saint-Malo, justamente um dos portos da Mancha que beneficia desse saber de gerações<sup>195</sup>. O instrumento será uma sociedade de mercadores de Saint-Malo, Vitré e Laval criada em Novembro do ano anterior para perscrutar os mercados asiáticos.

A Corte mantém alguma distância face a este tipo de projectos, tanto assim que acabámos de ver de que forma o duque de Sully, pouco depois, se daria ao luxo de dispensar os serviços de Francesco Carletti e continuou a ronronar as excelências da lavoura e do pastoreio. Contudo, logo em 1604 é fundada com privilégio real a

---

<sup>192</sup> Ver carta de Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Lisboa, 12 de Março de 1583, cit. *supra*, Parte II, cap. 15, n. 50.

<sup>193</sup> Carta de Filippo Sassetti a Baccio Valori, em Florença, Cochim, 11 de Janeiro de 1588, ed. 1844, cit. pp. 212. Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

<sup>194</sup> Ver, *inter alia*, Elisseeff-Poisle, 1978., pp. 3-4; Philippe Haudrère, “Premiers voyages français dans l’océan Indien au XVIe siècle”, in Masson & Vergé-Franceschi (dir.), *La France et la mer*, 1993, p. 234.

<sup>195</sup> Ver Mollat du Jourdain, 1993, pp. 83-90; Alain Boulaire, “La Bretagne maritime de 1492 à 1592”, in Masson & Vergé-Franceschi (dir.), *La France et la mer*, 1993, pp. 157-161; Haudrère, 1993, pp. 234-236.

*Compagnie Française des Indes*. A partir de 1615 surgem várias companhias privadas do género no Oeste, em Dieppe, Rouen, Honfleur e Saint-Malo, sendo muitas delas patrocinadas por grandes figuras do reino. Richelieu, por exemplo, encorajará a dos “Cent associés pour le commerce” e a da “Nacelle de Saint Pierre fleurdelysée”. Tanto por causa da concorrência holandesa, como por efeito de uma excessiva dispersão de interesses — contas feitas, entre 1599 e 1663 os franceses estabeleceram 36 companhias orientadas para o comércio ultramarino —, o seu sucesso conjunto foi muito relativo. Demorou até que conseguissem instaurar uma carreira comercial regular para o Índico e forçassem Colbert a criar a *Campagnie des Indes orientales*, em 1664<sup>196</sup>.

### ***Pyrard***

Desde o século XIX que historiadores franceses e belgas disputam entre si o berço de François Pyrard. Em franca minoria, o barão de Saint-Génois, de Liège, atribui-lhe a nacionalidade belga e apelida-o de Pyrau ou Pierau. Di-lo ainda nascido por 1570 em Steimbert, perto de Verviers, e fixado desde muito novo como armador em Saint-Malo<sup>197</sup>. Apoiados sobretudo numa leitura literal de declarações de Pyrard como aquela em que trata a França por “ma chère patrie”, a maioria dos biógrafos gauleses conta outra história. Para eles, este será originário de Laval, no departamento de Mayenne. O ano exacto do nascimento também não o sabem, embora às vezes falem em 1575, outras em 1578<sup>198</sup>. Certo para todos é que o candidato a viajante embarcou a 18 de Maio de 1601 no *Corbin*, um dos dois navios de pequena tonelagem aparelhados pela

---

<sup>196</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6, n. 219. Ver também: Bethencourt, 1998b, p. 374; Geneviève Bouchon, “Préface”, in François Pyrard de Laval, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611). Contenant sa navigation aux Maldives, Moluques, Brésil; le divers accidents, aventures & dangers qui lui sont arrivés en ce voyage, tant en allant & retournant, que pendant son séjour de dix ans en ces pays-là; avec un petit dictionnaire de la langue des Maldives; un traité des anomaux & plantes des Indes; plus un bref avertissement & avis pour ceux qui entreprennent le voyage des Indes orientales; suivi en annexe de la Relation du voyage des Français à Sumatra de François Martin de Vitré 1601-1603*, vol. 1, de Saint-Malo à Goa; les îles Maldives & côte du Malabar, préface de G. Bouchon, établissement du texte & notes de Xavier de Castro, collection Magellane, Paris, Éditions Chandeigne – Librairie Portugaise, 1998, p. 26.

<sup>197</sup> Jules-Ludger-Dominique Ghislain de Saint-Génois de Mottes, *Histoire des voyageurs belges*, vol. 1, Bruxelles, A. Jamard, 1846, pp. 60-65; ref. in Bouchon, 1998, p. 11.

<sup>198</sup> Ver, *inter alia*, Jules Lefizelier, “Le voyageur français Pyrard est-il né à Laval ?”, in *Bulletin de la société de l'industrie de la Mayenne*, Laval, 3, 1867; ref. in François Pyrard de Laval, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales*, vol. 2, Goa, l'empire maritime portugais et le séjour au Brésil, collection Magellane, Paris, Éditions Chandeigne – Librairie Portugaise, 1998, p. 984; entrada “François Pyrard”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. 23, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédica, s.d., pp. 757-758.

supradita sociedade bretã com destino ao Oriente. O piloto era inglês e o comando ia entregue a François Grout du Cos-Neuf, pertencente a uma antiga família de Saint-Malo, de origem holandesa.

Reconhecidas à distância as Canárias e Cabo Verde, realizar-se-ão duas primeiras escalas em Ano Bom e Santa Helena. O Cabo da Boa Esperança é dobrado por alturas do Natal, com a tripulação já dizimada pelo escorbuto. Aí, a inexperiência das derivas da corrente do Atlântico Sul próprias da estação faz com que ambos os navios sejam atirados de encontro à costa ocidental de Madagáscar. Apanhada na borrasca foi também uma embarcação holandesa pertencente a uma esquadra de três unidades que, como eles, se dirigia para a Ásia. Armada por Balthazard de Moucheron, essa unidade tresmalhada era capitaneada por Goyon Le Fort, um nativo de Vitré que possuía algum conhecimento da Rota do Cabo por ter participado na expedição que saíra de Middelburg em 1598 sob comando de Cornelis e Frederik van Houtman. O encontro será cordial.

Os holandeses não tardam a partir da Baía de Santo Agostinho, mas os franceses decidem-se a permanecer por três meses para concertar mastros e dar tempo a que os enfermos recuperem. Ainda assim, morrem-lhes mais de quarenta homens. Voltam a fazer-se ao mar a 15 de Maio de 1602, refrescam-se nas Comores durante alguns dias, após o que aproveitam a monção para uma nova etapa. Demasiado diminuído em efectivos e, conseqüentemente, em capacidade de manobra, o *Corbin* acaba por não conseguir evitar o naufrágio no atol de Adu, nas Maldivas. Nas mesmas condições estava o segundo dos navios, o *Croissant*. Por esse motivo teve de deixar para trás os companheiros e continuar o seu périplo em direcção a Samatra. Bem acolhido pelos achéns, trocará os objectos de cobre que transportava por pimenta, levantará âncora a 20 de Novembro e chegará à vista do Cabo Finisterra a 23 de Maio do ano seguinte no limite do desgaste físico e com não mais do que 14 tripulantes a bordo. Socorridos por uma esquadra flamenga que regressava de Veneza, veriam porém a carga de especiarias avaliada em 2 milhões de libras ser-lhes confiscada. Conduzidos a Plymouth, os sobreviventes puderam ganhar Saint-Malo em liberdade em meados de Junho. O relato conciso do sucedido surgirá pela pena de François Martin de Vitré: *Description du premier voyage fait à Sumatra par les Français en l'An 1603 contenant les mœurs, lois, façons de vivre, religions et habits des Indiens & un Traité du scorbut qui est une*

*maladie étrange qui survient à ceux qui voyagent en ces contrées* (Paris, 1603; reed. 1609)<sup>199</sup>.

Enquanto isto, François Pyrard e a maioria dos que haviam naufragado com ele permaneciam cativos e mal-tratados pelos mouros das ilhas Maldivas. Serão cinco anos de aprendizagem forçada dos costumes desses insulares, interrompidos em Fevereiro de 1607, quando uma frota de piratas bengaleses saqueia a capital e concede a Pyrard a oportunidade de fugir para o meio marginal dos portugueses instalados em Chatigão. Seguem-se deambulações por Cananor e uma viagem até Calecute. Aí permanece durante oito meses entre amizades de circunstância com os nativos e o regaço dos jesuítas. Sempre em busca de um navio que o levasse de volta a França, passa para Cochim, onde é aprisionado pelas autoridades lusas. Transferido para Goa, em cujo hospital é internado, retoma a frequência dos meios da Companhia de Jesus e consegue dois aliados especiais nas pessoas do Pe. Étienne de la Croix (1579-1643), originário de Rouen, e do linguista inglês Pe. Thomas Stephens (1549-1619)<sup>200</sup>. Uma vez liberto, alista-se no exército português. Nessa qualidade, reclama ter visitado não apenas Diu, Ormuz, o Ceilão e Malaca, como Sonda e as Molucas. No entanto, o escasso tempo que decorreu até que foi repatriado em Janeiro de 1610 torna duvidosa essa pretensão. Acontece ainda que o relato que faz da maior parte dessas itinerâncias é pautado por um convencionalismo extremo, num contraste flagrante com os trechos que dedica às Maldivas, ao quotidiano de Goa e à vida, funções e tiques dos vice-reis e arcebispos. Daqui que não custe admitir que simplesmente executasse uma colagem de dados alheios tendo em vista oferecer aos seus leitores uma panorâmica quanto possível exaustiva do poderio português na Ásia marítima<sup>201</sup>.

Tal relato acontecerá na obra que aqui passamos em revista, o *Discours du Voyage des Français aux Indes Orientales* (Paris, 1611)<sup>202</sup>. Publicado pouco depois do

---

<sup>199</sup> François Martin de Vitre, *Description du premier voyage fait à Sumatra par les Français en l'An 1603 contenant les mœurs, lois, façons de vivre, religions et habits des Indiens; une description et remarques des animeaux, epiceries, drogues aromatiques et fruicts qui se trouvent aux Indes; & un Traité du scurbut qui est une maladie estrange qui survient à ceux qui voyagent en ces contrées. Par François Martin de Vitre*, Paris, L. Sonnius, 1603.

<sup>200</sup> Ver Georg Schurhammer, "Thomas Stephens (1549-1619)", in *Orientalia*, 1963, p. 373 (1.<sup>a</sup> ed. in *The Month*, N.S. 13, 1955, pp. 197-210).

<sup>201</sup> Ver Geneviève Bouchon, "A French traveller in Portuguese India (1601-1610): François Pyrard de Laval", in *Stvdia*, Lisboa, IICT, 49, 1989, p. 306; Magalhães, 1998a, p. 12; Bouchon, 1998, p. 20.

<sup>202</sup> François Pyrard de Laval, *Discours du Voyage des Français aux Indes Orientales. Ensemble des divers accidents, aventures et dangers de l'auteur en plusieurs royaumes des Indes, et du séjour qu'il y a fait par dix ans, depuis l'an 1601 jusques en cette année 1611. Contenant la description des pays, les mœurs, lois, façons de vivre, religion de la plupart des habitants de l'Inde, l'accroissement de la Chrétienté, le trafic et divers autres singularités, non encore écrites ou plus exactement remarquées.*

regresso de Pyrard a Laval pela via de Santa Helena, São Salvador da Bahia, Santiago de Compostela e La Rochelle (16 de Fevereiro de 1611), sugere um aproveitamento dos textos de Linschoten, se bem que o seu gosto pelo descritivo de terras e gentes nada tenha em comum com a segura roteirística do holandês. A propósito, tem-se dito que uma das originalidades de François Pyrard está no facto de haver observado a Índia na condição de homem livre, com vantagem, portanto, sobre os portugueses e os missionários de todas as nacionalidades que a Inquisição vigiava, assim como sobre os funcionários de companhias comerciais que só apontavam aquilo que respeitava à mercancia ou os historiógrafos indianos que só escreviam o que agradava a quem os custeava<sup>203</sup>.

No nosso entender, a verdade que não deixa de existir nesse juízo deve sempre ser matizada pelas circunstâncias associadas à redacção e à edição do *Discours*. Nas palavras do próprio, se a oportunidade da viagem lhe interessara para “voir, apprendre, acquérir du bien”, referindo-se ao seu escrito fala antes em “chercher le chemin des Indes, le montrer aux Français, bref puiser à la source”. A maioria dele reporta-se a Goa e ao Estado da Índia, enquanto o resto tem que ver com territórios sob influência dos portugueses ou a que estes acediam de alguma maneira. Não menos militante que um Jan Huygen van Linschoten em oferecer argumentos aos que ambicionam liquidar a presença ibérica no Oriente, resume isso mesmo na frase em que lamenta que “Espagnols & Portugais essayent d’asseruir à eux seuls les elements qui sont communs à tous, de fermer la mer, & chasser par toutes sortes de mauuais traitements les François & les autres nations qui voudroient voyager & trafiquer sur les lieux”<sup>204</sup>. A dedicatória a Maria de’ Medici, mãe de rei de França, e os apelos nela incluídos para que a regente

---

*Traité et description des animaux, arbes et fruits des Indes orientales, observés par l’auteur. Plus un bref Avertissement et Avis pour ceux qui entreprennent le voyage des Indes. Dédié à la Reine régent en France. Par François Pyrard de Laval, A Paris, chez David le Clerc, rue Frémentel, au petit Corbeil, près le puits Certain, 1611.*

<sup>203</sup> Ver Bouchon, 1989, p. 305; Bouchon, 1998, p. 18.

<sup>204</sup> François Pyrard de Laval, *Voyage de François Pyrard de Laval contenant sa navigation aux Indes orientales, Maldives, Moluques & au Brésil; & les divers accidents qui lui sont arrivés en ce voyage en allant et retournant, même pendant son séjour de dix ans dans ces Païs. Avec vne description exacte des mœurs, lois, façons de faire, police & gouvernement; du trafic & commerce qui s’y fait; des animaux, arbes, fruits & autres singularitez qui s’y rencontrent. Divisé en trois parties. Nouvelle edition, reveue, corrigée & augmentée de divers traités & relations curieuses. Avec des observations geographiques sur le present voyage, qui contiennent entre autres, l’état présent des Indes, ce que les Europeens y possèdent, les divers routes dont ils se servent pour y arriver, & autres matières, par le sieur Du Val, géographe ordinaire du roi, “Prologue”, À Paris, chez Louis Billaine, en la grand salle du Pallais, 1679, cits. p. 2. Salvo indicação expressa, todas as citações a partir desta edição.*

promovesse a partilha do domínio dos mares apenas confirmam tal sentido latente<sup>205</sup>. Para além de tudo isto, não se deve perder de vista que a *editio princeps* surge nos escaparates enquanto Pierre du Jarric escreve e publica em Bordéus as mais de duas mil páginas que consagrou à epopeia missionária portuguesa (1609-1614). Surge ainda no ano imediatamente a seguir ao da primeira versão em língua francesa do *Itinerario* de Linschoten, dada em Amesterdão sob o título *Histoire de la Navigation*<sup>206</sup>.

François Pyrard decide passar à escrita do *Discours des Français aux Indes Orientales* na sequência de uma ida a Paris na Primavera de 1611 e do encorajamento então recebido da parte de altas personalidades da magistratura e da Corte como o “president” Pierre Jeannin e Jérôme Bignon, autor de uma *Description de la Terre Sainte*, co-preceptor de Luís XIII e futuro advogado-geral do parlamento parisiense. Quer uma lenda maldizente que o torpor do vinho o tenha impedido de ser o “véritable auteur” do livro, cabendo tal honra ao cónego Pierre Bergeron (†1637), célebre por um *Traicté de la navigation* (Paris, 1629)<sup>207</sup> e por uma coleção de relatos medievais onde se incluiu um *Traicté des Tartares* (Paris, 1634)<sup>208</sup>. Perceptor da jovem dama de Blairancourt, Bergeron convidou Pyrard ao seu castelo da Picardia com o propósito de a distrair. Na oportunidade, tê-lo-ia feito repetir uma e outra vez as suas andanças indianas, anotando de seguida aquilo e só aquilo que o marinheiro confirmava numa segunda e terceira narrativas sem desvios ao guião. No entanto, basta o carácter vivo e preciso de páginas como aquelas que respeitam às Maldivas para deitar por terra esta

---

<sup>205</sup> Ver François Pyrard de Laval, *Discours des Français aux Indes Orientales*, Dedicatória “à la Reine, mère du Roi”, Paris, 1611; transcr. in idem, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales*, ed. 1998, vol. 1, pp. 459-460.

<sup>206</sup> Jan Huygen van Linschoten, *Histoire de la Navigation de Jean Hugues de Linscot Hollandois et de son voyage es Indes Orientales: contenant diuerses descriptions des Pays, Costes, Haures Riuieres, Caps, & autres lieux iusques à present découverts par les Portugais: Obseruations des costumes des nations de delà quant à la Religion, Estat Politic & Domestic, de leurs Commerces, des Arbes, Fruicts, Herbes, Espiceries, & autres singularitez qui s’y trouuent: Et narrations des choses memorables qui y sont aduenues de son temps. Avec Annotations de Bernard Paludanus Docteur en Medicine, specialement sur la matiere des plantes & espiceries: & diuerses figures en taille douce, poure illustration de l’oeuvre. A quoy sont adioustées quelques autres descriptions tant du pays de Guinee, & autres costes d’Ethiopie, que des nauigations des Hollandois vers le Nord au Vaygat & en la nouvelle Zembla. Le tout recueilli & descript par le mesme de Linscot en bas Allemand, & nouvellement traduit en François*, Amesterdão, De l’Imprimerie de Henry Laurent, 1610.

<sup>207</sup> Pierre Bergeron, *Traicté de la navigation et des voyages de decouverte et conquete modernes et principalement des François*, Paris, J. Heuqueville et M. Soly, 1629.

<sup>208</sup> Pierre Bergeron, *Relation des Voyages en Tartarie de Fr. Guillaume de Rubriquis, Fr. Jean du Carpin, Fr. Ascelin, & autres Religieux de S. François & S. Dominique, qui y furent enuoyez par le Pape Innocent IV. & le Roy S. Louys. Plus un Traicté des Tartares, de leur origine, moeurs, Religion, conquestes, Empire, Chams, Hordes diuerses, & changements iusqu’aujord’huy. Avec un abregé de l’Histoire des Sarasins et Mohametans; De leur pays, peuples, Religion, guerres; suite de leurs Califes, Roys, Soudans; Et de leur diuers Empires & Estats establis par le Monde. Le tout recueilly par Pierre Bergeron, Parisien*, À Paris, Chez Georges Iosse, rue saint Jacques, à la Couronne d’Espines, 1634.

tese. Pyrard recupera assim o estatuto autoral que alguns lhe quiseram negar, o que não significa que Bergeron — tal como Jérôme Bignon — não colaborasse com o seu saber enciclopédico e até com o seu punho, mormente nas duas edições seguintes, a de 1615 (2 vols., Paris)<sup>209</sup> e a de 1619 (2 vols., Paris)<sup>210</sup>, cada uma delas mais longa e elaborada que a precedente, mas também menos espontânea<sup>211</sup>.

Entre outras capacidades reconhecidas a François Pyrard de Laval, conta-se a de saber captar na perfeição as novas circunstâncias políticas que condicionavam a existência do Estado da Índia nesse princípio do século XVII. Por um lado, apercebe-se da imparável afirmação dos mogóis liderados por Aquebar e do concomitante declínio do antiquíssimo equilíbrio da península indiana assente sobre o poderio militar do Vijayanagar e a hegemonia comercial do Guzerate. Como não podia deixar de ser, reflecte também sobre o início da segunda Expansão europeia, mostrando-se bem informado sobre a presença de mercadores ingleses nos portos guzerates, a embaixada do capitão William Hawkins à Corte do imperador mogol Jahangir (1608) e o namoro holandês ao rajá hindu de Calecute<sup>212</sup>. Mas porque o seu olhar incidiu em especial sobre as terras e as ilhas enquadradas pelo Oceano Índico, tudo o que existia para lá de Malaca vem a caber em apenas 2 dos 56 capítulos que trazem o relato da sua viagem na última das citadas edições. Por isso, resta-nos começar por procurar os costumeiros vestígios chineses que se encontram dispersos pelas páginas onde esse tema é marginal. Fá-lo-emos sempre a partir da quarta edição da obra, editada em Paris no ano de 1679,

---

<sup>209</sup> François Pyrard de Laval, *Voyage de François Pyrard de Laval contenant sa navigation aux Indes orientales, aux Moluques et au Brésil; les divers accidents, aventures et dangers qui lui sont arrivés en ce voyage en allant et retournant, même pendant un long séjour. Avec la description des pays, mœurs, lois, façons de vivre, police et gouvernement; du trafic et commerce qui s'y fait et plusieurs autres singularités. Divisé en deux parties*, À Paris, par Rémy Dallin, au mont S. Hilaire, rue des sept Voies, à l'image S. Hilaire, 1615.

<sup>210</sup> François Pyrard de Laval, *Voyage de François Pyrard de Laval contenant sa navigation aux Indes orientales, aux Maldives, Moluques et au Brésil; les divers accidents, aventures et dangers qui lui sont arrivés en ce voyage, tant en allant et retournant, que pendant son séjour de dix ans en cepays-là. Avec la description des pays, mœurs, lois, façons de vivre, police et gouvernement; du trafic et commerce qui s'y fait et plusieurs autres singularités. Divisé en deux parties. Troisième et dernière édition, revue, corrigée et augmentée de beaucoup outre les précédentes. Avec un petit dictionnaire de la langue des Maldives*, À Paris, Chez Samuel Thiboust, au palais en la galerie des Prisonniers, et chez la veuve Rémy Dallin, au mont S. Hilaire, rue des sept Voies, à l'image S. Hilaire, 1619. Nesta edição, a dedicatória a Maria de' Medici que aparecera na de 1611 e fora retomada na de 1615 é substituída por outra a Guillaume du Vair, bispo e conde de Lisieux. A abrir a segunda parte surge também uma nova dedicatória, esta a "messire Charles Duret, sieur de Chevyr, conseiller du roi en ses conseils d'État & privé, président en sa Chambre des Comptes de Paris & intendant des Finances".

<sup>211</sup> Ver Bouchon, 1989, p. 306; Bouchon, 1998, pp. 23-25.

<sup>212</sup> Bouchon, 1989, pp. 302 e 307-311; Bouchon 1998, pp. 18-22. Ver também: Kirti Chaudhuri, "A concorrência holandesa e inglesa", in *HEP*, vol. 2, 1998, pp. 91-95 [Chaudhuri, 1998c]; Bethencourt, 1998b, pp. 371-373.

segundo uns 27 após a morte de Pyrard, segundo outros cerca de 60<sup>213</sup>. Texto algo emendado, corrigido e até amputado, apresenta no entanto a vantagem de ter sido coordenado pelo cartógrafo Pierre du Val (c. 1619-1683), quem lhe acrescentou comentários geográficos sobre a China que importa reter.

### *A China é Macau*

Depressa se constata que as breves notas em que François Pyrard evoca o nome da China, ao arrumar as peregrinações que fizera até à chegada a Goa, se concentram em dois temas principais: o transporte de fazendas chinesas com destino aos mercados indostânicos e a utilização corrente de bens com a mesma origem em várias partes do Índico. Assim está quando repara na rica carga de dois grandes navios indianos que tocam as Maldivas em rota do Achém para Surrate e Cambaia<sup>214</sup>, nos punhais ondeados trazidos à cinta pelos oficiais do rei destas ilhas<sup>215</sup>, nas porcelanas que se levavam à sua mesa<sup>216</sup>, nas tapeçarias que lhe forravam os aposentos<sup>217</sup> e nos véus e tafetá que cobriam as três rainhas suas mulheres quando estas fugiram do assalto das tropas de Bengala<sup>218</sup>. Na parte do *Discours* que compreende o sucedido entre a prisão em Goa e o regresso de Pyrard a França, tais motivos repetem-se. Por exemplo: eram de porcelana chinesa os pratos do hospital goês<sup>219</sup>; eram de “callin” chinês (por calaim, estanho fino) algumas moedas que circulavam nessa cidade<sup>220</sup>; vinham da China alguns dos arreios dos cavalos importados do Decão<sup>221</sup>; era da China que procedia grande parte das

---

<sup>213</sup> Ref. *supra*, n. 204 a este capítulo.

<sup>214</sup> Ver François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Première Partie, cap. XX — “Des aventures & de divers accidens des Navires arrivez aux Maldives, de l’arrivée des deux Hollandois en ces Isles, d’un luif voyageur, d’un capitaine Major & de sa fortune, & de quelques navires qui furent perdus”, Paris, 1679, p. 198.

<sup>215</sup> Ver idem, *ibidem*, Première Partie, cap. XIII — “De la forme de leurs habits, de leur maniere de vivre, de leurs exercices ordinaires, & des autres coustumes particuliers qu’ils observent en leurs déportements”, Paris, 1679, p. 121.

<sup>216</sup> Ver idem, *ibidem*, Première Partie, cap. XVI — “Du Palais du Roy, & sa description. De sa façon de vivre, & des Reines ses femmes”, Paris, 1679, p. 159.

<sup>217</sup> Ver idem, *ibidem*, Première Partie, cap. XVI, Paris, 1679, p. 157.

<sup>218</sup> Ver idem, *ibidem*, Première Partie, cap. XXIII — “De l’expédition du Roy de Bangale aux Maldives, de la prise de l’Isle de Malé, & de la mort du Roy: du voyage de l’Auteur en Bengale, avec la description des Isles de Malicut & de Divandurou”, Paris, 1679, p. 224.

<sup>219</sup> Ver idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. I — “Arrivée à Goa. Description de l’Hopital de Goa, & des prisons”, Paris, 1679, p. 6.

<sup>220</sup> Ver idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. IV — “Des marches, esclaves, monnoyes, eaux, & autres choses remarquables à Goa”, Paris, 1679, p. 39.

<sup>221</sup> Ver idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. IV, Paris, 1679, p. 43.

mercadorias que faziam de Malaca uma escala cobiçada por holandeses e ingleses<sup>222</sup>; e contavam-se por nove ou dez os navios chins que todos os anos abicavam a Bantão com peças de seda, roupas de algodão, ouro, porcelana e almíscar<sup>223</sup>.

A única vez que François Pyrard chama a China para o título de um dos seus capítulos sucede naquele da segunda parte em que também aborda as coisas singulares trazidas de Samatra, Java, Bornéu, Filipinas e Japão (cap. XIII). Quem esperasse a abordagem em estilo de pequeno tratado que acabámos de encontrar nos textos de Linschoten e de Carletti, logo se desenganaria. Em sintonia com uma frase anterior onde dissera que os chineses que traficavam no Noroeste de Java eram “semblables en façons de faire aux Iuifs”<sup>224</sup>, desta feita Pyrard quase resolve a questão com um paralelismo entre grande parte dos nativos dos litorais índicos e os mesmos chineses, através do qual estes acabam classificados de mais “fins & méchants” do que aqueles já que deitariam mão a toda a prata que encontravam, levando-a a seguir para o seu país a troco de má fazenda, bagatelas e pedras falsas<sup>225</sup>. A isso pouco mais agrega que a informação sobre as leis que proibiam a entrada de estrangeiros no Império do Meio e explicavam a presença paralela dos espanhóis em Manila e dos portugueses em Macau. Avisando que “pour la Chine il faut entendre *Macao* seulement”<sup>226</sup>, remata com um cálculo do valor da prata arrecadada anualmente nos cofres dos Ming — “plus de six ou sept millions d’or”, garante<sup>227</sup> —, com a lista das importações mais procuradas por esse mercado e com o esquema e os potenciais proventos da viagem Goa-Malaca-Macau-Japão<sup>228</sup>.

A banalidade deste conjunto de dados e reparos dispensa considerar a hipótese de um recurso inconfesso a fontes literárias. No entanto, nas versões mais tardias do *Discours*, François Pyrard demonstra haver passado uma vista de olhos pela “Histoire de la Chine” de Nicolas Trigault, leia-se o *De Christiana Expeditione apud Sinas*.

O Pe. Trigault vivera e pregara em Goa e arredores entre Outubro de 1607 e meados de 1610, quando partira com destino a Macau. Pyrard conheceu-o nessa oportunidade, como esclarece, mas foi pelo que entretanto conferira naquele título latino

---

<sup>222</sup> Ver idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XI — “De Malaca, sa description, & du siege memorable que les Hollandois y mirent”, Paris, 1679, p. 96; idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XIII — “Des singularitez qu’on apporte des Isles de Sumatra, Iaua, Borneu, & des Philipines, & Manille. De la Chine & du Japon, & du traffic qui s’en fait à Goa”, Paris, 1679, p. 106.

<sup>223</sup> Ver idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XII — “Des Isles de la Sonde, Sumatra & Iaua; des villes de Bantan & Tuban, Isles de Madura, Bally, des Moluques & Banda”, Paris, 1679, p. 102.

<sup>224</sup> Idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XII, Paris, 1679, cit. p. 102.

<sup>225</sup> Idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XIII, Paris, 1679, cit. p. 107.

<sup>226</sup> Idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XIII, Paris, 1679, cit. p. 108.

<sup>227</sup> Idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XIII, Paris, 1679, cit. p. 109.

<sup>228</sup> Ver idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XIII, Paris, 1679, pp. 108-110.

de 1615 ou numa das suas versões traduzidas (desde logo, dispunha das francesas de 1616<sup>229</sup>, 1617<sup>230</sup> e 1618<sup>231</sup>) que chegou a saber da experiência do jesuíta flamengo em Nanquim, da viagem que fizera à Europa entre 1613 e 1618 e do seu regresso ao Oriente em companhia de bom número de novos missionários, mapas-mundo, cartas geográficas, globos, astrolábios, relógios e instrumentos musicais<sup>232</sup>. Apesar disto, não aproveitou o livro baseado nos diários de Matteo Ricci para colmatar o quase nada que já dera sobre a geografia chinesa. O caso é tanto mais curioso quanto, ao tratar do “grãd fleuve *Ganga*, autrement di le Gange”, manterá sempre acesa as dúvidas que vimos instaladas no espírito de Filippo Sassetti sobre a presumível coincidência do seu curso com o do rio de Cantão e da sua nascente com o Paraíso Terreal. Se é verdade que todo o parágrafo apresenta uma semelhança notável com outro da *Primeira década* de João de Barros<sup>233</sup>, sucede também que, como nas duas cartas de Sassetti que lembramos, tais notas vêm a propósito do pau aloé<sup>234</sup>.

---

<sup>229</sup> Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Histoire de l'expedition [sic] chrestienne av royavme de la Chine Entreprise par les PP. de la compagnie de Iesvs. Comprinse en cinq livres. Esqueles est traicté fort exactement et fidelement des mœurs, Loix, & coustumes du pays, & des commencements tres difficiles de l'Eglise naissante en ce Royaume. Tirée des commentaires du R. P. Matthieu Riccius de la mesme compagnie. Et nouvellement traduite en françois par le Sr. D. F. de Riquebourg-Trigault. Avec priuilege du Roy*, Lyon, Horace Cardon, 1616.

<sup>230</sup> Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Histoire de l'expedition chrétienne av Royavme de la Chine entreprise par les Peres de la Compagnie de Iesvs, comprinse en cinq livres, esqveles est traicte' fort exactement et fidelement des moeurs, loix, & coustumes du pays, & des commencements tres-difficiles de l'Eglise naissante en ce Royaume. Tiree des Memoires dv R. P. Matthiev Ricci. de la compagnie de Iesus, par le R. P. Nicolas Trigavlt Douaysien de la mesme Compagnie, depuis n'agueres venu de la Chine en Europe pour les affaires de la Chrestienté dudit royaume. Et nouvellement tradvite en François par le S. D. F. de Riqvebovrg-Trigault*, Lille, De l'Imprimerie de Pierre de Rache, Imprimeur juré a la Bible d'or, 1617.

<sup>231</sup> Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Histoire de l'Expédition Chrestienne av Royavme de la Chine entreprinse par les Peres de la Compagnie de Iesvs. Tire'e des Commentaires du Pere Matheiu Riccius de la mesme Compagnie, & diusée en 5. Liures. Ausquels les moeurs, loix, & coustumes du Royaume de la Chine, & les commncements tres-difficiles de la nouvelle Eglise d'iceluy sont exactement & fidelement descrits. Par le Pere Nicolas Trigavlt, de la mesme Compagnie. Traduite de Latin en François par T. C. D. A.*, Paris, De l'Imprimerie de Pierre Le-Mvr, ruë Trauersine, près la Porte S. Victor, 1618.

<sup>232</sup> Ver François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Second Partie, cap. II — “Description de l'Isle de Goa, & de ses premiers Habitants & Seigneurs”, Paris, 1679, p. 22; idem, *ibidem*, Second Partie, cap. XXII — “Partement de Goa, façon des embarquements, portion des Navires, traitement de l'Auteur, vermine des Indes”, Paris, 1679, p. 173.

<sup>233</sup> Cf. João de Barros, *Asia*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 106v., ed. 1988, pp. 338-339.

<sup>234</sup> Ver François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Première Partie, cap. XXIV — “Du Royaume de Bengale, & des remarques d'iceluy”, Paris, 1679, pp. 239-240. Cf. *supra*, excurso 1 a este capítulo. Ver também: François Pyrard de Laval, *Viagem de Francisco Pyrard de Laval. Contendo a notícia da sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil, e os diferentes casos que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez anos que andou nestes países (1601-1611). Com a descrição exacta dos costumes, leis, usos, policia e governo; do trato e comércio, que neles há; dos animais, árvores, frutas e outras singularidades que ali se encontram*, versão portuguesa correcta e anotada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara; edição revista e actualizada por A. de Magalhães Basto, vol. 1, Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, série Ultramarina — 11, Porto, Livraria Civilização Editora, 1944, p. 249, n. 1 (1.<sup>a</sup> ed. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1858 e 1862).

No “*Traité & description des Animaux, des Arbes, & des fruits*” com que François Pyrard preenche a terceira parte da sua obra, uma evidente reminiscência erudita permitir-lhe-á, enfim, explicar não só sobre a existência de duas sortes de alóes na Índia, um denominado *calambac* e o outro *garoa*, como sobre os usos mais frequentes a que eram destinados<sup>235</sup>. Poucas linhas antes, insere uma notícia sobre o almíscar que tem tudo em comum com a que nasce no *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz<sup>236</sup>. Mas para suprir o vazio geográfico que constatámos, houve que esperar pela edição revista de 1679, onde o pequeno dicionário da língua das Maldivas que vinha da de 1619 aparece substituído pelo mencionado conjunto de observações assinadas por Pierre du Val e datadas de 1666<sup>237</sup>.

São dois os apontamento pertinentes deixados pelo “*géographe ordinaire du roi*”. O primeiro é o que respeita às rotas menos comuns através das quais se conseguia, ou tentava, atingir a China. Desde logo, a que se fazia pelas terras do Levante (Alepo-Bagdad-Baçorá-Comorão) e continuava por mar a partir de Surrate e com escalas intermédias em Massulipatão, Tanaçarim e Sião. Outro caminho apontado é o que corria por Kandahár, Agra, Patna, Nepal e Patan. Finalmente, “*ceux [chemins] que depuis on a cherché inutilement pour se rendre au Cathai, à la Chine, & aux Indes Orientales*”: o dos franceses que seguiam pelo rio Saguenay, no Canadá, e pelo mar setentrional; o daqueles do mesmo país que iam pelo Mar Doce e através dos estreitos de Anian e de Yezo (Hokkaidô); o dos ingleses que buscavam passagem pelo Estreito de Davis; e o dos holandeses que procuravam comunicação pelo Estreito de Vaigatch e pelo Norte de Nova Zembla<sup>238</sup>.

O segundo — e principal — ponto que nos interessa aí é aquele em que Pierre du Val critica explicitamente o pouco que François Pyrard avançara sobre o Império Chim e tenta redimi-lo com um característico apanhado das suas excelências naturais e humanas. Porque escrevia em plena sétima década do século XVII, pode dizer de pelo menos dois aspectos que Pyrard não teria sido capaz de conhecer ainda que o desejasse.

---

<sup>235</sup> Ver François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Troisième Partie, *Traité & description des Animaux, des Arbes, & des fruits des Indes Orientales*, observez par l’Auteur, cap. VI — “De l’Anil ou Indigue, du Musc, de l’Ambre gris, du Benjoin, du Sandal, & Bois d’Aloës”, Paris, 1679, p. 13.

<sup>236</sup> Ver idem, *ibidem*, Troisième Partie, *Traité & description des Animaux, des Arbes, & des fruits des Indes Orientales*, observez par l’Auteur, cap. VI, Paris, 1679, p. 13.

<sup>237</sup> Pierre du Val, *Observations Geographiques sur le voyage de François Pyrard, par P. du Val, Geographe du Roy, contenant differents traittez tant dudit Pyrard que d’autres, dont plusieurs ont esté adjoustez dans cette nouvelle edition*, in idem, *ibidem*, Troisième Partie, Paris, 1679, pp. 73-114.

<sup>238</sup> Pierre du Val, *Observations Geographiques*, “Autres Routes vers les Indes Orientales”, in idem, *ibidem*, Troisième Partie, Paris, 1679, pp. 92-93.

Um é o que se prende com a substituição dos Ming pelos Qing, nos anos de 1640. O outro é o que decorre do estudo sobre a antiguidade chinesa facultado por Martino Martini em 1658 no seu *Sinicae historiae decas prima*<sup>239</sup>. Pode ainda contar “Leaotung” como sendo a 16.<sup>a</sup> província da China<sup>240</sup>, uma tendência evidenciada por um ou outro autor da época e de certa forma corroborada pelo Pe. Gabriel de Magalhães em 1668, quando defendeu que o “Pays de Leão tũm” merecia também o nome de província devido à sua extensão, apesar dos chineses o incluírem na província de “Xan tum” (Shandong)<sup>241</sup>.

Vantagens de monta que, porém, contrastam e tornam a contrastar com toda a restante sequência. De facto, o que nela encontramos parece ser apenas uma síntese de textos jesuítas como a carta de Matteo Ricci a Bautista Román, os capítulos XXVI e XXVII da *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano ou a narrativa de Diego de Pantoja a Luis de Guzmán. É ainda a China de figura quase quadrada, das cidades de maravilha, do grande muro de mais de 400 léguas, dos rios cobertos de embarcações, da imensa antiguidade da imprensa, da manufactura da seda e da artilharia, das perto de 60 milhões de cabeças tributáveis, dos cerca de 150 milhões de ouro cobrados anualmente pela Corte, das leis que vedavam a entrada a estrangeiros e castigavam os indolentes, dos exércitos que valiam mais pela força do que pelo jeito ou da prevalência dos mandarins letrados sobre os soldados. Até o chiste que comparava os dois olhos dos nativos com o olho único dos europeus e a cegueira completa dos restantes povos da terra aqui está<sup>242</sup>. Desafortunado do monarca que se actualizava com geógrafos assim.

---

<sup>239</sup> Pe. Martino Martini, S.J., *Martini Martinii, Tridentini, e Societate Iesv, Sinicae historiae decas prima, res à gentis origine ad Christum natum in extrema Asia, sive Magno Sinarum Imperio gestas complexa*, Amesterdão, apud Joannem Blaev, 1658.

<sup>240</sup> Ver Pierre du Val, *Observations Geographiques*, “Mais pour retourner à ces Isles de la Sonde, Molucques, Philippines, Japon & la Chine mesme, on en pourroit dire beaucoup dauantage”, in François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Troisième Partie, Paris, 1679, pp. 125-126.

<sup>241</sup> Pe. Gabriel de Magalhães, *Nouvelle Relation de la Chine*, cap. II — “De l’étenduë & de la division de la Chine, du nombre des Villes & autres lieux murez, & de quelques autres particularitez remarquées par les Auteurs Chinois”, Paris, 1668, cits. p. 41.

<sup>242</sup> Ver Pierre du Val, *Observations Geographiques*, “Mais pour retourner à ces Isles de la Sonde, Molucques, Philippines, Japon & la Chine mesme, on en pourroit dire beaucoup dauantage”, in François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Troisième Partie, Paris, 1679, pp. 124-126.

## 7. A relação de Jean Mocquet, 1617

François Pyrard de Laval deixara Goa no dia 30 de Janeiro de 1610 a bordo da quarta e última nau da armada de torna-viagem desse ano, a *Nossa Senhora de Jesus*. Tal comboio ia comandado pela *Nossa Senhora da Penha de França* de André Furtado de Mendonça, governador cessante da Índia (gov. 27 de Maio- 5 de Setembro 1609), antigo capitão de Malaca (1603-1606) e herói da conquista da fortaleza que o corsário Muhammad Kunjali Marakkar possuía na foz do rio Kotta, no Malabar (1600). A capitânia fizera-se ao mar a 2 de Janeiro e nela seguira o “Parisien” Jean Mocquet, cirurgião e boticário da Corte de Henrique IV. Por um daqueles esquecimentos que mais parecem intencionais que inadvertidos, Pyrard omite qualquer referência a este seu compatriota nas duas primeiras edições do *Discurs des Français aux Indes Orientales*. O lapso só é corrigido no título de 1619, cerca de dois anos depois de Mocquet ter feito sair o *Voyages en Afrique, Asie, Indes orientales et occidentales* (Paris, 1617<sup>243</sup>; reeds. Rouen, 1645 e 1665). Nessa altura, o antigo marinheiro de Saint-Malo recupera da amnésia e passa a contar os contactos que mantivera com ele em Goa durante os últimos meses de 1609. A coincidência temática e temporal das duas relações, assim como o bom critério em que foi tido este segundo testemunho, tornara insustentável a até aí conveniente deslembração<sup>244</sup>.

Jean Mocquet é mais objectivo quando nomeia Pyrard e o segundo francês que conhecera durante a sua estada em Goa, nada menos que aquele Pe. Étienne de la Croix já elogiado pelo bretão<sup>245</sup>. O mesmo não se pode dizer das razões efectivas da sua presença na capital do Estado Português da Índia, entre Maio de 1609 e Janeiro do ano seguinte. Ambíguo quando precisa de ser ambíguo, Mocquet gosta de referir que convivia com um desejo insaciável de conhecer coisas novas e que o projecto de uma

---

<sup>243</sup> Jean Mocquet, *Voyages en Afrique, Asie, Indes orientales et occidentales faits par Jean Mocquet, Garde du Cabinet des Singularités du Roi, aux Tuileries, divisés en six livres & enrichis de figures dédiés au Roy*. À Paris, chez Jean de Heuqueville, rue Sait-Jacques, à la Paix, 1617.

<sup>244</sup> Confronte-se François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Seconde Partie, cap. XXI — “Embarquement de l’Auteur à Goa. Estat des Indes en ce temps-là, prison de l’Auteur, & sa deliurance. Arrivée de quatre Caraques, & autres choses à ce propos”, Paris, 1679, pp. 175-176 (segunda parte decalcada da edição incompleta de 1615) com idem, *ibidem*, Seconde Partie, cap. XXI ed. 1998, vol. 2, pp. 770-771 (que segue a edição mais completa de 1619).

<sup>245</sup> Ver Jean Mocquet, *Voyages*, Livre quatrième, “Voyage en Éthiopie, Mozambique, Goa, & autres lieux d’Afrique & des Indes orientales fait par Jean Mocquet, garde du Cabinet des Singularités du Roi, aux Tuileries”, in idem, *Voyage à Mozambique & Goa — La relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, XXXI — “Description de Goa”, préface de Dejanirah Couto, texte établi & annoté par Xavier de Castro, collection Magellane, Paris, Éditions Chandeigne – Librairie Portugaise, 1996, p. 142. Todas as referências a partir desta edição parcial.

viagem ao Oriente germinava nele pelo menos desde 1605, quando tentara ser aceite em Lisboa num navio da *carreira*<sup>246</sup>. Por outras partes da sua relação percebemos que comerceiou por conta própria em vários dos mares por onde andou, mas nem isso, nem os bizarros *souvenirs* que sempre trazia — uma pele de iguana aqui, umas penas de avestruz ali, umas tantas caixas de plantas acolá — devem confundir o motivo que julgamos quase sempre implícito: o serviço do rei de França pela espionagem.

### *Mocquet*

Originário de uma modesta família residente na aldeia de Cuissy, nas proximidades da abadia de Juilly, departamento de Seine-et-Marne, Jean Mocquet teria completado 34 anos de idade quando aprofundou a Goá. O seu lugar de nascimento era pousado habitual do monarca em alturas de lazer, de onde, provavelmente, a confiança cedo nele depositada por Henrique IV e depois confirmada pelo jovem Luís XIII e por Maria de' Medici. Talvez também huguenote arrependido, Mocquet reclama haver realizado seis viagens entre 1601 e 1614, cinco delas a paragens exteriores à Europa e uma última ao Sul de Espanha. Homem de fraco saber teórico e cosmográfico mas de apurado sentido de observação e de invulgar desembaraço físico, recebe o seu baptismo oceânico ao visitar o litoral do Cabo Branco no Inverno de 1601 sobre as tábuas de um pequeno navio pesqueiro de Saint-Malo. Arrestada em Sanlúcar de Barrameda, a embarcação acabaria por conseguir seguir até Lisboa, onde a fretam para transportar mantimentos para os portugueses sitiados nos presídios marroquinos. Terá então oportunidade de visitar Mazagão e Azamor e de compilar diversos apontamentos sobre as respectivas defesas. Estará de volta ao porto de origem a 1 de Agosto de 1602.

Depois da ida às costas do Magrebe atlântico, Jean Mocquet toma parte na expedição que Henrique IV envia em Janeiro de 1604 sob comando de Daniel de La Touche, senhor de La Ravadrière, com o objectivo de firmar uma presença no Norte do Brasil. O projecto, que prefigura uma reedição em sentido equinocial da “França Antártida” de Nicolas Durant de Villegagnon (1555-1558), concretizar-se-á com o reconhecimento do canal Norte do Amazonas, da ilha do Maranhão e da Guiana. Carregado de tabaco, pau de aloé, papagaios e macacos, o navio empregue regressaria

---

<sup>246</sup> Ver Jean Mocquet, *ibidem*, Livre quatrième, I — “À Lisbonne”, ed. 1996, p. 43.

zigagueando entre as possessões espanholas do Caribe, cruzaria os Açores e avistaria Cancale em meados de Agosto. La Ravadrière ganharia o título de lugar-tenente-general na América, desde o Amazonas até à ilha da Trindade, além do de vice-almirante das costas do Brasil. Na sequência disso, fundaria a cidade de São Luís do Maranhão, em 1612. Contudo, tanto porque a Corte de Luís XIII não quis afrontar Filipe III, como porque os portugueses responderam de imediato com ofensivas militares para os expulsar daquele estabelecimento, a aventura francesa estará terminada em Novembro de 1615<sup>247</sup>.

A terceira viagem de que de Mocquet nos fala é aquela que o levou a embarcar em Saint-Nazaire a 12 de Abril de 1605 com destino a Lisboa e com o pensamento posto nas Índias Orientais. No título de 1617 explica-nos que os rumores de um iminente ataque holandês à capital lusa inviabilizaram a largada da frota desse ano e, conseqüentemente, obrigaram-no a permanecer em terra. É um facto que uma armada holandesa veio bloquear a barra do Tejo durante a Primavera de 1606, mas o fundo da questão deve ser procurado noutro lado. É que a sua chegada a Portugal não só se dá numa altura demasiado adiantada do ano, quando já iam longe as seis naus e os quatro galeões que se haviam enviado, no decurso do mês de Março, para reforçar a presença militar no Índico<sup>248</sup>, como é mais do que provável que as autoridades portuguesas o carimbassem como indesejável numa altura em que a entrada de estrangeiros no Império era alvo das severas restrições que conhecemos<sup>249</sup>.

Vendo fechar-se essa porta, o francês opta por partir num navio de um tal Poulet de La Rochelle que larga de Cascais para Safim a 28 de Agosto. Nesta cidade marroquina integra-se numa caravana que chegará a Marraquexe no início de Setembro. Aí permanece durante quase dois meses, entrando na intimidade de dois nobres portugueses feitos cativos em Tânger pelo menos treze anos antes e entretanto resgatados por Arnoult de Lisle, agente de Henrique IV em Marrocos. Pedro César é o nome de um deles. Trata-se de alguém fundamental para esta notícia porque foi graças a

---

<sup>247</sup> Ver, *inter alia*, Hélène Clastres, “Introduction”, in Yves d’Evreux, *Voyage au Nord du Bresil fait en 1613 et 1614*, présentation et notes d’Hélène Clastres, Paris, Payot, 1985, pp. 9-14 e 20-21; Jorge Couto, “As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França equinocial”, in Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, 1997, pp. 186-194; Joaquim Romero Magalhães, “A construção do espaço brasileiro”, in *HEP*, vol. 2, 1998, pp. 44-46 [Magalhães, 1998b]; Maria Beatriz Nizza da Silva, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Edições Colibri/GTMECDP, 1999, pp. 32-33; Cristóvão Fernandes Duarte, “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 41, Janeiro/Março 2000, pp. 153-154.

<sup>248</sup> Ver Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 5, 1604-1625, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1994, p. 28.

<sup>249</sup> Dejanirah Couto, “Préface”, in Jean Mocquet, *Voyage à Mozambique & Goa*, ed. 1996, p. 13.

esse conhecimento que Mocquet veio a ser admitido na nau que o conduziu à Índia em 1608-1609<sup>250</sup>. Depois de uma espera acidentada em Safim por uma oportunidade de voltar a França, o nosso espião ou semiespião lá consegue ser acolhido por uma vela holandesa que o desembarca no Havre a 17 de Março de 1606. Uma semana depois entra em Paris, de onde continua para Fontainebleau. A cena repetir-se-á nas vésperas da sua partida para a quarta viagem, em finais de Outubro de 1607, quando o monarca lhe concede uma audiência e transmite ou confirma as eventuais instruções secretas de que é fácil desconfiar<sup>251</sup>.

Rezam os compêndios de história naval que a armada que zarpou do Tejo a 29 de Abril de 1608 sob comando de D. João Forjaz Pereira, quinto conde da Feira e vice-rei da Índia designado, foi a maior de quantas os portugueses alguma vez mandaram à Índia. A pilhagem de uma carraca fundeada diante da ilha de Moçambique e o bloqueio de Goa pelos “rebeldes” da Holanda em 1604, a queda das fortalezas de Amboíno e Tidore para as forças de Steven van der Hagen e Cornelis Bastiaensz em 1605, os ataques que Cornelis Matelieff tinha desferido contra Malaca em 1606 e tudo o que se adivinhava que viria na sequência da partida do Texel a 22 de Dezembro de 1607 dos treze vasos e mil oitocentos e quarenta homens comandados por Willemsz Verhoeven, impuseram uma resposta à altura<sup>252</sup>. Encarna-la-ão as seis naus, seis galeões e duas urcas que constituíram aquela força confiada a D. João Forjaz. Jean Mocquet, que entretanto chegara a Lisboa e se pusera em contacto com Baptista Fernão César, intendente da Casa da Índia, cunhado do novo vice-rei e irmão do fidalgo do mesmo apelido com quem tropeçara em Marrocos, arranjou como ser apresentado ao conde da Feira e embarcar ao seu serviço como herborista e boticário. Fê-lo na *Nossa Senhora do Monte do Carmo*, a descomunal nau de 2000 t e 900 passageiros que ia como navio-almirante<sup>253</sup>.

Última grande oportunidade de cortar pela raiz o atrevimento dos holandeses no Oriente, a frota de D. João Forjaz Pereira acabou por resultar num terrível fiasco. Dos 14 navios hipotecados, nenhum conseguiu alcançar a Índia nesse ano. Pior, o vice-rei morre vítima de doença a 15 de Maio e uma das urcas é destacada para trazer o seu corpo de volta a Lisboa. Uma das naus naufragou pouco depois na costa da Mina. Uma segunda nau e um galeão não conseguiram transpôr a região das calmas equatoriais,

---

<sup>250</sup> D. Couto, *ibidem*, p. 192, n. 13.

<sup>251</sup> Idem, *ibidem*, pp. 10-13 e 20-21.

<sup>252</sup> Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 5, 1994, p. 79.

<sup>253</sup> Ver Jean Mocquet, *Voyages*, Livre quatrième, I — “À Lisbonne”, ed. 1996, pp. 43-46.

pelo que também tiveram de fazer meia-volta. Seguem-se os naufrágios de um segundo galeão na costa do Natal, de uma terceira nau em Angoxa e de uma quarta em Mogincual, um pouco abaixo de Moçambique. Um terceiro galeão, o *Bom Jesus*, é capturado pela armada de Verhoeven frente à fortaleza de Moçambique, que sitiava. Uma quarta nau errou na rota, meteu-se entre os ilhéus Queimados (Burnt Islands) e veio a ser incendiada pelos próprios tripulantes para não cair em mãos dos inimigos do Norte. Restaram cinco navios, que, no entanto, foram forçados a invernar na costa oriental africana dado o adiantado da estação<sup>254</sup>. A *N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Carmo* incluía-se nesse grupo de sobreviventes, pelo que Mocquet só veria Goa no horizonte no final de Maio de 1609.

Desde que embalsamara o cadáver do conde da Feira sob o sol inclemente da costa da Guiné, além de debilitado pelo escorbuto, Jean Mocquet encontrara-se mais exposto que nunca à suspeita dos portugueses por falta de um grande que o protegesse. Chegara a ser preso na ilha de Moçambique durante três semanas e agora ver-se-ia na contingência de errar pelas ruas goesas em busca da caridade alheia misturado com os moços-de-fretes e a soldadesca recém-desembarcada. Deve ter usado de alguma recomendação propiciada pelo seu estatuto profissional porque ganha cama e mesa em casa de um modesto cirurgião indiano cristão (muito provavelmente um mestiço *casado*), cuja mulher era chinesa<sup>255</sup>. Quando a memória se-lhe iluminar para a edição de 1619 do *Discours*, François Pyrard dirá também que Mocquet trabalhou durante algum tempo como boticário no hospital real da cidade<sup>256</sup>. Fosse como fosse, a sua experiência indiana não deve ter sido das mais confortáveis, o que ajuda a explicar os comentários crudelíssimos que inscreveu na narrativa que o imortalizaria a ele e a uma certa Goa sórdida<sup>257</sup>.

Será outra vez sob a capa de botânico que Jean Mocquet se insinua a um responsável máximo pelo governo da Índia, neste caso André Furtado de Mendonça. Este parece não lhe ter prestado demasiada atenção num primeiro momento. Contudo, acabará por convocá-lo quando, a 1 de Setembro de 1609, a chegada de Rui Lourenço

---

<sup>254</sup> Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal: desde as origens do Estado portugalense até o fim da dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931, pp. 362-363; Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 5, 1994, pp. 81-84.

<sup>255</sup> Ver Jean Mocquet, *Voyages*, Livre quatrième, XVII — “Arrivée à Goa”, ed. 1996, pp. 91-94.

<sup>256</sup> Ver François Pyrard de Laval, *Voyage aux Indes orientales*, Seconde Partie, cap. XXI, ed. 1998, vol. 2, p. 771.

<sup>257</sup> Ver Boies Penrose, *Goa – Rainha do Oriente/Goa – Queen of the East*, Lisboa, Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: Comissão Ultramarina, 1960, p. 108; D. Couto, 1996, pp. 31-34; pp. 194-195, n. 32.

de Távora, o vice-rei que o vem render, faz com que comece a preparar o seu regresso a Portugal. Entre a autêntica Corte de duzentas pessoas que ex-governador levará na *N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Penha de França* encontra-se um secretário chinês que Mocquet identifica como João Pay (Pais?) e de quem escutaria boa parte das histórias asiáticas e das proezas guerreiras de André Furtado que depois deu a ler<sup>258</sup>. A viagem começa marcada por uma tempestade tremenda à altura da costa da Somália e pela doença galopante de Furtado de Mendonça, que alguns se apressam a atribuir a envenenamento. Este vem a morrer poucos dias depois da passagem ao largo da ilha de Santa Helena, expressamente evitada por temor dos holandeses<sup>259</sup>. Auxiliado por um barbeiro-cirurgião e por doses maciças de cânfora e benjoim trazidas a bordo, Jean Mocquet executa então um novo embalsamamento. A 3 de Julho de 1610 desembarcará em Cascais, reembarcando para a pátria a 17 de Agosto num navio francês e já informado do assassinato de Henrique IV. Enfim, aporta a La Rochelle a 13 de Setembro e entra em Paris a 23<sup>260</sup>.

Dura menos de um ano a nova passagem de Mocquet por França, pois a 8 de Setembro de 1611 inicia em Marselha uma jornada que o conduzirá à Terra Santa. Apesar do protagonista referir que ia para cumprir um voto antigo, certo é que continuamos a não ter motivos demasiado claros para tanta inquietação. Retorna a Paris em Julho do ano seguinte, recebendo pouco depois o consentimento e o apoio de Luís XIII e da regente para a instalação de um gabinete de curiosidades no palácio das Tulherias. A derradeira das viagens de que nos fala é a que principia em Saint-Nazaire em 1614 e tem como objectivo consumir uma volta ao mundo pelo Ocidente. A primeira ideia fora a de seguir até Lisboa e aí descobrir quem o levasse até às Américas. Um percalço de última hora obriga-o a aproveitar um navio de Olonne que estava de partida para a Andaluzia. Depois de escalar Faro, descerá em Sanlúcar de Barrameda, mas nem a oportunidade lhe surge, nem traz consigo a acreditação suficiente para escapar às malhas das autoridades espanholas.

---

<sup>258</sup> Ver Jean Mocquet, *Voyages*, Livre quatrième, XXVIII — “Terrible famine au Pégou”, ed. 1996, p. 129.

<sup>259</sup> Ver Maria Emília Madeira Santos, *O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Série Separatas — 160, Lisboa, IICT, 1984, pp. 16-18.

<sup>260</sup> Ver Jean Mocquet, *Voyages*, Livre quatrième, XXXII — “Mort d’André Furtado de Mendonça”, ed. 1996, pp. 143-147; idem, *ibidem*, Livre quatrième, XXXIII — “Retour au pays”, ed. 1996, pp. 147-149. Ver também: Charles R. Boxer & Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça (1558-1610)*, reedição fac-similada do livro publicado com o mesmo título pela Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, Macau, Fundação Oriente/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, pp. 87-92.

Talvez como em Goa, Jean Mocquet ainda se serve dos contactos do seu meio profissional de origem para conseguir alojamento temporário em casa de Afonso Rodrigues, um rico boticário português de Sevilha, bem assim como na de um antigo empregado deste, dito Juan Sánchez. Especula-se, a propósito, se não viria recomendado pelo botânico Antoine Colin, o tradutor de Garcia de Orta, Cristóvão da Costa e Nicolás Monardes. Outrora íntimo do cerrado meio dos boticários sevilhanos, Colin recebera Mocquet em Lyon em Agosto de 1611. Porém, não houve cobertura corporativa bastante porque nem em Sanlúcar, nem em Jerez de la Frontera, nem sequer no Puerto de Santa Maria, o porto avançado de Sevilha, surgiu quem o deixasse embarcar para as Índias Ocidentais. Sem aquele misto de impunidade e de esperteza que salvara os Carletti alguns anos antes, resta-lhe pagar a entrada no navio holandês que o devolve ao seu país a 15 de Agosto de 1615. Os últimos traços que se guardam da sua existência correspondem a uma ordem real de Outubro de 1616 que o faz credor 450 libras por serviços que se não explicam e à *princeps* do seu livro de viagens. Sobre o que se poderá ter passado a seguir, nada sabemos e nada nos diz qualquer das duas edições francesas subsequentes. Igual frustração quando se consulta a tradução holandesa saída em Dordrecht em 1656, a pouco considerada tradução alemã de 1668, ou a inglesa que veio a lume em Londres durante o ano de 1696<sup>261</sup>.

### ***Historietas de rua e de alcova***

Nascido do incentivo de Henrique IV e dedicado ao seu sucessor, o *Voyages en Afrique, Asie, Indes orientales et occidentales* de Jean Mocquet foi pensado como primeira peça de um tríptico de que deveriam ainda fazer parte um tratado sobre as plantas, árvores, flores, frutos, animais “& autres choses rares” dos países que visitara e um livro exclusivamente consagrado às Índias. Se os esboçou ou não, é outro dos pontos em aberto. Em aberto permanece também a pesquisa das intertextualidades responsáveis pelo diário íntimo cheio de alçapões que é o *Voyages*.

Do conjunto de seis livros que o formam, aquele número quarto que traz a jornada de 1607-1611 surge-nos como o mais conseguido, tanto pela qualidade literária intrínseca, como pelo rigor expositivo. Será ainda aquele onde o autor refinou essa

---

<sup>261</sup> D. Couto, 1996, pp. 9-10; 14-18; pp. 190-191, n. 2.

capacidade de sugerir uma história contada tal qual fora. Mais do que noutras partes da obra, é aí constante o cruzamento silencioso de factos com ficções, exactamente como o demonstram os parágrafos em que enuncia a aventura trágica de Manuel de Sousa Sepúlveda, sua mulher, filhos e companheiros na Terra do Natal, ocorrida em 1552<sup>262</sup>. O francês garante tê-la ouvido contar a gente com quem se cruzara, mas há motivos suficientes para suspeitar do uso do mais antigo relato de naufrágio impresso que se conhece, a anónima e muito poetizada *Relaçãõ da Muy Notavel Perda do Galeaõ grande S. Joaõ Em que se contaõ os grandes trabalhos, e lastimosas cousas que aconteceraõ ao capitaõ Manoel de Sousa Sepulveda* (Lisboa?, 1555 ou 1556)<sup>263</sup>.

À semelhança das restantes partes do título, esta que se apresenta como “Voyage en Éthiopie, Mozambique, Goa, & autres lieux d’Afrique & des Indes orientales” exhibe uma sequência linear, sem a habitual divisão em capítulos. Contudo, até a partir das indicações gráficas que ajudam a organizar a leitura, é possível individualizar a série de parágrafos que sugeriram ao seu editor de 1996 o arranjo de um capítulo chamado “Mœurs, ruses & tromperies des Chinois”<sup>264</sup>. Apesar da exposição ser curta (afinal, o tema é excêntrico em relação à experiência da viagem), ainda aqui Jean Mocquet despende boa parte da sua energia a tentar convencer o auditório de que encadeia uma série de casos ouvidos dizer durante essa sua jornada, fosse a um jovem escravo chinês à volta da Índia, fosse ao secretário particular de André Furtado de Mendonça, fosse em Goa da boca de um português, da chinesa mulher do cirurgião que o alojara ou de muita da gente dessa nacionalidade que este recebia para comer e beber. Só que uma análise mais fina dá a descobrir muito menos espontaneidade que aquela que aparece à superfície.

É certo que não conseguimos provas que o desmintam quando afirma ter sabido durante os seus meses goeses da difícil instalação dos missionários jesuítas na China, das conversões que os padres iam fazendo nesse reino, dos disfarces que inventavam para ludibriar a desconfiança das autoridades e dos estudos preparatórios ministrados no

---

<sup>262</sup> Ver Jean Mocquet, *Voyages*, Livre quatrième, XV — “Histoire tragique de Manuel de Sousa”, ed. 1996, pp. 85-88.

<sup>263</sup> *Relaçãõ da Muy Notavel Perda do Galeaõ grande S. Joaõ Em que se contaõ os grandes trabalhos, e lastimosas cousas que aconteceraõ ao capitaõ Manoel de Sousa Sepulveda, e o lamentavel fim, que elle, e sua mulher, e filhos, e toda a mais gente houveraõ na Terra do Natal, onde se perderaõ a 24 de Junho de 1552* (Lisboa?, 1555 ou 1556). Ver Zurbach, 1996a, p. 213-221; D. Couto, 1996, pp. 17 e 19-20; Araújo, 1999, p. 395.

<sup>264</sup> Ver Jean Mocquet, *Voyages*, Livre quatrième, XXIX — “Mœurs, ruses & tromperies des Chinois”, ed. 1996, pp. 133-138.

Colégio de Macau<sup>265</sup>. Também não parece improvável que soubesse da compra de crianças chinesas pelos portugueses que se deslocavam a Cantão por duas possíveis vítimas desse comércio como o seria aquele escravo embarcado e o teria sido aquela sua hospedeira<sup>266</sup>. Já a comédia do abastado mercador luso que se perde de amores por uma chinesa casada e termina escondido dentro de um pote de porcelana vendido em leilão pelo marido enganado, pode ser puro invento, mas é ao mesmo tempo um achado novelesco “à Boccaccio” que aligeira a leitura quando isso é importante<sup>267</sup>. Agora, quase tudo o mais que aí está — e está entrançado com extremo cuidado com o resto — produz-nos de imediato a sensação de provir de uma fonte, ou de um conjunto de fontes impressas, por demais coincidente com o *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz

Qualquer que fosse a base utilizada por Jean Mocquet, a sua escolha sobressai ainda por privilegiar a anedota à exposição crua e sistemática de dados sobre o objecto em causa. A primeira que lhe interessa é a dos barcos onde pernoitam adens quase amestrados que viera no capítulo IX de Fr. Gaspar depois de ter aparecido no capítulo XXIX do livro IV da *Historia* de Lopes de Castanheda. A seguir, interessando-lhe referir a desonestidade do típico comerciante chim, descreve artimanhas que são parentes próximas das vistas por Gaspar da Cruz, mas também por Alessandro Valignano, Francesco Carletti ou por François Pyrard. Interessa-lhe igualmente vincar a obstinação chinesa pela prata alheia, o reparto de cada ofício ou negócio pela sua rua e o pitoresco dos respectivos casamentos, isto numa passagem que dá ares de haver sido inspirada na descrição dos matrimónios reais que vem no capítulo XXII do *Tractado das cousas da China*<sup>268</sup>. E interessam-lhe os requintados modos e os estranhos pratos servidos à mesa, o gosto pelos passeios e as recreações campestres, tal como a imagem das cidades de portas corridas quando da passagem dos mandarins em cortejo<sup>269</sup>. Mais não quer ver.

---

<sup>265</sup> Ver idem, *ibidem*, Livre quatrième, XXIX, ed. 1996, p. 133.

<sup>266</sup> Ver idem, *ibidem*, Livre quatrième, XXIX, ed. 1996, p. 135.

<sup>267</sup> Ver idem, *ibidem*, Livre quatrième, XXIX, ed. 1996, pp. 136-137.

<sup>268</sup> Ver idem, *ibidem*, Livre quatrième, XXIX, ed. 1996, pp. 133-136.

<sup>269</sup> Ver idem, *ibidem*, Livre quatrième, XXIX, ed. 1996, p. 138.

## CAPÍTULO 22

### **Manila às voltas com o seu futuro**

Os projectos espanhóis de conquista da China dos anos de 1580, nos quais o jesuíta Alonso Sánchez fora figura de proa, aparecem substituídos no dobrar do século pelos que buscam firmar presenças alternativas no Sudeste asiático continental. Para muitos dos *castillas* entrincheirados nas Filipinas tal opção tem toda a lógica: entre o Golfo de Bengala e o Mar da China há um imenso mundo desprovido de hegemonia política, além de que os portugueses não vinculados de forma directa ao *Patronato* parecem menos ciosos dessas zonas do que a respeito do Império Ming ou do arquipélago nipónico.

Não é que Manila tivesse desistido de colocar um pé na China, contornando ou sufocando Macau se necessário fosse. As diligências que o Pe. Sánchez e o feitor Juan Bautista Román conduziram em 1584 com o intuito de instalar uma praça a Leste do entreposto macaense ou as que D. Juan Zamudio levou a cabo para a cedência do porto do Pinhal, em 1598, não apenas mostram que esse interesse se manteve intacto, como revelam que existiu sempre alguém pronto a concluir que valeria a pena sacrificar em seu nome algumas das vantagens do eixo Malaca-Macau-Manila trazidas pela unificação das Coroas ibéricas<sup>1</sup>.

Depois da anexação do Bornéu à Coroa de Castela e Aragão (1578) ter resultado na interrupção da viagem que cada ano os mercadores de Malaca lá faziam pelo facto da união dinástica os haver surpreendido na situação de inimigos da ilha, o incremento de actividade nas Molucas que se dá nessa mesma altura por parte dos comerciantes instalados na mais oriental das colónias espanholas demonstra que até valeria a pena arriscar uma disputa com o empório malaio pela intermediação do cravo e da noz-moscada — bem assim como a pena de morte com que tal contrabando era punido — em nome das perspectivas da sua revenda na América e nesse imenso mercado chinês

---

<sup>1</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1; Parte II, cap. 17-3.

que já todos os anos se inundava de prata americana<sup>2</sup>. Outro tanto se pode dizer do altíssimo preço pago pela ingerência no Japão, onde o princípio do fim da presença europeia começou a ser escrito não só, mas também, no dia em que Manila e os seus franciscanos engendraram esquemas diplomáticos unilaterais junto de Hideyoshi. No entanto, se tudo isto atesta que as várias lideranças filipinas — políticas, militares, comerciais e religiosas — procuravam por todos os modos e feitios um sentido para o respectivo projecto colonial, atesta igualmente que uma empresa que passasse pela conquista efectiva de outras áreas se foi, pouco a pouco, circunscrevendo a um “promontório em forma de braço” que surgia na rota de quem deixava a China no sentido do Ocidente<sup>3</sup>.

Como Alonso Sánchez depois de receber o apoio dos notáveis das Filipinas ou como D. João Ribeiro Gaio a partir de Malaca entre 1584 e 1588, sabemos que caberá ao conde de Bailén defender em Valhadolid, no início do século XVII, o último grande projecto ibérico de conquista de um espaço asiático. Proposta estranha a do conde, tanto pela desmesurada ambição que encerrava, como por ter sido concluída na Península e não nas periferias do Estado da Índia ou do Império dos Habsburgo onde tal tipo de planos por norma surgia. Contudo, viu-se também que o mesmo veio secundado por, pelo menos, um representante de Manila, o missionário dominicano Fr. Gabriel de San Antonio<sup>4</sup>. Por sua vez, este decidira fazer-se advogado das duas principais intervenções na Indochina que as forças plantadas em Lução haviam acabado de apadrinhar: a que Juan Juárez Gallinato conduziu ao Cambodja em 1595-1596 e a que Luis Pérez Dasmariñas financiou e tentou levar a igual destino em 1598. Nenhuma delas alcançara os objectivos confessos de colocação de um monarca-fantoches no trono, abertura ao

---

<sup>2</sup> Ver, *inter alia*, Jorge Manuel dos Santos Alves, “Bornéu”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 140 [Alves, 1994b]; Jorge Manuel Flores, “Zonas de Influência e de Rejeição”, in *HPEO*, vol. 1, t. 1, 1998, pp. 147-148; Jan Kieniewicz, “Del Báltico al Índico: Las nuevas fronteras hispánicas a finales del siglo XVI”, in *Las Sociedades Ibéricas y el mar a finales del siglo XVI – Congreso Internacional*, t. 2 – *La Monarquía. Recursos, organización y estrategias*, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V/Pabellón de España Expo '98 - Lisboa, 1998, pp. 397-398; Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia – Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, colecção Memória do Oriente — 13, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 330-332 [Lobato, 1999a]; Manuel Lobato, “Os Portugueses em Malaca e na Ásia do Sueste”, in *Revista Militar*, Lisboa, 51 (1), Janeiro 1999, pp. 179-180 [Lobato, 1999b].

<sup>3</sup> Fr. Gabriel de San Antonio, O.P., *Breve y verdadera relación de los sucesos del Reyno de Camboxa. Al Rey Don Phelipe, nuestro Señor. Por Fray Gabriel de San Antonio de la Orden de S. Domingo*, En San Pablo de Valladolid, Pedro Lasso, 1604; reed. in Fr. Gabriel de San Antonio & Don Rodrigo de Vivero, *Relaciones de la Camboxa y el Japón*, Primera Parte: Argumento y sujeto desta relación, cap. I, §. I — “Descripción de Camboxa, y de otros reinos e islas del Oriente”, edición de Roberto Ferrando, colección Crónicas de América — 46, Madrid, Historia 16, 1988, cit. p. 42. Todas as referências e citações a partir desta edição. Cf. *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>4</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

proselitismo católico e acesso vantajoso aos recursos locais, mas tal não impediu que o governador Pedro Bravo de Acuña enviasse nova expedição a esse país em 1603. Só que o resultado voltou a ser nulo e não decorreu muito tempo até que a hostilidade holandesa, chinesa e japonesa fizesse com que os mais temerários se rendessem à evidência de que apenas lhes restava defender o enclave entretanto ocupado diante das costas do Fujian.

Convém dizer que a heterogénea sociedade filipina esteve longe de opinar em unísono na hora de propor ou de executar este tipo de exercícios musculados. Por exemplo, quando das discussões preliminares sobre a campanha de Gallinato em sede de *Consejo de Guerra* foram consideradas, em alternativa, uma aproximação pacífica ao Sião que o monarca Naresuan (r. 1590-1605) ia conduzindo para o estatuto de potência regional e uma expedição punitiva ao Champá por este reino acoitar os responsáveis pela morte de Gómez Pérez Dasmariñas. Já a Junta de Teólogos que se reuniu em Agosto de 1595 para debater tais matérias opinou no sentido de se dar prioridade à conquista do Champá, algo que, sobretudo, justificou com a maior proximidade em relação às Filipinas. No mesmo sentido, quando Dasmariñas filho decide assumir os encargos com os soldados e os missionários que seguiram para o Cambodja em 1598 fê-lo em boa parte porque gente tão influente como o *oidor* Antonio de Morga vinha exprimindo a sua discordância a propósito de uma iniciativa que contrariava os esforços diplomáticos em curso para manter uma harmoniosa vizinhança com a Corte de Ayudhya. Outro tanto quando, consciente de que embarcar em aventuras militares sem dispôr da força que garantisse uma vitória antecipada era pouco menos que suicidário, o governador Francisco Tello de Guzmán (gov. 1596-1602) não hesitou em substituir certos planos que apresentara em 1597 para a conquista da Cochinchina ou do Sião pela missão diplomática que seguiu em 1598 para o reino siamês sob a chefia do seu sobrinho Juan Tello de Aguirre e de Juan Ruiz de Ycoaga<sup>5</sup>.

É nesta conjuntura, mais de aprendizagem e de interesses sobrepostos que outra coisa, que cabem os três textos que leremos a seguir. Como observámos, o modo como em cada um deles se percepcionou a hipótese-China para o lado espanhol pode e deve ser confrontado tanto com o que Fr. Marcelo de Ribadeneyra, como com o que Antonio

---

<sup>5</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6, n. 106. Ver também: Sanjay Subrahmanyam, *Comércio e Conflito – A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, tradução de Elisabete Nunes, Lisboa, Edições 70, 1994, pp. 159-161 (1.ª ed. ingl. Oxford University Press, 1990); Florentino Rodao, *Espanhóis em Siam (1540-1939) – Una aportación al estudio de la presencia hispana en Asia Oriental*, colección Biblioteca de Historia — 32, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997, pp. 9-31 e 32-34.

de San Román não se inibiram de sugerir a propósito nas páginas de carácter essencialmente missional que publicaram em 1601 e 1603, respectivamente.

### **1. A *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa* de Fr. Gabriel de San Antonio, 1604**

Com uma *Conquista de Champan, Camboja, Siam, Cochinchina y otros paises de Oriente* de Pedro Sevil (Valhadolid, 1603), a *Breve y verdadera relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, publicada por Fr. Gabriel de San Antonio em 1604 nas mesmas margens do Pisuerga que Filipe III habitava desde 1601, assume por inteiro o estatuto de peça de propaganda dos que visavam levar a guerra de conquista tão dentro do continente asiático quanto possível. Ao contrário do conde de Bailén, Fr. Gabriel não inclui de forma explícita a China no seu plano de marcha, pois, segundo afirma, tratar-se-ia apenas de “continuar este viaje” para a Cochinchina, o Sião e o Champá<sup>6</sup>. Por outro lado, há que ter presente os decretos que Filipe II emitira interditando a passagem de religiosos espanhóis acreditados nas Filipinas para aquele Império e obrigando a sua substituição por portugueses nos diversos conventos entretanto fundados em Macau<sup>7</sup>. Gabriel de San Antonio é um dominicano, pelo que seria mais consciente que ninguém do atraso que levavam os da sua Ordem ao terem sido os últimos missionários a chegar ao arquipélago de São Lázaro (1585). No entanto, ou porque aquelas regras têm muita força, ou porque terá pensado ser pouco inteligente expôr-se aos protestos portugueses de uma forma tão aberta como num livro, nada reclama nesse sentido. O efeito de tudo isto na economia discursiva é imediato, mas ainda assim não suficientemente drástico para eliminar qualquer referência à realidade e às vantagens da parcela mais apetecível da Ásia Oriental.

---

<sup>6</sup> Ver Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Tercera Parte: Viaje del Padre Gabriel de San Antonio, de la Orden de Santo Domingo, desde que salio de España hasta que volvio a ella, cap. V, §. II — “La conveniencia y justicia que hay para continuar este viaje”, ed. 1988, cit. p. 124.

<sup>7</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

### *Fr. Gabriel*

Há pouco que se saiba sobre o homem que foi Fr. Gabriel de San Antonio à parte o pouco que nos conta na sua relação de 1604, ou se infere a partir dela. Nascido por volta de 1570, encontramos-lo como pregador do Convento dominicano de Guadalajara quando regressam a Espanha Fr. Alfonso Delgado, um dos responsáveis pela abertura da Casa de St<sup>a</sup>. Maria do Rosário de Macau, em 1587, e Fr. Miguel de Benevides, co-fundador com Fr. Juan de Castro do convento de S. Domingos de Manila e missionário que acabara de experimentar uma curta passagem pela China, em 1590<sup>8</sup>. Fr. Alfonso não tarda a ser incumbido de chefiar um novo contingente de missionários destinado àquelas paragens, grupo que largou de Sevilha a 18 de Julho de 1594. Incluído nesse recrutamento, Fr. Gabriel ainda serviria na catedral do México durante quatro meses antes de poder seguir de Acapulco para Manila em finais de Março do ano seguinte.

Fr. Gabriel de San Antonio atracou no porto de Cavite no dia 10 de Junho de 1595 para ser destacado pelos seus superiores para junto dos espanhóis residentes na capital das Filipinas. Nessas tarefas esteve dois anos e meio, tempo em que avaliou as repercussões de “coisas gravíssimas” como a perda do *San Felipe* e o martírio dos católicos em Nagasáqui e em que acompanhou o desenlace da expedição ao Cambodja de 96 e os preparativos da de 98. Por conveniência das autoridades civis e religiosas do arquipélago, sai de Manila em Fevereiro de 1598 para ir informar a Corte do estado da colónia e propôr as soluções agressivas que conhecemos<sup>9</sup>. Demora-se dois anos em Malaca, onde diz que o quiseram assassinar, onde compreende com especial agudeza o avanço dos ingleses e holandeses na área e onde sabe do fracasso da operação no teatro cambodjano gizada por Luis Pérez Dasmariñas por intermédio de um dos religiosos intervenientes, o Pe. Fr. Diego Aduarte<sup>10</sup>. Daí ruma a Ceilão, atravessa a ilha pelo reino

---

<sup>8</sup> Ver Angel Santos Hernández, “Conflictos interpatronales”, in *El Tratado de Tordesillas y su Proyección – Segundas Jornadas Americanistas, Primer Coloquio Luso-Español de Historia Ultramarina, Seminario de Historia de América*, vol. 2, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973, pp. 16-17; Teixeira, 1981, p. 67; Girard, 2000, pp. 105-106.

<sup>9</sup> Ver Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Parte III, cap. I, §. III — “Viaje del padre fray Gabriel de San Antonio de España a Filipinas, y los sucesos que en ellas tuvo”, ed. 1988, pp. 87-88.

<sup>10</sup> Ver Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Parte III, cap. II, §. I — “Viaje del padre fray Gabriel de San Antonio, de Manila para Malaca”, ed. 1988, pp. 88-90; idem, *ibidem*, Parte III, cap. III, §. I — “Sucesos del padre fray Gabriel de San Antonio en Malaca”, ed. 1988, pp. 90-91; idem, *ibidem*, Parte III, cap. III, §. II — “Enemistades de los casados de Malaca contra el obispo don Juan Ribero Gayo, y el oidor general Antonio Marquez Ribero”, ed. 1988, pp. 92-93; idem,

de Jafanapatão, vai a Manar e opta por seguir para Goa com um grupo de *casados* de Cochim pelo caminho terrestre, o mais demorado mas o único viável em razão de se estar nos derradeiros dias de Abril e de pairarem fumos de guerra sobre os litorais indianos<sup>11</sup>.

O dominicano visitará São Tomé de Meliapor, será hospedado e resgatado das mãos dos mouros pelos padres jesuítas à passagem por Maduré e vangloriar-se-á de haver queimado, no caminho para Cochim, uns ossos que sonha serem os dos heresiarcas Nestório e Teodósio<sup>12</sup>. Alcança Goa no início de Janeiro de 1601 aproveitando a boleia de Aires de Saldanha, que subia daquela posição do Malabar para tomar posse do governo da Índia. Durou dois anos a presença de Fr. Gabriel nesta outra cidade portuguesa, pois aguarda que Fr. Diego Aduarte, retido em Malaca, se lhe reuna por via marítima. Enfim, deixa Goa com destino a Lisboa no início de 1603, com toda a certeza numa das cinco naus da armada que nesse ano largou da Índia para Portugal<sup>13</sup>. Cinco meses e meio depois estava no Tejo, de onde correu para tentar a entrevista que precisava com o conde de Lemos, presidente do *Consejo de Indias*. Enquanto actuava para conseguir convencer os seus interlocutores da justeza das propostas de que era portador, ainda se ocupou em arregimentar trinta novos frades da sua Ordem que Aduarte deveria reconduzir para as Filipinas. É quando deixamos de ter notícias suas<sup>14</sup>.

---

*ibidem*, Parte III, cap. III, §. III — “Los daños que los herejes hacen a la Sonda, Java, Maluco, y Malaca”, ed. 1988, pp. 93-96; idem, *ibidem*, Parte III, cap. III, §. IV — “Muerte del oidor Antonio Márquez Ribero, entrada de los ingleses en Malaca, y otras desgracias que con esto sucedieron”, ed. 1988, pp. 96-99; idem, *ibidem*, Parte III, cap. III, §. V — “Fray Diego Aduarte viene a Malaca, y el consuelo que el padre fray Gabriel de San Antonio tuvo en sus trabajos”, ed. 1988, pp. 99-100.

<sup>11</sup> Ver idem, *ibidem*, Parte III, cap. III [bis], §. I — “Viaje del padre fray Gabriel de San Antonio de Malaca para la India Oriental”, ed. 1988, pp. 100-102.

<sup>12</sup> Ver idem, *ibidem*, Parte III, cap. III [bis], §. II — “Ciudad de Caramandel, y sepultura de Santo Tomás Apóstol”, ed. 1988, pp. 103-104; idem, *ibidem*, Parte III, cap. III [bis], §. VI — “Iglesia de los padres de la Compañía de Jesús en Madure y cautiverio del padre fray Gabriel de San Antonio”, ed. 1988, pp. 111-112; idem, *ibidem*, Parte III, cap. IV, §. III — “El padre fray Gabriel de San Antonio reduce a la fe a los nazarenos de Protho, y quema los huesos de Nestorio y Teodosio”, ed. 1988, pp. 115-118.

<sup>13</sup> Ver Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, 1993, p. 411.

<sup>14</sup> Ver Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Parte III, cap. IV, §. IV — “El padre fray Gabriel de San Antonio, llega a Cochín y pasa a Goa, y los nazarenos de Protho dan la obediencia al nuevo obispo de Angamali”, ed. 1988, pp. 118-119; idem, *ibidem*, Parte III, cap. IV, §. V — “Los padres fray Diego Aduarte, y fray Gabriel de San Antonio, salen de la India y vienen a España, y tratan de los negocios de Camboxa y Filipinas”, ed. 1988, pp. 119-121; Roberto Ferrando, “Introducción”, in Fr. Gabriel de San Antonio & Don Rodrigo de Vivero, *Relaciones de la camboxa y el Japón*, 1988, pp. 14-17.

### *Memória selectiva*

Também não dispomos de notícias precisas sobre as circunstâncias em que decorreu a escrita da *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*. Fr. Gabriel de San Antonio refere, por mais de uma vez, ter aproveitado informações que lhe foram transmitidas durante o percurso de volta, mas o fundamental é que o curto intervalo que decorre entre o momento em que reganhou a Península Ibérica e aquele em que editou a obra sugere que o trabalho estaria praticamente concluído no momento em que avista Lisboa. O texto aparece dividido em três partes: a que se centra na dita expedição Gallinato; a que trata de evocar a do antigo governador Luis Pérez Dasmariñas; e aquela em que Fr. Gabriel conta a sua demorada viagem à roda do mundo.

Enquanto faz correr estes relatos, Fr. Gabriel subministra dados tanto quanto possível exaustivos sobre a localização, os principais acidentes geográficos, os recursos, a rede urbana e os usos e costumes das gentes das várias entidades políticas que lhe interessa destacar, sendo elas o Cambodja, as Molucas, o Champá, a Cochinchina, o Sião, as Filipinas, o Bornéu, o Ceilão e o reino de Bisnaga. Como se esperaria, conclui arrolando os argumentos que, a seus olhos, justificavam a guerra contra os três poderes indochineses que visava com o seu alvitre — a defesa dos inocentes, os agravos feitos aos portugueses e aos espanhóis que aí tinham ido em representação do seu rei, a propagação do Evangelho, a reparação dos danos que os holandeses iam provocando, o aumento do património real e a possibilidade de dar de comer “a toda la gente perdida, baldía, y ociosa, de México, del Perú, y de Filipinas, que sola ésta basta y sobra, sin llevar otra gente de España”<sup>15</sup>.

Com a China apartada destas congeminações, pouco mais resta para além do que disse a seu respeito na ocasião em que abordou o desembarque acidental de Luis Pérez Dasmariñas perto de Cantão, assim como a forma como aludiu à presença dos primeiros dominicanos seus compatriotas no Império do Meio. Quanto ao primeiro caso, começa por importar a forma como Fr. Gabriel de San Antonio escreve “Jauquín” por Guangdong<sup>16</sup>. A seguir, interessa a sequência na qual — tudo indica que a partir do

---

<sup>15</sup> Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Parte III, cap. V, §. III — “Los provechos que promete esta jornada”, ed. 1988, cit. p. 127. Ver idem, *ibidem*, Parte III, cap. V, §. II, ed. 1988, pp. 124-125; idem, *ibidem*, Parte III, cap. V, §. III, ed. 1988, pp. 125-128. Cf. Rodao, 1997, pp. 15 e 38.

<sup>16</sup> Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Segunda Parte de los Sucesos del Reino de Camboxa y de los que tuvo en su viaje Don Luis Pérez das Mariñas, cap. I §. V —

testemunho verbal de Diego Aduarte — conta o isolamento dos expedicionários naufragados e a ida do próprio Fr. Diego até Cantão para tratar de justificar a presença daquele contingente, sequência onde nos reaparece o conhecido tópico da avidez dos chineses por prata<sup>17</sup>.

Porque narrativas de acontecimentos como este são sempre muito úteis para avaliar o modo como o texto trata os incómodos que as autoridades macaenses sentiam quando os seus irmãos ibéricos lhes rondavam a cidade, destacamos ainda os parágrafos que aí vêm sobre o trânsito de Dasmariñas e da sua tropa pelo enclave luso. O que o religioso nos afirma é que a uma recepção calorosa da parte do capitão-mor D. Paulo de Portugal se seguiram alguns atritos entre os portugueses e os espanhóis, suscitados por os ventos contrários terem retardado a saída definitiva destes últimos para Manila<sup>18</sup>. No entanto, e qual Luis de Guzmán em circunstâncias semelhantes, o que nos omite é que D. Paulo começou por prender os homens que D. Luis fez chegar a Macau com um pedido de ajuda, após o que intimou o espanhol a afastar-se da costa sob a ameaça de o atacarem, destacou dois membros do Senado para que interceptassem em Cantão outros dois enviados de Dasmariñas que aí tinham ido comprar apoio, que o denunciou aos mandarins como pirata e que acabou por o repelir com artilharia à saída do porto<sup>19</sup>.

O desolado suprimento informativo que Fr. Gabriel apresenta sobre a China — vamos continuar a supor que apenas por esta lhe não interessar enquanto presa — tem um breve parêntesis quando, escalando o Bornéu, interpela uns chineses que evocam algumas coisas extraordinárias sobre a riqueza do seu reino. Aqui, o indicador seriam os 350 juncos presumivelmente mandados a Hainão para carregar pérolas que decorariam os tectos de um palácio que havia que reconstruir para o soberano<sup>20</sup>. O laconismo não é muito diferente daquele que descobrimos nas referidas notas sobre a ida inaugural do “santo viejo” Juan de Castro e de Fr. Miguel de Benavides à China e a fundação do

---

“El general don Luis Pérez das Mariñas, arriba a la provincia de Jauquín, y él y su gente, pasan muchos trabajos”, ed. 1988, cit. p. 71.

<sup>17</sup> Ver idem, *ibidem*, Parte II, cap. I §. V, ed. 1988, pp. 71-72; idem, *ibidem*, Parte II, cap. II, § I — “El alcalde mayor de Tagayaán da noticia, y aviso al gobierno de Filipinas de la perdición del general, don Luis Pérez das Mariñas, y de sus fragatas, y el gobernador le envía socorro, y entra el padre fray Diego Aduarte, en la ciudad de Cantón”, ed. 1988, pp. 72-73; idem, *ibidem*, Parte II, cap. II, § II — “El padre Fray Diego Aduarte pasa muchos trabajos en la ciudad de Cantón, y se marcha a la ciudad de Machán, y el general don Luis en busca suya”, ed. 1988, pp. 73-74.

<sup>18</sup> Ver idem, *ibidem*, Parte II, cap. I §. V, ed. 1988, pp. 71-72; idem, *ibidem*, Parte II, cap. II, § III — “Entra en Machán el general don Luis Pérez das Mariñas, y es bien recibido. Arriba por segunda vez a la misma ciudad, y después de muchos trabajos, se va a Manila”, ed. 1988, pp. 74-75.

<sup>19</sup> Ver, *inter alia*, Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, 1993, pp. 321-323; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 2, 1997, pp. 55-57. Cf. Cabezas, 1995, pp. 272-275.

<sup>20</sup> Ver Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Parte III, cap. II §. I, ed. 1988, pp. 89-90.

convento de S. Domingos de Macau pelos seus confrades oriundos de Manila, em 1587. Sabemos por ele que integraram tal grupo Fr. Alfonso Delgado, Fr. Bartolomé López e Fr. Antonio Arcediano — Arcediano que, acrescentamos nós, ia como superior<sup>21</sup>. Da sua pena vem-nos depois a garantia de que a obra destes missionários fora tão bem acolhida que “comúnmente les llaman los portugueses los apóstoles dominicos”<sup>22</sup>. Só que, teimando em imitar Guzmán, ignora a revolta conjunta das gentes de Macau e dos jesuítas contra a instalação de padres espanhóis na cidade que desembocou nos decretos do vice-rei da Índia e de Filipe II impondo um novo “Tordesilhas” entre os conventos de Macau e das Filipinas e os concomitantes repatriamentos. Dois inocentes esquecimentos de uma só vez? Será difícil crê-lo.

## **2. A *Conquista de las Islas Malucas* de Bartolomé Leonardo de Argensola, 1609**

O amparo aos nativos das Molucas já cristianizados e a ajuda aos portugueses estabelecidos nessas partes foram dois dos argumentos que quer Filipe II, quer Filipe III, se lembraram de evocar quando da rejeição de vários dos pareceres que receberam aconselhando o abandono puro e simples das Filipinas<sup>23</sup>. Por detrás de tanto e tão piedoso altruísmo é nítido que assoma sempre a esperança, por longo tempo acalentada, de fazer de Manila um trampolim para a conquista de outros pedaços da Ásia, v.g. o temerário plano do conde de Bailén e o não menos louco desígnio de Fr. Gabriel de San Antonio.

Ora, tema nunca sanado — nem com a minuta salomónica do Convénio de Saragoça — fora exactamente esse da posse das ilhas do cravo. A partir de 1582, quando os portugueses passam a recorrer de forma sistemática ao auxílio dos espanhóis para compensar o desgaste que a sua presença nas Molucas vinha sofrendo, estes sentem-se com argumentos para recolocar tal matéria sobre a mesa, sobretudo em relação à ilha de Ternate. A Corte resiste aos apetites, conforme se percebe pelas sucessivas provisões que o monarca assina entre 1594 e 1596 no sentido de disciplinar a

---

<sup>21</sup> Ver Santos Hernández, 1973, pp. 16-17; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 2, 1997, p. 35.

<sup>22</sup> Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Parte III, cap. I §. II — “Fundación de la provincia de Rosario de Filipinas, y el rigor con que viven los religiosos en ella”, ed. 1988, cit. p. 85.

<sup>23</sup> Consuelo Varela, “Los problemas de frontera en el Maluco”, in Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, 1997, pp. 346-347.

navegação e o comércio entre as Índias Ocidentais e o Oriente, bem assim como por aquelas que estendiam o espírito aí acolhido ao trânsito de religiosos. No entanto, a disputa ibérica ir-se-á reacender com a chegada de Jacob van Neck a Ternate, a 2 de Junho de 1601. Atacando a fortaleza portuguesa com o auxílio do rei local, os holandeses provocam uma segunda série de campanhas espanholas ou luso-espanholas que não eliminam, antes dão novos pretextos àquela disputa velha de quase um século. Esta só terminará quando a Holanda se tornar dona e senhora do arquipélago<sup>24</sup>.

A versão oficial a respeito do problema em causa encontramos-la expressa na *Conquista de las Islas Malucas* de Bartolomé Juan Leonardo de Argensola, obra publicada em Madrid em 1609<sup>25</sup>. O assunto a que o título se refere é a capitulação dos holandeses em Ternate perante a armada de 36 navios e os perto de 3000 soldados e marinheiros comandados por Pedro Bravo de Acuña, em Abril de 1606<sup>26</sup>. Vitória efémera, como sabemos, de qualquer forma suscitou da parte do conde de Lemos e do *Consejo de Indias* por ele presidido a crónica para consumo cortesão logo encomendada a Bartolomé de Argensola. Este empregaria dois anos na sua escrita, tanto assim que a *Conquista* recebe uma das duas licenças necessárias para ser impressa a 30 de Dezembro de 1608. Vai dedicada a Filipe III e abre com um sugestivo discurso aos leitores no qual Lupercio Leonardo de Argensola, irmão do autor, justifica algumas das opções menos consensuais de Bartolomé, como a de gastar nove das dez partes em que o título se divide com matérias alheias ao tema em epígrafe<sup>27</sup>.

### *Argensola*

Bartolomé Leonardo de Argensola dá-nos a ideia de ter existido em permanência à sombra da figura deste seu irmão maior e do influente D. Pedro Fernández de Castro. De nobre linhagem aragonesa, nascera em Barbastro em Agosto de 1562. Começou por

---

<sup>24</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-1 e cap. 6-6. Ver também: Lobato, 1999a, pp. 350-351; Isabel Durmond Braga, “Molucas”, in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, pp. 313-314 e 323.

<sup>25</sup> Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conquista de las Islas Malucas Al Rey Felipe III. N.º S.º. Escrita por el Licen.do Bartolome Leonardo de Argensola capellan de la Magestad de la Emperatriz y Rector de Villahermosa*, Madrid, por Alonso Martin, 1609. Todas as referências e citações a partir desta edição.

<sup>26</sup> Santos Hernández, 1973, pp. 40-41. Cf. Chaudhuri, 1998c, pp. 90-91.

<sup>27</sup> Lupercio Leonardo de Argensola, “A los Lectores: Carta de Lupercio Leonardo de Argensola Secretario de la Magestad de la Emperatriz, Chronista mayor del Rey nuestro Señor en la Corona de Aragon, y Chronista de aquel Reyno”, in Bartolomé Juan Leonardo de Argensola, *Conquista de las Islas Malucas*, Madrid, 1609, s. pp. [4. pp.].

estudar Filosofia e Direito em Huesca, após o que aprendeu Grego, Eloquência e História Antiga em Saragoça. Aos vinte e dois anos de idade é ordenado sacerdote e obtém a reitoria de Villahermosa em 1588. Quando Lupercio é nomeado secretário de Maria de Áustria, Bartolomé passa a ocupar o posto de capelão da Imperatriz (1592). Quando esta morre, em 1603, fixa-se em Valhadolid junto da Corte. Acompanhando o processo que descapitalizará Valhadolid em benefício de Madrid, encontram-lo a residir na que voltou a ser seda da monarquia em 1606 na altura em que o conde de Lemos o procura para aquele trabalho literário.

Em 1610 Lemos partia para Nápoles como vice-rei e levava consigo Lupercio Leonardo de Argensola como secretário de Estado e Guerra. Bartolomé, que entretanto regressara a Saragoça em busca de algum sossego, é chamado para acompanhar o irmão a Nápoles, onde não tarda a integrar a *Academia dos Ociosos*, ponto de encontro emblemático dos intelectuais de maior prestígio protegidos pelo vice-rei<sup>28</sup>. Por morte de Lupercio, ocorrida em 1613, Bartolomé Leonardo movimenta-se para ser escolhido para o cargo de cronista de Aragão que aquele acumulava. Virá a recebê-lo em Julho de 1615, altura em que viajou até Roma tendo em vista alcançar um canonicato na metropolitana de Saragoça. Regressará a Espanha no ano seguinte, acompanhando uma vez mais o conde de Lemos, que cessara funções. Em 1618, na sequência do desaparecimento do dominicano Fr. Francisco Diago, Filipe III dá despacho favorável à sua nomeação para o lugar de cronista-mor dos reinos da Coroa de Aragão. Bartolomé de Argensola faleceu em Saragoça a 4 de Fevereiro de 1631<sup>29</sup>.

O autor da *Conquista de las Islas Malvcas* parece também ter sido, desde sempre, mais considerado pelo seu poetar do que propriamente pelo legado historiográfico. Diogo do Couto foi um dos que, pensando nesse exacto texto, o visou de forma explícita. A ocasião é aquela em que o cronista português se queixa de quem reivindicava o estatuto de historiador dos assuntos do Oriente estando a milhares de léguas de distância do palco dos acontecimentos<sup>30</sup>. Por não ser indispensável entrar por

---

<sup>28</sup> Ver, *inter alia*, Isabel Enciso Alonso-Muñumer, “La Corte y el virreinato: el mecenazgo de don Pedro Fernández de Castro, VII conde de Lemos, y su política cultural, en Nápoles, a comienzos del XVII”, in *Las Sociedades Ibéricas y el mar a finales del siglo XVI – Congreso Internacional*, t. 3 – *El área del Mediterráneo*, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V/Pabellón de España Expo '98 - Lisboa, 1998, pp. 473-477.

<sup>29</sup> Entrada “Bartolomé Juan Leonardo de Argensola”, in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, vol. 30, Bilbao/Madrid/Barcelona, Espasa-Calpe, s.d., pp. 6-7.

<sup>30</sup> Ver Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia – Edição Crítica e Comentada de uma Versão Inédita*, vol. 1, liv. IV, cap. V — “De como Dioggo Lopez de Mesquita matou el rey de Maluco e a causa de sua morte”, Lisboa, CNCDP/IN-CM, 1993, pp. 363-364; idem, *ibidem*, vol. 1, 1993, p. 800, n. 364; Curto, 1998c, pp. 464-465. Todas as referências e citações da Década VIII da *Asia* de

aí, assinala-se antes que à *Conquista* seguiram-se uma *Relación de las alteraciones populares en Zaragoza en el año 1591* (terminada em 1626) e uma continuação dos *Anales de Aragón* de Zurita que abarca os quatro primeiros anos do reinado de Carlos V — *Primera parte delos Anales de Aragon, que prosigue los del Secretario Geronimo Çurita desde el año de 1516* (Saragoça, 1630). À parte um punhado de obras menores, tenham-se ainda presentes o seu *Discurso acerca de las cualidades que ha de tener un perfecto cronista*, apresentado aos deputados do Reino de Aragão antes que estes o confirmassem no cargo a que se candidatara em 1613, e uma *Respuesta* aos mesmos deputados sobre os motivos que o haviam levado a aprovar a *Historia apologética de los sucesos del reino de Aragón* de Gonzalo de Céspedes, a qual inclui algumas advertências a respeito do *Felipe II Rey de España* de Luis Cabrera de Córdoba<sup>31</sup>.

Para preparar a sua crónica de 1609 — a primeira impressa na Europa sobre as Molucas —, Bartolomé Leonardo de Argensola encontrou franqueados os arquivos reais de Sevilha, de onde extraiu muitas das relações e documentos originais que depois utiliza ou transcreve e onde se incluem inúmeros materiais portugueses. É sabido que se serviu igualmente das obras de João de Barros, António Galvão, Diogo do Couto, Jan Huygen van Linschoten e Gabriel Rebelo, autor de uma *Historia das Ilhas de Maluco* (ms. 1561) que teve segunda versão sob o título *Informação das Cousas de Maluco* (ms. 1569)<sup>32</sup>. Como se disse, os dez livros que dão corpo à *Conquista* extravasam em muito a simples resenha da jornada do governador Acuña a Ternate no ano da graça de 1606. Argensola aproveitou a ocasião e as facilidades de consulta que lhe foram oferecidas para produzir um texto que, desde logo, serviria para instruir, deleitando, os comerciantes e os funcionários das Filipinas que desejassem aprender a história e a geografia do Oriente durante a longa viagem que tinham de fazer até ao seu destino<sup>33</sup>.

O eclesiástico aragonês começa por reportar algumas fábulas sobre o nascimento dos primeiros reis das ilhas da Especiaria, de onde transita para uma resenha sobre os diferendos luso-castelhanos pelo domínio da zona e as expedições que tinham dado origem ao seu descobrimento. Pontuado por impressões avulsas sobre os respectivos mundos físico e humano, o assunto dos contactos entre os europeus e a região ir-se-á

---

Diogo do Couto a partir daquela versão (2 vol., 1993-1994: versão extensa a partir dos mss. n.º 839 da Biblioteca Pública Municipal do Porto e n.º 2980 da BNM).

<sup>31</sup> Sánchez Alonso, 1944, pp. 165-167 e 183-185; Anónimo, “Introducción”, in Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conquista de las Islas Malucas*, Biblioteca de Viajeros Hispánicos — 7, Madrid, Mirtaguano Ediciones/Ediciones Polifemo, 1992, pp. VII-IX.

<sup>32</sup> Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 578-579; Loureiro, 1997a, p. 362.

<sup>33</sup> Varela, 1997, p. 345.

actualizando paulatinamente, até se chegar a 1606. Pelo meio, assumem especial importância as digressões a respeito de áreas como as Celebes, o Bornéu, as Filipinas, o Ceilão, o Camboja (ainda centradas nas expedições de Juan Juárez Gallinato e Luis Pérez Dasmariñas), Madagáscar e o arquipélago de Banda. A terminar o livro IV — quer dizer, entre uma notícia sobre a morte do rei de Tidore e uma descrição da cidade de Manila —, oferece-se uma sintética “Descrição de la China” a que, mesmo assim, convém estar atento<sup>34</sup>.

### *Madrid define-se*

Na defesa que fizera da muito comentada prolixidade do seu irmão, Lupercio alegara que esse tique era mais do que legítimo porquanto tudo o que não visasse directamente a empresa das Molucas funcionava “como pompa deste triunfo”<sup>35</sup>. Juiz em causa própria, Bartolomé Leonardo de Argensola justifica o presente excursão chinês pela boa inteligência de alguns sucessos daquelas Filipinas onde se tinha iniciado a recuperação das ilhas do Maluco. A consequência é um plágio nunca assumido de parte substancial do livro VI da *História Índica* de Giovanni Pietro Maffei. Sem os cuidados que um Antonio de San Román acabara de ter quando dividira esta mesma fonte em capítulos de louvável efeito didáctico, o capelão da Imperatriz retoma, uns a seguir aos outros, os parágrafos em que o jesuíta italiano definira os antigos nomes da China, os mares, as terras e os povos com que confinaria, os vestígios da sua época expansionista, os motivos pelos quais abdicara de ser uma potência marítima, as leis que prendiam os seus naturais ao solo pátrio e que os incentivavam ao trabalho, o número das suas províncias, os favores climáticos trazidos pela sua situação, a lista das suas principais produções, as características da sua rede fluvial, o suposto número das suas cidades maiores, as regras praticadas nos casamentos, o arrumo das concubinas nas periferias dos sítios urbanos, as comédias e demais representações tradicionais, o esquema do poder provincial, os cortejos e as recepções prestadas aos mandarins, tal como bastante do que Maffei publicara sobre a religião dos chineses.

---

<sup>34</sup> Ver Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conquista de las Islas Malucas*, libro IV, Madrid, 1609, pp. 158-162.

<sup>35</sup> Lupercio Leonardo de Argensola, “A los Lectores”, in idem, *ibidem*, Madrid, 1609, s. p. [cit. p. 1].

Ainda ao invés de alguém como o beneditino Román, Argensola não se preocupa em agregar o que quer que seja ao que a história publicada em Florença cerca de 20 anos antes tinha para dar sobre o Império do Meio. Cópia passiva de um texto célebre, o seu exercício quase só se distingue deste por aquilo que opta por não importar daí: as visões genéricas da cidade chinesa, dos canais, pontes, caminhos e meios de locomoção usados no país, dos traços fisionómicos do povo, do traje e dos costumes e crenças que completavam os que seleccionara, dos instrumentos de assistência pública, da artilharia e da imprensa, dos exércitos e da Grande Muralha, da língua, dos estudos e dos rendimentos do tesouro régio. Depois, pouco familiarizado com a matéria, escorrega quando tenta precisar o número de províncias marítimas e interiores, quando faz equivaler a descontrolada procura de prata à de ouro e quando imagina o imperador Ming disfarçado com uma veste anónima a assistir às sessões dos julgamentos.

O que afinal vem a marcar a relativa originalidade deste compasso da *Conqvista de las Islas Malvcas* será o trecho em que, por interposto leitor, apela para que se não retirasse das Filipinas em atenção à causa da propaganda da fé nas partes da Ásia. Enquanto filhos da Igreja Católica, explica, os reis de Espanha tinham a obrigação estrita de se colocar na vanguarda daquela causa, usando da guerra se necessário fosse para adquirir províncias desertas. Dito isso, coloca no mapa as cinco principais regiões nas quais os missionários iam avançando a custo, mas em qualquer circunstância sempre e só mercê do apoio emprestado pelas Filipinas: o Japão, o Cambodja, Mindanau, as Molucas e a própria China<sup>36</sup>. Se adaptar Giovanni Maffei às teses do *Patronato* fora uma especialidade de Antonio de San Román e se esgrimir com as vantagens de Manila para sugerir a conquista de boa parte das suas vizinhanças acabara de ser uma tese polida por Gabriel de San Antonio, pode dizer-se que com Argensola está encontrada a bissectriz.

No livro IX da *Conqvista*, depois de referências avulsas à sublevação dos *sangleyes* que ocorrera em 1603 e à sangrenta resposta das hostes espanholas<sup>37</sup>, transcreve-se uma “carta del Visitador de Chincheo en la gran China para el Governador dõ Pedro de Acuña”<sup>38</sup> (onde o mandarim comenta aqueles acontecimentos com a arrogância normal do protocolo sínico), assim como a “Respuesta del Governador al

---

<sup>36</sup> Ver Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conqvista de las Islas Malvcas*, libro IV, Madrid, 1609, pp. 161-162.

<sup>37</sup> Ver idem, *ibidem*, libro IX, Madrid, 1609, pp. 316-335. Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4.

<sup>38</sup> Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conqvista de las Islas Malvcas*, libro IX, Madrid, 1609. pp. 336-338.

Visitador de Chincheo” (onde Pedro de Acuña dá mostras de se ter deixado cativar pelo irritante tom do seu interlocutor)<sup>39</sup>. Como se mencionou no ponto dedicado às colecções inglesas, Samuel Purchas extrairá daqui para o livro II do volume III da *Pilgrimes* as partes que interessam às relações da Inglaterra com a China<sup>40</sup>. Para se ter uma tradução integral do texto de Bartolomé Leonardo de Argensola houve que aguardar por 1706, altura em que saiu em Amesterdão, em língua francesa, com um título devidamente adaptado ao novo público-alvo: *Histoire de la Conquête des Isles Moluques par les Espagnols, par les Portugais, & par les Hollandois*<sup>41</sup>. Entre 1708 e 1709 aparece em Londres a correspondente tradução inglesa, logo seguida da alemã (Frankfurt, 1710)<sup>42</sup>.

### 3. Os Svcesos de las Islas Filipinas de Antonio de Morga, 1609

No mesmo ano em que Bartolomé Leonardo de Argensola colocava a circular na cidade e na Corte de Madrid o livro em que espelhava a posição do poder central sobre o arquipélago das Molucas e adjacências, o antigo *oidor* da *Audiencia de Filipinas* Antonio de Morga oferecia no México o seu contraponto laico e ultramarino. Referimo-nos aos *Svcesos de las Islas Filipinas*<sup>43</sup>, obra que vinha conhecendo de há alguns anos a essa parte uma publicitação semi-privada sob o título mais longo e mais expressivo de *Descubrimiento, conquista, pacificación y población de las islas Philipinas*<sup>44</sup>. De resto, diga-se que o manuscrito em causa parece ter sido consultado pelo próprio Argensola, algo que não seria difícil atendendo a que Morga enviara uma cópia a Filipe III. Talvez informado de que o *protégé* do conde de Lemos se preparava para editar um trabalho por demais coincidente com o seu, Antonio de Morga acabou por se sentir na necessidade de dar uma publicidade mais formal à crónica que escrevera. Existe ainda

---

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, libro IX, Madrid, 1609, pp. 338-340.

<sup>40</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>41</sup> Bartolomé Leonardo de Argensola, *Histoire de la Conquête des Isles Moluques par les Espagnols, par les Portugais, & par les Hollandois. Traduit de l'Espagnol d'Argensola, et Enrichie des figures & Cartes Géographiques, pour l'intelligence de cet Ouvrage*, Amesterdão, chez Jacques Desbordes Libraire, 3 vols., 1706.

<sup>42</sup> Anónimo, “Introducción”, in Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conquista de las Islas Malucas*, ed. 1992, p. IX.

<sup>43</sup> Antonio de Morga, *Svcesos de las Islas Filipinas. Dirigido a don Cristoval Gomez de Sandoual y Rojas, Duque de Cea. Por el Doctor Antonio de Morga, Alcalde del Crimen, de la real Audiencia de la Nueva España, Consultor del Santo Oficio de la Inquisicion*, México. En casa de Geronymo Balli, por Cornelio Adriano Cesar, 1609.

<sup>44</sup> W. E. Retana, “Estudio preliminar”, in Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, ed. W. E. Retana, Madrid, Librería General Victoriano Suárez, 1909, p. 172\*

uma segunda diferença, de relativo pormenor, entre a versão manuscrita e a versão impressa dos *Sucesos*: enquanto a primeira era dedicada àquele monarca, a definitiva surge oferecida a D. Cristóbal Gómez de Sandoval y Rojas, duque de Cea.

### ***Morga***

Antonio de Morga deverá à mulher com quem casou em 1582, Juana de Briviesca Muñatones, a proximidade com o clã do favorito de Filipe III, Francisco Gómez de Sandoval y Rojas, duque de Lerma, que esta dedicatória evidencia. Embora filho de um banqueiro biscainho que lhe concedeu todas as oportunidades para que acesse a uma boa educação, Morga pertencia a um estrato social inferior ao de quem, como ela, trouxera da sua Uceda natal a vantagem de um convívio estreito com a grande linhagem dos Sandoval. D. Pedro de Morga y Garay — tal era o nome do progenitor — desposara a sevilhana Agustina Sánchez y López de Garfias e fora em Sevilha que ambos haviam visto nascer Antonio em Novembro de 1555. Este começou por estudar na Universidade de Salamanca (1569-1574), após o que se graduaria em Cânones no Colégio-Universidade de Osuna (1578). Tendo ensinado durante algum tempo em Osuna, regressou a Salamanca para obter um novo título académico, desta feita de Doutor em Leis. Em 1580 ingressava no funcionalismo público como advogado, carreira que abandona em 1593 quando Filipe II assina no Escorial o decreto que o nomeia para as funções de tenente do governador das Filipinas<sup>45</sup>. A partir daqui está traçada a carreira de quem só deixaria o serviço da administração colonial espanhola quando a morte o chamasse, quarenta e três anos mais tarde.

Embarcando na frota de D. Francisco Coloma que zarpou de Cádiz a 24 de Fevereiro de 1594, Antonio de Morga chega a Veracruz a 30 de Maio. Enquanto aguarda na Nova Espanha a oportunidade de prosseguir viagem, exerce como juiz num par de processos e supervisiona o recrutamento dos 200 soldados que o irão acompanhar até Manila. Tomará o comando do galeão *San Filipe* que sai de Acapulco a 22 de Março de 1595 e atinge o destino no princípio de Junho, o mesmo navio onde seguiu Fr.

---

<sup>45</sup> AGI, *Filipinas*, 339, lib. 2, fl. 42v. Ver W. E. Retana, 1909, pp. 21\*-27\*; Lourdes Díaz-Trechuelo, “El primer asentamiento español en Filipinas, 1565-1598”, in *Las Sociedades Ibéricas y el mar a finales del siglo XVI – Congreso Internacional*, t. 6 – *Las Indias*, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V/Pabellón de España Expo '98 - Lisboa, 1998, pp. 227-228.

Gabriel de San Antonio, o dominicano que antes de publicar a *Relación* que acabámos de ler foi nada menos que seu confessor<sup>46</sup>.

Morga começa por exercer funções junto de Luis Pérez Dasmariñas, o jovem governador interino que é rendido a 14 de Julho de 1596 por D. Francisco Tello de Guzmán. A inexperiência de Dasmariñas, somada ao distanciamento que D. Francisco desde a primeira hora assumiu em relação aos negócios oficiais por não ter obtido um vice-reinado na América como pretendia, levaram a que a segunda figura na hierarquia local que era o tenente geral passasse a actuar, na prática, como número um. Uma hiperseriedade que dará por muito tempo a impressão de ser congénita ajuda ainda a explicar o denodo com que o Doutor Morga se entregou à abertura de numerosos inquéritos à vida civil, à censura da excessiva interferência do clero nos assuntos seculares, à escrita de um pesado relatório em 160 pontos sobre o estado da colónia (1598), à composição de uma série de *Ordenanzas* destinadas a fazer jurisprudência, aos deveres de comissário para a imigração chinesa (1601) e à causa do restabelecimento da *Audiencia* suprimida em 1590. Esta última proposta seria aprovada em Novembro de 1595. Por Cédula Real do mesmo mês e ano nomeiam-se os respectivos *oidores*, um dos quais — e o único presente na capital filipina a 8 de Junho de 1598, quando da respectiva refundação — é inevitável que fosse o próprio Morga<sup>47</sup>.

Certas sonoras trocas de argumentos que se tinham produzido entre o impoluto Antonio de Morga e o pouco consistente Tello de Guzmán enquanto aquele actuara como tenente do governador continuam, se é que não se agravam, assim que Morga se estreia na *Audiencia* de Manila<sup>48</sup>. A sua posição tornar-se-ia mais frágil ainda quando, dois anos depois, lhe entra porta dentro o *oidor* seu superior. Além disso, tanto zelo reformista e moralizante era o que havia de mais propício para ganhar inimigos de estimação entre os aventureiros e os crápulas de toda a espécie habituados a ditar a lei e a ordem nesse desterro. Mas a pior desventura ainda estava para vir.

Em Outubro de 1600 surgem em Manila uma nau e um patacho pertencentes à armada que largara do porto de Roterdão a 13 de Setembro de 1598 capitaneada por Olivier van Noort. Depois de rechaçados no Rio de Janeiro, onde tentaram

---

<sup>46</sup> Ver Fr. Gabriel de San Antonio, *Relación de los sucesos del Reyno de Camboxa*, Parte III, cap. I §. III, ed. 1988, pp. 87-88; James S. Cummins, “Editor’s Introduction”, in Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas by Antonio de Morga. Translated and edited by J. S. Cummins*, Cambridge, published for the Hakluyt Society at the University Press, 1971, p. 24, n. 2.

<sup>47</sup> Ver H. de la Costa, 1961, pp. 205-206; Cummins, 1971, pp. 1-6; pp. 13-15; p. 24, n. 2; Díaz-Trechuelo, 1998, pp. 227-228.

<sup>48</sup> Ver Díaz-Trechuelo, *ibidem*, p. 228.

desembarcar<sup>49</sup>, e de praticarem o curso na costa do Chile, seguindo dessa forma a rota da expedição Mahu-Cordes<sup>50</sup>, vinham em busca de novas presas. Contra todas as expectativas, Morga força o governador a nomeá-lo responsável pelos 150 espanhóis e pelos muitos filipinos e negros que embarcaram nos dois navios escolhidos para combater os perto de 140 holandeses armados com 34 canhões que os provocavam ao largo de Cavite.

Em resultado do confronto, o patacho holandês foi tomado, os 17 sobreviventes da sua tripulação enforcados e o capitão garroteado. A nau de Van Noort foi repelida depois de um combate duríssimo, mas também muito desorganizado da parte das forças de Manila. Passando pelo Norte de Bornéu, o almirante holandês conseguiria apesar de tudo ganhar Bantão e regressar à Holanda em finais de Agosto de 1601 com os sete tripulantes que, com ele, se crê que foram os primeiros holandeses a circum-navegar o globo. Só que do lado dos vencedores não havia motivos para festas: afundara-se o navio mercante adaptado para liderar a refrega, haviam perecido 137 espanhóis e o próprio Morga só se salvara após ter nadado durante quatro horas até às costas da ilha da Fortuna<sup>51</sup>. Acusado de incompetência e cobardia, viu instaurarem-lhe um processo que ainda corria no *Consejo de Indias* em Agosto de 1608. Reformula então com particular insistência pedidos antigos para que o transferissem para outro posto, o que consegue em Julho de 1603, quando troca o clima em todos os sentidos execrável de Lução pela cidade do México<sup>52</sup>.

Durante os dez anos que serviu como *alcalde del crimen* da *Audiencia* da Nova Espanha Antonio de Morga beneficiou da amizade e da confiança do vice-rei, o marquês de Montes Claros, publicou os seus *Sucesos*, distinguiu-se na organização das solenes exéquias do arcebispo Fr. García de Guerra, O.P. (1612), enviuvou e voltou a casar. Em 1613 o *Consejo de Indias* promovia-o a Presidente da *Audiencia* de Quito, funções que assumiu em Setembro de 1615. Não tarda a lançar-se às exigências daquele elevado cargo, mas é também aqui que os biógrafos começam a notar uma progressiva dissipação de carácter. O antes tão espartano burocrata ganha o gosto do pequeno contrabando e das mesas de jogo, fora outras escapadelas nocturnas que a bem dizer seriam assunto entre ele e a sua amantíssima esposa. A má fama vai crescendo e um inquérito é-lhe aberto por um agente de Madrid no início de 1625. Em consequência

---

<sup>49</sup> Ver Francisco Bethencourt, “O complexo atlântico”, in *HEP*, vol. 2, 1998, p. 327 [Bethencourt, 1998c].

<sup>50</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 21-2.

<sup>51</sup> H. de la Costa, 1961, pp. 189-191; Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, 1993, p. 347.

<sup>52</sup> Cummins, 1971, pp. 6-9 e 18.

disso, seis meses depois suspendem-no do lugar e condenam-no a um exílio longe de Quito. O processo arrastar-se-á entre alegações e contra alegações até que as instâncias competentes da Península deliberam o seu afastamento irrevogável. Morga não chegou a inteirar-se dessa última humilhação porque a morte foi mais rápida que o mensageiro<sup>53</sup>.

### ***Relatório & contas do Pinhal***

Autor de um só livro, o Doutor Antonio de Morga justificou-o com a falta de uma obra que tratasse do descobrimento, conquista e conversão do arquipélago das Filipinas e das acções praticadas pelos espanhóis nos reinos em redor. O argumento não cola por completo já que, apesar de tudo, sempre sobrava um *Libro y relación de las Islas Philipinas* (México?, 1585) e a *Relación de las Islas Filipinas* do jesuíta Pedro Chirino. Existiam igualmente os capítulos pertinentes da *Relación* de Fr. Gabriel de San Antonio, da *Historia* de Marcelo de Ribadeneira e do *Itinerario* de Martín Ignacio de Loyola, para além de que surge uma *História da China* no catálogo da biblioteca que deixou em Quito que aparenta ser a de Juan de Mendoza<sup>54</sup>. Se saber do aparecimento iminente da *Conqvista* de Argensola pode ter ajudado à decisão de editar os *Svcesos*, outros factores cruzam-se nesta trama. Por um lado, importar-lhe-ia lavar a honra no caso da controversa batalha com Van Noort, para mais porque ouvira dizer que o holandês escrevera a sua versão dos acontecimentos, a qual se traduzira para latim e se imprimira com ilustrações de Theodor De Bry<sup>55</sup>. Depois, continuava a faltar um

---

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, pp. 9-13.

<sup>54</sup> Ver idem, *ibidem*, pp. 15-16.

<sup>55</sup> Ver Tiele, 1867, p. 27. A referência da 1.ª ed. completa da viagem à volta do mundo de Olivier van Noort: *Beschryvinghe vande Voyagie om den geheelen Werelt Cloot, ghedaen door Olivier van Noort van Vtrecht, Generael over vier Schepen, te weten: het Schip Mauritius als Admirael, dat wederom ghecomen is, Hendrick Fredrick Vice-Admirael, het Schip de Eendracht, midtsgaders de Hope, wel ghemonteert van alle Ammonitie van Oorloghe ende Victualie, op hebbende 248. man, om te gaen door de Strate Magellanes, te handelen langhs de Custen van Cica Cili ende Peru, om den gantschen Aerden Cloot om te zeylen, ende door de Moluckes wederom thuys te comen. Te zeyl ghegaen van Rotterdam, den tweeden July 1598. Ende den Generael met het Schip Mauritius is alleen weder ghekeert inde Maent van Augusti, Anno 1601. Daer in dat vertelt wort zyne wonderlijcke avontueren, ende in verscheyden Figuren asghebeelt, vele Vremdigheden dat hem is bejegent, 't welke hy ghesien, ende dat hem wedervaren is. Men vintse te coop tot Rotterdam, by Ian van Waesberghen, op de Maret inde Fame. Ende tot (Descrição da Viagem à volta do mundo, feita por Olivier van Noort de Utrecht, comandante de quatro navios... para navegar pelo Estreito de Magalhães, explorar as costas de Cica, do Chile e do Peru, e realizar a volta inteira ao mundo passando pelas Molucas. Saído de Roterdão a 2 de Julho 1598, e [apenas o comandante] regressado em Agosto 1601. Onde são contadas as suas aventuras maravilhosas, etc.), Amesterdão, by Cornelis Claesz opt Water, int Schrijsboeck., s.d. [1602?]. Ver Tiele, *ibidem*, pp. 27-38*

consenso sobre a política a seguir no território, pelo que se sentiria com uma palavra a dizer a esse respeito.

Quando ainda novato tenente de Luis Pérez Dasmariñas, Antonio de Morga colocara esperanças em que depressa se alargasse a influência castelhana sobre os países vizinhos conforme o modelo posto em prática pelos franciscanos no Japão. Mas quando Francisco Tello veio sugerir a invasão da Indochina, o seu ainda subalterno opôs-se-lhe com o argumento de que havia antes que consolidar a presença na própria colónia, mormente nas problemáticas ilhas de Mindanau e Jolo. A seguir sobreveio o desastre da campanha no Cambodja e Morga não hesitou em detectar aí um justo castigo divino. Com o andar dos anos foi apurando o seu realismo, tanto assim que num *Discurso* que escreveu para o vice-rei do Peru mal acabara de se lhe apresentar — e que constituiria o derradeira oportunidade em que se pronunciou sobre a matéria em causa — reafirma, um por um, os argumentos que são também os que encontramos nos *Svcesos*: as Filipinas deveriam ser preservadas como base militar e como retaguarda para o avanço missionário na região, o que se até certo ponto subentendia uma acusação velada a Filipe III por este não se empenhar o suficiente na defesa do arquipélago, excluía em qualquer caso imediatas fugas para a frente de tipo belicista como as que foram assinadas pelo conde de Bailén e por Fr. Gabriel de San Antonio<sup>56</sup>.

O mesmo Fr. Gabriel garante-nos que o manuscrito dos *Svcesos de las Islas Filipinas* se encontrava concluído no início de 1598. Pedro Chirino folheou-o antes de abandonar Manila em 1602. Conforme querem alguns, Antonio de Morga pode ter encetado a sua redacção tão cedo quanto 1595, mal chegara ao arquipélago. Os sete primeiros capítulos da obra tratam o ocorrido entre a descoberta daquelas partes orientais e o termo do governo de Pedro de Acuña, o que desde logo implica que alguns retoques foram feitos durante o período mexicano do autor. O oitavo e último descreve de forma canónica a situação geográfica das Filipinas, os seus antigos nomes, o seu clima, as suas gentes, os seus animais, as suas plantas e as suas principais produções. Baseado numa experiência pessoal invejável, em inquéritos orais conduzidos pelo próprio Morga, em documentos administrativos e em recolhas etnográficas que poucos como ele se podiam gabar de ter compilado, oferecia a quem o lesse no México antes de

---

<sup>56</sup> Antonio de Morga, *Svcesos de las Islas Filipinas*, “[Dedicatória] Al Lector”, México, 1609, s. pp. [4 pp.] Todas as referências e citações a partir desta edição. Cummins, 1971, pp. 3, 5, 10, 16-23; p. 46, n. 1; Varela, 1997, pp. 350-351.

embarcar para Manila a valiosa perspectiva do primeiro autor laico comprovado que escreveu sobre o objecto explicado no título<sup>57</sup>.

Por contraste com o que acontece daí em diante, os quatro primeiros capítulos dos *Sucesos* — levados até termo do consulado de Santiago de Vera (1584-1590) — são de um decepcionante esquematismo. Tal tendência inverte-se por completo a partir do momento em que Morga passa a dar conta de casos acontecidos durante os oito anos em que residiu nas Filipinas. Talvez seja apenas por isso que não faz referência ao polémico projecto da “empresa de China” quando relata a missão que o Pe. Alonso Sánchez conduziu em Madrid e em Roma em nome do governador, da *Audiencia*, do arcebispo, do bispo, dos cabidos eclesiástico e secular de Manila, além do de Nueva Cáceres. Apesar de deixar entender que o frenesim do jesuíta resultara em despachos reais que ultrapassavam a vontade dos poderes instituídos na colónia, o autor avaliará o seu desempenho diplomático em termos globalmente positivos, chamando a atenção para a vitória que representara nessa época a supressão da *Audiencia* e o estabelecimento de uma guarnição de 400 soldados sustentada pelo erário público<sup>58</sup>.

Se não se pode dizer que Morga dê alguma vez mostras de vacilar nas suas convicções mais profundas a respeito do grande desígnio da missionação a montante das Filipinas, à medida que vai avançando na cronologia observa-se que vão sendo expostos os argumentos que acabam por configurar aquele realismo prático que acabámos de referir. O primeiro surge-nos por via do martírio padecido em Nagasáqui pelos franciscanos que idolatrava. Transcrevendo uma carta que o presbítero biscainho Fr. Martín de Aguirre lhe escrevera enquanto caminhava para o cadafalso, o cronista faz eco do típico discurso místico que constituía a melhor propaganda dessa causa. Mas quem visse com olhos de ver toda a narrativa que vinha a seguir, por certo chegaria à conclusão de que havia algo de errado em tanto ardor. Sem paliativos, Morga diz da medrosa embaixada que Francisco Tello mandara a Hideyoshi para lhe testar o ânimo, da sua convicção de que o tirano japonês jamais se inclinaria à amizade com os espanhóis, bem assim como do pânico que então se instalara em Manila por se temer um desembarque do poderoso *taikô*. E diz mais: que o medo fora tanto que logo se

---

<sup>57</sup> Ver Sánchez Alonso, 1944, pp. 259-261; Cummins, 1971, pp. 23-28.

<sup>58</sup> Ver Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, cap. IV — “Del gouierno del Doctor Santiago de Vera, y fundacion de la Avdiencia de Manila, hasta que se quitó, y de lo que se offereció en su tiempo”, México, 1609, fls. 9v.-11r.

tinham despachado emissários a Cantão e a Chinchéu a avisar os mandarins e a sugerir-lhes que tomassem posições na Formosa antes que os japões as tomassem por eles<sup>59</sup>.

Outro balde de água fria lançado sobre as quimeras de um Império na Ásia é no que dá a leitura dos parágrafos que começam com o boato que corra em 1603 segundo o qual estaria por dias uma invasão das Filipinas por um corpo expedicionário chinês de 100.000 homens<sup>60</sup>. A tensa conjuntura interna desemboca pouco depois na revolta dos *sangleyes* e nesse massacre que se estima tenha feito entre 15 e 23 mil vítimas<sup>61</sup>. Apavorados como nunca com uma possível represália da China, aflitos com o corte de abastecimentos e a paralisia dos ofícios que decorra do golpe dado na laboriosa comunidade fujianense, os espanhóis fazem seguir para os tutões, aytões e inspectores das duas províncias fronteiras a humilde justificativa que suscitaria a petulante carta do visitador de Chinchéu para Pedro de Acuña que vimos transcrita por Bartolomé Leonardo de Argensola. Antonio de Morga conta outra vez tudo sem quaisquer rodeios, fechando com a minuta integral da mesma missiva. Ainda acrescenta que o governador sentado em Manila replicou “comedida y autorizadamente”<sup>62</sup> às reclamações do lado Ming, mas a impressão de cerco mantém-se<sup>63</sup>.

O essencial das questões chinesas dispersas pelos *Sucesos de las Islas Filipinas* surge concentrado numa longa descrição dos negócios do Pinhal protagonizados por Juan Zamudio e Luis Pérez Dasmariñas. Nos antípodas das evasivas palavras reservadas ao assunto pelo Pe. Luis de Guzmán e por Fr. Gabriel de San Antonio, Antonio de Morga não sente problemas em expor qual o entendimento que as autoridades filipinas haviam tido daquele projecto, quais os passos que haviam dado para o concretizar e quais os obstáculos que haviam encontrado, sobretudo da parte de Macau<sup>64</sup>. Adquire aqui particular significado a transcrição integral de mais uma carta inédita, no caso a que lhe fora endereçada precisamente do Pinhal a 23 de Dezembro de 1598 pelo

---

<sup>59</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. VI — “Del gouierno de Don Francisco Tello, y dela segunda fundacion dela audiência de Manila, y delas cosas que acaecieron, en el tiempo que duro este gouierno”, México, 1609, fls. 33r.-40r. Cf. Cabezas, 1995, p. 327.

<sup>60</sup> Ver Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, cap. VII — “Del gouierno de Don Pedro de Acuña, gouernador y presidente de las Filipinas, y de lo que en su tiempo acaecio, hasta que murió, por Iunio, de el año de seiscientos y seis, despues de auer buuelto a Manila, dejando hecha la conquista de las islas, sujetas a el rey de Terrenate”, México, 1609, fls. 98v.-100v.

<sup>61</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6-4. Ver também: Mesquitela, *História de Macau*, vol. 2, t. 2, 1997, p. 87.

<sup>62</sup> cit. fl. 115r.

<sup>63</sup> Ver Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, cap. VII, México, 1609, fls. 106r.-115r.

<sup>64</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. VI, México, 1609, fls. 52v.-55v. e 59v.-60v.

presbítero e cosmógrafo Hernando de Los Ríos Coronel, um dos dois agentes que D. Luis enviara a Cantão depois de naufragar<sup>65</sup>.

Ríos Coronel explica quantos milhares de pesos D. Zamudio desembolsara para corromper os chineses a quem propusera a cedência daquele porto e a abertura de uma feitoria em Cantão, assim como acontecera a inamistosa reacção portuguesa. Prognostica as vantagens que tais concessões poderiam trazer para os espanhóis, como seria o caso do acesso directo à preciosa seda chinesa e a bens de primeira necessidade que as ilhas não produziam, a redução do número de intermediários *sangleyes* e o envio antecipado das mercadorias que por regra seguiam para a Nova Espanha no galeão de Manila. Traça um imperdível retrato psicológico dos chineses, ditos tão maldosos, falsos e depravados que só anjos, não homens, podiam lidar com eles. Reproduz de ouvir contar a extrema grandeza, fertilidade e riqueza da terra, as suas vias navegáveis e a intensa exploração que era feita dos seus recursos. Confessa o seu desapontamento com os maus edifícios de Cantão, mas garante ter já uma pista sobre o lugar onde o rei guardava o seu tesouro. E por haver conversado com um nativo que envergava o hábito da Companhia de Jesus — algum dos nossos conhecidos irmãos coadjutores, Francisco Martins, Sebastião Fernandes ou Manuel Pereira —, nomeia os trabalhos de Michele Ruggieri e Matteo Ricci, cogita no que poderia vir a dar o facto dos missionários terem um amigo em alguém muito influente junto da Corte Imperial — Wang Honghui, certamente<sup>66</sup> —, coloca Nanquim nos 32° lat. N e Pequim acima dos 50° lat. N<sup>67</sup> e erra uma segunda vez sem ter consciência disso quando fala na existência de três residências jesuítas distribuídas entre essas duas cidades<sup>68</sup>.

Para sustentar um acochado padrão castelhano num esconso recorte da costa entre Macau e Cantão, Hernando de los Ríos Coronel ressuscita ainda os vetustos argumentos de Tordesilhas e exprime toda a sua perplexidade com essa coisa estranha dos portugueses se oporem à presença e ao trato dos seus compatriotas não só nas partes da China, mas também nas Molucas, no Sião, no Cambodja, na Cochinchina e no que sobejava do arquipélago indonésio. Citando a *Historia General de las Indias* de López de Gómara, alarga os que garante serem incontrovertidos direitos espanhóis às posições

---

<sup>65</sup> Sobre a figura de Hernando de los Ríos Coronel, ver Juan Gil, *Mitos y utopías del Descubrimiento*, vol. 2, *El Pacífico*, Alianza Universidad — 585, Madrid, Alianza Editorial, 1989, pp. 136 e segs..

<sup>66</sup> Ver *supra*, Parte II cap. 17-3.

<sup>67</sup> “[...] Dize, esta Lanquiẽ en el altura de Toledo, que es treinta grados y dos tercios, y de alli a Paquiẽ, tardan veinte y cinco dias de camino, que à la razon deue de estar en mas de cinquenta grados” — Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, cap. VI, México, 1609, cit. fl. 59r.

<sup>68</sup> Ver *idem, ibidem*, cap. VI, México, 1609, fls. 55v.-59v.

ocupadas pelos lusitanos nas proximidades do Estreito de Malaca<sup>69</sup>. Dir-se-á que Antonio de Morga se encontra sempre um pouco salvaguardado desta controvérsia político-cosmográfica porque, afinal, cita um texto alheio mas não o comenta. Pode ser. No entanto, como seria que o seu critério de virtuoso magistrado interpretou a alínea da instrução de 1595 que, ao restaurar a *Audiencia* de Manila, estipulava que a respectiva jurisdição se estendia do arquipélago à “tierra firme de la China del descubierto, y por descubrir”?<sup>70</sup> E como será que o leitor incauto saía do imbróglio?

---

<sup>69</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. VI, México, 1609, fls. 58r.-58v. Cf. Gil, 1991, p. 129.

<sup>70</sup> Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, cap. VI, México, 1609, cit. fl. 42r.

## CAPÍTULO 23

### **Escritos híbridos no compasso de espera da cronística lusa**

A maioria dos textos recolhidos para os dois capítulos precedentes impôs-nos como evidência que as caracterizações do mundo chinês aí oferecidas só a custo prescindem, ou se emancipam, de um conjunto quase fixo de minutas aparecidas dez, vinte, trinta ou mais anos antes. Tais textos dizem-nos também que um vínculo antiquado e livresco como esse tende a persistir mesmo naqueles casos em que o ditado partiu de alguém que experimentou a Ásia, viajou até Macau ou cujos interlocutores relevantes por lá passaram. Nas últimas cartas indianas de Filippo Sassetti a sombra de Gaspar da Cruz é tão marcante como nas anedotas recuperadas por Jean Mocquet nos finais da segunda década do século XVII. As declarações produzidas por Dirck Gerritsz Pomp terão parecido tão desconsoladas a Lucas Janszoon Waghenaer que este não viu outra saída senão voltar-se para um notório resumo de Bernardino de Escalante. Jan Huygen van Linschoten desembaraçou-se como pôde da sua ignorância a respeito da China e dos chins recorrendo de forma disfarçada a Juan de Mendoza, enquanto Bartolomé Leonardo de Argensola apenas conseguiu pensar em Giovanni Pietro Maffei quando se descobriu em idênticos trabalhos, cerca de duas décadas depois. Mesmo Francesco Carletti, indubitavelmente o mais completo e actualizado do grupo, não terminou sem um empréstimo tão clandestino quanto abusado de alguém que, se não foi o eterno Fr. Gaspar, o imita muito bem.

Sendo este o comportamento padrão por parte dos principais autores italianos, espanhóis, franceses e holandeses não vinculados à História das Missões, falta conferir o que nos têm para dizer os portugueses que partilham com eles um lugar neste derradeiro período em análise. Começamos por três textos de tipo híbrido, os quais sabemos de antemão marcados por equívocos panfletários, tiques de panegirista ou lógicas mais literárias que factuais. Apesar de tudo, a opção afigura-se-nos pertinente tanto por facultar um espectro mais amplo à nossa leitura, como porque ajuda a contrabalançar o quase desaparecimento, que acontece durante os últimos dois decénios

do século XVI, do tipo de fontes que é norma coligirmos. Servidos pelos cuidados críticos que julgámos indispensáveis, avançamos, assim, para os *Dialogos* de D. Frei Amador Arrais (1589-1604), o *Livro Segundo das Saudades da Terra* do Pe. Gaspar Frutuoso (c. 1591) e a *Lvsitania Transformada* de Fernão Álvares do Oriente (c. 1600-1607).

### 1. Os *Dialogos* de D. Frei Amador Arrais, 1589-1604

Quando se passa a vista pelos considerandos sobre “os ritos, & institutos dos Chinas” expostos por D. Fr. Amador Arrais (c. 1530-1600) nos seus *Dialogos* (1.<sup>a</sup> ed. Coimbra, 1589<sup>1</sup>; 2.<sup>a</sup> ed., revista e acrescentada, Coimbra, 1604<sup>2</sup>), mais legível se torna a “opção espanhola” seguida por Giovanni Pietro Maffei aquando da feitura do livro VI da *História da Índia*<sup>3</sup>. Por onde quer que se lhe pegue, o período que decorre entre a saída do *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jerónimo Osório e o encarceramento de Damião de Góis pelo Santo Ofício (1571), por um lado, e a publicação da *Década IV* de Diogo do Couto (1602), por outro, não apenas corresponde a um vazio de três décadas no terreno da historiografia portuguesa da Expansão, como a um hiato quase absoluto na publicitação extra-jesuítica de novidades relativas à China. Escrevendo em Portugal na mesma altura em que aquele italiano ultimava em Roma o grosso volume que ajudou a divulgar, um pouco por toda a Europa, a mal conhecida gesta lusa, o portuguêsíssimo Arrais respondia à persistente curiosidade dos seus compatriotas pelo Celeste Império com a mera tradução para vernáculo dos correspondentes parágrafos latinos que o antigo bispo de Silves preparara para o leitor estrangeiro nos finais da década de 1560.

---

<sup>1</sup> Fr. Amador Arrais, O.C.C., *Dialogos de Dom Frei Amador Arraiz Bispo de Portalegre*, Coimbra, Em casa de Antonio de Mariz, Impressor, 1589.

<sup>2</sup> Fr. Amador Arrais, O.C.C., *Dialogos de Dom Frey Amador Arraiz, Bispo de Portalegre: revistos, e acrescentados pelo mesmo Autor nesta segunda impressão*, Coimbra, Na Officina de Diogo Gomez Lovreyro Impressor da Vniversidade, 1604.

<sup>3</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 15-2.

## *Arrais*

Nascido, ao que parece, em Beja e cedo destinado pela família à carreira eclesiástica, D. Fr. Amador Arrais aprende as primeiras letras e inicia os estudos elementares no convento que os carmelitas calçados mantinham naquela cidade do Alentejo. Toma o hábito no convento lisboeta da mesma Ordem em 1545, vindo a professar no ano seguinte no Colégio de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Carmo de Coimbra. A partir dessa altura é estudante e candidato ao magistério universitário coimbrão. Tendo terminado os cursos de Artes e Teologia em Abril de 1557, ingressa no corpo académico da Universidade, onde lê continuamente Filosofia ou Teologia. Em Junho de 1561 concorre, sem êxito, à então vagante catedrilha de Teologia. Em Outubro desse ano apresenta ainda ao Conselho da Universidade de Coimbra a prova do recém-adquirido grau de Doutor em Teologia pela Universidade de Lérida, facto interessante apesar de suscitar algumas perplexidades, dado o pouco que se conhece sobre as relações entre as duas escolas em causa.

Em Outubro de 1566 Amador Arrais candidata-se à cadeira de Durando, concurso que perde para o franciscano castelhano Pe. Fr. Francisco de Cáceres. Tal revés determinará o seu regresso à vida claustral e à administração e magistério no Colégio do Carmo. Anos depois, Fr. Amador reaparece-nos referenciado quando o cardeal D. Henrique, então arcebispo de Évora pela segunda vez, o chama para seu coadjutor. Pela bula de Gregório XIII de 23 de Julho de 1573, Arrais é provido no cargo e título de bispo Adrumentino, depois mudado no de Tripoli *in partibus*. Contudo, a sua missão principal é a de esmoler-mor do cardeal, a qual conserva até 1583 e o obriga a residir junto da Corte, quer em Lisboa, quer em Almeirim. Filipe II quita-o dessa obrigação em Agosto de 1583, cerca de dois anos depois de o ter nomeado para o bispado de Portalegre. O novo bispo tomou posse da sua diocese por procuração em Janeiro de 1582, para renunciar à mesma em 1596. Recolher-se-á no Colégio do Carmo de Coimbra, onde revê os seus *Dialogos* a pensar naquela segunda edição que acabaria por ser póstuma. Ao contrário da primeira, “em que faltou a dedicação”, a de 1604 traz uma dedicatória ao bispo D. Jorge de Ataíde, comendatário perpétuo do Mosteiro de Alcobaça, capelão-mor e esmoler do rei<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Fr. Amador Arrais, O.C.C., *Diálogos de D. Frei Amador Arrais*, “[Dedicatória] Ao Bispo Dom George de Ataíde”, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, colecção Tesouros da Literatura e da História, Porto, Lello & Irmão Editores, 1974, cit. p. XXXIII (edição conforme a de 1604). Todas as citações da

A obra a que o carmelita empresta o nome começara a ser escrita por um irmão seu, um tal Doutor Jerónimo Arrais, entretanto falecido. Está por definir onde termina o contributo de um e onde principia o do outro. Ainda assim, é inelutável que a peça de literatura ascética que temos entre mãos concorda com o retrato de catequista militante e de contra-humanista doutrinário que se guarda de Fr. Amador.

Trata-se de um conjunto de dez diálogos através dos quais um interlocutor constante dito “Antiocho enfermo” conversa com sucessivos visitantes seus amigos (um médico, um par de pregadores, um canonista, um fidalgo, um legista, etc.). A fórmula até será a neo-clássica do diálogo de consabida tradição platónica, só que o recheio é do mais puro ultramontanismo pós-tridentino. Longe de haver debates entre teses, há um quase-monólogo de uma personagem central, presuntivo desdobramento do nosso clérigo, que não apenas opera a instrumentalização dos autores e dos tópicos culturais mais queridos ao classicismo pela apologia da causa católica, como discorre sobre um conjunto de assuntos políticos de forma a vincar a sua militância teocrática e a sua intolerância religiosa.

Para o primeiro caso servem os resgates selectivos de Aristóteles, Platão, Virgílio, Cícero, Petrarca, Jacopo Sannazaro, Giovanni Giovano Pontano, Lorenzo Valla e Luis Vives, empregues numa obra que em grande parte é um simples tratado moral. Para o segundo, a incriminação da “gente judaica” no diálogo III, o anti-maquivelismo que sustenta o diálogo V sobre “as condições, & partes do bom principe” e as violentas palavras com que visa Erasmo no diálogo IX — “Valhavos Deos, Calydonio, como podeste pronunciar o nome desse homem? lavai a boca se quereis mais falar comigo”, exalta-se o velho Antíoco depois daquele seu comparsa teólogo lhe ter perguntado se havia lido o opúsculo do humanista roterdamês da preparação para a morte<sup>5</sup>. Fará semelhante ao lembrar de que modo o autor dos *Colóquios* e do *Elogio da Loucura* satirizara o clero, rejeitara a escolástica e se empenhara na crítica histórico-filológica do texto bíblico<sup>6</sup>.

---

edição de 1604 dos *Dialogos* de D. Fr. Amador Arrais a partir desta edição de 1974. O texto da edição de 1589 será conferido por intermédio do respectivo original.

Ver Fidelino de Figueiredo, “Prefácio”, in Fr. Amador Arrais, *Diálogos*, selecção, prefácio e notas de F. de Figueiredo, colecção de clássicos Sá da Costa, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1981, p. XLVII (1.<sup>a</sup> ed. 1944); Manuel Lopes de Almeida, “Introdução”, in Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, ed. 1974, pp. X-XXVII.

<sup>5</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, Diálogo IX: Consolação pera a hora da morte, cap. X — “Censura hũa queixa de Theophrasto; & consola os que morrem em qualquer idade, ed. 1974, cit. p. 542.

<sup>6</sup> Saraiva & Lopes, ed. 1979, pp. 445-446; Figueiredo, ed. 1981, pp. XVII e XXX-XLV; Rosa Mendes, 1993, pp. 405-406.

### *A cábula chinesa do neurasténico Antíoco*

Os parágrafos que nos importam vêm incluídos no pseudodiálogo intitulado “Da gloria, & triumpho dos Lusitanos”, o quarto da obra e mais um de feição política. Aqui propõe-se Fr. Amador Arrais resumir, “como em hum breve compendio, o que está diffuso per longos volumes, da conquista das Indias Orientaes pelos Portuguezes”<sup>7</sup>. O que escapava, insistia, era a existência de historiadores ou de palavras eloquentes o suficiente para celebrarem as grandezas pretéritas do seu próprio povo à imagem e semelhança do que havia sido feito pelos escritores atenienses e romanos<sup>8</sup>. Os alvos não são identificados, mas é impossível deixar de conceber que se referisse um pouco a todos e a cada um dos cronistas oficiais de Quinhentos, de Lopes de Castanheda a João de Barros, de Damião de Góis a Jerónimo Osório.

Que noutras alturas Amador Arrais os elogiasse ou utilizasse — como elogiou ou utilizou Garcia de Orta e André de Resende, por exemplo — era assunto que não vinha ao caso. Que o desastre de Alcácer Quibir ou o facto consumado da união com Castela transformassem o seu inflamado patriotismo e a crença num destino providencial para a nação lusa que ia junta em algo entre o absolutamente ingénuo e o rematadamente anacrónico era coisa que não o apoquentava. Rendido à aliança peninsular, como a maioria da intelectualidade portuguesa da altura, ou tão-só fiel a uma concepção do *epos* nacional que convivia bem com a ideia de que Portugal era parte específica, mas não estranha, do todo formado pela Espanha, como foi timbre das literaturas ibéricas, incluindo da portuguesa, Arrais resolve os dilemas que tem com a decadência da sua nação investindo o “potentissimo Rey Catholico Dom Philippe senhor nosso” da tarefa de lhe salvar o Império e o futuro. Como? Corrigindo os desvarios mercantis que teriam conduzido ao caos presente com a reposição dos ideais cavaleirescos e cruzadísticos dos primórdios da epopeia em África e no Oriente<sup>9</sup>.

É neste cenário doutrinal que surge a pergunta do cavaleiro Herculano e a correspondente resposta de Antíoco sobre a gente da China. As linhas em causa conservam-se, com a diferença mínima de um advérbio, da edição de 1589 para a de

---

<sup>7</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, Diálogo IV, “Da gloria, & triumpho dos Lusitanos”, cap. XXII — “Que favorece Deos aos Reys zeladores de seu serviço, & amigos da releião”, ed. 1974, cit. p. 274.

<sup>8</sup> Ver idem, *ibidem*, Diálogo IV, cap. III — “Da conquista de Affrica pelos Portuguezes, & dos historiadores, & impressores” ed. 1974, pp. 221-223.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, Diálogo IV, cap. XXIX — “Em que se rematão os louvores dos Portuguezes, & se trata do sepulchro, & Cidade de Sam Thome”, ed. 1974, cit. p. 291. Ver José de Pina Martins, “Prefácio”, in António Cirurgião, *Fernão Álvares do Oriente – O homem e a obra*, Cultura Medieval e Moderna — 5, Paris, Centro Cultural Português-FCG, 1976, p. XIV; Rosa Mendes, 1993, pp. 414-415.

1604. Como se disse, o que Fr. Amador de Arrais aqui faz é apenas a cópia do que estava, mas não confessa que estava, no livro XI do *De rebus gestis*. Com pouco mais que três omissões — das quais a mais significativa será, porventura, aquela que, introduzida por Góis, se reportava à veneração do virtuoso milagreiro que atravessara um rio sobre a lâmina da sua espada<sup>10</sup> — evoca, tal qual aí, os limites geográficos “da região dos Chinas”, as generalidades sobre a abundância e a fertilidade do país, os rasgos somáticos das gentes, os seus divertimentos, a cuidada aprendizagem a que se submetiam, a antiguidade da sua imprensa, as suas crenças religiosas, os castigos que arriscavam os criminosos, as medidas dissuasórias do ócio e da comunicação com estrangeiros, terminando por referir-se às “varias formas de luxuria, & congressos nefandos”.

Herculano quer saber a propósito do motivo pelo qual S. Paulo chamara ao pecado nefando “immundicia, & payxão de ignominia”, ao que o doente riposta com ajuda do que afirmara Beroso e do que entendera Plínio<sup>11</sup>. O capítulo seguinte ainda abre com uma pergunta do visitante do momento sobre a razão que assistiria aos reis da China para “se esconderem, & negarem a sua presença aos vassallos”, mas as explicações logo derivam para o imperador cristão dos abexins da Etiópia naquilo que se prefigura como um claro aproveitamento da *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis* de Damião de Góis<sup>12</sup>.

## **2. O Livro Segundo das Saudades da Terra do Pe. Gaspar Frutuoso, c. 1591**

Se os *Dialogos* do retórico Amador Arrais dão bem a medida do estancamento de novidades informativas a respeito da China que se constata no momento, em vários sentidos crepuscular, do termo do século português, não lhe tendo valido sequer a frequência da Corte e uma residência, pelo menos intermitente, no convento dos carmelitas calçados de Évora para compulsar aquele *Tractado* eborense de Fr. Gaspar da Cruz que também parece ter escapado ao jesuíta Giovanni Maffei, algo de semelhante se passará com a parte para nós relevante do *Livro Segundo das Saudades*

---

<sup>10</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-4.

<sup>11</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, Diálogo IV, cap. XXXII — “Da China”, ed. 1974, cits. pp. 297 e 298.

<sup>12</sup> Arrais, Diálogo IV, cap. XXXIII — “Porque muytos Reys gentios negão sua presença aos vassallos, & dos que cometerão a conquista da India”, ed. 1974, cit. p. 299. Ver *idem*, *ibidem*, Diálogo IV, cap. XXXII, ed. 1974, pp. 297-298.

*da Terra* do Pe. Gaspar Frutuoso (S. Miguel, 1522-1591), onde se intercalou um relato de primeira importância sobre os anos da invenção de Macau que o desinteresse quis que permanecesse em manuscrito apesar de dever ter sido pensado para a publicidade imediata.

### ***Frutuoso***

Proveniente de uma abastada família de lavradores e considerado o primeiro cronista da colonização portuguesa dos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, o açoreano Gaspar Frutuoso veio a ser doutor em Teologia e mestre em Artes pela Universidade de Salamanca. Depois da formatura em Espanha (1558), regressa à sua terra natal, onde se ordenou. O dominicano Fr. Domingo de Soto, que obtivera a cátedra *de prima* de Teologia em Salamanca em 1552<sup>13</sup>, foi seu professor durante a segunda estada naquela cidade. Frutuoso trabalhará de seguida junto do bispo de Miranda, D. Julião de Alva, leccionando a espaços no Colégio dos jesuítas de Bragança. Chamado aos Açores pelo novo bispo de Angra, D. Miguel de Almada, é escolhido para vigário e pregador na igreja matriz da vila da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel.

O Pe. Gaspar Frutuoso deixou mais de dezena e meia de manuscritos sobre teologia e música, todos eles perdidos, mas sobreviverá para a posteridade graças a esse outro cujo título completo é *Sãudades da terra ou história das ilhas dos Açores desde o seu descobrimento*. Escrito entre 1580 e o ano da sua morte, e legado pelo próprio vigário ao Colégio da Companhia de Ponta Delgada em conjunto com uma biblioteca de mais de quatrocentos volumes, aparece dividido em seis livros e trazia em anexo um anterior dito *Sãudades do Céu*. Misto de notícias de descobrimentos, datas e dados de viagens marítimas, descrição das etapas e dos sítios de colonização, de biografias e panegíricos de capitães e navegadores ou de lendas transitadas das tradições orais e escritas, traduz um esforço inédito por retirar de crónicas como as de Garcia de Resende, João de Barros, Damião de Góis e António Galvão, tal como dos vários cartórios eclesiásticos e notariais que revolveu e das “memórias de certos homens

---

<sup>13</sup> Ver Abellán, 1986, pp. 532-533.

graves” que escudou, tudo o que relevasse para documentar aquele processo de povoamento ou ocupação dos espaços insulares do Atlântico Norte<sup>14</sup>.

O livro II das *Saudades da Terra* é o que “trata do descobrimêto da ilha da madeira, e suas adjacentes, e da vida e progenie dos illustres capitaens della”. Simultaneamente, é o que mais anotações tem conhecido, quer pela importância de que se reveste para a história das ilhas e pela precoce consciência identitária que revela, quer por conviver com uma conhecida versão novelesca da descoberta ocasional da Madeira por dois amantes ingleses do tempo de Eduardo III, Robert Machim e Anna d’Arfet. Tal como refere Gaspar Frutuoso, esta narrativa fantástica passara para o *Tratado dos descobrimentos* de António Galvão<sup>15</sup>. Contudo, o vigário da Ribeira Grande tê-la-á ido buscar a um *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da Vida e Feitos dos Capiães da dita Ilha* (ms. 1579) que ele próprio encomendara ao cônego da Sé do Funchal, o madeirense Jerónimo Dias Leite (1538-c.1593). Por sua vez, este operara a refundição de um relato quatrocentista atribuído a Francisco Alcoforado que tem duas cópias conhecidas, uma do século XVI e a outra do século XVII. O mais recente destes manuscritos foi conservado à guarda da Biblioteca Nacional de Madrid e leva por título: “Quoall foy ho azo cõ que se descobryo a jlha da Madeir<sup>a</sup> escryto por my fe<sup>o</sup> allcoforado escudeir<sup>o</sup> do sõr Ife. dom amRyque que fuy a tudo presentemte e foy desta guyza”<sup>16</sup>.

Apesar das coincidências entre corografia, história e lenda e da forte dependência que o *Livro Segundo* da obra do padre Frutuoso indicia em relação ao autógrafo do clérigo e historiador Dias Leite, nesse e noutros temas mais ou menos anedóticos, tal não é de todo o caso do respectivo capítulo XXIII, onde aparecem as narrativas das vitórias no Mar da China Meridional e da passagem por Macau do capitão

---

<sup>14</sup> Francisco Maria Supico & José Pedro Cardoso, “Introdução”, in Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra: história genealógica de Sam Miguel*, ed. F. M. Supico & J. P. Cardozo, Ponta Delgada, Typ. do Amigo do Povo, 1867, pp. I-VI; Joaquim Veríssimo Serrão, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, colecção História Breve — 14/15, Lisboa, Editorial Verbo, 1962, pp. 154-156; João Luís Lisboa, “Gaspar Frutuoso”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 438 [Lisboa, 1994b].

<sup>15</sup> Ver António Galvão, *Tratado dos descobrimentos*, ed. 1987, pp. 72-73.

<sup>16</sup> Ver idem, *ibidem*, ed. 1987, p. 73, n. 1; José Manuel de Castro, *Descobrimento da Ilha da Madeira Ano 1420. Epanáfora Amorosa. Obra de divulgação e cultura (leitura e história). Com texto crítico e notas informativas por José Manuel de Castro. A lenda e a história acerca do par amoroso Machim e Ana de Harfet. As Viagens de João Gonçalves Zarco por D. Francisco Manuel de Melo baseado na famosa Relação de Francisco Alcoforado aqui incluída*, s.l.n.ed.n.d., pp. 83-95; João Bernardo de Oliveira Rodrigues, “Palavras prévias”, in Doutor Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, 2.<sup>a</sup> ed., Ponta Delgada, Companhia Industrial Gráfica dos Açores, 1995, pp. VII-XVIII (1.<sup>a</sup> ed. 1968); Saraiva & Lopes, ed. 1979, p. 316; Fernando Rodrigues, “Jerónimo Dias Leite”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, p. 591; Miguel Jasmins Rodrigues, “Lenda de Machim”, in *ibidem*, vol. 2, 1994, pp. 635-636; Alberto Vieira, “O Infante e a Madeira”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 7, Março 1994, pp. 34-37; Rui Carita, “Literatura de viagens na Madeira”, in Falcão, Nascimento & Leal (org.), *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito*, 1997, pp. 69-70 e 74; Curto, 1998c, p. 460.

Tristão Vaz da Veiga, em 1568<sup>17</sup>. O capítulo em apreço é um dos nove (caps. XXI-XXIX, de um conjunto de cinquenta e um) consagrados ao panegírico deste fidalgo e onde saiem ressaltados os seus feitos no Oriente.

### *As memórias macaenses do capitão-mor Tristão Vaz da Veiga*

Vaz da Veiga (1536-1604), que fora moço-fidalgo na Corte de D. João III, fizera vida de soldado na Índia entre 1552 e 1560, batera-se por Mazagão quando esta praça marroquina estivera à beira de cair para Mulei Abdalá Algábile, em 1562, e retornara à Índia em 1564 na posse da capitania de duas viagens a Sunda, China e Japão<sup>18</sup>. Partirá com destino ao portinho nipónico de Kuchinotsu (Arima) em 1567, sendo que os factos que tratamos dizem respeito à invernagem em Macau do ano seguinte<sup>19</sup>. Em 1571 realiza a segunda dessas concessões com a proa a Nagasáqui, opção que marcou o início da sua história como porto terminal da viagem de Macau<sup>20</sup>. Em finais de 1574, quando ocupava o posto de capitão de Malaca, liderou com sucesso as forças portuguesas da cidade na luta que estas travaram durante três meses contra uma imponente armada da rainha de Japará (Java)<sup>21</sup>. Entre Janeiro e Fevereiro do ano seguinte esteve à frente dos não mais de cento e cinquenta homens que impediram aquela fortaleza de cair para os achéns, que a cercaram e fustigaram com a artilharia de uma armada de 113 velas. Ao regressar ao Reino, foi-lhe confiada a defesa da fortaleza de São Julião da Barra, a qual consta que entregou às tropas filipinas sem qualquer esboço de resistência assim que soube que marchavam sobre Lisboa. Acomodado ao partido vencedor com a mesma paz

---

<sup>17</sup> Pe. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, cap. XXIII — “De huma grande victoria que o capitam Tristam Vaz da Veiga teve na China de hum poderoso cossario chim; e como deixou quase acabada huma fortaleza no porto do Nome de Dús, onde os portuguezes estão na China”, in *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso – Historia das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, manuscrito do seculo XVI anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typ. Funchalense, 1873, pp. 129-133. Todas as referências e citações a partir desta edição.

<sup>18</sup> AN/TT, *Chancelarias de S. Sebastião e D. Henrique*, liv. 13, fls. 72-73, n.º 263, Alvará régio de 15 de Janeiro de 1564; ref. in I. Santos, 1995, p. 102, ref. 489.

<sup>19</sup> Ver Pe. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, cap. XXII — “De diversos serviços que o capitam Tristam Vaz da Veiga fez á Coroa na Índia Oriental, no cerco de Mazagão, e em outras partes”, ed. 1873, pp. 125-127.

<sup>20</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 6, n. 88; Boxer, ed. 1989a, pp. 30 e 32.

<sup>21</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 3-2; Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 3, 1539-1579, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1992, pp. 383-387. Cf. Pe. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, cap. XXIV — “De duas notaveis victorias que Tristam Vaz da Veiga teve, huma da armada d’el-Rey do Achem, e a outra dos jáos que pozeram cerco a Malaca sendo elle capitam della”, ed. 1873, pp. 135-144.

de espírito com que servira até à véspera o lado contrário, em 1582 era-lhe concedida por Filipe II a capitania do Machico<sup>22</sup>.

É esta recente nomeação — a que cedo acresceria o cargo de “general da milícia em toda a ilha da Madeira” (1585) — o que explica a urgência com que se redigiu e integrou nas *Saudades da Terra* esse longo elogio, o qual, não obstante aparecer datado de 1590, não deverá ter saído da pena de Gaspar Frutuoso. Como se constata ao compulsar o manuscrito, os dois cadernos que ocupa apresentam uma letra diversa da do padre micalense. Intercalados no material originalmente composto, obrigaram a que se trasladasse o conteúdo de várias folhas e emendasse a numeração dos capítulos subsequentes. Além disso, os críticos descobrem-lhe uma linguagem pouco parecida com a de Frutuoso e assinalam inúmeros erros de copista deixados por corrigir, bem assim como a inexistência de qualquer acrescento ou corte passível de lhe ser atribuído.

O quadro repete-se um pouco adiante, no capítulo que acabou numerado de XLII, capítulo que, composto num terceiro tipo de caligrafia, traz o louvor de D. Luís de Figueiredo e Lemos, bispo da diocese do Funchal desde 1585 e outro partidário declarado do rei Filipe<sup>23</sup>. Nada disto quer dizer que Gaspar Frutuoso desconhecesse as colagens ou, inclusive, que não concordasse com elas, como até parece que aconteceu. Mas o que conta para aqui é que alguém afecto a Tristão Vaz (se é que não o próprio) manobrou no sentido de se lhe divulgar um retrato onde coube uma reportagem sobre os primeiros tempos de Macau que em boa parte mais nenhuma fonte, coeva ou posterior, nos confirma nem desmente<sup>24</sup>.

Tal reportagem divide-se nas mesmas duas partes que o cabeçalho do correspondente capítulo identifica. Em primeiro lugar, seguimos as ordens e contra-ordens que o capitão dá ao fraco conjunto de homens com que podia contar quando, na manhã de 12 de Junho, lhes surgiram diante do porto as cerca de 100 velas de um corsário chinês. Às retumbantes vitórias no mar e em terra segue-se uma tentativa de mediação dos mandarins cantonenses e um saque do dito fora-da-lei aos arrabaldes da

---

<sup>22</sup> Oliveira Rodrigues, ed. 1995, p. XIX; Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, tradução de Teresa e Manuel Bairrão Oleiro, Macau, Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990, pp. 51-52 (1.<sup>a</sup> ed. Haia, M. Nijhoff, 1948); Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, pp. 86-88, 91 e 94. Cf. Carlos Francisco Moura, “Tristão Vaz da Veiga – Capitão-Mor da Primeira Viagem Macau-Nagasáqui”, in *Boletim do Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau*, Macau, Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 3, s.d. [1989?], pp. 110-123 (1.<sup>a</sup> ed. in *Boletim do Instituto Luís de Camões*, Macau, 6 (3/4), 1972).

<sup>23</sup> Ver Pe. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, cap. XLII — “Da vida de D. Luiz de Figueiredo & Lemos, Bispo do Funchal, que ao presente governa o bispado”, ed. 1873, pp. 229-242.

<sup>24</sup> Ver Oliveira Rodrigues, ed. 1995, pp. XVIII-XXII; Loureiro, 1997b, p. 129.

grande capital do Guangdong<sup>25</sup>. A segunda parte começa aqui, com os jesuítas do estabelecimento português e o bispo Melchior Carneiro a sugerirem em unísono que Vaz da Veiga executasse a construção de um forte que protegesse do mais que provável bisar das ameaças as “cinco mil almas christaas” que naquele tempo por ali haveria<sup>26</sup>. Pelo meio, há uma incursão nocturna a Cantão para combater vinte e três navios de outro corsário, após o que quase se concluem os trabalhos de uma larga cerca de taipa, apoiada em quatro baluartes quadrados e protegida por uma cava pelo lado exterior. Prestes a voltar às suas viagens, o herói da crónica passa o testemunho ao novo capitão-mor, Manuel Travassos, de quem se espera que saiba escolher o momento oportuno para concluir aquelas paredes de protecção sem sobressaltar os chineses<sup>27</sup>. O escriba ainda deita um último olhar sobre o continente, onde vê “muitos reynos muito grandes e ricos, de terra mui fértil e sadia, mas de gente mui fraca e tyranizada, que de puro medo obedecem ao seu Rey, sem lhe terem nenhum amor”<sup>28</sup>. Dir-se-ia um Cristóvão Vieira ou um Vasco Calvo a falarem por ele.

### 3. A *Lvsitania Transformada* de Fernão Álvares do Oriente, c. 1600-1607

O terceiro pretexto para comprovarmos por via indirecta a cristalização do saber das coisas da China entre os meios informados e cultos do Portugal visitado pelo padre Maffei no ocaso de Quinhentos, fomos encontrá-lo na *Lvsitania Transformada* de Fernão Álvares do Oriente (Lisboa, 1607)<sup>29</sup>, o primeiro livro de novelas pastoris escrito em língua portuguesa a aproximar-se do romance bucólico de referência de então, *L'Arcadia* de Jacopo Sannazaro (1ª ed., não autorizada, Veneza, B. de Vercelli, 1502; 1.ª ed. consentida pelo autor, Nápoles, P. Summonte, 1504).

Como neste poema clássico à latina, na *Lvsitania Transformada* surgem-nos várias églogas encadeadas por trechos em prosa, descobrindo-se na parte versificada

---

<sup>25</sup> Ver Pe. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, cap. XXIII, ed. 1873, pp. 129-131.

<sup>26</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 5-3.

<sup>27</sup> Ver Jorge Graça, *Fortificações de Macau – Conceção e História*, tradução de M.ª L. Gambini de Sousa, Macau, ICM, s.d., pp. 21, 99 e 123 (1.ª ed. ingl.: Macau, Imprensa Nacional de Macau, 1969); Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, pp. 91-94.

<sup>28</sup> Pe. Gaspar Frutuoso, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, cap. XXIII, ed. 1873, cit. p. 133.

<sup>29</sup> Fernão Álvares do Oriente, *Lvsitania Transformada*. Composta por Fernão d'Alvarez do Oriente. Dirigida, Ao Illustrissimo, & muy Exelente Senhor, Don Miguel de Menezes. Marquez de Vlla Real. Conde d'Alcoutim & de Valença, Senhor d'Almeida. Capitam mor & Governador de Ceita, Lisboa, por Luis Estupiñan, 1607.

indícios claros da fraseologia típica de Luís de Camões. Não obstante, os segmentos que pretendem traduzir a vivência do autor nas paragens orientais da Índia, da China e do Japão, onde se multiplicam aspectos de romance de cavalaria e de livro de viagens como pertença às convenções do género, conseguem sobressair por dispensarem, mais do que outros trechos, quer o modelo camoniano, quer a cópia cómoda do poeta italiano, que também existe e de que se chega a dizer que abusa<sup>30</sup>.

À parte isto, a acção desdobra-se por mais uns tantos cenários do Império português do século XVI, no Atlântico e em África, o que acentua a originalidade da obra. Constando que Fernão Álvares percorreu os mesmos ou praticamente os mesmos espaços, é natural que se especule sobre as dimensões histórica e autobiográfica implícitas, até porque este representa um dado compulsivo da literatura bucólica estrangeira precedente, de Virgílio a Garcilaso de la Vega e a Camões, do seu mestre Sannazaro a *Los Siete Libros de la Diana* de Jorge de Montemor (Valência, 1558 ou 1559) e a *La Galatea* de Miguel de Cervantes (Alcalá, 1585)<sup>31</sup>.

### *Fernão Álvares*

Do que contam as fontes externas e do que assiste considerar com base nos elementos presentes na própria poesia da *Lusitânia Transformada*, é possível esboçar nos seguintes termos a biografia de Fernão Álvares do Oriente. Nascido muito provavelmente em Goa por volta de 1530, combateu durante a sua juventude no Norte de África. Em 1550 foi armado cavaleiro pelo seu amo, D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta. Menos de dois anos volvidos, D. João III confirmou “todollos privileyos e lyberdades graças e franquezas” devidos ao cavaleiro a pedido de João Álvares de Azevedo, capitão da cidade de Tânger<sup>32</sup>. Entre finais de 1572 e começos de 1573 capitaneia uma fusta da armada do vice-governador da Índia, D. António de Noronha,

---

<sup>30</sup> Saraiva & Lopes, ed. 1979, pp. 425-426; Cirurgião, 1976, pp. 2 e 407-412. Ver também: Cirurgião, *ibidem*, pp. 367-381.

<sup>31</sup> António Cirurgião, “Introdução”, in Fernão Álvares do Oriente, *Lusitânia Transformada*, introdução e actualização do texto de A. Cirurgião, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, IN-CM, 1985, p. XIX; António Cirurgião, “As viagens de Fernão Álvares do Oriente”, in João Medina (dir.), *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. 4, *Os Descobrimentos I – O mar sem fim*, Amadora, Ediclube: Edição e Promoção do Livro, 1994, p. 373. Ver também: Ettore Finazzi-Agrò, *A novelística portuguesa do século XVI*, colecção Biblioteca Breve: série Literatura — 24, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, pp. 79-84.

<sup>32</sup> AN/TT, *Chancelarias de D. João III — Privilégios*, liv. I, fl. 170v.; cit. in Cirurgião, 1976, p. 6.

que tem por objectivo desalojar Hecobar, o imperador dos mogores, da fortaleza de Damão<sup>33</sup>. Durante o governo de António Moniz Barreto (1573-1576) ter-lhe-á cabido comandar outra fusta, desta vez integrada numa expedição à Costa do Norte. Em atenção aos serviços prestados no Oriente, em 1577 D. Sebastião concede-lhe a mercê de duas viagens da China para a Sunda, designando-o nos documentos competentes por “caualeiro fidalgo de minha casa”<sup>34</sup>.

Em Agosto de 1578 Fernão Álvares é capitão de uma das companhias de soldados que se batem ao lado do rei e da fina flor da nobreza portuguesa na batalha de Alcácer Quibir, acabando capturado. Filipe II recompensa-o disso e dos seus trabalhos como “capitão do navio das armadas” com duas viagens ao Coromandel. Estamos em 1587, o mesmo ano em que Álvares participa na defesa da fortaleza de Colombo, cercada pelas tropas do reino singalês de Sitawaka<sup>35</sup>. Sairá coberto de glória juntamente com os poucos portugueses que ampararam esse longo assédio, motivo que não impediu que em 1591 o monarca viesse a ordenar ao vice-rei Matias de Albuquerque que o remetesse para a metrópole na primeira oportunidade por lhe constar que o então vedor da fazenda de Ormuz “se descompusera em dar novas trocadas destes Reinos em prejuizo delles e de meu serviço”<sup>36</sup>. O motivo da queixa não o diz Filipe II e não se sabe, mas a desgraça foi ultrapassada porque Filipe III concede-lhe, em Março de 1600, o cargo de escrivão do galeão da carreira de Maluco, por duas viagens, em virtude do que tinha feito “nas partes da India por espaço de doze annos nas armadas e fortalezas fronteyras e se achar na tomada da fortaleza do moro e ser ferido de hũa espjmgardada e hũa frechada”<sup>37</sup>.

A partir daqui não se conhecem outros documentos que testemunhem a sua vida. O mais que os especialistas costumam discutir, com base nos cantos e nas falas do narrador da *Lvsitania Transformada*, é a probabilidade de ter efectuado uma viagem a Itália na idade madura, bem como as datas em que o manuscrito foi iniciado e concluído. As três questões permanecem em aberto, apesar de parecer que a redacção não terá sido fechada antes de 1600. No entanto, a única coisa certa é que se trata de um

---

<sup>33</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 3-2.

<sup>34</sup> AN/TT, *Chancelarias de D. Sebastião — Doações*, liv. 40, fls. 233r.-233v. D. 2; cit. in Cirurgião, 1976, p. 8.

<sup>35</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 3-2. Ver também: Jorge Manuel Flores, “Ceilão”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 231.

<sup>36</sup> Carta de Filipe II (I de Portugal) ao vice-rei Matias de Albuquerque, Lisboa, Janeiro de 1591; pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1961, p. 298; cit in Cirurgião, 1976, p. 16.

<sup>37</sup> AN/TT, *Chancelarias de Filipe II — Doações*, liv. 2, fl. 350v., D. 1.

título póstumo, tal como se retira do “Prologo aos Leitores” assinado em 1607 por Domingos Fernandes, o livreiro lisboeta que se responsabilizou pela publicação. Além desta obra, já se atribuiu a Fernão Álvares do Oriente a *Quinta e Sexta Parte* do romance cavaleiresco *Palmeirim de Inglaterra*<sup>38</sup> — que, por sua vez, foi editada em 1602 e está atribuída a Baltasar Gonçalves Lobato<sup>39</sup> (a menos que estejamos a falar de duas versões diferentes, uma delas desaparecida). Quase adquirido é que seja sua uma elegia que começa assim: “Sayaõ desta alma triste, e magoadã”<sup>40</sup>.

### *Um excursão sino-pastoril*

Sem entrar em detalhes sobre as confusas aventuras e desventuras do protagonista da *Lvsitania Transformada*, em polémicas como a que se desenvolve em torno da possibilidade de estarmos diante de uma peça da chamada “literatura de resistência” à dominação filipina<sup>41</sup> e, muito menos, em julgamentos sobre a maior ou menor valia literária da obra, passemos ao que é decisivo para o tópico chinês. Aqui há a referir que aquela personagem se apresenta sob dois criptónimos — Olívio e Felício —, o primeiro presente na fase de vida activa ou mundana no Oriente, em África e no Atlântico, o segundo na fase da vida arcádica ou contemplativa nas margens do rio Nabão, em Portugal. Refira-se também que, à semelhança dos poemas épicos de referência — a *Odisseia*, a *Eneida* e *Os Lusíadas* —, os acontecimentos iniciam-se *in media res*. O narrador da novela caminhará do seu berço indostânico até ao Poente, em cujo extremo inverte para Nascente e para a tumba.

Visto isto, precise-se que as “rigurosas leis do mûdo que seguia”<sup>42</sup>, que é como quem diz o imponderável correr da vida, determinaram que Olívio abandonasse a “cidade populosa Metropolitana detodo aquelle Oriental Imperio” onde nascera e

---

<sup>38</sup> Ver Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, pp. 17-18.

<sup>39</sup> Baltasar Gonçalves Lobato, *Chronica do famoso Principe D. Clarisol de Bretanha filho do Principe D. Duardos de Bretanha na qual se contão grandes cavallarias, e dos Principes Lindamor, Clarefêbo, e Beliandro de Grecia filhos de Vasperado, e de outros muitos Principes, e Cavalleiros famosos do seu tempo*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1602.

<sup>40</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, p. 17; Saraiva & Lopes, ed. 1979, pp. 408-409; Cirurgião, 1976, pp. 5-17 e 19-52; Cirurgião, 1985, pp. XV-XVII e XXV-XXX.

<sup>41</sup> Sobre o assunto, ver: P. Martins, 1976, pp. XIV-XV; Cirurgião, 1976, pp. 326-334; Helder Macedo, “Nacionalismo e pastoralismo”, in Fernando Gil & Helder Macedo, *Viagens do Olhar – Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, Porto, Campo das Letras, 1998, pp. 395-399 e 402-405.

<sup>42</sup> Fernão Álvares do Oriente, *Lvsitania Transformada*, liv. II, prosa VII, Lisboa, 1607, cit. fls. 139v. Todas as citações a partir desta edição.

crecera entre o gosto das letras e o serviço das armas para iniciar a sua larga peregrinação<sup>43</sup>. De Goa, a óbvia urbe de que falava, dirige-se para o “grão Catàyo”, passando pela “celebrada Trapobana, & as terras opulêtas d’Aurea chersoneso”, também escrita “Ophir antigua, ou noua Samatra”<sup>44</sup>. Suporta tempestades e acaba aportando “na cidade, que n’hũa pequena Ilha d’este grande Arquipelago os Lusitanos edificaram”, o que só pode ser a península de Macau redefinida em termos mitográficos como lugar insular<sup>45</sup>.

O autor-narrador, que apenas corria para instruir a mente e descobrir como viviam outros povos, é acolhido por Petrário, um antigo conhecido seu. A amizade com Petrário e o desejo que entretanto lhe despertara a sua filha Thecrina levam Olívio a acompanhá-lo em duas jornadas de negócios, uma “ao grão Catayo, que de nossa cidade està pouca distância”<sup>46</sup> (leia-se Cantão ou o Guangdong), outra às “Ilhas Platarias, assi polla sua prata cõ rezão antiguamente nomeada[s]”<sup>47</sup> (o Japão). Chegado a estas últimas, alivia as dores do desterro na companhia de Sebasto, um jovem pastor que errava pelos campos para se desviar “não so da cõpanhia, mas da vista, e cõversaão de todos”<sup>48</sup>.

Sempre com o motivo da *auri sacra fames* de Virgílio em pano de fundo, Sebasto e Olívio discutirão durante dias e noites a fio as harmonias da filosofia moral e a vacuidade das leis do mundo e do amor, até que chega a hora do regresso. Uma tempestade mais violenta que qualquer outra desprende-se sobre o navio, mas uma sereia surge a serenar os ares com uma canção suave cantada do cimo de um penedo. Afastadas as nuvens, descobre-se à frente a “praya da ilha, que conhecida no mundo por fermosa, da fermosura propria de fermosa tomou o nome”<sup>49</sup>. Depois de aí acontecer o episódio fantástico puxado do romance de cavalaria dos amores do Príncipe de Arima e da Princesa Dinabella, o protagonista consegue recuperar a rota, vindo porém a saber — erradamente — que a bela donzela de peito altivo e generoso que trazia no pensamento o trocara por um tal Urfélio. Dilacerado, decide voltar a Goa, de onde passará às secas areias da Etiópia e, destas, às douradas areias do Tejo. Pelo meio, faz uma escala na ilha de Santa Helena, reinventada como um verdadeiro templo da Fama e habitada por

---

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa IV, Lisboa, 1607, cit. fl. 112r.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VII, Lisboa, 1607, cits. fls. 139v. e 140r.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VII, Lisboa, 1607, 1607, cit. fl. 140r. Ver Luís Sá Cunha, “O *Topos* sagrado – Esboço de Mitografia Macaense”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 34, Janeiro/Março 1998, pp. 7-8.

<sup>46</sup> Fernão Álvares do Oriente, *Lvsitania Transformada*, liv. II, prosa VII, Lisboa, 1607, cit. fl. 141r.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, cit. fls. 145v.-146r.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, cit. fl. 146r.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa X, Lisboa, 1607, cit. fl. 163v.

ninfas de sólidos predicados cristãos, tudo a antítese da declarada orgia pagã que Camões pusera no portentoso episódio da “Ilha de Vénus” (*Os Lusíadas*, Canto IX)<sup>50</sup>.

Apesar do luxo cenográfico que a *Lvsitania Transformada* oferece, é bom lembrar que Fernão Álvares do Oriente escreve uma peça de literatura bucólica, motivo pelo qual o exotismo teria obrigatoriamente de ser secundário diante da topologia convencional da tradição greco-romana que inspirava o seu modelo literário. Por sorte nossa, junto com a descrição do modo como alguns povos indochineses cultivavam os campos e a descrição lendária da origem da palmeira e da árvore triste (para a qual deve ter lido o 6.º colóquio de Garcia de Orta)<sup>51</sup>, o terceiro e último exemplo de tipo exótico da obra é constituído pela reportagem da vida chinesa que surge a propósito da jornada que Olívio faz com Petrário às cercanias de Macau<sup>52</sup>. Tal sucede no começo da prosa oitava do livro segundo (fls. 144r-145v.), logo depois de uma extensa canção petrarquista na qual o narrador expressa toda a saudade que sente da sua amada. Desesperado com a separação, ocupa o tempo a comentar com os seus companheiros as “cousas perigrinas, & costumes estranhos do vso commum das outras gentes” que naquela terra vê<sup>53</sup>.

E o que Olívio vê é uma grande cidade murada ao longo de um largo rio. Vê que uma infinidade de gente vive no mesmo rio alojada em barcos semelhantes àquela barca grande em que ele próprio vive. Vê que a lavoura se faz com um só boi e que há duas ou três colheitas por ano, todas “cõ abundância tam estranha, & de cousas tão varias, que so esta prouincia em grão supremo abunda de quãtas por todas as outras repartio a natureza, produzindo muytas de que carecẽ todas”<sup>54</sup>. Vê muitas embarcações onde se criam adens e onde os seus donos também moram. Vê as ditas aves sairem pela manhã para os campos, esgravatarem as ervas daninhas do meio das sementeiras, e tornarem ao fim do dia “ao som, que de cada barco lhe faz o seu arraès, sem se cõfundir nenhũa de tão grande numero”<sup>55</sup>. Vê outras barcas, meio alagadas, onde se criam peixes como em viveiro. E vê a grande providência da natureza na criação dos “bichinhos” que se

---

<sup>50</sup> Cirurgião, 1976, pp. 30-34, 177 e 317-326; idem, 1985, pp. XIX-XXIII, XXXI-XXXIV e LXXIII-LXXIV; idem, 1994, pp. 374-376.

<sup>51</sup> Fernão Álvares do Oriente, *Lvsitania Transformada*, liv. II, prosa IV, Lisboa, 1607, fls. 114r.-126v. Ver Cirurgião, 1976, pp. 275-290.

<sup>52</sup> Cirurgião, 1985, pp. LVII-LIX.

<sup>53</sup> Fernão Álvares do Oriente, *Lvsitania Transformada*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, cit. fl. 144v.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, cit. fl. 144v.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, cit. fl. 145r.

apascentam de folhas de amoreira e que, “desentranhandose”, pagam a vida a quem os cria<sup>56</sup>.

As perguntas que se impõem já as fez o leitor antes de nós. Como aconteceram de facto as propaladas andanças de Fernão Álvares pelo Extremo Oriente? Que destino tiveram as mercês de viagens da China para a Sunda? Foram executadas pelo agraciado com meras passagens por Macau? Ou terão sido cedidas ou delegadas em alguém, como muitas vezes acontecia? Agora que o bom Olívio só viu da China aquilo que Fr. Gaspar da Cruz lhe deixou ver, isso é evidente<sup>57</sup>. E que o viu a correr, isso também parece claro porque quando o sonhador partiu “do nosso porto” para as ilhas Platarias diz que foi “deixãdo â mão esquerda a costa larga daquela grãde Prouincia, de *que* as outras treze do Reyno tomarão nome”<sup>58</sup>. Além da conta das catorze (e não treze) províncias e da identificação do Cataio com a China (a qual só confirma que as tardias deduções de Martín de Rada e de Matteo Ricci não seriam tão inéditas quanto isso), a única coisa que o dominicano não lhe poderia ter ensinado mesmo que quisesse era “o gosto em *que* viuia, da presença de Thecrina”<sup>59</sup>...

---

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, cits. fl. 145r. Ver idem, *ibidem*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, fls. 145r.-145v.

<sup>57</sup> Cf. Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. V, ed. 1984, p. 802; idem, *ibidem*, cap. VI, ed. 1984, p. 604; idem, *ibidem*, cap. IX, ed. 1984, pp. 818-819; idem, *ibidem*, cap. X, ed. 1984, p. 822; idem, *ibidem*, cap. XII, ed. 1984, pp. 826 e 831.

<sup>58</sup> Fernão Álvares do Oriente, *Lvsitania Transformada*, liv. II, prosa VIII, Lisboa, 1607, cit. fl. 146r.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*, liv. II, prosa VII, Lisboa, 1607, cit. fl. 141r.

## CAPÍTULO 24

### **Portugueses da Índia**

Pese embora os discutíveis caminhos que trilhou para compatibilizar as referências demasiado díspares de que se serviu, sabemos agora que entre 1571 e o termo do século XVI ninguém foi capaz de produzir em Portugal um resumo sobre a realidade e a presença dos europeus na China melhor que o do jesuíta João de Lucena. De facto, se alguma coisa se pode extrair das tortuosas linhas que Fr. Amador Arrais ofereceu sobre o assunto ou das heterodoxas páginas de Fernão Álvares do Oriente é que, assim que deixamos o observatório privilegiado da Companhia de Jesus que Lucena tipifica, a única solução para aquele inquérito esteve em regressar a valores seguros, mas antigos, como D. Jerónimo Osório e Fr. Gaspar da Cruz. Os sucessivos compêndios do Pe. Fernão Guerreiro depressa se encarregarão de demonstrar que assistir ao descobrimento e à penetração cristã naquele extremo de Ásia a partir de uma varanda que fosse, simultaneamente, lusitana e jesuítica continuou a ser sinónimo de uma relativa vantagem comparativa em relação a outros miradouros do Ocidente. No entanto, o que se passa quando o mais avisado dos observadores portugueses nem escreve história missionária, nem nos surge na Europa, mas antes no Índico?

A resposta a esta pergunta tentá-la-emos dar centrados na leitura de cinco das nove *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto (*Décadas IV, V, VIII, X e XII*, red. 1596-1615). Personagem a vários títulos inseparável deste cronista da presença portuguesa no Oriente foi o missionário Fr. Agostinho de Azevedo, O.E.S.A., de quem vamos tomar a abrir uma relação manuscrita intitulada *Estado da India e aonde tem o seu principio* (c. 1603). O capítulo continuará com uma visita à significativa *Declaração de Malaca e India Meridional com o Cathay* (ms. 1613) do cartógrafo e desenhador luso-malaio Manuel Godinho de Erédia. No final, aproveitamos para apresentar as actualizações cartográficas correspondentes ao derradeiro intervalo considerado neste estudo (c. 1590-c. 1630).

## 1. A Relação do Estado da Índia de Fr. Agostinho de Azevedo, c. 1603

Assinalámos que os religiosos agostinhos desembarcaram em Goa com o propósito de inaugurar a presença do seu Instituto no Oriente durante o ano de 1572<sup>1</sup>. Fundariam uma igreja e o Colégio do Pópulo na capital da Índia Portuguesa, assim como acabariam por construir igrejas ou missionar em Chaul, Taná, Baçaim, Damão, Cochim, Mangalor, Bengala, Malaca, Ormuz, Mascate, Melinde, Baçorá e na Corte do Xá da Pérsia<sup>2</sup>. Será ainda sob o governo de Fr. António Paixão (1572-1579), o seu primeiro provincial, que nos surge a tomar o hábito Fr. Agostinho de Azevedo, autor de uns *Apontamentos sobre as cosas do Estado da India e Reyno de Monomotapa* dedicados ao rei de Espanha e já referenciados por Andrés González de Barcia na edição que coordenou da *Bibliotheca Oriental* de Antonio de León Pinelo<sup>3</sup>. Unanimemente considerada como sua é ainda — apesar de não assinada — uma extensa notícia de c. 1603 que levou o título de *Estado da India e aonde tem o seu principio*. Esta existe inserida em qualquer dos dois códices manuscritos que abrigam os *Apontamentos*, tanto o que se guarda no Museu Britânico<sup>4</sup>, como o que está na Biblioteca Nacional de Madrid<sup>5</sup>.

Fr. Agostinho de Azevedo diz de si próprio ter viajado por duas vezes até à Índia e de aí ter vivido dezanove anos. Supõe-se que onze destes os tenha gasto em Ormuz (onde os religiosos de St<sup>o</sup>. Agostinho se distinguiam como médicos e enfermeiros no hospital) e três em Mascate. Supõem-se também que, logo após ingressar na Ordem, os seus superiores o mandaram para Portugal com o propósito de que completasse os estudos e fosse ordenado sacerdote. Supõem-se ainda que a sua segunda passagem para a Índia acontecesse em 1586, ano em que transitou por Chaul e se encontrou com Diogo

<sup>1</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-2.

<sup>2</sup> Ver, *inter alia*, Morais, 1993, p. 96; Maria de Deus Beites Manso, “As Ordens Religiosas na Índia Portuguesa de 1498 a 1622”, in *Vasco da Gama e a Índia – Conferência Internacional (Paris, 11-13 de Maio, 1998)*, vol. 3, *História Religiosa, Cultural e Artística*, Lisboa, FCG, 1999, pp. 72-73; Ferreira, 2000, pp. 178-179.

<sup>3</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, O.S.A., *Apontamentos pera Vossa Magestade ver sobre as cosas de Estado da India e Reyno de Monomotapa por Frey Agostinho d’Azevedo da Ordem de Santo Agostinho, que veyo por terra da India*, British Museum, Londres, *Add. Mss.*, 28 461, fls. 7r.-9r.; BNM, Ms. 3015, fls. 149r.-151r.; refs. in Schurhammer, ed. 1993, vol. 3, p. 565. Cf. Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 77.

<sup>4</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, O.S.A., *Estado da India e aonde tem o seu principio, c. 1603*, British Museum, Londres, *Add. Mss.*, 28 461; *Col. Egerton*, Mss. 1646, fls. 210r.-275r.; pub. in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. 1, introdução de António da Silva Rego, Lisboa, CEHU, 1960, pp. 197-263.

<sup>5</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, O.S.A., *Estado da India e aonde tem o seu principio, c. 1603*, BNM, Ms. 3015, fls. 33r.-48v. e 71r.-129r.; pub. in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. 2, introdução de António da Silva Rego, Lisboa, CEHU, 1962, pp. 40-44 e 79-147.

do Couto em Goa. Em 1588 Fr. Agostinho é o único sacerdote chamado a integrar uma frota despachada pelo governador Manuel de Sousa Coutinho para combater a pressão muçulmana no Malabar. Pouco depois terá iniciado a sua longa estada em Ormuz uma vez que regressou ao Reino pelo caminho terrestre de Baçorá e Alexandreta em 1600. Recolhido no Convento da Graça de Lisboa, vem a concluir, cerca de dois anos mais tarde, a informação sobre o estado presente do Império Português do Oriente que convocámos para este ponto<sup>6</sup>.

### *Piratas e rouxinóis*

Apesar de Diogo do Couto jamais se ter preocupado em admiti-lo, a verdade é que transcreveu para as suas *Década V* (red. 1596-1597) e *Década X* (red. 1599-1600) um conjunto de trabalhos manuscritos que encomendara ou obtivera de Fr. Agostinho de Azevedo e que este depois reaproveita para o *Estado da India*. O primeiro corresponde a extractos da *Shâhnâma*, crónica dos reis persas de Ormuz cujo conteúdo tanto coincide com o visto apêndice ormuziano ao *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz<sup>7</sup>, como com a tradução da mesma obra devida ao cristão-novo de origem portuguesa Pedro Teixeira (1563-c.1645) e integrada numas *Relaciones d'el origen, descendencia y succession de los Reyes de Persia, y de Harmuz* (Antuérpia, 1610, pp. 317-348)<sup>8</sup>. O segundo é dado por apontamentos tirados da crónica real cingalesa *Râjâvaliya*<sup>9</sup>. Por último, Couto serviu-se de várias passagens que esse religioso seu compatriota extrairia de um desconhecido tratado sobre crenças, ritos e cerimónias hindus<sup>10</sup>. A maior parte da notícia de Fr. Agostinho virá precisamente preenchida pelos temas de Ormuz, de Ceilão e das superstições indianas. Conforme a respectivo cabeçalho, visa oferecer uma panorâmica geral sobre a geografia e a situação da presença lusa entre o Cabo da Boa Esperança e o arquipélago nipónico.

---

<sup>6</sup> Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 565-566.

<sup>7</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-2.

<sup>8</sup> Pedro Teixeira, *Relaciones d'el origen, descendencia y succession de los Reyes de Persia, y de Harmuz y de un viage hecho por el mismo autor dende la India hasta Italia por terra*, Antuérpia, en la casa de Hieronymo Verdussen, 1610. Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 567-568; Carreira, 1990, pp. 99-111; Loureiro, 1997a, p. 362; Loureiro, 1998b, pp. 196, 198, 199-200 e 203-204. Cf. Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cols. 33, 68 e 268-269.

<sup>9</sup> Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 564 e 568-569; Loureiro, 1998b, pp. 170-171, 177 e 182.

<sup>10</sup> Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 564 e 569-570; Loureiro, 1998b, pp. 183-184 e 336-337.

Se João de Barros propusera em tempos uma divisão do espaço litorâneo em causa em nove partes distintas<sup>11</sup>, Fr. Agostinho de Azevedo prefere simplificar a análise e ver apenas as costas da Ásia ordenadas segundo “tres enseadas a modo de arcos”: a que ia do extremo Sul de África ao Cabo Comorim; a que ia daqui até ao limite meridional da península malaia; e a que, começando nessa altitude, acabava “na ponta da enseada do Nanquim da China que dista 34 graos ao Norte”<sup>12</sup>. A nota dedicada ao Império do Meio vem anunciada pela legenda “Rey da China” e corresponde ao único desenvolvimento do ponto dito “Reys da terceira enseada”<sup>13</sup>. Pouco mais de um fólio basta para esclarecer sobre a grandeza do reino, a sua fertilidade, as condições da sua navegabilidade interior, as defesas erguidas sertão adentro para prevenir invasões, o número de unidades provinciais, o controlo de entradas e saídas, o governo de letrados, a rigorosa execução da justiça, o engenho dos habitantes e os seus pergaminhos nas artes da estampa, da imprensa, da pintura e da fundição do cobre e do ferro.

Excepto em três pormenores, a sensação que aqui se tem é a de que Fr. Agostinho utilizou quase sempre o *Tractado das cousas da China* de 1569-1570, mesmo quando se engana e escreve ser o país dividido “em doze provincias com cada huma sua famosa cidade metropolitana em que ha audiencia real”<sup>14</sup>. Nesse sentido, parece-nos por demais esclarecedora a passagem em que dá conta da hipótese de “aver alemães, a que os chinos chamão alaminis” (“alaminis” no ms. de Madrid) entre os contingentes armados que se encarregavam de vigiar a Grande Muralha<sup>15</sup>. Por outro lado, detectam-se duas excepções importantes à letra de Fr. Gaspar da Cruz. A primeira quando se calcula que a China tivesse 500 léguas de comprimento contra 300 de largo<sup>16</sup>, valores e vocabulário idênticos aos que António Galvão pusera no seu *Tratado dos descobrimentos*<sup>17</sup>. A segunda quando se reproduz a frase sobre a ancestral imunidade daquele território à fome e à peste que vimos surgir da pena de Fernão Lopes de Castanheda e reaparecer no *De Missione Legatorum ad Romanam curiam*<sup>18</sup>.

---

<sup>11</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 7-2.

<sup>12</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, *Estado da India e aonde tem o seu principio*, fl. 210r., ed. 1960, cits. p. 197. Salvo indicação expressa, todas as citações e referências a partir desta edição.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, fls. 240v.-242r., ed. 1960, pp. 228-230.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, fls. 241r.-241v, ed. 1960, cit. p. 229.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, fl. 241r., ed. 1960, cit. p. 229. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 97r., ed. 1962, p. 110.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, fl. 241r., ed. 1960, p. 229.

<sup>17</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-2.

<sup>18</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, *Estado da India e aonde tem o seu principio*, fl. 241r., ed. 1960, p. 229. Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1 e cap. 16-2.

Esta notória adesão de Fr. Agostinho de Azevedo a uma China fixada em letra de forma durante a década de sessenta do século XVI é continuada no breve trecho que vem a seguir sobre o estabelecimento de Macau e o trato com Cantão. Depois de lembrar o episódio da frustrada embaixada de Diogo Pereira-Francisco Xavier, o redactor da *Relação do Estado da Índia* evoca os feitos de Luís de Melo da Silva, um dos dois homens de Macau que lideraram o auxílio prestado em 1564 aos mandarins do Guangdong nas circunstâncias do motim das tropas chinesas aquarteladas em Zhelin<sup>19</sup>.

Conhecemos três textos em que tais sucessos vêm descritos, sendo eles a carta que o Ir. André Pinto escreveu em Macau e Cantão para os jesuítas da Índia (13-30 de Novembro de 1564)<sup>20</sup>, a carta que o Pe. Francisco Pérez enviou de Macau para o Pe. Luís Gonçalves (3 de Dezembro de 1564)<sup>21</sup> e a segunda parte dos *Comentarios* de João de Escobar (ainda de 1564)<sup>22</sup>. A versão de Escobar — a mais completa do conjunto — será a que traz mais pontos de contacto com as linhas de Fr. Agostinho. No entanto, afirmar uma correspondência unívoca entre ambos afigura-se-nos bastante temerário já que este acaba por divergir daquele em detalhes tão visíveis como o da contabilidade dos cantonenses vítimas do pânico gerado durante certo assalto de piratas (mais de 700 nos *Comentarios* contra mais de 2000 na *Relação* de c. 1603)<sup>23</sup>.

Ao ponto sobre as figuras coroadas entre os reinos de Pão e da China sucede um outro sobre as “Riquezas que produs o estado da Índia” em cujos dois primeiros capítulos se destaca o inventário das principais produções chinesas. Ao contrário da precedente evocação geo-histórica, Fr. Agostinho de Azevedo aparenta aqui um conhecimento sobretudo prático a respeito das quantidades e dos valores envolvidos nas transacções lusas no mercado chinês. À parte o compreensível destaque conferido às compras de produtos como sedas, veludos, tafetás, damascos, dourados ou porcelanas, fala-nos em metais, cânfora, almíscar, ruibarbo, vermelhão, azougue, latão em pasta,

---

<sup>19</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, *Estado da Índia e aonde tem o seu principio*, fls. 241v.-242r., ed. 1960, pp. 229-230. Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2. Sobre a figura de Luís de Melo da Silva, ver *supra*, Parte II, cap. 9-2. Ver também: *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, p. 129, n. 31.

<sup>20</sup> Ver carta do Irmão André Pinto aos jesuítas da Índia, Macau-Cantão, 30 de Novembro de 1564, fl. 101r., ed. 1964, pp. 755-756. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 125-126.

<sup>21</sup> Ver carta do Pe. Francisco Pérez ao Pe. Luís Gonçalves, Macau, 3 de Dezembro de 1564, fls. 166r.-168r., ed. 1996, pp. 137-139. Cf. *ibidem* (“Copia de hũa [carta] do P. Fr. c.º Peres do porto da China pera o Pe. Luis glvs da Comp.ª de Jesus em são Roche a. 3 de dezembro de .1564”), BACIL, *Cartas do Japão*, t. 3, fls. 104v.-105v.; pub. in Videira Pires, 1964, pp. 771-777.

<sup>22</sup> Ver João de Escobar, *Segunda parte dos Comentarios*, Novembro de 1564, fls. 62r.-69r., transcr. 1994, pp. 1450-1465. Cf. *idem*, *ibidem*, ed. 1996, pp. 161-170.

<sup>23</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, *Estado da Índia e aonde tem o seu principio*, fls. 241v.-242r., ed. 1960, pp. 229-230 João de Escobar, *Segunda parte dos Comentarios*, Novembro de 1564, fl. 51v., transcr. 1994, p. 1430. Cf. *idem*, *ibidem*, ed. 1996, p. 150.

pedra-ume, salitre, enxofre, lindas peças de prata, ouro, presas de marfim, diamantes, aljôfar, rosalgar, açúcar em pó e cândi, arrebique, alvaiade, linho, panos pintados, leques, papel, pau da China, peras, maçãs em conserva, castanhas, nozes, assim como em “muitos rosinois e pasaros de gaiola que falam bem e huns ratinhos brancos que tem os olhos como finos robis”<sup>24</sup>. Segue enumerando as mercadorias mais vendáveis naquela praça do Extremo Oriente (prata fina, pimenta e marfim) e termina com um par de esclarecimentos sobre moeda, balanças e pesos que, estes sim, tornam a lembrar a lição impressa de Fr. Gaspar da Cruz<sup>25</sup>.

## 2. As Décadas IV, V, VIII, X e XII da *Asia* de Diogo do Couto, 1596-1615

Em 1624 o erudito Manuel Severim de Faria lembrava Diogo do Couto como havendo sido um “homem de meia estatura, de alegre, e veneravel presença, olhos vivos, côr atericiada, e nariz algum tanto aquilino, mui laborioso, como o mostra a multidão de seus escriptos”<sup>26</sup>. Apesar de se ter correspondido com ele, chegando a instituir-se como uma espécie de sua antena para as actualidades europeias, não consta que o também cónego e chantre de Évora alguma vez tenha tratado pessoalmente com o sucessor de João de Barros. Seja como for, Severim de Faria afiança ainda que Couto “teve grande conselho, e por essa causa era chamado muitas vezes dos vice-reys a elle, nos negocios de mór importancia”<sup>27</sup>.

Menos do que isso era impossível dizer de alguém que ao longo de mais de vinte anos — e perante oito sucessivos governadores e vice-reis, fora a panóplia de fidalgos, clérigos, censores e inquisidores que sempre rondaram por perto — soube como conservar o sensível e invejado cargo de cronista oficial da Índia. Diogo do Couto morreu com a fama de homem desassombrado e frontal, mas não fora conhecer bem os segredos da arte do compromisso e não teria chegado onde chegou. Trabalhou para que

---

<sup>24</sup> Fr. Agostinho de Azevedo, *Estado da India e aonde tem o seu principio*, fl. 255r., ed. 1960, cit. p. 233. Ver idem, *ibidem*, fls. 242v.-245r., ed. 1960, pp. 231-233.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, fl. 245r., ed. 1960, p. 233.

<sup>26</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de Diogo de Couto, Chronista do Estado da India, e Guarda mór da Torre do Tombo della, escripta por Manoel Severim de Faria, Chantre, e Conego da Sé de Evora*, in Diogo do Couto, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e de seus Filhos na Índia*, introdução, leitura e glossário de José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, colecção Cosmos História — 24, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, cit. p. 11. (1ª ed. in Manuel Severim de Faria, *Discursos varios politicos*, Évora, Manoel Carvalho, Impressor da Universidade, 1624, pp. V-XIX; reed. in António Lourenço Caminha, *Obras Inéditas de Diogo de Couto*, Lisboa, Na Imprensa Imperial e Real, 1858, pp. 23-44).

<sup>27</sup> Manuel Severim de Faria, *ibidem*, ed. 1998, cit. p. 11.

o reconhecessem como o mais despojado dos funcionários, mas partiu deste mundo cansado de protestar por causa de tenças e benesses que nunca julgou dignas de si. Enfim, compôs páginas cheias de irrisão desdenhando hábitos e alvarás de fidalguia, mas perseguiu em privado o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo que os seus inimigos tudo fizeram para que lhe negassem com o pretexto de não conseguir fazer prova da pureza de sangue de seus avós.

### ***De soldado prático a cronista às ordens***

Se existe algo que condiciona de forma indelével tanto a biografia como o conteúdo e a azarada fortuna editorial da obra de Diogo do Couto, isso será a sua modesta extracção social<sup>28</sup>. Nascido em Lisboa entre 1542 e 1544 (ainda que a primeira data seja a mais provável), provinha de uma família de que alguns membros, a começar pelo pai, tiveram acesso ao Paço ou às cercanias deste. Tal permitiu-lhe entrar, aos dez anos de idade, ao serviço do infante D. Luís, o cultivado irmão do rei D. João III que era o sol de uma galáxia de que faziam parte Pedro Nunes, D. João de Castro, D. Jerónimo Osório, o iluminador e pintor Francisco de Holanda e esse capitão-fidalgo Leonel de Sousa a cuja perícia diplomática Macau ficara a dever a sua existência. Como se esperava, D. Luís encarregou-se de lhe providenciar uma educação cuidada, mandando-o ingressar em 1553 no recém-instituído Colégio jesuíta de Santo Antão.

Aí pensa-se que escutasse durante pelo menos dois anos as lições de latim do insigne gramático Pe. Manuel Álvares, que atendesse aos cursos de literatura clássica do Pe. Cipriano Suárez e que ouvisse os ensinamentos de moral do Pe. Francisco Rodrigues. Pensa-se ainda que tenha continuado os estudos no convento de S. Domingos de Benfica, onde Fr. Bartolomeu dos Mártires, futuro arcebispo-primaz de Braga e figura destacada na sessão final do Concílio de Trento, dirigia um “curso de Artes”. De qualquer forma, o falecimento do patrono, em 1555, seguido de perto pela morte do seu próprio pai, deixam-no desamparado e acabam por forçá-lo a trocar as promissoras letras pela carreira de soldado na Índia. A despedida do Tejo aconteceu em

---

<sup>28</sup> Ver, *inter alia*, Boxer, 1948, p. 25; Farinha de Carvalho, 1979, pp. 13-18.

Março de 1559, quando Couto embarca na nau *Frol de la mar* com as esperanças postas no El Dorado goês<sup>29</sup>.

Seguir-se-á uma década inteiramente perdida para a milícia. Autênticos anos de galera, durante os quais se sabe que Diogo do Couto participa na jornada que o vice-rei D. Constantino de Bragança realizou a Chembé, potentado sito nas proximidades de Cochim (Janeiro de 1560), integra uma armada enviada a Surrate (Março de 1560), estancia em Diu (ainda 1560), frequenta o enseada de Baroche (1563), passa pela escala vizinha de Cambaiate (talvez 1563 ou 1564), combate ao lado de um contingente enviado a Mangalor pelo vice-rei D. Antão de Noronha (Dezembro de 1567-Março de 1568) e é recrutado para uma armada que o novel vice-rei D. Luís de Ataíde despacha para a guerra no Malabar (finais de 1568)<sup>30</sup>.

Achando-se credor de uma paga mais justa pelos seus trabalhos, Couto regressa ao Reino em Fevereiro de 1569 na comitiva de D. Antão, de quem ganhara a confiança. Depois de invernar em Moçambique, onde se encontra e convive com Luís de Camões, desembarcará em Cascais em Abril de 1570 em virtude do cais de Lisboa estar interdito pela peste — era aquele surto epidémico que ceifara pouco antes Fr. Gaspar da Cruz. O rei D. Sebastião recebe-o em audiência em Almeirim mas, provavelmente reconfortado com algumas mercês régias e percebendo Portugal “de pernas acima”, Couto rumo de novo para o Oriente em Janeiro de 1571 a bordo de um dos navios da armada que conduz o décimo primeiro vice-rei da Índia, D. António de Noronha. Cerca de sete meses adiante chegou a salvamento a Goa, onde foi encontrar o ambiente mudado por via da recente perda da fortaleza de Chale para os mouros<sup>31</sup>. Não era ainda a derrocada do Império. Contudo, vimos que a partir de agora pouco mais houve a fazer para além de resistir<sup>32</sup>.

Nesta sua segunda encarnação indiana, Diogo do Couto vai conseguir trocar a vida de soldado por sucessivos — se bem que nem sempre claros — cargos administrativos e militares. Tentou também o comércio, até porque devia vir provido do destacado lugar de feitor dos armazéns de víveres, a partir do qual superintendeu o

---

<sup>29</sup> Boxer, 1948, pp. 24-25; António Coimbra Martins, “Couto”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 318; Loureiro, 1998b, pp. 55-57. Cf. Manuel Severim de Faria, *Vida de Diogo de Couto*, ed. 1998, pp. 5-6.

<sup>30</sup> Loureiro, 1998b, pp. 57-58 e 62.

<sup>31</sup> Farinha de Carvalho, 1979, pp. 19-20; Loureiro, 1998b, pp. 59-61; António Coimbra Martins, “Introdução”, in Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução e edição por A. Coimbra Martins, colecção Outras Margens, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 15-16 e 20-21.

<sup>32</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 3-2.

abastecimento dos navios e das tropas que serviam o Estado da Índia<sup>33</sup>. Deduz-se dos poucos indícios existentes para as duas décadas seguintes que tenha exercido a capitania de Tarapor, território situado entre Damão e Bombaim (algures entre 1581 e 1584). Em Agosto de 1584 concedem-lhe o cargo de escrivão da alfândega de Ormuz pelo espaço de um triénio, “por respeito de dez anos que tem servido nestas partes, e polos que fez em Africa”<sup>34</sup>. As provas continuam a faltar, mas esta última minuta vem sugerir que alguém com o mesmo nome que Couto tenha assentado algum tempo antes, de forma mais ou menos prolongada, numa ou nalgumas praças da costa oriental africana.

Enquanto isto, Diogo do Couto nunca deu descanso a um velho hábito de entrevistar gente de memória fértil, copiar documentos que lhe pareciam dignos de interesse e anotar o que se passava em redor. Assim que vê estabilizada a conjuntura que decorria do coroamento de Filipe II de Espanha como rei de Portugal, lança-se por sua conta e risco à tarefa de escrever uma crónica geral da Ásia Filipina para a qual vai tomar como ponto de partida a data daquela proclamação. Quando 1589 se aproxima do seu termo sentiria a composição avançada o suficiente como para se atrever a propôr ao monarca que o nomeasse para o duplo cargo de seu cronista dos assuntos indianos e de guarda-mor de um arquivo a criar em Goa, equivalente à Torre do Tombo. Perante o silêncio da Corte, insiste nos pedidos durante quatro anos. Valeu a pena a teimosia porque o rei acabará por deferir esses requerimentos em carta enviada ao próprio Diogo do Couto a 28 de Fevereiro de 1595 e em sucessivas instruções. Contudo, Filipe ordena-lhe também que recomece o labor historiográfico no ponto em que João de Barros havia interrompido as suas *Décadas* e que lhe copie a periodização decenal<sup>35</sup>.

Sabendo que iria tirar o melhor partido das responsabilidades que acumulava enquanto responsável por centralizar toda a documentação que vinha do Reino, todos os papéis oficiais produzidos em Goa ou nas suas praças e todos os acordos e mensagens trocadas entre os vice-reis da Índia e os seus interlocutores orientais, o agora cronista “aceitou animosamente” uma empreitada que nunca terá suspeitado que lhe roubaria o sono até ao dia da sua morte, a 10 de Dezembro de 1616<sup>36</sup>. Por causa daquela disposição real, suspende de imediato o texto moderno que trabalhava e volta-se para a escrita das crónicas antigas. Impressionante, apesar que muito irregular, o calendário deste capítulo da sua heteroclita produção historiográfica não andarà muito longe do seguinte.

---

<sup>33</sup> Ver C. Martins, 2001, pp. 17-18.

<sup>34</sup> *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 5, pt. 3, ed. 1992, cit. p. 1072. Ver Loureiro, 1998b, p. 61.

<sup>35</sup> C. Martins, 1994, p. 319; Loureiro, 1998b, pp. 61-63.

<sup>36</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de Diogo de Couto*, ed. 1998, cit. p. 7.

Em 1596 encontra-se concluído o primeiro tomo, o qual, por manifesto desconhecimento da homónima de Barros, leva o título de *Década IV* e abarca os anos de 1526 a 1536. Enviada para Portugal em 1598, seria autorizada e publicada em 1602. A *Década V* (período de 1537 a 1544) está concluída em 1597, é enviada em 1598, autorizada em 1602 e publicada em 1612. A *Década VI* (período de 1545 a 1554) está concluída em 1597, é enviada em 1599, escapa a um incêndio na imprensa e é publicada em 1612. Segue-se a *Década X* (período de 1580 a 1588, portanto aquela que Diogo do Couto encetara antes de todas as outras). Concluída entre 1599 e 1600, foi enviada em finais de 1600, mas apenas publicada em 1788. A *Década VII* (período de 1554 a 1564) é concluída em 1601, mas por ter sido despachada no galeão *Santiago Maior*, perde-se com os corsários de Cornelis Bastiaensz que o capturaram diante das costas da ilha de Santa Helena conforme o violento episódio descrito por Francesco Carletti. Daí que exista numa segunda e revista versão concluída por Couto em 1603, enviada entre finais desse ano e inícios de 1604, autorizada em 1613 e publicada em 1616.

Em 1611 o cronista conclui e envia os cinco primeiros livros da *Década XII* (período de 1596 a 1600), os quais recebem licença de impressão em 1628 e são publicados em Paris em 1645 amputados de um capítulo autónomo sobre a cidade e o templo cambodjanos de Angkor. Da mesma altura será a *Década XI* (período de 1588 a 1597), enviada em finais de 1611 ou no início de 1612 e que desapareceu antes de ser impressa em Lisboa. Em 1788 tentar-se-á colmatar o vazio com a publicação de um breve resumo que, no essencial, talvez tivesse sido preparado pelo próprio Couto. Quanto à *Década VIII* (período de 1564 a 1571) e à *Década IX* (período de 1571 a 1579), temos que se encontrariam concluídas em 1615, quando foram roubadas da escrivania do autor. Apesar de muito debilitado pelo reumatismo gotoso, este ainda consegue refazê-las em versão abreviada e enviá-las na armada que partiu da Índia nos começos de 1616. As respectivas primeiras edições datam de 1673 e 1736 e terminaram sendo dadas na mesma cidade de Lisboa que divulgou todas as demais *princeps*, excepto a da década duodécima<sup>37</sup>.

Diogo do Couto dispôs de um apoio inestimável na pessoa do seu cunhado Fr. Adeodato da Trindade, religioso agostinho natural de Goa que vivia desde 1565 no tal

---

<sup>37</sup> C. Martins, 1994, pp. 319-323; Loureiro, 1998, pp. 63- 69, 117, 167-168, 209, 237-238, 271-272, 295-296, 321-322, 353-354 e 360-370. Cf. Manuel Severim de Faria, *Vida de Diogo de Couto*, ed. 1998, pp. 7-9; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 561-563. Ver também: António Coimbra Martins, “Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 3, Paris, FCG, 1971, pp. 272-355; Lima Cruz, 1993, pp. XI-XLV; C. Martins, 2001, pp. 172-173 e 341-342.

Convento da Graça de Lisboa onde Fr. Agostinho de Azevedo se recolherá no princípio do século XVII. É a Fr. Adeodato que o cronista remete os seus manuscritos e pede que os reveja para impressão; é nele que delega a espinhosa tarefa de contornar os entraves colocados pela censura oficial e por quem se sentia injustiçado por esta ou aquela versão dos acontecimentos; e é ainda nele que confia para receber os parcos volumes impressos que depois tentava vender na Índia sem demasiado sucesso ou que acabava por oferecer ao vice-rei, ao arcebispo e aos capitães das fortalezas a troco de nada — nem sequer de “huã caxa de mermalada”, como chorou em certa ocasião<sup>38</sup>. Além disso, teve outros dois aliados decisivos em dois dos vice-reis que conheceu, o polido D. Duarte de Meneses, conde de Tarouca (gov. Novembro de 1584-Maio de 1588), e o ao que consta despótico D. Francisco da Gama (1.º gov. Maio de 1597-Dezembro de 1600). Quarto conde da Vidigueira e bisneto do descobridor, D. Francisco viria também a desempenhar as funções de presidente do Conselho da Índia em Lisboa entre 1604 e 1614, continuando a partir daí a exercer a influência necessária para que o cronista sobrevivesse a vários dos intrigistas que o quiseram apear do cargo<sup>39</sup>.

Primeiro sintoma do casamento de conveniência entre Diogo do Couto e D. Francisco da Gama surge-nos na *oração* solene que aquele compôs no final de 1597 para a inauguração, nos Paços da cidade de Goa, de um retrato em tamanho natural de Vasco da Gama. Pela mesma altura recebe do mesmo governante o encargo de escrever um *Tratado dos Gama*, o que não significava outra coisa senão uma história da Ásia paralela às *Décadas* e centrada nas façanhas dos Vidigueira. O manuscrito em causa estará pronto dois anos mais tarde e nesse estado permaneceu até 1998<sup>40</sup>. Depois do afastamento de D. Francisco, Couto continua a legar testemunhos eloquentes tanto do seu estatuto de porta-voz do grupo dos “casados de Goa”, como da sua disponibilidade para se entender com quem quer que fosse designado para o governo do Estado da Índia através das saudações escritas com que brindou, sucessivamente, Aires de Saldanha (1600), D. Martim Afonso de Castro (1605), D. Fr. Aleixo de Meneses (1607), André

---

<sup>38</sup> Carta de Diogo do Couto para D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, “1608, derradeira oitava do Natal”, AN/TT, c. 19, t. 2 E, p. 651; transcr. in Diogo do Couto, *Décadas*, selecção, prefácio e notas de António Baião, colecção Clássicos Sá da Costa, vol. 1, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1947, cit. p. LXXXVI.

<sup>39</sup> Ver, *inter alia*, Boxer, 1948, p. 29; Lapa, ed. 1980, pp. 5-6.

<sup>40</sup> Diogo do Couto, *Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso Capitão Dom Vasco da Gama primeiro conde da Vidigueira: almirante do mar da India: no descobrimento, e conquistas dos mares, e terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou, e das cousas que socederão nella a todos seus filhos. Dirigido a dom Francisco da Gama conde da Vidigueira almirante do mar Indico, e visorrei da India por Diogo do Couto cronista e guarda mor da Torre do Tõbo da India*, 1599, BNL, Ms. B.-6-14 e n.º 462. Cf. *supra*, n. 26 a este capítulo.

Furtado de Mendonça (1609), Rui Lourenço de Távora (1609) e D. Jerónimo de Azevedo (1612)<sup>41</sup>.

Em 1611 Couto enceta e conclui a pedido da família do biografado uma *Vida de D. Paulo da Lima Pereira* — saborosamente alcunhado de “Hércules Português” — na qual injectou inúmeros materiais recolhidos para as suas *Décadas* (1.<sup>a</sup> ed. 1765)<sup>42</sup>. Terá ainda trabalhado noutras três obras de feição histórica que, completas ou não, continuam por localizar: um *Tratado das Fortalezas*, um *Epílogo da História da Índia* (talvez uma metamorfose daquele) e uma *História da Etiópia* (livro de polémica encomendado pelos jesuítas visando a *Historia Ecclesiastica, Politica, Natural, y Moral, de los Grandes y Remotes Reynos de la Etiopia, Monarchia del Emperador, llamado Preste Iuan de las Indias* que o dominicano espanhol Fr. Luis de Urreta editara em Valência em 1610)<sup>43</sup>. O seu texto mais conhecido, comentado e admirado continua a ser o discurso arbitrista com ressonâncias maquiavélicas *Diálogo do soldado prático*, trabalho que se pensa preparado entre 1563 e 1573<sup>44</sup> e que foi reformulado entre 1611 e 1612 para receber o

---

<sup>41</sup> Ver *Noticia dos Autores, que Escreveram de Diogo de Couto E catalogo das Obras, que Compos, extrahidas da Biblioteca de Diogo Barbosa Machado*; transcr. in Diogo do Couto, *Tratado dos Gama*, ed. 1998, pp. 16-17 (1.<sup>a</sup> ed. in Diogo do Couto, *Da Asia – Dos Feitos, que os Portuguezes Fizeram na Conquista, e Descobrimto das Terra, e Mares do Oriente, Decada Quarta, Parte Primeira*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1778, pp. XX-XXVI).

<sup>42</sup> Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira Capitão mór de Armadas de Estado da India, com huma descripção desde a terra dos Fumos até ao Cabo das Correntes*, Lisboa, Oficina de José Filippe, 1765.

<sup>43</sup> Ver Antonio de Léon Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 398; Loureiro, 1998b, p. 72; Joaquim Romero Magalhães, “As incursões no espaço africano”, in *HEP*, vol. 2, 1998, pp. 76-78 [Magalhães, 1998c].

<sup>44</sup> Embora alguma crítica histórica situe a escrita do primeiro *Diálogo do soldado prático* nos anos que antecedem o breve regresso ao Reino de Diogo do Couto (ver, *inter alia*, Loureiro, 1998b, pp. 58-60), o responsável pela recente (e única) edição crítica desta obra prefere reconhecer a respectiva génese dentro do intervalo acima indicado (C. Martins, 2001, p. 19). Na nossa opinião, o alargamento do período de preparação do manuscrito que tal leitura comporta justifica-se, quanto mais não seja, pelo respectivo conteúdo chinês, circunscrito ao capítulo intitulado “Do dano que a China faz ao Estado da Índia” (Diogo do Couto, *Soldado prático português*, ms. BACIL, A-1572, cap. XXV, ed. 2001, pp. 539-543). Passamos a explicá-lo com brevidade.

A composição consiste num animado colóquio entre um vice-rei da Índia recém-eleito e um soldado veterano através do qual este explica àquele as medidas que se lhe afiguram urgentes para reformar a máquina burocrático-administrativa e atalhar a deriva da política oriental. O capítulo vertente é particularmente curioso por dar cobertura à ideia de que a instalação dos portugueses num “porto da China” (Macau) constitui um perigo potencial para o Estado da Índia, uma vez que a ausência de representantes da Inquisição, somada à extrema riqueza da terra, cedo levaria a que nenhum dos que para aí iam quisesse voltar ao Índico e a que o sítio se transformasse num “valhacouto” de cristãos-novos de conversão duvidosa (Diogo do Couto, *ibidem*, cap. XXV, fala 2, ed. 2001, pp. 539-540). Para ilustrar essa ideia, Couto põe o seu soldado a augurar que uma embaixada que se concebia por esses dias, por ordem de Lisboa, para negociar com Pequim a paz e um assento permanente (alusão mais do que provável à missão diplomática de Gil de Góis) não conseguisse os seus intentos. É então que resolve passar aos exemplos, integrando para o efeito o que parecem ser dois veios informativos autónomos. O primeiro corresponde a uma rápida nomeação das principais produções do país, demasiado corrente para se poder referir qual a origem. O segundo corresponde a uma descrição dos chineses — e, sobretudo, da mulher

título de *Enganos e Desenganos da Índia*<sup>45</sup>. Resta referir um comentário de *Os Lusíadas* de Camões (que se dá por começado na escala de Moçambique, em 1569, e que se julga prosseguido até ao fim do Canto V), duas relações de naufrágio mais tarde recuperadas para a célebre *História Trágico-Marítima* (com materias extraídos da *Década VII* e da *Vida de D. Paulo de Lima*)<sup>46</sup>, um eventual “grande tomo de elegias, e eglogas, canções, sonetos, e trovas”<sup>47</sup> e um não menos incerto tratado sobre “o commercio da India, e os tempos e monções, em que se navega para todas as partes do Oriente, e dos pesos, medidas, e moedas, com todas as mais cousas, que a este particular pertencião”<sup>48</sup>.

### **Conteúdos chineses**

Somente um método de escrita fortemente apoiado no uso extensivo de redacções alheias permitiria que Diogo do Couto produzisse as pirâmides de papel que produziu. O exemplo do sucedido com as três recensões obtidas de Fr. Agostinho de Azevedo bastará para que façamos uma ideia da rotina dos seus expedientes literários e

---

chinesa —, o qual indicia uma clara manipulação do capítulo XV do *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz (Ver Diogo do Couto, *ibidem*, cap. XXV, fala 6, ed. 2001, pp. 541-542).

Que existia um interessante paralelismo entre o *Tractado das cousas da China* de Fr. Gaspar e o *Diálogo do soldado práctico* já havia notado o dito comentador desta obra de Diogo do Couto quando colocou lado a lado as primeiras linhas do Prólogo do impresso eborense de 1569-1570, assinadas por André de Burgos, e o início do Proémio ao leitor do *Diálogo* (ver C. Martins, 2001, p. 15). Ora, se isso não chegava para definir precedências, com este segundo trecho do primeiro *Soldado práctico* sobre o mundo chinês pensamos que não restam dúvidas quanto ao facto de Couto só haver concluído esta sua obra depois de ter desembarcado em Portugal, em 1570.

<sup>45</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 21, n. 99. Ver Lapa, ed. 1980, pp. 10-13; Rosa Mendes, 1993, pp. 415-416; George Davison Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa – Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático. Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa moderna*, tradução de Ana Barradas, Lisboa, Edições Antígona, 1994, pp. 51-80 (1.ª ed. 1985).

<sup>46</sup> Diogo do Couto, *Relação da viagem e sucesso que tiverão as naos Águia e Garça vindo da India pera este reyno no ano de 1559. Com uma descrição da cidade de Columbo pelo Padre Manuel Barradas da Companhia de Jesus, enviada a outro padre da mesma Companhia morador em Lisboa*, in Bernardo Gomes de Brito (comp.), *Historia Tragico-Maritima. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiverão as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegaçãõ da India. Tomo Primeiro. Offerecido A’ Augusta Magestade do Muito Alto e Muito Podèroso Rey S. Joaõ V. Nosso Senhor. Por Bernardo Gomes de Brito*, Lisboa, Na Officina da Congregaçãõ do Oratorio, 1735, pp. 219-307; Diogo do Couto, *Relação do naufragio da nao S. Thomé Na Terra dos Fumos, no anno de 1589. E dos grandes trabalhos que passou D. Paulo de Lima Nas Terras da Cafraria athé sua morte. Escrita por Diogo do Couto Guarda mór da Torre do Tombo. A rogo da Senhora D. Anna de Lima irmãa do dito D. Paulo de Lima no Anno de 1611*, in idem, *ibidem*, vol. 2, Lisboa, 1736, pp. 153-213.

<sup>47</sup> Manuel Severim de Faria, *Vida de Diogo de Couto*, ed. 1998, cit. p. 7.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, ed. 1998, cit. pp. 10-11. Ver Charles R. Boxer, “An Introduction to the *História Trágico-Marítima*: some corrections and clarifications”, in *Miscelânea de Estudos em honra do Professor Hernâni Cidade*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1957, pp. 48-99; idem, “An Introduction to the *História Trágico-Marítima*”, in *Quaderni Portoghesi*, 5, Pisa, Giardini Editori, 1979, pp. 99-112; C. Martins, 1994, pp. 319-323; Leal, 1996, pp. 111-129.

dos segredos da sua alardeada erudição<sup>49</sup>. No que ao tema chinês diz respeito, circunscrevemos alusões pertinentes — mas em qualquer caso diminutas, face à monumentalidade da obra — nas elencadas *Décadas IV, V, VIII, X e XII*. Estas oscilam entre a referência a “peças e curiosidades” com essa origem envolvidas no *comércio de Índia em Índia* que aparece na *Década VIII* e os problemas de identificação geográfica colocados pela contemporânea busca do Cataio, os quais surgem sintetizados na *Década XII*. Para a respectiva análise escolhemos seguir a ordem imposta pela cronologia dos manuscritos. No entanto, a demasiada trivialidade do dito discurso sobre mercadorias permite-nos que desde já o resolvamos, anotando apenas que alude por alto a tratos infalíveis como os da seda, do almíscar, do benjoim, do lacre ou da cânfora<sup>50</sup>.

Na *Década IV* deparamos com dois capítulos sucessivos sobre a história dos “Magores e Tartaros” que Diogo do Couto explica ter extraído “de suas próprias historias, que em lingua persica achamos em poder de huns embaixadores dos mesmos Magores, que a esta cidade de Goa vierão” (liv. X, caps. I e II)<sup>51</sup>. Trata-se não só de uma das mais densas e confusas incursões do cronista no domínio histórico-genealógico, como de uma típica simulação coutiana a propósito da proveniência do saber reproduzido, porquanto o autor não sabia ler nenhuma língua asiática. Se bem que fossem várias as crónicas disponíveis à época em idioma persa para o tema explicitado, a crítica competente começa sobretudo por detectar coincidências significativas com a grande crónica *Akbar Nâma* redigida entre 1580 e 1596 por Abu’l Fazl ibn Mubarak (1551-1602), o escriba oficial do imperador dos mogóis. Couto tê-la-ia aprendido por via oral e numa forma resumida, assim se explicando várias das lacunas que penalizam a sua versão<sup>52</sup>.

Depois, observa-se que Couto tudo faz para conciliar essa tradição persa (ou muçulmana) com dois eixos narrativos ocidentais que haviam encarado o espaço e o

---

<sup>49</sup> Ver *supra*, excursão I a este capítulo.

<sup>50</sup> Diogo do Couto, *Asia*, *Década VIII*, cap. II — “Do que passou Antonio Teixeira na corte do Gram Turco; e dos pontos que requireo, e dos varios pareceres que em Portugal ouve sobre esta materia”, fls. 59v.-60r., ed. 1993, p. 203.

<sup>51</sup> Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, vol. 1, liv. X, cap. I — “Da origem e principio dos Magores e Tartaros, e provincias que possuirão, e do tempo em que receberão a ley de Christo, e de como entre elles se constituyo a dinidade do Preste João, que chamam das Indias. E de como se trespassou no Emperador da Etyopia”, edição crítica e anotada, coordenada por Maria Augusta Lima Cruz; fixação do texto por Ana Dulce de Seabra, Cristina Maria Serafim, M. Augusta Lima Cruz, M. do Rosário Laureano Santos & Rui Loureiro; revisão final de M. Augusta Lima Cruz, Lisboa, CNCDP/Fundação Oriente/IN-CM, 1999, cits. p. 529. Todas as citações a partir desta edição.

<sup>52</sup> Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, p. 632; Sanjay Subrahmanyam, “As origens dos Mogores (Mogóis): confronto da lição de Couto com as fontes em língua persa (liv. X, caps. 1 e 2)”, in Diogo do Couto, *Asia*, *Década IV*, ed. 1999, vol. 2, pp. 111-114, n. 114.

passado da estepe: o que derivava dos relatos de viagem medievais e o que entroncava em lendas cristãs como a do apostolado de S. Tomé e a do reino do Preste João. No essencial, acabou por considerar erroneamente “Tártaros” e “Magores” como entidades nacionais distintas e estáveis, separadas pela geografia e pela história; considerou como válida a tradição verbal da comunidade cristã do Quêrala ou Malabar que evocava as andanças apostólicas de S. Tomé até às partes da Ásia Central e da China; e considerou como certa a existência de um império cristão do Cataio, diferente do da China e situado ao Norte dela<sup>53</sup>.

Quer a partir de citações claras, quer a partir de referências um pouco mais evasivas, como aquela às histórias sobre os mogóis, é possível identificar no capítulo I do livro X da *Década IV* o manuseio ou o contacto indirecto com as seguintes autoridades: (1) a incontornável *Bíblia*; (2) as *Antigualhas Judaicas* de Flávio Josefo, a súpula de história hebraica que, para além de editada por duas vezes em Sevilha na década de 1530<sup>54</sup>, também se julga existisse traduzida para português em versão manuscrita; (3) o antigo escritor Beroso da Babilónia (séc. III a. C), cuja obra historiográfica era acessível em excertos tomados por autores posteriores; (4) Fr. Odorico da Pordonone, o primeiro a ser nomeado para o tema mongol, muito provavelmente com base na 2.<sup>a</sup> edição do volume II da colectânea de Giovanni Battista Ramusio; (5) Fr. Anselmo de Lombardia (ou Ascelino, O. P.), um dos agentes enviados por Inocêncio IV à Corte do imperador mongol em 1247 e o segundo a ser nomeado para esse mesmo tema, sendo que o uso daquela edição das *Navigazioni et Viaggi*, onde está o respectivo relato, volta a ser o apoio mais certo<sup>55</sup>; (6) Marco Polo, o terceiro a ser nomeado a respeito da Mongólia e o terceiro a lembrar Ramusio; (7) o geógrafo sírio Abulfeda, empregue para precisar a posição da China e o quarto a lembrar Ramusio por

---

<sup>53</sup> Ver Diogo do Couto, *Asia*, *Década IV*, liv. X, cap. I, ed. 1999, vol. 1, pp. 529-536; idem, *ibidem*, *Década IV*, liv. X, cap. II — “Que trata de como estes reys christãos conquistarão o Turstan, e das gentes que lhes forão fugindo a te Asia Menor, de que se senhorearão dandolhe o nome de Grão Turquia, e dos reys dos Magores que ouve desdo Grão Tamorlão, a te este Hamau Paxa”, ed. 1999, vol 1, pp. 537-545. Cf. João Pedro Marques, “Ascendências míticas dos Mongóis (liv. X, cap. 1)”, in idem, *ibidem*, *Década IV*, ed. 1999, vol. 2, pp. 115-116, n. 116 [J. P. Marques, 1999a]; Luís Filipe Thomaz, “Cristãos de S. Tomé e Preste João (liv. X, cap. 1)”, in idem, *ibidem*, *Década IV*, ed. 1999, vol. 2, pp. 120-122, n. 119 [Thomaz, 1999a]; João Pedro Marques, “Tártaros e Mongóis (liv. X, caps. 1 e 2)”, in idem, *ibidem*, ed. 1999, vol. 2, pp. 127-129, n. 120 [J. P. Marques, 1999b].

<sup>54</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-1.

<sup>55</sup> Ver “Due viaggi in Tartaria, per alcuni frati dell’ordine Minore, e di S. Domenico, mandati da Papa Innocentio III. nella detta prouincia per Ambasciatori l’anno 1247”, in Giovanni Battista Ramusio, *Secondo Volume Delle Navigazioni Et Viaggi Raccolto gli Da M. Gio. Battista Ramvsio, et ahora in questa nvoa editioni accrescivto [...] Aggiuntoui in questa vltima editione la Descrittione dell’vna e dell’altra Sarmatia, con i svccessi in esse fino a tempi nostri occorso*, Veneza, Appresso i Giunti, 1583, fls. 233v.-243v.

causa das tábuas de longitudes e latitudes dos sítios asiáticos citadas por Polo que inferiu e estão em qualquer das edições do volume III das *Navigazioni*; (8) Sebastian Münster, com a sua *Cosmographia*, empregue para discutir as posições relativas da Mongólia e da Tartária; (9) Santo Isidoro de Sevilha, com o seu *De Ortu & obitu Sanctorum*, empregue para esclarecer o percurso de S. Tomé; (10) “hum bispo armenio natural de Babilonia”, por certo antes um cristão sírio da Alta Mesopotâmia que foi testemunha do inquérito ordenado por D. João III em Meliapor para esclarecer igual assunto, tudo numa passagem muito semelhante ao resumo da respectiva averiguação oferecido por Gaspar Correia num manuscrito intitulado *Lenda do Apostolo S. Thomé*; (11) João de Barros, cuja *Década III* é utilizada para várias menções que, ou voltam a desembocar no apóstolo, ou nomeiam o Preste; (12) e Pedro de Mariz e os seus recentíssimos *Dialogos de varia Historia* (1594)<sup>56</sup>, criticados pela tese que expunham sobre os Tártaros<sup>57</sup>.

No segundo capítulo reservado à história dos mogóis Couto continuou a sua saga livresca, desta vez cruzando pelo menos vinte empréstimos: (1) o historiador das cruzadas Guilherme de Tiro (c. 1130-c. 1186) e a sua *Historia rerum in partibus transmarinis*, para a origem do nome dos Turcos; (2) talvez ainda a *Vulgata*, para associar os Turcos, “innumeraveis gentes da Scithia”, às interpretações dos teólogos e às profecias apocalípticas sobre as terras de Gog e Magog; (3, 4 e 5) ainda o caldeu Beroso, mas agora citado ao lado do seu editor italiano quatrocentista Giovanni Annio de Viterbo e de Diodoro Sículo para discutir a hipótese dos espanhóis descenderem dos Tártaros e dos Mogóis; (6, 7 e 8) ainda Santo Isidoro, mas agora citado ao lado de Afonso, o Sábio (1221-1284), e da *Historia Gotica* do arcebispo de Toledo D. Rodrigo de Ximenes (séc. XIII) para discutir a fundação de Sevilha por determinada descendência dos nómadas das estepes euro-asiáticas; (9) ainda Marco Polo, para a cronologia da expansão tártara, o assento em Cambaluc e a entronização de Gengis Cã; (10) Flávio Biondo (1392-1463), para igual assunto; (11) um outro humanista italiano, Paolo Giovio, lido ao que se presume nos *Historiarum sui temporis* (Paris, 1553-1554) sobretudo para discutir a cartografia da Tartária; (12) a *Historia del Gran Tamorlan* (Sevilha, 1582) de Ruy González de Clavijo, o enviado de Henrique III de Castela à Corte de Tamerlão em 1403, para mais sobre Gengis Cã e algo sobre a antiga

---

<sup>56</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 13, n. 84.

<sup>57</sup> Ver Taylor, 1930, pp. 131-134; Loureiro, 1998b, pp. 157-159; Picchio, 1999, pp. 366-368; Thomaz, 1999, p. 122; Rui Manuel Loureiro, “A erudição de Couto, comentário 2 (liv. X, cap. 1)”, in Diogo do Couto, *Asia*, Década IV, ed. 1999, vol. 2, pp. 116-117, n. 117.

diplomacia do Cataio<sup>58</sup>; (13) Haitão Arménio, por certo colhido numa das edições do 2.º volume das *Navigazioni* de Ramusio onde está o relato sobre as conquistas mongóis que inspirou<sup>59</sup>; (14 e 15) Giovanni Battista Egnazio e Battista Campofregoso, mais dois humanistas italianos, para discutir o berço de Tamerlão; (16) o Papa Pio II, *alias* Eneas Silvio Piccolomini, cuja descrição da Ásia incluída na *Historia rerum ubique gestarum* é comentada a propósito do mesmo assunto; (17) Bartolomeo Sacchi (Platina) para o mesmo a partir da respectiva *De vitis pontificum historia* (Veneza, 1518); (18) o humanista florentino da segunda metade do séc. XV Matthaeus Palmerius para o mesmo a partir da respectiva actualização do *Chronicon* de Eusébio; (19) Andreas Cambinus para o mesmo a partir do respectivo *Libro de origine de' Turchi et Imperio delli Ottomani* (Florença, 1537); (20) e ainda Barros, só que desta vez a partir de uma passagem da *Década II* onde se foca idêntico tópico<sup>60</sup>.

Até certo ponto, era este o exercício esperado da parte de alguém que, nunca tendo transposto o Cabo Comorim nem jornadeado sertão adentro mais do que algumas léguas, se redimia embrulhando fontes sobre fontes com a ansiedade característica de um sedentário. Contudo, na parte que nos toca da *Década V* já a atmosfera ganha uma outra leveza. O capítulo é o XII do livro VIII e trata do descobrimento, da terra e dos costumes dos nativos do Japão<sup>61</sup>. Numa primeira leitura percebem-se flagrantes semelhanças com o *Tratado dos descobrimentos* de António Galvão (referência ao ano de 1542 na parte intitulada “Descobrimento das Antilhas & Indias pollos espanhões feytas”), a *Historia* de João de Lucena (liv. VI, cap. XIX) e com a “Informatione dell’isola novamente scopeta nella parte di settentrione chiamata Giapan”, conjunto de cinco cartas de missionários da Companhia de Jesus no Extremo Oriente que aparece na edição de 1554 do volume I das *Navigazioni et Viaggi* (fls. 418r.-425v.). A questão da

---

<sup>58</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 1. Ver também: Horacio Capel, “Geografía y arte apodémica en el siglo de los viajes”, *Geo Crítica – Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, Barcelona, Publicacions de la Universitat de Barcelona, 56, marzo 1985, pp. 17-18.

<sup>59</sup> Ver “Discurso sopra il Libro del Signor Hayton Armeno e Parte seconda della Historia del Signor Hayton Armeno, che fu figliuol del Signor Curchi, parente del Re di Armenia”, in G. B. Ramusio, *Secondo Volume Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1559, fls. 60v.-62r. (paginação truncada no original).

<sup>60</sup> Ver Loureiro, 1998b, pp. 150 e 159-161; J. P. Marques, 1999b, pp. 127-129; Luís Filipe Thomaz, “Gog, Magog e Quinto Império (liv. X, cap. 2)”, in Diogo do Couto, *Asia*, Década IV, ed. 1999, vol. 2, pp. 130-132, n. 121 [Thomaz, 1999b]; Luís Filipe Thomaz, “O significado de Tamur Langar (liv. X, cap. 2)”, in idem, *ibidem*, ed. 1999, vol. 2, pp. 134-135, n. 123 [Thomaz, 1999c].

<sup>61</sup> Diogo do Couto, *Da Asia – Dos Feitos, que os Portuguezes Fizeram na Conquista, e Descubrimento das Terra, e Mares do Oriente, Decada Quinta, Parte Segunda*, liv. VIII, cap. XII — “De como se descobriram as Ilhas de Japão: e de huma breve relação do principio, e origem de seus povoadores: e de alguns ritos, e costumes daquellas gentes: e das Provincias que tem”, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1974, pp. 262-275. Todas as citações a partir desta edição (ed. fac-similada da ed. de 1780: Lisboa, Na Regia Officina Typografica).

obra de Lucena poder ter sido utilizada por Diogo do Couto (ou por um revisor), apesar do cronista haver concluído o seu manuscrito cerca de três anos antes da publicação da *Historia da vida do padre Francisco Xavier*, não impede que o contágio se processasse nesse sentido uma vez que se sabe que a *Década V* foi retocada entre 1598 e 1612, quando saiu do prelo<sup>62</sup>.

Aqui o problema essencial torna a ser a do lugar geográfico do *Sinarum regio* de Ptolomeu. Usando Marco Polo e emendando o *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius, Diogo do Couto precisa pela primeira vez “que o Reyno da China, e o de Mangi todo he hum, e tudo foi sempre sujeito a hum só Senhor”<sup>63</sup>, ao que por fatalidade logo cola a vista distinção entre o Cataio e a China<sup>64</sup>. Ainda assim, o leitor que estivesse em branco por certo não daria o seu tempo por perdido uma vez que sempre lhe era facultada uma introdução razoável sobre a presença da matriz cultural chinesa no arquipélago nipónico e sobre a aversão que, conforme uma prática de vizinhança tristemente famosa, chins e japões nutriam uns pelos outros — tanta que “a mór affronta que se póde fazer a algum [japonês] he chamar-lhe Chim: e pela mesma maneira se tem que os Chins por tanto mais honrados que elles, que o mór desprezo que se lhes póde fazer, he chamar-lhes Japões”<sup>65</sup>.

Da *Década X* trazemos para cima da mesa o capítulo III do livro V, o qual aborda a viagem que Francisco Gali realizou por ordem do governo da América Espanhola entre 1582 e 1584 “pera ver se era verdade o haver algum canal por sima da Tartaria, que passasse até ao mar Septentrional”<sup>66</sup>. Sendo certo que Couto informa ter empregue para o efeito uma relação endereçada pelo próprio Gali ao vice-rei da Nova Espanha que lhe viera parar à mão (alegação exacta à vista dos fls. 140r.-141v. do Códice Res. 637 da Biblioteca Nacional de Lisboa onde se transcreve a segunda parte desse roteiro<sup>67</sup>), a verdade é que também tentou apagar algumas das pistas necessárias para que lhe acompanhassemos os passos. De facto, não tarda a inserir sem qualquer

---

<sup>62</sup> Loureiro, 1998b, pp. 193-195.

<sup>63</sup> Diogo do Couto, *Asia*, *Década V*, liv. VIII, cap. XII, ed. 1974, cit. p. 267.

<sup>64</sup> Ver idem, *ibidem*, *Década V*, liv. VIII, cap. XII, ed. 1974, pp. 266-269.

<sup>65</sup> Ver idem, *ibidem*, *Década V*, liv. VIII, cap. XII, ed. 1974, cit. pp. 271-272.

<sup>66</sup> Diogo do Couto, *Da Asia – Dos Feitos, que os Portuguezes Fizeram na Conquista, e Descobrimento das Terra, e Mares do Oriente, Decada Decima, Parte Primeira*, liv. V, cap. III — “De como Francisco Gale foi por ordem de ElRey descobrir a Costa de nova Hespanha de 40. grãos pera sima: e da derrota que levou desde o porto de Acapulco até Japão, e dahi até tornar ao mesmo porto”, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1974, cit. p. 493. Todas as citações a partir desta edição (ed. fac-similada da ed. de 1788: Lisboa, Na Regia Officina Typografica). Ver *supra*, Parte I, cap. 6-5.

<sup>67</sup> Ver José Alberto Barata, “De Macau à América. Uma viagem em 1584 (O Reverso de Tordesilhas ou The Missing Link?)”, in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, 1998, pp. 705-708; Loureiro, 1998b, pp. 333-334.

aviso alguns fragmentos do prefácio anónimo ao escrito de Stephen Burrough sobre a navegação de Sebastião Caboto que acresce ao volume II das *Navigazioni* na edição de 1583<sup>68</sup>. Entre um e outro suprimento ressalta que siga confiante na existência de uma “Provincia de Cathayo”, desta vez referenciada a partir da Moscóvia<sup>69</sup>. O capítulo fechará com uma nota sobre o reconhecimento de parte do litoral ocidental da América do Norte por Francisco Vázquez de Coronado em 1540<sup>70</sup>. Ao contrário do precedente, Ramusio e o seu livro vêm identificados (Couto aludia à 1ª. edição do volume III onde aparece a “Relatione che mandò Francesco Vasquez di Coronado [...] quel che successe nel viaggio [...]”<sup>71</sup>). Por causa de uns “navios de mercadores com alcatruzes de ouro nas poppas” avistados nessa oportunidade, o cronista achou dever recolocar a hipótese de que “fossem dos portos de Cathaio, e que sahisses por este canal entre Huracan, e a terra de Asia”<sup>72</sup>.

Da *Década XII* logo nos interessa uma pormenorizada explanação sobre o episódio que envolveu D. Francisco Tello, D. Juan Zamudio e D. Paulo de Portugal a propósito da cedência para os “Hespanhoes de Manilha” de um ancoradouro próximo de Macau em 1598. Embora Diogo do Couto, chamando a si materiais de arquivo, acabe por não contar nem mais nem menos do que Antonio de Morga nos *Svcesos de las Islas Filipinas*<sup>73</sup>, a sua demorada leitura do caso deve sempre ser considerada uma vez que oferece a perspectiva antónima da comunidade macaense<sup>74</sup>. Não obstante, é a referida última grande abordagem do problema da existência do reino do Cataio o que torna o derradeiro volume da crónica de Couto noutra pedra crucial para a história dos fluxos e refluxos das ideias geográficas. De nada lhe importando o alcançado entre o ano de

---

<sup>68</sup> Ver “Navigatione di Sebastiano Cabota”, in G. B. Ramusio, *Secondo Volume Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1583, fls. 211v.-219r.

<sup>69</sup> Diogo do Couto, *Asia*, Década X, liv. V, cap. III, ed. 1974, cit. p. 494. Ver idem, *ibidem*, Década X, liv. V, cap. III, ed. 1974, p. 503.

<sup>70</sup> Ver, *inter alia*, Parry, 1968, pp. 225-231; Carmen de Mora, *Las Siete Ciudades de Cibola – Textos y testimonios sobre la expedición de Vázquez Coronado*, colección Alfar Universidad — 46, Sevilla, Ediciones Alfar, 1992, pp. 26-34 e 173-176.

<sup>71</sup> “Relatione che mandò Francesco Vasquez di Coronado, Capitano Generale della gente che fu mandata in nome di Sua Maesta al paese nouamente scoperto, quel che successe nel viaggio dalli ventidua d’Aprile di questo anno MDXL che parti da Culiacan per innanzi, & di quel che trouò nel paese doue andaua”, in G. B. Ramusio, *Terzo volume Delle Nauigationi Et Viaggi*, Veneza, 1556, fls. 359v.-363r. Ver também: Loureiro, 1998b, p. 335; Picchio, 1999, p. 370.

<sup>72</sup> Diogo do Couto, *Asia*, Década X, liv. V, cap. III, ed. 1974, cit. pp. 503-504.

<sup>73</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 22-3.

<sup>74</sup> Ver Diogo do Couto, *Da Asia – Dos Feitos, que os Portuguezes Fizeram na Conquista, e Descobrimto das Terra, e Mares do Oriente, Decada Duodecima, Parte Ultima*, liv. II, cap. XI — “De huma fragata de Hespanhoes de Manilha, que foi ter á China pera assentar pazes com os Chins; e do que D. Paulo de Portugal sobre isso fez”, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1974, pp. 243-250. Todas as citações a partir desta edição (ed. fac-similada da ed. de 1788: Na Regia Officina Typografica, Lisboa).

1600 em que concluiu a *Década X* e o momento em que enviava o presente manuscrito, mantinha-se irredutível no que desde sempre afiançara. E isso tão-só porque, como explica, “sobre esta Provincia Cathayo houve entre os antigos muitas opiniões, e andáram ás a apalpadelas como cegos buscando este imperio, sem acabar de dar com elle, pera o situarem em seus mappas, e globos na verdadeira altura em que está. E ainda os modernos não acabáram de atinar neste negocio, em que seguirei alguns roteiros, que tenho de pessoas, que penetráram todas estas terras até ensacarem toda a Asia”<sup>75</sup>.

O drama de Diogo do Couto é tanto mais pungente quanto parece não lhe ter faltado nenhum elemento para se converter às evidências. Como ele próprio esclarece, principiou por considerar a narrativa onde estava explicado o caminho percorrido por Bento de Góis entre Lahore e “aquelles admiraveis muros da China” junto aos quais o jesuíta açoreano “faleceo de puro trabalho do caminho”<sup>76</sup>. A fonte utilizada abafa-a, mas tudo indica que se servisse para o efeito das sucessivas *Relações anuais* do Pe. Fernão Guerreiro que comunicaram o sucedido<sup>77</sup>. Tal significa que poderá ter chegado a consultar o volume de correspondência missionária publicado pelo Pe. Guerreiro em 1611, o que torna a ser viável por se julgar que pelo menos dois esboços distintos dos cinco livros da *Década XII* que nos restam chegaram a Portugal numa data um pouco mais tardia que 1612<sup>78</sup>. Seja como for, Couto tanto mostra conhecer as contemporâneas observações astronómicas que colocavam “o Paquim em quarenta grãos”<sup>79</sup>, como cita a carta de 12 de Novembro de 1607 na qual Matteo Ricci comunica aos seus confrades de Goa “que o Cathayo verdadeiramente era a China, e que fôra della não havia outro Cathayo; e que a Cidade Cambalu era a mesma de Pachim”<sup>80</sup>, texto que sabemos que aparece reproduzido a páginas tantas do mesmo tomo V da colectânea de Fernão Guerreiro<sup>81</sup>.

Mas estava escrito que nada abalaria as fixações arcaicas do cronista de Goa. Não demorando a tomar do seu Ramusio de cabeceira Marco Polo e Haitão Arménio, ei-lo de novo a expôr a identidade entre China e Mangi — “China Austral, e China

---

<sup>75</sup> Idem, *ibidem*, *Década XII*, liv. V, cap. VII — “Que trata da parte a que jaz este Reyno Abadaxam: e da descripção desta Provincia de Laor até esta Cidade, e della até o Cathayo: e de como esta Provincia não he a China, como alguns cuidáram, e a que parte jaz”, ed. 1974, cit. pp. 492-493.

<sup>76</sup> Idem, *ibidem*, *Década XII*, liv. V, cap. VII, ed. 1974, cits. pp. 494 e 496. Ver Idem, *ibidem*, *Década XII*, liv. V, cap. VII, ed. 1974, pp. 493-497.

<sup>77</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 18-3.

<sup>78</sup> Ver Loureiro, 1998b, p. 369.

<sup>79</sup> Diogo do Couto, *Asia*, ed. 1974, *Década XII*, liv. V, cap. VII, ed. 1974, cit. p. 500.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, *Década XII*, liv. V, cap. VII, ed. 1974, cit. p. 498.

<sup>81</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 18-3.

Meridional, como Alemanha se reparte em outras duas partes, Alemanha alta, e Alemanha baixa”<sup>82</sup> — e a declarar a quem ainda o ouvisse que a Norte da província da Pequim “ha Cathayo, e Christandade”<sup>83</sup>. Para concluir, dá um salto não menos insólito à pré-história da façanha de Bento de Góis e aparece-nos com uma das cartas de 1598 em que o Pe. Jerónimo Xavier expusera a conversa tida em Lahore com um mouro vindo de Meca sobre o mirífico país cristão de “Xatai”<sup>84</sup>. Se a leu numa qualquer via manuscrita disponível na Índia ou se a foi buscar ao livro III do 1º. volume da *Historia de las Misiones* de Luis de Guzmán, por exemplo, isso será o que menos importa<sup>85</sup>. O definitivo é que, ao invés dos antigos jesuítas da terceira Missão ao Mogol, não lhe basta imaginar a identidade entre o Preste João e o imperador do Cataio: ambos os mitos mantêm-se intocados algures acima da Grande Muralha, “mas o Emperador do Cathayo he o Senhor de tudo”<sup>86</sup>.

### 3. O *Tractado do Catay Atay* de Manuel Godinho de Erédia, 1613

Se dois casos não chegarão para definir uma tendência, o facto é que o apego aos livros antigos que demonstram por igual Diogo do Couto e o seu contemporâneo Manuel Godinho de Erédia (Malaca, c. 1560-Goa, 1623) permite reflectir sobre a eventualidade da ambiência cultural indiana em que ambos viveram ter condicionado de forma inapelável um certo modo, já anacrónico, de representar a geografia de lugares sempre menos acessíveis como o da China. No caso do cartógrafo luso-malaio, a análise complica-se um pouco por estarmos perante alguém que, de há cerca de cento e quarenta anos a esta parte, tanto excita detractores encarniçados como apologistas incondicionais. Naturalmente, não será aqui que se vai tentar dirimir essa contenda. De qualquer forma, parece-nos indispensável ver de perto algumas das propostas que provocam este debate extremado querendo, como queremos, ajuizar com um pouco mais de rigor sobre o estatuto reservado aos observadores do mundo chinês não

---

<sup>82</sup> Diogo do Couto, *Asia*, ed. 1974, Década XII, liv. V, cap. VII, ed. 1974, cit. p. 498.

<sup>83</sup> Idem, *ibidem*, Década XII, liv. V, cap. VII, ed. 1974, cit. p. 501.

<sup>84</sup> Ver idem, *ibidem*, Década XII, liv. V, cap. VII, ed. 1974, pp. 503-504.

<sup>85</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 17-4.

<sup>86</sup> Diogo do Couto, *Asia*, ed. 1974, Década XII, liv. V, cap. VII, ed. 1974, cit. p. 505. Cf. Pe. Fernão Guerreiro, *Relaçam annual das covsas qve fizeram os Padres da Companhia de Iesvs*, liv. II, cap. IX, Lisboa, 1605, fls. 61v.-62r.

subordinados à lógica do religioso estantes no Índico Ocidental na transição do século XVI para o século XVII.

### *Erédia*

Na leitura divulgada por um inspirado historiador oitocentista, Manuel Godinho de Erédia teria sido o quarto fruto de um desorbitado romance — que incluíra raptos e tudo — entre Juan de Herédia Aquaviva, suposto fidalgo de origem aragonesa cuja família se instalara em Portugal no tempo de D. Afonso V, e uma filha do rajá de Supa (Celebes) chamada Elena Vessiva<sup>87</sup>. Certo é que os seus progenitores foram estes e que o seu pai era um soldado de fortuna estabelecido em Malaca por volta de 1540 e participante numa expedição que rumou a Macáçar com a monção de Janeiro de 1545, jogando no comércio privado e aproveitando para o proselitismo missionário<sup>88</sup>.

Concluídos os primeiros estudos no colégio dos jesuítas da Malaca, Godinho de Erédia foi transferido para o estabelecimento homólogo de Goa. Teria então cerca de 13 anos de idade. Recolhido pelo Pe. Gonçalo Álvares, que fora o primeiro visitador da Província jesuíta da Índia em 1567, Erédia vai receber aí a corrente instrução secundária em humanidades, após o que ingressa no noviciado da mesma Companhia (c. 1574). Chega a pronunciar os votos menores e talvez a dar aulas como “mestre de mathematicas”, mas é forçado a abandonar o Seminário no final de 1584 por alegada falta de vocação. Alessandro Valignano classifica-o de “estudiante sobremanera distraído y sin tener nenguna parte buena” quando tem de justificar este afastamento<sup>89</sup>. Contudo, ainda que um carácter demasiado aéreo possa ter contribuído de forma definitiva para tal juízo, talvez não ande muito longe da verdade quem percebe, através da correspondência da época, que o seu sangue mestiço constituiu um embaraço complementar ante os pareceres que iam sendo repetidos por essa altura em Roma e em Goa no sentido de se condicionar a entrada dos indígenas na Companhia de Jesus<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> Ver Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, vol. 1, VII — “Godinho de Herédia”, colecção Oitocentos Anos de História — 8.B.1., Lisboa, Ulmeiro, 1984, pp. 158-160.

<sup>88</sup> John G. Everaert, “Manuel Godinho de Erédia: Humaniste ou Aventurier?”, in Manuel Godinho de Erédia, *Suma de Arvores e Plantas da Índia Intra Ganges*, ed. 2001, pp. 28-39. Ver também: Soares Martins, 2002, pp. 188-190.

<sup>89</sup> Carta do Pe. Alessandro Valignano ao geral Pe. Claudio Acquaviva, Cochim, 20 de Dezembro de 1584, ARSI, *Goa 13 I*; pub. in *Documenta Indica*, vol. 13, 1581-1585, ed. Josef Wicki, Roma, IHSI, 1975, cit. p. 748.

<sup>90</sup> Ver Everaert, 2001, pp. 39-43.

No armadilhadíssimo retrato auto-biográfico composto por Erédia, este abandono da vida monástica surge explicado pelo desejo que o próprio teria de “reformular as antigas descrições do mapa-múndi e Teatros, com novas descrições do Cathai e da Índia Meridional”, quer dizer a Austrália. Na base dessa alegada decisão voluntária estava o chamamento de lendas como a da Ilha do Ouro, um projecto que o prenderá durante anos e que acabou por determinar o interesse dos estudiosos do século XIX pela sua figura e o levantar da hipótese de lhe caber a palma de descobridor da quinta parte do globo em 1601, portanto cinco anos antes de Willem Janszoon ter reconhecido e cartografado para a Holanda mais de 250 quilómetros da costa a ocidente do Cabo York<sup>91</sup>.

Julgam alguns que pouco depois do jovem Erédia haver deixado o Seminário o admitissem na oficina de arquitectura e cartografia de Giovanni Battista Cairati, técnico de origem italiana com longa carreira iniciada em Malta e que foi engenheiro-mor do Estado da Índia entre 1583 e 1596<sup>92</sup>. Aqui teria permanecido até 1594, quando reivindica ter recebido de Filipe II um alvará que o incumbe do descobrimento da Ilha do Ouro. No entanto, o poder de Goa desconfia da turvação salomónica desse projecto e nega-lhe o apoio necessário. Num relatório intitulado *Informação da Aurea Chersoneso, ou Peninsula, e das Ilhas aurifereas, carbunculas, e aromaticas* (ms. c. 1599) Godinho de Erédia volta a solicitar ser “provido descobridor para a empresa do Oro” (escreve à castelhana). Segundo ele, o vice-rei D. Francisco da Gama deu despacho favorável à proposta em 1600, algo que Filipe III teria confirmado ao elevá-lo à titularidade de “Adelantado” da Índia Meridional. Mas a única certeza que existe é a de que coube a Aires de Saldanha, sucessor de Francisco Gama, conferir-lhe em 1601 a autorização para “descobrir a ilha ou ilhas que dizem haver de ouro nas partes do sul”, o cargo de

---

<sup>91</sup> Ver, *inter alia*, João C. Reis, “Erédia – Um Português de Malaca”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 33, Outubro/Dezembro 1997, pp. 81-100 [Reis, 1997a]; McPherson, 2000, pp. 484-487.

<sup>92</sup> Reis, 1997a, p. 79. Sobre a figura e a actividade de Giovanni Battista Cairati (ou Cairato) no Oriente ao serviço de Filipe II, ver, *inter alia*, Leonardo Benevolo, *Historia de la arquitectura del Renacimiento – La arquitectura clásica (del siglo XV al siglo XVIII)*, vol. 1, edición actualizada con la 4.ª edición italiana de 1978, trad. María Teresa Weyler, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1981, p. 728; Rafael Moreira, “Os primeiros engenheiros-mores do império filipino”, in *Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol de História de Arte*, Coimbra, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 521-534; Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas – Contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*, Lisboa, CNCDP, 1997, p. 67, n. 48; p. 80; p. 81, n. 54; Renata Malcher de Araujo, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão*, apresentação de Eduardo Horta Correia, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1998, p. 30.

“regedor maior” desse ou desses lugares hipotéticos, o hábito de Cristo e uma parcela dos rendimentos da feitoria a levantar<sup>93</sup>.

Sucede que Erédia não irá para já conseguir passar além de Malaca porque entretanto se agudizara a guerra com os holandeses e com várias populações da área. Depois de talvez ter acompanhado André Furtado de Mendonça na conquista do bastião do corsário Kunjali Marakkar, no Malabar (1600), foi mobilizado para essa campanha e chegou a comandar uma flotilha de 60 caleluzes, navios de vela e remo de pequeno calado empregues na vigilância da costa malaia (1601)<sup>94</sup>.

De modo a tirar o melhor partido possível da contrariedade, Manuel Godinho de Erédia entregou-se por algum tempo à prospecção de minérios no sertão de Malaca (duas campanhas durante os anos de 1602 e 1603). Segundo palavras suas, andou também pelo mar em acções de vigia entre os estreitos de Singapura e Sabão (Sabbao/Sabbu, Noroeste da Austrália). Em 1601 recebe a notícia de que um tal Chiay Masiuro, rei de Damuth (Demak), tinha visitado a terra desconhecida de “Luca Antara” (ou “Nuca Antara”, do malaio *nusantara*, sinónimo de “arquipélago”<sup>95</sup>), que se supõe fosse a Austrália. Reclama depois ter trabalhado em 1604 “na fortificação e defesa de Malaca, acudindo ao serviço necessário de cavas, entulhos e palizadas”, afazeres de engenheiro militar que haveria repetido em 1605 ao ser encarregue por André Furtado da construção de uma fortaleza na pequena boca do rio de Muar (12 léguas a Sul de Malaca) que, contudo, jamais existiu a não ser em desenho<sup>96</sup>. O que existe é uma carta de Filipe III ao vice-rei da Índia, datada deste último ano, pela qual se pediam informações sobre a sua pessoa. Essa missiva antecipa uma outra de 1609 em que o soberano interroga Rui Lourenço de Távora sobre a conveniência de nomear Erédia cosmógrafo-real. Mas mais uma vez Goa responde com as suas conhecidas reticências quanto aos méritos profissionais do candidato, cortando-lhe as asas<sup>97</sup>.

Entretanto, Godinho de Erédia regressara ao relativo conforto da capital do Estado da Índia para se tratar de beribéri contraída numa das suas expedições ao interior da península malaia. Passando a residir ora em Goa, ora em Cochim, não se voltará a afastar demasiado daí durante os dezassete anos de vida que ainda tem pela frente

---

<sup>93</sup> Ver Everaert, 2001, pp. 44-48.

<sup>94</sup> José Manuel Vargas, “Manuel Godinho de Erédia”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, pp. 365-366; Reis, 1997a, pp. 79, 81, 84 e 115.

<sup>95</sup> Thomaz, 2001, p. 20.

<sup>96</sup> Lobato, 1999a, pp. 67-68, 85-86 e 351-352. Cf. Boxer & Vasconcelos, ed. 1989, p. 61; Everaert, 2001, pp. 55-57.

<sup>97</sup> Oliveira Martins, ed. 1984, pp. 167-182; Vargas, 1994, p. 366; Reis, 1997a, pp. 79, 102; p. 117, n. 11; Everaert, 2001, pp. 48-60 e 62-64.

apesar de ter projectado integrar duas das campanhas navais com que se buscou desafogar as águas de Malaca da pressão holandesa (Abril de 1606 e Maio de 1607), de ter adoptado o título de “Descobridor da India Meridional” em 1611 e de, nesse mesmo ano, ter explorado a região do Guzerate (onde peregrinos indostânicos lhe falam da existência de um “caminho corrente” que liga Caxemira à China através do Tibete)<sup>98</sup>.

Com ou sem a chancela dos seus pares, Erédia veio a legar um espólio de perto de 200 cartas geográficas que faz dele o mais produtivo dos cartógrafos portugueses. Fora isso, deixou dispersos ou integrados nos seus livros inúmeros planos e desenhos de cidades e fortalezas, retratos, brasões hieráldicos e esboços de tipos humanos e de plantas acompanhados de observações de indiscutível interesse histórico e geográfico<sup>99</sup>. A sua competência como desenhista salienta-se na contribuição emprestada para um *Lyvro de Plataforma das Fortalezas da India* (ms. c. 1620) e num atlas intitulado *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal* (ms. 1610), obra encomendada pelo vice-rei Rui Lourenço de Távora para ser enviada para o reino.

Do seu inesgotável entusiasmo mais geral pelas coisas do Oriente, tivessem elas que ver com a terra que perseguiu ao Sul ou não, respondem seis manuscritos posteriores à *Informação da Aurea Chersoneso: a Lista das principais minas auríferas alcançadas pela curiosidade de Manuel Godinho de Heredia, Cosmografo Indiano* (1603?), o *Discurssso sobre a Provincia de Indostan, chamada Mogûl, e corruptamente Mogôr, com declaracao do Reino Guzarate, e mais reinos de seu distrito, ordenado por Manoel Godinho de Eredia, cosmographo-mor do estado das Indias Orientais* (1611), o herbário medicinal ilustrado *Suma de arvores e plantas da India intra Gãgez, ordenada por Emanuel Godinho de Eredia, dirigida ao Vizorey Ruy Lco. de Tavora* (1612), a *Historia de serviços com martyrio de Luis Monteiro Coutinho que padeceu por ordem do rei de Achem Raiamancor, no anno de 1588, ordenada por Manoel Godinho de Eredia, mathematico e dedicado ao Ilustrissimo D. Aleixo de Menezes, Bispo de Braga* (1615), o *Tratado Ophirico ordenado por Manoel Godinho de Eredia, mathematico, dirigido a Dom Philipe, rey de Espanha, Nosso Senhor anno 1616* (que inclui uma *Informaçam da India Meridional descoberta por M. G. de Eredia anno 1610*, um autobiográfico *Sumario da vida de M. G. de Heredia* e 11 cartas) e a referida

---

<sup>98</sup> Ver Everaert, 2001, pp. 61-62 e 64-78.

<sup>99</sup> Reis, 1997a, p. 84; João C. Reis, “Nota prolegómena”, in Manuel Godinho de Erédia, “Tratado do Catay”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 33, Outubro/Dezembro 1997, p. 120 [Reis, 1997b].

*Declaração de Malaca* de 1613 cujo “Tractado Treceyro” passamos a comentar por ser dedicado ao Cataio<sup>100</sup>.

### “Trevas e escoridades”

Conforme o título completo da *Declaração de Malaca* deixa antever, a mesma consistia em três unidades distintas: uma descrição de Malaca fundada num conhecimento de causa; uma espécie de prólogo à descoberta da Austrália assente nos relatórios javaneses de onde Manuel Godinho de Erédia sacou a épica notícia sobre “Luca Antara”; e, finalmente, a extravagância livresca enquadrada pelas prosas de Marco Polo e de Plínio que configura o discurso sobre o “Catay Atay”. Vem esta dividida em dezasseis capítulos, quase todos eles na zona de sombra entre o erudito e o absurdo. O capítulo I diz-se “Do Cathay”. O capítulo II, “Da Christandade do Cathay”. O capítulo III, “Da China de Attay”. O capítulo IV, “De Cathigara”. O capítulo V, “De Tartar”. O capítulo VI, “De Bellor”. O capítulo VII, “Da Região de Trevas”. O capítulo VIII, “Do Deserto de Demonios”. O capítulo IX, “De Ophir e Tharsis”. O capítulo X, “Do Indostan”. O capítulo XI, “Do Turcastan”. O capítulo XII, “Do Astracan”. O capítulo XIII, “Da India e bragmanes, baneanes Magos”. O capítulo XIV, “Da Intraganges”. O capítulo XV, “Da Extraganges”. E o capítulo XVI — em homenagem à invenção da bússola pelos chins —, “Da Causa da Variação de Agulhas de Marear”.

Começa por notar-se uma intensa coincidência de motivos entre os capítulos que seleccionámos das *Décadas IV e XII* de Diogo do Couto e as três primeiras unidades deste *Tractado* quase contemporâneo da segunda delas. Aí verifica-se também uma razoável simpatia ao nível das fontes manipuladas, o que uma e outra vez torna difícil imaginar que não tenha sucedido um aproveitamento dos escritos de Couto por parte de Erédia. Repara-se no parágrafo de abertura, o qual antecede um prolongado relato sobre

---

<sup>100</sup> Manuel Godinho de Erédia, *Declaração de Malaca e India Meridional com o Cathay em III Tract. Ordenada por Emanuel Godinho de Eredia dirigido a S.C.R.M. de D. Phel. Rey de Espã. N. S.*, “Tractado Treceyro do Catay Atay”, Goa, 24 de Novembro de 1613, Bibliothèque Royale, Bruxelas, Cabinet des manuscrits, ms. 7264, fls. 64r.-81r.; pub. in idem, *Malaca l’Inde Méridionale et le Cathay – Manuscript original autographe de Godinho de Eredia, appartenant a la Bibliothèque Royale de Bruxelles. Reproduit en fac-simile et traduit par M. Léon Janssen. Membre de la Société de Géographie de Bruxelles avec une préface de M. Ch. Ruelens Conservateur de la Bibliothèque Royale*, Bruxelas, Librairie Européenne C. Muquardt, Merzbach et Falk, Éditeurs, 1882; pub. em versão modernizada in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 33, Outubro/Dezembro 1997, pp. 120-133; ref. *supra*, n. 99 a este capítulo. Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 572-574; Vargas, 1994, p. 366; Everaert, 2001, pp. 78-87.

o baptismo do Preste João pelo apóstolo S. Tomé ou por um seu discípulo, a cruzada do Preste até aos confins da Serica, o expansionismo tártaro e a desforra das dinastias nacionais chinesas: “O Cathay ou Catâ, antigamente Attay de Plinio lib. 6 cap. 17. era imperio de Scithas da India superior ou Serica, agora Tays ou Oram Tays, cabeça de outras provincias suffraganeas como Tenduc, Tangut, Tebet, Cottam, Sim e Mansin, e todas formão a porção do destrito de Indoscitas, como o declara Ptholemeo, e Arist. de situ Indiae, a outros historiadores e mormente o itinerario de Escander ou Alexandre Magno em Persio”<sup>101</sup>. Qual a sua capital? Claro que “Cambalo, maior Emporio do Mundo”. Quais as partes com que confinava? Ora, a Norte teria “Tangut e o deserto dos Demonios ou laguna Stygia, e Tenduc chamado Jendu nos Consilios caldeos”. Na parte Sul teria “Sim e Mansim”. Na parte do Ocidente teria “Thebet e Cottam”. Sobrava “Corya e [o] mar oriental, chamado Mangico ou Sinus Magno”, por força visualizados a Oriente<sup>102</sup>.

Da dita longa narração sobre as longínquas guerras inter-tribais que haveriam feito a história da Ásia Interior é possível resgatar três apontamentos de actualidade que, apesar de tudo, contrastam com o fundo arcaico que submerge o resto. O primeiro é o que resulta na indicação de que “os naturaes Chinas de Mansim” edificaram para sua própria defesa uns “muros de pedra de 400 legoas de ambito”<sup>103</sup>. Aqui, a referência à Grande Muralha é tão evidente quanto o é a coincidência com os cálculos e a frase que Couto concebeu a respeito na *Década XII*<sup>104</sup> — por seu turno, coincidentes com os correspondentes cálculos e legenda apresentados na carta *CHINAE, olim Sinarum regionis, nova descriptio* de Luís Jorge de Barbuda oferecida por Ortelius de 1584 em diante<sup>105</sup>.

A segunda nota prende-se com a estimativa do número de “provincias e reynos” desse país. Não só muito próximo de Bernardino de Escalante/Luís de Barbuda — e, conseqüentemente, da *Década III* de João de Barros —, mas até com mais acerto do que um Alessandro Valignano na sua *Historia del principio y progresso* para o pormenor

---

<sup>101</sup> Manuel Godinho de Erédia, *Declaração de Malaca*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I — “Do Cathay”, ed. 1882, cit. fl. 64r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1997, p. 120. Todas as citações a partir da edição parcialmente fac-similada de 1822; paginação confrontada em rodapé com a da edição parcial e modernizada de 1997.

<sup>102</sup> idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1882, cits. fl. 64r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1997, p. 120.

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1882, cit. fl. 65r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1997, p. 121.

<sup>104</sup> Ver Diogo do Couto, *Asia*, Década XII, liv. V, cap. VII, ed. 1974, pp. 500-501.

<sup>105</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-5.

das tutelas metropolitanas, Erédia explica que “agora a China esta dividida em 2 provincias, Mansim, corte austral com 9 reynos, e Patquin ou Taygin, corte boreal com 6 reynos, e ambas as provincias governadas por hum senhor Tutan Monarca”<sup>106</sup>.

Em terceiro lugar, o tratadista actualiza os antigos caminhos para o Cataio com a instrução de um outro “mais facil por Indostan ou Mogor por [via de] Queximir e dahy por Tebet, Aranda, Cottan ate Cathay”. É certo que não se percebe qualquer incorporação da experiência de Bento de Góis, mas não deve desprezar-se a circunstância deste último roteiro derivar do relato tangível de uns “Indostanos que do Mogor e Queximir passarão ao Cathay e Sim, e voltarão a Cambaya, no tempo da governação de Xech Abdoreaen, governador daquelle estado no anno 1611”<sup>107</sup>.

Como se explicou, o alívio do sufocante peso da erudição dura pouco. Por exemplo, da mesma maneira que já se apoiara na *Historia naturalis* de Plínio ou na *Geografia* de Ptolomeu, Godinho de Erédia acerta com os apócrifos do Antigo Testamento a ideia de que dois dos cinco reinos da “provincia Tenduc” seriam os de Gog e Magog<sup>108</sup>. Acerta com a *Cosmographia* de Pedro Apiano (1.<sup>a</sup> ed. Landshut, 1524) alguns pormenores sobre a “gente da cidade de Cathaio”<sup>109</sup> e as divisões administrativas de “Mangim”<sup>110</sup>. Acerta com o Pe. João Maria, S. J., seu antigo “Mestre de Caldeos”, a menção que faz aos “Christãos de Sim”<sup>111</sup>. Acerta com Marco Polo as suas certezas sobre a conversão de “muyta parte do Athay e Mansim”<sup>112</sup> e a identidade das Cortes de “Quinsay chamado celeste” e “Quinsay, ou Sim Tay”<sup>113</sup>. Acerta com o mesmo Polo as suas suspeitas sobre a hipótese do porto de “Zarten ou Zarton” poder ser o de “Canton do Tropico de cancro”<sup>114</sup>. Volta a acertar com o veneziano para o que conta sobre Fr. Niccolò de Vicenza e Fr. Guillermo de Tripoli, os dois dominicanos enviados por

---

<sup>106</sup> Manuel Godinho de Erédia, *Declaração de Malaca*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1882, cit. fl. 65r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1997, p. 121.

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1882, cit. fl. 65v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1997, p. 122.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1882, cit. fl. 65r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1997, p. 122.

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, cit. fl. 65v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. I, ed. 1997, p. 122.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. III — “Da China de Attay”, cit. fl. 66v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. III, ed. 1997, p. 123.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. II — “Da Christandade do Cathay”, ed. 1882, cits. fl. 66r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. II, ed. 1997, p. 122.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. II, cit. fl. 66r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. II, ed. 1997, p. 122.

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. III, ed. 1882, cit. fl. 66v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. III, ed. 1997, p. 123.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. III, ed. 1882, cits. fl. 66v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. III, ed. 1997, p. 123.

Gregório X ao “Cublay Tartaro” em 1271<sup>115</sup>. E acerta com a *Summa Historialis* de Santo Antonino (1.<sup>a</sup> ed. Veneza, 1480) qualquer coisa mais sobre a “christandade do Cathay”<sup>116</sup>.

Os restantes capítulos que procuram enquadrar o Cataio e as regiões fronteiras dentro de uma inverosímil Ásia Extrema carecem de uma única observação que seja nova ou exacta. Assim, Erédia busca o sítio do porto de Cathigara assinalado por Ptolomeu em implantações tão desconexas como os portos de “Quinsay e Zarton” referidos por Polo, o porto de “Coria chamado Cattacoria ou Catticara” referido nas crónicas lusas da conquista de Malaca ou a “magna insula de Luncaantara da India meridional” cujas excelências vinha divulgando desde 1601<sup>117</sup>. A propósito da Tartária recupera o nome vulgar de “Tartaria ou Barathro de Homero” e a leitura de Platão e dos Filósofos segundo a qual se trataria da “parte mais alta do mundo”<sup>118</sup>. Quanto à dita Bellow, reconhece-a como uma região na base dos “montes de pratta” povoada pelas tribos de judeus que constam de Esdras, liv. IV, cap. XV<sup>119</sup>. A doutrina de Sacrobosco é precisa para explicar as “perpetuas trevas e escuridades” que aconteceriam na região que nomeia de acordo com esse fenómeno<sup>120</sup>. Segue-se mais uma réplica do *Livro de Marco Polo*, desta vez usado para ilustrar a fauna do “Deserto de Demonios, aquelle chamado Deserto de Lop entre o Turcastan e Tangut”<sup>121</sup>.

Vendo quanto possível claro entre todas estas fantasmagorias, é aqui que termina a representação do espaço que nos afecta. Talvez como só ele soubesse fazer nesta altura, o nosso guia meio luso, meio macassariano ainda encontra fôlego para decrever Lop como “citio de encantamentos em que os corpos estão imortaes, gozando da quietação daquelles Campos Elesyos, da[s] fontes do Ganges, adoratorio dos idolatras, porque tem como sagradas aquellas agoas dos montes Belor que regão os terminos do

---

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. II, ed. 1882, fl. 66r. Cf idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. II, ed. 1997, p. 122. Ver, *inter alia*, Roux, ed. 1992, p. 138; Larner, 1999, p. 40; p. 200, n. 27.

<sup>116</sup> Manuel Godinho de Erédia, *Declaração de Malaca*, cap. II, ed. 1882, cit. fl. 66r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. II, ed. 1997, p. 122.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. IV — “De Cathigara”, ed. 1882, cits. fls. 67r. e 67v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. IV, ed. 1997, p. 124.

<sup>118</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. V — “De Tartar”, ed. 1882, cit. fl. 67v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. V, ed. 1997, p. 124.

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VI — “De Bellow”, ed. 1882, cit. fl. 68r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VI, ed. 1997, p. 125.

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VII — “Da Região de Trevas”, ed. 1882, cit. fl. 68r. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VII, ed. 1997, p. 125.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VIII — “Do Deserto de Demonios”, ed. 1882, cit. fls. 68r.-68v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VIII, ed. 1997, p. 125.

deserto e mormente aquelle citio de Casim”<sup>122</sup>. Sempre como se encapsulado num sonho de toponímia e onomástica clássicas ou medievais.

#### 4. Actualizações cartográficas, c. 1590-c. 1630

Nas linhas que escreveu a Antonio de Morga enquanto tiritava de frio no porto de “El Pinal” em Dezembro de 1598, o cosmógrafo Hernando de Los Ríos Coronel confessou desconhecer qualquer pormenor do recorte das costas chinesas em virtude de nenhum levantamento sério ter sido até então executado<sup>123</sup>. Claro que a ignorância era com certeza mais sua do que do conjunto da comunidade espanhola implantada em Manila, *vide* o capital de conhecimentos acumulados pelo menos desde 1575, quando da visita de dois meses e 13 dias que os agostinhos Martín de Rada e Jerónimo Marín fizeram a esse país. De qualquer modo, o caso extremo e estranho de Ríos Coronel servirá como poucos para que retomemos a análise da forma sempre ínvia como o saber cartográfico a respeito da China foi evoluindo e sendo divulgado. Afinal, não aconteceu por esta mesma altura o desenho do grande mapa do Império do Meio encomendado a Michele Ruggieri pelo duque de Orleães, aquele que só por si bastaria para revolucionar todas as cartas existentes e todas as que estavam para vir até ao *Novus Atlas Sinensis* de Martino Martini (1655) mas que um típico caso de marginalização determinou que vegetasse por oito décadas num infeliz anonimato?<sup>124</sup>

Com o limite do nosso estudo colocado em torno a 1630 está visto que não alcançaremos esse ponto de viragem na história da cartografia europeia da China que representou a impressão do *Atlas* do jesuíta Martini e a sua sucessiva incorporação nas edições do *Theatrum Orbis Terrarum* de Joan Blaeu pós-1655<sup>125</sup>. Uma vez que tratarmos sobretudo do impacto na Europa deste tipo de novidades, somos igualmente obrigados a deixar de fora uma leitura alongada sobre produção cartográfica que Matteo

---

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VIII, ed. 1882, cit. fl. 68v. Cf. idem, *ibidem*, Tractado Treceyro do Catay Atay, cap. VIII, ed. 1997, p. 126.

<sup>123</sup> A passagem pertinente: “[...] De la fertilidad y disposicion de la tierra, y grandeza della [China], no escriuo a v. m. hasta que nos vamos, que entonces procurare lleuarla bien amplia, y demarcadas estas costas, que no ay nada puesto en razon” — Carta de Hernando de los Ríos Coronel a Antonio de Morga, “El Pinal” (Guangdong), 23 de Dezembro de 1598; transcr. in Antonio de Morga, *Svcesos de las Islas Filipinas*, cap. VI, México, 1609, cit. fl. 58v. Em Sevilha guarda-se uma carta de Ríos Coronel que representa de forma desproporcionada o Mar da China, com as Léquias, a Formosa, as costas da China e a ilha de Lução: AGI, *Mapas y planos de Filipinas*, n.º 7; ref. in Cerezo Martínez, 1994, p. 264.

<sup>124</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 19-2.

<sup>125</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 19-2.

Ricci e os seus continuadores imediatos — nomeadamente, Niccolò Longobardo, Manuel Dias *junior* (1574-1659), Giulio Aleni (1582-1649) e Francesco Sambiasi (1573-1640) — conceberam para olhos chineses.

Em particular, haveria que ver as várias versões melhoradas do *Yudi shanhai quantu* do Pe. Ricci apresentadas entre 1602 e 1608 (perderam-se quer o original deste mapa-mundo, exibido em Zhaoqing em 1584, quer a respectiva segunda edição, dada em Nanquim em 1600)<sup>126</sup>. Por ter trabalhado sobre fontes originais, por ter abolido a distinção Cataio-Mangi, assim como por, tão cedo quanto 1596, ter sido capaz de situar a China entre os 19° e os 42° lat. N e ter recusado estendê-la em longitude mais do que 120° para Leste do meridiano de Paris, Ricci ofereceu as melhores representações da China (e também da Ásia) disponíveis à época. Estas conservaram, até à última, uma convencional cadeia montanhosa traçada de Norte para Sul na margem Ocidental do território chinês e acomodaram um ajuste da projecção de Ortelius, tornado necessário para que o Império aparecesse perto do centro da carta e o choque cultural fosse minimizado. Só que, à parte isso, está lá o desenho dos principais aspectos físicos, tal como estão inúmeras legendas com dados inéditos sobre povos e regiões tributárias<sup>127</sup>.

Não atingir o mapa geral da China e os 15 mapas provinciais do *Atlas Sinensis* do Pe. Martino Martini não nos impede de visualizar um vasto conjunto de pequenos ganhos que, de certa forma, o anteciparam. Desta vez, conduzimos a leitura conferindo em simultâneo mapas manuscritos e mapas impressos pois parece-nos que nenhum dos principais problemas à espera de resolução mereceu, da parte de qualquer desses dois tipos de obras, uma análise muito mais expedita que a do outro. Assim aconteceu com o traçado da linha de costa e a identificação da toponímia a Norte da foz do Yangtze. Assim aconteceu com o desenho do sistema hidrográfico e o catálogo das vizinhanças no interior continental. E assim aconteceu também com as cíclicas regressões à mitologia herdada de Marco Polo ou de Plínio, as quais deixam de ser uma tendência quase exclusiva das produções dos grandes centros editoriais da Europa representados pela Basileia de Münster, pela Antuérpia de Ortelius ou pela Duisburgo de Mercator para nos reaparecerem em todo o seu esplendor nos esboços goeses do onírico Manuel Godinho de Erédia.

---

<sup>126</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 16-3.

<sup>127</sup> Bencardino, 1993, pp. 56-58; Smith, 1996, pp. 42-49. Ver também: Destombes, 1983, pp. 57-60; Foss, 1988, p. 211; Curvelo, 1996, pp. 127-135.

## *A Ásia que os holandeses compraram*

Das conhecidas dificuldades em avançar com o traçado dos litorais do NE chinês dá provas a carta do Extremo Oriente e Ilhas do Pacífico Ocidental de anónimo-Bartolomeu Lasso & Petrus Plancius integrada num conjunto de seis cartas náuticas editadas nos Países Baixos entre 1592 e 1594, julga-se que por Cornelis Claesz<sup>128</sup>. Tal como a antes referida carta do Extremo Oriente inserta no atlas manuscrito de 1590 de Lasso (com a qual apresenta flagrantes semelhanças), esta suspende a marcação da diminuta série de escalas por demais conhecidas que apresenta sensivelmente a meio do Fujian. No entanto, sabemos que algo é conquistado nas margens do *Iaponiae Insulae Descriptio Ludoico Teisera auctore* que aparece a partir de 1595 no *Theatrum* de Ortelius e que constituiu o primeiro mapa dedicado ao Japão exibido num atlas europeu<sup>129</sup>. Dado que, para além da por infelicidade recusada carta do Império Ming, Luís Teixeira oferecera ao cartógrafo holandês em Fevereiro de 1592 uma carta representando a arquipélago nipónico, há que retroceder pelo menos três anos para situar este perfil no tempo<sup>130</sup>.

Aí, a fatia da China que cabe dentro da moldura corresponde a uma estreita faixa litorânea que começa ao Sul com “Hiancheo” e “Bocheo” (Fuzhou), segue diferenciando “Liampo” de “Nimpo”, reconhece “Ancheo”, “chadequã” (o Zhejiang?<sup>131</sup>), “Suichin” e “Mochoza”, assinala a boca do Yangtze sobre a legenda “NANQVIM”, não muito acima da qual está “Luicheu”. Depois continua a traçar-se um contorno tão extenso quanto o que se deixara para trás, desprovido de outros sinais que não sejam os nomes, em qualquer caso fundadores, da província de “XANTON” (Shandong) e da escala de “Loicheu”. Esta vem no topo e remata o longo semi-círculo

---

<sup>128</sup> Anónimo — Bartolomeu Lasso & Petrus Plancius, “*INSVLAE MOLVCCAE celeberrimæ sunt ob Maximam aromatum copiam quam per totum terrarum orbem mittunt: harum præcipue sunt Ternate. Tidoris. Motir. Machian et Bachian. his quidam adjungunt Gilolum. Celebiam. Borneonem. Amboinum et Bandam. Ex Insula timore in Europam advehuntur Santala rubea & alba. Ex Banda Nuces myristæ. cum Flore. vulgo dicto Macis. Et ex Moluccis Caryophilli: quorum icones in pede hujus tabellæ ad vivum expressas poni curavimus*” (As ilhas Molucas são muito célebres pela grande quantidade de especiarias que enviam por toda a terra. As principais delas são Ternate, Tidore, Motir, Machian e Bachian. A estas alguns juntam Gilolo, Celebes, Bornéu, Amboino e Banda. Da ilha de Timor são trazidos para a Europa os sândalos vermelho e branco, de Banda noz-moscada com a flor vulgarmente chamada maçã, e das Molucas o cravo. Diligenciámos representar ao vivo as suas figuras na base desta carta) [Carta do Extremo Oriente e Ilhas do Pacífico Ocidental], in 6 cartas gravadas (por Cornelis Claesz?), Países Baixos, 1592-1594; rep. in *PMC*, vol. 3, est. 383 A. Ver *PMC*, vol. 3, pp. 97-99.

<sup>129</sup> Luís Teixeira, “*Iaponiae Insulae Descriptio. Ludoico Teisera auctore. Cum Imperatorio, Regio, et Brabantiae 1595*”, in A. Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum* [...] nunc denuo ab Abrahamo Ortelio recognitum, Antuérpia, Plantini & J. Moretus, 1595; rep. in *PMC*, vol. 3, est. 362.

<sup>130</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-5.

<sup>131</sup> Cf. Kammerer, 1944, p. 213.

que faz adivinhar a reentrância do Bo Hai. Estava vencido o impasse da nomenclatura a Norte da velha “enseada do Nanquim”.

Onde se constata novo progresso em relação ao detalhe das costas das províncias do Jiangsu e do Shandong é na carta do Extremo Oriente divulgada em apêndice ao *Itinerario* de Jan Huygen van Linschoten (1596)<sup>132</sup>. O original manuscrito que sustentou essa parte dos litorais continua a dever-se a Bartolomeu Lasso<sup>133</sup>. No entanto, ao contrário da anterior carta trabalhada por Plancius, esta abrange até aos 40° lat. N e percebe — mesmo que isso seja uma solução aleatória — a inflexão do litoral no sentido NO que vai acontecendo após se atingir o “C. de Liampo”, no extremo do “FOQVIEM”. Muito do gesto técnico parece o de Fernão Vaz Dourado, a começar pela forma ovóide do estuário de Cantão. A numerosa toponímia (integralmente portuguesa) não ultrapassa a barra do Yangtze, o que não impede acertos invulgares como as marcas referentes a “Luicheu” (sobre o Tonquim) e à “I. Veniaga” (no sítio exacto no delta do rio das Pérolas)<sup>134</sup>. Nas partes interiores torna-se evidente a dependência para com o mapa de Luís de Barbuda, sendo idênticos o sistema de cordilheiras marcado sobre as províncias meridionais e o sistema fluvial subministrado por um conjunto de enormes lagos propostos por ambos. Ainda assim, esta nova carta traz no extremo NO da área da China representada a indicação da província de “SVCHVAN”, algo que Barbuda não vislumbrara.

Se quisermos apontar um defeito principal à zona chinesa da carta náutica do Extremo Oriente constante do *Itinerario* de Linschoten, então temos de escolher a sua Coreia em forma de grande ilha circular, desenhada diante de “NANQVII” com um volume quase idêntico ao do Japão que tem ao lado. Curiosamente, nada disso se passa no mapa-mundo de Petrus Plancius datado de 1594 que encabeça a série de 6 cartas inseridas na mesma obra<sup>135</sup>. Herdeiro do planisfério que Plancius publicou em Amsterdão em 1592, como que compensa o desgostante enchimento das terras da Ásia Extrema interior com nomes e pormenores de tipo livresco que muito devem a Geraldus Mercator com a representação da Coreia sob a forma de uma península estreita e longa. O resultado, que não tem comparação possível com tímidos ensaios prévios do tipo do

---

<sup>132</sup> Bartolomeu Lasso & Arnoldus/Florencius van Langren, Carta do Extremo Oriente, in Jan Huygen van Linschoten, *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert, van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien*, Amsterdão, 1596; rep. in *PMC*, vol. 3, fig. 385 B.

<sup>133</sup> Ver *PMC*, vol. 3, pp. 99-100.

<sup>134</sup> Ver Kammerer, 1944, p. 214.

<sup>135</sup> Petrus Plancius, “*Orbis terrarvm typvs de integro multis in locis emendatus auctore Petro Plancio 1594*”; rep. in Jan Huygen van Linschoten, *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert, van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien*, Amsterdão, 1596; rep. in *PMC*, vol. 3.

da carta asiática de Bartolomeu Velho de 1561<sup>136</sup>, é fácil de reencontrar em impressos próximos como sejam a *Asia* do cartógrafo de Middleburg Barent Langenes incluída no atlas miniatura *Caert-Thresoor* de 1598<sup>137</sup> e o mapa-mundo de Edward Wright e Emery Molyneaux que Richard Hakluyt pôs a circular em 1599<sup>138</sup>.

Este exercício particular de emenda de alguns traçados asiáticos que, no entanto, acontece sem interferência de maior na actualização do sector chinês dos respectivos mapas verifica-se, inclusive, no interessante portulano em pergaminho que representa a área compreendida entre o Cabo da Boa Esperança e o Japão guardado no Museu Nacional de Tóquio e cuja autoria foi atribuída a Cornelis Doedtsz<sup>139</sup>. Cartógrafo da expedição de Jacob Mahu e Simon de Cordes que largou para o Oriente em meados de 1598, Doedtsz trabalhou aqui sobre um original luso — talvez melhor indo-português, dado que a arte de Fernão Vaz Dourado é pelo menos óbvia no fragmento extremo-oriental do mapa em causa que conseguimos observar. Sucede, então, que alguém introduziu aí várias correcções às formas do Japão (melhorando-as) e às das costas da Coreia e da Tartária (sem resultados positivos).

Charles R. Boxer avançou com duas hipóteses para identificar o responsável por estes retoques, os quais parecem ter por base fontes japonesas: algum cartógrafo nipónico ou, em alternativa, William Adams, o piloto-mor do *Liefde*, o navio capitaneado por Jacob Quaeckernaerck que atingiu Bungo em Abril de 1600<sup>140</sup>. Sabe-se que, pouco depois de ter chegado ao Japão, Adams construiu um globo que, à parte representar as passagens de NE e NO para a China tão características dos mapas holandeses do final do século XVI (por exemplo, reveja-se a carta da Ásia de Langenes que acabamos de referir), conteria a primeira representação europeia das 76 províncias japonesas. Sabe-se também que Diogo do Couto possuiu uma cópia macaense deste

---

<sup>136</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 11, n. 228.

<sup>137</sup> Barent Langenes, Mapa da Ásia, 1598, in *Caert-Thresoor*, Amesterdão, Cornelis Claesz, 1599; rep. in Davison & Lay Kee, 1994, p. 17. Ver, *inter alia*, Davison & Lay Kee, 1994, p. 17; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 105-106.

<sup>138</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 11, n. 256.

<sup>139</sup> Cornelis Doedtsz, Portulano com as costas do Cabo da Boa Esperança ao Japão, 1598, Museu Nacional de Tóquio; rep. parcial in Charles R. Boxer, “Alguns Aspectos da Influência Portuguesa no Japão, 1542-1640”, in *Boletim do Centro de Estudos Marítimos de Macau*, Macau, Fundação Oriente/Centro de Estudos Marítimos de Macau, número especial dedicado a Charles R. Boxer, 1989, fig. 1 (1.<sup>a</sup> ed. in *Transactions and Proceeding of the Japan Society of London*, Londres, 33, 1936, pp. 13-64) [Boxer, ed. 1989b].

<sup>140</sup> Boxer, *ibidem*, pp. 51-52; Skelton, 1958, p. 166.

globo, conforme no-lo diz a certa altura da sua *Década XII*<sup>141</sup>. A propósito do fenómeno em apreço, confira-se ainda a carta japonesa do Oceano Índico e da Ásia do Sudeste de c. 1613 exposta no mesmo museu (pergaminho iluminado, 965 x 630 mm)<sup>142</sup>. Excepção feita para os traçados da Coreia, da Formosa e do Japão, de novo corrigidos (e agora todos bem), pode constatar-se um rigoroso decalque da carta portuguesa que serviu de modelo.

Uma das originalidades mais salientes deste espécime manuscrito japonês está num prolongamento do contorno do continente asiático para Leste da península coreana coincidente com a concepção da correspondente parte da Ásia defendida pelos jesuítas do termo de Quinhentos<sup>143</sup>. Podemos encontrar idêntica solução no planisfério incluído entre as 32 folhas de um luxuoso atlas-cosmografia de 1597-1612 que Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota atribuíram à dupla João Baptista Lavanha e Luís Teixeira<sup>144</sup>. Peça produzida com intuitos de oferta diplomática, não precisa os pormenores mais do que o suficiente para que se repare numa China genericamente correcta e, sobretudo, marcada pelo arco da Grande Muralha. A Norte de toda a massa euro-asiática rasga-se um largo “Mare Scythicvm”. Ao centro dela está um grande Mar Cáspio dilatado no sentido Leste-Oeste, sobranceiro à Pérsia e metido debaixo da Tartária. Continuando daqui para Oriente, encontramos o “Tvrchestam”, logo seguido de “Cathaia”.

Excepto a muralha chinesa, tudo isso volta a aparecer no globo terrestre em dois hemisférios de pequenas dimensões que faz parte do mesmo códice<sup>145</sup>. Já no planisfério em 4 folhas de Luís Teixeira publicado em Amesterdão que tem como data 1604, parece haver um franco regresso às formas da Ásia profunda de Mercator<sup>146</sup>. Ora, se isso não

---

<sup>141</sup> Ver Diogo do Couto, *Asia*, *Década XII*, liv. V, cap. II — “De huma náó Hollandeza, que foi ter ás Ilhas de Japão: e da derrota que levou, e do que lhe succedeo: e de huns cossairos Japões, que forão ter ás Filippinas”, ed. 1974, pp. 452-453.

<sup>142</sup> Anónimo, Carta do Oceano Índico e da Ásia do Sudeste, c. 1613, Museu Nacional de Tóquio (Divisão I, nº. 784); rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 72. Ver La Roncière & Mollat du Jourdin, *ibidem*, pp. 249-250.

<sup>143</sup> Ver Yoshitomo Okamoto, “Desenvolvimento Cartográfico da parte Extrema Oriente da Ásia pelos Jesuítas em Fins do século XVI”, in *Studia*, Lisboa, CEHU, 13/14, Janeiro-Julho de 1964, pp. 20-26.

<sup>144</sup> Anónimo — João Baptista Lavanha & Luís Teixeira, Planisfério, in *Atlas-cosmografia* com 32 folhas, 1597-1612, Biblioteca Reale, Turim (Mscr. Vari. 221); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 426. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 73-76.

<sup>145</sup> Anónimo — João Baptista Lavanha & Luís Teixeira, Globo terrestre em dois hemisférios, in *Atlas-cosmografia* com 32 folhas, 1597-1612, Biblioteca Reale, Turim (Mscr. Vari. 221); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 426B. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 73-76.

<sup>146</sup> Luís Teixeira, “*Nova et exacta totius orbis tabula geographica ac hydrographica*”, Planisfério gravado em 4 folhas, 1645 (o original, de 1604, na BNP); rep. in Günther Schilder, *Monumenta Cartographica Neerlandica*, vol. 3, Twee vankarten van de wereld van Blaeu: 1619 en 1645/46. Two wall-maps of the

invalida que se conserve a Coreia como península e que se continue a leitura das costas do continente para poente do seu topo, traz no entanto como sequela um franco adensar dos topónimos saídos das mentes dos antigos em que o flamengo mais bebeu. Quanto à China, não há desvios fantasistas, mas também não há ganhos.

### *Sanches & Teixeira*

O último grande contributo da vanguarda lusa para o traçado das partes ainda brumosas dos litorais chineses encontramos-lo nas obras de João Teixeira Albernaz I e de António Sanches, os dois cartógrafos que dão nome às duas principais “escolas” que marcaram as primeiras décadas do século XVII deste país.

Filho do cartógrafo real Luís Teixeira, João é nomeado cartógrafo dos armazéns da Casa da Guiné e Índia em 1605, produzindo ininterruptamente até pelo menos 1649. Dele interessam-nos, desde logo, a carta da China e do Japão pertencente ao atlas universal dito “da Duquesa de Berry” (c. 1628), cuja autoria lhe está consignada (Fig. 19)<sup>147</sup>. A nomenclatura que enche a linha de costa que começa na margem Ocidental do Golfo de Tonquim e vai morrer quase a meio do Golfo de Bo Hai compreende perto de 60 nomes, repetições incluídas. Dois pormenores chamam no imediato a atenção: um Mar Amarelo encerrado a Oriente por uma “COREA” rectangular, tanto muito próxima da realidade como muito próxima da vista carta japonesa de c. 1613; e o topónimo “pequim” naquele extremo litóreo setentrional, o que sabemos que nem na carta de Luís Teixeira acolhida por Ortelius em 1595 acontecera. Em simultâneo, notam-se detalhes pouco ou nada frequentes como seja a inscrição da “I. de Lema” (ao largo do delta do rio das Pérolas), do “baixio da prata” (ilhéus na altura de Amoy), do “foquiem”, de “facheo” (Fuzhou) e de “Chaposy” (no Zhejiang). Tal como a penúltima e a antepenúltima destas ocorrências, também a marcação de “Lequeo pequeno” separado da Formosa por uma ilha anónima que o Trópico atravessa repete o esquema da carta asiática do *Itinerario* de Linschoten<sup>148</sup>.

---

world by Blaeu: 1619 and 1645/46, 2e druk, 1997, Alphen aan den Rijn, Uitgeverij “Caneletto”, 1990, fig. 2.26. Ver Schilder, *ibidem*, pp. 39-45.

<sup>147</sup> Anónimo — João Teixeira Albernaz I, Carta da China e do Japão, in *Atlas Universal* com 20 cartas (“Duchesse de Berry”), c. 1628, BNP (Res. Ge. FF. 14409); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 463 A. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 107-110.

<sup>148</sup> Ver Kammerer, 1944, p. 215.

João Teixeira Albernaz I vai produzir para um atlas universal um pouco mais tardio (1630) uma carta da Ásia que, no essencial, copia as costas chinesas do atlas anterior<sup>149</sup>. A visão torna a repetir-se na sua carta do Extremo Oriente e do Pacífico de c. 1640 que foi pertença da Bibliothèque du Port de Toulon<sup>150</sup>. Mas no exemplar quase idêntico que está entre as 8 cartas de um atlas universal de 1642 adiciona à margem do Bo Hai acima de Pequim o topónimo urbano “Xutinfu”(Fig. 20)<sup>151</sup>. A novidade (que já veremos que pode ser relativa) é reposta numa carta do Extremo Oriente de 1649<sup>152</sup>, a qual seria gravada para as *Relations de Divers Voyages Curieux* de Melchisedec Thévenot (Parte II, Paris, 1664; reed. 1696, com um desenho do interior da China enriquecido com perímetros provinciais e algumas povoações e rios)<sup>153</sup>. Desta derradeira aquisição da cartografia costeira portuguesa fará ainda eco o homónimo João Teixeira Albernaz II, seu neto, na carta da China e Japão que se encontra num atlas-miscelânea de c. 1680<sup>154</sup>. Aproveitamos para dizer que uma das imagens de marca de João Teixeira Albernaz I é o traçado do “Muro da China”, o qual revela uma curiosa evolução: na carta de 1630 o seu desenho vem sem qualquer legenda; na de c. 1640 é manifesto que toma de Barbuda (ou de Barros) a nota sobre as respectivas “400. legoas”; e na de 1649 opta por uma estimativa defensiva de “mais de 360 legoas”.

O motivo pelo qual acabamos de colocar a hipótese do pioneirismo de João Teixeira Albernaz I, no que toca ao registo das margens superiores do Mar Amarelo e dos correspondentes topónimos, poder não ser tão absoluto quanto isso é explicado pelos nomes em quase tudo semelhantes aos da sua carta do Extremo Oriente de 1642 que vamos descobrir no planisfério de 1623 do seu rival António Sanches (Fig. 21)<sup>155</sup>. É verdade que há aí réplicas de leituras passadas, as quais o tornam num exemplar em vários sentidos arcaico: por exemplo, uma enseada de Cantão demasiado “à Vaz

<sup>149</sup> João Teixeira Albernaz I, Carta da Ásia, in *Atlas Universal* com 31 cartas, 1630, Library of Congress, Washington (Atlas 5931); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 467 A. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 111-118.

<sup>150</sup> Anónimo — João Teixeira Albernaz I, Carta do Extremo Oriente e do Pacífico, in grupo de 4 cartas, c. 1640, Musée Naval, Toulon; rep. in *PMC*, vol. 4, est. 498 B. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 133-134.

<sup>151</sup> João Teixeira Albernaz I, Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal* com 8 cartas, 1642, colecção J. C. Salema Garção (herdeiros), Lisboa; rep. in *PMC*, vol. 4, est. 505 A. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 137-138.

<sup>152</sup> João Teixeira Albernaz I, Carta do Extremo Oriente, in grupo de 2 cartas do Índico e Extremo Oriente, 1649, BNP (Dépôt 213. 3. 2, 177, 2. 1); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 514. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 147-149.

<sup>153</sup> João Teixeira Albernaz I, Carta do Extremo Oriente, in grupo de 2 cartas do Índico e Extremo Oriente, 1649; gravadas in Melchisedec Thévenot, *Relations de Divers Voyages Curieux*, Parte II, Paris, 1664 (orig. 1649); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 516. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 147-149.

<sup>154</sup> Anónimo — João Teixeira Albernaz II, Carta da China e Japão, in grupo de 12 cartas da Ásia num *Atlas-Miscelânea*, c. 1680, Groote Schuur collection, Cidade do Cabo (R 912 AFR – Ásia); rep. in Avelino Teixeira da Mota, *Cartas Portuguesas Antigas na Colecção de Groote Schuur*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1978, fig. 20.

<sup>155</sup> António Sanches, Planisfério, 1623, British Library, Londres (Add. MS 22874); rep. in *PMC*, vol. 5, est. 527 A. Ver *PMC*, vol. 5, pp. 17-18.

Dourado” e uma extensa Coreia em forma de ilha alongada, parecida com uma cenoura. Mas, por outro lado, é inapagável o significado das letras que, passando Nanquim e continuando para Norte, anunciam “Xantum”, “Chinaõfu”, “paquim” e “Xutiemfu”. Claro que só com uma série mais completa de mapas — e de A. Sanches apenas se conhecem onze<sup>156</sup> — seria possível identificar qual o *atelier* português que primeiro chegou à notícia.

Por causa dos condicionalismos da pequena escala, num outro planisfério de António Sanches datado de 1641 não cabe este último progresso respeitante aos litoriais da China, quedando-se a toponímia em “Paquim”<sup>157</sup>. A prova que isso aconteceu dessa forma está na carta do Extremo Oriente integrada no mesmo atlas, onde uma moldura superior traçada sobre a latitude intermédia do Hebei não impede que, no preciso momento em que João Teixeira parece ter começado a visualizar a zona, se voltem a marcar “Chinamfu” e “Xusienfu” (falta Pequim)<sup>158</sup>. Chegados aqui, tem todo o interesse olhar os perfis da “Sina” e da “Coray” patentes numa luxuosa carta decorativa do Pacífico assinada por Hessel Gerritsz em 1622<sup>159</sup>. Discípulo de Willem Janszoon Blaeu, Gerritsz era desde 1617 cartógrafo junto da VOC, responsabilidades que faziam dele um profissional particularmente bem informado sobre os progressos das descobertas marítimas. Disso dá mostras a surpreendente verdade das costas da Coreia e da baía a que esta dá nome, num desenho que faz logo lembrar o de João Teixeira Albernaz I. Não menos rigoroso é o traço que define as costas chinesas de Cantão para cima. No entanto, a distância que separa o autor das oficinas de Portugal custa-lhe que ainda tenha na “Enseada de nanquim” a última referência conhecida a Norte.

Enquanto isto, já se percebeu que a base prática e experimental que continuou a permitir que os cartógrafos portugueses se posicionassem na dianteira do saber europeu a respeito dos contornos do Império Chinês e das suas vizinhanças até ao começo do século XVII choca com a ausência de qualquer progresso sensível em relação ao interior que Luís de Barbuda conjecturara a partir de fontes escritas. O problema é ainda mais complicado quando gente como João Teixeira Albernaz I e António Sanches resolve recorrer ao baú das citações eruditas para preencher os brancos incómodos do além-

---

<sup>156</sup> Ver Ana Marques Guedes, “António Sanches”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, p. 967.

<sup>157</sup> António Sanches, Planisfério, in grupo de 7 cartas universais, 1641, Koninklijke Bibliotheek, Haia (129. A. 25); rep. in *PMC*, vol. 5, est. 529 A. Ver *PMC*, vol. 5, pp. 18-19.

<sup>158</sup> António Sanches, Carta do Extremo Oriente, in grupo de 7 cartas universais, 1641, Koninklijke Bibliotheek, Haia (129. A. 25); rep. in *PMC*, vol. 5, fig. 532 B. Ver *PMC*, vol. 5, pp. 18-19.

<sup>159</sup> Hessel Gerritsz, Carta do Pacífico, BNP (Cartes et Plans, S.H. Archives n° 30); rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 75. Ver La Roncière & Mollat du Jourdin, *ibidem*, pp. 252-253.

muralha. No planisfério que o primeiro executa para o referido atlas universal de 1630 alongam-se entre as terras dos tártaros e dos chineses nomes como os de “Catai”, “Cambalo” e “Preste Ioan da India” (sobre o Japão)<sup>160</sup>. No dito planisfério que Sanches realiza em 1641 esse tipo de terminologia reduz-se ao sempre útil “Cataio”. Em qualquer caso, o paradigma será sempre aqui Manuel Godinho de Erédia.

Na carta do Extremo Oriente que acompanha a *Declaração de Malaca* duas legendas previsíveis fazem jus ao texto que conhecemos: “MANSI.nunc.China” e “ATHAY.nunc.Cathay” (sobre a Coreia)<sup>161</sup>. Numa carta da Ásia de c. 1615-c. 1622, Erédia faz passar o “Catay” para o coração da Ásia, entre “Samarcande” e a “China Mangi”, enquanto nos surge um “Cambalo” imediatamente a Norte da Grande Muralha<sup>162</sup>. Numa *Taboa da China e Provincias circonvezinhas e Catay*, que se supõe dos mesmos anos, a ideia é semelhante, com a diferença do Cataio ser agora comprimido contra a face exterior daqueles muros (postos entre os 35° e os 45° lat. N). A NE da China e da Coreia surge um local assinalado como “gog” e outro como “magog”. Sobre eles escreve-se: “O preste Iuan da India monarcha christão de S. Tome”. E sobre isto vem o “deserto de demonios” (Fig. 22)<sup>163</sup>. No *Tratado Ophirico* de 1616 existe uma outra carta da China, a qual não é muito diferente da anterior salvo quando assinala a “SERICA” entre a “CORIA” (Coreia) e os domínios de Gog e Magog<sup>164</sup>.

Jean Guérard, que participara na expedição de La Ravardière ao Maranhão em 1612 e que ensinava hidrografia em Dieppe desde 1615, conclui em 1634 uma *Carte Universelle Hydrographique* que leva no canto superior esquerdo as armas de Richelieu<sup>165</sup>. Adoptando o sistema de projecção de Mercator, desprovida de rumos mas enriquecida com copiosa nomenclatura, dá-nos um dos inúmeros casos tardios em que a

---

<sup>160</sup> João Teixeira Albernaz I, Planisfério, in *Atlas Universal* com 31 cartas, 1630, Library of Congress, Washington (Atlas 5931); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 464. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 111-118.

<sup>161</sup> Manuel Godinho de Erédia, Carta do Extremo Oriente, in 39 cartas in *Declaração de Malaca*, 1613, Bibliothèque Royale, Bruxelas, Cabinet des manuscrits, ms. 7264, fl. 28r.); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 412 B. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 49-50.

<sup>162</sup> Manuel Godinho de Erédia, Carta da Ásia, in *Atlas Miscelânea* com 137 cartas, c. 1615-c.1622 (desaparecida); rep. in *PMC*, vol. 4, est. 414 D. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 53-60.

<sup>163</sup> Manuel Godinho de Erédia, “Taboa da China e Provincias Circonvezinhas e Catay”, in *Atlas Miscelânea* com 137 cartas, c. 1615-c.1622 (desaparecida); rep. in *PMC*, vol. 4, fig. 416 A. Ver *PMC*, vol. 4, pp. 53-60.

<sup>164</sup> Manuel Godinho de Erédia, “Taboa da China com Cathai”, in *Tratado Ophirico*, 1616, BNP (Mss. Portugais, nr. 44, fl. 53), rep. in Alfredo Pinheiro Marques, *A Cartografia Portuguesa do Japão (séculos XVI-XVII). Catálogo das Cartas Portuguesas/The Portuguese Cartography of Japan (XVI-XVII Centuries). A Catalogue of Portuguese Charts*, Lisboa, Fundação Oriente/CNCDP/IN-CM, 1996, fig. 70.

<sup>165</sup> Jean Guérard, “Carte Universelle Hydrographique”, 1634, BNP (Cartes et Plans, S.H. Archives n° 15); rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 84.

Ásia Extrema conjuga a aprendizagem dos portulanos portugueses com as inércias de biblioteca. Se à primeira vista não existem demasiados reparos a fazer ao sub-sector chinês (Grande Muralha desenhada de modo razoável e parte das 15 províncias assinalada), vindo com um pouco mais de demora logo notamos “quinsay” a fazer as vezes de Pequim. Fora desse sector existe uma península coreana que ainda teima em alinhar pelo jeito de Petrus Plancius, Barent Langenes ou António Sanches. Mas acima de tudo acontecem dois outros resíduos polianos descarados: “Cathaya” e o Estreito de Anian.

Algo que quase havíamos renunciado a ver representado de modo minimamente fidedigno num mapa europeu da época era o esqueleto do sistema fluvial da China. Aqui, acabámos por encontrar uma única excepção num manuscrito muito rudimentar de 1609 conseguido pelos agentes ingleses em Madrid<sup>166</sup>. Tal como para o curso do Yangtze, o seu autor demonstra saber do rio Amarelo, e isto apesar de, neste caso, o ter posto a desaguar a Sul da península de Shandong. Traz ainda identificadas as 15 províncias e as respectivas capitais (“fu”), uma Grande Muralha “of 300 Leagues” com sucessivas mudanças de ângulo que fazem lembrar um biombo e uma “Corea” estreita e alongada conforme o modelo que redescobrimos na carta de Jean Guérard.

No caso dos mapas impressos, que estavam obrigados a ser um pouco mais documentados do que o banal portulano a respeito do interior do país, a norma consiste em redesenhar os grandes lagos e os rios confusos de Luís de Barbuda-Abraham Ortelius. Assim se tem na *China* incluída no *Atlas Mercator-Hondius* de 1606, onde nem falta um extenso “Lacus Cinculay” com aquela notícia explicativa inspirada numa narrativa da década de 1550 que Barbuda aproveitara. Exemplificando com cartas gerais do continente, assim se tem ainda na *Asia noviter delineata* de Willem Janszoon Blaeu (1617)<sup>167</sup>, na *Asia Recens Summa Cura Delineata* de Jodocus Hondius Jr. (1623), na *Asia Antiqua et Nova* de Philipp Clüver (1624), na *Asia with the Islands Adioyning*

---

<sup>166</sup> Anónimo inglês, Mapa da China, 1609, British Museum, Londres (Cotton MS Aug. I. ii 45); rep. in Skelton, 1958, p. 168, fig. 113.

<sup>167</sup> Willem Janszoon Blaeu, “*Asia noviter delineata*”, in *Atlantis Maioris Appendix, sive Pars Altera*, 1630 (original publicado em folha separada em 1617); rep. in Romero & Benavides, 1998, p. 109. Ver, *inter alia*, Peter van der Krost, “Commercial cartography in The Netherlands with particular reference to atlas production”, in *La cartografia dels Països Baixos. Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia – Art curs*, organitzat per l’Institut Cartogràfic de Catalunya i el Departament de Geografia de la Universitat Autònoma de Barcelona, 15-19 de febrer de 1993, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1995, pp. 98-100.

*Described* de John Speed (1627) ou na *Asia Recens Summa Cura Delineata* de Henricus Hondius e Jan Jansson (1631)<sup>168</sup>.

Mas também neste domínio nos surge uma excepção singular: a *Descriptio Chorographica Regioni China*, a referida cópia do mapa chinês que John Saris negociou no Noroeste de Java em 1612, que Hakluyt veio a adquirir dois anos mais tarde e que Samuel Purchas acabou por publicar no volume III da sua colecção de viagens (1625)<sup>169</sup>. Tal como para as proporções do conjunto, para a distribuição das províncias ou para a Grande Muralha, constata-se que o esboço prima por ser correcto ao fazer correr as principais linhas de água no sentido Oeste-Este, ao autonomizá-las umas das outras e ao esquecer as usuais convenções lacustres. Era a primeira vez que a Europa via publicado um mapa quase só dependente de fontes chinesas. Baseando-se em “Jesuit Journeyes and other Relations”, Purchas pouco mais lhes sobrepôs que os nomes das províncias e os de algumas cidades<sup>170</sup>. Os dois únicos rios identificados trazem um conhecido selo veneziano, sendo eles o “Polo Caramoran” (rio Amarelo) e o “Flu Jansu Chian” (Yangtze). Ao referir-se à forma como indicara os limites provinciais, o inglês reconhece do seguinte modo os seus próprios limites: “In the most I am sure I am right, in the other you have my conjecture; for neyther know we their Characters, nor have any given us a particular Geography or Chorography, but only the names of the Provinces”<sup>171</sup>.

---

<sup>168</sup> Ver *inter alia*, Bercardino, 1993, pp. 53-54; Davison & Lay Kee, 1994, pp. 20-23.

<sup>169</sup> Anónimo, “*Descriptio chorographica regni Chinæ*”, in Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrims*, vol. 3, Londres, 1625; rep. in Skelton, 1958, p. 169. Ver *supra*, cap. 9-3.

<sup>170</sup> Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrims*, “The Map of China, taken out of a China Map, printed with China Characters; illustrated with Notes, for the understanding thereof”, ed. 1906, vol. 11, cit. p. 476.

<sup>171</sup> Idem, *ibidem*, “The Map of China”, ed. 1906, vol. 11, cit. p. 476.

## CAPÍTULO 25

### Suplementos de alma

#### 1. A *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto, 1583-1614

Catorze anos depois de ter servido o processo de canonização de Francisco Xavier com a *Historia* do Pe. João de Lucena, o impressor Poeter van Craesbeeck torna a prestar um serviço inestimável à causa do futuro santo colocando à venda a *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto, amigo e biógrafo do jesuíta navarro<sup>1</sup>. Nessa Lisboa de 1614, como um pouco por toda a Europa, era a altura em que se afirmava a moda dos títulos longos que os autores e os publicitários da literatura de viagens logo haveriam de saber manipular à perfeição<sup>2</sup>. Sabemos que subsistem várias dúvidas sobre o grau de responsabilidade de Mendes Pinto pelos extensos dizeres que tomam parte desse cabeçalho. Publicado mais de trinta anos depois da morte do autor, o manuscrito esteve à mercê de demasiadas e, para mais, demasiado obscuras mãos. Se, como vimos, lhe retocaram a ordem dos capítulos, lhe limaram o conteúdo de algumas passagens e lhe acrescentaram uma dedicatória a Filipe III, por que motivo não teriam feito algo de semelhante com as palavras que aparecem na página de rosto, mormente com as que promovem Xavier a “vnica luz & resplendor daquellas partes do Oriente”<sup>3</sup>? Ainda assim, nada existe que permita questionar a genuinidade do breve lexema-título que identifica a obra.

Bastante se tem especulado sobre esta opção de Fernão Mendes Pinto por um vocábulo que, independentemente de possíveis conotações suplementares com um alhures asiático, era bem assimilado na segunda metade do século XVI ao andar por terras estranhas. Uma das ideias sugeridas a propósito foi a de que se tivesse inspirado no *Peregrinaggio di tre giovani figliuoli del re di Serendippo*, tradução libérrima do famoso texto persa *Hasht Bihisht* (*Oito Paraísos*) de Amir Khusrau de Deli devida a

---

<sup>1</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 10, n. 234.

<sup>2</sup> Cristóvão, 1999, p. 25.

<sup>3</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-2.

Christoforo Armeno de Tabriz (antiga Tauris) e impressa em Veneza em 1557<sup>4</sup>. Só que nem Fernão Mendes dá qualquer mostra concreta de conhecer esta referência que usa passar por precursora da ficção científica, da história policial e da *voyage philosophique*<sup>5</sup>, nem se confirmou ainda que tal obra tenha circulado ou tido qualquer eco no Portugal da época<sup>6</sup>.

Outra hipótese às vezes expressa é a de que Pinto haja tomado de empréstimo a frase da *Terceira década da Asia* em que João de Barros se refere a Marco Polo e ao “liuro que escreueo de sua peregrinaçam”<sup>7</sup>. Porém, de novo nos lembramos que não faltam casos em que o termo, empregue num sentido comum, surge com uma naturalidade que contraria a tese implícita de cedência pontual de texto a texto. Entre os escritores lusos de formação classicista um estudioso acaba de lembrar, a propósito, exemplos como o da afirmação do veterano inventado por Diogo do Couto no segundo *Diálogo do soldado prático* de acordo com a qual dera por bem empregues “todos os trabalhos da viage e dos anos de minha perigrinação”<sup>8</sup>, a carreira da Índia que Fr. Amador Arrais viu como uma “immensa peregrinação”<sup>9</sup> e a imagem do “peregrino vago, errante” que Luís de Camões traz num dos seus versos mais conhecidos (Canção X)<sup>10</sup>. No seco universo doutrinário de Francisco Rodrigues Silveira, e sendo o assunto o da condição dos milicianos que desembarcavam na barra de Goa vindos do Reino, reencontramos o termo cognato *peregrino* tratado da seguinte forma: “[...] Chegam estes pobres soldados, ou dando-lhes mais próprio nome peregrinos, e a meu juízo nem ainda este lhes quadra, porque os peregrinos que vão ao Sepulchro Sancto levam com que fazer o gasto, mas estes pella mayor parte desembarcam sem hum real de prata pera com elle comerem aquelle primeiro dia”<sup>11</sup>.

---

<sup>4</sup> Christoforo Armeno, *Peregrinaggio di tre giovani figliuoli del re di Serendippo per opra di M. Christophoro Armeno dalla Persiana nell’Italiana lingua trapportato*, Veneza, per Michele Tramezzino, 1557. Ver Francis M. Rogers, “Introduction”, in Antonio Enríquez Gomez, *Fernan Mendes Pinto — Comedia Famosa en dos Partes*, Cambridge, Massachussets, Harvard University Press, 1974, p. 23; cit. in Pinto-Correia, 1979, p. 26.

<sup>5</sup> Paola Mildonian, “From West to East and vice-versa: alternative routes between wisdom and knowledge”, in Laborinho, Seixo & Meira (org.), *A Vertigem do Oriente*, 1999, pp. 123 e 128-133.

<sup>6</sup> Garcia, 1995, p. 13.

<sup>7</sup> João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. V — “Em que se descreue o grande reyno de Siam & algũas cousas notáueis delle”, ed. 1992, cit. fl. 37v. Ver Garcia, 1995, p. 14.

<sup>8</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, Parte I, cena I, ed. 1980, cit. p. 18.

<sup>9</sup> Fr. Amador Arrais, *Dialogos*, Diálogo IV, cap. XXIII — “Da conquista da India pelos Portuguezes, & do Infante Dom Henrique descobridor das Canarias”, ed. 1974, cit. p. 277.

<sup>10</sup> António Rosa Mendes, “A Peregrinação e a peregrinação de Fernão Mendes Pinto”, in *Mare Liberum — Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 15, Junho 1998, pp. 36-39.

<sup>11</sup> Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, cap. IV — “A grande inhumanidade que na Índia se usa com os soldados portugueses que a ella passam”, fl. 23, ed. 1996, cit. pp. 21-22.

Como sempre, esta última passagem apenas confirma que o título da obra pode Mendes Pinto ter ido buscá-lo a qualquer lado<sup>12</sup>. Título por título, o facto é que também dispunha da associação *itinerário, viagem, jornada, peregrinação e trabalhos* que surgira na segunda edição de uma obra portuguesa coeva como o *Itinerario da India por Terra a Portugal* de António Tenreiro (Coimbra, 1565)<sup>13</sup>. E como esquecer as memórias que Ludovico di Varthema escrevera do seu longo peregrinar? De resto, os “grandissimi pericoli & intolerabili fatiche [...] doue infinite volte ho tolerata fama & sete, freddo, & caldo, guerra, prigione, & infiniti altri pericolosi incomodi”<sup>14</sup> de que o bolonhês dá graças a Deus por ter escapado oferecem uma similitude notável com o famoso *explicit* onde Fernão Mendes Pinto rememora as suas maiores penitências: “Enisto vieraõ a parar meus serviços de vinte & hum annos, nos quais fuy treze vezes catiuo, & dezasseis vendido, por causa dos desaueturados successos que atras no discurso desta minha tão longa peregrinação largamente deixo contados [...]”<sup>15</sup>.

Enfim, é certo que o protótipo do género que temos na *Peregrinatio aut Itinerarium Aetherae ad loca sancta* permanecerá na obscuridade até muito mais tarde<sup>16</sup>. Contudo, a ligação de tipo sinónimo entre o par de nomes que viera nesse diário de viagem de finais do século IV — hoje qualificado como o mais antigo livro existente apenas dedicado ao relato de uma jornada efectuada além das fronteiras da Europa<sup>17</sup> — não dependeu da respectiva redescoberta para, pelo menos, entrar no léxico corrente daqueles que lidaram mais de perto com o hagiográfico e o edificante. Para não adiarmos mais a análise da vida de Mendes Pinto, do conteúdo chinês da sua *Peregrinaçam* e do impacto que esta conseguiu junto do público, apenas um caso já

---

<sup>12</sup> Cf. João Palma-Ferreira, *Do pícaro na literatura portuguesa*, colecção Biblioteca Breve — 59, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981, p. 29.

<sup>13</sup> António Tenreiro, *Itinerario. De Antonio Tenreyro, que da India veyo per terra a este Reyno de Portugal. Em que se contem a viagem & jornada que fez no dito caminho, & outras muitas terras & cidades, onde esteve antes de fazer esta jornada, & os trabalhos que em esta pelegrinação passou. Ho anno de mil & D. & vinte noue. Deregido ao muyto inuictissimo Rey de Portugal dom Sebastião Primeiro deste nome*, Coimbra, João de Barreira, 1565. Ver Rosa Mendes, 1998, pp. 39-40.

<sup>14</sup> Ludovico di Varthema, *Itinerario di Lodouico Barthema Bolognese*, “All Illvstriss. et Eccellentis. Signora la Signora Contessa di Albi, & Duchessa di Tagliacozzo Madãma Angelina Feltria Collonna”, in G. B. Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 160v.

<sup>15</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CCXXVI — “Do que passey depois que partimos deste porto do Xequê até chegar à India, & dahy a este reyno”, Lisboa, 1614, cit. fl. 303r. Ver Picchio, 1999, pp. 37-38.

<sup>16</sup> Ver Picchio, *ibidem*, p. 38.

<sup>17</sup> Ver, *inter alia*, M. Campbell, ed. 1991, pp. 15-45.

referido onde a fórmula inventada por Etheria (ou Egeria) volta a ocorrer: as *Peregrinationes in Terram Sanctam* de Bernhardt von Breydenbach<sup>18</sup>.

### ***Fernão Mendes***

À parte os problemas suscitados pela permanente sobreposição no texto de casos reais e de soluções romanescas, acontece que nem o reclamado estatuto de narrativa autobiográfica transforma a *Peregrinação* numa fonte demasiado eloquente a propósito da existência íntima do seu autor. Por outro lado, não só são escassos os testemunhos alternativos disponíveis sobre a vida de Fernão Mendes Pinto, como os poucos que existem aparecem sobretudo concentrados no curto intervalo que vai de 1552 a 1558 durante o qual gravitou na órbita da Companhia de Jesus e chegou a ser “servo dos servos” dela.

Deste grupo complementar de documentos olhámos, em devido tempo, as duas únicas missivas comprovadamente redigidas por Mendes Pinto: a que endereçou aos padres e irmãos da Companhia em Portugal estando em Malaca a 5 de Dezembro de 1554<sup>19</sup> e a que enviou ao Pe. Baltasar Dias estando em Macau a 20 de Novembro de 1555<sup>20</sup>. Também não nos é estranha a maioria das principais cartas de terceiros que aludem às suas deambulações: as que o Pe. Francisco Xavier dirigiu ao rei D. João III (Cochim, 31 de Janeiro de 1552<sup>21</sup>) e ao Pe. Gaspar Barzeo (Malaca, 16 de Julho de 1552<sup>22</sup>); as que o Pe. Melchior Nunes Barreto dirigiu ao Pe. Inácio de Loyola (Goa/Cochim, Maio de 1554<sup>23</sup> e Malaca, 3 de Dezembro de 1554<sup>24</sup>), ao Pe. Diego Mirón (Malaca, 3 de Dezembro de 1554<sup>25</sup>), aos irmãos da Companhia em Goa (“porto da China”, 23 de Novembro de 1555<sup>26</sup>) e aos jesuítas em Portugal (Cochim, 10 de

---

<sup>18</sup> Ver *supra*, Parte II, I-2.

<sup>19</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 210.

<sup>20</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 261. Ver Jordão de Freitas, “Literatura de Viagens”, in Albino Forjaz de Sampaio (dir.), *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. 3, Lisboa, Livraria Bertrand, 1932, pp. 57-60; Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, p. 14, n. 10; pp. 38-45 e 59-65; Garcia, 1992, pp. 66-68.

<sup>21</sup> Carta do Pe. Francisco Xavier ao rei D. João III, Cochim, 31 de Janeiro de 1552; pub in *Epistolae S. Francisci Xaverii*, ed. 1945, vol. 2, pp. 301-309.

<sup>22</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 171.

<sup>23</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 194.

<sup>24</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 197.

<sup>25</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 202.

<sup>26</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 265.

Janeiro de 1558<sup>27</sup>); a que o Ir. Aires Brandão dirigiu aos padres e irmãos da Companhia em Coimbra (Goa, 23 de Dezembro de 1554<sup>28</sup>); e as que Luís Fróis dirigiu aos jesuítas em Goa (Malaca, 1 de Dezembro de 1555<sup>29</sup> e 7 de Janeiro de 1556<sup>30</sup>) e aos jesuítas em Portugal (Malaca, 15 de Dezembro de 1555<sup>31</sup>).

A partir do *corpus* quinhentista e dos perto de 100 anos de estudos acumulados desde a altura em que o investigador Cristóvão Aires apresentou à Academia Real das Ciências de Lisboa a sua memória pioneira sobre Fernão Mendes Pinto<sup>32</sup> podemos extrair como mais seguras as seguintes pistas de carácter biográfico. Para a maioria dos especialistas, o nascimento do autor da *Peregrinação* ocorreu entre 1509 e 1511 (apenas uma minoria considera a data, em qualquer caso menos segura, de 1514). De família modesta radicada em Montemor-o-Velho, vila da diocese de Coimbra, aí viverá até 1521, quando um tio o traz para Lisboa e o toma a seu cargo. Por volta de 1526 encontramos-lo na mesma cidade como serviçal de uma “senhora de geração assaz nobre, & de parentes assaz illustres”<sup>33</sup>. Paira a hipótese de se estar a referir a D. Joana da Silva e Castro, filha de Aires da Silva, alcaide de Montemor-o-Velho, e esposa de Francisco de Faria, alcaide de Palmela<sup>34</sup>.

Por motivos que Fernão Mendes não esclarece por completo, havia um ano e meio que trabalhava nessa casa quando é obrigado a fugir e a refugiar-se numa caravela que se encontrava no cais de Alfama pronta a largar para Setúbal<sup>35</sup>. Ainda de acordo com o que nos dá a ler, frente a Sesimbra a embarcação é assaltada por corsários franceses e todos os tripulantes são presos. Apesar de destinados a ser vendidos ao magrebinos de Larache, ele e alguns dos cativos acabam “nús, & descalços” mas desagrilhoados numa praia alentejana<sup>36</sup>. Tratado em Santiago do Cacém pela mulher do comendador e alcaide-mor da vila, Pinto é depois recolhido em Setúbal por um fidalgo

---

<sup>27</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 268.

<sup>28</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 189.

<sup>29</sup> Carta do Ir. Luís Fróis aos Padres e Irmãos da Compahia de Jesus em Goa, Malaca, 1 de Dezembro de 1555; pub. in *Diversi avisi particolari dall’Indie di Portogallo*, Veneza, 1565, fls. 274r.-276r.; reed. in Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 74-78.

<sup>30</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 270.

<sup>31</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 263.

<sup>32</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 208.

<sup>33</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. I — “Do que passey em minha mocidade neste Reyno ate que me embarquey para a India”, Lisboa, 1614, cit. fl. 1v.

<sup>34</sup> Ver Fernando António Almeida, “Alguma biografia de Fernão Mendes Pinto”, in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação & Cartas*, vol. 2, Lisboa, Edições Afródite/Fernando Ribeiro de Mello, 1989, p. 1076.

<sup>35</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. I, Lisboa, 1614, fl. 1v. Ver F. Almeida, 1989, pp. 1077-1079.

<sup>36</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. I, Lisboa, 1614, cit. fl. 2r.

que seria parente do seu antigo amo de Lisboa<sup>37</sup>. Cerca de quatro anos mais tarde este cedê-lo-á a D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, mestre da Ordem de Santiago e filho bastardo de D. João II, que o tem como moço de câmara por mais de um ano. Em torno a 1537, e “porque a moradia que então era costume darse nas casas dos Principes, me não bastaua para minha sustentação”, como diz, “determiney embarcar-me para a India, inda que com pouco remedio, ja offerecido a toda ventura ou má ou boa, que me socedesse”<sup>38</sup>. A partida ocorre numa das cinco naus da armada que sai do Tejo a 11 de Março desse ano.

Estava aberto o tanto longo quanto muito pouco nítido período oriental de Fernão Mendes Pinto: 1537 a 1558. Depois de tocar Moçambique, o candidato à sorte atinge Diu menos de 6 meses passados sobre a despedida de Lisboa. Será indigente e comerciante bem sucedido, peça de leilão e diplomata, feroz homem de armas e médico improvisado, jesuíta por umas horas e pobre laico de novo. Além da Índia, conheceu a Abissínia, Ormuz, Malaca, Samatra, Marbatão, Sião, Patane, Pegu, os litoriais chineses e as partes meridionais do Japão. Terá avistado a China pela primeira vez em 1540 (senão, no máximo em 1543), na altura em que deve ter trocado a vida de soldado que levava no Índico Ocidental pela de mercador aventureiro, com interesses sobretudo firmados no arco que vai de Patane à ilha de Tanegashima. Ao arquipélago nipónico talvez tenha navegado em quatro ocasiões (pelo menos, essa é a conta da *Peregrinação*): 1544, 1546, 1551-1553 e 1554-1556. Mendes Pinto reclama para si o crédito de haver descoberto essas ilhas em 1541<sup>39</sup>, provável bravata que contradiz o critério de contemporâneos como António Galvão, Diogo do Couto, Giovanni Pietro Maffei, Alessandro Valignano, Sebastião Gonçalves, João de Lucena ou João Rodrigues *Tçuzzu*<sup>40</sup>.

A última dessa série de viagens ao Japão refere-se àquela que vimos que fez integrado na missão do Pe. Melchior Nunes Barreto e para a qual ia investido do estatuto de embaixador do vice-rei D. Afonso de Noronha junto do rei de Bungo,

---

<sup>37</sup> F Almeida, 1989, pp. 1079-1081.

<sup>38</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. I, Lisboa, 1614, cit. fl. 2r.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, cap. CXXII — “Como nos partimos desta cidade de Huzamguee, & do que nos aconteceu até chegarmos à ilha de Tanixumaa que he a primeyra terra do Japão”, Lisboa, 1614, fls. 158r.-158v.; Fernão Mendes Pinto & Pe. Gaspar Gonçalves, S.J., *Algvas enformações da China*, ed. 1963, pp. 108-109.

<sup>40</sup> Para a discussão destas datas, ver, *inter alia*, Georg Schurhammer, “Fernão Mendes Pinto und seine *Peregrinação*”, in *Orientalia*, 1963, pp. 31-35 (1.ª ed. in *Asia Major*, 3, 1926, pp. 71-103 e 194-267); Jordão de Freitas, 1932, pp. 54-56 e 61-62; Lagoa, 1947, pp. 101-112; Alexandre M. Flores, Reinaldo Varela Gomes & R. H. Pereira de Sousa, *Fernão Mendes Pinto: Subsídios para a sua Bio-Bibliografia*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1983, pp. 177-184 e 189-191; Costa, 1995, pp. 129-130, n. 16.

Ôtomo Yoshishige. Fernão Mendes conhecera Francisco Xavier em Malaca em 1547 e reencontrara-o em terras japonesas em 1551. Tocado pelo exemplo do missionário, pelo estremecimento público que a encenada recepção do seu corpo causou em Goa e pela profissional lacrimosa dos padres de Inácio, acabara de ingressar como irmão leigo na Companhia de Jesus (princípios de Abril de 1554). Sem que se saiba ao certo porquê, liberta-se do hábito apenas pouco mais de dois anos volvidos e prepara-se para suportar um relativo ostracismo da parte dos antigos companheiros de Ordem. Uns vão usar essa quebra de votos como exemplo-choque para a catequese dos recrutas<sup>41</sup>. Outros tratam de eliminar a única das suas cartas publicada — a de Malaca, que aparecera na colectânea coimbrã de 1555<sup>42</sup> — das edições oficiais portuguesas que saíram a partir de 1565. Outros ainda chegam à miséria de lhe omitir, riscar ou falsificar o nome nas cartas que escrevera ou em algumas daquelas em que era nomeado<sup>43</sup>. Porém, conforta um pouco pensar que talvez lhe tenham devolvido parte da pequena fortuna que o aventureiro enterrara nessa comunidade religiosa quando do impulso místico que ditara a sua adesão<sup>44</sup>. Em Fevereiro de 1557 Pinto está de volta a Goa, regressando a Portugal em Março ou Abril do ano seguinte<sup>45</sup>.

É Mendes Pinto quem escreve ter chegado a salvamento à cidade de Lisboa a 22 de Setembro de 1558 transportando consigo uma carta do governador Francisco Barreto (gov. 24 de Julho de 1555-3 de Setembro 1558) para a regente D. Catarina<sup>46</sup>. Traria igualmente alinhavado o habitual pedido de recompensa<sup>47</sup>, o qual, porém, logo encalha nas não menos habituais protelações da burocracia de Estado. Essa sina acompanha-lo-á até bem perto do fim, quando o rei estrangeiro recém-subido ao trono corrige o quarto de século de indiferença das secretarias com a atribuição de uma tença anual de 120 alqueires de trigo havendo “respeito aos serviços que Fernão Mendes Pinto, morador na vila de Almada, tem feitos nas partes da Índia” (15 de Janeiro de 1583)<sup>48</sup>. Entretanto,

---

<sup>41</sup> Ver Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesu Christo*, Parte I, Conquista I, Divisão II, § 8, ed. 1978, pp. 112-113.

<sup>42</sup> *Copia de vnas cartas de algunos padres y hermanos dela compañia de Iesus que escriuieron dela India, Iapon, y Brasil*, s.l. [Coimbra], 1555, fls. 7v.-12v.

<sup>43</sup> Ver Freitas, 1932, pp. 59-60.

<sup>44</sup> Charles R. Boxer, “Fernão Mendes Pinto”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3, 1968, p. 388.

<sup>45</sup> Ver, *inter alia*, Pinto-Correia, 1979, pp. 43-45; João David Pinto-Correia, “Fernão Mendes Pinto e o seu contributo para a cultura e a literatura portuguesa”, in Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, 1994, pp. 352-354.

<sup>46</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CCXXVI, Lisboa, 1614, fl. 302v.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, cap. CCXXVI, Lisboa, 1614, fl. 302v.

<sup>48</sup> Alvará régio de 15 de Janeiro de 1583; pub. in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação, com uma noticia, notas e glossario por J. I. de Brito Rebello*, vol. 1, colecção Livros de oiro da literatura portuguesa,

Fernão Mendes casara com D. Maria Correia de Brito, a mulher que lhe deu as duas filhas que nos aparecem como as destinatárias da *Peregrinação*. A parte principal desta obra superlativa vai compô-la entre c. 1569 e c. 1580<sup>49</sup>, o que não exclui a hipótese dos primeiros rascunhos terem sido preparados à volta de 1563<sup>50</sup>. Confortado com o pecúnio que conseguira resgatar do Oriente, desde esse ano que tira o melhor partido possível da tranquila residência extramuros onde decidiu assentar. Conhecem-se-lhe então algumas responsabilidades públicas, mas sempre pontuais e confinadas à esfera local: juiz em Almada e mamosteiro de um par de hospitais dos arredores<sup>51</sup>.

Nessa sua quinta de Palença recebe a visita de amigos dilectos como Francisco de Andrade (Lisboa, c. 1540-c.1614), o guarda-mor da Torre do Tombo e cronista-mor do Reino que um dia, talvez ainda antes do manuscrito repousar nas prateleiras da Casa Pia das Penitentes da Misericórdia de Lisboa, improvisará algumas das modificações que a *editio princeps* veio a acolher<sup>52</sup>. Como observámos, será também nesse termo de Almada que Fernão Mendes Pinto vai ser interrogado em Outubro de 1582 pelo Pe. Giovanni Maffei. Sabemos ainda que outros, como João de Barros ou o embaixador florentino Bernardo Néri, o procuraram atraídos pela mesma fama de enciclopédia viva sobre o Oriente que atraiu Maffei<sup>53</sup>.

Exímio zelador dos seus segredos de escritor, Fernão Mendes morrerá a 8 de Julho de 1583 desiludindo quase todos os que dele se abeiraram mordidos pela curiosidade. O cónego Francisco de Herrera Maldonado, que o traduziu para castelhano e foi um dos seus mais indefectíveis admiradores, chega a afirmar que Filipe II “passava muchos ratos con oyrle”<sup>54</sup>. Tal poderá ter começado por acontecer em Almada quando o Habsburgo aí se deteve durante algum tempo antes de entrar solenemente na capital portuguesa a 25 de Julho de 1581<sup>55</sup>. Mas decorrerão vinte anos sobre o desaparecimento de Pinto até que alguém peça pela primeira vez ao Santo Ofício, ao Ordinário e ao

---

colecção Livros de oiro da literatura portuguesa, Lisboa, Livraria Ferreira, Tipograf. do Anuário Comercial, 1908, p. XXXIX; transcr. parcial in Pinto de Castro, 1984, cit. p. XXX.

<sup>49</sup> Ver Freitas, 1932, p. 62; Pinto de Castro, 1984, p. XXII; Pinto-Correia, 1979, pp. 48-49; João David Pinto-Correia, “*Peregrinação*” de Fernão Mendes Pinto – Apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária, colecção Literatura — 3, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2002, p. 47.

<sup>50</sup> Ver Garcia, 1995, pp. 11 e 14.

<sup>51</sup> Ver Flores, Gomes & Sousa, 1983, pp. 185-187; Pinto de Castro, 1984, pp. XIX-XXII.

<sup>52</sup> Ver Pinto de Castro, 1984, pp. XXX-XXXI; Faria, 1992, pp. 20-21.

<sup>53</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-5.

<sup>54</sup> Francisco de Herrera Maldonado, “Apologia en favor de Fernan Mendez Pinto, y desta Historia Oriental. Por el Licenciado Francisco de Herrera Maldonado, Canonigo de la Santa Iglesia Real de Arbas [Évora, 30 de Maio de 1618]”, in Fernão Mendes Pinto, *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto...*, Madrid, Por Diego Flamenco, a costa de Iuan del Casar, Mercader de Libros, 1627-1628, cit. fl. 1.

<sup>55</sup> Ver Faria, 1992, p. 15, n. 6.

Desembargo do Paço as licenças necessárias à publicação da sua única obra (1603). E decorrerão mais dez anos sobre esses vinte até que o competente privilégio real seja outorgado “na forma costumada” e o tipógrafo dê início à tarefa de impressão (6 de Novembro de 1613).

### *A verdade da mentira*

Parece-nos mais do que suficiente para aqui a proposta de leitura que, tirando a breve auto-apresentação do narrador que preenche parte do capítulo I e o rápido balanço-despedida que encerra o capítulo CCXXVI, divide os duzentos e vinte e seis capítulos da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto em seis segmentos fundamentais. O primeiro corresponde ao itinerário que o autor cumpre por Portugal, Índia, costas da Arábia, o reino dos Batas e o reino do Pão (caps. I-XXXV). O segundo acompanha as acções do corsário António de Faria pelo reino de Sião, pelo estreito de Hainão, pelo porto de Liampó e pela ilha de Calemplui, para o que o *eu* sujeito se eclipsa temporariamente da trama (caps. XXXVI a LXXIX). O terceiro segue as venturas e as desventuras de um grupo de portugueses através da China, da Tartária, do Sião e das ilhas dos léquios e de Tanixumá, grupo no qual Pinto nos reaparece, mas agora como parte integrante do *nós* colectivo (caps. LXXX-CXLIII). O quarto é-lhe simétrico porquanto aí o narrador é apenas mais um dos muitos que se juntam ao rei dos Bramás e a outras figuras orientais por terras de Martabão (Pegu), do enigmático império de Calaminhão (Laos?/Tibet?), de Sonda, do Sião e da Birmânia (caps. CXLIV-CXCIX). O quinto é simétrico do segundo uma vez que o narrador em primeira pessoa volta a delegar em outrem, neste caso nos jesuítas Francisco Xavier e Melchior Nunes Barreto, a razão de ser da sequência que continua por Malaca, pelo Japão, pelos mares da China e pela própria China (caps. CC a parte do CCXXVI). Por último, encontramos um segmento no qual se devolve ao pronome *eu* a função de sujeito enunciador, o qual conta a etapa do regresso a Portugal (parte do cap. CCXXVI)<sup>56</sup>.

Conhecemos que uma das principais razões de ser do fascínio que esta obra vem produzindo nos leitores de há quatrocentos anos a esta parte resulta do modo exemplar

---

<sup>56</sup> Pinto-Correia, 1994, pp. 357-358. Ver Pinto-Correia, 1979, pp. 54-58; C. Carvalho, 1999, pp. 30-52; Maria Alzira Seixo, “Rotas semânticas e narrativas da *Peregrinação*”, in Seixo & Zurbach (org.), *O Discurso Literário da “Peregrinação”*, 1999, pp. 198-210; Pinto-Correia, 2002, pp. 53-58.

como mistura testemunhos oriundos dos mais diversos campos discursivos com o intuito de servir um híbrido que se dirá sempre real, mesmo quando monta a ficção com um sorriso rasgado de face a face. Nada se sabendo sobre a sua aprendizagem escolar, que Fernão Mendes não recorra, uma vez que seja, a citações eruditas já diz muito sobre o autodidacta que adivinhamos que fosse. Mas isso não tem qualquer consequência na forma elegantíssima como vai alimentar a construção romanesca da sua biografia com sucessivos empréstimos tomados de géneros como o relato de viagens (terrestres e marítimas), o relato de naufrágios, a descritiva geo-económica ou geo-antrópica (local e global), a descrição de cercos e batalhas, a carta ou o roteiro. Proposta narrativa plena de desequilíbrios formais, de inverosimilhanças cronológicas, de perturbantes lacunas na sequência dos acontecimentos tratados, a *Peregrinação* supera tudo isso graças à mão de mestre que junta ao discurso autobiográfico o referente histórico e a consistência técnica do literário, que usa a pintura de detalhes e o efeito cataléptico das longas sequências numéricas para convencer sobre a verdade dos sítios e que domina os efeitos da oratória, da arte do diálogo ou da cadência poética para dar ao todo uma plástica que não deixa nenhum ouvido indiferente<sup>57</sup>.

Somando os relatos alusivos ao litoral entre Hainão e a enseada de Nanquim àqueles que pretendem reproduzir vivências no interior da China, temos que cerca de um terço do livro de Mendes Pinto decorre neste país (caps. XXXIX-CXXVII). Daqui vamos destacar o longo trecho que cobre os últimos 48 capítulos da série por ser o que traz a jornada terrestre e a costumada síntese sobre a natureza e a sociedade sínicas.

O pretexto é claramente forjado. Trata-se da deambulação que um grupo de sobreviventes do “miserauel naufragio” onde é suposto ter perecido António de Faria realiza através do espaço chinês, o qual espreitámos ao analisar o plágio cometido por Fr. Marcelo de Ribadeneyra na sua *Historia de las Islas del Archipiélago, y Reynos de la Gran China*<sup>58</sup>. Tendo dado à costa mais de cento e quarenta léguas a Norte de Nanquim<sup>59</sup>, diz-se que os homens em causa foram levados em cativo até essa cidade, olharam o rico comércio que se fazia nas margens dos rios, encantaram-se com a grandeza de Pequim, passaram pelas fileiras do exército chinês, aliaram-se aos invasores tártaros e cruzaram a Grande Muralha, saindo depois de cena *via* Tartária e

---

<sup>57</sup> Ver, *inter alia*, Pinto-Correia, 1979, pp. 51-54; Pinto-Correia, 2002, pp. 49-52.

<sup>58</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 20-2.

<sup>59</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. LXXXII — “Como nos partimos deste lugar de Sileyjacau, & do que nos aconteceu depois de partirmos delles”, Lisboa, 1614, fl. 91v. Ver idem *ibidem*, cap. LXXIX, — “Como nos perdemos na enseada do Nanquim, & do que passamos depois disso”, Lisboa, 1614, fl. 88r.

Tonquim. Se já havia bastantes repintes de fantasia na composição dos episódios portuários e marítimos que precedem tal narrativa<sup>60</sup>, quer o facto do autor nunca dever ter reconhecido as costas chineses situadas demasiado para além de Liampó<sup>61</sup>, quer o de não aludir à engenharia do Grande Canal nas passagens em que a geografia percorrida só com extremo esforço o desobrigava disso<sup>62</sup>, oferecem-nos as primeiras pistas para que deduzamos o carácter romanceado de todo este testemunho.

Desdobrar uma carta geográfica, abrir o grosso volume de mais de seiscentas páginas da *Peregrinação* no começo do capítulo LXXX e, acto contínuo, decidir seguir as pegadas de Mendes Pinto assim como quem segue as de um Miguel Strogoff dá necessariamente num resultado frustrante — que o diga o esforçado Visconde de Lagoa. É que o que o autor constrói responde apenas e só à ordem da mais imaginativa das novelas de cavalaria. Os caminhantes cruzam uma hipotética China em busca da liberdade como poderiam cruzar qualquer outra terra desde que essa lhes oferecesse o sentido de unidade que o Império do Meio oferece àquela demanda.

Sabe-se há muito que a aventura em causa corresponde a uma brilhante reexposição da trágica experiência que os sobreviventes portugueses do chamado “mistério dos dois juncos” haviam vivido entre finais da década de 1540 e os primeiros anos da seguinte<sup>63</sup>. Andarilho por essas partes da Ásia na precisa altura em que tais acontecimentos decorreram, o escritor tanto terá seguido à distância a desdita daquele punhado de compatriotas seus, como terá pelo menos conhecido o anónimo responsável pela *Enformação* que o Pe. Nunes Barreto obteve em Malaca em 1554. Escolhido o enredo, tratava-se agora de transferir os eventos das desbravadas partes do Fujian e do Guangxi onde eles ocorreram para as secretas paragens do Norte ainda poupadas ao olhar dos europeus. Era o que exigia o público que se alimentava de ficções e mais não buscava que fábulas travestidas de história verídica. Que uma vasta categoria de gente não tenha divisado o embuste, preferindo procurar a verdade factual onde não era suposto que ela estivesse, isso também parece certo e sabido. Mas até pelas constantes garantias que dá sobre a autenticidade do que narra, Fernão Mendes repõe a cada passo um velho recurso retórico que alerta para o modo como o discurso é simulado. Não se diga que um leitor ou um ouvinte astuto do século XVI ou do século XVII não podia ir de imediato ao fundo da questão.

---

<sup>60</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2. Ver também: Le Gentil, 1947, pp. 102-105.

<sup>61</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-5. Cf. Lagoa, 1947, pp. 59-80.

<sup>62</sup> Ver Le Gentil, 1947, pp. 120-121. Cf. Lagoa, 1947, pp. 80-87.

<sup>63</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 8-4.

Entre as inultrapassáveis peripécias que o cérebro mágico de Fernão Mendes Pinto lhes inventa, os nove naufragos de Nanquim vão sendo confrontados com sucessivos sinais de um mundo sólido e perfeito do ponto de vista dos costumes e da abundância. Ou porque certos traços do universo administrativo e urbano retratado o lembram, ou porque existem certas semelhanças na própria itinerância das personagens, é frequente sugerir-se que esta parcela da *Peregrinaçam* evidencia uma influência mais ou menos directa do *Livro* de Marco Polo<sup>64</sup>. Depois de termos lido e tentado expurgar das principais fantasias os capítulos envolvidos, estamos convictos de que a base documental manipulada pelo autor se circunscreveu a fontes lusas de Quinhentos.

À cabeça destas esteve o *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz, título utilizado para a maioria dos parâmetros geográficos e etnográficos cobertos pela narrativa. A citada *Enformação de hum homem honrrado* e o *Tratado* de Galiote Pereira constituem duas hipotéticas referências complementares, sobretudo para o argumento do cativo. No entanto, a ideia que sobressai aqui é a de que bastaria o conhecimento particular e a imaginação de Mendes Pinto para converter os dados cedidos a esse respeito por Fr. Gaspar na delirante intriga que leva o grupo sertão adentro por caminhos, rios e serras. Por outro lado, vislumbra-se o uso pontual da *Historia* de Fernão Lopes de Castanheda e da *Terceira decada* de João de Barros. Conforme vimos ao estudar a edição de 1576 dos *Commentarios* de Brás de Albuquerque, existe também a possibilidade de Mendes Pinto ter aproveitado desta obra o tratamento literário do caso do embaixador Tuan Mahammed descrito na carta de Cristóvão Vieira de 1534 e entretanto acolhido por Barros<sup>65</sup>.

Vimos ainda que Pinto alude a obras chinesas, as quais umas vezes teria lido, outras ouvido ler<sup>66</sup>. Como desmontaremos a seguir, tais reclamações não possuem qualquer base que as sustente, o que não espanta se pensarmos que os seus conhecimentos de línguas exóticas se circunscreveriam ao baixo malaio. Por último, há que contar com as emendas ou o polimento que o texto terá recebido por parte de quem quer que o tenha tido em seu poder entre 1583 e 1613. As discrepâncias que observámos existirem entre a *editio princeps* da *Peregrinaçam* e certas passagens da mesma obra antecipadas por Fr. Jerónimo Gracián de la Madre de Dios<sup>67</sup> ou por Fr.

---

<sup>64</sup> Ver, *inter alia*, Le Gentil, 1947, pp. 106-110; Loureiro, 2000a, p. 658.

<sup>65</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 10-5.

<sup>66</sup> Ver *supra*, Parte II, caps. 12-5 e 20-2.

<sup>67</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 12-5.

Marcelo de Ribadeneyra<sup>68</sup> revelam-no-lo com clareza. A possibilidade de Fernão Mendes ter legado um manuscrito desprovido da divisão em capítulos e das correspondentes rúbricas é um segundo aspecto a ponderar<sup>69</sup>. Contudo, nos fragmentos que vamos ler avulta a hipótese de ter ocorrido a injeção de dados que, atendendo à sua modernidade, de forma alguma poderiam constar do original. Se forem válidas algumas das suposições que avançaremos a esse propósito, acabará comprovada uma antiga suspeita que envolve o nome dos jesuítas.

### ***“O muito que vy nas partes da China”***

Ainda que os pretextos que ditam as respectivas inclusões nos capítulos chineses da *Peregrinaçam* decorram da contextura fantasiosa que envolve toda a trama, é desde logo possível assinalar um conjunto de dados que não sofreram demasiados retoques entre a fonte escrita de onde foram resgatados e o momento em que Fernão Mendes Pinto deu por concluído o trabalho de os moldar. Cabem nestes parâmetros aqueles que, a propósito de um “espiritual muyto rico em que se recolhião toda a maneyra de pobres” situado na vila imaginária de “Sileyjacau”, ilustram a presumível bondade do sistema assistencial do país dos Ming<sup>70</sup>. Outros surgem-nos pouco adiante, quando o aprisionamento das personagens na localidade de “Taypor” e a sua passagem pela prisão de “Gofanjauserca” servem de mote para uma caracterização exaustiva do sistema judicial: os funcionários de referência, os esquemas de recurso para as sentenças, as condições de vida no interior das cadeias ou a impiedade dos castigos corporais, por exemplo<sup>71</sup>. Num capítulo mais avançado a situação repete-se, sendo o motivo o sistema de ensino público, a prática de exames e a obrigatoriedade de todo e cada qual se

---

<sup>68</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 20-2.

<sup>69</sup> Ver Pinto-Correia, 1979, pp. 55-56.

<sup>70</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. LXXXI — “Como chegamos a hũa aldea onde estaua esta albergaria, & do que nella passamos”, Lisboa, 1614, cits. fl. 90r. Ver idem, *ibidem*, cap. LXXXI, Lisboa, 1614, fls. 89v.-90v.

<sup>71</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. LXXXIV — “Como daquy fomos ter â villa de Taypor, & de como ahy nos aconteeo sermos presos”, Lisboa, 1614, fls. 93v.-94r.; idem, *ibidem*, cap. LXXXV — “Como deste lugar de Taypor fomos leuados à cidade do Nanquim, & do que nella passamos”, Lisboa, 1614, fls. 94r.-95r.; idem, *ibidem*, cap. LXXXVI — “Da caridade com que nesta prisaõ fomos curados, & do mais que depois passamos”, Lisboa, 1614, fls. 95r.-96r.; idem, *ibidem*, cap. LXXXVII — “Co[mo] fomos remetidos por apelaçaõ â cidade do Pequim”, Lisboa, 1614, fls. 96v.-97r.; idem, *ibidem*, cap. C, Lisboa, 1614, fls. 115r.-116r.; idem, *ibidem*, cap. CI, Lisboa, 1614, fls. 116r.-117v.; idem, *ibidem*, cap. CII, Lisboa, 1614, fls. 117v.-118r.; idem, *ibidem*, cap. CIII — “Como nos leuaraõ daquy à casa da judicatura do crime a ouirmos publicar a nossa sentença. E do aparato & magestade com que os officiaes estão nesta casa, & das cerimonias que se guardam nella”, Lisboa, 1614, fls. 118r.-121r.

dedicar a uma tarefa útil, incluindo os cegos cujo engenho de mãos tornasse capazes de trabalhar como atafoneiros<sup>72</sup>. O papel cumprido pelo livro de Gaspar da Cruz em qualquer destes afloramentos de consabidas ideias e imagens parece-nos indiscutível, o que não invalida que aqui e ali se nos imponham parecenças clamorosas com textos-base como a *Enformação* de 1554, o *Tratado* de Galiote Pereira ou a *Década III* de João de Barros.

Independentemente das ligeiras diferenças que aconteciam entre a contabilidade de um João de Barros ou de um Fr. Gaspar da Cruz, quando Mendes Pinto nos fala nos “trinta & dous reynos que saõ sogeitos a aquelle imperio” foge por uma vez a reproduzir um conceito adquirido<sup>73</sup>. Parece-nos claro que o terá feito tão-só porque o número de 13 ou 15 províncias era demasiado incoerente com a escala megalómana do retrato que ia compondo. Mas quando chega o momento de acolher outro tópico obrigatório como o era o do fabrico da porcelana, não apenas nos reaparece a lição oferecida a esse respeito no *Tractado das cousas da China*, como topamos com alguns dos equívocos relativos à exportação desse produto que esta obra ajudara a perpetuar<sup>74</sup>. Passa-se o mesmo com as passagens em que evoca a salubridade e a temperança dos ares, o emprego de estrume humano, a realização de três safras por ano ou a tipologia das embarcações fluviais<sup>75</sup>.

Dada a sofisticação do exercício literário, é um pouco mais moroso discernir a minuta de Fr. Gaspar do conjunto de parágrafos que se reservam para fixar o urbanismo chinês.

Aqui, o primeiro desafio é-nos colocado pela série de descomedimentos concretizados a propósito da “cidade do Nãquim”: 800.000 vizinhos, 24.000 casas de mandarins, 62 praças descomunais, 12 fortalezas roqueiras, 130 portas de serventia, 130 casas de açougues, 8000 ruas, 2300 pagodes com torres de 60 ou 70 sinos cada um, 30 prisões muito grandes e fortes, etc., etc... Não obstante, pelos pormenores relativos aos arcos triunfais, ao debuxo das cercas ou à vigilância nocturna detecta-se o trespasse dos elementos que haviam configurado, mais do que a Fuzhou de Galiote, a Cantão do dominicano de Évora<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, cap. CXII, Lisboa, 1614, fls. 132v.-133v.

<sup>73</sup> Idem, *ibidem*, cap. LXXXV, Lisboa, 1614, cit. fl. 94v.

<sup>74</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII — “Como daquy partimos para a cidade do Pequim, & das grandezas da cidade do Nanquim”, Lisboa, 1614, fl. 98r.

<sup>75</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. XCVIII, Lisboa, 1614, fls. 111v.-112v.; idem, *ibidem*, cap. XCIX, Lisboa, 1614, fl. 114v.

<sup>76</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII, Lisboa, 1614, fls. 97v.-98v.

A meio caminho entre Nanquim e Pequim Fernão Mendes Pinto refaz o jogo, agora a propósito daquela “tão rara & tão espantosa cidade” montada sobre barcaças que João de Lucena reproduzira no capítulo XIX do *Livro Decimo* sua *Historia da vida do padre Francisco Xavier*<sup>77</sup>. A consequência mais natural é deixarmo-nos levar pelo efeito inebriante de detalhes como os que se referem às embarcações “carregadas de caueyras de defuntos” que se ofertavam nos funerais para acompanhar as almas ao paraíso, àquelas “carregadas de cornos que os Sacerdotes vendem para se darem banquetes no Ceo” ou àquelas “toldadas de dó, cõ suas tûbas, & tochas, & cirios” onde seguiam mulheres que choravam por dinheiro nos funerais alheios<sup>78</sup>. No mesmo tom, alude ainda a barcas onde se exibiam “cobras, serpentes, lagartos muyto grãdes, tigres, bichos, & outros muytos de diuersas maneyras”, onde se trazia “grande soma de liuros que contaõ historias & daõ relaçaõ de tudo o que se quer saber”, onde uns tantos homens armados ofereciam os seus préstimos a “quẽ se quiser satisfazer de quẽ o afrõtou ou injuriou”, onde vinha “grande soma de molheres velhas que seruem de parteyras”, onde casais de aspecto grave serviam “de corretores de casamentos, & consolar molheres anojadas por mortes de maridos & filhos”, onde se transportava “grande soma de moços & de moças para se darem â soldada a quem as ouuer myster, com suas fianças seguras” ou onde se podia encontrar os que “curaõ de boubas com darem suadouros, & curaõ tambem chagas, & fistulas incurauéis<sup>79</sup>. Só que, de novo, não tarda a que toda esta proeza inventiva convirja no retrato-padrão da urbe chinesa facultado pelos capítulos VI e VII do *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz. É quando Pinto refere, de uma assentada, as ruas largas e calçadas de pedra de todas as “cidades, villas, lugares, aldeas & castellos”, assim como as colunas e os pailós que as rematavam, encimados por letreiros alegóricos<sup>80</sup>.

No momento de esclarecer sobre qual fosse o perfil de Pequim, Fernão Mendes Pinto começa por evocar o que “os Chins nos affirmaraõ, & eu despois vy num liurinho que trata das grandezas della, que se chama Aquesendoo, que eu trouxe a este reyno”<sup>81</sup>. Supostamente a partir daí, surgem-nos mais considerandos superlativos a propósito de um circuito de cidade, da solidez de umas muralhas e do número de torres e baluartes

---

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*, cap. C, Lisboa, 1614, cit. fl. 115r. Ver *supra*, Parte II, cap. 17-1.

<sup>78</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCVIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 113r.; idem, *ibidem*, cap. XCIX, Lisboa, 1614, cits. fls. 113v.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*, cap. XCIX, Lisboa, 1614, cits. fls. 113v. e 114r.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, cap. XCIX, Lisboa, 1614, cit. fl. 114r. Ver idem, *ibidem*, cap. XCVIII, Lisboa, 1614, fls. 112r.-113r.; idem, *ibidem*, cap. XCIX, Lisboa, 1614, fls. 113v.-114r.

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, cap. CV, Lisboa, 1614, cit. fl. 122r.

que estas tratariam de sustentar. A isso juntam-se diversos comentários sobre a excelência dos povoados das vizinhanças e sobre uns 24.000 jazigos de mandarins concebidos como “capellas pequenas cozidas todas em ouro” e rodeados por “jardins & bosques espessos de grande aruoredo, & muytas inuencoes de tanques, & fontes, & bicas dagoa”<sup>82</sup>.

Ora, parece-nos nítido que não houve nenhum *Aquesendoo* tirado da manga (que título!). O que ocorre, isso sim, é de novo e apenas um hábil ajuste do *Tractado* de Gaspar da Cruz, no caso dos capítulos em que aí se descrevera Cantão (cap. VI) e se observara a forma das casas dos regedores das cidades nobres e reais (cap. VIII). Por acréscimo, não se nos afigura pertinente a sugestão de que algo deste retrato urbano tenha sido extraído do que Marco Polo escreveu sobre Cambaluc. Sucede é que quer a capital cantonense segundo Fr. Gaspar, quer a que fora sistematizada por cronistas portugueses como João de Barros, vem carregada daquela típica semântica poliana que sabemos que depois irá corromper prosas sobre o tema da cidade chinesa como as de Matteo Ricci, Luis de Guzmán<sup>83</sup>, Fernão Guerreiro<sup>84</sup> ou Diego de Pantoja<sup>85</sup>. Neste sentido, Mendes Pinto foi apenas mais um dos que assimilaram Polo por interposta leitura.

Um assumido gosto por uma espécie de gratuito esplendor absurdo na arquitectura está presente em inúmeros outros pontos da *Peregrinaçam*. É assim com a “tão estranha & descompassada grandeza, & diabolica fealdade” de certos detalhes decorativos de um pagode “á inuocação de Tauhinarel, que he hũa seita gentilica das principais deste reyno da China”<sup>86</sup>. É assim com as grades, as pedras e, sobretudo, com a lápide que coroava o monumento inspirado na figura de Afonso de Albuquerque cuja evocação Pinto partilhou com o filho do grande estratega da presença de Portugal no Oriente<sup>87</sup>. É assim com o edifício de “hũa prisaõ a que elles chamão Xinanguibaleu” onde se encerrariam 300.000 homens destinados a servir na construção da Grande Muralha<sup>88</sup>. É assim com a cerca chamada “Muxiparaõ, que quer dizer, tisouro dos

---

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, cap. CV, Lisboa, 1614, cits. fl. 122v.

<sup>83</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 17-4.

<sup>84</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 18-3.

<sup>85</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 19-1.

<sup>86</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. LXXXIX — “Do que mais vimos & passamos até chegarmos à cidade de Pocasser, & da grandeza de hum pagode que ha nella”, Lisboa, 1614, cits. fls. 100r. e 99r. Ver idem, *ibidem*, cap. LXXXIX, Lisboa, 1614, fls. 99r.-100v.

<sup>87</sup> idem, *ibidem*, cap. XC, Lisboa, 1614, fls. 100v.-101v. Ver *supra*, Parte II, cap. 10-5.

<sup>88</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CVIII — “Da prisaõ de Xinanguibalen onde estão sempre os degradados para o serviço do muro da Tartaria”, Lisboa, 1614, cit. fl. 126v. Ver idem, *ibidem*, cap. CVIII, Lisboa, 1614, fls. 126v.-128r.

mortos”, sítio mais macabro que muitos e já publicitado por Fr. Marcelo de Ribadeneyra<sup>89</sup>. É assim com o sumptuoso complexo religioso “por nome Nacapirau, que quer dizer Raynha do Ceo”, o qual concretiza uma disfarçada adaptação das formas e dos rituais do templo budista consagrado ao culto de Nãna ou A-Ma referenciado por Lopes de Castanheda<sup>90</sup>. É assim com os celeiros de trigo e de arroz que as “suas chronicas” diriam existir em todas as cidades e vilas do país, profissão de fé também copiada por Ribadeneyra, mas que deriva de novo discretíssimo reacerto do *Tractado* de Gaspar da Cruz<sup>91</sup>. Entre tantos outros casos, é assim ainda com o incrível número de canais, pontes, colunas, poiais, praças, ruas e tendas de mercadores que existiriam em Pequim conforme o registo conjunto daquele *Aquesendoo* e de “todas as chronicas dos Reys da China”, leia-se outro exercício de prestidigitação sobre os apontamentos de Fr. Gaspar<sup>92</sup>.

Quando das leituras do *Stimvlo dela propagacion dela Fee* de Fr. Jerónimo Gracián e da *Historia de las Islas* de Fr. Marcelo de Ribadeneyra notámos que Fernão Mendes Pinto se lembrou de inventar para o tema da cronologia chinesa uma “Chronica das oitenta dos Reys da China”<sup>93</sup>. Muito perto desta referência — a qual também ajudará a fantasiar a origem das cidades de Pequim, Nanquim, “Pacão” e “Nacau”<sup>94</sup> — menciona-se um “quinto liuro da situação de todos os lugares notaueis deste imperio” sendo o objecto visado a muralha que o defendia pelo lado Norte<sup>95</sup>.

Entre a garantia de que tal baluarte corria ao longo de 315 léguas e uma vasta soma de explicações sobre o contexto em que fora mandado erguer, os recursos mobilizados para essa tarefa gigantesca, o tempo que tardara a sua construção, os materiais empregues, as passagens que o rasgavam ou o papel das serranias que encontrava pelo caminho<sup>96</sup>, um leitor atento consegue discernir mais um aproveitamento implícito do que João de Barros expusera na *Terceira decada* a partir do punhado de

---

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, cap. CIX, Lisboa, 1614, cit. fl. 128v. Ver idem, *ibidem*, cap. CIX, Lisboa, 1614, fls. 128v.-129v.; *supra*, Parte II, cap. 20-2.

<sup>90</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CX, Lisboa, 1614, cit. fl. 129v. Ver idem, *ibidem*, cap. CX, Lisboa, 1614, fls. 129v.-131r.; *supra*, Parte II, cap. 7-1.

<sup>91</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CXIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 133v. Ver idem, *ibidem*, cap. CXIII, Lisboa, 1614, fls. 133v.-134r.; *supra*, Parte II, cap. 20-2.

<sup>92</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CVII, Lisboa, 1614, cit. fl. 125v. Ver idem, *ibidem*, cap. CVII, Lisboa, 1614, fls. 125r.-126v.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*, cap. XCII, Lisboa, 1614, cit. fl. 103v. Ver *supra*, Parte II, caps. 12-5 e 20-2.

<sup>94</sup> Ver Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCIII — “Do que mais passou neste negocio depois de o jejum ser acabado, & do successo que teue”, Lisboa, 1614, fls. 104v.-105v.; idem, *ibidem*, cap. XCIV, Lisboa, 1614, fls. 105v.-106v.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*, cap. XCV, Lisboa, 1614, cit. fl. 106v.

<sup>96</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. XCV, Lisboa, 1614, fls. 106v.-107v.

materiais geográficos que importara da China<sup>97</sup>. De permeio, julgam-se os chineses como homens pouco práticos na guerra, fracos de ânimo, carecidos de armas e faltos de artilharia<sup>98</sup>, o que nos faz regressar a uma antiga opinião pejorativa vincada por cativos como Cristóvão Vieira e Vasco Calvo que vimos tendia a perder adeptos assim que os relatores se posicionavam em áreas mais afastadas desse terreno ou não eram martirizados pelos carrascos chineses. Quando sumariar as qualidades e os defeitos dos chins, Pinto ainda falará numa “gente fraca”<sup>99</sup>. Porém, depressa aligeira a postura isolada em que se colocara ao repetir as considerações sobre o engenho, a habilidade e a industriiosidade do povo em causa, tal qual estas haviam sido formuladas por Gaspar da Cruz<sup>100</sup>.

Talvez porque o engodo de escritor que reclama a sua condição de observador seja aí mais conseguido que noutras partes da *Peregrinaçam*, advogou-se que quando este aproveita a famosa sequência das barcaças onde se criavam adens que está no capítulo IX do *Tractado das cousas da China* para preencher os vazios do retrato sobre o “grãde rio da Batampina” lhe acrescenta um conjunto de conhecimentos inéditos a respeito da especialização do trabalho nesse país<sup>101</sup>. A prova estaria numa leitura, tanto nova quanto bastante exacta, das regras que delimitavam as tarefas entre quem cuidava de criar aves e quem as vendia, entre quem matava porcos e quem lhes apregoava cada uma das partes, entre quem tratava com peixe fresco, com peixe salgado e com peixe seco, “& assi de carnes, caças, & pescados, como de frutas, & ortalijas”<sup>102</sup>. Acontece que aqui, como em mil outros momentos, Mendes Pinto transcreve, subverte, distorce, amplifica, mas não acrescenta nada de substantivo aos livros de que parte: bastou-lhe certamente a fâisca da frase em que Cruz diz que “cada hũ trabalha de buscar a vida e todos buscam diversos modos e maneiras de ganhar de comer e como sustentarem seus grandes gastos”<sup>103</sup>.

Para o assunto correlativo dos manjares chineses Fernão Mendes traz à coacção “hum liuro todo repartido em capitulos, do regimento & modo dos banquetes” que

---

<sup>97</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 5, n. 13.

<sup>98</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCV, Lisboa, 1614, fl. 107v.

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*, cap. CXIV, Lisboa, 1614, cit. fl. 134v.

<sup>100</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. CXIV, Lisboa, 1614, fl. 134v.

<sup>101</sup> Alfredo Margarido, “La multiplicité de sens dans l’écriture de Fernão Mendes Pinto et quelques problèmes de la littérature de voyages au XVIe siècle”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 11, Paris, FCG, 1977, pp. 188-193.

<sup>102</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCVII — “Do que vimos despois que saymos de hũa cidade que se dezia Funquinilau”, Lisboa, 1614, cits. fl. 110v. Ver idem, *ibidem*, cap. XCVII, Lisboa, 1614, cit. fls. 110r.-111v.

<sup>103</sup> Fr. Gaspar da Cruz, *Tractado das cousas da China*, cap. X, ed. 1984, cit. p. 820.

afirma ter visto e ouvido ler e ao qual chama “Pinatoreu”<sup>104</sup>. Chega a haver um capítulo reservado para resumir vários dos artigos desta nova obra estrangeira de que só ele testemunha a existência. Porém, depois de lidas duas ou três linhas que comentam os hábitos gulosos dos homens e das mulheres da China, assim como um par de outras aí intercaladas algo a despropósito sobre o aparato público de alguns mandarins e o lajedo dos caminhos, redescobrem-se com facilidade os motivos semeados pelo *Tractado* de Fr. Gaspar e pela *Década III* de Barros<sup>105</sup>.

Visto isto, pouco mais resta por avaliar do que o tratamento que Fernão Mendes Pinto operou do último grande núcleo temático do universo humano da China, *i.e.* o religioso. O assunto pode organizar-se em dois compartimentos estanques. Por um lado, temos aqueles espantosos trechos em que vinga a intenção de plantar no mundo de lá sinais identificados com a nação e a fé do grupo de peregrinos ocidentais: o episódio de Inês de Leiria, o episódio de Mateus Escandel e o episódio de Vasco Calvo<sup>106</sup>. Ao escrever a propósito deste terceiro fantasma que “o *que* elle me cõtou, não se conforma muyto co *que* os nossos Chronistas escreveuẽ”, Pinto assume por uma vez a leitura de um clássico luso — no caso, a *Historia* de Castanheda —, mas porque isso é *in limine* indispensável para que o exemplo funcione<sup>107</sup>. Já no caso de Escandel, a paródia pode prosseguir impune ainda quando se cita um abstruso livro “por nome Toxefalem” onde viria narrada a vida daquela santa criatura<sup>108</sup>. Está claro que não importava trazer para aqui uma migalha que fosse do real.

A outra parte do desenvolvimento desta matéria acontece algo constrangida pela consciência mediana sobre como seriam os cultos chineses. No seu infundável plágio da *Peregrinação*, o franciscano espanhol Marcelo de Ribadeneyra confiou como um menino nos principais motivos que Mendes Pinto forjou de modo a conseguir para aqui o mesmo efeito hiperbólico que pusera em prática quando mais do que duplicara o número de províncias da China que era costume e certo referir. Afora conceber 36 seitas maiores, lembrar Nãna e Amida ou improvisar sacerdotes reverentes de “Naustolins”, “Trimechau” e “Gizom”<sup>109</sup>, no original impresso em 1614 surgem-nos alusões complementares a cultos tão extravagantes como os de “Quiay Mitruu”, “Quiay

---

<sup>104</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CV, Lisboa, 1614, cits. fl. 123r.

<sup>105</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. CVI, Lisboa, 1614, fls. 123v.-124r.

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*, cap. XCI, Lisboa, 1614, fls. 102r.-103r.; idem, *ibidem*, cap. XCVI, Lisboa, 1614, fls. 108r.-110r.; idem, *ibidem*, cap. CXVI, Lisboa, 1614, fls. 136v.-138v. Ver *supra*, Parte II, cap. 20-2.

<sup>107</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CXVI, Lisboa, 1614, cit. fl. 138r.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*, cap. XCVI, Lisboa, 1614, cit. fl. 108v.

<sup>109</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 20-2.

Colompom”, “Quiay Muhelee”, “Muhee Lacasaa”, “Quiay Frigau, deos dos âtamos do Sol” ou “Quiay Niuandel, deos das batalhas”<sup>110</sup>. Há também variadas notas que identificam peculiaridades da religiosidade popular que era raro falharem nos textos da especialidade, a começar pelo imprescindível capítulo XXVII do *Tractado* de Gaspar de Cruz<sup>111</sup>, assim como é possível discernir uma vaga conotação taoísta no pagode consagrado a “Tauhinarel” que observámos ao ler o capítulo LXXXI. Mas uma coisa parece certa: o que Pinto sobretudo opera é a transferência para as impossíveis partes do Norte da China que ele calcorreou em sonho de deidades budistas e de teorias adjacentes como a da transmigração das almas descortinadas nos palcos do Guangdong pelos observadores portugueses que assentaram no eixo Macau-Cantão a partir de meados do século XVI.

O derradeiro ponto da nossa resenha é forçoso que seja o dos grandes sinais cartográficos deixados por esta parte da *Peregrinação*. Principiemos pela passagem em que Mendes Pinto demonstra haver estacionado no conceito hidrográfico subsidiário de um grande lago interior que Galiote Pereira contribuiu para divulgar e que vimos que foi revisto nos mapas que Fernão Vaz Dourado assinou a partir de 1575. Vem isso a páginas tantas do capítulo LXXXVIII, na parte em que o antigo aventureiro diz que esse falso centro corresponde a “hũ lago por nome Fãostir, noue legoas da cidade de Lançame, onde o Taborlão Rey dos Tartaros reside o mais do tempo”<sup>112</sup>. Daí derivariam cinco cursos de água de poderoso caudal, sendo o primeiro o nosso conhecido “Batampina”, o qual, “atrauessãdo pelo meyo deste imperio da China trezêtas & sessenta legoas, faz sua entrada no mar pela enseada do Nanquim em trinta & seis graos”<sup>113</sup>.

O segundo desses rios imagina-o com o nome de “Lechune” e a desaguar entre “a terra de Cauchim, & o senhorio de Catabenão, que pelo sertão confina co reyno de Chãpaa em dezasseis graos”<sup>114</sup>. O terceiro é o “Tauquiday, *que* quer dizer, mãy das agoas”, lançado no mar “pelo imperio do Sornau, aque o vulgar chama Sião pela barra de Cuy abaixo de Patane cento & trinta legoas”. O quarto é o “Batobasoy”, rio que desce pela província de “Sansim” e acaba “pela barra de Cosmim no reyno de Pegù”<sup>115</sup>.

---

<sup>110</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CX, Lisboa, 1614, cits. fl. 130r.

<sup>111</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. XCVIII, Lisboa, 1614, fl. 113r.; idem, *ibidem*, cap. CXIV, Lisboa, 1614, fl. 135r.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 97v.

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 97v.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 97v.

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 97v.

E o quinto é o “Leysacotay”, aquele que “segundo a opinião de todos os Chins [corta] a terra a Leste ate o anchacilado de Xinxipou, *que* confina cos Moscouitas, & dizem que se mete num mar innauegael, por causa de estar o clima em setenta graos”<sup>116</sup>. No planisfério de Diogo Homem de c. 1565 dá-se uma relativa concordância com o entendimento aleatório da secção terminal dos rios chineses aqui explicitado<sup>117</sup>, efeito também visível em cartas universais como a que António Sanches oferece em 1641 — particularmente interessante por causa do traço daquele que vai morrer no “Mar do Norte Congelado”<sup>118</sup>.

Ideias acessórias como a que torna a China confinante com as “costas desta nossa Alemanha” voltam a indiciar que Fernão Mendes Pinto alinha de forma pacífica com o que lhe ensinam as principais fontes escritas que abraça, em especial o *Tractado* de Fr. Gaspar da Cruz<sup>119</sup>. As verdadeiras questões surgem quando coloca Nanquim “em altura de trinta e noue graos & hum terço debaixo do Norte”<sup>120</sup> e, sobretudo, quando visualisa Pequim “em altura de quarenta & hum graos da banda do Norte”<sup>121</sup>. Sobre o erro da latitude de Nanquim ainda se pode admitir que a razão repouse no defeito da própria carta náutica lusa que presumimos que tenha seguido<sup>122</sup>. Já o mínimo desvio da coordenada que posiciona Pequim parece configurar um conhecimento das observações astronómicas produzidas em data posterior à morte de Mendes Pinto pelos jesuítas conduzidos China acima por Matteo Ricci.

O nosso sentimento de estranheza é reforçado pela frase em que o escritor confessa a respeito da geografia de Pequim que lhe falta “o melhor, *que* he saber & engenho para dar a entender o clima em que esta cidade jaz, & a altura dos graos em que està”<sup>123</sup>. Isto é: nem é capaz de duas palavras sobre as condições climáticas de uma cidade onde era suposto ter estado, nem conhece os cálculos que pouco depois se nos apresentam. Percebendo algumas destas incongruências, Samuel Purchas fez antecipar os fragmentos da *Peregrinaçam* que deu aos leitores de língua inglesa em 1625 de uma nota em que se avisa para os possíveis erros das graduações dos lugares assinalados por Pinto. Surgem aí duas possibilidades para o sucedido. Uma vai de encontro à ideia de que o português “neither had Arte or Instrument to calculate the same, but contented

---

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 97v.

<sup>117</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 11, n. 222. Ver *supra*, Parte II, cap. 11-5.

<sup>118</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 24, n. 157.

<sup>119</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. XCII, Lisboa, 1614, cit. fl. 103v.

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*, cap. LXXXVIII, Lisboa, 1614, cit. fl. 97v.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, cap. CV, Lisboa, 1614, cit. fl. 122r.

<sup>122</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 11-5.

<sup>123</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, cap. CV, Lisboa, 1614, cit. fl. 122r.

himselfe in the writing of this Booke to looke into the common Maps of China, and to follow them in setting downe the degrees, and so the blind led the blind into errour; no printed Map that I have seene being true”<sup>124</sup>. A outra é a que julga que talvez “the Chronicler to whom the papers were brought unfinished [Francisco de Andrade] might out of those Maps doe it; erring either of ignorance, or (which we have found often seene in Cards of remote places East and West) purposely, to conceale from others that which they have found sweet and gainfull; the Mariner and Merchant not looking with the generous eyes of the ingenious, ingenuous Scholer”<sup>125</sup>.

Imaginar um cronista que conspire para confundir a concorrência que buscava o caminho da capital do Império do Meio oferecendo-lhe dados quase exactos sobre o objecto que quereria esconder é, no mínimo, amesquinhar as suas competências de falsificador. Ao invés, é muito mais plausível admitir que a emenda da declaração que avisa para as coordenadas que não vai haver aconteça porque quem pôde manusear o manuscrito autógrafo não resistiu ao impulso de inserir uma novidade por demais procurada. Se assim foi, o rasto dessa notícia leva-nos fatalmente aos jesuítas da Missão da China. E como foram os jesuítas portugueses as eminências pardas que conduziram a *Peregrinação* à luz do dia, a eles — ou a quem para eles trabalhou, como Andrade — poderá muito bem dever-se uma das poucas linhas despojadas de trejeitos romanescos que este fabuloso livro encerra. “O meu intêto”, escreveu Mendes Pinto, “não foy outro senão deixar isto a meus filhos por carta de A. B. C. para aprenderê a lér por meus trabalhos”<sup>126</sup>. Mão alheia pensou num público mais vasto e, não contente com a poda do que lhe pareceu demasiado inverosímil<sup>127</sup>, talvez tenha achado ser seu dever acrescentar o que poderia ser útil para um viajante de verdade.

### ***Catálogo***

A premissa que torna a literatura dos Descobrimentos e da Expansão num género acima de tudo europeu, dada a rapidez com que parte considerável dos seus textos é traduzida pelo conjunto das potências comerciais do Velho Mundo, adquire

---

<sup>124</sup> Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrims*, “Introduction to Mendez Pinto”, ed. 1906, vol. 12, cit. pp. 55-56.

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*, “Introduction to Mendez Pinto”, ed. 1906, vol. 12, cit. p. 56.

<sup>126</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. CV, Lisboa, 1614, cit. fl. 122r.

<sup>127</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 20-2.

pleno significado no caso da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Comparar o sucesso que esta obra conseguiu junto do público até ao termo do século XVII com o que Cervantes veio a ter graças ao *Don Quijote* é um exercício frequente e incontroverso, motivo pelo qual já antes o considerámos<sup>128</sup>. É também comum perceber que a narrativa do aventureiro português apenas conseguiu esse amplo impacto porque beneficiou da tradução que Francisco de Herrera Maldonado concluiu em 1617 e editou em Madrid em 1620 com o título *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto*, um óbvio sinal de que o espanhol pretendia fazer do livro o contraponto da *Historia general de las Indias Occidentales* do Pe. Bartolomé de Las Casas<sup>129</sup>.

Apesar de ter atraído boa parte da frescura e da espontaneidade estilística de Pinto por via de um ajuste ao cânone gongórico que era moda na Espanha de Seiscentos, a versão algo livre de Herrera Maldonado acaba por viabilizar aquilo que o original luso, por si só, nunca concretizaria na Europa uma vez que estava condicionado pelo estatuto marginal da língua em que fora escrito. A essa desvantagem cultural acrescia o efeito do limbo político que Portugal teve de suportar até 1640. Depois, à tradução castelhana soma-se ainda a não menos célebre “Apologia en favor de Fernan Mendez Pinto” que Maldonado escreveu no seu jeito confuso mas com o propósito louvável de devolver ao autor uma credibilidade que já nessa altura lhe ia fugindo no juízo de certa categoria de leitores<sup>130</sup>. Como atrás se deixou dito, se tal preâmbulo não conseguiu convencer todas as vozes cépticas, teve pelo menos o mérito de condicionar até há bem pouco tempo o debate entre os tomavam Fernão Mendes por mero efabulador e os que se mostravam dispostos a seguir a sua palavra quase até ao fim do mundo<sup>131</sup>.

Enquanto foi vivo Mendes Pinto deve ter sentido que, mau grado toda a sua fama de velho lobo dos Mares da Ásia e todo o seu talento de ludibriador, começava a nascer uma facção de público pronta a desautorizá-lo. Lembrar-se-á que quando João de Barros o quis ler para os assuntos japoneses, logo apareceu um superior jesuíta a negar-lhe valia científica; que Giovanni Pietro Maffei o questionou com demora sobre os assuntos orientais, mas depois nada aproveita dessa entrevista quando redige os *Historiarum Indicarum libri XVI*; e que existem sinais de que o escritor namorou

---

<sup>128</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-2.

<sup>129</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 13, n. 111. Ver Picchio, 1999, pp. 32-33.

<sup>130</sup> Francisco de Herrera Maldonado, “Apologia en Favor de Fernan Mendez Pinto, y desta Historia Oriental”, in *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto*, Madrid, 1620, fls. 1r.-8v.

<sup>131</sup> Ver *supra*, Parte II, I-4. Ver também: Luís Filipe Barreto, “Introdução à *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, in *A Abertura do Mundo*, vol. 1, 1986, pp. 103-105 [Barreto, 1986b].

Cosimo I por interposto Benardo Néri tendo talvez em vista o patrocínio do grão-duque florentino para a edição do seu livro, mas que da Toscana nunca lhe responderam como quereria. Escapa a este figurino a coincidência com o texto da *Peregrinação* que temos nos *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque* de 1576. No entanto, aqui tanto pode ter sucedido que o plagiador fosse Fernão Mendes, como pode ter-se dado o caso de Brás de Albuquerque haver sido cúmplice mais ou menos activo numa fantasia que parece fabricada de encomenda para o panegírico que assina.

Ao iniciarmos este estudo sabíamos que um conjunto de historiadores jesuítas utilizara o original da *Peregrinação*, ou um seu apógrafo, durante o período em que a obra esperou que a publicassem. O primeiro foi ainda o Pe. Maffei, que acabou por seleccionar daí para o seu título de 1588 as partes referentes à morte de S. Francisco Xavier<sup>132</sup>. Surgem-nos a seguir Orazio Torsellini com o seu *De Vita Francisci Xavierii* de 1596 e João de Lucena com a sua *Historia de vida do padre Francisco Xavier* de 1600. Vimos que os decalques de Lucena extravasaram os capítulos que Mendes Pinto consagrou à biografia do “apóstolo do Oriente”, mas será ainda essa matéria aquela que sobretudo interessa ao quarto inaciano que aproveita o seu manuscrito: Nicola Orlandini (Orlandinus), para a *Historiæ Societatis Iesv Prima pars* (Roma, 1615)<sup>133</sup>, trabalho que constitui a mais antiga história oficial da Companhia de Jesus<sup>134</sup>. No Tomo I da sua *Histoire des choses plus memorables advenues tant ez Indes Orientales, que autres païs de la descouuerte des Portugais* (1608), Pierre du Jarric revela ser a quinta principal figura desta Ordem a fazer confiança nos dizeres de Pinto, em particular naqueles já assumidos por Lucena que aludiam à evangelização da China por Mateus Escandel<sup>135</sup>.

Como resultado do nosso inquérito, identificámos dois religiosos espanhóis não jesuítas que publicaram parcelas consideráveis da *Peregrinação* antes desta ter sido impressa: o carmelita Jerónimo Gracián de la Madre de Dios no *Stimvlo dela propagacion dela Fee* de 1586 e o franciscano Marcelo de Ribadeneyra na *Historia de las Islas del Archipelago, y Reynos de la Gran China* de 1601. Tal como Giovanni Pietro Maffei, Fr. Jerónimo teve oportunidade de estanciar em Lisboa (1585-1586). Quanto a Fr. Marcelo, passou por Sevilha, Madrid e Roma (para onde Maffei regressou com todos os seus papéis depois de ter investigado em Portugal) antes de entregar ao

---

<sup>132</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 15-2.

<sup>133</sup> Pe. Nicola Orlandini, S.J., *Historiæ Societatis Iesv Prima pars avtore Nicolao Orlandino Soc.tis eivdem Sacerdote*, Roma, apud Bartholomæum Zannettü, 1615.

<sup>134</sup> Ver Schurhammer, “Fernão Mendes Pinto und seine *Peregrinação*”, in *Orientalia*, 1963, pp. 58-59.

<sup>135</sup> Ver Freitas, 1932, p. 64; Le Gentil, 1947, p. 133.

editor o escrito que compôs (1599-1601). E tal como já era visível na *Historia* de João de Lucena, quer o *Stimvlo*, quer a *Historia de las Islas* fazem transparecer um conjunto de pormenores que não coincidem com o que está na primeira edição do livro de Pinto.

Esse problema volta a dar-se na tradução de Francisco de Herrera Maldonado apesar desta nos confirmar a divisão em capítulos do volume de 1614 que é bem provável que seja obra do cronista Francisco de Andrade ou de qualquer outro presumível revisor do original<sup>136</sup>. Acrescente-se que Herrera Maldonado também acedeu ao manuscrito da *Peregrinaçam* durante uma estada que realizou em Portugal nos últimos anos de 1500. Cónego da real igreja de Arbas de León, viera até este país como capelão de D. Duarte, o bisneto de D. João III e irmão do duque de Bragança D. Teodósio II, agraciado com o título castelhano de marquês de Flechilla e Malagón. Depois da morte da sua primeira mulher, a marquesa de Jarandilla, D. Duarte assentou em Évora, regressando a Madrid ainda antes de 1598 na sequência do seu segundo casamento, agora com a marquesa de Malagón<sup>137</sup>.

Entre 1614 e o final do século XVII a *Peregrinaçam* apenas voltaria a conhecer uma segunda edição portuguesa. Trata-se da que foi impressa na oficina lisboeta de António Craesbeeck de Mello em 1678<sup>138</sup>. Definitivamente, o seu sucesso editorial ia acontecer longe da ocidental praia lusitana que a viu nascer e muito graças à aposta de Francisco de Herrera Maldonado. Só em Madrid publicaram-se cinco edições do livro de Fernão Mendes Pinto ao longo do mesmo século XVII: duas em 1620 (a que atrás referenciámos<sup>139</sup> e uma segunda dedicada pelo tradutor ao chantre de Évora Manuel Severim de Faria<sup>140</sup>), uma em 1627-1628<sup>141</sup>, uma em 1664<sup>142</sup> e uma em 1666<sup>143</sup>. A este número há que juntar a reedição que se oferece em Valência em 1645<sup>144</sup>. Em 1737 Andrés González de Barcia indicou ainda a existência de uma sétima edição espanhola

---

<sup>136</sup> Ver Faria, 1992, pp. 18-19.

<sup>137</sup> Ver Pinto de Castro, 1984, p. XXX, n. 5; Schaub, 2001, pp. 64-65.

<sup>138</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto, e por elle escrita...*, Lisboa, Na Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello, & impressa à sua custa, 1678.

<sup>139</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 13, n. 111.

<sup>140</sup> Fernão Mendes Pinto, *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto... A Manvel Severin de Faria, Chantre, y Canonigo de la santa Yglesia... de Euora*, Madrid, Por Tomas Iunti, Imprensa a costa de Manuel Rodriguez, 1620.

<sup>141</sup> Ref *supra*, n. 54 a este capítulo.

<sup>142</sup> Fernão Mendes Pinto, *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto... Al Señor Don Antonio de Vrvtia y Aguirre*, Madrid, Por Melchor Sanchez, 1664.

<sup>143</sup> Fernão Mendes Pinto, *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto... Al Señor Don Antonio de Vrvtia y Aguirre*, Madrid, Por Melchor Sanchez, 1666.

<sup>144</sup> Fernão Mendes Pinto, *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto... Al Excelentissimo Señor Ramiro Felipe de Guzman, Señor de la Casa de Guzman...*, Valência, En la casa de los herederos de Chrysostomo Garriz, por Bernardo Nogues, 1645.

da *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto* de 1690<sup>145</sup>, nota que ninguém confirmou desde essa altura, pelo que é tida por improvável<sup>146</sup>.

A tradução de Herrera Maldonado está na base da tradução francesa que surge em Paris em 1628 por conta do exilado português Bernardo Figueira<sup>147</sup> e que inclui a “apologia” de Mendes Pinto escrita pelo cónego espanhol<sup>148</sup>. Dedicada ao cardeal Richelieu, republicar-se-ia em 1645<sup>149</sup>. Existe também uma referência não confirmada a uma outra edição em língua francesa anterior a 1701, no caso impressa em Paris em 1663<sup>150</sup>. Entretanto, Samuel Purchas havia seleccionado do original português para o volume III da sua colectânea de viagens algumas breves observações centradas na China e na Tartária, fazendo-as acompanhar do comentário preliminar que citámos pouco atrás<sup>151</sup>. A essa edição muito incompleta da *Peregrinaçam* em língua inglesa vai seguir-se a tradução que Henry Cogan edita em Londres em 1653 com uma dedicatória ao conde de Stanfford<sup>152</sup>, a qual será reeditada na mesma cidade em 1663<sup>153</sup> e 1692<sup>154</sup>. Apesar de vir expurgado de muitas partes importantes — 81 capítulos ao todo, notando-se desde logo a ausência das secções dedicadas a Francisco Xavier —, trata-se de um trabalho muito mais completo que o de Purchas, voltando a incluir-se aí a defesa preparada por Maldonado<sup>155</sup>.

É habitual considerar que a tradução de Cogan foi composta a partir da leitura francesa de 1628. Contudo, é também possível que tenha sido decalcada da versão

---

<sup>145</sup> Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 32.

<sup>146</sup> Ver Faria, 1992, pp. 22-23 e 62-69.

<sup>147</sup> Fernão Mendes Pinto, *Les Voyages advantvieux de Fernand Mendez Pinto. Fidelement tradvicts de Portugais en François par li Sieur Bernard Figvier Gentil-homme Portugais. Et dediez a Monseigneur Le Cardinal de Richelieu...*, A Paris, Chez Marthvrin Henavlt, 1628.

<sup>148</sup> Bernard Figuier [Bernardo Figueira], “Deffence apologetique de l’Histoire Orientale de Fernand Mendez Pinto”, in idem, *ibidem*, Paris, 1628, pp. 9-15.

<sup>149</sup> Fernão Mendes Pinto, *Les Voyages advantvieux de Fernand Mendez Pinto...*, A Paris, Chez Arnauld Cotinet, 1645.

<sup>150</sup> Ver Faria, 1992, pp. 24-25 e 73.

<sup>151</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

<sup>152</sup> Fernão Mendes Pinto, *The Voyages and Adventures of Fernand Mendez Pinto, a Portugal: During his Travels for the space of one and twenty years in The Kingdoms of Ethiopia, China, Tartaria, Cauchinchina, Siam, Pegu, Japan, and a Description of most of the Places thereof; their Religion, Laws, Customs, and Government in time of Peace and War. Where he five times suffred Shipwrack, was sixteen times sold, and thirteen times made a Slave. Written Originally by himself in the Portugal Tongue, and dedicated to the Majesty of Philip King of Spain. Done into English by H. C. Gent*, Londres, printed by J. Macock, for Henry Cripps, and Lodowick Lloyd, 1653.

<sup>153</sup> Fernão Mendes Pinto, *The Voyages and Adventures of Fernand Mendez Pinto, a Portugal...*, Londres, Printed by J. Macock, 1663

<sup>154</sup> Fernão Mendes Pinto, *The Voyages and Adventures of Fernand Mendez Pinto, a Portugal... The third Edition*, Londres, Printed for Richard Bently, Jacob Tonson, Francis Sauders, and Th. Bennet, 1692.

<sup>155</sup> Henry Cogan, “An apologetical Defence of Fernand Mendez Pinto. His History”, in idem, *ibidem*, Londres, 1653, pp. 5-9.

holandesa de 1652 devida a J. H. Glazemaker<sup>156</sup> não obstante o facto do seu executante se limitar a referir as traduções espanhola e francesa dedicadas, respectivamente, ao arcebispo de Toledo (*sic*) e a Richelieu<sup>157</sup>. Este volume de Amesterdão compreende um prólogo<sup>158</sup> e 63 capítulos, número que, no entanto, é algo enganador já que a extensão de alguns destes é muito maior do que o normal. Dá-se ainda que omite pelo menos os capítulos sobre Xavier que o inglês também não considera<sup>159</sup>, sendo que isso torna a acontecer na reedição que merece no ano seguinte<sup>160</sup>.

Quanto ao meio alemão, acontece que depois dos seus segmentos mais cultos terem por certo tomado contacto com a *Peregrinação* através das edições francesas e holandesas todas as restantes classes de leitores acabaram por aceder à “viagem maravilhosa e estranha” de Fernão Mendes por intermédio da tradução da versão holandesa de 1652 que sai em Amesterdão por três vezes em 1671 (composições tipográficas diferentes para conteúdos idênticos)<sup>161</sup>. Vem acrescida de um prólogo da autoria de Hans e Dietrich Boom onde se garante a excelência do testemunho de Pinto<sup>162</sup>. Em 1747 Barbosa Machado apontou para a existência de uma quarta impressão em língua alemã realizada em 1674 na tipografia que Poor e Renatus Waechteer

---

<sup>156</sup> Fernão Mendes Pinto, *De wonderlyke Reizen van Fernando Mendez Pinto; Die hy in tijt van eenëntwintig Jaren in Europa, Asia en Afrika, in de Koninkrijken en Landen van Abissyna, China, Iapon, Tartarien, Siam, Calaminham, Pegu, Martabane, Bengale, Brama, Ormus, Batas, Queda, Aru, Pan, Ainan, Calempluy, Cochinchina, en byna ontellijke andere Landen en plaatsen gedaan heeft... Met een naaukkeurige Beschrijving van de wonderen en vreemdigheden van die Landen, de Wetten, zeden en gewoonten van die Volken, en de grote Macht en Heikrachten der Inwooders. Nieuwelijks door J. H. Glazemaker vertaalt; en met cierlijke Kopere Platen verciert*, Amesterdão, Voor Jan Rieuwertsz en Jan Hendriksz Boekverkopers, 1652.

<sup>157</sup> Ver Faria, 1992, pp. 24 e 82.

<sup>158</sup> J. H. Glazemaker, “Vorreden aan de Leser”, in Fernão Mendes Pinto, *De wonderlyke Reizen van Fernando Mendez Pinto... door J. H. Glazemaker vertaalt....*, Amesterdão, 1652, pp. 5-8.

<sup>159</sup> Faria, 1992, pp. 24-25, 82 e 91.

<sup>160</sup> Fernão Mendes Pinto, *De wonderlyke Reizen van Fernando Mendez Pinto... door J. H. Glazemaker vertaalt....*, Amesterdão, Voor Jan Rieuwertsz en Jan Hendriksz Boekverkopers, 1653.

<sup>161</sup> Fernão Mendes Pinto, *Wunderliche und Merckwürdige Reisen Ferdinandi Mendez Pinto, welche er innerhalb ein und zwanzig Jahren durch Europa, Asia, und Africa, und deren Königreichen und Länder, Abissina, China, Japan, Tartarey, Siam, Calaminham, Pegu, Martabane, Bengale, Brama, Ormus, Batas, Queda, Aru, Pan, Ainan, Calampluy, Cauchechina, und andere Oerter verrichtet, Darinnen er beschreibet wei ihme zu Wasser und Land zu gestossene grosse Noht und Gefahr; wie er nemblich sey dreizehnmal gefangen genommen und sibenzehnmahl verkauft worden; auch vielfältigen Schiffbruch erlitten habe: Dabey zugleich befinden eine gar genaue Entverfung der Wunder und Raritäten erwehnter Länder; der Gesetze Sitten und Gewnheiten derselben Völcker; und der grosse Macht und Heeres Kraft der Einwohner. Nun erst ins Hochteutsche übersetzt und mit unterschiedlichen Kuperstücken gezieret*, Amesterdão, Bey Henrich und Dietrich Boom, 1671

<sup>162</sup> Hans e Dietrich Boom, “An den Leser”, in idem, *ibidem*, Amesterdão, 1671, pp. 3-6. Ver Marília dos Santos Lopes, “Fernão Mendes Pinto e o diálogo entre os Mundos ou o que traziam de novo as obras portuguesas à cultura alemã”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 6, Dezembro 1993, pp. 99-101.

mantinham em Estrasburgo<sup>163</sup>, hipótese que Francisco Leite de Faria aceitou a considerar até prova em contrário<sup>164</sup>.

Registe-se, igualmente, o resumo das páginas reservadas na *Peregrinação* ao reino siamês que transitaram desta tradução alemã para o *Warhaftige Beschreibungen dreyer mächtiger Königreiche, Japan, Siam, und Corea* de Christoph Arnold (Nuremberga, 1672)<sup>165</sup>. Por último, deve ser assinalada a tradução parcial latina produzida entre finais do século XVI e o começo do século XVII por Alfonso Sánchez que acabou por não ser impressa e se conserva manuscrita no colégio de S. Francisco de Borja em Sant Cugat del Vallés. Consta de 98 capítulos e tem por título “*Doctoris Alfonsi Sancha. Historie orientalis Anacephalaeosis Ex Peregrinationibus Ferdinandi Mendez Pinti, orientalis incognita multa complectens*”<sup>166</sup>.

### ***Boa e má imprensa***

Já larvar no tempo em que o autor ainda trabalhava no seu original, a controvérsia em torno à veracidade do testemunho de Fernão Mendes Pinto apenas pôde explodir assim que se iniciou a difusão em larga escala pelo impresso. Um dos primeiros actores neste processo terá sido o Pe. Francisco Pereira, S. J., lente de Teologia na Universidade de Évora a quem se julga que foi entregue a *Peregrinação* para a rever e que respondeu dizendo que a julgava fabulosa<sup>167</sup>. Para felicidade dos leitores de todos os tempos e de todas as latitudes, venceu outro critério em Lisboa. Seguir-se-iam as palavras abonatórias de Francisco de Herrera Maldonado, o interesse não isento de reticências de Samuel Purchas e o novo louvor incondicional de Bernardo Figueira. Do distante Oriente o missionário João Rodrigues *Tçuzzu* não tardará a protestar contra o “livro dos fengimentos” de Mendes Pinto, visando sobretudo as referências à descoberta do Japão<sup>168</sup>. Mas o público europeu já decidira a fortuna

---

<sup>163</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, p. 39.

<sup>164</sup> Faria, 1992, p. 26.

<sup>165</sup> Christoph Arnold, *Warhaftige Beschreibungen dreyer mächtiger Königreiche, Japan, Siam, und Corea...*, Nuremberga, Michael und Joh. Friedrich Endters, 1672, pp. 795-799. Entre a p. 795 e a p. 799 aparece um resumo da vida de Fernão Mendes Pinto. Ver Faria, 1992, pp. 26 e 97-98.

<sup>166</sup> Ver Francis M. Rogers, “The Manuscript Latin Translation of Mendes Pinto’s *Peregrinação*”, in *Homenaje al Prof. Rodriguez-Moñino*, vol. 2, Madrid, Ed. Castalia, s. d. [1966], pp. 143-152.

<sup>167</sup> João Franco Barreto, *Bibliotheca Lusitana*, códice M-VI-14 da Biblioteca da Casa Cadaval (Muge), fl. 424r. (cópia do séc. XVII-XVIII); ref. in Faria, 1992, pp. 18-19 e 154.

<sup>168</sup> Ver Schurhammer, “Fernão Mendes Pinto und seine *Peregrinação*”, in *Orientalia*, 1963, p. 25.

editorial do título sem precisar para isso de qualquer estímulo externo conotável com a Companhia de Jesus, o seu primeiro patrocinador — veja-se como as partes mais conformes com o proselitismo romano relativas à vida do jesuíta Francisco Xavier deixam de contar assim que o livro chega aos “antipapistas” ingleses ou aos calvinistas dos Países Baixos.

Parte considerável da opinião publicada continuará a zurzir na *Peregrinação* ante a relativa indiferença do amante das raridades das terras, das leis, dos usos e dos costumes dos povos descritos no relato de Fernão Mendes Pinto. É verdade que não faltariam vozes reputadas a defender-lhe a honra. Por exemplo, ainda antes de meados do século XVII Manuel de Faria e Sousa considera-o na *Asia Portuguesa* como um autor “muy verdadero”<sup>169</sup> e confia em várias das suas declarações sobre matéria chinesa, incluindo de novo a referente a Mateus Escandel<sup>170</sup>. Mas o Pe. António Francisco Cardim (1596-1659), que missionou por largos anos no Extremo Oriente e foi procurador da Província jesuíta do Japão a Roma (1642-1649)<sup>171</sup>, é claro quando reconhece em 1650, contra o seu próprio parecer, que “o livro das peregrinações de Fernão Mendes Pinto é geralmente tido por apócrifo”<sup>172</sup>. Entre os detractores destacar-se-ia o abade Bernou, o provável responsável pela leitura francesa de *As doze*

---

<sup>169</sup> Manuel de Faria e Sousa, *Asia Portuguesa, de Manuel de Faria, y Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real. Tomo I. Al Excellentissimo Señor Don Ioan Iozé da Costa, y Sousa, Tercero Conde de Sovre, &c.*, “Libros, y otros varios Papeles impressos, y manuscritos, de que han salido los diez Tomos de nuestra Europa, Asia, Africa, y America Portuguesas, que pareció conveniente se alistassen aqui, para que los curiosos tengan suficiente noticia de todo”, Lisboa, En la Officina de Bernardo da Costa Carvalho, 1703, cit. s. p. Todas as citações a partir desta edição.

Também nos parece conveniente conferir o contexto em que nos surge esta declaração sobre a valia documental da *Peregrinação*: “[...]Fernando Mendez Pinto, Historia Indica del mismo [escrita en los dias del Rey D. Sebastian]. De la verdad della dudán muchos; y otros tantos que anduvieron por aquellas partes dizen que aun pudiera con ella dezir cosas más difíciles al credito. Yo le tengo por muy verdadero, por muchas razones, que a ello me svgetan. Però quando no lo sea, ello es en cosas que se quedan fuera de mis argumentos” — M. de Faria e Sousa, *ibidem*, “Libros, y otros varios Papeles impressos, y manuscritos, de que han salido los diez Tomos de nuestra Europa, Asia, Africa, y America Portuguesas” [6.ª de 7 referências], Lisboa. 1703, cit. s. p.

<sup>170</sup> Ver Manuel de Faria e Sousa, *Asia Portuguesa. Tomo II de Manuel de Faria, y Sousa Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real. Dedicada su hijo al Capitan Pedro de Faria, y Sousa al Principe N.S. D. Pedro Regente, y Gobernador destes Reynos de Portugal, &c.*, Parte IV, cap. XX — “De las noticias que ay de averse predicado en toda la Asia y en sus Islas el Evangelio de Christo, principalmente por el Apostol San Thomé en las Partes descritas en los Capítulos antecedentes, y otras que van por esta Historia, y de como se olvidò una vez, y de sus Reparaciones”, Lisboa, En la Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1674, pp. 879-881.

<sup>171</sup> Ver Charles R. Boxer, *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1993, pp. 145-152 (1.ª ed. Macau, Imprensa Nacional de Macau, 1942) [Boxer, ed. 1993b].

<sup>172</sup> Pe. António Francisco Cardim, S.J., *Batalhas da Companhia de Jesus na sua Gloriosa Provincia do Japão pelo Padre Antonio Francisco Cardim da mesma Companhia de Jesus, natural de Vianna do Alemtejo. Inédito destinado á X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas por Luciano Cordeiro*, cap. XLII — “Missão do reino de Sião e causas por que se largou”, Lisboa, Imprensa Nacional/Sociedade de Geografia de Lisboa, 1894, cit. p. 286 [red. Goa, 1650]. Ver Boxer, 1968, p. 388.

*excellencias do Imperio da China* do Pe. Gabriel de Magalhães, S. J.<sup>173</sup>. Numa nota preliminar a esta versão da obra de Magalhães pode ler-se que “par tout où elle [*Peregrinaçam*] ne parle pas des affaires des Portugais, n’est presque remplie que de fables & de chimeres”<sup>174</sup>.

Na última década do século XVII o Pe. Francisco de Sousa identifica Mendes Pinto como alguém “bem conhecido pelo livro de suas peregrinações tão verdadeyras na boca dos noticiosos, como duvidosas na opiniaõ do vulgo”<sup>175</sup>. Que os partidos afinal talvez não se organizassem exactamente assim acaba por ser o menos importante. Decisivo é que, independentemente da causa que esteve por detrás, o nome do escritor luso tenha acabado por entrar no léxico corrente do grande público. Um dos primeiros sintomas disso mesmo está na *comedia* seiscentista espanhola intitulada *Fernan Mendez Pinto / Comedia Famosa en dos partes*, por vezes atribuída a Lope de Vega mas que foi da responsabilidade do dramaturgo Antonio Enríquez Gómez (o português António Henriques Gomes ou Henrique da Paz?; 1600-1663)<sup>176</sup>. Escrita por volta de 1640 e publicada como literatura de cordel como tantos outros textos dramáticos da época, consiste numa transmodalização do excerto da viagem da China que fazia parte da narrativa de Mendes Pinto<sup>177</sup>.

Depois dos espanhóis haverem teatralizado a *Peregrinaçam*, ajustando-a às regras exuberantes do divertimento dos divertimentos da altura, em Abril de 1695 os ingleses assistiam no novo teatro de Lincoln’s Inn Fields à comédia *Love for Love* de William Congreve (1670-1729), onde uma das personagens surgia com uma esclarecedora tirada em que dizia: “Mendez Pinto was but a type of thee, thou liar of the first magnitude”<sup>178</sup>. E na Alemanha dá-se o não menos interessante aproveitamento do texto de Fernão Mendes Pinto por parte de Heinrich Anshelm von Zigler und

---

<sup>173</sup> Ver Irene Pih, *Le Père Gabriel de Magalhães – Un Jésuite Portugais en Chine au XVIIe Siècle*, colecção Cultura Medieval e Moderna — 14, Paris, FCG-Centro Cultural Português, 1979, p. 243.

<sup>174</sup> Abbé Bernou, “Preface”, in Pe. Gabriel de Magalhães, *Nouvelle Relation de la Chine*, Paris, 1688, cit. s.p. [p. II].

<sup>175</sup> Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesu Christo*, I Parte, Conquista I, Div. II, § 7, ed. 1978, cit. p. 110.

<sup>176</sup> Antonio Enríquez Gómez, *Fernan Mendez Pinto, Comedia famosa en dos Partes, edited with an Introduction by Louise G. Cohen, Francis M. Rogers & Constance H. Rose*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1974. Ver Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1, ed. 1965, p. 297; Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 5, 1951, p. 60.

<sup>177</sup> Ver Christine Zurbach, “*Fernan Mendez Pinto. Comedia famosa en dos partes*. Uma variação temática por Antonio Enriquez Gómez”, in Seixo & Zurbach (org.), *O Discurso Literário da “Peregrinação”*, 1999, pp. 148-165.

<sup>178</sup> William Congreve, *Love for love* [1695]; cit. in Faria, 1992, p. 24. Ver entrada “William Congreve”, in *The New Encyclopædia Britannica*, vol. 4, Chicago/Londres/Toronto/Genebra/Sidney/Tóquio/Manila/Seul/Joanesburgo, Helen Hemingway Benton, Publishers, 1974, p. 1131.

Kliphausen. Neste caso, o objecto beneficiado com a popularidade da carreira oriental do português é o romance *Die Asiatische Banise oder Blutiges doch mutiges Pegu*, título que seria editado dez vezes entre 1689 e 1766<sup>179</sup>.

Servem aqui de pretexto os acontecimentos ocorridos no Pegu e regiões vizinhas entre 1544 e 1552 relatados por Mendes Pinto e entretanto referenciados pelo compilador de relatos de viagens Erasmus Francisci na sua obra *Ost-und west-Indischer wie auch Sinensischer Lust- und Statsgarten* (Nuremberga, 1668). Assim como Antonio Enríquez Gómez recriara o protagonista original como um herói ao mesmo tempo traído pela intriga política e apaixonado por uma princesa chinesa que o salvara da floresta onde errava na companhia de um escudeiro e protegido por um leão, também no texto germânico se vai pegar na história de Pinto e sobrepor-lhe um episódio amoroso entre o rei de Ava e a filha de Xemindo, o unificador dos pegus<sup>180</sup>. Que importava certa fama de embusteiro alimentada por irritantes historicistas quando uma leitura que se ia democratizando reclamava narrativas ficcionais de puro entretenimento?

## 2. A *Viage del Mundo* de Pedro Ordóñez de Ceballos, 1614

As dúvidas que desde cedo foram levantadas em relação ao valor documental do relato da vida de Fernão Mendes Pinto repetiram-se a propósito de um livro publicado em Madrid no mesmo ano em que a *Peregrinação* saía em Lisboa pela primeira vez: a *Viage del Mundo* do sacerdote espanhol Pedro Ordóñez de Ceballos (c. 1545-c. 1630)<sup>181</sup>. Reeditada em Espanha por duas vezes ao longo do século XVII (Madrid, 1616<sup>182</sup> e 1691<sup>183</sup>), esta obra foi traduzida parcialmente para holandês (Amesterdão,

---

<sup>179</sup> Heinrich Anshelm von Zigler und Kliphausen, *Die Asiatische Banise oder Blutiges doch mutiges Pegu*, In *historischer und mit dem Mantel einer Helden=und Liebes=Geschicht bedeckten Warheit beruhende*, Leipzig, 1689; reed. Berlim/Estugarda, Felix Bobertag, s.d. [1883].

<sup>180</sup> Ver Lopes, 1993, pp. 101-102; Lopes, 2002, pp. 279-280.

<sup>181</sup> Pedro Ordóñez de Ceballos, *Viage del mundo hecho y compuesto por el licenciado Pedro Ordóñez de Cevallos, natural de la insigne ciudad de Jaén. Contiene tres libros. Dirigido a Don Antonio Dávila y Toledo, Marqués de San Román, Sucesor y Mayorazgo en la Casa de Velada*, Madrid, Luis Sánchez, 1614.

<sup>182</sup> Pedro Ordóñez de Ceballos, *Viage del Mundo hecho y compuesto por el Licenciado Pedro Ordóñez de Cevallos, natural de la insigne ciudad de Jaén, Canónigo de la santa Iglesia de Astorga. Contiene tres libros. Dirigido a Don Antonio Dávila y Toledo, Marqués de San Román, Sucesor y Mayorazgo en la Casa de Velada*, Madrid, Luis Sánchez, 1616.

<sup>183</sup> Pedro Ordóñez de Ceballos, *Historia, y Viaje del Mundo del clerigo agradecido Don Pedro Ordoñez de Zeballos, natural de la insigne ciudad de Jaen, à las cinco partes de la Europa, Africa, Asia, America, y Magalanica, con el Itinerario de todo èl. Contiene tres libros*, Madrid, Jvan Garcia Infanzon, a costa de Francisco Sazedon, Mercader de libros, 1691.

1622), latim (Amesterdão, 1622) e francês (Amesterdão, 1622), sempre como terceira parte da *Descripcion de las Indias Occidentales* de Antonio de Herrera (Madrid, Emprenta Real, 1601). Um pequeno trecho seria também incluído na colectânea que Samuel Purchas edita em Londres no ano de 1625<sup>184</sup>.

Um dos mais citados episódios da *Viage del Mundo* é aquele que descreve a eventual passagem do autor pelos Estados vietnamitas entre 1590 e 1592. Ordóñez de Ceballos conta-nos aí do seu idílio com uma princesa da Corte real dos Lê, a dinastia refugiada na região de Thanh Hóa, e de como, depois de a converter, vira estabelecer-se um convento de cinquenta monjas, dito da Imaculada Conceição, tutelado pela própria, e constituir-se um povoado cristão de quatrocentas almas. Alude ainda a dois padres seculares portugueses, Afonso da Costa e João Gonçalves de Sá. Segundo explica, estes haviam sido colocados naquele terreno em 1588 ou 1589 pelo bispo de Macau Melchior Carneiro e teriam entretanto participado em algumas campanhas militares desencadeadas pelos Lê contra os Mac, a influente família que ocupou Thanglong até 1592 (*Viage del Mundo*, liv. II, caps. VII-XIX)<sup>185</sup>.

A renúncia do bispo-patriarca Carneiro em 1581 ou 1582, seguida da sua morte a 19 de Agosto de 1583, tornam muito frágeis várias das principais alegações de Pedro Ordóñez de Ceballos sobre o enquadramento da presença missionária no reino de Annam ou Cochinchina no início da década de 1590. Não se questiona que esta se processasse nessa altura por intermédio de seculares lusos que fossem ex-capelães de navios de comércio ou que tivessem sido enviados para aí pela diocese de Malaca (que detinha autoridade sobre a Cochinchina, enquanto Macau guardava o Tonquim na sua área de influência)<sup>186</sup>. No entanto, tanto como não existe qualquer vestígio de dois homens actuando da forma que Ceballos descreve os ignotos padres Costa e Gonçalves de Sá — silêncio compartilhado por todas as fontes documentais conhecidas, sejam elas portuguesas, espanholas ou vietnamitas<sup>187</sup> —, não restava nenhum vestígio do pretenso sucesso apostólico do alegado amigo de princesas quando os jesuítas Diogo de

---

<sup>184</sup> Félix Muradás, “Introducción”, in Pedro Ordóñez de Ceballos, *Viaje del Mundo*, Biblioteca de Viajeros Hispánicos — 8, Madrid, Miraguano Ediciones/Ediciones Polifemo, 1993, pp. X-XI.

<sup>185</sup> Ver Thê Anh Nguyễn, “State and civil society under the Trinh Lords in the seventeenth century Vietnam”, in Léon Vandermeersch (dir.), *La société civile face à l’État dans les traditions chinoise, japonaise, coréenne et vietnamienne*, collection Études thématiques — 3, Paris, École Française d’Extrême-Orient, 1994, p. 367.

<sup>186</sup> Ver Pe. António Francisco Cardim, *Batalhas da Companhia de Jesus na Provincia do Japão*, cap. XXIII — “Entram os religiosos da Companhia de Jesus em Cochinchina”, ed. 1894, pp. 175-176.

<sup>187</sup> Ver Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. 16, *As missões portuguesas no Vietnam*, Macau, Imprensa Nacional, 1977, p. 40

Carvalho, Francesco Buzomi e Francisco de Pina desembarcaram na Cochinchina em 1615 com o encargo de lançar oficialmente a respectiva Missão<sup>188</sup>.

A fantasia era tão evidente que o jesuíta António Francisco Cardim logo denunciou a “pouca ou nenhuma subsistencia” desse enredo da *Viage del Mundo*<sup>189</sup>. Daniello Bartoli classificou-o de “millanterie che meno gli costarono a fingerle, che a stamparle”<sup>190</sup>. Alguns anos adiante José Martínez de la Puente copiar-lhes-ia o exemplo ao tornar público o desagrado que sentia com o romanesco de Ordóñez de Ceballos. No seu *Compendio de las Historias de los Descvbrimientos, Conqvistas y Gverras de la India Oriental* de 1681 só as aventuras de Mendes Pinto lhe merecem idêntica censura<sup>191</sup>.

Atento a um critério distinto esteve Antonio de León Pinelo. Ao escrever entre 1645 e 1650 a segunda parte do livro de contornos utópicos que foi o *Paraíso en el Nuevo Mundo, comentario apologético, historia natural y peregrina de las Indias Occidentales*, o reputado organizador do *Epitome de la Biblioteca Oriental i*

---

<sup>188</sup> Ver Teixeira, 1981, p. 22; Alves, 1989, p. 39; Jacques, 1999, pp. 130-131, 136-139 e 142-151.

<sup>189</sup> Pe. António Francisco Cardim, *Batalhas da Companhia de Jesus na Provincia do Japão*, cap. XXIII, ed. 1894, cit. p. 176. A passagem na íntegra: “Em Portugal achei um livro feito por um clerigo castelhano que diz fôra a Cochinchina, o que bem podia ser; mas são taes as historias que nelle conta, que não se lhe pôde dar credito./ Pediram-me que, pois estivera em Cochinchina, como na verdade estive no anno de 1630, consultasse aquelle livro. Parece-me cousa inutil, que além de serem os castelhanos costumados a fazer semelhantes livros cheios de patranhas, que umas cousas se contradizem ás outras, são taes as que o clerigo castelhano conta lhe succederam em Cochinchina, depois que os nossos religiosos da Companhia de Jesus lá entraram, que bem se deixa entender a pouca ou nenhuma subsistencia que tem, pelo que não merece credito” — Pe. António Francisco Cardim, *ibidem*, cap. XXIII, ed. 1894, cit. p. 176.

<sup>190</sup> Pe. Daniello Bartoli, S.J., *Dell'Historia della Compagnia di Giesu. La Cina. Terza Parte Dell'Asia Descrita dal P. Daniello Bartoli*, Roma, Stamperia del Varese, 1663, cit. p. 612.

<sup>191</sup> A passagem pertinente: “[...] Y aunque tambien he visto lo que escriuieron de aquellas partes del Oriente Fernan Mendez Pinto, en sus Peregrinaciones, y el Licenciado Pedro Ordoñez de Zeuallos, en su Viaje del Mundo; no los cito, por no tener estos Autores el credito, y seriedad que los otros [refs. prévias a Barros, Barros/Lavanha, Couto, Zurara, Castanheda, A. de San Román, Escalante/Cruz, J. Román, Polo, Bracciolini, Varthema, Lucena e Manuel Correia, comentarista de *Os Lusíadas* de Camões: ed. Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1613], con los quales no hazen falta sus noticias posteriores; bien que en lo mas que estos escriuen, de las cosas de aquellas tierras, concuerdan con los Autores referidos. De otras hazen enigmas (como preuengo en algunas partes desta obra) para constituir las mas estupendas, y hazerse assi mas exquisitos; que algunos gustan mas el ruydo, que la verdad (veleydad ò inquietud del animo) yo mas me pago de la luz, que del trueno; y en fin en lo que cuentan, como sucessos particulares, caben muchos, y muy raros acontecimientos, y assi no tengo por del todo fabulosos estos libros como algunos pensaron; pero no son de la Vniuersalidad, grauedad, y doctrina de la Historia. Esto me ha parecido advertir a deuociõ de algunos curiosos, que me han pedido mi sentir a cerca destes, y otros libros semejantes, bien que a todos los venero, porque aprendo de todos” — José Martínez de la Puente, *Compendio de las Historias de los Descvbrimientos, Conqvistas y Gverras de la India Oriental, y sus Islas, desde los tiempos del Infante Don Enrique de Portugal su inventor, hermano del Rey D. Duarte, hasta los del Rey D. Felipe II. de Portugal, y III. de Castilla. Y la Introdvccion del Comercio Portugues en las Malucas, y sus operaciones Politicas, y Militares en ellas. Hecho, y Añadida vna Descripcion de la India, y sus Islas, y de las Costas de Africa, por donde se començo la Nauegacion del mar del Sur; sus riquezas, costumbres de sus gentes, y otras cosas notables. Y dedicado al Grande, al Potentoso Portvgves San Antonio de Padva. Por D. Ioseph Martinez de la Pvente*, “Prologo”, Madrid, en la Imprenta Imperial: Por la viuda de Ioseph Fernandez de Buendia, 1681, s. p. [cit. p. 2].

*Occidental, Náutica i Geográfica* recorreu a Ceballos com a mesma abertura de espírito com que se voltou para outros “estrafalarios viajeros” como Juan de Laet ou o Pe. Cristóbal de Acuña, S. J.<sup>192</sup>.

### ***Um chinês explicando-se como Mendoza***

Tal como com Fernão Mendes Pinto, a reconstituição do essencial da biografia de Pedro Ordóñez de Ceballos está condicionada pelos muitos elementos de carácter ficcional integrados nos seus próprios escritos. Apesar de algumas opiniões o darem como nascido em Jaén em 1530 ou 1531 e outras em 1547, as mais recentes leituras apontam para aquela data de 1545, mais ano, menos ano<sup>193</sup>. Também não há concordância a respeito da fórmula ortográfica dos seus apelidos, escrevendo-se indiferentemente *Ordóñez*, *Ordonnez*, *Hordóñez* e *Ceballos*, *Zevallos*, *Zaballos*... Um pouco mais seguro é que, como diz, realizasse os primeiros estudos na Igreja de San Andrés de Jaén com o calígrafo Juan de Iciar e que aos nove anos de idade fosse enviado para Sevilha, onde terá estudado com os jesuítas e no Colégio de “maese” Rodrigo. Em seguida — e também à semelhança do que lemos na *Peregrinação* a respeito da abalada de Pinto de Lisboa —, Ordóñez de Ceballos evoca na sua *Viage* um caso amoroso que o obrigou a fugir de Sevilha quando era um moço de dezassete anos e a inaugurar como “Alguazil Real en las galeras” cerca de três décadas de deambulações pelas cinco partidas do mundo<sup>194</sup>.

Depois de percorrer diversas nações da Europa (incluindo Portugal, integrado nos *tercios* do duque de Alba que derrotaram D. António, prior do Crato, em Alcântara), a Palestina, a Berbéria, a Guiné e o Congo, Ceballos afirma ter navegado até Cartagena de Índias e sido ordenado sacerdote estando na Colômbia. Sempre de acordo com a sua prosa, um naufrágio diante do litoral cubano impediu que regressasse a Espanha como enviado do arcebispo de Bogotá, obrigando-o antes a tentar chegar de novo à Colômbia a partir de Acapulco. Sucederia então outro contratempo náutico, com a nave que o transportava a ser desviada através do Oceano Pacífico, a passar ao largo das Filipinas e

---

<sup>192</sup> Abellán, ed. 1986, cit. p. 379. Ver idem, *ibidem*, pp. 376-381; Sánchez Alonso, 1944, pp. 426-427; Randles, 1990b, pp. 101-106.

<sup>193</sup> Muradás, 1993, pp. IX-X.

<sup>194</sup> Pedro Ordóñez de Ceballos, *Viage del Mundo*, libro I, cap. I — “Donde se da noticia de la Patria, y crianca del Clerigo agradecido”, Madrid, 1691, cit. p. 4. Ver idem, *ibidem*, “Prologo al lector”, Madrid, 1691, s. pp. [pp. 1-1]. Todas as citações e referências a partir desta edição.

a deitar ferro em Macau. A isso ter-se-ia seguido uma estada de dois meses e vinte e dois dias nos cais de Cantão, uma paragem de cinco dias em Nagasáqui, a muito comentada digressão pela Indochina, um trânsito por Goa, Malaca, Ceilão, Diu e Ormuz, um grande périplo sul-americano (Pernambuco, Buenos Aires, Peru, Bogotá e Quito) e a volta definitiva à Península (c. 1602 de acordo com a cronologia revista que adoptamos, data que corrige a de 1597 por norma considerada)<sup>195</sup>.

Vindo de onde quer que fosse, Pedro Ordóñez de Ceballos vai fixar-se na sua cidade natal, onde se entrega à redacção de todas as obras que dele temos e de onde pouco mais se ausenta do que para algumas de jornadas à Corte que lhe terão valido mercês que nunca aproveitou, como a de cónego na Catedral de Astorga e a de chantre da Igreja da cidade de peruana de Huamanga. Em simultâneo com a *Viage del Mundo* publica *Los Quarenta Triunfos de la Santissima Cruz* (Madrid, Luis Sánchez, 1614). Depois dará uma *Historia de la antigua y continuada nobleza de la ciudad de Jaén* (Jaén, Pedro de la Cuesta, 1628) e um *Tratado de las relaciones verdaderas de los reynos de la China, Cochinchina y Champaa, y otras cosas notables y varios sucesos, sacadas de sus originales* (Jaén, Pedro de la Cuesta, 1628)<sup>196</sup>. Neste último título oferece-nos uma continuação dos “acontecimentos” indochineses de 1590-1592. Segundo o seu testemunho, em 1616 o bispo de Macau D. João Pinto da Piedade apresentara à Corte de Madrid uma carta da “abadessa” Lê onde esta reclamava o regresso do *seu* missionário. Em atenção a esse pedido, Filipe III teria assinado credenciais que o faziam seu embaixador nos reinos do Tonquim e do Champá. Como se imagina, Ceballos nunca reembarcou para a Cochinchina, tendo antes ocupado o tempo que lhe restava a retocar os *Tres entremeses famosos a modo de comedia de entretenimiento* que Pedro de la Cuesta edita em Baeza em 1634<sup>197</sup>.

A *Viage del Mundo* está dividida em três partes autónomas. A primeira conta, em 30 capítulos, as andanças do protagonista enquanto soldado. A segunda narra ao longo de outros 38 capítulos a sua novela de religioso. E a terceira usa mais 24 capítulos para confrontar as rotas alegadamente cumpridas por Ordóñez de Ceballos com “el

---

<sup>195</sup> Ver Muradás, 1993, p. X.

<sup>196</sup> Pedro Ordóñez de Ceballos, *Tratado de las relaciones verdaderas de los reynos de la China, Cochinchina y Champaa, y otras cosas notables y varios sucesos, sacadas de sus originales por el licenciado D. Pedro Ordóñez de Ceballos, presbítero que dio la vuelta al mundo, Provisor, Juez y Vicario General de aquellos Reinos, Chantre de la Santa Iglesia de la ciudad de Guanamanga en el Perú, y canónigo de la de Astorga*, Jaén, Pedro de la Cuesta, 1628

<sup>197</sup> Ver Santos Hernández, 1973, pp. 45-46; Muradás, 1993, p. X; Jacques, 1999, p. 139, n. 328.

camino derecho por donde se ha de andar”<sup>198</sup>, motivo pelo qual inclui uma exposição abreviada dos roteiros Lisboa-Goa-Lisboa, Goa-Macau-Goa, Macau-Manila-Macau, Manila-Acapulco-Manila, Acapulco-Guayaquil, Sanlúcar-Cartagena e Cartagena-Cuba-Porto Rico-Jamaica-Campeche-San Juan de Ulúa. Assim como existe uma semelhança notável entre esta derradeira parte e o modelo patente no *Itinerario* de Martín Ignacio de Loyola, nota-se uma particular adequação à estrutura do livro homónimo de Jan Huygen van Linschoten.

Não nos cabendo analisar a *Viage del Mundo* na íntegra, passamos a ler as breves passagens em que a China, Cantão e Macau são vistoriadas. Tal aparece concentrado no capítulo VI do livro II e nos capítulos VIII e IX do livro III. As circunstâncias envolventes pouco mais se complicam para além do que acabámos de referir: Ceballos chega a Macau depois da sua deriva transoceânica, entende-se com o capitão e as autoridades religiosas da praça portuguesa com uma facilidade que desconcerta, obtém o salvo-conduto para ir negociar à feira de Cantão “olandas y raso blanco” e durante quase três meses permanece embarcado diante dos muros desta cidade enquanto o trato se processa por interpostos agentes<sup>199</sup>. Tudo o que escreve a seguir sobre a cidade e o país que diz ter tido junto a si começa por assegurar que o soube através de alguns chineses criados nas Filipinas, os quais, conhecedores da língua castelhana, de quando em vez o iam visitar ao navio<sup>200</sup>. No entanto, um pouco mais adiante já não são vários os nativos contactados, mas apenas “vn Chino que me informaua de todo”<sup>201</sup>.

Ainda que de forma involuntária, Pedro Ordóñez de Ceballos acabava de trair a colagem de materiais literários que sustentam o seu episódio cantonense. Em paralelo, sucedem dois pormenores contraditórios que têm passado despercebidos. Por um lado, sabemos que a venda de sedas em Cantão ocorria sobretudo entre Maio e Junho de cada ano e não entre Agosto e Outubro como ele pretende<sup>202</sup>. Depois, é muito estranho que o escritor navegasse para Nagasáqui a 15 de Outubro de 1590 carregado de linho e de

---

<sup>198</sup> Pedro Ordóñez de Ceballos, *Viage del Mundo*, libro III, “Prologo”, Madrid, 1691, cit. p. 339.

<sup>199</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. VI — “De como llegamos à Macao. Del gran gouierno que ay en Canton, con otras cosas que me sucedieron alli”, Madrid, 1691, pp. 140-143; idem, *ibidem*, libro III, cap. VIII — “Del viage del Puerto de Acapulco, hasta llegar à Canton de la China”, Madrid, 1691, pp. 367-368.

<sup>200</sup> Idem, *ibidem*, libro II, cap. VI, Madrid, 1691, p. 141.

<sup>201</sup> Idem, *ibidem*, libro III, cap. IX — “En donde se cuenta lo que passò en Canton, y en suma algunas cosas de aquellos estendidos Reynos, y viage hasta Cochinchina” Madrid, 1691, cit. p. 369.

<sup>202</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 5-3.

seda fina quando essa era a altura em que se esperava o início da monção de nordeste que permitia a volta dos portos nipónicos e não a ida para lá<sup>203</sup>.

Tanto quanto nos é possível perceber, o retrato da realidade chinesa que Pedro Ordóñez de Ceballos concebeu para ilustrar a sua duvidosa passagem por Macau e Cantão resulta apenas de um aproveitamento do que aparecera sistematizado na *Historia del gran Reyno de la China* de Fr. Juan González de Mendoza. É ainda um facto que muitos dos elementos seleccionados, assim como o esquema que vem a adoptar, remetem-nos também (e de novo) para o arranjo da obra de Mendoza que surge nos capítulos XXIII e XXIV do *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert naer Oost ofte Portugaels Indien*<sup>204</sup>. Outro tanto se poderia dizer a respeito do pretexto e dos assuntos do tráfico de Cantão que Linschoten compilou no capítulo XXV, só que neste caso, como antes, não existem provas suficientes para implicar o holandês entre as leituras do escritor de Jaén. Resta-nos, assim, mais uma visão das quinze províncias e da vizinhança de um Cataio cristão, dos pés atrofiados das mulheres e das cadeiras de cortinas cerradas onde estas se faziam transportar, do ritual dos enterros e da severidade dos castigos inscritos para os crimes de adultério e roubo, do sistema de vigilância pública e do controlo de fronteiras, da assistência à pobreza e da sina das prostitutas, dos baluartes das cidades e da disciplina dos exércitos, da supersticiosidade popular e da temperança climática, da riqueza mineral e do denso povoamento humano, de bens disputados como o almíscar ou de invenções afamadas como o betume aplicado nos navios<sup>205</sup>. Se a maioria dos motivos até se manteve próxima do que era frequente repetir, menos bem andou a arte de os disfarçar de coisa aprendida no sítio.

---

<sup>203</sup> Ver Marco d’Avalo, “Descrição da Cidade de Maccaou ou Maccauw, com as suas fortalezas, peças, negócio e costumes dos habitantes [1638]”, in Boxer, ed. 1993b, pp. 86-89 (1.ª ed. in *Begin ende Voortgangh van de Vereenighde Nederlantsche geochtroeyerde Oost-Indische Compagnie*, Amesterdão, vol. 2, 1645, pp. 78-83); Boxer, ed. 1990, pp. 29-30; Jorge Manuel Flores, “O Tempo da Euforia”, in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, pp. 202-204.

<sup>204</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 23-3.

<sup>205</sup> Ver Pedro Ordóñez de Ceballos, *Viage del Mundo*, libro II, cap. VI, Madrid, 1691, pp. 141-142; *idem*, *ibidem*, libro III, cap. IX, Madrid, 1691, pp. 368-371.

### 3. O *Epitome Historial del Reyno de la China* de Francisco de Herrera Maldonado, 1620

Depois da pessoa de Francisco de Herrera Maldonado nos haver interpelado por via da tradução comentada do livro de Fernão Mendes Pinto que publica em 1620, recuperamo-lo agora a pensar no seu *Epitome Historial del Reyno de la China*, título editado em Madrid nesse mesmo ano<sup>206</sup>, reeditado na mesma cidade em 1621 e 1625 e traduzido em França como *Nouvelle histoire de la Chine* (Paris, 1622)<sup>207</sup>. Se se pode dizer que o por demais estudado *De Christiana Expeditione apvd Sinas* de Matteo Ricci/Nicolas Trigault constituiu a abóbada da empresa literária jesuítica que fora inaugurada pelas cartas dos missionários da década de 1540 e prolongada até aos exercícios historiográficos de Diogo de Pantoja, Fernão Guerreiro ou Pierre du Jarric, com o ensaio de Herrera Maldonado a China tanto nos aparece confirmada enquanto objecto que merece uma publicação autónoma, como descrita com base nas últimas notícias provenientes da Missão sediada em Pequim. Sabemos que Maldonado nem é um inaciano, nem tem exactamente o propósito de escrever uma crónica missionária. No entanto, sabemos também que está aqui mais próximo deste tipo de registos do que de qualquer outra coisa.

De acordo com os critérios que presidiram à escolha dos materiais que seleccionámos para este trabalho, o *Epitome Historial* de Francisco de Herrera Maldonado interessar-nos-á, acima de tudo, em função dos elementos próprios do mundo da literalidade que vai colher a textos como a *Peregrinaçam* de Mendes Pinto. Significa isto que, se o livro que Trigault publicou em Augsburg em 1615 como que encerrara o ciclo dos escritores que avaliavam o Império do Meio a partir dos seus litorais ou a distâncias ainda mais pronunciadas do seu interior e da sua capital, com o compêndio do cónego espanhol abriu-se o campo das unidades discursivas geográfico-antropológicas realistas ao modo fantasioso de ler esse país que gente como Pinto inventara para um público receptivo ao advento do romance. A par de tal leitura do título de Maldonado, aproveitaremos para reflectir sobre o estado e o futuro daquela tensão que há muito existia nos escritos da Companhia de Jesus entre o discurso

---

<sup>206</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 13, n. 112.

<sup>207</sup> Ver Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 142; Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 6, 1953, p. 579.

descritivo de sentido etnográfico e a narrativa das acções missionárias de sentido propagandístico.

**“Este discurso mismo o lehi en vn peregrino de Europa”**

Tal como boa parte da bibliografia conhecida de Francisco de Herrera Maldonado, também o *Epitome Historial del Reyno de la China* torna evidente uma dependência institucional para com a Casa de Oropesa, de resto a vila onde o escritor nascera em finais do século XVI. Estamos recordados de que a tradução que fizera de Mendes Pinto aparecera dedicada a D. Duarte, o irmão mais novo do duque D. Teodósio que acabava de cimentar os laços dos Bragança com a aristocracia castelhana por efeito do seu casamento com uma filha do conde de Oropesa. Ora, este original de 1620 é oferecido a D. Fernando Álvarez de Toledo, fidalgo que para além de cabeça desta última linhagem, marquês de Jarandilla, conde de Bellús, conde de Delaitosa ou senhor de Cebolla e de Villalva era também o titular dos Oropesa. Dois anos passados, Herrera Maldonado divulgava em Madrid um *Discurso panegírico y descendencia de los Toledos de Castilla*. E em 1633 surgiria ainda aí uma sua *Relación de los casamientos del sexto conde de Oropesa, don Fernando Álvarez de Toledo*, obra acompanhada por um *Libro de la vida y maravillosas virtudes del siervo de Dios don Bernardino de Obregón, padre y fundador de la Congregación de los enfermeros pobres*<sup>208</sup>.

Concentrando-nos no *Epitome* de 1620, acontece que o essencial do inventário geo-antropológico onde, entre o mais, se vai dar o anunciado empréstimo da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto, se agrupa nos primeiros doze capítulos. Existe ainda uma décima terceira unidade de carácter estatístico, mas o seu título diz tudo quanto à proveniência dos respectivos materiais: “Trata de las Rentas que en cada vn Año tiene el Rey de la China. Sacado de sus Libros de Hazienda, y Contaduria, por el Padre Miguel Rogerio, de la Compañia de Iesus” (cap. XX e último)<sup>209</sup>.

---

<sup>208</sup> Refs. in entrada “Francisco de Herrera y Maldonado”, in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, vol. 27, Barcelona, Hijos de J. Espasa, Editores, 1925, p. 1276.

<sup>209</sup> Francisco de Herrera Maldonado, *Epitome Historial del Reyno de la China. Muerte de su Reyna, madre de este Rey que oy viue, que sucedió a treinta de Março, del Año de mil y seiscientos y diez y siete. Sacrificios y Cerimonias de su Entierro. Con la Descripcion de aquel Imperio. Y la Introduccion en el de nuestra Santa Fè Catolica. Por el Licenciado Francisco de Herrera Maldonado Canonigo de la Santa Iglesia Real de Arbas de León, y natural de la villa de Oropesa. Al Excelentissimo Señor Don Fernando Aluarez de Toledo, Monroy, y Ayala, Conde de Oropesa, Marques de Xarandilla, Conde de Beluis, Conde de Deleytosa, Señor de Cebolla, y de Villalua, &c.*, cap. XX — “Trata de las Rentas que en cada

Quanto às principais referências de Herrera Maldonado para aquela parte descritiva, desengane-se quem julgar que o antes referido “Catalogo de autores que se citan en este Epitome Historial” oferece uma panorâmica correcta sobre a distribuição dos empréstimos<sup>210</sup>. É que, à parte o recurso a Mendes Pinto, Maldonado quase se limitou utilizar a *Historia* de Juan González de Mendoza e o *De Christiana Expeditione apvd Sinas* de Matteo Ricci/Nicolas Trigault. Fora isso, destacam-se sobretudo algumas citações marginais da *Ethiopia Oriental* do dominicano Fr. João dos Santos, da *Historia da vida do padre Francisco Xavier* de João de Lucena, das cartas de Luís Fróis, de “Mapas [chineses] graduados” e de “relaciones que me han venido de la China de Padres doctos de la Compañia” (de qualquer modo, aqui para pormenores quase coincidentes com o que está na *Storia* de Ricci).

Sempre com a vantagem que a distância de vários séculos sobre o objecto literário em causa nos proporciona, podemos considerar o valor informativo dessa dúzia de capítulos do *Epitome Historial del Reyno de la China* conforme três categorias distintas. Num plano superior encontramos um conjunto de dados que, podendo não ser em absoluto originais, pelo menos exibem uma assinalável frescura e correcção em face do que era habitual anotar a propósito da realidade sínica. Tal é, mais do que nada, patente nos fólios sobre os preceitos das seitas dos “Letrados”, de “Lanzu” e de “Sciequia”<sup>211</sup>. Depois, continua a sê-lo naqueles que corrigem as teses que apostavam na semelhança entre os ideogramas chineses e os hieróglifos egípcios<sup>212</sup> e no desencontro entre o Cataio e a China<sup>213</sup>, assim como num conjunto de outros onde se expõe o organigrama e as competências do poder central<sup>214</sup>. Basicamente, era a proto-sinologia de Matteo Ricci a fazer o seu caminho.

Já uma segunda parte (maioritária) dessa parte o texto de Herrera Maldonado como que se limita a reproduzir o que era rotineiro dizer-se sobre o alvo da dissecação. Oscilando, sobretudo, entre um Gaspar de Cruz lido por Mendoza e a recente síntese

---

vn Año tiene el Rey de la China. Sacado de sus Libros de Hazienda, y Contaduria, por el Padre Miguel Rogerio, de la Compañia de Iesus”, Madrid, por Andres de Parra, a costa de Andres de Carrasquilla, 1621, fls. 131v.-136v. Todas as referências e citações a partir desta edição.

<sup>210</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 13-2.

<sup>211</sup> Ver Francisco de Herrera Maldonado, *Epitome Historial del Reyno de la China*, cap. V — “De las Sectas que tienē los Chinas, el numero de Idolos y supersticiones. La noticia que tuuierō de nuestra Fè, y la introduction del Sancto Euangelio en aquel Reyno”, Madrid, 1621, fls. 37v.-39v.

<sup>212</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. VI — “Del modo de escreuir de los Chinas, numero de sus curiosos caracteres. Las Ciencias que professan, y como las obseruan y aprenden”, Madrid, 1621, fls. 46r.-46v.

<sup>213</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. I — “Descriuese el Imperio de la China, las calidades de sus naturales, y otras curiosidades suyas”, Madrid, 1621, fl. 7r.

<sup>214</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. VII — “De los nombres, habito, y oficios de los Magistrados del Reyno de la China. De su gouierno, numero de Tribunales, y Juezes”, Madrid, 1621, fls. 60v.-63r.

propiciada por Nicolas Trigault, percorre de forma metódica assuntos ou argumentos como os da aparência fisionómica, da etiqueta social e da industriiosidade dos naturais, da situação geográfica e da divisão administrativa do país, da hierarquia e da arquitectura urbanas, da abundância agrícola e da riqueza mineral, da tipografia, do ensino, das ciências, das artes, do calendário, do estatuto do imperador, do exercício da justiça ou da mobilidade social estimulada pelo sistema de exames.

Conforme a regra percebida, também aqui a diversificação das fontes só se dá a título excepcional. Por exemplo: quer a *Historia* de Lucena, quer as cartas de Fróis são usadas para descrever a grandeza de um templo consagrado a Amida<sup>215</sup>; o citado livro de Fr. João dos Santos serve para um par de parágrafos sobre a origem do âmbar e o leite de coco<sup>216</sup>; e tanto este último como as *Histórias* de Cornélio Tácito e os *Comentarios reales* do Inca Garcilaso de la Vega possibilitam alguns paralelismos de circunstância entre os rituais fúnebres dos chineses e os de outras paragens e tempos<sup>217</sup>.

A terceira qualidade de conteúdos isolável do segmento do *Epitome* de Francisco de Herrera Maldonado que tem a seu cargo dar-nos a paisagem física, política, económica e cultural do povo chinês é a que leva até às últimas consequências o aproveitamento de algumas das passagens menos comprometidas com o saber empírico oferecidas pelos principais documentos de referência. Juan de Mendoza e Fernão Mendes Pinto destacam-se enquanto patrocinadores destas viagens em que se troca um conhecimento acima de tudo regulado pela recolha objectiva de dados do real por outro que tende a ter afinidades com a pura literalidade.

Até por se ter sentido na necessidade de escrever a longa apologia que introduz a sua leitura da *Peregrinação*, sabemos que o cónego de Oropesa não entra exactamente na categoria dos copistas sonâmbulos de Mendes Pinto em que cabe um Marcelo de Ribadeneyra. No caso vertente, ao reproduzir talvez daí a conhecida ideia de uma China tão povoada em terra como nos rios é ele próprio quem alerta para a hipótese da hipérbole ser grande<sup>218</sup>. No entanto, assim como Maldonado acabou por ser permeável a algumas das mais exuberantes imagens acolhidas ou forjadas por Mendoza, é nítido que continuou a ter a melhor opinião do relato de Fernão Mendes. Mais: ao aludir com

---

<sup>215</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. X — “De como hazen sus casamientos los Chinas, y de otras curiosidades suyas”, Madrid, 1621, fls. 75r.-76v.

<sup>216</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. III — “Prosigue en la fertilidad del Reyno de la China, la grandiosidad de sus banquetes, solemnidades y fiestas, y otras particularidades curiosas”, Madrid, 1621, fls. 20v-21r. e 23r.

<sup>217</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. XII — “Ritos y cerimonias Sepulcrales de los Chinas, como entierran y lloran sus difuntos, y que sacrificios los hazen”, Madrid, 1621, fls. 86r.-87v.

<sup>218</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. III, Madrid, 1621, fl. 17r.

frequência aos “capítulos particulares de mi Historia Oriental” como se esta fosse independente da *Peregrinaçam* não se percebe bem se comete um abuso consciente sobre a propriedade literária do português ou se interiorizara de tal forma a sua figura que acabou por perder a noção da distância entre o rosto e a máscara.

Entre as aplicações explícitas e implícitas da *Historia del gran Reyno de la China* de Juan de Mendoza pouco ou nada familiarizadas com a prova do visto reconhecem-se desde logo no *Epitome* as que respeitam ao primeiro povoamento da China pelos netos de Noé<sup>219</sup>, à antiga pregação do apóstolo S. Tomé<sup>220</sup>, ao esquisito mobiliário do palácio real de Pequim<sup>221</sup> e à excepcional imagem que os espanhóis teriam junto dos chins — ou seja, nova subversão facciosa “à Antonio de San Román” daquele provérbio em torno da cegueira e da clarividência dos povos divulgado por João de Barros<sup>222</sup>. Apesar do peso destas transferências no conjunto ser considerável, o mesmo é superado pelo daquelas que têm origem na espécie de paródia chinesa do “peregrino de Europa” chamado Fernão Mendes Pinto. Tentando não esquecer o mais importante, Herrera Maldonado confia nele para o catálogo dos eunucos, das mulheres, dos criados de serviço, dos tutões e dos juizes que deambulavam pela residência do imperador<sup>223</sup>, tal como para a visão das margens do grande rio de Batampina e as contagens impossíveis do número de portas, praças, sepulcros, mosteiros, açougues, tabernas, lavadeiras e presos que o imaginário *Aquesendoo* permitira referenciar em Pequim<sup>224</sup>. Desta vez, era o lúdico a forçar a porta do sério com uma assombrosa sem-cerimónia.

---

<sup>219</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. III, Madrid, 1621, fl. 19v.

<sup>220</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. V, Madrid, 1621, fls. 41r.-41v.

<sup>221</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. XI — “De los Iuezes, Virreys, Governadores, y Magistrados del Reyno de la China. De la orden que tienen en administrar justicia, y en graduarse”, Madrid, 1621, fl. 77v.

<sup>222</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. IX — “Principio que dan a la Creacion del mundo, y del hombre, los Chinas, y el origen que atribuyen a sus Reys”, Madrid, 1621, fl. 69r. Cf. *supra*, Parte II, cap. 20-3.

<sup>223</sup> Ver Francisco de Herrera Maldonado, *Epitome Historial del Reyno de la China*, cap. II — “De la Magestad del Rey de la China: la guarda y habito con que se muestra en publico: las cortesias de que vsan aquellas gentes: los vestidos que traen, con la abundancia y grandeza de aquel Imperio”, Madrid, 1621, fl. 10r.

<sup>224</sup> Ver idem, *ibidem*, cap. VIII — “Descruiese la Ciudad de Pequim Corte del Rey de la China”, Madrid, 1621, fls. 64r.-67v.

#### 4. Escritos laicos da transição do séc. XVI para o séc. XVII em balanço

Nos capítulos 21 e 22 destacámos dez autores não-portugueses cujos textos de sentido laico, ou cujas vivências no Oriente, complementam a historiografia eclesiástico-missional da Companhia de Jesus tratada no segmento anterior: os florentinos Filippo Sassetti e Francesco Carletti, os flamengos Dirck Gerritsz Pomp, Jan Huygen van Linschoten e Jacques de Coutre, os franceses François Pyrard de Laval e Jean Mocquet e os espanhóis Gabriel de San Antonio, Bartolomé Leonardo de Argensola e Antonio de Morga. A este universo de referência acabaríamos por juntar o informador anónimo que dita o roteiro da navegação da Holanda à Índia inserido no *Spieghel der Zeevaert*, de Lucas Janszoon Waghenaer, onde também aparece a entrevista de Pomp (1592), a relação da viagem às Índias Orientais do inglês Ralph Fitch divulgada nas *Principal navigations* de Richard Hakluyt (1599) e os apontamentos sobre a China que Pierre Duval preparou para a quarta edição do *Discours* de François Pyrard (1679).

Apesar de nenhum dos documentos seleccionados tomar a China como assunto nuclear, a esmagadora maioria dos mesmos decorre de uma passagem mais ou menos prolongada pelo Oriente. A Índia Portuguesa foi destino comum a Sassetti, Pomp, Linschoten, Fitch, Coutre, Carletti, Pyrard, Mocquet e Gabriel San Antonio. Depois, assim como Pomp e Carletti conheceram Macau, tanto Sassetti como Argensola e Morga usaram nas suas composições testemunhos de europeus que haviam transitado pelo litoral do Guangdong. De todos os observadores, Dirck Gerritsz Pomp é aquele que inicia a experiência oriental mais cedo (1568), enquanto Jacques de Coutre será quem a termina mais tarde (1623). No entanto, o conjunto vale sobretudo por conseguir representar, com relativo equilíbrio, leituras ultimadas nas décadas de 1580 (Sassetti, Pomp, Linschoten e Fitch), de 1590 (Carletti e Hernando de Los Ríos Coronel transcrito por Morga) e de 1600 (Pyrard, Mocquet e Gabriel de San Antonio).

Todos os mercadores, marinheiros e artilheiros não-ibéricos que integram o heterogéneo grupo de individualidades acima assinaladas puderam circular por dentro do sistema comercial que os portugueses geriam a partir de Goa. Dos seus próprios propósitos, ou dos propósitos de quem os incitou a escrever ou a narrar o que tinham visto, saiem três consequências imediatas. Por um lado, o tratamento do tópico chinês que nos ocupa beneficiou quase sempre de um extenso conjunto de comentários a respeito das rotas de acesso, dos bens exportados, do estatuto de Macau ou das

condições de funcionamento das feiras de Cantão (Sasseti, Pomp, o anónimo citado por Waghenaer, Linschoten, Fitch, Coutre, Carletti e Pyrard). Por outro lado, cinco dos oito nomes aí identificados não só foram editados, como lograram sê-lo num curto intervalo de tempo (Pomp, Linschoten, Fitch, Pyrard e Mocquet). Finalmente, repetem-se as reedições e/ou as traduções de vários destes textos (qualquer dos dois informadores inseridos no *Spieghel der Zeevaert*, assim como Linschoten, Pyrard e Mocquet). Até o prejuízo que pesa sobre as cartas de Sasseti pelo facto de nenhuma delas haver sido impressa é de certo modo compensado por uma circulação em manuscrito que se adivinha efectiva por via dos sinais acumulados nos *Ragionamenti* de Carletti.

Se é verdade que a pragmática comercial determinou que boa parte destes oito últimos autores se aplicasse de modo particular na recolha de informações pertinentes sobre o mundo mercantil chinês, sabemos também que a maioria dos nomes em causa foi muito menos original nas sínteses geo-antropológicas sobre a China que acabou por expôr ou tentar expôr. Daqui resultaria aquele apelo, quase compulsivo, a fontes lusas ou de forte base lusa, como o *Tractado* de Gaspar da Cruz, o *Discvrso* de Bernardino de Escalante ou a *Historia* de Juan de Mendoza a que já nos referimos. Daqui resultaria ainda tanto uma frequente incapacidade em distinguir o mito do real na leitura geográfica, como o desperdício de algumas das aquisições propiciadas pelos jesuítas que procediam a observações astronómicas no coração do Império na altura da passagem do século XVI para o século XVII. Por exemplo, vejamos os percalços no entendimento do traçado do Xi Jiang comuns a Sasseti e a Pyrard, o revivalismo poliano consentido por Waghenaer, por Linschoten ou por Carletti ao acolherem topónimos como o de Quinsai, o acerto com a tese providencialista de um Cataio cristão mantido por Linschoten ou o autismo deste holandês e de Carletti ao confiarem em cálculos sobre os valores da latitude máxima da China há muito corrigidos. Quando Argensola trelê a lição sobre as províncias chinesas oferecida no livro VI da *História Índica* de Maffei, ou quando Morga não emenda os 50° lat. N que Ríos Coronel assinalara para Pequim em 1598, somos levados a concluir que os problemas com o esclarecimento do lugar da China que se conservavam em pleno Setecentos muitas vezes não apresentam demasiadas diferenças situasse-se o agente da leitura no Centro-Norte da Europa ou em praças hispânicas principais como a Cidade do México e Madrid.

O pragmatismo laico que orienta a generalidade dos testemunhos que tratámos ao longo dos capítulos 21 e 22 não apaga a circunstância de aí conviverem narrativas de

viagem que fazem usos muito diferenciados de elementos de carácter literário. Nesse sentido, repare-se como a frieza enumerativa de um Linschoten ou de um Fitch contrasta com as mesclas de conteúdo histórico e de ficção cultivadas por um Jean Mocquet, um François Pyrard ou um Jacques de Coutre sob a capa respeitável da autobiografia.

Quer por tais invasões literárias começarem agora a não ser destrincháveis de certos segmentos do *corpus* que seleccionámos, quer porque nos falha uma historiografia portuguesa da Expansão para o período que medeia entre a publicação do *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jerónimo Osório (1571) e a edição da *Década IV* de Diogo do Couto (1602), optámos por continuar a pesquisa olhando três textos híbridos lusos, um por cada uma das décadas em análise: os *Dialogos* de Fr. Amador Arrais, o *Livro Segundo das Saudades da Terra* do Pe. Gaspar Frutuoso e a *Lvsitania Transformada* de Fernão Álvares do Oriente (cap. 23). No essencial, descobrimos dois impressos (Arrais e Fernão Álvares) contra um manuscrito involuntário (Frutuoso), tal como três escritos que tentaram sistematizar um mínimo de informação sobre a China recorrendo a um saber português que nunca logrou ser mais actual do que a síntese de Gaspar da Cruz.

À parte esta consonância de fundo com os seus contemporâneos italianos, espanhóis, franceses e holandeses acabados de rever, observámos que apenas Frutuoso incorpora um testemunho sobre a realidade de Macau e arredores capaz de ombrear com os episódios relativos à presença espanhola nessa área divulgados em segunda mão por Gabriel de San Antonio, Leonardo de Argensola e Antonio de Morga. O único indício de uma vantagem portuguesa surge-nos ao atestarmos o desembaraço com que Fernão Álvares do Oriente percebe a identidade entre o Cataio e a China. Que não se trata de uma inspiração fortuita mas de algo enraizado no meio nacional e metropolitano que era o seu é algo que julgamos comprovado pelo juízo que João de Lucena proferiu sobre isso na coeva *Historia da vida do padre Francisco Xavier*. Se assim for, nem as teses de Martín de Rada (de resto, cingidas ao manuscrito), nem as conclusões de Matteo Ricci que anteciparam os resultados da jornada de Bento de Góis terão pesado minimamente para que essa vantagem acontecesse.

No capítulo 24 apelámos aos meios cultos goeses de modo a conseguir, enfim, reencontrar alguns historiadores portugueses que buscaram actualizar o retrato da China, tanto a partir de uma perspectiva centrada no Oriente, como a partir de uma perspectiva não-missional: Fr. Agostinho de Azevedo com a sua *Relação do Estado da*

*Índia*, Manuel Godinho de Erédia com o seu *Tractado do Catay Atay* e o mencionado cronista Diogo do Couto com as suas *Décadas IV, V, VIII, X e XII*. As redacções destas obras acontecem algures entre 1596 e 1615. Azevedo é o único a fazê-lo na Europa, de qualquer modo quando ainda estava muito presente a sua segunda passagem pelo Índico Ocidental (1586-1600). Em simultâneo, notamos a existência de dois manuscritos (Azevedo e Erédia) contra cinco impressos (as *Décadas* de Couto), proporção menos favorável à superioridade do conhecimento divulgado pelo livro do que se poderia pensar, dado que um dos cinco volumes de Diogo do Couto apenas foi editado em 1673, enquanto outro esperou por 1788 para o ser. Lisboa encarregar-se-ia de publicar a partir de 1602 todas as *princeps* envolvidas, excepto a que Paris conseguiu para si em 1645 (*Década XII*).

Os esclarecimentos que Agostinho de Azevedo e Diogo do Couto emprestam sobre as características do mercado e das exportações chinesas permitem que observemos parte das respectivas prosas como frutos da mesma semente que ditou textos como os de Jan Huygen van Linschoten e Ralph Fitch. Por outro lado, quer os sucessos de Macau relativos ao ano de 1564 contados por Azevedo, quer os que Couto desenvolve na *Década XII* a propósito dos desembarques espanhóis no Pinhal em 1598, prefiguram um cuidado com a crónica dos modernos contactos com a China meridional que chega a ter coincidências temáticas com os exercícios do género narrados por Bartolomé Leonardo de Argensola e Antonio de Morga. Contudo, não se pode dizer que destas novas investidas em prol do pragmatismo comercial e da narrativa das experiências europeias no Guangdong resultem ganhos significativos, ou até pertinentes, em face do que era do conhecimento geral.

As sínteses geográficas ou geo-antropológicas sobre o horizonte sínico tentadas com cerca de dez anos de intervalo por Agostinho de Azevedo e Godinho de Erédia constituem a prova que faltava de que o progresso neste domínio do conhecimento foi apenas possível para aqueles que se mantiveram sintonizados com a vanguarda jesuíta. Porque suspensos no que ensinavam textos respeitáveis, mas distantes, como os de João de Barros, António Galvão ou Gaspar da Cruz, pode ver-se com facilidade que nenhum deles avançou aqui o que quer que fosse de relevante. Quanto a Diogo do Couto, há que assinalar que na *Década XII* — quer dizer, em 1611 — assimilara de uma qualquer fonte da Companhia de Jesus as correcções relativas ao cálculo da latitude de Pequim entretanto disponibilizadas por Matteo Ricci e pelos seus acólitos da Missão da China. Simplesmente, Couto jamais se conseguiu desligar de um conceito por demais livresco

do Extremo Oriente, conceito onde convivem as ideias lendárias de um império cristão do Cataio situado a Norte da China, das andanças de S. Tomé e do poderio do Preste João. Erédia seguirá pouco mais ou menos pelo mesmo caminho, dando assim corpo a uma deriva mitológica que só não é em absoluto contraditória com a matriz portuguesa consolidada pelo saber prático da primeira metade de Quinhentos acabado de ressurgir nos acertos instintivos de Fernão Álvares do Oriente e João de Lucena já que parece ter existido uma segunda corrente de pensamento, espécie de guardião de Polo e de Plínio, que começa a ler-se na introdução de Valentim Fernandes ao seu *Marco Paulo* e perdura em Fernão Guerreiro até à *Relaçam anal* de 1609.

Os erros em que Diogo do Couto se deixa cair para mal das suas ambições de cronista fidedigno têm pouco que ver com o que está na base da China fabulosa de Fernão Mendes Pinto revelada pela mesma altura (cap. 25). É que, enquanto aquele incorre numa cega teimosia meio clássica, meio medieval, este desentende-se do arquétipo luso-jesuítico que costumava servir os apanhados corográficos sobre os chineses e o seu país porque joga, conscientemente, no terreno da pura literalidade. Uma vez que concluíra o seu escrito em princípios da década de 1580, Mendes Pinto procedeu ainda como tantos dos que cantaram as qualidades do Império Ming nessa época: usou sobretudo Gaspar da Cruz, acrescentando-lhe aqui e ali detalhes relevantes oferecidos por outras minutas lusitanas de valia reconhecida como a *História* de Fernão Lopes de Castanheda e as *Décadas* de João de Barros.

Será sobre esta insuspeita mas às vezes também já datada tessitura textual que o autor da *Peregrinaçam* vai operar as suas dissonâncias metafóricas mais conhecidas: as arquiteturas de Pequim e Nanquim adquirem uma opulência digna do melhor Polo; o risco do sistema hidrográfico, herdado de convenções intemporais e com lugar cativo na cartografia até à *Descriptio Chorographica Regioni China* publicada por Samuel Purchas em 1625, torna-se mais aleatório que nunca; e forjam-se em cada canto mil e um testemunhos aptos a transformar a China na terra prometida para a realização de todas as profecias da fé. Ainda houve um bem intencionado revisor que, ao preparar a edição lisboeta de 1614 que antecipou o imenso sucesso europeu conhecido por esta obra, tentou esbater o patente vazio de novidades com a indicação do recém-calculado valor da latitude de Pequim. Mas que importava um acerto ocasional se a pseudo-aventura chinesa de Pinto tinha por pano de fundo um rio dito de Batampina, se a capital do Norte era descrita a partir de uma experiência que não acontecera e de livros

que não existiam, ou se algumas das fronteiras do Império continuavam a ser marcadas com a Alemanha, tal qual imaginado por Gaspar Barzeo em 1551?

Enquanto a *Peregrinação* era trazida à luz do dia com um atraso de cerca de trinta e cinco anos sobre o momento em que o autor dera por concluído o respectivo manuscrito, um aprendiz espanhol de ficções chamado Pedro Ordóñez de Ceballos atrevia-se a imaginar nova fraude chinesa a pretexto de uma autobiografia. Do ponto de vista do romanesco o resultado foi muito mais modesto que o do português. Já na perspectiva dos suprimentos textuais a parte respeitante à China da sua *Viage del Mundo* torna-se célebre pelos piores motivos: Juan de Mendoza, com algumas das suas famosas inconsistências geográficas, surge-nos ainda como o único informador requisitado.

Na Europa, o tópico só voltará a ser analisado em pormenor no *Epitome Historial del Reyno de la China* do curioso e sério Francisco de Herrera Maldonado. O ano é o de 1620, portanto fatalmente sob o efeito disciplinador do *De Christiana Expeditione apvd Sinas* de Matteo Ricci e Nicolas Trigault. E desta vez o resultado até começou por prometer, com Maldonado a tirar o devido partido dos melhores catálogos jesuítas para desmascarar mitos empedernidos, como o do Cataio, e para actualizar matérias sempre em aberto, como as das formas de espiritualidade, da escrita, da superestrutura do poder político ou dos réditos do tesouro público. Porém, nada evitou que logo manchasse o exercício com o supra-sumo retórico de dois dos seus autores de eleição, Mendoza e Mendes Pinto. Longe de Pequim e dos escribas da Companhia de Jesus, a novela e a fantasia atrasavam o passo à imberbe sinologia e poucos o percebiam.

## VI. A China pela China: uma herança para a sinologia das Luzes

### 1. Sete nomes, sete textos

#### *Ainda Pantoja, Ricci e Herrera Maldonado*

Vimos que a importância da Missão japonesa condicionou até muito tarde a apresentação e a autonomia editorial do tópico chinês, cabendo a Diego de Pantoja a honra de haver sido o primeiro autor da Companhia com um título exclusivamente consagrado à China. Com o manuscrito da *Storia dell'Introduzione del Cristianesimo in Cina* de Matteo Ricci e com a competente tradução-adaptação de Nicolas Trigault, o assunto recebia a definitiva carta de alforria, tudo isso no momento em que a presença dos jesuítas naquele imenso sub-continente caminhava para ser premiada com a criação de uma Vice-Província, independente da Província do Japão.

Apesar de assistir a este processo como espectador, nem por isso alguém como Francisco de Herrera Maldonado podia ser imune à ambiência que o gerava. Depois, a sua passagem por Portugal e a intimidade que disfrutava com os Bragança, só o podem ter ajudado a redobrar o interesse de que dá provas pelos assuntos orientais em geral e pelos chineses em particular. Se o exercício que efectuou sobre a *Peregrinação* era já um sinal claro de que se deixara fascinar pela Ásia exótica revelada pelos portugueses, com o *Epitome Historial del Reyno de la China*, mais do que nada, veio propor a cópia do modelo discursivo que os jesuítas continuavam a afinar a propósito do Império dos Ming.

Como escrevemos no ponto dedicado ao *Epitome* de Herrera Maldonado, treze dos vinte capítulos que compõem este livro correspondem *grosso modo* à típica descrição sobre a geografia, a religião e as qualidades do povo chinês (caps. I-XII e XX). Cinco dos restantes sete narram das exéquias da mãe do imperador Wanli a partir do testemunho epistolar dos missionários estantes em Pequim no ano de 1617 (caps XIII-XVII). Pelo meio, há ainda lugar para uma alusão ao “milagroso aparecimento de Christo nuestro Redentor” nos arredores de Goa a 23 de Fevereiro de 1619 (caps. XVIII-XIX), um desvio ao assunto chamado a epígrafe que não é suficiente para desvirtuar a coerência temática da obra. Enfim, intercalados num dos capítulos de índole

etnográfica temos breves apontamentos sobre a história da presença da Companhia de Jesus na China, os seus estrategas, os seus pioneiros, os seus escritores, os seus mártires e as suas residências (parte do cap. V). Pode de imediato dizer-se que Maldonado reduz a crónica dos eventos da Missão ao estatuto de mero apêndice da dita leitura etnográfica. Ora, este constituiu um dos mais concludentes sintomas de que o seu texto entra em plena sintonia com o processo de apuramento narrativo que os jesuítas chamados a produzir imagens globais da China estavam em vias de concretizar pela mesma altura.

No núcleo de bibliografia missionária que sistematizámos entre a *Historia del principio y progreso* de Alessandro Valignano e a *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus* de Sebastião Gonçalves, quase sempre encontramos um discurso descritivo condicionado à função subalterna de introduzir a geografia de cada uma das áreas do Oriente onde os jesuítas se afirmavam. Não contrariou este arquétipo o largo livro VI da *História Índica* de Giovanni Pietro Maffei, assim como não o fizeram os excursos de tipo tratadístico com que Duarte de Sande e Alessandro Valignano pontuaram o diálogo dos príncipes japoneses, os parágrafos que João de Lucena escreveu antes de relatar cada uma das jornadas de Francisco Xavier, o destaque que Luis de Guzmán deu à China na sua *Historia de las Misiones* ou o exaustivo inventário tardio de Pierre du Jarric. O único a conseguir escapar a tal norma, antes de nos surgir o paradigmático *De Christiana Expeditione apud Sinas*, foi Diego de Pantoja, exactamente por ter repartido a minuta apressada que enviou de Pequim em 1602 nas partes independentes alusivas ao estado da Missão, por um lado, e ao estado do país, por outro.

### ***Adriano de las Cortes***

A linha emancipadora do descritivo nas crónicas jesuítas da Missão da China que Pantoja e Ricci anunciam e que Herrera Maldonado tem o dom de saber captar no ar do tempo reaparecer-nos-á no manuscrito da *Relación del viaje, naufragio e captiverio en Chauceo, reino de la gran China* do Pe. Adriano de las Cortes, S.J. (c. 1629)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Pe. Adriano de las Cortes, S.J., *Relación del viaje, naufragio e captiverio que, con otras personas, padeció en Chauceo, reino de la gran China, con los demás que vio en lo que della anduvo*, British Library, Londres, mss. Sloane 1005.

Nascido em Tauste (Saragoça) entre 1578 e 1580 e falecido em Manila no dia 6 de Maio de 1629, este autor ingressara na Companhia em 1596, estudara Artes e Teologia no Colégio de Barcelona, continuara a sua formação escolar na Nova Espanha, chegara às Filipinas em Junho de 1605 ou, no máximo, em 1606, e fora responsável pela residência de Tinagón (Norte da ilha de Samar), reitor da residência de Palapag (Samar) e reitor do Colégio de San José de Manila<sup>2</sup>. Nesse texto, que permaneceria inédito até 1991, relata a viagem que efectuou através da China meridional na sequência do naufrágio da galeota *Nuestra Señora de Guía* ocorrido a 16 de Fevereiro de 1625 numa praia do Guangdong. Integrado numa expedição comercial a Macau para tratar “cierto negocio de consideración” definido pelos seus superiores de Manila<sup>3</sup>, o Pe. Adriano seria prisioneiro dos chineses durante cerca de um ano e acabaria libertado graças à iniciativa dos seus confrades de Macau<sup>4</sup>.

A *Relación* de Las Cortes compreende uma primeira parte em 32 capítulos onde está o relato das peripécias do cativo (fls. 1r.-141r.), uma segunda com o comentário a uma série de desenhos realizados pelo próprio no local com a ajuda de um chinês de Manila (fls. 142r.-171v.) e uma terceira (incompleta) intitulada “De la luz del Sto. Evangelio y Críandad que hay en la Gran China” (fls. 171v.-174v.). À parte inúmeros apontamentos sobre a cultura e a realidade física chinesas dispersos por toda a primeira parte, seis dos capítulos que a compõem tratam de modo estanque diversas particularidades da economia daquele Império (caps. XVI-XXI), enquanto um sétimo procede de igual modo com o assunto do “gobierno en común de los mandarines de China” (cap. XXII), um oitavo aborda “el natural, facciones y inclinaciones de los chinos” (cap. XXIII) e um nono trata “de los edificios de China” (cap. XXX)<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver Pascale Girard, “Introduction”, in Pe. Adriano de las Cortes, *Le voyage d’Adriano de las Cortes s.j. (1625)*, introduction & notes de P. Girard; traduction de Pascale Girard & Juliette Monbeig, collection Magellane, Paris, Éditions Chandeigne – Librairie Portugaise, 2001, pp. 7-11.

<sup>3</sup> Pe. Adriano de las Cortes, *Viaje de la Chine*, Parte I, cap. I — “De la navegación desde la ciudad de Manila hasta la costa de la gran China y naufragio que en ésta se padeció”, edición, introducción y notas de Beatriz Moncó Rebollo, Alianza Universidad — 672, Madrid, Alianza Editorial, 1991, cit. p. 97. Todas as citações e referências a partir desta edição.

<sup>4</sup> Ver Beatriz Moncó Rebollo, “Introducción”, in Pe. Adriano de las Cortes, *ibidem*, pp. 19-23, 48-51 e 55-61; Beatriz Moncó Rebollo, “El jesuita Adriano de las Cortes y la cultura china”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 32, Julho/Setembro 1997, pp. 55-66; Girard, 2001, pp. 11-26.

<sup>5</sup> Ver Pe. Adriano de las Cortes, S.J., *Relación del viaje*, Parte I, cap. XVI — “De las carnes e pescados de China”, ed. 1991, pp. 222-228; *ibidem*, Parte I, cap. XVII — “De las frutas que se dan en China”, ed. 1991, pp. 229-231; *ibidem*, Parte I, cap. XVIII — “De las hortalizas, vino, vinagre, aceite, aceitunas y cereales de China”, ed. 1991, pp. 232-234; *ibidem*, Parte I, cap. XIX — “De las mercaderías, oro, plata, y otros metales que tienen en sus reinos los chinos”, ed. 1991, pp. 235-243; *ibidem*, Parte I, cap. XX — “De los caudales, riqueza y pobreza que tienen los chinos”, ed. 1991, pp. 244-255; *ibidem*, Parte I, cap. XXI — “Prosíguese la misma materia, particularmente acerca de los mercaderes, Mandarines y el Rey de China”, ed. 1991, pp. 256-259; *ibidem*, Parte I, cap. XXII —

Se é um facto que a natureza particular do escrito do Pe. Adriano de las Cortes não propicia uma obediência demasiado rigorosa à estrutura clássica das relações jesuíticas, que tenha isolado estes nove capítulos do respectivo segmento nuclear e não os tenha tomado como simples contextualizadores do episódio de fundo é o bastante para que se observe como, também ele, interioriza as inovações estruturais que notámos a propósito da *Relación de la entrada* de Pantoja e da *História* de Ricci/Trigault. De qualquer modo, o processo em análise conhecerá um desenvolvimento mais significativo ainda com a *Relação da Propagação da Fé no Reyno da China e Outros Adjacentes* que o Pe. Álvaro Semedo conclui pelos anos de 1640-1641.

### *Álvaro Semedo*

Natural da vila alentejana de Nisa, onde nasceu em 1585, Álvaro Semedo passa para as fileiras da Companhia em 1602, realiza os seus estudos eclesiásticos nos Colegios de Évora e Goa e desembarca na China em 1613. Encontra-se em Nanquim na altura da perseguição de 1615-1617, pelo que será preso e torturado com Alfonso Vagnoni em 1616, levado para Cantão nove meses mais tarde dentro de uma gaiola de bambú e, finalmente, expulso para Macau. Aí reside até 1620 ou 1621, quando reentra de forma clandestina na China na companhia do recém-regressado Nicolas Trigault, percorre o Jiangxi, o Zhejiang e o Shanxi e acaba por assentar em Nanchang<sup>6</sup>. Entre 1636 e 1645 empreende uma viagem à Europa na qualidade de procurador da Missão da China, após o que desempenha, por algum tempo, o cargo de vice-provincial. Os últimos anos da vida passa-os em visitas às províncias meridionais e a fugir aos invasores manchus. Como costuma anotar certa qualidade dos seus biógrafos, “chegou ao ponto da eternidade” no ano de 1658, só não se sabe ao certo se em Macau, se em Cantão<sup>7</sup>.

---

“Del gobierno en común de los Mandarines de China”, ed. 1991, pp. 260-261; idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXIII — “Del natural, facciones y inclinaciones de los chinos”, ed. 1991, pp. 262-264; idem, *ibidem*, Parte I, cap. XXX — “De los edificios de China”, ed. 1991, pp. 304-316.

<sup>6</sup> Ver Pfister, 1932, pp. 115 e 144-145; Araújo, 2000, pp. 144-145.

<sup>7</sup> Ver, *inter alia*, Luís Gonzaga Gomes, “Introdução”, in Pe. Álvaro Semedo, S.J., *Relação da Grande Monarquia da China*, traduzido do italiano por L. Gonzaga Gomes, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1994, pp. 13-14 (1.ª ed. Macau, Notícias de Macau, 1956); Teixeira, 1972, p. 159; Horácio Peixoto de Araújo, “Introdução geral”, in Pe. António de Gouvea, S.J., *Asia Extrema. Entra nella a Fé, promulga-se a Ley de Deos pelos Padres da Companhia de Jesus, Primeira Parte, Livro[s] seis. Dirigida à Magestade do Serenissimo Rey D. João 4.º nosso Senhor. Autor o Padre Antonio de Gouvea*

O original português da *Relação* do Pe. Semedo terá sobretudo sido dado a conhecer através da tradução parcial espanhola que Manuel de Faria e Sousa assina, corrige, amplia e publica em Madrid em 1642 com o título *Imperio de la China & cultura evangelica en él, por los Religiosos de la Compañia de Jesus*<sup>8</sup> e aí se reedita nesse mesmo ano<sup>9</sup> (reimpressão em Lisboa em 1731<sup>10</sup>). Existe a notícia de que Paulo Craesbeek publicou em Lisboa, em 1641 ou 1642, um resumo em seis folhas do manuscrito do Pe. Semedo, no caso identificado como *Breve recompilação dos principios, continuação e estado da Christandade da China, em que está o presente*, mas tal folheto ainda não foi encontrado no espólio de qualquer biblioteca<sup>11</sup>. Decisiva será a versão italiana devida ao Pe. Giovanni Battista Giattini, revista pelo autor e intitulada *Relatione della Grande Monarchia della Cina del P. Alvaro Semedo Portugheze della Compagnia di Giesu* (Roma, 1643)<sup>12</sup>. Reeditada em 1653, 1667 e 1678 (Roma e Bolonha<sup>13</sup>), esteve na origem da versão francesa pelo jesuíta Louis Coulon que saiu em Paris em 1645 como *Histoire Universelle du grand royaume le la Chine* e com uma dedicatória a Mazarin<sup>14</sup>.

Em 1667 seria dada em Lyon uma nova edição da obra de Semedo na língua de Montaigne<sup>15</sup>. Em inglês viria como *The History of the that Great and Renowned*

---

da Comp.<sup>a</sup> de JESUS na China dentro. An.º 1644 [1644], vol. 1, *Primeira Parte, Livro I*, edição, introdução e notas de H. P. de Araújo, Lisboa, Fundação Oriente, 1995, pp. 51-54.

<sup>8</sup> Pe. Álvaro Semedo, S.J. & Manuel de Faria e Sousa, *Imperio de la China & cultura evangelica en él, por los Religiosos de la Compañia de Jesus. Sacado de las noticias del Padre Alvaro Semmedo de la propria Compañia*, Madrid, por Juan Sanchez en Madrid, 1642.

<sup>9</sup> Pe. Álvaro Semedo, S.J. & Manuel de Faria e Sousa, *Imperio de la China & cultura evangelica en él, por los Religiosos de la Compañia de Jesus. Compuesto por el Padre Alvaro Semmedo, Procurador General de la propria Compañia de la China, embiado desde allà a Roma el Año de 1640. Publicado por Manuel de Faria i Sousa Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real. Ofrecido a D. Marcelino de Faria i Guzman, del Consejo de su Magestad, i su Alcalde de Corte de la Real Audiencia de Sevilla, i Visitador general de las minas de España. Segunda impression*, Madrid, Impresso por Iuan Sanchez, a costa de Pedro Coello Mercader de libros, 1642.

<sup>10</sup> Pe. Álvaro Semedo, S.J. & Manuel de Faria e Sousa, *Imperio de la China & cultura evangelica en él, por los Religiosos de la Compañia de Jesus. Sacado de las noticias del Padre Alvaro Semmedo de la propria Compañia por Manoel de Faria y Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real, dedicado a la Magestad Augusta del Rey D. Juan V Nuestro Señor*, Lisboa, En la Officina Herrерiana, 1731.

<sup>11</sup> Ver Pfister, 1932, p. 146; Gomes, ed. 1994, p. 15.

<sup>12</sup> Pe. Álvaro Semedo, S.J., *Relatione della Grande Monarchia della Cina del P. Alvaro Semedo Portugheze della Compagnia di Giesu. Con Privilegio*, Roma, Sumptibus Hermann Scheus, nella Stamperia di Lodouico Grignani, 1643.

<sup>13</sup> Pe. Álvaro Semedo, S.J., *Relatione della Grande Monarchia della Cina del P. Alvaro Semedo Portugheze della Compagnia di Giesu*, Roma e Bologna, Per Gio: Recaldini, Con licenza de' Superiori, 2 vols., 1678.

<sup>14</sup> Pe. Álvaro Semedo, S. J., *Histoire Universelle du grand royaume de la Chine, composée en italien par le P. Alvarez Semedo, Portugais, de la Compagnie de Jésus, et traduite en nostre langue par Louis Coulon, divisée en deux parties*, Paris, Sébastien et Gabriel Cramoise, 1645.

<sup>15</sup> Pe. Álvaro Semedo, S.J., *Histoire Vniverselle de la Chine, Par le P. Alvarez Semedo, Portugais. Avec l'Histoire de la Guerre des Tartares, contenant les reuolutions arriuées en ce grand Royaume, depuis*

*Monarchy of China* (Londres, 1655)<sup>16</sup>, quinze anos antes de surgir em holandês e na altura em que eram publicados vários excertos em latim, alemão ou francês, como um *Recueil des commencements, progresz, et estat moderne de la chrestienté de la Chine. Traduit du Portugais* que surgiu em Rouen em 1643, tudo indica que a partir do perdido impresso lisboeta de 1641-1642<sup>17</sup>.

A *Relação* do Pe. Álvaro Semedo (versão romana) está dividida em duas partes. A primeira responde pelo título “Do estado temporal da China”, enquanto a outra trata “Da Cristandade da China”. Ao invés das prioridades respeitadas por Matteo Ricci na sua *Storia*, Semedo vai privilegiar o desenvolvimento dos 31 capítulos incluídos na Parte I (notáveis pelo que respeita às leituras dos costumes, do sistema de ensino, das instituições e da moral política confuciana que proporcionam), guardando 13 capítulos apenas para a crónica missionária (concentrada entre 1582 e c. 1636). Uma vantagem a cada passo reivindicada pelo autor é a da sua experiência no terreno, resultado de vinte e dois anos de viagens através do país, da participação na abertura de várias residências, da catequese de inúmeros neófitos e de impensáveis jogos de cintura diplomáticos com os mandarins. “Saco de los ojos lo que escribo”<sup>18</sup>, garante, ao mesmo tempo que larga algumas picardias a respeito de quem colhia os seus conhecimentos apressadamente nas margens costeiras da região de Cantão ou, pior ainda, em sítios onde a China nem no horizonte se divisava<sup>19</sup>.

### ***António de Gouvea***

---

quarente ano: *Par le P. Martin Martini. Traduites nouvellement en François*, Lyon, Chez Hierosme Prost, ruë Mercerie, au vase d’or, 1667.

<sup>16</sup> Pe. Álvaro Semedo, S.J., *The History of the that Great and Renowned Monarchy of China. Wherein all the particular Provinces are accurately descrided: as also the Dispositions, Manners, Learning, Lawes, Militia, Government, and Religion of the People. Together with the Traffick and Commodities of that COUNTRY. Lately written in Italian by F. Alvarez Semedo, A Portugheess, after he had resided twenty two yeares at the Court, and other Famous Cities of the Kingdom. Now put into English by a Person of quality, and illustrated with several Mapps and Figures, to satisfie the curious, and advance the Trade of Great Brittain. To which is added the History of the late Invasion, and Conquest of that flourishing Kingdom by the Tartars. With an exact Account of the other affairs of China, till these present Times*, Londres, Printed by E. Tyler for John Crook, 1655.

<sup>17</sup> Gomes, ed. 1994, p. 15; António Aresta, “Introdução à presente edição”, in Pe. Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, ed. 1994, p. 7.

<sup>18</sup> Pe. Álvaro Semedo & Manuel de Faria e Sousa, *Imperio de la China & cultura evangelica en él*, Lisboa, 1731, cit. p. 2. Todas as edições e referências a partir desta edição.

<sup>19</sup> Ver idem, *ibidem*, Lisboa, 1731, p. 2; Araújo, 1995, pp. 59-61; Jean-Pierre Duteil, “Introduction”, in Alvarez Semedo, *Histoire Universelle du Grand Royaume de la Chine*, traduction et introduction de Jean-Pierre Duteil, Paris, Éditions Kimé, 1996, pp. 18-19.

Cerca de quatro anos depois de Álvaro Semedo apresentar à Europa a sua actualização do fresco de Matteo Ricci, coube a outro jesuíta português concluir a terceira grande crónica da Missão da China. Trata-se do Pe. António de Gouvea (1592-1677), autor da antes citada *Asia Extrema. Entra nella a fê: promulga-se a Ley de Deos pelos Padres da Comp.<sup>a</sup> de JESUS* (ms. 1644)<sup>20</sup>.

Tendo sido admitido na Ordem de Inácio em 1608 ou 1611, feito o noviciado no Real Colégio de Jesus de Coimbra, estudado Teologia no Colégio de Santo Antão de Lisboa e rumado à Índia em 1623, Gouvea terá ensinado Letras Humanas ou Gramática em Goa, desembarcado em Macau em 1628 ou 1629 e entrado na China em 1636. Desenvolveria actividade missionária em diferentes partes do Império (Nanquim, Zhejiang, Wuchang<sup>21</sup>, Jiangxi, Fujian, Pequim e Guangdong), exerceria como vice-provincial entre 1669 e 1672 e morreria no Fujian<sup>22</sup>. Além da *Asia Extrema*, de uma resposta ao dominicano espanhol Domingo Fernández Navarrete a propósito da questão dos ritos chineses (Cantão, 3 de Outubro de 1669)<sup>23</sup> e de, pelo menos, oito *cartas ânuas* da vice-província onde residia (1636, 1644 e 1649)<sup>24</sup>, este religioso legou os manuscritos de uma *Monarchia da China dividida em seis idades* (ms. 1654)<sup>25</sup> e de uns *Apontamentos da Caza de Fó Cheo pera Anua de 1661*<sup>26</sup> e teve editado um pequeno catecismo em estilo vulgar que se pensa dito *Tianzhu shengjiao mengyin yaolan* (Fuzhou, 1656?)<sup>27</sup> e uma colectânea de peças jurídicas intitulada *Innocentia Victrix* (bilingue, em latim e chinês, Cantão, 1671)<sup>28</sup>.

Quanto à estrutura da *Asia Extrema*, observamos que continua a cumprir com os preceitos instituídos pelos seus antecessores, estando organizada em duas partes autónomas, cada uma delas com seis livros. No livro I da Parte I isola-se a descrição da

---

<sup>20</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 12, n. 187. Ver *supra*, Parte II, cap. 18-3. Ver também: Braga, ed. 1998, pp. 281-331; Araújo, 1995, pp. 159-160.

<sup>21</sup> Território hoje integrado na província de Hubei.

<sup>22</sup> Ver Pfister, 1932, pp. 220-222; Braga, ed. 1998, p. 283, n. 2; Araújo, 1995, pp. 67-92; Araújo, 2000, pp. 288-431.

<sup>23</sup> Pe. António de Gouvea, S.J., “Re[s]posta do P. Antonio de Gouvea V. Provincial da China dada a nome da V. Provincia a estes outros papeis do R. P. Presidente”, BAL, códice 44-XII-40, fls. 163r.-164r.

<sup>24</sup> Pe. António de Gouvea, S. J., *Cartas Ânua da China*, ed. 1998, pp. 57-438. Ver Araújo, 1998, pp. 23-47; Araújo, 2000, pp. 434-440.

<sup>25</sup> Pe. António de Gouvea, S.J., “Monarchia da China dividida em seis idades. Autor Antonio de Gouvea. Na Metropoli de Fó, Janeiro 20, 1654 annos”, BNM, códice 2949.

<sup>26</sup> Pe. António de Gouvea, S.J., “Apontamentos da Caza de Fó Cheo pera Anua de 1661”, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-V-13, fls. 469r.-473r.

<sup>27</sup> Pe. António de Gouvea, S.J., *Tianzhu shengjiao mengyin yaolan*, Fuzhou, 1656?

<sup>28</sup> Pe. António de Gouvea, S.J., *Innocentia Victrix sive Sententia Comitiorum Imperii Sinici pro Innocentia Christianæ Religionis Lata juridice per Annum 1669, & jussu R. P. Antonii de Gouvea, S. J., ibidem V. Provincialis, Sinico-Latine exposita, Quam cheo metropoli provintiae Quam tum Regno Sinarum*, Cantão, 1671. Ver Pfister, 1932, pp. 222-223.

história, da geografia, dos sistemas administrativo, político e judicial, do ensino, da ciência, das artes, dos costumes e dos ritos da China. Nos restantes cinco livros da Parte I e nos seis da Parte II sistematiza-se a crónica da Missão propriamente dita, das origens a 1644. De novo, é suficiente este retrato genérico para constatar-mos como, neste caso, a extensão do discurso descritivo é bem menor que a do segmento narrativo: 20 capítulos (ou 106 páginas) contra 177 capítulos (ou 1166 páginas).

António de Gouvea concluiu este seu manuscrito no preciso momento em que o exército manchu eliminava as últimas bolsas de resistência da dinastia Ming. Por causa do caos reinante, o padre remeteu-o de imediato para o porto seguro de Macau. Mais tarde guardado no arquivo do Colégio de São Paulo, ignora-se o motivo pelo qual falhou o seu envio para Portugal na época em que teria sido mais pertinente publicá-lo<sup>29</sup>.

### ***Gabriel de Magalhães***

Em 1668 o Pe. Gabriel de Magalhães colocava um ponto final no manuscrito de *As doze excellencias do Imperio da China*, empresa que lhe fora sugerida dezoito anos antes pelo então vice-provincial das Missões chinesas, Pe. Francisco Furtado, e que representou uma das últimas tentativas dos jesuítas portugueses quebrarem aquele ascendente dos jesuítas franceses que será efectivo depois de 1685<sup>30</sup>. Magalhães entrara para a Companhia de Jesus em 1628, quando contava dezanove anos de idade. Em 1634 embarcara para a Índia como noviço. Em Goa recebeu a ordenação sacerdotal e ensinou Retórica antes de partir para o Extremo Oriente no ano de 1636. Tornou ao ensino da Retórica no Colégio de Macau e a partir de 1640 missionou no Zhejiang. Depois será colocado na província de Sichuan e servirá durante trinta anos como mecânico na Corte do imperadores Shunzhi e Kangxi e como auxiliar do Tribunal Astronómico de Pequim, cidade onde morreu em Maio de 1677, “*de re christiana et voce et scripto praeclare*

---

<sup>29</sup> Ver Araújo, 1995, pp. 118-120: Maria Augusta Lima Cruz, “Formas de Expressão Cultural”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 2, *Macau e Timor. O Declínio do Império*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 367-368.

<sup>30</sup> Ver *supra*, Parte I, cap. 5, n. 111. Ver também: Curto, 1998c, p. 483.

*meritus*” (últimas palavras da estela tumular que ainda existe no cemitério português de Zhalan)<sup>31</sup>.

Caberia ao Pe. Philippe Couplet trazer o livro do seu condiscípulo luso até à Europa, o que aconteceu em 1681, quando este jesuíta belga se deslocou a Roma na qualidade de procurador da Missão. Repetindo-se o sucedido com os originais de Ricci e Smedo, não tarda que as folhas de Gabriel de Magalhães cheguem ao grande público num idioma distinto daquele em que haviam sido escritas: a *Nouvelle Relation de la Chine* de 1688<sup>32</sup> é reimpressa em 1689 (Paris, chez Estienne Ducastin) e em 1670 (Paris, chez Louis Lucas)<sup>33</sup>, enquanto do outro lado da Mancha aparece traduzida por John Ogilby em 1688 sob o título *A New History of the Empire of China*<sup>34</sup> e tem segunda edição no ano seguinte<sup>35</sup>.

De acordo com o projecto proposto pelo Pe. Furtado, Gabriel de Magalhães deveria ter seguido à risca o esquema de uma história do Império associada a uma resenha dos progressos do Evangelho<sup>36</sup>. Só não o respeitou porque as obrigações pastorais e a conturbada conjuntura chinesa que presenciou o dispersaram para outras prioridades. Daí que se tenha limitado a apresentar elementos respeitantes à “civilização” chinesa, orientando a sua escrita para o estudo dos modos (21 capítulos na versão do abade Bernou). Daí também a superficialidade de várias das suas análises e um desequilíbrio estrutural do conjunto que nem as alterações introduzidas pelo tradutor francês de *As doze excellencias da China* conseguem disfarçar<sup>37</sup>.

De qualquer modo, o Pe. Magalhães tanto tem um longo fragmento particularmente bem conseguido onde anota os proventos da monarquia e descreve Pequim ao milímetro (caps. XVI-XXI), como acaba — contra sua vontade, é certo —

---

<sup>31</sup> Ver Pfister, 1932, pp. 251-254; Pih, 1979, pp. 17-110 e 131-228; Francisco Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, Macau, ICM, 1990, pp. 10-11 (1.ª ed. Porto, 1925); António Graça de Abreu, “Gabriel de Magalhães, a sua *Nova Relação* e a China”, in Pe. Gabriel de Magalhães, S.J., *Nova Relação da China. Contendo a descrição das particularidades mais notáveis deste grande Império. Composto no ano de 1668 pelo Rev.do Pe. Gabriel de Magalhães da Companhia de Jesus (Missionário Apostólico)*, traduzida do francês por Luís Gonzaga Gomes, Macau, Fundação Macau/Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1997, pp. 14-26.

<sup>32</sup> Ref. *supra*, Parte II, cap. 18, n. 59.

<sup>33</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 25-1. Ver também: Abreu, 1997, p. 9.

<sup>34</sup> Pe. Gabriel de Magalhães, S. J., *A New History of China, containing a Description of the most Considerable Particulars of that was empire. Written by Gabriel Magaillans of the Society of Jesus, Missionary Apostolik. Done out of French (by John Ogilby)*, Londres, Printed for Thomas Newborough, 1688; ref. in Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 5, 1894, col. 308.

<sup>35</sup> Pe. Gabriel de Magalhães, S. J., *A New History of the Empire of China, Containing a Description of the Politick Government, Towns, Manners and Customs of the People, &c. Newly done out of the French*, Londres, Printed for Samuel Holfort, at the Crown in the Pall Mall, 1689. Ver Lust, ed. 1992, p. 17.

<sup>36</sup> Ver Pe. Gabriel de Magalhães, S.J., *Nouvelle Relation de la Chine*, cap. II, Paris, 1688, pp. 38-39.

<sup>37</sup> Lima Cruz, 2001, p. 366.

por conduzir ao extremo a autonomia do discurso descritivo. Tudo isto continua a ser válido mesmo adivinhando-se que o manuscrito saído da sua pena sofreu correcções mais ou menos profundas antes de ser levado de Macau. São prova disso as diversas variantes que existem entre o texto impresso em Paris e um plágio parcial, concretizado em 1679 pelo frade capucho macaense Fr. Jacinto de Deus na crónica missionária a que chamou *Vergel de plantas, e flores da Provincia de Madre de Deos* (1.<sup>a</sup> ed. Lisboa, 1690)<sup>38</sup>.

No final de treze dos capítulos da *Nova Relação da China* do Pe. Gabriel de Magalhães (referência sempre ao traslado de 1688) o tradutor acrescentou copiosas notas, as quais permitem um interessante confronto entre muitas das observações legadas por aquele missionário e mais moderna bibliografia disponível sobre os “estudos chineses”. É neste quadro que se entendem os assinalados reparos à valia documental da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto<sup>39</sup>. E é ainda neste quadro que aí vamos encontrar críticas à ingenuidade que Martín de Rada, Jerónimo Marín e Juan de Mendoza haviam demonstrado ante o conteúdo de algumas das fontes chinesas que manusearam ou citaram, aos erros cometidos pelo sacerdote aragonês Pedro Cubero Sebastián (1645?-1696) na sua *Peregrinacion del Mundo* (Madrid, 1680)<sup>40</sup> ou à forma algo parcimoniosa como Nicolas Trigault tratara as particularidades da China. Em contrapartida, Bernou tece rasgados elogios aos padres Álvaro Semedo, Phillipe Couplet e Martino Martini, cujos livros diz que “ont donné au public une suite presque achevée de l’Histoire de ce grand Royaume”<sup>41</sup>.

Entre os esclarecimentos que rematam os referidos capítulos do texto do Pe. Magalhães avultam aqueles em que se analisa a transição da dinastia Ming para a

---

<sup>38</sup> Fr. Jacinto de Deus, *Vergel de plantas, e flores da Provincia da Madre de Deos dos Capuchos Reformados, composto pelo P. M. Fr. Jacinto de Deos, Lente de Theologia, Primeiro Padre da mesma Provincia, Excommissario Géral, & Deputado do Santo Officio da Inquisição de Goa na India Oriental: Offerecido, & Dedicado ao Excellentissimo senhor D. Fr. Diogo Hernandez de Angulo y Sandoval, Commissario Geral que foy de toda a familia do nosso Padre S. Francisco, Arcebispo de Sardenha, Governador, & Viz-Rey no espirital, & temporal naquelle Reyno; & hoje do Conselho da Magestade Catholica, Bispo de Avila, Embaixador Extraordinario nestes Reynos de Portugal: Pelo P. Fr. Amaro de Santo Antonio, Ministro Provincial, & Primeiro Padre da Provincia da Madre de Deos de Goa*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1690. Ver Francisco Marques de Souza Viterbo, *O Oriente Portuguez*, vol. 3, Lisboa, 1911, p. 52; Pih, 1979, p. 243; Curto, 1998c, p. 484; Lima Cruz, 2001, pp. 350 e 361-362.

<sup>39</sup> Ver *supra*, Parte II, cap. 25-1.

<sup>40</sup> Pedro Cubero Sebastián, *Breve relacion de la peregrinacion que ha hecho de la mayor parte del mundo [...] con el viage por tierras desde España, hasta las Indias orientales*, Madrid, Juan Garcia Infançon, 1680; 2.<sup>a</sup> ed. Nápoles, Porsile, 1682; 3.<sup>a</sup> ed. Saragoça, Pasqual Bueno, 1688; trad. italiana, por Francisco de la Serna y Molina, Nápoles, Porsile, 1683.

<sup>41</sup> Abbé Bernou, “Preface”, in Pe. Gabriel de Magalhães, *Nouvelle Relation de la Chine*, Paris, 1688, cit. s.p. [p. VI]. Ver Abbé Bernou, “Preface”, in idem, *ibidem*, Paris, 1688, s. pp. [pp. I-VI].

dinastia Qing a partir da *De Bello Tartaricum Historia* de Martini (Antuérpia, 1654)<sup>42</sup>, aqueles em que são aplicadas as últimas pesquisas da Academia Real das Ciências de Paris sobre o valor de um grande círculo da Terra para tentar uma aproximação mais correcta às medidas itinerárias chinesas, ou aqueles outros em que se trata do delicado tópico da cronologia com base nas cartas do Johann Adam Schall von Bell impressas em Viena em 1665<sup>43</sup>, na *China Illustrata* de Athanasius Kircher (Amesterdão, 1667)<sup>44</sup> e na *Tabula chronologica monarchiæ sinicæ* de Couplet (Paris, 1686)<sup>45</sup>.

Deste conjunto de cuidados saltam à evidência dois pormenores decisivos para o futuro. Por um lado, temos que a cada vez mais dura (e suicidária) controvérsia sobre os ritos chins e o olhar selectivo que certa categoria de leitores começava a deitar sobre a actualidade consubstanciada no novo poder tártaro tornam imperiosa uma secundarização do religioso perante o científico e o político<sup>46</sup>. Por outro lado, os jesuítas encarregues de instruir a Europa sobre o mundo sínico fazem um esforço consciente para eliminar dos seus escritos alusões mitológicas, proezas romanescas ou devaneios de tipo rabelesiano, como os que se podiam encontrar pela mesma altura nas páginas de Fernão Mendes Pinto ou em sucedâneos menos conseguidos como o de Pedro Ordóñez de Ceballos.

### *Até Du Halde*

A disciplina e a ininterrupta promoção do discurso descritivo que acontecia desde meados da segunda década de Seiscentos na cronística missionária da Companhia de Jesus encontraram na *História* que Martino Martini publica em 1654 um exemplo de

---

<sup>42</sup> Pe. Martino Martini, S.J., *De Bello Tartarico Historia; In quâ, quo pacto Tartari hac nostrâ aetate Sinicum Imperium inuaserint, ac ferè totum occuparint, narratur; eorumq ue mores breuiter describuntur. Auctore R. P. Martino Martinio, Tridentino, ex Prouinciâ Sinensi Societatis Iesu in Urbem misso Procuratore*, Antuérpia, Ex Officina Plantiniana Balthasaris Moreti, 1654.

<sup>43</sup> Pe. Johann Adam Schall von Bell, S.J. & Pe. Giovanni Foresi, S.J., *Historica narratio de initio et progressu Missionis Societatis Jesu apud Chinenses, ac præsertim in Regia Pequinensi, ex eadem Societate, Supremi ac Regii Mathematicum Tribunalis ibidem Præsidis, collecta*, Viena, Typis Matthæi Cosmerovii, Sacræ Cæsareæ Majestatis Aulæ Typographi, 1665.

<sup>44</sup> Pe. Athanasius Kircher, S.J., *Athanasii Kircheri e Soc. Jesu China Monumentis quæ Sacris quæ Profanis, Nec non variis Natutæ & Artis Spectaculis Aliarumque rerum memorabilium Argumentis Illustrata, Auspiciis Leopoldi Primi Roman, Imper. Semper Augusti Munificentissimi Maecaenatis*, Amesterdão, apud Joannem Janssonium à Waesberge & elizeum Weyerstraet, 1667.

<sup>45</sup> Pe. Philippe Couplet, S.J., *Tabula chronologica monarchiæ sinicæ juxta cyclos annorum LX. Ab anno ante Christum 2952. ad annum post Christum 1683. Auctore R. P. Couplet Belgâ, Soc. Jesu, Sinensis Missionis in Urben Procuratore. Nunc primùm in lucem prodit è Bibliotheca regia. Parisiis, M. DC. LXXXVI. Cum privilegio Regis* (Bibl. roy., Paris, in-fol. 116 pp.)

<sup>46</sup> Ver Lima Cruz, 2001, p. 361.

excelência que o público premiou com algo como vinte e cinco edições em sete países até 1706. Por muito que isso o pudesse horrorizar, bebem da mesma água os *Tratados Historicos, Politicos, Ethicos y Religiosos de la Monarchia de China* (Madrid, 1676) de Fr. Domingo Fernández Navarrete (1618-1686), o arqui-inimigo da estratégia sincrética dos jesuítas no Império do Meio<sup>47</sup>. E serão reconhecidos pontos de chegada as *Nouveaux mémoires sur l'état présent de la Chine* (Paris, 1696) de Louis-Daniel Le Comte (1656-1728)<sup>48</sup>, a *Description générale de la Chine* (Paris, 1787) de Jean Baptiste Grosier (1743-1823)<sup>49</sup> e os dezasseis volumes das *Mémoires concernant l'histoire, les sciences, les arts, les mœurs et les usages des Chinois* (Paris, 1776-1814)<sup>50</sup>.

Pelo meio, a enciclopédica *Description géographique, historique, chronologique, politique, et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise* (4 vols., Paris, 1735) do Pe. Jean-Baptiste du Halde (1674-1743) foi, em simultâneo, a primeira grande herdeira de todo este processo e o mais importante título da época dedicado à China (pelo menos, dez edições em seis países durante o século XVIII)<sup>51</sup>. Nunca será demais sublinhá-lo: herdeira, e não qualquer outra coisa que implique esquecer a laboriosa obra colectiva que a tornou possível. Para mais, esta *Description de*

---

<sup>47</sup> Fr. Domingo Fernández Navarrete, *Tratados Historicos, Politicos, Ethicos y Religiosos de la Monarchia de China. Descripcion breve de aquel Imperio, y exemplos raros de emperadores, y magistrados del. Con narracion difvsa de varios svcessos, y proposiciones calificadas en Roma para la Mission Chinica, y vna Bula de N. M. S. P. Clemente X. en fauor de los Missionarios. Por el P. Maestro Fr. Domingo Fernandez Navarrete. Cathedratico de Prima del Colegio, y Vniuersidad de S. Thomàs de Manila, Missonario Apostolico de la gran China, Prelado de los de su Mission; y Procurador General en la Corte de Madrid de la Prouincia del Santo Rosario de Filipinas, Orden de Predicadores. Dedicada sv obra al Serenissimo Señor Don Ivan de Avstria*, Madrid, En la Imprenta Real, por Iuan Garcia Infançon. A costa de Florian Anisson, 1676.

Sobre as posturas de Domingo Fernández Navarrete a respeito das interpretações jesuítas da moral chinesa e dos seus valores morais, ver Boxer, ed. 1990. pp. 172-173; James S. Cummins, *A Question of Rites: Friar Domingo Navarrete and the Jesuits in China*, Aldershort, Scolar Press, 1993; Alden, 1996, p. 574; Araújo, 2000, pp. 247-263.

<sup>48</sup> Louis-Daniel Le Comte, S.J., *Nouveaux mémoires sur l'état présent de la Chine. Par le P. Louis Le Comte de la Compagnie de Jesus, Mathématicien du Roy*, Paris, Chez Jean Anisson, 2 vols., 1696-1697.

<sup>49</sup> Jean Baptiste Gabriel Alexander Grosier, *Description générale de la Chine, contenant, 1° la Description des quinze Provinces qui forment cet Empire, celle de la Tartarie, des Isles, & autres pays tributaires qui en dépendene; le nombre & la situation de ses Villes, l'état de sa Population, les productions variées de son Sol. & les principaux détails de son Histoire Naturelle: 2°. un précis des connoissances le plus récemment parvenues en Europe sur le Gouvernement, la Religion, les Mœurs, les Arts & les Sciences des Chinois. Par M. l'Abbé Grosier, Chanoine de Saint-Louis du Louvre. Nouvelle Edition, avec Cartes & Figures*, Paris, Chez Moutard, Imprimeur-Libraire de la Reine, & de Madame Comtesse d'Artois, 2 vols., 1787.

<sup>50</sup> *Mémoires concernant l'histoire, les sciences, les arts, les mœurs et les usages des Chinois. Par les Missionnaires de Peking*, Paris, Treuttel et Wurtz, 16 vols., 1776-1814.

<sup>51</sup> Pe. Jean-Baptiste du Halde, S.J., *Description géographique, historique, chronologique, politique, et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise, enrichie des cartes generales et particuliers de ces Pays, de la Carte générale & des Cartes particuliers du Thibet, & de la Corée, & ornée d'un grand nombre de Figures & de Vignettes gravées en Taille douce. Par le P. J. B. Du Halde de la Compagnie de Jesus*, Paris, Chez P. G. Le Mercier, 4 vols., 1735.

*la China* nem sequer se esgota nos trabalhos dos 27 missionários inacianos aí recolhidos — sobretudo a partir das *Lettres édifiantes et curieuses* compiladas pelo próprio Du Halde a partir de 1711<sup>52</sup> — já que muitos deles se desdobram na mediação de fontes chinesas sobre filosofia, moral, história, botânica ou geografia<sup>53</sup>. Afinal, a Europa das Luzes pode ter popularizado o objecto chinês, mas seguramente nem o descobriu, nem inventou a sagesa da sua cultura ou as virtudes dos seus pagãos.

---

<sup>52</sup> *Lettres édifiantes et curieuses écrites des missions étrangères par quelques missionnaires de la Compagnie de Jésus, IXème-XXVIème recueil*, Paris, Nicolas Le Clerc, 18 vols., 1711-1743.

<sup>53</sup> Ver Theodore N. Foss, “Reflections on a Jesuit Encyclopedia. Du Halde’s *Description...de la China* (1735)”, in *Actes du IIIe Colloque International de Sinologie*, 1983, pp. 67-77; Colin Mackerras, *Western Images of China*, Nova York, Oxford University Press, 1991, pp. 35-37 (1.ª ed. Oxford University Press, 1989).